



CADERNO DE PROGRAMAÇÃO E RESUMOS



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

SALVADOR - BAHIA - BRASIL
2026

CADERNO DE PROGRAMAÇÃO E RESUMOS

**Ana Cleide Santos de Souza
Jamille Macedo Oliveira Santos
Leonardo da Silva Carneiro Sousa
Pedro Daniel dos Santos Souza**
Organizadores

VI CONGRESSO INTERNACIONAL MUNDOS INDÍGENAS, AMÉRICA

**25 a 28 de fevereiro de 2026
Salvador - Bahia - Brasil**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

REITORA

Adriana dos Santos Marmori Lima

VICE-REITORA

Dayse Lago de Miranda

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (PROEX)

Pedro Daniel dos Santos Souza

VI CONGRESSO INTERNACIONAL MUNDOS INDÍGENAS, AMÉRICA (VI COIMI - ABYA YALA): Histórias, Territorialidades e Saberes Indígenas

25 a 28 de fevereiro de 2026

INSTITUIÇÃO EXECUTORA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS/COLABORADORAS

Centro de Humanidades (CHAM), Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Colegio de Michoacán, México

Universidad Andina Simón Bolívar, Equador

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Universidad Agrária La Molina, Perú

Universidade de Bufaloo, Estados Unidos da América

Universidade de Jujui, Argentina

Universidade de Liverpool, Inglaterra

Universidad de Magdalena, Colombia

Universidad de Salamanca, Espanha

Universidade Federal de Campina Grande, Brasil

Universidade Jaquelônica, Cracóvia, Polônia

Universidad Mayor de San Andrés, Bolívia

Universidad Pablo Olavide, Sevilha, Espanha

Université Sorbonne Nouvelle, França

**COORDENAÇÃO GERAL DO COIMI NO ÂMBITO DO GRUPO DE PESQUISA INTERNACIONAL
“SEMINÁRIO PERMANENTE MUNDOS INDÍGENAS – SEPMIAI”**

Juciene Ricarte Cardoso Tarairú - PPGH/UFCG, e CHAM/NOVA FCSH - Universidade Nova de Lisboa, Portugal

COORDENAÇÃO GERAL DO VI COIMI - ABYA YALA (AMÉRICA), NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)

Pedro Daniel dos Santos Souza, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

COMISSÃO ORGANIZADORA

Adauto Santos da Rocha, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

Ana Cleide Santos de Souza – Payayá, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

Arthur Ferreira de Jesus, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

Bárbara Cristina Nascimento Rodrigues, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

Cláudia Pereira Vasconcelos, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

Dina Maria Rosário dos Santos, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

Dorival Vieira Almeida, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

Edilene Santos Carvalho - Payayá (MAIP - Movimento Associativo Indígena Payayá), Brasil

Elizeu Clementino Souza, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

Floriza Maria Sena Fernandes, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

Francisco Eduardo Torres Cancela, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

Halysson Gomes da Fonseca, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

Jamille Macedo Oliveira Santos, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

José Carlos B. Magalhães, Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-BA), Brasil

Kauê Diego Silva de Almeida, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

Leliana Santos de Sousa, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

Leonardo da Silva Carneiro Sousa, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

Lígia Raquel Rodrigues Soares, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

Manuella Maria Vergne Cardoso, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

Patrícia Krin Si Atikum, Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (MUPOIBA), Brasil

Pedro Daniel dos Santos Souza, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

Rosane Meire Vieira de Jesus, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

Rosângela Carvalho de Matos, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

Ybyrá Ybyraçú Ante Kren Duarte Brandão, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

COMISSÃO CIENTÍFICA

Ana Catarina Garcia, CHAM/NOVA FCSH – Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Ana María Canelos, EDGES – Universidad Andina Simón Bolívar (UASB), Equador
Brigitte Thiérion CREPAL – Université Sorbonne Nouvelle, Paris, França
Carlos Benítez Trinidad, Universidad de Salamanca, Espanha
Chantal Cramaussel, Colégio de Michoacán, México
Danilo Braga Kaigang, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil
Edivania Granja da Silva Oliveira, Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSERTAO/PE), Brasil
Egídia Souto, CREPAL – Université Sorbonne Nouvelle, Paris, França
Elizabeth Gonzaga de Lima, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil
Felipe Sotto Maior Cruz, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil
Graciela Gresores, Universidade Nacional de Jujuy, Argentina
Hal Langfur, University at Buffalo, EUA
Izabel Missagia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil
João Paulo de Oliveira e Costa, CHAM/NOVA FCSH – Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Jocyléia Santana dos Santos, PPGE/PGEDA – Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil
José Otávio de Aguiar, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Brasil
Leandro Bulhões de Jesus, Universidade Federal do Ceará (UFCE), Brasil
Lilian Lima Gonçalves dos Prazeres, Universidade Federal do Sul da Bahia, Brasil
Maria de Lourdes Beldi, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Pascale De Robert, Institut de Recherche pour le Développement - IRD/PALOC, França
Pedro Celestino Pachaguay Yurja, Universidad Mayor de San Andrés, Bolívia
Rosilene Cruz de Araújo, Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Brasil
Sandra Taborda Parra, Universidad Pablo de Olavide, Espanha

FORMATAÇÃO DO CADERNO DE PROGRAMAÇÃO E RESUMOS

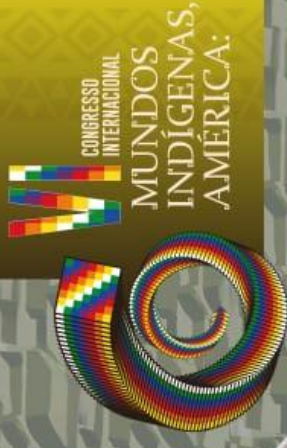
Évelyn Santana dos Santos
Maiana Rosari Lima Alcântara
Manuela de Oliveira Gomes

DESIGN

Marina Caroline Marques Cruz

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO _____	8
PROGRAMAÇÃO GERAL _____	10
CÍRCULO DE PALAVRAS _____	13
MINICURSOS _____	22
LANÇAMENTO DE LIVROS _____	27
MOSTRA DE CINEMA INDÍGENA _____	30
SIMPÓSIOS TEMÁTICOS _____	33
PÔSTERES _____	88
RESUMOS SIMPÓSIOS TEMÁTICOS _____	99
RESUMOS PÔSTERES _____	471



RECTOR UNIVERSITÁRIO

AQUI TEM COIMI

DCET I - PRÉDIO 14

DEDC I

DCV I - PRÉDIO 1

DCET I - PRÉDIO 1

AQUI TEM COIMI

DCET I - PRÉDIO 1

LABS. AUTOMAÇÃO

PRACUAÇÃO

AQUI TEM COIMI

DCET I - PRÉDIO 2

DCET I - PRÉDIO 1

DCET I - PRÉDIO 2

DCET I - PRÉDIO 1

DCET I - PRÉDIO 2

DCET I - PRÉDIO 1

DCET I - PRÉDIO 2

DCET I - PRÉDIO 1

DCET I - PRÉDIO 2

DCET I - PRÉDIO 1

DCET I - PRÉDIO 2

DCET I - PRÉDIO 1

DCET I - PRÉDIO 2

DCET I - PRÉDIO 1

DCET I - PRÉDIO 2

DCET I - PRÉDIO 1

DCET I - PRÉDIO 2

DCET I - PRÉDIO 1

DCET I - PRÉDIO 2

DCET I - PRÉDIO 1

DCET I - PRÉDIO 2

DCET I - PRÉDIO 1

DCET I - PRÉDIO 2

DCET I - PRÉDIO 1

DCET I - PRÉDIO 2

DCET I - PRÉDIO 1

DCET I - PRÉDIO 2

DCET I - PRÉDIO 1

DCET I - PRÉDIO 2

DCET I - PRÉDIO 1

DCET I - PRÉDIO 2

DCET I - PRÉDIO 1

DCET I - PRÉDIO 2

DCET I - PRÉDIO 1

DCET I - PRÉDIO 2

UNEAD

FADO

DCH I - PRÉDIO 2

DCH I - PRÉDIO 1

AQUI TEM COIMI

FARMÁCIA ESCOLA

N. P. JURÍDICAS

PAM

SUTRAC

REITORIA

PROINFRA

EDUNEB

UATI

AQUI TEM COIMI

TEATRO UNEB

ESPAÇO UNEB TERRITÓRIO MULTITÉCNICO

SMOS

GINÁSIO DE ESPORTES

DCV I - PRÉDIO 2

AQUI TEM COIMI

BIBLIOTECA

ASSOCIAÇÕES

ENTRADA DE VEÍCULOS

UNEB

ENTRADA DE PEDESTRES

FEIRA INDÍGENA

AQUI TEM COIMI

FEIRA INDÍGENA

FEIRA INDÍGENA

FEIRA INDÍGENA

FEIRA INDÍGENA

FEIRA INDÍGENA

FEIRA INDÍGENA

FEIRA INDÍGENA

FEIRA INDÍGENA

FEIRA INDÍGENA

FEIRA INDÍGENA

FEIRA INDÍGENA

FEIRA INDÍGENA

FEIRA INDÍGENA

FEIRA INDÍGENA

FEIRA INDÍGENA

FEIRA INDÍGENA

FEIRA INDÍGENA

MAPA DE LOCALIZAÇÃO



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O Congresso Internacional Mundos Indígenas (COIMI) é um evento bianual, criado no âmbito do Grupo de Pesquisa Internacional Seminário Permanente Mundos Indígenas - Abya Yala (SEPMIAI), no Centro de Humanidades (CHAM/NOVA FCSH-UAC), na Universidade Nova de Lisboa, Portugal, em parceria com a Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, entre os dias 27 e 28 de abril de 2015.

O COIMI constitui-se como um espaço de reflexão e debate sobre os temas vinculados aos povos indígenas na Abya Yala. Trata-se de uma rede colaborativa com diálogos acadêmicos e de saberes indígenas, em abrangência nacional e internacional, para as discussões interdisciplinares sobre temas e problemas que tratam dos povos indígenas em contextos interculturais, proporcionando novas reflexões epistemológicas.

Em sua sexta edição, o **VI Congresso Internacional Mundos Indígenas (VI COIMI - Abya Yala): Histórias, Territorialidades e Saberes Indígenas** acontecerá na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em Salvador, Bahia-Brasil, entre os dias 25 a 28 de fevereiro de 2026, e pretende-se ampliar os diálogos entre os investigadores indígenas e não indígenas, construir outros caminhos epistemológicos, históricos, linguísticos, políticos, decoloniais e interdisciplinares sobre história, territorialidades, saberes indígenas, perspectivas para o bem-viver, bem como ampliar o escopo da rede que vem sendo construída pelo COIMI, no âmbito do Seminário Permanente Mundos Indígenas - Abya Yala (SEPMIAI), com a integração de universidades e pesquisadores de países da América e da Europa que têm pesquisas, projetos de extensão e práticas curriculares no Ensino Básico e no Ensino Superior sobre as questões indígenas.

Nessa edição do evento, será dada particular importância à questão de que a história, as territorialidades e os saberes indígenas são elementos interligados que revelam a rica e complexa trajetória dos povos originários na Abya Yala. A história indígena, frequentemente marcada por processos de despovoamento, lutas/agências pela sobrevivência a partir do século XVI, está intrinsecamente ligada à importância de suas territorialidades e ao valor de seus saberes ancestrais para a valorização da natureza, da cultura, das linguagens e das suas etnicidades.

Em razão disso, a estes povos, historicamente, coube a posição de objeto das epistemologias ocidentais, as únicas consideradas relevantes, e nunca a posição de sujeitos de suas próprias epistemes. Não obstante, o VI COIMI - Abya Yala pretende ser um espaço de relações não hierárquicas entre conhecimentos, saberes, mas de trocas e interculturalidades nas diferentes temáticas e atividades que serão estabelecidas pela organização do evento científico.

Salvador-Bahia, Brasil, fevereiro de 2026.



PROGRAMAÇÃO GERAL

PROGRAMAÇÃO GERAL

PROGRAMAÇÃO | HORÁRIOS

25 A 28 DE FEVEREIRO DE 2026

25 DE FEVEREIRO DE 2026

Manhã 8h30 às 12h Tarde 14h às 17h30	Credenciamento e entrega do material aos participantes Local: Espaço UNEB - Território Multiétnico
Manhã Tarde 8h às 18h	Feira Indígena GRAFISMAÇO: Pintura ao vivo do muro de entrada da UNEB
Manhã 9h às 12h Teatro UNEB	Ritual Círculo Institucional de Abertura Conferência de Abertura: <i>Povos indígenas na Amazônia: lutas, resistências e saberes ancestrais</i> Vanda Witoto Liderança indígena, ativista ambiental e pedagoga, Amazonas, Brasil
Tarde 14h às 17h	Apresentação de Comunicações Orais em Simpósios Temáticos Mostra de Cinema Indígena (Auditório Professor Jurandyr Oliveira - DEDC I, Térreo)
Tarde Noite 17h30 às 19h	Círculos de Palavras 1, 2, 3 e 4

26 DE FEVEREIRO DE 2026

Manhã 8h30 às 12h	Credenciamento e entrega do material aos participantes
Manhã Tarde 8h às 18h	Feira Indígena
Manhã 8h às 10h	Minicursos

Manhã 10h às 12h	Intervenção artística <i>Corpo-Bicho-Terra</i> , por Ybypotyryá (Guerém) (Auditório Professor Jurandyr Oliveira - DEDC I, Térreo) Círculos de Palavras 5, 6, 7, 8 e 9
Tarde 14h às 17h	Apresentação de Comunicações Orais em Simpósios Temáticos Apresentação de Pôsteres Mostra de Cinema Indígena (Auditório Professor Jurandyr Oliveira - DEDC I, Térreo) Exposição <i>Toda árvore tem raiz</i> , de Yacunã Tuxá - Caixa Cultural (Saída da UNEB às 14h)
Tarde 17h30	Lançamento de livros (Espaço UNEB: Território Multiétnico)

27 DE FEVEREIRO DE 2026

Manhã Tarde 8h às 18h	Feira Indígena
Manhã 8h às 10h	Minicursos
Manhã 10h às 12h	Intervenção artística <i>Ntack Taru</i> com o povo Guerém (Auditório José Rocha Laranjeira - DCET I, 2º Andar) Círculos de Palavras 10, 11, 12, 13 e 14
Tarde 14h às 17h	Apresentação de Comunicações Orais em Simpósios Temáticos Apresentação de Pôsteres Mostra de Cinema Indígena (Auditório Professor Jurandyr Oliveira - DEDC I, Térreo) Exposição <i>Toda árvore tem raiz</i> , de Yacunã Tuxá - Caixa Cultural (Saída da UNEB às 14h)
Tarde Noite 17h30 às 19h Teatro UNEB	Conferência: <i>Direitos e lutas dos povos indígenas em México, as suas línguas e práticas culturais: o caso do povo Maia</i> Mayusa Insolina Gonzalez Cauich Liderança indígena do povo Maia, México

28 DE FEVEREIRO DE 2026	
Manhã 8h às 10h	Minicursos
Manhã 10h às 12h	Plenária Final Conferência de Encerramento: <i>Enfrentamentos indígenas pelo respeito aos rios e à natureza da Amazônia: o caso do rio Tapajós no Pará, Brasil</i> Alessandra Korap Munduruku Liderança indígena, ativista socioambiental, do povo Munduruku, Pará, Brasil Ritual

CÍRCULO DE PALAVRAS

25/02, QUARTA-FEIRA, DAS 17H30 ÀS 19H

Círculo de Palavras 1 - DIÁLOGOS SOBRE SAÚDE INDÍGENA E BEM VIVER

Local: Espaço UNEB - Território Multiétnico

Nádia Akauã Tupinambá

Licenciada em Linguagens e Artes pela LICEI/UNEB, Bahia, Brasil

Juciene Ricarte Cardoso Tarairiú

UFCG, Paraíba, Brasil

CHAM/Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Cacica Renata Tubinambá

Liderança indígena, artesã, artista, educadora dos saberes ancestrais e massoterapeuta, estudante em Educação do Campo (UFBA), Bahia, Brasil

Kaori Kodama (Debatedora)

Pesquisadora do Departamento de Pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, Brasil

Círculo de Palavras 2 - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA ABYA YALA: DESAFIOS, POLÍTICAS E VALORIZAÇÃO DOS SABERES ANCESTRAIS

Local: Teatro UNEB

José Carlos Tupinambá

Coordenador Estadual de Educação Escolar Indígena-SEC/BA, Bahia, Brasil

Maria Sônia Barbalho Potiguara

Liderança e Professora indígena, Organização dos Professores Indígenas Potiguara (OPIP), Conselho de Educação SEDUC, Paraíba, Brasil

Rosilene Cruz de Araújo Tuxá

UNIVASF, Pernambuco, Brasil

Armando Sôpre Xerente

Professor indígena, SEDUC-TO, Tocantins, Brasil

Mércia Rejane Rangel Batista (Debatedora)

UFCG, Paraíba, Brasil

Círculo de Palavras 3 - PATRIMÔNIO CULTURAL INDÍGENA NA ABYA YALA: BENS TANGÍVEIS, INTANGÍVEIS, MUSEUS E REPATRIAÇÃO

Local: Auditório Professor Jurandyr Oliveira (DEDC I, Térreo)

Glicéria Jesus da Silva Tupinambá

Artista e liderança indígena, Serra do Padeiro, Olivença-Bahia, Doutoranda e Pesquisadora em Antropologia na UFRJ

Joana Munduruku

Fórum Nacional de Museus Indígenas, Brasil

Nayibe Gutiérrez Montoya

Universidade de Sevilha, Espanha

Pascale de Robert

Muséum National d'Histoire Naturelle, Paris, França

Brigitte Thiérion (Debatedora)

Université Sorbonne Nouvelle, Paris, França

Círculo de Palavras 4 - HISTÓRIAS DOS MUNDOS INDÍGENAS E SUAS AGÊNCIAS NOS PROCESSOS DE COLONIZAÇÕES PORTUGUESA E ESPANHOLA

Local: Auditório José Rocha Laranjeira (DCET I, 2º andar)

José Carlos Vilcapoma Ignacio

Universidad Nacional Agraria La Molina, Lima, Peru

Danna Alexandra Levin Rojo

[UAM Azcapotzalco - Universidad Autónoma Metropolitana](#), México

João Paulo Peixoto Costa

IFPI, Piauí, Brasil

Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo

UPE, Pernambuco, Brasil

Francisco Eduardo Cancela (Debatedor)

UNEB, Bahia, Brasil

26/02, QUINTA-FEIRA, DAS 10H ÀS 12H

Círculo de Palavras 5 - POVOS INDÍGENAS, HISTÓRIA AMBIENTAL E PATRIMÔNIO CULTURAL NA ABYA YALA

Local: DCH I, Prédio 1, Sala 5 (Térreo)

Crizelba Ferreira Padilha dos Santos Potiguara
UFCG, Paraíba, Brasil

José Otávio Aguiar
UFCG, Paraíba, Brasil

Ana Catarina Abrantes Garcia
CHAM/Universidade Nova de Lisboa, Portugal

João Paulo de Oliveira e Costa (Debatedor)
CHAM/Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Círculo de Palavras 6 - POLÍTICAS E DIREITOS INDÍGENAS NA ABYA YALA: TERRITÓRIOS, AGÊNCIAS, CONQUISTAS E RETROCESSOS

Local: Espaço UNEB - Território Multiétnico

José Sajama
Pueblo Kolla, Jujuy, Argentina

Cacique Babau Tupinambá
Liderança indígena, Cacique do povo Tupinambá, Dr. Honoris Causa pela UNEB, Bahia, Brasil

Pedro Celestino Pachaguay
Universidad de Tarapacá, Chile

Maria de Lourdes Beldi Alcântara
Coordenadora de Antropologia Médica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP),
São Paulo, Brasil

Círculo de Palavras 7 - LIVROS E AUTORES INDÍGENAS NA ABYA YALA

Local: Auditório José Rocha Laranjeira (DCET I, 2º andar)

Marcia Kambeba
Escritora, Dra. em Letras, UFPA, Brasil

Cacique Juvenal Payayá
Escritor, Cacique do povo Payayá, Dr. Honoris Causa pela UNEB, Bahia, Brasil

Edson Kayapó
Escritor, Professor/Pesquisador IFBA, Bahia, Brasil

Daniel Santana Neto Potiguara (Debatedor)
UFPB, Coordenador Executivo da Organização dos Professores Indígenas Potiguara (OPIP),
Paraíba, Brasil

Círculo de Palavras 8 - POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E LÍNGUAS INDÍGENAS NA ABYA YALA

Local: Auditório Professor Jurandyr Oliveira (DEDC I, Térreo)

Anapuaká Tupinambá
Produtor Executivo da Rádio Yandê (Web Rádio Indígena), Rio de Janeiro, Brasil

George ãrãrada Cataá Tuxá
Professor Indígena, Estudante da Licenciatura Intercultural – Campus Intercultural Opará,
UNEB, Bahia, Brasil

Awoy Pataxó
Professor indígena, membro do Atxôhã - Grupo de Pesquisa da Língua, Cultura e História Pataxó,
Mestrando em Linguística e Línguas Indígenas (Museu Nacional/UFRJ) Bahia, Brasil

Eliel Benites
Professor na Faculdade Intercultural Indígena - FAIND/UFGD, Mato Grosso do Sul, Brasil)

Pedro Daniel dos Santos Souza (Debatedor)
Líder do Grupo de Pesquisa HISCULTE, Coordenador do Potsomewi - Observatório das Línguas
Indígenas do Norte e Oeste da Bahia, UNEB, Bahia, Brasil

**Círculo de Palavras 9 - HISTÓRIAS, LITERATURAS E PATRIMÔNIOS CULTURAIS
CONECTADOS: POVOS INDÍGENAS E POVOS DE MATRIZ AFRICANA NA
ABYA YALA**

Local: Teatro UNEB

Maya Muniz

Povo Pataxó Hã Hã Hãe - Pau Brasil, Bahia, Brasil

Pajé Jaguriça Pankararu Opará

Jatobá, Pernambuco, Brasil

Eliana Falayo

Integrante da Coalizão de Defesa do Território Sagrado da Ilha de Itaparica, Ájòiyé do Ilê Oyá Alakaye,
e Mestra em Gestão Social, UFBA, Bahia, Brasil

Alzira Felix (Mametu Odemina)

Candomblé Angola, Valença, Bahia, Brasil

Patrícia Mello

UFAM, Amazonas, Brasil

Ana Maria Veiga (Debatedora)

UFPB, Paraíba, Brasil

27/02, SEXTA-FEIRA, DAS 10H ÀS 12H

Círculo de Palavras 10 - POVOS INDÍGENAS E MISSÕES RELIGIOSAS NA ABYA YA

Local: DCH I, Prédio 1, Sala 5 (Térreo)

Carlos Daniel Paz
FCH-UNCPBA, Argentina

Guillaume Candela
Cardiff University/United Kingdom, Reino Unido

Maria Adelina de Figueiredo Batista Amorim
CHAM/Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Joanan Marques de Mendonça
UFPA, Pará, Brasil

Ana Paula da Silva (Debatedora)
UFRRJ, Rio de Janeiro, Brasil

Círculo de Palavras 11 - HISTÓRIA DAS MULHERES INDÍGENAS NA ABYA YALA

Local: Auditório José Rocha Laranjeira (DCET I, 2º andar)

Patrícia Krinsi
Liderança indígena, Coordenadora do *Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia* (MUPOIBA), Bahia, Brasil

Kowawa Kapokaja Apurinã/ Pietra Dolamita
Liderança indígena, antropóloga, arte-educadora e ativista do povo Apurinã,
Doutora pela UFF, Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Pataxó Hã-hã-hãe
Liderança indígena, Superintendente de Políticas para Povos Indígenas/SEPROMI,
Bahia, Brasil

Cláudia Vasconcelos (Debatedora)
UNEB, Bahia, Brasil

Círculo de Palavras 12 - HISTÓRIAS INDÍGENAS E DO INDIGENISMO EM ABYA YALA ENTRE SÉCULOS XIX AOS DIAS ATUAIS: VIOLAÇÕES E AGENCIAMENTOS

Local: Auditório Professor Jurandyr Oliveira (DEDC I, Térreo)

Ivanilson Martins dos Santos Xokó
UFAL, Alagoas, Brasil

Fernanda Sposito
UNESP, São Paulo, Brasil

Juan Alberto Porma Onate
Universidad Alberto Hurtado, Santiago, Chile

Gabriela Gresores
Universidad Nacional de Jujuy, Jujuy, Argentina

Izabel Missagia de Mattos (Debatedora)
UFRRJ, Rio de Janeiro, Brasil

Círculo de Palavras 13 - INTELECTUAIS INDÍGENAS: ENTRE A UNIVERSIDADE E OS TERRITÓRIOS

Local: Espaço UNEB - Território Multiétnico

Jamille Lima Payayá
UNICAMP, São Paulo, Brasil

Márcia Mura
Educadora e Escritora, Doutora pela USP, SEDUC-RO, Brasil

Pedro Eduardo Pereira Potiguara
Professor Indígena, Paraíba, Brasil

Fábio Almeida de Carvalho (Debatedor)
UFRR, Roraima, Brasil

**Círculo de Palavras 14 - SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA: FORTALECENDO A EDUCAÇÃO
DIFERENCIADA, BILÍNGUE E INTERCULTURAL**

Local: Teatro UNEB

Miriam Gomes do Nascimento Potiguara
Organização dos Professores Indígenas Potiguara (OPIP), Paraíba, Brasil

Celma Francelino Fialho Terena
UFMS, Mato Grosso do Sul, Brasil

Anny Carneiro Santos
UNEB/Campus Intercultural Opará, ASIE-Núcleo UNEB, Bahia, Brasil

Edivania Granja da Silva Oliveira
IFSertãoPE, Pernambuco, Brasil

Floriza Sena Fernandes (Debatedora)
UNEB/Campus Intercultural Opará, ASIE-Núcleo UNEB, Bahia, Brasil



MINICURSOS

MINICURSOS

26, 27 e 28/02, DAS 8H ÀS 10H

N.	Título do Minicurso	Ministrante(s)	Local
1	RONDON E SUA ATUAÇÃO INDIGENISTA	Victor Ferri Mauro (UFMS)	DCH I, Prédio 2, Sala 11 (Térreo)
2	INTRODUCCIÓN A LA LENGUA Y MÚSICA DEL PUEBLO MAPUCHE (CHILE Y ARGENTINA)	Muriel da Costa (USP) Andrea Salazar Vega (Universidad de Playa Ancha)	DCH I, Prédio 2, Sala 12 (Térreo)
4	AS SERPENTES DE ABYA YALA E O CONJURO DE ECOLOGIAS, ANIMALIDADES E COEXISTÊNCIAS ANCESTRAIS MULTIESPÉCIES	Vivian Catarina Dias (UNIFESP)	DCH I, Prédio 2, Sala 13 (Térreo)
5	ARTE, COSMOLOGIA APURINÃ E LETRAMENTO ÉTNICO-RACIAL: PINTURA E GRAFISMO EM ECOBAGS	Valdirene Nascimento da Silva Oliveira (IFAC) Maria de Fatima Nascimento (Kowawa Kapokaja Apurinã) (UFF)	DCH I, Prédio 2, Sala 15 (Térreo)
6	O PAPEL DAS PEQUENAS MÍDIAS NA DENÚNCIA DE VIOLÊNCIAS SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS E MULHERES INDÍGENAS NA AMAZÔNIA LEGAL ENTRE OS ANOS 2020-2025.	Samile Magalhães Pereira (UFAM)	DCH I, Prédio 2, PPGEI Sala 02 (Térreo)
7	A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O USO DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO RECURSO NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL I NAS ALDEIAS	Simone Teles da Silva Santos (UNEB) Adzamara Rejane Palha Amaral (UNEB)	DCH I, Prédio 2, PPGEI Sala 04 (Térreo)
8	MEMÓRIA BIOCULTURAL COMO (RE)CONHECIMENTO DO TERRITÓRIO ORIGINÁRIO	Ybyrá Ybyraçu Antekren Duarte Brandão (UNEB)	DCH I, Prédio 2, PPGEI Sala 03 (Térreo)
9	MEMÓRIAS EM ROCHAS, BARRO E CACHIMBOS: É NOSSA VEZ DE NARRAR NOSSAS VIDAS COM NOSSA VOZ	Cecilia Lopes Marinheiro (UFRB) Patricia do Nascimento Xavier (UFRB)	DCH I, Prédio 1, Sala 02 (Térreo)
10	"IÊ KAX'MKAY TXÓ HÃ-HÃ-HÃ": A VOZ DO POVO – MATEMÁTICA DA RIMA E RITMOS ANCESTRAIS – UM OLHAR ETNOMATEMÁTICO NO HIP-HOP INDÍGENA PATAXÓ	João Rodolfo Silva Pinheiro (SEC-BA)	DCH I, Prédio 1, Sala 03 (Térreo)
11	DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NO CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO	Sérgio Pessoa Ferro (UFOB) Natasha Karenina de Sousa Rego (UESPI) Lorena Lima Moura Varão (UFT)	DCH I, Prédio 1, Sala 04 (Térreo)
12	O USO DOS DIAGRAMAS DE PARENTESCO EM CONTEXTO DE PESQUISA	Marlon Nilton da Silva Galvão (UFPB) Marianna Araújo de Queiroz (UFPB)	DCH I, Prédio 2, Sala 01 (Subsolo)
13	PALAVRA É POESIA: PARTILHA E EXPERIMENTAÇÃO DE POESIA INDÍGENA	Ellen Cristine Cruz de Lima (Universidade do Minho, PT)	DCH I, Prédio 2, Sala 02 (Subsolo)
14	VOZES DO BERAHATXI (FUNDO DAS ÁGUAS): HISTÓRIA E TERRITORIALIDADE NA ILHA DO BANANAL – TOCANTINS	Keyliane dos Anjos Leitao (UFT) Jocyleia Santana dos Santos (UFT)	DCH I, Prédio 2, Sala 03 (Subsolo)

N.	Título do Minicurso	Ministrante(s)	Local
15	HISTÓRIA INDÍGENA E DO INDIGENISMO NO BRASIL REPUBLICANO (1910-1988): ENTRE O SPI, A FUNAI E A AUTONOMIA INDÍGENA	Vitória Luyza Cardoso Barbosa (UFRJ) Beatriz dos Santos da Silva (UFRJ)	DCH I, Prédio 2, Sala 04 (Subsolo)
16	MULHERES INDÍGENAS E DE COR: A MEMÓRIA COMO MÉTODO DE CUIDADO COLETIVO	Maria Clara Fernandes Araújo de Paiva (UFRN) Franciele Alves dos Santos (UFRN)	DCH I, Prédio 2, Sala 05 (Subsolo)
17	VAMOS OUVIR AS IMAGENS!	Maria Eduarda Filomeno Affonso (Universidade do Minho - Braga, Portugal)	DCH I, Prédio 2, Sala 06 (Subsolo)
18	AGÊNCIAS INDÍGENAS/CONEXÕES COM OUTROS GRUPOS ÉTNICOS E INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS - SÉCULOS XVI AO XXI	Flávio Joselino Benites (UFMA)	DCH I, Prédio 2, Sala 07 (Subsolo)
19	EDUCAÇÃO ESCOLAR E SUPERIOR INDÍGENA NO BRASIL: PESQUISAS, VIVÊNCIAS E PERSPECTIVAS INTERCULTURAIS	Maria Cleonice de Souza Vergne (UNEB) Manuella Maria Vergne Cardoso (UNEB)	DCH I, Prédio 1 Sala 05 (Térreo)
20	INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA INDÍGENA	Paula Rasia Lira (USP) Danilo Silva Guimarães (USP)	DCH I, Prédio 2, Sala 08 (Subsolo)
21	HISTÓRIA(S) INDÍGENA(S) NA AMAZÔNIA: SERINGAIS, INVASÕES TERRITORIAIS E LUTAS NO SÉCULO XX – ASPECTOS INTRODUTÓRIOS	Roseline Mezacasa (UNIR)	DCH I, Prédio 2, Sala 09 (Subsolo)
25	TEMPO HISTÓRICO E ANTROPOCENO: SABERES INDÍGENAS COMO RESISTÊNCIA ANCESTRAL	Márcio Macedo Moreira (UFPB)	DEDC I, Sala 01 (Térreo)
26	ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA E INTERCULTURALIDADE: PERSPECTIVAS DECOLONIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	Yohan Gabriel Pontes Ferreira Brito (UEPB)	DEDC I, Sala 02 (Térreo)
27	“MIRA-SÁ IAUARETÊ” - COSMOLOGIAS AMAZÔNICAS NO MITO DA GENTEONÇA, GENTE-PEIXE E COBRA GRANDE	Marina Rodrigues Miranda (UFES) Carlos Guedelha (UFAM)	DEDC I, Sala 03 (Térreo)
28	LITERATURA, ETNOTECNOLOGIAS INDÍGENAS E DIREITOS HUMANOS	Thelma Lima da Cunha Ramos (IFBA) Catarina Janira Padilha (IFBA)	DEDC I, Sala 04 (Térreo)
29	LETRAMENTO INDÍGENA: VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS ATRAVÉS DO CANTO, DANÇA, MÚSICA, NUMA AÇÃO ANTIRRACISTA	Valeria Marques Batista (UFRJ) Fabiana Lopes Saquiray (UFAM)	DEDC I, Sala 05 (Térreo)
30	CULTURA, HISTÓRIA E TECNOLOGIAS: ESTRATÉGIAS FORMATIVAS PARA A CRIAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS À LUZ DA LEI 11.645	Edson de Andrade Araújo (UFSB) Ana Caroline Dalapicola Rezende (UFSB)	DEDC I, Sala 06 (Térreo)
31	TERRITORIALIDADES INDÍGENAS EM CONTEXTOS URBANOS NAS CAPITAIS DO NORDESTE: FLORESTANDO A POLÍTICA URBANA	Virginia Elaine Vasconcelos do Nascimento (UFBA)	DEDC I, Sala 07 (Térreo)
34	VOZES QUE O ARQUIVO NÃO CALA: FILOLOGIA APLICADA A FONTES INDÍGENAS	Bruna Trindade Gomes Carneiro (UEFS)	DCH I, Prédio 2, Sala 10 (Subsolo)

N.	Título do Minicurso	Ministrante(s)	Local
36	ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA: REFLEXÕES E PROPOSTAS DIDÁTICAS	Erêndira Santos da Silva (UNEB) Sandra Cordeiro Oliveira (UNEB)	DEDC I, Sala 09 (1º Andar)
37	MEMÓRIAS E LUTAS: O NOTÓRIO SABER NA UNIVERSIDADE	Felipe Milanez (UFBA)	PAM, Sala 106 (Térreo)
38	NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL – CONSTRUINDO PROTOCOLOS DE CONSULTA PARA DEFESA TERRITORIAL DOS POVOS INDÍGENAS	Gabriela Fernandes Feliciano Murua (UNEB) André Luís Oliveira Pereira de Souza (UFBA)	PAM, Sala 104 (Térreo)
39	MAPAS SUBJETIVOS TERRITORIAIS: TECENDO ALIANÇAS ENTRE POVOS, NATUREZA E JUSTIÇA	Antônio André Valécio de Jesus (Universidade de Coimbra)	PAM, Sala 103 (Térreo)
40	DO PNLD LITERÁRIO À FORMAÇÃO DO LEITOR: ESTRATÉGIAS DE LEITURA COM OBRAS DA LITERATURA INDÍGENA	Aldenice Auxiliadora de Oliveira (UFPB) Ludmila Nóbrega Marinho Viana (UFPB)	DCV I, Prédio 2, Sala 301 (3º Andar - 1º Subsolo)
41	DIETAS INDÍGENAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	Alexia Helena de Araujo Shellard (UFRJ)	DCV I, Prédio 2, Sala 302 (3º Andar - 1º Subsolo)
42	MARCO TEMPORAL E A DESTRUIÇÃO DOS ESPAÇOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS	Líder Macuxi Valexon Lins Oliveira Ambrósio (INSIKIRAN/UFRR) Tácio José Natal Raposo (UERR) Catarina Janira Padilha (UFRR) Wagner Feitosa Avelino (UNESP)	DCV I, Prédio 2, Sala 302 (3º Andar - 1º Subsolo)
44	ARTE EM RETOMADA: COLAGEM DIGITAL, CORPOS, MEMÓRIAS E A RECONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS	Rebeca Freitas Lopes (UESPI)	DCV I, Prédio 2, Sala 304 (3º Andar - 1º Subsolo)
45	CONFABULAÇÕES INDÍGENAS EM TEMPOS DE “FIM DE MUNDOS”: ENTRE ANTROPOLOGIA, IMAGENS E PERFORMANCE	John Cowart Dawsey (USP) Leandro Teixeira da Silva (USP)	DCV I, Prédio 2, Sala 305 (3º Andar - 1º Subsolo)
46	HISTÓRIAS ENTRE-MUNDOS: POVOS INDÍGENAS NO BRASIL REPUBLICANO (SÉCULOS XX E XXI)	Michelle Reis de Macedo (UFAL)	DCV I, Prédio 2, Sala 306 (3º Andar - 1º Subsolo)
47	A DIGNIDADE COSMOGÊNICA DA NATUREZA E SUA AFIRMAÇÃO COMO SUJEITO DE DIREITOS: UM DIÁLOGO DE SABERES ENTRE COSMOVISÃO INDÍGENA, FILOSOFIA, CIÊNCIA E DIREITO COMO CAMINHO NECESSÁRIO PARA UMA EDUCAÇÃO ECOLÓGICA E ECOZÓICA	Edmilson de Jesus Ferreira (Centro Universitário Dom Helder) Mariza Rios (Centro Universitário Dom Helder)	DCV I, Prédio 2, Sala 307 (3º Andar - 1º Subsolo)
50	USOS DA HISTÓRIA ORAL	Darlene Araújo Gomes (UEPA) Maria de Lourdes Leoncio (UFT)	DCV I, Prédio 2, Sala 308 (3º Andar - 1º Subsolo)
51	A EXPERIÊNCIA DOS ANCIÃOS INDÍGENAS NA CONSTRUÇÃO DE ITINERÁRIOS FORMATIVOS PARA A EJA EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS	Marlon Santos de Oliveira Brito (UFT)	DCV I, Prédio 2, Sala 309 (3º Andar - 1º Subsolo)
52	BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS INTERGERACIONAIS ENTRE CRIANÇAS E ANCIÃOS DA AMAZÔNIA	Neila Barbosa Osório (UFT)	DCV I, Prédio 2, Sala 310 (3º Andar - 1º Subsolo)

**LANÇAMENTO
DE LIVROS**

LANÇAMENTO DE LIVROS

26/02, quinta-feira, a partir das 17h30

Local: Espaço UNEB - Território Multiétnico

1. DESESCOLONIZAR: A HISTÓRIA E A CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS COMO ESPELHO

Autor: Francisco Alfredo Morais Guimarães (UNEB)

2. O ESPECTRO JENIPAPO

Autor: Vitor Machado (UFPR)

3. RETORNO PARA A CAVERNA

Autor: Juvenal Teodoro Payayá

4. CAMINHADA TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA NA VISÃO DO TUPINAMBÁ

Autores: Rita Capotira e Jacarandá Tupinambá

5. POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: DIREITOS, POLÍTICAS SOCIAIS E RESISTÊNCIA

Autora: Kowawa Kapokaja Apurinã

6. AS POVOAÇÕES DO DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS E AS DINÂMICAS ESPACIAIS NA CAPITANIA DO MARANHÃO (1757-1774)

Autor: Felipe William dos Santos Silva (UFPR)

7. ESCRITAS ANCESTRAIS: ENTRE MARACÁS E RETOMADAS

Autora: Adriana Pesca (Hitxá Pataxó) (UFSB)

8. ENTENDENDO OS INDÍGENAS NO IMPÉRIO DO BRASIL

Organizadora: Ana de Melo Louzada (Academia Brasileira de Letras)

9. FONTES PARA A HISTÓRIA INDÍGENA NO IMPÉRIO DO BRASIL

Autoras: Ana de Melo Louzada e Laryssa Luz (Academia Brasileira de Filosofia)

10. LUCHA INDÍGENA, TERRITORIALIDAD Y SENTIDOS. HISTORIA SOCIO CULTURAL DE LA COMUNIDAD MAPUCHE JUAN CARRILLO GUALA Y SU RELACION CON UNA DEMOCRACIA PERTINENTE

Autores: Miguel Angel Fonseca y Comunidad Mapuche Juan Carrillo Guala (Universidad Austral de Chile)

11. O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS NA AMÉRICA PORTUGUESA: APLICAÇÕES E ADAPTAÇÕES (1757-1808)

Organizadores: Fabricio Lyrio Santos (UFRB), Karl Heinz Arenz (UFPA), Vanice Siqueira de Melo (UFOPA), Wania Alexandrino Viana (UFOPA)

12. ARTES URBANAS, CULTURAS AFRO-DIASPÓRICAS E EDUCAÇÃO. EXPERIÊNCIAS EM PESQUISA E DOCÊNCIA COMPARTILHADA EM DIÁLOGO COM AS LEIS 10.639/03 E 11.645/08

Organizadores: Mônica G. T. Amaral (USP), Renato Nogueira (UFRRJ) e Maria da Glória Calado (USP)

13. OS GOVERNADORES DOS ÍNDIOS DO ESTADO DO BRASIL: ELITES INDÍGENAS E ADMINISTRAÇÃO COLONIAL NA AMÉRICA PORTUGUESA (1630-1755)

Autor: David Barbuda Ferreira (UFMG)

14. ÍNDIOS, AFRICANOS E MESTIÇADOS NA IBEROAMÉRICA: DINÂMICAS DE MESTIÇAGENS, MOBILIDADES E PROTAGONISMOS (SÉCULOS XVI-XIX)

Autores: David Barbuda Ferreira (UFMG) e Moisés Peixoto (UNIRIO)

15. DECOLONIZAR SABERES, (RE)EXISTIR NA PRÁTICA: DIÁLOGOS INSURGENTES PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Organizador: Mauro Torres Siqueira (UFNT)

16. QUEM TEM MANDIOCA TEM TUDO: A PLANTA DO SÉCULO XXI

Autores: Eduardo Alfredo Morais Guimarães (UNEB) e Francisco Alfredo Morais Guimarães (UNEB)

17. A HISTÓRIA DE VIDA DE UMA MULHER NEGRA DA ROÇA

Autora: Ana Maria Anunciação da Silva (UCSAL)

18. CONTOS GUERÉM

Autor: Karybakan Ybyraçú Taru Kren (Coletivo Étnico Guerém/Ybyraçú: Centro de Memória Biocultural da Aldeia de São Fidélis)

19. ESCRIVÊNCIAS MATERNAS

Autora: Thamyres Sabrina Gonçalves (Instituto Mães que Escrevem)

20. VOZES DE ABYA YALA: PERSPECTIVAS INDÍGENAS SOBRE IDENTIDADE E ANCESTRALIDADE

Autores: Alessandra Gonzalez de Carvalho Seixlack (UERJ), Bruno Azambuja Araújo (UFRJ), Enrique Antileo Baeza (UAH), Jamille Macedo Oliveira Santos (UNEB), Martín G. Delgado Cultelli (Red de Jóvenes Indígena de América Latina y El Caribe) e Trudruá Dorrico Makuxi (PUCRS).

**MOSTRA DE
CINEMA INDÍGENA**

MOSTRA DE CINEMA INDÍGENA

25/02, QUARTA-FEIRA, DAS 14H ÀS 17H

Local: Auditório Professor Jurandyr Oliveira (DEDC I, Térreo)

BROTANDO DATERRA (2024)

ESTAMOS VIVOS E ATENTOS (2024)

ENCANTARIAS DO SERTÃO KAIPORA (2024)

EREHÉ, POVO GUERÉM: INVENTÁRIO GUERÉM (2025)

CAMINHADA TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA NA VISÃO DO TUPINAMBÁ (2025)

RAIZ DE MARÉ: DE ÁGUA A ÁGUA (2025)

MYDZÉ (2025)

MARIA PIAUÍ (2025)

O DESCANSO DAS ALMAS (2024)

RESISTIR PARA EXISTIR (2025)

26/02, QUARTA-FEIRA, DAS 14H ÀS 17H

Local: Auditório Professor Jurandyr Oliveira (DEDC I, Térreo)

MAIKAN - A TERRA DA RAPOSA (2021)

CATIMBÓ: A ARTE ANCESTRAL DO CACHIMBO (2024)

KUNUUKA (2024)

O CHOCALHEIRO (2025)

TXÜTXUE DADÜ (2025)

SÉRIE - RESPEITEM NOSSOS JEITOS INDÍGENAS DE NASCER (2025)

SEMENTE DO RETORNO - MBA'EMO RA'Y JEVY (2025-2026)

COMO PAJA DE CERRO (2025)

TERRITORIOS DE CUIDADOS (2025)

27/02, QUARTA-FEIRA, DAS 14H ÀS 17H

Local: Auditório Professor Jurandyr Oliveira (DEDC I, Térreo)

OLHARES FLUIDOS / REGARDS FLUIDES

EXPLORATÓRIO: YANOMAMI ANOS 1970 (1994)

ANIMAÇÃO E LENDAS BASNE PURU BRASIL (2025)

CINÉ VERITÉ NÓS E OS BRABOS BRASIL (2012)

TRANSFORMEI EM IMAGEM BRASIL (2008)

EXPERIMENTAL SÉRIE COMPOSIÇÕES BRASIL (2008-2001)

**SIMPÓSIOS
TEMÁTICOS**

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

25/02, quarta-feira, das 14h às 17h

ST1 - ENTRE TERRAS, RIOS E FLORESTAS: POLÍTICAS INDIGENISTAS, DIREITOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS E PROTEÇÃO SOCIOAMBIENTAL (SÉCULOS XX E XXI)

Coordenação: Júlio Cesar de Sá da Rocha (UFBA), Eduardo Lima de Matos (UFS) e Manuella Maria Vergne Cardoso (UNEB)

Local: DCH I, Prédio 1, Sala 02 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	LUTO E RESISTÊNCIA: COTIDIANOS NA RETOMADA KAMAKÃ MONGOIO, DE BRUMADINHO, MINAS GERAIS	Lethicia Reis de Guimarães
2	GOVERNANÇA CLIMÁTICA E POVOS INDÍGENAS: RESISTÊNCIA, IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE NA AMAZÔNIA	Dayse da Silva Albuquerque Guilherme Paim Mascarenhas Taís Beltrame dos Santos Adriana Araújo Portella
3	DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS: O CASO DO TERRITÓRIO INDÍGENA MUNDURUKU E APIAKÁ E O AVANÇO AGROHIDROFUNDIÁRIO NO PLANALTO DE SANTARÉM (2015-2022)	Williane Ketene Tavares Aguiar Alessio Moreira Lima Dantas
4	A POLÍTICA INDIGENISTA DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO (SPI) E SUA AÇÃO COM OS "BOTOCUDOS" DO VALE DO RIO DOCE	Leticia Xavier Barbosa Albuquerque
5	DIÁLOGOS COM O POVO JAVAÉ: SABERES E TERRITÓRIO NA ILHA DO BANANAL	Paula Dielly Lopes da Silva Cláudia da Luz Carvelli Marcilene de Assis Alves Araújo
6	VOCÊ ESTÁ EM TERRITÓRIO TABAJARA: A CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO INDÍGENA E O AUDIOVISUAL COMO ESTRATÉGIA DE LUTA E RESISTÊNCIA	Jacyara Costa Maciel Rafaela Mayara de Oliveira Schuh

ST4 - LÍNGUAS INDÍGENAS: DIVERSIDADE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

Coordenação: Arlete Maria Pinheiro Schubert (FUV) e Ricardo Tupiniquim Ramos (UNEB)

Local: DCH I, Prédio 2, PPGEL - Sala 04 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	O COLETIVO DE ESTUDOS E AÇÕES INDÍGENAS DA UEPG	Letícia Fraga
2	ESTUDANTES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NO ESTADO DO PARANÁ: DISCURSOS SOBRE O ENSINO SUPERIOR	Ione da Silva Jovino
3	FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES INDÍGENAS PARA O ENSINO DA LÍNGUA KAINGANG NO TERRITÓRIO INDÍGENA DE FAXINAL/PR	Lígia Paula Couto
4	PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: O ENSINO DA LÍNGUA KAINGANG NO TERRITÓRIO INDÍGENA DE FAXINAL/PR	Ana Beatriz de Souza Carrero Daniele Luiza Fidelix Silva
5	PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO CONTEXTUALIZADO: O ENSINO DA LÍNGUA KAINGANG NO TERRITÓRIO INDÍGENA DE FAXINAL/ PR	Isabely Schermak Sanson Freitas Aline de Paula Maia
6	MEMÓRIAS EDUCATIVAS, SABERES ANCESTRAIS E PRÁTICAS CULTURAIS NA EDUCAÇÃO KAINGANG	Maria Laura Brito Ortis

N.	Título do trabalho	Autoria
7	MINHA LÍNGUA, MEU CANTO: MÚSICAS COM CAMINHO DE RETOMADA DO KARUYA	Sheila Lima de Araújo Cruz Curuaia Elissandra Barros Irana Bruna Calixto
8	O RESULTADO DA ORALIDADE: AÇÃO SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA – ASIE – POLO UEA	Cristina Luciano de Oliveira Canuto Ariane Coelho dos Santos Ana Paula Araújo Diniz
9	RETOMADA ANAFÓRICA DO OBJETO DIRETO NO PORTUGUÊS INDÍGENA: CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGÜÍSTICA DE CONTATO À DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA EM COMUNIDADES INDÍGENAS	Arthur Ferreira de Jesus Pedro Daniel dos Santos Souza

ST5 - OCARA: PATRIMÔNIOS ITINERANTES, PATRIMÔNIOS EM REDE, PATRIMÔNIOS COMPARTILHADOS: AS COLEÇÕES MUSEAIS REVISITADAS POR MULHERES INDÍGENAS, PESQUISADORAS E ARTISTAS

Coordenação: Brigitte Thierion (Université Sorbonne Nouvelle, Paris), Joelle Le Marec (Museum National d'Histoire Naturelle, Paris) e Fernanda Mendonça Pitta (USP)

Local: DCH I, Prédio 1, Sala 03 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	LA MÉMOIRE AUTOCHTONE DES KALI'NA ET ARAWAK EXHIBÉS EN 1882 ET 1892 À PARIS AU JARDIN ZOOLOGIQUE D'ACCLIMATATION	Corinne Toka-Devilliers
2	OS QUILOMBOS COMO PATRIMÔNIOS COMPARTILHADOS: ATUAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NOS TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA ONTEM E HOJE	Maria Aparecida Silva Ribeiro
3	RIR, TRANSMITIR, SONHAR, SE TORNAR 'PARENTE' OU COMO TRABALHAR JUNTOS NOS ACERVOS	Pascale de Robert Kokoti Kayapo Glicéria Tupinambá
4	OCARA: O ACORDAR DOS OBJETOS TUPINAMBÁ E O DESPERTAR DOS MUSEUS	Joëlle Le Marec Brigitte Thiérion
5	MANTO DO FIM DO MUNDO	Azul Rodrigues
6	UMA LEITURA TUPINAMBÁ DAS IMAGENS DO PASSADO	Augustin Gondallier de Tugny
7	MARCAS ANCESTRAIS NA PEDRA: A PRESENÇA INDÍGENA NOS GRAFISMOS RUPESTRES DA BAHIA E A URGÊNCIA DE SUA SALVAGUARDA	Glicéria Tupinambá

ST6 - POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS PARA AS LÍNGUAS INDÍGENAS

Coordenação: Adriana Oliveira de Sales (UFGD)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 03 (Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	O PANTANAL É MULTILÍNGUE: COOFICIALIZAÇÃO DE LÍNGUAS INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE MIRANDA-MS	Aline Ferreira Oliveira Araújo Laís Lainy Moraes dos Santos Suzana Vinícia Mancilla Barreda
2	LETRAMENTOS ACADÊMICO E CIENTÍFICO COMO POLÍTICA EDUCACIONAL INDÍGENA	Ana Paula Rabelo Rosângela Ribeiro da Silva
3	QUAL(IS) LÍNGUA(S) VOCÊ FALA? POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS NO OIAPOQUE	Elissandra Barros da Silva Carina Santos de Almeida
4	"COMO PAJA DE CERRO": INVESTIGACIÓN A TRAVÉS DEL ARTE Y PRÁCTICAS LINGÜÍSTICAS DECOLONIALES DE REALIZACIÓN CINEMATOGRAFICA	Maria Teresa Galarza Neira

N.	Título do trabalho	Autoria
5	POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS PARA AS LÍNGUAS INDÍGENAS	Chery Fritz-Nel
6	O PROCESSO DE ENSINO DE LÍNGUAS INDÍGENAS EM ESCOLAS INDÍGENAS DO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT – AM	Amélia Ruth Almeida Oliveira Ligiane Pessoa
7	BRASLIND E POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS NA DÉCADA INTERNACIONAL DAS LÍNGUAS INDÍGENAS: EPISTEMOLOGIAS PLURAIS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	Karina da Costa Santos
8	POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS, DECOLONIALIDADE E LUGAR AFETIVO: EXPERIÊNCIAS DAS (OS) INDÍGENAS DO GRUPO KÔKRAIMÔRÔ COM SUA LÍNGUA MATERNA, O KAYAPÓ E A LÍNGUA PORTUGUESA EM SÃO FÉLIX DO XINGU – PA	José Divino Mendes de Souza Neila Nunes de Souza
9	ESTRATÉGIAS PARA SUPERAR AS BARREIRAS LINGÜÍSTICAS DE ACESSO NO CONTEXTO DA SAÚDE INDÍGENA	Eneline de Andrade Heráclio Gouveia Pessoa

ST7 - “CATEQUESE”, “LETRAMENTO” E “CIVILIZAÇÃO” NA COLÔNIA: ENTRE AS POLÍTICAS INDIGENISTAS E O PROTAGONISMO INDÍGENA (1500-1822)

Coordenação: Fabricio Lyrio Santos (UFRB), Pedro Daniel dos Santos Souza (UNEB) e Wania Alexandrino Viana (UFOPA)

Local: DCH I, Prédio 2, PPGEL - Sala de Defesa (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	A CULTURA ESCRITA COMO TÉCNICA DE RESISTÊNCIA: DEMANDAS E LUTAS INDÍGENAS NO CONTEXTO DO DIRETÓRIO (1757-1808)	Fabricio Lyrio Santos
2	VIDAS INDÍGENAS NO SERTÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: HISTÓRIAS, TRAJETÓRIAS, IDENTIDADES (BARRA DO RIO GRANDE - SÉCULO XVIII)	Elisangela Oliveira Ferreira
3	FRANCISCANOS EM ARICOBÉ: TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS E PRÁTICAS MISSIONÁRIAS (1739-1846)	Thaíse Lopes dos Santos
4	UMA JUNTA DAS MISSÕES PARA A PARAÍBA. DISCIPLINAMENTO SOCIAL E POLÍTICAS INDIGENISTAS NA DIOCESE DE PERNAMBUCO (1700-1750)	Ediana Ferreira Mendes
5	AS CONDUÇÕES DE TRABALHADORES INDÍGENAS PARA O PESQUEIRO REAL: RESISTÊNCIAS E CONFLITOS	Pedro Souza dos Santos
6	CAMINHOS E TRILHOS DO “GENTIO”: HISTÓRIAS E SABERES INDÍGENAS NO CAMINHO DO FORTE DE BRAGANÇA ATÉ A VILA REAL DO CUIABÁ (1769)	Nauk Maria de Jesus
7	CARTAS INDÍGENAS: DOCUMENTAÇÃO COLONIAL E HISTÓRIA INDÍGENA NO BRASIL	Patrícia Alves-Melo

ST9 - SABERES ANCESTRAIS INDÍGENAS E EPISTEMOLOGIAS DECOLONIAIS: DIÁLOGOS ENTRE CIÊNCIA TRADICIONAL E TECNOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS

Coordenação: Rosilene Dias Montenegro (UFCG)

Local: DCH I, Prédio 1, Sala 05 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO ENTRE INDÍGENAS E NÃO INDÍGENAS NA CONSTRUÇÃO DE MATERIAIS PARA A SAÚDE INDÍGENA YANOMAMI E YE'KWANA	Alicia Silva Uchôa Correia
2	O PROGRAMA "ENTRE PARENTAS": MULHERES INDÍGENAS E A INTERSECÇÃO ENTRE ANCESTRALIDADE, CLIMA E CIÊNCIA	Socorro de Fátima Moraes Nina Cristina Gonçalves Rodrigues
3	MAPAS DE SENTIDO: UMA PRÁXIS PEDAGÓGICA E COSMOPOLÍTICA INDÍGENA PARA DESCOLONIZAR OLHARES SOBRE A AMAZÔNIA	Marlene da Conceição Trajano Marcos Paulo Torres Pereira
4	PLATAFORMA LIVRE NAÇÃO YUXIBU	Débora Abdalla Santos
5	CORPO-TERRITÓRIO DAS LIDERANÇAS DE MULHERES KOKAMA: UM OLHAR SOBRE A SAÚDE E AMBIENTE DAS MULHERES INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANO	Ícaro Araújo Teixeira Honório
6	QUILOMBO COMO COSMOTÉCNICA: TECNODIVERSIDADE E CONTRACOLONIALIDADE EM YUK HUI E NÊGO BISPO	Samuel Antonio Silva do Rosario
7	A INSERÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS NO CAMPO CIENTÍFICO: UM ESTUDO SOBRE SABERES E ANCESTRALIDADE	Rosilene Dias Montenegro
8	O CURRÍCULO DE CIÊNCIAS DA PARAÍBA PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: UMA ANÁLISE À LUZ DA PERSPECTIVA FREIREANA E DECOLONIAL	Gemerson Farias Roque da Costa Marcília Elis Barcellos Flávia Polati Ferreira
9	O ENSINO DE GEOGRAFIA NA PERSPECTIVA INDÍGENA	Ednajara Pesca de Jesus Deocleciano Tatiane Queiroz Pereira dos Santos Valderez Francisco da Silva
10	OS SABERES DO POVO MAGÜTA E SUAS TRANSFORMAÇÕES	Mario Felix Irineu

ST11 - OS SENTIDOS DA LINGUAGEM: VOZES, CORPOS E TERRITÓRIOS DE SIGNIFICAÇÃO

Coordenação: Márcia Vieira da Silva (UnB) e Viviane de Melo Resende (UnB)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 04 (Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	O AMANHÃ NÃO ESTÁ À VENDA: CONTRIBUIÇÕES DISCURSIVAS DECOLONIAIS E INTERSECCIONAIS DE AILTON KRENAK EM LINGUAGEM E SOCIEDADE PARA OS ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO	Priscilla Araujo de Figueiredo Freitas
2	AS TRANSPOSIÇÕES POSSÍVEIS ENTRE LINGUAGENS, EXPERIÊNCIAS E MUNDOS	Igor Paulo de Souza Pamela Damilano dos Santos
3	O BAHSESE – ARTE DE CURA PELA PALAVRA DOS POVOS TUKANO, DESSANA E TUYUKA E A CONSTITUIÇÃO DO CORPO PELA PALAVRA EM OFICINAS DE LITERATURA E TEATRO	Fabiana Serroni Perosa
4	VOZ, CORPO E TERRITÓRIO: LETRAMENTOS PLURAIS TECIDOS NA ORALIDADE E NA MEMÓRIA DOS ANCIÃOS KAIMBÉ NO SÁBADO DOS CABOCLOS	Izael Bitencourt de Oliveira Obdália Santana Ferraz Silva
5	O CORPO QUE É TERRITÓRIO: SABERES E COSMOCIÊNCIAS INDÍGENAS	Natália Macedo Nunes Fabiane Frota da Rocha Morgado Paulo Jean Pereira Alves

N.	Título do trabalho	Autoria
6	O CORPO TERRITÓRIO DANÇA ECOANDO POESIAS DE SUAS HISTÓRIAS ANCESTRAIS	Erica Souza da Silva Ferreira Gisele das Chagas Costa Demison Tukum Guerém
7	ORALIDADE E ESCRITA: OS DESAFIOS DOS ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT, CAMPUS DE PORTO NACIONAL-TO	Rai Wakuke da Silva Xerente Neila Nunes de Souza
8	D. TEREZA KARIRI: A RETOMADA DA MATRIARCA INDÍGENA QUE LEVANTOU A NAÇÃO KARIRI NO CEARÁ - O PARENTESCO COMO RESISTÊNCIA	Ana Cristina da Costa Alves
9	PURY DE FAVELA: INDÍGENA DE CONTEXTO URBANO. PROBLEMÁTICAS E IMPLICAÇÕES SOBRE O AUTORRECONHECIMENTO	Cintia Ferreira Cintra (Petan Chiman Puky)
10	HÁ UMA ANCESTRALIDADE INDÍGENA NOS CONTEXTOS SUBJETIVOS E FAMILIARES DE UMA MULHER NEGRA DA/NA ROÇA?: UMA AUTOETNOGRAFIA EM PERCURSO	Ana Maria Anunciação da Silva Elaine Pedreira Rabinovich

ST14 - LÉXICO, HISTÓRIA E MEMÓRIA: O LEGADO DOS POVOS INDÍGENAS

Coordenação: Celina Marcia de Souza Abbade (UNEB), Clese Mary Prudente Correia (UNEB) e Ticiane Rodrigues Nunes (URCA)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 05 (Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	AS INTERFACES ENTRE ARTES E LITERATURA: UM ESTUDO LEXICOLÓGICO DA EXPRESSÃO CULTURAL INDÍGENA A PARTIR DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INTERDISCIPLINAR	Marta Maria Gomes Juliane do Rosário Melo
2	CAUSOS DE CAIPORA: O LÉXICO REVELANDO A CULTURA INDÍGENA	Celina Márcia de Souza Abbade
3	ORIGEM INDÍGENA NOS LOGRADOUROS DE ALAGOINHAS-BA: TOPONÍMIA URBANA	Edileuza Moura Candido da Silva Celina Márcia de Souza Abbade
4	A PRESENÇA INDÍGENA NA NOMEAÇÃO DE CLUBES DE FUTEBOL NA BAHIA: ESTUDO CREMATONÍMICO	Rafael Nascimento Nogueira Celina Márcia de Souza Abbade
5	UMA ANÁLISE ETNOHISTÓRICA DAS CLASSIFICAÇÕES ETNOLINGÜÍSTICAS DOS POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ	Valdivino José de Lima Neto Ticiane Rodrigues Nunes
6	O ACESSO DE POVOS ORIGINÁRIOS INDÍGENAS NO ENSINO SUPERIOR	Gustavo Gomes de Menezes Neila Nunes de Souza

ST16 - MULHERES INDÍGENAS ACADÊMICAS E CIÊNCIAS INDÍGENAS PARA O BEM-VIVER

Coordenação: Isabel Teresa Cristina Taukane (INCT Caleidoscópio Centro-Oeste), Nanah Sanches Vieira (UnB) e Simone Eloy Amado (INCT Caleidoscópio Centro-Oeste)

Local: A definir

N.	Título do trabalho	Autoria
1	ENTRE A ÁGUA E O CONDOR: CUIAS COMO REDE-CUIA DE CIÊNCIA INDÍGENA WAYRAKUNA EM ABYA YALA	Aline Ngrenhtabare Lopes Kayapó Suellen Ramos Bárbara Nascimento Flores Borum Kren
2	FORMAR-SE PROFESSORA INDÍGENA: TRAJETÓRIA DE PERSEVERANÇA DE UMA MULHER KAIOWÁ DO TEKOKHA PANAMBIZINHO – DOURADOS/MS	Ivanuza da Silva Pedro

N.	Título do trabalho	Autoria
3	PAMURI MAHSĂ NUMIĂ MAHSISÉ: ANTROPOLOGIA DO CORPO E DAS TECNOLOGIAS DE CUIDADO DAS MULHERES DESSANO DUHPOTIRO PORĂ E TUKANO DIPEPORĂ	Carla Lucia Sarmento Fernandes
4	JORNADA ACADÊMICA DE MULHERES KOKAMA NO ENSINO SUPERIOR	Tayciane Aimacari Leitão Ildete Freitas Costa Londono Gomes
5	(RE)ESCREVENDO A HISTÓRIA DE PINDORAMA: A CONSTITUIÇÃO DE CONTRANARRATIVAS POR MEIO DA ESCRITA DE MULHERES INDÍGENAS NO BRASIL	Flávia Pereira Machado

ST17- DINÂMICAS TERRITORIAIS E PROCESSOS DE HABITAR

Coordenação: Marianna Araújo de Queiroz (UFPB) e Marlon Nilton da Silva Galvão (UFPB)

Local: DEDC I, Sala 09 (1º Andar)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	DESTERRITORIALIDADE: REEXISTÊNCIA E JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL	Sheila Bilby de Oliveira Monica Matos Ribeiro
2	A CARTOGRAFIA SOCIAL COMO METODOLOGIA NO TERRITÓRIO-MEMÓRIA INDÍGENA	Liliane Moreira Brignol
3	DA HABITAÇÃO ANCESTRAL AO 'MINHA CASA, MINHA VIDA': RECONFIGURAÇÕES NO ESPAÇO DE MORAR MACUXI – COMUNIDADE RAPOSA I, TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL, RORAIMA, BRASIL	Elionete de Castro Garzoni
4	DEPOIS DA RETOMADA. UMA ETNOGRAFIA DA ALDEIA TRÊS RIOS, COM ÊNFASE NO PAPEL DAS MULHERES, TERRA INDÍGENA POTIGUARA DE MONTE-MÓR/PB	Thayná Donato Gomes Estêvão Martins Palitot
5	CAMINHOS DAS SEMENTES: O FAZER ARTESANAL DAS MULHERES POTIGUARA DA ALDEIA SÃO FRANCISCO	Paula Luana Moreira Cruz
6	O ARTESANATO E AS MULHERES GUARANI NAS ALDEIAS DA REGIÃO	Camila Bruna Stähelin Douglas Ladik Antunes

ST18 - EPISTEMOLOGIAS INDÍGENAS: EXPERIÊNCIAS INTERCULTURAIS NO SABER-FAZER ANTICOLONIAL EM ABYA YALA

Coordenação: Andrisson Ferreira da Silva (UFSC) e Juliana Salles Machado (UFSC)

Local: DEDC I, Sala 05 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	NARRATIVAS HISTÓRICAS INDÍGENAS E SUAS DIMENSÕES DE CURA: EPISTEMOLOGIAS PLURAIS E SUAS POTÊNCIAS PARA A SUPERAÇÃO DAS FERIDAS COLONIAIS	Jamille Macedo Oliveira Santos
2	QUANDO A MAJÉ SE ENCANTA: EPISTEMICÍDIO E RESISTÊNCIA EM NÊGA PATAXÓ	Elbamair Conceição Matos Diniz Gonçalves
3	PENSAR ÀS MARGENS: CRÍTICA AO RACIONALISMO EUROPEU E CONTRA-COLONIALIDADE A PARTIR DAS VIVÊNCIAS DOS TABAJARA YPY DE PIRIPIRI-PI	Tales Pinto da Silva Vitorino Leite de Sousa

N.	Título do trabalho	Autoria
4	RAÍZES QUE ENSINAM, CONHECIMENTOS ANCESTRAIS QUE FLORESCEM: ESPIRITUALIDADE, CURA E BEM-VIVER PAYAYÁ	Ana Cleide Santos de Souza (Payayá) Itã Teodoro da Silva (Payayá) Leliana Santos de Sousa
5	CURSO ANAMA – FORTALECENDO A AUTONOMIA ÉTNICA E A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA NA JUVENTUDE POTIGUARA	Liliane Monteiro Barbosa Anama Potiguara Kelly Emanuelly de Oliveira
6	SABERES DAS MATAS E DAS ÁGUAS: POVOS DE TERREIRO E A RECRIAÇÃO DO MUNDO	Agostinho Junior Holanda Coe Izabel Maria do Espírito Santo Grosse
7	PRÁXIS COMPARADA (E BELIGERANTE) DE CONHECIMENTO: DESAFIOS A PARTIR DE UMA RELAÇÃO DE ALTERIDADE INDÍGENA-NÃO INDÍGENA NO CAMPO ACADÊMICO DA SAÚDE COLETIVA	Elizângela da Silva Costa (Elizângela Baré) José Miguel Nieto Olivar
8	PESQUISA AUTOETNOGRÁFICA JUNTO A POVOS TRADICIONAIS	Clarissa Iris Rocha Leite
9	TERRITÓRIO DO OUTRO, E O MEU? LUGARES-PERSPECTIVAS DE CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NA PRODUÇÃO DE ALTERIDADES E CIÊNCIAS	Andrisson Ferreira da Silva

ST20 - POVOS INDÍGENAS E A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS NAS AMÉRICAS

Coordenação: Francisco Cancela (UNEB) e João Paulo Peixoto Costa (IFPI)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 02 (Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	GUERREROS INDIOS DE LA INDEPENDENCIA EN JUJUY	Gabriela Gresores
2	OS BRANCOS NÃO TÊM CONHECIMENTO: ATUAÇÃO INDÍGENA NA CÂMARA MUNICIPAL DE ARRONCHES NA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR NO CEARÁ	João Paulo Peixoto Costa
3	A PRÁTICA PETICIONÁRIA DOS INDÍGENAS E A LUTA POR CIDADANIA NO BRASIL INDEPENDENTE	Francisco Cancela
4	“A CHAMADA CIVILIZAÇÃO DOS INDÍGENAS”: ANTÔNIO MUNIZ DE SOUZA E OS POVOS INDÍGENAS NOS SERTÕES DO IMPÉRIO DO BRASIL (1817-1824)	Magno Francisco de Jesus Santos
5	“ARRAIS INDÍGENAS” NOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI COMO RESISTÊNCIA À COLONIZAÇÃO NO SÉCULO XIX	Juliana Pereira Ramalho

ST21 - PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES NO ENFRENTAMENTO DOS PROCESSOS DE ETNOGENOCÍDIO DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS EM CONFLITOS TERRITORIAIS

Coordenação: Tiago da Costa (UFSB), Franciele Alves dos Santos (UFRN) e Idécia Viana (UFSC)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 01 (Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	CLÍNICA POLÍTICA, DIREITOS HUMANOS E BEM-VIVER: CUIDADO PSICOSSOCIAL VOLTADO PARA LIDERANÇAS AMEAÇADAS EM DECORRÊNCIA DA LUTA PELO TERRITÓRIO	Maria da Graça Silveira Gomes da Costa Clara Gomes Machado Robson Gabriel Santos de Oliveira
2	“SE NÃO NOS MATARAM EM 525 ANOS, NÃO É AGORA QUE VÃO CONSEGUIR”: AS POLÍTICAS DE MORTE DO ESTADO BRASILEIRO E A RESISTÊNCIA INDÍGENA	Clara Gomes Machado István Van Deursen Varga
3	WAPHIA WARAPAKA ~ SOPRAMOS NOSSAS DANÇAS	Lucas Canavarro Rodrigues Martins

N.	Título do trabalho	Autoria
4	MIGRAÇÃO NORDESTINA OU DIÁSPORA INDÍGENA AO SUDESTE BRASILEIRO E PERIFERIAS DA GRANDE SÃO PAULO: AUTOETNOGRAFIA SOB UMA PERSPECTIVA DE HISTÓRIA DE VIDA FAMILIAR	Márcio Barbosa da Silva
5	CRIMINALIZAÇÃO DOS POVOS KAIOWÁ E GUARANI NO MATO GROSSO DO SUL OU O ETNOGENOCÍDIO INSTITUCIONALIZADO	Amirele Porto Machado
6	RELATO DE EXPERIÊNCIA: MONITORIA INTERCULTURAL E INCLUSÃO DIGITAL NO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA DA UFOPA	Nayara Araújo de Sousa

ST22 - PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIFERENCIADOS PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS

Coordenação: Marta Coelho Castro Troquez (UFGD), Adir Casaro Nascimento (Universidade Católica Dom Bosco) e Beatriz dos Santos Landa (UEMS)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 09 (Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	A IMPORTÂNCIA DO PROJETO AÇÃO SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA PARA A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL INDÍGENA – COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIA SOBRE A ATUAÇÃO ENTRE OS BOE BORORO DE MATOGROSSO	Adriano Boro Makuda Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa
2	FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM BERURI, NO AMAZONAS: DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E REFLEXÕES	Fernanda Almeida Magalhães Andrea Lorena de Oliveira Aranha
3	CARTOGRAFIAS SOCIAIS E A CRIAÇÃO DE MODELOS FÍSICOS NA TERRA INDÍGENA MORRO DOS CAVALOS	Douglas Ladik Antunes
4	SABERES INDÍGENAS E PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA - INSTRUMENTO DE ENSINO DIFERENCIADO	Ervelys Silva Ramos Ruitemberg Munduruku Pereira Walam Vinhote Tapajós Figueira Aline da Silva Lima
5	XE TUPÃ XE POTIGUARA: GEOGRAFANDO POR MEIO DE TOANTES	Leandro da Silva Ramos Aldo Gonçalves de Oliveira
6	O ENSINO DE ASTRONOMIA EM ESCOLAS INDÍGENAS DO ESTADO DA PARAÍBA: UMA PROPOSTA FREIRIANA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	Leonardo Cinésio Gomes Flavia Polati Ferreira
7	PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO NA LÍNGUA MACUXI NA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA DOM LOURENÇO ZOLLER, NA COMUNIDADE INDÍGENA PEDRA PRETA, MUNICÍPIO DE UIRAMUTÁ/RR	Luciene Abelardo Cavalcante
8	AY, TÚ: A ROÇA DO POVO MAMAINDÊ	Maiko Mamaindê Gicele Sucupira

ST24 - MATERIAIS EDUCACIONAIS E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS, LINGÜÍSTICAS E ANTROPOLÓGICAS

Coordenação: Roseline Mezacasa (UNIR), Carolina Coelho Aragon (UFPB) e Daniel Santana Neto (OPIP)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 10 (Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	A TRIÁDE TORÉ-TUPÃ-TUPI: INVESTIGAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE REVITALIZAÇÃO LINGÜÍSTICA E VALORIZAÇÃO DE SABERES POTIGUARA	José Romildo Araújo da Silva Guyraakanga Potiguara Carolina Coelho Aragon

N.	Título do trabalho	Autoria
2	ENTRE A ESCOLA E O TERRITÓRIO: SABERES INDÍGENAS E PERSPECTIVAS DE "HISTÓRIA" ENTRE OS POVOS INDÍGENAS DO AMAPÁ E NORTE DO PARÁ	Carina Santos de Almeida Elissandra Barros
3	APRENDENDO HISTÓRIA INDÍGENA COM OS POVOS INDÍGENAS: UMA PRODUÇÃO DIDÁTICA COM USO DE QUADRINHOS	Cláudia Cristina do Lago Borges Sheila Taiane Teixeira da Silva
4	MATERIAIS DIDÁTICOS INTERCULTURAIS DOS POVOS INDÍGENAS DE RONDÔNIA	Maria Lucia Cereda Gomide
5	RITUAL DA FORMATURA INDÍGENA NO CONTEXTO DA ESCOLA POTIGUARA DA PARAÍBA	Aguinaldo Ciriaco da Silva Maria Sônia Barbalho de Macedo Daniel Santana Neto
6	LÍNGUA PORTUGUESA: MARCAS DA IDENTIDADE E ANCESTRALIDADE POTIGUARA	Ivanilza Cinesio Gomes Carolina Coelho Aragon

ST25 - SABERES INDÍGENAS & UNIVERSIDADE: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL À LUZ DAS LEIS 11.645/2008 E 12.711/2012

Coordenação: Adriana Aparecida Belino Padilha de Biazzi (UFSC), Ana Cristina Martinez (UFSC) e Cledison Antonio de Souza e Silva (UFSC)

Local: DEDC I, Sala 01 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	UNIVERSIDADE PLURAL, CORPOS-TERRITÓRIO E RESISTÊNCIAS: AÇÕES AFIRMATIVAS INDÍGENAS NA UFRJ	Isabelle Rocha Nobre Valéria Marques Batista Ana Cristina da Costa Alves Damires dos Santos França
2	ALIMENTAÇÃO E INCLUSÃO: INTERPRETAÇÕES DAS PLACAS DE SINALIZAÇÃO E CARDÁPIO DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DO CAMPUS GOIÁS DA UFG (GOIÁS/GO) NA LÍNGUA DO POVO A'UWÊ UPTABI	Janaína Tude Sevá Luciana Helena Alves da Silva Marília Resende Camargo
3	A LITERATURA INDÍGENA COMO FERRAMENTA DE DEBATE E IMPORTÂNCIA DOS SABERES INDÍGENAS NA FORMAÇÃO DE NOSSA IDENTIDADE CULTURAL AMAZÔNIDA	Delma Pacheco Sicsu
4	O DISFARCE DA IDENTIDADE COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS CONTRA O RACISMO	Eliane Domingues Miriam Debieux Rosa
5	O LABHIN/UFSC COMO ESPAÇO DE DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO DE SABERES INDÍGENAS	Cledison Antonio de Souza e Silva
6	UM ESTUDO EM ETNOMUSICOLOGIA INDÍGENA, AKWÊ - XERENTE: FONTE LITERÁRIA, INTERCULTURAL URBANA, EM TOCANTÍNIA, FORTALECIDA A PARTIR DA LEI Nº 11.645/2008	Márcio Alves da Costa Aline Vieira da Silva Ferreira Maurício Alves da Silva

ST27 - ARTES, LITERATURAS E TERRITORIALIDADES: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DOS POVOS INDÍGENAS EM ABYA YALA

Coordenação: Cláudia Pereira Vasconcelos (UNEB/UEFS), Jamille da Silva Lima-Payayá (UNICAMP) e Luciano Santos Xavier (UEFS/UFBA)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 14 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	HISTORIOGRAFIA AUDIOVISUAL INDÍGENA: O NARRAR GUARANI DO PASSADO-PRESENTE COLONIAL	Luisa Tombini Wittmann

N.	Título do trabalho	Autoria
2	A MOSTRA LAKLÃÕ: GENTE DO SOL E A RETOMADA INDÍGENA NA PRODUÇÃO FOTOGRÁFICA DE JUCELINO TODOS	Mariana Taube Romero Ana Carolina Cernicchiaro
3	ARTES QUE RECRIAM IMAGINÁRIOS: (DES)LEITURAS DE MULHERES INDÍGENAS NA OBRA DE YACUNÃ TUXÁ	Cláudia Pereira Vasconcelos
4	A CASA DE TUPÃ: RETOMADA PAYAYÁ E VALORIZAÇÃO CULTURAL EM IRAQUARA-BA	Anne Solimar Pacheco Felix
5	XAMANISMO E SONHO EM NARRATIVAS DE DANIEL MUNDURUKU	Cristhyan Emanuel Monteiro Gomes
6	A LÍNGUA DA TERRA EM ABYA YALA E ALÉM: QUATRO VOZES INDÍGENAS EM CONSTELAÇÃO	José Carlos Félix

ST28 - CORPOS D'ÁGUA COMO ELEMENTOS PRIMORDIAIS DA VIDA. OS IMPACTOS SOBRE O MEIO AMBIENTE E OS POVOS INDÍGENAS NA ABYAYALA NA LONGA DURAÇÃO

Coordenação: Ana Catarina Garcia (CHAM - Centro de Humanidades. NOVA FCSH, Lisboa-PT), José Otávio Aguiar (UFCG) e Juciene Ricarte Apolinário (UFCG)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 11 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	RIOS DA VIOLÊNCIA COLONIAL: ROTAS FLUVIAIS DE DEPORTAÇÃO E ESCRAVIZAÇÃO INDÍGENA NO PARAGUAI (SÉCULOS XVI-XVII) E SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS DE LONGA DURAÇÃO	Guillaume Candela
2	CUANDO EL RÍO SUENA, AGUA TRAE. A CONSTRUÇÃO JESUÍTICA DE UMA RETÓRICA SOBRE A BARBÁRIE DO CHACO NO SÉCULO XVIII	Carlos Daniel Paz
3	O PROJETO 4OCEANS: UMA ABORDAGEM TRANSDISCIPLINAR SOBRE EXPLORAÇÃO DE ANIMAIS AQUÁTICOS NA ABYA YALA. O TARTARUGAS E MANATINS ENTRE OS SÉCULOS XVI-XVIII	Cristina Brito Ana Catarina Garcia
4	O PROJECTO "TRASH" E ABYA YALA: MERCÚRIO, ENGENHOS E CIDADES PORTUÁRIAS NA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL INDÍGENA (SÉCULOS XVI-XXI)	Ana Catarina Abrantes Garcia
5	AGÊNCIAS HUMANAS E SEUS LEGADOS: A PAISAGEM COMO UM PONTO DE ENCONTRO	Diana Mirela da Silva Toso
6	A COSMOLOGIA AGRÍCOLA NA FILOSOFIA DE IRAN XUKURU	José Otávio Aguiar
7	TÍTULO NÃO INFORMADO	Tulia Falleti

ST29 - METODOLOGIAS DE PESQUISA E SISTEMATIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS INDÍGENAS NAS UNIVERSIDADES: DISCURSO, EDUCAÇÃO, INTERCULTURALIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE

Coordenação: Luanna Cardoso Oliveira (UFOPA), Marília Fernanda Pereira Leite (UFOPA) e Euricléia do Rosário Galúcio (UFOPA)

Local: DEDC I, Sala 10 (1º Andar)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	DE ONDE VEM AS "IDEIAS PARA ADIAR O FIM DO MUNDO": A FORMAÇÃO DE UMA ALA INTELLECTUAL INDÍGENA NA CONTEMPORANEIDADE	André da Silva Muniz (Kigéw Puri)

N.	Título do trabalho	Autoria
2	ENTRE MUNDOS: O QUE EMERGEM DOS ESTUDOS DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA?	Luanna Cardoso Oliveira Zair Henrique Santos
3	SABERES DA DIVERSIDADE INDÍGENA: PERCEPÇÕES DE DOCENTES DO IF GOIANO - CAMPUS URUTÁI	Adriele do Nascimento Melo
4	ECOPEDAGOGIA E CIÊNCIAS INDÍGENAS: DIÁLOGOS PARA UMA FORMAÇÃO SUSTENTÁVEL E ÉTICO-PLANETÁRIA	Hélica Lucivane Silva Assunção
5	MEMÓRIAS TECIDAS NA CONSTRUÇÃO COLETIVA DO CURSO DE PEDAGOGIA INTERCULTURAL INDÍGENA	Fernanda Monteiro Barreto Camargo Gefferson Pereira Marques
6	PERSPECTIVAS AMAZÔNICAS SOBRE BEM-VIVER, SAÚDE E ADOECIMENTO ENTRE POVOS INDÍGENAS: CONTRIBUIÇÕES DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA PÓS-GRADUAÇÃO	Valéria Regina Cavalcante dos Santos Henriana Soares Serra Cinthia Cristina Souza de Menezes da Silveira Andrea das Graças Ferreira Frazão Klaudia Yared Sadala
7	SABERES INDÍGENAS NAS PRODUÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS: ENTRE O NOTÓRIO SABER E O SABER TRADICIONAL	Raquel Fernandes dos Anjos Luanna Cardoso Oliveira Zair Henrique Santos

ST31 - UNIVERSIDADE É TERRITÓRIO INDÍGENA? CIÊNCIAS INDÍGENAS COMO AFIRMAÇÃO DO CORPO-TERRITÓRIO-MEMÓRIA

Coordenação: Danielle Gonzaga de Brito (UFAM), Alva Lana Rosa Vieira (SEDUC/UFAM) e Martinha Mendonça (UFF)

Local: Local: DEDC I, Sala 03 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	"AÇÕES DE VALORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO ESCOLAR DAS ALDEIAS GUARANI DO MUNICÍPIO DE MARICÁ": RELATO DE EXPERIÊNCIAS	Mariana Paladino
2	A UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA) COMO LUGAR DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E SABERES INDÍGENAS	Terezinha do Socorro Lira Pereira Tania Suely Azevedo Brasileiro Maxim Repetto
3	A UNIVERSIDADE INDÍGENA PLURIÉTNICA ALDEIA MARACANÃ E OS DESAFIOS DA AUTONOMIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA - UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS E PLURIÉTNICAS NA AMÉRICA LATINA	Mônica Cristina Brandão dos Santos Lima
4	A URGÊNCIA DA ESCRITA: CHAMAMENTO DE MURAYCOKO	Danielle Gonzaga de Brito
5	TÍTULO NÃO INFORMADO	Jecilaine Ferreira Silva

ST35 - LITERATURAS INDÍGENAS: (RE/INS)ESCREVENDO ABYA YALA

Coordenação: Fernanda Vieira de Sant'Anna (UEMG) e Ananda Machado (UFRR) e Jeane Almeida da Silva (UFRR)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 13 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	LITERATURA INDÍGENA: PARA (RE)ESCREVER ABYA YALA	Jeane Almeida da Silva
2	METODOLOGIAS DECOLONIAIS, LITERATURAS INDÍGENAS E TEORIA DA LITERATURA: NOVAS FORMAS ANCESTRAIS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	Fernanda Vieira de Sant'Anna

N.	Título do trabalho	Autoria
3	ENTRE O ATLÂNTICO E OS ANDES: POÉTICAS INDÍGENAS FEMININAS DE REXISTÊNCIA	Larissa Fontinele de Alencar
4	PARICHARA: CANTO, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA NAS LITERATURAS VIVAS DO POVO WAPICHANA	Roberta Sagica Gomes
5	QUATRO ELEMENTOS, UMA VOZ: A POÉTICA DE EVA POTIGUARA EM ABYAYALA MEMBYRA NHEÉNGARA: CÂNTICOS DE UMA FILHA DA TERRA	Francisco Bezerra dos Santos
6	WATAAPAN WAKUTYAN WA SAADAN IDI'AN WAPARADAN	Joice Alberto de Souza Ananda Machado

ST36 - CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA INDÍGENA PARA ECONOMIA, POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO (SÉCULOS XVI A XIX)

Coordenação: Érica Lôpo de Araújo (UFPE) e Naira Maria Mota Bezerra (UFF)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 06 (Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	"SEM FÉ, NEM LEI, NEM REI"? NORMATIVIDADES INDÍGENAS NA AUTORREGULAÇÃO DA VIDA COMUNITÁRIA (AMÉRICA PORTUGUESA, SÉC. XVI-XIX)	Yamê Galdino de Paiva
2	ENTRE FRONTEIRAS E SABERES INDÍGENAS: PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE MANDIOCA NA CAPITAL DO ESTADO DO BRASIL (SÉCULO XVII)	Érica Lôpo de Araújo
3	DIPLOMACIA, NATUREZA E RESISTÊNCIA INDÍGENA NO MUNDO IBÉRICO (1750-1800)	Naira Maria Mota Bezerra
4	O DIRETOR GERAL DOS ÍNDIOS E AS PROPOSTAS DE CONTROLE DA MÃO DE OBRA INDÍGENA NA CAPITANIA DE SÃO PAULO SETECENTISTA	Ana Paula Medicci
5	"OS ÍNDIOS PUROS SÃO MENOS AMIGOS DO TRABALHO": O DISCURSO OFICIAL DA PREGUIÇA E O TRABALHO INDÍGENA (MISSÃO DO SAÍ, VILA NOVA DA RAINHA, 1858)	Cândido Domingues
6	CONTRIBUIÇÕES DOS POVOS INDÍGENAS PARA A ECONOMIA, POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO ENTRE OS SÉCULOS XVI E XIX	Schmiderson Aujour

ST37 - CARTOGRAFIAS DA MEMÓRIA: CULTURAS, MOVIMENTOS E HISTÓRIAS DOS POVOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA

Coordenação: Jessyka Samya Ladislau Pereira Costa (UFAM) e Davi Avelino Leal (UFAM)

Local: DEDC I, Sala 11 (1º Andar)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	ENTRE REDES E ACERVOS: TRANÇADOS INDÍGENAS AMAZÔNICOS DA VIAGEM FILOSÓFICA E A PRODUÇÃO DE MEMÓRIA COLONIAL (1783-1792)	Talita Evelyn Ferreira Ruiz
2	BELIZÁRIO, MANOEL, JOÃO... QUEM E O QUE ERA SER UM "ÍNDIO PRINCIPAL" NO AMAZONAS OITOCENTISTA?	Bruno Miranda Braga
3	AS TERRITORIALIDADES INDÍGENAS E NEGRAS NA FORMAÇÃO DA ENCRUZILHADA DA AMAZÔNIA MARANHENSE (SÉCULO XIX)	Liana Rayssa Mota Amorim

N.	Título do trabalho	Autoria
4	"NUM CASTANHAL HÁ DUAS ÍNDIAS ESCRAVIZADAS": AS FORMAS DE EXPLORAÇÃO DA MÃO DE OBRA DE INDÍGENAS NA AMAZÔNIA (1880-1910)	Jessyka Samya Ladislau Pereira Costa
5	"O MUSEU MAGÜTA É UM ARQUIVO NOSSO": MEMÓRIA E HISTÓRIA PELO PRIMEIRO MUSEU INDÍGENA DO BRASIL	Tamily Frota Pantoja

ST39 - MOVIMENTO E PROTAGONISMO INDÍGENA NA BAHIA – BRASIL: REEXISTÊNCIAS, RESILIÊNCIAS E AFIRMAÇÕES

Coordenação: Paulo Alfredo Martins Rocha (UNEB), Wbaneide Martins Andadre (UNEB) e Leonardo Lins Diego (UNEB)

Local: DCH I, Prédio 1, Sala 04 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	TERRITÓRIOS EM MOVIMENTO: AS ANDANÇAS DO POVO KARIRI-XOCÓ	Maria Ionaia de Jesus Souza
2	"MINHA MÃE CUIDA DE MIM E EU TÔ CUIDANDO DELA": MULHERES KAIOWA E GUARANI, SABERES E ENFRENTAMENTOS ÀS CRISES CLIMÁTICAS	Graciela Vilela Pereira
3	"RETOMADA ANCESTRAL: ESCRIVÊNCIA EPISTOLAR DE UMA INDÍGENA PAYAYÁ DA CHAPADA DIAMANTINA"	Márcia Maaria Gonçalves de Oliveira (Márcia Payayá)
4	CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA VIGOTSKYANA PARA SABERES E PRÁTICAS INTERCULTURAIS NA SAÚDE DIANTE DA VULNERABILIDADE AO HIV PELOS POVOS INDÍGENAS	Josicéia Oliveira de Souza Leonardo Diego Lins
5	A EDUCAÇÃO COMO CAMINHO DE REPARAÇÃO HISTÓRICA: AVANÇOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS LEIS 10.639/03 E 11.645/08 NA REDE ESTADUAL DA BAHIA	Maria Jesuína Barbosa Santos
6	OS PATAXÓ FRENTE À DESAPROPRIAÇÃO TERRITORIAL(BA): TERRITORIALIZAÇÃO, RESISTÊNCIA E REEXISTÊNCIA	Camila Margon Massi
7	POVO GUERÉM: DA MEMÓRIA BIOCULTURAL À LUTA PELO TERRITÓRIO ANCESTRAL	Ybyrá Ybyraçu Antekren Duarte Brandão
8	APRENDÊNCIAS INTERCULTURAIS E INTRACULTURAIS, SEUS SENTIDOS E SIGNIFICADOS: DIÁLOGOS CIRCULARES SOBRE PROTAGONISMO INDÍGENA E A EDUCAÇÃO COMO PROJETO DE POVO	Paulo Alfredo Martins Rocha Leonardo Diego Lins Wbaneide Martins Andrade.

ST42 - PEDAGOGIAS E CIÊNCIAS INDÍGENAS: REPENSANDO EDUCAÇÃO E EPISTEMOLOGIAS

Coordenação: Marilda da Conceição Martins (UFMA), Mauro Torres Siqueira (UFNT) e Vitor Fabrício Machado Souza (UFPR)

Local: DEDC I, Sala 04 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	PEDAGOGIA MAGÜTA: ORALIDADE, RESISTÊNCIA CULTURAL E PRÁTICAS EDUCATIVAS	Tatiana Panduro da Costa Leonardo Ferreira Peixoto
2	TRAJETÓRIAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORAS(ES) DE ESCOLAS INDÍGENAS: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA JANUÁRIA, NA TERRA INDÍGENA RIO PINDARÉ, MARANHÃO	Marilda da Conceição Martins Alexandra Resende Campos Raimunda de Moraes Mota
3	A FEITURA DE SABONETES COMO INVESTIGAÇÃO	Juliana Emidio Juvencio Modesto

N.	Título do trabalho	Autoria
	ETNOAMBIENTAL: ARTICULAÇÕES ENTRE SABERES INDÍGENAS E ENSINO DE CIÊNCIAS	
4	ROMPENDO A BARREIRA DO PRECONCEITO – VALORIZANDO A HISTÓRIA E CULTURA M'BYA	Gabriela Strauss Barbosa Reded, Vitor Fabrício Machado Souza
5	EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E EPISTEMOLOGIAS INDÍGENAS INY: ANÁLISE DE NARRATIVAS FORMATIVAS DE MULHERES KARAJÁ	Daniel Gabriel Borges Maiko Sousa Feitosa, Gerson de Souza Mol
6	O ENSINO DE ANÁLISE LINGÜÍSTICA POR PROFESSORES INDÍGENAS AKWÊ XERENTE EM CONTEXTO DE FORMAÇÃO INICIAL: MATIZES E PERSPECTIVAS	Celso Sairebaiko Xerente Neila Nunes de Souza

ST43 - A IMPORTÂNCIA DA MULHER INDÍGENA NO PROCESSO DE RESISTÊNCIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS

Coordenação: Glória Di Fanti (PUCRS), Cristhiane Ferreguett (UNEB) e Adriana Barbosa Pesca (UFSB)

Local: DEDC I, Sala 02 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	MULHERES INDÍGENAS, RESISTÊNCIAS E POLÍTICAS AFIRMATIVAS	Ana Luiza Benato e Silva Eugenia Portela de Siqueira Marques Maicon Guiland Veiga
2	FORMAÇÃO HISTÓRICA DA MOBILIZAÇÃO DAS MULHERES MUNDURUKU: RESISTÊNCIA ÀS INVASÕES E LUTAS CONTEMPORÂNEAS	Lilian Regina Furtado Braga Wilson Madeira Filho Antônio Raúl Siteo
3	TÍTULO NÃO INFORMADO	Eugenia Portela de Siqueira Marques
4	DE JOSEFA A YAMANI PATAXÓ: HISTÓRIAS DE LUTA E RESISTÊNCIA DE MULHERES INDÍGENAS NA COSTA DOS PATAXÓ	Gerusa Sobreira Mirna Kambeba Omágua Yetê Anaquiri
5	MULHERES INDÍGENAS EM (RE)EXISTÊNCIA: ENFRENTAMENTOS, SABERES E LUTAS	Glória Di Fanti Cristhiane Ferreguett Adriana Barbosa Pesca
6	A MULHER SATERÉ-MAWÉ: O BRAÇO QUE ERGUE E (RE)EXISTE	Cristhiane Ferreguett
7	CORPO-TERRITÓRIO INDÍGENA: NEGA PATAXÓ HÃHÃHÃE E O LUGAR DO SAGRADO FEMININO NAS LUTAS TERRITORIAIS DE CARAMURU PARAGUAÇU	Adriana Barbosa Pesca Paiva
8	A RESISTÊNCIA DA MULHER KAYAPÓ: REFLEXO E REFRAÇÃO EM PERSPECTIVA DIALÓGICA	Maria da Glória Corrêa Di Fanti
9	MULHERES APINAJÉ E ESCOLARIZAÇÃO: DESAFIOS LINGÜÍSTICOS E PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA	Raimundo Nonato de Pádua Cânciao
10	A CENTRALIDADE DAS MULHERES GUARANI E KAIOWÁ NO COMBATE AO RACISMO RELIGIOSO	Bianca Leonardo Oliveira

ST44 - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E REVITALIZAÇÃO LINGÜÍSTICA

Coordenação: Paulo de Tássio Borges da Silva (UFF), Adria Simone Duarte de Souza (UEA) e Célia Aparecida Bettiol (UEA)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 08 (Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	SABERES, HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE INDÍGENA: ANÁLISE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA ESCOLA INDÍGENA KUMNKAWÉ	Vanessa Hätxu de Moura Karajá Lucas Alves Martins Jocyleia Santana dos Santos
2	SABERES ANCESTRAIS E DIÁLOGOS INTERCULTURAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM MATO GROSSO	Eliane Boroponepa Monzilar
3	COSTURANDO SABERES: UMA EXPERIÊNCIA INTERCULTURAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM TEFÉ/AMAZONAS	Hemily Pastanas Marinho Jovane Noteno Neves Dionei da Silva Costa
4	“ESCREVO ESTÁ CARTA PARA SABER QUE O ÍNDIO NÃO É BOBO”: OS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO NA TI TE'YIKUE CAARAPÔ, MS	Elizabete Fernandes Maria Aparecida Mendes de Oliveira
5	ENTRE TERRITÓRIOS E SABERES: CURRÍCULO ESCOLAR INDÍGENA NAS PERSPECTIVAS PATAXÓ E TUPINIKIM	Juliana Borges Costa
6	REORGANIZAÇÃO POLÍTICA, EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E REVITALIZAÇÃO LINGÜÍSTICA ENTRE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO POVO ISÚ-KARIRI	Willian Fernando Domingues Vilela Cicera Pereira de Andrade
7	POLÍTICAS CURRICULARES EM CONTEXTOS CULTURAIS: A EXPERIÊNCIA COM A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS DO ALTO RIO NEGRO (AMARN)	Adria Simone Duarte de Souza Paulo de Tássio Borges da Silva
8	EDUCAÇÃO, ANCESTRALIDADE E A PRODUÇÃO LITERÁRIA AVAGUARANI: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DE JOVENS E CRIANÇAS INDÍGENAS BILÍNGUES	Delmira de Almeida Peres Rosângela Célia Faustino
9	A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL NO PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO	Diego Barbosa da Silva

ST46 - CURRÍCULO INTERCULTURAL DA ESCOLA INDÍGENA: HISTÓRIAS, TERRITÓRIOS E BASES EPISTÉMICAS NA FORMAÇÃO E PRÁTICA DE PROFESSORES INDÍGENAS

Coordenação: Catarina Janira Padilha (Instituto Insikiran/UFRR), Tacio José Natal Raposo (UERR) e Wagner Feitosa Avelino (UNESP)

Local: DEDC I, Sala 08 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	A PRÁTICA DA LEITURA E A FORMAÇÃO DE LEITORES EM ESCOLA INDÍGENA: UM ESTUDO DE CASO NA TURMA DOS 50 ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA KOKAMA EM BENJAMIN CONSTANT-AM	Jozenildo Aiambo dos Santos Oderlene Bindá Bráulio
2	ENSINO DE MATEMÁTICA POR PROFESSORAS INDÍGENAS EM IAUARETÊ (AM): ARTICULAÇÕES ENTRE SABERES TRADICIONAIS E CURRÍCULO ESCOLAR	Rosane Gonçalves Cruz
3	CURRÍCULO INTERCULTURAL E INCLUSIVO: A ETNOMATEMÁTICA E A ACESSIBILIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS	Denis Viana de Souza

N.	Título do trabalho	Autoria
4	O ENSINO MÉDIO NA COMUNIDADE INDÍGENA PATAXÓ COROA VERMELHA: PERSPECTIVAS CONTRACOLONIAIS E EPISTEMOLÓGICAS NA AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE E DA MEMÓRIA NO COLÉGIO ESTADUAL INDÍGENA COROA VERMELHA	Verônica Silva Santos Ana Cristina Santos Peixoto
5	A OPY E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO OESTE DO PARANÁ	Sara Concepción Chena Centurión
6	ENTRE TERRITÓRIOS, SABERES E ESCOLA: CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DE CURRÍCULOS INTERCULTURAIS A PARTIR DA AÇÃO SABERES INDÍGENAS	Marilene Alves Fernandes
7	ENTRE REFERÊNCIAS E TERRITÓRIOS: O CURRÍCULO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DA BAHIA	Mariane Nascimento dos Santos
8	EDUCAÇÃO INTERCULTURAL. UMA ANÁLISE HISTÓRICO-CRÍTICA DA EPISTEMOLOGIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS DA TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS EM RELAÇÃO AO CONHECIMENTO FORMAL NOS CURRÍCULOS ESCOLARES	Teddy Keyari Njaya Tácio José Natal Raposo
9	PARFOR EQUIDADE: POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ESINO SUPERIOR E GARANTIA DE DIREITOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS	Simone Rodrigues Batista Mendes
10	NARRATIVAS E MEMORIAIS DOS SABERES FAZERES DOCENTES COMO METODOLOGIA NO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA INTERCULTURAL DO PARFOR EQUIDADE/ INSTITUTO INSIKIRAN/UFRR	Catarina Janira Padilha
11	AGROECOLOGIA, EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E OS ODS 18 A 20	Ralane Gomes da Silva Wagner Feitosa Avelino Tácio José Natal Raposo

ST47 - RESISTÊNCIAS INDÍGENAS NO BRASIL COLONIAL

Coordenação: Ane Luise Silva Mecnas Santos (UFRN), Irene Vicente-Martin (Universidad de Salamanca) e Pablo A. Iglesias Magalhães (UFOB)

Local: DEDC I, Sala 07 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	ICONOGRAFIA E RESISTÊNCIA INDÍGENA NO BRASIL (SÉCULOS XVI-XIX)	Lais Glória Correia Nascimento
2	AS REVOLTAS ÍNDIGENAS NO SITE IMPRESSÕES REBELDES: BASE DE DADOS E USO COMO INSTRUMENTO DE PESQUISA E EM SALA DE AULA	João Henrique Ferreira de Castro
3	REFLEXÕES EM TORNO DE UM NOME: SÃO MIGUEL DA BAÍA DA TRAIÇÃO. UM ESTIGMA OU UM SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA	Thereza de Barcellos Baumann Zavataro
4	TERRITÓRIO E LUGARES DE MEMÓRIAS KAXIXÓ - RESISTÊNCIA E CULTURA MATERIAL NO VALE DO RIO PARÁ, MG, BRASIL	Alenice Motta Baeta
5	TERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA INDÍGENA NO PIAUÍ COLONIAL: O PROCESSO DE CONCESSÃO DAS SESMARIAS E OS CONFLITOS PELA TERRA	Rafael Ricarte da Silva
6	RESISTÊNCIAS E RESSIGNIFICAÇÕES INDÍGENAS NA ESCRITA JESUÍTICA DE FERNÃO CARDIM NA AMÉRICA PORTUGUESA (1583-1621)	Jhonata Willyan de Figueiredo Santos

N.	Título do trabalho	Autoria
7	"ASSALTAVAM AS HABITAÇÕES, DEVASTAVAM AS LAVOURAS E DESTRUÍAM O GADO": RESISTÊNCIA DO POVO KARIÚ NO CARIRI COLONIAL	Maria Ivanda da Silva

ST48 - DECOLONIALIDADE, DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

Coordenação: Sérgio Pessoa Ferro (UFOB), Lorena Lima Moura Varão (UFT) e Natasha Karenina de Sousa Rego (UESPI)

Local: DEDC I, Sala 12 (1º Andar)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	ESCREVIVÊNCIAS DA RETOMADA DA ANCESTRALIDADE INDÍGENA NO PIAUÍ	Natasha Karenina de Sousa Rego
2	ENTRE ONTOLOGIAS COLONIAIS E MUNDOS OUTROS: JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DECOLONIALIDADE DESDE OS CORPOS-POVOS-TERRITÓRIOS	Leticia Garroni Moreira Franco
3	A CONTRACOLONIALIDADE EM MEIO À RETOMADA E À REEXISTÊNCIA	Gisele Oliveira de Lima
4	A PARTIDA E A CHEGADA	Edineide Barros de Oliveira
5	MARÉ DE VAZANTE: FLUXO E REFLUXO DA MARÉ: O MOVIMENTO SOCIAL E ECOLÓGICO DE EDUCAÇÃO EM UMA PERSPECTIVA PEDAGÓGICA DECOLONIAL	Daniele Freire Procópio Livia Alessandra Fialho da Costa

ST51 - O PROTAGONISMO DAS MULHERES INDÍGENAS: NARRATIVAS, MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE SEU CORPO-TERRITÓRIO NA RECONSTRUÇÃO DO BEM-VIVER

Coordenação: Fabiana Lopes Saquiray (UFAM) e Valeria Marques Batista (UFRJ)

Local: DCH I, Prédio 2, PPGEL - Sala 03 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	CULTURA, REPRESENTATIVIDADE POR MEIO DA TRAJETÓRIA DA CACICA LUCIANE PEREIRA RUBEM EM SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ/AM	Fabiana Lopes Saquiray (Kokama) Júlio Cláudio da Silva
2	HÃWYKY BĚDĚNYKŮNANA: PRÁTICAS CULTURAIS JAVAÉ E O PAPEL DAS MULHERES NA TRANSMISSÃO DE SABERES ANCESTRAIS	Mirley Kutaharu Javaé Tamires Maia Gonçalves Pereira Mendonça
3	AS MESTRAS DE OFÍCIO DA CURA: PROTAGONISMO FEMININO INDÍGENA E OS SABERES TERAPÊUTICOS PARA A MANUTENÇÃO DO BEM-VIVER AMAZÔNICO	Eva Moura dos Santos Itamar Rodrigues Paulino
4	MULHERES WAI WAI: TRANSFORMAÇÕES, DESAFIOS E CAMINHOS ENTRE TERRITÓRIOS	Elaide Tapuri Wai Wai
5	O QUE ELAS FAZEM AQUI? PROCESSOS DE REOCUPAÇÃO DE MULHERES NO MOVIMENTO INDÍGENA	Taynara Alves Lobato
6	O PROTAGONISMO POLÍTICO DAS MULHERES INDÍGENAS DO ALTO RIO NEGRO E A CONSTRUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS DO ALTO RIO NEGRO	Clarice Gama da Silva Arbella

ST54 - ELITES INDÍGENAS NA IBERO-AMÉRICA: AGÊNCIAS, EXPERIÊNCIAS E PROTAGONISMOS (SÉC. XVI-XIX)

Coordenação: David Barbuda Ferreira (UFMG), Carlos Hugo Hurtado Ames (Universidad Nacional Mayor de San Marcos) e Adriano Toledo Paiva (IFMG)

Local: DCH I, Prédio 2, PPGEI - Sala 02 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	MULHERES INDÍGENAS NAS ELITES COLONIAIS DA AMÉRICA PORTUGUESA	Suelen Siqueira Julio
2	O CACIQUE GONZALO TAULICHUSCO TOHUAINAE E A REINVENÇÃO DAS ELITES INDÍGENAS NO VALE DE LIMA (1535-1559)	Iane Cunha Barbuda Ferreira
3	LOS CACIQUES Y LA AMPLIACIÓN DE LAS REDES BUROCRÁTICAS Y ADMINISTRATIVAS EN LOS PUEBLOS DE INDIOS EN EL CORREGIMIENTO DE HUAYLAS DURANTE LOS SIGLOS XVI Y XVII	Marina Zuloaga
4	LIDERANÇAS INDÍGENAS NO ALDEAMENTO DE SÃO MANUEL DE RIO POMBA, MINAS GERAIS (1767-1800)	Adriano Toledo Paiva
5	ELITES INDÍGENAS, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO NA SERRA DO IBIAPABA: O CASO DA FAMÍLIA SOUZA E CASTRO (SÉCULO XVIII)	David Barbuda Ferreira
6	ELITES INDÍGENAS E AS DIVISÕES MILITARES DO RIO DOCE (1798-1845)	Romilda Oliveira Alves

ST56 - EDUCAÇÃO, ENSINO DE HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA: POSSIBILIDADES E ENCONTROS ENTRE SABERES TRADICIONAIS E DEBATES INTERDISCIPLINARES PARA OS MUNDOS INDÍGENAS

Coordenação: Claudia Regina Nichnig (UNESPAR), Felipe Bruno Martins Fernandes (UFBA) e Regina Ingrida Bragagnolo (UFSC)

Local: DCV I, Prédio 2, Sala 301 (3º Andar -1º Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	SABERES INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADES E LIMITES NA RELAÇÃO PEDAGÓGICA	Carolina Shimomura Spinelli Regina Ingrid Bragagnolo
2	A LACUNA DE PÓS-GRADUAÇÕES INTERCULTURAIS COMO BARREIRA À PROGRESSÃO NA CARREIRA DOCENTE	Felipe Bruno Martins Fernandes
3	REFLEXÕES E PRÁTICAS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E ANTISSEXISTA COM AS MULHERES INDÍGENAS	Claudia Regina Nichnig
4	INTERCULTURALIDADE E SUSTENTABILIDADE: EXPERIÊNCIAS COM A FORMAÇÃO DE JOVENS INDÍGENAS NO PARANÁ	Jefferson Gabriel Domingues

ST57 - HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL: LUTAS, DIREITOS E RESISTÊNCIAS

Coordenação: Diogo Francisco Cruz Monteiro (SEMED, Aracaju-SE), Angelita Queiroz (UFSC) e Liliane da Silva Santos (UFRJ)

Local: DCV I, Prédio 2, Sala 304 (3º Andar -1º Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	OS WAIWAI E OS KARAPAU YANA. HISTÓRIAS DE ENCONTROS E TRANSFORMAÇÕES AMERÍNDIAS NA REGIÃO DAS GUIANAS	Alexandre Aniceto de Souza

N.	Título do trabalho	Autoria
2	SILENCIADOS, MAS PRESENTES: A TRAJETÓRIA DO POVO KANINDÉ NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR (1964-1985)	Antônia Aldeniza Silva Santos (Aldeniza Kanindé) Roberto Kennedy Gomes Franco
3	O DIA DOS POVOS INDÍGENAS E SUA RITUALIZAÇÃO: ESTUDO COMPARADO DA CELEBRAÇÃO DO DIA 19 DE ABRIL PELO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO E A FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (1943-1985)	Beatriz dos Santos da Silva
4	BEATRIZ GÓIS DANTAS: O ITINERÁRIO DE UMA INTELLECTUAL MEDIADORA DA CAUSA XOKÓ	Diogo Francisco Cruz Monteiro
5	MEMÓRIAS INDÍGENAS EM CLANDESTINIDADE ÉTNICA NO ESTADO DO CEARÁ NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR	Francisca Naziana Henrique José Cleber da Silva Nogueira Roberto Kennedy Gomes Franco
6	REVISITANDO AS MEMÓRIAS INTERÉTNICAS COMPARTILHADAS PELOS INDÍGENAS EM CRATEÚS/CE NOS TEMPOS DA DITADURA MILITAR	Francisco Lucas Venancio de Sousa (Lucas Kariri) Luciano Vieira de Sousa (Luciano Kariri) Roberto Kennedy Gomes Franco
7	A IMPRENSA INDÍGENA NO BRASIL REPUBLICANO: O JORNAL MENSAGEIRO E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE LIDERANÇAS INDÍGENAS NO NORDESTE (1970-1980)	Ivanilson Martins dos Santos Xokó

ST58 - TEXTUALIDADES INDÍGENAS: LINGUAGENS PLURAIS, ANCESTRAIS E CONTEMPORÂNEAS

Coordenação: Rinah de Araújo Souto (UFPB), Vanessa Augusta do Nascimento Brandão (UNESP) e Joel Vieira da Silva Filho (UFAL)

Local: DEDC I, Sala 08 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	LETRAMENTO DECOLONIAL: A POTÊNCIA DE TEXTOS INDÍGENAS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NUMA PERSPECTIVA CRÍTICA EM RORAIMA	Juliana da Silva Moraes
2	LITERATURA INDÍGENA E ENSINO: CAMINHOS PARA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 11.645 EM SALA DE AULA, A PARTIR DA OBRA DE DANIEL MUNDURUKU	José Carlos Ribeiro Pereira Maria Suely da Costa
3	A PALAVRA COMO CORPO: TEXTUALIDADES INDÍGENAS E LEITURA PERFORMÁTICA NAS AULAS DE ESCRITA CRIATIVA	Ludmila Nóbrega Marinho Viana
4	ENTRE O SOM DAS ÁGUAS E O BRILHO DAS TELAS: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL NA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA	Adriana Gomes Rufo Gonçalves Aurea Maria Sampaio Teles Marcilene de Assis Alves Araújo
5	ATELIÊ CRIATIVO INDÍGENA COMO VIVÊNCIA EDUCATIVA: APRENDIZAGENS EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA/PB	Aldenice Auxiliadora de Oliveira
6	DE JAXY JATERÉ A SOSY SOPRÉ: A CONTRACOLONIZAÇÃO E A VALORIZAÇÃO DOS SACYS DAS NARRATIVAS INDÍGENAS NO ENSINO FUNDAMENTAL II	Bárbara da Cruz Santos

ST59 - CIRCULAÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS: CUIDADO, RESISTÊNCIA E EXPERIÊNCIA**Coordenação:** Rosijane Fernandes Moura (UFAM) e Marilene Aicate Peres (UFAM)**Local:** DEDC I, Sala 12 (1º Andar)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	DIAGNÓSTICO E APOIO AO ARTESANATO INDÍGENA POTIGUARA: RESULTADOS PARCIAIS	Talita Brito da Silva Lucilene K. R. Bandeira
2	TECENDO VIDAS E GESTANDO O FUTURO: ESCRIVIVÊNCIAS E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO COMO PRÁTICA POLÍTICA DAS INDÍGENAS MULHERES	Andreza de Oliveira Andrade
3	CORPO-TERRITÓRIO DAS LIDERANÇAS DE MULHERES KOKAMA: UM OLHAR SOBRE A SAÚDE E AMBIENTE DAS MULHERES INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANO	Cristina Gonçalves Rodrigues Socorro de Fátima Moraes Nina
4	VIOLÊNCIA DE GÊNERO E INTERCULTURALIDADE: A ESCUTA ETNOCENTRADA COM MULHERES KAIGANG	Gláucia Valéria Pinheiro de Brida
5	VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES INDÍGENAS E OS DESAFIOS À SEGURANÇA PÚBLICA	Marcela Lacerda Macuxi

ST65 - PARA UMA MUSEOLOGIA SOCIAL: POVOS INDÍGENAS, AFROLATINO-AMERICANOS-CARIBENHOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA GESTÃO DE POLÍTICAS E ACERVOS MUSEAIS**Coordenação:** Romina Celona (Museu Nacional/UFRJ) e Tonico Benites Avá Kaiowá (Museu Nacional/UFRJ)**Local:** DCV I, Prédio 2, Sala 303 (3º Andar -1º Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	PROJETO DE MEMÓRIA CORREDOR DO MUNDO INTEIRO: ACERVO ENCANTADO E MEMÓRIAS JUREMEIRAS	Henrique Falcão Nunes de Lima
2	ESCOLA DA CIÊNCIA – BIOLOGIA E HISTÓRIA COMO TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA: NARRATIVAS E PRESENÇAS TUPINIKIM	Ticiane Pivetta Costa Ulianara Gomes do Rosário Antonio Donizetti Sgarbi
3	“ÍNDIA FIANDO ALGODÃO”: O DESENHO DE FRANZ KELLER (1867) E SEU POTENCIAL ETNOLÓGICO, HISTÓRICO E MUSEOLÓGICO	Protasio Paulo Langer

ST68 - COSMOLOGIAS INDÍGENAS, LITERATURA E TRADUÇÃO: DIANTE DO ANTROPOCENO**Coordenação:** Adalberto Müller Junior (UFF) e Alexandre André Nodari (UFSC) e Marina dos Santos Ferreira (UFSC)**Local:** DCV I, Prédio 2, Sala 305 (3º Andar -1º Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	A CRÍTICA LITERÁRIA BRASILEIRA DE AUTORIA INDÍGENA: A REPERCUSSÃO MULTIMODAL DE <i>MACUNAÍMA</i> , DE MÁRIO DE ANDRADE	Pedro Mandagará Ribeiro
2	EDUCAÇÃO, ANCESTRALIDADE E LITERATURAS INDÍGENAS: O RIO-SENTIR-PENSAR DE MÁRCIA KAMBEBA E A PLURIVERSIDADE DE MUNDOS FRENTE AO ANTROPOCENO	Thaís Tavares Nogueira
3	RELAÇÕES ENTRE HUMANOS E OUTROS-QUE-HUMANOS NOS “CANTOS PARA FAZER ROÇA”	Izabela Guimarães Guerra Leal
4	CONSIDERAÇÕES SOBRE O PATRIMÔNIO VERBO-LITERÁRIO DOS POVOS INDÍGENAS QUE HABITAM O TERRITÓRIO DO NORTE DO BRASIL	Isabel Maria Fonseca

N.	Título do trabalho	Autoria
5	RESISTÊNCIA À LÓGICA DA DESTRUIÇÃO: COSMOLOGIA YANOMAMI E CRÍTICA MARXISTA EM <i>A QUEDA DO CÉU</i>	Paula Natasha Siqueira Barros
6	ANTROPOFAGIZANDO O CONHECIMENTO: ETNOGRANDO ETNOSABERES KA'APOR FACE ANTROPIZAÇÃO NA TERRA INDÍGENA ALTO TURIAÇU	Karina Borges Cordovil

ST71 - ANTROPOLOGIA JURÍDICA, DIREITOS INDÍGENAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS A PARTIR DO COPIBA NA BAHIA

Coordenação: Caio Coêlho de Oliveira (UNEB/UCSAL) e Mara Rute dos Santos Lima Herclin (CAESE/CEAEDD-FRA)

Local: DCV I, Prédio 2, Sala 306 (3º Andar -1º Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	CIÊNCIA E REVISÃO EPISTEMOLÓGICA: UM OLHAR JURÍDICO E DECOLONIAL PARA O RACISMO EPISTÊMICO QUE SILENCIA OS SABERES DOS POVOS ORIGINÁRIOS	Sofia Leão Ribeiro Yasmin Garcia Macêdo
2	SEGURANÇA PÚBLICA DOS POVOS INDÍGENAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS A PARTIR DO COPIBA NA BAHIA	Jariane Jesus Santos Letícia Souza Mascarenhas
3	CULTURA E POLÍTICA DE FOMENTO: EDITAIS CULTURAIS E LEI PAULO GUSTAVO	Ana Carolina Sampaio Pinto Virginia Matos Machado
4	ENTRE SABERES ANCESTRAIS E SILENCIAMENTOS MODERNOS: A TRAVESSIA DA SAÚDE FEMININA INDÍGENA	Christofer Udirlei Santos Guedes Yasmin Oliveira Araújo Caio Coêlho de Oliveira
5	O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE DAS COMUNIDADES ORIGINÁRIAS NA BAHIA: AVANÇOS, DESAFIOS E A ATUAÇÃO DO COPIBA	Fernanda Alves Juliana Oliveira Tairine Azevedo Caio Coêlho de Oliveira

26/02, quinta-feira, das 14h às 17h

ST1 - ENTRE TERRAS, RIOS E FLORESTAS: POLÍTICAS INDIGENISTAS, DIREITOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS E PROTEÇÃO SOCIOAMBIENTAL (SÉCULOS XX E XXI)

Coordenação: Júlio Cesar de Sá da Rocha (UFBA), Eduardo Lima de Matos (UFS) e Manuella Maria Vergne Cardoso (UNEB)

Local: Local: DCH I, Prédio 1, Sala 02 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	PARFOR EQUIDADE, INTERCULTURALIDADE E PROTEÇÃO SOCIOAMBIENTAL: A FUNDAÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA DECORRENTE DOS DIÁLOGOS NA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA UFR/MT	Emanuel Adzowe Tsere Ubute Ariel Costa dos Santos Aline Fernanda Ventura Sávio Leite
2	KA'A GUY E ETNOMATEMÁTICA NO TERRITÓRIO JAGUAPIRÊ MUNICÍPIO DE TACURU, MS	Jaqueline Fernandes
3	VIVÊNCIAS DOS POVOS INDÍGENAS DA REGIÃO SUL NO BIOMA EM CONTEXTO URBANO	Elton Luiz Nascimento
4	POLÍTICAS DE ESTADO DESENVOLVIMENTISTAS E EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA EM TERRITÓRIO MATO-GROSSENSE: DISPERSÃO E DESTERRITORIALIZAÇÃO A'UWĒ UPTABI XAVANTE	Andréia Maria de Lima Assunção
5	O CASO DO TRIBUNAL INTERNACIONAL DOS DIREITOS DA NATUREZA PARA PENSAR UMA POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL GLOBAL	Yara Resende Marangoni Martinelli
6	TÍTULO NÃO INFORMADO	Sérgio Ricardo de Lima Potiguara

ST3 - EDUCAÇÃO, HISTÓRIA(S) E QUESTÕES INDÍGENAS NAS AMAZÔNIAS

Coordenação: Marcos Andre Ferreira Estacio (UEA) e Milena Fernandes Barroso (UFS, UEA)

Local: DCH I, Prédio 1, Sala 03 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	AMAZÔNIA: ARTICULAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO, HISTÓRIA(S) E QUESTÕES INDÍGENAS	Balmy Belizaire
2	EDUCAÇÃO DE INDÍGENAS NO BRASIL: DIÁLOGO COM A REALIDADE DO TERRITÓRIO INDÍGENA GUERÉM	Rubenildo Sousa dos Santos Jadson Macedo de Oliveira Leidiana Nascimento dos Santos Sodré
3	EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ESTUDANTES INDÍGENAS NO AMAZONAS	Edilza Laray de Jesus
4	INTERCULTURALIDADE NA FORMAÇÃO TÉCNICA DE JOVENS INDÍGENAS GUAJAJARA NA EFA DE GRAJAÚ/MA	Maria José de Sousa Pereira
5	ITINERÂNCIAS DE UM ESTUDANTE INDÍGENA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS: DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS PARA CURSAR ENFERMAGEM	Gabriel da Silva e Silva Baré Marcos André Ferreira Estácio
6	OS FILHOS DE TYPÁ	Jane Araújo Delgado
7	POLÍTICA EDUCACIONAL INDÍGENA: O ENSINO MÉDIO NO POVO XERENTE E KRAHÔ NO TOCANTINS - REGIÃO AMAZÔNICA	Marileide Carvalho de Souza Neila Barbosa Osório

N.	Título do trabalho	Autoria
8	PRÁTICAS MULTIDISCIPLINARES PRÓ-EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DIVERSIDADE CULTURAL NA AMAZÔNIA: EXERCÍCIO FORMADOR PARA UMA SENSIBILIZAÇÃO ACERCA DOS POVOS INDÍGENAS E SUAS CULTURAS POR MEIO DOS COMPONENTES CURRICULARES ESCOLARES NO MÉDIO SOLIMÕES	Romy Guimarães Cabral
9	SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA	Carmelita Krtidi Xerente Poliana Alves de Oliveira Neila Nunes de Souza
10	HISTÓRIA DAS COTAS ÉTNICAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS NAS NARRATIVAS DOS ESTUDANTES INDÍGENAS: VIVÊNCIAS, EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS	Rucian da Silva Vilacio Sateré-Mawé Marcos André Ferreira Estácio

ST4 - LÍNGUAS INDÍGENAS: DIVERSIDADE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

Coordenação: Arlete Maria Pinheiro Schubert (FUV) e Ricardo Tupiniquim Ramos (UNEB)

Local: DCH I, Prédio 2, PPGEL - Sala 04 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	AURITA TABAJARA E A ESCRITA DE SUA FLECHA-PALAVRA EM "CORÇÃO NA ALDEIA, PÉS NO MUNDO"	Carla Lucilene Uhlmann
2	A LITERATURA AMAZÔNICA ATRAVÉS DO RUGIDO DAS ONÇAS: O FESTISOL COMO TERRITÓRIO DA MEMÓRIA, ARTE E CULTURA MAGUTA E OMÁGUA	Nágila Franciele Rodrigues Costa Gabriela Fernandes
3	MEMÓRIAS PANH: HISTÓRIAS E TRADIÇÕES DO POVO APINAJÉ DO BICO DO PAPAGAIO, MUNICÍPIO DE TOCANTINÓPOLIS/TO	Gilvan Almeida de Sousa Julieta Santos
4	UPABAMIRIM: NARRATIVA DE MULHERES INDÍGENAS NO TERRITÓRIO DE ALAGOINHAS	Cristiane Mendes da Silva Santos
5	A HISTÓRIA DO XIBOBO	Matilde da Silva
6	DISMÓRFICAS: REPRESENTAÇÕES DE MULHERES INDÍGENAS, NEGRAS E BRANCAS NAS PINTURAS DA ARTISTA BRASILEIRA TARSILA DO AMARAL	Bruna Tupiniquim Marques
7	ENTRE LINHAS E TRAÇOS, EU FALO: O GRAFISMO E A LINGUAGEM DA TROCA COMO ELO DE FORTALECIMENTO IDENTITÁRIO DOS KOIUPANKÁ	Angélica Maria da Silva Santos
8	SABERES CULTURAIS INDÍGENAS DO POVO BARÉ DA COMUNIDADE INDÍGENA DE SÃO THOMÉ	Miriam Leite da Silva
9	MEMÓRIAS ANCESTRAIS E SUSTENTABILIDADE	Maria Conceição Payayá

ST7 - "CATEQUESE", "LETRAMENTO" E "CIVILIZAÇÃO" NA COLÔNIA: ENTRE AS POLÍTICAS INDIGENISTAS E O PROTAGONISMO INDÍGENA (1500-1822)

Coordenação: Fabricio Lyrio Santos (UFRB), Pedro Daniel dos Santos Souza (UNEB) e Wania Alexandrino Viana (UFOPA)

Local: DCH I, Prédio 2, PPGEL - Sala de Defesa (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	PROCESSOS CATEQUÉTICOS E PRÁTICAS DE INSTRUÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA: UMA LEITURA DOS INDÍCIOS DE FORMAÇÃO E DISCIPLINAMENTO COLONIAL (SÉC. XVI)	Liliane Gomes Pereira Norma Suely da Silva Pereira

N.	Título do trabalho	Autoria
2	TRADUÇÃO CULTURAL NO CATECISMO KIRIRI: COLONIZAÇÃO E REEXISTÊNCIA	Daniella Oliva Souza
3	FONTES DOCUMENTAIS PARA UMA HISTÓRIA DA LÍNGUA BRASÍLICA DA NAÇÃO KIRIRI: HISTÓRIA, DOCUMENTAÇÃO LINGUÍSTICA E LÉXICO	Débora Cruz Fonseca Pedro Daniel dos Santos Souza
4	A "ESCOLA DOS MÍNIMOS" NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: A EDUCAÇÃO JESUÍTICA	José Aclécio Dantas Thayná Donato Gomes
5	LER, ESCREVER E CONTAR NAS VILAS DE ÍNDIOS DA BAHIA: ESCRIVÃES-DIRETORES COMO AGENTES DE LETRAMENTO INDÍGENA	Pedro Daniel dos Santos Souza
6	NOTÍCIAS SOBRE A "CIVILIZAÇÃO DOS ÍNDIOS" DA ANTIGA CAPITANIA DE PORTO SEGURO (SÉCULO XVIII): EDIÇÃO DE CARTAS E OFÍCIOS DO OUVIDOR JOSÉ XAVIER MACHADO MONTEIRO	Paula Yasmin Coelho Santos Pedro Daniel dos Santos Souza
7	NOVAS EVIDÊNCIAS DA LÍNGUA GERAL NO SUL DA BAHIA: REVISITANDO A HISTÓRIA LINGUÍSTICA DA REGIÃO A PARTIR DE UM MANUSCRITO DE 1782	Tânia Conceição Freire Lobo Ana Sartori Mirela Dórea

ST8 - GRANDES EMPREENDIMENTOS ENERGÉTICOS E IMPACTOS EM TERRAS INDÍGENAS: PELO FIM DOS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS E POR UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA, INCLUSIVA E COM RESPEITO AOS POVOS INDÍGENAS, SEUS SABERES E NATUREZA

Coordenação: Gabriela Murua (UNEB), Elisa Pankararu (APOINME/APIB) e Luene Karipuna (APOINANP/COIAB)

Local: DCH I, Prédio 1, Sala 04 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	RISCOS E PRESSÕES SOBRE TERRAS INDÍGENAS: MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS DE PETRÓLEO E GÁS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA APOINME	Elisa Pankararu Luene Karipuna Gabriela Murua
2	O POVO WAIMIRI-ATROARI E A HIDRELÉTRICA BALBINA: VIOLAÇÃO TERRITORIAL E PROJETO DE ESTADO NA AMAZÔNIA	Lucas Almeida Figueiredo Ribeiro
3	CONTRADIÇÕES DA MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA: HIDRELÉTRICAS E AS VIOLAÇÕES EM TERRAS INDÍGENAS	Alzení de Freitas Tomáz Elisa Pankararu Gabriela Murua
4	ENERGIA RENOVÁVEL E DESCARBONIZAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL: DESAFIOS DA ENERGIA EÓLICA NO BRASIL E DO LÍTIO NA ARGENTINA	Andrea Suárez Edson Vicente da Silva
5	O DESMONTE DAS PROTEÇÕES AMBIENTAIS NO BRASIL: IMPACTOS EM POVOS INDÍGENAS E BIODIVERSIDADE	Ricardo Santos Magalhães Maria Conceição Lima Amazonas Luisa Maria Diele-Viegas

ST9 - SABERES ANCESTRAIS INDÍGENAS E EPISTEMOLOGIAS DECOLONIAIS: DIÁLOGOS ENTRE CIÊNCIA TRADICIONAL E TECNOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS

Coordenação: Rosilene Dias Montenegro (UFCG)

Local: DCH I, Prédio 1, Sala 05 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	MODELO EXPLICATIVO PARA A COMPREENSÃO DOS ENVENENAMENTOS OFÍDICOS E SEU TRATAMENTO PELOS CUIDADORES INDÍGENAS DO ALTO RIO NEGRO	Gian Carlos Cruz Pereira Heitor Vieira Dourado

N.	Título do trabalho	Autoria
2	RESISTÊNCIA DOS WAHĀRI DIHPUTIRU PORĀ – POVO DESANA DO ALTO RIO NEGRO E A PRÁTICA DA MEDICINA INDÍGENA	Deusimar Cruz Sarmiento Fernandes
3	CONHECIMENTOS ANCESTRAIS TUYUKA: MEDICINA, SAÚDE E CIÊNCIAS INDÍGENAS	Rogério Marinho Lemos
4	SEYRO MOROTĪ: COSMOLOGIA, CURA E DECOLONIALIDADE	Kellen Natalice Vilharva João Ernesto de Carvalho Islândia Maria Carvalho de Sousa
5	POHA NANA: COMPREENDENDO O ESTUDO DE USO DAS PLANTAS MEDICINAIS PELOS NANDERU E NANDESY GUARANI E KAIOWA	Islândia Maria Carvalho de Sousa Kellen Natalice Vilharva Lucia Pereira
6	SABERES ANCESTRAIS E PRÁTICAS DE CURA: O PAPEL DAS PLANTAS MEDICINAIS ENTRE AS MULHERES GUARANI KAIOWÁ	Aparecida Benites Lucia Pereira
7	A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO ENTRE INDÍGENAS E NÃO INDÍGENAS NA CONSTRUÇÃO DE MATERIAIS PARA A SAÚDE INDÍGENA YANOMAMI E YE'KWANA	Marciane Rocha Yasmin de Oliveira Aguiar Érica Dumont Pena
8	PSICOLOGIA DO ESPORTE INDÍGENA: A INDIANIDADE DA ESPORTIVIDADE E PRÁTICAS CORPORAIS NOS TERRITÓRIOS	Fabio José Cardias Gomes
9	CUIDAR DA TERRA, APRENDER COM ELA: SABERES ANCESTRAIS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO E A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS CONTEMPORÂNEOS EM PERSPECTIVA DECOLONIAL	João Henrique de Oliveira Brito Thelma Chiarelli Cerri Lady Diana Souto Campos de São José
10	CONFLUÊNCIAS ENTRE SABERES INDÍGENAS DA OKA KATUANA E NIARA DO SOL, KARIRI XOCÔ NO SER-FAZER-CUIDADO ANCESTRAL COM CRIANÇAS PEQUENAS	Tatiana de Freitas Ordonhes de Mello Isis Flora Santos
11	CERÂMICA TRADICIONAL NA AMAZÔNIA: INTERSEÇÕES ENTRE HISTÓRIA, CULTURA, TECNOLOGIAS ANCESTRAIS E CIÊNCIAS	Francisco Alfredo Moraes Guimaraes

ST11 - OS SENTIDOS DA LINGUAGEM: VOZES, CORPOS E TERRITÓRIOS DE SIGNIFICAÇÃO

Coordenação: Márcia Vieira da Silva (UnB) e Viviane de Melo Resende (UnB)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 04 (Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	CANTOS DA ALMA: A LINGUAGEM EM YUXIN, DE ANA MIRANDA	Lêssa Cristina Viana Kirch George Brendon Pereira dos Santos
2	TRANSMISSÃO DE SABERES E ORALIDADE: O CINEMA COMO ESTRATÉGIA DE CONTINUIDADE DO CONHECIMENTO TRADICIONAL	Gabriela Silva Monteiro
3	LITERATURA INFANTO-JUVENIL INDÍGENA NO ENSINO FUNDAMENTAL I: PROMOÇÃO, VALORIZAÇÃO E RESPEITO À DIVERSIDADE CULTURAL	Maildes Santos Sales Rosemary Lapa de Oliveira
4	HISTÓRIAS QUE MINHA VÓ NÃO ME CONTOU: A LITERATURA INDÍGENA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	Vatuze Conceição Servilha
5	A LINGUAGEM DA TERRA: REVERBERAÇÕES DO COSMOS NA LITERATURA E EM OUTRAS ARTES INDÍGENAS DE ABYA YALA (AMÉRICAS)	Thiago Alexandre Correa

N.	Título do trabalho	Autoria
6	A COSMOVISÃO INDÍGENA: REFLEXÕES PARA O BEM-VIVER, A PARTIR DE ENCONTROS COM POVOS ORIGINÁRIOS DO ALTO SOLIMÕES	Elivan Thiago Mesquita Lima
7	ENTRE SABERES E TERRITÓRIOS: INTERCULTURALIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE INDÍGENA	Joselma Ferreira Lima e Silva Rodolfo de Sousa Pereira
8	POR MODOS OUTROS DE SER E (RE) EXISTIR: A CAIXA DE RESSONÂNCIA COMO UM RECURSO PEDAGÓGICO DECOLONIAL	Marielle de Arruda Ribeiro Célia Maria Foster Silvestre
9	ONDE A TERRA ACENDE OS MORTOS: TRAMAS DOS ENCANTADOS DE FOGO E MEMÓRIAS DA TERRA NO SERTÃO BAIANO - COMUNIDADE DE PEDRA BRANCA-BA	Renata Torres de Sousa
10	O CORPO-FUMAÇA NA INTENCIONALIDADE DO ATO DE PERFORMANCE ARTÍSTICA INDÍGENA	Rodrigo Lira da Silva
11	ENTRE SEXUALIDADE E ECOANIMALIDADE: O RESGATE DA PULSÃO DE VIDA E DA POTENCIALIDADE DA MITOPOÉTICA YANOMAMI	Alice Martins Pinho

ST12 - RELACIONES LABORALES Y AGENCIA INDÍGENA EN SERVICIOS, OCUPACIONES Y CARGOS EN ABYA YALA COLONIAL

Coordenação: Xochitl Inostroza Ponce (Universidad de Santiago de Chile), Rossana Barragán Romano (Universidad Mayor de San Andrés/International Institute for Social History) e Teresa Vergara Ormeño (Pontificia Universidad Católica del Perú)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 11 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	TRABAJO INDÍGENA EM EL TUCUMÁN COLONIAL: ENCOMIENDA Y SERVICIOS PERSONALES (SIGLOS XVI-XVII)	Isabel Castro Olañeta
2	A MATRIZ DO SABER INDÍGENA E O CAMINHO FLUVIAL ENTRE AS CAPITANIAS DO PARÁ E MATO-GROSSO (SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII)	Marcio Ramon Campelo Ramos
3	"LA IMPIEDAD CON QUE SE TRATA A LOS MISERABLES": ABUSOS, DESAFÍOS Y DEMANDAS DE LOS CHASQUIS Y CONDUCTORES DE CORREO DEL VIRREINATO DEL PERÚ EN EL SIGLO XVIII	Luis Rodríguez Toledo
4	DE PESCADORES A PLAYEROS. TRABAJADORES INDÍGENAS DEL PUERTO DEL CALLAO, 1750-1820	Francisco Quiroz Chueca
5	VIDAS PARALELAS: ALBERTO CHOSOP Y GREGORIO FLORES. DE ARTESANOS A LÍDERES POLÍTICOS DE LA ÉLITE INDÍGENA LIMEÑA (1750-1800)	Teresa Vergara Ormeño
6	TRABAJO Y DEVOCIÓN: ARTICULACIÓN ENTRE EL SERVICIO PERSONAL Y LA ANDINIZACIÓN DEL CRISTIANISMO. CHAYANTA, 1794-1800	Xochitl Inostroza Ponce Rossana Barragán
7	TRABALHOS E CONHECIMENTOS INDÍGENAS NA FRONTEIRA PLATINA DE PRINCÍPIOS DO SÉCULO XIX	Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo

ST13 - VOLTAR ÀS FLORESTAS. A REVALORIZAÇÃO DA ÁRVORE NAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS, ALIMENTARES E RITUAIS DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E TRADICIONAIS NOS DESAFIOS DO ANTROPOCENO

Coordenação: Pascale de Robert (Institut de Recherche pour le Développement (IRD-França)), Claudia López-Garcés (Museu Paraense Emilio Goeldi) e Julie Cavignac (UFRN)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 12 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	PRÁTICAS ALIMENTARES E O SISTEMA DE CONHECIMENTO YE'KWANA	Viviane Cajusuanaima Rocha
2	O CAJU: ALIMENTO, MEDICINA E BEBIDA RITUAL ENTRE OS INDÍGENAS KA'APOR-MA	Pina Irane Ka'apor Claudia Leonor López Garcés
3	COCO E CAJU: ÁRVORES QUE CONTAM HISTÓRIA E DÃO SUSTENTO. O EXEMPLO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SIBAÚMA, RN	Julie Antoinette Cavignac
4	COLHENDO LIBERDADE NO MANGUEZAL: TRAJETÓRIAS DE MULHERES PESCADORAS NO BRASIL E NO SENEGAL	Marie-Christine Cormier-Salem Pascale de Robert Maria do Rosario de Fátima Andrade Leitão
5	PI'Y, NOSSA CASTANHA. CONTANDO SOBRE ANDANÇAS E MUDANÇAS NOS CASTANHAIS	Kokoti Kayapo
6	CASTANHEIRAS EM PERIGO: IMPACTO SOBRE A ECONOMIA TRADICIONAL	Brigitte Thiérion
7	À SOMBRA DAS MANGUEIRAS, EM BUSCA DE PEQUI: RELAÇÕES ENTRE O POVO AKWĒ-XERENTE E AS ÁRVORES FRUTÍFERAS NO CERRADO	Vanessa Caroline Tomazini de Almeida
8	AS VOZES DA ANCESTRALIDADES POR MULHERES DA VILA DE ITAÚNAS EXTREMO NORTE DO ESPÍRITO SANTO	Veratriz Souto Campos Verilucy Cristine Pinheiro Brito Fábio Guss Strelhow
9	ESSA ÁRVORE FOI MEU BISAVÔ QUE PLANTOU: RELAÇÕES INTERGERACIONAIS E AS FLORESTAS DE CACAU DE CUYAGUA, VENEZUELA	Ana Felicien Dalva Maria da Mota
10	AGROECOLOGIA E AGROFLORESTA COMO CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA ALDEIA CRAVEIRO	Raione Nascimento Braúna Gisele das Chagas Costa

ST14 - LÉXICO, HISTÓRIA E MEMÓRIA: O LEGADO DOS POVOS INDÍGENAS

Coordenação: Celina Marcia de Souza Abbade (UNEB), Clese Mary Prudente Correia (UNEB) e Ticiane Rodrigues Nunes (URCA)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 05 (Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	TOPÔNIMOS DE ÁREAS INDÍGENAS DOS POVOS GUARANI E KAIOWÁ DE MATO GROSSO DO SUL	Andérbio Márcio Silva Martins Marilze Tavares
2	A CONTRIBUIÇÃO INDÍGENA PARA A TOPONÍMIA DO PIAUÍ: DADOS PRELIMINARES PARA UM FUTURO ATLAS TOPONÍMICO	Messias dos Santos Santana
3	LÉXICO DE ORIGEM INDÍGENA E A AUSÊNCIA DE REPRESENTATIVIDADE NOS DICIONÁRIOS	Francisco Hamilton Sousa da Cruz Júnior Gislene Lima Carvalho
4	DESATANDO AS CORDAS DA COLONIZAÇÃO: NARRATIVAS, COSMOVISÕES E A REEXISTÊNCIA DO POVO KIXARÁ TAPUIA	Francisco Darlan de Oliveira Nascimento Ticiane Rodrigues Nunes

N.	Título do trabalho	Autoria
5	O PASSADO QUE NOS NEGAM: POVOS INDÍGENAS DE RETOMADA NO CEARÁ	Ticiane Rodrigues Nunes
6	A INFLUÊNCIA INDÍGENA NA TOPONÍMIA DO PORTAL DO SERTÃO DA BAHIA	Analídia dos Santos Brandão
7	RETOMADA CULTURAL E REVITALIZAÇÃO LINGUÍSTICA DO POVO KIXARÁ TAPUIA	Gabriela Maciel Araújo Ticiane Rodrigues Nunes

ST15 - ENCRUZILHADA ANCESTRAL: HISTÓRIA, MEMÓRIA, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA INDÍGENA NO EXTREMO SUL DA BAHIA

Coordenação: Danilo Silva Guimarães (USP), Gabriela Andrade da Silva (UFSB) e Halysson Gomes da Fonseca (UNEB)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 06 (Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	CABOCLOS, OS DONOS DO CHÃO: ENCANTARIAS INDÍGENAS, MEMÓRIAS E RESISTÊNCIA EM TERREIRO DE UMBANDA POPULAR NO EXTREMO-SUL DA BAHIA	Gabriela Andrade da Silva
2	A LUTA E RESISTÊNCIA PATAXÓ E O PAPEL DOS ENCANTADOS NA LUTA	Romário Farias do Nascimento (Nyomaktxi) Halysson Gomes Fonseca
3	AÇÕES DE CONSERVAÇÃO NAS COMUNIDADES INDÍGENAS DA ALDEIA KAÍ (PRADO-BA)	Lutes dos Santos Borges Kawê Souza de Mello dos Santos Gisele Chagas Costa Halysson Gomes Fonseca
4	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO TOKMÃ KAHAB: AÇÕES INTERCULTURAIS DE SAÚDE INDÍGENA NO EXTREMO-SUL DA BAHIA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA AFIRMASUS	Leonardo Conceição de Jesus Gabriel Freitas Ferreira Santana Gabriela Andrade da Silva
5	ENCRUZILHADA ANCESTRAL: HISTÓRIA, MEMÓRIA, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA INDÍGENA NO EXTREMO SUL DA BAHIA	Danilo Silva Guimarães
6	A MEMÓRIA DAS ÁGUAS NA COMUNIDADE INDÍGENA TUPINAMBÁ DAS ALDEIAS MAMÃO E CAJUEIRO: UMA PROPOSTA DE REVITALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA	Geovani da Fonseca Gomes (Yperu) Gisele Chagas Costa Halysson Gomes Fonseca
7	UMA EXPERIÊNCIA COM A NATUREZA, COM AS MEMÓRIAS E COM A EDUCAÇÃO: OS DESAFIOS DO PROFESSOR INDÍGENA TUPINAMBÁ E SEU PROTAGONISMO	Sabrina Magalhães Pinto (Atiaia Tupinambá) Halysson Gomes da Fonseca

ST16 - MULHERES INDÍGENAS ACADÊMICAS E CIÊNCIAS INDÍGENAS PARA O BEM-VIVER

Coordenação: Isabel Teresa Cristina Taukane (INCT Caleidoscópio Centro-Oeste), Nanah Sanches Vieira (UnB) e Simone Eloy Amado (INCT Caleidoscópio Centro-Oeste)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 07 (Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	VOZES DE RESISTÊNCIAS: EXPERIÊNCIAS DE ESCOLARIZAÇÃO E PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	Shyrley de Almeida Alves Janelene Freire Diniz
2	ENTRE BENÇÃOS E PROTEÇÃO: AS AVÓS INDÍGENAS E A TRADIÇÃO DE CUIDAR DA VIDA	Maria José Ribeiro de Sá
3	TÍTULO NÃO INFORMADO	Luana da Silva Cardoso Kumaruara

N.	Título do trabalho	Autoria
4	MULHERES INDÍGENAS NA RETOMADA DO MATRIARCADO ANCESTRAL - A LUTA PELA CURA DO FEMININO E DA MÃE TERRA	Mônica Cristina Brandão dos Santos Lima Mura
5	NARRATIVAS DE MÃES TALIASERI SOBRE OS CUIDADOS DE PROTEÇÃO E USO DA MEDICINA INDÍGENA	Maria Izoneia Marinho Araujo Tariano

ST18 - EPISTEMOLOGIAS INDÍGENAS: EXPERIÊNCIAS INTERCULTURAIS NO SABER-FAZER ANTICOLONIAL EM ABYA YALA

Coordenação: Andrisson Ferreira da Silva (UFSC) e Juliana Salles Machado (UFSC)

Local: DEDC I, Sala 05 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	TERRITORIALIDADE ONTOLÓGICA ANCESTRAL: BIOINTEGRAÇÃO YANOMAMI E A CIÊNCIA DA FLORESTA	Éder Rodrigues dos Santos
2	"COMIDA É VIDA", É SABER-FAZER ANCESTRAL, É COZINHA INDÍGENA	Paula Nardey Moriz de Vasconcelos
3	O TRANÇADO E A CONSTRUÇÃO DE EPISTEMOLOGIAS INTERCULTURAIS	Patricia Regina Vnnetti Veiga
4	GRAFISMO INDÍGENA: REPRESENTATIVIDADE E IDENTIDADE DO POVO JURUNA, ALTAMIRA/PARÁ	Josefa Xavier de Paula Juliana Salles Machado
5	PRODUTOS HISTÓRICOS AUDIOVISUAIS: O DOCUMENTÁRIO ALDEAR A POLÍTICA	Weuler Pereira de Azara
6	SABER-FAZER ANTICOLONIAL: ALIANÇAS AFETIVAS E O FLORESTAR	Juliana Salles Machado
7	NOÁH (URUCUM) EM CONTEXTO PAITER SURUÍ	Natanael Pabikâr Suruí
8	NARRATIVAS-HISTÓRICAS PAITER: HISTÓRIAS INDÍGENAS E AS RELAÇÕES MULTIESPÉCIES NO SUDOESTE AMAZÔNICO	Lucas Carminati
9	HISTORIA SOCIOCULTURAL DE LA COMUNIDAD MAPUCHE JUAN CARRILLO GUALA: TERRITORIALIDAD, LUCHA INDÍGENA Y SENTIDOS DE COMUNIDAD	Miguel Angel Fonseca Carrillo

ST19 - GÊNEROS, SEXUALIDADES E EXISTÊNCIAS NÃO NORMATIVAS EM CONTEXTOS INDÍGENAS

Coordenação: Kiga Boe (UFG/Rede Arandu), Flávia Belmont (UnB/INCT Caleidoscópio/Rede Arandu) e Tchella Fernandes Maso (UnB/INCT Caleidoscópio/Rede Arandu)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 01 (Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	GÊNERO, SEXUALIDADE E EXISTÊNCIA NÃO NORMATIVA EM CONTEXTOS INDÍGENAS	Loveline Marechal
2	"CAMPING-GAY ÀS MARGENS DO RIO TIBIRI": HOMOSSEXUALIDADES INDÍGENAS NO TERRITÓRIO POTIGUARA	José Marcos Nascimento Pontes Cláudia Cristina Lago Borges
3	TECENDO DIREITOS: EXPERIÊNCIAS EM CAMPO NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS INDÍGENAS COM PERSPECTIVA INTERSECCIONAL	Alessandra Prates Barreras Carriero Nicholas Ian do Nascimento Pedroso

N.	Título do trabalho	Autoria
4	SUBNOTIFICAÇÃO E VISIBILIDADE INDÍGENA NOS REGISTROS DO DISQUE 100 – MÓDULO LGBT (2011-2025)	Flávia Belmont de Oliveira Tchella Fernandes Maso
5	ÍNDIA E MAMELUCA NAS MALHAS DO SANTO OFÍCIO PORTUGUÊS: A TRAJETÓRIA DE MARIA GREGA QUE DENUNCIOU O SEU MARIDO POR SODOMIA (BAHIA, SÉCULO XVI)	Laise Souza dos Anjos Carolino dos Santos
6	NECROPOLÍTICA E INDÍGENAS NÃO NORMATIVOS NO BRASIL	Gabriela Pessoa do Nascimento Tchella Fernandes Maso

ST20 - POVOS INDÍGENAS E A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS NAS AMÉRICAS

Coordenação: Francisco Cancela (UNEB) e João Paulo Peixoto Costa (IFPI)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 02 (Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	NO INTERIOR DO IMPÉRIO: OS KARIRI-SAPUYÁ DA PROVÍNCIA DA BAHIA NA FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL (1850-1858)	Rita de Cássia Borges de Almeida
2	EXTINÇÃO DO ALDEAMENTO DE CIMBRES: REELABORAÇÃO ESPACIAL E TRANSFORMAÇÕES DAS IDENTIDADES INDÍGENAS NA SERRA DO ORORUBÁ (PESQUEIRA, PE), 1850-1879	Alice Victória do Monte Nascimento Mariana Albuquerque Dantas
3	NEGROS, CAMACÃS E OLIVENCIANOS: UMA HISTÓRIA AFRO-INDÍGENA DO RACISMO CIENTÍFICO (BAHIA, SÉCULO XIX)	Beatriz Jesus Rocha dos Santos
4	POVOS INDÍGENAS E A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS NAS AMÉRICAS	Fritz-Nel Chery

ST22 - PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIFERENCIADOS PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS

Coordenação: Marta Coelho Castro Troquez (UFGD), Adir Casaro Nascimento (Universidade Católica Dom Bosco) e Beatriz dos Santos Landa (UEMS)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 09 (Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	PRODUÇÃO DE LIVROS DIFERENCIADOS PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS EM DOURADOS, MS, BRASIL: UM PROCESSO COLETIVO DE APRENDIZADOS	Marta Coelho Castro Troquez Noêmia dos Santos Pereira Moura
2	VOZES E MÃOS EM MOVIMENTO: MATERIAIS EDUCATIVOS EM LÍNGUAS INDÍGENAS (GUARANI, KAIOWÁ, TERENA E LIS) PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E INTERCULTURAL	Micheli Alves Machado
3	HIKŪKA: OCA E A NOSSA CIÊNCIA INDÍGENA	Railan Jaboti Gicele Sucupira
4	AS VIVÊNCIAS NA AÇÃO SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA (ASIE – NÚCLEO UFAM) NO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA/AM COM OS POVOS MURA E TUKANO: OLHARES ANTROPOLÓGICOS E PEDAGÓGICOS DAS FORMADORAS	Fabiana de Freitas Pinto Jucélya Suellen Pereira da Silva
5	O PROCESSO DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO NA AÇÃO SABERES INDÍGENAS NO NÚCLEO IFBA	Francisco Vanderlei Ferreira da Costa
6	PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO DA AÇÃO SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA DO POVO MUNDURUKU DE HUMAITÁ NO SUL DO AMAZONAS	Andrelino Rodrigues da Silva José Roberto Gomes

N.	Título do trabalho	Autoria
7	MATERIAIS DIDÁTICOS ESPECÍFICOS E DIFERENCIADOS: A AUTORIA INDÍGENA E A SISTEMATIZAÇÃO DE ETNOCONHECIMENTOS NA FORMAÇÃO DOCENTE	Maria Goretti Sousa Lameira Marta Genú Soares
8	FORMAÇÃO DOCENTE E SABERES TERRITORIALIZADOS: EXPERIÊNCIAS DA ASIE/UFES COM PROFESSORES INDÍGENAS DE ARACRUZ/ES	Ozirlei Teresa Marcilino Géssica Gonçalves Martins

ST23 - LÍNGUAS INDÍGENAS DO NORDESTE: RESISTÊNCIAS, RESSURGIMENTOS E SUAS MARCAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Coordenação: Rejane Cristine Carneiro Santana (UEFS) e Norma Lúcia Fernandes Almeida (UEFS)

Local: DEDC I, Sala 09 (1º Andar)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	A PARTICIPAÇÃO DA LÍNGUA KARIRI NA FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS FALADO PELO POVO TUMBALALÁ	Letícia Suely de Santana
2	EFEITOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA AUTONOMIA ECONÔMICA EM UMA COMUNIDADE INDÍGENA: UM ESTUDO DE CASO DA ALDEIA PANKARARU-PE	Allison Barros da Silva
3	PARTICIPAÇÃO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS DO BRASIL NAS CONSTRUÇÕES DE TÓPICO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	Lidiane Ferreira Silva
4	CANTADEIRAS PANKARARU COMO PATRIMÔNIO VIVO!	Ywnapã Nael dos Santos
5	HERANÇAS INDÍGENAS NAS PALAVRAS DO SEMIÁRIDO BAIANO	Saádia Ramos Ferreira Norma Lúcia Fernandes de Almeida
6	O PROTAGONISMO DAS LÍNGUAS KIPEÁ E DZUBUKUÁNA NA CATEQUESE DO SEMIÁRIDO BAIANO	Rejane Cristine Carneiro Santana

ST24 - MATERIAIS EDUCACIONAIS E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS, LINGÜÍSTICAS E ANTROPOLÓGICAS

Coordenação: Roseline Mezacasa (UNIR), Carolina Coelho Aragon (UFPB) e Daniel Santana Neto (OPIP)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 10 (Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E IMAGENS E NARRATIVAS DOS POVOS INDÍGENAS E DE SEUS MODOS DE VIDA EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL, NO MUNICÍPIO DE ARACRUZ-ES	Gefferson Pereira Marques
2	A INTERCULTURALIDADE LINGÜÍSTICA NA ATIVIDADE DA CESTARIA DO POVO POTIGUARA DA PARAÍBA	Andriely Rodrigues dos Santos Severino do Ramo Fernandes da Silva Neto
3	TEMÁTICAS INDÍGENAS NA GEOGRAFIA ESCOLAR: LIMITES E POSSIBILIDADES NA PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO	Vanessa Jorge de Araújo
4	EXPERIÊNCIA NA PRODUÇÃO DE UMA OBRA PARA ALFABETIZAÇÃO LÍNGUA GUARANI	Cássio Knapp
5	O CAMINHO DAS ÁGUAS, RIOS E IGARAPÉS NA AMAZÔNIA: METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS	Roseline Mezacasa

N.	Título do trabalho	Autoria
6	PRODUÇÃO DE CARTILHAS NA LÍNGUAS INDÍGENAS TAUREPANG COMO INSTRUMENTO DE ALFABETIZAÇÃO NA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA TOBIAS BARRETO	Danielle da Silva Trindade Camila Flores Franco Zoraide dos Anjos Gonçalves da Silva

ST25 - SABERES INDÍGENAS & UNIVERSIDADE: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL À LUZ DAS LEIS 11.645/2008 E 12.711/2012

Coordenação: Adriana Aparecida Belino Padilha de Biazzi (UFSC), Ana Cristina Martinez (UFSC) e Cledison Antonio de Souza e Silva (UFSC)

Local: DEDC I, Sala 01 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	VOZES DECOLONIAIS NA ESCOLA: A EXTENSÃO COMO PRÁTICA INTERCULTURAL PARA A TRANSFORMAÇÃO DENTRO E FORA DA UNIVERSIDADE	Adriana Angelita da Conceição
2	TÍTULO NÃO INFORMADO	Aline de Alcantara Valentini
3	A PRESENÇA DOS SABERES TRADICIONAIS NOS CURRÍCULOS DA UNILA: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE A PARTIR DO EPISTEMÔMETRO	Marta Helena Szadkoski Gerson Galo Ledezma Meneses
4	SABERES E CULTURAS INDÍGENAS NA LICENCIATURA E NO MESTRADO EM LETRAS DA UEMA SUL: FORMAÇÃO DOCENTE E A APLICABILIDADE DA LEI 11.645/2008	Lilian Castelo Branco de Lima
5	EXPERIÊNCIAS A PARTIR DO ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA EM FLORIANÓPOLIS: PERCURSOS DO COLETIVO ENTREMUNDOS	Adriana Aparecida Belino Padilha de Biazzi
6	OS AKWÊ-XERENTE NO CAMPUS DE PORTO NACIONAL - UFT: FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A REPROVAÇÃO E DESISTÊNCIA DESSES ESTUDANTES	Neila Nunes de Souza Francisco Edviges Albuquerque

ST27 - ARTES, LITERATURAS E TERRITORIALIDADES: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DOS POVOS INDÍGENAS EM ABYA YALA

Coordenação: Cláudia Pereira Vasconcelos (UNEB/UEFS), Jamille da Silva Lima-Payayá (UNICAMP) e Luciano Santos Xavier (UEFS/UFBA)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 14 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	A NARRATIVA DO PAJÉ DO MEL: CONTRAPONTO ENTRE OS REGISTROS DE CRONISTAS E A VERSÃO DE GLICÉRIA TUPINAMBÁ	Marina Beatrice Ferreira Farias
2	VIVER NA TEKOA: ELEMENTOS TERRITORIAIS PRESENTES NA EDUCAÇÃO TRADICIONAL GUARANI	Marjana Vedovatto
3	INDÍGENAS NO SERTÃO DO MORRO AZUL: APAGAMENTO HISTORIOGRÁFICO NO INTERIOR DE SÃO PAULO	Jamille da Silva Lima-Payayá
4	ESCUTAS DA TERRA E CORPOS COMO REZO: TRAVESSIAS INDÍGENAS NA FORMAÇÃO EM ARTE-EDUCAÇÃO	Marcela Botelho Brasil Rodrigo Santos Carvalho
5	"A TERRA TEM UM CORAÇÃO E RESPIRA": A "LIÇÃO DE ESCUTA" EM A QUEDA DO CÉU COMO RESISTÊNCIA AO COLAPSO AMBIENTAL	Dinalva da Silva Correa

ST29 - METODOLOGIAS DE PESQUISA E SISTEMATIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS INDÍGENAS NAS UNIVERSIDADES: DISCURSO, EDUCAÇÃO, INTERCULTURALIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE

Coordenação: Luanna Cardoso Oliveira (UFOPA), Marília Fernanda Pereira Leite (UFOPA) e Euricléia do Rosário Galúcio (UFOPA)

Local: DEDC I, Prédio 2, Sala 10 (1º Andar)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	CONTRAPONTO ENTRE REGIME DE ALTERNÂNCIA E TECNOLOGIAS DIGITAIS NA PRIMEIRA TURMA DA LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DA UFBA	Katia Sirlene de Moraes Duarte da Silva
2	O QUE ESTÁ SENDO PESQUISADO SOBRE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA AMAZÔNIA LEGAL	Civalda Ferreira Sousa Gilberto César Lopes Rodrigues
3	O PAPEL DA ESCOLARIZAÇÃO DE MULHERES NO PROCESSO DE EMERGÊNCIA ÉTNICA INDÍGENA NO BAIXO TAPAJÓS	Neila dos Santos Gilberto César Lopes Rodrigues
4	TECENDO INCLUSÃO EM TERRITÓRIOS ANCESTRAIS: A ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM CONTEXTOS INDÍGENAS	Euricléia do Rosário Galúcio
5	GÊNERO E RACISMO INDÍGENA NA ESCOLA INCLUSIVA: DISCURSO E LETRAMENTO	Aparecida Eufelia Fonseca Alencar
6	PLANEJAMENTO LINGÜÍSTICO INSTITUCIONAL: DESAFIOS E PROPOSIÇÕES PARA A PERMANÊNCIA INDÍGENA EM UMA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	Marília Fernanda Pereira Leite

ST30 - ABORDAGENS DA HISTÓRIA INDÍGENA, SAÚDE, CIÊNCIAS E BEM-VIVER: INTERMEDICALIDADE E ETNOMEDICINA (SÉCULOS XVI-XXI)

Coordenação: Pedro Eduardo Pereira - Ka'aguasu Potiguara (UFPB), Juciene Ricarte Cardoso Tarairiu (UFCG) e Kaori Kodama (Fiocruz)

Local: DEDC I, Sala 02 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	SAÚDE MENTAL E POVOS INDÍGENAS	Antonio Wirly de Souza Lima James Ferreira Moura Junior
2	ENTRE CURA, CUIDADO E RETOMADAS: SAÚDE WAI WAI, INTERMEDICALIDADE E BEM-VIVER	Rodrigo Gomes do Nascimento Wai Wai Carlos Henrique Alves de Freitas
3	SAÚDE, TERRITÓRIOS E CORPOS: BEM-VIVER E MEDICINAS INDÍGENAS	Eliene dos Santos Rodrigues André Fernando Baniwa Herbert Tadeu Pereira de Matos Junior
4	ABECEDÁRIO DE ÁRVORES E PLANTAS DA CAPITANIA DA PARAÍBA DO SÉCULO XVIII E AS PRÁTICAS CIENTÍFICAS INDÍGENAS	Juciene Ricarte Cardoso
5	A COSMOLOGIA INDÍGENA COMO ALICERCE PARA A TRADUÇÃO DE SIGNIFICADOS NO ADOECIMENTO MENTAL: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA UM CUIDADO ÉTICO E INTERCULTURAL	Adriana Paula Rodrigues Silva Katya de Brito e Silva

ST31 - UNIVERSIDADE É TERRITÓRIO INDÍGENA? CIÊNCIAS INDÍGENAS COMO AFIRMAÇÃO DO CORPO-TERRITÓRIO-MEMÓRIA

Coordenação: Danielle Gonzaga de Brito (UFAM), Alva Lana Rosa Vieira (SEDUC/UFAM) e Martinha Mendonça (UFF)

Local: Local: DEDC I, Sala 03 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	CORPO-TERRITÓRIO EM VIVÊNCIA ACADÊMICA FACE AO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO - RETERRITORIALIZAÇÃO INDÍGENA	Joelma Boaventura da Silva
2	DA FORMAÇÃO INICIAL AO MESTRADO PROFISSIONAL: VIVÊNCIAS DE UM PROFESSOR INDÍGENA EM BUSCA DA INTERCULTURALIDADE DIALÉTICA	Katop it Xikrin Antonia Zelina Negrão de Oliveira
3	DZATO: UM ESTUDO DO PARICÁ E SEUS PODERES NA COSMOLOGIA BANIWA	Geovane Figueiredo da Silva
4	DZEEKATTINAI MEDZENIAKONAI IDZAADA: TECNOLOGIAS DO POVO MEDZENIAKO, CIÊNCIAS E RELAÇÕES COM O TERRITÓRIO	Ronaldo Adzaneeni (Ronaldo José Garrido)
5	ECOUNIVERSIDADE - UNIVERSIDADE INCLUSIVA, SUSTENTÁVEL E INTERCULTURAL: ANÁLISE DA COSMOVISÃO DE EGRESSOS INDÍGENAS DO INC-UFAM	Gilvânia Plácido Braule Tânia Suely Azevedo Brasileiro

ST33 - POVOS INDÍGENAS, SOCIODIVERSIDADES E DEBATES EDUCACIONAIS

Coordenação: Adauto Santos da Rocha (UNEB) e Edvania Granja da Silva Oliveira (IFSertãoPE)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 03 (Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	DA ALDEIA JATINÃ À 'PONTA DO RASO DA CATARINA': MIGRAÇÃO PANKARARÉ, RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E PROTAGONISMOS INDÍGENAS FRENTE O GADO DA CASA DA TORRE (XVII-XIX)	Marcos Manoel do Nascimento Silva
2	A DIRETORIA GERAL DOS ÍNDIOS NA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS: TERRA, TRABALHO E CONFLITOS INDÍGENAS (1845-1872)	Brunemberg da Silva Soares
3	MEMÓRIAS, EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA DO POVO INDÍGENA ATIKUM NO TOCANTINS	Marinalva da Silva Rodrigues Miranda Jocyléia Santana dos Santos Maria de Lourdes Leoncio Macedo
4	AÇÕES AFIRMATIVAS PARA POVOS INDÍGENAS EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: COMO A UFPA GARANTE O ACESSO?	Gabriel Silva Braga
5	REPRESENTAÇÃO INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO: O CASO DA COMUNIDADE KATOKINN EM PARICONHA, ALAGOAS	José Adelson Lopes Peixoto
6	EXPERIÊNCIAS DE MULHERES INDÍGENAS JAVAÉ DIANTE DO "EDUCAR": PROVOCAÇÕES PLURIEPISTÊMICAS DO PENSAMENTO ÉTNICO-RACIALIZADO	Ana Jaimile da Cunha Lubederu Mairea Javaé

ST35 - LITERATURAS INDÍGENAS: (RE/INS)ESCREVENDO ABYA YALA**Coordenação:** Fernanda Vieira de Sant'Anna (UEMG) e Ananda Machado (UFRR) e Jeane Almeida da Silva (UFRR)**Local:** DCH I, Prédio 2, Sala 13 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	A COSMOHISTÓRIA E SEUS USOS NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE AILTON KRENAK	Henrique Ferreira de Souza
2	METAMORFOSES E ENCANTARIAS NA LITERATURA INDÍGENA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: DESLOCAMENTOS CORPORAIS	Marisa Martins Gama-Khalil
3	AS NARRATIVAS INDÍGENAS NA SALA DE AULA: UM ESTUDO AUTOETNOGRÁFICO SOBRE AS OBRAS DE DANIEL MUNDURUKU E EDSON KAYAPÓ	Rosivânia dos Santos
4	SAPIKUA ÑE'E (SACOLA DE PALAVRAS): LITERATURA INFANTO-JUVENIL NA ESCOLA INDÍGENA	Maria Aparecida Mendes de Oliveira Ana Claudia Duarte Mendes Micheli Alves Machado
5	TOADAS E PERFORMANCES DO BOI BUMBÁ DE PARINTINS COMO METÁFORAS DO FEMININO EM COSMOPERCEPÇÕES INDÍGENAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA	Greiciane Saraiva Sena Keyla Regina Pontes Nogueira Carlos Antônio Magalhães Guedelha

ST38 - REDE DE SABERES, DIREITOS HUMANOS E MEMÓRIAS INDÍGENAS: O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS E METODOLOGIAS FREIREANAS**Coordenação:** Thelma Lima da Cunha Ramos (IFBA), Edson Machado de Brito (IFBA) e Marcelo Aranda Stortti (CEFET-RJ)**Local:** DEDC I, Sala 11 (1º Andar)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	AS VIVÊNCIAS E ATIVIDADES EDUCATIVAS QUE DIALOGAM COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE BASE COMUNITÁRIA DESENVOLVIDAS PELOS POVOS INDÍGENAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Marcelo Aranda Stortti Celso Sanchez
2	HISTÓRIA, CULTURA E ANIMAÇÃO APINAJÉ: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO PANHIME	Maria Victória Lima dos Santos Raquel Cassiano dos Santos Aline Campos
3	MEMÓRIAS DO POVO POTIGUARA: RESSIGNIFICAÇÃO E CIRCULAÇÃO EM TERRITÓRIOS VIRTUAIS	Rebeca Sueli Piano de Araújo Juciene Ricarte Cardoso Tarairiú
4	OBSERVATÓRIO DIGITAL KIJEMI: REDE EDUCATIVA DE DIFUSÃO E INCLUSÃO DAS MEMÓRIAS, SABERES E PRÁTICAS INTERCULTURAIS DOS POVOS ORIGINÁRIOS	Thelma Lima da Cunha Ramos
5	POR UMA ECOVIVÊNCIA INTERCULTURAL NO CONTEXTO ESCOLAR: UM DIA COM OS GUARANI-MBYÁ DA ALDEIA ARA HOVY NO CIEP 307	Marcelo Aranda Stortti Juliana Latini da Silva
6	MUIRAKITA: REATAR OS FIOS, TECER O FUTURO – UMA PLATAFORMA DIGITAL PARA A REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO WAI WAI	Lilian Rebellato Eliane Woxixaki Wai Wai Jhamenson de Sousa Nascimento

ST41 - ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA: PRÁTICAS, EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DOCENTES**Coordenação:** Cristina de Cássia Pereira (UFG) e Edna Maria Matos Antonio (UFS)**Local:** DEDC I, Sala 04 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	ENTRE OLHARES E CONHECIMENTOS PLURIEPISTÊMICOS: A FOTOGRAFIA DE SEBASTIÃO SALGADO COMO DISPOSITIVO PARA O ENSINO DAS CULTURAS INDÍGENAS	Márcia Araújo Souza Beloti Marina Rodrigues Miranda
2	"A(S) HISTÓRIA(S) INDÍGENA(S) EM SALA DE AULA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA REDE MUNICIPAL DE GOIÂNIA-GOÍÁS"	Alan Ricardo Duarte Pereira
3	ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA: PRÁTICAS, EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DOCENTES NA EJA DO CAMPO	Marcela da Silva Santana
4	CULTURA INDÍGENA: A LITERATURA INFANTIL NA FORMAÇÃO SOCIAL	Paula Nunes Tavares Caroline de Moraes
5	HISTÓRIA INDÍGENA NOS LIVROS DIDÁTICOS: ENTRE NARRATIVAS, AUSÊNCIAS E AGÊNCIA INDÍGENA NA COLETÂNEA JOVENS SAPIENS (PNLD 2024)	Keile Socorro Leite Felix Rafael Ricarte da Silva
6	AMOTARAS, TUÍRAS, PARAGUASSÚS: AS VOZES DAS MULHERES INDÍGENAS PARA ALDEAR E DESCOLONIZAR O ENSINO DE HISTÓRIA	Miléia Santos Almeida

ST44 - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E REVITALIZAÇÃO LINGÜÍSTICA**Coordenação:** Paulo de Tássio Borges da Silva (UFF), Adria Simone Duarte de Souza (UEA) e Célia Aparecida Bettiol (UEA)**Local:** DCH I, Prédio 2, Sala 08 (Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	UM DIAGNÓSTICO SOBRE AS COMPETÊNCIAS DE LEITURA DE ALUNOS INDÍGENAS DO 9º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA NOVO PORTO LIMA - BENJAMIN CONSTANT/AM	Neize Laura de Lima Deveza Ligiane Pessoa Dos Santos Bonifácio
2	FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS MARUBO E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO VALE DO JAVARI (AM)	Moaci Barbosa da Silva Adria Simone Duarte de Souza
3	A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES INDÍGENAS NO FORTALECIMENTO DA LÍNGUA MUNDURUKU	Leonardo Manhuari Pereira Raíza Macuyama Silva Lenilson Paigô Munduruku Antonia Zelina Negrão de Oliveira
4	PROCESSOS DE AUTOFORMAÇÃO DOCENTE NA ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA GUARANI PARA POTY NHE' E JÁ (MARICÁ-RJ)	Maria Cristina Doglio Behrsin Marcia Lisbôa Costa de Oliveira Flávia Alves de Sousa
5	EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO PARANÁ: GESTÃO, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE PROFESSORES PARA A ESCOLA INTERCULTURAL BILÍNGUE	Rosângela Celia Faustino
6	PROJETOS APLICADOS E POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS: A EXPERIÊNCIA NA LICENCIATURA INTERCULTURAL DO INSTITUTO INSKIRAN, UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	Zoraide dos Anjos
7	A ESCOLA INDÍGENA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E POLÍTICA LINGÜÍSTICA: PRÁTICAS DOCENTES DO POVO APURINÁ	Andréia Oliveira Rabelo Hellen Cristina Picanço Simas Jonise Nunes Santos

8	RETRATO LINGÜÍSTICO DOS PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA PARA POTY NHE'E JÁ (MARICÁ-RJ)	Raiane Oliveira Salles Márcia Lisbôa Costa de Oliveira Tayna Alvares Samaniego
9	CARACTERIZACIÓN DE LAS TRAYECTORIAS ESCOLARES DE NIÑOS Y NIÑAS PERTENECIENTES AL PUEBLO EMBERA DOBIDA EN LA CIUDAD DE MEDELLÍN	Melissa González-Rubio Villa
10	TÍTULO NÃO INFORMADO	Elenira Oliveira Gomes Apurinã

ST47 - RESISTÊNCIAS INDÍGENAS NO BRASIL COLONIAL

Coordenação: Ane Luise Silva Mecnas Santos (UFRN), Irene Vicente-Martín (Universidad de Salamanca) e Pablo A. Iglesias Magalhães (UFOB)

Local: DEDC I, Sala 07 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	A DINAMIZAÇÃO DAS FRONTEIRAS INTERNAS DA CAPITANIA DA BAHIA: SESMARIAS E ALDEAMENTOS COMO MARCOS FRONTEIRIÇOS (1650-1689)	Hiquel Moreira Dias
2	SESMARIAS E ALDEAMENTOS INDÍGENAS NO RIO CURIMATAÚ (1659-1721)	Francisco Iraján Bezerril Júnior
3	LEVANTES INDÍGENAS: GUERRAS COLONIAIS, GUERRAS INDÍGENAS, ACORDOS DE PAZ E ALTERIDADES EM JOGO NOS SERTÕES DAS CAPITANIAS DO NORTE (ESTADO DO BRASIL, 1680-1720)	Livia Brenda da Silva Barbosa
4	OS SERTÕES COLONIAIS E AS REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS NA GUERRA DO ASSU (SÉCULOS XVII E XVIII)	Ananda Priscyla Lopes Gomes
5	O REGISTRO DAS PRÁTICAS E RESISTÊNCIAS KARIRI DZUBUKUÁ PELALENTE DO FREI BERNARDO DE NANTES COMO UM MEIO DE RESISTÊNCIA E RESGATE (1681-1688)	Luana Beatriz de Assis Ferreira
6	ENTRE VOZES SILENCIADAS E O PODER INQUISITORIAL: A INDÍGENA ANTÔNIA GUIRAGUASSU (1720)	Jakeline Romão Santos
7	RESISTÊNCIA INDÍGENA NO SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO	Ricardo Dantas Borges Salomão

ST48 - DECOLONIALIDADE, DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

Coordenação: Sérgio Pessoa Ferro (UFOB), Lorena Lima Moura Varão (UFT) e Natasha Karenina de Sousa Rego (UESPI)

Local: DEDC I, Sala 12 (1º Andar)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	VIOÊNCIA DE GÊNERO E INTERCULTURALIDADE: A ESCUTA ETNOCENTRADA COM MULHERES KAIGANG	Glauca Valéria Pinheiro de Bida
2	O PARADOXO DA TUTELA ESTATAL: GENOCÍDIO E VIOÊNCIA CONTRA MULHERES INDÍGENAS NO BRASIL	Tainara Vitória de Sousa Luiz Paulo Ferreira Nogueira
3	PROJETO MÃE BERNADETE: ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR E ANTIRRACISTA NA GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DA BAHIA	Ingrid Rochelle Rêgo Nogueira Andréia da Cruz Oliveira
4	DESCOLONIZANDO A PRÁTICA JURÍDICA CIVIL: NOME INDÍGENA	Sérgio Pessoa Ferro

N.	Título do trabalho	Autoria
	COMO DIREITO DA PERSONALIDADE	
5	COLONIALIDADE PENAL E INVISIBILIZAÇÃO IDENTITÁRIA: EXPERIÊNCIA A PARTIR DO 1º MUTIRÃO INTERINSTITUCIONAL DE INDÍGENAS PRIVADOS DE LIBERDADE	Carla Jarraira Almeida dos Santos

ST50 - CARTOGRAFIAS DE REEXISTÊNCIA: SABERES COM O LUGAR E TERRITORIALIDADES VIVIDAS

Coordenação: Thiago Donda Rodrigues (UFMS), Leonardo Dourado de Azevedo Neto (UFMS) e Gabriel Willyan Pinheiro de Souza (UFMS)

Local: DCV I, Prédio 2, Sala 301 (3º Andar -1º Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	CARTOGRAFANDO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS PESQUISAS DESENVOLVIDAS PELO GEDUMAD	Thiago Donda Rodrigues
2	ALÉM DA MORTE, O QUE FAZ VIVER? PRÁTICAS DE CUIDADO NO ENFRENTAMENTO DO SUICÍDIO DE JOVENS GUARANI MBYÁ DA GRANDE FLORIANÓPOLIS	Marina Risi Moreira de Azevedo
3	CARTOGRAFIA DA PERFORMANCE: A PERFORMANCE DE OLINDA TUPINAMBÁ NA E DA LUTA	Leandro Teixeira da Silva
4	CARTOGRAFIAR É DEIXAR-SE AFETAR: TENSÕES E DEVIRES NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	Márdila Alves Bueno Gabriel Willyan Pinheiro de Souza Thiago Donda Rodrigues
5	MULHERES INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANO: UMA CARTOGRAFIA DAS EXPERIÊNCIAS COMUNICACIONAIS DO KUNHANTÁ	Adriã Galvão
6	CARTOGRAFIAS PARINTINTIN: ENTRE DEVIRES E AFETOS	Leonardo Dourado de Azevedo Neto Thiago Donda Rodrigues
7	O ESPANTO DA DESCOLONIZAÇÃO DO IMAGINÁRIO ESCOLAR	Emerson Luisi Damasceno Picanço

ST51 - O PROTAGONISMO DAS MULHERES INDÍGENAS: NARRATIVAS, MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE SEU CORPO-TERRITÓRIO NA RECONSTRUÇÃO DO BEM-VIVER

Coordenação: Fabiana Lopes Saquiray (UFAM) e Valéria Marques Batista (UFRJ)

Local: DCH I, Prédio 2, PPGEL - Sala 03 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	O PROTAGONISMO DAS MULHERES INDÍGENAS	Valéria Marques Batista Maria de Fátima Lima Santos
2	KURE RUBÃ NÔTX	Cleia Jaboti Gicele Sucupira
3	O GRITO DE LUCIRENE BEHEDERU GAMA JAVAÉ	Keyliane dos Anjos Leitão Jocyleia Santana dos Santos Marcilene de Assis Alves Araújo
4	A SANTIDADE DAS MULHERES: RELIGIOSIDADES FEMININAS E ESCRAVIDÃO INDÍGENA NO RECÔNCAVO BAIANO (1553-1595)	Caio Viana dos Santos Márcia Maria da Silva Barreiros
5	REFLEXÃO TEÓRICA: O PAPEL DAS MULHERES INDÍGENAS NA PRESERVAÇÃO E TRANSMISSÃO DOS CONHECIMENTOS DE CUIDADO E CURA	Thalyta Juliana da Silva Gomes Marcelo Calegare
6	UMA TRAJETÓRIA NO MOVIMENTO INDÍGENA: A ATUAÇÃO POLÍTICA DE MARIA QUITÉRIA PANKARU DURANTE A REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA (1980-1990)	Verônica Araújo Mendes

N.	Título do trabalho	Autoria
7	A MÃE TERRA ANCESTRAL E O MOVIMENTO DA VIDA NA ARTE DA MULHER	Renata Silva Fernandes
8	MULHERES INDÍGENAS NA WIKIPÉDIA	Elisa Fruhauf Garcia

ST52 - LÍNGUAS INDÍGENAS DE SINAIS - LIS E LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

Coordenação: David Kaique Rodrigues dos Santos (Grupo de Trabalho Nacional das Línguas Indígenas de Sinais - GT LIS) e Leticia de Souza Magalhães Damasceno (UFBA), Ronice Müller de Quadros (UFSC)

Local: DCH I, Prédio 2, PPGEI - Sala 02 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	A EXPERIÊNCIA DE TRADUZIR LÍNGUAS INDÍGENAS DE SINAIS NO "DOCUMENTÁRIO ALIANÇA MULTIÉTNICA"	Tamara Pereira da Silva Machado Edson Rodolfo Ferreira Ramos
2	VISÃO ANTROPOLÓGICA DO INDÍGENA SURDO	Hamangai Marcos Melo Pataxó David Kaique Rodrigues dos Santos
3	EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E A LÍNGUA INDÍGENA ATIKUM DE SINAIS – LIAS	Izaela Maria da Silva Rodrigues
4	O PROTAGONISMO DO GRUPO DE TRABALHO NACIONAL DAS LÍNGUAS INDÍGENAS DE SINAIS (GT LIS) NO BRASIL	David Kaique Rodrigues dos Santos Altaci Corrêa Rubim Indira Simionatto Stedile Assis Moura Izaela Maria da Silva Rodrigues Karina da Costa Santos
5	ENTRE A MÃO, O CORPO, A HISTÓRIA E A ANCESTRALIDADE: OS INDÍGENAS SURDOS E NEGROS SURDOS NA EDUCAÇÃO E NA SOCIEDADE	Indira Simionatto Stedile Assis Moura Erlandro Felix Silva
6	LÍNGUAS INDÍGENAS DE SINAIS E LIBRAS: PERSPECTIVAS SOCIOLINGÜÍSTICAS, EDUCACIONAIS E POLÍTICAS PARA O RECONHECIMENTO DA DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA NO BRASIL	Maria Daniela Mendes
7	ANCESTRALIDADE, LÍNGUA E TERRITÓRIO: A COOFICIALIZAÇÃO DA LIS DO POVO POTIGUARA NA TI DE MONTE MOR COMO CAMINHO DE RESISTÊNCIA E COMUNICAÇÃO	Edson Rodolfo Ferreira Ramos Rafael Guilherme Pereira Santos Tamara Pereira da Silva Machado

ST53 - ARQUEOLOGIA, PATRIMÔNIO CULTURAL E TERRITÓRIOS INDÍGENAS: DISPUTAS E RESSIGNIFICAÇÕES

Coordenação: Lennon Oliveira Matos (UNEB), Géssika Souza Macêdo (UNEB) e Jéssica Rafaella de Oliveira (UNEB)

Local: DCV I, Prédio 2, Sala 302 (3º Andar -1º Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	SAMBAQUI ILHA DAS OSTRAS: PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E TERRITÓRIO DO POVO TUPINAMBÁ DO LITORAL NORTE DA BAHIA	Edinalva da Silva Mendes Edy Serigy Tupinambá
2	PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO POVO POTIGUARA NO ENSINO DE HISTÓRIA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E SABERES INDÍGENAS	Miriam Gomes do Nascimento
3	CADEIA OPERATÓRIA DAS LOIÇAS TUMBALALÁ: ENTRE MEMÓRIAS, SABERES E TERRITÓRIO	Cecília Lopes Marinheiro
4	PI'O NORI TETSIEDZARA: MULHERES TECENDO	Newiwe Ana Miranda Top'Tiro
5	ENTRE PEDRAS E PANEIS: MEMÓRIA ANCESTRAL DO	Dayana Soares Araújo Paes

N.	Título do trabalho	Autoria
	TERRITÓRIO MACUXI	
6	CADEIA OPERATÓRIA DAS LOIÇAS TUMBALALÁ: ENTRE MEMÓRIAS, SABERES E TERRITÓRIO	Cecília Lopes Marinheiro

ST55 - CONFLUÊNCIAS DOS VALORES CIVILIZATÓRIOS INDÍGENAS E AFRO-BRASILEIROS PARA PENSAR A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Coordenação: Eduardo Oliveira Miranda (UEFS), Maíara Damasceno da Silva Santana (UFBA) e Mariana Fernandes dos Santos (IFBA/UFSE)

Local: DCV I, Prédio 2, Sala 303 (3º Andar -1º Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	A VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA E CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS NA ESCOLA: DIALOGANDO COM A COSMOVISÃO DOS POTIGUARA IBIRAPI NAS AULAS DE CIÊNCIAS	Matheus Freire Flávia Polati
2	PIBID PEDAGOGIA E TEATRO: VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS INDÍGENAS ATRAVÉS DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS E DECOLONIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL I	Nathalia Barbosa Silva Juliane do Rosário Melo
3	A VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA E CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS NA ESCOLA: DIALOGANDO COM A COSMOVISÃO DOS POTIGUARA IBIRAPI NAS AULAS DE CIÊNCIAS	Matheus da Costa Freire Flávia Polati
4	"NO CHÃO BATIDO, ENTRE AS VARAS E CIPÓS, NO BARRO PILADO": COSMOBIOINTEGRAÇÃO DO CORPO-TERRITÓRIO DO POVO GUERÉM DE TUKUM MIRIM ENRAIZANDO GEOGRAFIAS INDÍGENAS	Demison dos Santos Nascimento (Aymoron Tukum Mirim Magnã Kren) Eduardo Oliveira Miranda
5	OS SABERES DA JUREMA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL POTIGUARA	Cristiane Ferreira Padilha

ST57 - HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL: LUTAS, DIREITOS E RESISTÊNCIAS

Coordenação: Diogo Francisco Cruz Monteiro (SEMED, Aracaju-SE), Angelita Queiroz (UFSC) e Liliane da Silva Santos (UFRJ)

Local: DCV I, Prédio 2, Sala 304 (3º Andar -1º Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	A MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS: TERRITÓRIO-CORPO E PERSPECTIVAS DECOLONIAIS	Liliane da Silva Santos
2	RESISTÊNCIAS PLURAIS: O PAPEL DAS MULHERES INDÍGENAS NA DEFESA DOS DIREITOS ORIGINÁRIOS NO CONGRESSO NACIONAL	Maria Luisa Soares Marcolino
3	HISTÓRIA, MEMÓRIA E DIREITOS DO POVO PANHÍ: A ALDEIA KRĪ GRĪRE ENTRE LUTAS, TRADIÇÕES E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	Marlúcia Sotero Salvador Apinagé Percília Dias Moraes Juliete Santos
4	TUKÜNA KANARO NO RITUAL DA DANÇA ARAPICON E HAI-HAI	Sebastião Solart Correa
5	AS REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE E DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 NOS EDITORIAIS DO JORNAL PORANTIM, 1986-1988	Stefany Caroline Pantoja Amorim
6	A LUTA INDÍGENA E NOVAS PRÁTICAS: A DÉCADA DE 1970	Victória Santos Silva

N.	Título do trabalho	Autoria
	COMO UM MOMENTO DE REORGANIZAÇÃO	
7	FRONTEIRAS: ENTRE ONTOLOGIAS, TERRITORIALIDADES E DEMARCAÇÕES FÍSICAS E SIMBÓLICAS PARA OS POVOS INDÍGENAS - O ESTUDO DO CASO TICUNA	Vitória Luyza Cardoso Barbosa
8	O SPI NA POLÍTICA TERRITORIAL DOS POTIGUARA – 1932 A 1942	Josivan Francelino da Silva Cláudia Cristina do Lago Borges
9	PROTAGONISMOS INDÍGENAS NAS PÁGINAS DO SPI: A RESISTÊNCIA POTIGUARA NOS ARQUIVOS DO POSTO INDÍGENA NÍSIA BRASILEIRA	Dárcya Jeanne Silva de Araújo

ST58 - TEXTUALIDADES INDÍGENAS: LINGUAGENS PLURAIS, ANCESTRAIS E CONTEMPORÂNEAS

Coordenação: Rinah de Araújo Souto (UFPB), Vanessa Augusta do Nascimento Brandão (UNESP) e Joel Vieira da Silva Filho (UFAL)

Local: DEDC I, Sala 08 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	CANTOS E POESIAS: ARTES VERBAIS E VISUAIS DE RETOMADAS E RESISTÊNCIAS DOS POVOS PATAXÓ, TUPINAMBÁ E PATAXÓ HÃHÃHÃE	Lígia Raquel Rodrigues Soares
2	LITERATURA COMO RESISTÊNCIA: A POÉTICA DO EU-NÓS LÍRICO-POLÍTICO EM "RETOMADA ORIGINÁRIA"	Ana Paula Rodrigues Lima de Aguiar
3	POÉTICAS DE CORPO-TERRITÓRIO DE MULHERES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA EM DE ALMAS E ÁGUAS KUNHÃS, DE MÁRCIA WAYNA KAMBEBA	Marília Neide Lima Sena
4	ENTRE YBY E Y, IMAGENS: A CRIAÇÃO DE COLAGENS COMO EXPERIÊNCIA DE LEITURA DE POEMAS DE ELLEN PIRÁ WASSU	Marcela Ellen Penna Fernandes
5	AUTORIA INDÍGENA ESCRITA NO/DO NORDESTE BRASILEIRO	Joel Vieira da Silva Filho
6	HISTÓRIA DA LITERATURA E UMA TRAJETÓRIAS DA LITERATURA INDÍGENA EM RORAIMA (1988-2025) DAS VOZES ANCESTRAIS ÀS LETRAS CONTEMPORÂNEAS	Maria Edna Neres Silva Fábio Almeida de Carvalho

ST60 - EPISTEMOLOGIAS INDÍGENAS E DIÁLOGOS INTERCULTURAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS

Coordenação: Vanderlúcia da Silva Ponte (UFPA), Érico Silva Alves Muniz (UFPA) e Magno Kamiran Tembê (UEPA)

Local: DCV I, Prédio 2, Sala 305 (3º Andar -1º Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	O ENSINO DE GEOGRAFIA NA PERSPECTIVA INDÍGENA	Ednajara Pesca de Jesus Deocleciano Tatiane Queiroz Valderez Francisco da Silva
2	EPISTEMOLOGIAS INDÍGENAS E SABERES DA TRADIÇÃO NA FORMAÇÃO DOCENTE: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL NAS ESCOLAS INDÍGENAS	Rosane Gonçalves Cruz Gerson Ribeiro Bacury
3	WĂWĂ: PAJÉ, ESPIRITUALIDADE E RELIGIÃO PARA O MEU POVO ZORÓ-PANGYJEJ	Milton Tiuruting Zoró Gicele Sucupira

N.	Título do trabalho	Autoria
4	IKÓLÓÉHJ KALA KÁ PO' ÉHJ SANÉH ATA MÉNE KAJ PAMAKÓBAÉ: APRENDER SOBRE OS ANIMAIS QUE HABITAM NA TI IGARAPÉ LOURDES	Nelson Padora Gavião Gicele Sucupira
5	CRIANÇAS INDÍGENAS NA UFAM: UMA EXPERIÊNCIA DE ACOLHIMENTO	Elciclei Faria dos Santos Helenice Aparecida Ricardo Aucimara Souza do Nascimento
6	SABERES TRADICIONAIS DO POVO AKWÉN-XERENTE (JÊ) E OS LABIRINTOS DA INTERCULTURALIDADE CRÍTICA COMO PRÁXIS NO ENSINO DE CIÊNCIAS	Maiko Sousa Feitosa Daniel Gabriel Borges Gerson de Souza Mol
7	CONFLUÊNCIAS DE SABERES: GEOGRAFIAS INDÍGENAS E A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	Gisele das Chagas Costa

ST61 - A OBRIGATORIEDADE DO ESTUDO DA HISTÓRIA E CULTURA DOS POVOS ORIGINÁRIOS DA ABYA YALA PELO VIÉS DA LEI 11.645/2008

Coordenação: Sonyellen Fonseca Ferreira Fiorotti (UFRR), Eglen Silvia Pipi Rodrigues (UFR) e Suely Maria Pires (UFMT)

Local: DCV I, Prédio 2, Sala 306 (3º Andar -1º Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	POR UMA EDUCAÇÃO INFANTIL DESCOLONIZADA: INTERCULTURALIDADE E O DESEMPAREDAMENTO DAS CRIANÇAS BOE NA ALDEIA TADARIMANA	Valquiria Antonia Alves Eglen Silvia Pipi Rodrigues
2	O ENSINO DA CULTURA E HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS EM MATO GROSSO: OS CAMINHOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA LEI 11.645/08 EM UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL	Suely Maria Pires
3	TRANSVERSALIDADE E ENSINO DE HISTÓRIA: POSSIBILIDADES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS PARA A TEMÁTICA INDÍGENA NO CURRÍCULO ESCOLAR	Erêndira Santos da Silva Antonieta Miguel
4	OS POVOS INDÍGENA NAS SÉRIES INICIAIS: INTERCULTURALIDADE E COLONIALIDADE	Eder Carlos Cardoso Diniz Jean Carlos Moreno
5	SUPERVISÃO ESCOLAR NAS ENCRUZILHADAS DA COLONIALIDADE: DISPUTAS POR MEMÓRIA, CURRÍCULO E PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/2008	Jeisle Tomalok de Oliveira
6	A LITERATURA INDÍGENA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: INDIGENIZANDO A ESCOLA	Andresa de Britto Chaves
7	O CURRÍCULO: ENTRAVES E POSSIBILIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/08, EM DEFESA DOS POVOS DE ABYA YALA	Marize Vieira se Oliveira

ST63 - VOZES, CORPOS, LETRAS: A LITERATURA INDÍGENA E A HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA BRASILEIRA

Coordenação: Viviane Cristina Oliveira (UFT), Fabíola Guimarães Pedras Mourthé (CEFET-MG) e Dinameire Oliveira Carneiro Rios (UFT)

Local: DCV I, Prédio 2, Sala 308 (3º Andar -1º Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	DA CHAPADA DIAMANTINA UM GRITO QUE ECOA: PAYAYÁ, RESISTÊNCIA VIVA EM VERSO E PROSA	Leiane Carla Aquino de Oliveira Cohim

N.	Título do trabalho	Autoria
2	(DES)ENTORTAR A LITERATURA: CRÔNICAS NA ESCOLA	Caroline de Moraes
3	DEFENDER A MEMÓRIA: UM ESTUDO AUTOETNOGRÁFICO DO POVO GUERÉM	Elivelton dos Santos
4	DIÁLOGO INTERCULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO NÃO INDÍGENA	Lenir Teresinha de Paula de Lima Caroline de Moraes
5	AN*NA KUHUKÊ HAYÕ: CORPO-TERRITÓRIO, RITUAL E IDEAL POLÍTICO	Ana Paula Evangelista de Santana Almeida
6	POR UMA OUTRA NARRATIVA INDÍGENA: UMA ANÁLISE DE KARAÍBA: UMA HISTÓRIA DO PRÉ- BRASIL, DE DANIEL MUNDURUKU	Dinameire Oliveira Carneiro Rios
7	UMA POÉTICA CONTRACOLONIAL: A ARTE KRAHÔ EM SONS, LETRAS, IMAGENS	Viviane Cristina Oliveira

ST64 - LITERATURAS, MÍDIAS E ARTES INDÍGENAS

Coordenação: Elizabeth Gonzaga de Lima (UNEB), Randra Kevelyn Barbosa Barros (UESC) e Carlos Augusto de Melo (UFU)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 04 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	O PROCESSO DE TRANSPOSIÇÃO MIDIÁTICA NO PODCAST INDÍGENA PAVULAGEM	Tércia Helena Rocha Ferreira da Cruz Elizabeth Gonzaga de Lima
2	LINGUAGENS DA ARTE WAPICHANA DE GUSTAVO CABOCO: DA SEMENTE AO RETORNO À TERRA	Elizabeth Gonzaga de Lima
3	CORPO, ARQUIVO E FABULAÇÃO: GESTOS ARTÍSTICOS-LITERÁRIOS EM DEFESA DA MEMÓRIA GUERÉM	Elivelton dos Santos Melo
4	SER PARTE DA TERRA: VOZ E RELAÇÃO AFETIVA COM A NATUREZA NAS ESCRITAS INDÍGENAS	Randra Kevelyn Barbosa Barros
5	AJURI – UM ENCONTRO COM AS NARRATIVAS INDÍGENAS	Iza Reis Gomes Eliane Auxiliadora Pereira
6	MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL: SIGNIFICAÇÕES DA SAMAUMEIRA NA NARRATIVA DE MÁRCIA KAMBEBA	Sandra Santos Esteves
7	ESTRATÉGIA DA FLORESTA: REFLEXÃO A PARTIR DA OBRA DE REMBER YAHUARCANI	Gabriela Ismerim Lacerda
8	EDUCOMUNICAÇÃO: EDUCAÇÃO E CINEMA NO BRASIL - OS DESAFIOS E AS POTENCIALIDADES DA PRODUÇÃO INDÍGENA	Jama Peres Pereira

ST66 - MUNDOS COLONIAIS: O VIVER EM COLÔNIAS NA PRIMEIRA MODERNIDADE E OS POVOS INDÍGENAS NA ABYA YALA

Coordenação: Charles Nascimento de Sá (UNEB) e André Figueiredo Rodrigues (UNESP/Assis)

Local: DCV I, Prédio 2, Sala 309 (3º Andar -1º Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	CAIAPÓS E A POLÍTICA INDIGENISTA EM GOIÁS NO SÉCULO XVIII	Matheus Silva Alvarenga

N.	Título do trabalho	Autoria
2	OS INDÍGENAS BOTOCUDOS NOS SERTÕES DO LESTE DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS: AS AÇÕES DO PADRE DOMINGOS DA SILVA XAVIER NO CUIETÉ	Julia Savini Novaes
3	AS AÇÕES DO PADRE DOMINGOS DA SILVA XAVIER NA CATEQUESE DE INDÍGENAS NOS SERTÕES DO CUIETÉ (MINAS GERAIS, 1771-1775)	André Figueiredo Rodrigues
4	A PRODUÇÃO ACADÊMICA DE STUART SCHWARTZ E SEU OLHAR SOBRE OS POVOS ORIGINÁRIOS	Charles Nascimento de Sá
5	OS TARAIRIÚS E OS SERTÕES: AS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS INDÍGENAS E A EXPANSÃO COLONIAL (SÉC. XVII E XVIII)	Dawila Layse Leonco de Lima Carmen Margarida Oliveira Alveal
6	OS CONSELHEIROS E OS PRINCIPAIS DAS ALDEIAS: CONFLITOS POR TERRA E ÁGUA NO RIO GRANDE (1600-1645)	Pedro Henrique Calazans Fernandes de Paiva Carmen Margarida Oliveira Alveal

ST67 - POLÍTICAS INDIGENISTAS E INDÍGENAS NO SÉCULO XXI: ENTRE CONQUISTAS E AMEAÇAS

Coordenação: Alicia Ferreira Gonçalves (UFPB), Luan Gomes dos Santos de Oliveira (UFCEG) e Alcides Fernando Gussi (UFC)

Local: DCV I, Prédio 2, Sala 310 (3º Andar -1º Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	AS MOBILIZAÇÕES INDÍGENAS NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE (1987-1988): DEBATES NA VII COMISSÃO DA ORDEM SOCIAL E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	Flavio Joselino Benites
2	POLÍTICAS INDIGENISTAS E INDÍGENAS NO SÉCULO XXI: ENTRE CONQUISTAS E AMEAÇAS	Alicia Ferreira Gonçalves
3	OS DESAFIOS DA POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO AMBIENTAL EM TERRA INDÍGENA: NOTAS ETNOGRÁFICAS DAS ATIVIDADES EM CAMPO NO TERRITÓRIO POTIGUARA	Matheus Ramos Araújo de Sousa Alicia Ferreira Gonçalves
4	ALDEAR A POLÍTICA: CAMINHO PARA GARANTIR NOSSA SOBREVIVÊNCIA ENQUANTO MUNDO TIVER	Júlia Araújo de Carvalho
5	FORMAÇÃO DE PROFESSORES GUARANI E KAIOWÁ: TRAJETÓRIA E DESAFIOS DO CURSO ARA VERÁ	Veronice Lovato Rossato
6	HEGEMONIA CANAVIEIRA E DISPUTA TERRITORIAL: IMPASSES NA CONSTRUÇÃO DO PGTA POTIGUARA NA ALDEIA SÃO MIGUEL	Isabelly Rodrigues dos Santos Alicia Ferreira Gonçalves
7	ENTRE O SAGRADO E O CANAVIAL: DESAFIOS DO REFLORESTAMENTO DO TERREIRO IBYCARAYBA NA ALDEIA BREJINHO	Bruno Pedro Sobrinho da Silva Genilson Silva de Lima Alicia Ferreira Gonçalves
8	ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E OLIGARQUIA CANAVIEIRA: ANTAGONISMOS NOS TERRITÓRIOS POTIGUARA	Rafaela Viana Mendonça Giovanni Guedes Pinheiro Ornelas Alicia Ferreira Gonçalves
9	DJA GUATA PORÃ: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS MISSÕES DO SÉCULO XIX E A ATUAÇÃO DO CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO NO SÉCULO XX	Ana de Melo

ST69 - (RE)TERRITORIALIZAÇÃO, TERRITORIALIDADE E OUTRAS ENCRUZILHADAS TERRITORIAIS INDÍGENAS

Coordenação: Alanna Souto Cardoso (Instituto de Pesquisa do Projeto Cartografando Saberes) e Felipe William dos Santos Silva (UFPA)

Local: DEDC I, Sala 06 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	TERRITORIALIDADES INDÍGENAS URBANAS NO PARÁ: O SEMINÁRIO REGIONAL DO MPI E A ARTICULAÇÃO DO FÓRUM PARAWARA ENTRE ALTAMIRA, BELÉM, SANTARÉM E O POVO WARAO	Alanna Souto Cardoso Tupinambá
2	"NASCIDO DA LUZ DO DIA": TERRITORIALIDADE, ANCESTRALIDADE E OS POVOS INDÍGENAS DE IRARÁ	José Mário Bispo Gonçalves Júnior
3	DO PASSADO SILENCIADO ÀS RETOMADAS URBANAS: TERRITORIALIDADES INDÍGENAS NO RIO DE JANEIRO CONTEMPORÂNEO	Michelle Reis de Macedo
4	COCO DE RODA E A BUSCA PELA ANCESTRALIDADE (POTIGUARA)	Gustavo Gomes da Silva
5	OS POVOS GUEGUÊ E O GURGUEIA: RESISTÊNCIA INDÍGENA E COLONIZAÇÃO NAS FRONTEIRAS DO PIAUÍ SETECENTISTA	Felipe William dos Santos Silva
6	ETNICIDADE, MEMÓRIA E LUTA PELO TERRITÓRIO DOS INDÍGENAS AKROÁ GAMELLA, NO SUDOESTE DO PIAUÍ (1970-2024)	Helane Karoline Tavares Gomes

ST70 - CIRCULAÇÃO DE RENDA ENTRE POVOS ORIGINÁRIOS: ETNOGRAFIAS SOBRE DINHEIRO, SABERES E RESISTÊNCIAS

Coordenação: Marilene Aicate Peres (UFAM), Erica Fabricia Melo Moreira (UFAM) e Socorro de Souza Batalha (UFAM)

Local: DCV I, Prédio 2, Sala 311 (3º Andar -1º Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	A ATUAÇÃO DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA INDÍGENA DE PACARAÍMA-COOP'AGI: UMA REFLEXÃO DO PROTAGONISMO A PARTIR DO SABER TRADICIONAL ALIADO A TECNOLOGIA PARA O BEM VIVER NA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL E SÃO MARCOS EM RORAIMA	Ernany Marcos do Nascimento
2	PARA ALÉM DA DEPENDÊNCIA: REDES DE TROCA, TRABALHO E A BUSCA POR AUTONOMIA DOS TIRIYÓ NA FRONTEIRA BRASIL-SURINAME (1964-1985)	Joanan Marques de Mendonça
3	DIAGNÓSTICO E APOIO AO ARTESANATO INDÍGENA POTIGUARA: RESULTADOS PARCIAIS	Lucilene Klenia Rodrigues Bandeira Talita Brito da Silva
4	MEMÓRIAS, MOBILIDADES E COMÉRCIO: A ATUAÇÃO DAS MULHERES KOKAMA NO ALTO SOLIMÕES	Marilene Aicate Peres
5	APRENDER COM O MEL: EDUCAÇÃO, RENDA E COSMOLOGIA JAVAÉ NA ILHA DO BANANAL-TO	Rogério Kusiwana Javaé Marcilene de Assis Alves Araujo
6	REDE DE TROCAS OU "ECONOMIA INDÍGENA": INTERAÇÕES E TENSÕES COM A LÓGICA DO MERCADO	Sileusa Natalina Menezes Monteiro
7	ECONOMIA DOS POVOS INDÍGENAS: ENTRE PARTILHA, CONHECIMENTO E RESISTÊNCIA	Stéphanie Mathieu

27/02, sexta-feira, das 14h às 17h

ST3 - EDUCAÇÃO, HISTÓRIA(S) E QUESTÕES INDÍGENAS NAS AMAZÔNIAS

Coordenação: Marcos Andre Ferreira Estacio (UEA) e Milena Fernandes Barroso (UFS, UEA)

Local: DCH I, Prédio 1, Sala 03 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	ASSEMBLEIA INDÍGENA NACIONAL: ALDEIA KUMARUMÃ (1983)	Francinei Narciso Correia
2	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O MOVIMENTO SATERÉ-MAWÉ POR UMA EPISTEMOLOGIA PRÓPRIA NA AMAZONIA BRASILEIRA	Silvia Carvalho Vieira Jonise Nunes dos Santos
3	O ENSINO E TRANSMISSÃO DOS VALORES E SABERES CULTURAIS DO POVO AKWÊ-XERENTE NA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA WAKARNASE	Eldo Sapkako Xerente Neila Nunes de Souza
4	PROCESSOS E APAGAMENTOS IDENTITÁRIOS E A RELAÇÃO DE PODER NO RIO JATAPU: A EDUCAÇÃO BÁSICA ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA DE CONTROLE E RESISTÊNCIAS – UM ENSAIO AUTO-ETNOGRÁFICO	Nisia Julia Vieira da Gama Edilza Laray de Jesus
5	PRONATEC PARA OS POVOS INDÍGENAS KARAJÁ - ESTADO DO TOCANTINS	Andreia Cristina Fonseca Ribeiro Jocyleia Santana dos Santos
6	SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA: PINTURA CORPORAL E PINTURA CLÂNICA - IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO POVO AKWÊ-XERENTE	Valci Sinã Neila Nunes de Souza Maurício Alves da Silva
7	TRAJETÓRIAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORAS(ES) DE ESCOLAS INDÍGENAS: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA JANUÁRIA, NA TERRA INDÍGENA RIO PINDARÉ / MARANHÃO	Marilda da Conceição Martins Alexandra Campos Resende Raimunda de Moraes Mota
8	ESCREVIVÊNCIAS DE 'SERESTARFICAR' DE ESTUDANTE INDÍGENA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	Gabriel da Silva e Silva Baré Marcos André Ferreira Estácio
9	ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO SUL DO AMAZONAS: HISTÓRIAS, LUTAS E CONQUISTAS	Glóclines da Silva de Araújo Apurinã Marcos André Ferreira Estácio
10	TECER REDES E CONSTRUIR SABERES: AS LÍNGUAS INDÍGENAS PARA DESCOLONIZAR, INTERCULTURALIZAR E DEMOCRATIZAR O ENSINO SUPERIOR	Marcos André Ferreira Estácio

ST7 - “CATEQUESE”, “LETRAMENTO” E “CIVILIZAÇÃO” NA COLÔNIA: ENTRE AS POLÍTICAS INDIGENISTAS E O PROTAGONISMO INDÍGENA (1500-1822)

Coordenação: Fabricio Lyrio Santos (UFRB), Pedro Daniel dos Santos Souza (UNEB) e Wania Alexandrino Viana (UFOPA)

Local: DCH I, Prédio 2, PPGEL - Sala de Defesa (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	AS MILÍCIAS INDÍGENAS NO PARÁ SETECENTISTA: PROCESSOS DE HIERARQUIZAÇÃO NO CONTEXTO DO DIRETÓRIO	Wania Alexandrino Viana
2	AGÊNCIA DE OFICIAIS INDÍGENAS NA CAPITANIA DO PARÁ (1757–1798)	Elber Mota da Silva Wania Alexandrino Viana

N.	Título do trabalho	Autoria
3	GRITO ANCESTRAL NO TAPAJÓS: MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E PRESERVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	Jackson Batista Bentes

ST14 - LÉXICO, HISTÓRIA E MEMÓRIA: O LEGADO DOS POVOS INDÍGENAS

Coordenação: Celina Marcia de Souza Abbade (UNEB), Clese Mary Prudente Correia (UNEB) e Ticiane Rodrigues Nunes (URCA)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 05 (Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	MEMÓRIA E APAGAMENTO: PATRIMÔNIO E HISTÓRIA INDÍGENA NA ANTIGA SEDE DA COLÔNIA AZAMBUJA EM PEDRAS GRANDES (SANTA CATARINA)	Lucia Cabral Zimmermann Dione da Rocha Bandeira Mariluci Neis Carelli
2	SABERES ANCESTRAIS EM TRÂNSITO: O ENSINO DOS CONHECIMENTOS MEDICINAIS XERENTE NA ALDEIA KRIPÉ NO ESTADO DO TOCANTINS	Josy Barros Noleto de Souza Juciene Ricarte Cardoso
3	LÍNGUA AKWÊ E A LÍNGUA PORTUGUESA: A FALA DOS MAIS JOVENS E O VOCABULÁRIO DOS ANCIÃOS	Paulo Fernando Sitmoru Xerente Neila Nunes de Souza
4	ENTRE CULTURAS E SABERES: AS DIFICULDADES DE ADAPTAÇÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE	Karoline Martins Carvalho Neila Nunes de Souza
5	PROPOSTA PARA A ELABORAÇÃO DE PALAVRA ESPECIALIZADA NO ESPAÇO SAGRADO KARAJÁ (MACRO-JÉ)	Edmilson Habudia Karajá Neila Nunes de Souza Maurício Alves da Silva
6	UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS CAUSADOS PELO FECHAMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL JACUBINHA I NA COMUNIDADE QUILOMBOLA REDENÇÃO, NO MUNICÍPIO DE NATIVIDADE-TO	Fernando Nunes Cardoso Neila Nunes de Souza
7	VOCABULÁRIO BILÍNGUE AKWÊ – PORTUGUÊS BRASILEIRO	Gustavo Kanôkrã Xerente
8	AS REDES SOCIAIS E A MANUTENÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS AOS POVOS ORIGINÁRIOS POR MEIO DAS HASHTAGS "ÍNDIO" E "INDÍGENA": UMA ANÁLISE LÉXICO-SEMÂNTICA	Iarly Ferreira Araujo Joana Angélica Santos Lima

ST15 - ENCRUZILHADA ANCESTRAL: HISTÓRIA, MEMÓRIA, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA INDÍGENA NO EXTREMO SUL DA BAHIA

Coordenação: Danilo Silva Guimarães (USP), Gabriela Andrade da Silva (UFSB) e Halysson Gomes da Fonseca (UNEB)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 06 (Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	A HISTÓRIA DA BAHIA E A "ZONA TAMPÃO": UMA HISTÓRIA SOBRE FLORESTAS, CONCEITOS, PERMANÊNCIAS E RESISTÊNCIAS INDÍGENAS	Halysson Gomes da Fonseca
2	A POESIA COMO FERRAMENTA DE RESGATE E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA CULTURAL PATAXÓ	Marta Oliveira Santos Halysson Gomes da Fonseca
3	AS VOZES DA TERRA E A URNA FUNERÁRIA PATIBURI: MEMÓRIAS, SENTIMENTOS E RESISTÊNCIAS EM PERSPECTIVAS PEDAGÓGICAS	Tatiane Queiroz Pereira dos Santos Halysson Gomes da Fonseca

N.	Título do trabalho	Autoria
4	MEMÓRIAS, IDENTIDADE E CULTURA NA ESCOLA KIJETXAWÊ ZABELÊ, ALDEIA KAÍ, TERRITÓRIO COMEXATIBÁ	Kayanalu Souza de Mello Santos Halysson Gomes da Fonseca
5	A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS, AS AUTORIAS INDÍGENAS E A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO EXTREMO SUL DA BAHIA	Andressa Viana de Almeida Halysson Gomes da Fonseca
6	A LUTA E REVOLTA DO CABOCLO MARCELINO NO TERRITÓRIO INDÍGENA TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA	Cristiane dos Santos Silva Halysson Gomes da Fonseca
7	O PANORAMA DE VIOLÊNCIAS CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NA BAHIA: A GUERRA PSICOLÓGICA EM CONTEXTO DE CONFLITOS TERRITORIAIS E O SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO	Marta Aparecida dos Santos Mamédio

ST22 - PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIFERENCIADOS PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS

Coordenação: Marta Coelho Castro Troquez (UFGD), Adir Casaro Nascimento (Universidade Católica Dom Bosco) e Beatriz dos Santos Landa (UEMS)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 09 (Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	A PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO EM TERRITÓRIOS GUARANI E KAIOWÁ NO SUL DE MATO GROSSO DO SUL POR MEIO DA AÇÃO SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA	Beatriz dos Santos Landa Adir Casaro Nascimento
2	UMA ANÁLISE DE LIVRO DIDÁTICO PARA ALFABETIZAÇÃO NA LÍNGUA GUARANI: IMPASSES E POSSIBILIDADES PARA A ALFABETIZAÇÃO INDÍGENA	Rafaela Bayerl de Lima Marta Coelho Castro Troquez
3	PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS INTERCULTURAIS E ESPECÍFICOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar
4	TRABALHO SEM TÍTULO	Elisangela Mantelli e Souza

ST25 - SABERES INDÍGENAS & UNIVERSIDADE: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL À LUZ DAS LEIS 11.645/2008 E 12.711/2012

Coordenação: Adriana Aparecida Belino Padilha de Biazzi (UFSC), Ana Cristina Martinez (UFSC) e Cledison Antonio de Souza e Silva (UFSC)

Local: DEDC I, Sala 01 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	APRENDIZAGEM, INCLUSÃO E INTERCULTURALIDADE NA EDUCAÇÃO INDÍGENA KURÂ BAKAIRI: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA DO PARFOR – LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA/UFR/M	Silvio Hiaulai Peruare Aline Fernanda Ventura Sávio Leite Ariel st38Costa dos Santos
2	QUEM ORIENTA QUEM?: ENCONTRO E APRENDIZADO INTERCULTURAL NA ORIENTAÇÃO DE ESTUDANTES INDÍGENAS DA LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DO SUL DA MATA ATLÂNTICA (UFSC)	Ana Cristina Martinez
3	A DIMENSÃO SOCIAL E SIMBÓLICA DA PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	Patrícia Rosa Santana Guzmán Angelo Rodrigo Bianchini
4	FORMAÇÃO DOCENTE INDÍGENA NA FACULDADE INDÍGENA INTERCULTURAL DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	Waghma Fabiana Borges Rodrigues Eliane Boroponepa Monzilar

N.	Título do trabalho	Autoria
5	PARFOR LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA/UFR E A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: RELATO DE EXPERIÊNCIA FORMATIVA E CONSTRUÇÃO DE SABERES INTERCULTURAIS SOBRE INCLUSÃO	Marcelo Jorge Zacarias
6	DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA LEI Nº 10.639/2003 NA VALORIZAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA NO TOCANTINS	Rayza Silva da Silva Maurício Alves da Silva

ST30 - ABORDAGENS DA HISTÓRIA INDÍGENA, SAÚDE, CIÊNCIAS E BEM VIVER: INTERMEDICALIDADE E ETNOMEDICINA (SÉCULOS XVI-XXI)

Coordenação: Pedro Eduardo Pereira - Ka'aguasu Potiguara (UFPB), Juciene Ricarte Cardoso Tarairiu (UFCG) e Kaori Kodama (Fiocruz)

Local: Local: DEDC I, Sala 02 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	SAÚDE E MULHERES INDÍGENAS NO CONTEXTO MISSIONEIRO DO PARAGUAI COLONIAL: GRAVIDEZ, PARTO E TRADUÇÃO DO CORPO NOS MANUSCRITOS JESUÍTAS	Clara Correia Lima Felix
2	POVOS INDÍGENAS, MUSEUS E JARDINS BOTÂNICOS NA NECROPOLÍTICA DA CIÊNCIA: A EXPOSICIÓN DEL PACÍFICO (1866) COMO PEDAGOGIA COLONIAL E EDUCAÇÃO DO OLHAR	Iranilson Buriti de Oliveira
3	O URARI-SIPÓ E OS QUÍMICOS DE TEMBETÁ DE VON MARTIUS: OS CAMINHOS DO CURARE	Kaori Kodama
4	POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE INDÍGENA: UM OLHAR HISTÓRICO	Carolina Arouca Gomes de Brito
5	SAÚDE BUCAL INDÍGENA: AÇÕES INTERCULTURAIS DE PREVENÇÃO ENTRE CRIANÇAS KAINGANG DO ENSINO FUNDAMENTAL DE COMUNIDADE INDÍGENA	Lucas Fidelis Loureiro Rodrigo Otavio Moretti-Pires

ST31 - UNIVERSIDADE É TERRITÓRIO INDÍGENA? CIÊNCIAS INDÍGENAS COMO AFIRMAÇÃO DO CORPO-TERRITÓRIO-MEMÓRIA

Coordenação: Danielle Gonzaga de Brito (UFAM), Alva Lana Rosa Vieira (SEDUC/UFAM) e Martinha Mendonça (UFF)

Local: Local: DEDC I, Sala 03 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	JAGUATA JOUPIPE: TRABALHO COLABORATIVO ENTRE UM PROJETO DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE E A ESCOLA GUARANI PARA POTY NHE'E JÁ, NO MUNICÍPIO DE MARICÁ, RIO DE JANEIRO	Yan Marques da Silva Teodoro
2	ENTRE MUNDOS, ENTRE TEMPOS: NHEMONGUETA, MUTIRÃO E CORPO-TERRITÓRIO ENTRE A CASA DE REZA E A POLÍTICA PÚBLICA	Maria Martinha Barbossa Mendonça Guajajara Ana Paula Morel
3	JAGUATA JOUPIPE: TRABALHO COLABORATIVO ENTRE UM PROJETO DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE E A ESCOLA GUARANI PARA POTY NHE'E JÁ, NO MUNICÍPIO DE MARICÁ, RIO DE JANEIRO	Lana Potiguara dos Santos Yan Marques da Silva Teodoro Mariana Paladino
4	MUKÁ MUKÁÚ: OS DESAFIOS DA RETOMA IDENTITÁRIA DE INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANO	Amanda Mara Lopes de Oliveira Goytaká

N.	Título do trabalho	Autoria
5	UNIVERSIDADE INDÍGENA: CONSTRUÇÃO CONCRETA DE AUTONOMIA, SABERES E TERRITORIALIDADE	Alva Rosa Lana Vieira Agatha Jully Coimbra Chrys Luanna Coimbra

ST32 - POVOS INDÍGENAS E MISSÕES RELIGIOSAS NA ABYA YALA (SÉCULOS XVI-XIX)

Coordenação: Guillaume Candela (Cardiff University/United Kingdom) e Carlos Daniel Paz (FCH-UNCPBA, Argentina)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 03 (Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	A ANTIGA PROVÍNCIA DO GUAIRÁ E AS REDUÇÕES JESUÍTICAS NA MARGEM PAULISTA DO RIO PARANAPANEMA	Beatriz Mercês de Souza dos Santos
2	EXPULSÃO DOS JESUÍTAS A MANDO DAS "MULHERES DA TORRE", POR CURRALEIROS E PELO CAPITÃO "FERNANDINO DA ALDEIA DOS ÍNDIOS DA VARGE" COM 150 "CABOCLOS" E INDÍGENAS ALDEADOS (1696-1703)	Solon Natalício Araújo dos Santos
3	LAS NOCIONES DEL CUERPO FEMENINO, EL PARTO Y LA MATERNIDAD ENTRE LOS AJCHAMEN DE LA ALTA CALIFORNIA	Diana Roselly Pérez
4	ENTRE MITOS E RELIGIÃO: UM OLHAR SOBRE OS KORIPAKO	Esly Camico Mandu
5	MITOLOGIAS E COSMOLOGIAS: RELIGIÃO NA TRÍPLICE FRONTEIRA RORAIMA, GUIANA E VENEZUELA	Adriana Helena de Oliveira Albano
6	ÛTCHIGÛNE (CAMINHAR CRESCENDO): A FORMAÇÃO DE UMA COMUNIDADE TIKUNA E SUAS PRÁTICAS RELIGIOSAS	José Fernandes Mendonça João Pacheco de Oliveira

ST33 - POVOS INDÍGENAS, SOCIODIVERSIDADES E DEBATES EDUCACIONAIS

Coordenação: Adauto Santos da Rocha (UNEB) e Edivania Granja da Silva Oliveira (IFSertãoPE)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 03 (Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS COMO TEORIA PARA COMPREENDER A SOCIODIVERSIDADE INDÍGENA	Rosely Tavares de Souza
2	FORTELECIMENTO DA IDENTIDADE CULTURAL INDÍGENA: A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA AÇÃO SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA NOS PROCESSOS EDUCACIONAIS DAS COMUNIDADES PANKARÁ	Fernando Henrique da Silva Kelly Cintra Gomes
3	AGRICULTURA FAMILIAR E RECAATINGAMENTO: PRODUZINDO ALIMENTOS E CUIDANDO DA NOSSA MÃE NATUREZA	Genildo do Nascimento de Menezes Breno Emanuel Santos Lemos Marcos da Silva Gonçalves
4	O BAIRRO "XUCURUS" E AS MEMÓRIAS INDÍGENAS EM PESQUEIRA (PE): DISCUTINDO A FORMAÇÃO DE DOCENTES DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL A PARTIR DA LEI Nº 11.645/2008 E DO PARECER CNE 14/2015	Rosani Maciel Calado Edson Silva
5	ESCUITA: UM OLHAR A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS NO PROGRAMA AÇÕES SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA – POVO ENTRE SERRAS PANKARARU	Claudineia Maria do Nascimento Silva Gilmara Rita da Silva Santos Leidjane Maria dos Santos Cleciane Maria do Nascimento Silva
6	TRANÇAS & RAÍZES QUE CONTAM HISTÓRIAS	Maria Isabel de Souza Santos Maria do Socorro de Souza Santos Rafael de Souza Santos Kelly Cintra Gomes

N.	Título do trabalho	Autoria
7	FAUNA: ANIMAIS EM EXTINÇÃO NO BIOMA CAATINGA	Wemerson Gabriel da Silva Costa Roanna Larissa de Menezes Oliveira Santos Wellington Carlos da Silva Cabral
8	PROGRAMA AÇÕES SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA – UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA EDUCADORAS/ES	Kelly Cintra Gomes Fernando Henrique da Silva
9	PINTURAS CORPORAIS - MEU GRAFISMO TEM HISTÓRIA	Eduardo de Sousa Santos Mollyna Kauê da Silva Santos Kelly Cintra Gomes

ST41 - ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA: PRÁTICAS, EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DOCENTES

Coordenação: Cristina de Cássia Pereira (UFG) e Edna Maria Matos Antonio (UFS)

Local: DEDC I, Sala 04 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	NO TERRITÓRIO DO BRINCAR: PRÁTICA PEDAGÓGICA DIFERENCIADA	Madelinne de Sousa Moura Eleticia Costa de Castro Rafaella Capela Leão
2	CONCEITOS E NARRATIVAS PRESENTES NA HISTÓRIA INDÍGENA ENSINADA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOCENTES DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ (SP)	Vitória Silveira Santos Domingos Flávia Preto de Godoy Oliveira
3	IMAGENS MUSICAIS: POTENCIALIDADES DE ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DO "RAP INDÍGENA"	Aurélio Inácio Faria
4	METODOLOGIAS DE ENSINO: DISCUTINDO PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL	Cristina de Cássia Pereira Moraes
5	FORMAÇÃO DOCENTE. E ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA: UMA ANÁLISE DAS MATRIZES CURRICULARES	Edna Maria Matos Antonio
6	EDUCAÇÃO INFANTIL EM CONTEXTO INDÍGENA: PRÁTICAS LÚDICAS, INCLUSIVAS E CULTURAIS NO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA	Márcio André Bitencourt de Souza

ST44 - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E REVITALIZAÇÃO LINGÜÍSTICA

Coordenação: Paulo de Tássio Borges da Silva (UFF), Adria Simone Duarte de Souza (UEA) e Célia Aparecida Bettiol (UEA)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 08 (Subsolo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	A UNIVERSIDADE VAI PARA ALDEIA: DIÁLOGOS, RESISTÊNCIAS E TRANSFORMAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	Ionah Beatriz Beraldo Mateus
2	EDUCAÇÃO FINANCEIRA INTERCULTURAL E EMPREENDEDORISMO COM ARTESANATOS INDÍGENAS DO AMAZONAS EM EXPERIÊNCIA FORMATIVA COM PROFESSORES DE MATEMÁTICA	Rosilei Cardozo Moreira Luzia Braga Pereira de Melo
3	ARTES E CULTURAS INDÍGENAS NA CONSTRUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS: UMA EXPERIÊNCIA DO VALE DO JAVARI	Gabriela Fernandes Neymia Oliveira Mello
4	TRAJETÓRIA E RESULTADOS DO PROJETO SABERES	Surama Santos Ismael da Costa

N.	Título do trabalho	Autoria
	INDÍGENAS POTIGUARA – NÚCLEO UFPB (2024–2025)	
5	POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: O PROCESSO DE FORMAÇÃO E AS EXPERIÊNCIAS DE EDUCADORES (AS) INDÍGENAS NO ESTADO DO CEARÁ	Francisco Thomas dos Santos Silva Roberto Kennedy Gomes Franco
6	FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA ESCOLA INDÍGENA 19 DE ABRIL, GOIATINS-TO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	Schierley Régia Costa Colino Simone Costa Colino
7	A COSMOVIVÊNCIA DA CRIANÇA WAIWAI (OESTE DO PARÁ) E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	Joelma Cardoso dos Santos Mauro Gomes da Costa
8	A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS NO AMAZONAS: UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO PARFOR, SUAS CARÊNCIAS E COLABORAÇÕES	Maria de Fátima dos Santos Mendonça
9	A “VOLTA PRA CASA”: OS PAYAYÁ E A RETOMADA NA RETOMADA	Márcia Maria Gonçalves de Oliveira Magda Sarat
10	O DESPRESTÍGIO SOCIAL DA LÍNGUA MAWAYANA NO TERRITÓRIO WAYAMU, A IMPORTÂNCIA DA SUA DOCUMENTAÇÃO E OS OBSTÁCULOS PARA A SUA REVITALIZAÇÃO	Raniery Oliveira da Silva e Silva

ST49 - MATERNIDADES DIVERSAS Y POLÍTICAS DEL CUIDADO: UN ENFOQUE INTERDISCIPLINARIO Y CREATIVO

Coordenação: Rosana Corral (Universidad de Cuenca, Ecuador) e Maria Teresa Galarza (Universidad de Cuenca, Ecuador)

Local: DEDC I, Sala 11 (1º Andar)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	LO COMÚN DEL CUIDADO, EL CUIDADO EN COMUNIDADES: CONSIDERACIONES ÉTICAS Y EDUCATIVAS	Paola Silvana Vázquez Neira
2	DIMENSIÓN INTERCULTURAL DE LOS CUIDADOS DESDE LAS ARTES EN LOS PUEBLOS INDÍGENAS KICHWA CAÑARI Y SHUAR DEL ECUADOR	Luis Alberto Páez Von Lippke
3	CUIDADO SITUADO Y ESPACIALIDADES AFECTIVAS: UNA INVESTIGACIÓN BASADA EN ARTES CON MUJERES KICHWA, SHUAR Y AFROECUATORIANAS EN ECUADOR	María Teresa Galarza

ST51 - O PROTAGONISMO DAS MULHERES INDÍGENAS: NARRATIVAS, MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE SEU CORPO-TERRITÓRIO NA RECONSTRUÇÃO DO BEM VIVER

Coordenação: Fabiana Lopes Saquiray (UFAM) e Valeria Marques Batista (UFRJ)

Local: DCH I, Prédio 2, PPGEL - Sala 03 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	ATRAVESSAMENTOS DO TERRITÓRIO NA CLÍNICA: SONHOS E TRAUMA NA TRAJETÓRIA DE UMA JOVEM BARÉ	Elayne Cristina dos Santos Cardoso
2	TECNOLOGIAS ANCESTRAIS DE CUIDADO: MULHERES, TERRITÓRIO E A INTELIGÊNCIA DA TERRA	Carla Nascimento Coutinho
3	AS GUARDIÃS DE KO'KO NON (VOVÓ BARRO): RITUALIDADE E COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL NA COMUNIDADE RAPOSA I,	Karen Kywsy Barroso de Sales Vângela Maria Isidoro de Moraes

N.	Título do trabalho	Autoria
	EM RORAIMA	
4	"PARA MOSTRAR QUE EXISTIMOS": LIDERANÇA FEMININA INDÍGENA OCUPANDO A COP 30."	Camile Fróis São José Barbara Arisi
5	TERRA SEM CONFLITOS - O PROTAGONISMO DAS MULHERES INDÍGENAS EM TERRITÓRIO FULKAXÓ (PACATUBA SE): NARRATIVAS, MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS	Erna Raisa Lima Rodrigues de Barros

ST58 - TEXTUALIDADES INDÍGENAS: LINGUAGENS PLURAIS, ANCESTRAIS E CONTEMPORÂNEAS

Coordenação: Rinah de Araújo Souto (UFPB), Vanessa Augusta do Nascimento Brandão (UNESP) e Joel Vieira da Silva Filho (UFAL)

Local: DEDC I, Sala 08 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	MAKUNAIMA/MACUNÁIMA/McLUHANAÍMA: CIRCULAÇÃO E DECOLONIALIDADE	Arlilene Martins Pinheiro
2	O MAL-ESTAR COLONIAL NÃO HUMANO NAS AMAZÔNIAS INDÍGENAS	Mayara Haydée Lima Sena
3	"A ÁRVORE QUE ANDA": INTERMITÊNCIAS ARTÍSTICO-LUMINOSAS DA FLORESTA	Leticia de Almeida Pereira Baracho Rainério dos Santos Lima
4	COLAGEM CRIATIVA: TECENDO MEMÓRIAS NO ABRIL INDÍGENA	Alyere Silva Farias Deyseane Pereira dos Santos Araújo
5	O NARRADOR EM ESTADO DE RIO: TRAVESSIAS DE UMA VOZ QUE NAVEGA EM CANUMÃ, DE YTANAJÉ COELHO CARDOSO	Rinah de Araújo Souto
6	ESCUITA, PRESENÇA E ENCANTAMENTO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO CLUBE DE LEITURA ARAETÁ	Maria Luísa de Moura Azerêdo Stella Maria Palitot Dias de Lacerda Joana Antonino da Silva Rodrigues Edissa Dorita Queiroz Boechat da Silva

ST64 - LITERATURAS, MÍDIAS E ARTES INDÍGENAS

Coordenação: Elizabeth Gonzaga de Lima (UNEB), Randra Kevelyn Barbosa Barros (UESC) e Carlos Augusto de Melo (UFU)

Local: DCH I, Prédio 2, Sala 04 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	LINGUAGEM DA FOTOGRAFIA AUTORAL INDÍGENA	Álvaro Franco da Fonseca Junior Ione da Silva Jovino
2	ENCANTAMENTO TEATRAL MANDARU: A ARTE CÊNICA INDÍGENA XUKURU DO ORORUBÁ COMO EXPRESSÃO E (RE)EXISTÊNCIA NO AGRESTE DE PERNAMBUCO	Iago José Lima de Melo
3	AS ALIANÇAS AFETIVAS ENTRE AS GENTES DO COSMOS E A TRANSCULTURAÇÃO TRANSESPECÍFICA EM UMA NARRATIVA DO JOGO DIGITAL HUNI KUIN: YUBE BAITANA	Caroline de Assis Campos Pinagé
4	AS DIMENSÕES DO AMOR EM TEXTOS LITERÁRIOS DE AUTORIA INDÍGENA VOLTADOS ÀS CRIANÇAS	Carlos Augusto de Melo
5	SONHOS DE TAQUARA NESSE TEXTO FEITO CORPO, FEITO DE SIABURU	Daniela Mara Reis da Silveira

N.	Título do trabalho	Autoria
6	EXPERIÊNCIAS DECOLONIAIS NO ENSINO DE ARTES E LITERATURA: MATRIZES INDÍGENAS NO ENSINO MÉDIO	Juliane do Rosário Melo Marta Maria Gomes
7	CARTAS A DAVI	Cristina Araripe Fernandes

ST69 - (RE)TERRITORIALIZAÇÃO, TERRITORIALIDADE E OUTRAS ENCRUZILHADAS TERRITORIAIS INDÍGENAS

Coordenação: Alanna Souto Cardoso (Instituto de Pesquisa do Projeto Cartografando Saberes) e Felipe William dos Santos Silva (UFPA)

Local: DEDC I, Sala 06 (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	A TRAJETÓRIA PELA POSSE DA FAZENDA CADOZ DOS FULKAXÓ EM SERGIPE	Carine Santos Pinto
2	TERRITÓRIO, MEMÓRIA E FUTURO: (DES)CONEXÕES E IMPACTOS PSICOSSOCIAIS	Maria Vilani Maia Sequeira Dayse da Silva Albuquerque
3	SABERES INDÍGENAS NAS RITUALÍSTICAS DA UMBANDA NA AMAZÔNIA COSTEIRA	Márcia Leonor Oliveira de Sousa Cleide Silva de Oliveira Helane Súzia Silva dos Santos
4	CUIDADO EM SAÚDE SOB PERSPECTIVA INTERCULTURAL	Joelson Almeida Santos
5	TERRITORIALIDADES MAPUCHE Y FRONTERAS COLONIALES: PROCESOS ÉTICOS-METODOLÓGICOS DESDE EL NÜTRAM	Juanita Orellana Ojeda Ana Noelia Mulato Llao Noelia Carrasco Henríquez
6	A REOCUPAÇÃO QUE ENSINA: QUANDO A RETOMADA INDÍGENA VIRA UM ATO PEDAGÓGICO	Renata Ferreira de Oliveira Johnisson Xavier Silva
7	LUTA PELA TERRA, POLÍTICA E IDENTIDADE NOS TESTEMUNHOS DOS MAPUCHE DURANTE O GOVERNO DE SALVADOR ALLENDE (1970-1973)	Danielle Freire da Silva
8	ETNOPOLÍTICA DE UM GRUPO DE ESTUDANTES INDÍGENAS SEDIADO EM BRASÍLIA NA DÉCADA DE 1980	Victor Ferri Mauro
9	VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DE LIDERANÇAS JOVEM MACUXI NA ETNOREGIÃO RAPOSA, TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL	Reinaldo da Silva Oliveira



PÔSTERES

PÔSTERES

26/02/2026, quinta-feira, das 14h às 15h30

SESSÃO 1

Local: DCH I, Prédio 2 - Área Externa (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	IMPACTOS DA TRANSPOSIÇÃO DE CONCEITOS TEOLÓGICOS CRISTÃOS PARA AS CULTURAS INDÍGENAS	Nestor da Conceição Santana Junior
2	PROTAGONISMO E CULTURA: A DIVERGÊNCIA ENTRE O GUERREIRO INDÍGENA E A FIGURA QUE PROTAGONIZA A JORNADA DO HERÓI	Sandro Luiz dos Santos Silva e Santos Natiele Barbosa Eugenio da Silva Ricardo Tupiniquim Ramos
3	LÍNGUA TUPI: PERMANENCIA DA ORALIDADE ANCESTRAL NA LÍNGUA FALADA NA PARAÍBA	Ana Luísa Gomes Nascimento
4	PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL: O ENSINO DE LÍNGUA KAINGANG NA TERRA INDÍGENA DE FAXINAL-PR	Daniele Luiza Fidelix Silva Ana Beatriz de Souza Carrero Lígia Paula Couto
5	VOZES DE MOSKOW: PODCAST EM WAPICHANA PARA O FORTALECIMENTO DA LÍNGUA E DA CULTURA	Verônica Lúcia Inácio Gomes
6	ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO: ENSINO DE LÍNGUA WAPICHANA PARA ALUNOS DO 8º ANO DA ESCOLA ESTADUAL BARTOLOMEU BUENO – COMUNIDADE DE PERDIZ DO ESTADO DE RORAIMA	Betânia Rosa Gomes de Oliveira
7	A PRÁTICA SECULAR DE CÂNTICOS EM LATIM EM COMUNIDADE INDÍGENA	Juracy Dayse Delfino Soares
8	PINTURAS FACIAIS COM GRAFISMO E SEUS SIGNIFICADOS PARA O POVO BORORO	Claudemir Borotogiu
9	LA DECADENCIA Y EL EMPODERAMIENTO DE LA NUEVA GENERACIÓN EN EL LENGUAJE KICHUA DEL ECUADOR, CAUSAS E POSIBLES EFECTOS	Luís Rodrigo Chalulsa Guaman
10	CADEIA OPERATÓRIA DAS CERÂMICAS PALIKUR: TÉCNICA, MEMÓRIA E COSMOLOGIA NA ALDEIA KUMENÊ (OIAPOQUE/AP)	Jessica Assis dos Santos Irabete Martins Labontê (Indígena Palikur) Lilian Rebellato
11	JOGOS EDUCATIVOS DIGITAIS E LETRAMENTO INTERCULTURAL BILÍNGUE: O WORDWALL COMO RECURSO PARA A PRESERVAÇÃO DA LÍNGUA INY RYBÊ DO POVO JAVAÉ	Rafael Oliveira de Carvalho Matheus Barbosa de Oliveira Marcilene de Assis Alves Araújo
12	A IMPORTÂNCIA DO PATXOHÃ NA EDUCAÇÃO INFANTIL	Iara dos Santos Borges Fabrícia Fonceca Amancio Gerusa Cruz Sobreira
13	FORTALECENDO A LÍNGUA MACUXI: LEITURA, ESCRITA E IDENTIDADE CULTURAL	Altina Silva dos Santos Zoraide dos Anjos Danielle da Silva Trindade

N.	Título do trabalho	Autoria
14	MEMÓRIAS PANHÍ: HISTÓRIAS E TRADIÇÕES DO POVO APINAJÉ DO BICO DO PAPAGAIO MUNICÍPIO DE TOCANTINÓPOLIS/TO	Gilvan Almeida de Sousa Juliete Santos
15	NARRATIVAS E SABERES DO POVO KOKAMA ANNA NAIARA MURAIARE DA SILVA	Anna Naiara Muraiare da Silva
16	ENSINO DA LÍNGUA MATERNA E SABERES ANCESTRAIS: CAMINHOS PARA O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE ÉTNICA E CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANOS E ALDEADOS TENDO COMO EXEMPLO AÇÕES DO CONSELHO INDÍGENA KOKAMA DA AMAZÔNIA – YTKA	Gleison de Almeida Martins
17	PESQUISA DOCUMENTAL DE ABORÍGINE NO HAITI NO SÉCULO XV	Alcène Dorenge Lovely Gédéus
18	NA PELE SE PINTA O ANCESTRAL: SABERES E SIGNIFICADOS DAS PINTURAS CORPORAIS DO POVO PATAXÓ NA PERSPECTIVA DAS ALDEIAS PATAXÓ DE NOVA ESPERANÇA E GUAXUMA T.I. BARRA VELHA	Paulo Vitor Santo de Oliveira
19	AS REDES SOCIAIS E A MANUTENÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS AOS POVOS ORIGINÁRIOS POR MEIO DAS HASHTAGS "ÍNDIO" E "INDÍGENA": UMA ANÁLISE LÉXICO-SEMÂNTICA	Iarly Ferreira Araújo Joana Angélica Santos Lima
20	CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS DO POVO TUXÁ: A ORALIDADE EM CONTRASTE COM A NORMA PADRÃO, EM HISTÓRIAS TUXÁ	Melane Silva Santos Thiago Santos Paim Ricardo Tupiniquim Ramos
21	TOPONÍMIA DE ORIGEM INDÍGENA NO PIAUÍ EM 2010: UM ESTUDO LINGÜÍSTICO E SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL DE TOPÔNIMOS NO TERRITÓRIO DO VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	Neiliane Coelho Gomes Messias dos Santos Santana
22	TOPÔNIMOS DE ORIGEM INDÍGENA NO PIAUÍ: ESTUDO LINGÜÍSTICO E SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL DA TOPONÍMIA EM MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA)	Melka Maria Sene Silva Messias dos Santos Santana
23	AGROECOLOGIA E AGROFLORESTA COMO CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA ALDEIA CRAVEIRO	Raione Nascimento Braúna Gisele das Chagas Costa
24	DANÇAR PARA NÃO ESQUECER: A DIABLADA ORUREÑA COMO NARRATIVA DE RESISTÊNCIA INDÍGENA E MEMÓRIA CH'IXI NOS ANDES	Maria Del Carmen Sempertegui Rodas Fernanda Viera de Sant' Anna
25	LITERATURAS INDÍGENAS E A FORMAÇÃO DO DOCENTE: CURRÍCULO E PRÁXIS DECOLONIAL	Maria Eduarda Ferreira Gonçalves Keli Cristina Gregório do Nascimento Fernanda Vieira de Sant' Anna
26	VOLTANDO PARA CASA: RETOMADA IDENTITÁRIA INDÍGENA NO ÁLBUM RITUAL (2019), DE SOUTO MC	Catharina Varandas Alves Cunha Fernanda Vieira de Sant' Anna
27	LITERATURAS INDÍGENAS NAS ESCOLAS: CAMINHOS PARA UMA PRÁXIS DECOLONIAL	Brenda Ribeiro de Aquino Fernanda Vieira de Sant' Anna
26	POESIA COMO TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA	Xociane Oliveira Azevedo Gisele das Chagas Costa
29	TÍTULO NÃO INFORMADO	Ilda Joan Souza da Silva
30	O LEGADO EDUCACIONAL DE PONIOHÕ PATAXÓ (PROFESSOR ARIVALDO CONCEIÇÃO DOS SANTOS) – ALDEIA BARRA VELHA, BAHIA	Antxuariwê Oliveira dos Santos Lígia Raquel Rodrigues Soares

N.	Título do trabalho	Autoria
31	A ALFABETIZAÇÃO NO ENSINO DA LÍNGUA MATERNA DO POVO PAUMARI DO AMAZONAS	Raimundo Dias Barbosa José Roberto Gomes
32	A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA COMO FERRAMENTA NA LUTA ANTICAPACITISTA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DENTRO DO ENSINO ESPECÍFICO E DIFERENCIADO DO POVO POTIGUARA DA PARAÍBA	Carla Cristina Padilha dos Santos
33	TÍTULO NÃO INFORMADO	Isley Freire Vieira
34	SABERES E PRÁTICAS DE UMA REZADEIRA: CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E AÇÃO EDUCATIVA NA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA TUXAUA SILVESTRE MESSIAS — COMUNIDADE INDÍGENA BARRO/RORAIMA	Máida dos Santos
35	A MUSICALIZAÇÃO COMO ENSINO APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INDÍGENA MACUXI/PARA COMUNIDADE INDÍGENA INGAARUMÁ-RR	Anderly Soares Brasil Zoraide dos Anjos Danielle da Silva Trindade
36	ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA JOSÉ VIRIATO	Gerusa Diogo Costa Zoraide dos Anjos Danielle da Silva Trindade
37	POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: O PROCESSO DE FORMAÇÃO E AS EXPERIÊNCIAS DE EDUCADORES (AS) INDÍGENAS NO ESTADO DO CEARÁ	Francisco Thomas dos Santos Silva Roberto Kennedy Gomes Franco
38	DIPLOMATAS SEM FÉ, SEM LEI, NEM REI: DIPLOMACIA TUPINAMBÁ NA FORMAÇÃO DA FRANÇA ANTÁRTICA (1531-1560)	Gabryel Clinário dos Santos
39	QUANDO A COLÔNIA ECOA NO SÉCULO XX: MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA NA REVISTA DE ATUALIDADES INDÍGENAS DA FUNAI	Geovanna Liz Ribeiro Cunha Pablo A. Iglesias Magalhães
40	TRADUÇÃO DIGITAL E ENSINO DE LÍNGUAS INDÍGENAS: O SITE TRADUTOR WAI WAI PARA PORTUGUÊS	Iolandino Xayukuma Wai Wai Carla Marina Costa Paxiuba Terezinha do Socorro Lira Pereira

26/02/2026, quinta-feira, das 15h30 às 17h

SESSÃO 2

Local: DCH I, Prédio 2 - Área Externa (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	ESCREVIVÊNCIAS DE MULHERES INDÍGENAS ISÚ-KARIRI: AUTOETNOGRAFIAS NA SUBVERSÃO DA COLONIALIDADE (DO PODER, DO SABER, DO SER E DO GÊNERO)	Vitória Alves de Araújo Willian Fernando Domingues Vilela Cicera Pereira Mariano
2	MULHERES INDÍGENAS PATAXÓ DE COROA VERMELHA: PROTAGONISTAS NA EDUCAÇÃO E NOS CONHECIMENTOS SOBRE AS ERVAS MEDICINAIS	Valdirene Sales dos Santos Ligia Raquel Rodrigues Soares
3	TÍTULO NÃO INFORMADO	Sueli de Oliveira Tomas
4	CADEIA OPERATÓRIA DA CERÂMICA PALIKUR NA ALDEIA KUMENÊ: SABERES TÉCNICOS, MEMÓRIA E COSMOLOGIA	Jessica Assis dos Santos Irabete Labontê Martins Lilian Rebellato
5	FEITIÇOS AMOROSOS E INQUISIÇÃO NO BRASIL COLONIAL: SABERES INDÍGENAS, RELAÇÕES DE GÊNERO E SOCIABILIDADES	Maria Fernanda Sá Baeta Durante David Barbuda Ferreira
6	ESCRAVIZAÇÃO ILEGAL DE INDÍGENAS NA CAPITANIA DO MARANHÃO: UM ESTUDO SOBRE AS MULHERES INDÍGENAS BASEADO NA ANÁLISE DA DEVASSA DE FRANCISCO DA GAMA PINTO (1700-1750)	Maria Eduarda Fonseca Rocha Santos Ana Luiza Junqueira Fernandes David Barbuda Ferreira
7	"MANDO QUE SE CUMPLA Y GUARDE": TESTAMENTOS DE INDÍGENAS E A FORMAÇÃO DE REDES DE SOCIABILIDADE E CRÉDITO EM LIMA COLONIAL	Luiz Felipe Rodrigues Pinheiro David Barbuda Guimarães de Meneses Ferreira
8	A AGÊNCIA INDÍGENA NAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE CARAJÁS E PORTUGUESES NA CAPITANIA DE GOIÁS NO SÉCULO XVIII	Keila Roberta Malta David Barbuda Guimarães de Meneses Ferreira
9	AS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DAS MÃES INDÍGENAS SOLO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS	Keila Oliveira Tomas
10	SOLDADOS EM CAMPANHA: PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NAS GUERRAS DE CONQUISTA DOS SERTÕES (1698-1706)	Daniel Cerbaro Barbosa Carmen Margarida Oliveira Alveal
11	ALDEIA MARIAZINHA: HISTÓRIA, RESISTÊNCIA E IDENTIDADE DO POVO APINAJÉ	Willians Pereira Lima Apinajé Juliete Santos
12	TÍTULO NÃO INFORMADO	David Henrique da Silva Pereira
13	ACERVO DE MEMÓRIAS INDÍGENAS DO PIAUÍ	Andresa da Conceição Pereira dos Santos Rosanny Pereira de Santana Maria das Graças Feitosa dos Santos Claudiane Barbosa de Carvalho Samea Rafaela Lopes Ribeiro Andresa da Conceicao Pereira dos Santos Cristiane Gomes da Rocha Ana Beatriz Moreira da Silva
14	TÍTULO NÃO INFORMADO	Isaac Philistin

N.	Título do trabalho	Autoria
15	TÍTULO NÃO INFORMADO	Geovana Kellen de Azevedo Guimarães
16	CERÂMICA WAI WAI: EXPRESSÃO E IDENTIDADE RETRATADOS ATRAVÉS DOS GRAFISMOS	Jamile Brait Ferreira Lilian Rebellato
17	DESENHANDO O WIRA'U HAW: A PERSPECTIVA DAS CRIANÇAS TEMBÉ SOBRE O RITUAL ANCESTRAL DO WIRA'U HAW NA TERRA INDÍGENA ALTO RIO GUAMÁ (TIARG) – PA	Maria Gabriela Oliveira da Silva
18	CORDEL INDÍGENA E INTERMIDIALIDADE EM CORAÇÃO NA ALDEIA, PÉS NO MUNDO DE AURTIHA TABAJARA	Jessica Rodrigues da Silva Elizabeth Gonzaga de Lima
19	ECOCRÍTICA E CORPO-TERRITÓRIO NA NARRATIVA KAINGANG “A HISTÓRIA DE JŨMÊ E FÉ HÁ”	Giselle Vieira dos Santos Elizabeth Gonzaga de Lima
20	ORALIDADE INDÍGENA E MÍDIAS DIGITAIS: O PODCAST NÓS - UMA ANTOLOGIA DE HISTÓRIAS INDÍGENAS	Taiane Ferreira do Santos Elizabeth Gonzaga de Lima
21	MONSTRUOSIDADE, CANIBALISMO E ANTROPOFAGIA EM “AS AMANTES FEITICEIRAS” DE DANIEL MUNDURUKU	Ingrid Maria Rodrigues da Silva Ricardo Tupiniquim Ramos
22	OS SABERES DAS MAIS VELHAS: CONSTRUÇÃO DA PERSONAGEM ANCIÃ ESTER NO ROMANCE MUNDURUKU CANUMÃ: A TRAVESSIA	Juliany Gímenes Silva Campos Randra Kevelyn Barbosa Barros
23	O TEMPO E A TERRA EM YBY KŪATIARA - UM LIVRO DE TERRA, DE ELLEN LIMA WASSU	Amanda Souza Ferreira
24	TEATRO COM CRIANÇAS NA ALDEIA ITAPUÃ: O ENSINO EM TEATRO NO COLÉGIO INDÍGENA TUPINAMBÁ AMOTARA	Geisa Pena Costa
25	SABERES INDÍGENAS NAS RITUALÍSTICAS DA UMBANDA NA AMAZÔNIA COSTEIRA	Márcia Leonor Oliveira de Sousa Cleide Silva de Oliveira Helane Súzia Silva dos Santos
26	COLONIALIDADE, ENSINO DE HISTÓRIA E A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS NAS AMÉRICAS: O USO DO CORDEL PARA UMA LEITURA DECOLONIAL DOS ESTADOS UNIDOS	Jhonny Rafael Mota da Silva Vanderlúcia da Silva Ponte
27	A LUTA DOS POVOS INDÍGENAS PELO TERRITÓRIO: O CASO LAKLÃNÕ/XOKLENG E A QUESTÃO DO MARCO TEMPORAL	Elian Daniel Patté Ndili
26	EXPERIÊNCIAS DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COM ESTUDANTES INDÍGENAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA PARA POTY NHE' Ë JÁ	Camila Fereira da Silva Tayna Alvares Samaniego Marcia Lisbôa Costa de Oliveira
29	LETRAMENTOS INY RYBÊ: SABERES, LÍNGUA E ESTRATÉGIAS BILÍNGUES PARA A VALORIZAÇÃO SOCIOCULTURAL DO POVO JAVAÉ	Wairama Xiwelelori Wataju Javaé Marcilene de Assis Alves Araujo
30	REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DA LÍNGUA TAUREPANG NA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA MANOEL BARBOSA, EM UMA COMUNIDADE INDÍGENA EM PACARAIMA, RORAIMA	Jadicélia Alves Pinho Catarina Jandira Padilha Arthur Philipe Cândido de Magalhães
31	IÕ HERUÊ UPÂ ÁGOHÓ TXIBÁ/ DAWÊ MAYÕ IXÊ: PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA ESCOLA INDÍGENA PATAXÓ BARRA VELHA	Everton Braz dos Santos Erlânio dos Santos Alves Romilson Braz dos Santos Gerusa Cruz Sobreira
32	CONCEITOS E NARRATIVAS PRESENTES NA HISTÓRIA INDÍGENA ENSINADA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOCENTES DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ (SP)	Vitória Silveira Santos Domingos Flávia Preto de Godoy Oliveira

N.	Título do trabalho	Autoria
33	HISTÓRIA NO QUINTAL DE CASA: UMA OFICINA DE HISTÓRIA NA BAÍA DA TRAIÇÃO-PB	Antony Marcos Cruz Santana
34	CIÊNCIA E ANCESTRALIDADE: PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO TOCANTINS	Valterlan Teixeira Araújo Karla Marylice Pereira dos Anjos Julia Souza de Araújo
35	AS MULHERES INDÍGENAS DO BRASIL: SÍMBOLOS DE RESISTÊNCIA CULTURAL E POLÍTICA	Marie Daniel Chéry Blochby Ernst Celiscar
36	TRAJETÓRIA DAS MULHERES TUPINAMBÁ NOS MOVIMENTOS DE RETOMADA E RECONHECIMENTO DA TERRA INDÍGENA TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA	Ayla Gabrielle Nascimento dos Santos Ivana Cardoso de Jesus Gerusa Cruz Sobreira
37	RETRATO DA REALIDADE YANOMAMI: UMA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA COM ALUNOS DO AEE	Elizene Aparecida Rodrigues da Luz
38	ACERVO POHã NANA: VIDA, PLANTA E TERRITÓRIO OSVALDO GARCIA CARDOSO	Kellen Natalice Vilharva Islândia Maria Carvalho de Sousa
39	TERRITÓRIO, IDENTIDADE E PERMANÊNCIA CULTURAL: PRÁTICAS DE CUIDADO AMBIENTAL NA PRÁXIS EDUCATIVA TUPINAMBÁ	Eliandra Cardoso Carvalho Stéfanie Gusmão Maria Clara Gusmão
40	TÍTULO NÃO INFORMADO	Juliana Thaís Nunes Pinheiro

27/02/2026, sexta-feira, das 14h às 15h30

SESSÃO 3

Local: DCH I, Prédio 2 - Área Externa (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	PRESENÇA DA MULHER INDÍGENA NOS CURSOS DE LICENCIATURA INTERCULTURAL DA UFAM, IFAM E UEA	Edmara de Melo Miranda Alves Elciclei Faria dos Santos
2	AS MEMÓRIAS DAS MULHERES CATADORES DE MARISCOS DA ALDEIA CAMURUPIM: TRABALHO E GÊNERO NAS AULAS DE FILOSOFIA DO ENSINO MÉDIO POTIGUARA/PB	Crizelba Ferreira Padilha dos Santos
3	ENTRE A ÁGUIA E O CONDOR: CUIAS COMO REDE-CUIA DE CIÊNCIA INDÍGENA WAYRAKUNA EM ABYA YALA	Bárbara N. Flores Borum Kren Aline Ngrenhtabare Lopes Kayapó Suellen Ramos
4	EXPERIÊNCIAS DE MULHERES INDÍGENAS JAVAÉ DIANTE DO "EDUCAR": PROVOCAÇÕES PLURIEPISTÊMICAS DO PENSAMENTO ÉTNICO-RACIALIZADO	Ana Jaimile da Cunha Lubederu Maireia Javaé
5	CARTOGRAFIAS SOCIAIS E A CRIAÇÃO DE MODELOS FÍSICOS NA TERRA INDÍGENA MORRO DOS CAVALOS	Nayara Oliveira Bock Douglas Ladik Antunes
6	A MATEMÁTICA NOS GRAFISMOS POTIGUARA: ENSINO E ANCESTRALIDADE NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INDÍGENA A(E)FETIVA	Jéssica Claudia Lima dos Santos Gabriela Cristina da Silva de Souza Rafaela Soares da Silva

N.	Título do trabalho	Autoria
7	PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO DA AÇÃO SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA DO POVO MUNDURUKU DE HUMAITÁ NO SUL DO AMAZONAS	Andreino Rodrigues da Silva José Roberto Gomes
8	OS ANIMAIS QUE SE COMEM E OS QUE NÃO SE COMEM PARA O MEU POVO KARO-ARARA	Suzana Arara Gicele Sucupira
9	ALMA DAS PALAVRAS	Márcia Camargo Ednajara Pesca Inaiá Braz
10	ÁRVORES NATIVAS DA ALDEIA ÁGUAS BELAS: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO COLÉGIO ESTADUAL INDÍGENA BOM JESUS	Anaiá da Conceição Braz Inajara Braz Santos Lidiane Braz Pires
11	ENTRE UNIVERSIDADE, ANIMAÇÃO E COSMOLOGIA APINAJÉ: UMA EXPERIÊNCIA NO NORTE DO TOCANTINS	Gabriel Enrique Sousa Bandeira Helber Laranja Salvador Apinagé Aline Campos
12	ALIMENTAÇÃO E INCLUSÃO: INTERPRETAÇÕES DAS PLACAS DE SINALIZAÇÃO E CARDÁPIO DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DO CAMPUS GOIÁS DA UFG (GOIÁS/GO) NA LÍNGUA DO POVO A'UWÊ UPTABI	Janaína Tude Sevá Luciana Helena Alves da Silva Marília Resende Camargo
13	TÍTULO NÃO INFORMADO	Júlia Serafim dos Santos Daniele Wend Pereira Willian Fernando Domingues Vilela
14	PARFOR LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA/UFR E A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: RELATO DE EXPERIÊNCIA FORMATIVA E CONSTRUÇÃO DE SABERES INTERCULTURAIS SOBRE INCLUSÃO	Marcelo Jorge Zacarias Ariel Costa dos Santos Aline Fernanda Ventura Sávio Leite
15	APRENDIZAGEM, INCLUSÃO E INTERCULTURALIDADE NA EDUCAÇÃO INDÍGENA KURÂ BAKAIRI: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA DO PARFOR – LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA/UFR/MT	Silvio Silvio Hiaulai Peruare Aline Fernanda Ventura Sávio Leite Ariel Costa dos Santos
16	ARRIBAR O CÉU: CURADORIA DE LITERATURAS INDÍGENAS EM LÍNGUA INGLESA E BRASILEIRA NA FORMAÇÃO DOCENTE EM LETRAS – INGLÊS	Juliana Celestino de Melo José Carlos Felix
17	A VOZ POÉTICA INDÍGENA EM WEIYAMÍ: MULHERES QUE FAZEM SOL, DE SONY FERSECK	Kaylane Gomes Castro Izabela Guimarães Guerra Leal
18	ESCUTAS DA TERRA E CORPOS COMO REZO: TRAVESSIAS INDÍGENAS NA FORMAÇÃO EM ARTE-EDUCAÇÃO	Marcela Botelho Brasil Rodrigo Santos Carvalho
19	A ETNOMUSICALIDADE POTIGUARA NOS RITUAIS DO TORÉ E NO FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.	Gabrielle Cristinne Ricarte Apolinário Juciene Ricarte Cardoso Tarairiú
20	AGROECOLOGIA, EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E OS ODS 18 A 20	Ralane Gomes da Silva Wagner Feitosa Avelino Tácio José Natal Raposo
21	SEMANA CULTURAL NAS ESCOLAS INDÍGENAS DO POVO POTIGUARA DA PARAÍBA: QUESTÕES PEDAGÓGICAS, VIVÊNCIAS E TRADIÇÃO	Sueli Vieira Domingos
22	UNIVERSITÁRIOS KOKAMAS NOS CAMINHOS UNIVERSIDADE-ESCOLA: DESAFIOS DE TRANSPORTE E SUPERAÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DO PIBID DE PEDAGOGIA NA ESCOLA ANTIRI TSAMIA	Felipe Aiambo Cauamari Jozenildo Aiambo dos Santos Gilvânia Plácido Braule
23	MEMÓRIAS DA CRIAÇÃO DO CENTRO ACADÊMICO DO CURSO FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS (CAFPI)	Raynete Dias da Silva Elciclei Faria dos Santos

N.	Título do trabalho	Autoria
24	AS CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA INTERCULTURAL PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE UMA PROFESSORA INDÍGENA DA COMUNIDADE INDÍGENA CAMARAREM, UIRAMUTÃ, RORAIMA	Lindinaia Melquior Arthur Philipe Cândido de Magalhães
25	NARRATIVA DOCENTE E FORMAÇÃO INCLUSIVA: O REFLEXO DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA INTERCULTURAL NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DOS ALUNOS DO 1º/2º ANO DA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA BERNARDO SAYÃO	Cleovânia Lira Macêdo Catarina Janira Padilha
26	RECICLÁVEIS EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA: POSSIBILIDADES DE MAIOR DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL NO ALTO RIO NEGRO	Marcelo Côrtes Silva Estefany Padilha da Silva Quedma Karilayne Otero Azevedo Taynara Gonçalves de Almeida Paulo José da Silva Nascimento Pedro Moreno Feio de Lemos
27	TÍTULO NÃO INFORMADO	Fred Karakará Soares Falcão Potiguara
26	TÍTULO NÃO INFORMADO	Karoline de Carvalho Silva
29	ENTRE TEMPOS E SABERES: REFLEXÕES DE UMA PROFESSORA DE HISTÓRIA SOBRE O CURRÍCULO INTERCULTURAL NAS ESCOLAS	Tatiana da Silva Angi
30	MINERAÇÃO DE AREIA E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL NAS TERRAS INDÍGENAS TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA: IMPACTOS, RESISTÊNCIAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	Larissa Pinto Magalhães Isabela Magalhães Pinto Amaral Gabriela Fernandes Feliciano Murua
31	CENTRO AWÊ HERUÊ	Dayane Braz da Conceição Leonidi Farias do Nascimento Gisele das Chagas Costa
32	A CIÊNCIA ANCESTRAL NO ENSINO: SABERES E PRÁTICAS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO COMO MEIO PARA A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA	Genilson da Penha Rosa Ana Beatriz Magalhães Melquiades Maria Yasmim de Freitas Santos Agostinho Junior de Holanda Coe
33	TÍTULO NÃO INFORMADO	Elenilda Barbosa Mendes
34	SABERES ANCESTRAIS: A ASTRONOMIA COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO CULTURAL ENTRE OS POVOS INDÍGENAS	Marcela Lacerda Macuxi
35	SABERES TRADICIONAIS E USO DE PLANTAS MEDICINAIS: UM ESTUDO ETNOBOTÂNICO NA ALDEIA BREJINHO, MARCAÇÃO-PB	Suênia de Lima Ferreira Leonardo Cinésio Gomes
36	A IDENTIDADE E A REPRESENTAÇÃO DOS INDÍGENAS TABAJARA DO PIAUÍ-PIRIPIRI A PARTIR DE 1970: COMPREENSÕES EXTERNAS E AUTOIMAGEM – UMA ABORDAGEM HISTÓRICA	Rosiane Alves Gomes
37	EDUCAÇÃO, HISTÓRIA(S) E QUESTÕES INDÍGENAS NAS AMAZÔNIAS	Fritznel Chery
38	EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E REVITALIZAÇÃO DA LÍNGUA POR MEIO DE FERRAMENTAS DIGITAIS	Géssica Makurap Kalyana Pereira Alencar Emanuel Fernandes Gomes Gonzaga Carolina Coelho Aragon Roseline Mezacasa Fabrício Gerardi
39	O PLURILINGUISMO COMO PERSPECTIVA DECOLONIAL NAS AULAS DE PLAc PARA INDÍGENAS WARAO	Juliana Melo Lopes Jamilly Witoria de Oliveira Carolina Coelho Aragon Angela Maria Erazo Muñoz José Wellisten Abreu de Souza

27/02/2026, sexta-feira, das 15h30 às 17h

SESSÃO 4

Local: DCH I, Prédio 2 - Área Externa (Térreo)

N.	Título do trabalho	Autoria
1	MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SAÚDE MENTAL DOS POVOS INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA: UMA REVISÃO DE ESCOPO	Ramon Souza Muniz Gabriela Andrade da Silva
2	OREGÜ: EPISTEMOLOGIA DO CORPO TERRITÓRIO DO POVO MAGÜTA	Ingrid Marcela Ramos Mariano Gabriela Fernandes de Carvalho
3	COSMOLOGIA NA CULTURA DOS POVOS GUARANI E KAIOWÁ NO MATO GROSSO DO SUL	John Taylor Chamorro de Aquino Lucia Pereira Aparecida Benites Islândia Maria Carvalho de Sousa
4	A MONITORIA ACADÊMICA E O PROGRAMA CEANAMA: UM RELATO SOBRE A FORMAÇÃO ACADÊMICA INDÍGENA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	Adria dos Santos Tapajós Marília Fernanda Pereira Leite
5	CURSO DE INFORMÁTICA BÁSICA NA PERSPECTIVA INTERCULTURAL INDÍGENA: REFLEXÕES, DESAFIOS E AVANÇOS PARA A INCLUSÃO DIGITAL DE ACADÊMICOS INDÍGENAS	Cássio Sousa da Silva Marília Fernanda Pereira Leite
6	PANORAMA DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA REGIÃO BAIXO TAPAJÓS	Suzana dos Santos Nobre Luanna Cardoso Oliveira
7	SABERES E FAZERES INDÍGENAS NO PIAUÍ: PRÁTICAS DE PAJELANÇA E OS CAMINHOS DA CURA TRADICIONAL NO SÉCULO XXI	Eliardo Soares e Silva
8	O SABER ANCESTRAL NO USO DE ERVAS MEDICINAIS NO CUIDADO COM A SAÚDE NA ALDEIA ITAPUÃ DOS TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA	Helen Almeida da Silva
9	ENTRE CURA, CUIDADO E RETOMADAS: SAÚDE WAI WAI, INTERMEDICALIDADE E BEM VIVER	Rodrigo Gomes do Nascimento Wai Wai Carlos Henrique Alves de Freitas Lilian Rebellato
10	TÍTULO NÃO INFORMADO	Diego Silva de Almeida
11	PLANTAS-SUJEITO: SABERES E ESPIRITUALIDADE DO POVO PATAXÓ	João Mario Oliveira Braz Lígia Raquel Soares
12	SAÚDE BUCAL INDÍGENA: AÇÕES INTERCULTURAIS DE PREVENÇÃO ENTRE CRIANÇAS KAINGANG DO ENSINO FUNDAMENTAL COMUNIDADE INDÍGENA	Lucas Fidelis Loureiro Rodrigo Otávio Moretti-Pires
13	UFSC TERRITÓRIO INDÍGENA	Suzani Maria da Fonseca Gervásio Ricardo Socas Wiese

N.	Título do trabalho	Autoria
14	ENTRE DISCURSOS E DISPUTAS: A REPRESENTAÇÃO DAS TERRITORIALIDADES INDÍGENAS E DOS DIREITOS À TERRA NA AMÉRICA PORTUGUESA DO SÉCULO XVI	Cristiane Letice da Silva Fonseca Carmen Alveal
15	“FUGIRAM COM APARENTE TERROR”: CARTOGRAFIAS DO TRAUMA DE CONTATO NA AMAZÔNIA DO SÉCULO XIX	Isabela Semblano de Almeida Márcio Couto Henrique
16	AÇÕES EXTENSIONISTAS OBSERVATÓRIO DIGITAL CASA DE MEMÓRIA (KIJEMI) DO POVO PATAXÓ	Maria Gabriela Ribeiro Silva Thelma Lima da Cunha Ramos
17	MUIRAKITA: REATAR OS FIOS, TECER O FUTURO – UMA PLATAFORMA DIGITAL PARA A REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO WAI WAI	Lilian Rebellato Eliane Woxixaki Wai Wai
18	HISTÓRIA, CULTURA E ANIMAÇÃO APINAJÉ: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO PANHIME	Maria Victória Lima dos Santos Raquel Cassiano dos Santos Aline Campos
19	A TECNOLOGIA APLICADA À CONSTRUÇÃO DE UM BANCO DE DADOS DE PRODUÇÕES INTELECTUAIS INDÍGENAS DA BAHIA	Isabella Guimarães Silva Santos Gisele das Chagas Costa
20	NO TERRITÓRIO DO BRINCAR: PRÁTICA PEDAGÓGICA DIFERENCIADA	Madelinne de Sousa Moura Eleticia Costa de Castro Rafaella Capela Leão
21	“O CORPO TERRITÓRIO DANÇA ECOANDO POESIAS DE SUAS HISTÓRIAS ANCESTRAIS”	Erica Souza da Silva Ferreira Gisele das Chagas Costa Demison Tukum Guerém
22	TÍTULO NÃO INFORMADO	Jean Alinx
23	ESPIRITUALIDADE, ANCESTRALIDADE E COSMOLOGIA: O SAMBA PATAXÓ	Erlanio dos Santos Alves Lígia Raquel Soares
24	TÍTULO NÃO INFORMADO	Jhulia Lara Facin Pereira de Oliveira
25	RESSIGNIFICANDO A APRENDIZAGEM DO TUPÍ ANTIGO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DO POVO POTIGUARA NA PARAÍBA	Julia Patrícia de Andrade Araújo
26	INTERCULTURALIDADE E EDUCAÇÃO INTERCULTURAL INDÍGENA: SABERES, PRÁTICAS E SOCIALIDADES	Marcos Antonio Sousa Araujo Josilene Rodrigues da Silva Pereira
27	O TUPI NO TERRITÓRIO POTIGUARA/PB: PRÁTICAS ETNOLINGÜÍSTICAS NA SALA DE AULA	Laiza Monteiro da Silva Carolina Coelho Aragon
28	HISTÓRIA(S) INDÍGENA(S) E ANCESTRALIDADE: O MARICO NAS REDES DE CONHECIMENTOS MAKURAP	Ronildo Makurap Rosilane Makurap Roseline Mezacasa Carolina Coelho Aragon Juliana Salles Machado
29	KIXEPKUMBI: PLANTAS MEDICINAIS PARA O MEU POVO MAKURAP	Agnaldo Macurap Junior Gicele Sucupira



RESUMOS SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

RESUMOS SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

SIMPÓSIO TEMÁTICO 1 - ENTRE TERRAS, RIOS E FLORESTAS: POLÍTICAS INDIGENISTAS, DIREITOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS E PROTEÇÃO SOCIOAMBIENTAL (SÉCULOS XX E XXI)

Coordenação:

Julio Cesar de Sá da Rocha (UFBA)

Eduardo Lima de Matos (UFS)

Manuella Maria Vergne Cardoso (UNEB)

Resumo do Simpósio Temático: O Simpósio Temático analisa, em perspectiva histórico-crítica, as políticas indigenistas e as agendas dos povos indígenas no Brasil (séculos XX–XXI), evidenciando lutas, conquistas e desafios na interface com o direito ambiental. Aborda a passagem da tutela à autodeterminação, a afirmação de direitos territoriais, culturais e socioambientais e os embates em torno da demarcação, da gestão ambiental e da proteção de biomas. O enfoque combina leitura jurídico-política de normas constitucionais e infraconstitucionais, políticas públicas e decisões judiciais que incidem sobre terras indígenas, recursos naturais, unidades de conservação e obras de infraestrutura. Acolhe pesquisas empíricas e teóricas, estudos de caso, relatos de experiências e análises comparadas, valorizando abordagens interculturais e decoloniais. Eixos: governança territorial e ambiental; consulta livre, prévia e informada; mudanças climáticas e justiça climática; segurança alimentar e manejo tradicional; conflitos socioambientais e reparação; educação ambiental e formação jurídica. Objetiva promover diálogo entre academia, lideranças, docentes e gestores, fortalecer redes de pesquisa e incidência e gerar subsídios para políticas públicas e litigância estratégica em defesa dos povos originários e da integridade ecológica. Espera mapear agendas emergentes, sistematizar metodologias colaborativas e consolidar boas práticas e recomendações. Formato: comunicações orais e pôsteres, com avaliação por pares e devolutivas construtivas, destinado a pesquisadores, estudantes, docentes, gestores públicos e lideranças indígenas.

LUTO E RESISTÊNCIA COTIDIANOS NA RETOMADA KAMAKÃ MONGOIO, DE BRUMADINHO, MINAS GERAIS

Lethicia Reis de Guimarães
Universidade Federal de Minas Gerais
Bolsista CAPES
lethiciareis@gmail.com

O presente trabalho, fruto do acompanhamento da autora ao povo Kamakã Mongoió, aborda o tema do luto e da resistência cotidianos na Retomada feita por este povo em Brumadinho, Minas Gerais. O estudo se propõe a traçar a trajetória do povo Kamakã Mongoió até a retomada em Brumadinho e analisar este contexto em diálogo com o trabalho de Veena Das sobre a violência e sua descida ao ordinário. Historicamente, os Kamakã Mongoió, originários da região de Vitória da Conquista, na Bahia, enfrentaram massacres e expulsões desde o século XVI, culminando em migrações forçadas e dispersão, inclusive para a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) a partir da década de 1970. Em meio a essa diáspora e à violência constante, lideranças Kamakã Mongoió, em especial o Cacique Merong e sua mãe, Katorã, retomaram uma propriedade da Vale S/A em Brumadinho, em outubro de 2021, buscando um território para o seu povo e para a recuperação de sua cultura, em um ambiente devastado por um crime da mineradora e que estava, até então, abandonado. A luta pela terra se soma à violência ordinária e à negação de direitos sofrida pelos indígenas em contexto urbano, um cenário que o Cacique Merong enfrentava enquanto se mobilizava contra teses jurídicas como a do marco temporal, mas que ele passou a enfrentar diretamente com a tentativa de reintegração de posse da Vale em sua retomada. A morte de Merong, que já lutava contra a depressão e o assédio da Vale, alterou drasticamente o rumo da disputa. A violência simbólica e desceu ao cotidiano sobretudo quando a Vale solicitou judicialmente que o corpo do Cacique não fosse sepultado na terra em litígio. Contudo, a comunidade transformou o luto em agência, reorganizando-se politicamente sob a liderança do novo Cacique, Rogério, e da agora vice-cacique Katorã, honrando a luta de Merong. Como principal resultado dessa resistência e da repercussão negativa gerada à mineradora, a Vale mudou sua postura, propondo a conciliação e a doação da terra para o usufruto exclusivo indígena, sob a natureza jurídica de reserva indígena. Essa transformação do luto em luta culminou em vitórias importantes, inaugurando uma perspectiva inédita de regularização de terra indígena e alcançando o reconhecimento simbólico das retomadas de terras indígenas em Minas Gerais, mas a violência ordinária aos Kamakã Mongoió ainda perdura.

A pesquisa se situa na antropologia do direito, enfocando direito originário dos povos indígenas, direitos socioambientais, reparação, autodeterminação e (re)territorialização.

GOVERNANÇA CLIMÁTICA E POVOS INDÍGENAS: RESISTÊNCIA, IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE NA AMAZÔNIA

Dayse da Silva Albuquerque
daysealbuquerque@ufam.edu.br

Guilherme Paim Mascarenhas
guipaim@gmail.com

Tais Beltrame dos Santos
tais.beltrame@gmail.com

Adriana Araújo Portella
adrianaportella@yahoo.com.br

Instituições: Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Financiamento: British Academy's ODA Challenge-Oriented Research Grants 2024 Programme, do UK Government's International Science Partnerships Fund (Referência da concessão: IOCRG\100887)

O estudo apresenta a primeira etapa do projeto Amazon Indigenous Wisdom: Shaping Climate Solutions in Brazil, cujo objetivo foi mapear respostas institucionais à mudança do clima e identificar obstáculos estruturais, políticos, culturais e operacionais à implementação de ações eficazes, com foco nos povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia. Na Fase 1 foi realizada uma análise sistemática de marcos legais e institucionais como a Constituição Federal, a Lei da Biodiversidade, os Planos de Adaptação à Mudança do Clima, a Política Nacional de Meio Ambiente, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, entre outros. O objetivo foi avaliar como esses instrumentos incorporam saberes indígenas. Na Fase 2 foram feitas 23 entrevistas em profundidade com atores indígenas e não indígenas, representantes de instituições públicas e de comunidades, a fim de captar avanços, retrocessos e especificidades discursivas sobre governança climática. A análise, conduzida por meio do software Iramuteq permitiu tecer discussões sobre o reconhecimento legal desigual dos conhecimentos indígenas, ou seja, há instrumentos que preveem participação e repartição de benefícios, mas existem lacunas práticas, falta de integração entre políticas ambientais, de biodiversidade e climáticas, e mecanismos de repartição pouco transparentes. O marco temporal intensifica insegurança territorial e conflitos fundiários, agravando vulnerabilidades (acesso a alimentos, água e plantas medicinais) diretamente associadas à mudança do clima. A incorporação efetiva dos saberes tradicionais depende de implementação normativa, proteção territorial, financiamento e governança participativa. Logo, são necessárias avaliações interculturais de impacto ambiental; fortalecimento e financiamento da governança indígena local; regulamentação participativa da repartição de benefícios; protocolos interministeriais para integração de políticas; revisão de regras que geram insegurança territorial; e capacitação intercultural e documentação comunitária para traduzir conhecimentos em ações de adaptação.

DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS: O CASO DO TERRITÓRIO INDÍGENA MUNDURUKU E APIAKÁ E O AVANÇO AGROHIDROFUNDIÁRIO NO PLANALTO DE SANTARÉM (2015-2022)

Williane Ketene Tavares Aguiar
Universidade Federal da Grande Dourados

Alessio Moreira Lima Dantas
Fundação dos Povos Indígenas

O presente artigo tem por objetivo apresentar e demonstrar o avanço da fronteira AgroHidroFunditário sob o Território Indígena Munduruku e Apiaká e as ferramentas de defesa dos povos indígenas em elaborar dinâmicas, estratégias e ações afirmativas de direito à saúde, à educação e o território, levando em consideração, o protagonismo da identidade étnica no Baixo Tapajós. Contextualizamos que esse Território ainda está em pleno processo demarcatório coordenado pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). Entretanto, nos anos de 2010-2015 (AGUIAR,

2024) os Munduruku realizaram a Autodemarcação como ação autônoma para a regularização fundiária das aldeias. Inferimos ainda, que as entidades, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Missionário Indígena (CIMI), Conselho Indígena Tapajós-Arapiuns (CITA), atuam em parceria com o Conselho Indígena do Planalto. A região do Planalto é formada pelas cidades de Mojuí dos Campos, Belterra e Santarém. O Território Indígena situa-se na rodovia Curuá-Una, PA-370, é formado pelas aldeias, Açaizal, Amparador, Ipaupixuna, São Francisco da Cavada e São Pedro do Palhão, ocupando uma área rural de terra firme e várzea, de acordo, com o ecossistema amazônico. Historicamente, na década de 1990, instalou-se em Santarém a política da territorialização do agronegócio sojeiro e latifundiário (CONCEIÇÃO, 2023). Essa prática agressiva do avanço da monocultura da soja, milho e agropecuária cristalizou conflitos por terras e a expulsão de comunidades tradicionais de suas moradas (AGUIAR, 2024). Na primeira sessão abordaremos o contexto histórico de ocupação territorial dos Munduruku e Apiaká no Planalto; na segunda sessão abordaremos o avanço e os Impactos Socioambientais da fronteira AgroHidroFundário, em atenção à Usina Hidrelétrica de Curuá-Una, Silvio Braga, herança do empreendimento político e econômico da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) sob a violação dos direitos dos povos indígenas; na terceira e última sessão abordaremos o protagonismo do Movimento Indígena Local frente a fronteira agrícola e energética presente na região. Concluímos que a territorialização da fronteira AgroHidroFundário impacta diretamente o Território Indígena, a saúde, a mudança nos ciclos e vegetação da flora e fauna, comprometendo a vida animal e dos próprios povos que habitam a extensão da terra Munduruku e Apiaká no Planalto Santareno. Palavras-chave: Fronteira AgroHidroFundário; Território Indígena Munduruku e Apiaká; Usina Hidrelétrica de Curuá-Una; Impactos Socioambientais; Movimento Indígena Local.

A POLÍTICA INDIGENISTA DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO (SPI) E SUA AÇÃO COM OS “BOTOCUDOS” DO VALE DO RIO DOCE

Letícia Xavier Barbosa Albuquerque

Bolsista CAPES

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

leticiaxavier3030@icloud.com

A presente comunicação apresentará um trabalho em que se pretende analisar o impacto das políticas públicas indigenistas na região do médio rio Doce em Minas Gerais, analisando documentos do Sistema de Proteção ao Índio (SPI) e do Ministério da agricultura de Minas Gerais a partir da visão metodológica da etno-história, buscando elencar as mudanças geográficas e sociais das etnias que habitavam a região do médio rio Doce. Chamados de “Botocudos” pelos brancos em seus primeiros contatos, a região estudada contava com a presença de cerca de dez etnias catalogadas que, após o contato com o SPI se organizaram de diferentes formas a partir da intervenção do Estado; Com a política de tutela e assimilação, as propostas do órgão eram de submeter os indígenas a uma mudança forçada de seu território para o que eram chamados de “postos de atração indígena”, onde contavam com casas individuais e de alvenaria. Sendo assim, busca-se discutir com os presentes sobre as diferentes formas de violência direcionadas aos Povos Originários do Brasil, e principalmente sobre as violências institucionalizadas em forma de políticas públicas e órgãos nacionais.

DIÁLOGOS COM O POVO JAVAÉ: SABERES E TERRITÓRIO NA ILHA DO BANANAL

Paula Dielly Lopes da Silva

OPTTINS/PPGES/UNIRG/TO

pauladielly.silva@unirg.edu.br

Claudia da Luz Carvelli

OPTTINS/PPGES/UNIRG/TO

Marcilene de Assis Alves Araujo

OPTTINS/PPGES/UNIRG/TO

O presente trabalho relata uma experiência acadêmica vivenciada junto ao povo Javaé, nas aldeias Barreira Branca e Boa Esperança, localizadas na Ilha do Bananal, Tocantins, com o objetivo de descrever os saberes tradicionais e as complexas interações entre território, natureza e práticas sociais e culturais. A imersão no cotidiano dessas comunidades foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Social (PPGES/UNIRG), articulada ao Projeto de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), em parceria com o Observatório de Povos Tradicionais

do Tocantins (OPTTINS) e o Instituto Embaúba. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de abordagem etnográfica e participativa, que privilegiou a convivência, a escuta sensível e o respeito aos modos próprios de produção e transmissão do conhecimento. A investigação sustentou-se na construção plural do material de Gestão Territorial e Ambiental, para fortalecer políticas indigenistas, incluindo manejo tradicional e cuidados com o território. As atividades desenvolvidas junto ao povo Javaé evidenciam que o aprendizado se dá em conexão com a terra, os rios e os ciclos da natureza, reafirmando o território como espaço sagrado e educativo. Essa convivência amplia a compreensão sobre o bem-viver, conceito que integra equilíbrio, ancestralidade e coletividade, oferecendo contribuições para repensar paradigmas da educação e do desenvolvimento sustentável. Assim, a integração entre pesquisa acadêmica e saberes tradicionais fortalece as políticas indigenistas e as ações de proteção socioambiental, valorizando os modos próprios de viver, aprender e ensinar dos povos originários.

TÍTULO NÃO INFORMADO

Yara Resende Marangoni Martinelli
yarammartinelli@gmail.com

Este trabalho analisa o Tribunal Internacional dos Direitos da Natureza (TIDN) como estudo de caso para discutir a incorporação dos Direitos da Natureza (DN) na política socioambiental global e sustentar a tese da indissociabilidade entre as dimensões social e ambiental. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, interpretativa e relacional, articulando cosmopraxis, interculturalidade e a perspectiva dos “Muitos Mundos”, e combina revisão bibliográfica, análise documental dos textos constitutivos do TIDN e entrevistas semiestruturadas com membros do Tribunal e especialistas. O TIDN, instância ética transnacional criada para julgar eticamente casos originados em petições locais, opera como espaço de escuta, visibilização de denúncias e articulação cosmopolítica, centralizando os DN como base normativa e ética para proposição de recomendações sobre proteção e restauração da sociobiodiversidade. Os achados indicam, de um lado, contribuições substantivas do TIDN para a governança: amplificação de vozes de Povos Indígenas e Comunidades Locais, produção de veredictos com valor político-moral, proposta de procedimentos de escuta e consulta respeitando o consentimento livre, prévio e informado e estímulo a diálogos interculturais. De outro, evidenciam limites estruturais do caráter ético: ausência de coercibilidade jurídica, assimetrias de representação e desafios de implementação das recomendações. Conclui-se que a experiência do TIDN oferece insumos procedimentais e conceituais relevantes para reorientar a política socioambiental global rumo a arranjos mais participativos e interculturais, nos quais o respeito aos DN pressupõe o respeito a direitos humanos e territoriais, especialmente daqueles que guardam a sociobiodiversidade.

VOCÊ ESTÁ EM TERRITÓRIO TABAJARA: A CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO INDÍGENA E O AUDIOVISUAL COMO ESTRATÉGIA DE LUTA E RESISTÊNCIA

Rafaela Mayara de Oliveira Schuh
Programa de Pós-Graduação em Antropologia - Universidade Federal da Paraíba

Jacyara Costa Maciel
Aldeia Nova Conquista Taquara - Povo Tabajara da Paraíba

Desde 2006 o Povo Tabajara vem reclamando sua etnicidade na autodemarcação do seu território no litoral sul da Paraíba, Sesmaria da Jacoca e atual cidade do Conde. No ano de 2020 a Aldeia Nova Conquista Taquara se estabelece em retomada do Bambuzal, na enseada Jacumã, próximo à Praia de Coqueirinho, em uma área de monocultura de bambu de uma fazenda em falência. A Aldeia enfrenta a desertificação causada pela monocultura, o crescimento demográfico devido ao forte interesse turístico e também enfrentou em 2020 um processo judicial de acusação de esbulho, onde os trabalhadores da orla da Praia do Amor são réus por ocuparem a área superior da falésia. Processos como este surgem com o objetivo de criminalizar a luta, tática utilizada em diversos locais do Brasil e que são encabeçadas pelos mesmos atores da colonização. Neste contexto, a Yby-Rapó Produções, produtora de audiovisual formada pela juventude da comunidade, utiliza o audiovisual como estratégia de luta e resistência e dá o recado: Você está em Território Tabajara!

TÍTULO NÃO INFORMADO

Sérgio Ricardo de Lima Potiguara
Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF)
Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (CEDIND-RJ)
sergioricardocampanha@gmail.com

A pesquisa aborda a situação dos Povos da Mata Atlântica em seu processo de longa diáspora através de retomadas territoriais tendo como escala as 08 aldeias indígenas do estado do Rio de Janeiro das etnias Guarani Mbyá e Nhandeva e Pataxó que estão localizadas nos municípios de Angra dos Reis, Paraty e Maricá (RJ). O contexto analisado é de que apenas 3 das 8 aldeias fluminenses encontram-se demarcadas pelo poder público e nas últimas décadas (desde os anos 1990) tem ocorrido uma extrema morosidade nos processos demarcatórios que são influenciados pela influência do capital imobiliário (especulação imobiliária) nos municípios. A negação do direito constitucional à terra-território e a insegurança na posse da terra ancestral tem sido um fator de agravamento da insegurança alimentar, precariedade de diversas políticas públicas como as de saneamento básico e abastecimento de água potável e dos problemas de saúde mental.

PARFOR EQUIDADE, INTERCULTURALIDADE E PROTEÇÃO SOCIOAMBIENTAL: A FUNDAÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA DECORRENTE DOS DIÁLOGOS NA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA UFR/MT

Emanuel Adzowe Tsere Ubute
PARFOR/UFR
emanueladzowetsereubute@gmail.com

Ariel Costa dos Santos
Universidade Federal de Rondonópolis – UFR
ariel.santos@ufr.edu.br

Aline Fernanda Ventura Sávio Leite
Universidade Federal de Rondonópolis – UFR

A ação relatada neste trabalho decorre dos diálogos desenvolvidos na disciplina de Educação Inclusiva do PARFOR Equidade Licenciatura Intercultural Indígena da UFR/MT, compreendendo a formação superior como espaço de construção de práticas interculturais, críticas e decoloniais (WALSH, 2009; CANDAU, 2008). A partir das discussões sobre inclusão, território, proteção socioambiental e direitos dos povos indígenas, um estudante Xavante reconhece a urgência de proteger o urucum, fruto sagrado central na cosmologia e na identidade de seu povo, frente às ameaças do agronegócio, do desmatamento e da expropriação territorial (SANTOS, 2007). O objetivo do estudo é analisar como os processos formativos do PARFOR Equidade contribuíram para a decisão de fundar uma associação indígena voltada à preservação do urucum e à defesa dos saberes ancestrais, articulando educação especial, interculturalidade e fortalecimento comunitário. Metodologicamente, adota-se abordagem qualitativa e etnográfica-participante, com base na vivência do estudante-pesquisador em seu território, em observações participantes, registros orais, rodas de conversa com anciãos, jovens e lideranças, e na participação coletiva na construção do estatuto da associação (SILVA; MATHIAS, 2018). Os resultados mostram que a disciplina funcionou como catalisadora de consciência política e epistêmica, permitindo relacionar inclusão à autodeterminação, à proteção dos conhecimentos tradicionais e à gestão autônoma dos recursos naturais (ONU, 2007; RIBEIRO, 2021), superando uma visão restrita de educação especial centrada apenas na deficiência (MANTOAN, 2006). Conclui-se que o PARFOR Equidade, ao articular saberes indígenas e não indígenas em perspectiva de ecologia de saberes (SANTOS, 2007), favorece a criação de ações concretas de resistência, de fortalecimento territorial e proteção socioambiental como a fundação de associações indígenas, evidenciando o papel do ensino superior na produção de outras formas de inclusão e justiça cognitiva.

KA'A GUY E ETNOMATEMÁTICA NO TERRITÓRIO JAGUAPIRÊ MUNICÍPIO DE TACURU MS

Jaqueline Fernandes
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
mariluciaduarte37@gmail.com

O estudo apresenta uma reflexão construída em diálogo com lideranças e comissões do Tekoha Jaguapirê no município de Tacuru no Mato Grosso do Sul. A pesquisa analisa a preservação das matas, dos animais e dos rios diante do avanço das queimadas e da agricultura mecanizada, práticas que ameaçam os modos de vida Guarani Kaiowá. A introdução contextualiza o território, descreve o crescimento populacional, a ampliação das áreas de cultivo e a preocupação dos anciãos com a perda do ka'a guy e dos elementos essenciais à vida tradicional. O desenvolvimento do trabalho baseia-se na Etnomatemática como abordagem que integra saberes indígenas e conhecimentos científicos. O estudo discute a importância cultural, ambiental e espiritual das matas, destacando que elas sustentam práticas de construção, alimentação e cura, além de manterem o equilíbrio climático. A pesquisa também apresenta os dois tipos de roça existentes na comunidade e mostra como a limitação de espaço tem gerado divergências entre moradores que defendem a ampliação das áreas de plantio e aqueles que priorizam a proteção ambiental. As lideranças e a comissão comunitária têm buscado estratégias de mediação, diálogo e orientação jurídica. Entre as ações discutidas estão a busca de informações com a Secretaria de Meio Ambiente, a realização de reunião geral com a FUNAI e o estabelecimento de medidas contra queimadas ilegais. As conclusões indicam que a comunidade demonstrou abertura para seguir normas e adotar o destocamento seletivo como forma de conciliar produção agrícola e preservação ambiental. O trabalho evidencia que a etnografia permitiu compreender práticas, saberes e conflitos internos. Os resultados reforçam que proteger o ka'a guy significa proteger a existência Guarani Kaiowá, já que a terra é compreendida como espaço de vida e espiritualidade. O estudo conclui que a continuidade do Bem Viver depende da articulação entre saberes tradicionais, gestão comunitária e diálogo com órgãos públicos.

VIVÊNCIAS DOS POVOS INDÍGENAS DA REGIÃO SUL NO BIOMA EM CONTEXTO URBANO

Elton Luiz Nascimento – Kaingang
eltonluiznascimento9@gmail.com

A conversar sobre as vivências dos povos indígenas da região Sul, especialmente no bioma Pampa, e refletir sobre os desafios enfrentados pelas comunidades que vivem em áreas urbanas.” Destaque o bioma Pampa e sua relação com o modo de vida tradicional. Desafios das Comunidades em Contexto Urbano Perda de território → dificuldade em manter práticas tradicionais. Discriminação e invisibilidade social → preconceito e racismo. Acesso a direitos básicos saúde, educação diferenciada, moradia. Emprego e renda falta de oportunidades compatíveis com sua cultura. Preservação da língua e tradições risco de perda cultural. 4. Características e Resistência Organização comunitária associações e coletivos que lutam por direitos. Valorização da cultura festas, danças, artesanato, língua materna. Participação política busca por políticas públicas específicas. Educação diferenciada projetos para ensinar história indígena de forma própria. A oralidade é uma forma de manter viva a memória e que ouvir essas vozes é essencial para construir uma sociedade justa.

POLÍTICAS DE ESTADO DESENVOLVIMENTISTAS E EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO MATO GROSSO: DISPERSÃO E DESTERRITORIALIZAÇÃO A'UWĒ UPTABI XAVANTE

Andréia Maria de Lima Assunção
Universidade de São Paulo, CNPq/CAPES
amlassuncao@gmail.com

Esse trabalho analisa a interface entre políticas de Estado e conflitos socioambientais no território do Mato Grosso a partir de registros históricos que envolvem o povo A'uwẽ Uptabi Xavante. Para tanto, foram examinadas as políticas de (des)ocupação-invasão territorial realizadas na Marcha para o Oeste de Getúlio Vargas e nas políticas de incentivo à migração da Ditadura Militar. Na Marcha para o Oeste de Vargas, que sediou processos de ocupação-invasão da região, a campanha ficou conhecida em sua propagandas de divulgação como um projeto de “pacificação Xavante”, veiculadas nacionalmente em jornais e revistas como O Cruzeiro (1946), como também O Globo, O Estado de São Paulo, dentre outros. Diante do propósito de integração das áreas consideradas vazias, isoladas e inabitadas do Brasil, o Sistema de Proteção aos Índios (SPI) da, então, Fundação Nacional do Índio (Funai), atuava como uma importante instância de sua implementação, uma vez que “pacificar” os povos “hostis” que reagiam à dominação era

um princípio necessário para que a campanha de expansão das fronteiras nacionais se tornasse possível. No governo militar, as campanhas de povoamento do oeste foram reinstituídas pela retórica de modernização agrícola e ocupação territorial que enxergava na Amazônia – um espaço virgem, fértil, abundante de recursos e aberto para ser apossado – a última fronteira de anexação à nação (Oliveira, 2016). O Mato Grosso, na época um estado de baixa arrecadação tributária, viu na venda de terras públicas uma forma de aumentar as suas receitas. Contudo, as terras consideradas públicas ou devolutas integravam em seus limites diversas áreas ocupadas por pessoas indígenas. Ao serem redistribuídas, ocasionaram a titulação e a concessão de terras indígenas para pessoas particulares recém-chegadas pelos fluxos de migração, engendrando a regularização das invasões (Garfield, 2014). Com isso, uma série de remoções do povo A'uwẽ Uptabi Xavante foram realizadas (Garfield, 2011), ocasionando ciclos de dispersão e desterritorialização. Mais tarde, pressões internas e externas em relação ao governo militar acabaram impedindo que novas remoções acontecessem, forçando ações dirigidas às demarcações de terras.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 3 - EDUCAÇÃO, HISTÓRIA(S) E QUESTÕES INDÍGENAS NAS AMAZÔNIAS

Coordenação:

Marcos Andre Ferreira Estacio (UEA)
Lucas Milhomens Fonseca (UFCSPA)

Resumo do Simpósio Temático: O presente Simpósio Temático (ST) tem a intenção de ampliar os espaços de discussão e estudos teóricos e empíricos voltados a temas que tenham uma relação entre a educação, as histórias e as questões indígenas na região Amazônica. Priorizaremos reflexões interdisciplinares que abordem temáticas como ações afirmativas – acessos e permanências na Educação Básica e no Ensino Superior –, histórias de processos comunicacionais e educacionais – inclusive não formais –, interculturalidade crítica, teoria crítica, decolonialidade – do saber, do poder, do ser... –, movimentos sociais e movimentos indígenas e experiências de lutas e de resistências dos povos originários das Amazônia. Compreendemos que a educação, as histórias e as questões indígenas nas Amazônia estão permeadas por tentativas de negação, aniquilação, embranquecimento, apagamento... que insistem na invisibilização dos muitos percursos histórico-educacionais vivenciados na região Amazônica, bem como desconsideram as lutas, as resistências e as (re)existências dos povos originários, dos negros, dos ribeirinhos..., as quais também são marcadas por relações e ações de assimilação, repressão étnica, além da prática sistemática de genocídios. Nesse sentido, na perspectiva teórico-metodológica apontada para a recepção de trabalhos neste Simpósio Temático, defendemos que os estudos educacionais-históricos e as questões indígenas na região Amazônica podem incentivar e encorajar a tessitura de trabalhos que construam e rearticulam contextos sociais marcados pelas colonialidades, sobretudo envolvendo os povos indígenas, os movimentos sociais e os processos histórico-educacionais radicados no território – que também é um importante espaço geopolítico nacional – conhecido como Amazônia.

AMAZÔNIA: ARTICULAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO, HISTÓRIA(S) E QUESTÕES INDÍGENAS

Belizaire Balmy
STEDCEP-E
balmybelizaire25@gmail.com

A Amazônia, território de uma luxuriância incomparável, não se resume à sua vastidão vegetal nem à sua biodiversidade exuberante. Ela é também, e sobretudo, o berço de civilizações indígenas plurimilenares, detentoras de saberes, línguas e cosmologias que desafiam os paradigmas ocidentais. Nesse contexto, a educação torna-se um campo de tensão e negociação entre os imperativos do Estado-nação, os legados coloniais e as aspirações dos povos indígenas à autodeterminação e ao reconhecimento. Interrogar a articulação entre educação, história(s) e questões indígenas na Amazônia é sondar as fraturas de um passado ocultado, iluminar as resistências epistêmicas e vislumbrar as condições de uma pedagogia verdadeiramente decolonial. A história oficial da Amazônia, tal como registrada pelas instituições coloniais e pós-coloniais, há muito invisibilizou os povos indígenas. Reduzidos a figuras marginais ou a objetos de estudo etnográfico, foram excluídos dos relatos nacionais, considerados vestígios de um passado extinto. Essa marginalização historiográfica foi acompanhada por uma empresa de desapropriação territorial e simbólica, justificada pelo mito da “terra nullius”. Contudo, os avanços da arqueologia, da antropologia e da ecologia histórica permitiram reavaliar a profundidade e a complexidade das civilizações amazônicas. Os camellones, as terras pretas antropogênicas (terra preta), as redes de povoamento e as práticas agroflorestais testemunham uma gestão sofisticada do ambiente. Essas descobertas reabilitam uma história há muito negada e conferem aos povos indígenas uma legitimidade histórica e ecológica. A introdução da escola nos territórios amazônicos deu-se, frequentemente, sob o signo da assimilação. As línguas indígenas foram proscritas, os saberes tradicionais ignorados e os currículos moldados segundo modelos urbanos. A escola tornou-se, assim, um instrumento de normalização cultural, visando integrar as crianças indígenas ao molde nacional em detrimento de sua identidade. Diante dessa violência simbólica, movimentos indígenas reivindicaram uma educação respeitosa de suas línguas, saberes e visões de mundo. Experiências pioneiras emergiram, como as escolas comunitárias bilíngues, a formação de professores indígenas e a integração das cosmologias locais nos programas escolares. Essas iniciativas encarnam uma pedagogia de reapropriação, na qual a escola se torna um espaço de resistência e de transmissão cultural. No plano jurídico, diversos instrumentos internacionais — como a Convenção 169 da OIT e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas consagram o direito a uma educação adaptada às realidades culturais indígenas. Todavia, sua implementação permanece desigual, obstaculizada por lógicas burocráticas, carência de financiamento e resistências ideológicas. Para além dos direitos formais, coloca-se a questão da justiça cognitiva: como reconhecer a validade dos saberes indígenas em um mundo dominado pela epistemologia ocidental? Como fazer coexistir visões

de mundo fundadas na interconexão, na espiritualidade e na memória oral com as exigências da racionalidade escolar? Tais indagações exigem uma refundação dos sistemas educativos sobre bases pluriversais, nas quais a diversidade dos saberes não apenas seja tolerada, mas valorizada. A educação na Amazônia, longe de ser um simples vetor de transmissão, é um campo de lutas, negociações e possibilidades. Ela cristaliza as tensões entre memória e esquecimento, entre dominação e emancipação, entre uniformização e pluralidade. Ao reabilitar as histórias indígenas e valorizar seus saberes, pode tornar-se um instrumento de transformação profunda, a serviço de um mundo verdadeiramente plural, no qual cada povo tenha voz no capítulo de seu próprio destino.

EDUCAÇÃO DE INDÍGENAS NO BRASIL: DIÁLOGO COM A REALIDADE DO TERRITÓRIO INDÍGENA GUERÉM

Rubenildo Sousa dos Santos
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
rubeildobraille@gmail.com

Jadson Macedo de Oliveira

Leidiana Nascimento dos Santos Sodré

Esta comunicação apresenta resultados parciais de uma pesquisa de Mestrado Profissional desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação Científica, Inclusão e Diversidade (PPGECID-UFRB) com orientação da prof. Dra Nelma de Cassia Silva Sandes Galvão¹. O estudo investiga a educação de indígenas no Brasil, com foco na realidade educacional do povo Guerém, localizado no Território Indígena Guerém, no Baixo Sul da Bahia (Valença). O povo Guerém tem protagonizado um movimento histórico de ressurgência étnica, lutando pela garantia de uma educação escolar indígena contextualizada com suas tradições culturais. No entanto, a não demarcação de suas terras e a política municipal de fechamento de escolas do campo são entraves críticos. Como consequência, o processo de escolarização não contempla a educação diferenciada, um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei 11.645/2008. Verifica-se que poucas escolas valorizam as identidades Guerém, e a maioria dos currículos ignoram a realidade cultural desse povo. Desse modo, a pesquisa, de natureza qualitativa e com uso de fontes bibliográficas Nacionais, fundamenta-se nos marcos legais da Educação Escolar Indígena – como a LDB, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) e as conferências específicas da área –, que a definem como comunitária, intercultural, bilíngue/multilíngue e diferenciada. Apesar desse arcabouço jurídico, constata-se um abismo entre a garantia formal dos direitos e a prática efetiva, perpetuando uma colonialidade do saber e promovendo o apagamento das identidades indígenas. A realidade do Território Guerém evidencia a urgência de políticas que efetivem esses direitos, enfrentando o fechamento de escolas e a implementação de um currículo verdadeiramente específico. Portanto, neste estudo em construção, buscar denunciar as mazelas vividas pelo esse povo no passo que buscaremos defender a importância da educação indígena enquanto um dispositivo político que garanta a autonomia do povo Guerém, na manutenção de seus saberes e culturas. Sendo assim, faz-se necessário a discursão a luz de uma educação indígena que faça paralelo aos saberes científicos junto com os saberes ancestrais. Eixo temático: 3 Educação Escolar Indígena e Educação Superior Indígena: pesquisas e vivências.

¹Nelma De Cassia Silva Sandes Galvão, professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB (nelma.galvao@ufrb.edu.br)

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O MOVIMENTO SATERÉ-MAWÉ POR UMA EPISTEMOLOGIA PRÓPRIA NA AMAZONIA BRASILEIRA

Silvia Carvalho Vieira¹
Universidade Federal do Amazonas/UFAM
silvia.carvalho@ufam.edu.br

Jonise Nunes dos Santos
Universidade Federal do Amazonas/UFAM
jonise@ufam.edu.br

Agência de Fomento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas -FAPEAM

Em um contexto de ampliação dos diálogos sobre os futuros indígenas, este texto é um recorte da pesquisa de doutorado em Educação que analisa o movimento histórico e político do povo Sateré-Mawé pela implementação de uma Educação Profissional e Tecnológica - EPT específica e diferenciada em seu território, o Andirá-Marau, com foco na Aldeia Ilha Michiles. A proposta argumenta que essa não é apenas uma reivindicação por escolarização técnica, mas uma profunda estratégia de efetivação da educação escolar indígena em sua amplitude e de fortalecimento da autodeterminação. A demanda Sateré-Mawé tensiona os modelos curriculares hegemônicos ao exigir caminhos epistemológicos que articulem os conhecimentos indígenas tradicionais, ligados ao fortalecimento da cultura, à gestão ambiental e à organização social, com conhecimentos técnicos científicos contemporâneos. O objetivo central do movimento não é a formação de mão de obra para o mercado externo, mas sim a consolidação cultural, linguística, comunitária e a garantia da permanência qualificada das novas gerações em suas terras. Dessa forma, a luta pela EPT Sateré-Mawé é indissociável das Histórias de resistência deste povo e de sua concepção de Territorialidade. O território não é visto apenas como espaço físico, mas como local de produção de vida, cultura e autonomia econômica. A pesquisa baseada em análise documental e entrevistas com lideranças e egressos do curso técnico em agroecologia demonstra como o movimento indígena local desenha um projeto educacional que visa a gestão autônoma de seus recursos e a soberania sobre seus projetos futuros. Assim, este trabalho apresenta um caso concreto de como os povos indígenas no Brasil vêm construindo outros caminhos educacionais, ampliando o debate sobre a integração de conhecimentos e sobre o papel político da educação escolar indígena no Ensino Básico e na formação profissional.

¹ Doutoranda sob orientação da Profa. Dra. Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel, do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Esta pesquisa teve apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil - CAPES e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, e da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

ESCREVIVÊNCIAS DE ‘SERESTARFICAR’ ESTUDANTE INDÍGENA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Gabriel da Silva e Silva - Baré
Universidade do Estado Amazonas (UEA)
gdds.enf20@uea.edu.br

Marcos André Ferreira Estácio
Universidade do Estado Amazonas (UEA)
mestacio@uea.edu.br

O presente problematizou as itinerâncias, a partir das escrevivências, de estudantes indígenas dos cursos de graduação da área da saúde e de formação de professoras/professores (licenciaturas) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), para ‘serestarficar’ no ensino superior, com focalização nos desafios linguístico-institucionais vividos e enfrentados. Seus objetivos específicos foram: mapear/discutir os argumentos contrários e favoráveis com relação a adoção/implementação de políticas de ações afirmativas do tipo cotas e de práticas/ações institucionais de políticas linguísticas para as/os estudantes indígenas; e visibilizar as itinerâncias e as escrevivências de preconceitos e de discriminação linguística vivenciadas pelas/pelos estudantes indígenas dos cursos de graduação da área de saúde e de formação de professoras/professores da UEA, para ‘acessarpermanecer’ na educação superior. A abordagem metodológica foi de natureza qualitativa e incluiu: pesquisa bibliográfica, documental e histórias de vidas (escrevivências). Os dados de pesquisa foram coletados na Universidade do Estado do Amazonas, principalmente, na Escola Superior de Ciências da Saúde (ESA) e na Escola Normal Superior (ENS). O estudo possibilita afirmarmos e compreendermos que as/os estudantes indígenas enfrentam dificuldades e vivências peculiares, dentre elas as que mais se destacaram foram: discriminação e não aceitação institucional das línguas originárias dos povos e das populações indígenas; mudanças nos modos de vida e linguísticos, em razão dos deslocamentos dos estudantes indígenas do interior/comunidade para a capital amazonense (Manaus); falta de ‘compreensão/aceitação de alguns’ docentes e ‘colegas de turma’ dos corpos-existências-pertencimentos indígenas (fatos que corroboram para as práticas de preconceitos e racismos) e, por fim, a permanente necessidade de reafirmação de que os povos e populações originárias devem/podem ‘serestarficarpertencer’ no espaçotempo da universidade.

EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ESTUDANTES INDÍGENAS NO AMAZONAS

Edilza Laray de Jesus
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
ejesus@uea.edu.br

Este resumo analisa as trajetórias escolares de cinquenta estudantes indígenas matriculados na primeira turma da Licenciatura Intercultural Indígena da UEA – Polo Tefé (AM), com foco nas etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio. Adotou-se abordagem qualitativa de estudo de caso, com aplicação de formulário online (perguntas fechadas e abertas) e oficina participativa em formato de linha do tempo, para identificar locais e condições de escolarização. A análise de conteúdo revelou que a maioria dos estudantes completou toda a educação básica em um mesmo município ou comunidade, resultando em mobilidade geográfica restrita e inviabilizando a produção de mapas de fluxo significativos. Foi possível, no entanto, caracterizar os tipos de escola frequentados, a predominância de instituições não indígenas, a coexistência de modelos educacionais, os deslocamentos cotidianos realizados principalmente a pé ou de canoa, e as condições precárias de infraestrutura escolar, merenda e corpo docente. As trajetórias evidenciam a persistência de desigualdades estruturais e simbólicas no acesso à educação escolar indígena, como a hegemonia do português, currículos descontextualizados e ausência de ensino bilíngue. Ao mesmo tempo, os dados revelam movimentos de resistência e afirmação identitária, expressos na decisão de cursar o ensino superior como estratégia de transformação social e valorização cultural. Os resultados contribuem para a formulação de políticas públicas e práticas formativas mais justas e interculturais, ao oferecer uma leitura situada e decolonial das experiências escolares indígenas no contexto amazônico.

HISTÓRIA DAS COTAS ÉTNICAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS NAS NARRATIVAS DOS ESTUDANTES INDÍGENAS: VIVÊNCIAS, EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS

Rucian da Silva Vilacio Sateré-Mawé
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
rdsv.adm22@uea.edu.br

Marcos André Ferreira Estácio
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
mestacio@uea.edu.br

As vagas para os povos indígenas na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), ou melhor, as cotas étnicas, as quais são reservas de vagas específicas para as populações indígenas, surgiram no ano de 2004, quando foi criada a então Lei Estadual nº 2.894. O objetivo da presente pesquisa foi problematizar a história do sistema de reserva de vagas, do tipo cotas étnicas, da Universidade do Estado do Amazonas, a partir das histórias de vida e das narrativas dos estudantes e dos/das integrantes do Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas (MEIAM). Ela foi de natureza qualitativa, a qual possibilitou a apreensão e a compreensão do objetivo aqui apresentado. Os tipos de pesquisa utilizados foram: a documental e a de campo. Os participantes foram estudantes indígenas da UEA e integrantes/colaboradores do MEIAM. Para coleta de dados, foram utilizadas entrevistas narrativas e semiestruturadas. Oportuno destacar que a Lei Estadual nº 2.894/2004, não cria vaga somente para os povos indígenas, mas regulamentou, até o ano de 2024, todo o Sistema de Cotas (Reserva de Vagas) da Universidade do Estado do Amazonas. No entanto, as vagas específicas para os povos e as populações indígenas surgiram na Lei de Cotas da UEA por pressão do movimento indígena amazonense: Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas e Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), mas também de líderes, professores e estudantes indígenas, os quais lutaram, mobilizaram, pressionaram e reivindicaram o acesso e a permanência no ensino superior amazonense, uma vez que a Universidade do Estado do Amazonas não discutia o acesso diferenciado e específico para os povos e as populações indígenas em seus vestibulares e cursos regulares de graduação. E assim foi conquistado o acesso, e na contemporaneidade, ainda se luta e se reivindica programas reais e contínuos de permanências exitosas e qualificadas para os estudantes indígenas.

INTERCULTURALIDADE NA FORMAÇÃO TÉCNICA DE JOVENS INDÍGENAS GUAJAJARA NA EFA DE GRAJAÚ, MA

Maria José de Sousa Pereira
Universidade do Estado da Bahia
PPGEDUF/PROGPESQ
mariapereira_83@yahoo.com

O presente estudo, construído como relato de experiência, inscreve-se no campo das epistemologias decoloniais e da educação do campo, compreendendo que o conhecimento nasce dos territórios, dos corpos e das resistências que neles se movem. A história da educação rural no Brasil é marcada por lutas que reivindicam práticas pedagógicas capazes de honrar as identidades do campo e dos povos originários; é nesse horizonte que a Escola Família Agrícola (EFA) de Grajaú-MA emerge como território formativo, onde a Pedagogia da Alternância atua como método e como gesto político de reexistência. O estudo analisa a inserção de estudantes indígenas Guajajara por meio do Projeto CEI, iniciativa voltada ao acesso ao Ensino Médio integrado e à formação técnica em Agropecuária, articulando saberes acadêmicos, práticas produtivas sustentáveis e autonomia sociocultural indígena. A experiência é situada no contexto histórico e territorial de Grajaú, marcado por conflitos fundiários, desigualdades estruturais e pressões socioambientais que atravessam o cotidiano dos povos Guajajara. Metodologicamente, o estudo baseia-se em observação e análise documental, revelando uma instituição que entrelaça prática pedagógica, vínculo comunitário e formação profissional. Evidenciam-se, ainda, as tensões interculturais produzidas na convivência entre estudantes indígenas e não indígenas, bem como os limites impostos por precariedades institucionais e pela pandemia da COVID 19. Os resultados indicam que, mesmo com evasão parcial, o impacto social foi profundo: ampliaram-se a permanência escolar, a produção agroecológica e o protagonismo juvenil indígena. A experiência também desconstruiu estereótipos, renovou horizontes interculturais e revelou a urgência da presença docente em diálogo com o universo cultural indígena. Conclui-se que a EFA de Grajaú configura-se como espaço singular de educação contextualizada, fortalecendo autonomia, identidade e projetos de vida; e que o Projeto CEI reafirma a potência da educação do campo como ferramenta de transformação social e de ruptura com lógicas coloniais ainda persistentes.

ITINERÂNCIAS DE UM ESTUDANTE INDÍGENA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS: DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS PARA CURSAR ENFERMAGEM

Gabriel Da Silva e Silva Baré
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
gdss.enf20@uea.edu.br

Marcos André Ferreira Estácio
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
mestacio@uea.edu.br

Ações afirmativas, em especial as cotas no ensino superior, são políticas compensatórias e distributivas, as quais devem estar voltadas para determinados grupos, com a finalidade de combater, deslocar, subverter, denunciar, transgredir... as práxis de apagamento e invisibilizações ainda presentes em nossos contextos sociais. E a implementação delas, no Brasil e no Amazonas, têm oportunizado muitos debates: uns, caracterizados pela desinformação/desinteresse da sociedade brasileira e amazonense; outros, pela formação de grupos sociais (contrários e favoráveis) e, outros ainda, que acreditam/afirmam tanto no 'mito democracia racial', quanto no princípio da igualdade genérico/amplo, os quais invisibilizam/ocultam as diferenças, bem como silenciam e ocultam aquilo que está acontecendo em nossos espaços-tempos sociais. Partindo dessa compreensão, o objetivo geral da presente pesquisa é narrar as itinerâncias de um estudante indígena (a nossa) no Curso de Enfermagem da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESA) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), destacando os desafios e os enfrentamentos experienciados para 'serestarficar' no ensino superior, a partir da compreensão/aproximação da história de vida. A metodologia será de natureza qualitativa e o tipo de pesquisa será bibliográfica e autobiográfica/história de vida, em diálogo com métodos de análise histórico-crítico e as escrituras. Os dados de pesquisa serão coletados por meio da narrativa autobiográfica a partir do nosso percurso, ou melhor, itinerâncias na Escola Superior de Ciências da Saúde da Universidade do Estado do Amazonas, e os bibliográficos, nos anais do GT 21 e 23 - Educação, Gênero, Relações Étnico-Raciais e Sexualidade da ANPEd Norte.

O ENSINO E TRANSMISSÃO DOS VALORES E SABERES CULTURAIS DO POVO AKWÊ- XERENTE NA ESCOLA ESTADUAL INDIGENA WAIKARNÂSE

Eldo Sapkako Xerente
PPG-LETRAS UFT
eldosapkako2024@gmail.com

Neila Nunes de Souza
PPG-LETRAS – UFT
neilasouza@mail.uft.edu.br

Este projeto de pesquisa aborda o ensino e a transmissão dos valores e saberes culturais do povo Akwê-Xerente, tendo como lócus a Escola Estadual Indígena Waikarnâse. A investigação justifica-se pela percepção de um crescente distanciamento das novas gerações em relação às suas tradições, fenômeno acelerado por influências externas que impactam a organização social, tanto nas aldeias quanto nos contextos urbanos. O objetivo central é analisar e fomentar práticas pedagógicas que fortaleçam a conscientização dos jovens estudantes para a preservação e valorização da sua cultura. A pesquisa será desenvolvida no ensino fundamental da referida escola, propondo que o ensino seja orientado e ministrado de forma colaborativa pelos professores indígenas e pelos anciãos da comunidade. Esta proposta surge para mediar um aparente impasse: de um lado, a percepção dos mais velhos de que os jovens não demonstram interesse; de outro, a demanda dos jovens para que os saberes sejam transmitidos de maneira mais aberta e acessível. A temática desta pesquisa propõe-se relevante por retratar os valores, crenças, modos de transmissões de saberes culturais repassar os conhecimentos para os nossos estudantes dessa escola estadual indígena Waikarnâse. O ensino e transmissão de saberes dos valores culturais, por meio da educação escola é importante ser ensinada em sala de aulas e ministradas pelos professores Xerente. Acredita-se que a escola, através de uma educação culturalmente referenciada, é um espaço fundamental para essa transmissão, assegurando a continuidade de crenças, valores e modos de conhecimento Xerente.

ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO SUL DO AMAZONAS: HISTÓRIAS, LUTAS E CONQUISTAS

Gloclines da Silva de Araújo Apurinã
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
gdsdaa.ppi24@uea.edu.br

Marcos André Ferreira Estácio
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
mestacio@uea.edu.br

O surgimento dos movimentos indígenas e das organizações indígenas no Brasil e, também, no Amazonas foram/são motivados por fatores tanto internos quanto externos, pois as comunidades e os povos indígenas viviam/vivem em condições extremas de sobrevivência, tendo seus territórios invadidos e/ou tomados, suas expressões culturais invisibilizadas, desprezadas, discriminadas, inferiorizadas... E para enfrentar/combater essas situações, compreendemos que os movimentos e as organizações indígenas – temática central dessa pesquisa – foram/são importantes para ampliar a solidariedade interétnica e consolidar/fortalecer os movimentos e as organizações indígenas. E mais, na atualidade, os encontros e as assembleias indígenas contribuem para uma maior integração e fortalecimento dos povos indígenas, além de serem instrumentos permanentes para articular e dar força política as lutas, as demandas e as reivindicações dos povos e das populações indígenas. Partindo dessa compreensão, o objetivo geral da presente pesquisa é problematizar as histórias de lutas, de reivindicações e de resistências das organizações indígenas do sul do Amazonas, com focalização no município de Pauini, a partir das suas práticas e das suas demandas. A metodologia será de natureza qualitativa e o tipo de pesquisa será bibliográfica e documental, em diálogo com métodos de análise histórico-crítico e as escrituras. Os dados bibliográficos de pesquisa serão coletados nos anais do 'Grupo de Trabalho (GT) 01 - Educação Intercultural, Educação Ambiental e Decolonialidade na Amazônia' e 'GT25 – Educação e Povos Indígenas' da ANPEd Norte; e os documentais, nas sedes das organizações indígenas identificadas/mapeadas e que tem presença física no sul do Amazonas (em especial, no município do Pauini).

OS FILHOS DE TYPÁ

Jane Araujo Delgado
Universidade Federal do Amazonas
Araujojane60@gmail.com

Os filhos de Typá são os Baré, povo que nasceu da união mítica entre Typá e Mira Boia, quando este subia o rio no início da humanidade e, ao encontrar a jovem viúva que vivia em uma tribo de mulheres, escolheu São Gabriel da Cachoeira para fundar sua morada. Dali constituiu-se um grande povo, chamado senhores do rio, dominadores do Negro, como descreve Braz França em sua obra. Foram os primeiros a enfrentar o contato com a colonização, entre os povos do Alto Rio Negro, e sua narrativa de origem revela uma matriarca guerreira, estrategista, não uma figura lendária, mas uma mulher de carne e osso, que enfrentou dificuldades, lutas e fugas para criar seus filhos. Durante décadas foram considerados extintos, classificados como nem brancos nem índios, segundo Viveiros de Castro, mas ressurgem no censo recente com mais de onze mil pessoas, guardiões de sua história e de seu lugar. Sua sobrevivência foi marcada pela estratégia da simulação dos vencidos, uma barelização que os livrou da extinção, revelando sua habilidade como negociadores e políticos, por isso chamados mestiços, aculturados, sem língua materna reconhecida. Mas o que faria alguém para proteger sua terra? Abandonaria? Fugiria? Ou permaneceria, como eles, porque tudo o que se tem está nela, porque ela é a casa, o rio, a memória, a vida.

POLÍTICA EDUCACIONAL INDÍGENA: O ENSINO MÉDIO NO POVO XERENTE E KRAHÔ NO TOCANTINS-REGIÃO AMAZÔNICA

Marileide Carvalho de Souza
Universidade da Maturidade – UMA/UFT. Seduc/TO
marileidesouza@seduc.to.gov.br

Neila Barbosa Osório
Universidade da Maturidade – UMA/UFT
neilaosorio@uft.edu.br

O presente trabalho destaca a relevância crescente da educação indígena no Brasil e os desafios únicos enfrentados pelo ensino médio nas comunidades do Tocantins, como a falta de infraestrutura e a necessidade de currículos que respeitem e integrem a cultura, as línguas e os saberes tradicionais desses povos. O trabalho se justifica pela urgência de investigar como as políticas estaduais têm sido implementadas e como o ensino médio pode ser uma ferramenta de empoderamento e preservação cultural para os jovens indígenas Xerente e Krahô no Tocantins. A questão norteadora reflete como as políticas educacionais estaduais voltadas para o ensino médio têm impactado a educação desses povos, considerando suas especificidades culturais e linguísticas. O objetivo geral foi analisar as experiências dos povos Xerente e Krahô em relação a essas políticas, com foco na intersecção entre saberes, linguagem e práticas educativas. Para o desenvolvimento da pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa com o método fenomenológico, que busca compreender as experiências e os significados atribuídos pelos participantes, valorizando a vivência humana e a subjetividade, conforme a teoria. A metodologia utilizada como instrumentos de coleta de dados entrevistas semiestruturadas e grupos focais com aproximadamente 15 participantes, entre educadores e lideranças indígenas das comunidades. Os dados coletados submetidos à técnica de Análise de Conteúdo identificam categorias e temas: 1) Inadequação Curricular - políticas estaduais não incorporam adequadamente a cultura, a língua e os saberes tradicionais indígenas; 2) A imposição de um modelo educacional homogêneo leva à desmotivação, evasão escolar e perda de referências culturais; 3) Desalinhamento entre as diretrizes políticas (formais) e a realidade das necessidades e expectativas dos estudantes indígenas; e 4) Integração de Saberes - dificuldade em criar um espaço de diálogo entre o conhecimento tradicional e o conhecimento acadêmico no ensino médio. Os principais resultados e conclusões visam oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas que garantam uma educação de qualidade, respeitosa e que atenda às demandas e anseios dessas comunidades, promovendo um entendimento mais amplo sobre a intersecção entre educação e cultura indígena no Brasil.

PRÁTICAS MULTIDISCIPLINARES PRÓ-EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DIVERSIDADE CULTURAL NA AMAZÔNIA: EXERCÍCIO FORMADOR PARA UMA SENSIBILIZAÇÃO ACERCA DOS POVOS INDÍGENAS E SUAS CULTURAS POR MEIO DOS COMPONENTES CURRICULARES ESCOLARES NO MÉDIO SOLIMÕES

Romy Guimarães Cabral
Universidade do Estado do Amazonas
romyranna@gmail.com

O subprojeto PRÁTICAS MULTIDISCIPLINARES PRÓ EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DIVERSIDADE CULTURAL NA AMAZÔNIA: exercício formador para uma sensibilização acerca dos povos indígenas e suas culturas por meio dos componentes curriculares escolares no Médio Solimões, compõe um dos projetos disciplinares e interdisciplinares desenvolvidos por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), do Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Este, tem por objetivo proporcionar iniciação à docência para graduandos dos cursos de Licenciaturas em: Pedagogia, Química e Ciências Biológicas. Especificamente e especialmente, desenvolver sequências didáticas interdisciplinares, cujo eixo norteador são os povos indígenas, e suas as culturas, habitantes da região do Médio Solimões, no município de Tefé-AM; com vias a sensibilizar escolares (alunos do 1º ao 5º anos do Ensino Fundamental) acerca das culturas amazônicas, com toda a complexidade e completude legada aos povos indígenas de Tefé, que fazem parte do cenário amazônico como povos que buscam territorializar os lugares e espaços que ocupam. Suas existências afetam a sociedade que ainda se pensa não indígena, em sua maioria. E como vivemos na Amazônia, a condução de práticas pedagógicas correlacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, interligadas à conteúdos que problematizam contextos e complexidades locais, estão sendo aprendizagens significativas para alunos-bolsistas e para escolares atendidos por essa formação. É o desenvolvimento de uma perspectiva pelo reconhecimento e valorização sobre os conhecimentos e saberes indígenas e sua relação gente e natureza, para além da constituição do povo amazonense e brasileiro, com perspectiva de conceber os povos indígenas e seus princípios basilares como urgentes para a salvaguarda planetária. Esta temática integra a concepção desenvolvida no Simpósio Temático 03 - Educação, História(s) e Questões Indígenas nas Amazonas.

PROCESSOS E APAGAMENTOS IDENTITÁRIOS E A RELAÇÃO DE PODER NO RIO JATAPU: A EDUCAÇÃO BÁSICA ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA DE CONTROLE E RESISTÊNCIAS – UM ENSAIO AUTO ETNOGRÁFICO

Nísia Julia Vieira Da Gama
PPGICH/UEA-2025
Fapeam

Edilza Laray de Jesus
PPGICH/UEA-2025

Este artigo examina os processos de apagamento identitário, com ênfase no apagamento linguístico das comunidades Hixkaryana das aldeias Nova Bacaba e Santa Maria, na região do rio Jatapú (Urucará/AM). O estudo busca compreender os fatores que impulsionam essa substituição cultural e linguística, investigando: (a) a influência de um sistema escolar em língua portuguesa sem adaptações interculturais; (b) a ausência de políticas públicas efetivas de educação bilíngue; e (c) a própria preferência dos indígenas pelo ensino em português como caminho à mobilidade social. Utilizou-se pesquisa teórica de abordagem qualitativa, com revisão crítica da literatura acadêmica e documentos oficiais (LDB, PNE, Decreto 6.861/2009, entre outros), sem coleta empírica no primeiro momento. A análise documental foi norteadada pela identificação de categorias analíticas oriundas da vivência prévia na coordenação da educação escolar indígena no Jatapú, tais como: retomada territorial; escolarização monolíngue; transformações geracionais no bilinguismo; e tensões entre missionarismo religioso e turismo ecológico. Os resultados indicam que, embora as bases legais assegurem a educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas (LDB art. 78 79; PNE art. 7º §4º; Decreto 6.861/2009), a implementação da educação nas aldeias Santa Maria e Bacaba em Urucará reafirma práticas de violência simbólica, instrumentalizadas pela padronização escolar, que silencia o Hixkaryana e reforça a hegemonia da língua portuguesa. Simultaneamente, emergem formas de resistência cultural — como lideranças indígenas na coordenação escolar e práticas pedagógicas síncronas que valorizam a oralidade ancestral — complexificadas pela migração crescente dos jovens para a zona urbana. Essa análise contribui teoricamente ao integrar os conceitos de epistemicídio (Césaire; Fanon), violência simbólica (Bourdieu), identidades híbridas e espaço intermediário (Bhabha) e a educação dialógica como emancipação (Freire), invenção da Amazônia (Godin) aplicando-os ao arcabouço empírico-histórico do Jatapú. Sugere-se que essa perspectiva seja ampliada em uma segunda etapa

com investigação de campo participativa, incluindo etnolinguagem, cartografia social e observação participante, como continuidade do mestrado em desenvolvimento.

PRONATEC PARA OS POVOS INDÍGENAS KARAJÁ-ESTADO DO TOCANTINS.

Andreia Cristina Fonseca Ribeiro
Universidade Federal do Tocantins – UFT
andreiacf44@gmail.com

Jocyleia Santana dos Santos
Universidade Federal do Tocantins – UFT
jocyleiasantana@gmail.com

Neste estudo, buscamos problematizar questões que tangenciam a formação profissional e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), principalmente no que se refere às suas características como políticas públicas e ações governamentais voltadas ao direito à educação para os povos indígenas. A pesquisa justifica-se na necessidade de compreender os enfrentamentos e desafios impostos às políticas públicas educacionais, sobretudo no processo de inserção dos povos indígenas na formação técnica profissional, por meio do Pronatec. Em especial, destacamos a realidade vivida pelo povo Karajá, presente no estado do Tocantins. As políticas públicas educacionais, por sua vez, têm como finalidade garantir o acesso à educação e promover a igualdade de oportunidades, assegurando inclusão escolar e respeito às diferenças individuais. Diante desse contexto, surge a seguinte questão-problema que orienta este estudo: os povos indígenas Karajá têm sido atendidos com qualidade nas ações formativas ofertadas pelo Pronatec? O objetivo geral: Analisar de que maneira as políticas públicas educacionais têm sido implementadas junto ao povo indígena Karajá, com ênfase na qualidade e efetividade da formação técnica profissional ofertada pelo Pronatec no Tocantins, no ano de 2024. O programa foi instituído pelo Governo Federal para promover oferta de cursos de qualificação e formação inicial e continuada, em parceria com a linha de fomento da bioeconomia na Amazônia Legal, visando ofertar cursos para os alunos da educação do campo. Os objetivos específicos contemplam: 1. Contextualizar o processo histórico do povo Karajá no Estado do Tocantins, destacando suas lutas e conquistas pelo acesso à educação em sua comunidade; 2. Descrever o percurso histórico do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) no atendimento aos povos indígenas, com foco na formação técnica profissional; 3. Compreender a percepção dos indígenas da comunidade Karajá sobre a formação técnica profissional ofertada por meio do Pronatec. Para tanto, a metodologia da pesquisa: fundamenta-se na História Oral Temática (Thompson, 1992; Meihy, 1996; Verena, 2002), apoiada em levantamento bibliográfico e análise documental (Projeto Pedagógico da Escola), documentos oficiais relacionado ao programa Pronatec. Os resultados apontam que política pública é uma ação de desenvolvimento social, cultural, educacional e econômico, conhecimento produzido novas perspectivas de futuro.

SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA

Carmelita Krtidi Xerente
PPG-LETRAS – UFT
carmelitaxerente2020@gmail.com

Poliana Alves de Oliveira
PPG-LETRAS – UFT
polianadeoliveira2023@educ.to.gov.br

Neila Nunes de Souza
PPG-LETRAS – UFT
neilasouza@mail.uft.edu.br

Este estudo discute a relevância da Ação “Saberes Indígenas na Escola” para o povo Akwẽ Xerente, destacando sua contribuição na ampliação das pesquisas sobre aspectos socioculturais e linguísticos dessa comunidade. O problema central reside na necessidade de promover uma educação indígena que considere a realidade, os saberes tradicionais e as especificidades culturais de cada etnia, superando práticas homogêneas e descontextualizadas do ensino convencional. O estudo tem como objetivo analisar os impactos dessa ação na valorização da cultura Akwẽ Xerente e na construção de práticas pedagógicas que integrem língua, cultura e território. A justificativa baseia-se na

importância de fortalecer políticas públicas educacionais que garantam o protagonismo indígena e a preservação dos conhecimentos ancestrais. A metodologia adotada foi de caráter qualitativo, com base em análise documental e entrevistas realizadas com professores e lideranças locais participantes do programa. Como fundamentação teórica, o trabalho apoia-se na perspectiva da educação intercultural e nas contribuições de autores que discutem a relação entre cultura, linguagem e identidade indígena. Os resultados indicam que a Ação “Saberes Indígenas na Escola” tem possibilitado o fortalecimento da identidade cultural, o reconhecimento dos saberes tradicionais e a formação de professores indígenas comprometidos com uma educação pautada na realidade do povo Akwê Xerente.

SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA: PINTURA CORPORAL E PINTURA CLÂNICA, IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO POVO AKWÊ XERENTE

Valci Sinã
PPG-LETRAS UFT
valci.sina@gmail.com

Neila Nunes de Souza
PPG-LETRAS – UFT
neilasouza@mail.uft.edu.br

Maurício Alves da Silva
PPG-LETRAS UFT
mauricio.silva@mail.uft.edu.br

Este trabalho aborda os saberes indígenas do povo Akwê-Xerente, com foco na pintura corporal e na pintura clânica como elementos centrais de sua identidade e organização social. O estudo busca analisar e descrever essas pinturas, visando contribuir para a educação escolar indígena através da produção de material didático. A pesquisa justifica-se pela necessidade de documentar e valorizar práticas culturais específicas, como as pinturas masculinas (ambâ), femininas (pikô), infantis e rituais, cujo significado é fundamental para a continuidade cultural. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, combinando revisão bibliográfica e documental com pesquisa de campo etnográfica. Esta inclui entrevistas abertas com membros da comunidade de diferentes idades e gêneros, bem como observação participante em eventos culturais, como a festa "dasipê", e em atividades escolares no Centro de Ensino Médio Indígena Xerente (Cemix-Warã). Os resultados esperados incluem o aprofundamento do conhecimento ancestral Xerente e a compreensão dos fatores que levam ao desinteresse crescente por essas práticas tradicionais. O estudo pretende, assim, promover um diálogo entre saberes tradicionais e científicos, fomentando a preservação cultural.

TECER REDES E CONSTRUIR SABERES: AS LÍNGUAS INDÍGENAS PARA DESCOLONIZAR, INTERCULTURALIZAR E DEMOCRATIZAR O ENSINO SUPERIOR

Marcos André Ferreira Estácio
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
mestacio@uea.edu.br

O presente estudo surge a partir do Projeto de Extensão ‘Tecendo Redes, Construindo Saberes: descolonizar, interculturalizar e democratizar para in-surgir, re-existir e re-viver’, o qual se constitui enquanto um espaço de discussão e de cooperação, cujo objetivo central é socializar experiências e estabelecer vínculos e relações para as permanências exitosas de estudantes indígenas no ensino superior, bem como propor e criar mecanismos de colaboração entre as/os estudantes indígenas e não indígenas da Universidade do Estado do Amazonas, valorizando as histórias, os conhecimentos, as culturas, os saberes, as línguas, e os projetos futuros dos seus povos. As atividades são desenvolvidas de forma colaborativa com comunidades e organizações que atuam na luta e defesa das causas e das línguas indígenas. Na pesquisa, privilegiamos a perspectiva que possibilita a visibilização de maneiras diferentes de ser, de viver e de saber, bem como aquelas que buscam desenvolver e construir compreensões e condições que, não somente se articulem, mas também dialoguem com as línguas indígenas e as diferenças em marcos de dignidade, legitimidade, equidade, respeito, igualdade..., ao mesmo tempo que oportunizem a criação de modos de pensar, sonhar, aprender, ensinar e viver assentados em histórias, vivências e experiências de combate e desconstrução das diferenças/hierarquizações coloniais. Assim, o ‘Tecendo Redes, Construindo Saberes’, fundamenta-se no diálogo pautado na decolonialidade e na interculturalidade crítica, os quais podem contribuir para pensarmos e problematizarmos significados, processos, lutas, iniciativas e agências que se entrecruzam tanto conceitual, quanto

pedagogicamente. Ele também assume o compromisso de encorajar iniciativas, forças e perspectivas éticas que questionem, transgridam, sacudam, desloquem, transformem, construam, rearticulem... os contextos sociais marcados pelas colonialidades, favorecendo a visibilização do que os muitos 'multiculturalismos' ocultam e diluem.

**TRAJETÓRIAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORAS(ES) DE ESCOLAS INDÍGENAS: A EXPERIÊNCIA DO
CENTRO DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA JANUÁRIA, NA TERRA INDÍGENA RIO PINDARÉ,
MARANHÃO**

Marilda da Conceição Martins
Universidade Federal do Maranhão
marilda.conceicao@ufma.br

Alexandra Campos Resende
Universidade Federal de Ouro Preto
alexandra.campos@ufop.edu.br

Raimunda de Moraes Mota
Universidade Federal do Maranhão
raimota10@gmail.com

Este artigo tem como objetivo central analisar trajetórias de formação de professoras(es) indígenas e não indígenas do Centro de Educação Escolar Indígena Januária, na Terra Indígena Rio Pindaré, Maranhão. Ele se articula ao Projeto de Pesquisa Trajetórias de formação de professoras(es) de professoras(es) de escolas indígenas, quilombolas e assentamentos do MST: mapeamentos de itinerários formativos de docentes de escolas camponesas maranhenses, iniciado em 2024, no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). As reflexões realizadas neste trabalho têm como foco histórias de vida e de formação de professoras(es) da Terra Indígena Rio Pindaré, mapeando elementos que contribuíram para suas escolhas docentes e processos formativos. Trata-se, deste modo, de uma pesquisa que se ancora nos pressupostos teórico-metodológicos do estudo de caso e que teve como instrumento de coleta de dados a entrevista semi-estruturada. A fundamentação teórica apoiou-se nos estudos sobre a legislação nacional acerca da educação e formação docente de escolas indígenas, além das(os) seguintes autoras(es): Baniwa(2019), Grupioni(2006), Meliá (1979), Munduruku (2010), Nóvoa (2019), Papi (2005), Paraíso (2023), Pimenta (1999), Santos (2009), entre outras(os). A pesquisa conclui que a formação docente é um processo contínuo, permanente e que envolve práticas reflexivas, críticas, emancipadoras e deve ser capaz de dialogar com as necessidades contemporâneas da escola e das(os) suas(seus) integrantes. Neste sentido, há a necessidade de ampliação das políticas de formação docente inicial e continuada para as escolas dos territórios indígenas do Estado do Maranhão.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 4 - LÍNGUAS INDÍGENAS: DIVERSIDADE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

Coordenação:

Arlete Schubert Tupinambá (Faculdade Unida de Vitória)
Ricardo Ramos Tupinikim (UNEB)

Resumo do Simpósio Temático: Este simpósio temático propõe reunir e promover estudos dedicados às histórias, culturas e línguas indígenas, enfatizando sua relevância como patrimônio histórico-cultural e memória viva dos povos originários. Busca-se articular reflexões que considerem a diversidade linguística como expressão fundamental da pluralidade cultural, abordando processos de transmissão de saberes, oralidades, tradições e cosmologias. A proposta contempla pesquisas baseadas em documentação histórica, etnográfica e, em especial, linguística, que permitam compreender as transformações, resistências e continuidades no uso e preservação das línguas indígenas. Também se destaca o papel da linguagem como instrumento de identidade, de construção de memória coletiva e de afirmação política diante dos desafios contemporâneos impostos pelo contato colonial e pelas políticas de apagamento cultural. Além disso, este espaço pretende valorizar iniciativas de revitalização linguística e práticas pedagógicas voltadas à preservação e ao fortalecimento dessas línguas, reconhecendo sua importância na formação de uma sociedade mais plural, justa e inclusiva. Assim, este simpósio se constitui num fórum de diálogo interdisciplinar, integrativo da linguística, antropologia, história e educação.

O COLETIVO DE ESTUDOS E AÇÕES INDÍGENAS DA UEPG

Leticia Fraga
Universidade Estadual de Ponta Grossa
leticiafraga@gmail.com

Esta proposta tem o objetivo de apresentar o Coletivo de Estudos e Ações Indígenas e o trabalho que ele realiza na promoção de discussões sobre saberes ancestrais. Neste caso, discutiremos especificamente concepções de língua(gem) trazidas por pesquisadores/as indígenas a partir de suas epistemologias. A criação do coletivo se deu com o objetivo de solucionar problemas éticos (Grubtis, Silva, 2006, Tuhiwai Smith, 2019) que inquietavam o coletivo, como, por exemplo, a questão do registro de suas ações, que são coletivas e não individuais (Fraga et al., 2017). A primeira iniciativa do coletivo foi a oferta de um curso de língua Kaingang, ministrado por estudantes Kaingang. Após a realização do curso, o trabalho do coletivo, em função do envolvimento com comunidades indígenas, seguiu na direção no apoiar a produção de materiais bibliográficos diversos. Essa experiência levou, em 2021, à criação de um selo editorial, intitulado “Coleção Retomadas”, cujo compromisso é publicar obras de autoria de indígenas. O último livro lançado, intitulado “Descolonizando metodologias: éticas e práticas de pesquisadores e pesquisadoras indígenas” em homenagem à pesquisadora Linda Tuhiwai Smith (2019), é de autoria de 10 pesquisadores/as indígenas da UEPG e da UFG. Consideramos que a organização desse livro é uma contribuição inédita no sentido de valorizar pesquisas de autoria de pesquisadores/as indígenas que levem em consideração epistemologias indígenas. Dentre os saberes sobre língua(gem) discutidos pelo conjunto de autores/as, destacam-se: a) a relação intrínseca entre língua e cultura; b) a noção indígena de língua materna; c) a noção de língua(gem) como conexão e tecnologia ancestral, dentre outras. Como conclusão, os/as autores/as apontam a importância de divulgar suas pesquisas sobre língua(gem) a partir de suas próprias epistemologias, considerando que a divulgação servirá para apoiar os trabalhos desenvolvidos por outros/as pesquisares/as indígenas.

ESTUDANTES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NO ESTADO DO PARANÁ: DISCURSOS SOBRE ENSINO SUPERIOR

Ione da Silva Jovino
UEPG
ionejovino@uepg.br

Este estudo traz resultados da pesquisa intitulada “Equidade no Ensino Médio: Monitoramento de permanência e conclusão do Ensino Médio por indígenas e quilombolas no Paraná”, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, apoiado pelo Programa de Fomento à Pesquisa Aplicada do Centro Lemann de Liderança para a Equidade na Educação. O projeto analisou a questão do Ensino Médio (EM) no Paraná, considerando estudantes indígenas e

quilombolas no que diz respeito a aspectos relacionados à equidade no ano de referência 2022. Discutimos a equidade em educação a partir de Vazques (2021), Benevides e Nogueira (2021), Gomes (2011) e Baniwa Luciano (2006) e propusemos um estudo que se insere na área da educação escolar indígena e quilombola. A metodologia englobou pesquisa aplicada em amostra de escolas selecionadas e produção conjunta de procedimentos e materiais que expressem pensamentos e atitudes de estudantes indígenas e quilombolas do EM. Como procedimentos, destacamos a realização de rodas de conversa, aplicação de questionários online e impressos, produções textuais diversas. Ressaltamos também ações realizadas na Terra Indígena de Mangueirinha e na comunidade Quilombola João Surá, por meio das quais se pode compreender, como a hipótese inicial do projeto, relativa à pouca informação sobre ensino superior se confirma como um indicador de falta de equidade. Nesta comunicação, daremos prioridade para mostrar os discursos produzidos por estudantes de EM, indígenas e quilombolas, sobre ensino superior e como são produzidos nesses discursos os sonhos e desejos de ingresso numa faculdade. O foco será no modo como significam por meio do discurso essa vontade e o que gostariam de fazer com esse curso, no que isso melhoraria suas vidas e também se recebem ou não apoio para prosseguir nos estudos para além da conclusão do EM, em especial no aspecto relativo ao recebimento de informações e incentivo para prosseguimento dos estudos no que tange ao acesso ao ensino superior. Utilizamos grafos que possibilitaram visualizar as problemáticas elencadas por estudantes indígenas e quilombolas com relação ao EM e universidade. Destacamos também especificidades evidenciadas por estudantes indígenas, como a ligação entre professores e língua, indicando barreiras linguísticas na relação com alguns professores que não falam Kaingang.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES INDÍGENAS PARA O ENSINO DA LÍNGUA KAINGANG NA TERRA INDÍGENA (TI) DE FAXINAL, PARANÁ.

Ligia Paula Couto
UEPG / Fundo Paraná/SETI
ligiacouto@uepg.br

Este trabalho objetiva apresentar os resultados de um projeto de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no Paraná, que se voltou para a formação de docentes indígenas responsáveis pelo ensino da língua Kaingang. Tal projeto surgiu das demandas de uma escola indígena na TI de Faxinal, se desenvolveu em 2025 e foi vinculado ao Coletivo de Estudos e Ações Indígenas (CEAI) e ao Laboratório de Estudos do Texto (LET) em nossa instituição. Apesar das Leis e documentos oficiais garantirem um ensino bilíngue e intercultural para as escolas indígenas (Constituição Federal, 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996; Referencial curricular nacional para as escolas indígenas, 1998), atualmente, não há programa governamental continuado dirigido à formação de docentes indígenas em nosso estado; assim, a responsabilidade sobre o planejamento das aulas de língua indígena recai totalmente sobre os/as professores/as e a equipe pedagógica, se composta de profissionais indígenas. Deste modo, como metodologia, buscamos em co-labor (Solano e Speed, 2008), auxiliar os/as docentes indígenas de língua Kaingang a organizarem seus planejamentos de aula e a elaborar materiais didáticos para o ensino de Kaingang na Educação Infantil (EI) e Ensino Fundamental I (EF I). Para isso, houve três encontros formativos com a equipe docente e, a partir deles, pudemos listar as demandas para o ensino de Kaingang, organizar oficinas com materiais didáticos elaborados com base nas demandas listadas e discutir a versão final de materiais para passar à etapa de edição e publicação. Como resultados, conseguimos traçar princípios básicos para o ensino da língua indígena em Faxinal, definir o foco na EI e no EF I, no trabalho com músicas e jogos, na tradução para o português e no trabalho com anciões da aldeia; além disso, foram solicitados materiais com versão para alunos/as e professores/as e a publicação desses na internet. Por fim, entendemos que o apoio ao planejamento e à elaboração de materiais para o ensino de Kaingang impactou em práticas pedagógicas para a preservação e fortalecimento da língua e cultura Kaingang na TI de Faxinal. Além disso, esse apoio poderá possibilitar que docentes indígenas, de outras comunidades não participantes do projeto, também se beneficiem do que foi sistematizado, pois todos os livros de ensino de língua Kaingang foram colocados à disposição em ambiente virtual, para download gratuito, com divulgação nas redes sociais do CEAi e LET.

PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL: O ENSINO DE LÍNGUA KAINGANG NA TERRA INDÍGENA DE FAXINAL-PR

Daniele Luiza Fidelix Silva
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
danifidelix@gmail.com

Ana Beatriz de Souza Carrero
Universidade Estadual de Ponta Grossa
250400400027@uepg.br

Ligia Paula Couto
UEPG / Fundo Paraná/SETI
ligiacouto@uepg.br

Esta comunicação objetiva apresentar os resultados do projeto de extensão “Formação Continuada de Docentes Indígenas: a Universidade em articulação com a Educação Escolar Indígena”, um projeto da Universidade Sem Fronteiras (USF), em atuação na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no Paraná e na Terra Indígena Faxinal. O projeto se desenvolveu no ano de 2025 e início de 2026 e surgiu da necessidade de a Universidade assumir suas responsabilidades no atendimento às demandas da educação escolar indígena, junto aos povos indígenas e às escolas indígenas situadas no estado do Paraná, especificamente ao Colégio Estadual Indígena Sérgio Grigrivaja Lucas, na Terra Indígena de Faxinal. Atualmente, a maior carência das escolas é a oferta de formação continuada para os docentes indígenas, que necessitam de apoio para o planejamento de suas aulas, especialmente as de língua indígena. Como não há programa governamental continuado dirigido a esta demanda, a responsabilidade sobre o planejamento das aulas de língua indígena recai totalmente sobre os/as docentes indígenas e a equipe pedagógica, se composta de profissionais indígenas. Nesse sentido, este projeto visou auxiliar a comunidade escolar, junto aos docentes indígenas, a organizar seu planejamento para as aulas de Língua Kaingang, produzindo materiais didáticos próprios. Assim sendo, a elaboração destes materiais partiu da demanda específica de professores docentes da Educação Infantil IV e V, visando garantia de uma alfabetização bilíngue e intercultural, prevista nas legislações vigentes (Constituição Federal, 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996; Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, 1998). No que se refere ao ensino de Língua Kaingang, o material respeita a ancestralidade, os costumes, a rotina, os eventos comemorativos, a oralidade, a literatura indígena, a cultura e os interesses da TI, seguindo a metodologia co-labor de Leyva e Speed (2008) e Queiroz (2020), uma vez que é produzido de acordo com as demandas da comunidade. Desse modo, todas as unidades presentes nos materiais surgiram de demandas dos professores de Língua kaingang, bem como os direcionamentos de como as atividades poderiam ser elaboradas. Além disso, no material também estão presentes desenhos e fotos da própria comunidade, a fim de fortalecer o pertencimento ao local. Obtivemos, portanto, como resultado do primeiro ano de execução deste projeto, dois livros didáticos bilíngues (Português/Kaingang), para estudantes do infantil IV e V, além de seus respectivos cadernos para os professores, contendo orientações e sugestões para cada uma das atividades.

PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO CONTEXTUALIZADO: O ENSINO DA LÍNGUA KAINGANG NA TERRA INDÍGENA DE FAXINAL-PR

Isabely Schermak Sanson Freitas
Universidade Estadual de Ponta Grossa
250400400025@uepg.br

Aline de Paula Maia
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Este resumo visa apresentar os resultados do Projeto Universidade Sem Fronteiras (USF) “Formação Continuada de Docentes Indígenas: a universidade em articulação com a Educação Escolar Indígena”, desenvolvido junto ao Território Indígena (TI) de Faxinal (Cândido de Abreu - PR) em conjunto com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). O projeto tem por objetivo a elaboração de materiais didáticos contextualizados à realidade da comunidade e a formação continuada para professores da disciplina de língua Kaingang do Colégio Estadual Indígena Sérgio Grigrivaja Lucas. A elaboração dos materiais didáticos parte da demanda específica de docentes do Ensino Fundamental I e, no que se refere ao ensino de Kaingang, o material respeita não só os documentos oficiais como as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena (Brasil, 2012) e Referencial Curricular Nacional

Educação Indígena (Brasil, 1998), como também a ancestralidade, os costumes, a rotina, os eventos comemorativos, a oralidade, a literatura indígena, a cultura, o saber dos mais velhos e os interesses da TI. Desta maneira, o projeto é realizado a partir do co-labor (Leyva, 2008) e (Queiroz, 2020), ou seja, produzimos os materiais didáticos e realizamos nossos encontros visando construir juntos (universidade e comunidade), desenvolvendo um material específico e contextualizado, em que a comunidade possa utilizar nas suas aulas. Para tal, durante a realização do projeto (1 ano) realizamos reuniões com os professores, buscando definir como e o que deveriam ser os materiais, assim como quais temáticas e quais materiais eram urgentes à comunidade (primeiro encontro). Depois, nossos encontros tiveram como objetivo revisar, ajustar, redirecionar e modificar os materiais já produzidos, além de nos preocuparmos com a tradução destes para a variedade de língua Kaingang usada na TI. Deste modo, obtivemos como resultado final a produção de 5 materiais didáticos referentes ao 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano do Fundamental I, divididos por unidades temáticas que contemplam desde literatura indígena à formação silábica. Estes materiais estarão disponíveis on-line e serão impressos e enviados à escola para a utilização nas aulas no ano letivo de 2026.

AURITHA TABAJARA E A ESCRITA DE SUA FLECHA-PALAVRA EM CORAÇÃO NA ALDEIA, PÉS NO MUNDO

Carla Lucilene Uhlmann
UNEB
carlinhauhlmann25@gmail.com

José Carlos Felix
UNEB
jfelix@uneb.br

A proposta para esta comunicação é apresentar um recorte da pesquisa de mestrado em Crítica Cultural (UNEB), cujo título é *Do sertão ao mundo: cartografias insurgentes na escrita da flecha-palavra de Auritha Tabajara*. O estudo se desenvolveu a partir do livro *Coração na aldeia, pés no mundo* (2018). A autora é considerada a primeira mulher indígena a publicar cordel no Brasil. Adentrando os sertões da obra literária, percebemos o tom autobiográfico narrado em duas versões da escritora. Além disso, Auritha compõe sua obra com maestria mostrando ao mundo que o cordel tem vez e voz, ou seja, o formato não é o tradicional folheto, mas em livro brochura com orelha. A partir dessas características iniciais, alguns questionamentos surgiram: em que medida o formato do livro poderá afetar o tradicional folheto de cordel? Existem outras diferenças entre o tradicional cordel e o cordel indígena produzido por Tabajara? Partindo do pressuposto teórico de Ana Pato (2012) para uma literatura expandida, onde a arte literária dialoga com outras artes, podemos considerar que Auritha faz conexões para criar e divulgar suas produções artísticas neste mercado editorial e cultural que tanto já negou obras de autoria indígena. Além disso, o estudo investiga como a escrita poética de Auritha se insere no mercado editorial e fortalece as vozes dos povos originários, articulando narrativas que desafiam a colonialidade e trazem à baila cosmologias indígenas. A pesquisa adota um enfoque contracolonial, fundamentando-se no pensamento do mestre quilombola Nêgo Bispo, além dos autores indígenas Daniel Munduruku, Ailton Krenak, Eliane Potiguar, dentre outros, propondo novas cartografias para repensar modos de existência e insurgência literária. Nesse sentido, a dissertação abre caminhos para pensar os agenciamentos de como a literatura indígena, ao questionar fronteiras epistemológicas, oferece horizontes inauditos para uma crítica que integra arte, política e modos de vida plurais.

A LITERATURA AMAZÔNICA ATRAVÉS DO RUGIDO DAS ONÇAS: O FESTISOL COMO TERRITÓRIO DE MEMÓRIA, ARTE E CULTURA MAGÜTA E ÔMAGUA

Nagila Franciely Rodrigues Costa
CESTB-UEA
nagilafranciele408@gmail.com

Gabriela Fernandes
CESTB-UEA

Esta pesquisa investiga os temas cultura, memória e arte presentes nas toadas cantadas no Festival de Tribos do Alto Solimões (FESTISOL), realizado anualmente em Tabatinga, Amazonas. O evento celebra a identidade cultural amazônica por meio da disputa entre duas agremiações: a onça preta (povo azul e preto) e a onça pintada (povo vermelho e branco). As toadas, gênero musical tradicional da região, desempenham papel central ao narrar mitos, histórias e tradições dos povos indígenas Magüta e Ômagua, além dos ribeirinhos locais. O objetivo principal é

explorar como as toadas contribuem para a preservação da memória cultural e da literatura amazônica em um campo expandido, revelando saberes ancestrais por meio da oralidade, musicalidade e performance. A pesquisa propõe que o estudo das letras das toadas é uma forma de manter vivos os laços históricos e culturais do povo amazônico. Como método, utiliza-se a análise interpretativa das toadas, considerando seu processo de criação, escolha temática e estudo prévio. A memória coletiva é adotada como ferramenta de transmissão de saberes entre gerações, reforçando o papel educativo e cultural das composições. A fundamentação teórica se apoia em Almeida (2016), que reconhece as toadas como expressões culturais passíveis de estudo acadêmico e uso didático. As letras exaltam elementos da espiritualidade, festividades e resistência indígena, promovendo o orgulho regional e a conexão com o território. Os resultados indicam que as toadas são instrumentos de resistência cultural e preservação da memória indígena. Elas fortalecem a identidade amazônica e perpetuam saberes ancestrais, conectando passado, presente e futuro. Conclui-se que o estudo das toadas é essencial para valorizar e manter viva a cultura do povo amazônico.

MEMÓRIAS PANHÍ: HISTÓRIAS E TRADIÇÕES DO POVO APINAJÉ DO BICO DO PAPAGAIO MUNICÍPIO DE TOCANTINÓPOLIS/TO.

Gilvan Almeida de Sousa
e-mail.gapinage94@gmail.com

Juliete Santos
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
juliete.santos@ufnt.edu.br

Introdução. O presente trabalho tem como objetivo resgatar e registrar as histórias vividas pelo povo Apinajé no passado, preservando suas origens, tradições e narrativas transmitidas oralmente pelos anciãos. A intenção é apresentar essas memórias às novas gerações, especialmente aos jovens estudantes, para que conheçam os verdadeiros relatos e valores culturais do povo Panhí. A fala do ancião Josué constitui a principal fonte deste estudo, revelando as primeiras aldeias formadas, as práticas agrícolas, as festas, brincadeiras e modos de vida dos Apinajé em tempos antigos. Por meio de seus relatos, se torna possível compreender quem são os Panhí e como construíram seu caminho histórico até se firmarem no território do Bico do Papagaio, no Tocantins. Desenvolvimento. Segundo Josué, o povo Panhí teria descido da região do Rio de Janeiro em direção ao Tocantins fugindo dos kupe, comparados aos antigos bandeirantes. Ao chegarem às margens do rio Tocantins, viveram episódios marcantes, como a luta para abater o grande peixe conhecido como “sabão”, cuja captura envolveu guerreiros habilidosos e a participação coletiva da comunidade. As narrativas também descrevem aldeias antigas, como a grande aldeia próxima a Carolina, onde conflitos internos provocaram a dispersão das famílias. Outras histórias relatam encontros com não indígenas, batalhas, a captura de um jovem Apinajé e a posterior convivência entre indígenas e missionários, que resultou na retirada de uma imagem religiosa do fundo do rio Tocantins e na construção de uma igreja dentro da aldeia. Diversas aldeias tradicionais são mencionadas, como Aldeia Alegria, Kajprehti, Botica, Campestre, Jatobá, Corrolinho e Macaúba, compondo a memória territorial que integra a identidade Apinajé. Considerações Finais. A pesquisa permitiu identificar elementos essenciais da origem do povo Apinajé, muitos deles desconhecidos pelas novas gerações. Revelou-se a localização das primeiras aldeias, as práticas culturais e os modos de trabalho que marcaram o passado Apinajé, bem como tradições que, ao longo do tempo, deixaram de ser praticadas. Compreender essas histórias fortalece a identidade do povo Panhí e contribui para a preservação da cultura, língua, danças, culinárias e memórias ancestrais. Assim, o estudo reafirma a importância de manter viva a história Apinajé para que as futuras gerações reconheçam e valorizem suas verdadeiras origens.

RETOMADA ANAFÓRICA DO OBJETO DIRETO NO PORTUGUÊS INDÍGENA: CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGÜÍSTICA DE CONTATO À DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA EM COMUNIDADES INDÍGENAS

Arthur Ferreira de Jesus
Universidade do Estado da Bahia
arthur.uneb@hotmail.com

Pedro Daniel dos Santos Souza
Universidade do Estado da Bahia
pdan.uneb@gmail.com

O presente trabalho visa apresentar o percurso, em andamento, de uma pesquisa voltada aos estudos na área da Sociolinguística de Contato. Assim, a partir dessa perspectiva teórico-metodológica, pretende-se discutir os processos de retomada anafórica do objeto direto em comunidades indígenas nas quais os falantes utilizam o português brasileiro como segunda língua. As variantes linguísticas analisadas são: pronome lexical, categoria vazia, sintagma nominal e clítico acusativo de terceira pessoa. Objetiva-se, a partir desse estudo, investigar de que forma o contato linguístico com línguas indígenas exerce influência na sintaxe do chamado “português indígena”, além de buscar analisar os contextos que condicionam a realização das variantes linguísticas estudadas. O corpus da investigação faz parte do Corpus Oral de Língua Portuguesa Indígena (COLPI) que se relaciona ao Projeto Corpus de Referência do Português Brasileiro Falado, o C-ORAL-BRASIL (Raso; Mello, 2012), e constitui-se de vinte registros de fala obtidos de etnias indígenas circunscritas ao território brasileiro, falantes de quinze línguas distintas, quais sejam: Aweti, Baniwa, Desana, Fulni-ô, Guaraní, Kaingang, Kalapalo, Kamayurá, Kaximawá, Kuikuro, Mehináku, Tariano, Waurá, Xetá e Yawalapiti. Considerando um corpus dessa natureza, deve-se considerar particularidades na análise das expressões linguísticas indígenas, haja vista a possível influência de suas línguas primeiras pertencentes a diferentes troncos e famílias linguísticas. A metodologia desta pesquisa atentar-se-á para a transcrição dos dados disponibilizados, análise estatística e etnográfica das variáveis propostas. Por se tratar de uma pesquisa em andamento, serão discutidos os pressupostos teórico-metodológicos que norteiam o estudo, bem como as hipóteses e os resultados iniciais quanto aos usos linguísticos que se inscrevem à variedade de português falado em espaços indígenas.

DISMÓRFICAS: REPRESENTAÇÕES DE MULHERES INDÍGENAS, NEGRAS E BRANCAS NAS PINTURAS DA ARTISTA BRASILEIRA TARSILA DO AMARAL

Bruna Tupiniquim Marques

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

tupiniquimbruna@gmail.com

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo analisar sócio artisticamente de maneira interseccional e decolonial as pinturas da artista brasileira Tarsila do Amaral. Para compreender de que forma as mulheres do Brasil foram representadas nas suas obras de arte no modernismo brasileiro. Discutir as composições plásticas surrealistas realizadas pela artista pode nos ajudar a entender o imaginário social construído através das representações nas artes visuais acerca das mulheres, por meio da expressão artística de uma artista que é considerada ícone nacional e que contribuiu para demarcar noções de brasilidade dentro e fora do país. Tarsila criou uma nova perspectiva de representação social no movimento modernista com as ferramentas estéticas do movimento surrealista para representar as mulheres, a cultura, o povo, o território, a fauna e flora do Brasil. Metodologicamente utilizamos base teórica oriunda da Sociologia da Arte e das Ciências Sociais, bem como os objetos empíricos de pesquisa que foram 10 pinturas da artista que têm relação com tema em questão. São elas: 1) A negra (1923), 2) Autorretrato (1923), 3) Caipirinha (1923), 4) Família (1925), 5) Abaporu (1928), 6) Antropofagia (1929), 7) Segunda classe (1933), 8) Operários (1933), 9) Costureiras (1936 a 1950), 10) Batizado de Macunaíma (1956). Nestas pinturas vamos visualizar nossas especificidades enquanto cor, forma, conteúdo estético, representação social e de gênero. Descrever representações sociais através de obras de arte exige sensibilidade artística e pragmatismo sociológico, para que não se reifique os objetos de pesquisa ou se caia em devaneios subjetivos. Por isto, na pesquisa em questão buscamos aprofundar de que forma a representação social das mulheres foi realizada através das pinturas da artista, por meio de base teórica e prática com o intuito de interpretá-las e mapear os diferentes tipos de mulheres representadas nos quadros. Este trabalho é um recorte da pesquisa de doutoramento realizada no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia, que está em processo de desenvolvimento, inscrito no COIMI - IV Congresso Internacional Mundos Indígenas, América: história, territorialidades e saberes indígenas, no ST4- Línguas indígenas: diversidade, memória e patrimônio histórico-cultural.

ENTRE LINHAS E TRAÇOS, EU FALO: O GÊNERO GRAFISMO E A LINGUAGEM DA TROVA COMO ELO DE FORTALECIMENTO IDENTITÁRIO DOS KOIUPANKÁ

Angélica Maria Silva dos Santos – Koiupanká

Escola Estadual Indígena Anelmo Bispo De Souza

angelica.s.koiupanka@professor.educ.al.gov.br

Este artigo, de base etnográfica e abordagem qualitativa, objetiva analisar o grafismo tradicional e a linguagem da trova como mecanismos essenciais de expressão cultural e identidade para o povo Koiupanká. O estudo destaca que esses elementos, os grafismos, presentes em artefatos e na pele, e a trova, com sua estrutura poética e

rítmica, transcendem a função ornamental ou meramente estética, configurando-se como um dialeto sociocultural e uma linguagem visual e oral vital para a comunidade. A pesquisa evidencia que o grafismo e a trova atuam como veículos de comunicação que transferem conhecimentos, narram histórias, fortalecem a identidade e o senso de pertencimento entre as gerações. Por meio de linhas, traços e da poesia oral, a linguagem social e cultural dos Koiupanká se interpela e se desenvolve, promovendo o fortalecimento cultural. A transmissão intergeracional do grafismo e da trova é crucial para a preservação da memória coletiva. Neste sentido, o estudo conclui que esses mecanismos não são meras formas de arte ou poesia, mas sim um mecanismo de resistência cultural fundamental, assegurando a continuidade dos saberes tradicionais e a afirmação da identidade do povo Koiupanká diante das pressões contemporâneas.

SABERES CULTURAIS INDÍGENAS DO POVO BARÉ DA COMUNIDADE INDÍGENA DE SÃO THOMÉ

Miriam Leite da Silva - Baré
miriam.silva2626@gmail.com

Saberes culturais indígenas do povo baré da comunidade Indígena São Thomé; no contexto da pedagogia e didática na escola e no cotidiano das crianças baré, reforçando a identidade e ancestralidade desde a infância, através das músicas, danças, pintura, o artesanato, grafismo corporal e culinária do povo baré.

MEMÓRIAS ANCESTRAIS E SUSTENTABILIDADE

Maria Conceição Payayá
EMITEC – NTE 18
chrismendes10@hotmail.com

Este trabalho tem como objetivo apresentar o trabalho realizado no EMITEC – NTE 18 Alagoinhas relacionado a sustentabilidade a partir de elementos ancestrais. Através da pesquisa oral os estudantes identificaram um bem material de extrema importância no povoado de Morena, distrito de São José, na cidade de Esplanada arrumados e armazenados por moradores da comunidade. Tendo em vista ser esse sítio arqueológico ainda não catalogado surgiu a ideia de apresentar este bem material de maneira artística durante a agenda dos Projetos Estruturantes da Secretaria de Educação da Bahia. Durante as atividades os alunos tiveram contato com o material, além de compreenderem a importância deste acervo para a construção Identitária da região. As fotos foram cedidas pelos guardiões do material e apresentadas de maneira a simular uma urna funerária.

O RESULTADO DA ORALIDADE: AÇÃO SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA -ASIE -POLO UEA

Cristina Luciano de Oliveira Canuto
barecristina10@gmail.com

Ariane Coelho dos Santos
arianecastellano@gmail.com

Ana Paula Araújo Diniz
UEA/UFAM-MEC
pauladinizfernandes@gmail.com
nucleoeasaberesindigenas@gmail.com

Este trabalho apresenta a relevância da Ação Saberes Indígenas na Escola – Núcleo Universidade do Estado do Amazonas (UEA), desenvolvido pela Rede de Colaboração (ReCo-ASIE), realizado no ano de 2024, tendo como objetivo promover a formação continuada de professores da educação escolar indígena, especificamente daqueles que atuam nos anos iniciais da educação básica. A proposta buscou oferecer recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades da organização comunitária, do multilinguismo e da interculturalidade que fundamentam os projetos educativos. Na Amazônia, os saberes ancestrais sustentam-se na oralidade, compreendida como base essencial para a vida, a espiritualidade e a convivência harmoniosa com a natureza. Transmitidos por gerações, esses conhecimentos expressam modos de existência profundamente vinculados ao meio ambiente, constituindo uma sabedoria imprescindível ao contexto escolar indígena que fortalecem línguas indígenas e promovem equilíbrio

sociolinguístico e cultural, ampliando a formação de professores indígenas. Metodologicamente foram realizadas três oficinas de formação. A primeira formação foi realizada com formadores, orientadores e coordenadores do Território Baixo Amazonas (Beruri, Careiro da Várzea, Careio e Manaquiri), com os povos Mura, Apurinã, Tikuna, Desana, Sateré - Mawé. Foram realizadas duas etapas com os cursistas, a primeira com duração de 5 (cinco) dias, a segunda com 4(quatro) em dias. Durante o intervalo de uma etapa para outra aconteceram orientações nas aldeias dos cursistas. Nesse contexto, a transcrição da oralidade, presente em narrativas, cantos, ritos e rituais, bem como na origem dos seres inanimados e espirituais, resultaram em material didático e paradidático para o fortalecimento das línguas indígenas. O Polo da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), desempenhou papel estratégico na implementação das práticas pedagógicas diferenciadas, organizando as formações, expandindo o alcance das práticas pedagógicas diferenciadas. Mesmo diante das rupturas coloniais e da lógica do capital, os povos indígenas emergem como protagonistas da história e da defesa dos territórios, sustentando uma memória coletiva tecida com paciência, respeito e espiritualidade. Conclui-se que o fortalecimento das línguas indígenas e da memória ancestral é fundamental para garantir a continuidade da vida, da identidade e da luta dos povos da Amazônia. A floresta fala, e os povos indígenas reafirmam que o território é corpo, vida, espiritualidade e resistência.

UPABAMIRIN: NARRATIVAS DE MULHERES INDÍGENAS NO TERRITÓRIO DE ALAGOINHAS

Cristiane Mendes da Silva Santos
UNEB
chrismendes564@gmail.com

A omissão quanto a presença dos povos indígenas e aos modos de ser e estar desses povos fazem parte do apagamento e do genocídio cultural que os povos tradicionais passaram ao longo da história. No que se refere ao Território de Identidade 18 essa questão não é diferente. Relatos de pessoas que moram em Alagoinhas e em algumas localidades como: Tombador e Encantado - Riacho da Guia; Buri; e, em outros municípios do entorno como: Aramari e Inhambupe nos leva a investigação sobre a Presença Indígena em Alagoinhas e seu entorno promovendo a divulgação e registro das histórias que foram silenciadas. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo investigar a Presença Indígena no território de identidade Litoral Norte e Agreste de Alagoinhas (Território de Identidade 18) através das narrativas de mulheres descendentes indígenas. Metodologicamente, articulamos as Memórias e a Ancestralidade enquanto princípios formativos e de investigação. Utilizamos o estudo memorístico para registrar os relatos onde, quase sempre, aparece a figura de uma mulher, a avó, geralmente, raptada por brancos ou entregues a eles. Neste estudo, constatamos que o estudo toponímico nos apresenta os nomes dos municípios do território que são de origem Tupi alinhado aos relatos de descendentes indígenas, sendo que poucas destas pessoas têm o entendimento de que são descendentes indígenas. Os relatos, cartograficamente, situados no território no que é denominado de “Quadrante Indígena” nos leva a constatação de que a microrregião de Alagoinhas é um território Presença Indígena.

A HISTÓRIA DO XIBOBO

Matilde da Silva
Universidade Federal de Roraima-UFRR
thildemaiva4@gmail.com

Este artigo busca valorizar o uso da escrita e da fala makuxi através da História do xibobo/ Pokowa pantoni(2021) que é uma história escrita em versão bilíngue nas línguas makuxi/ português que foi registrada em 2019 durante o programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Roraima (UFRR) pela mestrand Matilde da Silva. Essa história está registrada em sua dissertação intitulada Makuxi Pantoni: Os saberes que circulam pelas narrativas orais na região Serra da Lua/ RR. Boa Vista,2021. A autora registrou algumas narrativas durante seu curso mas escolheu a História do xibobo para ser publicada, tem como narradora Lacyr Mariano que narra a aventura de um menino/rapaz e um xibobo que passam por metamorfose constante que sai para flechar como de costume e encontra um xibobo e tentar acertá-lo, mas erra o alvo. E o xibobo (em forma de menino) pega a sua flecha e lhe chama para ir até sua casa. E assim vão para a casa do xibobo e conhece sua família e diz que ele podem ficar a vontade e lhe apresenta suas irmãs e diz que ele pode escolher qualquer uma de suas irmãs e pode ficar(casar) com ela. E assim o menino vai vivendo a experiência de ser um xibobo. Ele escolhe um esposa xibobo para ele e depois leva a esposa para a mãe conhecer, mas a mãe dele não aceita a esposa do filho, dizendo que não queria uma xibobo para ser sua nora e ao ouvir as palavras da sogra a xibobo se entristece e vai embora.

MINHA LÍNGUA, MEU CANTO: MÚSICAS COMO CAMINHO DE RETOMADA DO KURUAJA

Sheyla Lima Araújo da Cruz Curuaia
Universidade Federal do Pará
sheyla.cruz@altamiraeduc.com.br

Elissandra Barros
Universidade Federal do Amapá
elisbarros@unifap.br

Irana Bruna Calixto
Universidade Federal do Pará
iranabruna@hotmail.com

Altamira (PA), cuja língua, pertencente à família Munduruku, encontra-se em situação crítica, com apenas uma semifalante remanescente. A interrupção da transmissão intergeracional resultou de processos históricos de colonização, deslocamentos e políticas assimiladoras, que fragmentaram a continuidade do uso cotidiano da língua. Entre 2006 e 2009, foi reunido um conjunto significativo de registros orais com os últimos falantes, incluindo narrativas e léxico, que permitiu a descrição de aspectos fonológicos, a definição de uma ortografia e a elaboração de materiais pedagógicos. Com base nesse acervo, realizamos em 2023 uma oficina na Terra Indígena Curuá envolvendo professores, jovens e lideranças, cujo foco foi a criação coletiva de músicas em Kurujá a partir de palavras e estruturas já documentadas. A atividade resultou em sete composições originais, produzidas com a compreensão plena de seus significados por parte da comunidade, elemento essencial para o fortalecimento da identificação linguística. A metodologia integrou explicações sobre funcionamento gramatical, práticas de escuta e exercícios de composição, permitindo que a criação musical se tornasse instrumento de aprendizagem, reconhecimento identitário e expressão cultural. As músicas criadas favoreceram a memorização de padrões linguísticos e transformaram registros documentais em práticas vivas, acionando dimensões afetivas e políticas associadas ao direito de falar e ouvir a própria língua. Os resultados demonstram que a música pode atuar como estratégia eficaz de retomada linguística em contextos de ameaça extrema, ao reinserir a língua em usos sociais significativos e ao estimular o protagonismo comunitário no processo de revitalização. Conclui-se que a experiência contribuiu para reafirmar a presença contemporânea do Kurujá, oferecendo caminhos metodológicos replicáveis em outras iniciativas junto a povos com línguas em perigo.

MEMÓRIAS EDUCATIVAS, HISTÓRIAS E VIVÊNCIAS DOS INDÍGENAS KAINGANG EM CANELA RS: SABERES, TRADIÇÕES E RESISTÊNCIAS ANCESTRAIS

Maria Laura Brito Ortis - Povo Tariano
Universidade Caxias do Sul
mlbortis@ucs.br

Este artigo apresenta um recorte dos resultados da dissertação de mestrado desenvolvida pela pesquisadora indígena Tariana, que investigou as memórias educativas, os saberes ancestrais e as práticas culturais de sua comunidade localizada em Canela/RS. A pesquisa, de abordagem qualitativa e etnográfica, fundamentou-se na observação participante, entrevistas com cacique e mais integrantes da aldeia, com conversas formais e informais e registro de experiências cotidianas. Foram analisadas dimensões da educação indígena relacionadas à transmissão de saberes, à tradição, ao artesanato, à educação das crianças, ao uso das ervas medicinais e à valorização da língua nativa. Os resultados evidenciam que a memória coletiva é central na aprendizagem e que a educação Kaingang constitui um processo contínuo de resistência cultural e reexistência identitária. Para isso, fundamenta-se em contribuições de autores indígenas e não indígenas que abordam a educação intercultural, a história Kaingang e os processos de transmissão de saberes tradicionais, destacando a importância de uma pedagogia que valorize as epistemologias originárias e reconheça a pluralidade de formas de ensinar e aprender.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 5 - OCARA: PATRIMÔNIOS ITINERANTES, PATRIMÔNIOS EM REDE, PATRIMÔNIOS COMPARTILHADOS. AS COLEÇÕES MUSEAIS REVISITADAS POR MULHERES INDÍGENAS, PESQUISADORAS E ARTISTAS

Coordenação:

Brigitte Thierion (Université Sorbonne Nouvelle, Paris)
Joelle Le Marec (Museum National d'Histoire Naturelle, Paris)
Fernanda Mendonça Pitta (USP)

Resumo do Simpósio Temático: Muitos museus finalmente abriram suas portas e seus acervos a representantes de povos indígenas em busca de seu patrimônio espalhado nos países colonizadores. As colaborações que foram estabelecidas, os diálogos interculturais em torno dos artefatos, a circulação de conhecimentos e pessoas durante essas experiências de museologia colaborativa, mostram um processo muito real de transformação e hibridização no museu. A par dessas questões, este simpósio se concentrará em destacar as trajetórias de mulheres indígenas engajadas em pesquisas científicas, históricas, artísticas, literárias ou espirituais na companhia dos “objetos” de seus ancestrais redescobertos com museus.

LA MÉMOIRE AUTOCHTONE DES KALI'NA ET ARAWAK EXHIBÉS EN 1882 ET 1892 À PARIS AU JARDIN ZOOLOGIQUE D'ACCLIMATATION

Corinne Toka-Devilliers

Présidente et fondatrice de l'association Moliko Alet+po; Membre du peuple Kal'ina de Guyane française
corinnedevilliers2710@gmail.com

L'association Moliko œuvre en faveur de la reconnaissance de l'Histoire des zoos humains dans l'histoire de la France. Lors des exhibitions qui eurent lieu au jardin d'acclimatation de Paris en 1882 et 1892, 8 Kali'na et Arawak sont décédés. Afin de préserver leur mémoire, une demande de restitution des restes humains a été officiellement déposée auprès de l'État Français en 2023. Cette demande résulte d'un ample travail de recherche et d'identification mené par l'association Moliko. Aujourd'hui, 2 lois sont en attente, pour la réparation de ce passé colonial douloureux. Nous, les peuples autochtones de Guyane, demandons la création d'un musée autochtone en Guyane.

OS QUILOMBOS COMO PATRIMÔNIOS COMPARTILHADOS: ATUAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NOS TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA ONTEM E HOJE

Maria Aparecida Silva Ribeiro
Universidade Federal de Sergipe
masribeiro97@academico.ufs.br

Pesquisas científicas de cunho etnográfico têm apontado para uma constituição heterogênea no que concerne ao pertencimento étnico-racial do coletivo de sujeitos quilombolas, tanto em sua origem mais remota quanto na contemporaneidade. Outrossim, referências culturais a que se tem acesso evidenciam uma filiação parcial de tais populações aos povos originários, os quais são considerados igualmente remanescentes, senão dos processos de escravização, tal como a sofrida pela população negra, mas de todo o contexto de opressão e de caça humana observado nos períodos de fundação de tais territórios de resistência. O contato com tais grupos, mediante pesquisa de campo, coleta e tratamento de dados, à luz de tais referenciais, torna possível o esboço de cartografias demográficas que corroboram o que os estudiosos dos quilombos já sinalizaram, desde pelo menos quatro décadas, a saber, que os quilombos, como principal patrimônio humano e social vivo das Américas, são espaços multirraciais e multiculturais de resistência. E no Brasil caracterizam-se, na contemporaneidade, sobretudo, por sua luta contra forças econômicas e políticas interessadas na exploração excludente e predatória dos territórios, para o benefício dos poucos historicamente privilegiados deste país. Assim, esta comunicação traz caminhos diversos para a pesquisa e sistematização conceitual sobre os quilombos desde sua fundação e ainda hoje nas lutas que representam, ademais, uma forma de garantia da sustentabilidade de seus modos de vida e preservação do meio ambiente, e, como consequência, da manutenção da existência humana, de animais e de florestas conforme a conhecemos.

RIR, TRANSMITIR, SONHAR, SE TORNAR 'PARENTE' OU COMO TRABALHAR JUNTOS NOS ACERVOS

Pascale de Robert
Institut de Recherche pour le Développement - IRD/PALOC
pascale.derobert@ird.fr

Kokoti Kayapo
AFP

Gliceria Tupinamba
UFRJ

Esta comunicação discute algumas das implicações, entre outras metodológicas, das práticas de pesquisa levadas em equipe intercultural. Partindo de momentos vividos no decorrer de oficinas de museologia participativa na França e no Brasil, trataremos evidenciar de que maneira as novas formas de fazer ciência desenvolvidas nos museus com coleções etnográficas, levam a novos conhecimentos co-construídos, e a metodologias de trabalho renovadas. Muito além disso, o cuidar juntos das 'coisas do passado' transformam as relações entre os participantes, humanos e não humanos, que visitam os acervos. Com tais encontros, gente e artefactos podem adquirir novas qualidades ou qualificações, mudar de categorias, se transformar. As experiências de vida compartilhadas nos tempos da pesquisa colaborativa procuram mudar também as nossas maneiras de escrever, difundir e questionar os resultados 'científicos' obtidos de forma mais acadêmica.

OCARA: O ACORDAR DOS OBJETOS TUPINAMBA E O DESPERTAR DOS MUSEUS

Brigitte Thierion
CREPAL/Sorbonne Nouvelle
brigitte.thierion@gmail.com

Joëlle Le Marec
Paloc ; Museum National d'Histoire Naturelle
jlemarec@neuf.fr

Esta comunicação relata uma pesquisa que participa da acolhida e integração na vida da rede institucional de museus, laboratórios e locais de criação, de uma circulação de objetos, conhecimentos e presenças de povos indígenas que, cada vez mais numerosos, questionam as coleções dos museus a fim de encontrar nelas os vestígios de seus ancestrais e saberes tradicionais hoje desaparecidos. Ela acompanha, nos planos científico e cultural, um processo de transformação e hibridização museológica, a partir de uma colaboração já estabelecida com Gliceria Tupinambá e de um intenso diálogo intercultural em torno de objetos tupinambá, nomeadamente as bordunas conservadas em museus e instituições universitárias francesas, no âmbito do projeto Ocara: Massues France. Doutoranda em antropologia, artista e líder em sua comunidade, Gliceria Tupinambá articula ciências, artes, conhecimentos técnicos e xamânicos, política e engajamento. Apesar do crescente interesse pelas perspectivas decoloniais, esse processo se inscreve dificilmente nos marcos atuais da pesquisa e da ação museológica. No entanto, seu modo indígena de estar no mundo abre outros campos de possibilidades para as ciências e instituições, caminhos necessários nestes tempos de transformação.

“MANTO DO FIM DO MUNDO”

Azul Rodrigues
Unb
azulamarelovermelho321@gmail.com

“Manto do fim do mundo” é um objeto/ indumentária performática inspirada no histórico Manto Tupinambá, feita a partir de resíduos plásticos. A obra discute memória e espiritualidade de pessoas de origem indígena em contexto urbano evocando a tensão permanente entre ancestralidade e colonialidade. No contexto dos processos de repatriação dos mantos tupinambás históricos traficados para Europa no século passado, e dos estudos feitos pela artista e ativista glicéria tupinambá sobre o resgate da artesanaria do manto em sua comunidade, o “manto do fim do

mondo” materializa a fim de refletir sobre as possibilidades materiais da produção cultural de um povo e os contexto necessário para a manutenção de seus ritos.

UMA LEITURA TUPINAMBÁ DAS IMAGENS DO PASSADO

Augustin de Tugny
UFSP
atugny.ufsb@gmail.com

A partir da leitura compartilhada desde 2019 com Glicéria Tupinambá das imagens produzidas pelos europeus depois das viagens de descoberta e invasão do Novo Mundo, descobrimos uma forma ampliada de informação e marcas da vida e cosmologia dos antigos Tupinambá que ainda se encontram na atualidade deste povo e nutrem sua luta na retomada de seus territórios tradicionais. Esta nova leitura dos documentos históricos abre pistas memoriais que se conectam diretamente com as lembranças, gestos e cantos mantidos vivos e transmitidos pelos anciãos da aldeia que permitem perpetuar a presença ativa dos Encantados, restaurar a potência feminina no governo desta nação e assegurar a diplomacia do povo Tupinambá.

MARCAS ANCESTRAIS NA PEDRA: A PRESENÇA INDÍGENA NOS GRAFISMOS RUPESTRES DA BAHIA E A URGÊNCIA DE SUA SALVAGUARDA

Glicéria Tupinambá
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Museu Nacional / Comunidade Tupinambá da Serra do Padeiro
gliceliatupinamba@gmail.com

Os grafismos rupestres presentes na Bahia, especialmente no Sítio Arqueológico Serra do Assuruá 2, localizado no município de Gentio do Ouro, revelam camadas profundas de memória e presença indígena que ultrapassam a leitura científica convencional. Estes registros, frequentemente interpretados apenas como vestígios do passado, são, para os povos indígenas, testemunhos vivos da continuidade de um pensamento ancestral que se expressa nas pedras, nas tecelagens, nos mantos e nas práticas cerimoniais. A descoberta e o reconhecimento de uma gravura rupestre que remete a um manto – símbolo de proteção, poder espiritual e diplomacia entre os povos – recolocam em debate o papel das comunidades indígenas na interpretação desses vestígios. Mais do que objetos arqueológicos, trata-se de corpos de memória que comunicam histórias de resistência e pertencimento ao território. A pesquisa parte da experiência direta da Comunidade Tupinambá da Serra do Padeiro na defesa e salvaguarda desse sítio arqueológico, diante da ameaça de destruição provocada por empreendimentos de geração de energia eólica na região. O estudo combina observação etnográfica, levantamento documental junto ao IPHAN e escuta comunitária, valorizando as narrativas locais que atribuem aos grafismos rupestres significados espirituais e políticos. Além disso, são mobilizadas fontes iconográficas e relatos históricos, em diálogo com a arqueologia indígena e os estudos sobre diplomacia e grafismo, para articular leitura científica e leitura ancestral de forma complementar e não hierárquica. A partir dessa abordagem, o trabalho evidencia que o Sítio Serra do Assuruá 2 não representa apenas uma herança arqueológica, mas um lugar sagrado de conexão entre passado, presente e futuro dos povos indígenas. O registro do manto gravado em pedra, por exemplo, sugere uma linha de continuidade com os mantos Tupinambá produzidos com penas de pássaros, que simbolizam tanto a força espiritual quanto as redes de aliança e diplomacia entre povos. A análise também revela a necessidade de reconhecer a dimensão espiritual do patrimônio arqueológico – frequentemente invisibilizada nas políticas de preservação – e de incluir as comunidades indígenas nos processos de decisão, estudo e guarda desses bens. A destruição de tais sítios, portanto, não representa apenas uma perda material, mas um rompimento de vínculos entre memória e território. Os grafismos rupestres da Bahia são expressões da presença viva dos povos indígenas, e não meros fragmentos de um tempo encerrado. A urgência em protegê-los exige uma mudança de perspectiva: do olhar científico isolado para o diálogo entre arqueologia e cosmologia indígena. A defesa do Sítio Serra do Assuruá 2, articulada pela Comunidade Tupinambá, exemplifica uma forma contemporânea de diplomacia ancestral, na qual o conhecimento tradicional se alia à ação política e acadêmica. Pesquisar, proteger e ouvir os grafismos é, portanto, um ato de continuidade e de reexistência diante das ameaças que insistem em apagar as vozes que sempre estiveram gravadas na pedra.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 6 - POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS PARA AS LÍNGUAS INDÍGENAS

Coordenação:

Adriana Oliveira de Sales (UFGD)

Resumo do Simpósio Temático: Este simpósio temático tem como objetivo reunir pesquisas e experiências que discutam as políticas linguísticas voltadas aos povos indígenas, enfatizando a articulação entre direitos linguísticos, processos de cooficialização de línguas, educação escolar indígena e o acesso a serviços públicos. A proposta parte de perspectivas críticas de política linguística, fundamentadas em autores como Spolsky (2004), Calvet (2005; 2007), Hamel (1993), Ricento (2000) e Lagares (2018), que problematizam os processos de planejamento e gestão das línguas em contextos marcados por desigualdades sociais e históricas. Pretende-se discutir, entre outros aspectos, a continuidade entre políticas de status, corpus e aquisição (Hornberger, 2008) e seus efeitos sobre a vitalidade linguística, a diversidade cultural e a produção de conhecimentos em contextos interculturais. O simpósio acolhe trabalhos que abordem processos de demarcação linguística e territorial, formação de professores indígenas, elaboração de materiais didáticos, tradução e interpretação comunitária, linguística forense comunitária, protocolos de atendimento bilíngue em saúde e justiça, bem como experiências de planejamento linguístico desenvolvidas por organizações indígenas. Ao promover o diálogo entre pesquisadores, lideranças indígenas e agentes públicos, o simpósio busca identificar desafios e propor recomendações que contribuam para a consolidação dos direitos linguísticos como direito humano.

O PANTANAL É MULTILÍNGUE: COOFICIALIZAÇÃO DE LÍNGUAS INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE MIRANDA-MS

Aline Ferreira Oliveira Araujo
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
f.aline@ufms.br

Laís Lainy Moraes dos Santos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Suzana Vinícia Mancilla Barreda
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a cooficialização de línguas indígenas no município de Miranda, estado de Mato Grosso do Sul, a saber: Língua Terena, Língua Terena de Sinais e Língua Kinikinau. O estudo adota uma abordagem qualitativa, bibliográfica, com análise documental de legislações brasileiras e municipais, bem como o levantamento de iniciativas de agentes externos às comunidades indígenas para o reconhecimento linguístico. Parte-se da análise das normativas vigentes, das mobilizações empreendidas pelos povos indígenas e outros agentes que contribuíram nesta tarefa, além das implicações sociopolíticas e educacionais que atravessam esse processo. Baseando-se nas perspectivas críticas das políticas linguísticas, a investigação dialoga com Calvet (2007) e suas discussões de língua, política e sociedade; a perspectiva glotopolítica proposta por Lagares (2018); e os estudos de Oliveira (2015; 2024) acerca de multilinguismo. Os resultados revelam que a cooficialização tem impulsionado o fortalecimento das identidades indígenas e ampliado o alcance das políticas linguísticas. Nesse cenário, a investigação analisa de que maneira esse processo se constitui como um ato político e simbólico de resistência e as novas relações estabelecidas entre língua, poder e identidade e as consequentes discussões sobre direitos linguísticos e inclusão. A pesquisa conclui que Miranda-MS apresenta um cenário de multilinguismo dinâmico, no qual o português permanece predominante, mas as línguas indígenas assumem crescente visibilidade graças às ações de políticas linguísticas, às mobilizações de valorização e revitalização de línguas indígenas e ao protagonismo das comunidades locais.

LETRAMENTOS ACADÊMICO E CIENTÍFICO COMO POLÍTICA EDUCACIONAL INDÍGENA

Ana Paula Rabelo
Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira - Unilab
anarabelo.p@unilab.edu.br

Rosângela Ribeiro da Silva
Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira - Unilab
rosangelaribeiro@unilab.edu.br

Considerando o ambiente multicultural e plurilíngue da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira (Unilab), Instituição de Ensino Superior formada com objetivo de estabelecer uma parceria com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) ao mesmo tempo que dialoga com as comunidades quilombolas, indígenas e dos diferentes municípios da região do Maciço de Baturité e da Região Metropolitana de Fortaleza, o ambiente acadêmico apresenta-se perfilado a partir de outros cenários culturais, sociais, políticos e linguísticos, assim como de outros atravessamentos de saberes e poderes. A partir das vivências com estudantes indígenas em salas de aula de cursos de graduação presencial regular e no curso de Licenciatura Intercultural Indígena (do PARFOR/Unilab), outras vivências de letramentos foram identificadas no diálogo com o letramento científico, uma vez que as escolas que os estudantes indígenas unilabianos/as vivenciaram foram escolas sem o fluxo de participação em jornadas de olimpíadas, competições ou outros eventos que motivassem a produção de gêneros científicos/acadêmicos (Motta-Roth, ; Rabelo et al., 2024; Rabelo et al., 2025). O presente trabalho faz uma reflexão sobre as formas de pensar academicamente dos/as estudantes indígenas no espaço universitário, a partir as experiências docentes de duas professoras: uma do curso de Letras – LP; e outra do curso de Licenciatura Intercultural Indígena. A metodologia exploratória, de caráter qualitativo, é um estudo de campo que analisa questões de políticas educacionais e linguísticas para os povos indígenas, tais como estratégias de letramento acadêmico/científico que valorizem os seus saberes ancestrais. O resultado das investigações aponta para o reconhecimento da relevância do papel de política linguística para a resistência das práticas tradicionais e culturais no espaço escolar e dos sujeitos ao acessarem para os espaços acadêmicos. Faz-se necessário estudos sobre políticas linguísticas declaradas e não declaradas dos povos indígenas para enfatizar a ausência ou a precariedade de políticas alinhadas com o letramento indígena e identifique outras questões que podem estar associadas a possíveis entraves com gêneros acadêmicos tal como definidos por Rabelo et al. (2024).

QUAL(IS) LÍNGUA(S) VOCÊ FALA? POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS NO OIAPOQUE

Elissandra Barros
Universidade Federal do Amapá
elisbarros@unifap.br

Carina Santos de Almeida
Universidade Federal do Amapá
carina.almeida@unifap.br

Este trabalho examina políticas linguísticas no município de Oiapoque, território de fronteira no qual coexistem línguas indígenas, português, francês e repertórios mistos constituídos por séculos de contato intercultural. A pesquisa, realizada junto às aldeias Palikur-Arukwayene, Karipuna, Galibi-Marworno e Galibi Kali'na, analisa como atitudes, crenças e práticas de uso influenciam trajetórias de manutenção, deslocamento e retomada linguística. A pergunta “Qual(is) língua(s) você fala?” mostra-se reveladora de processos sociais atravessados por relações de poder, disputas simbólicas e heranças coloniais que impactam a circulação das línguas e moldam padrões de prestígio e legitimidade. Observa-se que, embora cada povo sustente seu repertório como elemento estruturante da identidade e da vida comunitária, persistem tensões relativas ao reconhecimento público dessas línguas e às condições de sua transmissão intergeracional. A análise demonstra que políticas linguísticas eficazes no Oiapoque precisam considerar essa ecologia multilíngue complexa, valorizando não apenas o uso comunitário das línguas, mas também sua projeção política, sua visibilidade social e o direito de seus falantes à autodeterminação linguística. Conclui-se que o Oiapoque constitui um espaço privilegiado para pensar políticas linguísticas em contextos transfronteiriços, onde a diversidade linguística é indissociável da afirmação identitária e da continuidade dos saberes tradicionais.

“COMO PAJA DE CERRO”: INVESTIGACIÓN A TRAVÉS DEL ARTE Y PRÁCTICAS LINGÜÍSTICAS DECOLONIALES DE REALIZACIÓN CINEMATOGRÁFICA

Maria Teresa Galarza Neira
Universidad de Cuenca
teresa.galarza@ucuenca.edu.ec

Esta ponencia presenta el trabajo desarrollado en el marco del proyecto “Discursos y prácticas racistas en las experiencias de vida de la comunidad educativa de la Universidad de Cuenca”, ganador de fondos de investigación de la Universidad y ejecutado entre 2023 y 2025, bajo la dirección del magíster Ángel Japón y la codirección de la ponente. En el proyecto se estableció un componente de investigación a través del arte que incluye la realización del cortometraje ensayo fílmico “Como Paja de Cerro”, cuyo título está inspirado en el pensamiento y la lucha de Dolores Cacuango. El film propone una reflexión ampliada sobre el racismo y la educación en contextos latinoamericanos, denunciando las formas tempranas en que se reproducen prácticas discriminatorias en espacios educativos. Su narrativa se articula desde una ética del cuidado, y una perspectiva decolonial, de interculturalidad crítica y diálogo de saberes, tomando como horizonte la idea freireana de la educación como práctica transformadora, que abre y cierra el guion y orienta la trama. A partir de talleres de cartografía social que recogieron experiencias de racismo en la universidad, en “Como Paja de Cerro” el guion se concibe como un espacio transicional que, nutrido por expresiones de los/as participantes y por el pensamiento de diversas/os autores/as y activistas, establece un diálogo entre la oralidad y la palabra escrita, proyectándose hacia la imagen y el sonido. El trabajo incorpora colaborativamente a hablantes de Kichwa, Shuar Chicham, Cha'palaa, Tsáfiqui, A'ingae y Paaikoka, entendiendo la traducción como un ejercicio de cohabitación lingüística en el espacio que ofrece la pantalla. El film declina el uso prioritario del castellano para hablar sobre el racismo entre/desde los Andes, reconociendo e incorporando a las lenguas indígenas como modos epistémicos autónomos que definen el ritmo y la cadencia del cortometraje, convirtiendo al cine en un medio para amplificar su visibilización o, mejor aún, su “audiovisibilidad”. Desde la investigación artística, “Como Paja de Cerro” muestra cómo la escritura fílmica y la realización cinematográfica pueden operar como prácticas de política lingüística y como vías para reinscribir, desde ejercicios polilógicos, esperanzas compartidas sobre sociedades inclusivas e interculturales.

TÍTULO NÃO INFORMADO

Chery Fritz-Nel
AIDAH
fritzelchery589@gmail.com

As políticas linguísticas para as línguas indígenas são medidas adotadas pelos Estados ou comunidades para proteger, promover e revitalizar as línguas dos povos indígenas. Essas políticas podem incluir educação, reconhecimento oficial e difusão cultural. Objetivos principais Reconhecimento oficial: tornar as línguas indígenas oficiais ou co-oficiais em certas regiões. Educação bilíngue: ensino nas escolas tanto na língua materna quanto na língua nacional dominante. Preservação cultural: salvaguardar o patrimônio oral, a literatura e as tradições. Participação política: permitir que os povos indígenas se expressem em sua língua nas instituições públicas. Exemplos de medidas concretas Brasil: a Constituição reconhece as línguas indígenas como patrimônio cultural e promove a educação bilíngue nas escolas das comunidades. México: várias línguas indígenas têm status oficial nos estados onde são faladas. Canadá: programas de revitalização linguística para línguas indígenas, como o Inuktitut. Desafios Número reduzido de falantes para algumas línguas. Pressão das línguas dominantes (espanhol, português, francês, inglês). Falta de recursos educativos e materiais escritos. Resumo prático: As políticas linguísticas buscam garantir que as línguas indígenas sobrevivam, sejam ensinadas e reconhecidas legalmente, respeitando os direitos culturais e políticos dos povos indígenas.

O PROCESSO DE ENSINO DE LÍNGUAS INDÍGENAS EM ESCOLAS INDÍGENAS DO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT – AM

Amélia Ruth Almeida Oliveira
amelia25oliveira@gmail.com

Ligiane Pessoa
Universidade Federal do Amazonas

O objetivo geral da pesquisa constituiu em compreender como tem se desenvolvido o processo de ensino das línguas indígenas e os desafios enfrentados pelos professores indígenas no município de Benjamin Constant – AM. Para fundamentar os elementos do referencial teórico, a pesquisa foi feita com base nas leituras de autores, como: Maher (1994, 1996, 2006, 2007), Grupioni (2006), dentre outros. O método foi o indutivo porque partiu-se da observação dos dados particulares relacionados ao processo do ensino de línguas indígenas com professores indígenas que atuam em comunidades indígenas, por meio dos quais forneceram respostas mais generalizantes acerca da problemática

em questão, apoiando-se nas discussões teóricas suscitadas. Os resultados apontam que os professores indígenas, tanto Tikuna, quanto Kokama, buscam preservar, fortalecer, resgatar a língua ancestral. As outras línguas como o português e o espanhol influenciam, porém, manifestam a necessidade de valorização da língua ancestral, como herança para a nova geração.

BRASLIND E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NA DÉCADA INTERNACIONAL DAS LÍNGUAS INDÍGENAS: EPISTEMOLOGIAS PLURAIS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Karina da Costa Santos
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS
karinamaony@gmail.com

O artigo examina o papel do Braslind, língua brasileira falada por povos indígenas, no contexto das políticas linguísticas contemporâneas, com ênfase na Década Internacional das Línguas Indígenas (DILI 2022–2032), promovida pela UNESCO. Fundamentada em pesquisa qualitativa e revisão bibliográfica, a análise evidencia que o Braslind é reconhecido pelas comunidades indígenas como língua autônoma, dotada de estrutura, lógica e funções próprias, atuando como língua franca e instrumento de revitalização linguística em comunidades onde línguas originárias foram adormecidas. O estudo ressalta a importância do reconhecimento institucional do Braslind para o fortalecimento de epistemologias plurais e para a promoção da diversidade linguística no Brasil. Entre os desafios contemporâneos, destacam-se a necessidade de políticas públicas inclusivas, a superação de práticas excludentes no ensino superior e o enfrentamento do colonialismo linguístico. Conclui-se que a valorização do Braslind é fundamental para consolidar políticas linguísticas decoloniais, respeitar a pluralidade de saberes e garantir o protagonismo dos povos indígenas na construção de uma sociedade mais democrática e intercultural.

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS, DECOLONIALIDADE E LUGAR AFETIVO: EXPERIÊNCIAS DAS (OS) INDÍGENAS DO GRUPO KÔKRAIMÔRÔ COM SUA LÍNGUA MATERNA, O KAYAPÓ E A LÍNGUA PORTUGUESA EM SÃO FÉLIX DO XINGU - PA

José Divino Mendes de Souza
divinomendes@uft.edu.br

Neila Nunes de Souza

A presente pesquisa está inserida no campo da Linguística Aplicada e desenvolvida em uma perspectiva etnográfica. Com o fito de compreender melhor a problemática de resistência e o problema da manutenção Cultural do Grupo Indígena Kôkramôrô, tendo como artefato base, a Língua Kayapó e o apego pelo lugar. Mesmo com o serviço educacional para os povos Indígenas, serviço este, prestado pelo Estado que ainda não leva em consideração os aspectos culturais essenciais que são as interações idiomáticas nativas e o respeito ao território. Isto é, com todas as transformações globalizantes a língua é o objeto preponderante destas transformações, até porque, “cada falante de cada língua recebe seu idioma já pronto quando adquire por meio do convívio social”, (Bagno, 2019, p. 30). Esta pesquisa pretende investigar como têm sido as experiências dos (as) Indígenas do Grupo Kôkramôrô com a Língua Portuguesa e sua língua materna o Kayapó na educação indígena, a partir de possíveis pontos para implementações de políticas linguísticas que sejam pontos de convergências com as sugestões dos participantes. Está pesquisa se justifica por que “as línguas nacionais surgiram em cumplicidade com o Estado e com instituições que regulavam os usos e abusos da língua. A colonialidade do poder e a diferença colonial trabalharam e continuam trabalhando em todas as partes do planeta” [...], Mignolo, (p.336, 2020). Neste sentido, o estudo será configurado como uma pesquisa etnográfica, em que, visualiza, especialmente, os pressupostos teóricos e metodológicos de Erickson (1984, 1986), Hymes (1996), Malinowski (1984), Garcez e Schulz (2015) Clifford; Marcus (2016). Neste contexto, a pesquisa iniciou no segundo semestre de 2025, encontra-se em fase de análise pelo comitê de ética da UFT tem como resultado no momento o aceite da liderança da aldeia Kôkramôrô em São Felix do Xingú na unidade federativa paraense. Neste contexto este estudo buscará visualizar os contrastes da padronização linguística que um dos equipamentos necessários à melhor fluidez idiomática além da escrita e o léxico, conforme Calvet (2007, p. 62). Este último, ou seja, o léxico enfatiza a falta de palavras que facilite o fluxo das informações desejadas. Informações estas comumente de cunho mercantilista extremo em detrimento as relações de convivências e afetos dos grupos sociais principalmente das populações tradicionais. Desta forma, um outro ponto de interesse deste projeto de pesquisa é o desenvolvimento de uma reflexão sobre as experiências das (os) Indígenas do Grupo Kôkramôrô com sua Língua materna, o Kayapó e a Língua Portuguesa, especial a relação de topofilia linguística com o meio ambiente vivenciado.

ESTRATÉGIAS PARA SUPERAR AS BARREIRAS LINGÜÍSTICAS DE ACESSO NO CONTEXTO DA SAÚDE INDÍGENA

Eneline de Andrade Heráclio Gouveia Pessoa
eneline.gouveia@gmail.com

O acesso à saúde, um dos principais atributos da atenção primária, pode ser dificultado por diversas barreiras que agravam desigualdades existentes, especialmente entre povos indígenas. Dentre elas, a barreira linguística merece especial atenção por colocar em risco a segurança do paciente. Pouco tem sido publicado sobre o impacto dessa barreira no contexto da saúde indígena. Este estudo busca compreender como as barreiras linguísticas afetam os povos indígenas no mundo e quais medidas são adotadas institucionalmente ou individualmente pelos profissionais de saúde para diminuir os danos causados por essas barreiras.

Foi realizada uma revisão de escopo, seguindo metodologia JBI. A busca das evidências foi realizada nas seguintes bases de dados: MEDLINE, BIREME e LILACS. A literatura cinza no Google Scholar. Dois revisores realizaram a análise e extração dos dados de acordo com instrumento elaborado pelos mesmos. Foi analisada a implicação dos achados para políticas públicas de saúde em países com Atenção Primária, principalmente no contexto do Brasil. A busca utilizou os seguintes descritores (MeSH): (Indigenous Health) AND (Language Barriers) AND (Access to Care) e descritores em português e espanhol (Saúde Indígena) AND (Barreiras de Comunicação). Como resultado, foram identificados 138 artigos, de 10 diferentes países, nas bases de dados BVS/Bireme (21) e PubMed/Medline (117). Após análise dos critérios de inclusão e exclusão foram incluídos na revisão 41 artigos. Com relação aos impactos das barreiras linguísticas observou-se que elas favorecem a desfechos ruins em saúde, como não adesão ao tratamento, fragilidade do vínculo com equipe de saúde e pior prognóstico. Um dos artigos descreve a barreira linguística como fator agravante das desigualdades, que resultou na morte de crianças indígenas. As estratégias para superação das barreiras foram agrupadas em estratégias individuais adotadas dos profissionais de saúde e estratégias anotadas a nível de gestão ou políticas de saúde. Destacou-se a contratação de intérpretes e facilitadores interculturais, a permanência dos profissionais por longo períodos no território (que permite aprendizagem da língua) e elaboração de material para educação em saúde com recursos audiovisuais culturalmente adaptados a visão de mundo e a língua de cada povo.

Esse estudo recomenda a atuação de facilitadores interculturais como pontes entre a atenção primária e cuidado hospitalar e entre a cultura indígena e o saber biomédico, merecendo destaque entre as estratégias identificadas. O tempo de permanência dos profissionais de saúde no contexto dos cuidados na atenção primária também parece permitir uma melhor compreensão da língua e construção de vínculo.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 7 - “CATEQUESE”, “LETRAMENTO” E “CIVILIZAÇÃO” NA COLÔNIA: ENTRE AS POLÍTICAS INDIGENISTAS E O PROTAGONISMO INDÍGENA (1500-1822)

Coordenação:

Fabrizio Lyrio Santos (UFRB)
Pedro Daniel dos Santos Souza (UNEB)
Wania Alexandrino Viana (UFOPA)

Resumo do Simpósio Temático: Este Simpósio Temático visa reunir trabalhos que discutam as políticas de “catequese”, “letramento” e “civilização” dos povos indígenas no Brasil, no período colonial, enquanto dimensões fundamentais da colonialidade moderna. Entende-se como necessária a compreensão das políticas indigenistas construídas e desenvolvidas no período, como parte indissociável dos processos de conquista, povoamento e colonização, que envolveram diferentes níveis de violência cultural e material, incluindo das tentativas de imposição da religião, da língua e do modo de vida europeus, até a guerra e a escravização. Em contrapartida, as políticas indígenas, caracterizadas pelas ações e pelo protagonismo indígenas, fizeram-se presentes desde os primeiros contatos, demarcando o espaço da resistência e da contracolonialidade, em diferentes temporalidades, abarcando diversos espaços e territórios. Nesse sentido, o conceito de política indígena possibilita uma percepção mais ampliada e aprofundada do processo histórico, destacando episódios, indivíduos e grupos que deixaram marcas na documentação, seja por meio da apropriação das ferramentas do colonizador, como a religião e a cultura escrita, seja

por meio da recusa e do enfrentamento. Propõe-se aqui um espaço de discussão voltado para a análise histórica interdisciplinar das ideias e ações do colonizador, mas também da agência histórica indígena, desde a invasão europeia até as primeiras décadas do XIX.

GRITO ANCESTRAL NO TAPAJÓS: MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E PRESERVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Jackson Batista Bentes
Universidade Federal do Oeste do Pará
jacksontapajos14@gmail.com

O presente trabalho apresenta uma análise histórica do Grito Ancestral no Tapajós, manifestação criada pelos povos do Território Indígena Tupinambá como resposta às pressões socioambientais que ameaçam seu modo de vida. Localizado na margem esquerda do rio Tapajós, o território reúne 28 aldeias e diversos povos que enfrentam conflitos envolvendo demarcação, restrições ambientais e a presença de grandes empreendimentos. A pesquisa discute a importância do Grito Ancestral como expressão de resistência e afirmação identitária, destacando a centralidade dos saberes e memórias ancestrais na defesa do território. O estudo utiliza entrevistas com moradores e lideranças, análise de atas comunitárias, levantamento fotográfico e revisão de reportagens para compreender como o movimento se consolidou ao longo dos anos. Os resultados apontam que o Grito Ancestral fortaleceu a mobilização coletiva, ampliou a visibilidade das lutas indígenas e reafirmou a necessidade de proteção socioambiental na região. Conclui-se que o movimento representa não apenas um ato de denúncia, mas também um espaço de preservação cultural, articulação política e reafirmação dos direitos dos povos originários do Baixo Tapajós.

PROCESSOS CATEQUÉTICOS E PRÁTICAS DE INSTRUÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA: UMA LEITURA DOS INDÍCIOS DE FORMAÇÃO E DISCIPLINAMENTO COLONIAL (SÉC. XVI)

Liliane Gomes Pereira
UFBA/CNPq
lilianegomespe@gmail.com

Norma Suely da Silva Pereira
UFBA

O processo de colonização instaurou-se por meio de diversas formas de violência, sobretudo contra os povos originários. A violência simbólica atingiu profundamente aspectos culturais e linguísticos desses sujeitos desde 1500, intensificando-se após o estabelecimento do Governo-Geral e a chegada da Companhia de Jesus em 1549. Diante disso, fundamentando-se na História Social Linguística do Brasil (Mattos e Silva, 1998) e no campo da História Social da Cultura Escrita (Petrucchi, 2002; Castillo Gómez, 2003), este trabalho propõe uma análise referente aos processos de instrução e catequese na América Portuguesa, observando, especialmente, a mediação dos processos de ensino da leitura e escrita. As cartas selecionadas como base de investigação pertencem à coletânea Cartas do Brasil e mais escritos do padre Manuel da Nóbrega. Para a análise do corpus, utilizamos o método indiciário (Ginzburg [1989] 2014) em diálogo com a abordagem de leitura a contrapelo (Benjamin, [1940] 2012). Além dos autores supracitados, recorreremos também aos estudos debatidos por Mariani (2004), Saviani (2007), Mendonça (2010), Leite (1938), entre outros. A partir dos dados sistematizados, observou-se que o ensino da leitura e da escrita ocorreu concomitantemente ao ensino da doutrina católico-cristã, e que as crianças e os líderes indígenas eram os principais alvos dessa doutrinação moral, catequética e empírica. Além disso, mapearam-se informações históricas que evidenciam os principais desafios das construções dos primeiros espaços de instrução e catequese na América Portuguesa, como as dificuldades financeiras e, especialmente, as de comunicação, que levaram ao uso de intérpretes. Através dos dados selecionados obtiveram-se indícios que retratam o possível insucesso das missões na primeira década de Governo-Geral. Em síntese, esta pesquisa expõe aspectos referentes à gênese da história da educação e do ensino religioso no Brasil e visa contribuir para os estudos sobre a historiografia colonial e indígena.

A CULTURA ESCRITA COMO TÉCNICA DE RESISTÊNCIA: DEMANDAS E LUTAS INDÍGENAS NO CONTEXTO DO DIRETÓRIO (1757-1808)

Fabricio Lyrio Santos
UFRB/CNPq

No decorrer do período colonial, muitos foram os desafios enfrentados pelas populações indígenas que sobreviveram ao genocídio decorrente da invasão europeia. A catequese, convertida em ferramenta de imposição da religião e do modo de vida do colonizador, trouxe consigo o aprendizado da língua portuguesa e da cultura escrita, que funcionavam como elementos ordenadores da sociedade, perpassando os domínios da política, da economia e do direito. A escrita condicionava a capacidade de representação de si perante os demais grupos sociais e as diversas instâncias de poder na sociedade colonial, sobretudo aquelas relacionadas à elaboração e à execução das leis e à administração da justiça. Possuir e reivindicar direitos pressupunham o conhecimento das engrenagens da burocracia colonial, erguida à sombra da metropolitana. No emaranhado corporativo das instituições, os órgãos de natureza coletiva, como as juntas e os conselhos, propiciavam uma pequena margem de negociação, no que dizia respeito aos povos indígenas, sem que estes pudessem prescindir do recurso aos juizes, ouvidores e governadores. No âmbito militar, a organização da população masculina em corpos de ordenança contribuía para a promoção do disciplinamento social, mas também criava oportunidades de resistência e de representação das coletividades indígenas perante as autoridades locais e metropolitanas. Sendo assim, embora a cultura escrita tenha sido imposta como parte do processo de apagamento das culturas nativas, ela foi entendida e incorporada por incontáveis indivíduos e grupos indígenas como forma de representação política, reivindicação e luta diante das perdas impostas pela colonização. Nesta comunicação, apresentam-se os resultados de uma pesquisa ainda em andamento que reúne exemplos de escrita protagonizados por indígenas no decorrer da colônia, com ênfase para o período posterior ao Diretório dos Índios, de 1757, na Bahia e suas capitanias anexas (Ilhéus, Porto Seguro e Sergipe). As fontes analisadas encontram-se depositadas no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Público do Estado da Bahia, e consistem, sobretudo, em requerimentos coletivos e documentos de cunho político e administrativo, além de um requerimento individual e uma carta, redigidos em diferentes momentos e por diferentes sujeitos indígenas. As fontes em questão, produzidas em língua portuguesa, denotam que, entre a “catequese”, o “letramento” e a “civilização”, a cultura escrita foi mobilizado também pelos indígenas, como ferramenta de resistência e protagonismo.

UMA JUNTA DAS MISSÕES PARA A PARAÍBA. DISCIPLINAMENTO SOCIAL E POLÍTICAS INDIGENISTAS NA DIOCESE DE PERNAMBUCO (1700-1750)

Ediana Ferreira Mendes
Universidade Federal do Oeste da Bahia / CNPQ
edianamendes@gmail.com

Em 1739, a Junta das Missões de Pernambuco, após ser incitada pelo seu então bispo D. Frei Luís de Santa Teresa (1738-1757), tomou a decisão de prender um grupo de indígenas aldeados em Mamanguape (Paraíba) por práticas de feitiçaria e pelo consumo de uma bebida conhecida por “jurema” que causava, segundo o bispo, “visões diabólicas”. A investida da prisão não transcorreu bem, deixando sete pessoas mortas e algumas outras feridas. Este caso é bastante conhecido e foi amplamente estudado pela historiografia. Ele evidencia a resistência dos indígenas aldeados na preservação das suas práticas culturais e de sociabilidade. Em contrapartida, o episódio assinala a existência de estruturas disciplinadoras tanto da Igreja quanto do Estado português que buscavam reprimir condutas consideradas gentílicas e exercer o controle sobre as populações no espaço colonial. Contudo, há ainda uma faceta suscitada por este caso que foi pouco explorada pela literatura: a tentativa de capitão-mor da Paraíba de criar uma nova Junta das Missões. As Juntas das Missões foram criadas, sobretudo, na segunda metade do século XVII, como órgãos consultivos, destinados a avaliar as questões relacionadas aos missionários e as missões indígenas. O colegiado da Junta reunia o governador, enquanto presidente, o bispo ou arcebispo e os provinciais das ordens e congregações religiosas, além de outros oficiais como o ouvidor. A Junta das Missões Pernambuco teve uma atuação mais perene desde a sua criação em 1681. Nos anos de 1740, aproveitando-se da ação desordenada que resultou na morte dos indígenas em Mamanguape, o então capitão-mor requeria a criação de uma nova junta na Paraíba, separada da de Pernambuco para atalhar os atrasos nas deliberações que dependiam sempre das idas e vindas de papéis entre a Paraíba e a sede do bispado e governo de Pernambuco, em Olinda e Recife. A aparente boa intenção do capitão-mor pode revelar o seu desejo de interferir mais diretamente nas políticas indigenistas da capitania e ter maior controle sobre as populações indígenas. Diante do exposto, esta comunicação pretende examinar os meandros do pedido de criação de uma nova Junta das Missões na Paraíba, atentando-se para as políticas indigenistas e para as ações de disciplinamento social engendrados pelos agentes civis e eclesiásticos, sob a ótica das redes de colaboração tecidas entre a Igreja e o Estado português no período moderno.

TRADUÇÃO CULTURAL NO CATECISMO KIRIRI: COLONIZAÇÃO E REEXISTÊNCIA

Daniella Oliva Souza
UFBA
danioliva1504@gmail.com

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre o Catecismo da Doutrina Cristã na Língua Brasileira Kiriri, elaborado pelo missionário jesuíta Luís Vicêncio Mamiani Della Rovere no século XVII, à luz do conceito de tradução cultural e dos Estudos da Tradução com base em estudos desenvolvidos por Geertz (1973) e Bhabha (1998). A partir dessa perspectiva, analisa-se, por meio de pesquisa documental, como o processo tradutório empreendido pelos missionários ultrapassou o campo linguístico e se configurou como um instrumento de mediação — e, simultaneamente, de supressão — entre universos culturais distintos. Propomos que um exame do catecismo de Mamiani que a tradução de categorias cristãs para a língua Kiriri revela não apenas a tentativa de imposição de um imaginário europeu, mas também as estratégias de resistência e (re)significação indígena diante do contato colonial. Ancorada em autores como Bhabha (1998), Geertz (1973) e Venuti (1998) a análise que se apresenta destaca a tradução como um “locus de ambivalência”: instrumento de colonização e, paradoxalmente, de sobrevivência cultural. Ao revisitar o catecismo de Mamiani sob essa ótica, pretende-se evidenciar, a partir da revisão bibliográfica dos trabalhos de Pompa (2001) e Mecnas (2017), como os povos Kiriri reinterpretaram o discurso catequético, transformando a língua do colonizador em meio de resistência e expressão identitária. O recurso à tradução acompanha a própria história do contato entre povos. Desde os primeiros relatos de viajantes que buscaram comunicar-se com grupos estrangeiros, traduzir foi também um modo de registrar e reinterpretar o outro em sua própria língua. No campo da Antropologia, a tradução esteve tradicionalmente ligada à produção etnográfica, embora nem toda tradução cultural decorra de práticas etnográficas e nem toda etnografia envolva, necessariamente, procedimentos tradutórios (Geertz, 1973). No campo dos estudos comparativos do conhecimento, a tradução cultural evidencia que nenhum sistema de saber é absoluto. A Tradução problematiza os limites da racionalidade científica ocidental e questiona a possibilidade de comparar universos epistemológicos distintos procurando articular o diálogo entre diferentes linguagens e formas de conhecimento por meio de uma abordagem interdisciplinar. Assim, o trabalho que aqui se apresenta busca evidenciar que esse olhar sobre a tradução cultural permite repensar o papel da linguagem na formação dos mundos indígenas da América, reafirmando a necessidade de reconhecer as línguas originárias como guardiãs de saberes e territorialidades.

A “ESCOLA DOS MÍNIMOS” NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: A EDUCAÇÃO JESUÍTICA

José Aclécio Dantas
UFPB
acléciodantas@gmail.com

Thayná Donato Gomes
UFPB
thaynapotiguara@hotmail.com

Este artigo apresenta, em forma de ensaio, alguns fatos históricos que permearam o desenvolvimento de uma “forma escola dos mínimos” no Brasil colonial, sua íntima relação com os interesses políticos e religiosos que ladeavam as estratégias educacionais da época, e a percepção decolonial desses fatos como primeiros marcadores sociais de posição das populações indígenas no Brasil. Nesse intuito, na forma escola abordada optamos pela delimitação que engloba apenas os níveis da educação rudimentar, elementar ou fundamental, ou seja, aquela educação que foi ofertada pelo poder público, religioso ou profissional para as crianças indígenas que estavam variavelmente entre os 6 aos 10 anos de idade. Trata-se do resultado de leituras profundas sobre a história da educação brasileira realizadas em um mestrado em Educação, que indicaram uma educação dos mínimos como forma escola padrão oferecida às populações indígenas desde o Brasil colônia.

CARTAS INDÍGENAS: DOCUMENTAÇÃO COLONIAL E HISTÓRIA INDÍGENA NO BRASIL

Patrícia Alves-Melo
UFAM – CNPq
hindia@ufam.edu.br

Esta investigação se debruça sobre um conjunto específico de documentos de natureza administrativa e de caráter peticional produzido a pedido de ou por pessoas indígenas. Esse conjunto documental, composto por 40 documentos, foi denominado de “cartas indígenas”. São oriundas de diferentes regiões do chamado Brasil colonial e a proposta é

analisá-las em conjunto, como corpo documental específico, tratando-as como uma categoria destacada da correspondência administrativa colonial. Guia-nos a ideia de que tais cartas expressam uma dimensão ainda pouco explorada das experiências políticas dos povos indígenas na História do Brasil que é o recurso à escrita como parte de uma estratégia de enfrentamento e luta política. A proposta de apresentação se alinha aos temas tratados no Simpósio Temático 7: Catequese, Letramento e Civilização na Colônia.

“CAMINHOS E TRILHOS DO GENTIO”: HISTÓRIAS E SABERES INDÍGENAS NO CAMINHO DO FORTE DE BRAGANÇA ATÉ A VILA REAL DO CUIABÁ (1769)

Nauk Maria de Jesus
Universidade Federal da Grande Dourados
naukjesus@ufgd.edu.br

Os caminhos indígenas foram convertidos em caminhos coloniais que cortavam o sertão adentro da capitania de Mato Grosso. Eles são reveladores de espaços dinâmicos, interligados e de múltiplos encontros e saberes que formavam uma complexa teia de relações e movimentações entre os seus habitantes. Assim, nesta comunicação pretendemos dar visibilidade ao Mato Grosso indígena, onde lideranças indígenas, senhores dos seus domínios, acionaram políticas marcadas, ora pela aproximação dos colonizadores, ora pelo distanciamento e pela guerra. Para o desenvolvimento do trabalho tenho como base o documento intitulado “Instrução que se deu a João Leme do Prado para a abertura do caminho do Forte de Bragança a Cuiabá e o Diário dos sucessos da abertura do mesmo caminho” de 1769, que resultou da expedição que tinha como objetivo principal abrir um caminho do Forte de Bragança, no Guaporé, até o Cuiabá, seguido pelo levantamento de informações sobre os rios, ouro, indígenas, sal e quilombos. A expedição partiu de Vila Bela em fevereiro de 1769 e chegou próximo a Cuiabá em junho de 1770. Ela buscou e seguiu os rastros e caminhos indígenas e alcançou as suas roças e aldeias. Da mesma maneira, encontrou povos indígenas que em algum momento tiveram contatos com os colonizadores, outros que recusaram essa aproximação e ainda aqueles que transitaram entre a aliança e o conflito em diferentes momentos. No olhar do projeto de colonização, o sertão adentro era um lugar inculto, com potencial para a exploração, constituído por pessoas sem fé e muitos bravios. Na perspectiva indígena, ele era a sua casa e a rota percorrida pelos homens da expedição eram os seus caminhos.

VIDAS INDÍGENAS NO SERTÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: HISTÓRIAS, TRAJETÓRIAS, IDENTIDADES (BARRA DO RIO GRANDE – SÉCULO XVIII)

Elisangela Oliveira Ferreira
UNEB – Campus IV
eoferreira@uneb.br

Os acontecimentos que se desenrolaram a partir da segunda metade do século XVII nos diversos espaços do sertão nordestino envolvendo as populações originárias são objetos de análise da historiografia já faz tempo. As pesquisas voltam-se, principalmente, para o contexto de conflitos mais agudos travados para a interiorização da conquista e ocupação da região e abordam uma coleção de eventos trágicos que marcaram a conquista dos territórios sertanejos aos povos indígenas. Entretanto, ainda é preciso aprofundar a investigação sobre o que aconteceu com esses povos após a fase mais aguda das guerras de conquista da região. Sob esse aspecto, neste trabalho, procuro analisar experiências e trajetórias de homens e mulheres indígenas que viveram no sertão do rio São Francisco setecentista, utilizando centralmente como fontes os registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos. O espaço pesquisado é a antiga e extensa freguesia de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul. Localizada no Médio São Francisco, na margem esquerda do rio, o território corresponde atualmente, com pouca diferença, ao Oeste da Bahia, mas no século XVIII fazia parte da capitania e bispado de Pernambuco. As fontes eclesásticas analisadas guardam fragmentos de histórias pouco conhecidas sobre aquela região, inclusive sobre a identidade de alguns grupos indígenas e sua sobrevivência no tempo e no espaço. É possível ainda analisar a redução dos indígenas em aldeamentos e missões religiosas; as relações estabelecidas por eles com outros grupos étnicos; a formação de famílias indígenas e mestiças; a permanência da escravidão dos indígenas e seus descendentes e outras formas de domínio e exploração; e a persistência daqueles que resistiam, que não se deixavam conquistar. A pesquisa se encaixa no eixo-temático 1: “Agências indígenas/conexões com outros grupos étnicos e instituições religiosas – séculos XVI ao XXI”.

AS MILÍCIAS INDÍGENAS NO PARÁ SETECENTISTA: PROCESSOS DE HIERARQUIZAÇÃO NO CONTEXTO DO DIRETÓRIO.

Wania Alexandrino Viana
Universidade Federal do Oeste do Pará
vania.viana@ufopa.edu.br

Este artigo pretende analisar presença indígena no militarismo luso do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1750-1778) e os processos de hierarquização a partir da atribuição de patentes militares. Esse contexto trouxe profundas transformações para os quadros do militarismo português, o qual também se ajustava às demandas coloniais. É objetivo deste trabalho não apenas compreender esse processo, mas sobretudo, as implicações da lei de Liberdade de 1755 e da Carta Régia 1766 no ajuste das forças defensivas do Estado que incluiu a presença indígena institucionalizada em tropas de milícias e ordenanças. Por meio da análise sistemática de diversas fontes pretende-se tornar evidente que essas mudanças deslocaram os indígenas das margens do militarismo à normatividade, que se faz ver nos registros de patentes e de tropas indígenas. Entretanto, esse mesmo processo produziu hierarquias entre os indígenas aldeados. Essa nova condição aprofundou assimetrias sociais entre os indígenas nos espaços dos aldeamentos e vilas do Pará. Por outro lado, constituíram agências indígenas na sociedade amazônica colonial. Esta pesquisa contribui com o eixo temático "agências indígenas/conexões com outros grupos étnicos e instituições religiosas - séculos XVI ao XXI"

AS CONDUÇÕES DE TRABALHADORES INDÍGENAS PARA O PESQUEIRO REAL: RESISTÊNCIAS E CONFLITOS

Pedro Souza dos Santos
UFPA
pedrosantos.hist@gmail.com

A condução de indígenas para o pesqueiro real localizado na ilha de Joanes é um exemplo importante de que a Carta Régia de 12 de maio 1798 configurou novas formas de exploração do trabalho indígena agora deslocados em formas móveis: milícias. Esse processo coexistiu com a resistência de trabalhadores indígenas frente aos administradores coloniais, os quais demandaram por meses esforços tanto para obter e agenciar, como para mantê-los no Real Serviço. Tais efeitos são múltiplos a partir dos movimentos e mobilidades daqueles sujeitos que são observados nas fontes históricas. A partir da leitura de fontes documentais do Arquivo Público do Pará datadas entre os anos de 1799 a 1802, pode-se observar como diversos agentes do governo atuaram de maneira estratégica para angariar sujeitos indígenas para o Real Serviço, especificamente das vilas próximas a Joanes. Dessa forma, a partir do recrutamento compulsório os indivíduos eram alocados para o serviço no pesqueiro, sendo conduzidos de maneira forçada. Como consequência das mobilizações e das relações de trabalho desgastadas, inclusive com o administrador do pesqueiro, os indígenas empreendem fugas ou ausências do serviço, ou simplesmente se recusavam a voltar as atividades, dadas as condições de trabalho abusivas. Em suma, esta apresentação é fruto de um dos resultados da pesquisa de mestrado que ainda está em andamento e que discute acerca da abolição do Diretório dos Índios, a formação de Milícias Ligeiras para o trabalho e as resistências indígenas presentes nas zonas de serviço. Esta apresentação discutirá sobre o Pesqueiro Real, as conduções forçadas e as resistências indígenas. (Eixo temático: Simpósio temático 07 – “Catequese”, “letramento” e “civilização” na colônia: entre as políticas indigenistas e o protagonismo indígena (1500-1822).

FRANCISCANOS EM ARICOBÉ: TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS E PRÁTICAS MISSIONÁRIAS (1739-1846)

Thaíse Lopes dos Santos
UFBA
thaiselopesdossantos@gmail.com

Os franciscanos chegaram ao Brasil antes mesmo da efetivação do processo de expropriação colonial. Mais de dois séculos depois, já no ano de 1739, foi erigido na vila de Campo Largo o Aldeamento de Nossa Senhora da Conceição de Aricobé, para indígenas Aricobés, sob administração dos missionários da província de Santo Antônio do Brasil. Este aldeamento teve como objetivo fazer frente a outros grupos indígenas (Akroás, Rodeleiros e Mocoazes) que circulavam na região. Assim, enquanto alguns eram vistos como empecilho, o estabelecimento administrado de outros

era estratégia que garantiria a ocupação. Logo, este trabalho analisa o emprego da doutrina francisca e as dificuldades da missão no aldeamento de Aricobé, considerando que tal processo envolveu não apenas o exercício da violência no campo material, mas também no simbólico. Desse modo, pretende-se ampliar o conhecimento sobre a presença indígena, a missão e a política indigenista no Além do Rio São Francisco.

LER, ESCREVER E CONTAR NAS VILAS DE ÍNDIOS DA BAHIA: ESCRIVÃES-DIRETORES COMO AGENTES DE LETRAMENTO INDÍGENA

Pedro Daniel dos Santos Souza
Universidade do Estado da Bahia
pdan.uneb@gmail.com

No âmbito das reformas promovidas pela Coroa portuguesa na segunda metade do século XVIII, o Diretório, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário – conhecido simplesmente como Diretório pombalino ou Diretório dos índios – instituiu uma política de gestão das línguas na América que previa a proibição do uso das línguas indígenas e, em particular, da chamada língua geral, como um dos principais instrumentos para “civilização” dos ameríndios. Embora formado, em 1757, para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, a partir de 1758, o Diretório direciona-se à outra colônia portuguesa na América, o Estado do Brasil, até finalmente suas disposições serem revogadas por meio da Carta Régia de 12 de maio de 1798. Na aplicação do Diretório ao Estado do Brasil, o Parecer de 17 de maio de 1759, exarado pelo Tribunal Especial do Conselho Ultramarino que se instalou na Capitania da Bahia, desempenhou um papel central, na medida em que direcionou as funções de Diretor de índios, cargo criado pelo Diretório, para os escrivães das Câmaras dos aldeamentos indígenas elevados a vilas. Sem deixar de lado a política de tutela prevista na reforma, essa alteração tornou os escrivães-diretores agentes de letramento indígena, responsáveis por ensinar a ler, escrever e contar aos meninos e meninas. Na presente comunicação, discute-se a atuação dos escrivães-diretores que administraram as vilas de índios criadas nas Capitâncias de Ilhéus e de Porto Seguro, espaços que passaram a fazer parte da Comarca da Bahia, além de compartilharem uma história social linguística em que o contato entre colonizadores e populações indígenas durou por mais tempo em relação à Capitania da Bahia, sede do Vice-Reinado e Governo até 1763. Partindo da análise de documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), busca-se compreender a atuação e importância desses escrivães-diretores, abrindo caminhos de interpretação sobre a construção das vilas de índios e suas implicações linguísticas, a partir do mapeamento do cumprimento das orientações do Diretório quanto à abertura de escolas públicas e, em caso positivo, à sua extensão, assim como até que ponto estavam ou não generalizadas, o papel que desempenharam na eliminação de línguas e culturas e se cumpriram o objetivo de ensinar a ler e a escrever.

FONTES DOCUMENTAIS PARA UMA HISTÓRIA DA LÍNGUA BRASÍLICA DA NAÇÃO KIRIRI: HISTÓRIA, DOCUMENTAÇÃO LINGUÍSTICA E LÉXICO

Débora Cruz Fonseca
Universidade do Estado da Bahia, PIBIC/CNPq
deboracruzfonseca80@gmail.com

Pedro Daniel dos Santos Souza
Universidade do Estado da Bahia
pdan.uneb@gmail.com

Durante os primeiros séculos da colonização da América portuguesa, a Coroa portuguesa implementou uma política linguística característica: haja vista o interesse na catequização dos povos nativos, os religiosos dedicaram-se à aprendizagem e à sistematização de suas línguas. Assim, no século XVII, no contexto da expansão dos domínios coloniais para o interior, o denominado “sertão”, os membros da Companhia de Jesus entram em contato, dentre muitos outros povos, com os Kiriri, que têm sua língua, o Kipeá, documentada e sistematizada em duas obras: o “Catecismo da Doutrina Christã na Língua Brasilica da Nação Kiriri” (1698) e a “Arte de Grammatica da Língua Brasilica da Nação Kiriri” (1699), ambas do italiano jesuíta Luis Vincencio Mamiani. A par dessa questão, as referidas obras são fontes importantes para aproximações a uma história social linguística da Bahia, nos termos de Mattos e Silva (1998), na medida em que testemunham a emergência, a circulação e os usos de uma língua geral, da família

Kiriri, no sertão baiano dos séculos XVII e XVIII. Não obstante o interesse inicial nas línguas indígenas, a partir do século XVIII, após a lei conhecida como Diretório dos Índios (1758), proíbe-se o ensino das línguas indígenas e das línguas gerais e impõe-se, em seu lugar, o português, delineando um longo processo histórico de glotocídio das línguas autóctones. Atualmente, os povos indígenas, dentre eles os Kiriri, articulam-se na definição de políticas de reavivamento de suas línguas originárias. Portanto, afirma-se a urgência de um projeto de documentação linguística do Kipeá. Inscrevendo-se nas investigações em Linguística Histórica, Lexicografia Histórica e História Social da Cultura Escrita, neste trabalho, apresenta-se uma proposta de edição semidiplomática do Catecismo de Mamiani, que se constitui como um corpus de extrema importância para a coleta e sistematização do léxico do Kipeá. Ademais, a realização desse trabalho funda-se, sobretudo, na necessidade de subsidiar a produção futura de dicionários e outros meios de aprendizagem da língua, contribuindo, assim, para o processo de retomada/despertar linguística/da língua e de (re)existência/resistência do povo Kiriri frente aos processos históricos de silenciamento linguístico e identitário.

NOTÍCIAS SOBRE A “CIVILIZAÇÃO DOS ÍNDIOS” DA ANTIGA CAPITANIA DE PORTO SEGURO (SÉCULO XVIII): EDIÇÃO DE CARTAS E OFÍCIOS DO OUVIDOR JOSÉ XAVIER MACHADO MONTEIRO

Paula Yasmin Coelho Santos
Universidade do Estado da Bahia, PIBIC/CNPq
paulayasmin12@outlook.com

Pedro Daniel dos Santos Souza
Universidade do Estado da Bahia
pdan.uneb@gmail.com

A pesquisa toma como ponto de partida a instalação e consolidação da Ouvidoria de Porto Seguro, conduzida por José Xavier Machado Monteiro, na segunda metade do século XVIII. É durante sua administração que se registram informações mais sistematizadas sobre a implementação do Diretório dos Índios e, especialmente, de sua política linguística nesse território colonial. O estudo apresenta as edições semidiplomáticas e analisa cartas e ofícios enviados pelo Ouvidor às instâncias administrativas do Império português entre 1769 e 1780, a fim de compreender seu papel na execução do projeto de “civilização” das populações indígenas. Esse projeto, que definia uma política linguística para os povos indígenas, estabelecia o ensino obrigatório da língua portuguesa e a abertura de escolas nas vilas recém-criadas, destinadas tanto a meninas quanto a meninos indígenas, como instrumento de integração forçada ao modelo cultural luso. Inserida no quadro teórico da História Social da Cultura Escrita e articulada à História Social Linguística do Brasil, conforme a abordagem proposta por Mattos e Silva (1998), a investigação conecta-se a dois eixos amplos de debate, assim definidos: (i) a relação entre processos de ocupação territorial, transformações demográfico-linguísticas e a manutenção ou perda das línguas, sobretudo as indígenas; e (ii) a reconstituição histórica dos percursos da escolarização e da difusão da escrita no Brasil, com destaque para a atuação e as experiências dos povos indígenas na Bahia setecentista. Haja vista a análise das fontes documentais, pode-se afirmar que, na segunda metade do século XVIII, a atuação de José Xavier Machado Monteiro, segundo Ouvidor da antiga Capitania de Porto Seguro, parece ter sido bastante significativa na almejada civilização dos índios, no âmbito da política indigenista da Coroa portuguesa expressa no Diretório dos Índios, sendo, portanto, um dos principais agentes civilizadores do período.

NOVAS EVIDÊNCIAS DA LÍNGUA GERAL NO SUL DA BAHIA: REVISITANDO A HISTÓRIA LINGUÍSTICA DA REGIÃO A PARTIR DE UM MANUSCRITO DE 1782

Tânia Lobo
UFBA
tanlobo@gmail.com

Ana Sartori
UFBA
anasartorii@hotmail.com

Mirela Dórea
UFBA
mireladorea@hotmail.com

Ao mergulharmos na documentação colonial presente no APEB, em busca de melhor compreender a história social e linguística da Bahia, deparamo-nos com um manuscrito, datado de 1782, que registra o estabelecimento da Povoação da Nova Almada dos Funis, relatando que comporiam a nova povoação: índios guerens, “índios da língua geral dispersos pelo Rio das Contas”, “índios da língua geral de Olivença” e ainda “índios da língua geral de Barcelos”. Trata-se de documento precioso, que nos traz evidências da presença da língua geral entre povos indígenas na Bahia. Os estudos de Rodrigues (1996, 2010) trouxeram relevantes contribuições a respeito da presença da população mameluca no Brasil, evidenciando que seriam esses os principais atores no processo de formação e difusão das chamadas “línguas gerais” de base indígena tupiniquim e tupinambá, e descrevendo sua presença nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte do Brasil. A respeito da região Nordeste, no entanto, o autor considerou que não teria sido uma área propícia à formação de uma população mameluca, nem ao desenvolvimento de línguas gerais de base indígena. Entre linguistas, a presença de língua geral no sul da Bahia já havia sido anunciada por Lobo, Machado Filho e Mattos e Silva (2006), quando foi discutido um documento, localizado por Permínio Ferreira (Lobo, 2001), que traz indícios de sua presença na vila de Olivença. Mott (2010) e Argolo (2015) apresentaram ainda maiores evidências da sua existência mais difundida entre vilas das Capitânicas de Ilhéus e Porto Seguro, que, em meados do século XVIII, passaram a integrar a Capitania da Bahia. O documento aqui analisado atesta não apenas a presença de povos falantes de língua geral na costa baiana, mas também a interação dessa região com o sertão, uma vez que, como está dito no próprio manuscrito, o estabelecimento dessa nova povoação seria útil à conservação da estrada que interligava o Sertão da Ressaca às vilas de Camamu, Maraú, Rio de Contas e Ilhéus, sendo a estrada por onde circularia o gado que alimentaria a população de tais vilas. Documentos como esse revelam como é diversa a história social e linguística do nosso território e como é necessário aprofundar a investigação sobre cada espaço, para melhor compreender o todo. No território hoje denominado ‘Bahia’, apresentam-se, no período colonial, espaços bastante diferenciados: a ‘Cidade da Bahia’ e seu entorno, o litoral ao sul da Bahia e o Sertão baiano, espaço a cuja história linguística se volta aqui a nossa atenção.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 8 - GRANDES EMPREENDIMENTOS ENERGÉTICOS E IMPACTOS EM TERRAS INDÍGENAS: PELO FIM DOS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS E POR UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA, INCLUSIVA E COM RESPEITO AOS POVOS INDÍGENAS, SEUS SABERES E NATUREZA

Coordenação:

Gabriela Fernandes Feliciano Murua (UNEB/APOINME)
Dinamam Tuxá (APOINME/APIB)

Resumo do Simpósio Temático: A Articulação de Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) tem realizado ampla pesquisa com foco no mapeamento de empreendimentos energéticos próximos ou dentro de terras indígenas (TIs). O que já se constatou foi uma grande diversidade e quantidade de empreendimentos de energia em todo território de atuação, dentre usinas hidrelétricas, eólicas, solar fotovoltaica, mineração associada à produção de energia – inclusive nuclear – produção de petróleo e gás natural, termelétricas e linhas de transmissão. É importante destacar que os povos indígenas de regiões não-amazônicas representam cerca de 40% da população originária e vivem em territórios equivalentes a apenas pouco mais de 1% da superfície demarcada no Brasil. Na área da APOINME, existe em torno de 200 TIs sem providência – ou seja que sequer foram iniciados os estudos para suas demarcações – e cerca de 50 que aguardam a conclusão do processo. A vulnerabilidade territorial promove a proliferação de conflitos fundiários, inclusive violentos, o que reforça a necessidade de mapear tais empreendimentos e realizar escutas juntos aos povos para identificar as reais violações sofridas, que são recorrentemente subdimensionadas e/ou invisibilizadas nos estudos previstos pelos licenciamentos ambientais. Esse simpósio temático terá como objetivo congrega trabalhos que reflitam e debatam situações de violações em TIs impactadas por empreendimentos energéticos – com destaque aos vinculados à exploração de Petróleo e Gás e os decorrentes da assim chamada “transição energética”, com ênfase nas hidrelétricas, eólicas e solares.

RISCOS E PRESSÕES SOBRE TERRAS INDÍGENAS: MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS DE PETRÓLEO E GÁS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA APOINME

Dinamam Tuxá
APOINME/APIB
dinamam@gmail.com

Luene Karipuna
APOIANP/COIAB
anikaluene@gmail.com

Gabriela Murua
UNEB
gabrielamurua@uneb.br

A expansão da exploração de petróleo e gás natural no Brasil tem intensificado os conflitos socioambientais que atingem povos indígenas, destacamos, nesse trabalho, as regiões costeiras do Nordeste e Espírito Santo. Um estudo da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) cruzou dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP) com informações sobre Terras Indígenas (TIs), a fim de identificar sobreposições e impactos de empreendimentos energéticos. Foram mapeados 423 empreendimentos de petróleo e gás, sendo 296 em operação e 56 em teste ou desenvolvimento, o que confirma a expansão do setor. Entre as 84 TIs potencialmente afetadas, 65 são costeiras e 44 ainda não tiveram iniciado o processo de demarcação, evidenciando a negligência estatal na proteção desses territórios. A análise do licenciamento ambiental revelou graves lacunas e irregularidades: entre os empreendimentos marítimos, 22 estão com licenças vencidas e 42 sem informações disponíveis; nos terrestres, 164 carecem de dados sobre licenciamento. Relatos de lideranças indígenas apontam restrições de acesso a territórios, aumento da presença de pessoas externas e impactos à saúde física e mental. O derramamento de petróleo de 2019 agravou o quadro, contaminando rios, manguezais e praias, comprometendo a segurança alimentar e econômica de várias aldeias. Conclui-se que a ausência de demarcação e de fiscalização ambiental efetiva intensifica a vulnerabilidade das Terras Indígenas frente à expansão petrolífera. O estudo reafirma a necessidade urgente de garantir os direitos territoriais e ambientais dos povos indígenas.

O POVO WAIMIRI-ATROARI E A HIDRELÉTRICA BALBINA: VIOLAÇÃO TERRITORIAL E PROJETO DE ESTADO NA AMAZÔNIA

Lucas Almeida Figueiredo Ribeiro
Universidade Estadual de Feira de Santana
ribeirolucas1820@gmail.com

O povo Waimiri-Atroari, pertencente à família linguística Karib, ocupa há mais de quatro séculos a região compreendida pelas bacias dos rios Alalaú, Camanaú, Curiaú e o igarapé Santo Antônio do Abonari, em um território contínuo de 2.585.916 hectares entre os estados do Amazonas e Roraima. Historicamente, esse povo manteve seu território fechado, preservando sua cultura, autonomia e ancestralidade, com contatos restritos com não indígenas. No entanto, no século XX, especialmente durante a ditadura civil-militar brasileira, a violação desse território foi incorporada como projeto político de Estado. A construção da BR-174 e, posteriormente, da Usina Hidrelétrica de Balbina, configuraram processos de invasão e de profundas transformações socioespaciais, incluindo o deslocamento compulsório de grupos Waimiri-Atroari da região do Rio Alalaú. Esta comunicação busca analisar os impactos da Hidrelétrica de Balbina sobre o território Waimiri-Atroari, compreendendo-a como parte de um projeto nacional de ocupação da Amazônia baseado em grandes empreendimentos com alto potencial de impacto socioambiental. Portanto, é crível salientar que esse trabalho se enquadra no eixo temático de grandes empreendimentos energéticos e impactos em terras indígenas.

CONTRADIÇÕES DA MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA: HIDRELÉTRICAS E AS VIOLAÇÕES EM TERRAS INDÍGENAS

Alzení de Freitas Tomáz
SABEH/UNEB
alzeni@efa.g12.br

Dinamam Tuxá
APOINME/APIB
dinamam@gmail.com

Gabriela Murua
UNEB
gabrielamurua@uneb.br

A matriz energética brasileira é frequentemente apresentada como uma das mais limpas do mundo, argumento sustentado pela predominância das hidrelétricas, que respondem por 55,3% da eletricidade produzida no país. Contudo, essa narrativa contrasta com o histórico de impactos socioambientais gerados por tais empreendimentos em Terras Indígenas (TIs). Um estudo conduzido pela Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) analisou a sobreposição entre hidrelétricas e territórios indígenas na região, revelando que 177 TIs podem ser afetadas por empreendimentos situados nas mesmas mesobacias hidrográficas. Ao todo, foram identificadas 316 hidrelétricas em operação e 306 em fase de planejamento, com maior concentração em Minas Gerais e Bahia. Com o objetivo de aprofundar a análise dos impactos, a APOINME realizou um estudo sobre o Rio São Francisco, um dos principais eixos hidrelétricos do país. Na bacia do rio, há 77 hidrelétricas em operação e outras 80 planejadas, incidindo sobre territórios onde vivem ao menos 90 povos indígenas distribuídos ao longo dos 2.700 km que atravessam cinco estados. A investigação também examinou os oito empreendimentos da CHESF na região, observando violações recorrentes, como negação de impactos, descumprimento de condicionantes ambientais e invisibilização dos povos indígenas. Dentre os impactos identificados destacam-se o alagamento de áreas sagradas, perda de biodiversidade, escassez hídrica, insegurança alimentar e deslocamentos forçados, estimados em cerca de 150 mil pessoas ao longo do São Francisco. O estudo evidencia a fragilidade das políticas de controle estatal e a insuficiência dos mecanismos de proteção territorial. Conclui-se que a suposta “energia limpa” brasileira está permeada por contradições, marcada pela violação de direitos indígenas e pelo não cumprimento da Convenção 169 da OIT. Defende-se, assim, o reconhecimento da natureza como sujeito de direitos, o fortalecimento da mobilização indígena e a participação plena dos povos nos processos decisórios que afetam seus corpos-territórios.

O DESMONTE DAS PROTEÇÕES AMBIENTAIS NO BRASIL: IMPACTOS EM POVOS INDÍGENAS E BIODIVERSIDADE

Ricardo S. Magalhães
Universidade Federal da Bahia – UFBA
ricardosmagalhaes@gmail.com

Maria Conceição L. Amazonas

Luisa Maria Diele-Viegas

O presente trabalho analisa os efeitos do Projeto de Lei 2159/2021, que promove mudanças estruturais na política ambiental brasileira, eliminando mecanismos de licenciamento e de consulta prévia a povos indígenas. A introdução do referido marco legal acarreta riscos socioambientais severos, favorecendo a expansão de empreendimentos de mineração, agronegócio, exploração de petróleo e construção de grandes obras de infraestrutura, com impactos diretos sobre territórios tradicionais e áreas de alta relevância ecológica. A análise desenvolvida demonstra como tais medidas intensificam a vulnerabilidade das comunidades indígenas, ao mesmo tempo em que aceleram processos de desmatamento, perda de biodiversidade e emissão de carbono, agravando a crise climática global. Casos como os relacionados a barragens, ferrovias e leilões de blocos de petróleo ilustram a contradição entre a retórica de desenvolvimento sustentável e a prática de um modelo extrativista que ameaça a integridade socioambiental do país. Conclui-se que a aprovação e implementação dessas medidas representam um retrocesso civilizatório, comprometendo tanto a justiça social quanto a estabilidade ecológica da Amazônia e de outros biomas brasileiros. Ressalta-se a necessidade de fortalecer a resistência indígena e científica para assegurar alternativas de desenvolvimento baseadas em justiça socioambiental e na preservação da vida.

ENERGIA RENOVÁVEL E DESCARBONIZAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL: DESAFIOS DA ENERGIA EÓLICA NO BRASIL E DO LÍCIO NA ARGENTINA

Andrea Suárez
Universidade Federal do Ceará
16fabianasuar@gmail.com

Edson Vicente da Silva
Universidade Federal do Ceará e do Maranhão (UFC/UFMA)
cacaueara@gmail.com

Financiamento: CAPES/COOPBRASS Edital n. 5 de 2019, Proc. 88881.368924/2019-01

A aceleração da transição energética global intensificou a pressão territorial sobre regiões ricas em recursos estratégicos, especialmente na América do Sul. Nesse contexto, os povos indígenas enfrentam novas formas de intervenção estatal e corporativa que reconfiguram usos do território, direitos coletivos e dinâmicas de governança socioambiental. Este trabalho analisa como projetos extrativos — particularmente a mineração de lítio e a geração eólica— incidem sobre territorialidades indígenas na Argentina e no Brasil, identificando tensões entre modelos de desenvolvimento baseados em energias “verdes” e os marcos normativos que reconhecem direitos à consulta prévia, autodeterminação e participação efetiva. Metodologicamente, utilizase uma abordagem comparativa que triangula análise documental, entrevistas com representantes comunitários e revisão de marcos regulatórios relacionados ao licenciamento ambiental, acesso à informação e consulta prévia. São examinados dois estudos de caso: o Projeto Fénix (Catamarca, Argentina) e o Parque Eólico do Cumbe (Ceará, Brasil), representativos das transformações territoriais derivadas da expansão energética. A análise apoia-se em referenciais de justiça ambiental, justiça energética e green grabbing. Os resultados evidenciam lacunas críticas na implementação da participação indígena, opacidade na produção de informação socioambiental, deslocamento de práticas produtivas, afetação de bens comuns e processos de apropriação territorial justificados por discursos de sustentabilidade. O estudo contribui com uma leitura crítica sobre as contradições da transição energética em territórios indígenas e propõe diretrizes para avançar em modelos que garantam equidade, transparência e autodeterminação.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 9 - SABERES ANCESTRAIS INDÍGENAS E EPISTEMOLOGIAS DECOLONIAIS: DIÁLOGOS ENTRE CIÊNCIA TRADICIONAL E TECNOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS

Coordenação:

Rosilene Dias Montenegro (UFCG)

Resumo do Simpósio Temático: Este simpósio temático propõe investigar as intersecções entre os saberes ancestrais dos povos indígenas e as epistemologias científicas contemporâneas, questionando as hierarquias coloniais do conhecimento que historicamente marginalizaram as ciências tradicionais indígenas. A partir de uma perspectiva decolonial, busca-se compreender como os conhecimentos ancestrais sobre medicina, agricultura, astronomia, engenharia ecológica e tecnologias sustentáveis podem contribuir para a construção de novos paradigmas científicos mais inclusivos e ecologicamente responsáveis. O simpósio visa também analisar criticamente o imaginário colonial que ainda permeia as representações dos povos indígenas na ciência ocidental, perpetuando estereótipos que os retratam como "primitivos" ou "pré-científicos", quando na realidade são portadores de sofisticados sistemas de conhecimento desenvolvidos ao longo de milênios. Através de diálogos interdisciplinares entre pesquisadores indígenas e não-indígenas, antropólogos, historiadores, cientistas e educadores, pretende-se evidenciar como os saberes tradicionais podem oferecer soluções inovadoras para os desafios contemporâneos, desde a crise climática até o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis. O simpósio acolherá trabalhos que abordem experiências de educação intercultural científica, processos de documentação e revitalização de conhecimentos tradicionais, análises sobre a apropriação indevida de saberes indígenas pela ciência ocidental, e propostas de metodologias colaborativas que reconheçam a legitimidade epistemológica dos sistemas de conhecimento indígenas. Espera-se contribuir para a descolonização da ciência e para o fortalecimento de diálogos respeitosos entre diferentes formas de conhecer e compreender o mundo.

MODELO EXPLICATIVO PARA A COMPREENSÃO DOS ENVENENAMENTOS OFÍDICOS E SEU TRATAMENTO PELOS CUIDADORES INDÍGENAS DO ALTO RIO NEGRO

Gian Carlos Cruz Pereira

Universidade do Estado do Amazonas/Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor Vieira Dourado
gianccp.enf@gmail.com

Os acidentes ofídicos representam um grave problema de saúde pública nas regiões tropicais, afetando especialmente populações indígenas e comunidades remotas com acesso limitado aos serviços de saúde. Na Amazônia brasileira, esses eventos são frequentes e revelam tensões entre os saberes biomédicos e os sistemas tradicionais de cuidado. Este estudo teve como objetivo construir um modelo explicativo sobre os envenenamentos por serpentes e seus tratamentos, a partir da perspectiva dos cuidadores indígenas do Alto Rio Negro. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e explicativo, realizada com especialistas indígenas reconhecidos por seus saberes e práticas terapêuticas. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, e a análise será conduzida com base na abordagem temática indutiva. A construção do modelo explicativo seguirá cinco etapas: (1) identificação das categorias empíricas sobre etiologia, sintomas, tratamento e prevenção; (2) organização dos dados por eixos constitutivos; (3) elaboração de um esquema preliminar; (4) validação teórica com a literatura antropológica e em saúde; e (5) refinamento e representação final do modelo. Espera-se que os resultados contribuam para o fortalecimento do diálogo intercultural entre os saberes indígenas e o sistema de saúde, subsidiando políticas públicas mais sensíveis, seguras e territorializadas no enfrentamento dos envenenamentos ofídicos.

RESISTENCIA DOS WAHĀRI DIHPUTIRU PORĀ – POVO DESANA DO ALTO RIO NEGRO E A PRÁTICA DA MEDICINA INDIGENA

Deusimar Cruz Sarmento Fernandes

Casa de Oswaldo Cruz
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde
uahocruz32@gmail.com

Este trabalho é parte de um estudo que ajudará a analisar o processo de conflitos e, apagamentos de identidade cultural dos povos do Alto Rio Negro. Pretende-se especificamente investigar e analisar as formas de resistência e

existência dos conhecimentos tradicionais, a medicina indígena – bahsesé, como era e como é nos dias de hoje a prática de cura, de cuidado da pessoa (corpo), quem fazia e como acontecia. O estudo pretende situar no processo de revitalização e recuperação das tradições do movimento indígena no Alto Rio Negro, analisando como se sucede o resgate desses conhecimentos da medicina indígena dentro dos territórios em parceria com a educação e saúde pública da região. Falar de conhecimentos tradicionais, saberes, ancestralidade, cosmologia dos povos indígenas do Alto Rio Negro, requer aprofundamentos específicos sobre os 23 povos existentes e conhecer as suas particularidades sobre o processo de suas histórias e origens. O povo ʘmuri mahsã – denominado de povo desana é uma desta 23 etnias do Alto Rio Negro, incluindo arapaso, baniwa, bará, barasana, baré, dow, hupda, karapanã, kotiria, kubeo, kuripaku, makuna, mirity-tapuia, nadob, pira-tapuya, siriano, tariana, tukano, tuyuka, werekena, yanomami e yuhupde. A região habitada por estes povos está localizada no noroeste do Estado do Amazonas, conhecida como Cabeça do Cachorro e abrange três municípios: Barcelos, Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira. O município de São Gabriel da Cachoeira tem 93,17% (IBGE, 2022) da população declarados indígenas, somando aproximadamente 48 mil habitantes. Em geral, os indígenas desta região são bilingues ou trilingues. A maioria das etnias falam idiomas pertencentes a três famílias linguísticas, sendo elas Aruak, Maku e Tukano. Diante do contexto apresentado da Região do alto Rio Negro, esta pesquisa está direcionada para compreender o processo de resistência destes saberes e promover diálogo entre a ciência acadêmica com e as ciências tradicionais buscando caminhos de fortalecimento dos povos indígenas do alto Rio Negro, de modo particular dos Wahãri dihputiro porã do povo desana. Nessa perspectiva de analisar estas práticas que este estudo valoriza as alternativas de medicina indígena e saberes: os bahsesé e os remédios tradicionais. Existem já na região algumas e poucas iniciativas de incentivo, como inclusão dos pajés nos Distritos Sanitários Indígenas, porém, não responde à realidade. A diversidade étnica e a localização geográfica são uma das maiores dificuldades quando se trata nesses benefícios públicos.

O CURRÍCULO DE CIÊNCIAS DA PARAÍBA PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: UMA ANÁLISE À LUZ DA PERSPECTIVA FREIREANA E DECOLONIAL

Gemerson Farias Roque da Costa
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
farias.roque.084@ufrn.edu.br

Marcília Elis Barcellos

Flávia Polati Ferreira

Geralmente os conteúdos de ciências propostos nos currículos escolares apresentam uma ciência positivista e autoritária, permeada por cientistas estereotipados e exemplos oriundos da Europa, acabando assim por perpetuar a colonização do saber através desses materiais nas escolas. Os conhecimentos tradicionais das comunidades indígenas, por sua vez, ainda pouco tem espaço nessa estrutura de colonização do saber presente nos currículos. Dessa forma, o presente trabalho analisa como a Proposta Curricular do Estado da Paraíba para o Ensino de Ciências nos anos finais (6º ao 9º ano), um documento construído de forma colaborativa desde 2018 a partir da BNCC, propõe os conceitos de ciências. Essa análise será feita à luz das ideias do educador brasileiro Paulo Freire e de autores da educação decolonial. Utilizando a Análise Textual Discursiva (Moraes e Galiazzi 2016), nossa pesquisa busca desvelar o currículo oculto e analisar como os conceitos de ciências da natureza são propostos para a Educação Escolar Indígena. A análise evidencia uma proposta geral, que se afasta do ensino tradicional ao adotar o "letramento científico" como eixo central. A proposta valoriza a História da Ciência para desmistificar a Natureza da Ciência (NdC), contextualizando o saber como uma "construção humana", o que demonstra uma aproximação com correntes críticas contemporâneas e uma visão de ciência contextualizada e social, e não meramente empirista. Contudo, esta investigação, fundamentada nas Epistemologias do Sul e na decolonialidade, inspirada em autores como Mignolo, identifica uma lacuna crítica que expõe a permanência de uma matriz colonial. O documento principal, ao tratar das modalidades, explicitamente posterga a abordagem da Educação Indígena, relegando-a para um "documento específico" (e futuro), ainda "em processo de construção". Concluímos que essa ausência não é neutra, mas sim uma decisão curricular que representa uma fratura epistemológica. Ao não integrar os saberes indígenas e suas cosmologias no corpo central da proposta de Ciências, o currículo subalterniza esses conhecimentos. O documento, embora avançado em sua teoria geral, mantém uma lógica de abstração universalista que, na prática, falha em promover a equidade epistemológica e a interculturalidade crítica. Esta omissão invisibiliza saberes que são fundamentais para os estudantes indígenas e não-indígenas no estado, perpetuando uma ciência que ignora outras formas de conhecer.

O ENSINO DE GEOGRAFIA NA PERSPECTIVA INDÍGENA

Ednajara Pesca de Jesus Deocleciano
UNEB
ednaeducar@hotmail.com

Tatiane Queiroz
UNEB
tatiqpdosantos@gmail.com

Valderez Francisco da Silva
UNEB
valderez2008@hotmail.com

O material paradidático “Cartilha de orientação para o ensino de Geografia na perspectiva indígena” foi produzida coletivamente pela turma da Pedagogia Intercultural Indígena (PIEI 2020), no componente Metodologia do Ensino de Geografia na Perspectiva Intercultural, sob orientação da professora Gisele Chagas Costa. O material expressa uma concepção de ensino que integra saberes científicos e conhecimentos tradicionais, reconhecendo o território como elemento central da identidade, memória e práticas socioculturais dos povos originários. Nessa perspectiva, o ensino de Geografia tem como objetivos valorizar os conhecimentos ancestrais, ampliar a compreensão das dinâmicas espaciais e territoriais e desenvolver consciência crítica sobre questões ambientais, políticas e socioterritoriais. A proposta metodológica privilegia a interculturalidade, a oralidade, a pesquisa de campo, o diálogo com anciãos, o mapeamento participativo e a observação da paisagem, articulando teoria e experiência. As atividades descritas — estudos de ervas medicinais, levantamentos da fauna e flora, análises de rios, caminhadas de reconhecimento territorial, simulações de júri popular e investigações sobre modos de vida tradicionais — revelam a importância da aprendizagem situada e da construção coletiva do conhecimento. Os resultados evidenciam fortalecimento identitário, ampliação da relação dos estudantes com o território, consciência ampliada sobre direitos indígenas e desenvolvimento de competências investigativas, argumentativas e socioambientais. Assim, o ensino de Geografia orientado por uma abordagem intercultural constitui-se como prática formativa essencial para a preservação dos saberes, territórios e cosmologias indígenas.

CONHECIMENTOS ANCESTRAIS TUYUKA: MEDICINA, SAÚDE E CIÊNCIAS INDÍGENAS

Poani Rogério Marinho Lemos
rmarinho131@gmail.com

O tema proposto é importante para a preservação e valorização da cultura Tuyuka, um dos povos indígenas da Amazonia, que é rica e diversa. Apresenta relevância para a sociedade, na compreensão da cultura indígena pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O estudo aprofundado pode contribuir para o desenvolvimento de conhecimentos sobre a cultura indígena e sua relação com as ciências. A temática pode ajudar a fortalecer a identidade cultural das comunidades indígenas do Alto Rio Negro e promover a autoestima dos indígenas pesquisadores. Como também pode promover o diálogo intercultural e a compreensão entre diferentes culturas das diversas regiões. O tema também propõe a contribuir para a preservação do patrimônio cultural indígena e sua transmissão para as gerações futuras. Dar uma relevância para a educação indígena e a educação intercultural. Assim também o tema pode contribuir para o desenvolvimento de novas perspectivas e abordagens científicas, que é o objetivo desta proposta de pesquisa e sua relevância para a sociedade e a academia. O Kumu Tuyuka e suas práticas de bahsese se fundamenta nos seus conhecimentos recebidos e confiados pelos seus formadores Kumuã mais adultos e experientes. É importante saber dessa parte, porque o Kumu ele não atua sozinho, por conta dele. Ele age conforme os ensinamentos e orientações dos seus formadores. De certa forma, ele recebe a aprovação de outros Kumuã mais experientes e mais conhecedores, que transmitem a “tradição intelectual” Tuyuka.

SEYRO MOROTÍ: COSMOLOGIA, CURA E DECOLONIALIDADE

Kellen Natalice Vilharva
UNICAMP
kellnatalice@outlook.com

João Ernesto de Carvalho

Islândia Maria Carvalho de Sousa
Fiocruz Pernambuco

Financiamento Inova Indígena Fiocruz

Introdução: A etnofarmacologia, ao estudar plantas medicinais utilizadas por povos indígenas, frequentemente desconsidera o contexto espiritual, cosmológico e territorial que fundamenta esses usos. Entre os Guarani Kaiowá, o Seyro Moroti (*Cedrela fissilis* Vell.) é uma árvore sagrada presente em rituais, práticas de cura, processos de formação de jovens e organização espiritual do território, o que evidencia a insuficiência de modelos científicos que isolam compostos químicos sem reconhecer epistemologias tradicionais e seus sentidos mais profundos. **Desenvolvimento:** A análise crítica apresentada parte da comparação entre estudos laboratoriais sobre o cedro e seu papel dentro da cosmologia Guarani Kaiowá, demonstrando que a literatura científica descreve atividades biológicas, mas não considera sua natureza espiritual nem sua presença obrigatória em importantes rituais como mitã karai, kunumi pepy e kuña koty. O trabalho discute a limitação da ciência ocidental em validar saberes que envolvem relações espirituais, modos de existência e vínculos com o território, mostrando que o conhecimento não pode ser reduzido a experimentos descontextualizados. Destaca-se a necessidade de metodologias colaborativas com lideranças, rezadores, mulheres guardiãs do saber e mestres tradicionais para garantir registros fiéis, éticos e culturalmente adequados. O trabalho enfatiza a importância da devolutiva às comunidades e do reconhecimento da autoria indígena, considerando que muitos conhecimentos permanecem apenas na memória dos mais velhos. **Conclusões:** Conclui-se que a etnofarmacologia precisa adotar uma abordagem decolonial que integre dimensões espirituais, cosmológicas, históricas e territoriais ao estudo das plantas, reconhecendo que o conhecimento Guarani Kaiowá não pode ser reduzido a parâmetros laboratoriais. A articulação entre ciência e saberes tradicionais fortalece a preservação dos conhecimentos ancestrais, amplia as possibilidades de inovação e contribui para práticas científicas mais éticas, contextualizadas e coerentes com as realidades dos povos indígenas. Essa integração transforma não apenas a forma de pesquisar, mas também a própria compreensão de cura, território e vida. Trata-se de um avanço indispensável para que a ciência do futuro seja ética, situada e capaz de reconhecer a potência dos mundos indígenas.

POHA NANA: COMPREENDENDO O ESTUDO DE USO DAS PLANTAS MEDICINAIS PELOS NANDERU E NANDESY GUARANI E KAIOWA

Islândia Maria Carvalho de Sousa
UNICAMP
islandia.sousa@fiocruz.br

Kellen Natalice Vilharva
Fiocruz Pernambuco

Lucia Pereira

Financiamento Inova Indígena Fiocruz

A experiência de observação do uso das plantas medicinais entre os Guarani e Kaiowá, tem evidenciado um repertório terapêutico sofisticado que engloba um sistema de conhecimento que articula corpo, espírito, território e relações, não se trata de um “uso empírico” simples, como muitas vezes é reduzido no olhar ocidental. Cada planta é conhecida não só por suas propriedades físicas, mas pelo modo como se inscreve na vida das pessoas, na cosmologia e na dinâmica da comunidade. O uso de uma planta se dá entre o encontro de dois seres: a planta e quem está utilizando, não se trata de um princípio ativo, mas um ser vivo. Em vez de impor um protocolo rígido, os Guarani e Kaiowá incentivam a auto-observação: a pessoa é orientada a perceber sutis modificações no corpo, na mente e no ânimo. Essa auto-observação não é um detalhe secundário, mas um exercício de atenção que reforça a autonomia da pessoa no processo de cura, ao mesmo tempo em que retroalimenta o conhecimento coletivo sobre a planta. A máxima “nem toda planta serve para todas as pessoas em todas as condições” assim no uso de muitas plantas é preciso considerar se sua ação é considerada “forte” e se a pessoa, naquele momento, não está fraca demais para suportar o efeito. Esse discernimento mostra que a terapêutica indígena não se baseia numa equivalência mecânica (sintoma X planta Y), mas em uma avaliação fina das condições do organismo, da história recente de adoecimento e da própria força vital do indivíduo. O que, em um corpo forte, pode ser remédio, em um corpo debilitado pode tornar-se agressão. Compreender esses pilares é fundamental para não reduzir o conhecimento indígena a um conjunto de “receitas

naturais”, reconhecendo-o, ao contrário, como um sistema complexo de saber e cuidado, em que ciência, ética e espiritualidade caminham juntas.

TÍTULO NÃO INFORMADO

Mario Felix Irineu - Tikuna/Magüta
irineumario.ufrrj@gmail.com

Este estudo tem como objetivo de analisar os saberes do povo Magüta e suas transformações, e como esse povo continue fortalecendo sua identidade e realidade em meio aos impactos históricos e sociais, introduzido pela contemporaneidade. A complexidade dos estudos envolve sobre a manutenção de suas tradições ancestrais quanto na incorporação seletiva de elementos não indígenas, requer uma análise atentamente para compreensão da resistência cultural do povo Tikuna, diante da complexas culturais. Para alcançar os objetivos desta pesquisa, se baseia na descrição densa de Clifford Geertz (1926-2008) e na abordagem de João Pacheco de Oliveira (2022), que reconhece os indígenas como protagonistas de sua própria realidade. O trabalho também incorpora a perspectiva de Darcy Ribeiro (1977), sobre a legitimidade da presença indígena, na sociedade nacional. Trata-se de uma pesquisa etnográfica, qualitativa, cuja análise dos estudos bibliográficos, pesquisa de campo e aplicação de entrevista na escola, igreja, família da comunidade indígena Filadélfia, localizada em terra demarcada Santo Antônio, município de Benjamin Constant, Amazonas. As adaptações de vida contemporânea entre o povo Tikuna, principalmente no que diz respeito ao contato com a sociedade não indígena, têm provocado um lado, o isolamento e enfraquecimento de aspectos de sua tradição cultural, e por outro embora também existam movimentos de resistência e valorização da cultura, com usos de novas tecnológicos.

SABERES ANCESTRAIS E PRÁTICAS DE CURA: O PAPEL DAS PLANTAS MEDICINAIS ENTRE AS MULHERES GUARANI KAIOWÁ

Aparecida Benites
kaiowacida3@gmail.com

Lucia Pereira
lucia.kaiowa@gmail.com
Fiocruz Pernambuco

Financiamento Inova Indígena Fiocruz

O projeto apresenta o uso das plantas medicinais pelas mulheres Guarani Kaiowá do território Guapo'y (Amambai). O conhecimento sobre as ervas é um saber ancestral transmitido pelas ñandesy, que recebem formação para identificar doenças, selecionar as plantas adequadas e realizar a reza “ñembo'e”, elemento essencial para a eficácia do tratamento. Desde cedo, as ñandesy mulheres indígenas são preparadas para exercer o dom da cura, dominando o manejo das plantas e os cantos sagrados. Refletindo que a floresta constitui sua principal farmácia, oferecendo recursos para diversas enfermidades. Contudo, o uso correto das plantas exige profunda compreensão de suas propriedades e funções terapêuticas dentro do território e fora dela.

A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO ENTRE INDÍGENAS E NÃO INDÍGENAS NA CONSTRUÇÃO DE MATERIAIS PARA A SAÚDE INDÍGENA YANOMAMI E YE'KWANA

Marciane Rocha
Universidade Federal de Minas Gerais
marciyekwana@gmail.com

Yasmin de Oliveira Aguiar

Érica Dumont Pena

Introdução: No horizonte da construção de materiais e métodos para a saúde indígena, exercício multiprofissional e interdisciplinar, o diálogo entre saberes indígenas e não indígenas aparece como um dilema a ser pensado. A

articulação desses universos distintos demanda o que podemos caracterizar como diálogos cosmopolíticos, contidos nas formulações de oficinas, vídeos, materiais informativos e técnicos focados na promoção sensível e adequada de saúde. Para avançar nesse ponto, o encontro entre indígenas e não indígenas necessita ser pautado no respeito e consideração às especificidades culturais, epidemiológicas e operacionais da população indígena específica. Desenvolvimento: Este trabalho foi descrito a duas mãos por uma indígena mulher Ye'kwana, Marciane Rocha, e uma não indígena, Yasmin de Oliveira Aguiar, envolvidas no projeto “Redes de Cuidado na Terra Indígena Yanomami”, o qual articula atividades de ensino, pesquisa e extensão com os povos Yanomami e Ye'kwana, com o objetivo de fortalecer o cuidado materno e infantil na floresta, especialmente no pré-natal, parto e pós-parto. O tema central abordado, neste trabalho, é a importância do diálogo intercultural e complementar para a construção de materiais de saúde à população indígena Yanomami e Ye'kwana. Este diálogo impacta também na qualidade e profundidade da trajetória acadêmica em que as duas se encontram e se encontraram. Principais resultados/conclusões: Sendo assim o projeto é importante porque valoriza nossos modos de vida e fortalece as mulheres Yanomami e Ye'kwana. Esse trabalho trata da construção de conexões entre diferentes saberes tradicionais e mundos, e eu, Marciane Rocha, me coloco aqui como parte dessas redes e com pensamento voltados à vida do nosso povo e todos que cuidam da Terra. E eu, Yasmin de Oliveira Aguiar contribuo para garantirmos juntas, práticas de cuidado alinhadas às necessidades, valores e cosmologias dos povos da floresta.

O PROGRAMA “ENTRE PARENTAS”: MULHERES INDÍGENAS E A INTERSECÇÃO ENTRE ANCESTRALIDADE, CLIMA E CIÊNCIA

Alicia Silva Uchôa Correia
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB)
aliciauchoatcc@gmail.com

O trabalho aborda a relação entre mudanças climáticas e educação no contexto de uma experiência formativa com mulheres indígenas no sul da Amazônia brasileira, observando as possibilidades e limites do diálogo intercientífico com atenção às relações que geram esses processos formativos e os ambientes de aprendizagem dentro da agenda climática. Desde a colonização no século XVI, as relações intercientíficas entre povos indígenas e colonizadores foram fundamentais para a sobrevivência e continuidade dos europeus no que veio se tornar o Brasil. Entretanto, eram relações desiguais, marcadas por deslegitimação e expropriação das ciências indígenas pelos europeus. No século XXI, a colonialidade do pensamento ainda se mantém, mas as relações entre ciências apresentaram avanços, marcados principalmente pela luta indígena por proteção, preservação e legitimação de suas ciências. No que tange à ciência produzida por mulheres indígenas, existe ainda o agravante da desigualdade de gênero. Do patriarcado ancestral ao machismo da atualidade, as indígenas vêm traçando seus caminhos de resistência e protagonismo dentro e fora dos territórios. A relação da mulher indígena com a terra/natureza é singular, muito ligada à questão da alimentação e cuidado familiar e comunitário. Dessa forma, são profundas conhecedoras das dinâmicas da natureza e, por consequência, das mudanças climáticas. Embora já exista uma literatura acadêmica e uma produção por parte de diferentes organizações sobre povos indígenas e mudanças climáticas, ainda são poucos os trabalhos nesses dois domínios que tratam especificamente da relação entre mulheres indígenas e o clima. Ainda é pequena também a participação de mulheres na produção de pesquisas participativas conduzidas pelas organizações sobre o assunto. Logo, essa pesquisa buscou suprir essa lacuna ao focalizar uma experiência integralmente centrada na contribuição de mulheres para compreender e atuar nesses novos cenários climáticos. O programa formativo “Entre Parentas”, desenvolvido pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), em parceria com organizações indígenas da região, vem desenvolvendo junto às mulheres indígenas de diferentes povos e comunidades uma experiência educativa para produção científica sobre mudanças climáticas nos moldes dos territórios e das práticas das mulheres indígenas participantes. O objetivo é construir uma ponte intercientífica baseada em diálogos objetivos e igualitários capaz de gerar soluções para a crise climática.

Trabalho desenvolvido sob orientação do Prof. Dr. Alessandro Roberto de Oliveira, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília (FE/UnB).

CORPO-TERRITÓRIO DAS LIDERANÇAS DE MULHERES KOKAMA: UM OLHAR SOBRE A SAÚDE E AMBIENTE DAS MULHERES INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANO

Cristina Gonçalves Rodrigues
PPGSC/UEA
cristinagr.enf@gmail.com

Este estudo aborda temáticas intrínsecas à vida das mulheres indígenas, como é o caso da saúde e ambiente em contexto urbano, pela perspectiva singular das lideranças de mulheres Kokama. Essa interligação busca compreender a relação dessas temáticas com seus corpos territórios na cidade de Manaus, capital com maior concentração indígena em todo o país. A pesquisa parte de um contexto marcado pela crescente migração indígena para áreas urbanas, impulsionada por fatores socioeconômicos e por expectativas de acesso a direitos básicos. No entanto, essas populações enfrentam múltiplas barreiras, como racismo institucional, precariedade de moradia e invisibilidade nas políticas públicas. As mulheres indígenas do povo Kokama têm assumido papel de destaque na resistência política e cultural, construindo formas próprias de organização e reivindicando acesso a políticas de saúde e ambiente mais inclusivas e sensíveis às suas realidades. A pesquisa é guiada pelo conceito de corpo-território, compreendido como espaço de resistência, ancestralidade e produção de saberes, refletindo a inseparabilidade entre corpo, território e identidade coletiva. O estudo tem como objetivo geral compreender a relação entre o corpo-território das lideranças de mulheres Kokama e os desafios sobre o processo saúde-doença e ambiente da mulher indígena no contexto urbano. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, com abordagem narrativa, fundamentada em perspectivas decoloniais e na horizontalidade entre pesquisadora e participantes. A construção dos dados baseia-se em entrevistas individuais e oficinas, envolvendo lideranças Kokama das seis zonas administrativas da capital amazonense. A seleção das participantes se dá através da técnica de amostragem bola de neve, iniciando pela articulação com a Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (COPIME). A pesquisa é relevante por contribuir com o reconhecimento do protagonismo feminino indígena na construção de políticas públicas, saúde coletiva e justiça ambiental, articulando saberes tradicionais e demandas contemporâneas. Além disso, insere-se em uma agenda global alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente os de igualdade de gênero e enfrentamento das mudanças climáticas, ampliando o debate sobre direitos indígenas em territórios urbanos.

QUILOMBO COMO COSMOTÉCNICA: TECNODIVERSIDADE E CONTRACOLONIALIDADE EM YUK HUI E NÊGO BISPO

Ícaro Araújo Teixeira Honório
Universidade Federal do Piauí
araujoicar06@gmail.com

A “virada ontológica”, descrita como momento no qual cosmologias diferentes das estabelecidas pelo naturalismo passaram à centralidade das discussões, possibilitou novas comunicações com saberes cada vez mais radicalmente diversos. Nesse contexto, Yuk Hui propõe uma nova forma de colocar o debate, agora o foco é direcionado à técnica, como unificação entre cosmos e moral, ou seja, cosmotécnica. Para apreensão desse conceito, entretanto, é necessário destacar seu caráter eminentemente diverso e local. Comunidades tradicionais, nesse sentido, apresentam, cada uma a seu modo, formas específicas de articular técnica, cosmologia e moralidade. No caso das comunidades quilombolas, especialmente na Caatinga piauiense, o politeísmo dos afroconfluentes engaja um sistema técnico em torno da arquitetura e da agricultura que tem como fundamento cosmologias ancestrais profundamente diferentes do monoteísmo eurocristão. O presente trabalho, assim, responde como é possível pensar, a partir das contribuições de Yuk Hui e Antônio Bispo dos Santos, Nêgo Bispo, as relações entre cosmologia e cosmotécnica nas comunidades quilombolas. Para tanto, o excuro conceitual é realizado em três momentos. Primeiramente, são analisados os conceitos de tecnodiversidade e localidade com o objetivo de expor a importância de se repensar o caráter dito universal da técnica. Em um segundo momento, são desenvolvidos os conceitos de confluência e biointeração, tais como apresentados por Nêgo Bispo, com o objetivo de mapear de que modo são compreendidas as relações entre humanos, não-humanos e ambiente nas cosmologias quilombolas. Por fim, são discutidas, a partir dos aportes conceituais elaborados por Nêgo Bispo, arquitetura e agricultura quilombolas desde um ponto de vista cosmotécnico. Para o desenvolvimento do trabalho, é utilizada como metodologia de pesquisa a análise conceitual por meio de revisão bibliográfica. O estudo é concluído, desse modo, no sentido de instigar desobediências epistêmicas voltadas para a dimensão técnica das cosmologias quilombolas. A pesquisa, nesse sentido, se enquadra no eixo temático de saberes ancestrais indígenas e epistemologias decoloniais, uma vez que apresenta o contato crítico entre cosmotécnica e cosmopolítica no enquadramento iniciado com o Antropoceno.

CERÂMICA TRADICIONAL NA AMAZÔNIA: INTERSEÇÕES ENTRE HISTÓRIA, CULTURA, TECNOLOGIAS ANCESTRAIS E CIÊNCIAS

Samuel Antonio Silva do Rosario
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)
samuel.rosario@ifpa.edu.br

Este trabalho investigou a integração entre saberes tradicionais e científicos na produção de cerâmica artesanal na Amazônia, com foco etnográfico na comunidade de origem indígena Vila Cuera, em Bragança, Pará, Brasil. A pesquisa foi conduzida por meio de revisão bibliográfica, estudos arqueológicos, observação participante, entrevistas com artesãos e registros fotográficos e audiovisuais. As análises revelaram que as etapas de coleta da argila, extração do caraipé, preparação da massa, modelagem e queima mobilizam princípios da termodinâmica, transformações químicas e proporcionalidade geométrica. Constatou-se que esses conhecimentos correspondem a sistemas tradicionais complexos, associados aos campos da Etnofísica, Etnomatemática e Etnoquímica, evidenciando formas próprias de interpretação e manipulação dos fenômenos naturais. Os resultados demonstraram que as práticas ceramistas articulam racionalidades técnicas ancestrais que dialogam diretamente com conceitos científicos contemporâneos. Essa convergência indicou que a cerâmica amazônica constitui um espaço privilegiado de produção e transmissão de conhecimentos, preservados e aperfeiçoados por gerações. Concluiu-se que reconhecer e valorizar esses saberes na educação em ciências amplia a compreensão dos processos naturais, fortalece a educação intercultural e promove uma prática pedagógica mais sensível às epistemologias indígenas e à diversidade cultural.

PSICOLOGIA DO ESPORTE INDÍGENA: A INDIANIDADE DA ESPORTIVIDADE E PRÁTICAS CORPORAIS NOS TERRITÓRIOS

Fabio José Cardias Gomes
Universidade Federal do Maranhão
fabio.cardias@ufma.br

Este trabalho objetiva relacionar, pensar e aprofundar estudos sobre a área da Psicologia do Esporte em relação com as práticas corporais indígenas dentro dos Territórios. Para este estudo, faço uma relação da Psicologia com o trabalho pioneiro de Vianna (2001) desde o diálogo com o campo da Antropologia do Esporte, para pensar a indianidade no esporte ou a esportividade indígena, os Jogos Indígenas Brasileiros e Mundiais e o Etnoesporte. Metodologia. Qualitativa, bibliográfica, exploratória e descritiva, tomando-se estudos gerais da Psicologia do Esporte e o já citado trabalho de Vianna. Também me sirvo da minha experiência de 12 anos no campo da etnografia nos territórios Timbira do Maranhão, Pará e Tocantins, ou seja, na Amazônia Oriental e Cerrado da região tocantina. Resultados. Foram estudados os três domínios que Vianna aponta como os principais quando se observa esporte e povos indígenas, ou seja: 1) a representação nacional que os povos indígenas tem no imaginário brasileiro como nobres guerreiros, primeiros brasileiros, selvagens e seus jogos como condição de esportistas; 2) a repercussão dos Jogos Indígenas nas grandes cidades como iniciativa importante do Ministério do Esporte na difusão dos jogos tradicionais e esportes modernos com o futebol, para a sociedade brasileira e mundial; 3) o significado para os próprios povos sobre os seus jogos ancestrais e os esportes modernos nas aldeias e fora dela, na cidade e não só no campo rural das comunidades. Retiro, reflito e discusso sobre alguns aspectos psicológicos dessas premissas e a partir das vivências nas aldeias, amplio a discussão sobre as premissas iniciais do antropólogo. Conclusão. É necessário aprofundar as dimensões atuais que não estavam explícitas no momento político do trabalho de Vianna, como: a construção do corpo no território como instrumento de defesa do mesmo, a utilização da mídia digital indígena como ferramenta importante na sua difusão, registro e comunicações interétnicas e com a sociedade atual e o crescimento dos festivais esportivos indígenas dentro de vários territórios pelo Brasil.

O CORPO QUE É TERRITÓRIO: SABERES E COSMOCIÊNCIAS INDÍGENAS

Paulo Jean Pereira Alves
paulo.jean@ifgoiano.edu.br

O corpo é uma construção histórica, social e cultural, constituindo-se também como objeto de saber. As representações do corpo expressam representações da pessoa e estão inseridas nas cosmologias das diferentes comunidades humanas. É por meio do corpo que aprendemos, percebemos o mundo e nos comunicamos; ele estabelece a ligação entre a consciência e a totalidade, sendo o local em que as emoções são sentidas e expressadas.

Ao considerar o conjunto de construções corporais, percebe-se que o etnocentrismo branco produziu codificações corporais dominantes baseadas em sua própria estrutura de funcionamento. O corpo adequado à reprodução capitalista, tanto em termos culturais quanto nas relações de trabalho, segue padrões de existência hegemônicos. No contexto indígena, porém, o corpo carrega significados próprios, ausentes na formação das subjetividades não indígenas. A luta dos povos indígena pelo território expressa uma dimensão existencial: trata-se também da defesa de seus corpos. A concepção de corpo-território inaugura um novo paradigma sobre a relação com a terra, entendendo o território como uma existência coletiva. Assim, o corpo, enquanto território, carrega as historicidades de um corpo coletivo, e o território, enquanto corpo, permite uma percepção integral da natureza e dos seres vivos nela presentes. Este trabalho tem como objetivo compreender, por meio de uma revisão da literatura, as significações sociais atribuídas ao corpo no âmbito das cosmociências indígenas. A partir das reflexões teóricas produzidas à luz dos conhecimentos indígenas, reconhecer o corpo indígena como território simbólico e concreto implica romper com as lógicas coloniais que historicamente o violentaram. A centralidade do “corpo indígena”, articulada à coletividade, ao território e à natureza, desafia os paradigmas ocidentais que fragmentam o corpo, a mente e o ambiente. Essa perspectiva cosmológica evidencia as violências do modelo capitalista e aponta para outras formas de existir, sentir, ser, viver e educar, fundadas na reciprocidade, na ancestralidade e na conexão com a terra.

CUIDAR DA TERRA, APRENDER COM ELA: SABERES ANCESTRAIS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO E A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS CONTEMPORÂNEOS EM PERSPECTIVA DECOLONIAL

Thelma Chiarelli Cerri
Universidade Federal do Espírito Santo - PPGEED/UFES/CEUNES
thelma.cerri@edu.ufes.br

João Henrique de Oliveira Brito Brito
Universidade Federal do Espírito Santo - PPGEED/UFES/CEUNES
joão.h.brito@edu.ufes.br

Lady Diana Souto Campos de São José
diana.itaunas@gmail.com

A presente proposta consiste em um desdobramento da pesquisa em andamento “Por uma educação pluriépistêmica: literatura indígena e formação de educadoras(es) na perspectiva decolonial”, a ser defendida no Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (PPGEB/UFES). Na Escola Municipal de Educação Integral do Campo “Francisco José Mattedi”, situada em São Gabriel da Palha, norte do Espírito Santo, desenvolve-se atividades voltadas a práticas rurais, porém, de maneira superficial, colonizada, sem refletir sobre as origens dessas práticas ou sua importância para a qualidade de vida das pessoas. Ao produzir seu próprio alimento nas aulas de Ciências Agropecuárias, os estudantes desenvolvem uma prática ancestral, capaz de estimular as pessoas a buscarem alimentos limpos, saudáveis, livres de agrotóxicos promovendo autonomia ao produtor. Krenak (2019), afirma que a modernização é excludente, que tira das pessoas o direito da plena vivência de sua existência, pois desloca populações tradicionais de seus territórios e os condiciona a viver as margens da sociedade, rompendo laços comunitários e espirituais com a terra, com a memória coletiva e com as tradições. O autor alerta que não temos necessidade de 90% das coisas que consumimos. Ressalta a importância de repensarmos a maneira como nos relacionamos com o mundo, compreendendo-nos não como superiores à natureza, mas como parte dela. O presente trabalho propõe valorizar os conhecimentos pluriépistêmicos existentes na escola, incentivar a pesquisa sobre as origens das práticas desenvolvidas e estimular seu aprofundamento com experiências fundamentadas nos saberes ancestrais indígenas, por meio do qual é possível construir conhecimentos contemporâneos, combater o consumismo e a alienação produzida por ele. Produzir o próprio alimento, cuidar-se com plantas medicinais, sentir-se parte da terra é considerar o “Futuro Ancestral”(Krenak, 2022). Parte-se da compreensão de que cuidar da Terra e aprender com ela envolve reconhecer a centralidade das cosmologias, modos de vida e relações de cuidado presentes nas tradições indígenas e tão necessárias na atualidade. Ao dialogar esses saberes com as necessidades e desafios atuais, busca-se fortalecer processos educativos que valorizem a ancestralidade, rompam com epistemologias coloniais e contribuam para uma formação crítica e sustentável.

CONFLUÊNCIAS ENTRE SABERES INDÍGENAS DA OKA KATUANA E NIARA DO SOL, KARIRI XOCÕ NO SER-FAZER-CUIDADO ANCESTRAL COM CRIANÇAS PEQUENAS

Tatiana de Freitas Ordonhes de Mello

UNIRIO
tatiana.mello@gmail.com

Isis Flora Santos
UNIRIO
isisflora76@gmail.com

Este trabalho é fruto das aproximações de duas pesquisas de doutorado que desejam compreender a dimensão do cuidado ancestral, entre educadoras indígenas, crianças e demais seres do cosmos. Os Territórios vivenciados são a creche indígena Oka Katuana, localizada em Olivença/Ilhéus/Bahia, e a Creche Municipal Estácio de Sá e seus arredores, no Centro do Rio de Janeiro, que vem recebendo os ensinamentos da indígena Niara do Sol. O processo colonial e escravocrata, vivido em terras brasileiras, violentou e tentou impor aos povos indígenas, formas de habitar o território baseadas em um sistema de extração e consumo da natureza, que concebida como insumo, foi sendo apropriada em uma lógica de mercantilização pró capital. A Educação formal, por sua vez, é atravessada por esta lógica que tenta separar os humanos da Mãe Terra. Nos objetivos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil, o cuidado se apresenta em uma perspectiva antropológica, adultocêntrica, triste e instrumental. Educados em outras lógicas, os povos indígenas com os quais temos dialogado, insistem em práticas de ritualização da vida enraizadas na Terra, em comunhão com as potências de alegria que expressam crianças, educadoras, plantas, chuva, terra, animais e os ancestrais/encantados. As observações trazidas neste recorte, portanto, ajustam o foco nas experiências e nas relações que ocorrem em ambientes abertos, como praças públicas, praias, hortas e de mata, apostando nos desejos expressos pelas crianças e educadoras, de se manterem conectadas ao cosmos, em vivências que se dão em liberdade. Os saberes que brotam nos fazeres coletivos das educadoras indígenas, seja na pesca, nos plantios ou nas “invocações” com o uso do Maracá, não separam o cuidado com os corpos humanos, dos corpos outros que humanos. Nesta conexão com o Território, as crianças se sentem fortalecidas, confiam e passam a confluir com os adultos as ações de cuidar. Nestes modos de habitar os territórios, os humanos cuidam, as plantas cuidam, a terra cuida. Niara nos convida a pensar que se queremos cuidar do planeta, precisamos aprender a cuidar de nós mesmos, pois somos corpo, mente e espírito. Afastando-se de nós mesmos, sem cuidar do que comemos, das práticas de massagens e banhos, dos ritos nos cantos e danças, nos afastamos da nossa espiritualidade e adoecemos. Concluímos que cuidar dos nossos corpos e das crianças é cuidar da Terra e cuidar da Terra é cuidar das crianças e de nossos corpos.

PLATAFORMA LIVRE NAÇÃO YUXIBU

Débora Abdalla Santos
Universidade Federal da Bahia
abdalla@ufba.br

Os povos indígenas têm demonstrado uma incrível capacidade de apropriação criativa das tecnologias digitais, transformando ferramentas modernas em aliadas na luta por reconhecimento e visibilidade. Essas tecnologias têm sido usadas para fortalecer redes de apoio, divulgar suas histórias e culturas para além de suas comunidades e documentar suas práticas e saberes ancestrais. Contudo, o uso dessas ferramentas também traz desafios, como o acesso desigual à infraestrutura digital e a necessidade de proteger suas informações e conhecimentos tradicionais da exploração indevida. A soberania digital é um passo essencial para que os povos indígenas mantenham o controle sobre suas informações e narrativas, reduzindo a dependência de sistemas que podem explorar ou invisibilizar suas vozes. O projeto Plataforma Livre Nação Yuxibu consiste no desenvolvimento de uma plataforma online, na modalidade software livre, cujo propósito é apoiar, por meio de tecnologias digitais, indígenas das etnias da Floresta Amazônica, em especial os Huni Kuin, no movimento de compartilhamento da cosmovisão de seu povo em relação a forma de viver humana e dos direitos da natureza. O projeto avançou em áreas importantes, especialmente no que diz respeito à definição de uma base técnica sólida. Adotamos uma metodologia de design semi-participativo para construção de uma solução de design de interfaces e interação onde a responsabilidade de codificar e dispor os signos dessa interface é compartilhada entre os usuários dessa plataforma sob a perspectiva da semi-participação. Em um contexto social dominado pela plataformação do viver humano, a Plataforma Livre Nação Yuxibu, ao ser desenvolvida como software livre, com servidor de dados próprio, para fins específicos, traz um importante resultado em mostrar como é possível uma outra forma de uso das tecnologias digitais, onde a autonomia se faz presente.

MAPAS DE SENTIDO: UMA PRÁXIS PEDAGÓGICA E COSMOPOLÍTICA INDÍGENA PARA DESCOLONIZAR OLHARES SOBRE A AMAZÔNIA

Marcos Paulo Torres Pereira
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP

Marlene da Conceição Trajano
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP
profmarlenesociologia@gmail.com

O presente trabalho apresenta a proposta pedagógica Mapas de Sentido, desenvolvida no ensino de Sociologia da Amazônia, com foco nas epistemologias e cosmopolíticas indígenas. A práxis busca descolonizar imaginários e questionar representações coloniais que historicamente reduziram a Amazônia a espaço exótico ou de atraso, apagando a complexidade histórica, simbólica e espiritual dos povos originários. Ancorada na Lei 11.645/2008, na pedagogia decolonial e na interculturalidade crítica, a proposta integra cosmogonias, narrativas orais e conhecimentos indígenas ao currículo escolar, valorizando modos próprios de conhecer e existir. A experiência, realizada em uma escola pública de Macapá (AP), evidenciou resultados significativos, como o fortalecimento da identidade e do pertencimento indígena entre os estudantes, maior sensibilidade quanto às cosmologias originárias e uma ampliação da percepção crítica sobre o impacto das narrativas coloniais na construção da Amazônia. Observou-se também o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais relacionadas ao respeito intercultural, à escuta ativa e ao reconhecimento dos povos indígenas como produtores de ciência, tecnologia e pensamento complexo. Como conclusão, o trabalho demonstra que práticas educativas fundamentadas em saberes indígenas são capazes de romper com a hegemonia epistemológica eurocêntrica, promover a resistência epistêmica e ampliar horizontes cognitivos dos estudantes, reposicionando a Amazônia como território de saberes vivos, agência política e contínua invenção de mundos. Assim, Mapas de Sentido se consolida como uma práxis pedagógica e cosmopolítica indígena que contribui para uma sociologia descolonizadora e para a construção de uma educação crítica, plural e pluriepistêmica. A experiência demonstra que as cosmologias originárias, longe de pertencerem ao passado, oferecem ferramentas críticas para repensar o uso da tecnologia, a relação com o território e a responsabilidade ética perante o mundo. Ao promover diálogos entre ciência tradicional e práticas pedagógicas atuais, a práxis evidencia que as epistemologias indígenas são tecnologias de vida, de cura e de convivência. Assim, o trabalho contribui para o fortalecimento de abordagens educativas que integram ciência, ancestralidade e inovação, alinhando-se plenamente à proposta do Simpósio: Saberes ancestrais indígenas e epistemologias decoloniais: diálogo entre ciência tradicional e tecnologias contemporâneas.

A GRAMÁTICA DA MANDIOCA COMO TEMA TRANSVERSAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ESCOLAS INDÍGENAS E NÃO INDÍGENAS: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA DECORRENTE DO PROJETO MUSEU COMUNITÁRIO E EXPOSIÇÃO ITINERANTE MANDIOCA 10 MIL ANOS E MUITAS HISTÓRIAS

Francisco Alfredo Moraes Guimarães
Universidade do Estado da Bahia- UNEB
fguimarães@uneb.br

Este artigo apresenta uma proposta pedagógica interdisciplinar vinculada ao projeto "Museu Comunitário e Exposição Itinerante Mandioca 10 Mil Anos e Muitas Histórias", fundamentada no conceito "gramática da mandioca" como um tema transversal para ser integrado ao currículo da educação básica em escolas indígenas e não indígenas, tendo a etnociência como fundamento, integrando conhecimentos universais com saberes tradicionais de povo indígenas, assegurando que a educação valorize histórias e visões de mundo em uma perspectiva intercultural, em conformidade com a Política Nacional de Educação Escolar Indígena nos Territórios Etnoeducacionais (PNEEI-TEE) e a Lei 11.645/2008. Através de metodologias ativas que articulam História, Química, Biologia e Geografia, a proposta visa possibilitar ao estudante uma compreensão da cultura da mandioca como um complexo sistema de conhecimento que integra um intenso processo de manejo inteligente da biodiversidade e que emergiu não apenas como fonte de sustento, mas um verdadeiro idioma agrícola e alimentar, tecido através de modos refinados de observação, experimentação e transmissão oral de saberes, composto por tecnologias e técnicas que permitiram transformar uma planta naturalmente tóxica em um precioso alimento. Isso eleva o conhecimento tradicional de povos indígenas, frequentemente menosprezado, ao estatuto de epistemologia. A perspectiva decolonial que fundamenta esta proposta questiona hierarquias epistêmicas estabelecidas pelo colonialismo e propõe a desconstrução de visões eurocêntricas na educação, o que está em consonância com a proposta do ST9, "Saberes Ancestrais Indígenas e Epistemologias Decoloniais: Diálogos Entre Ciência Tradicional e Tecnologias Contemporâneas".

SIMPÓSIO TEMÁTICO 11 - OS SENTIDOS DA LINGUAGEM: VOZES, CORPOS E TERRITÓRIOS DE SIGNIFICAÇÃO

Coordenação:

Márcia Vieira da Silva (UnB)
Viviane de Melo Resende (UnB)

Resumo do Simpósio Temático: A linguagem, em suas múltiplas expressões, é mais do que um instrumento de comunicação ela é memória, território e identidade. Ao longo da história, diferentes campos do conhecimento buscaram compreender seus sentidos, mas é no diálogo entre culturas, tempos, e epistemologias que ela revela toda a sua potência. Ela pulsa no corpo, habita o silêncio, se inscreve no gesto e ecoa na voz. Este simpósio temático propõe diálogo e reflexão sobre a linguagem em suas múltiplas formas e dimensões: oral, escrita, gestual, visual, sonora e simbólica. A proposta é reunir comunicações orais que abordem a linguagem como fenômeno vivo, capaz de transmitir saberes, construir identidades, resistir a apagamentos e criar novos horizontes de sentido. Partindo de perspectivas interculturais e interdisciplinares, o simpósio convida a explorar os modos como a linguagem se inscreve no corpo, no território e na memória coletiva, abrindo caminhos para uma compreensão mais ampla, crítica e sensível do seu papel no mundo contemporâneo. Os eixos temáticos propostos incluem: Linguagem como Memória e Território; Corpo e Sentidos na Linguagem; Linguagem, Resistência e Poder; Interculturalidade e Multimodalidade em estudos de linguagem; Cosmologias e perspectivas não eurocentradas sobre linguagem; Linguagem como ponte entre o humano e outras formas de vida. O Simpósio está vinculado ao INCT Caleidoscópio.

D. TEREZA KARIRI: A RETOMADA DA MATRIARCA INDÍGENA QUE LEVANTOU A NAÇÃO KARIRI NO CEARÁ - O PARENTESCO COMO RESISTÊNCIA

Ana Cristina da Costa Alves Kariri
UFRJ
accristi@gmail.com

As mulheres indígenas são as guardiãs dos saberes ancestrais, um legado que séculos de colonização não conseguiu eliminar. Na perspectiva da demarcação de território pela narrativa, como afirma Sandra BENITES (2023), as mulheres indígenas são o maior acervo de histórias, hábitos, ritualísticas, cuidados comunitários, pois é em seus corpos-territórios que se encontra a memória ancestral e o sagrado. Diante disto, é possível fazer uma cartografia das resistências indígenas a partir do matriarcado, pois conduz um “processo de amadurecimento espiritual do pertencimento indígena”, como diz minha parenta Lidiane da Conceição Alves da etnia Cariú Kariri, pela força da retomada, que a partir dela “nossos desejos coletivos voltam a se alinhar como projetos históricos, com o objetivo de continuar a aprender e reelaborar nossas ancestralidades, histórias, saberes, espiritualidades, encantarias, etc.” (ALVES, p.23). A matriarca da nação Kariri em Crateús-Ce é Dona Tereza Kariri, pioneira ao se autodeclarar indígena em 1988, com a provocação da missionária da Associação Missão Tremembé Maria Amélia Leite. Este trabalho parte desse chamado ancestral da matriarca Kariri, às artes verbais no conceito de NODARI (2024), consequentemente a sua etnogênese, a sua performatividade. A matriarca Roquelina Alves Rodrigues passa a ser D. Tereza Kariri, a retomada constitui a presença de sua ancestral agora referenciada como nação Kariri, o eu-tradicional que NODARI (2024:46) postula como parentesco, pois “não é um outro, mas um “eu” que se diz e se faz (dizendo) outro, um dizer eu que é um aparentar-se a outro.” Seu lugar de primeira pessoa toma forma plural, transrepresentativo e transreferencial. Sua atuação enquanto pesquisadora, guardiã dos saberes, como pajé, como referência da resistência indígena no estado do Ceará, como mulher originária em defesa do corpo-território e especificamente da nação Kariri. A partir de suas andanças em busca de suas raízes, todo seu processo de retomada foi impulsionadora também das outras etnias que compõem hoje a Aldeia Maratoã, onde viveu a maior parte de sua vida. Portanto, seguimos as trilhas da matriarca, pelas suas metodologias de resistência do corpo-território (BENITES, 2019; NUNEZ, 2023) e do parentesco no conceito de NODARI (2024), de SANTOS (2019) e de HARAWAY(2023). A pesquisa da qual se refere este trabalho ainda está em curso.

CANTOS DA ALMA: A LINGUAGEM EM YUXIN, DE ANA MIRANDA.

Lêssa Cristina Viana Kirch
Professora Efetiva da Educação Municipal de Boa Vista-RR
lessa.cristinav@gmail.com

Em Yuxin: Alma (2009), da autora Ana Miranda, conta a história de Yarina, narradora personagem, sob as memórias ancestrais de seu povo, está à espera de seu esposo Xumani. A narrativa inicia em 1919 em uma região indígena do Acre, próximo à fronteira da Bolívia. O romance de tem uma linguagem singular, própria da autora, na qual é tecido por urdiduras, bem construído, submerso na floresta amazônica, com interlíngua entre os sons da natureza, o canto dos pássaros, que materializa o ambiente na própria estrutura verbal, os pensamentos da personagem e o eco de sua memória ancestral, de forma que a linguagem indígena, através da tradição oral, não descreve a cultura indígena, e sim a performa. No momento da leitura, é possível o leitor se tornar companhia para ela, mais uma alma para acompanhar a personagem e sua esperança ao retorno de Xumani. O contato com a natureza, o ambiente de sua aldeia e as impressões da rotina dos pássaros, tanto sobre a natureza quanto o questionamento a respeito das almas, que Yarina faz, hibridizam a linguagem do romance por meio de onomatopeias que tece o romance e envolve o leitor à natureza, como se estivessem presentes no ambiente da personagem vivenciando o que ela conta, o que ela vê e o que canta. Por meio da narrativa, é possível perceber a interlíngua se formando. Ela vê o pássaro e narra sua relação com ele, imita o som que ele faz, o que este representa na natureza ao mesmo tempo em que oraliza a história. Essa linguagem híbrida, mestiça, sensorial, reúne elementos do português, ritmos da fala indígena, estrutura sintática não convencionais e marcas sonoras da floresta. Dessa forma, a interlíngua representa a consciência sensorial e espiritual da protagonista indígena, visto que, simultaneamente, o pensamento ocidental e a oralidade da tradição ancestral nativa são marcados pelo seu próprio ritmo interior, marcado por repetições, pausas e ritmos musicais, cujos sons da natureza podem ser considerados sons descritivos como elementos estruturantes da narrativa.

TRANSMISSÃO DE SABERES E ORALIDADE: O CINEMA COMO ESTRATÉGIA DE CONTINUIDADE DO CONHECIMENTO TRADICIONAL

Gabriela Silva Monteiro Fulni-ô
UFRPE
feane.lab@gmail.com

A tradição da oralidade está presente na cultura de diversos povos originários habitantes do território brasileiro, a fala continua sendo a principal tecnologia de transmissão de saberes, pois carrega consigo a capacidade de compartilhar histórias, medicinas e cosmopercepções, possibilitando a manutenção de conhecimentos que foram subalternizados por um senso de legitimidade colonial. Paralelamente, a transmissão de conhecimentos tradicionais é realizada pelos troncos-velhos do povo, anciões que são detentores de profundos conhecimentos complexos e tradicionais, que dialogam com saberes do povo e da terra. A linguagem é potência no que tange a memória, como visto em Davi Kopenawa (2015, p. 75), quando afirma que não aprendeu a pensar as coisas da floresta fixando os olhos em “peles de papel”, assim, indígenas teriam uma relação mais forte com palavras ditas e repetidas, do que escritas e esquecidas por não estarem sendo lidas constantemente. No caminho de criar outras leituras, as mesmas armas utilizadas para oprimir são apropriadas e utilizadas como resposta, estratégia de defesa e continuidade. Observa-se a obra audiovisual afim de compreender como os elementos visuais podem contribuir para contextualização e leitura interpretativa dos filmes, colaborando com o processo de ensino-aprendizagem da língua nativa e de conhecimentos tradicionais. Criar linguagem a partir de meios de comunicação contemporâneos possibilita registros que atravessem tempo/espço e contribuem para o fortalecimento de línguas indígenas, como o Yaathé – língua materna do povo Fulni-ô/PE. Usando como principal referência a produção audiovisual, este projeto tem a intenção de entender como tecnologias de comunicação atuais podem contribuir para o fortalecimento da identidade Fulni-ô, utilizando-se da tradição da oralidade como base para fundamentação de conhecimentos culturais. O curta-metragem “Txhleka - Fale Comigo”, do diretor Hugo Fulni-ô, foi produzido pelo Coletivo Fulni-ô de Cinema, construiu a narrativa fílmica a partir da análise de temáticas como ancestralidade, conhecimento tradicional e espiritualidade. Tendo como referência teóricos como Leda Maria Martins (2021), Édouard Glissant (2005), Levy (1994), Oyěwùmí (2002) e Davi Kopenawa (2015), busca-se compreender como os elementos visuais podem contribuir para a leitura interpretativa dos filmes e colaborar com o processo de ensino-aprendizagem deste povo a partir da oralidade e dos sinais de autoridade presentes nas falas de Txhleka, homem idoso, portador de grande conhecimento da cultura tradicional.

PURY DE FAVELA: INDÍGENA DE CONTEXTO URBANO. PROBLEMÁTICAS E IMPLICAÇÕES SOBRE O AUTORRECONHECIMENTO.

Cintia Ferreira Cintra (Petan Chimán Puky)
UNIRIO/CAPES
cintialuandoartedu@gmail.com.

Introdução: A partir dos eventos histórico-sociais que marcaram o início do séc XIX, o eixo Rio de Janeiro-Minas Gerais; o histórico de ataques aos povos indígenas da região, entre eles, os Pury; motivados pelo interesse no território. Através do processo de mestiçagem – forçada ou não, do uso de mão-de-obra indígena-Pury escravizada nas produções cafeeiras. Após muita resistência ao genocídio, o silenciamento pairou sobre a etnia, chegando a ser dada como extinta. É inerente, que seus descendentes, despossuídos de terra e poder, empardecidos, ao migrarem para os centros urbanos, habitassem as periferias, favelas e subúrbios. Marginalizados e invisibilizados, receberam a pobreza como herança e perderam língua e costumes. No entanto, no Censo de 2010, o número de indígenas da etnia era de 675. E em 2022, o número subiu para 1290. Muitos são de contexto urbano, outros estão em zonas rurais. **Processos de ressurgência/retomada. Desenvolvimento:** A partir do meu recorte: indígena de contexto urbano - com uma diferença óbvia em relação aos indígenas aldeados, pois naturalmente, exige-se um comportamento ético e de bom senso em relação ao uso do lugar de fala – o que faço questão de frisar sempre. E a partir das vivências e partilhas como integrante desde 2017 do Movimento de Ressurgência Puri (fundado em 2014, na Aldeia Maracanã/RJ) e da minha trajetória enquanto Pury autodeclarada (Teresópolis-RJ/Território-Favela). Como artista da cena e acadêmica; eu venho experimentando criar performances-solo em territórios diversos, para a afirmação desse corpo - Pury, o direito ao sangue, ainda que mestiça. Exemplo, com uma placa: - “Cadê o Pury que vivia aqui?” - caminho por trilhos de trem históricos, matas, favelas; instigando conversas onde descubro outros Pury, pois ainda estamos vivos, compartilhamos narrativas familiares (como, meus ancestrais Pury, vieram de Carangola/MG). Em uma ação contracolonial (Serra dos Órgãos/RJ), cuja pedagogia é da ancestralidade. **Principais resultados:** O reconhecimento dos Pury hoje, como o ocorrido em Teresópolis com algumas publicações em trabalhos contemplados pela Lei Aldir Blanc (2023); o retorno às práticas de comer e medicar do mato, na favela.

O AMANHÃ NÃO ESTÁ À VENDA: CONTRIBUIÇÕES DISCURSIVAS DECOLONIAIS E INTERSECCIONAIS DE AILTON KRENAK EM LINGUAGEM E SOCIEDADE PARA OS ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO

Priscilla Araujo de Figueiredo Freitas
Universidade de Brasília
pfigueiredo@gmail.com

Este artigo é um recorte do projeto de pesquisa de mestrado da autora, vinculado ao programa de pós-graduação em linguística da Universidade de Brasília. Um projeto autoral que tem como objetivo analisar as contribuições discursivas decoloniais e interseccionais do líder indígena Ailton Krenak para os Estudos Críticos do Discurso (ECD). A partir da relação entre linguagem e sociedade em perspectivas onto-epistemológicas não hegemônicas, essa pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter crítico-documental, fundamentada na Análise do Discurso Crítica, conversando com teorias decoloniais e interseccionais. O corpus do estudo é constituído pela obra *O amanhã não está à venda* (2020), obra em que o autor nos alerta sobre nossa relação com o consumo e suas consequências. Para além da crítica ao modo capitalista de consumir e da nossa relação com a produção, Krenak orienta a reflexão para o campo do sensível em epistemologias outras. Em articulação com a Análise do Discurso Crítica, este artigo tem como objetivo explorar discursivamente a obra citada de Ailton Krenak e, para isso, as análises serão guiadas pelas categorias analíticas focalizadas na intertextualidade, interdiscursividade, ideologia, poder, identidade, resistência (Fairclough, Vieira e Resende, Thompson; Van Dijk), buscando compreender como os discursos de Krenak tensionam paradigmas eurocêtricos e propõem alternativas contra hegemônicas. A investigação contribuiu para a construção de epistemologias críticas interseccionais e decoloniais a partir dos povos originários e outros povos tradicionais, ampliando o campo dos Estudos Críticos do Discurso (ECD) e fortalecendo perspectivas interdisciplinares no Sul Global. Esse estudo se enquadra no eixo temático: Os sentidos da linguagem: vozes, corpos e territórios de significação (ST11).

LITERATURA INFANTO-JUVENIL INDÍGENA NO ENSINO FUNDAMENTAL I: PROMOÇÃO, VALORIZAÇÃO E RESPEITO À DIVERSIDADE CULTURAL

Maildes Santos Sales
Universidade do Estado da Bahia
sallesmai@yahoo.com

Rosemary Lapa de Oliveira
Universidade do Estado da Bahia
rloliveira@uneb.br

Este texto intitulado “Literatura infanto-juvenil indígena no ensino fundamental I: Promoção, valorização e respeito à diversidade cultural”, teve como pergunta de pesquisa: é possível incentivar a utilização da literatura indígena como meio para o reconhecimento, interação e valorização da diversidade dos povos indígenas, que permita a construção de imagem real e positiva desses povos através da literatura de autores indígenas?. Sendo assim, o objetivo principal foi: discutir o incentivo ao uso da literatura indígena como uma mediação para o reconhecimento, interação e valorização da diversidade dos povos indígenas, que permita a docentes e estudantes construir uma imagem real e positiva desses povos, através da literatura de autores indígenas. Este trabalho consiste em uma pesquisa de cunho qualitativo, do tipo pesquisa-ação e buscou apoio teórico e literário em autores da literatura indígena, tais como Graúna (2009), Munduruku (2017) e Krenak (2015). Também foram abordadas as ideias de Sicsú e Pereira (2021) entre outros. O trabalho buscou contribuir, a partir de uma experiência pedagógica, para a reflexão sobre o ensino das literaturas dos povos indígenas na sala de aula e a formação do leitor multicultural. A inclusão das obras indígenas na escola também significou incluir o diferente no espaço de promoção do conhecimento e na valorização da diversidade. Dessa forma, o outro/diferente e sua produção cultural passam a ser reconhecidos como relevantes. Cabendo ao educador facilitar a expressão do outro, de todos os outros, uma vez que somos todos étnicos e diferentes, com o objetivo de, por meio da literatura, gerar novas formas de manifestação cultural e de respeito pelo outro e, consequentemente, também por nós mesmos. Conclui-se que por meio da oficina pedagógica, uma parte das crianças conheceram o que são os povos indígenas, e o protagonismo através da literatura, colaborando, visivelmente para a formação de leitores multiculturais. Este texto enquadra-se no eixo temático: Os sentidos da linguagem: vozes, corpos, territórios de significação.

AS TRANSPOSIÇÕES POSSÍVEIS ENTRE LINGUAGENS, EXPERIÊNCIAS E MUNDOS

Pamela Damilano dos Santos
Universidade de São Paulo
pamela.damilano.santos@usp.br

Igor Paulo de Souza
Universidade de São Paulo
igorsouza97@usp.br

Partimos de uma perspectiva psicológica e da experiência em pesquisa e também das atividades de extensão da Rede de Atenção à Pessoa Indígena (Rede Indígena), um serviço universitário transdisciplinar situado no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Dentre as diversas frentes de trabalho na Rede Indígena, atuamos na equipe do Núcleo de Atendimento Psicológico a Pessoas Indígenas (NAPPI). Abordaremos uma reflexão sobre como a experiência (da prática clínica, de pesquisa, de ensino), quando em contato com mundos indígenas, figura como um território complexo de transformações incessantes. Constroem-se conjuntamente significações a partir dos mais diversos mundos, e muitos desses mundos partem de cosmologias inteiramente distintas. A prática clínica é um espaço onde os sentidos são convocados para a manifestação linguística, que tomamos aqui para além do puramente verbal, inscrevendo-se no imaginário, no sonho, no corpo, no gesto, no silêncio e no próprio vínculo terapêutico que incorpora e sustenta diversos níveis de comunicação para além do verbal. Essa linguagem ‘encarnada’ constitui um saber vivo, mas que se encontra em tensão dialógica com as demandas da produção científica e da dita ‘linguagem acadêmica’. O desdobramento da nossa reflexão foca na problemática das possibilidades e limites da “tradução” dessa linguagem experiencial encarnada para a linguagem acadêmico-científica. Analisamos como os protocolos de escrita científica tentam capturar a experiência e muitas vezes reduzem sua potência e complexidade. Aquilo que não encontra espaço para se manifestar em seus próprios termos, que figuram outros modos de linguagem, são constrangidos pelas demandas de uma linguagem acadêmica em termos supostamente universais, deixando de fora muito da experiência que não pode ser capturada nos termos da linguagem escrita. Questionamos a suposta

impossibilidade desta tradução, propondo que ela revela, na verdade, os limites epistemológicos da própria ciência em lidar com o sensível. Como conclusão, apontamos para a necessidade de repensar as fronteiras entre pesquisa e clínica, buscando metodologias e formas de escrita que honrem a linguagem da experiência, resistindo à sua colonização pela norma científica e abrindo horizontes para outros modos de produção de conhecimento na psicologia.

HÁ UMA ANCESTRALIDADE INDÍGENA NOS CONTEXTOS SUBJETIVOS E FAMILIARES DE UMA MULHER NEGRA DA/NA ROÇA?: UMA AUTOETNOGRAFIA EM PERCURSO

Ana Maria Anunciação da Silva
Universidade Católica do Salvador (UCSAL)
anamaria.silva@ucsal.edu.br

Elaine Pedreira Rabinovich
Universidade Católica do Salvador (UCSAL)
elainepedreira@gmail.com

Introdução: Este texto resulta de reflexões autoetnográficas sobre as minhas vivências como mulher negra da/na roça. Narro de maneira interdisciplinar como vou me entrançando ao território, a partir do pescar com a família extensa. Desenvolvo o estudo pelo método autoetnográfico, investigo: há uma ancestralidade indígena no meu/nosso corpo-palavra? Assim, 'debulho' breves notas sobre contextos subjetivos e familiares: capturando como na pesca artesanal sabedorias, aproximadas a um sentido de vida, lealdade familiar, resiliência em comunidade. Os principais resultados acenam: ainda um caminhar (des)conhecido por se tratar de uma tese vindoura, mas em companhia representativa de outras existências, que colaborativamente comigo produzem a vida entrançada à terra, às folhagens, aos troncos, às sementes e à resiliência do bioma caatinga; assim, instigada, escrevo sobre o ser mulher negra da/na roça, enraizada no espaço em que piso/pisamos e produzimos, é um cultivo da pertença, nos enredados familiares. Conclusões: é na família o lugar onde se dá minhas primeiras aprendizagens territorializadas; sou/somos herdeira(s) de sabedorias ancestralizadas afro-indígenas? Como pista, apresento o cotidiano de invenções percebidas, um "Pescar a partir de uma imersão nas águas de 'si' mesma".

O BAHSESÉ – ARTE DE CURA PELA PALAVRA DOS POVOS TUKANO, DESSANA E TUYUKA E A CONSTITUIÇÃO DO CORPO PELA PALAVRA EM OFICINAS DE LITERATURA E TEATRO.

Fabiana Serroni Perosa
UNESP CAPES
fabiana.serroni@gmail.com

Esta comunicação apresenta resultados parciais de uma pesquisa que investiga como concepções e metodologias indígenas, especialmente aquelas vinculadas ao bahsesé – arte de cura pela palavra dos povos Tukano, Dessana e Tuyuka – podem transformar estudos de expressão e processos criativos nas artes da cena, ao encará-los como modos de reorganizar as dimensões vitais da pessoa atuadora e dos espaços de vida, pela poesia. O bahsesé é compreendido como uma intervenção no corpo realizada via palavra, acionando sistemas vitais por meio de fórmulas verbais extraídas de narrativas originárias e mobilizadas pelo Kumu (pajé). Nessa cosmopolítica da vocalidade, a palavra opera como "bisturi", reorganizando elementos que constituem o corpo, equalizando potências e atribuindo qualidades à pessoa ou ao coletivo. A partir do diálogo direto com o Kumu e demais integrantes do Bahserikowi – Centro de Medicina Indígena da Amazônia, onde o Bahsesé vem sendo praticado – bem como da análise de depoimentos de participantes de oficinas de literatura e teatro, por nós ministradas, emergiram compreensões que deslocam noções ocidentais de corpo, voz e presença cênica. Os interlocutores destacam que a experiência com o bahsesé evidencia dimensões imateriais da vocalidade, nas quais palavra e mundo se coengendram, produzindo mudanças perceptivas, emocionais e corporais na pessoa atuadora. Assim, a pesquisa propõe a reconfiguração do estatuto semântico e operativo da palavra em oficinas de literatura e teatro, compreendendo-a não apenas como veículo de comunicação, mas como agente vital, capaz de constituir corporalidades e intervir no real. Ao aproximar práticas artísticas e medicina indígena, o trabalho aponta para a construção de metodologias cênicas interculturais que reconhecem a palavra como força de ação direta no mundo.

HISTÓRIAS QUE MINHA VÓ NÃO ME CONTOU: A LITERATURA INDÍGENA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Vatuze Conceição Servilha
UFRB / Instituto Federal Baiano
vcservilha@gmail.com.

Fabício Lyrio Santos
UFRB

A pesquisa aborda a Literatura Indígena Brasileira Contemporânea como linguagem viva que articula memória, corpo e território, atuando como ferramenta de aprendizagem nas aulas de História. A partir de inquietações docentes no contexto da escola pública e da implementação da Lei 11.645/2008, o estudo examina como textualidades indígenas, movidas pela oralidade, pela cosmologia ancestral e pela multimodalidade discursiva, transformam a percepção dos estudantes sobre os povos originários e seus lugares na história do Brasil. O desenvolvimento do trabalho evidencia que essa literatura opera como espaço de resistência, afirmação identitária e reexistência, inscrevendo outras epistemologias no cotidiano escolar e tensionando imaginários produzidos pelo colonialismo. Ao aproximar narrativas indígenas do currículo, o estudo observa que novos horizontes de sentido emergem, possibilitando o rompimento de estereótipos, o reconhecimento da diversidade sociocultural e a ampliação do repertório sensível dos estudantes. Conclui-se que a literatura indígena, ao mobilizar voz, gesto, território e ancestralidade, constitui poderosa estratégia pedagógica intercultural, capaz de fortalecer práticas antirracistas, promover leituras complexas do mundo e afirmar a linguagem como campo de construção de identidades, diálogo e pertencimento. A obra de autores como Daniel Munduruku, Márcia Kambéba, Graça Graúna, Kaká Werá, Edson Kayapó, Julie Dorrico e Olívio Jekupé demonstra que a palavra indígena carrega corporeidades, memórias e cosmologias que desafiam paradigmas coloniais e instauram formas plurais de ver e sentir o mundo. Suas textualidades ampliam o repertório dos estudantes ao articular oralidade, ancestralidade e território. No espaço escolar, essas vozes geram deslocamentos afetivos e cognitivos, desconstruem hierarquias raciais e tensionam imaginários marcados pelo epistemicídio. Assim, a literatura indígena se afirma como experiência formativa que promove escuta sensível, reconhecimento da diferença e interculturalidade crítica.

POR MODOS OUTROS DE SER E (RE) EXISTIR: A CAIXA DE RESSONÂNCIA COMO UM RECURSO PEDAGÓGICO DECOLONIAL

Marielle de Arruda Ribeiro
UEMS
marielle.126014@edutec.sed.ms.gov.br

Célia Maria Foster Silvestre
UEMS / FUNDECT
celiasilvestre@uems.br

A comunicação proposta tem o objetivo de apresentar material pedagógico elaborado a partir de pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, ProffHistória, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UEMS, com foco na valorização dos conhecimentos kaiowá e guarani, compreendidos como modos outros de ser e (re)existir que devem estar presentes nas narrativas históricas tecidas em sala de aula. Partindo dessa perspectiva, buscamos junto à Kuñangue Aty Guasu, organização de mulheres kaiowá e guarani, identificar, compreender e apresentar as palavras boas e belas - ñe'ẽ porã - mobilizadas por elas em suas lutas pelo presente e futuro de seus coletivos. A pesquisa busca compreender como a articulação das palavras enquanto ferramentas de (re)existência e afirmação cultural das mulheres em busca do teko porã (modo de vida bom e belo), podem ser mobilizadas em práticas pedagógicas decoloniais. Nesse contexto, propusemos um recurso educacional que busca não apenas ensinar, mas também valorizar e preservar as epistemologias e os conhecimentos kaiowá e guarani: a "Caixa de Ressonância", um instrumento, para amplificar essas vozes, aproximando os e as estudantes da rede básica de ensino das histórias e lutas dessas mulheres. Trata-se de um jogo que propõe a compreensão de modos outros de ser, viver e saber como produtores de memória e história de sujeitos que construíram a História, mas foram silenciados e silenciadas de sua narrativa. Dessa maneira, busca-se problematizar as narrativas hegemônicas a partir das lutas e epistemologias indígenas nas salas de aula de Campo Grande e de Mato Grosso do Sul, multiplicando-se como uma ferramenta de resistência para uma educação decolonial e antirracista que possibilite a desconstrução de injustiças e desigualdades historicamente estabelecidas.

VOZ, CORPO E TERRITÓRIO: LETRAMENTOS PLURAIS TECIDOS NA ORALIDADE E NA MEMÓRIA DOS ANCIÃOS KAIMBÉ NO SÁBADO DOS CABOCLOS

Izabel Bitencourt de Oliveira
UNEB, Campus XIV
izabelbitencourtfilosofia@gmail.com

Obdália Santana Ferraz Silva
UNEB, Campus XIV
osilva@uneb.br

Nesta pesquisa compreendemos que a oralidade e a memória não são apenas dimensões culturais, mas constituem os próprios letramentos plurais dos anciãos Kaimbé, mobilizados no gesto, na voz, na sonoridade e na performance ritual do Sábado dos Caboclos. Analisamos as relações entre linguagem, corpo e território na experiência desses anciãos, tendo como foco os processos formativos que emergem das práticas educativas informais presentes na Aldeia Massacará. A pesquisa parte da questão: como se constroem os letramentos plurais produzidos na interação cotidiana entre os indígenas, especialmente na dinâmica ritual do Sábado dos Caboclos? Como objetivo geral, buscamos compreender esses processos e identificar os signos, narrativas e práticas culturais que organizam a aprendizagem comunitária. Metodologicamente, adotamos uma abordagem etnográfica que articula observação participante, entrevistas narrativas e diário de campo, com análise das informações pela Análise Textual Discursiva. Integramos, ainda, uma intervenção colaborativa mediante a elaboração de Objetos Digitais de Aprendizagem — como HQs, animações e álbum fotográfico digital — desenvolvidos com estudantes e mestres da aldeia, valorizando saberes e significados emergentes da festividade. Os resultados parciais indicam que o Sábado dos Caboclos se configura como evento multissemiótico no qual zabumba, flauta, caminhada, rezas, símbolos e gestos atualizam memórias coletivas e fortalecem a identidade indígena. Concluímos, até o momento, que os letramentos plurais Kaimbé se materializam na articulação entre oralidade, memória e territorialidade, constituindo uma epistemologia própria em que corpo, voz e ritual operam como arquivos vivos de saberes. Esses letramentos preservam narrativas ancestrais e organizam modos de ensinar, aprender e resistir no Sábado dos Caboclos. As análises iniciais indicam que a força educativa do evento reside na atualização de conhecimentos e na consolidação de identidades, evidenciando que os letramentos plurais Kaimbé são processos dinâmicos de transmissão e ressignificação cultural no mundo contemporâneo.

O CORPO QUE É TERRITÓRIO: SABERES E COSMOCIÊNCIAS INDÍGENAS

Natália Macedo Nunes
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/IF Goiano
natalia.macedo@ifgoiano.edu.br
Financiamento FUNAPE

Fabiane Frota da Rocha Morgado

O corpo é uma construção histórica, social e cultural, constituindo-se também como objeto de saber. As representações do corpo expressam representações da pessoa e estão inseridas nas cosmologias das diferentes comunidades humanas. É por meio do corpo que aprendemos, percebemos o mundo e nos comunicamos; ele estabelece a ligação entre a consciência e a totalidade, sendo o local em que as emoções são sentidas e expressadas. Ao considerar o conjunto de construções corporais, percebe-se que o etnocentrismo branco produziu codificações corporais dominantes baseadas em sua própria estrutura de funcionamento. O corpo adequado à reprodução capitalista, tanto em termos culturais quanto nas relações de trabalho, segue padrões de existência hegemônicos. No contexto indígena, porém, o corpo carrega significados próprios, ausentes na formação das subjetividades não indígenas. A luta dos povos indígena pelo território expressa uma dimensão existencial: trata-se também da defesa de seus corpos. A concepção de corpo-território inaugura um novo paradigma sobre a relação com a terra, entendendo o território como uma existência coletiva. Assim, o corpo, enquanto território, carrega as historicidades de um corpo coletivo, e o território, enquanto corpo, permite uma percepção integral da natureza e dos seres vivos nela presentes. Este trabalho tem como objetivo compreender, por meio de uma revisão da literatura, as significações sociais atribuídas ao corpo no âmbito das cosmociências indígenas. A partir das reflexões teóricas produzidas à luz dos conhecimentos indígenas, reconhecer o corpo indígena como território simbólico e concreto implica romper com as lógicas coloniais que historicamente o violentaram. A centralidade do “corpo indígena”, articulada à coletividade, ao

território e à natureza, desafia os paradigmas ocidentais que fragmentam o corpo, a mente e o ambiente. Essa perspectiva cosmológica evidencia as violências do modelo capitalista e aponta para outras formas de existir, sentir, ser, viver e educar, fundadas na reciprocidade, na ancestralidade e na conexão com a terra.

ONDE A TERRA ACENDE OS MORTOS: TRAMAS DOS ENCANTADOS DE FOGO E MEMÓRIAS DA TERRA NO SERTÃO BAIANO - COMUNIDADE DE PEDRA BRANCA - BA

Renata Torres de Sousa
Universidade Federal de Goiás
renatatorresdesousa@gmail.com

Este trabalho explora a antropologia com o campo como a minha própria família, a partir das minhas vivências e memórias na Comunidade de Pedra Branca, Sertão Baiano. A escrita desta análise tem sua origem em uma andada para a colheita de umbu e jurema com minha tia, momento em que me foi narrada a história dos "Encantados de Fogo" – espíritos de antigos homens ricos, presos por sua ganância, que se manifestam como fogo que surge como tocha e se manifesta como aparição luminosa. Eu investigo a linguagem que se inscreve no território através dessa narrativa. Argumento que o Encantado de Fogo funciona como um arquivo de memória territorial que narra a história não-oficial da colonização e da formação fundiária da região. O fogo transcende a folclorização, inserindo-se na crítica às heranças da ganância colonial e demonstrando como o apego material aprisiona o corpo e a memória histórica no solo. Essa manifestação é uma verdade situada, atuando tanto como lembrança das violências da acumulação de riqueza quanto como um desafio que se apresenta aos homens corajosos, com o risco do "ciúme" (perigo iminente ao tesouro). Metodologicamente, adoto o olhar da pesquisadora parente, utilizando uma escuta afetiva e implicada que busca "oralizar as escritas." Essa abordagem acolhe as múltiplas dimensões da linguagem (gestual, sonora, simbólica) e se posiciona em diálogo com as perspectivas que reconhecem outras formas de aparição e de relação, afirmando a força desses Encantados como insurgência contra o contínuo colonial e como descrição legítima da realidade vivida no Sertão Baiano Oeste.

A LINGUAGEM DA TERRA: REVERBERAÇÕES DO COSMOS NA LITERATURA E EM OUTRAS ARTES INDÍGENAS DE ABYA YALA (AMÉRICAS)

Thiago Alexandre Correa
UFPR / UEPG
yothiagocorrea@gmail.com

Uma das principais convocações que têm sido firmadas milenarmente pelos saberes e poéticas indígenas diz respeito às relações de vínculo e reciprocidade com o cosmos e com todas as forças e presenças vivas que o constituem. Esse é um dos elementos que pode ser identificado tanto no conteúdo, como na forma, de inúmeras manifestações estéticas indígenas, muitas das quais têm insurgido e ocupado fértilmente os espaços institucionalizados das últimas décadas. É isso que afirma Ailton Krenak (2019), ao advertir para a urgência de ler a linguagem dos rios, da mesma maneira que Moira Millán reivindica a "arte de habitar" (2024), da qual é guiado seu povo Mapuche, ao considerar que todas as vidas são independentes. O território da literatura e outras manifestações estéticas têm cultivado esse exercício, contribuindo tanto para revisar os modos de ler e pensar a literatura e os estudos literários, como para exercitar modos mais cuidados, éticos e cosmosensíveis de habitar. Para citar alguns exemplos, a ação poética de Ellen Lima Wassu, do povo Wassu-Cocal (Brasil), Natalie Diaz, do povo Aha Makav (EUA) e Trudruá Dorrico, do povo Macuxi (Brasil), demonstra como poesia e manifestação cósmica são aspectos que podem – e devem – ser lidos como ações indissociáveis. Os versos das poetisas se constituem como férteis insumos para pensar as poéticas que se fazem com o cosmos. Do ponto de vista das práticas performativas, João Nyn, do povo Potiguara (Brasil), Seba Calfuqueo, do povo Mapuche (Chile), e Uýra, do povo Munduruku (Brasil), se valem de suas corporalidades como ação cosmosensível e cosmopolítica, alertando tanto para as violências anestésicas impostas pela colonialidade, quanto para os vínculos de contatos entre corpos cósmicos como ação cosmosensível. Nesse sentido, a presente proposta de comunicação tem como intenção observar de que maneira os trabalhos das poetisas e das multiartistas de Abya Yala (Américas) contribuem para pensar em como se dá o reflorestamento, tanto dos estudos literários como o imaginário de um modo geral (Nuñez, 2023) e, conseqüentemente, firmar a arte de habitar (Millán, 2024).

O CORPO-FUMAÇA NA INTENCIONALIDADE DO ATO DE PERFORMANCE ARTÍSTICA INDÍGENA

Rodrigo Lira da Silva
UFPE
rodrigo.liras@ufpe.br

Danilo Silva Guimarães
USP
danilosg@usp.br

Este trabalho é oriundo de uma tese em estado de construção que tem como proposta analisar com artistas indígenas a prática da arte performática, ao buscar acessar singularidades de seus processos criativos destacando-se neles o ficcionamento subjetivo da realidade histórica e situada. Como ramificação deste estudo, propomos para este exercício analítico uma investigação dialógica sobre a intencionalidade artística do corpo-fumaça durante o ato de performance. O eixo conceitual corpo-fumaça nasce de uma vivência etnográfica da pesquisa de tese em andamento com um artista indígena que realiza performance. Ele é um pilar da carnalidade com a espiritualidade, da pequenez material frente ao sagrado da natureza e do tempo; é um fruto das práticas catimbozeiras, as quais centram-se no consumo de ervas em estado de defumação no catimbau, o cachimbo. Tal discussão surge, deste modo, a partir de um processo de etnografia do trabalho com um artista indígena. O conceito em investigação é abordado pela perspectiva da multiplicação dialógica que considera, inexoravelmente, a existência de um processo transformativo quando um eu e um não-eu dialogam e desenvolvem uma relação de alteridade. Essa transformação ocorre, pois a performance artística é um diálogo entre o artista e sua audiência. Além disso, essa mutação resulta na construção de um novo conhecimento, seja sobre si ou sobre o mundo, e em uma ação. A multiplicação dialógica, assim, nos auxilia a traçar caminhos compreensivos sobre como o artista indígena congrega com o seu exterior – indubitavelmente marcado de forma violenta pela colonização – a si mesmo e autora-se na mudança cultural a partir de sua própria voz sensível que ecoa como terra viva de seus ancestrais. Portanto, consideramos o corpo-fumaça como um ponto de convergência, congregação que rompe com o dualismo colonizador, sendo uma postura teórico-prática contra colonial.

ENTRE SEXUALIDADE E ECOANIMALIDADE: O RESGATE DA PULSÃO DA VIDA E DA POTENCIALIDADE DA MITOPOÉTICA YANOMAMI

Iamim Oliveira Passos
UERJ
passosiasmim@gmail.com

Os trabalhos das autoras indígenas Geni Nuñez e Kimberly TallBear, ao desestabilizarem binarismos como humano-animal, morte-vida, entre outros, lançam luz ao projeto colonial que instituiu a monogamia compulsória e o “humano universal” como medida de todas as coisas. Cosmologias dos povos originários evidenciam que o amor pode ter como horizonte os rios, os animais e o próprio povo, rompendo com o regime colonial de sexualidade. A partir delas, nos propomos relacionar as categorias de sexualidade e ecoanimalidade e, dialogando com Rita Segato, Ivone Gebara e Aurelina Aurora Braniwa, apontamos a sexualidade como um campo de produção de poder e de sentido, central à compreensão das relações humanas, que causa movimentos específicos no corpo-território indígena. Para exemplificar, apontamos mitos de origem Yanomami, nos quais humanos e animais partilham agência, reciprocidade e mundos contínuos, oferecendo um contraponto radical às narrativas coloniais entre espécies. Resistindo aos binarismos, os corpos-território das mulheres indígenas seguem como pulsões vitais e criativas capazes de restaurar o poder de sonhar, de construir coletivamente o futuro de seus povos e de desconstruir as fronteiras coloniais erguidas entre seres humanos e não humanos. O entrelaçamento dos estudos entre sexualidade e ecoanimalidade propõe-se a fertilizar as relações com todas as formas de vida e a ampliar percepções do elo entre corpo e território, quebrando o autocentrismo que associa o corpo apenas ao humano. Tal medida se impõe para o resgate das práticas xamânicas oferecidas pelos povos originários, que ainda sustentam o céu. (Apresentadora: Alice Martins Pinheiro, UERJ, financiamento próprio)

ORALIDADE A ESCRITA: OS DESAFIOS DOS ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT, CAMPUS DE PORTO NACIONAL- TO

Rai Wakuke Da Silva Xerente
PPG-LETRAS UFT
Wakukedaxerente@gmail.com

Neila Nunes de Souza
PPG-LETRAS – UFT
neilasouza@mail.uft.edu.br

Este estudo analisa as relações entre oralidade e escrita, investigando como se influenciam mutuamente na comunicação e no processo de aprendizagem da língua portuguesa. A pesquisa foi desenvolvida no contexto acadêmico da Universidade Federal do Tocantins – UFT, NO Campus de Porto Nacional – TO, partindo da premissa de que a língua é um pilar fundamental da comunicação humana e da construção identitária. Diante da rica diversidade linguística e cultural brasileira, o trabalho buscou compreender essa dinâmica para contribuir com estratégias pedagógicas que aprimorem as habilidades comunicativas dos estudantes. Os estudos sobre a oralidade e a escrita serão analisados por meio de uma abordagem qualitativa, envolvendo a categorização, resumo e síntese das informações extraídas das fontes selecionadas, em busca de compreender raízes e impactos, para assim explorar alternativas viáveis para uma coexistência linguística mais harmoniosa e inclusiva. A análise evidenciou que a oralidade e a escrita se transcendem mutuamente, atuando como formas complementares de representação e aprendizagem no ambiente universitário. A pesquisa confirmou a complexidade e a relevância do ensino da língua portuguesa para povos indígenas, sendo esta extremamente relevante e complexa por que ela envolve aspectos culturais, sociais, educacionais e de identidade, nesse sentido, verificou-se que a inclusão efetiva dos indígenas no ensino superior é um passo crucial para a garantia do seu direito à educação, amparado pelo arcabouço legal brasileiro, em especial pela Constituição Federal de 1988. Os resultados apontam a necessidade de desenvolver estratégias educacionais sensíveis a essa realidade, capazes de valorizar a diversidade linguística e promover uma comunicação mais eficaz e inclusiva na universidade.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 12 - RELACIONES LABORALES Y AGENCIA INDÍGENA EN SERVICIOS, OCUPACIONES Y CARGOS EN ABYA YALA COLONIAL

Coordenação:

Xochitl Inostroza Ponce (Universidad de Santiago de Chile)

Rossana Barragán Romano (Universidad Mayor de San Andrés/International Institute for Social History)

Teresa Vergara Ormeño (Pontificia Universidad Católica del Perú)

Resumo do Simpósio Temático: El ámbito del trabajo indígena en las últimas décadas se ha complejizado desde diversas perspectivas, problematizando lo que se entiende por trabajo, espacios y relaciones laborales. El simposio propone un acercamiento interdisciplinario a los diversos temas que convergen en las relaciones laborales y las agencias indígenas que se despliegan en América (Abya Yala) colonial, centradas en los siguientes ejes: 1) La agencia indígena en el entramado, combinación y articulación de relaciones económicas y laborales, así como su vinculación a conjuntos de leyes y ordenanzas que estructuran y organizan diversas actividades productivas a través del tiempo. 2) Léxicos de trabajos en acción. Se considera fundamental recuperar el léxico en lenguas indígenas de diversos servicios y ocupaciones que atraviesan toda actividad en las diferentes sociedades indígenas, con sus peculiaridades y características y que pueden develar mundos de significados. 3) Identificar tipos de servicios y sitios laborales en los que participa las sociedades indígenas atravesados por relaciones de género, así como dar cuenta de los discursos de género y las distinciones prácticas de género en las relaciones laborales. 4) Pensar en el complejo tema de las remuneraciones en especie y en moneda, así como los sitios laborales en los que se trabaja, sus condiciones, interconexiones y articulaciones. 5) Estrategias de organización, reacomodo, disputas y resistencias indígenas e identidades individuales y colectivas de las poblaciones originarias alrededor de algunas actividades laborales. 6) Las agencias indígenas en cargos civiles y religiosos que hombres y mujeres asumían a lo largo de su vida para comprender el valor que la sociedad colonial les dio a estas actividades, así como dilucidar la confluencia de la presión colonial institucional y la agencia de los colectivos e individuos.

TRABALHOS E CONHECIMENTOS INDÍGENAS NA FRONTEIRA PLATINA DE PRINCÍPIOS DO SÉCULO XIX

Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo

UPE

karina.melo@upe.br

Durante os primeiros anos do século XIX, projetos de defesa e de expansão de fronteiras foram elaborados por agentes do governo e particulares nos limites entre o vice-reino do Brasil e províncias platinas. Distintas autoridades discutiram a reorganização política de espaços limítrofes, estreitamente vinculada à necessidade de definir aspectos sobre a liberdade dos guaranis e o destino das suas terras e bens. Em meio aos debates e às práticas de recrutamento figuraram testemunhos sobre a inaptidão de indígenas para o trabalho, mesmo quando a realização de expedições militares dependia dos seus conhecimentos sobre os recursos naturais e o território e o manejo de rebanhos vacuns e cavaleiros. A análise das fontes, no entanto, permite dar visibilidade às variadas práticas de sociabilidade vividas por eles em contexto de disputas por recursos humanos e naturais.

A MATRIZ DO SABER INDÍGENA E O CAMINHO FLUVIAL ENTRE AS CAPITANIAS DO PARÁ E MATO-GROSSO (SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII)

Marcio Ramon Campelo Ramos

Universidade Federal do Pará

marciocampelo@yahoo.com.br

O estudo das expedições permite compreender as múltiplas dimensões da região amazônica setecentista. Esta pesquisa tem por objetivo analisar o processo de aprendizado que envolve a expedição de José Gonçalves da Fonseca ocorrida em 1749, que desenhou o caminho fluvial entre as capitanias do Pará e Mato-Grosso. Trata-se de verificar a participação de indígenas e sua matriz de conhecimento na efetivação da expedição. A partir da análise de relatórios da expedição e correspondências perscrutadas nos acervos do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) e do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) conclui-se que os indígenas eram os que remavam as canoas, mantinham a subsistência do grupo e observavam o regime das águas dos rios com seu impacto nos furos, igarapés e ilhas (enchente e vazante). Além da ciência indígena aplicada na construção de canoas e navegação. Constata-se para

além disso, a relação entre o conhecimento técnico indígena e a expedição, a partir três aspectos: as canoas, a navegabilidade dos rios e subsistência. Esta pesquisa enquadra-se no eixo temático: "Ciência, História Ambiental e povos indígenas: séculos XVI ao XXI".

TRABAJO INDÍGENA EN EL TUCUMÁN COLONIAL: ENCOMIENDA Y SERVICIOS PERSONALES (SIGLOS XVI-XVII)

Isabel Castro Olañeta

Facultad de Filosofía y Humanidades, Universidad Nacional de Córdoba (FFyH-UNC)

isabel.castro@unc.edu.ar

En la Gobernación del Tucumán, región al sur de Charcas, parte del virreinato peruano (que hoy se corresponde con el noroeste argentino), el otorgamiento de las encomiendas a los conquistadores comenzó al mismo tiempo que la fundación de ciudades (mediados del siglo XVI) y tuvo una larga perduración hasta el siglo XVIII. En esta ponencia revisará el problema de las formas de explotación de la mano de obra indígena en la región desde fines del siglo XVII y al menos hasta mediados del siglo XVII, considerando que la institución de la encomienda fue el principal mecanismo que permitió la generación de excedentes en las primeras ciudades y el enriquecimiento del sector de los vecinos encomenderos, a costa de los "servicios personales" como forma tributaria y basados en una relación laboral y personal con el encomendero y sus administradores. El despunte de la actividad económica de los primeros años, así como el sostenimiento de las empresas productivas y actividades domésticas, no puede comprenderse si no es en relación con el beneficio de la merced de encomienda, que era la que brindaba la posibilidad de uso de la fuerza de trabajo indígena por parte de los conquistadores devenidos, gracias a esta merced, en vecinos feudatarios. Era el sometimiento y la explotación de la población indígena lo que le permitía recuperar las inversiones realizadas por el conquistador y su hueste, en el marco de lo que autores clásicos como Álvaro Jara y Carlos Assadourian han definido como "conquista privada". Nos proponemos revisar fuentes y estudios previos sobre el tema de la encomienda, del aprovechamiento de los servicios personales y del trabajo indígena que, como aporte, reconsiderarán el tema para identificar y mapear los trabajos realizados, desde una perspectiva regional.

TRABAJO Y DEVOCIÓN: ESTRATEGIAS DE MUJERES INDIAS FRENTE A LA IGLESIA Y LA ECONOMÍA COLONIAL

Xochitl Inostroza Ponce

Universidad de Santiago de Chile

xochitl.inostroza@usach.cl

La relación entre mujeres andinas y la iglesia colonial ha sido observado sobre todo para las élites incaicas o cacicales de las principales ciudades del Virreinato del Perú, mientras que las devociones femeninas han estado centradas sobre todo en mujeres de las elites hispanas o cacicales o en mujeres indígenas residentes en espacios urbanos, la mayoría de las veces estudiadas a partir de sus testamentos. Las situaciones de devoción en las que se ven envueltas algunas mujeres pertenecientes a las elites indígenas de la provincia de Charcas, así como la activa participación de mujeres del común en parroquias rurales me llevan a observar dos dimensiones que se conjugan estrechamente: el de la devoción religiosa y el trabajo. La siguiente ponencia busca reflexionar sobre la articulación de estas dos dimensiones en mujeres indias que develan tanto su activa participación en trabajos y servicios a Iglesias y parroquias como las devociones cristianas que motivan, regulan e inspiran sus acciones cotidianas que busca dar cuenta de las estrategias femeninas en estos espacios públicos cristianos, que además ponen en evidencia la transferencia de recursos entre las comunidades de indios y la Iglesia colonial.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 13 - VOLTAR ÀS FLORESTAS. A REVALORIZAÇÃO DA ÁRVORE NAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS, ALIMENTARES E RITUAIS DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E TRADICIONAIS NOS DESAFIOS DO ANTROPOCENO

Coordenação:

Pascale de Robert (Institut de Recherche pour le Développement (IRD-França))

Claudia López-Garcés (Museu Paraense Emilio Goeldi)

Julie Cavignac (UFRN)

Resumo do Simpósio Temático: Ontem como hoje, muitas comunidades indígenas e tradicionais já experimentaram catástrofes ou mudanças socioambientais fortes sem entrar em colapso. Que lições elas nos dão enquanto adiamos a necessária transição ecológica? Podemos nos inspirar em suas filosofias e formas de estar no mundo para repensar a relação de nossa sociedade com o mundo vegetal? O principal objetivo deste simpósio é discutir o papel das plantas na construção cotidiana da resiliência nas sociedades tradicionais, com foco em algumas espécies emblemáticas, especificamente “as árvores que alimentam”. De objetos paisagísticos invisíveis ou invisibilizados a patrimônios oficiais, de comida de pobre a “super” alimento, de espécies abandonadas do mato a variedades locais revalorizadas, essas árvores ou seus frutos e espécies associadas estão sendo revalorizadas nos projetos das comunidades locais. Diante das crises socioambientais do Antropoceno, as experiências e as vozes das comunidades indígenas e tradicionais devem inspirar com urgência as políticas globais.

PRÁTICAS ALIMENTARES E O SISTEMA DE CONHECIMENTO YE'KWANA

Viviane Cajusuanaima Rocha

PPGAS/UFAM/FAPEAM

viviyekuana18@gmail.com

Este trabalho explora a profunda ligação entre a cosmologia do povo Ye'kwana e suas práticas alimentares tradicionais, com base no conceito central de *ãdeeja*, que representa os alimentos cultivados. Esse termo abrange mais do que a simples ideia de comida — carrega uma dimensão cosmológica e relacional, conectando humanos, espíritos, plantas e o território. Trata-se de uma rede de relações entre humanos, espíritos vegetais e saberes ancestrais. *ãdeeja* representa a comida como elo com o cosmos, reforçando a interdependência entre os seres. Minha análise mostra que, para os Ye'kwana, alimentar-se é um ato cósmico, enraizado em narrativas, cantos, rituais e relações com seres não humanos. O conceito de *ãdeeja* sintetiza essa visão: o alimento cultivado é sagrado, ancestral e relacional, conferindo um significado complexo e amplo ao ato de “cultivar”. Ao cultivar a terra, os Ye'kwana cultivam também suas histórias, sua cosmologia e sua identidade como povo. A partir daí, será apresentada a discussão sobre *yadaaki* (bebida fermentada). Essa bebida tem sua origem, conhecida por meio da *Wätunnä*, e está diretamente relacionada à *ãdeeja*. *Yadaaki* tem vida e tem espírito. Para o povo Ye'kwana, é um alimento consumido nos dias de trabalho, nos rituais da moça, na recepção dos caçadores, nas festas de inauguração da casa e na comemoração da derrubada da roça. Para a produção de *yadaaki*, as mulheres que a preparam seguem regras específicas: não comer certos alimentos, não molhar o cabelo, não usar sabonetes nem tocar em substâncias com cheiro forte. A discussão sobre *yadaaki* segue em desenvolvimento na escrita da tese de doutorado.

À SOMBRA DAS MANGUEIRAS, EM BUSCA DE PEQUI: RELAÇÕES ENTRE O POVO AKWĒ-XERENTE E AS ÁRVORES FRUTÍFERAS NO CERRADO

Vanessa Caroline Tomazini de Almeida

Universidade de São Paulo – USP

vanessactomazi@gmail.com

O povo Akwê-Xerente, pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê, habita um território de Cerrado localizado no estado do Tocantins que exprime a relação milenar com as espécies nativas do bioma, incluindo diversas árvores frutíferas. A partir dos resultados de uma cartografia realizada durante uma pesquisa de mestrado, com a aldeia Salto Kripre, da Terra Indígena Xerente, entre 2024 e 2025, este resumo visa apresentar diversas relações que os Akwê estabelecem com as árvores frutíferas e seus efeitos na sociabilidade, concepção de casa, alimentação e transmissão de conhecimentos sobre a mata e sobre o modo de viver Akwê. Percebe-se que há diferenças entre as relações que se produzem com as árvores nativas e com as árvores cultivadas. A começar, as árvores cultivadas, presentes nos

quintais da maioria das casas, conecta a cozinha aberta ao quintal, configurando-se como uma extensão da casa, que não é “fora”, mas sim, parte dela. A sombra das árvores, especialmente mangueiras, em virtude do calor intenso do Cerrado, cria um ambiente de maior convivência entre as famílias. À sombra se descansa, senta-se para conversar, brinca-se, deita-se na rede, pendura-se nos galhos, colhe-se manga, lava-se a louça, costura-se capim-dourado e pila-se a mandioca para fazer farinha. Neste ambiente, instituem-se, também, diversas relações com os não-humanos, onde há convívio entre diversos sujeitos circulantes. Já as árvores nativas produzem relações que requerem o deslocamento: buscar; coletar. Acompanhando os ciclos naturais de seca e cheia do Cerrado, durante o período de frutificação de muitas espécies nativas, as famílias saem à mata para buscar pequi, buriti, macaúba, mangaba, entre diversas outras. As caminhadas à mata são, comumente, acompanhadas pelas crianças e, por esta razão, para além do consumo de frutas, os momentos de coleta constituem uma verdadeira escola Akwẽ, em que conhecimentos milenares são transmitidos entre gerações, não apenas por meio da oralidade, mas também de gestos, movimentos e interações entre os corpos na e com a mata. Saber como andar, onde pisar, como observar rastros de outros animais, saber ouvir, sentir os cheiros e reconhecer os caminhos são alguns dos ensinamentos transmitidos. As relações com as árvores também puderam ser observadas a partir de uma oficina com as crianças da escola Akwẽ, em que, ao serem questionadas sobre “o que você mais gosta de comer”, desenharam árvores inteiras, explicitando um entendimento do alimento que considera integralmente o ser, com o qual além de se alimentar, elas convivem e se relacionam.

CASTANHEIRAS EM PERIGO: IMPACTO SOBRE A ECONOMIA TRADICIONAL

Brigitte Thierion
CREPAL/ Sorbonne Nouvelle
brigitte.thierion@gmail.com

Nas estradas do sul do Pará, árvores solitárias erguem-se em espaços devastados pelo desmatamento. Protegidas por lei, as castanheiras são as únicas sobreviventes da mata nativa, derrubada e substituída por vastas plantações de soja, fazendas de criação de gado ou zonas de mineração. O trabalho do fotógrafo José Diniz testemunha a devastação da região e aponta os eixos secundários de penetração, semelhantes às raízes das árvores, que ampliam o arco do desmatamento. Na paisagem transformada, as silhuetas fantasmagóricas das árvores condenadas à solidão atestam uma profunda mudança de paradigma que impacta a economia tradicional, antes baseada na colheita.

COCO E CAJU: ÁRVORES QUE CONTAM HISTÓRIA E DÃO SUSTENTO. O EXEMPLO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SIBAÚMA, RN.

Julie Antoinette Cavnac
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
julie.cavnac@ufrn.br

Em Sibaúma, comunidade quilombola do litoral nordestino, localizada a poucos quilômetros do maior destino turístico da região, Pipa, a culinária tradicional é composta essencialmente por peixes, frutos do mar e plantas cultivadas, em particular o coentro e as raízes. O coco ocupa um lugar central na elaboração das receitas: muitos pratos são feitos com sua carne ou reduzido em líquido, substituindo o óleo, o leite, servindo ainda de tempero para dar sabor à preparação. Seu uso é variado pois combina também com o açúcar: se transforma em doce quando é verde ou em cocada quando é maduro. O consumo da sua água é corriqueiro, desaltera quando é verde, servida gelada nas praias, tem propriedades curativas, pois sua água adocicada contém muitos minerais: é utilizado para curar as doenças gástricas ou para ajudar na recuperação dos doentes que não podem comer “comidas pesadas”. As cocadas são as sobremesas mais comuns que encontramos na região, tendo um custo relativamente pequeno pois a fruta é abundante. Vendido nos restaurantes e nas praias para os turistas, esse doce é também apreciado pela população local que tem um gosto pronunciado pelo açúcar. É tido como comida ancestral quando é Forrumba em comunidades quilombolas. O caju, também, é versátil. Servido em suco, transformado em calda ou em doce, o pseudo fruto é cada vez mais utilizado na cozinha vegana por suas propriedades nutricionais. A castanha é guardada para ser descascada e assada, representa uma poupança para quem está disposto a coletar e a separar a noz do pseudo-fruto. Se transforma em comida quando não se tem outra coisa, misturando com a farinha seca ou num pirão. As frutas dessas duas árvores se conservam relativamente bem, em particular no caso das castanhas. O caju e o coco, retratados desde as primeiras crônicas, são alimentos-base, contam a história do Nordeste e remetem a origens distintas: no imaginário, o cajueiro, árvore nativa, é associado à presença indígena e torna-se símbolo identitário, enquanto o coqueiro remete a origens africanas. São árvores comuns, onnipresentes na paisagem, e por esta razão, tornam-se quase invisíveis. São à disposição de todos nas praças das cidades e nas ‘terras soltas’, ou cultivados nos

quintais, demandam uma grande preparação para serem consumidos. Irei mostrar, a partir do uso culinário dessas frutas, que há um modelo alimentar que se desenha e que pode ser entendido acompanhando a elaboração dos pratos; remete a um tempo remoto, onde havia muita pobreza, mas num mundo onde era possível sobreviver a partir dos recursos naturais que encontravam-se à disposição nos territórios, naqueles localizados nas zonas de mata atlântica. Continuam omnipresentes nos pratos dos quilombolas, indígenas e potigües.

O CAJÚ: ALIMENTO, MEDICINA E BEBIDA RITUAL ENTRE OS INDÍGENAS KA'APOR -MA

Pina Irane Ka'apor
Aldeia Xiepihu-rena - Terra Indígena Alto Turiaçu

Claudia López
Museu Paraense Emílio Goeldi

A partir do conhecimento indígena e de reflexões históricas e etnográficas situamos a importância biocultural do Caju entre o povo indígena Ka'apor da Terra indígena Alto Turiaçu- MA, considerando o valor desta espécie na alimentação, medicina tradicional e principalmente a sua importância ritual, pois o fruto do cajueiro é a base do cauim, bebida ritual dos Ka'apor que se prepara com ocasião da festa de nomeação das crianças.

PI'Y, NOSSA CASTANHA. CONTANDO SOBRE ANDANÇAS E MUDANÇAS NOS CASTANHAIS

Kokoti Kayapo
Associação Floresta Protegida

Pascale de Robert
Institut de Recherche pour le Développement - IRD/PALOC
pascale.derobert@ird.fr

Esta apresentação vem complementar um curta-metragem feito por jovens da minha comunidade para promover as práticas associadas à coleta, consumo e venda de castanha entre os Mebêngôkre. Além disso, eu quero falar sobre a importância da floresta, bô para nós, e dos castanhais pi'ykô, nos quais podemos viver por várias semanas ou mais em pequenos grupos itinerantes durante o período da colheita. Castanha pi'y é uma fruta muito importante para nós, tanto para a alimentação, quanto para crianças pequenas, porque dá força; por exemplo, o leite de castanha pode ajudar na época do desmame. Também há festas, canções e rituais diretamente associados à castanha. Quando eu era criança, ainda coletávamos castanhas-da-Amazônia para vendê-las ou trocá-las por objetos quando passavam os atravessadores que definiam os preços. Depois, tivemos várias experiências de vendas com empresas, anos sem colheita, problemas fitossanitários que nos impediram de vender e, desde alguns anos, uma cooperativa que possibilitou revalorizar a atividade entre os jovens. O filme insiste na comida, mas também nos valores sociais e patrimoniais da castanha: ao retornar para caminhar com os anciãos na floresta para a colheita, os jovens reaprendem os nomes dos lugares, plantas, técnicas de caça, canções e histórias do nosso povo. Hoje, essas expedições também têm um papel importante no monitoramento da nossa terra frequentemente invadidas. Em conclusão, as atividades de colheita ligadas aos usos alimentares, rituais e comerciais da fruta (pi'y) têm um papel social importante no contexto atual de sedentarização e ameaça territorial.

COLHENDO LIBERDADE NO MANGUEZAL. TRAJETÓRIAS DE MULHERES PESCADORAS NO BRASIL E NO SENEGAL

Pascale de Robert
Institut de Recherche pour le Développement - IRD/PALOC
pascale.derobert@ird.fr

Marie-Christine Cormier-Salem
IRD/PALOC

O manguezal também é floresta. Apenas algumas espécies de plantas conseguem suportar os níveis de salinidade específicos ao ecossistema, mas essas árvores, com suas formas singulares, formam uma floresta, às vezes muito

densa, que abriga uma grande diversidade de aves, peixes, moluscos, caranguejos, ostras, etc. No Litoral nordestino no Brasil, assim como na Casamance senegalesa, aonde fomos desenvolvendo pesquisas de campo ao longo de vários anos, as populações locais dependem diretamente desses recursos e sabem como se beneficiar deles graças a técnicas e conhecimentos elaborados e transmitidos durante gerações. Esses conhecimentos e técnicas, assim como os espaços em que são implementados, são fortemente marcados pelo gênero, geralmente com uma nítida oposição da pesca entre o alto mar, dos homens com redes, e o manguezal, mais percorrido pelas mulheres. Esse contraste de gestos e lugares também se reflete nos valores atribuídos ao trabalho deles e delas, e portanto ao seu reconhecimento social e administrativo. Mas as trajetórias de algumas mulheres minam essa visão dualista e simplificadora. Ao relembrar as histórias de vida de algumas dessas pescadoras e marisqueiras casamances e pernambucanas, e a história dos coletivos aos quais estão ligadas, como as colônias no Brasil, mostraremos como o mangue também é percebido, vivido e utilizado como um espaço de liberdade que permite adquirir mais autonomia econômica e familiar, obter reconhecimento profissional ou visibilidade política, escolher seu destino.

AS VOZES DA ANCESTRALIDADES POR MULHERES DA VILA DE ITAÚNAS EXTREMO NORTE DO ESPÍRITO SANTO

Veratriz Souto Campos
Universidade Federal do Espírito Santo - PPGEED/UFES/CEUNES
veratriz.campos@edu.ufes.br

Verilucy Cristine Pinheiro Brito
Universidade Federal do Espírito Santo - PPGEED/UFES/CEUNES – CAPES
verilucy.brito@edu.ufes.br

Fábio Guss Strelhow
Universidade Federal do Espírito Santo - PPGEED/UFES/CEUNES – CAPES
fabio.strelhow@edu.ufes.br

A presente proposta consiste em um desdobramento da pesquisa em andamento “Confluências Ancestrais: Valorização Identitária nos Artefatos e Tradições Orais do Povo Pataxó da Vila de Itaúnas”, a ser defendida no Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (PPGEED/UFES). Na Vila de Itaúnas, no extremo norte do Espírito Santo, estão as memórias que ressoam nas vozes de mulheres indígenas, enraizadas nesse território ancestral onde os saberes do quilombo e da aldeia se entroncam em uma raiz forte, manifestados na cura, na arte do preparo do alimento, na maternidade e em tantos outros conhecimentos ancestrais. O presente trabalho pretende fomentar a reflexão de sermos um povo de práticas, costumes, valores e território de etnia indígena, evidenciando os fazeres das mulheres atemporais. O objetivo da pesquisa, é apresentar registros das narrativas de práticas de cura, e fazeres tradicionais de uma cunhatã, reconhecendo que esses saberes transitam e circunscrevem corporeidades etimologicamente nos diversos métodos intrínsecos em cada ritual sagrado. O que evidenciamos é a valorização desse étnoconhecimento, onde, a sabedoria está conectada ao cosmo, distante da teorização e aprisionamento científico, permanecendo em uma ligação direta com a memória e a terra. A cura através das plantas perpassa pelo reconhecimento das árvores, das suas folhas, da raiz até o fruto e do sagrado que nelas habitam. No que corresponde a metodologia proposta no trabalho, buscamos através da história oral, envolvendo métodos etnológicos que possibilitam captar as vozes ancestrais, na escuta sensível aos cosmos que emergem conhecimentos e das vivências nos ambientes com as mulheres da Vila, de modo a valorizar cada relato e experiência como formas de preservação e transmissão de conhecimentos tradicionais. É nessa dimensão que se inscreve a escrevivência, conceito de Conceição Evaristo, expressão de uma escrita que nasce da vida e da ancestralidade, uma ferramenta de existência e resistência. Assim, as narrativas das mestras dos saberes, detentoras do conhecimento da medicina das ervas, tornam-se mais do que registros de um acontecimento: são testemunhos vivos de um povo que, mesmo soterrado pelas areias, nunca deixou de florescer em memória, voz e palavra. Destacando a cura, realizada por tantas, em que as marcas mitológicas deixam rastros visíveis, por meio da organicidade dos seus saberes.

ESSA ÁRVORE FOI MEU BISAVÔ QUE PLANTOU: RELAÇÕES INTERGERACIONAIS E AS FLORESTAS DE CACAU DE CUYAGUA, VENEZUELA

Ana Felicien
PPGAA/UFPA
anafelicien@gmail.com

Dalva Maria da Mota
Embrapa Amazônia Oriental
dalva.mota@embrapa.br

O manejo do cacau em Cuyagua se organiza a partir de saberes tradicionais transmitidos entre gerações, articulando práticas de manejo tradicional que integram cacau, cultivos alimentares e espécies florestais em áreas de floresta manejadas sobre antigos conucos. Bisavôs deixaram árvores, canais de irrigação e arranjos produtivos que estruturam o sistema atual, marcado pela sucessão ecológica e pela combinação entre cacau e alimentos, especialmente nos primeiros anos de cultivo. A qualidade do grão de cacau, reconhecida internacionalmente, resulta de técnicas manuais intergeracionais que incluem seleção dos frutos, fermentação em coxos de madeira e secagem ao sol, configurando uma paisagem agroflorestal afro-venezuelana baseada nos conhecimentos e trabalho familiar e comunitário. Paralelamente, cresce o processamento artesanal liderado por mulheres, que diversificam o uso local do cacau e agregam valor ao produto criando sabores, texturas e produtos que são comercializados na comunidade como a nas diversas redes e iniciativas que estão surgindo na comunidade como alternativas incipientes à comercialização das amêndoas para o mercado internacional. Conclui-se que o manejo cacaueiro de Cuyagua constitui uma prática intergeracional que integra conservação florestal, segurança alimentar, identidade comunitária, preservando uma herança territorial construída por gerações.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 14 - LÉXICO, HISTÓRIA E MEMÓRIA: O LEGADO DOS POVOS INDÍGENAS

Coordenação:

Celina Marcia de Souza Abbade (UNEB)
Clese Mary Prudente Correia (UNEB)
Ticiane Rodrigues Nunes (URCA)

Resumo do Simpósio Temático: Este simpósio tem como objetivo maior divulgar e discutir pesquisas relacionadas ao legado indígena, refletidas nos estudos do léxico, as quais, inseridas no âmbito da pesquisa, do ensino e da extensão, vêm sendo desenvolvidas nas diversas regiões do Brasil. Acredita-se que teremos a oportunidade de discutir acerca dos estudos lexicais e o quanto estes têm contribuído, tanto para o resgate linguístico, como também de aspectos socioculturais e históricos do povo autóctone que formou o nosso país. Através das Ciências do Léxico, pretendemos ampliar o diálogo entre os pesquisadores que se dedicam à temática indígena, na busca da construção de caminhos epistemológicos, históricos, linguísticos, políticos, decoloniais e interdisciplinares, com ênfase nas questões de história, de territorialidades e de saberes indígenas, buscando resgatar a valorização das línguas/linguagens, suas culturas e etnicidades. Dessa forma, buscaremos proporcionar, neste simpósio, um espaço de relações de trocas e interculturalidades nas diferentes perspectivas das Ciências do Léxico, visando a expansão de políticas de revitalização e retomada linguística do legado indígena.

AS INTERFACES ENTRE ARTES E LITERATURA: UM ESTUDO LEXICOLÓGICO DA EXPRESSÃO CULTURAL INDÍGENA A PARTIR DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INTERDISCIPLINAR

Marta Maria Gomes
Universidade Federal da Bahia
marta.gomes.maria@gmail.com

Juliane do Rosário Melo

O presente trabalho propõe a análise das interfaces entre as artes (visuais, performáticas e gráficas) e a literatura (oral e escrita). A investigação se baseia em uma experiência pedagógica interdisciplinar realizada em 2025 no Colégio da Polícia Militar Francisco Pedro de Oliveira (CPM Candeias, Bahia), a partir de um diálogo estabelecido entre as disciplinas de Artes e Literatura e Movimentos Sociais na Bahia, do Ensino Médio. Utilizando um corpus da produção indígena contemporânea brasileira, o foco central é a investigação lexicológica de como termos, conceitos e narrativas são cunhados, ressignificados e transmitidos nesse contexto artístico-literário. O estudo busca demonstrar como essa produção transcende a mera representação, estabelecendo a própria resistência e cosmologia indígena como ato linguístico-artístico. A análise incidirá sobre as seguintes obras: Terra sem Males (Jakson de Alencar e Angelo Abu): Explorando a visualidade da utopia e do mito na intersecção entre o texto e a ilustração. Ideias para Adiar o Fim do Mundo (Ailton Krenak): Examinando o léxico da resistência, da ecologia e do pensamento cosmológico como ferramentas de ação e crítica. Tempos de História (Munduruku): Investigando o vocabulário da memória, da tradição oral e da pedagogia em sua transposição para a escrita. A Queda do Céu (Davi Kopenawa): Analisando a riqueza terminológica do universo Yanomami, focando no léxico xamânico, da política e da crítica ao não-indígena. Pássaro Encantado (Eliane Potiguara): Mapeando o léxico da identidade feminina indígena, da afirmação cultural e da ancestralidade em sua expressão poética. A metodologia envolverá a coleta e catalogação de termos-chave (como "terra sem males", "sonho", "queda do céu", "mundo", "ancestralidade"), sua contextualização etnográfica e a análise de seu potencial semântico-pragmático na interface arte-literatura. O objetivo final é demonstrar que a literatura indígena não apenas registra, mas cria ativamente um novo léxico, onde a palavra é inseparável da imagem, do corpo e da performance, forjando uma lexicografia da existência e da autodeterminação.

CAUSOS DE CAIPORA: O LÉXICO REVELANDO A CULTURA INDÍGENA

Celina Márcia de Souza Abbade
PPGEL/UNEB
celinabbade@gmail.com

As palavras fazem parte da memória e acervo cultural de um povo, revelando suas características, crenças, costumes e ideias. A palavra é capaz de nomear as coisas existentes no mundo, logo, se existe a palavra, existe a coisa para representá-la. A língua é o instrumento humano para criar e verbalizar essas palavras que permeiam as diversas culturas, pois cada povo tem o seu léxico específico. Com a Lexicologia, podemos estudar sob diversas perspectivas, o léxico de um povo. Contos e causos da Bahia (Costa, 2016), traz um acervo da literatura oral que despertou a necessidade e o desejo de fazer um estudo lexical das narrativas que permeiam essa obra. Dentre elas, as histórias de uma indígena protetora das florestas, de baixa estatura, cabelos vermelhos e orelhas pontudas, a caipora, despertaram maior interesse, uma vez que o nome da personagem oscila de uma narrativa para outra: caipora, caiçara, curupira, anhangá etc. Assim, a partir das narrativas orais, publicadas ou inéditas, do Acervo de Memórias e Tradições Orais na Bahia (AMTRO) e do Programa de Estudo e Pesquisa da Literatura da Universidade Federal da Bahia (PEPLP-UFBA), pretendemos selecionar os causos encontrados nesse acervo que tratam de um mito do folclore brasileiro, considerado um dos mais conhecidos deixados pelos povos originários. A proposta aqui é a de apresentar, fundamentada teoricamente nos estudos lexicais, as diversas designações e atributos da caipora nos causos coletados do acervo supracitado, na tentativa de poder contribuir com a preservação da memória indígena, apagada em diversos aspectos, mas que se mantém viva em seus mitos.

ORIGEM INDÍGENA NOS LOGRADOUROS DE ALAGOINHAS-BA: TOPONÍMIA URBANA

Edileuza Moura Candido da Silva
PPGEL/UNEB
mouradasilva29@gmail.com

Celina Márcia de Souza Abbade
PPGEL/UNEB
celinabbade@gmail.com

O léxico é capaz de expressar ideias, sentimentos, e, ao mesmo tempo, traduzir uma imagem das representações de um povo. Por meio de traços da geografia do lugar, do sistema de povoamento e das características etnodialetológicas da região na qual o topônimo está inserido, o nome é escolhido para nomear esse lugar. Esse nome diz muito da história desse local, mostrando a relação dos nomes próprios com sua história, cultura e memória. Nessa perspectiva, propomos um recorte da tese de doutoramento em desenvolvimento no PPGEL/UNEB, intitulada “A Toponímia Urbana de Alagoinhas-BA: tradição e memória linguística”. O corpus em análise inclui 154 logradouros, do bairro de Alagoinhas -Velha. A escolha feita levou em consideração a memória afetiva, por se tratar do bairro que deu origem a formação da cidade, a fim de buscarmos traços da origem indígena nesses topônimos. Temos como objetivo averiguar a importância destes topônimos para a história, memória e identidade da cidade. Como princípios teóricos-metodológicos que orientam a análise dos dados, utilizamos como referência as recomendações da Toponímia e disciplinas afins, com ênfase ao modelo classificatório taxonômico de Dick (1990;1992), Faria (2017), Sampaio (1914), Navarro (2013), Santa Luzia (2022). Os dados concernentes aos topônimos de origem indígena, estão reunidos em fichas lexicográfico- toponímicas, segundo as orientações Dick (1990,1992). A análise dos dados diz respeito à motivação toponímica e a estrutura formal dos topônimos. Vale salientar que este estudo está vinculado ao projeto Atlas Toponímico da Bahia (ATOBAB), que tem como propósito inventariar os topônimos que abrangem o território baiano. A análise realizada identificou 20 topônimos de origem indígena :Buri, Cambui, Canoa, Capoeira, Guabiraba, Jenipapo, dentre outros.. Enquadramos esta pesquisa no Simpósio Temático 14 (Léxico, história e memória: O legado dos povos indígenas).

A PRESENÇA INDÍGENA NA NOMEAÇÃO DE CLUBES DE FUTEBOL NA BAHIA: ESTUDO CREMATONÍMICO

Rafael Nascimento Nogueira
UNEB/ PPGEL/CAPES
nogueirarafa2801@gmail.com

Celina Márcia de Souza Abbade
UNEB/ PPGEL
celinabbade@gmail.com

Ao realizar um estudo linguístico podemos perceber a contribuição indígena para a nossa língua, e isto ocorre em diversos níveis: geográficos, temporais e sociais. Ao produzir o trabalho de conclusão de curso (TCC), busquei estudar os nomes dos clubes de futebol baiano que atuaram no campeonato do ano de 2023, utilizando os estudos lexicais,

onomásticos e crematonímicos. E, neste estudo, pudemos perceber que diversos nomes de clubes tinham origem de base indígena em seu nome, ou seja, 35% das lexias estudadas. No trabalho levantamos bases teóricas relacionados aos estudos lexicais para explicar a forma que estes estudos podem nos revelar as ligações entre a língua e a sociedade, pois ao realizar um estudo lexical, podemos entender as formas políticas e culturais de nomear. Catalogamos os clubes que participaram do campeonato baiano no ano de 2023 nas séries A e B, e criamos fichas léxico-crematonímicas para analisar e estudar os nomes inventariados. Dessa forma, pudemos entender os campos motivacionais que levam ao nomear uma instituição de esporte na Bahia, analisando a origem e informações dos nomes. Com estes estudos buscamos a ampliação dos estudos crematonímicos na Bahia e no Brasil, entendendo a importância que um nome pode revelar sobre um povo, um local e uma cultura. Neste recorte, buscaremos dar ênfase aos clubes que têm origem de nomeação indígena, buscando entender as motivações que levam no ato da nomeação destes clubes, e verificando a importância deles nos seus significados. Após estas considerações, buscaremos no Simpósio Temático 14 (Léxico, história e memória: O legado dos povos indígenas), o nosso trabalho trata de um estudo lexical para entender a história, memória, cultura e influência indígena no ato da nomeação.

UMA ANÁLISE ETNOHISTÓRICA DAS CLASSIFICAÇÕES ETNOLINGÜÍSTICAS DOS POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

Valdivino José de Lima Neto

Ticiane Rodrigues Nunes

A pesquisa consiste de análise etnohistórica das produções do Instituto do Ceará – Histórico Geográfico e Antropológico (ICHGA), buscando compreender as origens das divergências existentes entre as classificações etnolinguística e cultural dos povos indígenas do Ceará, nessas produções, também demonstramos os impactos das mesmas sobre o pensamento intelectual da produção de conhecimento na temática dos povos originários que são impactadas por esses intelectuais. As muitas classificações atribuídas aos indígenas geraram grandes divergências entre os etnólogos, naturalistas, historiadores e antropólogos. Esta pesquisa tem como corpus as produções de Studart (1926), Studart Filho (1965), Pompeu Sobrinho (1939; 1955) e Pedro Theberge (1969). Partiremos de uma análise produções anteriormente citadas, indagando sobre: como e o que levou o ICHGA a classificar os povos indígenas do Ceará? Que fatores levaram o Instituto do Ceará a romper com o dualismo que até então classificava os povos indígenas em apenas dois macros grupos étnicos linguísticos distintos, os Tupis falantes de língua geral e os Tapuias falantes de língua travada? O porquê das divergências existentes entre os pesquisadores do ICHGA ao classificar os povos indígenas do Ceará? De acordo com a historiografia cearense, os povos indígenas recebiam diversos nomes e as formas como se autodenominavam variavam das que os povos inimigos e ou vizinhos os classificavam. Portanto, uma mesma etnia pode ter sido registrada várias vezes com variados nomes e muitos destes compõem os documentos e textos escritos dos intelectuais ligados ao ICHGA, como também a historiografia que têm se detido sobre a temática indígena no Ceará, provocando uma disparidade no complexo étnico da época e que se repercute nos dias atuais. Faremos uma análise etnohistórica destas produções e em seguida confrontamos as informações dadas com dados de produções primárias e secundárias, problematizando as argumentações expostas. Acreditamos assim proporcionar um confronto de ideias e trazer inovações sobre a classificação etnolinguística e cultural dos povos indígenas do Ceará.

O ACESSO DE POVOS ORIGINÁRIOS INDÍGENAS NO ENSINO SUPERIOR

Gustavo Gomes de Menezes
Mestre pelo PPG-LETRAS UFT
gustavogomesmenezes.gg@gmail.com

Neila Nunes de Souza
PPG-LETRAS – UFT
neilasouza@mail.uft.edu.br

No Brasil, o sistema educacional passou por uma significativa reestruturação a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e da aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996. A Declaração Universal dos Direitos Humanos assegura que todos têm direito à educação, mas limita a gratuidade e o acesso universal aos níveis elementares e fundamentais de ensino. Embora o acesso à educação seja fundamental para garantir esse direito, o conceito de universalidade não se aplica integralmente ao ensino superior. A Declaração

recomenda que o ensino superior seja acessível sem discriminação, mas, ao contrário dos níveis básico e técnico, não determina que ele deva ser amplamente disponível para todos. A presença de estudantes indígenas no ensino superior representa uma oportunidade crucial para a reflexão sobre as práticas pedagógicas das instituições e seu impacto social. Este fenômeno evidencia a importância da inclusão, e os desafios enfrentados pelas universidades em garantir a permanência desses alunos. A promoção de um ambiente educacional que valorize e respeite os saberes originários é essencial para a construção de processos de interculturalidade efetivos. A presente pesquisa tem por objetivo geral analisar as políticas de permanência estudantil de povos indígenas nos cursos da Universidade Federal do Tocantins do campus de Porto Nacional, Tocantins. De cunho qualitativa, a pesquisa é baseada em revisão bibliográfica e documental. O levantamento de informações foi realizado com base em sistemas para consultas secundárias nos quais se destacam: Web of Science, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Elsevier, Scientific Electronic Library Online – SciELO, ResearchGate, Google Acadêmico, Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins Campus de Porto Nacional, Site do Planalto/ Senado (e demais plataformas do Governo Federal), entre outros repositórios. Entre os principais resultados destaca-se que as políticas de ações afirmativas no ensino superior, demonstram um impacto positivo nas taxas de conclusão de curso. Especificamente na Universidade Federal do Tocantins, a análise revela que, embora haja esforços institucionais e programas de assistência estudantil para a permanência de estudantes indígenas, alguns ainda enfrentam dificuldades de rendimento acadêmico, indicando a necessidade de ações contínuas contra a evasão.

TÍTULO NÃO INFORMADO

Gustavo Gomes de Menezes
Universidade Federal do Tocantins
gustavogomesmenezes.gg@gmail.com

A inserção de estudantes indígenas no ensino superior representa uma importante conquista das políticas públicas de democratização do acesso à universidade. Contudo, observa-se que muitos desses estudantes enfrentam dificuldades significativas no processo de adaptação acadêmica, especialmente no campo da escrita. A escrita acadêmica, marcada por convenções e regras próprias, exige um domínio linguístico e discursivo que, muitas vezes, não corresponde às práticas culturais e linguísticas de origem desses alunos. A Universidade Federal do Tocantins (UFT), por meio de ações afirmativas e programas de monitoria, tem se tornado um espaço de convivência intercultural, no qual diferentes saberes e modos de expressão coexistem. Entretanto, ainda é perceptível o desafio de garantir que a diversidade linguística e cultural dos povos indígenas seja reconhecida e valorizada, evitando que as diferenças se transformem em barreiras à permanência e ao êxito acadêmico. A língua e cultura é uma ferramenta importante no contexto histórico brasileiro, o ensino de português deve ter também como objetivo a formação de um indivíduo que saiba ler e interpretar o espaço, que consiga analisar o sistema e as estruturas que produzem a sua organização, para isto é preciso dar um novo enfoque para como a linguística vem sendo apresentada nos contextos científicos e culturais. Considerando a cultura, interculturalidade, pluralidade, diversidade, especificidade, diferenciação, bilinguismo e escola comunitária como processo inerente ao sistema educacional da rede pública de ensino, as línguas indígenas são consideradas patrimônio cultural e requer planejamento do corpus da língua, bem como planejamento dos status da língua, considerando ações concretas em função da cidadania, práticas didáticas pedagógicas específicas e diferenciadas, crenças, valores atribuídos às diversidades linguísticas trazendo o a língua indígena materna como elemento norteador do processo de ensino e aprendizagem.

A CONTRIBUIÇÃO INDÍGENA PARA A TOPONÍMIA DO PIAUÍ: DADOS PRELIMINARES PARA UM FUTURO ATLAS TOPONÍMICO

Messias dos Santos Santana
UESPI/FAPEPI
messiassantos@ors.uespi.br

A colonização do atual território do Piauí, iniciada na segunda metade do século XVII, ocorreu com a expansão da criação do gado vacum. Na segunda metade do século XVIII, as terras dos atuais territórios Tabuleiros do Alto Parnaíba e Chapada das Mangabeiras ainda eram ocupadas pelos Gueguê e Acroá, e o colonizador ainda não havia se apossado delas, conforme se observa na Carta geográfica da Capitania do Piauí, e parte das adjacentes (Galluzzi, 1761). A partir dessa realidade, temos desenvolvido pesquisas – com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), no âmbito, por exemplo, do Edital 005/2024 – em que buscamos responder, principalmente, os seguintes questionamentos: i) teriam esses indígenas deixado influência na toponímia do Piauí; ii) existe, dentre os nomes geográficos empregados no Piauí no ano de 2010 – em particular nos territórios Tabuleiros

do Alto Parnaíba e Chapada das Mangabeiras –, algum que seja de origem indígena?. Como objetivos, essas pesquisas têm apresentado os seguintes: identificar os topônimos de origem indígena existentes em municípios desses territórios; caracterizá-los quanto aos aspectos morfológico, semântico, etimológico e sócio-histórico-culturais. Para alcançá-los, foi constituído um corpus a partir de mapas digitais dos municípios pertencentes a ambos os territórios, mapas esses elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o censo de 2010, os quais foram analisados sob os pressupostos teóricos da Onomástica, em especial da Toponímia (Dauzat, 1939; Dick, 1990; 1992; Isquierdo e Dargel, 2020). No total, identificaram-se 4.369 topônimos, dos quais 480 são de origem indígena ou possuem palavra de origem indígena em sua composição. A análise desses topônimos mostrou que a sua referência é, sobretudo, à fauna e à flora; nenhum deles faz referência à cultura, à organização social, à economia ou à religião desses povos; nenhum desses topônimos é de origem Jê (grupo étnico ao qual pertenciam os Gueguê e os Acroá); todos são de origem Tupi; quanto à sua formação, são ou emprestados, ou híbridos por derivação, ou híbridos por composição. Concluímos que a ausência de palavras do ramo jê decorre dos conflitos entre estes povos e os colonizadores, em que estes, após o domínio das terras, entre o fim do século XVII e o fim do XVIII, empregaram vocábulos Tupi, já amplamente incorporados à sua língua. Esta proposta se enquadra no eixo temático “Léxico, História e Memória: o legado dos povos indígenas”.

LÉXICO DE ORIGEM INDÍGENA E A AUSÊNCIA DE REPRESENTATIVIDADE NOS DICIONÁRIOS

Francisco Hamilton Sousa da Cruz Júnior

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab
hcruz@aluno.unilab.edu.br

Gislene Lima Carvalho

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab
gislenecarvalho@unilab.edu.br

As palavras de origem indígena fazem parte do léxico da língua portuguesa, especialmente nos topônimos e na nomeação de elementos da fauna, da flora e da cultura popular. Considerando que, tradicionalmente, o dicionário é material no qual se registra o léxico de uma língua e as informações acerca deste, o presente trabalho objetiva analisar de que maneira se dá a representatividade do léxico de origem indígena nos dicionários de língua portuguesa. Além disso, buscamos identificar como os processos de dicionarização podem reproduzir práticas eurocêntricas e coloniais. A pesquisa é de base qualitativa e documental na qual comparamos as definições dos verbetes referentes a palavras de origem indígena em três dicionários, a saber: o dicionário online Priberam, o Grande Dicionário Sacconi da Língua Portuguesa (2009) e o Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil (2007). Delimitamos nossa análise nos verbetes potiguar, tapera, pajé, tocaia e jenipapo. Os resultados revelam lacunas etimológicas, cosmológicas e narrativas, visto que as obras lexicográficas analisadas tendem a esvaziar e/ou apagar a semântica cultural dos termos indígenas. Nota-se um apagamento ainda mais acentuado nos dicionários de língua geral, Priberam e Sacconi. A análise demonstrou que as obras lexicográficas analisadas reproduzem um processo eurocêntrico de epistemicídio, que neste caso se revela no apagamento dos valores culturais indígenas que subjazem as palavras analisadas. Destacamos, portanto, a necessidade de uma lexicografia decolonial e intercultural que valorize a pluralidade dos saberes indígenas e suas contribuições à língua portuguesa.

DESATANDO AS CORDAS DA COLONIZAÇÃO: NARRATIVAS, COSMOVISÕES E A REEXISTÊNCIA DO POVO KIXARÁ TAPUIA

Francisco Darlan de Oliveira Nascimento

darlan2121hhh@gmail.com

Esta pesquisa debruça-se sobre a trajetória histórica e a luta do povo indígena Kixará Tapuia, localizado no município de Quixeramobim, Ceará. O estudo parte da premissa de que a colonização impôs um apagamento sistemático das línguas, culturas e territórios originários, substituindo-os por uma herança eurocêntrica e opressora. O problema central investiga como ocorre o processo de retomada da cultura desses sujeitos frente a um cenário de invisibilidade e discriminação. O trabalho justifica-se pela urgência em registrar e compreender as narrativas dos próprios indígenas, tirando-os da posição de silenciamento e colocando-os como protagonistas de sua própria história e resistência. Pois é necessário cada vez mais contar a história de nosso país de forma interdisciplinar e não apenas pela visão de quem o usurpou. A pesquisa caracteriza-se como básica, de natureza qualitativa e caráter exploratório, adotando o método etnográfico como eixo central. O embasamento teórico articula a Antropologia e a Linguística para compreender a cultura não como algo estático, mas como um campo de tensão e resistência. Baseia-se em Clifford Geertz (1973)

para tratar a etnografia como uma abordagem teórico-metodológica do significado e interpretação de símbolos culturais, Raymond Williams (1977) e os conceitos de cultura residual e emergente para demonstrar que as tradições indígenas são formas ativas de resistência à hegemonia, e não meros resíduos do passado, e em Biderman (2001), Pontes (2009) e Thiél (2012) para discutir o léxico como mecanismo de poder e analisar como a nomeação (índio e indígena) e a imposição da língua portuguesa atuaram como mecanismos de apagamento e como a ressignificação lexical é vital para a autoidentificação e luta política. Podemos concluir que a investigação sobre o povo Kixará Tapuia transcende o interesse puramente acadêmico, constituindo-se como uma ferramenta política e social. Espera-se que os resultados demonstrem como a memória e a oralidade funcionam como instrumentos de contra-hegemonia. A pesquisa busca contribuir para romper as "bolhas" de desinformação e preconceito estrutural, fortalecendo a luta por direitos territoriais e por reconhecimento da diversidade étnico-racial como valor fundamental, combatendo a lógica da "brancitude" que tenta marginalizar os corpos e as histórias indígenas.

O PASSADO QUE NOS NEGAM: POVOS INDÍGENAS DE RETOMADA NO CEARÁ

Ticiane Rodrigues Nunes
URCA/UECE
ticianer.nunes@uece.br

Ao longo da história diversas estratégias colonialistas foram orquestradas para usurpar os territórios tradicionais, entre elas o apagamento étnico e o genocídio de muitos povos indígenas. Diante dessa constatação, o presente trabalho busca problematizar o projeto de apagamento dos povos originários no Ceará a partir da Descrição da Capitania do Ceará, datada de 1766, do Relatório Provincial do Siará, do ano de 1863, e do discurso que circula na mídia local do Ceará sobre os indígenas em retomada, por meio de análise crítica do discurso (Van Dijk, 2008; 2016; Vieira; Resende, 2016). A Descrição e o Relatório os documentos são referenciais recorrentemente utilizados para comprovar a ausência de indígenas em território cearense. Contudo, com o levante indígena iniciado na segunda metade do século XX, a veracidade das informações presentes nesses registros passou a ser questionada, o que evidencia a presença de diversos povos nesse território desde o período colonial, bem como a necessidade de erradicar oficialmente uma população que por direito pode reivindicá-lo. É nesse sentido que, observar os documentos produzidos pela administração colonial e imperial, é uma estratégia plausível que nos permitirá perceber e debater as estratégias discursivas adotadas para apagar a memória dos povos indígenas cearenses. Assim, a análise aqui aventada desenvolve um diálogo com as perspectivas social, histórica e antropológica para problematizar, debater e compreender como o levante indígena vivido na contemporaneidade no Ceará é fruto de uma ancestralidade negada e sequestrada, rejeitada pelo Poder Público e não reconhecida muitas vezes pela sociedade local. Portanto, confrontar esses discursos com os discursos hoje direcionados aos grupos de retomada é uma maneira de problematizar a emergência de metodologias humanizadoras que possibilitem os indígenas aldeados ou não, em contexto urbano ou rural, o direito a terem sua ancestralidade reconhecida e vivida em comunidade.

A INFLUÊNCIA INDÍGENA NA TOPONÍMIA DO PORTAL DO SERTÃO DA BAHIA

Analidia dos Santos Brandão
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA
analidia.brandao@ifba.org.br

Este resumo busca apresentar um recorte dos estudos realizados na tese de doutorado intitulado ESTUDO TOPONÍMICO NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE 19 - PORTAL DO SERTÃO DA BAHIA. O corpus da pesquisa de doutoramento foi constituído por 988 topônimos de acidentes físicos e humanos, referentes a 17 municípios que compõem esse território. Para a constituição do corpus, partiu-se de dados sincrônicos, que foram coletados em mapas descritivos municipais elaborados pela Diretoria de Informações Geoambientais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, que tiveram como fontes-base o Sistema de Transporte - DERBA (2007), a lista de Localidades - IBGE (2010) e a Divisão Político-Administrativa do Estado da Bahia - SEI (2015). Os mapas possuem escala 1.100.000, com mancha urbana bem definida, e são constituídos de acidentes físicos (rios, riacho, serra etc.) e de acidentes humanos (cidades, vilas, fazendas, povoados etc.). Após a catalogação dos dados, buscou-se analisar os topônimos sob três perspectivas: a taxionomia, a formação da palavra e a língua de origem. O recorte aqui apresentado refere-se às línguas que originam os topônimos da região, com foco na língua indígena, uma vez que, nos dados analisados, foi identificado uma menor incidência da influência dos povos indígenas, confirmando outros estudos que apontaram para o processo de apagamento das línguas indígenas e africanas no processo nominativo. Na pesquisa, os topônimos de origem indígena tiveram uma média expressividade dentre os dados apresentados, ao todo foram 167 ocorrências, perfazendo 16,9% dos dados. Considerando a história social de

formação do país, percebe-se que os povos indígenas possuíam diversas línguas faladas na costa brasileira e também pelo interior não desbravado e mesmo com tentativa de apagamento histórico desses povos, é possível identificar várias influências, principalmente da língua tupi no processo nominativo dos nomes de lugares e acidentes geográficos no território analisado. Em suma, os resultados encontrados, no recorte toponímico investigado, coadunam com os estudos realizados para a descrição de topônimos. Além disso, a toponímia presente no Território de Identidade 19 reafirmou a estreita relação entre a tríade: léxico, cultura e sociedade, de modo a apresentar a consolidação da herança cultural, da formação do território e das influências da história social do portal do sertão baiano, que são materializados e eternizados pelo léxico toponímico.

RETOMADA CULTURAL E REVITALIZAÇÃO LINGUÍSTICA DO POVO KIXARÁ TAPUIA

Gabriela Maciel Araújo
UECE
gabriela.maci@aluno.uece.br

Ticiane Rodrigues Nunes
URCA/UECE
ticianer.nunes@uece.br

Este trabalho investiga o processo de retomada identitária do povo indígena Kixará Tapuia, localizado no município de Quixeramobim, no sertão central do Ceará. A pesquisa analisa especialmente o léxico, as práticas culturais e as estratégias que fortalecem a reconstrução da identidade étnica do grupo. Fundamentada na Linguística Aplicada em diálogo com a Etnografia, adota uma abordagem qualitativa, com observação participante, grupos focais e registros de diário de campo. A fundamentação teórica articula as contribuições de Abbade (2011), Nunes (2018), Moita Lopes (2009) e Biderman (1998) para discutir o léxico e os pressupostos da Linguística Aplicada. No campo metodológico, dialoga com Angrosino (2009), Barbour (2009) e Kozinets (2014), que oferecem subsídios para a compreensão da etnografia, da observação participante e da utilização de grupos focais. Para o debate sobre questões indígenas e retomada, apoiamos-nos em Jaguaribaras (2025), Krenak (2019), Kopenawa e Albert (2010), Viveiros de Castro (2016), Garnelo (2012) e Potiguara (2018), cujas reflexões aprofundam a relação entre memória, ancestralidade, territorialidade e resistência dos povos originários. Os resultados mostram que a retomada étnica e linguístico-cultural dos Kixará Tapuia constitui um movimento de resistência, sustentado pela memória coletiva, pela oralidade e pela valorização de práticas ancestrais, como o Toré e o resgate de fragmentos lexicais da antiga língua Fôri. A análise evidencia que a língua e o léxico funcionam como importantes espaços de preservação cultural, atuando como formas de resistência diante do apagamento histórico produzido pela colonização. Do ponto de vista histórico, o estudo reúne documentos e registros que comprovam a presença ancestral dos Kixará Tapuia no sertão central, como referências à “tribo tapuia dos Quixarás” em textos do Instituto do Ceará e relatos sobre conflitos e massacres envolvendo o povo Quixará/Quixadá no período colonial. Somados às narrativas orais e à produção atual da comunidade, esses materiais reafirmam a continuidade e a legitimidade da presença indígena na região. Desse modo, concluímos que a retomada do povo Kixará Tapuia é um processo político, cultural e linguístico de reexistência, no qual a identidade se reconstrói junto à luta pelo território e à revitalização dos modos de vida tradicionais.

AS REDES SOCIAIS E A MANUTENÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS AOS POVOS ORIGINÁRIOS POR MEIO DAS HASHTAGS "ÍNDIO" E "INDÍGENA": UMA ANÁLISE LÉXICO-SEMÂNTICA

Iarly Ferreira Araujo
iarly.araujo@hotmail.com

Joana Angélica Santos Lima
joanalimma@yahoo.com.br

O presente trabalho propõe uma análise léxico-semântica e discursiva centrada nos vocábulos "índio" e "indígena", quando utilizados como hashtags na plataforma de mídia social Instagram. O objetivo principal é investigar de que maneira a escolha lexical por um termo em detrimento do outro atua na construção, manutenção e reforço de estereótipos que impactam diretamente a percepção social e, por consequência, as políticas públicas voltadas à defesa e garantia dos direitos dos povos originários no Brasil. A pesquisa fundamenta-se na hipótese de que a língua, enquanto fenômeno social e histórico, opera como um potente instrumento de poder, capaz tanto de legitimar e validar identidades e lutas, quanto de oprimir e perpetuar estigmas. Nesse contexto, os povos indígenas, que enfrentam um

longo histórico de vilipêndio de seus direitos e de suas culturas, continuam a ser alvo de representações estereotipadas, muitas vezes consolidadas pelos adjetivos e substantivos que lhes são socialmente empregados. Tendo por base teórica os estudos de Mattos e Silva (2004), Fiorin (2022), Krieger e Finatto (2023), Orlandi (1984), Nobles (2023), Perroni-Moisés (1992) Munduruku (2019), Recuero, Zago, Bastos, et.al (2015). Para a consecução dos objetivos, foi empregada uma metodologia de natureza mista, que articula a análise quantitativa e qualitativa das postagens. A abordagem quantitativa se dedica ao levantamento da frequência de uso de cada hashtag (#índio e #indígena), bem como à análise de sua correlação com outras hashtags, a fim de mapear campos semânticos predominantes. Subsequentemente, a análise qualitativa, embasada nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso, se aprofunda no conteúdo imagético e textual das publicações mais relevantes. Serão examinados os enunciados concretos, buscando compreender sua intencionalidade discursiva e as vozes sociais que emergem, a fim de identificar se as postagens contribuem para uma visão folclorizada e anacrônica ou para uma representação politizada e contemporânea. Espera-se demonstrar como o uso acrítico do termo "índio", frequentemente associado a fantasias e a um passado romantizado, pode esvaziar a agência política dos sujeitos indígenas e enfraquecer o apoio público a pautas urgentes, como a demarcação de terras e o acesso à saúde e educação diferenciadas. Assim, a pesquisa visa evidenciar a intrínseca relação entre o léxico no ambiente digital e suas implicações materiais na esfera política e social.

MEMÓRIA E APAGAMENTO: PATRIMÔNIO E HISTÓRIA INDÍGENA NA ANTIGA SEDE DA COLÔNIA AZAMBUJA EM PEDRAS GRANDES (SANTA CATARINA)

Lucia Cabral Zimmermann
Univille
luzimer@gmail.com

Dione da Rocha Bandeira

Mariluci Neis Carelli

Esta comunicação traz os resultados preliminares da pesquisa de mestrado da primeira autora no Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, Joinville, SC. Está vinculada à linha Patrimônio, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao Laboratório de Arqueologia e Patrimônio Arqueológico desta Universidade. Tem como objetivo problematizar a historicidade do município de Pedras Grandes que tem subestimado a presença indígena e seu patrimônio. Este município tem sua origem na antiga colônia de imigração italiana denominada Azambuja criada no final do século XIX. Hoje, o município destaca a cultura italiana, devido aos imigrantes desta nacionalidade que ali chegaram em 1877. Porém, na mesma área havia relatos da presença de indígenas e do consequente conflito entre os dois grupos à medida que a paisagem foi sendo alterada dando origem a um território transformado com as intervenções dos imigrantes. Os indígenas habitavam a área de abrangência da colônia no período pré e pós-colonial. No contexto regional, há registros arqueológicos relacionados à presença dos antigos caçadores e coletores Umbu, assim como dos povos Jês do Sul. A metodologia de pesquisa envolve a revisão de estudos arqueológicos, históricos e antropológicos sobre os povos originários e sobre o encontro do imigrante com estes povos. Também se tem feito buscas junto aos moradores por objetos arqueológicos encontrados no município, e entrevistas de história oral. Esta metodologia auxilia no registro de relatos sobre os grupos que formaram o município. Atualmente o crescente movimento que busca ofertar atrações turísticas usa o título de Cidade Berço da Colonização Italiana e visa reforçar essa identidade cultural. Sendo um grande desafio conhecer mais profundamente a história do Município, inserindo a população indígena, os portugueses que trabalharam na construção da ferrovia e outros migrantes e imigrantes que continuam chegando até a contemporaneidade.

SABERES ANCESTRAIS EM TRÂNSITO: O ENSINO DOS CONHECIMENTOS MEDICINAIS XERENTE NA ALDEIA KRIPÉ NO ESTADO DO TOCANTINS

Josy Barros Noleto de Souza
Universidade Federal do Tocantins
josybarros1986@gmail.com

Juciene Ricarte Cardoso
Universidade Federal do Tocantins

A pesquisa tem como objetivo documentar e analisar os processos de ensino e transmissão dos saberes medicinais ancestrais da comunidade indígena Xerente, localizada na Aldeia Kripé, no Estado do Tocantins. Esses conhecimentos, transmitidos oralmente entre gerações, envolvem o uso de plantas, práticas terapêuticas e outros recursos naturais que integram a vida cultural e espiritual do povo Xerente. O estudo busca compreender de que modo esses saberes estão sendo preservados e adaptados na contemporaneidade, considerando o papel da escola indígena como espaço de resistência cultural e valorização dos conhecimentos tradicionais. A metodologia adotada é qualitativa, de caráter etnográfico, com utilização de entrevistas semiestruturadas, observações participantes e análise documental. A pesquisa envolve anciãos, pajés, professores e jovens da comunidade, com o intuito de identificar as estratégias de ensino e os desafios enfrentados na continuidade desses saberes diante das influências externas e dos modelos educacionais ocidentais. Espera-se como resultado a construção de um banco de dados sobre os conhecimentos medicinais Xerente, o fortalecimento da identidade cultural e a valorização dos saberes ancestrais no currículo da educação escolar indígena, contribuindo para o reconhecimento dessas práticas nas políticas públicas de educação e saúde.

LÍNGUA AKWÊ E A LÍNGUA PORTUGUESA: A FALA DOS MAIS JOVENS E O VOCABULÁRIO DOS ANCIÃOS

Paulo Fernando Sitmoru - Xerente
PPG-LETRAS UFT
paulofernandositmoru@gmail.com

Neila Nunes de Souza
PPG-LETRAS – UFT
neilasouza@mail.uft.edu.br

O presente trabalho buscou analisar e compreender, as práticas pedagógicas da Escola Estadual Indígena Sakruiwê localizada na Aldeia Funil Sakrepra próxima a cidade de Tocantínia - TO. Para isso, partiu-se de uma revisão bibliográfica sobre pedagogias e culturas tradicionais, a fim de discutir a estruturação das bases curriculares que visam ao ensino das línguas portuguesa e Akwê para estudantes indígenas. Apresenta uma discussão de como estruturam-se as bases curriculares que tem como proposta ensinar as línguas portuguesas e Akwê, para estudantes indígenas. O estudo também se propõe a apresentar os resultados de uma investigação sobre palavras que sofreram apagamentos de consoantes e vogais na fala dos jovens Akwê Xerente, comparando-as com as formas utilizadas pelos indígenas mais velhos, os Wawê, considerados anciãos e guardiões da língua materna Akwê. Dessa forma, busca-se compreender as variações fonético-fonológicas observadas na fala da nova geração, por meio do confronto com o vocabulário dos anciãos. O objetivo deste trabalho é buscar estudar e entender o porquê algumas palavras sofreram variações, ou mudanças, na fonética-fonológica, falado pela nova geração que são os mais jovens Wapteakwê, por meio da comparação do vocabulário dos mais velhos que são os anciãos, por serem fontes de conservação da língua materna Akwê. Os resultados e conclusões apresentados articulam-se com a realidade vivenciada por mim, autor deste trabalho, enquanto integrante do povo Akwê residente na Aldeia Funil. Relato as dificuldades enfrentadas com o uso da língua portuguesa ao ingressar no ensino superior, o que reforça a importância desta reflexão. Por fim, a proposta busca apontar os limites da educação escolar nas aldeias e sugerir possíveis caminhos para superá-los.

TÍTULO NÃO INFORMADO

Gustavo Kanōkrā Xerente
gustavowaikanokra@gmail.com

A proposta de um vocabulário bilíngue Akwê – Português brasileiro no campo lexical da fauna busca preservar e valorizar a língua indígena Akwê, que é falada por este etnia que chega atualmente com número expressivo de cinco mil a gentes indígenas, este grupo possui a origem familiar do tronco linguístico Jê, Geograficamente se encontra em espaço Brasileiro central, especificamente conhecido por esta dentro de um estado mais novo do Brasil, O Tocantins. O objetivo deste estudo é documentar, sistematizar e disponibilizar termos relacionados à fauna, uma parte significativa da cosmologia e do cotidiano do povo Indígena Akwê, fortalecendo o entendimento intercultural e fomentando iniciativas de revitalização e melhoramento na compreensão do comportamento linguística do akwê.

O vocabulário é concebido e pode ser associada, como uma ferramenta pedagógica indígena e cultural, tanto para a comunidade Xerente quanto para pesquisadores e educadores indígenas e não indígenas. Ele reúne nomes de animais relevantes em ambos os idiomas, uma vez que se subentende o Termo L1 como a primeira língua e L2 de

maneira que se apropria de uma língua secundária, isto é, segunda língua falada pelos nativos do chão brasileiro, considerando aspectos linguísticos, culturais e ecológicos. O processo de elaboração envolve a coleta de termos, consulta a falantes nativos, análise semântica e tradução contextualizada, a fim de garantir precisão e respeito à visão de mundo Xerente. Além de promover a preservação também tende ocasionar uma proposta de lexicografia padronizada da língua Akwẽ, assim o vocabulário contribui para o registro de conhecimentos tradicionais associados à fauna, reforçando a importância da biodiversidade e do patrimônio cultural indígena Akwẽ. A publicação do material pretende servir como um marco para futuras iniciativas de documentação, e assim por reforçar um planejamento de um vocabulário padrão, além do mais a valorização linguística e ambiental no Brasil que é um País Indígena.

PROPOSTA PARA A ELABORAÇÃO DE PALAVRA ESPECIALIZADA NO ESPAÇO SAGRADO KARAJÁ (MACRO-JÊ)

Edmilson Habudia Karajá
PPG-LETRAS UFT
edmilson.karaja@professor.to.gov.br

Neila Nunes de Souza
PPG-LETRAS – UFT
neilasouza@mail.uft.edu.br

Maurício Alves da Silva
PPG-LETRAS UFT
mauricio.silva@mail.uft.edu.br

Esta pesquisa tem como objetivo principal elaborar um documento de estudo sobre palavra especializada no espaço sagrado Karajá, língua falada pelo povo de mesmo nome, pertencente à família do tronco Macro-Jê. A língua Karajá é uma língua do tronco linguístico Macro-Jê os povos Karajá estão divididos em quatro estados brasileiros: Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Pará. Algumas perderam sua língua materna e outros está em revitalização ao mesmo tempo esta língua está sendo utilizada como segunda língua. O maior número de população aldeia Karajá se encontra no Estado Tocantins e Mato Grosso onde a língua materna está ativa e viva, todos se comunicam com sua língua materna e todo mundo entende a fala do outro. A pesquisa justifica-se pela necessidade urgente de documentação e revitalização linguística, uma vez que a língua Karajá, embora viva e ativa como idioma materno em comunidades dos estados do Tocantins e Mato Grosso, enfrenta sérias ameaças. Essas ameaças incluem a invasão linguística de outros idiomas, a perda progressiva do uso em alguns subgrupos e a escassez de registros sistemáticos de seus saberes tradicionais, como narrativas, cânticos e conhecimentos específicos. O trabalho propõe-se a mapear e descrever termos especializados ligados ao domínio sagrado, visando não apenas à preservação desse conhecimento vivo, mas também ao seu fortalecimento político e técnico. A iniciativa busca promover o fortalecimento da política linguística e técnica o uso da escrita e oralidade dentro da comunidade e escolar.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 15 - ENCRUZILHADA ANCESTRAL: HISTÓRIA, MEMÓRIA, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA INDÍGENA NO EXTREMO SUL DA BAHIA

Coordenação:

Danilo Silva Guimarães (USP)
Gabriela Andrade da Silva (UFSB)
Halysson Gomes da Fonseca (UNEB)

Resumo do Simpósio Temático: O Extremo Sul da Bahia está assentado em encruzilhadas históricas: foi a primeira região colonizada por portugueses, em um movimento marcado por intensos conflitos, com aniquilação ou exploração da natureza e dos povos originários, que, junto com pessoas negras, capturadas em diversas partes de África, constituíram a força de trabalho que tornaria a colônia produtiva para a metrópole europeia. Essa história sempre foi contada a partir das conquistas de pessoas brancas, ricas, católicas, escolarizadas, apagando-se, estrategicamente, as memórias de outros povos. Academicamente ou por meio das tradições orais, reconhecemos a importância da memória para a construção de identidade e resistência, na conexão com a ancestralidade e com o próprio território. As memórias dão sentido à existência e formatam corpos que resistem, ao sentirem-se parte de um tecido coeso, tornando-se uma das principais armas contra o espreitamento do poder colonial. Assim, este Simpósio Temático promoverá o encontro entre experiências de ensino, extensão e pesquisa com indígenas do Extremo Sul da Bahia. O território compartilhado e as memórias serão o fio que costura experiências em Psicologia Indígena, oferta de cursos de graduação interculturais indígenas, estudos linguísticos e literários e preservação de saberes ancestrais indígenas em terreiro de umbanda, realçando a persistência ou a reconstrução das identidades indígenas que, enfrentando cinco séculos de violências, ainda se afirmam. Esperamos que essa aproximação seja a pedra fundamental de uma rede de trabalho interdisciplinar e interinstitucional com indígenas do Extremo Sul da Bahia, em construção.

O PANORAMA DE VIOLÊNCIAS CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NA BAHIA: A GUERRA PSICOLÓGICA EM CONTEXTO DE CONFLITOS TERRITORIAIS E O SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO

Marta Aparecida dos Santos Mamédio
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
psimartamamedio@gmail.com

O presente estudo analisa o panorama das violências sofridas pelos povos indígenas na Bahia entre 2011 e 2022, com recorte dos últimos três Governos Federais, a partir dos dados dos relatórios de violência contra os povos indígenas do CIMI em diálogo com a Psicologia Social Crítica. O estudo demonstra que as violências físicas, simbólicas, territoriais e institucionais configuram um padrão estrutural e contínuo, marcado pela herança colonial e pela disputa permanente pelos territórios tradicionais. Entre os principais achados, destaca-se a alta incidência de assassinatos, tentativas de homicídio, invasões, ameaças, racismo e abusos de poder, com maior concentração entre os povos Pataxó, Tupinambá e Pataxó Hãhãhãe, entre o Sul e Extremo Sul do estado. As omissões estatais em saúde, educação e regularização fundiária reforçam formas de sofrimento ético-político e de necropolítica, evidenciando a seletividade da proteção estatal. O período apresenta intensificação das violências nos anos do governo Bolsonaro, sobretudo em conflitos armados, invasões possessórias e mortalidade infantil. A análise aponta que a violência territorial é o eixo central que conecta as demais violações, revelando que o Estado, ao negligenciar a demarcação e a assistência, contribui para a produção e reprodução do sofrimento coletivo. Conclui-se que a situação configura um cenário de guerra prolongada, no qual os povos indígenas resistem por meio da luta territorial, da mobilização política e da afirmação de seus modos de vida, reafirmando a necessidade urgente de políticas estruturantes e do reconhecimento pleno de seus direitos. Destaca-se que a demarcação dos territórios é elemento central para mitigar as violações e que a resistência indígena, apesar do contexto adverso, permanece como força fundamental para a defesa da vida, da dignidade e dos direitos originários.

CABOCLOS, OS DONOS DO CHÃO: ENCANTARIAS INDÍGENAS, MEMÓRIAS E RESISTÊNCIA EM TERREIRO DE UMBANDA POPULAR NO EXTREMO-SUL DA BAHIA

Gabriela Andrade da Silva
Universidade Federal do Sul da Bahia, Centro de Formação em Ciências da Saúde.
gabriela.silva@ufsb.edu.br

O “Projeto Memoriô: Centro de Memória da Tenda de Umbanda Luz Divina de São Jorge, como salvaguarda do patrimônio imaterial”, com recursos da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), buscou resgatar e dar visibilidade à história desse terreiro, fundado em 1999, em Teixeira de Freitas - BA. Criamos um Centro de Memória em formatos virtual (website) e físico, apresentado em uma exposição, replicada, entre outubro e novembro de 2025, na UFSB, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e no Instituto Federal Baiano. Em entrevistas com Mãe Lia (Mãe-de-Santo) e Pai Clayton (Pai-Pequeno), que, também, é seu filho de sangue, descobrimos que, por volta das décadas de 1940 a 50, na zona rural de Jucuruçu – BA, Dona Avelina, mãe de Mãe Lia, mulher indígena, que nunca havia frequentado terreiro, começou a incorporar, espontaneamente, em seu ambiente doméstico, encantados de tradições indígenas, como o Caboclo Sultão das Matas e a Cabocla Jurema, e, posteriormente, outros encantados, inclusive de tradição do catolicismo popular (como São Jorge e Santa Bárbara). Muito antes de um sincretismo com o orixá Oxóssi, os Caboclos, Donos do Chão, indicavam onde havia caça e outros alimentos na mata e receitavam remédios, em contexto de escassez, sem médicos e sem assistência do Estado, permitindo, portanto, a sobrevivência da família de Dona Avelina, incluindo sua filha, que, hoje, se tornou Mãe-de-Santo. Após Dona Avelina desencarnar, em 2019, esses encantados permaneceram conosco, trabalhando no terreiro, por meio do aparelho de Mãe Lia, mantendo a tradição de hereditariedade. Tensionando versões que reduzem a complexidade da história das umbandas a um suposto embranquecimento de espiritualidades africanas, o terreiro de Umbanda Popular Tenda de Umbanda Luz Divina de São Jorge se originou nas encantarias indígenas e, após diversos deslocamentos forçados da família de Mãe Lia, ainda perpetua, na sua liturgia, na vivência da corporeidade, do tempo, do espaço e no uso das tecnologias de terreiro, perpetua, na grande cidade, parte dessas tradições, atualmente, em confluência com outras, de origens africanas e europeias. Essa comunidade tradicional tem resistido, desde o início do século XX, às demandas do capitalismo, do colonialismo e do racismo e, atualmente, luta para permanecer no imóvel que ocupa e do qual cuida, há quase nove anos.

A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS, AS AUTORIAS INDÍGENAS E A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO EXTREMO SUL DA BAHIA.

Andressa Viana de Almeida

Kijetxawê: Currículo, Diferença e Formação de Professores (UERJ-UFSB)
andressaviana.ppger@gmail.com

Halysson Gomes da Fonseca

Centro de Pesquisa Intercultural e da Temática Indígena (CEPITI-UNEB)
hgfonseca@uneb.br

Este estudo situa a formação docente continuada como eixo central para a efetivação de uma educação antirracista no Extremo Sul da Bahia. Nele, a contação de histórias é elevada à condição de um dispositivo formativo capaz de operar transformações nos educadores, colocando-se a serviço do resgate da memória e da construção das identidades regionais. A investigação busca responder: de que modo a prática reflexiva de narrar histórias de autorias indígenas e afro-brasileiras pode ressignificar o fazer pedagógico de professores da Educação Infantil e dos anos iniciais, fomentando uma atuação em consonância com a Lei 11.645/08 de maneira expansiva? Objetiva-se, com isso, que os educadores possam mediar, em sala de aula, processos de (re)conhecimento e valorização das identidades plurais que compõem o tecido social do Extremo Sul baiano, tendo a memória cultural como ferramenta de resistência e empoderamento. Para tal, a pesquisa ancora-se em bibliografias de autores indígenas e afro-brasileiros, explora experiências em formação docente e se apropria de métodos de contação de histórias que valorizam a oralidade e a memória como patrimônio imaterial. A intenção é potencializar a aplicação da Lei 11.645/2008 nos espaços educacionais da região, estabelecendo um diálogo profícuo com as textualidades que guardam e transmitem as identidades e a memória dos povos tradicionais do Território de Identidade Extremo Sul. Assim, essa pesquisa se insere no eixo temático “Encruzilhada Ancestral: História, Memória, Identidade e Resistência Indígena no Extremo Sul da Bahia”.

A HISTÓRIA DA BAHIA E A “ZONA TAMPÃO”: UMA HISTÓRIA SOBRE FLORESTAS, CONCEITOS, PERMANÊNCIAS E RESISTÊNCIAS INDÍGENAS

Halysson Gomes Fonseca

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
hgfonseca@uneb.br

Desde 1971, quando um grupo de pesquisadores da Universidade Federal da Bahia chegou na Aldeia Barra Velha nas intermediações do Monte Pascoal (região Extremo Sul da Bahia) e deram início a uma rede de pesquisas que impactou no cenário nordestino e nacional (PINEB), que as pesquisas sobre a temática indígena nas Ciências Humanas deram um salto quantitativo e qualitativo. Destacando os estudos da pesquisadora Maria Hilda Baqueiro Paraíso (UFBA), este trabalho pretende situar o papel conceitual da “zona tampão”, não só para as pesquisas em história econômica e indígena, mas para os pesquisadores e profissionais de outras áreas do campo história, tal como área ambiental, cultural e social, ou mesmo educadores inclinados à prática da perspectiva crítico-histórica de ensino. Na medida em que o conceito “zona tampão” permite contextualizar estruturalmente as permanências e migrações de povos indígenas desde a Vila de Olivença (Bahia) até as margens do Rio Doce (Espírito Santo), consente a reflexão da própria história da Mata Atlântica baiana imbricada por tais permanências, migrações e resistências do século XVIII ao XX. Curiosamente, o mesmo período em que as populações indígenas são negligenciadas e invisibilizadas pelos livros do Plano Nacional do Livro Didático. Dessa forma, debruçar-se sobre esse conceito é pôr em perspectiva as possibilidades de abordagens da história e memória do Sul e Extremo Sul da Bahia e, sobretudo, é um convite a debruçarmo-nos sobre uma reflexão crítica sobre o sentido de tais abordagens. Essa proposta se enquadra no eixo temático “Encruzilhada Ancestral: História, Memória, Identidade e Resistência Indígena no Extremo Sul da Bahia”.

A MEMÓRIA DAS ÁGUAS NA COMUNIDADE INDÍGENA TUPINAMBÁ DAS ALDEIAS MAMÃO E CAJUEIRO: UMA PROPOSTA DE REVITALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA

Geovani da Fonseca Gomes (Yperu)
LICEEI – UNEB X
geovanidafonsecagomes@gmail.com

Gisele Chagas Costa
PIEEI- UNEB X
gccosta@uneb.br

Halysson Gomes Fonseca
LICEEI – UNEB X
hgfonseca@uneb.br

Água é um bem essencial à vida e exerce papel central na cultura, saúde e subsistência das comunidades tradicionais. Preservar sua qualidade significa respeitar modos de vida ancestrais e garantir direitos coletivos. A conscientização sobre o uso responsável da água é fundamental para promover justiça ambiental e fortalecer a autonomia dessas populações frente às ameaças ambientais. A escassez de água potável nas comunidades indígenas evidencia a negligência histórica do Estado diante dos direitos fundamentais desses povos. Apesar de sua relação milenar com a natureza, muitas comunidades ainda enfrentam o consumo de água contaminada, o que compromete sua saúde, cultura e dignidade. Essa realidade expõe um grave problema de justiça socioambiental e exige ações urgentes de políticas públicas efetivas e respeitosas às especificidades culturais indígenas. No caso das Aldeias Mamão e Cajueiro, situadas ao Sul da Vila de Olivença, que empresta o nome à Terra Indígena, o Rio Ipiranga vive uma situação grave de contaminação. Esse rio é um lugar de memórias ancestrais, e memórias recentes de muitas pessoas que até há trinta anos atrás, se banhavam e consumiam suas águas para a vida doméstica e coletiva e para atividades culturais e ritualísticas. Dessa forma, uma proposta de revitalização do Rio Ipiranga deve considera-lo como um “ser de memória”, sendo também uma tarefa de resistência indígena Tupinambá, pois o referido rio é parte memorial das identidades indígenas de pessoas e entidades que vivem nas aldeias em seu curso. Assim, esta pesquisa, que está em fase inicial e é orientada pela Dr.^a Gisele das Chagas Costa, justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade da memória Tupinambá das Aldeias Mamão e Cajueiro e pela memória ancestral do direito à água, e se insere no eixo temático “Encruzilhada Ancestral: história, memória, identidade e resistência indígena no Extremo Sul da Bahia”.

UMA EXPERIÊNCIA COM A NATUREZA, COM AS MEMÓRIAS E COM A EDUCAÇÃO: OS DESAFIOS DO PROFESSOR INDÍGENA TUPINAMBÁ E SEU PROTAGONISMO

Sabrina Magalhães Pinto (Atiaia Tupinambá)
LICEEI UNEB X
sabinamagalhaes13@gmail.com

Halysson Gomes Fonseca
LICEEI UNEB X
hgfonseca@uneb.br

Desde muito cedo, percebi que havia algo em mim que me chamava para o cuidado. Um sentimento presente desde minha infância, como se eu estivesse sendo preparada para algo maior – mesmo sem entender exatamente o quê. Tenho memórias muito nítidas a partir dos meus cinco anos. Nessa idade, já observava tudo com atenção e fazia muitas perguntas sobre os acontecimentos à minha volta. Comecei a aprender com a minha avó, a “caboca” Judite – mulher silenciosa, mas extremamente sábia. Aprendi a observar o tempo, a sentir a mudança do vento, a entender o valor do silêncio, a reconhecer ervas e fazer remédios de mato, a cuidar da casa com responsabilidade e afeto, a amar o mar como quem ama uma parte do próprio corpo. Ela me mostrou que o cuidado vinha antes da palavra. Em casa, ficamos só mulheres: minha mãe e minhas quatro irmãs, duas delas ainda muito pequenas. Com nove anos, assumi responsabilidades que muitas crianças da minha idade nem imaginavam. E hoje entendo: tudo isso era o reflexo do que “a caboca” Judite me ensinou sem palavras. Aos 17 anos comecei a ser catequista, ali percebi que era isso que eu queria para mim: estudar, ensinar, trocar, escutar, partilhar. Continuei em diversos empregos, mas sempre com a ideia de que um dia eu poderia ensinar formalmente, em sala de aula. Quando chegou o momento, entendi que não se tratava só de uma profissão: era um reencontro. Na sala de aula, levo muito mais do que conteúdos. Levo memórias, valores, práticas ancestrais. Levo a força da mulher que me criou e de todas as mulheres da minha família que resistiram ao tempo e às dores sem se curvar. Durante muito tempo, a nossa identidade foi escondida, silenciada por medo, vergonha ou simplesmente para sobreviver. Hoje, através da educação, sinto que estou ajudando a desfazer esse silêncio. Estou potencializando as memórias, dando espaço as ancestralidades e oportunizando a criação de espaços de resistências. Por isso, essa pesquisa inicial se insere no eixo temático “Encruzilhada Ancestral: história, memória, identidade e resistência indígena no Extremo Sul da Bahia”.

A LUTA E REVOLTA DO CABOCLO MARCELINO NO TERRITÓRIO INDÍGENA TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

Cristiane dos Santos Silva
UNEB X – LICEEI
cristianesantos132708@gmail.com

Halysson Gomes da Fonseca
UNEB X – LICEEI
hgfonseca@uneb.br

Caboclo Marcelino foi uma importante liderança indígena Tupinambá da região de Olivença, no sul da Bahia, que se destacou nas décadas de 1920 e 1930 na luta pela defesa de suas terras contra a expansão da lavoura cacaueteira e a ocupação pelos fazendeiros. Conhecido por sua resistência, que incluiu a oposição à construção de uma ponte que descaracterizaria a região, ele é lembrado como um símbolo da luta pela terra para o povo Tupinambá de Olivença. Seu paradeiro após ser perseguido e preso pela polícia nunca foi descoberto, sendo considerado desaparecido pela história. Essa luta e revolta eu ouvi da minha vó, Domingas Damásio Cunha, nascida e criada dentro da comunidade “Sapueteira”, prima do Marcelino Alves. Tive acesso a testemunhos que atribuem o início da revolta a uma contenda de extorsão de terra onde viviam indígenas que habitavam na vila de Olivença nos finais das décadas de 1920 e a perda de poder administrativo na vila de Olivença. Ele liderou um movimento conhecido como “revolta de Marcelino”, procurando salvar os interesses indígenas reagindo aos fazendeiros. Os não indígenas da região não aceitavam a existência de caboclos, o acusavam de “caboclo falso” pois a luta provava a presença indígena, por isso foi perseguido pelas autoridades, fazendo-o viver escondido dentro do território nas serras da comunidade (“Trepas”, “Padeiro” e “Serrote”) nas grutas de pedra. Impediu a expulsão de indígenas enfrentando a polícia, assim dizia minha vó, buscando viver combatendo o avanço das elites ilheenses no território. Na peregrinação em memória dos mártires do Massacre do Rio Cururupe (1559), representa-se também a luta de Marcelino (1937) em um só ato, onde hoje todos os indígenas e convidados se reúnem em uma linda caminhada de resistência para que nosso território seja realmente demarcado. Trata-se de pesquisa ainda em andamento, que se justifica pela necessidade de promover a memória histórica Tupinambá e se insere no eixo temático “Encruzilhada Ancestral: história, memória, identidade e resistência indígena no Extremo Sul da Bahia”.

A LUTA E RESISTÊNCIA PATAXÓ E O PAPEL DOS ENCANTADOS NA LUTA

Romário Farias do Nascimento
IFBA – Porto Seguro / LINTER

Halysson Gomes Fonseca
UNEB X / LICEEI
hgfonseca@uneb.br

A luta e resistência do povo Pataxó é antiga. Fomos um dos primeiros povos a ter contato com os invasores portugueses em nossa terra, chamada hoje de Brasil, e que antes era conhecida como Pindorama. Sofremos diversos tipos de violências, preconceitos, racismos e até ameaça de extinção. Mas o povo Pataxó sempre foi um povo guerreiro, firme na luta e na resistência. Encaramos nossas batalhas de frente, sempre com estratégias, sem dar espaço para o opressor, construídas nas dimensões espirituais, culturais e políticas. Nossa luta se estendeu ao longo dos anos porque sofremos com o avanço da chamada civilização. Fomos forçados a deixar nossa língua materna e a parar de praticar nossa cultura. Mesmo assim, resistimos através das memórias dos nossos anciãos e da força dos nossos rituais, onde recebemos orientações e proteção dos nossos Encantados. Os Encantados são espíritos dos nossos ancestrais e de entidades que já caminharam por esta terra. Eles vêm até nós nos rituais, nos sonhos e nas visões, avisando sobre os perigos e trazendo também as bênçãos que chegam para o nosso povo. Assim seguimos resistindo, fortalecidos pela espiritualidade. Vencemos muitas batalhas e hoje temos parte do nosso território demarcado. Continuamos lutando para recuperar o restante. Estamos no processo de retomada dos nossos territórios e, apesar das perdas de parentes que já enfrentamos, seguimos avançando com coragem. Já retomamos cerca de 70% do nosso território, os parentes Pataxó do território Comexatibá já receberam a assinatura da carta declaratória de suas terras. Essa conquista nos enche de alegria e sabemos que foi possível graças aos nossos rituais, aos Encantados, aos nossos seres de luz, aos nossos ancestrais, à nossa mãe natureza e a todos os nossos encantos que nos fortalecem para continuar lutando. Nossos Encantados lutam por nós, e nós lutamos por eles, pensando em um futuro melhor para as próximas gerações. Esse texto retrata uma pesquisa de conclusão de curso e se insere no eixo temático “Encruzilhada Ancestral: história, memória, identidade e resistência indígena no Extremo Sul da Bahia”.

AÇÕES DE CONSERVAÇÃO NA COMUNIDADES INDÍGENA DA ALDEIA KAÍ (PRADO-BA)

Lutes dos Santos Borges
UNEB X / LICEEI
lutesborgestj12@hotmail.com

Kawê Souza de Mello dos Santos
UNEB X / LICEEI
empresamello1206@gmail.com

Gisele Chagas Costa
PIEEI- UNEB X
gccosta@uneb.br

Halysson Gomes Fonseca
LICEEI – UNEB X
hgfonseca@uneb.br

Buscando pensar uma tarefa comunitária de conscientização sobre a conservação da natureza se faz necessária uma releitura da ideia de “Meio Ambiente”, diante de situações climáticas nas comunidades indígenas, em que ano após ano vêm sofrendo com queimadas e desmatamento. Sabemos que o fogo mata tudo que existe na terra, as plantas, os animais, secam os rios, matam os nutrientes que existem no solo. No passado a população usava muito esse tipo de manejo para fazer roçado, era a “coivara”. Mas hoje a população aumentou, o volume de mata diminuiu e as queimadas não são mais viáveis, já são proibidas, pois atualmente são exemplo de manejo inadequado. Nessa tarefa de conscientização, escolhemos a escola como agente principal, junto com a comunidade. Através de medidas em prol da preservação dos espaços comunitários, como o descarte adequado do lixo. E temos algumas ações coletivas realizadas como a limpeza de praia e participação no reflorestamento de áreas de desmatamentos ou degradadas. Essa comunicação expressa o desejo de construir propostas de ações pedagógicas que envolvam a comunidade da Aldeia Kaí da Terra Indígena Comexatibá num processo de conscientização contínua, numa visão crítica e ancestral, a respeito da relação com a natureza. Em que a comunidade indígena esteja inserida, em relação direta, de reciprocidade mútua e harmoniosa com ela, fazendo valer ideias de plantios em floresta e acolhendo outras ideias que atendam as demandas específicas da comunidade. Essas ideias surgiram em discussões do componente “Gestão Socioambiental e Auto sustentação” ministrada pela professora Gisele das Chagas Costa. Dessa forma, essa proposta

de discussão se insere no eixo temático “Encruzilhada Ancestral: história, memória, identidade e resistência indígena no Extremo Sul da Bahia”.

A POESIA COMO FERRAMENTA DE RESGATE E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA CULTURAL PATAXÓ

Marta de Oliveira Santos
LICEEI – UNEB X
martacumuru10@gmail.com

Halysson Gomes Fonseca
LICEEI – UNEB X
hgfonseca@uneb.br

A poesia, enquanto expressão artística e cultural, torna-se um importante instrumento de resistência, fortalecimento identitário e preservação da memória coletiva dos povos indígenas, nesse caso do povo Pataxó. A cultura Pataxó é marcada por uma riqueza de saberes ancestrais, histórias de resistência e práticas socioculturais que constituem a identidade e a memória do povo. No entanto, diante dos impactos da colonização, das pressões territoriais, das transformações sociais e da crescente influência de modelos culturais externos, muitos desses conhecimentos tradicionais correm o risco de serem enfraquecidos ou esquecidos ao longo das gerações. Nesse contexto, torna-se fundamental desenvolver estratégias que fortaleçam a memória coletiva e promovam a continuidade dos elementos culturais que sustentam o modo de ser Pataxó. Além disso, a poesia dialoga com a tradição oral indígena, pois transforma palavras em registros permanentes, contribuindo para que saberes antigos sejam transmitidos às gerações mais jovens de forma significativa e acessível. Ao estimular a produção poética dentro da aldeia, promove-se também o protagonismo dos sujeitos indígenas, que passam a ocupar o lugar de autores de suas próprias narrativas e resistências. Assim, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de promover práticas que assegurem a continuidade da memória cultural Pataxó, e se insere no eixo temático “Encruzilhada Ancestral: história, memória, identidade e resistência indígena no Extremo Sul da Bahia”.

AS VOZES DA TERRA E A URNA FUNERÁRIA PATIBURI: MEMÓRIAS, SENTIMENTOS E RESISTÊNCIAS EM PERSPECTIVAS PEDAGÓGICAS

Tatiane Queiroz Pereira dos Santos
PIEEI – UNEB X
tatiqpdosants@gmail.com

Halysson Gomes Fonseca
LICEEI - UNEB X
hgfonseca@uneb.br

No Estado da Bahia, onde se concentra a segunda maior população indígena do Brasil de acordo os dados do IBGE desde 2022, a população Tupinambá é largamente conhecida pela comunidade de Olivença em Ilhéus, pouco se conhece sobre a presença Tupinambá no Extremo Sul da Bahia. Dessa forma, esse estudo colabora para mostrar a abrangência do povo Tupinambá chegando às margens do Jequitinhonha, bem como as suas diversidades ancestrais, indo além da Terra Indígena Tupinambá de Olivença (Buerarema, Ilhéus e Una). A aldeia indígena Patiburi Tupinambá situada no município de Belmonte, Bahia, possui grande relevância histórica e cultural para os povos indígenas, situada às margens do Rio Jequitinhonha, com 9.521 hectares, faz vizinhança com o distrito Boca do Córrego. Entre seus elementos patrimoniais encontram-se os sítios arqueológicos, neles existe uma urna funerária, recém descoberta (no ano de 2017) comprovando a presença ancestral do povo Tupinambá na região. Contudo, muitas dessas evidências são pouco documentadas e pouco conhecidas, inclusive dentro do contexto escolar da própria comunidade. Diante disso, esta proposta busca compreender como esses vestígios arqueológicos podem ser utilizados na educação intercultural da aldeia, contribuindo para a valorização da memória histórica, do pertencimento cultural e da construção de práticas pedagógicas que fortaleçam a identidade e a resistência indígena. Assim, esse estudo se insere no eixo temático “Encruzilhada Ancestral: história, memória, identidade e resistência indígena no Extremo Sul da Bahia”.

MEMÓRIAS, IDENTIDADE E CULTURA NA ESCOLA KIJETXAWÊ ZABELÊ, ALDEIA KAÍ, TERRITÓRIO COMEXATIBÁ

Kayanalu Souza de Mello Santos
LICEEI - UNEB X
kayanalumello92@gmail.com

Halysson Gomes Fonseca
LICEEI - UNEB X
hgfonseca@uneb.br

Esse estudo buscará compreender como a Escola Kijetxawê Zabelê, na Aldeia Kaí, vem promovendo a educação escolar indígena intercultural, específica, diferenciada, bilingue e comunitária através da disciplina escolar Identidade e Cultura. Nesse sentido, compreende-se que é necessário avançar nos estudos sobre a memória coletiva e o seu papel no desenvolvimento da identidade na Aldeia Kaí. A Aldeia Kaí insere-se nas proximidades da zona denominada de Costa do Descobrimento e, por isso, sua população indígena convive com a diversidade cultural há muito tempo, bem como com a intolerância e as ações de violência das elites econômicas de cidades circunvizinhas. Considera-se primordial o entendimento mais aprofundado em estudos da memória coletiva para atingir uma compreensão razoável das relações interculturais existentes na comunidade e o peso das contribuições indígenas na definição da escola escolhida, na sua resignificação institucional. Dessa forma, a proposta se insere no eixo temático “Encruzilhada Ancestral: história, memória, identidade e resistência indígena no Extremo Sul da Bahia”.

ENCRUZILHADA ANCESTRAL: HISTÓRIA, MEMÓRIA, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA INDÍGENA NO EXTREMO SUL DA BAHIA

Danilo Silva Guimarães
Universidade de São Paulo
danilosg@usp.br

O Extremo Sul da Bahia está assentado em encruzilhadas históricas: foi a primeira região colonizada por portugueses, em um movimento marcado por intensos conflitos, com aniquilação ou exploração da natureza e dos povos originários, que, junto com pessoas negras, capturadas em diversas partes de África, constituíram a força de trabalho que tornaria a colônia produtiva para a metrópole europeia. Essa história sempre foi contada a partir das conquistas de pessoas brancas, ricas, católicas, escolarizadas, apagando-se, estrategicamente, as memórias de outros povos. Academicamente ou por meio das tradições orais, reconhecemos a importância da memória para a construção de identidade e resistência, na conexão com a ancestralidade e com o próprio território. As memórias dão sentido à existência e formatam corpos que resistem, ao sentirem-se parte de um tecido coeso, tornando-se uma das principais armas contra o espreitamento do poder colonial. Assim, este Simpósio Temático promoverá o encontro entre experiências de ensino, extensão e pesquisa com indígenas do Extremo Sul da Bahia. O território compartilhado e as memórias serão o fio que costura experiências em Psicologia Indígena, oferta de cursos de graduação interculturais indígenas, estudos linguísticos e literários e preservação de saberes ancestrais indígenas em terreiro de umbanda, realçando a persistência ou a reconstrução das identidades indígenas que, enfrentando cinco séculos de violências, ainda se afirmam. Esperamos que essa aproximação seja a pedra fundamental de uma rede de trabalho interdisciplinar e interinstitucional com indígenas do Extremo Sul da Bahia, em construção.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 16 - MULHERES INDÍGENAS ACADÊMICAS E CIÊNCIAS INDÍGENAS PARA O BEM-VIVER

Coordenação:

Isabel Teresa Cristina Taukane (INCT Caleidoscópio Centro-Oeste)
Nanah Sanches Vieira (UnB)
Simone Eloy Amado (INCT Caleidoscópio Centro-Oeste)

Resumo do Simpósio Temático: A presença das indígenas mulheres na academia parte de uma mudança na própria percepção de seus papéis em suas comunidades, nas organizações indígenas, na política institucional e no campo da produção científica, cujo pano de fundo é a urgência na defesa de direitos envolvendo a demarcação das terras indígenas, condições adequadas de saúde, soberania alimentar e a educação escolar. Um caminho que se abre é o de conhecer produções acadêmicas de autoria indígena e não-indígena em termos de como contribuem para o fortalecimento dos laços sociais na diversidade, promovendo diálogos científicos e alianças – afetivas, epistêmicas, ontológicas e comunitárias – em profunda articulação entre as categorias próprias das ciências indígenas, do arcabouço teórico-conceitual ocidental e outras cosmovisões, referências e saberes para reivindicar uma universidade verdadeiramente pluriepistêmica. Este Simpósio Temático busca contribuir para a incorporação desse diálogo na formulação, implementação e avaliação de projetos, ações, metodologias, materiais didáticos ou programas que contribuem para melhorar a vida nas comunidades e fortalecer perspectivas interculturais. São esperadas pesquisas que tratam de temáticas pertinentes às indígenas mulheres de Abya Yala, às ciências indígenas e como a pesquisa acadêmica retorna para as populações indígenas colaborando para o Bem-Viver. Também são bem-vindas as comunicações que apresentam vivências indígenas acadêmicas engendradas no território científico, inclusive das situações de violência de gênero e racismo que as afetam neste contexto e em seus territórios, contribuindo para a reflexão sobre a importância de políticas específicas para o enfrentamento dessas violências.

FORMAR-SE PROFESSORA INDÍGENA: TRAJETÓRIA DE PERSEVERANÇA DE UMA MULHER KAIOWÁ DO TEKOKHA PANAMBIZINHO – DOURADOS/MS

Ivanuza da Silva Pedro
Universidade Estadual de Maringá, Paraná -Brasil.
ivanuzadasilvapetro@gmail.com

Este artigo apresenta minha trajetória de vida e formação enquanto mulher kaiowá permanecendo e aprendendo no tekoha/tekoharã e a partir da vivência também em ambientes de formação escolar básica e universitária. Procura trazer as vitórias e percalços na minha formação como professora indígena, embasados em saberes da sociedade envolvente e sobretudo em saberes pertencentes ao jeito de ser indígena kaiowá em uma aldeia em Dourados/MS. Foi realizada trazendo como suporte à abordagem qualitativa numa perspectiva da autoetnografia, por utilizar vivências e experiência minhas, no ir e vir do pessoal para o coletivo e enxergando de dentro os fatores pesquisados. Fiz a escuta aos mais velhos e sábios da comunidade indígena, ao realizar as entrevistas e diálogos informais e isso foi fundamental para que eu pudesse entender suas visões e saberes ancestrais. O aporte da etnomatemática se fez presente pela valorização que esta traz dos muitos conhecimentos em diferentes grupos e povos, numa perspectiva holística. Como professora indígena meu foco é trazer para a escola indígena a valorização dos conhecimentos ancestrais da nossa cultura, fazendo um paralelo entre os conhecimentos de dentro e de fora do tekoha mostrando que os conhecimentos são diversos e cada um tem seu valor e precisa ser respeitado.

PAMURI MAHSÃ NUMIÃ MAHSISÉ: ANTROPOLOGIA DO CORPO E DAS TECNOLOGIAS DE CUIDADO DAS MULHERES DESSANO DUHPOTIRO PORÃ E TUKANO DIPEPORÃ

Carla Lucia Sarmiento Fernanades
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Financiamento: FAPEAM e PPGAS/UFAM

Este trabalho propõe investigar as tecnologias de cuidado do corpo entre mulheres Wirã Numiã Duhpotiro Porã (dessano) e Dahseá Numiã Dipeporã (Tukano), povos do Alto Rio Negro especificamente do médio Tiquié do noroeste da Amazônia. A partir da minha vivência e da minha formação com minha avó e mãe, exploro como as mulheres têm uma educação específica baseada na cosmologia, na vivência, nas relações sociais e com seres que habitam nos

outros domínios: Terra, floresta e água. A formação se distingue do contexto urbano e da academia ocidental, ela se deu - e se dá - a no contato constante com os elementos do mundo terrestre, entendendo os humanos e não humanos desde a infância, adotando assim uma relação de respeito. Nosso sistema de produção de conhecimento se fundamenta na oralidade, onde a palavra assume papel central. Para os povos indígenas, a escrita representa a palavra falada. A transmissão de tecnologias de cuidado do corpo e manejo sobre plantas medicinais são práticas profundamente conectadas à cosmologia, à terra e à oralidade. O cuidado do corpo feminino é concebido como território e tecnologia, sustentado por narrativas (Kihti) e pela prática cotidiana durante a formação. É nesse contexto que se constroem conhecimentos e saberes singulares, a partir das epistemologias femininas, onde as mulheres são especialistas em saberes que articulam saúde, estética, ética e conexão com humanos e não humanos. Ao trazer essas experiências para a Antropologia, pretendo destacar a legitimidade de saberes não acadêmicos, mas transmitidos a partir da oralidade por gerações de mulheres que são, ao mesmo tempo, curadoras, educadoras e bibliotecas vivas.

JORNADA ACADÊMICA DE MULHERES KOKAMA NO ENSINO SUPERIOR

Tayciane Aimacari Leitão
taycianeleitao@gmail.com

Ildete Freitas Costa Londono Gomes

Este trabalho discute de forma aprofundada as trajetórias acadêmicas de mulheres Kokama no Centro de Estudos Superiores de Tabatinga, da Universidade do Estado do Amazonas, localizado na região de fronteira do Alto Solimões. A pesquisa fruto do TCC no curso de pedagogia no CESTB, busca compreender como essas mulheres constroem seus percursos educacionais em meio a desafios históricos, sociais e culturais que marcam a realidade dos povos indígenas da Amazônia. A introdução apresenta o contexto territorial, a importância da universidade para a região e o papel transformador da educação na vida dessas mulheres, que conciliam responsabilidades familiares, compromissos comunitários e exigências acadêmicas. No desenvolvimento, discute-se o acesso ao ensino superior, muitas vezes marcado por desigualdades estruturais, longas distâncias entre aldeias e centros urbanos, falta de políticas de permanência adequadas e a necessidade de afirmação identitária dentro de um espaço que nem sempre compreende as especificidades culturais indígenas. As narrativas revelam que as estudantes enfrentam barreiras como precariedade financeira, dificuldades no deslocamento, ausência de creches, demandas domésticas e inseguranças surgidas do contato com um ambiente acadêmico urbano e competitivo. Apesar disso, elaboram estratégias de permanência que passam pela construção de redes de apoio entre mulheres, mobilização comunitária, fortalecimento emocional e reafirmação de seus projetos de vida. Os resultados apontam que a formação superior tem impacto significativo não apenas na esfera individual, mas também na coletiva, fortalecendo identidades, estimulando a continuidade escolar de meninas Kokama e ampliando a participação das mulheres em espaços de liderança. As conclusões reforçam que o ensino superior se torna um instrumento de resistência e transformação, capaz de abrir caminhos para novas gerações e reafirmar o papel das mulheres como agentes centrais na preservação cultural, na luta por direitos e no desenvolvimento de suas comunidades. A presença dessas estudantes evidencia a urgência de políticas públicas voltadas para a permanência indígena e de práticas acadêmicas interculturais que valorizem os saberes originários e reconheçam a diversidade dos povos da Amazônia.

(RE)ESCREVENDO A HISTÓRIA DE PINDORAMA: A CONSTITUIÇÃO DE CONTRANARRATIVAS POR MEIO DA ESCRITA DE MULHERES INDÍGENAS NO BRASIL

Flávia Pereira Machado
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
flavia.ifg.machado@gmail.com

A proposta dessa comunicação é um recorte da pesquisa intitulada “Intelecpluralidades afropindorâmicas: a produção de contranarrativas históricas por meio da escrita de mulheres negras e indígenas”, que objetiva a identificação de contranarrativas históricas sobre o Brasil na escrita de mulheres intelectuais negras e indígenas, desde os seus lugares de pertencimento e de afirmação de suas posições intelectuais, políticas e subjetivas. Para essa comunicação, pretendo analisar os entrelaçamentos entre a vida, a coletividade e a produção intelectual de três mulheres indígenas: Eliane Potiguara, Márcia Kambeba e Glicéria Tupinambá, refletindo sobre como suas existências e resistências, demarcadas pelos seus corpos-territórios, são materializadas na escrita como forma de enfrentamento às invisibilizações, aos silenciamentos e às violências que as atravessam. A fundamentação da pesquisa se dá nas encruzilhadas teórico-

metodológicas, em que trago para a “gira” as epistemologias feministas negras, indígenas e decoloniais, as leituras contracoloniais e as contraposições ao fundamento epistêmico ocidental, por meio do reconhecimento do descentramento do lugar da intelectualidade e da produção do conhecimento. Os resultados, ainda incipientes, demonstram que a escrita dessas mulheres é constituída a partir de suas vivências comunitárias, das relações interculturais e das afirmações identitárias fortalecidas nos pertencimentos étnicos e nos trânsitos entre diferentes “mundos”, como o campo das artes, da literatura, do ativismo e da universidade.

VOZES DE RESISTÊNCIAS: EXPERIÊNCIAS DE ESCOLARIZAÇÃO E PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Shyrley de Almeida Alves
IFRO
shyrley.alves@ifro.edu.br

Janelene Freire Diniz
IFRO
janelene.diniz@ifro.edu.br

Este artigo deriva de uma dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), cuja pesquisa, fundamentada na decolonialidade e na interculturalidade crítica, analisou elementos marcantes das trajetórias de escolarização de mulheres indígenas dos povos Puruborá, Suruí e Apurinã, estudantes da Licenciatura em Educação Básica Intercultural da UNIR, campus de Ji-Paraná, Rondônia. De natureza qualitativa, a investigação utilizou como metodologia principal a pesquisa narrativa, buscando compreender, a partir das próprias vozes das estudantes indígenas, as experiências, desafios e sentidos atribuídos aos seus percursos formativos no ensino superior. Além disso, foram empregadas a pesquisa documental e a revisão bibliográfica, com o intuito de reunir informações que contribuíssem para a análise dos fatores institucionais e contextuais que incidem sobre os processos de formação dessas mulheres. Em razão da pandemia da Covid-19, os encontros destinados à escuta das narrativas ocorreram de forma remota, por meio dos aplicativos Google Meet e WhatsApp. Os resultados evidenciaram a urgência de se construir estratégias que acolham as demandas dessas guerreiras, garantindo não apenas o acesso aos espaços formais de ensino, mas também a permanência qualificada e o êxito em suas trajetórias de formação. Tais estratégias precisam dialogar com suas realidades, com seus modos próprios de aprender e ensinar, e com as múltiplas tarefas que acumulam na vida cotidiana, atravessadas por responsabilidades familiares, e desafios territoriais. Constatou-se, ainda, a necessidade de fortalecer ações institucionais que promovam a identidade, a autonomia e o protagonismo das mulheres originárias, reconhecendo a potência de seus saberes e a centralidade que ocupam na transmissão cultural e na luta por direitos dos seus respectivos povos. Avançar na direção de uma educação verdadeiramente intercultural e inclusiva requer o enfrentamento às marcas persistentes do violento processo de colonização que atravessou — e segue atravessando — a nossa região e o país como um todo. Nesse sentido, o estudo evidencia que acolher e valorizar as narrativas dessas mulheres é um caminho fundamental para a construção de práticas educativas mais justas, democráticas, sensíveis às diversidades e abertas ao diálogo entre as diferentes culturas.

ENTRE BENÇÃOS E PROTEÇÃO: AS AVÓS INDÍGENAS E A TRADIÇÃO DE CUIDAR DA VIDA

Maria Jose Ribeiro de Sa
IFMA
maria.sa@ifma.edu.br

Este trabalho é um pequeno recorte da tese de doutorado que trabalhou com pedagogias indígenas do povo Tentehar. Aqui, nosso objetivo é demonstrar a importância das avós para transmissão dos saberes ancestrais, pedagogias indígenas que ajudam a cuidar da vida e manter vivas as tradições do povo Tentehar Guajajara do Maranhão. O estudo foi desenvolvido entre os anos 2013 e 2020 em atividades de pesquisa de mestrado, doutorado e ações extensionistas com povo tentehar guajajara da Terra indígena Arariboia, zona rural do município de Amarante do Maranhão. Com método etnográfico, realizamos observação em rituais da menina-moça e reuniões locais, além entrevistas com sábias e sábios tradicionais, professores e lideranças indígenas. No estudo, entre muitos achados sobre a educação ancestral do povo tentehar, é evidente a centralidade da mulher nessa cultura, nitidamente percebida na celebração do ritual da menina-moça. No dia-a-dia e nos rituais Tentehar as avós são figuras centrais para educação de crianças e jovens e na manutenção vínculos interfamiliares. Essas matriarcas são responsáveis por iniciar e transmitir as suas filhas, netas e bisnetas o legado matrilinear aprendido com suas mães, avós, tias

ancestrais, repetindo, ano a ano, gestos e movimentos do ritual da menina-moça. Elas representam o arquétipo da mulher sábia. Ensinam as novas gerações com suas histórias ancestrais sobre os ciclos da vida. As avós são mulheres conselheiras. Entre os Tentehar as avós organizam os principais momentos do ritual, elas ensinam filhas e netas sobre seus papéis no ritual, benzem e pedem proteção para as novas mulheres, ensinam as futuras mães a cuidar da vida. Assim, as avós mantêm vivas tradições culturais e ensinamentos ancestrais.

TÍTULO NÃO INFORMADO

Luana da Silva Cardoso
antropologa.kumaruara@gmail.com

A pesquisa que apresento relaciona a minha trajetória enquanto liderança indígena e a trajetória da majé e parteira Maria Suzete Kumaruara. Para isso, contextualizo a história de luta e resistência do movimento indígena na região do Baixo Tapajós e a briga por acesso às políticas de saúde indígena e reconhecimento das práticas tradicionais de cura. A partir das entrevistas que realizei com a majé, descrevo sobre o desenvolvimento do dom, os métodos de prevenção, tratamento e cura frente aos processos de adoecimento, o trabalho como parteira e como ela transmite seu conhecimento. Assim, reflito sobre as estratégias políticas do povo Kumaruara para manter nossa cultura e a autonomia a partir da união de conhecimentos tradicionais e acadêmicos.

MULHERES INDÍGENAS NA RETOMADA DO MATRIARCADO ANCESTRAL - A LUTA PELA CURA DO FEMININO E DA MÃE TERRA

Mônica Cristina Brandão dos Santos Lima
Universidade Indígena Pluriétnica Aldeia Maraka'nã
mcbslima@gmail.com

A Rede de Mulheres Indígenas e em Retomada Indígena do Coletivo Matriarcado Ancestral tem se expandido e fortalecido em ações de autogestão, autodefesa, autocuidado, plantio de medicinas e rituais espirituais. Essas práticas são organizadas em conjunto com outras mulheres, sempre orientadas pelos ensinamentos ancestrais, especialmente através do Ritual da Jurema Sagrada, uma medicina tradicional que carrega a força do feminino. Como parte do Laboratório de Protagonismo Feminino da Universidade Indígena Pluriétnica Aldeia Maracanã, atuamos na formação política teórico-prática, que se fundamenta nas pedagogias, cosmovisões e saberes indígenas. Utilizamos ferramentas pautadas nos princípios da economia solidária para promover a autonomia financeira e o acolhimento de mulheres em situação de vulnerabilidade. Promovemos cursos, rodas de conversa, congressos, atividades socioambientais e formações em saúde, com foco na Medicina Ancestral Matrilinear. O curso de Medicina Ancestral Matrilinear é desenvolvido com base no saber transmitido de geração em geração, propiciando aulas práticas sobre o uso de plantas da floresta, medicina fitoenergética e seus aspectos espirituais, que se diferenciam dos paradigmas da medicina dominante. Além disso, desenvolvemos uma formação política, sociológica, filosófica, biológica, literária, artística e cultural que integra o manejo sustentável do território e o plantio de sementes crioulas, promovendo uma conexão profunda com o cosmos e a natureza, buscando também soluções para a crise climática.

NARRATIVAS DE MÃES TALIASERI SOBRE OS CUIDADOS DE PROTEÇÃO E USO DA MEDICINA INDÍGENA

Maria Izoneia Marinho Araujo
Universidade Federal do Amazonas
mariaizoneia04@gmail.com

Os conhecimentos tradicionais dos Tariano, como os de outros povos indígenas, são transmitidos oralmente de geração em geração e abrangem uma ampla gama de saberes, incluindo práticas medicinais, conhecimentos sobre a natureza, rituais, crenças, mitologia, organização social e técnicas agrícolas. As mulheres indígenas Tariana são reconhecidas como as protetoras e guardiãs dos valores culturais e como responsáveis pela garantia de permanência de seus povos; assim, violações de seus direitos culturais costumam ocasionar violência espiritual contra as mulheres indígenas. Esta proposta de pesquisa tem a intenção de verificar da mãe Tariana as práticas de cuidados da criança através dos conhecimentos, os rituais de benzimentos (bahsesé) na atuação da mãe da criança junto ao especialista de rituais, Kumú. Busca-se averiguar as questões de gênero presente nesse processo de cuidado feito pelas mães cujos ensinamentos elas receberam de suas ancestrais. O estudo pretende focar nas narrativas contadas por

mães Tariana, com suas experiências vividas desde a concepção, o parto e aos cuidados da criança até aos seus primeiros passos. É o ciclo mais delicado e vital para o desenvolvimento de uma criança indígena que se investe aos cuidados da mãe, da parteira e dos especialistas em rituais (Kumuã).

SIMPÓSIO TEMÁTICO 17 - DINÂMICAS TERRITORIAIS E PROCESSOS DE HABITAR

Coordenação:

Marianna Araújo de Queiroz (UFPB)
Marlon Nilton da Silva Galvão (UFPB)

Resumo do Simpósio Temático: Este Simpósio Temático procura estimular e promover debates sobre o caráter processual do espaço e suas interrelações entre aspectos ambientais, materiais, sociais, políticos, econômicos, técnicos e simbólicos. Espera-se que os trabalhos apresentem investimento empírico e que privilegiem a análise das dinâmicas territoriais e lógicas indenitárias. Considera-se de grande relevância a abordagem de atividades técnicas que incluem coleta, cultivo, criação, produção, uso e circulação em diferentes escalas. Para compreender tais processos resulta significativo focar as experiências práticas do habitar, os conhecimentos e as habilidades que estão na base das cadeias operatórias e da organização técnica. Nestes termos, refletir e analisar a dimensão espacial das atividades técnicas e dos processos vitais que as mobilizam torna-se fundamental para realização tanto de pesquisas empíricas quanto nas elaborações analíticas em torno da paisagem de tarefas (Ingold, 2021).

DEPOIS DA RETOMADA. UMA ETNOGRAFIA DA ALDEIA TRÊS RIOS, COM ÊNFASE NO PAPEL DAS MULHERES, TERRA INDÍGENA POTIGUARA DE MONTE-MÓR-PB.

Thayná Donato Gomes
thaynapotiguara@hotmail.com

Estêvão Martins Palitot
UFPB
epaliitot@yahoo.com.br

Esta pesquisa é sobre a retomada da aldeia Três Rios, localizada na Terra Indígena Potiguara de Monte-Mór, litoral norte da Paraíba. A retomada aconteceu duas décadas antes dessa pesquisa, no ano de 2003 e, no momento atual, a aldeia conta com uma população de mais de mil habitantes. Este conflito foi um elemento impulsionador na luta pela demarcação da Terra Indígena, que foi homologada no ano de 2024. Ao analisarmos a retomada e constituição da aldeia teremos como foco de análise duas dimensões que escolhemos como prioritárias: a) o protagonismo das mulheres indígenas na retomada e no cotidiano da aldeia e b) os processos de recuperação ambiental do território de Três Rios enquanto uma ação continuada da retomada. Durante a pesquisa, foi realizada entrevista com anciões, mulheres e lideranças, de como foi o processo de luta pela terra. A aldeia Três Rios foi antes um canavial que pertencia às usinas, por este motivo o desmatamento ocasionou a infertilidade na terra causando graves danos ambientais, hoje a terra se encontra ocupada por famílias indígenas Potiguara e em processo de recuperação. O estudo que desenvolvemos se alinha com as pesquisas desenvolvidas em torno das noções de processo de territorialização e retomadas de terras indígenas, às quais venho somar o enfoque na atuação das mulheres indígenas que atuaram nos conflitos da retomada na aldeia Três Rios e nos processos coletivos de recuperação ambiental do território. A maior parte das atividades é desenvolvida pelas mulheres, focamos na atuação delas pelo fato de ainda serem invisibilizadas e silenciadas. A atuação das mesmas se revela a partir das atividades cotidianas à preservação da identidade cultural. Essas funções se definem como ponto central e fundamental para valorização, manutenção da cultura indígena Potiguara e protagonistas da luta pela terra. É a transmissão de conhecimento e estratégia de cuidado em todos os papéis sociais e culturais que elas desempenham na aldeia Três Rios. As mulheres têm sim vários papéis fundamentais para fortalecer a identidade Potiguara. Elas estão a todo o momento se autoafirmando como protagonistas também do movimento indígena. São lideranças que sempre estiveram na linha de frente, assim como a presença masculina. E de fato, a exclusão por serem mulheres ainda é grande, por achar que elas estão na tentativa de apagar a trajetória e presença dos homens, que na verdade elas estão na busca de melhores condições de vida, ocupar posições que desejam e respeito por ser quem são; detentoras de memórias e conhecimentos tradicionais.

DESTERRITORIALIDADE: REEXISTÊNCIA E JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

Sheila Bilby de Oliveira
Universidade Salvador (UNIFACS)
sheilabilby1@gmail.com

O presente trabalho tem como tema os povos indígenas, analisados sob a perspectiva dos direitos humanos e da justiça socioambiental, com ênfase nas dinâmicas de poder e nas contradições do capitalismo global que impulsionam processos de expropriação territorial, genocídio e etnocídio. O objetivo consistiu em compreender a desterritorialização como fenômeno socioespacial e político que reflete a desigualdade estrutural do sistema econômico e compromete os direitos humanos e a justiça social. Este fenômeno atinge não apenas os povos originários, mas também diversas minorias sociais, comunidades empobrecidas e grupos vulneráveis que sofrem com as consequências de guerras, desastres ambientais agravados pelas mudanças climáticas e políticas econômicas excludentes. Além disso, em muitos contextos, regimes políticos que se autodenominam democráticos perpetuam práticas de expropriação e controle territorial, afastando comunidades de seus espaços tradicionais sob o discurso do progresso ou da segurança nacional. A pesquisa adotou uma metodologia qualitativa, de caráter descritivo e analítico, baseada em levantamento bibliográfico de obras que abordam o território em suas dimensões simbólica, política e existencial. A fundamentação teórica ancorou-se em Deleuze e Guattari (1995), que concebem a desterritorialização como movimento duplo de dissolução e criação; em Haesbaert (2004), que discute a multiterritorialidade e as dinâmicas identitárias; em Raffestin (1993), que entende o território como resultado de relações de poder; alusões em Milton Santos (2001), cuja crítica à globalização evidencia a racionalidade excludente do capital; e em Castro (2002), que apresenta a cosmologia indígena como forma de resistência e recriação de mundos. Neste sentido, compreender o território indígena exige reconhecer sua dimensão cosmológica. Para os povos indígenas a terra é um ser vivo, uma entidade, dotado de agência e de relações intersubjetivas. As questões levantadas por Davi Kopenawa, (2015) fortalecem o sentimento de pertencimento para não sucumbir, entretanto, com a destruição das florestas, tem ocorrido rupturas espirituais capazes de desequilibrar o mundo, ameaçando fazer “o céu cair”. O texto foi estruturado em cinco partes, que inclui a introdução; a segunda: reflexão: desterritorialização e identidade territorial; terceira: desenvolvimento: o território como espaço de poder; a quarta: desterritorialização: movimentos e resistências; e a última, considerações finais. Os resultados demonstraram que a desterritorialização, embora imposta pela expansão capitalista e por políticas estatais que favorecem a homogeneização cultural, gera também respostas de resistência e reterritorialização. A pesquisa contribui para o debate sobre direitos humanos e justiça social ao evidenciar que o verdadeiro desenvolvimento deve reconhecer e fortalecer as múltiplas territorialidades e culturas que sustentam a vida e a dignidade humana.

CAMINHOS DAS SEMENTES: O FAZER ARTESANAL DAS MULHERES POTIGUARA DA ALDEIA SÃO FRANCISCO

Paula Luana Moreira Cruz
Universidade Federal da Paraíba
paulaluaana@gmail.com
Financiamento: FAPESQ

Esta proposta foi oriunda de pesquisa de mestrado, que ocorreu entre os anos 2022 a 2024 no PPPGA – UFPB, e teve como propósito analisar e refletir sobre as práticas do fazer artesanal das mulheres da Aldeia São Francisco, situada na Terra Indígena Potiguara, no município de Baía da Traição, litoral norte da Paraíba. A pesquisa considera o modo como essas mulheres vivenciam o cotidiano, articulando trabalho manual, relações familiares e vínculo com o território. Foram levantados dados sobre as atividades desenvolvidas no interior do grupo doméstico, composto por famílias extensas de três gerações, investigando-se os aspectos materiais e imateriais envolvidos na produção e na circulação dos conhecimentos, bem como as formas de cooperação estabelecidas entre as pessoas. A abordagem teórico-metodológica fundamenta-se na pesquisa etnográfica e na observação participante, possibilitando a compreensão das visões de mundo e das experiências das artesãs acompanhadas ao longo da investigação. Os resultados indicam que o fazer artesanal se constitui como uma prática cultural de resistência e afirmação identitária, promovendo a continuidade dos saberes ancestrais e o fortalecimento das tradições transmitidas, principalmente, nos espaços domésticos e nas relações familiares desde a infância. Observou-se que o conhecimento ambiental orienta as escolhas das artesãs, expressando cuidados com a preservação e o equilíbrio do meio. Assim, o percurso das sementes revela um conjunto de ações, técnicas e modos de existir que atravessam a vida social e configuram o artesanato Potiguara como expressão de memória, território e pertencimento.

DA HABITAÇÃO ANCESTRAL AO 'MINHA CASA, MINHA VIDA': RECONFIGURAÇÕES NO ESPAÇO DE MORAR MACUXI – COMUNIDADE RAPOSA I, TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL, RORAIMA, BRASIL¹

Elionete de Castro Garzoni
Universidade Estadual de Roraima (UERR)
elionete.garzoni@uerr.edu.br

O imaginário coletivo de uma comunidade indígena geralmente inclui casas feitas com pedras, barro, madeira e palha, além de um possível arranjo circular ou elíptico, como os registrados nas etnografias do Brasil Central, que se relacionam com o movimento do Sol e das constelações, entre outros elementos. Entretanto, cada povo passou, a partir do encontro-confronto resultado da invasão colonial, por uma ressignificação de seu espaço de habitar. No caso dos Macuxi da Raposa I, essa ressignificação veio acompanhada por uma reconfiguração do espaço geográfico da comunidade, que se deu tanto no incremento do número de residências, como no processo de mimetização do arranjo espacial urbano, por meio do estabelecimento de um 'arruamento' e a designação de 'lotes' às famílias. O objetivo de nosso trabalho é analisar o processo de tais reconfigurações e as implicações dele decorrentes, que culminam, no momento presente, em arranjo espacial que alude a uma 'vila', onde a maioria das habitações é de alvenaria, com as plantas padronizadas, utilizadas nas políticas públicas de habitação popular. Para tanto, por meio levantamento bibliográfico, seguido de entrevistas com os moradores mais antigos, levantamos as características das residências ancestrais Macuxi dessa região, bem como sua localização no espaço geográfico que conformava a comunidade no passado. Na sequência, comparamos com o arranjo atual, identificando as reconfigurações de técnicas construtivas, padrões estéticos, necessidades do espaço de morar, relações de vizinhança e implicações nos aspectos culturais e no modo de vida Macuxi. Entendemos que as casas de alvenaria implicam em duas principais questões na contemporaneidade, quais sejam: a) a impossibilidade em manter vivos os conhecimentos e técnicas de construção ancestrais, pois as casas 'não acabam' como as de outrora, sendo desnecessários os Ajuri (mutirões) para construção coletiva da moradia, o que, em alguma medida, compromete o saber-fazer ancestral; e b) enquanto os deslocamentos dos tempos pretéritos supunham algum desapego material em relação àquelas moradias ou àquele espaço geográfico, a ideia de fixação, especialmente após a demarcação e homologação da Terra Indígena, também os fixa na questão da propriedade, ainda que sob a forma de posse, como valor de uso, gerando uma dependência a essa moradia, exótica à sua cultura.

¹A proposta decorre de pesquisa de doutoramento em Geografia, na Universidade Estadual de Campinas, orientada pela professora Dra. Arlete Moysés Rodrigues, intitulada "Arranjos espaciais e organização social de comunidades indígenas da Amazônia Setentrional brasileira"

O ARTESANATO E AS MULHERES GUARANI NAS ALDEIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Camila Bruna Stähelin
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
camilastahelin@gmail.com

Douglas Ladik Antunes
Universidade do Estado de Santa Catarina
douglas.antunes@udesc.br

O artesanato constitui um dos aspectos fundamentais do Nhanderekó (modo de ser Guarani) e é resultante da transmissão de saberes ancestrais, representando, na atualidade, uma importante fonte de renda para esse povo e uma significativa forma de troca com o mundo dos juruá (não indígena). A produção de artefatos contempla uma série de etapas que envolve dos mais velhos aos mais jovens, mas, predominantemente, as mulheres. Nesse sentido, este trabalho traz algumas reflexões sobre o artesanato a partir de dados coletados em um mapeamento realizado nas aldeias Guarani localizadas na região metropolitana da Grande Florianópolis, que comporta um território fragmentado bastante impactado pela expansão urbana e pela especulação imobiliária. Dentre as informações apresentadas estão a quantidade de artesãs que viviam nessas localidades no momento do levantamento, os diferentes tipos de artefatos produzidos por essas mulheres, as matérias-primas utilizadas por elas na confecção das peças, as finalidades da produção artesanal e as formas de comercialização. Fica evidente que o artesanato é parte de uma prática cotidiana, que se realiza havendo um território por onde seja possível se deslocar. Nesse sentido, o artesanato é altamente representativo do forte poder de resiliência guarani no tempo e no espaço, uma vez que as maneiras de se fazer, os

formatos das peças, as funções que desempenham foram e vão se modificando no tempo e no espaço, de acordo com a necessidade de adaptabilidade desse povo.

A CARTOGRAFIA SOCIAL COMO METODOLOGIA NO TERRITÓRIO-MEMÓRIA INDÍGENA

Liliane Moreira Brignol
UDESC
lilianembrignol@gmail.com

A pesquisa aborda os conhecimentos ancestrais e o discurso dos povos indígenas das terras da bacia do rio Itajaí, conhecidos como Xokleng /Laklãnõ. Para que sejam escutados e registrados por meio da cartografia social, construindo, eles mesmos, o planejamento territorial baseado em seus interesses. Na pesquisa-ação, a memória, o olhar, o contar sobre o território tradicional guiam a atuação desses povos nos dias atuais, trazendo, assim, para a ação homens, mulheres, jovens, crianças e velhos que resistiram no passado, vivem o presente e constroem a sua própria história para o futuro. Com base nisso, a narrativa histórica desses sujeitos precisa ser recontada pelos olhos, vivências e culturas deles, para que se possa reconstruir as representações do espaço de história e memória das ações dos povos citados que foram vilipendiados e violentados por meio do domínio do discurso do não-indígena na história de Santa Catarina.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 18 - EPISTEMOLOGIAS INDÍGENAS: EXPERIÊNCIAS INTERCULTURAIS NO SABER-FAZER ANTICOLONIAL EM ABYA YALA

Coordenação:

Andrisson Ferreira da Silva (UFSC)
Juliana Salles Machado (UFSC)

Resumo do Simpósio Temático: Quais conhecimentos contam? Com quem, de onde e para quem estão sendo produzidos? Experiências múltiplas despontam na produção científica recente em que os povos indígenas têm protagonizado deslocamentos significativos no conhecimento acadêmico a partir de um sentir-pensar experiencial que constrói sociabilidades mais que humanas enquanto tecem seus corpos-territórios. Contudo, as formas da colonialidade persistem como eixo estruturante e ainda hegemônico. O presente simpósio é um convite para compartilharmos produções que partem de perspectivas anticoloniais, contrárias à neutralidade dos sujeitos e sujeitas construtores do conhecimento, reconhecendo seus lugares de fala, corpos e subjetividades. Buscamos nos caminhos inter/transdisciplinares, colaborativos e interculturais, entender a potência das discussões indígenas em múltiplas áreas como a História, Arqueologia, Antropologia, Filosofia, Direito e/ou demais disciplinas, ou as extrapolam desde os territórios, os movimentos sociais e demais organizações sociais. Assim, entendendo que a contradição precisa ser encarada na superação das dualidades a fim de experienciarmos de maneira ativa e política a descolonização de teorias e metodologias de pesquisas na produção de um conhecimento mais simétrico e diverso.

NARRATIVAS HISTÓRICAS INDÍGENAS E SUAS DIMENSÕES DE CURA: EPISTEMOLOGIAS PLURAIS E SUAS POTÊNCIAS PARA A SUPERAÇÃO DAS FERIDAS COLONIAIS

Jamille Macedo Oliveira Santos
Universidade do Estado da Bahia / Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
jamilleoliveira19@ufpb.edu.br

Narrar a História, particularmente para os povos indígenas, não é tão somente um exercício epistemológico, é sobretudo a possibilidade de lidar com a ferida da colonialidade, é recontar suas histórias e (re)encantar seus mundos e cosmologias em conexão com os seus ancestrais e em uma perspectiva de cura. Foram os povos indígenas, sobretudo seus sábios/sacerdotes/xamãs, que primeiro teorizaram e interpretaram o colonialismo. Em muitas das narrativas produzidas por ameríndios é possível perceber sua consciência dos processos históricos que estavam vivenciando com a invasão de seus territórios (MARTINS, et. al., 2021; NAVARRETE LINARES, 2015). E nestas narrativas também é perceptível as formas pelas quais representaram e reorganizaram seus mundos e lidaram com o colonizador (SANTOS, 2021). A comunicação que ora apresentamos, tem como fio condutor de análise as perspectivas históricas tecidas pelos próprios indígenas em relação aos eventos e processos que lhes acometeram com a chegada dos invasores, e as formas como estes foram ressignificadas no contexto de luta, tanto no cenário político quanto intelectual, sobretudo na produção de narrativas históricas a partir do ano 2000, que é marcado pelos movimentos que reivindicavam outra percepção dos 500 anos de “descobrimento”, ao ano de 2016. Tomando essas narrativas, tanto orais quanto acadêmicas, como produtoras de conhecimento, repletas de sentidos da realidade imanente e transcendente e que nos permitem (re)pensar o próprio fazer histórico e historiográfico. Nessa comunicação, dialogaremos, sobretudo, com as narrativas escritas e orais tecidas pela anciã e xamã tupi-guarani Catarina Nimbopyruá, liderança da terra indígena Piaçaguera (aldeia Tapirema), com o propósito de lançar olhar sobre as possibilidades e potencialidades de um “fazer histórico xamânico” (SEIXLACK, 2023) em suas dimensões de cura.

QUANDO A MAJÉ SE ENCANTA: EPISTEMICÍDIO E RESISTÊNCIA EM NÊGA PATAXÓ

Elbamair Conceição Matos Diniz Gonçalves
UFBA
elbadiniz.adv2023@gmail.com

Este artigo realiza uma análise teórica sobre os impactos da colonialidade na vida das mulheres indígenas, com ênfase nos processos de epistemicídio, na “luta pela terra de sangue” e nas práticas de resistência enquanto formas de decolonialidade viva. A pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, baseia-se em revisão bibliográfica e documental, articulados à crítica sobre o apagamento de seus saberes tradicionais. O estudo discute como a colonialidade opera historicamente na marginalização dos corpos e dos saberes das mulheres indígenas, com efeitos

mais profundos nas experiências das guardiãs de práticas ancestrais e conhecimentos não hegemônicos na luta por seus territórios Explora o conceito de decolonialidade viva como prática cotidiana de fortalecimento a luta pelo território centrando-se na trajetória de Maria de Fátima Muniz, a Nêga Pataxó Tupinambá, a Majé do Povo Pataxó Hã, Hã, Hã, assassinada em 21 de janeiro de 2024 e que desafiou as estruturas patriarcais e coloniais ao assumir posições de liderança, reafirmando a autonomia feminina e os saberes coletivos indígenas. O estudo conclui que suas experiências representam formas efetivas de ruptura com o sistema de dominação epistêmica, apontando para a urgência do reconhecimento das epistemologias indígenas femininas como forma de justiça cognitiva. Eixo Temático: Epistemologias indígenas experiências interculturais no saber-fazer anticolonial em Abya Yala.

TERRITÓRIO DO OUTRO, E O E MEU? LUGARES-PERSPECTIVAS DE CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NA PRODUÇÃO DE ALTERIDADES E CIÊNCIAS

Andrisson Ferreira da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
andrissonf@gmail.com

É sempre o Outro que tem Território. É sempre o outro que em Cultura. É sempre o Outro que tem raça. E o que é meu? Para mim, o que sobra? Pelo que sou atravessado e pelo que e com o que atravesso “minha” pesquisa? Num fazer científico, isto é, nos distintos métodos que atestam o que é Ciência, o que sobra de nós? Inseridos numa égide de suposta neutralidade, que por hora vem sendo destruída, por hora não, o caminho para a construção do eu-pesquisador é emaranhado e, quando racializado, a régua é mais em baixo. Quando o sujeito não é hegemônico, não se diz que é custoso revisitar sua história e estudar as assimetrias que transpassaram e transpassam sua trajetória, digo, para o resultado do meu corpo-texto, nossos movimentos não deixam de revisitar as violências. Ainda, se não sou o sujeito da história, não posso me tornar pesquisador com ela? Nas histórias, quem outorgou o discurso foi o colonizador, vale lembrar Anastácia, figura histórica silenciada pelos grilhões coloniais. A intenção, portanto, é pensar que uma pesquisa que busque compreender as tessituras da história do Outro também perpassa uma história que também é minha, nesse caso, quando um corpo-texto se materializa, ele está entrelaçado com minha vida e a vida do Outro. Dessa forma, fica difícil pensar a construção historiográfica que não seja emaranhada dos sujeitos que se atravessam na pesquisa. Quando penso o Outro, não é somente o Outro que vejo, mas o Outro no texto se torna parte de mim, logo também me vejo. Assim, se faz mais que importante pensarmos os lugares-perspectivas e a construção da nossa subjetividade no fazer científico e, então, sentir os pés no território que estamos/somos Tateando.

O TRANÇADO E A CONSTRUÇÃO DE EPISTEMOLOGIAS INTERCULTURAIS

Patrícia Regina Vnnetti Veiga
Unicamp
patveiga@unicamp.br

Esta apresentação tem como objetivo apresentar brevemente os movimentos de pesquisa e escrita realizados na tese-objeto de palha (Veiga, 2023), desenvolvida a partir do aprendizado com os trançados e com a visualidade de grafismos do povo Baniwa. Tendo como ponto de partida a experiência de uma pesquisa compartilhada e ações pedagógicas coletivas na escola indígena Kariamã (localizada na comunidade de Assunção do rio Içana), buscou-se trazer as dinâmicas de ensino-aprendizagem baniwa – relacionadas, principalmente, ao tecer na palha de arumã e à confecção de objetos desenhados, considerando as múltiplas dimensões formativas dessas práticas -, como impulsionadoras de movimentos reflexivos da pesquisa de doutorado. Nessa composição, foi construída uma escrita trançada, que visa incentivar novas formas de produzir e comunicar conhecimentos, estimulando os diálogos entre diferentes epistemologias. Nas dinâmicas da tese-objeto, os textos não apresentam sequência linear, são lidos conforme a interatividade das leitoras, que são estimuladas a trançar os conhecimentos e formar seus próprios desenhos interpretativos. Como também, os movimentos reflexivos são feitos a partir da visualidade dos motivos gráficos da “Arte Baniwa”. Dessa maneira, através de discussões voltadas à educação, escritas e narrativas - tendo como referência as experiências em campo e as análises de diferentes pesquisadores da região da Terra Indígena do Alto Rio Negro-, mobilizo o trançar como um instrumento que sensibiliza para novas visualizações das tramas interculturais. Assim, com os trançados, se interconectam diferentes ritmos de pensamento, aprendizagem, comunicação, escrita e leitura. Essa é a base de um emaranhado que busca construir na prática novas dinâmicas e movimentos dos conhecimentos, de forma a semear metodologias que aproximem as epistemologias indígenas da produção acadêmica constituída pelas interlocuções e pelos diálogos entre diferentes sujeitos e matrizes epistemológicas. Desse modo, busca-se contribuir com o tecimento de tramas que nos levem para caminhos anticoloniais.

SABER-FAZER ANTICOLONIAL: ALIANÇAS AFETIVAS E O FLORESTAR

Juliana Salles Machado
Universidade Federal de Santa Catarina
julianasallesmachado@gmail.com

A partir do projeto História às Margens, uma iniciativa intercultural, interdisciplinar e multicentrada que visa à produção de narrativas anticoloniais sobre o florestar, buscamos ecoar (cosmo)histórias tecidas junto às perspectivas dos povos que nela habitam, reconhecendo a Floresta e suas socialidades e gentes, como sujeito histórico. Ao fazer isso, evidenciamos como essas histórias moldam tanto a memória coletiva dos povos quanto a própria materialidade-biodiversidade da Floresta. A pesquisa tensiona as fronteiras entre conhecimento acadêmico e saberes tradicionais, propondo formas colaborativas e descentralizadas de pesquisa que reconhecem as múltiplas agências, humanas e mais que humanas, envolvidas na produção do conhecimento. As territorialidades da floresta e da universidade se entrecruzam para refletir sobre o saber-fazer anticolonial como fundamento ético, epistemológico e metodológico das pesquisas colaborativas para/com/sobre povos indígenas. As alianças afetivas entre conhecimentos interculturais e o compromisso de colaboração entre seus agentes não apenas situa as questões investigadas, mas transforma radicalmente a forma de concebê-las, exigindo uma escuta comprometida, uma prática partilhada e o reconhecimento das múltiplas vozes e inteligências que constituem os territórios do saber e do ser. Eixo temático: Eixo Temático 18: Epistemologias Indígenas: experiências interculturais no saber-fazer anticolonial em Abya-Yala.

SABERES DAS MATAS E DAS ÁGUAS: POVOS DE TERREIRO E A RECRIAÇÃO DO MUNDO

Agostinho Júnior Holanda Coe
UFPI

Izabel Maria do Espírito Santo Grosse
Tenda Espírita São Jorge Guerreiro
agostinhocoe@ufpi.edu.br

O objetivo desta comunicação é refletir sobre as interfaces entre os procedimentos ditos científicos e os saberes ancestrais dos povos de terreiros do Piauí, tomando como estudo de caso a Tenda Espírita de Umbanda São Jorge Guerreiro (Bairro: Mafuá/Teresina/PI), dirigida pela Mãe Izabel de Oxum. A partir de tais confluências, problematizamos como os saberes vinculados a uma ideia de “técnica científica” dificulta o acesso a conhecimentos que estão ligados às vivências cotidianas de Povos e Comunidades Tradicionais, a exemplo dos saberes conduzidos a partir das cosmovivências ancestrais dos povos de terreiros. No afã contemporâneo de se voltar para a compreensão das experiências indígenas, quilombolas, como forma de entender as “angústias” da contemporaneidade, acerca do que Ailton Krenak denominou de “ideias para adiar o fim do mundo” (2020), os cenários de construção do que nomeamos como ciência moderna, cada vez mais apresentam suas fragilidades epistemológicas no que diz respeito às tentativas de acessar conhecimentos ancestrais incompreensíveis aos olhos da lógica contemporânea, sobretudo por estarem baseados em vivências/experiências descoladas das experiências das matas, dos rios e das florestas. A partir das confluências com os saberes orgânicos e dialogando com Antônio Bispo dos Santos em “A terra dá, a terra quer” (2024), entendemos que os debates sobre as tentativas de aproximação de humanidade com saberes constituídos por povos e comunidades tradicionais só se constituem e materializam à medida em que abandonamos as epistemologias eurocêntricas coloniais.

GRAFISMO INDIGENA: REPRESENTATIVIDADE E IDENTIDADE DO POVO JURUNA, ALTAMIRA/PARÁ.

Josefa Xavier de Paula
Universidade Federal de Santa Catarina
jxpaula@gmail.com

Juliana Salles Machado
Universidade Federal de Santa Catarina

Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

A pintura e as manifestações gráficas dos grupos indígenas do Brasil foram objeto de atenção de cronistas e viajantes desde os tempos de colonização, e de inúmeros estudiosos que nunca deixaram de registrá-las e se surpreender com essas manifestações insistentemente presentes, ora nos objetos utilitários, ora nos corpos. A arte indígena pode ser expressa de diversas formas, e representa a identidade e memória cultural de um povo. A arte juruna (Yudja) pode ser demonstrada por meio de grafismos que podem ser representados de diversas formas, em artesanato, pintura corporal, tecidos, cestarias, entre outras formas. Com objetivo de entender os grafismos parte da identidade e representatividade do povo Juruna, e as relações simbólicas que estes produzem, essas relações que traduzem visões de mundo, valores tradicionais e identidade. Essas formas de representação dos grafismos permitem compreender diversos significados sobre o tempo, sobre a colheita, sobre as vivências, entre outros aspectos da vida em comunidade. O povo juruna da aldeia Boa vista tem lutado contra processos que levaram a perda de territórios, lutaram em defesa de sua sobrevivência, na construção da hidrelétrica de Belo Monte, entre outros desmontes das políticas indigenistas na região. Nesse sentido a reafirmação da identidade seja qual forma se apresenta é fundamental para a sobrevivência. No dia 19 de abril a comunidade faz uma exposição de diversas formas de representatividade, uma delas é o grafismo, reafirmando a importância da arte indígena para os jurunas. Dessa forma, o processo de desterro sofrido pelas comunidades que viviam ao entorno da Volta grande do Xingú – local onde foi construída a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, evidenciam a partir de narrativas, os conflitos intrínsecos ao sentimento de perda de identidade causado pela inundação desses territórios, apresentando as diferentes percepções em torno do valor da terra, da cultura e da vida. Como resultados podem ser observados que, buscando a reforçar a identidade cultural, e o reforço da identidade indígena passa pelo reconhecimento e valorização da sua cultura, história, línguas e territórios, combatendo estereótipos e promovendo o protagonismo desses povos, pois esses estudos tem o intuito de mostrar a contribuição e participação do protagonismo indígena na construção ativa da história e constituição do País, a cidadania indígena está diretamente relacionada à capacidade do indígena de assim como assumir seu papel dentro da sociedade, e observar as experiências do passado podem ensinar sobre o que acontece hoje.

PRODUTOS HISTÓRICOS AUDIOVISUAIS: O DOCUMENTÁRIO ALDEAR A POLÍTICA

Weuler Pereira de Azara
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
weulerazara@gmail.com

O curta documentário "Aldear a Política" aborda a trajetória de Andenice Fiamoncini, Joziléia Kaingang, Ingrid Sateré Mawé e Kerexu Yxapyry em suas diversas articulações para suas trajetórias políticas. Ambientado pelo ritmo da Terceira Marcha das Mulheres Indígenas, o filme destaca como essas mulheres enfrentam desafios históricos e buscam conquistar espaço nas esferas políticas de Santa Catarina e do Brasil, convidando seus espectadores a conhecer suas narrativas. Este filme foi desenvolvido pelo Projeto de Extensão História Plurais (Edital Paex/UFES) e realizado pelo AYA Laboratório em parceria com a Emitai Produção Audiovisual. O curta é fruto do trabalho de dissertação de Weuler Azara (PPGH/UFES), sob a orientação da Prof.^a Luisa Wittmann. Este trabalho, é um relato da experiência de produzir este produto histórico digital articulando o fazer com e não sobre suas narrativas e trajetórias. O documentário retrata o protagonismo e a atuação política de mulheres indígenas no estado de Santa Catarina. Essa produção visa, além de ampliar a representatividade de suas lutas, reconhecer suas narrativas enquanto produtoras de conhecimento e suas atuações nos diversos âmbitos da política nacional. A produção de conhecimento através das produções audiovisuais no tempo presente é de extrema importância, principalmente para alcançar públicos diversos para além do meio acadêmico. Com isso, reconhecemos o valor da produção desta produção para ecoar a mensagem dessas mulheres indígenas. Esta produção se enquadra no eixo temático: Território, territorialidades, fronteiras e lutas indígenas, pois aborda as lutas de mulheres indígenas nas políticas nacionais.

PENSAR ÀS MARGENS: CRÍTICA AO RACIONALISMO EUROPEU E CONTRA-COLONIALIDADE A PARTIR DAS VIVÊNCIAS DOS TABAJARA YPY DE PIRIPIRI-PI

Tales Pinto da Silva
Universidade Federal do Piauí

Solange Aparecida de Campos Costa
Universidade Federal do Piauí
ptalessilva@gmail.com

Introdução: Este ensaio propõe uma conversa entre as reflexões do pensamento contra-colonial e as vivências dos Tabajara Ypy de Piripiri-PI, sobretudo numa perspectiva de compreender como a concepção de razão centrada na Europa serviu para marginalizar povos, saberes e formas de vida ligadas à terra, à poesia ao corpo. Para isso, busca-se um viés contra-colonial, na acepção de Nego Bispo, no qual a tradição de pensamento desenvolvida na Europa não serve como centro de referência, mas é subvertida para possibilitar outras epistemes e produções de conhecimento, práticas e relações, principalmente no contexto histórico-cultural da invasão da América Latina e do genocídio contra os povos originários. **Desenvolvimento:** Nesse horizonte, como desenvolvimento das ações do Núcleo de Extensão “Saberes e fazeres das comunidades indígenas e quilombolas do Piauí” da Universidade Federal do Piauí, reconhecemos as práticas espirituais de cuidado, de cura e de resistência exercidas pela comunidade dos Tabajara Ypy da localidade de Canto da Várzea, em Piripiri-PI. Essas práticas não são apenas expressões da cultura do povo, são, para além disso, memória viva e atuante, modo de significação não-eurocêntrico, repercussão da ancestralidade indígena, que resiste à marginalização dos seus saberes e de sua cosmo-relação com a terra. A partir disso, tecemos confluências possíveis entre a crítica do racionalismo filosófico e as vivências dos Tabajara Ypy. Esses entrecruzamentos nos levam a perceber como a cosmovisão de um povo muda a sua relação com a terra, com o corpo e com os outros seres, sejam as plantas, os animais, os encantados e as entidades. Nesse arranjo vivencial dos Tabajara Ypy, tudo está em constante relação e comunicação, contrastando com as segregações e separações que a epistemologia eurocêntrica tenta impor no mundo. **Conclusão:** Com esse estudo, oferecemos um debate frutífero para a academia de ciências humanas e para as comunidades indígenas, tensionando as pesquisas contra-coloniais a partir de um viés contra-hegemônico das epistemologias do Sul Global. Por fim, buscamos valorizar outros modos de narrar a si mesmo e conceber a relação com a terra, em detrimento da padronização do pensamento eurocentrista.

TERRITORIALIDADE ONTOLÓGICA ANCESTRAL: BIOINTEGRAÇÃO YANOMAMI E A CIÊNCIA DA FLORESTA

Éder Rodrigues dos Santos
Universidade Federal de Roraima
eder.rodrigues@ufr.br

O foco deste trabalho é a compreensão das concepções de espaço para o povo Yanomami, a partir de sua cosmopolítica, tributária às relações biopsicossociais com elementos do ambiente em que vivem. Tais proposições estão identificadas na perspectiva de lideranças, autoras e autores indígenas no Brasil, especialmente do povo Yanomami (RR). A fala da liderança indígena xamânica, Davi Kopenawa Yanomami: “A floresta é inteligente, ela tem um pensamento”, sob perspectiva ontológica, publicada no livro *A Queda do Céu* (2015), permite abrir um debate para a compreensão de visões de mundo e do Bem Viver, gerando um tensionamento das concepções de território enquanto categoria científica. O estudo tem como metodologia qualitativa a ontologia xamânica indígena, que nos permite acessar a cosmologia e aspectos relacionais do indígena com a natureza. Os procedimentos metodológicos são a análise da publicação *A Queda do Céu* (2005), o *Espírito da Floresta* (2023), revisão bibliográfica em outros autores (as) indígenas e na literatura etnográfica. Nossa proposição é de que a relação imanente entre duas variáveis, ontologia e conhecimento ambiental, está demonstrada em obras autorais, uma vez que, em tempos de crises ambientais e ameaças aos territórios indígenas, há interesse deles nessa comunicação epistemológica com o mundo dos não-indígenas. Procura demonstrar que, a relação biointerativa das populações indígenas com a floresta, notadamente, por meio dos sonhos e do uso de vegetais enteógenos para percepção de estados especiais da realidade não-comum, permite-nos enxergar uma possível territorialidade ontológica ancestral, resultado da cosmologia, da biointeração e percepção ambiental. Para os povos indígenas, a natureza está cheia de espíritos, seres invisíveis que são os verdadeiros donos da territorialidade, espacialidade que deve ser considerada pela sociedade envolvente enquanto território demarcado e homologado, mas, sobretudo, que deve ser melhor compreendida em sua gênese ontológica, fenômeno decisivo para a manutenção da vida no território.

NARRATIVAS-HISTÓRICAS PAITER: HISTÓRIAS INDÍGENAS E AS RELAÇÕES MULTIESPÉCIES NO SUDOESTE AMAZÔNICO

Lucas Carminati
UFSC / CAPES

Pretendo propor uma discussão acerca das narrativas históricas indígenas, comumente chamadas na historiografia e etnografia de “mitos”, a partir de um referencial teórico que envolve etnologia, antropologia, história e um repertório de narrativas indígenas do sudoeste amazônico registradas através das pesquisas realizadas por pesquisadores e pesquisadoras indígenas e não indígenas vinculados ao projeto História às Margens. Busco problematizar elementos dos estudos historiográficos no que concerne as fontes, como o privilégio da fonte escrita e a mistificação/exotização de ontologias outras, que se distanciam da lógica dual ocidental, que acaba por produzir uma “tradução” simplificadora e, por vezes, errônea desses saberes indígenas, ignorando-os ou os compreendendo como uma chave metafórica. Procuro refletir sobre tais narrativas junto a um “mapeamento” de conceitos presentes nas histórias indígenas e sua relacionalidade multiespécies, tema central das narrativas-históricas Paiter. Essa problemática se apresenta então como uma entrada na discussão acerca da possibilidade de uma leitura de narrativas indígenas que articule elementos metodológicos da análise de fontes para historiografia com o “estranhamento” instrumental do trabalho antropológico e outros elementos que se ligam a oralidade e das cosmologias indígenas. Tendo como objeto central o olhar para as histórias, suas relações multiespécies, e como estas podem ser construídas em diálogo com a antropologia e ecologia histórica. Esta apresentação se enquadra no eixo temático “Epistemologias indígenas: experiências interculturais no saber-fazer anticolonial em Abya Yala”.

“COMIDA É VIDA”, É SABER-FAZER ANCESTRAL, É COZINHA INDÍGENA

Paula Nardey Moriz de Vasconcelos
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
paulanardey@yahoo.com.br

O trabalho propõe-se a navegar por saberes e sabores presentes na cozinha indígena de famílias oriundas da região do Alto Rio Negro, Amazonas e que atualmente vivem em comunidades próxima a capital Manaus. A fase do trabalho de campo, e com ele as tentativas, as impossibilidades, e o encontro com famílias indígenas que me afetaram profundamente, foi construída por meio de uma cartografia de afetos, com a casa-vida-pessoas e com o rio Negro; nas experiências imaginadas, vividas num lugar que produz vida, recria lugares para ser habitado e outros mundos possíveis. Palavras como ser, sentir e fazer sentido me acompanharam em campo, assim como o exercício da observação, do olhar e da escuta. O cheiro da comida também, dessa comida preparada pelas mãos que plantam, que colhem, pescam, que cozinham. Pessoas, verdadeiramente “água e folha da Amazônia”. Diálogos, escuta e observação, foram elementos utilizados em campo para que eu pudesse discretamente adentrar nesse mundo indígena que tanto me constrange, por ser coletivo, por me ensinar a ser gente, a estar no mundo. Diante do exposto, a pesquisa tem um caráter qualitativo e etnográfico e foi realizada no estado do Amazonas no período de 2021 a 2023. O cotidiano das famílias evidencia alguns aspectos a saber: a linguagem geográfica da cozinha indígena, o saber-fazer, a cozinha ao ar livre, a roça como sistema alimentar, os utensílios da cozinha e o modo de ser e viver. A comida nos localiza em um espaço geográfico e nos remete a lugares. Poderíamos ousar dizer uma linguagem geográfica do saber e do sabor, onde o indígena, através de sua vivência com o lugar, com os rios e florestas nos apresenta sua culinária tradicional. Uma geografia do saber e do sabor. Sabores dos rios e florestas são servidos na mesa indígena. Sabores que remetem a espacialidade do lugar e localiza de onde são, quem os prepara, por que comem. A roça ocupa um lugar de referência alimentar para as famílias, dela advém a mandioca. Por sua vez, os utensílios presentes nessa geografia da cozinha indígena são mais utilitários que estéticos, têm seu lugar específico em cada espaço da casa de farinha.

CURSO ANAMA – FORTALECENDO A AUTONOMIA ÉTNICA E A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA NA JUVENTUDE POTIGUARA

Liliane Monteiro Barbosa
Anama Potiguara - Fortalecendo Lideranças e Juventudes no Território Potiguara – ANAMA
lilimonteiro11@gmail.com

Kelly Emanuely de Oliveira
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
mensagenskelly@gmail.com

O presente artigo tem o objetivo de compartilhar a experiência do curso Anama - Fortalecendo Lideranças e Juventudes no Território Potiguara, que surgiu de uma demanda de lideranças e jovens indígenas preocupados com

a mobilização de jovens pela valorização da identidade Potiguara e da preservação do território indígena. Diante disso, buscaram o diálogo com o Campus IV da UFPB, em Rio Tinto (PB), localizado junto à terra indígena, para construir uma proposta de ação. A proposta se tornou um curso de extensão, que tem apoio técnico também da FUNAI, com uma proposta que, ao longo dos 4 anos vem se configurando como um marco no processo de autonomia étnica e mobilização social. O objetivo geral do ANAMA é colaborar com o fortalecimento da gestão do território e organização social Potiguara, por meio do conhecimento da história, valorização da identidade indígena e do debate sobre os significados da terra e da Mãe Natureza para o nosso povo Potiguara. A parceria da Universidade Federal da Paraíba e Funai com o povo Potiguara resultou em uma proposta que hoje leva o ANAMA a ser reconhecido no território como um elemento central na valorização cultural, estimulando reflexões sobre mobilização política e organização social, com temáticas como meio ambiente, políticas para as mulheres, saúde e conhecimentos tradicionais, educação escolar indígena, mobilização política, entre outros. A iniciativa conta com uma coordenação hoje formada majoritariamente por indígenas, tendo apoio também de professores da UFPB. O curso é realizado com periodicidade mensal, com uma média de 60 cursistas, que a cada encontro vão a uma aldeia, debater o tema do módulo. Para esta comunicação, trazemos a análise da repercussão desse projeto no nosso povo, dialogando com a literatura sobre etnologia indígena e interculturalidade. A metodologia inclui a descrição e análise das atividades desenvolvidas no curso, considerando as reflexões emergentes a partir dos conteúdos abordados. Além disso, o estudo investiga como as metodologias aplicadas ao longo do curso contribuem para a construção do conhecimento entre saberes acadêmicos e tradicionais. Tencionamos trazer a visibilização de como o ANAMA se caracteriza como uma ferramenta importante para formação política e sociocultural, colaborando para a participação e formação de lideranças indígenas jovens, tendo um papel significativo no território Potiguara, na valorização da identidade étnica e fortalecimento de estratégias de gestão territorial e ambiental.

PRÁXIS COMPARADA (E BELIGERANTE) DE CONHECIMENTO: DESAFIOS A PARTIR DE UMA RELAÇÃO DE ALTERIDADE INDÍGENA-NÃO INDÍGENA NO CAMPO ACADÊMICO DA SAÚDE COLETIVA.

Elizângela da Silva Costa (Elizângela Baré)
elizangelabareusp@usp.br

José Miguel Nieto Olivar

Este texto tem como base o processo inacabado de elaboração de um capítulo metodológico para a tese de doutorado de Elizângela da Silva Costa, liderança da etnia Baré e “pesquisadora indígena”, tendo a José Miguel Nieto Olivar, professor na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, na posição de “orientador”. A partir de revisitar e conversar sobre esse processo e a nossa relação de colaboração – de trabalho conjunto e aliança, propomos uma reflexão sobre desafios que presenças indígenas (mulheres, redes, saberes, interesses) implicam para a produção de conhecimento acadêmico no campo da saúde, especificamente em relação com as ciências sociais. Estes desafios se situam na produção de interconhecimentos ou de formas de conhecer interculturais elaboradas por povos indígenas[Interculturalidade é uma palavra de muitos usos e sentidos. O jeito como será entendida aqui obedece a um processo de elaboração em curso de Elizângela (Costa, 2021, 2022) em diálogo com outras autoras indígenas como Putira Sacuena (Rodrigues, 2003) e que pode encontrar relação com a ideia de interculturalidade crítica como usada por Ponso (2018). Para uma análise crítica da ideia de interculturalidade mais comumente usada no campo da saúde indígena (“branca”), ver: Pedrana et al (2018).]. Trata-se, como veremos, do que em diálogo com as propostas clássicas de Ludwik Fleck (2010) sobre teoria comparada de conhecimento[Fleck foi um médico e epistemólogo polonês do início do século XX, teórico fundamental sobre as formas como o conhecimento científico é construído, na práxis. Na obra citada, Fleck dialoga com Levi Bruhl, antropólogo de muito destaque na época, para pensar seus achados sobre a produção científica da sífilis como uma prática cultural e habilitar, assim, uma teoria comparada do conhecimento. Esquecido por décadas, suas ideias reverberaram com força no final do século XX, com autores como Khun e Latour. Este autor, caro no campo da saúde, é influência central nos estudos sociais da ciência e da técnica, como o evidencia o trabalho da pesquisadora Ilana Lowy (1994, 2020).] pode ser entendido como uma práxis comparada e beligerante de conhecimentos. A presença indígena[Usamos aqui a ideia de presenças em diálogo com Olivar et al (2015) e Moraes et al (2022) para chamar a atenção sobre a materialidade enredada dos conhecimentos indígenas em contextos acadêmicos. Estes “conhecimentos” não aparecem desencarnados, eles são feitos presentes por e fazem presentes corpos, roupas, línguas e sotaques, cheiros, plantas, artesanatos, comidas, redes de parentes, territórios, entidades ‘espirituais’, etc.. E são estas presenças e copresenças (Bumachar, 2016) que tem aumentado significativamente nos últimos anos (Stariolo, 2024) as que propõem desafios novos, as que interpelam ativamente o campo acadêmico e a produção de saúde (Ayres et al., 2023; Bergamashi et al., 2018; Ponso, 2025).] no campo acadêmico-científico no Brasil é forte, crescente e muito ativa, especialmente nas áreas das ciências humanas e sociais, e alcança também a área da saúde, especialmente desde a pandemia de Covid-19[O projeto e o livro Vozes indígenas na produção do conhecimento: para um diálogo com a saúde coletiva (Coletivo..., 2022), da

FIOCRUZ, é quizá o melhor exemplo e um ponto de potenciais reinvenções e transformações. Segundo Gersem Baniwa, no prefácio, “é uma obra histórica, com potência para muito além de uma obra científica, pois representa um projeto político-pedagógico e epistêmico capaz de despertar a ciência acadêmica tradicional de sua comodidade e autorreferência etnocêntrica e colonizadora” (Baniwa, 2022: 10). J. Essas presenças indígenas podem implicar desafios e incômodos, recusas e negligências para ‘cientistas’ educados nas tradições mais hegemônicas da ciência moderna e normal, e para orientadores pouco familiarizados, na prática, com a questão da diferença sociocultural. Além do mais, estas presenças podem implicar demandas de políticas linguísticas e epistemológicas radicalmente novas (Ponso, 2018, 2025) para o campo da saúde ou que, de formas diversas, foram antes ignoradas ou traduzidas em dispositivos meritocráticos e seletivos associados à categoria “classe” ou “desigualdade socioeconômica”. Por outro lado, cada vez mais, o campo da saúde vem sendo interpelado por buscas de “descolonização” e antirracismo da saúde pública e do conhecimento em saúde, bem como do próprio campo acadêmico (Nunes e Louvison, 2020; Borret et al., 2020; Coletivo..., 2022; Brasil, 2023; Baquero et al., 2021; Adams et al., 2019). No cenário atual, parece urgente dispor-se de melhor forma às ecologias de saberes e pluriépistemologias, abrir mais e melhores espaços para saberes marginalizados e engajar-se em conhecimentos participativos que favoreçam os trânsitos para além da “ciência normal” (Giatti, 2022). Mas como fazê-lo? Como “abrir espaços para práxis transformativas” (Thambinathan & Kinsella, 2021) e para o diálogo legítimo com outras ciências e saberes (Smith, 2018)? Como pode ser e é, de fato, feito pelas estudantes e orientadoras que já fazem? E, mais ainda, que exigências, solicitações e implicações estas possíveis experiências mobilizam para o campo acadêmico-científico da saúde? Aproximar-se a essas perguntas, em diálogo com alguma possível teoria comparada de conhecimento (Fleck, 2010), exige ampliar a compreensão sobre o que pode vir a ser a relação de uma pessoa indígena pesquisadora com a produção de conhecimento na relação acadêmica. Isto é: o que é “metodologia”? O que pode vir a ser uma tese de doutorado na perspectiva da pesquisadora acadêmica indígena? O que é, como e para que se produz o conhecimento? Isto é, como a palavra conhecimento pode ou não significar as mesmas coisas, como pode mudar de sentido e como pode mobilizar forças, experiências, recursos, corpos e temporalidades diferentes quando se requer pensar com-: com um “orientador” não-indígena e totalmente inscrito no campo acadêmico; com uma mulher liderança que, entre outras coisas, é “pesquisadora indígena”? A partir daí, é importante pensar em possíveis desafios que estas presenças indígenas implicam para o campo.

PESQUISA AUTOETNOGRÁFICA JUNTO A POVOS TRADICIONAIS

Clarissa Íris Rocha Leite

Doutoranda Programa de Pós Graduação em Artes Cênicas (PPGAC) na Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Docente Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

cmedrado@uneb.br

Este trabalho apresenta uma reflexão metodológica e ético-política sobre a autoetnografia junto a povos tradicionais indígenas. Articulando autobiografia e etnografia, discute-se a escuta de si e do outro, o protagonismo comunitário e as epistemologias decoloniais. Abordam-se ainda os cuidados éticos previstos no Sistema CEP/CONEP, a necessidade de consentimento livre e coletivo e a salvaguarda de conhecimentos sagrados, bem como as contribuições clínicas e sociopolíticas da autoetnografia para a valorização de saberes, rituais e práticas de cura coletiva. Ao final, sustenta-se que a autoetnografia, conduzida com reciprocidade, transparência e respeito aos protocolos culturais, constitui ferramenta potente para produzir conhecimento situado, fortalecer identidades e orientar políticas e práticas culturalmente sensíveis.

NOÁH (URUCUM) EM CONTEXTO PAITER SURUÍ

Natanael Pabikār Suruí

Universidade Federal de Santa Catarina / CAPES

natanaelsurui01@gmail.com

Noáh é urucum em Paiter Suruí, noáh é uma planta nativa em território Paiter, cujo fruto e sementes avermelhados, pode alcançar seis a oito metro de altura. Noáh é uma das plantas mais importante que sempre esteve presente em vários contextos na vida dos Paiter, seja na história e na produção de diversas materialidades de artesanatos. A partir da sua história há varias maneira de utilizar urucum, como por exemplo, varas (caules) são utilizadas para produzir fogo e o fruto e sementes são mais utilizados em artesanato. Cada um dos artesanatos tem seus significados, representatividade para os Paiter. Por isso a proposta desse trabalho é trazer os conhecimentos tradicional que os Paiter têm com urucum a partir da sua história, o qual ainda é conhecida como mito indígena. Com a ideia de desconstruir de que a história indígena não pode ser considerada apenas como mito e lenda, mas como história

verdadeira. Pois a partir da sua narrativa histórica surgem os conhecimentos dos Paiter com a floresta, sua relação e de respeitar seu tempo para ser utilizado. Este trabalho está vinculado ao eixo temático "Epistemologias indígenas: experiência interculturais no saber-fazer anticolonial em Abya Yala".

RAÍZES QUE ENSINAM, CONHECIMENTOS ANCESTRAIS QUE FLORESCEM: ESPIRITUALIDADE, CURA E BEM-VIVER PAYAYÁ

Ana Cleide Santos de Souza – Payayá
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
anacleide.payaya@gmail.com

Itã Teodoro da Silva – Payayá
SEC/BA
itateosi@gmail.com

Leliana Santos de Sousa
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
lelisousa@uneb.br

Este artigo apresenta a experiência vivida no I Encontro de Raízes Payayá, realizado na Chapada Diamantina, de 06 a 10 de agosto de 2025, evidenciando os conhecimentos ancestrais que florescem das raízes que ensinam o bem viver do ser da natureza no território Payayá, reunindo raizeiros ensinando e aprendendo na terra da gameleira a cura para o bem da humanidade. O Encontro teve como objetivo compartilhar as trocas de experiências entre a comunidade indígena Payayá, raizeiros, benzedeiros da Chapada e comunidades tradicionais, ressaltando os vínculos e modos de existência que continuam a florescer. Nossa participação nesse evento fez sentido para a pesquisa: "o território indígena do povo Payayá como Espaço Multirreferencial de Aprendizagem: um estudo no campo de conhecimento da Análise Cognitiva", vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento (PPGDC). Esta pesquisa de abordagem metodológica exploratória e descritiva sustenta-se em dados primários, em referenciais bibliográficos compondo a base teórica, e ganha maior consistência na análise contrastiva com dados empíricos mediante observação, vivências e oficinas realizadas. O Encontro evidenciou que os saberes e práticas do povo Payayá fortalecem a identidade cultural, promovem reflexões sobre espiritualidade e bem-viver, e reafirmam a importância da terra como espaço de memória, resistência e autonomia. O povo originário Payayá resiste e se fortalece ao difundir sua cultura ancestral, provocando reflexões acerca do bem-viver e da espiritualidade. Ao nosso olhar os saberes e práticas indígenas são conhecimentos advindos da história da ancestralidade, os quais foram dissuadidos no tempo pela supremacia do saber acadêmico dito conhecimento científico. Nesse sentido, VI Congresso Internacional Mundos Indígenas (VI COIMI - Abya Yala): Histórias, Territorialidades e Saberes Indígenas possibilitará o debate para compreensão de que os territórios dos povos originários não se limitam ao espaço físico, mas constituem laços vivos que sustentam modos de existência, conhecimento e organização coletiva. A experiência contribuirá para o aprofundamento da pesquisa relativo a valorização da ancestralidade indígena, além de fortalecer a luta pela preservação dos territórios e promoção do diálogo intercultural como caminho para o bem-viver. Palavras-chave: Bem-viver; Povo indígena Payayá; Conhecimentos ancestrais; Análise Cognitiva (AnCo). Eixo temático: Bem-viver, saúde, doenças e povos indígenas.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 19 - GÊNEROS, SEXUALIDADES E EXISTÊNCIAS NÃO NORMATIVAS EM CONTEXTOS INDÍGENAS

Coordenação:

Kiga Boe (UFG/Rede Arandu)

Flávia Belmont (UnB/INCT Caleidoscópio/Rede Arandu)

Tchella Fernandes Maso (UnB/INCT Caleidoscópio/Rede Arandu)

Resumo do Simpósio Temático: O simpósio reunirá trabalhos e pesquisadoras(es) que examinam relações de gênero e sexualidade em contextos indígenas nas Américas, com ênfase em existências que desafiam a lógica colonial cisheteronormativa. Serão exploradas análises sobre o movimento indígena LGBTQIAPN+ e reflexões sobre o uso e torções da noção queer em realidades indígenas, considerando suas ressignificações nos territórios, assim como o conhecimento sobre a pluralidade de experiências dos povos do continente, suas cosmologias, filosofias e itinerários de pessoas, coletivos e mobilizações em torno da diversidade sexo-genérica. Busca-se também refletir sobre a reinterpretação e revitalização da categoria de gênero, articulada a noções como corpo-território, direitos e demarcação territorial. São bem-vindos trabalhos de distintas áreas que relacionem estruturas globais de opressão às vivências nos territórios, analisando a relação com o Estado e as possibilidades de reexistência diversa. As discussões poderão abordar impactos de conceitos de gênero e sexualidade do Norte Global sobre políticas e identidades no Sul Global, resistências às traduções hegemônicas e seus ensinamentos sobre agência política, riscos de discursos de emancipação sexual se tornarem novas formas de colonialismo e proposições para futuros queer e descoloniais.

GÊNERO, SEXUALIDADE E EXISTÊNCIA NÃO-NORMATIVA EM CONTEXTOS INDÍGENAS

Loveline Marechal

Escola Nacional de Enfermagem de Porto Príncipe

lovelinemarechal23@gmail.com

As sociedades indígenas, muitas vezes percebidas pelo prisma reducionista das epistemologias ocidentais, escondem uma riqueza ontológica e simbólica que desafia as categorias normativas de gênero e sexualidade. Este trabalho faz parte de uma abordagem decolonial que visa a restaurar a complexidade das identidades não normativas conforme elas são vivenciadas, reconhecidas e ritualizadas nas comunidades indígenas da América Latina e do Caribe. Longe de serem entidades marginais ou importações modernas, essas existências estão enraizadas em cosmologias em que a pluralidade é constitutiva da ordem mundial. As figuras queer indígenas, geralmente investidas de um papel sagrado ou de mediação entre as esferas visível e invisível, incorporam uma alteridade valorizada, inscrita em narrativas mitológicas, práticas rituais e estruturas sociais. Por meio de uma série de pesquisas etnográficas realizadas entre os povos zapoteca, wayuu, kalinago e mapuche, esta pesquisa lança luz sobre as maneiras pelas quais as identidades de gênero fluidas, não binárias ou transgênero são integradas à dinâmica da comunidade. Esses métodos não se baseiam na tolerância liberal, mas em uma lógica ontológica na qual a diversidade é percebida como uma manifestação do sagrado. As pessoas não-normativas não são apenas aceitas: elas são frequentemente investidas de funções rituais, terapêuticas ou políticas, e sua presença é interpretada como um sinal de equilíbrio cósmico. Esse reconhecimento contrasta fortemente com as políticas públicas contemporâneas, que geralmente se baseiam em modelos universalistas que ignoram o conhecimento indígena e reproduzem a violência simbólica. Com base na antropologia crítica e em uma estrutura analítica descentralizada, este estudo propõe uma releitura das identidades não normativas com base nos sistemas de pensamento indígenas, valorizando as narrativas locais como fontes de legitimidade e resistência. Também examina os efeitos da colonização sobre as subjetividades queer indígenas, especialmente por meio dos processos de apagamento, criminalização e folclorização. Os resultados mostram que o ressurgimento de identidades não-normativas nas lutas indígenas contemporâneas não é uma reivindicação de identidade isolada, mas parte de um processo mais amplo de reapropriação de conhecimento, territórios e memórias. Concluindo, esta pesquisa pede uma reconfiguração das ferramentas teóricas nas ciências sociais, integrando as epistemologias indígenas como base para transformar os imaginários sociais e resistir à violência epistêmica. Este resumo faz parte do tema «Descolonização de conhecimentos e epistemologias indígenas».

“CAMPING-GAY ÀS MARGENS DO RIO TIBIRI”: HOMOSSEXUALIDADES INDÍGENAS NO TERRITÓRIO POTIGUARA

José Marcos Nascimento Pontes
PPGH/UFPB
j.marcoxs@gmail.com

Cláudia Cristina Lago Borges
DH/PPGH/UFPB
claudialago.rn@gmail.com

Este trabalho analisa as práticas sexuais não normativas em contextos indígenas, trazendo à tona as formas pelas quais a colonização nomeou, condenou e silenciou corpos dissidentes. Os documentos coloniais, ao registrar os chamados “sodomitas” do Novo Mundo, não apenas os descreveram, mas instituíram violências simbólicas e materiais que ecoam até o tempo presente. A história oficial, marcada por um olhar heterocisnormativo e eurocentrado, excluiu vozes indígenas e suas sexualidades plurais. Nesse sentido, o presente estudo concentra-se nas homossexualidades Potiguara, no litoral norte da Paraíba. A escolha não é casual: trata-se de um território atravessado por tradições, cosmologias e também por disputas em torno da sexualidade. Ao afirmar essas vivências, o objetivo é romper com o apagamento que insiste em relegar tais experiências à margem. Logo, reinscrever a memória e denunciar a continuidade destes silêncios. A metodologia articula história oral e escrita em primeira pessoa. As entrevistas com sujeitos da comunidade dialogam com o lugar de fala do pesquisador, também indígena e gay. Essa enunciação não é um obstáculo, mas um posicionamento político. O eu que escreve é parte do processo de construção de conhecimento. A experiência é tomada como método, recusando a pretensa neutralidade científica. Os resultados parciais indicam que corpos dissidentes migram dos territórios para os centros urbanos em busca de liberdade sexual. Contudo, o urbano, visto como promessa de abertura, é também o espaço em que se concentram as maiores taxas de homofobia. O deslocamento, longe de significar emancipação plena, reinscreve as violências em outras formas. A pesquisa, ainda em desenvolvimento, aponta para a urgência de se produzir uma história comprometida com as existências indígenas plurais. Portanto, mais que registrar experiências, é necessário interrogar as estruturas que tentaram apagá-las e afirmar a dignidade de corpos que, apesar de perseguidos, resistem e florescem.

SUBNOTIFICAÇÃO E VISIBILIDADE INDÍGENA NOS REGISTROS DO DISQUE 100 – MÓDULO LGBT (2011– 2025)

Flávia Belmont
NCT Caleidoscópio (UnB) / Rede Arandu.Pesquisa
flabelmont@gmail.com

Tchella Fernandes Maso
UNB/Rede Arandu/INCT Caleidoscópio
tchellamaso@gmail.com

Este estudo apresenta uma análise parcial dos registros do Disque 100 referentes a denúncias de violações contra pessoas indígenas LGBT entre 2011 e 2025, com o objetivo de compreender como essas violências aparecem, são registradas ou permanecem invisíveis nas estatísticas públicas. Na introdução, situamos o Disque 100 como um dos poucos instrumentos nacionais de monitoramento de violações de direitos humanos com recorte por identidade de gênero e raça/cor, o que o torna fonte relevante, ainda que limitada, para observar a presença indígena nesses registros. No desenvolvimento, discutimos as dificuldades de acesso, de identificação e de registro enfrentadas por povos indígenas nos mecanismos estatais de denúncia, considerando barreiras linguísticas, territoriais e institucionais. A análise quantitativa inicial aponta um número reduzido de notificações e alta repetição de registros, além da subutilização da categoria étnica, o que limita a compreensão das especificidades das violências que atingem pessoas indígenas LGBT. Tais lacunas mostram que a produção de dados oficiais está condicionada por modelos de classificação que não dialogam com a diversidade dos modos de vida indígenas e que, por isso, acabam reforçando dinâmicas de apagamento. Nas conclusões, indicamos que esta análise parcial tem como propósito embasar o desenvolvimento de metodologias qualitativas que possam complementar e tensionar os limites das informações produzidas pelo Estado. A abordagem qualitativa permitirá compreender as experiências concretas de denúncia, escuta e acolhimento de pessoas indígenas LGBT, bem como propor alternativas interculturais de registro e atendimento. Defendemos que o aprimoramento dos instrumentos de denúncia deve ser acompanhado por um debate crítico sobre as formas de conhecimento que sustentam as estatísticas oficiais. O estudo reforça, assim, a

necessidade de construir políticas públicas interseccionais e sensíveis às especificidades culturais e territoriais dos povos indígenas, ampliando as condições de visibilidade e de proteção.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 20 - POVOS INDÍGENAS E A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS NAS AMÉRICAS

Coordenação:

Francisco Cancela (UNEB)
João Paulo Peixoto Costa (IFPI)

Resumo do Simpósio Temático: No longo século XIX nas Américas, as profundas transformações político-ideológicas atingiram decisivamente a vida dos povos indígenas. Desde aqueles grupos com séculos de relações com a sociedade colonial até os que ainda conseguiam manter sua autonomia política e territorial, todos foram impactados de diferentes formas pelas ideias e práticas políticas da chamada “Era das Revoluções” que resultaram na crise do sistema colonial, nos processos de emancipação e na formação de novos Estados Nacionais. Nesse período de transformações, o antigo modelo de sociedade corporativa típico do Antigo Regime assistiu a chegada fulminante do liberalismo, que trouxe consigo conceitos como o de cidadania, propriedade, Constituição e nação. No percurso tortuoso dos setores subalternizados durante a formação dos Estados Nacionais americanos, os variados povos indígenas se posicionaram de maneiras diversas diante daquela conjuntura, levando em conta suas próprias experiências históricas, processos de territorialização e identidades étnicas. Os caminhos trilhados pelos indígenas também foram múltiplos: atuaram individual e coletivamente, lutaram no campo militar e também jurídico-administrativo, construíram alianças e rupturas com os segmentos sociais dominantes. Tendo em conta esse universo de possibilidades, o presente simpósio temático busca promover um espaço de diálogo e análise da participação indígena na formação dos estados nacionais na América, reunindo estudos sobre diferentes processos históricos vividos pela população indígena nesse contexto e críticas historiográficas sobre o lugar dos indígenas na invenção das nações americanas, especialmente dos habitantes das vilas de índios na América portuguesa e das repúblicas de índios na América espanhola.

“ARRAIAIS INDÍGENAS” NOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI COMO RESISTÊNCIA À COLONIZAÇÃO NO SÉCULO XIX

Juliana Pereira Ramalho
Universidade Federal do Acre
juliana.ramalho@ufac.br

A consolidação do Estado Nacional brasileiro pautou-se na necessidade de adentrar as províncias do Império. Para a efetivação desse processo, um dos elementos acionados pelo Estado e por particulares envolvidos no processo de colonização foi a transformação da terra em propriedade privada e os povos indígenas em mão de obra, utilizada em diversas atividades produtivas. Sobretudo nas áreas de fronteira interna, a questão indígena era uma temática relevante para as elites dominantes. Em Minas Gerais, no século XIX, a região nordeste que abrangia o termo de Minas Novas constituiu-se em uma das últimas áreas a serem colonizadas na província. Apesar de ter origem no século XVIII, até no limiar do século XIX Minas Novas apresentava áreas fronteiriças à mata Atlântica que ladeavam os rios Jequitinhonha e Mucuri, entre as províncias de Minas Gerais e Bahia. Essas matas abrigavam diversos grupos indígenas, vistos pelo Estado e por particulares como entrave à ocupação, à exploração e anexação daquelas áreas ao Estado brasileiro. É neste cenário que se insere este estudo, conduzido com o objetivo de analisar os conflitos decorrentes do processo de espoliação do patrimônio indígena nas áreas contíguas ao termo de Minas Novas, margeadas pelos rios Jequitinhonha, Mucuri e seus afluentes entre os anos de 1831 a 1861. A análise de registros paroquiais de terra, inventários post-mortem, documentação camarária e reportagens do jornal ‘O Universal’ revela que os fazendeiros, ao se expandirem territorialmente sobre os domínios indígenas, entendiam que prestavam um serviço ao Estado brasileiro, ao mesmo tempo em que esse processo significava uma forma de recomposição do patrimônio territorial esfacelado pelas vendas, herança e relações intrafamiliares que permearam o acesso a terra. Do lado indígena, esse processo de colonização foi respondido com resistência e retomada de sedes de algumas fazendas, que ressignificadas, transformaram-se em “arraiais” indígenas, especialmente nas áreas fronteiriças ao rio Jequitinhonha.

A PRÁTICA PETICIONÁRIA DOS INDÍGENAS E A LUTA POR CIDADANIA NO BRASIL INDEPENDENTE

Francisco Cancela
UNEB
franciscocancela@gmail.com

No contexto da construção do Brasil independente, a população indígena, seguindo uma tradição herdada do período colonial, utilizou amplamente a prática peticionária para preservar o que considerava direitos já conquistados. Tanto na forma quanto no conteúdo, essas petições mantinham elementos da cultura política do Antigo Regime, embora também incorporassem o novo vocabulário político constitucional, com ênfase no debate sobre cidadania. O objetivo central desta comunicação é demonstrar o protagonismo indígena por meio da prática peticionária, evidenciando as estratégias, narrativas e pautas elaboradas pelos indígenas em um cenário de grandes transformações. Ao analisar as histórias e os interesses políticos subjacentes a petições, o estudo revela: i) a preferência dos indígenas por apresentar suas demandas no âmbito judicial, com o intuito de legitimar direitos coletivos; ii) a defesa consistente da condição específica da população indígena como uma comunidade diferenciada, com unidade política e identidade étnica próprias; iii) a formulação de um programa reivindicatório que enfatizava, de maneira recorrente, os direitos à terra, à liberdade e à participação política.

OS BRANCOS NÃO TÊM CONHECIMENTO: ATUAÇÃO INDÍGENA NA CÂMARA MUNICIPAL DE ARRONCHES NA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR NO CEARÁ

João Paulo Peixoto Costa
IFPI/UESPI/UFPI
joao.peixoto@ifpi.edu.br

O processo de independência do Brasil foi um contexto em que povos indígenas de inúmeros aldeamentos perceberam como um momento de oportunidades para lutar pela garantia e ampliação de direitos, a partir da operacionalização de premissas liberais e da defesa de antigos benefícios oriundos do Antigo Regime. Entre eles, estavam suas condições de trabalhadores livres, as terras e os cargos políticos para as lideranças nas câmaras municipais das chamadas vilas de índios, previstos pelo Diretório dos Índios, lei setecentista ainda em vigor em diversas províncias do Brasil. Após a quebra do pacto constitucional por Dom Pedro I em 1823, e a subsequente adesão do Ceará à Confederação do Equador em 1824, as populações aldeadas se aliaram às autoridades políticas da província, vendo nelas o caminho para a consolidação de seus objetivos políticos, a partir da compreensão de que eram cidadãos nesse novo regime liberal. Havia nesse movimento uma percepção de si amparada no princípio da igualdade, que se expressa na atuação de suas lideranças nas câmaras municipais das vilas, como era o caso da de Arronches, localizada próximo à capital, Fortaleza. Nosso objetivo é analisar os posicionamentos políticos indígenas, inclusive a partir da produção escrita no âmbito da câmara, onde se pode observar as formas pelas quais se referiam aos brancos e a si próprios. Um dos aspectos principais será acompanhar a trajetória de Vitorino Correa da Silva, sargento-mor indígena que foi professor, vereador, escrivão da câmara e importante representante da vila em situações de repercussão provincial, como no envolvimento do Ceará na Confederação do Equador. Em um desses momentos, adicionou Parangaba ao seu nome, em referência à antiga aldeia que deu origem à sua vila, assumindo sua condição étnica e seu posicionamento político liberal. Também se identificava como eleitor, rompendo com a Constituição outorgada pelo imperador a partir de uma concepção de cidadania típica do Antigo Regime, ainda que inserido no contexto de advento das premissas liberais. Ou seja, reivindicava-se um súdito igual aos demais, mas com direitos políticos amparados no Diretório em vigor naquele contexto. Era a partir dessa lógica argumentativa e reivindicatória que Silva Parangaba e os indígenas de Arronches, por meio da câmara municipal da vila e da aliança com as autoridades provinciais, lutavam para defender suas terras, diante da ambição dos potentados locais, e as demais prerrogativas de cidadãos.

EXTINÇÃO DO ALDEAMENTO DE CIMBRES: REELABORAÇÃO ESPACIAL E TRANSFORMAÇÕES DAS IDENTIDADES INDÍGENAS NA SERRA DO ORORUBÁ (PESQUEIRA, PE), 1850-1879

Alice Victória do Monte Nascimento
alicedm8@gmail.com

Mariana Albuquerque Dantas

Este estudo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) sobre a extinção do aldeamento de Cimbres, localizado na província de Pernambuco, na segunda metade do século XIX. Nele foi analisada a reestruturação espacial e como esse processo afetou também nas identidades dos povos indígenas na Serra do Ororubá no século XIX, com foco no Aldeamento de Cimbres. Esse trabalho tem como base o conceito de territorialização (Oliveira, 1998), uma vez que se debruça sobre a reformulação da identidade indígena diante das mudanças socioespaciais. Oliveira divide esse processo em três fases: a catequização nas missões, a convivência com não indígenas incentivada pelo Diretório dos Índios (1757) e, por fim, a perda das terras coletivas após a Lei de Terras de 1850. Além disso, nós utilizamos também, embora em menor escala, do conceito de ressocialização, uma vez que também abordaremos a adaptação dos indígenas às políticas coloniais, incluindo acordos entre líderes indígenas e a administração imperial. A colonização da Serra do Ararobá começou após a expulsão dos holandeses em 1654. A Missão de Nossa Senhora de Cimbres foi estabelecida no final do século XVII para converter e integrar os povos Xukuru, Ararobá, Cariri e Paratió. Em 1757, o Diretório dos Índios reformulou as aldeias para consolidá-las como unidades econômicas e núcleos de povoamento. O cargo de Diretor foi criado para supervisionar essa transformação, garantindo maior interação entre indígenas e colonos, promovendo casamentos interétnicos e reforçando os moldes europeus de civilização. Em 1762, a Missão de Cimbres foi elevada à Vila para atender às diretrizes da Coroa portuguesa. Mesmo após sua extinção oficial, o aldeamento persistiu ao longo do século XIX. A vila tornou-se um ponto estratégico entre o Agreste e o Sertão, abrigando indígenas Xukuru e Paraquió, além de não indígenas. A vila recebeu novas terras para expansão e, em 1811, foi elevada a Comarca do Sertão devido à sua localização e fertilidade. A pesquisa baseia-se em fontes bibliográficas, documentos históricos e dados censitários para examinar as mudanças nas relações entre indígenas e não indígenas, além das estratégias de resistência à usurpação de terras. A partir dessa análise, percebemos que, apesar das políticas de assimilação e das tentativas de apagar sua identidade, os indígenas de Cimbres mantiveram sua resistência e laços territoriais. Os discursos sobre sua extinção serviram para legitimar a apropriação de suas terras, mas suas formas de mobilização, como migração e uso de mecanismos legais, reforçam sua contínua presença e luta por direitos.

Eixo Temático: Território, territorialidades, fronteiras e lutas indígenas;

NEGROS, CAMACÃS E OLIVENCIANOS: UMA HISTÓRIA AFRO-INDÍGENA DO RACISMO CIENTÍFICO (BAHIA, SÉCULO XIX)

Beatriz Jesus Rocha dos Santos
PPGH/UFB
biajesus@outlook.com

No século XIX, o Brasil chocava e, ao mesmo tempo, atraía a curiosidade de intelectuais e estrangeiros pela sua profunda diversidade racial, o que era visto pelas elites letradas — médicos, políticos, juristas — como um problema a ser solucionado. Acreditava-se que o povo brasileiro só poderia ser forjado pela homogeneidade cultural, cívica e racial. Após a independência, aqueles intelectuais se viram incumbidos de pensar os símbolos que comporiam a identidade da nova nação, ao mesmo tempo em que procuravam abrandar o problema da heterogeneidade da população brasileira. Na busca pela construção dos símbolos nacionais, o “índio” aparecia como parte da identidade nacional, constando, de preferência, no passado dessa nação. Autores como Yuko Miki apontam que, naquele momento, o Brasil era uma nação que se confrontava com uma variedade de outras “nações” africanas e indígenas dentro de suas fronteiras, constando como parte das soluções para resolver esse problema a deportação de africanos, o extermínio dos indígenas e, principalmente, a miscigenação dessas populações. Neste trabalho, pretendendo adentrar a seara do racismo científico a partir de uma perspectiva que conecte indígenas, negros, cafuzos, mestiços e brancos, utilizando principalmente o estudo de etnologia feito pelo médico baiano João Baptista Sá Oliveira sobre os Camacãs do sul da Bahia, publicado em 1892, aliado a outras fontes de médicos e cronistas do período. Proponho uma análise sobre o olhar da ciência da época em relação esses povos, colocando-os como centrais no debate do racismo científico e examinando as histórias de negro e do indígena de maneira interconectada. Noções pessimistas e racialistas se misturam com preocupações políticas e sociais, ao tempo que nos apresentam para um mundo repleto de complexidades envolvendo Camacãs, negros e indígenas “misturados” na Bahia pós-emancipação. Em meio à busca pela consolidação de uma suposta identidade nacional racialmente inclusiva e de uma nação brasileira que, no final dos Oitocentos, acabara de se tornar República, os discursos sobre a “extinção” das populações negras, mas sobretudo indígenas, ganhavam força por uma série diversificada de interesses, tanto por parte dos colonos e administradores como dos intelectuais brasileiros. Na etnologia desses indivíduos, Sá Oliveira não deixa de passar por essas questões que, aqui, considero centrais para o entendimento do olhar científico sobre indígenas e negros em um mundo de liberdade e cidadania precárias.

NO INTERIOR DO IMPÉRIO: OS KARIRI-SAPUYÁ DA PROVÍNCIA DA BAHIA NA FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL (1850–1858)

Rita de Cássia Borges de Almeida
Universidade Estadual de Feira de Santana
ritaborgesdealmeida@gmail.com

O século XIX foi um período marcado por transformações na formação territorial, econômica e social do Brasil. Na província da Bahia, esse processo destacou-se o avanço pelo interior, com o surgimento de novas vilas, freguesias e municípios, sendo também um período de consolidação de estruturas agrárias e conflitos por território. A promulgação da Lei de Terras, em 1850, representou um marco jurídico e histórico para a reorganização do espaço e para a definição das formas de acesso à terra. Ao tornar a posse de terra dependente da compra e do registro, impactou diretamente as populações tradicionais, como os povos indígenas. Nesse contexto, realizar uma análise histórica que revela como ocorreu o processo de registros de terras e seus desdobramentos possibilita interpretar a história da construção nacional a partir de novas perspectivas. A experiência dos Kariri-Sapuyá do aldeamento de Pedra Branca, no interior da província baiana, ilustra as disputas em torno do território diante do processo de registro de propriedade fundiária. Também evidencia como foram aplicadas as políticas indigenistas e as práticas de criminalização e negação de identidades. A freguesia de Nossa Senhora do Bom Conselho de Amargosa, criada em 1855, configura-se como um cenário no qual podemos analisar essas tensões em volta das disputas territoriais na construção do Estado Nacional. A partir das fontes, é possível ver os constantes conflitos entre autoridades, posseiros e indígenas em processos violentos de ocupação e redefinição do espaço. Este texto é uma introdução à investigação e análise desenvolvida na pesquisa de mestrado, esse recorte abordará o contexto histórico do século XIX no Brasil e na Bahia, com enfoque na década de 1950, tratando da relação entre legislação e suas aplicações, do processo de demarcação de terras na Província Baiana, dos jogos de poder das elites locais e das estratégias de luta indígena diante da expropriação do território tradicional, da negação de direitos e da construção de uma imagem negativa sobre eles. A análise será embasada em bibliografia específica, documentos oficiais e periódicos.

“A CHAMADA CIVILIZAÇÃO DOS INDÍGENAS”: ANTÔNIO MUNIZ DE SOUZA E OS POVOS INDÍGENAS NOS SERTÕES DO IMPÉRIO DO BRASIL (1817-1824)

Magno Francisco de Jesus Santos
UFRN
magno.santos@ufrn.br

Antônio Muniz de Souza (1782-1859) foi um dos mais importantes viajantes brasileiros da primeira metade da centúria oitocentista. Suas contribuições perpassam pelos registros dos aspectos da natureza nacional aferida por um brasileiro, algo extremamente avalizado no âmbito historiográfico. Todavia, há uma contribuição do aludido letrado que ainda foi pouco acionada: as Breves Notas Revolução do Brasil. Trata-se de um texto no qual Antônio Muniz de Souza registra as ações das guerras de independência no âmbito dos sertões do antigo norte do Brasil, resultantes de suas incursões entre as capitanias da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco entre 1817 e 1824. Neste trabalho, opero com as suas anotações no tocante aos povos originários e as suas propostas de inclusão dessa população no projeto político de nação pensado para o país. Com isso, discuto tanto a leitura negativada acerca das práticas culturais atribuídas aos indígenas, como também a possibilidade de leitura a contrapelo, com importantes informações sobre as práticas religiosas, alimentares e do cotidiano dessas comunidades nos sertões brasileiros. Portanto, constitui uma possibilidade de ampliar os horizontes sobre os processos de independência do Brasil a partir do agenciamento indígena.

GUERREROS INDIOS DE LA INDEPENDENCIA EN JUJUY

Gabriela Gresores
Universidad Nacional de Jujuy
gabrielaGRESORES@gmail.com

Este trabajo se propone presentar algunos elementos para pensar la incidencia de sujetos concretos, del ámbito agrario, en la construcción de la “Identidad Nacional” y la pretensión de generar una imagen idealizada de subalterno,

mientras que en el mismo ademán se les niega entidad política. El nombre de gaucho, en alusión a un combatiente norteco hace su ingreso a los papeles oficiales en marzo de 1814, cuando San Martín eleva una serie de cartas al Director Supremo en Buenos Aires. Reprimidos sistemáticamente para someterlos a renovadas exacciones a partir de la década de 1820, la operación inevitable era la de invisibilización y criminalización, que contrasta con la unanimidad de los elogios de sus contemporáneos de uno y otro bando y con sus desproporcionados triunfos al ser abandonada la frontera norte. En su compleja construcción identitaria, el Estado Nacional argentino toma - fundamentalmente de la literatura- y arquetipo de gaucho como fundamento y raíz de dicha identidad. Ese gaucho extiende a todo el país el carácter del poblador rural perseguido la Pampa Humeda, de fines del siglo XIX, en guerra contra los pueblos indígenas del sur, su vestimenta, sus costumbres. Así se deja afuera a estos primeros gauchos, guerreros de la Independencia, provenientes del Sur andino, que sólo comparten con el arquetipo su carácter subalterno. La historiografía de la Independencia, también forjada en los procesos de fines del siglo XIX y principios del XX, toma del arquetipo su oposición a los indios, un carácter de mestizo y una serie de notas exóticas y atemporales. Este trabajo reúne evidencia documental que aporta a la afirmación de que en la jurisdicción de Jujuy, los primeros gauchos, los guerreros de la Independencia fueron en buena medida indígenas, que lejos de mantenerse al margen del proceso o participar únicamente en tareas marginales y de forma compulsiva, participaron desde los inicios de la contienda, logrando por momentos articular sus propios líderes y de manera difusa, principios políticos que podríamos interpretar como un programa.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 21 - PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES NO ENFRENTAMENTO DOS PROCESSOS DE ETNOGENOCÍDIO DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS EM CONFLITOS TERRITORIAIS

Coordenação:

Maria da Graça Silveira Gomes da Costa (UFSB)
Franciele Alves dos Santos (UFRN)
Iclícia Viana (UFSC)

Resumo do Simpósio Temático: Os povos indígenas no Brasil enfrentam a colonização que não acabou. São inúmeros processos de produção de morte física e simbólica, que agem por meio do próprio Estado e seus agentes, bem como por meio do poder da letalidade branca em suas diferentes formas de expressão. Este simpósio temático propõe refletir sobre os conflitos territoriais que atravessam povos indígenas na Abya Yala, marcados por invasões, expropriações e violências que configuram processos persistentes de etnogenocídio. Reconhecendo que o território é corpo e o corpo é território, entende-se que cada ataque à terra é também ataque às vidas, memórias, línguas e espiritualidades que nela habitam. Nesses contextos, as afirmações e retomadas identitárias-territoriais emergem como estratégias políticas, espirituais e coletivas de reexistência, articulando memória, cuidado e futuro. O simpósio busca reunir perspectivas interdisciplinares – provenientes das ciências humanas, sociais, ambientais, da saúde e das artes – em diálogo com as epistemologias indígenas, para compreender e fortalecer as práticas que resistem às lógicas coloniais e extrativistas. Pretende-se acolher pesquisas, relatos e experiências que discutam corpo-território, bem viver e saúde coletiva e comunitária, bem como a centralidade das territorialidades na preservação dos modos de vida e na recomposição das comunidades. Ao articular histórias, saberes e lutas, este espaço propõe-se a pensar coletivamente caminhos de cuidado e autonomia que rompam com a lógica etnogenocida que hierarquiza conhecimento e vidas e afirmem a dignidade e a continuidade dos povos originários.

CLÍNICA POLÍTICA, DIREITOS HUMANOS E BEM VIVER: CUIDADO PSICOSSOCIAL VOLTADO PARA LIDERANÇAS AMEAÇADAS EM DECORRÊNCIA DA LUTA PELO TERRITÓRIO

Maria da Graça Silveira Gomes da Costa
Universidade Federal do Sul da Bahia
mariaggomes@gmail.com

Clara Gomes Machado

Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos da Bahia/ Universidade Federal do Recôncavo Baiano

Robson Gabriel Santos de Oliveira
Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos da Bahia

O objetivo deste trabalho é apresentar a experiência de estágio e extensão da Rede Bem viver, que visa contribuir para a promoção da saúde mental e do bem viver junto às comunidades indígenas, quilombolas e campesinas da Bahia, ao mesmo tempo em que oferece uma experiência pedagógica transformadora baseada no diálogo intercultural, na escuta ética e na valorização dos saberes ancestrais, ao propor a construção de ações de cuidado psicossocial de lideranças dos territórios. O projeto é desenvolvido pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) em parceria com o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos da Bahia (PPDDH-BA), programa atende defensores ameaçados em decorrência da luta em defesa dos seus territórios. Atualmente a Bahia é o segundo estado brasileiro com maior número de pessoas protegidas pelo programa, o que aponta para a gravidade das violações de direitos humanos na região. As comunidades indígenas, quilombolas e campesinas enfrentam um histórico de violações, racismo institucional, conflitos fundiários e desassistência por parte das políticas públicas. Tais contextos incidem diretamente na saúde mental e sofrimento psíquico que não se expressa apenas no nível individual, mas que afetam o corpo social e espiritual das comunidades. Tal cenário é ainda mais grave quando se trata de lideranças políticas que são constantemente ameaçadas por agentes do estado, fazendeiros, mega empreendimentos, entre outros. Desenvolvimento: O projeto estrutura-se em torno de três eixos principais de ação: (1) atendimentos psicossociais; (2) participação em espaços de fortalecimento e incidência política em direitos humanos; e (3) rodas de cuidado ancestral conduzidas a partir dos saberes compartilhados com os povos. Os atendimentos psicossociais têm como base uma escuta ampliada, que considera não apenas os sintomas individuais, mas o contexto sociopolítico e histórico em que o sofrimento se inscreve. Principais resultados: Dentre os temas abordados, destacam-se: impactos da violência na saúde mental; trauma psicossocial e estratégias de cuidado e

saúde mental para o bem viver. Num país profundamente marcado pelo colonialismo, o cuidado em saúde mental de lideranças na luta pelos direitos humanos é fundamental para a reparação, para o fortalecimento da luta pelos territórios e para a formação de profissionais comprometidos com a justiça social e a dignidade dos povos.

“SE NÃO NOS MATARAM EM 525 ANOS, NÃO É AGORA QUE VÃO CONSEGUIR”: AS POLÍTICAS DE MORTE DO ESTADO BRASILEIRO E A RESISTÊNCIA INDÍGENA

Clara Gomes Machado
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
claragomes09@hotmail.com

István Van Deursen Varga
Universidade Federal do Maranhão
istvan.varga@ufma.br

Este trabalho é um fragmento de dissertação de mestrado em andamento, fruto das experiências profissionais da autora em políticas públicas com os povos indígenas. Mesmo com as garantias constitucionais e internacionais, a população indígena brasileira lidera rankings de assassinatos em conflitos de terra e apresenta índices de mortalidade infantil, suicídios, mortes por falta de assistência superiores à média nacional. Ainda que haja políticas específicas como o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), frutos da luta do movimento indígena, observa-se um paradoxo em sua execução, visto que, por vezes, elas perpetuam o racismo anti-indígena do Estado. Desenvolvimento: Serão utilizados os conceitos-chave necropolítica, violência e racismo, combinados com autores decoloniais e teóricos indígenas. Também empregar-se-á produções acadêmicas dos principais bancos de dados virtuais com os descritores “Povos Indígenas” e “Políticas Públicas”, combinados ora com “Racismo”, ora com “Violência”. Há pouca literatura disponível sobre esta temática. Objetiva-se analisar criticamente a atuação do Estado como violador de direitos, produtor de iniquidades, e, em última instância, causador das mortes das populações indígenas com quem a autora trabalhou/ trabalha, a saber: Guarani, Kaiowá, Terena, Apyãwa/Tapirapé, Puri e Pataxó. As experiências ocorreram no SasiSUS, nos Distritos Sanitários Especiais Indígena Mato Grosso do Sul e Araguaia, em Confresa/Mato Grosso; na Assessoria Técnica Independente responsável pela etnia Puri em Aimorés/Minas Gerais, atingida pelo rompimento da barragem de Fundão; e no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas da Bahia com sede em Porto Seguro, responsável por lideranças Pataxó. Será utilizada a cartografia como método de pesquisa-intervenção que propõe uma reversão metodológica, que não objetiva alcançar metas pré-fixadas, pois as metas são traçadas no caminhar. Não há coleta de dados, mas sim produção de dados em ato a partir do cartográfico, composto por anotações em cadernos de trabalho sobre atendimentos, reuniões e demais rotinas de trabalho, além de diários de campo com registros dessas vivências profissionais e da participação em movimentos sociais e incidências políticas. Principais resultados: Os dados estão organizados a partir do contato com cada grupo étnico enfocando uma faceta do racismo anti-indígena observada, a saber: o ódio anti-indígena contra Guaranis, Kaiowás e Terenas em Dourados/MS; as mortes evitáveis entre os Apyãwa em Confresa/MT; a negação da identidade indígena dos Puris de Aimorés/MG; e as parcerias entre Estado, agronegócio, turismo e tráfico nas mortes Pataxós no extremo sul baiano.

WAPHIA WARAPAKA ~ SOPRAMOS NOSSAS DANÇAS

Lucas Canavarro Rodrigues Martins
Universidade Federal da Bahia
lucascanavarro@gmail.com

Este trabalho busca refletir acerca de metodologias de trabalho para projetos de arte conduzidos por comunidades indígenas, tendo como especial atenção o trabalho desenvolvido pela comunidade Baniwa de Assunção do Içana, na TI Alto Rio Negro. Aí se localiza a Escola Viva Baniwa, um projeto interdisciplinar que envolve alianças com diferentes setores não-indígenas da sociedade, com fins de preservar e difundir a cultura e a língua Baniwa. Neste trabalho em específico, vamos tratar do projeto de criação continuada de arquivo de musicalidades Baniwa WAPHIA WARAPAKA ~ sopramos nossas danças, em especial do desdobramento HIWIRHI IPAATTONI ~ caixa de estrelas, videoinstalação dirigida pela comunidade de Assunção. A partir desses estudos de caso, vamos pensar a música e a arte como metodologias para a construção de arquivos indígenas e ferramentas para a revitalização de línguas indígenas. Tradicionalmente, a musicalidade do povo Baniwa se expressa por meio de cantos e instrumentos musicais, sempre embalados por danças e performances específicas, conforme a ocasião. Do lado masculino, uma grande amostra de cantos é própria ao maadzero, especialista de cuidado e cura, sejam iñapakatti cantados, sejam cantos que se

relacionam com as melodias das flautas e com a poética das narrativas míticas. Do lado feminino, as mulheres Baniwa são detentoras de cantos que carregam grande emoção, responsáveis por dar boas-vindas e expressar afetos que permeiam as relações sociais comunitárias e intercomunitárias, chamados beno beno, sobretudo durante o dabucuri ou podáli, ritual entre comunidades onde são ofertados alimentos e produtos da floresta, com muita dança e a bebida fermentada de mandioca da região, o caxiri. Partindo desse contexto, este trabalho visa pensar a formação de alianças na diferença, a construção de arquivos indígenas e as musicalidades como instrumento pedagógico na luta por território, na continuação da guerra colonial por meio do sistema ocidental de arte, e as práticas interdisciplinares como caminho para as viradas epistemológicas em curso.

MIGRAÇÃO NORDESTINA OU DIÁSPORA INDÍGENA AO SUDESTE BRASILEIRO E PERIFERIAS DA GRANDE SÃO PAULO: AUTOETNOGRAFIA SOB UMA PERSPECTIVA DE HISTÓRIA DE VIDA FAMILIAR.

Márcio Barbosa da Silva
USP - SP
marcioacademico78@usp.br

O presente trabalho insurgisse a partir da recém-descoberta étnica mais especificamente indígena na vida do autor no ano de 2024. Descendente de nordestinos moradores da periferia de São Paulo, aos 46 anos, finalmente uma voz que até o momento havia sido silenciada pela hegemonia colonialista, encontra a razão e a força para romper a mordida estrutural imposta sobre o apagamento social de identidades urbanas rotuladas como “nordestinos”. Acende-se então, uma importante luz sobre esta causa social impulsionando a busca da resposta pela seguinte indagação, sintoma profundo deste colapso identitário oriundo deste regime colonial que ainda hoje vivemos: QUEM EU SOU? A factibilidade desta descoberta, vai de encontro a hipótese de quê, este processo conhecido historicamente por êxodo rural, na verdade se trata de uma diáspora pois os fatores que determinaram os grandes deslocamentos territoriais da população brasileira tendo início no século XIX e se intensificando a partir da década de 1940 (XX), não estão relacionados somente ao processo de desenvolvimento industrial do sudeste do país, tornando necessária a busca pela mão de obra de outras regiões, mas sim, a dispersão e desapropriação territorial de povos originários e comunidades tradicionais, através da imposição colonialista com o avanço das atividades latifundiárias em larga escala, impulsionando assim uma diáspora sem precedentes. Dito isto levanta-se a hipótese central deste trabalho: Seria então, esta “diáspora” rotulada de “êxodo rural” promotora do rompimento entre o corpo e o território destas milhares de pessoas, a principal responsável pelo seu apagamento social e os traços de sua ancestralidade? Acredita-se que norteado pela pergunta de pesquisa: “Como a partir da reconstituição de uma história familiar é possível reconstruir uma identidade historicamente apagada?”, seja possível levantar informações através de dados históricos sociais e familiares que colaborem para este processo de autoidentificação, declaração e afirmação dessas identidades socialmente apagadas e excluídas.

CRIMINALIZAÇÃO DOS POVOS KAIOWÁ E GUARANI NO MATO GROSSO DO SUL OU O ETNOGENOCÍDIO INSTITUCIONALIZADO

Amirele Porto Machado
Universidade Federal do Pará
amirele.machado98@gmail.com

O trabalho, ora apresentado, discute como a seletividade penal opera na criminalização de lideranças Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul, articulada aos conflitos territoriais, à expansão do agronegócio e à permanência das estruturas coloniais que moldam a atuação do sistema de justiça no estado. Na introdução, analisa-se como práticas herdadas do período de tutela (antes de 1988) e a teoria assimilacionista continuam presentes nas instituições policiais e judiciais, que tratam os povos indígenas como obstáculos ao avanço econômico e não como sujeitos de direitos originários. No desenvolvimento, demonstra-se que a disputa pela terra orienta a ação das forças policiais, que atuam de forma parcial, protegendo interesses do agronegócio, reprimindo retomadas territoriais e produzindo enquadramentos penais que desconsideram a legitimidade da luta territorial ancestral. Lideranças indígenas são acusadas de crimes como invasão, dano ou associação criminosa, enquanto a violência praticada por milícias e seguranças privados permanece escamoteada. A mídia local no Mato Grosso do Sul reforça o cenário ao divulgar narrativas que associam indígenas à criminalidade, alimentando preconceitos e legitimando a repressão. A análise de processos judiciais revela a ausência de intérpretes, de perícias antropológicas, de escuta adequada e de reconhecimento da organização social e das motivações coletivas que caracterizam as ações indígenas, configurando graves violações de garantias fundamentais. A partir das análises de boletins de ocorrência da PM/MS, mostram que o sistema penal opera como mecanismo de controle social, marcado pelo racismo institucional e pela criminalização

de quem reivindica o retorno ao território tradicional. Conclui-se que a justiça sul-mato-grossense atua de forma seletiva e intencional, utilizando o aparato penal para enfraquecer a legitimidade da reivindicação da luta indígena, neutralizar lideranças, impor medo e proteger interesses econômicos, consolidando uma estratégia contemporânea de etnogenocídio que se expressa tanto na violência física quanto na parcialidade da atuação dos órgãos que deveriam proteger os povos indígenas mas contribuem para um massacre territorial dos povos Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 22 - PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIFERENCIADOS PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS

Coordenação:

Marta Coelho Castro Troquez (UFGD)
Adir Casaro Nascimento (Universidade Católica Dom Bosco)
Beatriz dos Santos Landa (UEMS)

Resumo do Simpósio Temático: Os povos indígenas no Brasil foram submetidos a diferentes práticas coloniais, ao longo dos séculos, entre elas as de escolarização. Estas práticas foram voltadas à assimilação e/ou à integração linguística e cultural. Apesar do violento processo de proposital extermínio linguístico e cultural, inúmeros povos resistiram e preservaram suas línguas e modos próprios de existir. A Constituição Federal de 1988 assegurou aos indígenas o direito a uma educação escolar diferenciada com respeito a seus processos próprios de aprendizagem e com o uso de suas línguas e culturas. A partir de então, foram implantadas políticas públicas para a regularização e construção de escolas indígenas comunitárias, específicas, diferenciadas, interculturais e bilíngues/multilíngues; o que incluía/inclui a produção e utilização de materiais escolares diferenciados, construídos nas e/ou a partir das línguas e culturas dos povos a quem se destinam. Uma política importante foi a instituição, pelo MEC, em 2013, da Ação Saberes Indígenas na Escola, que tem como um de seus objetivos: fomentar pesquisas que resultem na elaboração de materiais didáticos e paradidáticos em diversas linguagens, bilíngues e monolíngues, conforme a situação sociolinguística e de acordo com as especificidades da educação escolar indígena. Este simpósio pretende ser um espaço de discussão de estudos, pesquisas e relatos de experiências que articulem as temáticas da educação escolar indígena, das línguas, dos saberes e das culturas indígenas em interface com a produção de materiais diferenciados para as escolas indígenas.

A IMPORTÂNCIA DO PROJETO AÇÃO SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA PARA A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL INDÍGENA – COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIA SOBRE A ATUAÇÃO ENTRE OS BOE BORORO DE MATO GROSSO.

Adriano Boro Makuda
USP/UFR
boro.makuda@ufr.edu.br

Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa
UFR
beatriz.oliveira@ufr.edu.br

Nosso propósito é evidenciar os desafios da formação continuada de professores indígenas. Trata-se de um recorte das atividades do Projeto de Extensão “Ação Saberes Indígenas na Escola – ASIE” cuja atuação de um conjunto de docentes da Universidade Federal de Rondonópolis em parceria com docentes indígenas de cinco territórios etnoeducacionais (Arareao, Córrego Grande, Tadarimana, Meruri e Perigara) da etnia Boe Bororo de Mato Grosso, permite aprofundar os saberes e práticas pedagógicas que garantam a qualidade das aprendizagens dos estudantes indígenas no processo de alfabetização/letramento, políticas linguísticas, numeramento, identidade/território/saberes indígenas que atendam às especificidades dos povos. As atividades do projeto se dão por meio de oficinas formativas com posterior elaboração de material didático para uso nas escolas indígenas, trata-se de materiais didáticos bilíngues e interculturais desenvolvidos com os professores indígenas e suas comunidades. As formações assumem duas dimensões relevantes, uma na ação de planejamento coletivo e conjunto com os coordenadores, supervisores e formadores, outra com os orientadores que articulam as ações formativas a partir das demandas dos professores cursistas e suas respectivas comunidades escolares. Essas dimensões entrelaçam os direitos à educação escolar indígena que ocorre a partir das especificidades das comunidades e o diálogo relevante com os princípios dos direitos à educação e avanço do diálogo intercultural com a sociedade regional e acesso às políticas afirmativas no âmbito das profissionalizações nas IES. As formações planejadas com os diferentes segmentos sociais/políticos que compõem a educação escolar indígena como direito constitucional, articulam diferentes metodologias numa perspectiva teórico metodológica da formação-ação-intercultural na qual se estabelecem intercâmbios epistêmicos e socioculturais relevantes para romper com padrões escolares que limitam as experiências pela perspectiva da colonialidade dos saberes e dos seres que fazem a rotina da escola indígena, com envolvimento dos anciãos e anciãs com as crianças e seus professores. O desafio de desenvolver as formações e as oficinas pedagógicas para a

elaboração autoral de materiais didáticos são enfrentados por meio de trabalho coletivo realizado com e pelos professores indígenas em uma perspectiva intercultural e inclusiva.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM BERURI, NO AMAZONAS: DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E REFLEXÕES

Fernanda Almeida Magalhães

Universidade do Estado do Amazonas

fam.edc25@uea.edu.br

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM)

Andrea Lorena de Oliveira Aranha

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

aldoa.edc25@uea.edu.br

Esta pesquisa intenciona compreender como se deu o processo formativo por meio do programa Saberes indígenas na Escola no Município de Beruri, no Estado do Amazonas. Para tanto, definimos três objetivos específicos: levantar a bibliografia referente a formação de professores; identificar qual a proposta curricular utilizada na formação de professores a partir do programa Saberes Indígenas na Escola; discutir os desafios, estratégias e potencialidades no processo formativo de docentes indígenas. Nossa pesquisa é qualitativa, de acordo com Sandin (2002). A base teórico-metodológica é pautada no aporte epistemológico hermenêutico, de Hans George Gadamer (1960). Referente à formação de professores, utilizamos como instrumento a observação participante conforme Marli André e Ludke Menga (2018). Para aprofundamento teórico sobre as culturas indígenas, estudamos as produções de Grupioni (1992); Luciano (2006) e Ailton Krenak (2022) entre outros. Este estudo parte da experiência formativa do programa Saberes Indígenas na Escola ocorrida entre os dias 30 de agosto a 01 de setembro de 2025 no município de Beruri, no estado do Amazonas. A referida atividade envolveu 26 professores indígenas dos povos Apurinã, Mura, Tikuna, Jamamadi e Desano. A ação teve duração de três dias que seguiram a proposta curricular que previa: no primeiro dia, a abordagem dos princípios da Educação Escolar Indígenas e a relação entre alfabetização, letramento e oralidade. No segundo e terceiro dia, o ensino sobre as formas de estruturação das narrativas, glossários e as possibilidades de produção de material didático para o ensino da língua e cultura dos povos. Como estratégias metodológicas de ensino, utilizamos rodas de conversa, aula expositiva e apresentação das produções. No que tange os desafios enfrentados durante o curso de formação destacamos que alguns professores pontuaram ter dificuldades na elaboração de material didático para o ensino da língua; a falta de motivação de seus alunos da comunidade em aprender a língua materna. Além disso, a dificuldade enfrentada pelos docentes devidos as turmas nas comunidades serem multisseriadas e a falta de estrutura física e de matérias para a realização das atividades de ensino. Espera-se que os resultados deste trabalho contribuam nas discussões sobre a importância da formação de professores indígenas na manutenção das culturas e línguas indígenas.

CARTOGRAFIAS SOCIAIS E A CRIAÇÃO DE MODELOS FÍSICOS NA TERRA INDÍGENA MORRO DOS CAVALOS

Douglas Ladik Antunes

Universidade do Estado de Santa Catarina

douglas.antunes@udesc.br

O projeto “Cartografias Sociais e a Criação de Modelos Físicos na Terra Indígena Morro dos Cavalos”, desenvolvido por Nayara Oliveira Bock sob orientação de Douglas Ladik Antunes, investiga o uso da cartografia social e de modelos tridimensionais como ferramentas de desenvolvimento local e educação escolar indígena. A abordagem participativa da cartografia social busca incorporar a subjetividade e as experiências das comunidades, fortalecendo sua autonomia e voz. No contexto Guarani Mbyá, os modelos físicos surgem como recurso didático para facilitar a compreensão das relações espaciais e promover um aprendizado ativo e comunitário. A pesquisa foi estruturada em quatro fases: revisão teórica sobre cartografia participativa e território; experimentação de técnicas e materiais de baixo custo para construção de modelos físicos; planejamento do trabalho de campo; e sistematização dos resultados. A fase de experimentação, realizada na Oficina Metal Mecânica do CEART/UEDESC, demandou a maior parte do tempo, utilizando materiais como papelão, cola quente, isopor e cola branca para construir um modelo de paisagem sobre base de madeira. A espuma expansiva foi testada, mas não se mostrou viável. Os resultados obtidos até o momento referem-se principalmente aos desafios técnicos e ao tempo demandado pela produção manual dos modelos, o que

limitou a aplicação direta na comunidade indígena durante este ciclo. Contudo, o projeto avançou na sistematização de metodologias acessíveis e identificou limitações práticas a serem superadas. A continuidade da pesquisa é essencial para consolidar o uso comunitário dos modelos, reafirmando o compromisso social da universidade com a valorização dos povos indígenas e a justiça social.

SABERES INDÍGENAS E PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA - INSTRUMENTO DE ENSINO DIFERENCIADO

Ervelys Silva Ramos
Universidade do Estado do Pará
ervellysramos@gmail.com

Ruitemberg Munduruku Pereira
Universidade do Estado do Pará
ruitembergmunduruku9174@gmail.com

Walam Vinhote Tapajós Figueira
Universidade do Estado do Pará
walam.vtf@gmail.com

Aline da Silva Lima

A identificação entre conteúdos e vida cotidiana fomenta no sujeito o desejo de aprender cada vez mais e valorizar a história que mantém viva sua cultura. Saberes Indígenas na Escola tratam dos procedimentos e práticas que são extraídos do próprio contexto, fortalecendo nos sujeitos o sentimento de orgulho e pertencimento a um povo indígena por meio da escola em condições de ofertar possibilidades de educar para o protagonismo e a cidadania; criação de espaços institucionais de diálogos, interlocução e compreensão por parte dos sistemas de ensino, e para a perspectiva sociopolítica do povo indígena. O trabalho realizado interligou a realidade de acadêmicos indígenas no Estado do Pará, valorizando e respeitando o seu saber tradicional, e sim, valorizando-o ainda mais, situações contextualizadas pelos acadêmicos. Estudo das ferramentas educacionais, criação, planejamento e usos de materiais didáticos para a escola indígena, trouxe como objetivo analisar as mudanças provocadas pelo uso das tecnologias educacionais em contextos escolares indígenas onde puderam trabalhar o desenvolvimento de habilidades para o uso de recursos tecnológicos na educação escolar indígena e inclusão nos processos pedagógicos próprios da escola indígena. Problematicar os usos de recursos tecnológicos na educação escolar indígena e assim, construir processos pedagógicos próprios da escola indígena a partir de materiais didáticos como instrumento de ensino diferenciado. Metodologias de pesquisa para a produção de material didático: Os arquivos do OFFICE como ferramenta de construção de material didático (Excel, Word e Power Point). Como resultado, debates sobre limites e alternativas para os saberes indígenas no âmbito da produção de material didático: cultura, interculturalidade e tradução; discussão sobre o papel de ferramentas tecnológicas na construção de material didático; realização de Oficinas para Produção de Materiais Didáticos; a produção de textos a partir de fichas técnicas (de professores e alunos) como uma alternativa aos textos dos produtos didáticos elaborados, gerando um guia de orientação pedagógica a serem trabalhados em escolas indígenas.

XE TUPÃ XE POTIGUARA”: GEOGRAFANDO POR MEIO DE TOANTES

Leandro da Silva Ramos
UFCG
leandropotiguara@gmail.com

Aldo Gonçalves de Oliveira
UFCG

Esse trabalho é resultado de uma dissertação apresentada ao PROFGEIO – UFCG (Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional – Universidade Federal de Campina Grande) onde sintetiza um conjunto de estratégias investigativas destinadas à construção de uma Trilha Didática Digital a partir dos Toantes musicalizados na manifestação cultural do Toré do povo Potiguara – PB. Tem como base o processo de valorização cultural e ancestral para a utilização didática e pedagógica na Geografia escolar praticada em escolas indígenas dessa etnia. A

noção de “Trilha” funciona como metáfora enquanto caminho tortuoso, em meio à vegetação, na qual a orientação se faz, praticamente, de maneira instintiva e fazendo uso de referenciais de localização e orientação mobilizados pelos saberes geográfico. Entre os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da dissertação foi destacado destacamos: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo e a organização de um protótipo do instrumento didático, construído a partir de uma interface teórica, metodológica e prática com o ensino de geografia na educação escolar indígena Potiguara - PB. A Trilha Didática esta organizada nos relatos, experiências e inspirações que desenharam as trilhas de aprendizagem propostas, nas quais o aprender é conduzido pela musicalidade; descreve os percursos didáticos que podem ser seguidos para que as experiências de aprendizagem geográfica possam ser materializadas e potencializadas por intermédio das habilidades da BNCC, objetivos específicos e sequencia didáticas; e no momento final viajamos na própria Trilha Didática constituída de roteiros de aprendizagem, cada roteiro problematizam conceitos geográficos de paisagem, território, natureza, sociedade e produção do espaço, com a utilização de imagens e ilustrações com as quais dialoga. Esse material sintetiza um conjunto de reflexões e possibilidades de deslocamento pela espacialidade escolar para demarcar os referenciais de territorialização através de uma geografia ancestral vivenciada por esta etnia. A Trilha didática foi construída na articulação de procedimentos de ensino, pesquisa e organização política, considerando as relações de poder e as estratégias de resistência que atravessam as práticas de ensino em escolas indígenas que representa uma retomada do território da produção de saberes geográficos.

O ENSINO DE ASTRONOMIA EM ESCOLAS INDÍGENAS DO ESTADO DA PARAÍBA: UMA PROPOSTA FREIRIANA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Leonardo Cinésio Gomes

Professor de Matemática da ECI Indígena Antônio Sinésio
leocinesio@gmail.com

Flavia Polati Ferreira

flaviapolati@fisica.ufrn.br

Este trabalho tem como principal objetivo apresentar uma proposta de ensino de astronomia para escolas indígenas Potiguara da Paraíba, a partir das vivências, de relatos orais e de observações e percepções sobre a lua do Povo Potiguara. Atualmente, o estado da Paraíba conta com 11 escolas estaduais indígenas, com currículos e calendários adaptados às especificidades culturais do povo Potiguara, que habita o litoral norte do estado estando presentes nos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto. O Povo Potiguara da Paraíba luta pela preservação da sua cultura, para manter tradições vivas mesmo diante de tantas influências da colonização do saber presente na escola. A educação escolar indígena pode desempenhar um papel fundamental na preservação da identidade do povo Potiguara, buscando com os conhecimentos tradicionais transmitidos de geração em geração, defender uma escola mais inclusiva, plural e que resgate nossas identidades étnicas e culturais. Por meio dela, mantém-se viva a sabedoria ancestral expressa nas artes, nos saberes agrícolas, na conexão com os encantados e nos conhecimentos cosmológicos, entre tantos outros aspectos da cultura Potiguara. Entre esses saberes milenares, destaca-se o profundo conhecimento sobre o céu e as entidades celestes que os povos indígenas detêm, bem como o respeito pelos animais, pela natureza e pelos astros, valores que expressam uma visão harmoniosa e integrada do mundo. Neste sentido o ensino da cosmovisão indígena vem a contribuir com a educação escolar indígenas que valorize nossa identidade, uma vez que a astronomia indígena pode desempenhar um papel essencial na valorização e na preservação dos saberes tradicionais de nosso povo. Através da inserção desses elementos nas aulas de ciências, acreditamos que os estudantes têm a oportunidade de reconhecer que os povos originários sempre observaram e interpretaram o céu, os astros e os fenômenos naturais, desenvolvendo um vasto conhecimento que orientava sua agricultura, caça, pesca e rituais culturais. Neste sentido, acreditamos que o Ensino da astronomia tem pode ser abordado nas escolas indígenas Potiguara da Paraíba, afim de contribuir com a educação escolar indígena identitária.

PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO NA LÍNGUA MACUXI NA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA DOM LOURENÇO ZOLLER, NA COMUNIDADE INDÍGENA PEDRA PRETA, MUNICÍPIO DE UIRAMUTÃ/RR

Luciene Abelardo Cavalcante

Universidade Federal de Roraima
lucienecavalcante81@gmail.com

O presente trabalho foi desenvolvido no subprojeto Intercultural Comunicação e Artes, vinculado ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID-Equidade, e apresenta um relato parcial das atividades

realizadas no projeto Produção de Material Didático na Língua Macuxi na Escola Estadual Indígena Dom Lourenço Zoller, localizada na Comunidade Indígena Pedra Preta, município de Uiramutã/RR. O objetivo principal é promover a leitura e a escrita por meio da produção de materiais didáticos na língua Macuxi, valorizando a cultura indígena e fortalecendo as práticas de letramento em contextos significativos. Entre os objetivos específicos, destacam-se o incentivo à leitura e à escrita nas línguas Portuguesa e Macuxi e a criação de materiais pedagógicos adequados à realidade da comunidade. As atividades envolveram a formação e escrita de palavras, elaboração de pequenos textos, ilustrações e exercícios com vogais, utilizando recursos simples e contextualizados. As ações contribuíram para despertar o interesse dos alunos, promover a valorização da língua materna e reforçar a identidade cultural. Entre os resultados parciais, podemos destacar que a experiência mostrou-se satisfatório no uso da língua indígena como meio de ensino e que favorece o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, demonstrando que práticas pedagógicas lúdicas e culturalmente integradas fortalecem o processo de ensino-aprendizagem e a manutenção da língua Macuxi.

AY,TÚ : A ROÇA DO POVO MAMAINDÊ

Maiko Mamaindê
Universidade Federal de Rondônia
mamaindemaiko8@gmail.com

Gicele Sucupira
Universidade Federal de Rondônia

A partir do que estou aprendendo com os sabedores e sabedoras do meu povo, estou registrando em vídeo, áudio e por escrito os saberes sobre a roça, assim fazendo materiais didáticos para o meu povo. É muita história, muito conhecimento. Há a história de origem da roça, que é a mesma história de origem das flautas sagradas de taboca, yamātu. As partes do corpo viraram os alimentos e a roça que deve ser tocada desde a derrubada da mata para fazer a roça, no plantio, na colheita. Yamātu é o espírito da roça e do mato. Há também a flauta que chamamos de jaboti, ela é feita de cabaça e tem o formato arredondado da roça. Eu perguntei para uma sabedora: “Por que você sempre sabe as regras do plantio? Você aprendeu com seu avô?” Ela disse que sim. Contou: na época, quando era criança, com 8 ou 10 aninhos, sempre acompanhava a comunidade na roça. Dalí aprendeu a plantar e ajudava a buscar água para os trabalhadores. Não era só ela; eram mais de 50 meninas. Enquanto isso, os mais velhos faziam comida para os trabalhadores. Assim funcionava. A roça é muito importante e serve para a festa da menina-moça, para a pajelança, para a comunidade, para a flauta. Tudo que é plantado é para ser usado nos movimentos grandes do povo, e assim por diante.

PRODUÇÃO DE LIVROS DIFERENCIADOS PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS EM DOURADOS, MS, BRASIL: UM PROCESSO COLETIVO DE APRENDIZADOS

Marta Coelho Castro Troquez
UFGD
martatroquez@ufgd.edu.br

Noêmia dos Santos Pereira Moura
UFGD
noemiamoura@ufgd.edu.br

A conjuntura nacional e internacional apresenta debates importantes em torno do incentivo e proteção das línguas indígenas. A UNESCO proclamou a década das Línguas indígenas (2022-2032) com o intuito de promover ações favoráveis à sua manutenção e fortalecimento. Uma das formas de proteger as línguas indígenas e garantir sua perpetuação é que elas sejam usadas em diferentes ambientes e a escola é um espaço privilegiado para isso. A legislação brasileira assegura o direito à educação diferenciada com uso das línguas indígenas na escola. Entretanto, os materiais didáticos diferenciados nas línguas indígenas são poucos. As políticas voltadas à elaboração de materiais didáticos diferenciados associada a processos de formação de professores indígenas são recentes e os investimentos neste campo são escassos. No sentido de contribuir com esta lacuna, de 2022 a 2025, realizamos um projeto colaborativo que reuniu pesquisadores de diferentes instituições acadêmicas e docentes de escolas indígenas de Dourados. O projeto, “Língua e Cultura Kaiowá e Guarani no Contexto Escolar: Produção de Livros Diferenciados para as Escolas Indígenas”, financiado pelo CNPq, teve como objetivo geral reunir e ampliar materiais nas línguas e culturas

Guarani e Kaiowá. Este trabalho pretende apresentar o projeto, sua metodologia que foi realizada a partir de uma proposta colaborativa de pesquisa-ação e seus principais resultados, os quais, além dos produtos - dicionários escolares, livro didático de literatura Guarani e Kaiowá, livro acadêmico – possibilitou muitas reflexões sobre as línguas e culturas envolvidas e muitos aprendizados ao coletivo de pesquisadores/as indígenas e não indígenas. As oficinas de produção de materiais realizadas no âmbito do projeto se constituíram em espaços importantes de interação social, de debates, trocas de conhecimentos e reflexões sobre as práticas nas escolas indígenas. Todos/as os/as participantes aprenderam e ensinaram enquanto estavam mergulhados/as nas atividades de construção dos livros e dos dicionários escolares. E abriu trilhas para outras caminhadas.

VOZES E MÃOS EM MOVIMENTO: MATERIAIS EDUCATIVOS EM LÍNGUAS INDÍGENAS (GUARANI KAIOWÁ, TERENA E LIS) PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E INTERCULTURAL

Micheli Alves Machado
michelimachado@ufgd.edu.br

O projeto Produção Colaborativa de Materiais Educativos em Língua Indígena e Língua Indígena de Sinais por Alunos da Rede Pública Estadual tem como foco o desenvolvimento de materiais quadrilíngue nas línguas Guarani Kaiowá, Terena, LIS e Português, elaborados por estudantes da Escola Estadual Indígena Intercultural Guateka Marçal de Souza, em Dourados/MS. Inserido na área de Tecnologias Sociais e Assistivas, o projeto visa atender às necessidades educacionais e comunicacionais de alunos indígenas e surdos, promovendo a inclusão linguística, a valorização cultural e a preservação das línguas originárias. A iniciativa conta com o apoio do Grupo de Pesquisa RECONNECTA/UFGD e segue uma metodologia participativa e intercultural, envolvendo alunos, professores, anciãos e especialistas em oficinas de formação, coleta de vocabulário, registro de histórias e saberes tradicionais. A proposta já resultou na criação de um site multimídia que reúne vídeos em Língua Indígena de Sinais (LIS), áudios em Português, Guarani Kaiowa e Terena, e ilustrações produzidas pelos próprios alunos. O site funciona como um repositório colaborativo e educativo, com vistas à ampliação do acesso digital e ao fortalecimento das identidades linguísticas e culturais. O projeto encontra-se em andamento, com a previsão de desenvolvimento de um aplicativo móvel para expandir o alcance dos materiais e favorecer a acessibilidade em comunidades com baixa conectividade. Além de fomentar o protagonismo estudantil, a ação busca desmistificar a ideia de que os sinais usados por surdos indígenas são gestos improvisados, reconhecendo-os como linguagens legítimas e essenciais à comunicação nas aldeias. Espera-se que a experiência contribua para políticas públicas de educação bilíngue e inclusiva, fortalecendo os princípios do ODS 16 e do PPA 2024–2027, e promovendo cidadania e equidade social.

HIKÜKA: OCA E A NOSSA CIÊNCIA INDÍGENA

Railan Jaboti
UNIR
abotrailan@gmail.com

Gicele Sucupira
UNIR

Esta pesquisa foi realizada por mim, Railan Jaboti, na aldeia Ricardo Franco, Terra Indígena Rio Guaporé município de Guajará Mirim acompanhado dos sabedores Ismael Canoé e Alex Macurap. A pesquisa ainda contou com a participação da liderança geral da aldeia Sancler Canoé e caciques de algumas etnias que residem na aldeia. com ajuda de um celular conseguimos registrar algumas fotos e vídeos de cada parte do processo da construção da Oca Indígena. Essa construção é feita na estação do verão, os materiais usados para armação e para cobertura são coletados na fase da lua crescente: madeira roliça, palha de inajá e embira. embora essa atividade tenha como figura responsável o sabedor encarregado pela construção da oca, quem escolhe o local e decide o tamanho da oca é o sabedor, as medições das madeiras e quantidade de palha e embira são baseadas e calculadas conforme o tamanho da estrutura indígena, devemos seguir algumas regras orientadas pelo sabedor durante o processo da construção. respeito, obediência e atenção são caminhos para desenvolver uma boa conclusão da construção. A própria Oca quando contruída e quando pronta é o nosso material didático, além disso estamos fazendo outros materiais e atividades para a escola: envolver os professores, sabedores e toda aldeia nessa atividade discutir a importância das Palmeiras; Fazer mapeamento das diferentes palmeiras que existem no território Rio Guaporé; Mapear as madeiras que são usadas para essa construção; realizar essa atividade junto com a comunidade escolar e sabedores dentro da floresta para ensinar esse conhecimento tradicional; discutir alternativas para fortalecer essa ciência indígena que tem um significado importante para os povos originários e também para ela ser praticada pelos jovens dos povos que

vivem no interior da terra indígena Rio Guaporé para despertar interesse aos jovens sobre a importância dos territórios indígenas. Essa é nossa ciência da construção.

A PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO EM TERRITÓRIOS GUARANI E KAIOWÁ NO SUL DE MATO GROSSO DO SUL POR MEIO DA AÇÃO SABERES INDÍGENA NA ESCOLA

Beatriz dos Santos Landa
UEMS
bialanda@uems.br

Adir Casaro Nascimento
UCDB
adir@ucdb.br

A Educação Escolar Indígena, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e legislações posteriores tem reafirmado a produção de material didático nas línguas maternas indígenas como um dos elementos fundamentais para a garantia da política educacional diferenciada e específica. As formações com professoras e professores indígenas, por meio da Ação Saberes Indígenas na Escola/ASIE, para a oferta coletiva de algumas ações ou ainda valorizando atividades individualizadas para atender as especificidades dos povos Guarani e Kaiowá em cinco territórios localizados no cone sul do estado de Mato Grosso do Sul: Porto Lindo em Japorã; Cerrito em Eldorado; Guaimbé e Rancho Jacaré em Laguna Carapã; e Taquapiry em Coronel Sapucaia, a produção de material didático era frequentemente problematizada pelos cursistas, pois a vivência da maioria indicava o uso do material selecionado pelo município aliado a restrição e ausência de obras na língua materna, sejam didáticos ou paradidáticos. Estas formações representam brechas decoloniais por promoverem encontros coletivos para discussão de currículo, avaliação, formação, os limites para inserção dos saberes indígenas na escola, mas especialmente para a elaboração de materiais didáticos provenientes das pesquisas realizadas nas comunidades em diálogo com os saberes da universidade. Foram produzidos coletivamente materiais didáticos em língua materna guarani que tratam, entre outros temas, do calendário agrônomo tradicional, plantas medicinais, história obtidas com os ñanderu e ñandesy e demais sabedores locais, animais, frutas. No entanto, ainda é restrito o quantitativo impresso, o uso efetivo deste material no cotidiano da escola, a distribuição deste material para as demais aldeias para que as bibliotecas municipais tivessem um acervo amplo em língua indígena. A continuidade da ASIE com financiamento que garanta os encontros presenciais, a elaboração/impressão/distribuição do material didático, bolsas que valorizem o esforço que professoras(es) nos processos de alfabetização, numeramento e letramento nas escolas indígenas.

AS VIVÊNCIAS NA AÇÃO SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA (ASIE - NÚCLEO UFAM) NO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA/AM COM OS POVOS MURA E TUKANO: OLHARES ANTROPOLÓGICOS E PEDAGÓGICOS DAS FORMADORAS

Fabiana de Freitas Pinto
UFAM
fabianafreitas@ufam.edu.br

Jucelya Suellen Pereira da Silva
UFAM
jucelyasps@gmail.com

As experiências descritas neste trabalho dizem respeito à formação continuada junto aos/as professores/as indígenas pertencentes ao Povo Mura (Itacoatiara/AM) e Tukano (Rio Preto da Eva/AM), no âmbito da Ação Saberes Indígenas na Escola (ASIE - Núcleo UFAM). A referida ação constitui-se num programa que objetiva capacitá-los/as para as práticas sociais do Letramento e Numeramento a partir da feitura de materiais (para)didáticos atendendo aos princípios da especificidade e interculturalidade como rege as diretrizes da Educação Escolar Indígena contemplando as realidades linguísticas e os seus diversos conhecimentos. O processo formativo ocorreu em duas etapas: parte teórica - na sede do município de Itacoatiara/AM (Campus UFAM) e a parte prática - na Aldeia Correnteza/AM (Escola Municipal Indígena Elpídio Marques Santana), durante sete dias, do mês de junho do ano de 2025. A ação contou com a participação de oito professores/as alfabetizadores/as, uma coordenadora de ação e uma orientadora de estudo (nove da etnia Mura e um da etnia Tukano), além de uma formadora e uma supervisora (ambas não-indígenas). Cabe destacar, ainda, o apoio recebido de outros/as colaboradores/as como: no(s) deslocamento(s), no preparo das

refeições e na organização do espaço onde ocorreu a formação. O produto resultante da ação, intitulado “Livro de Contos Míticos das Aldeias Correnteza e Beija-Flor: Povo Mura - Tukano”, expressou o esforço coletivo de unir as histórias tradicionais conhecidas pelos professores/as alfabetizadores/as às dos/as mais velhos/as das comunidades envolvidas. O referido material se revela como um potencial instrumento (para)didático, onde seu uso não se limita à(s) escola(s) indígena(s), mas se coloca como necessário em outros espaços educativos da sociedade. Outra ideia pulsante que surge com a elaboração deste recurso pedagógico é a possibilidade de pensar novas alternativas de ensino, como a criação de historiotecas: um lugar onde outras histórias podem ser adicionadas, enriquecendo o repertório mítico dos povos, dando vazão ao entrelaçamento de saberes culminando numa teia intercultural de conhecimentos. Diante do resultado da ação, é preciso dizer dos outros caminhos trilhados que revelam não somente as possibilidades, mas também os inúmeros desafios enfrentados, especialmente em se tratando de um contexto amazônico, de natureza complexa e singular. Portanto, o recorte da realidade trazida neste trabalho é um convite para que reflexões outras sejam feitas a partir das vivências das professoras.

O PROCESSO DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO NA AÇÃO SABERES INDÍGENAS NÚCLEO IFBA

Francisco Vanderlei Ferreira da Costa
IFBA
francisco@ifba.edu.br

O núcleo do Instituto Federal da Bahia – IFBA, da Ação Saberes Indígenas na Escola, trabalha em parceria com os povos Pataxó, Pataxó Hãhãhãe e Tupinambá, mas conta, ainda, com a possibilidade de agregar novos povos da região. Esta ação objetiva promover formação continuada de professores e professoras indígenas e a produção de material didático. Neste núcleo, houve edições direcionadas ao Ensino Fundamental Séries Iniciais e ao Ensino Fundamental Séries Finais. A autoria do material é sempre coletiva e pressupõe que a epistemologia de cada etnia, definida pela cultura de cada povo, seja a definidora das escolhas metodológicas. Assim, há o desafio de que as práticas docentes indígenas estejam presentes na elaboração de cada material. Contudo há vários outros desafios presentes neste processo de produção e distribuição do material específico. Neste trabalho, apresentaremos o processo de elaboração de material didático realizado por este núcleo, refletindo sobre o processo que se inicia com a formação docente, passa pela escrita do material, editoração e publicação e finaliza com a entrega desse material na escola indígena. Esse trajeto acontece atualmente com a participação de mais de 160 docentes indígenas. O fato desses materiais se manterem interculturais e contextualizados com a realidade étnica dos grupos, faz com que supram lacunas deixados por outros tipos de materiais que chegam às escolas indígenas, estes produzidos por não indígena e para escola não indígena.

PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO DA AÇÃO SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA DO POVO MUNDURUKU DE HUMAITÁ NO SUL DO AMAZONAS

Andreilino Rodrigues da Silva
Universidade Federal do Amazonas
rodriguesdasilvaandreilino@gmail.com

José Roberto Gomes
Universidade Federal do Amazonas
robertogomes@ufam.edu.br

A formação continuada de professores indígenas na região do sul do Amazonas têm sido o foco desta proposta de implementação da Ação Saberes Indígenas na Escola (ASIE) pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI, no sentido de refletir e produzir materiais específicos e diferenciados voltados ao ensino escolar dos povos originários localizados nesta região. Nesse sentido, o Núcleo UFAM Humaitá criado em 2024 tem desenvolvido e buscado ações formativas com os povos Parintintim, Tenharim, Jiahui, Torá, Pirahã, Apurinã, Munduruku, Paumari, Jarawara e Jamamadi, situados no município de Humaitá e Lábrea. Neste evento, se quer apresentar o material elaborado pelo Povo Munduruku de Humaitá – AM. Um povo que valoriza profundamente suas raízes, sua cultura e seus saberes tradicionais. E, através da Ação Saberes Indígenas na Escola compartilhou seus saberes indígenas como uma oportunidade de reconhecer a importância da natureza, do território e das tradições como parte essencial da sua identidade. A elaboração do material didático específico do Povo em cada encontro em que se trabalharam os conteúdos: Língua Portuguesa e Conhecimentos Tradicionais, Alfabetização em Língua

Materna e LIBRAS na língua Munduruku. Esses encontros realizados entre o Núcleo dos Saberes UFAM Humaitá e os professores do Povo oportunizaram pela convivência a escuta e o respeito com os mais velhos e com a comunidade. O resultado das experiências vividas possibilitou que a escola Munduruku possa ter material específico na preservação das tradições, na defesa do território, da ancestralidade e na promoção dos saberes do Povo ensinado às crianças. Portanto, a produção de material específico do Povo Munduruku é expressão da vivência e da resistência.

MATERIAIS DIDÁTICOS ESPECÍFICOS E DIFERENCIADOS: A AUTORIA INDÍGENA E A SISTEMATIZAÇÃO DE ETNOCONHECIMENTOS NA FORMAÇÃO DOCENTE

Maria Goretti Sousa Lameira
Universidade do Estado do Pará
msousalameira@gmail.com

Marta Genú Soares
Universidade do Estado do Pará

A Licenciatura Intercultural Indígena do Núcleo de Formação Indígena da Universidade do Estado do Pará (LICIND/NUFI/UEPA) atua na formação de professores-pesquisadores com foco na construção de uma educação escolar específica, diferenciada e intercultural, conforme asseguram as diretrizes legais. O curso consolida a autoria e o protagonismo dos acadêmicos indígenas, incentivando-os a atuar como produtores do conhecimento e pesquisadores de suas culturas. Este trabalho tem como objetivo apresentar e discutir a relevância da produção de materiais didáticos elaborados por professores indígenas em formação na área de Conhecimento de Linguagens e Artes como ato de afirmação étnica e de decolonização curricular. A formação na LICIND/UEPA insere o professor em um ciclo de pesquisa-ação, no qual o acadêmico investiga e sistematiza os etnoconhecimentos de seu povo a partir da memória oral dos anciãos. Na área de Linguagens e Artes, o foco recai sobre a articulação das linguagens orais, escritas, corporais e artísticas (como grafismo e pintura corporal). Os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) tornam-se produtos pedagógicos concretos, a exemplo dos livros de histórias em quadrinhos baseados em narrativas orais Tembê, e dos catálogos de artesanato e arte plumária Mebêngôkre (Kayapó), usados para o ensino da língua materna e de temas culturais. Estes materiais bilíngues ou multilíngues são ferramentas que integram os saberes tradicionais ao currículo. A produção desses instrumentos didáticos específicos e diferenciados demonstra a capacidade de autoria e domínio metodológico dos professores indígenas. Os resultados da aplicação em sala de aula, tanto com os Tembê Tenetehar quanto com os Mebêngôkre (Kayapó), validam a eficácia de um ensino contextualizado, que promove o fortalecimento da identidade cultural, a preservação das línguas e o resgate de patrimônios ameaçados. O livro físico, com apresentação dos produtos didáticos, neste contexto, é um artefato político-pedagógico que comprova a importância da LICIND em desconstruir narrativas colonialistas e em consolidar uma educação decolonial na prática escolar indígena.

FORMAÇÃO DOCENTE E SABERES TERRITORIALIZADOS: EXPERIÊNCIAS DA ASIE/UFES COM PROFESSORES INDÍGENAS DE ARACRUZ/ES

Ozirlei Teresa Marcilino
ozirlei.marcilino@ufes.br

Géssica Gonçalves Martins
Universidade Federal do Espírito Santo
gessica.martins@ufes.br

O presente trabalho apresenta a experiência da Ação Saberes Indígenas na Escola (ASIE) da Universidade Federal do Espírito Santo (2014 a 2025), na formação continuada e produção de materiais pedagógicos diferenciados voltados aos professores indígenas Tupinikim e Guarani que vivem no Território Indígena de Aracruz/ES. No Núcleo Ufes, as oficinas e a elaboração de materiais didáticos e paradidáticos são desenvolvidas nos eixos Letramento e Numeramento e Conhecimentos e Artes Verbais, subsidiando a construção dos currículos interculturais das escolas indígenas e dialogando com as especificidades dos processos educativos próprios de cada povo. Consideram-se as situações sociolinguísticas locais, com os Tupinikim monolíngues em processo de revitalização e os Guarani bilíngues, articulando práticas de letramento, numeramento, artes verbais e saberes territorializados como fundamento de projetos políticos de afirmação e fortalecimento étnico. A formação envolve professores/as formadores/as indígenas e não indígenas, anciãos/mestres de notório saber e orientadores/as de estudos além de lideranças das 12 aldeias

das Terras Indígenas de Aracruz, atendidas por escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em torno de 80 professores/as indígenas vinculados/as à ação. As atividades são desenvolvidas em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Aracruz e com a Secretaria de Estado da Educação por meio da Gerência de Educação Antirracista, Campo, Indígena e Quilombola, incluindo reuniões periódicas de planejamento e avaliação, pesquisas colaborativas para construção de materiais pedagógicos, oficinas formativas com participação de sábios das comunidades e registros audiovisuais utilizados na elaboração dos currículos interculturais. A ASIE consolidou um cenário de articulação contínua entre escolas, comunidades e instituições parceiras, sustentando processos sistemáticos de experimentação pedagógica. Para cada etapa, organiza-se formação e produção de novos materiais em formatos diversos, contemplando práticas de leitura, escrita e transmissão de conhecimentos em língua indígena e em português conforme projetos e decisões de cada povo. Conclui-se que as ações desenvolvidas fortalecem a autonomia intelectual, cultural e educativa das comunidades e ampliam a circulação de saberes e práticas próprias nas escolas indígenas.

UMA ANÁLISE DE LIVRO DIDÁTICO PARA ALFABETIZAÇÃO NA LÍNGUA GUARANI: IMPASSES E POSSIBILIDADES PARA A ALFABETIZAÇÃO INDÍGENA

Rafaela Bayerl de Lima
Universidade Federal da Grande Dourados
rafa.bl98@hotmail.com

Introdução: O trabalho é parte da dissertação de mestrado intitulada “Materiais didáticos para a alfabetização nas escolas indígenas de Dourados – MS”. O objetivo desse trabalho é analisar um livro didático para a alfabetização produzido manualmente por uma docente indígena de uma escola da Reserva de Dourados – Mato Grosso do Sul. A pesquisa se caracteriza como uma pesquisa documental, utilizando como apoio os estudos de André Cellard, que sugere algumas dimensões a serem analisadas em estudos documentais. Paralelamente a isso, analisamos também a partir da perspectiva decolonial, ancorada em autores indígenas e em estudos do Grupo Modernidade/Colonialidade. **Desenvolvimento:** O material analisado refere-se a um único livro didático encontrado em uma busca em 5 escolas indígenas da cidade de Dourados, voltado para a etapa da alfabetização e desenvolvido na língua Guarani-Kaiowá. O livro foi construído a partir do objetivo de incentivar e capacitar os estudantes a partir do aprendizado e aperfeiçoamento da língua Guarani-Kaiowá. Em uma realidade onde a maior parte dos materiais didáticos que as escolas indígenas recebem são elaborados por pessoas não indígenas e na língua portuguesa, desconsiderando as especificidades das comunidades indígenas, elaborar e utilizar um material como esse é um ato de luta e resistência. **Principais resultados:** Elaborado e construído artesanalmente pela própria professora alfabetizadora da escola, o material é utilizado apenas por ela por haver somente a versão original. Na análise foi possível observar que há uma grande representatividade para com as crianças indígenas, uma vez que as atividades e conteúdos elaborados referem-se diretamente ao cotidiano e saberes da comunidade. Logo, a autora demonstrou uma grande preocupação em incentivar seus alunos a estudarem por meio de atividades que instigam seus interesses. Contudo, o material possui certas limitações pela falta de condições e apoio para ir além de um livro de atividades, pois ele tem um grande potencial de ser um material de uso contínuo e abrangente, podendo ser adaptado e utilizado nas demais escolas da Reserva Indígena de Dourados para o processo de alfabetização. Por fim, destacamos o protagonismo da professora e compreendemos sua luta e resistência por uma educação decolonial a partir do seu material que transparece a sua valorização com os saberes e vivências do seu povo e da sua comunidade.

PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS INTERCULTURAIS E ESPECÍFICOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar
Universidade do Estado do Pará - UEPA
joelmaalencar@uepa.br

Este estudo parte da ideia de que a Educação Escolar Indígena tem se consolidado como uma modalidade de ensino que, por sua vez, tem exigido cada vez mais um suporte didático e de apoio ao professor indígena. Contudo, surge o desafio de produzir materiais didáticos que estejam alinhados aos saberes ancestrais e à metodologia de ensino intercultural e específica. Gavião e Nunes (2019) afirmam que construir ferramentas didáticas para o ensino da escola indígena é fundamental para o trabalho do professor indígena, que se vê, na maioria das vezes, sem nenhum material ou com os mesmos materiais didáticos utilizados nas escolas ocidentais. Nesse sentido, o processo de elaboração desses materiais deve considerar, dentre outros, as demandas de cada povo indígena, as cosmologias e as características de cada contexto e a situação linguística. Com o Programa Saberes Indígenas na Escola-SIE (MEC),

que objetiva desenvolver a formação continuada de professores indígenas, muitos materiais já foram produzidos. O SIE tem como um de seus objetivos fomentar pesquisas que resultem na elaboração de materiais didáticos e paradidáticos em diversas linguagens, bilíngues e monolíngues, conforme a situação sociolinguística e de acordo com as especificidades da educação escolar indígena. No processo de criação desses materiais no âmbito da Universidade, a autoria e o protagonismo indígena são fundamentais. Esses materiais devem refletir a cosmovisão, a história local e o ambiente vivido pela comunidade. Os materiais didáticos são planejados e elaborados a partir da sistematização dos conhecimentos produzidos nas ações formativas e analisados nos procedimentos de pesquisa. A utilização de recursos variados de registro e documentação possibilita a produção de materiais na língua indígena e/ou língua portuguesa. Elaboração de Materiais Didáticos será incentivada a produção de mapas, livros, vídeos, glossários, cartazes, álbuns, jogos, jornais, cartilhas, manuais, entre outros cabíveis. A elaboração dos materiais didáticos ocorre com o acompanhamento da Coordenação e Supervisão do Programa. Os materiais produzidos, em concordância com os professores indígenas receberão tratamento especializado para reprodução, em quantidade que atenda à comunidade escolar e poderão também serem publicados em formas de artigos ou livros, de forma impressa e/ou digital. Em caso de publicação serão preservados os direitos de autoria dos indígenas envolvidos na produção do material.

JOGOS TRADICIONAIS JAVAÉ E PROCESSOS EDUCATIVOS: SABERES E PRÁTICAS NA ALDEIA BOA ESPERANÇA, ILHA DO BANANAL-TO

Elisangela Mantelli e Souza
UNIRG - Universidade de Gurupi-TO
elisangela.souza@unirg.edu.br

Esta pesquisa tem como objetivo sistematizar, junto à comunidade da aldeia Boa Esperança, os jogos tradicionais do povo Javaé, compreendendo-os como práticas educativas e expressões da Interculturalidade. A proposta integra o campo da Educação Intercultural e visa transformar o conhecimento coletado em uma cartilha bilíngue ilustrada voltada ao ensino da Educação Física e à valorização dos saberes tradicionais. O estudo apresenta resultados parciais relacionados à identificação dos jogos ainda praticados na comunidade e à análise de seus significados culturais, simbólicos, educativos e pedagógicos. A abordagem metodológica é qualitativa, fundamentada na pesquisa participativa e na etnografia intercultural. As ações foram desenvolvidas por meio de oficinas e rodas de conversa realizadas na Ilha do Bananal-TO, nas quais se priorizou a escuta ativa e o diálogo horizontal com os participantes da pesquisa. As oficinas constituíram-se como espaços construção conjunta de conhecimento, favorecendo a compreensão, a partir da perspectiva dos próprios Javaé, das demandas educativas e ligadas à preservação e transmissão dos saberes tradicionais. Os resultados parciais apontam que os jogos tradicionais são reconhecidos pela comunidade Javaé como práticas que articulam corpo, cultura e território, constituindo-se em importantes mediadores dos processos de ensino e aprendizagem. As discussões evidenciaram a necessidade de fortalecimento dos espaços comunitários de aprendizagem, onde o conhecimento é transmitido de geração em geração pela oralidade e pela vivência coletiva. Observou-se também a preocupação com modelos educacionais externos que pouco dialogam com as epistemologias indígenas. Os jogos tradicionais emergem como instrumentos de resistência e continuidade cultural, integrando múltiplas dimensões físicas, simbólicas e sociais que reafirmam a identidade Javaé e contribuem para o fortalecimento de uma educação verdadeiramente intercultural.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 23 - LÍNGUAS INDÍGENAS DO NORDESTE: RESISTÊNCIAS, RESSURGIMENTOS E SUAS MARCAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Coordenação:

Rejane Cristine Carneiro Santana (UEFS)
Norma Lúcia Fernandes Almeida (UEFS)

Resumo do Simpósio Temático: O destaque de línguas indígenas do nordeste brasileiro norteou produções escritas dos séculos XVII e XVIII, resultando na publicação de obras pela imprensa ultramarina, como Arte de Grammatica da Língua Brazilica da Nação Kiriri (1699) e o Catecismo Kiriri (1698) do Pe. Luiz Vincencio Mamiani; Catecismo da Língua Kariri do Fr. Bernardo de Nantes (1706). Esse legado linguístico resistiu ao tempo e se manteve presente, mesmo em meio ao processo de colonização linguística, deixando-nos lexias e outros níveis estruturais de suas línguas com participação direta na formação do Português Brasileiro (PB). Dessa forma, na perspectiva da Linguística Histórica e da História Social da Língua e a partir de um viés interdisciplinar e com perspectivas epistemológicas que estão sendo anunciadas e também sendo exigidas, propomos, para este Simpósio, receber estudos sobre o protagonismo de línguas indígenas do Nordeste e suas marcas linguísticas na formação do PB, com reflexos até os dias atuais. Assim, faremos discussões sobre marcas lexicais, fenômenos morfossintáticos ou fonético-fonológicos utilizados em comunidades indígenas e não indígenas do Nordeste brasileiro; estudos sobre lexias que possam ser advindas de línguas faladas por povos autóctones do Nordeste do Brasil; experiências sobre o processo de retoma/revitalização de línguas indígenas do Nordeste. Nessas trocas de saberes, acrescentaremos dados novos para a pesquisa em línguas indígenas, para a historiografia indigenista dos povos indígenas do nordeste brasileiro, no intuito de manter o conhecimento sobre as línguas indígenas do Nordeste e sua participação na constituição do português brasileiro.

A PARTICIPAÇÃO DA LÍNGUA KARIRI NA FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS FALADO PELO POVO TUMBALALÁ.

Letícia Suely de Santana
Universidade Estadual de Feira de Santana
leticiatumbalala@gmail.com

Edson Tosta Matarezio Filho
Universidade Estadual de Feira de Santana

Este trabalho é fruto da minha dissertação de mestrado em fase de conclusão, em que estudo as lexias de origem indígena na variante étnica do português falado pelo povo Tumbalalá, localizado nos municípios de Abaré e Curaçá-BA. Considerando que há marcas do Tupi no Português Brasileiro, pensei em realizar um estudo numa área indígena de incidência Kariri, precisamente, o Kariri-Dzubukuá, para verificar se também há a participação desse idioma na região citada, onde ainda hoje há a presença dos povos Kariri. O resultado obtido revelou que há uma quantidade mínima de lexias de origem Kariri, e sobressai em maior número, as lexias de origem Tupi. Boa parte das lexias registradas foram identificadas no campo lexical arte e religião, que são as palavras diretamente ligadas com a cultura e rituais do povo Tumbalalá. De acordo com o estudo, os aspectos sócio-históricos expostos sobre a região e história social do povo Tumbalalá, como a intensa presença de missionários, os conflitos entre indígenas e os curraleiros, que impactou demograficamente o povo, a proibição de falar a língua nativa, bem como de praticar os seus rituais, foram os maiores motivos para a atual situação linguística vivida pelo povo. O glossário feito como um dos produtos da pesquisa e também como uma devolutiva para a comunidade, contribuem diretamente para a retomada linguística do povo Tumbalalá.

PARTICIPAÇÃO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS DO BRASIL NAS CONSTRUÇÕES DE TÓPICO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Lidiane Ferreira Silva
UEFS/FAPESB/CAPES
lidiane.fsilva@yahoo.com.br

Norma Lucia Fernandes de Almeida

O Brasil, com território de dimensões continentais, passou por um processo de colonização bastante diverso. Cada região teve um processo peculiar de formação. Assim a depender da região, temos uma formação populacional distinta seja com a presença de indígenas, africanos, portugueses, italianos, etc. Esses aspectos relacionados à constituição do povo brasileiro terão uma forte influência na formação da variedade da língua portuguesa falada no Brasil. Um dos fenômenos que podem evidenciar a participação das línguas indígenas na constituição do Português Brasileiro (PB) é a Construção de Tópico. O tópico geralmente expressa informação velha ou já conhecida no discurso. Ele é usado para introduzir o tema sobre o qual o comentário será feito. No âmbito da sintaxe, é o elemento sobre o qual se faz uma proposição por meio de uma sentença-comentário. Há presença dessas Construções nas línguas Assurini e Tupinambá da família Tupi-Guarani e da língua Tikuna, língua isolada. Então, partimos da hipótese de que o PB tem se aproximado das línguas de proeminência de tópico por conta do contato com línguas indígenas e também com as línguas africanas, já que essas línguas são orientadas para o discurso, sabendo que, inclusive, esse tipo de mudança mexe com várias outras estruturas da língua. Portanto, acreditamos que o contato com as línguas indígenas e com as línguas africanas, desencadeou importantes mudanças na estrutura do PB. Tais conclusões foram discutidas na tese de doutoramento em Estudos Linguísticos do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana. O eixo temático em que se enquadra essa pesquisa é “Línguas indígenas do Nordeste: resistências, ressurgimentos e suas marcas no português brasileiro”.

CANTADEIRAS PANKARARU COMO PATRIMÔNIO VIVO!

Ywnapã Nael dos Santos
santosywnapa7@gmail.com

O presente trabalho de extensão tem como foco reconhecer e valorizar as cantadeiras do povo Pankararu como patrimônio vivo, compreendendo suas vozes, cantos e práticas rituais como expressões fundamentais da memória coletiva e da identidade cultural do grupo. As cantadeiras, guardiãs de saberes ancestrais transmitidos oralmente, desempenham papel central nos rituais, nas celebrações e na manutenção dos laços comunitários, constituindo uma forma de resistência cultural diante de processos históricos de apagamento, deslocamento e marginalização. Por meio de suas canções, elas preservam narrativas, territorialidades simbólicas e modos próprios de existir no mundo. A pesquisa-extensionista buscou aproximar a comunidade acadêmica das práticas culturais Pankararu, fortalecendo o reconhecimento das cantadeiras como agentes de continuidade cultural. As atividades envolveram escuta sensível, observação das performances, conversas com lideranças e participação em momentos compartilhados pela comunidade. Com isso, foi possível compreender que as cantadeiras não apenas representam um legado do passado, mas atuam como forças vivas que atualizam a tradição e inspiram novas gerações. Assim, o trabalho reafirma a importância da proteção, valorização e difusão desses saberes, entendendo as cantadeiras como patrimônios que sustentam a vitalidade e a ancestralidade do povo Pankararu.

HERANÇAS INDÍGENAS NAS PALAVRAS DO SEMIÁRIDO BAIANO

Saádia Ramos Ferreira
UEFS
ferreirasaadia@gmail.com

Norma Lúcia Fernandes de Almeida
UEFS
norma@uefs.br

Estudar o léxico de uma língua é conhecer a história e a cultura de um povo, uma vez que o léxico é a representação da cultura e da identidade de uma comunidade. Os estudos do léxico se fazem a partir de três principais disciplinas: a lexicologia, a lexicografia e a terminologia. Este trabalho é pautado nos princípios da lexicografia, que é a ciência responsável pela descrição e registro do léxico por meio da elaboração de dicionários, e da sociolinguística, que estuda a variação linguística, enfocando, por vezes, aspectos da variação e também da formação de uma língua. Para realizar tais estudos nos baseamos em teóricos, como: Biderman (1981; 1984; 2001), Lucchesi (2009; 2012), Mattos e Silva (2004), Naro & Scherre (2007), Rodrigues (1993), Santos (2012), entre outros. Buscando analisar as contribuições das línguas indígenas na formação do Português Brasileiro (PB) e no léxico do semiárido baiano, foram utilizados os quatro volumes que compõem o corpus Amostras da Língua Falada no Semiárido Baiano (Almeida;

Carneiro, 2008), a fim de buscar lexias que possuam origem nas línguas indígenas, do tronco Tupi e do tronco Macro-Jê. Para desenvolver as análises das lexias encontradas, foram utilizados programas computacionais, seguindo o princípio da lexicografia moderna. Os dados identificados no material analisado mostram o quanto as línguas indígenas contribuíram e deixaram marcas até os dias de hoje no léxico utilizado no semiárido baiano e, consequentemente, no Português Brasileiro. Mostram também que as tentativas de apagamento da língua dos povos indígenas, a fim de propiciar a entrada e o uso da língua dos colonizadores, obtiveram êxito, pois hoje, no Brasil, temos a língua portuguesa como língua oficial e nenhuma língua indígena com abrangência de falantes ou que seja reconhecida também como língua oficial do país.

O PROTAGONISMO DAS LÍNGUAS KIPEÁ E DZUBUKUÁNA NA CATEQUESE DO SEMIÁRIDO BAIANO

Rejane Cristine Carneiro Santana
UEFS
rcscunha@uefs.br

Apresentaremos o protagonismo das línguas Kipeá e Dzubukuá, da família Kiriri, tronco linguístico Macro-Jê, no período de catequese nas Aldeias do Sertão, séculos XVII e XVIII, e os seus registros linguísticos na produção escrita de línguas não Tupi, como, *Arte de Grammatica da Lingua Brazilica da Nação Kiriri* (1699) e o *Catecismo Kiriri* (1698) do padre jesuíta italiano Luiz Vincencio Mamiani; *Catecismo da Língua Kariri do capuchinho francês Bernardo de Nantes* (1709). Na perspectiva da Linguística Histórica e da história social da língua, faremos um estudo sobre o impacto dessas Línguas na catequese das aldeias de Pambu, Canabrava, Natuba e Saco dos Morcegos, e as suas marcas linguísticas na formação do Português Brasileiro, até dias atuais. Quanto ao referencial teórico, apoiamo-nos nos estudos de: Almeida (1997); Mattos e Silva (2004) por apresentar discussões valiosas acerca de investigações ao contexto sócio-histórico em pesquisas na área da linguística que trazem abordagens acerca da investigação de antigos registros escritos para uma análise bibliográfica/documental, com um olhar para todos os sujeitos envolvidos, sem desprezar a reinterpretação dos fatos; D'Angelis (2007); Rodrigues (2012) por trazerem discussões e análises em estudos descritivos sobre línguas indígenas brasileiras; Seabra (2006); Biderman (2001); Isquardo (2009) que se dedicam em estudos do léxico e suas representações externas pela ação de nomear, no intuito de compreender costumes e feitos do passado. Nesses estudos, obtivemos 36 achados lexicais que foram classificados da seguinte forma: i) dezessete topônimos em línguas Kiriri que se encontram registrados em mapas da Bahia, Sergipe e Pernambuco. Assim, buscamos trazer dados novos para a História Social da Língua e pesquisa em línguas indígenas que se voltem ao tronco linguístico Macro-Jê; como também à historiografia indigenista baiana.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 24 - MATERIAIS EDUCACIONAIS E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS, LINGUÍSTICAS E ANTROPOLÓGICAS

Coordenação:

Roseline Mezacasa (UNIR)
Carolina Coelho Aragon (UFPB)
Daniel Santana Neto (OPIP)

Resumo do Simpósio Temático: Este simpósio reúne pesquisadoras e pesquisadores das áreas de História Indígena, Linguística e Antropologia, em diálogo com a produção de materiais educacionais multimodais para comunidades indígenas, como livros, jogos, mídias e recursos digitais. Busca-se articular trabalhos que evidenciem horizontes teóricos, metodológicos e políticos, refletindo sobre os materiais didáticos como ferramentas de resistência e de afirmação cultural e territorial. As discussões pretendem responder a questões como: De que forma têm sido elaborados os materiais educacionais para escolas indígenas de diferentes territórios? Como as línguas, culturas e histórias indígenas são contempladas e fortalecidas nesses materiais? Qual o papel de jovens lideranças na concepção e no uso desses recursos? Como esses materiais materializam o que a comunidade considera valioso transmitir às novas gerações? Que caminhos e experiências podem orientar a produção de materiais educativos que dialoguem com projetos societários das comunidades? O Simpósio propõe sistematizar e socializar conhecimentos das últimas décadas que contribuam para uma Educação Escolar Indígena específica, diferenciada e bilíngue/multilíngue, bem como com estudos voltados à implementação da Lei n.º 11.645/2008. Nessa perspectiva, objetiva-se entrelaçar os saberes tradicionais do chão da comunidade e da escola indígena a partir das pesquisas, vivências e experiências de profissionais indígenas e não indígenas, nas áreas de História, Linguística e Antropologia, no caminho do fortalecimento dos saberes indígenas e da interculturalidade. Serão bem-vindas contribuições de diferentes regiões do Brasil e da América do Sul.

EXPERIÊNCIA NA PRODUÇÃO DE UMA OBRA PARA ALFABETIZAÇÃO LÍNGUA GUARANI

Cássio Knapp
Universidade Federal da Grande Dourados
cassioknapp@ufgd.edu.br

Este trabalho apresenta a experiência de elaboração de quatro livros didáticos voltados ao processo de alfabetização de crianças Guarani e Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul. Inicialmente, destaca-se que as escolas Guarani e Kaiowá do Etnoterritório do Cone Sul recebem, em sua quase totalidade, crianças monolíngues em língua indígena. No entanto, contraditoriamente, essas escolas não dispõem, nos primeiros anos escolares, de materiais suficientes produzidos em suas línguas que possibilitem um processo de alfabetização em primeira língua. A experiência aqui relatada refere-se aos livros do 1º e 2º ano, acompanhados pelos respectivos livros do aluno e do professor, que integram a Coleção Alfabetiza MS Indígena. Essa coleção foi organizada pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, em parceria com a Fundação de Educação do Estado, contando com a participação para a produção de uma equipe de educadores e pesquisadores Guarani e Kaiowá, além da minha atuação representando a Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). A produção dos livros teve início no segundo semestre de 2023 e, no momento, encontra-se na etapa final de diagramação. O trabalho pretende discutir tanto os avanços quanto os desafios enfrentados ao longo desse processo, bem como apresentar a versão sistematizada da obra. Entre os pontos de tensão, destacam-se os embates institucionais para adequar o formato dos livros, inicialmente inspirado em materiais destinados a crianças não indígenas, às especificidades linguísticas e culturais Guarani e Kaiowá. Por outro lado, houve abertura institucional para fomentar uma política de alfabetização em língua indígena, o que permitiu a continuidade do trabalho. Ainda que nem todos os agentes envolvidos compreendessem plenamente a complexidade da elaboração das obras, o processo contou com uma dedicada equipe de autores e pesquisadores indígenas, comprometida com a qualidade e a legitimidade pedagógica da obra. Sua atuação, inclusive na fase de pós-produção, evidencia a importância coletiva atribuída ao projeto. Assim, este trabalho busca não apenas relatar uma experiência de produção didática, mas também evidenciar os caminhos, desafios e possibilidades de uma política educacional que reconhece e valoriza a alfabetização em primeira língua, contribuindo para o fortalecimento das práticas pedagógicas e dos saberes próprios Guarani e Kaiowá no contexto escolar.

PRODUÇÃO DE CARTILHAS NA LÍNGUAS INDÍGENAS TAUREPANG COMO INSTRUMENTO DE ALFABETIZAÇÃO NA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA TOBIAS BARRETO

Camila Flores Franco
Universidade Federal de Roraima, Instituto Insikiran
cf3318120@gmail.com.br

Zoraide dos Anjos Gonçalves da Silva
Universidade Federal de Roraima/Instituto Insikiran

Danielle da Silva Trindade
Universidade Federal de Roraima/Instituto Insikiran
daniufr@gmail.com

O presente trabalho está em desenvolvimento no Estágio Curricular Supervisionado da Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran e, também, como subprojeto Intercultural Comunicação e Artes pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID-EQUIDADE). Tem como objetivo fortalecer o ensino bilíngue na Escola Estadual Indígena Tobias Barreto, localizada na comunidade indígena Mangueira, Terra Indígena Araújo, em Amajari-RR. A proposta central foi a produção de cartilhas e materiais didáticos na língua indígena Taurepang como instrumento de alfabetização e valorização cultural. Durante a execução, foram realizadas atividades de recapitulação do alfabeto Taurepang; elaboração de cartilhas com vocabulário sobre animais, aves, frutas e objetos, além da produção de jogos pedagógicos como jogos de memória e atividades de formação de palavras. As ações contaram com a participação ativa dos alunos e o apoio de falantes fluentes da comunidade, assegurando a autenticidade linguística e o envolvimento coletivo. As práticas pedagógicas despertaram o interesse e a motivação dos estudantes, contribuindo para o desenvolvimento da leitura e escrita nas duas línguas. O projeto também promoveu momentos de integração cultural, como a produção de frases em datas comemorativas e a apresentação da dança do Parixara, fortalecendo o sentimento de pertencimento e identidade. Algumas atividades previstas, como a cartilha sobre partes do corpo humano, não foram concluídas devido a limitações locais, mas surgiram novas iniciativas criativas, como jogos educativos com materiais recicláveis. Os resultados evidenciam avanços significativos no aprendizado, na valorização da língua Taurepang e na construção de práticas pedagógicas contextualizadas à realidade indígena. O subprojeto reafirma a importância da língua Taurepang como elemento essencial da identidade cultural e como ferramenta pedagógica para uma educação indígena intercultural e inclusiva.

ENTRE A ESCOLA E O TERRITÓRIO: SABERES INDÍGENAS E PERSPECTIVAS DE “HISTÓRIA” ENTRE OS POVOS INDÍGENAS DO AMAPÁ E NORTE DO PARÁ

Carina Santos de Almeida
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP
carina.almeida@unifap.br

Elissandra Barros
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP
elisbarros@unifap.br

Foi no último quartel do século XX que os povos indígenas conseguiram romper com a escola civilizadora imposta pelo indigenismo tutelar brasileiro e passaram a implementar instituições escolares autônomas e bilíngues, articuladas às demandas de suas sociedades. Paulatinamente, professores e comunidades indígenas passaram a eleger em suas escolas abordagens, diálogos, línguas, epistemologias e currículos que lhes fossem vividamente relevantes. Superados os primeiros enfrentamentos para a construção das bases da educação escolar indígena, temos a emergência de outros desafios no âmbito da atuação docente, na construção dos projetos político-pedagógicos e, consequentemente, na estruturação dos currículos em consonância com os princípios comunitários e com as normativas legais. As Licenciaturas Interculturais Indígenas consistem em uma das mais importantes conquistas da educação escolar indígena, pois contribuem para a difusão e ampliação do debate, bem como para a promoção de uma formação condizente com as expectativas de futuro dos povos indígenas. Nesse ínterim, problematizamos algumas experiências no campo do ensino de História Indígena que visam refletir sobre os múltiplos significados da “história” para os povos indígenas do Amapá e do Norte do Pará (Apalai, Galibi-Marworno, Karipuna, Palikur-Arukwayene, Wajãpi e Wayana). Para tanto, buscamos nos despir dos preceitos eurocentrados da ciência histórica, com vistas a compreender as performances de sentido que as histórias evocam nas sociedades indígenas.

Entendemos que a disciplina História, com “H” maiúsculo, amplamente difundida nas escolas brasileiras, não ressoa nos territórios indígenas tal como se supõe. Defendemos que a “história” para as sociedades indígenas está assentada em outras bases e perspectivas epistemológicas, pois seus significados e sentidos são outros e muito próprios. A percepção da “história” entre os autóctones pode assumir infinitos entendimentos, não se restringindo à pretensa explicação e representação de determinados eventos, acontecimentos, fatos e fenômenos retoricamente construídos pelo pensamento ocidental. Temos uma miríade de histórias e narrativas nas sociedades indígenas, sendo que a função da “história” não pode ser reduzida à sala de aula, tampouco ficar restrita ao espaço escolar. Assim, este trabalho se propõe a uma discussão teórica e metodológica a partir das experiências e práticas pedagógicas com os povos indígenas da Amazônia setentrional brasileira na esfera do ensino de História Indígena.

APRENDENDO HISTÓRIA INDÍGENA COM OS POVOS INDÍGENAS: UMA PRODUÇÃO DIDÁTICA COM USO DE QUADRINHOS

Cláudia Cristina do Lago Borges
Dep. de História/UFPB
claudialago.rn@gmail.com

Sheila Taiane Teixeira da Silva
Abaíara/UFPB
sheilataiane333@gmail.com

O conhecimento sobre os povos indígenas no ensino básico ainda está longe de se tornar o ideal, mesmo após a implantação da Lei 11.645/08 e a BNCC. Considerando os marcos definidos pelas diretrizes educacionais quanto aos conteúdos a serem abordados para a questão do ensino da história indígena, vê-se a necessidade de ampliação nas discussões e métodos didático-pedagógicos que permitam alunos e professores conhecerem sobre os povos originários. Associando as questões historiográficas e sobre o Ensino de História, o trabalho Aprendendo história indígena com os povos indígenas. Uma produção didática com o uso de quadrinhos é resultado de um projeto realizado pelo Grupo de Pesquisa Abaíara (UFPB), cujo intuito é produzir a série em quadrinhos Indígenas da Paraíba. Desenvolvido por alunos da graduação em colaboração com os indígenas da Paraíba, a proposta traz no seu escopo teórico o debate da decolonialidade e no aporte metodológico o conceito de metodologias ativas, ou seja, a partir de ações e experiências adotadas em diferentes didáticas para o aprendizado da história, trabalhando o sentido inverso do que é praticado na sala de aula e pelos livros didáticos, isto é, fazer o “homem branco” aprender com os indígenas.

MATERIAIS DIDÁTICOS INTERCULTURAIS DOS POVOS INDÍGENAS DE RONDÔNIA

Maria Lucia Cereda Gomide
Universidade Federal de Rondônia
malugomide@unir.br

Este trabalho, realizado pela minha experiência como professora, curso Licenciatura em Educação Básica Intercultural da UNIR Universidade federal de Rondônia, mostra resultados do projeto Educação socioambiental voltado à gestão das Terras indígenas de Rondônia, o qual teve como objetivo principal sistematizar textos e desenhos feitos pelos alunos indígenas, a fim de elaborar materiais didáticos interculturais bilíngues, com enfoque socioambiental discutindo questões sobre manejo e gestão dos recursos naturais das terras indígenas de Rondônia. Como objetivos específicos temos a valorização das línguas indígenas, a afirmação da identidade cultural, e registros diferentes saberes indígenas, e ainda proporcionar intercâmbios de conhecimentos entre os alunos do curso. O projeto foi desenvolvido com métodos participativos, durante as etapas de aulas presenciais do curso. Nesta concepção parte-se das experiências vivenciadas pelos alunos. Para enfrentar a situação atual dos problemas socioambientais que incidem nas terras indígenas de Rondônia é de grande relevância que esta discussão seja uma prioridade na escola indígena, buscando caminhos para a sustentabilidade socioambiental e cultural dos povos indígenas. Este projeto vem de encontro com os anseios demonstrado pelos acadêmicos indígenas participantes e as necessidades das escolas indígenas na perspectiva da escola como afirmação cultural e melhoria das condições de vida destes povos.

TEMÁTICAS INDÍGENAS NA GEOGRAFIA ESCOLAR: LIMITES E POSSIBILIDADES NA PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

Vanessa Jorge de Araujo
Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro
vanessajorge@yahoo.com.br

O objetivo do trabalho é apresentar as principais dificuldades enfrentadas durante o processo de elaboração de material didático de Geografia para o Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) na rede municipal do Rio de Janeiro – RJ, especialmente no que tange a implementação de conteúdos curriculares sobre as temáticas indígenas. Embora exista a lei 11.645/2008 que torna obrigatória a inclusão de conteúdos sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as redes de ensino, ainda há desafios significativos para assegurar a qualidade e a diversidade das temáticas indígenas nos materiais distribuídos gratuitamente aos estudantes. As habilidades da matriz curricular carioca relacionadas às questões indígenas demandam um tratamento específico sobre história, memória e territorialidades. Contudo, o processo de elaboração encontra entraves no acesso às pesquisas, dados oficiais e referenciais que subsidiem a produção desses materiais institucionais isentos de influências políticas ou direcionamentos partidários. Outra fragilidade identificada refere-se à formação dos professores responsáveis pela elaboração dos materiais. Todos os elaboradores são docentes da própria rede municipal, mas muitos não possuem formação específica ou letramento adequado para abordar as habilidades relacionadas às temáticas indígenas, o que compromete a qualidade do conteúdo produzido para os adolescentes da cidade. Assim, a pesquisa discute as habilidades da matriz curricular que tratam das temáticas indígenas, os desafios formativos enfrentados pelos profissionais da educação no que diz respeito ao letramento indígena e apresenta uma proposta de sequência didática que contribua para o cumprimento e fortalecimento da Lei 11.645/2008 nas escolas da rede municipal do Rio de Janeiro.

RITUAL DA FORMATURA INDÍGENA NO CONTEXTO DA ESCOLA POTIGUARA DA PARAÍBA

Aguinaldo Ciriaco da Silva
Escola Estadual Indígena Pedro Poti, Aldeia São Francisco, Baía da Traição-PB
ciriacoaguinaldo67@gmail.com

Maria Sônia Barbalho de Macedo
Escola Estadual Indígena Pedro Poti, Aldeia São Francisco, Baía da Traição-PB
soniabt2010@hotmail.com

Daniel Santana Neto
UFPB/OPIP-PB
nettodann10@gmail.com

Introdução: O povo Potiguara da Paraíba é exemplo de luta e resistência desde os tempos antepassados, defendeu e defende seu território dos invasores, opressores. Nunca saíram de seu lugar de origem, pois sempre resistiram para existir e garantindo a sua história e cultura para as gerações futuras, como também afirmando e reafirmando sua identidade. Um povo que tem contribuindo muito no movimento indígena local, regional e nacional, reivindicando políticas públicas para educação, saúde, meio ambiente, saneamento entre outros aspectos para sua sobrevivência. Os Potiguara têm seu modo próprio de fazer a educação escolar indígena, prezando também pelos princípios e valores culturais e religiosos. Atualmente, a formatura indígena está em quase todas as escolas da etnia Potiguara, um ritual significativo que marca a passagem de uma etapa para outra da educação escolar indígena na vida das crianças, adolescentes, jovens e adultos. **Desenvolvimento:** A Educação Escolar Indígena Potiguara da Paraíba é uma conquista a partir do movimento desse povo, que vem crescendo cada vez mais com as conquistas ao longo da história Potiguara-PB. As escolas das aldeias e cidades são constituídas por maior parte de professores, estudantes e funcionários indígenas. Instituições escolas comprometidas com a comunidade indígena, onde as mesmas são consideradas específicas, diferenciadas, bilingue/multilíngue, intercultural e de qualidade. Nessa perspectiva, as escolas da etnia Potiguara-PB tem fortalecido o ritual da formatura indígena, em que agrega educação, cultura e saberes ancestrais. Atualmente, a formatura indígena ganhou uma grande ampliação, contribuindo para o fortalecimento da identidade do povo Potiguara da Paraíba. A Formatura indígena relaciona os conhecimentos acadêmicos com as tradições culturais. Os concluintes usam cocar, saia, colar, grafismo corporal, como também cantam músicas acompanhadas de maracá, bombo e gaita, valorizando a identidade e ancestralidade de sua etnia. **Considerações finais:** Compreende-se que a formatura indígena para o povo Potiguara-PB é um ritual significativo que fortalece não só a educação escolar indígena, mas também a identidade e cultura desse povo. É realizada quando

o estudante indígena conclui a Educação Infantil, os Anos Iniciais e Anos Finais e o Ensino Médio. A família tem uma participação muito efetiva no nesse ritual, apoiando a escola indígena na organização do mesmo. A formatura indígena é resistência.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E IMAGENS E NARRATIVAS DOS POVOS INDÍGENAS E DE SEUS MODOS DE VIDA EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL, NO MUNICÍPIO DE ARACRUZ, ES.

Gefferson Pereira Marques
Universidade federal do Espírito Santo
geffersonmarques@hotmail.com

INTRODUÇÃO. No município de Aracruz residem dois povos indígenas, os Tupinikim, e Guarani. Acreditamos que nos cotidianos escolares e com as práticas pedagógicas, temos a possibilidade de exercitarmos criações curriculares e práticas pedagógicas que se distanciam da perspectiva desfocada, colonial, ocidental, racista, estereotipada e desumanizadora dos povos indígenas e de seus modos de vida na atualidade. A metodologia se aproxima da pesquisa narrativa e das pesquisas com os cotidianos escolares, incluindo a pesquisa bibliográfica e documental. Os procedimentos metodológicos consistem em entrevistas conversadas com professores/as para que narrem suas ecologias e resistências cotidianas pela luta do território indígena, práticas pedagógicas, formativas e comunitárias que realizam, e, suas contribuições na desconstrução da visão desfocada e estereotipada dos povos indígenas e de seus modos de vida nos livros didáticos e em outros artefatos curriculares e pela sociedade. Tais inquietudes podem ser expressas nas seguintes problematizações: como os livros didáticos atuais abordam a temática indígena? Quais são as reflexões que os livros abordam sobre a temática? Os livros didáticos publicados posteriormente ao ano de 2008, quando foi promulgada a Lei 11.645/08, usam imagens e narrativas estereotipadas e preconceituosas acerca dos povos indígenas e de seus modos de vida? Quais temáticas são consideradas como emergentes em relação aos povos indígenas e de seus modos de vida, para serem incluídas em práticas pedagógicas, em livros didáticos e em outros artefatos curriculares e formativos? **DESENVOLVIMENTO.** A coletânea "Buriti mais História" é voltada para o componente curricular de História das séries iniciais do Ensino Fundamental. O uso da coletânea é destinada para o período de 2023 a 2026 sendo adotada pela rede municipal de ensino do município de Aracruz, Espírito Santo, e pelas cinco escolas indígenas do município, quatro do povo Tupinikim e uma do povo Guarani. **CONCLUSÕES.** Diante das imagens desfocadas dos povos indígenas e de seus modos de vida presentes nesta coletânea, onde muitas enfatizam apenas o indígena romantizado que perpetuam ao longo dos tempos em diversas obras literárias e artísticas, preconizando de forma preconceituosa a diversidade dos povos indígenas desse território, faz-se necessário trazer para essa problematização, as cosmovisões de lideranças indígenas, para reescrevermos e escrevermos as nossas próprias histórias, como protagonistas.

A INTERCULTURALIDADE LINGÜÍSTICA NA ATIVIDADE DA CESTARIA DO POVO POTIGUARA DA PARAÍBA

Andriely Rodrigues dos Santos
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
andrielyrodrigues2026@gmail.com

Severino do Ramo Fernandes da Silva Neto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
netopotiguarafisica@gmail.com

O presente trabalho é resultado do projeto de extensão intitulado "Mulheres em rede: língua e gênero no território Potiguar (PB)" da Universidade Federal da Paraíba, que tem como objetivo o entrelaçar de saberes linguísticos, enfatizando dinâmicas socioculturais que envolve gênero, língua(gem) e territorialidade. Dessa forma, temos como ponto focal o processo de confecção da cestaria, majoritariamente realizado por mulheres. Descrevemos a confecção de cestaria, uma prática cultural e ancestral, tendo como finalidade analisar as linguagens desenvolvidas nessa atividade cultural, acionando as particularidades do Povo Potiguar da Paraíba. O projeto foi desenvolvido por meio de uma oficina realizada em parceria com o Curso de Extensão Anama Potiguar, ofertado pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI. Nesse sentido, a atividade integrou o módulo temático "Tupi e atividades de subsistência", no qual foi trabalhado a prática cultural ancestral, a arte da cestaria, que tem como matéria-prima principal o cipó. A atividade foi ministrada por Dona Severina, anciã Potiguar, que reside na aldeia Alto do Tambá. Durante o processo formativo para a produção dos cestos, foi possível observar

a inter-relação entre língua e cultura que se manifestava na execução da cestaria, possibilitando traçar alguns indicadores das linguagens da cestaria e sua interface com as dinâmicas socioculturais. Resultados apontam que o trançado da cestaria ensinada por Dona Severina reflete aspectos novos que identificam variações lexicais pertencentes ao contexto dessa cultura material. A partir dos conhecimentos ensinados por dona Severina no processo de produção, podemos identificar alguns vocábulos: 'midinha', 'flor', 'perna', 'pé', 'arremate', entre outros, estabelecendo etapas da cadeia operatória. Portanto, a cestaria Potiguara destaca-se como um patrimônio material vivo que reflete memória, resistência e ancestralidade. Além disso, apontamos também subsídios pedagógicos, uma vez que a relação materialidade-linguagem-território demonstra saberes marcados ao longo do processo de produção da cestaria. Enfatizamos que a cestaria, para Dona Severina e para outras mulheres Potiguara da Paraíba, também é uma importante fonte de renda, ou seja, se estabelece enquanto meio de subsistência, ao passo que representa uma prática identitária de um povo.

A TRIÁDE TORÉ-TUPÃ-TUPI: INVESTIGAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE REVITALIZAÇÃO LINGÜÍSTICA E VALORIZAÇÃO DE SABERES POTIGUARA

José Romildo Araújo da Silva Guyraakanga Potiguara
PROLING-UFPB
romildonline@gmail.com

Este trabalho investiga a relação entre a revitalização linguística (OLKO; SALLABANK, 2021) do Tupi pelo Povo Potiguara e a valorização de seus saberes tradicionais. O objeto de análise é o estudo de termos como 'toré', 'tupã' e 'tupi' na literatura relacionada ao Tupi Antigo (Tupinambá) em contextos de colonização, contrastando-os com os usos decoloniais (PESSOA; SILVESTRE; BORELLI, 2019; OLIVEIRA; CANDAU, 2010) e contemporâneos nas práticas religiosas, culturais, educacionais e discursivas Potiguara. Com abordagem qualitativa e interpretativista, a metodologia articula teoria e metodologia, especialmente as do campo da Sociolinguística. Os resultados demonstram que o processo de revitalização do Tupi pelo Povo Potiguara configura um movimento dinâmico de autoafirmação étnica, diretamente relacionado à valorização de saberes e das diversas dimensões do bem-viver indígena. Além de um componente curricular nas escolas indígenas, a Língua Tupi se integra ao cotidiano, compondo a tríade Toré-Tupã-Tupi as quais se revelam elementos centrais da cultura Potiguara e contribui efetivamente para a transmissão de saberes tradicionais e práticas ancestrais Potiguara.

O CAMINHO DAS ÁGUAS, RIOS E IGARAPÉS NA AMAZÔNIA: METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS

Roseline Mezacasa
Departamento de Educação Intercultural Indígena (DEINTER), Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
roselinemezacasa@unir.br

A pesquisa é fruto dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Universidade Federal de Rondônia, por meio do Departamento de Educação Intercultural Indígena, especialmente no campo da produção de materiais didáticos junto aos estudantes indígenas do curso. É reconhecida a demanda dos povos originários por materiais didáticos específicos, que contemplem suas realidades locais, territoriais, ambientais e linguísticos. Partindo dessa necessidade e tomando como ponto de partida um tema gerador de debates atuais na Amazônia sobre os ciclos das águas e as mudanças climáticas, especialmente diante da grande seca ocorrida em 2024, uma das mais severas das últimas décadas, foi desenvolvida uma metodologia de construção coletiva e colaborativa de um material didático. Essa experiência resultou na documentação de mais de treze histórias indígenas, que expressam diferentes epistemologias sobre a água, os rios e os igarapés na Amazônia. Além das narrativas registradas com os anciãos, os acadêmicos produziram ilustrações e propostas pedagógicas para o uso do material em sala de aula. A experiência evidenciou a potência da produção de materiais didáticos específicos, fundamentados nas perspectivas e histórias indígenas, e que possibilitam o diálogo entre os saberes indígenas e não indígenas, uma demanda constante das comunidades para a Educação Escolar Indígena dentro dos territórios. O material será publicado em 2026, com a autoria dos estudantes e com o apoio de um grupo de docentes organizadores da Universidade Federal de Rondônia e Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Engenharia Ambiental e Departamento de Educação Intercultural Indígena que, com suas experiências, vêm contribuindo para a construção de um ambiente intercultural de aprendizado e de produção colaborativa de materiais didáticos voltados às escolas indígenas. Esse ambiente coloca a Universidade pública como parceira dos povos indígenas em seus projetos de educação escolar. A metodologia utilizada envolveu a pesquisa participante, a história oral e a revisão bibliográfica.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 25 - SABERES INDÍGENAS & UNIVERSIDADE: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL À LUZ DAS LEIS 11.645/2008 E 12.711/2012

Coordenação:

Adriana Aparecida Belino Padilha de Biazi (UFSC)
Ana Cristina Martinez (UFSC)
Cledison Antonio de Souza e Silva (UFSC)

Resumo do Simpósio Temático: Este simpósio temático propõe um espaço de diálogo, reflexão e troca de experiências sobre os desafios e possibilidades da presença indígena no Ensino Superior, à luz das Leis 11.645/2008 e 12.711/2012, a primeira torna obrigatório o Ensino da História e Cultura Indígena nas escolas, e a segunda garante reserva de vagas, as 'cotas', em Universidades e Institutos Federais para estudantes oriundos integralmente do Ensino Médio Público, incluindo critérios raciais e de renda. A proposta visa reunir estudantes, docentes, pesquisadoras(es) e lideranças indígenas para debater como os saberes tradicionais dos povos originários vêm sendo reconhecidos, acolhidos e valorizados no ambiente universitário. Serão abordadas experiências de estudantes indígenas no Ensino Superior, iniciativas de políticas afirmativas, produções acadêmicas que emergem das epistemologias indígenas, práticas pedagógicas interculturais, bem como os impactos e limites das Leis 11.645/2008 e 12.711/2012 no contexto de Ensino Superior. O simpósio pretende, ainda, fomentar discussões sobre a decolonização do saber, o papel das universidades na promoção da diversidade epistêmica e o fortalecimento das identidades indígenas nos espaços acadêmicos e não acadêmicos.

VOZES DECOLONIAIS NA ESCOLA: A EXTENSÃO COMO PRÁTICA INTERCULTURAL PARA A TRANSFORMAÇÃO DENTRO E FORA DA UNIVERSIDADE

Adriana Angelita da Conceição
MEN/CED/UFSC
adriana.a@ufsc.br
PROEXT-PG CAPES/SESU

A História da Educação evidencia que a estruturação do Ensino Superior no Brasil está intrinsicamente marcada pelas características de uma sociedade colonialista, constituída por atravessamentos de raça, gênero e classe. No entanto, a luta dos movimentos sociais é notória ao longo do século XX, consolidando-se com a culminância no século XXI de duas importantes leis para a História da Educação brasileira: a lei 11.645/2008 que incorporou a lei 10639/2003, garantindo a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura afro-brasileira, africana e indígena na Educação Básica; e a lei 12.711/2012, conhecida como a Lei de Cotas, instituindo reserva de vagas, no Ensino Superior, e instituições federais de ensino técnico de nível médio, para estudantes que cursaram integralmente o Ensino Médio Público, incluindo critérios de raça (autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas) e classe, por avaliar a renda familiar. Essas duas leis tendem a provocar fissuras no Ensino Superior, subvertendo uma ordem elitista. A partir deste contexto, essa apresentação tematiza o Projeto de Extensão "Vozes decoloniais na escola: saberes interculturais para a transformação social" em desenvolvimento na Universidade Federal de Santa Catarina, envolvendo estudantes de graduação e de quatro programas de pós-graduação. O projeto mobiliza as seguintes temáticas: Educação Indígena e Quilombola, Matrizes africanas e afro-brasileiras, Narrativas Indígenas, Educação para as Relações Étnico-Raciais - EREER, Ecopedagogia e Interculturalidade Crítica. A atuação do projeto está centrada na construção coletiva de formações continuadas presenciais voltadas para professoras(es) da Educação Básica Pública. O projeto desenvolve as ações a partir da dialogia como princípio metodológico, entrecruzando o saber científico ao tradicional, pois constrói as formações a partir da integração dos pós-graduandos com os espaços escolares, as comunidades quilombolas e estudantes indígenas. Neste sentido, considerando as leis destacadas acima, os resultados parciais do projeto indicam giros dentro e fora da universidade, sobretudo, destacando o quanto às pesquisas de pós-graduação a partir de um trabalho de extensão como prática engajada para a transformação social, mas, também, e, sobretudo, da universidade, tem proporcionado trabalhos interculturais que integram pesquisa e extensão. Por fim, destacamos que o projeto "Vozes decoloniais na escola (...)" faz parte do Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação- PROEXT-PG CAPES/SESU, com financiamento do edital n. 3/2024/PROPG/PROEX/PROEXT-PG 2024 – UFSC.

A DIMENSÃO SOCIAL E SIMBÓLICA DA PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Patrícia Rosa Santana Guzmán
Universidade Federal do Maranhão
patricia.guzman@ufma.br

Ângelo Rodrigo Bianchini
Universidade Federal do Maranhão
ar.bianchini@ufma.br

A educação superior aos povos indígenas, tal como se configura hoje no Brasil, foi construída a partir de variadas relações estabelecidas tanto globalmente como localmente, em uma estrutura social historicamente hierarquizada cujos povos indígenas ocupam posições de desvantagem, constantemente ameaçados pela sociedade nacional brasileira e pelo próprio Estado. Com o objetivo de ampliar o debate sobre a educação superior indígena, principalmente quanto a permanência dos estudantes indígenas no ensino superior, este trabalho irá refletir sobre o percurso acadêmico de 07 (sete) estudantes indígenas (02 estudantes indígenas do Curso de Medicina – Campus de São Luís, 02 do Curso de Medicina – Campus de Pinheiro e 03 do Curso de Odontologia – Campus de São Luís), com foco em aprofundar as dimensões sociais e simbólicas deste processo, os conflitos e contradições de habitus de agentes sociais diversos e as implicações nas estratégias mobilizadas, individual, coletiva e/ou institucionalmente, para permanecer/afiliar-se no curso. A base epistemológica da pesquisa apoiou-se nos estudos sobre campo, habitus e capitais de Bourdieu, nos conhecimentos indígenas, nos estudos sobre a realidade da educação superior indígena, no processo de colonização do Brasil a partir de autores como Baniwa, Mundurucu, na teoria de afiliação universitária e em uma constante reflexão quanto as especificidades da permanência dos estudantes indígenas. Como procedimento metodológico e instrumento de coleta de dados, foram utilizadas as técnicas de entrevistas semiestruturadas. Para fins de sigilo das identidades, foram adotados nomes fictícios aos entrevistados, seguido da sigla do curso/campus. As entrevistas foram gravadas, transcritas e enviadas aos entrevistados para aprovação, aos quais assinaram Termo de consentimento livre e esclarecido. A análise dos dados foi subsidiada pela base teórico-epistemológica adotada na pesquisa e pelos pressupostos da análise do discurso, na vertente de Bourdieu. A permanência dos sete estudantes entrevistados sinaliza vivências e experiências marcadas por estranhamentos mais intensos no que tange ao processo de afiliação universitária, muitas vezes adiado, por limitações e obstáculos étnico-raciais, sociais, econômicos, simbólicos e pela estrutura de um campo universitário (etnocêntrico) da UFMA estar mais alinhado aos capitais legitimados de uma fração dominante das classes dominantes da sociedade brasileira. Os dados nos levam a refletir de que há um longo caminho para as transformações mais estruturais deste campo, mas que precisam ser enfrentadas pela universidade.

FORMAÇÃO DOCENTE INDÍGENA NA FACULDADE INDÍGENA INTERCULTURAL DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Waghma Fabiana Borges Rodrigues
UNEMAT
waghma@unemat.br

Eliane Boroponepa Monzilar

A Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, por meio da Faculdade Indígena Intercultural - FAINDI, no Campus de Barra do Bugres/MT, oferta há mais de 20 anos cursos de Licenciatura Intercultural com habilitação em Línguas, Artes e Literaturas; Ciências da Natureza e Matemática; e Ciências Sociais. Atualmente, são três turmas de licenciatura em formação, totalizando 95 estudantes, além da terceira turma de Pedagogia Intercultural, com 30 estudantes. A Universidade se destaca como pioneira ao ofertar a Enfermagem Intercultural, com uma turma de 50 estudantes ingressos em 2023. Soma-se a isso uma nova turma de Pedagogia, iniciada em 2025, com 31 estudantes. O objetivo deste trabalho é apresentar um panorama da organização e das ações do curso de Pedagogia Intercultural vinculado à FAINDI/UNEMAT. Destaca-se que as experiências acadêmicas do curso são desenvolvidas em dois módulos por semestre, realizados no período de férias docentes dos acadêmicos indígenas, compreendendo os meses de janeiro a fevereiro e de julho a agosto. A Etapa Presencial - Tempo Universidade, dedicada ao estudo dos componentes curriculares, ocorre nas dependências da faculdade. O outro período, denominado Etapa Intermediária - Estudos nas Aldeias, fortalece a formação dos professores indígenas por meio de experiências e vivências nas comunidades, articulando saberes tradicionais e científicos ao longo dos semestres, sob mediação da equipe de professores e coordenadores do curso. Na FAINDI, em conjunto com seus principais parceiros, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI, a Secretaria de Educação de Mato Grosso - SEDUC/MT e o Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena - CEEI, os acadêmicos contam com apoio logístico para viagens, além de

uma estrutura física que inclui alojamento, alimentação, acompanhamento de saúde e materiais pedagógicos. A dinâmica de trabalho dos componentes curriculares fundamenta-se em uma ação coletiva entre professores titulares e professores auxiliares, indígena e não indígena, inicia no planejamento e se estende à prática pedagógica. Além dos cursos, outras estruturas importantes estão vinculadas à Faculdade e contribuem para o fortalecimento da formação, como o Centro de Línguas Ameríndias - CLAM e o Mestrado Profissional em Ensino em Contexto Indígena Intercultural - PPGEICII. Dessa forma, por meio do diálogo e da articulação constante com os povos indígenas de MT, a Universidade destaca-se pela oferta de uma formação intercultural de qualidade.

ALIMENTAÇÃO E INCLUSÃO: INTERPRETAÇÕES DAS PLACAS DE SINALIZAÇÃO E CARDÁPIO DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DO CAMPUS GOIÁS DA UFG (GOIÁS/GO) NA LÍNGUA DO POVO A'UWÊ UPTABI.

Janaina Tude Sevá
UFG
janaina.tude.seva@ufg.br

Luciana Helena Alves da Silva
UFG
proflucianahelena@ufg.br

Marília Resende Camargo
UFG
marilia.camargo@discente.ufg.br

Inspirada na inclusão e na valorização da diversidade linguística, esta pesquisa realiza a tradução-interpretação do cardápio e das sinalizações do Restaurante Universitário (RU) para a língua A'uwê Uptabi. Visando efetivar a permanência (física e cultural) dos povos originários no Câmpus Goiás da Universidade Federal de Goiás (UFG), inicialmente representados pelo povo Xavante, a pesquisa buscou reconhecer saberes, línguas e presenças indígenas como parte constitutiva da universidade pública, promovendo o pertencimento nos espaços de alimentação. A iniciativa se ancora na Política Nacional de Inclusão dos Povos Indígenas e no Decreto nº 6.861/2009, que estabelece os territórios etnoeducacionais como diretriz para uma educação plural. Visa promover acesso, permanência e inclusão das pessoas indígenas na Universidade, cujo ingresso tem aumentado significativamente após as ações afirmativas na Educação (a exemplo da Lei 12.711/2012) e com o trabalho dos docentes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) junto às comunidades indígenas na região para seu ingresso por processo seletivo próprio. A metodologia envolve a interpretação colaborativa dos conteúdos alimentares com base na Cartilha dos RUs em oficinas - com estudantes indígenas (majoritariamente) da LEDOC, (alguns) do Direito e da Filosofia, além de seus parentes que também moram na cidade e frequentam o RU - sobre sua cultura, língua e alimentação. A produção das placas bilíngues terá o apoio técnico do laboratório YpêLab/UFG, sendo idealizadas com os A'uwê Uptabi, e todo o conteúdo estará acessível nas plataformas digitais institucionais. Trata-se de uma proposta interdisciplinar construída pelo diálogo entre os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Direito e LEDOC, articulando-se às ações da Comissão de Inclusão e Permanência do Campus, da Secretaria de Inclusão e da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE/UFG). Mais do que adaptar elementos visuais, o projeto propõe uma revisão dos modos de ocupar e nomear os espaços institucionais, reconhecendo as identidades indígenas no cotidiano acadêmico. Pretende-se que a implantação no RU seja uma experiência piloto para as demais unidades do Campus, e integrar essa 'política linguística' como diretriz do Plano Diretor do Câmpus. A universidade se redesenha, assim, como território de escuta, identidade e justiça.

SABERES E CULTURAS INDÍGENAS NA LICENCIATURA E NO MESTRADO EM LETRAS DA UEMASUL: FORMAÇÃO DOCENTE E A APLICABILIDADE DA LEI 11.645/2008

Lilian Castelo Branco de Lima
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
liliancastelo@uemasul.edu.br

O presente trabalho refere-se a um estudo sobre como o curso de Licenciatura em Letras e o Mestrado em Letras, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, que é oferecido na modalidade profissional, e compartilham um de seus objetivos que é contribuir para a formação de professores da Educação Básica, em suas ações, disciplinas

e práticas docentes, atendem à Lei 11.645/2008, por meio do trabalho com saberes e culturas indígenas. Para tanto, realizou-se uma pesquisa documental e de campo, com abordagem qualitativa para a análise de dados. Assim, o objetivo deste estudo é analisar quais ações são realizadas para o letramento étnico-racial nestes cursos de graduação e de pós-graduação e formação de professores para trabalhar a temática indígena na sala de aula. Ressalta-se que após buscar respostas para a questão norteadora, identificou-se que a temática indígena é trabalhada nos cursos nas disciplinas e nas pesquisas desenvolvidas pelos alunos, nas perspectivas linguística e literária, no entanto, com maior ênfase em três disciplinas: Memória e regionalidade e Oralidade, Escrita e Identidades Culturais Indígenas, no Mestrado e na graduação em Literatura indígena, assim delimitamos o foco deste trabalho para as referidas disciplinas. A fundamentação teórica baseia-se, em particular, nos trabalhos sobre letramento literário de Cosson (2020;2014), literaturas indígenas na perspectiva de Graúna (2013), Kambeba (2018) e Thiél (2012) e formação de professores (Imbernón,2011; Nóvoa, 2002). Os resultados indicam que estes cursos têm contribuído para o letramento para a diversidade étnica, trabalhando com obras com elementos de identidades, memória e saberes indígenas, sendo que os alunos apontam a contribuição para formação profissional e humana no que se refere a povos indígenas. Concluímos que o trabalho desenvolvido apresenta escolhas teóricas, literárias e pedagógicas que contribuem para o letramento étnico-racial na formação de professores e cidadãos conscientes e o respeito pelas diversidades étnicas existentes no Brasil.

A LITERATURA INDIGENA COMO FERRAMENTA DE DEBATE E IMPORTÂNCIA DOS SABERES INDÍGENAS NA FORMAÇÃO DE NOSSA IDENTIDADE CULTURAL AMAZÔNIDA

Delma Pacheco Sicsu
Universidade do Estado do Amazonas
dsicsu@uea.edu.br

O presente trabalho tem como objetivos mostrar a importância da Literatura Indígena como ferramenta em potencial para o debate acerca dos saberes indígenas e sua contribuição na formação de nossa identidade cultural amazônica. Nesse sentido, a discussão desses saberes por meio da literatura indígena na Universidade e a circulação desta literatura nos espaços escolares.

O DISFARCE DA IDENTIDADE COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS CONTRA O RACISMO

Eliane Domingues
UEM e IP-USP
edomingues@uem.br

Miriam Debieux Rosa
IP-USP

A inclusão de pessoas indígenas nas universidades brasileiras já é uma realidade. Mesmo antes da Lei Nacional nº 12.711/2012, já existiam iniciativas, como a Lei Estadual nº 13.134, que assegurava três vagas em cada uma das instituições de ensino superior públicas, exclusivas para alunos pertencentes a etnias indígenas que residissem nas terras indígenas do Estado do Paraná. No entanto, a questão da permanência dos estudantes indígenas na universidade ainda é uma questão a ser enfrentada. As dificuldades dos estudantes indígenas para permanecer e concluir um curso superior envolvem uma complexidade de fatores que produzem sofrimento sociopolítico e que merecem atenção, como o racismo. Frente às dificuldades enfrentadas no contexto acadêmico, constatamos que alguns estudantes indígenas preferem não ser identificados como indígenas, o que pode indicar que a identidade indígena pode se tornar um fardo no ambiente acadêmico. Com base nos textos de Georges Devereux, serão apresentados e discutidos neste trabalho alguns relatos de estudantes indígenas, em que o disfarce da identidade étnica aparece como uma estratégia de resistência na universidade. Para Devereux, a identidade étnica é um meio de triagem e etiquetagem para si e para os outros. Cada sujeito possui diferentes identidades de classe e a totalidade das identidades de classe de uma pessoa funciona como uma espécie de caixa de ferramentas que ela emprega para ser única. Quando um sujeito é reduzido a uma única identidade, que é superinvestida e à qual todas as identidades de classe são subordinadas, essa identidade que antes fazia parte de uma caixa de ferramentas passa a ser disfuncional e a operar como uma camisa de força. Na universidade, os estudantes indígenas, frequentemente, são reduzidos ao "rótulo de indígena", que implica uma série de preconceitos e estereótipos e em uma apreciação

pejorativa. Frente a essa situação, há aqueles que optam pelo disfarce de sua identidade étnica, estratégia que, segundo Devereux, funciona como defesa e tem efeito protetor, mas que não é isenta de consequências.

A PRESENÇA DOS SABERES TRADICIONAIS NOS CURRÍCULOS DA UNILA: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE A PARTIR DO EPISTEMÔMETRO

Marta Helena Szadkoski
Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila
m.h.Szadkoski@gmail.com

Gerson Galo Ledesma Meneses
Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila
gerson.meneses@unila.edu.br

O presente trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). A investigação busca identificar a presença — ou ausência — dos saberes de povos e comunidades tradicionais nos currículos de graduação da instituição, observando de que forma os conhecimentos indígenas e afro-diaspóricos são incorporados ou invisibilizados nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs). A análise foi conduzida com base no Epistemômetro, metodologia proposta por José Jorge de Carvalho (2023), que avalia o grau de inclusão epistêmica nos currículos a partir de sete variáveis interdependentes. Os resultados parciais, obtidos a partir dos PPCs dos cursos de Antropologia, Engenharia de Energia, Saúde Coletiva e Música, indicam uma predominância eurocêntrica, ainda que com avanços localizados na direção da interculturalidade. Observa-se a necessidade de políticas institucionais de descolonização curricular e de fortalecimento das práticas interepistêmicas, de modo a consolidar a universidade como espaço de justiça epistêmica e pluralidade de saberes.

QUEM ORIENTA QUEM?: ENCONTRO E APRENDIZADO INTERCULTURAL NA ORIENTAÇÃO DE ESTUDANTES INDÍGENAS DA LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DO SUL DA MATA ATLÂNTICA (UFSC).

Ana Cristina Martinez
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
ana.martinez@posgrad.ufsc.br

Este trabalho apresenta um relato de experiência sobre o processo de orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) na Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A orientação, nesse contexto, ultrapassa o campo técnico-metodológico da pesquisa e se constitui como um exercício de escuta sensível, diálogo, mediação intercultural e do reconhecimento da alteridade epistemológica. O processo envolve o reconhecimento da pluralidade de epistemes e a valorização dos modos próprios de produção e transmissão de conhecimento dos povos indígenas. Cada encontro de orientação é um exercício de tradução e mediação entre modos distintos de produzir e transmitir conhecimento. Os estudantes indígenas trazem consigo narrativas, memórias e práticas de seus povos, que muitas vezes não se encaixam nos moldes tradicionais da escrita científica. Esse encontro exige do orientador uma postura de abertura e respeito às cosmologias e aos tempos próprios de cada povo, compreendendo que o conhecimento não se constrói apenas com base na linearidade textual, mas também na oralidade, na experiência comunitária e no pertencimento territorial. A prática de orientar, nesse sentido, implica um movimento de decolonização do pensamento e de construção conjunta de conhecimento, em que o orientador também se coloca como aprendiz. Os desafios incluem aspectos linguísticos, logísticos e institucionais, que exigem flexibilidade e sensibilidade para adaptar o processo às realidades das comunidades. As orientações frequentemente incorporam saberes coletivos, memórias e narrativas orais, transformando o TCC em um instrumento de afirmação acadêmica, identitária e política. Assim, orientar estudantes indígenas é participar de uma pedagogia intercultural que reafirma a presença e o protagonismo dos Povos Indígenas na universidade. A experiência mostra que cada orientação é também um ato de resistência e de fortalecimento das epistemologias indígenas, contribuindo para a construção de uma universidade mais plural, dialógica e comprometida com a justiça social e histórica.

EXPERIÊNCIAS A PARTIR DO ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA EM FLORIANÓPOLIS: PERCURSOS DO COLETIVO ENTREMUNDOS

Adriana Aparecida Belino Padilha de Biazzi
adrianaingang51@gmail.com

Este artigo tem o objetivo de refletir sobre os entrelaçamentos constituídos pela Lei 11.645/2008 na vida de três professores de história, atuantes na região da Grande Florianópolis do Estado de Santa Catarina. A citada lei, desde de 2008, trouxe um destaque para a importância fundamental do estudo dos povos indígenas em todos os níveis da educação, se tornando um alicerce para os professores que, em sua formação contínua, estão engajados com a temática indígena nas escolas e universidades. É neste sentido que apresentaremos neste texto a iniciativa “ENTREMUNDOS” e como a prática dessa proposta, interage tanto com o contexto nacional marcado pela Lei 11.645/2008, mas mais especificamente com cenário local do município de Florianópolis, que também possui sua própria legislação para o ensino da temática indígena, a partir da Lei 10.764/2021, que instituiu no município a obrigatoriedade do ensino dos povos indígenas, juntamente com a temática africana e afrobrasileira, que já era obrigatória desde 1994. “ENTREMUNDOS” foi um ciclo de formação continuada, no âmbito da Lei 11.645/2008, que aconteceu entre os anos de 2020 a 2023, inteiramente dedicado a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis-RMEF. São experiências desta iniciativa que se fortaleceram dentro e fora da universidade, já que seus membros ministrantes eram, e ainda são, vinculados ao Laboratório de História Indígena-LABHIN da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. “ENTREMUNDOS”, movimento formativo que se origina a partir de um movimento de professoras fora da universidade, passou a ser um projeto dedicado à extensão universitária, onde ensaia seus primeiros e promissores passos buscando a conexão entre História, saberes indígenas e educação na perspectiva da temática indígena.

TÍTULO NÃO INFORMADO

Aline de Alcantara Valentini
aline.jaxuca@gmail.com

A apresentação, resultado de tese de doutoramento, analisa os currículos dos cursos de Licenciatura em História da USP, UNESP/FCL-Assis, Unicamp e PUC-SP, com o objetivo de compreender como as histórias e culturas indígenas têm sido incorporadas na formação de professores após a promulgação da Lei 11.645/2008. A pesquisa parte da constatação de que a obrigatoriedade do ensino da temática indígena no ensino básico implica a necessidade de adequações nos cursos de licenciatura responsáveis pela formação docente. Foram examinados projetos pedagógicos, ementas e programas das disciplinas dessas universidades, observando-se o modo como a temática aparece e a existência, ou não, de disciplinas específicas. Os resultados indicam que, quando da defesa da pesquisa em 2016, a presença da história indígena ocorria de forma fragmentada, diluída em disciplinas tradicionais como História do Brasil ou da América, sem configurar uma área consolidada de estudos. Apenas USP e Unicamp ofereciam disciplinas específicas, de caráter optativo, enquanto PUC-SP e UNESP/FCL-Assis ainda não haviam efetivado a criação de componentes curriculares dedicados à temática. Para a apresentação atual, a pesquisadora traz dados atualizados, que demonstram avanços pontuais, mas ainda revelam fragilidades e negligência por parte das universidades com relação à temática abordada. O estudo evidencia a distância entre a legislação e a prática universitária, revelando resistências institucionais, carência de especialistas e lacunas na formação docente. Conclui-se que, para que a escola e a universidade se tornem efetivamente espaços de afirmação de uma identidade intercultural, é indispensável rever currículos, práticas pedagógicas e políticas de formação, reconhecendo o protagonismo dos povos indígenas na história nacional e na produção do conhecimento histórico. A proposta se encaixa no eixo temático “Saberes indígenas & Universidade - caminhos para uma educação intercultural à luz das Leis 11.645/08 e 12.711/2012”.

UNIVERSIDADE PLURAL, CORPOS-TERRITÓRIO E RESISTÊNCIAS: AÇÕES AFIRMATIVAS INDÍGENAS NA UFRJ

Isabelle Rocha Nobre
UFRJ
isabellernobre@gmail.com

Valéria Marques Batista

UFRJ
valerianiwa@gmail.com

Ana Cristina da Costa Alves
UFRJ
accristi@gmail.com

Damires dos Santos França
UFRJ
damiresifcs@gmail.com

O Coletivo de Estudantes Indígenas (CEI) da UFRJ é uma organização formada por estudantes indígenas que atuam na defesa do acesso, permanência e valorização da identidade indígena no ensino superior. Criado no final de 2023, o CEI surge a partir da necessidade de articulação política e afetiva entre estudantes indígenas, constituindo um espaço de encontro, apoio mútuo e fortalecimento comunitário. Seu propósito é assegurar o cumprimento dos direitos constitucionais à educação diferenciada, bilíngue e intercultural, reconhecendo a legitimidade dos saberes ancestrais como fundamentais para uma sociedade plural, justa e democrática. O Coletivo também se dedica a divulgar e valorizar as culturas indígenas dentro e fora da universidade, combatendo a invisibilização e o apagamento histórico. Entre suas principais lutas, destaca-se a mobilização que levou à atualização dos critérios de acesso às cotas indígenas, contestando a exigência exclusiva do RANI como comprovação identitária, o que excluía estudantes indígenas em contextos urbanos e retomados. Atualmente, o CEI enfrenta novas demandas, como a necessidade de letramento indígena para estudantes autodeclarados pardos que se reconheçam como indígenas, buscando construir orientações para que esses estudantes possam acessar as cotas de forma ética e informada. Outra dificuldade é o reconhecimento institucional do próprio Coletivo, que ainda precisa solicitar tutela de outros departamentos para realizar ações, o que limita sua autonomia política. A partir da luta empreendida, o CEI atuou diretamente no Grupo de Trabalho instituído pela Superintendência-Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade (SGAADA), junto ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), para revisar os critérios de acesso do edital do SISU 2025. O resultado foi a atualização das normas pela Pró-Reitoria de Graduação (PR1), assegurando maior conformidade com o ordenamento jurídico e com os direitos dos povos indígenas, sendo realizada a atualização dos critérios de acesso às cotas indígenas, garantindo, pela primeira vez, no vestibular de 2025, o ingresso de estudantes indígenas com documentação comprobatória composta de autodeclaração e reconhecimento de pertencimento étnico de lideranças indígenas. Além disso, está em tramitação o primeiro vestibular específico para indígenas e quilombolas, já confirmado publicamente pela Reitoria em fórum institucional, resultado direto da mobilização do CEI junto ao GT. Assim, o CEI reafirma sua resistência no território do conhecimento, lutando pela consolidação do protagonismo indígena e por condições reais de acesso e permanência na UFRJ.

O LABHIN/UFSC COMO ESPAÇO DE DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO DE SABERES INDÍGENAS

Cledison Antonio de Souza e Silva
Universidade Federal de Santa Catarina
cledisonantonio@gmail.com

Este relato de experiência busca dialogar a cerca do papel do Laboratório de História Indígena da Universidade Federal de Santa Catarina referente a promoção, produção e divulgação das muitas formas de manifestações culturais/educacionais dos diferentes povos indígenas que fazem parte do universo da UFSC, bem como seus desdobramentos transdisciplinares, que perpassam os muros da instituição de ensino superior, dialogando entre os níveis de educação, desde instituições do ensino infantil até o ensino médio, buscando caminhos que auxiliem professores e alunos, a partir de construções de ações coletivas, na efetivação das leis 11.645/2008 e 12.711/2012 em sala de aula. O desenvolvimento da proposta de escrita partira do registro histórico de construção do laboratório, ecoando as narrativas dos membros participantes e trazendo como exemplos as práticas desenvolvidas até este momento.

UM ESTUDO EM ETNOMUSICOLOGIA INDÍGENA, AKWÊ - XERENTE: FONTE LITERÁRIA, INTERCULTURAL URBANA, EM TOCANTÍNIA, FORTALECIDA A PARTIR DA LEI Nº 11.645/2008

Márcio Brasil
PPG-LETRAS UFT
pculturambrasil@gmail.com

Aline Vieira da Silva Ferreira
PPG-LETRAS UFT
aline.vieira1@mail.uft.edu.br

Maurício Alves da Silva
PPG-LETRAS UFT
mauricio.silva@mail.uft.edu.br

A força das manifestações artísticas, na música atual, impulsionada pelas mídias de massa, com propósitos apenas financeiro, é um fato recorrente e em constante potencialização. No entanto, é importante ressaltar que, estes fatos não podem limitar as expressões artísticas decorrentes das diversas linguagens a que os Povos Indígenas no Brasil representam. Por essa razão, este trabalho vislumbra aprofundar as investigações sobre a relevância e intensidade das manifestações artísticas no contexto do povo Akwê-Xerente, nas aldeias da Região de Tocantínia - TO. Objetiva-se demonstrar como as manifestações artísticas relacionadas a música do povo indígena Xerente, pode tornar-se mais consistente frente aos não indígenas, por meio do seu registro formal, com o registro das letras e da música. Almeja-se contribuir nas relações de aprendizado mútuo, entre as culturas dos povos Indígenas, dos Indígenas urbanizados e dos não indígenas. A partir dessa perspectiva, surgiram algumas indagações que norteiam, e continuam influenciando esta pesquisa, tais como: existem produções autorais de indígenas nas aldeias Xerente sem o caráter de cunho religioso? Como são interpretadas as manifestações artísticas referente a música falada desse povo pelos não indígenas? As tecnologias de linguísticas conseguem modificar positivamente a realidade akwê, quanto aos registros literários? Ancoramo-nos no método qualitativo com perspectivas em etnomusicologia. Espera-se que ao final da pesquisa que obtenhamos resultados compatíveis às contribuições educacionais (uso em sala de aula) e sociais (popularização na comunidade indígena) relacionadas ao uso das produções musicais xerente.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA LEI Nº 10.639/2003 NA VALORIZAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA NO TOCANTINS

Rayza Silva da Silva
PPG-LETRAS UFT
rayza.silva@mail.uft.edu.br

Maurício Alves da Silva
PPG-LETRAS UFT
mauricio.silva@mail.uft.edu.br

A Lei nº 10.639/2003 determina a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, ampliando o debate sobre diversidade étnico-racial nas escolas brasileiras. No estado do Tocantins, essa legislação ganha relevância ao se pensar também na inclusão da cultura e dos saberes dos povos indígenas, que compõem parte significativa da identidade regional. O objetivo deste estudo é discutir os desafios e as perspectivas da implementação da Lei nº 10.639/2003 voltada para os povos indígenas nos territórios do Tocantins, com atenção especial à sua inserção na grade curricular da rede estadual de ensino. A temática central aborda como as escolas têm incorporado ou ainda enfrentam dificuldades em incorporar conteúdo que valorizem a cultura, os saberes tradicionais e as línguas indígenas, promovendo uma educação que reconheça a diversidade étnico-racial presente no estado. O trabalho evidencia a importância da formação inicial e continuada dos professores, bem como do uso de recursos pedagógicos adequados, para que o cotidiano escolar reflita práticas inclusivas e antirracistas. Além disso, propõe recomendações que fortaleçam a presença da cultura indígena nas decisões educacionais, contribuindo para superar desigualdades históricas e construir uma educação pautada no respeito às diferenças e na valorização da identidade dos povos originários.

OS AKWÊ-XERENTE NO CAMPUS DE PORTO NACIONAL - UFT: FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A REPROVAÇÃO E DESISTÊNCIA DESSES ESTUDANTES

Neila Nunes de Souza
Universidade Federal do Tocantins/UFT
neilasouza@uft.edu.br

Francisco Edviges Albuquerque
Universidade Federal do Norte do Tocantins/UFNT

O presente estudo refere-se aos Akwẽ-Xerente, sendo o nosso lócus de estudo o Campus de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins - UFT. O termo Akwẽ significa “gente importante” e Xerente, denominação dada por não-indígenas, adotado e reconhecido como último sobrenome daqueles que se denominam Xerente e assim se apresentam nos registros oficiais no Brasil. Assim, quem são os Akwẽ no estado do Tocantins? Os Akwẽ são um povo guerreiro, que desde sempre representou a resistência a todos os ataques, seja de garimpeiros, posseiros, fazendeiros, na tentativa de escravizá-los e, toda sorte de violação. É esse povo, estudantes que chegam à universidade para estudar. A UFT dispõe de cotas para indígenas desde o ano de 2005. Pioneira na reserva de vagas para os indígenas. Mas e a permanência? No Campus de Porto Nacional, um dos 5 campus da UFT, os estudantes contam com moradia estudantil e restaurante universitário, mas ainda assim, esses estudantes enfrentam muitos problemas. Com esses elementos, nosso estudo teve como pergunta de pesquisa: o que os indígenas que chegam à Universidade, especialmente no Campus de Porto Nacional, trazem de ensinamentos das aldeias e as preocupações com o que viverão nos cursos de graduação, sobretudo as barreiras linguísticas e culturais? Buscamos como objetivos: investigar as dificuldades encontradas pelos indígenas no Câmpus de Porto Nacional; revelar quais as aspirações dos indígenas no que se refere aos cursos de graduação escolhidos para frequentar na universidade e analisar os fatores que contribuem para a reprovação e desistência dos estudantes indígenas no Câmpus de Porto Nacional. A análise se dá a partir de setenta indígenas que estão matriculados no Campus de Porto Nacional-UFT, dos quais são da etnia Akwẽ-Xerente do município de Tocantínea – TO. A metodologia adotada para esta pesquisa é a coleta de dados no Sistema de Informações Educacionais - SIE da Universidade Federal do Tocantins, no qual são pesquisados os acadêmicos e acadêmicas indígenas que estudam no Campus de Porto Nacional. Consideradas as vivências, e depoimentos dos acadêmicos e acadêmicas nas suas aspirações e desejos do que se observa na aldeia no movimento do que vivenciam até então, com os ensinamentos de uma cultura oral e após o advento da escola, as aspirações e dificuldades encontradas no percurso da graduação. O estudo revela que a universidade não indígena não está preparada para receber os indígenas e necessita de instrumentalização, para a inclusão dos indígenas na universidade.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 27 - ARTES, LITERATURAS E TERRITORIALIDADES: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DOS POVOS INDÍGENAS EM ABYA YALA

Coordenação:

Cláudia Pereira Vasconcelos (UNEB/UEFS)
Jamille da Silva Lima-Payayá (UNICAMP)
Luciano Santos Xavier (UEFS/UFBA)

Resumo do Simpósio Temático: Este simpósio pretende discutir possibilidades de ampliação da noção de História da Abya Yala, trazendo para o centro do debate diferentes maneiras de narrar as memórias dos povos indígenas que, 16 por meio das diversas artes, da literatura, da poética, da oralidade, dos ritos e demais manifestações culturais têm reescrito com autoria e autonomia suas histórias. Compreendemos que as diferentes formas de narrar os mundos e as histórias indígenas vêm ganhando força e visibilidade em espaços antes ocupados por discursos hegemônicos excludentes. Essas narrativas expressas por diferentes linguagens e manifestações são lidas neste simpósio como rupturas contracoloniais que tensionam currículos e instituições oficiais, rompendo silenciamentos e apagamentos históricos, inseminando uma ampla compreensão em torno dos processos de autoria indígena em seus modos variados de expressão das suas ciências. Deste modo, serão bem-vindas pesquisas, práticas educativas e trabalhos que reflitam sobre aspectos artísticos, poéticos, cosmológicos indígenas, entendendo como essas produções constroem narrativas múltiplas sobre o Brasil e sobre toda a Abya Yala, as quais se apresentam de modo latente na formação do imaginário sobre estes territórios ancestrais.

ARTES QUE RECRIAM IMAGINÁRIOS: (DES)LEITURAS DE MULHERES INDÍGENAS NA OBRA DE YACUNÃ TUXÃ

Cláudia Pereira Vasconcelos
Universidade do Estado da Bahia (UNEB) / Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
cpvasconcelos@uneb.br

Inúmeras artistas que atuam no contexto das artes indígenas contemporâneas, têm promovido, através de suas obras e performances, a reconstrução de imaginários e histórias a respeito dos povos originários do Brasil, e em especial das próprias mulheres indígenas. Por séculos, as artes canônicas, em particular a literatura, trouxeram representações que reforçam estereótipos femininos que vão desde a romantização da indígena ingênua e sensual até imagens desumanizadas da mulher braba, que foi “pega a laço ou a dente de cachorro” para integrar-se a civilização. Visando refletir sobre o impacto da produção dessas artistas indígenas, desticarei o trabalho de Yacunã Tuxá que vem pautando, dentre outras questões emergentes, a diversidade dos corpos, das formas de amar e de lutar de mulheres indígenas no contexto contemporâneo. Yacunã “filha da terra”, é uma artista visual do sertão da Bahia que atua como ilustradora, pintora, escritora e também como curadora. Pertencente ao povo Tuxá de Rodelas, na Bahia, tem conseguido, de forma primorosa, articular na sua produção artística questões coletivas que marcam a história de luta do seu povo (um povo fortemente marcado pelas feridas do deslocamento forçado), com questões subjetivas que atravessam sua existência no mundo enquanto mulher indígena, sertaneja e sapatão. Ao retratar mulheres indígenas em contextos urbanos, universitários, na política e, em especial, nas diversas formas de amar, sua obra se inscreve em um movimento de retomada estética e política que desafia os paradigmas coloniais e questiona as construções hegemônicas sobre identidade, gênero e sexualidade. Este trabalho, é um fragmento da minha pesquisa de pós-doutorado (em processo), realizada na UEFS, inscreve-se no SIMPÓSIO TEMÁTICO 27 justamente por propor uma reflexão a cerca da produção artística de uma mulher indígena e suas diversas atuações como modo de resistência étnica e de gênero no Brasil.

VIVER NA TEKOA: ELEMENTOS TERRITORIAIS PRESENTES NA EDUCAÇÃO TRADICIONAL GUARANI

Marjana Vedovatto
Universidade Estadual de Londrina
marjana.vedovatto@uel.br

No sistema educacional Guarani, a educação não é um nicho à parte das demais dimensões da vida. A vivência em coletivo na aldeia, considerando as pessoas, a terra, a água, as árvores, os astros, o fogo, os animais, constituem o processo educativo do “ser” Guarani. É na interação com os outros, na escuta dos ensinamentos dos mais velhos e no fazer das práticas diárias, que as crianças e jovens aprendem o modo de vida Guarani. Nesse sentido, buscamos neste trabalho trazer alguns elementos importantes que sustentam esse processo educativo. Seja por meio das narrativas, de imagens, cantos ou experiências, a ligação com os elementos territoriais da Tekoá se fazem presentes de maneira entrelaçada. Nas últimas décadas, pensadores, sábios e autores indígenas têm se dedicado à produção e registro de tais práticas. É a partir disso que buscaremos identificar e refletir sobre a presença dos elementos territoriais nas práticas educativas, relacionando os aspectos ambientais, culturais e históricos, sobretudo por meio da arte, na construção pedagógica do modo de ser Guarani.

INDÍGENAS NO SERTÃO DO MORRO AZUL: APAGAMENTO HISTORIOGRÁFICO NO INTERIOR DE SÃO PAULO

Jamille da Silva Lima - Payayá
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
jpayaya@unicamp.br

No interior de São Paulo, registra-se um processo violento de silenciamento da ancestralidade indígena, resultado de diferentes aspectos particulares da maneira como se deu a colonização desde 1500. Na região de Limeira, cortada por um dos principais eixos de desenvolvimento econômico do estado, a Via Anhanguera (antigo caminho de tropeiros e bandeirantes para as minas da região de Goiás), há poucas referências à presença indígena, sendo demarcado no imaginário e na historiografia a sua quase inexistência. Não há territórios indígenas demarcados na região, a qual cultiva o imaginário e celebra a centralidade da imigração europeia, especialmente aquela do final do século XIX e do início do século XX. A região, conhecida como Sertão do Morro Azul no período colonial, no entanto, registra presença indígena que não foi dizimada, mas vilipendiada, atacada e silenciada, persistindo na corporeidade, na memória, nos lugares. Este trabalho problematiza a presença indígena na região, questionando o papel dos povos indígenas na história e na geografia regional, tensionando sua invisibilidade na historiografia e no imaginário social. A questão ganhou novo fôlego com a presença indígena crescente, com os quase 30 povos diferentes, representados pelos estudantes de diferentes regiões do país que ingressaram pelo Vestibular Indígena da UNICAMP desde 2018. Esta atualidade da presença indígena tem provocado discussões e retomadas que problematizam a historiografia e a própria relação do município e da região com as identidades e as culturas indígenas. O trabalho discute, a partir de atividades de pesquisa-extensão realizadas com os estudantes indígenas da UNICAMP em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, caminhos de fissura do discurso de apagamento historiográfico, reforçando a geograficidade indígena na região, a partir de atividades artísticas e lúdicas que remexem o passado colonial e as memórias corpóreas e ancestrais.

A LÍNGUA DA TERRA EM ABYA YALA E ALÉM: QUATRO VOZES INDÍGENAS EM CONSTELAÇÃO

Jose Carlos Felix
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
jfelix@uneb.br

Esta comunicação integra as ações do projeto Arribar o Céu: Cartografias Contra-Coloniais, desenvolvido no Curso de Letras – Língua Inglesa da UNEB/Campus IV a partir de mudanças curriculares que vêm reposicionando saberes indígenas no centro da formação docente. O trabalho coloca em convivência quatro presenças literárias situadas em territórios distintos, mas unidas por modos de pensar e sentir o mundo que afirmam a força da ancestralidade e das redes de parentesco: Auritha Tabajara, do Ceará; Joy Harjo, da Nação Muscogee; Ailton Krenak, do Vale do Rio Doce; e Alexis Wright, da Nação Waanyi. Suas obras atravessam fronteiras linguísticas e criam vínculos entre corpo, território e memória, articulando espiritualidades que circulam entre mundos, temporalidades que se dobram e retornam, e histórias que persistem apesar das continuidades coloniais que marcam seus lugares de origem. Em Auritha Tabajara e Joy Harjo, o poema aparece como canto e gesto que convoca a comunidade; em Ailton Krenak e Alexis Wright, a Terra se apresenta como parente e mestra, animando narrativas que desafiam a linearidade temporal. No encontro entre essas obras, emergem movimentos de reexistência que redesenham Abya Yala e territórios afins como espaços vivos, onde literatura, ancestralidade e futuro se entrelaçam. Eixo temático: ST27 – Artes, Literaturas e Territorialidades: Perspectivas Históricas dos Povos Indígenas em Abya Yala.

ESCUTAS DA TERRA E CORPOS COMO REZO: TRAVESSIAS INDÍGENAS NA FORMAÇÃO EM ARTE-EDUCAÇÃO

Marcela Botelho Brasil
UNEB
marcelabrazil@gmail.com

Rodrigo Santos Carvalho
contatodigital.avance@gmail.com

O módulo Saberes, Arte e Educação Indígena da Especialização em Arte-Educação da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia, realizado remotamente em julho de 2021, constituiu-se como um território formativo de partilha, escuta e descolonização do olhar, reunindo estudantes, artistas e mestres indígenas. Desde o primeiro encontro, a compreensão do corpo indígena como corpo coletivo orientou as vivências, reafirmando a arte como forma de conhecimento, cura e pertencimento à terra. Os ensinamentos de Matxani e Mukani Shanenawa evidenciaram a unidade entre espiritualidade, fazer artístico e força feminina, destacando o colar axuruicá como expressão de um rezo que se corporifica em gestos e grafismos. As participações de Arissana Pataxó e Yacunã Tuxá mobilizaram reflexões sobre arte, memória e luta, enquanto Nádia Tupinambá apresentou a teia curricular como trama viva de tempos, rituais e afetos. Siwê Pataxoop introduziu a pedagogia “a mão e o chão” e o calendário da temporalidade, reafirmando os ciclos da natureza como fundamentos educativos. As discussões sobre cinema, inspiradas na obra de Zezinho Yube Huni Kuin, ressaltaram a autoria indígena como prática política de autorepresentação. No encerramento, o relato de Glicélia Tupinambá sobre o Manto Tupinambá reafirmou a arte como reencontro entre corpo, encantamento e território. Conclui-se que o módulo Arte Indígena foi, mais do que um componente curricular, uma travessia decolonial que uniu corpo e conhecimento, formação e sensibilidade, arte e ancestralidade. Eixo temático: Humanidades digitais, Arquivos, Museus e diversidade cultural indígena.

AMANISMO E SONHO EM NARRATIVAS DE DANIEL MUNDURUKU

Cristhyan Emanuel Monteiro Gomes
Universidade Federal do Pará (UFPA)
cristhyan2015.cg@gmail.com

Quando adentramos na literatura contemporânea de autoria indígena, dentro do contexto brasileiro, estabelecemos um contato com diferentes cosmologias que se apartam de percepções ocidentais de uma sociedade e humanidade moldadas homogeneamente. O que vislumbramos nesses textos, muitas vezes, são modos idiossincráticos e heterogêneos de ser e existir na terra-floresta, onde os saberes ancestrais e os conhecimentos tradicionais ocupam um lugar central. Nesse sentido, nos debruçamos em três obras de Daniel Munduruku: *Meu vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória* (2001), *Sabedoria das águas* (2004) e *O olho da águia* (2013). Assim, o objetivo central dessa pesquisa é investigar as reverberações da cosmologia munduruku, especificamente aquelas que se referem ao xamanismo e à instituição do sonho, nas narrativas em pauta. Como objetivos específicos, pretendemos analisar as relações tecidas entre os personagens humanos e não humanos com base na proposição do perspectivismo ameríndio e na do pensamento indígena, observando também o papel que os seres não humanos ocupam nas narrativas selecionadas. Além disso, buscamos identificar os discursos e as práticas dos personagens xamãs ao longo do desenvolvimento das obras. Para a execução do presente estudo, dispomos de uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, a fim de lançar mão de determinados aportes, a exemplo de livros, teses, dissertações e artigos capazes de subsidiar o processo analítico aqui delineado. Como resultados parciais, identificamos nas obras projeções de modos de vida baseados no bem-viver indígena de maneira que elas discutem como, a partir da cosmologia munduruku, é possível buscar a resignificação nas formas de nos relacionarmos com a Terra. Em um intrínseco processo criativo, Daniel Munduruku não só enriquece e amplia o conhecimento acerca da cosmologia de seu povo, como também propaga a indispensabilidade em estudar as narrativas verbais indígenas, pois elas possibilitam continuamente aos pariwat (não indígenas) o despertar à ameaça da extinção da vida, influenciando no compromisso fundamental em mantermos o céu suspenso.

A NARRATIVA DO PAJÉ DO MEL: CONTRAPONTO ENTRE OS REGISTROS DE CRONISTAS E A VERSÃO DE GLICÉRIA TUPINAMBÁ.

Marina Beatrice Ferreira Farias
Universidade Federal do Pará (UFPA)
fmarina377@gmail.com

O presente trabalho consiste em um recorte da pesquisa atualmente desenvolvida no mestrado: “Da trama do Manto à tessitura do texto: um estudo sobre a reconstrução do Manto Tupinambá na obra Salvar o fogo, de Itamar Vieira Junior”. Na dissertação, investiga-se a noção de vingança tupinambá a partir de um contraponto entre a obra Salvar o fogo (2023), de Itamar Vieira Junior e os textos de cronistas como André Thevet ([1575] 2009), Jean de Léry (1578), Yves D'Évreux (2007 [1874]), entre outros. De modo semelhante, se estabelece uma relação entre a reconstrução do Manto tupinambá presente na obra de Vieira Junior e a reconstrução do Manto realizada por Glicéria Tupinambá. Nas duas etapas da pesquisa surgiu uma interessante ramificação que merece escuta e atenção: a narrativa do Pajé do Mel. Em um primeiro momento, essa narrativa aparece no texto de André Thevet, A cosmografia universal de André Thevet, cosmógrafo do rei (1575), no qual a história do Pajé do mel é narrada de forma indireta pelo frade francês. Na obra de Alberto Mussa, Meu destino é ser onça (1961), o autor revisita os textos dos cronistas na intenção de reconstruir literariamente a narrativa cosmológica do povo tupinambá. Nessa obra, a narrativa aparece logo na primeira parte, intitulada “O mito”, cujo trecho “Um ornamento para o céu” narra a história do Velho, também conhecido como Túibae, de forma entrelaçada à história do Pajé do Mel. Túibae criou a primeira humanidade e a destruiu pelo sentimento de vingança, ocasião em que o Pajé do Mel foi o único sobrevivente. Ele teria sido o precursor da segunda humanidade que habitou a Terra. A versão contemporânea registrada por Glicéria Tupinambá revela importantes detalhes sobre essa perspectiva, já que se sobressai na versão da pesquisadora e liderança indígena a importância das árvores da mata e a presença dos Encantados. Nesse sentido, o trabalho é desenvolvido a partir da leitura do ensaio A inconstância da alma selvagem (2006), de Eduardo Viveiros de Castro e do texto O pensamento vegetal (2021), de Evando Nascimento. Assim como o sentimento e a prática da vingança surge como elemento histórico e renovador da sociedade tupinambá, a relação com as árvores e as plantas também delimita esse caráter renovador da humanidade, gerando outras leituras possíveis sobre a relação que os tupinambás tinham com a própria morte.

HISTORIOGRAFIA AUDIOVISUAL INDÍGENA: O NARRAR GUARANI DO PASSADO-PRESENTE COLONIAL

Luisa Tombini Wittmann
UDESC-FAPESC
luisa.wittmann@udesc.br

A invasão das Américas é uma catástrofe demográfica e metafísica (Maldonado-Torres, 2019) que justapõe e consolida o racismo, o epistemicídio e o etnogenocídio (Carneiro, 2005; Núñez, 2023), exigindo força e constância da re-existência indígena. Parte do pujante movimento indígena, o cinema elaborado por povos originários cria formas singulares de filmar e de narrar a história ancoradas nas relações entre oralidade, território e ancestralidade. O povo Guarani, em sua especificidade sociocultural, constrói uma produção fílmica reveladora de suas experiências de tempo e interpretações da história que incluem a relação conflituosa com o juruá kuery (não-indígena). Afasta-se, assim, dos modelos estéticos e narrativos hollywoodianos e gera um conhecimento crítico da modernidade/colonialidade (Quijano; Mignolo), fruto de pesquisa indígena com metodologias próprias. O esbulho e a destruição da terra-natureza desde o período colonial costuram os filmes do Coletivo Mbyá-Guarani de Cinema, nos quais buscam respostas para problemas do tempo presente. A análise documental se centra aqui em filmes do Coletivo Mbyá Guarani de Cinema, sobretudo Duas aldeias, uma caminhada (2008), Desterro Guarani (2011) e Tava, a Casa de Pedra (2012), que refletem a partir do Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões sobre a história colonial jesuítica-guarani no Sul de Abya Yala e suas consequências para o nhanderekó (modo de ser guarani). Assim, uma cultura oral elabora o que podemos chamar de uma historiografia audiovisual indígena, como nos atesta o cineasta guarani Alberto Alvares: “o cinema hoje é como se fosse uma caneta, que eu consigo escrever com ela através da câmera. Através da câmera eu consigo captar a sabedoria do nosso povo” (Alvares, 2022).

“A TERRA TEM UM CORAÇÃO E RESPIRA”: A “LIÇÃO DE ESCUTA” EM A QUEDA DO CÉU COMO RESISTÊNCIA AO COLAPSO AMBIENTAL

Dinalva da Silva Corrêa
Universidade Federal do Pará

O planeta terra vive uma situação de risco iminente, podendo inclusive entrar em colapso. Diversas formas de vida encontram-se profundamente ameaçadas e os povos tradicionais vêm sofrendo profundos impactos em seus modos de existência. O contexto mundial de aquecimento global e mudança climática evidencia que o modelo de sociedade capitalista, em sua forma hegemônica neoliberal, vem causando enormes danos aos ecossistemas e às sociedades como um todo, mostrando-se incapaz de resolver os problemas estruturais contemporâneos, sendo, portanto, insustentável. De acordo com Marques Filho (2018), o Centro de Resiliência de Estocolmo, em 2009, já apontava que, dos nove parâmetros de segurança planetários que deveriam servir de alerta para a humanidade, quatro já haviam sido ultrapassados. Assim, diante dessas alterações, como poderíamos estabelecer relações menos destrutivas entre os vivos e o seu entorno? Tal indagação me levou à leitura da obra *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*, de Davi Kopenawa e Bruce Albert. Com esse livro, Kopenawa expressa o desejo de que suas palavras sejam ouvidas pelos brancos para que tomem consciência de suas ações destrutivas contra o planeta, sob risco de extinguirem-se todos, indígenas e não indígenas. Assim, esta pesquisa se propõe por meio de uma “lição de escuta”, analisar de que modo Davi Kopenawa e Bruce Albert vêm atuando como grandes críticos do desenvolvimentismo, da busca desenfreada por riquezas e da destruição ambiental. A “lição de escuta” proposta em *A queda do céu*, pode ser vista como um portal para que as palavras penetrem em nossos ouvidos e habite o pensamento de todos e que seja uma lição para pensar outros mundos, outras realidades, menos dilaceradas que esta, imposta pelo modelo econômico da sociedade atual.

A MOSTRA LAKLÃÕ: GENTE DO SOL E A RETOMADA INDÍGENA NA PRODUÇÃO FOTOGRÁFICA DE JUCELINO TODOS

Mariana Taube Romero
UNISUL
marianataube2@gmail.com

Ana Carolina Cernicchiaro
UNISUL

Nas últimas décadas, o povo Laklãõ-Xokleng tem vivenciado um intenso processo de retomada territorial e cultural, fruto de muitas lutas e resistências históricas. Esse movimento se manifesta de forma ampla e diversa, englobando a (pro)vitalização da língua materna e o florescimento de múltiplas expressões artísticas, entre as quais, destacam-se, muitas produções nas artes visuais. A partir da noção de retomada e articulando-se às perspectivas teóricas sobre a decolonialidade, este trabalho propõe-se a analisar a Mostra Fotográfica “Laklãõ: Gente do Sol”, produzida pelo fotógrafo, jornalista e ativista Laklãõ Jucelino Senel Filho Todos. A exposição reúne cerca de quinze fotografias, em sua maioria produzidas na Terra Indígena Ibirama-Laklãõ em Santa Catarina. Uma das imagens traz Dona Talita, anciã Laklãõ, que posa diante da câmera segurando um livro, com a capa e o olhar voltados para o espectador. O livro é a obra do antropólogo Silvio Coelho dos Santos: *Os índios Xokleng: Memória Visual* (1997), um dos estudos etnográficos de maior relevância sobre os Laklãõ-Xokleng. O trabalho de Santos é resultado de ampla pesquisa, conduzida entre as décadas de 1960 e 1990, na qual o estudioso cataloga e registra imagens do povo Laklãõ, etnografando seus costumes e cosmologias, mas, sobretudo, evidenciando o etnocídio e o epistemicídio sofridos durante o processo de colonização e expropriação de seu território, a partir do final do século XIX. A imagem da obra de Santos nas mãos de Dona Talita produz um efeito de sobreposição de sentidos. Entre os Laklãõs, os anciãos ocupam posição central na estrutura social, atuando como guardiões da memória coletiva e das histórias (re)contadas pela oralidade. A anciã segura um livro que conta a história de seu povo a partir de uma perspectiva antropológica e externa, enquanto seu próprio corpo articula-se em presença viva dessa memória ancestral. Essa diferença de perspectiva está presente em toda produção fotográfica de Jucelino Todos, que, como vemos na Mostra, nega uma outriedade, tornando-se agência de novas narrativas, abrindo fendas sobre a colonialidade e (re)inscrevendo formas de existir e de (re)existir dos Laklãõs no mundo.

A CASA DE TUPÃ: RETOMADA PAYAYÁ E VALORIZAÇÃO CULTURAL EM IRAQUARA – BA

Anne Solimar Pacheco Felix
Universidade Federal da Bahia – PPGAV
a.solkuaray@gmail.com

A pesquisa aborda o desenvolvimento da Associação A Casa de Tupã e das práticas em residências artísticas como modos contemporâneos de um fazer ancestral, nos quais construir, pesquisar e criar coletivamente possibilita interações em um contexto sociopolítico e ambiental específico, resultando em ações de resistência e de valorização identitário-cultural na cidade de Iraquara, no interior da Bahia. Com o Agrupar: tempo terra, apresento A Casa de Tupã como projeto que adota o agrupamento enquanto estratégia de sobrevivência e como ação de retomada do corpo-território. Ao refletir sobre as ações realizadas, que promovem uma retomada ancestral voltada à valorização da memória local, reconheço a performance como ato de transferência com caráter preservacional, influenciado pelo feminismo comunitário, conceito formulado por Julieta Paredes e que, sob a perspectiva das práticas desenvolvidas em Abya Yala, orienta a realização das ações do projeto. Eixo temático: Arte, Cultura e Territorialidades.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 28 - CORPOS D'ÁGUA COMO ELEMENTOS PRIMORDIAIS DA VIDA. OS IMPACTOS SOBRE O MEIO AMBIENTE E OS POVOS INDÍGENAS NA ABYAYALA NA LONGA DURAÇÃO

Coordenação:

Ana Catarina Garcia (CHAM - Centro de Humanidades. NOVA FCSH, Lisboa-PT)

José Otávio Aguiar (UFCG)

Juciene Ricarte Apolinário (UFCG)

Resumo do Simpósio Temático: Ao longo do tempo, diferentes povos indígenas da Abya Yala foram desenvolvendo sistemas de manejo da terra, técnicas agrícolas, uso dos cursos de água e práticas de uso dos recursos naturais onde se incluem os recursos marinhos. Nessa interferência humana com o mundo natural, o equilíbrio com a natureza e conservação da biodiversidade estão presentes tanto nas suas cosmovisões como nas suas práticas e formas de vida ecologicamente sustentáveis. A relação dos povos indígenas com a natureza é baseada em uma visão holística e espiritual, em que a natureza é vista como um ser vivo e parte integrante de sua identidade cultural e meios de subsistência. Contudo, ao longo da história, os povos originários a Abya Yala têm enfrentado ações que tendem a desregular este equilíbrio como seja a expropriação de suas terras, desmatamento, mineração e outras atividades predatórias que resultaram na perda de seus territórios e diferentes impactos ambientais, como poluição dos rios, zonas costeiras ou mangues. Desde o século XVI que a expansão de atividades extrativas, que visam dar suporte a uma economia global, tem impactado estas sociedades bem como os ambientes em que se inserem, impedindo o Bem Viver indígena. Estes impactos ambientais são sentidos em alguns casos até aos dias de hoje seja em ambientes terrestre, fluvial, lagunar ou costeiro. Consideramos, pois, necessário e urgente discutir processos passados e presentes com vista ao reconhecimento e respeito à diversidade cultural e aos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, essenciais para a construção de um futuro mais justo e sustentável. O presente Simpósio Temático objetiva acolher comunicações orais e em posters que desenvolvam pesquisas que reflitam sobre as questões indígenas entre os séculos XVI aos dias atuais, no âmbito da história indígena, arqueologia e a história ambiental que reflitam problemáticas da alteração/degradação ambiental. Acolheremos pesquisas concluídas ou em processo de execução a partir de diferentes campos científicos como exemplo: História, Arqueologia, Educação, Antropologia ou Ecologia.

A COSMOLOGIA AGRÍCOLA NA FILOSOFIA DE IRAN XUKURU

José Otávio Aguiar

UFCG

otavio.j.aguiar@gmail.com

O artigo que se dará a ler explora o pensamento do líder indígena Iran Xukuru a propósito das fontes de água e sua utilização na agricultura do encantamento, forma cosmologia de plantar e colher em relação de reciprocidade desenvolvida pelo seu povo. Iran Xukuru é uma liderança indígena brasileira do povo Xukuru de Ororubá (PE), engenheiro agrônomo, mestre em Ciências do Solo e guardião da Agricultura Sagrada e Sementes Tradicionais, atuando como extensionista rural e coordenador de projetos de restauração e bem viver indígena. Os Xukuru do Ororubá são um povo indígena de Pernambuco, Brasil, que habita a região da Serra do Ororubá, nos municípios de Pesqueira e Poção, conhecidos por sua longa e intensa luta pela demarcação e reconhecimento de suas terras, que resultou na homologação da Terra Indígena em 2001 após décadas de conflitos e mobilizações, destacando-se pela sua forte conexão com a natureza e a "Agricultura do Sagrado", mantendo rituais como o Toré e valorizando a ancestralidade. Localização e Território: Vivem na Serra do Ororubá, uma região semiárida entre o Agreste e o Sertão de Pernambuco, em várias aldeias. A Terra Indígena (TI) Xukuru, com cerca de vinte e sete mil quinhentos e cinquenta e cinco hectares, foi homologada em 2001, após forte resistência de fazendeiros e políticos locais. Cultura e Cosmovisão: Respeito à Natureza: A palavra "Xukuru" está ligada ao respeito pela natureza, com "Ubá" sendo um pau e "Uru" um pássaro, reforçando sua ligação com a mata. Espiritualidade: Acreditam na natureza como sagrada, realizando rituais nos terreiros para contato com encantados e ancestrais, sendo o Toré uma manifestação central. Agricultura do Sagrado: Praticam uma agricultura agroecológica, cuidando das matas, águas e pedras como morada dos encantados, seguindo os ensinamentos de seus ancestrais, como o Cacique Xicão. História de Luta: Desde o século XVI, enfrentam expropriação de terras e conflitos por direitos. Mobilizações históricas, como a ida de indígenas a pé ao Rio de Janeiro em 1953, buscaram reconhecimento. A demarcação da terra foi um processo longo e contínuo, com retomadas de terras e lideranças como o Cacique Xicão, assassinado em 1998, que se tornou um símbolo de resistência. Reconhecimento e Desafios Atuais: Conquistaram vitória na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em relação à demarcação territorial. Continuam a lutar contra ameaças como reintegrações de posse e para fortalecer sua cultura e autonomia, com escolas indígenas e organização política.

AGÊNCIAS HUMANAS E SEUS LEGADOS: A PAISAGEM COMO UM PONTO DE ENCONTRO

Diana Mirela da Silva Toso
USP
dianamstoso@gmail.com

Ao longo do tempo, os inúmeros povos, das mais distintas regiões do globo realizaram transformações que alteraram em menor ou maior grau o ambiente de seus assentamentos. Estas agências no ambiente tiveram por resposta transformações diversas, cujo impacto nos sistemas naturais tiveram menor ou maior intensidade (Balée, 2006). Algumas mudanças propiciaram a ampliação da biodiversidade e outras a obliteração da vida (Tsing, 2019). Por isso, debates como a emergência de uma nova época geológica chamada de Antropoceno, distinta da época anterior Holoceno, marca, sobretudo, como na perspectiva de Tsing (2019) um debate sobre modos ecológicos divergentes que se emaranham e coexistem ao longo do tempo histórico e que geram alterações e paisagens distintas. Neste trabalho, temos como objetivo apresentar resultados de pesquisas arqueológicas que ampliam a compreensão dos legados de agências humanas. Evidências que constatarem diferentes cenários de ocupação humana promovendo domesticação, manejo e cultivos de plantas - uma história de longa duração - que repercutiu inclusive na vegetação moderna de alguns ecossistemas como a Floresta Amazônica (Watling et al., 2016; 2020; Watling, Mayle, Schaan, 2018; Neves, 2022). Nesse sentido, a paisagem neste trabalho torna-se conceito fundamental, um ponto de encontro entre pessoas e lugares, portadora de “reconhecimento cultural”, que pode influenciar a forma como as paisagens são geridas e valorizadas, impactando políticas de conservação e de direitos territoriais (Balée, 2009). Perspectiva que faz convergir diálogos entre diferentes disciplinas como a Arqueologia, Geografia e Ecologia Histórica, mas sobretudo pode subsidiar o enfrentamento da degradação ambiental e das mudanças climáticas vivenciadas no presente.

O PROJETO 4OCEANS: UMA ABORDAGEM TRANSDISCIPLINAR SOBRE EXPLORAÇÃO DE ANIMAIS AQUÁTICOS NA ABYA YALA. O TARTARUGAS E MANATINS ENTRE OS SÉCULOS XVI–XVIII

Cristina Brito
cbrito@fcsch.unl.pt

Ana Catarina Garcia
CHAM - Centro de Humanidades. NOVA FCSH. Lisboa

O projeto 4OCEANS, que investiga as interconexões entre sociedades humanas e os oceanos através de uma abordagem global e transdisciplinar, foca parte da sua pesquisa em territórios da Abya Yala, como a região da Amazônia, considerando essa uma das grandes massas de água relevantes para compreender a história humana da vida marinha. Reunindo investigadores das áreas de história ambiental marinha, da arqueologia e zooarqueologia, o 4OCEANS pretende dar um contributo para o conhecimento sobre o papel que a vida marinha teve no desenvolvimento das sociedades, analisando aspetos socioeconómicos, culturais e ambientais. A exploração dos recursos aquáticos da Amazônia durante a expansão colonial europeia dependeu profundamente dos saberes indígenas diferentes espécies aquáticas. Tendo como foco a região da Amazônia pretendemos apresentar os dados mais recentes relativos a estimativas extrativistas do período colonial focados tanto nas populações de peixe-boi (manatim) como de tartarugas. O projeto 4OCEANS investiga como esses conhecimentos tradicionais foram apropriados, adaptados e, muitas vezes, alterados para servir uma economia extrativista global. A exploração de espécies como tartarugas e peixe-boi pelos europeus dependeu inicialmente dos conhecimentos apropriados dos povos originários, que dominavam técnicas sustentáveis de captura, processamento e manuseamento. No entanto, a integração desses saberes em redes comerciais globais levou à sua distorção e à sobre-exploração dos recursos.

O PROJECTO “TRASH” E ABYA YALA: MERCÚRIO, ENGENHOS E CIDADES PORTUÁRIAS NA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL INDÍGENA (SÉCULOS XVI–XXI)

Ana Catarina Abrantes Garcia
CHAM - Centro de Humanidades. NOVA FCSH. Lisboa
catarinagarcia@fcsch.unl.pt

A relação dos povos indígenas da AbyaYala com os corpos d'água, rios, lagos, zonas costeiras e mangues, é histórica e profundamente enraizada em cosmovisões que valorizam o equilíbrio ecológico e a conservação da biodiversidade. Estas sociedades desenvolveram práticas sustentáveis de manejo da terra, agricultura e uso dos recursos naturais, baseadas numa visão holística e espiritual da natureza. No entanto, o arranque da expansão colonial europeia, a partir do século XVI, que se introduziram dinâmicas de exploração predatória, como a mineração, a produção açucareira a urbanização e o uso intensivo dos espaços portuários, que desestabilizaram esses ecossistemas e afetaram diretamente as comunidades indígenas. A poluição aquática, a contaminação por metais pesados (como o mercúrio ou a sobrecarga de inertes da produção açucareira), a desflorestação e a alteração dos cursos d'água tornaram-se marcas permanentes da colonização, com impactos que persistem até hoje. Este trabalho analisa, a partir de uma abordagem interdisciplinar entre história ambiental, arqueologia e antropologia, os processos de degradação ambiental em ambientes aquáticos, com destaque para as atividades extrativas e a instalação de infraestruturas coloniais (portos, engenhos, minas). Casos de estudo como as minas de Potosí, os engenhos de açúcar no Recôncavo Baiano ou o incremento de naufrágios carregados de materiais e inertes que alteraram os ambientes indicam uma alteração dos ambientes fluvial, lagunar e costeiro, comprometendo o "Bem Viver" indígena e o equilíbrio dos ecossistemas. Os resultados preliminares revelam que a introdução de novas manufacturas e o crescimento das cidades portuárias — como Salvador da Bahia e Cartagena das Índias — geraram resíduos tóxicos, sedimentação e acidificação das águas, além de doenças associadas à poluição. Esses processos, muitas vezes ignorados nas narrativas históricas, são essenciais para compreender a crise ambiental atual e a urgência de incorporar os saberes tradicionais indígenas em políticas de gestão sustentável.

RIOS DA VIOLÊNCIA COLONIAL: ROTAS FLUVIAIS DE DEPORTAÇÃO E ESCRAVIZAÇÃO INDÍGENA NO PARAGUAI (SÉCULOS XVI-XVII) E SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS DE LONGA DURAÇÃO

Guillaume Candela
Cardiff University
guillaume.candela.gc@gmail.com

Esta comunicação analisa como os rios Paraguai, Paraná e Pilcomayo (o Aracuay na língua guarani) funcionaram simultaneamente como infraestrutura colonial da colonização, corredores de deportação forçada de populações indígenas e ecossistemas transformados radicalmente pela economia extrativista colonial nos séculos XVI a XIX, com impactos ambientais de longa duração documentáveis até o presente. A partir da documentação colonial paleográfica (cartas, relações de cronistas, processos judiciais, censos, ...) conservada no Arquivo Nacional de Assunção e em arquivos espanhóis, a pesquisa reconstrói as rotas fluviais utilizadas nas rancheadas expedições militares de captura massiva que deportaram entre oito mil e doze mil mulheres e crianças guaranis ao longo destas vias aquáticas entre 1537 e 1580 transformando corpos de água que sustentavam cosmologias e práticas de subsistência indígenas em vetores de violência colonial. A documentação revela que os espanhóis dependiam absolutamente do conhecimento indígena sobre navegação fluvial, padrões de enchentes, locais de pesca e recursos aquáticos, conhecimento que foi simultaneamente apropriado e suprimido mediante a escravização de populações ribeirinhas especializadas (Agaces, Paiguás, Guaxarapos, Guaycurus, Guaranis). A análise examina três dimensões interconectadas. Primeiro, como as expedições coloniais utilizavam estrategicamente os rios para penetrar territórios dos povos originários, atacar aldeias localizadas em zonas de confluência e transportar cativos acorrentados em embarcações espanholas e canoas durante semanas, processo que gerava altíssimas taxas de mortalidade por desnutrição, doenças e violência durante o transporte. Segundo, como a economia colonial transformou ecossistemas fluviais mediante o transporte massivo de erva-mate do Mbaracayu e couros a toda a região platina que se converteram nas principais exportações paraguaias, a introdução de espécies europeias, o deslocamento forçado de comunidades que manejavam sustentavelmente recursos aquáticos durante milênios, desarticulando sistemas tradicionais de pesca, agricultura de várzea e navegação. Terceiro, como o léxico guarani preservado em documentos coloniais, antropônimos relacionados ao âmbito aquático registrados em missões franciscanas e referências cosmológicas ao ouro fluvial como elemento perigoso que não devia ser extraído, evidenciam sofisticados sistemas de conhecimento ecológico tradicional que o colonialismo tentou sistematicamente apagar. Os resultados demonstram que a violência colonial contra povos indígenas não pode ser compreendida separadamente da violência ambiental: a destruição dos primeiros tekohá (territórios tradicionais guaranis) e do teko (modo de ser/viver guarani), a transformação de uma agricultura comunitária baseada em policultivos de várzea em agricultura extrativista monocultural, e a deportação massiva de populações ribeirinhas desarticularam sistemas milenares de manejo sustentável que mantinham o equilíbrio ecológico destes corpos de água. A comunicação conclui refletindo sobre as responsabilidades éticas de desenvolver metodologias de história ambiental descolonial que colaborem com comunidades indígenas contemporâneas na documentação de violências históricas e seus impactos ambientais presentes sobre pesca, contaminação por agrotóxicos, perda de biodiversidade aquática contribuindo assim para o reconhecimento de direitos territoriais,

reparação de injustiças históricas de longa duração e fortalecimento de práticas tradicionais de manejo sustentável dos corpos de água que continuam sendo fundamentais para o Bem Viver dos povos originários. Eixos temáticos: 1. História ambiental e história indígena / 2. Impactos de longa duração da colonização sobre corpos de água e povos ribeirinhos / 3. Conhecimentos tradicionais e cosmologia guarani sobre recursos aquáticos e terrestres.

CUANDO EL RÍO SUENA, AGUA TRAE. A CONSTRUÇÃO JESUÍTICA DE UMA RETÓRICA SOBRE A BARBÁRIE DO CHACO NO SÉCULO XVIII

Carlos Daniel Paz
FCH-UNCPBA ; PPGHis-UFMA
ychoalay@gmail.com

O espaço do Chaco, desde a retórica elaborada pelos missionários jesuítas que percorreram ele durante os séculos XVII e XVIII, é um ambiente onde a água possui um lugar de destaque. As recorrentes estiagens ou as enchentes marcavam tempos que definiam distintas atividades econômicas assim como manifestações da vida ritual -e ritualizada- dos diferentes conjuntos humanos que aí moravam em companhia, ativa, dos não-humanos. Os jesuítas, desde os seus próprios interesses, escreveram crônicas que fornecem, para o nossos interesses de pesquisa, informação importante demais para conhecer o vínculo das populações indígenas com o seu meio ambiente e como a água, desde a escrita inaciana, por momentos, apresentava-se como um grande problema para gerar avanços na prédica do cristianismo devido a como ela delimitava espaços aos quais, os companheiros de Inácio atribuíam modos e formas de agir que hoje poderíamos identificar como sociologia. Por tanto o interesse desta apresentação é debater o lugar da água na vida das comunidades indígenas a partir de uma revisão dos saberes indígenas que sustentam: A) as formas da agricultura indígena no Chaco, B) o preparo e consumo ritual de bebidas fermentadas como as chichas [o cauim] e, C) o rol da água como recurso estratégico próprio das comunidades indígenas. Deste modo esperamos contribuir tanto na construção da História Indígena assim como compartilhar algumas chaves de leitura da documentação colonial que tornem possível a elaboração de uma História Ambiental preocupada pelas transformações acontecidas como resultado do avance dos colonizadores.

TÍTULO NÃO INFORMADO

Tulia Falleti
University of Pennsylvania
falleti@upenn.edu

Un creciente cuerpo de literatura en las humanidades y las ciencias sociales ha documentado y denunciado las múltiples formas de despojo que han afectado a las comunidades indígenas durante siglos, incluyendo el saqueo de territorios y recursos naturales, la violencia y el genocidio, así como la censura y el borramiento de sus prácticas culturales y su memoria colectiva. Menos conocidos y estudiados son los eventos de recuperación, restitución o reparación.

Para llenar parcialmente este vacío, este capítulo estudiará el rol de la memoria colectiva y fracturada del pueblo Mapuche-Lafkenche en los procesos de movilización y negociación que condujeron a la promulgación de la Ley 20.249 de 2008, que crea el Espacio Costero Marino de los Pueblos Originarios, también conocida como "Ley Lafkenche" en Chile. Esta ley, sin precedentes en el mundo y actualmente bajo ataque, otorga protección a los espacios costeros de las comunidades indígenas y regula el uso de las costas y aguas hasta 12 millas mar adentro. Desde su promulgación, la ley ha enfrentado críticas tanto de la pesca industrial como artesanal, y en 2025 el Congreso chileno busca modificarla. Mientras tanto, las comunidades indígenas costeras la han acogido, utilizándola para bloquear prácticas pesqueras extractivas a lo largo de toda la costa pacífica de Chile, de norte a sur, extendiéndose mucho más allá de las regiones centrales del Biobío y la Araucanía, donde la ley se originó inicialmente; y exigen ser consultadas antes de cualquier modificación de la norma. En este capítulo, los autores analizarán las memorias colectivas del pueblo mapuche en torno al Admapu, el Ltrofillmogñen y la historia de negociaciones y resistencias del pueblo mapuche; así como las formas en que estas memorias contribuyeron a articular las demandas que hicieron avanzar la Ley Lafkenche y que podrían seguir siendo decisivas mientras el futuro de la ley continúa en disputa.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 29 - METODOLOGIAS DE PESQUISA E SISTEMATIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS INDÍGENAS NAS UNIVERSIDADES: DISCURSO, EDUCAÇÃO, INTERCULTURALIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE

Coordenação:

Luanna Cardoso Oliveira (UFOPA)
Marília Fernanda Pereira Leite (UFOPA)
Euricléia do Rosário Galúcio (UFOPA)

Resumo do Simpósio Temático: Os processos interculturais exigem uma postura solidária e colaborativa entre pessoas e grupos, o desafio da interculturalidade no desenvolvimento de políticas públicas em instituições de ensino superior reside no conservadorismo que ainda as constitui. O diálogo intercultural crítico com os povos indígenas pode ensinar o sistema mundo moderno-colonial uma vivência planetária do cuidado. A ciência avança na medida em que a sociedade muda. A interculturalidade crítica ao revelar as 17 diferenças, visa desenvolver sociedades democráticas. A complexidade das questões sociais do Estado brasileiro na atualidade nos sugere que é importante ouvir e aprender com os povos indígenas. A história nos ensina que os povos indígenas sempre estiveram dispostos a compartilhar seus saberes, no entanto, é necessário desconstruir a ideia de universidade monolíngue e de ciência única, para que possamos ouvir as ciências que as línguas e culturas dos povos indígenas sistematizam. Esperam-se, desse simpósio temático, trocas de experiências teóricas e metodológicas que versam os modos como as ciências indígenas se fazem presente, dialogam e desafiam o espaço acadêmico.

CONTRAPONTO ENTRE REGIME DE ALTERNÂNCIA E TECNOLOGIAS DIGITAIS NA PRIMEIRA TURMA DA LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DA UFBA

Katia Sirlene de Moraes Duarte da Silva
IFBA
katia_sirlene@ifba.edu.br

A trajetória acadêmica vem se remodelando ao longo das décadas. Investigações metodológicas relacionadas à transdisciplinaridade e aos processos interculturais revelam diversas camadas transversais que abrangem a relação consigo, com o outro e com o coletivo. Essa perspectiva suscita reflexões sobre “o como” posturas solidárias e colaborativas se tornam essenciais no contexto educacional. Olhar o outro com respeito, reconhecendo e permitindo que viva suas culturas e valores, constitui uma das ramificações destacadas na pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Difusão do Conhecimento (PPGDC). Nesse sentido, o recorte aqui apresentado corresponde a um Estudo de Caso na primeira turma da Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA na modalidade presencial em Regime de Alternância. Adotando a cartografia como processo metodológico, foram identificadas pistas que orientam o percurso trilhado junto à turma, com destaque para o uso das tecnologias digitais, sobretudo no Tempo Comunidade. A Matriz Curricular chama atenção pela distribuição dos componentes e pelos títulos das disciplinas ofertadas. Nos quatro primeiros semestres, os trinta e nove estudantes cursam coletivamente os mesmos componentes; a partir do quinto semestre, são oferecidas três habilitações: (1) Humanidades; (2) Artes, Linguagens e Literaturas; e (3) Matemática e Ciências da Natureza. A pesquisa acompanhou ativamente o percurso dos estudantes no primeiro e segundo semestres, por meio de Tirocinio, oficinas e acompanhamento pedagógico. Durante as observações, evidenciaram-se esforços significativos de todas as pessoas envolvidas no sentido de valorizar as culturas das cinco etnias presentes: Imboré, Kiriri, Pataxó, Tumbalalá e Tupinambá, situadas nas regiões do Extremo Sul, Sul e Norte da Bahia, Brasil. Assim, o trabalho apresentará quais recursos tecnológicos foram adotados ao longo dos semestres e quais metodologias foram aplicadas no ensino de informática.

Orientadores: Profa. Dra. Débora Abdalla Santos, Prof. Dr. Felipe Bruno Martins Fernandes
Coordenação: Luanna Cardoso Oliveira (UFOPA); Marília Fernanda Pereira Leite (UFOPA); Euricléia do Rosário Galúcio (UFOPA)

MEMÓRIA TECIDAS NA CONSTRUÇÃO COLETIVA DO CURSO DE PEDAGOGIA INTERCULTURAL INDÍGENA

Fernanda Monteiro Barreto Camargo
Universidade Federal do Espírito Santo
fmbcamargo@gmail.com

O texto que segue é um relato sobre o curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) surgido a partir da parceria com o Movimento Indígena do Espírito Santo, como resposta a uma antiga demanda dos povos indígenas por formação específica de professores para atuarem em suas aldeias. Sua criação está vinculada às discussões iniciadas com a Licenciatura Intercultural Indígena (PROLIND), às pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Educação e a inúmeros projetos de extensão, consolidando o compromisso político da UFES com a educação escolar indígena. Insere-se no Simpósio 29 - metodologias de pesquisa e sistematização das ciências indígenas nas universidades: discurso, educação, transdisciplinaridade pois trata uma postura colaborativa e ao mesmo tempo desafiadora na construção do curso ultrapassando barreiras do conservadorismo que ainda as constitui as instancias da universidade. Sendo assim, o curso fundamenta-se na interculturalidade, que ultrapassa a simples interação cultural, buscando a promoção da justiça social e cognitiva, reconhecendo e valorizando diferentes epistemologias. Assim, o diálogo pluri-epistemológico se torna essencial para problematizar relações de poder, dominação e colonização, incorporando conhecimentos diversos existentes no Brasil. A proposta pedagógica adota a transdisciplinaridade, compreendida como prática “religadora” que conecta partes e todo, indivíduo e contexto, local e global, favorecendo uma educação inclusiva e multidimensional. Essa dinâmica promove o diálogo horizontal entre universidade e comunidade, assegurando que os conhecimentos construídos no espaço acadêmico sejam aplicados nas aldeias e que os saberes locais sejam compartilhados e discutidos em sala de aula.

ECOPEDAGOGIA E CIÊNCIAS INDÍGENAS: DIÁLOGOS PARA UMA FORMAÇÃO SUSTENTÁVEL E ÉTICO-PLANETÁRIA

Hélica Lucivane Silva Assunção
Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí
helica.assuncao@estudante.ifgoiano.edu.br

Os problemas socioambientais decorrentes da crise climática contemporânea evidenciam a necessidade de tomadas de decisão, promovendo novas formas de ensino e de aprendizagem capazes de romper com padrões referentes à noção de uma ciência única. Esse cenário demanda acolher saberes produzidos via relações profundas com o território como, por exemplo, os que constituem o campo das ciências indígenas, intimamente alinhadas à concepção de ecopedagogia a qual propõe um método educativo por meio de ações sustentáveis, conectando-se diretamente às ciências indígenas, alicerçando-se na vivência em comunidade, no respeito ao território e na observação da natureza como fundamento para uma educação ética para a vida. Ao reconhecer essa relação, sociedade e academia ampliam a possibilidade de diálogos e valorização desses conhecimentos. Nesse cenário, o presente estudo se fundamenta na seguinte pergunta: como a educação pode ampliar práticas sustentáveis a partir da articulação da ecopedagogia com as ciências indígenas? O objetivo da investigação consistiu em compreender como a ecopedagogia se une às ciências dos povos originários, considerando a relação ética estabelecida com o território. Trata-se de um ensaio teórico de abordagem qualitativa, cujas reflexões e discussões se fundamentam em pressupostos teórico-metodológicos freireanos e gadottianos. O estudo buscou recorrer a diferentes plataformas e bases de dados acadêmico-científicas para identificar contribuições significativas relacionadas ao tema. Quando inseridas no espaço escolar e acadêmico, essas concepções desafiam a ideia de uma ciência única, sobretudo ao evidenciarem uma perspectiva educacional transcendente a esses espaços. Desse modo, conclui-se que articular ecopedagogia e ciências indígenas fortalece a construção de um ensino plural, crítico, reflexivo e comprometido com a formação cidadã dos estudantes, capaz de responder às demandas complexas do planeta, oferecendo caminhos para transformações sociais e éticas.

Sob orientação da Dr.^a Christina Vargas Miranda e Carvalho, docente do Departamento de Química e do Programa de Pós-graduação em Ensino para Educação Básica (PPG-EnEB) do Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí; christina.carvalho@ifgoiano.edu.br

PERSPECTIVAS AMAZÔNICAS SOBRE BEM-VIVER, SAÚDE E ADOECIMENTO ENTRE POVOS INDÍGENAS: CONTRIBUIÇÕES DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA PÓS-GRADUAÇÃO

Valéria Regina Cavalcante dos Santos
valeria.cavalcante@santacasa.pa.gov.br

Henriana Soares Serra

Cinthia Cristina Souza de Menezes da Silveira

Andrea das Graças Ferreira Frazão

Klaudia Yared Sadala

Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA /PPGSA)

Lílian Rebellato

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA/PPGCS)

INTRODUÇÃO: A relação entre Bem-Viver, saúde e processos de adoecimento entre povos indígenas tem se destacado como tema central nas discussões sobre políticas públicas, promoção da saúde e interculturalidade na Amazônia. De forma que, as diversas cosmologias indígenas, articula dimensões espirituais, territoriais, sociais e ambientais, contrapondo-se a modelos biomédicos centrados apenas na doença. A produção de textos de divulgação científica pelos mestrandos na pós-graduação surge como importante estratégia para aproximar o conhecimento científico da sociedade, traduzindo pesquisas e reflexões complexas em materiais acessíveis e socialmente relevantes. **DESENVOLVIMENTO:** Os textos destacam que a saúde indígena não se limita ao estado físico, mas integra equilíbrio espiritual, relações comunitárias, manejo do território e proteção dos recursos naturais. A integridade do território aparece como determinante essencial para o bem-estar coletivo. Destaca-se ainda, os impactos de invasões territoriais, degradação ambiental, contaminação por mercúrio, insegurança alimentar e fragilidades no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Esses fatores contribuem para o aumento de doenças infecciosas, agravos nutricionais, doenças crônicas emergentes e sofrimento psíquico. As produções enfatizam a relevância dos sistemas tradicionais de cura, a atuação de pajés e especialistas indígenas, e a necessidade de articulação entre práticas biomédicas e saberes tradicionais. Também destacam a divulgação científica como ferramenta para ampliar a conscientização e o diálogo entre academia, serviços de saúde e populações indígenas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A análise das produções revela a importância da divulgação científica como instrumento de sensibilização social e fortalecimento do diálogo intercultural, tornando acessíveis ao público amplo temas complexos relacionados à saúde indígena. Destaca como ferramenta estratégica para qualificar o debate público, combater estigmas e fortalecer o protagonismo indígena, enfatizando a necessidade de políticas públicas que respeitem os sistemas tradicionais de cura, a autonomia dos povos e o protagonismo comunitário na gestão territorial e sanitária. Em síntese, a pesquisa evidenciou que a saúde indígena precisa ser compreendida de maneira integral e intercultural e que a interação entre saberes tradicionais e científicos deve ser valorizada na formação em saúde, influenciando práticas profissionais e políticas sanitárias mais inclusivas.

TECENDO INCLUSÃO EM TERRITÓRIOS ANCESTRAIS: A ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM CONTEXTOS INDÍGENAS

Euricleia do Rosário Galúcio

Universidade Federal do Oeste do Pará

euricleia.galucio@ufopa.edu.br

Os processos interculturais exigem uma postura solidária e colaborativa entre pessoas e grupos, o desafio da interculturalidade no desenvolvimento de políticas públicas em instituições de ensino superior reside no conservadorismo que ainda as constitui. O diálogo intercultural crítico com os povos indígenas pode ensinar o sistema mundo moderno-colonial uma vivência planetária do cuidado. A ciência avança na medida em que a sociedade muda. A interculturalidade crítica ao revelar as diferenças, visa desenvolver sociedades democráticas. A complexidade das questões sociais do Estado brasileiro na atualidade nos sugere que é importante ouvir e aprender com os povos indígenas. A história nos ensina que os povos indígenas sempre estiveram dispostos a compartilhar seus saberes, no entanto, é necessário desconstruir a ideia de universidade monolíngue e de ciência única, para que possamos ouvir as ciências que as línguas e culturas dos povos indígenas sistematizam. Espera-se desse simpósio trocas de experiências teóricas e metodológicas que versam os modos como as ciências indígenas se fazem presente, dialogam e desafiam o espaço acadêmico.

PLANEJAMENTO LINGÜÍSTICO INSTITUCIONAL: DESAFIOS E PROPOSIÇÕES PARA A PERMANÊNCIA INDÍGENA EM UMA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA

Marília Fernanda Pereira Leite
Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa
marilia.leite@ufopa.edu.br

Em 2023 a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) era a única IES paraense que não possuía uma resolução ou documento normativo de Política Linguística, o que motivou Leite (2025) a delinear como objeto de sua investigação as Políticas Linguísticas Institucionais na perspectiva das línguas indígenas, tendo como principal objetivo contribuir com dados sobre a realidade linguística dos estudantes indígenas da instituição. O trabalho de Leite (2025) insere-se em uma área emergente das Políticas Linguísticas (Calvet, 2007) denominada Política e Planejamento Linguístico para a Ciência e a Educação Superior - PPLICES (Oliveira et al., 2017; Jesus, 2020). Para o presente trabalho que compreende um recorte de Leite (2025), apresentaremos a metodologia da pesquisa na qual realizou-se um estudo de caso com abordagem etnográfica (Larchert, 2017; André, 2013; Mattos, 2011) em que a base teórica envolveu, principalmente, os estudos sobre Políticas linguísticas educacionais (Maher, 2010; Guimarães, 2020); Direitos linguísticos (Abreu, 2020; Oliveira, 2003; Morello, 2012); Ensino superior indígena (Baniwa, 2019; Vaz Filho, 2010); Interculturalidade (Ponso, 2018; Walsh, 2009; Candau, 2009) e Línguas indígenas brasileiras (D'Angelis, 2012; Meirelles, 2020; Rodrigues, 1994; Rubim, 2016). Os procedimentos metodológicos se deram em quatro etapas: 1ª etapa) mapeamento dos povos e línguas indígenas presentes na Ufopa; 2ª etapa) elaboração do material educativo do curso "A cartografia das línguas indígenas da Ufopa" e dos questionários voltados para a comunidade acadêmica não indígena; 3ª etapa) realização do curso e análise dos questionários quanto aos significados atribuídos às línguas e povos indígenas da instituição; 4ª etapa) elaboração de diretrizes quanto às línguas indígenas na política linguística institucional. Os resultados do tratamento estatístico apontaram que a comunidade acadêmica desconhece a diversidade étnica e linguística da instituição. Nossas análises apontaram que o planejamento do processo de internacionalização da Ufopa, bem como o planejamento linguístico institucional, se promoverem as línguas locais no ambiente acadêmico poderão impactar positivamente no percurso acadêmico dos estudantes indígenas.

SABERES DA DIVERSIDADE INDÍGENA: PERCEPÇÕES DE DOCENTES DO IF GOIANO — CAMPUS URUTAÍ

Adriele do Nascimento Melo
Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí
adriele.nascimento@estudante.ifgoiano.edu.br

Em 2008, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) foi alterada em seu artigo 26-A por meio da Lei nº 11.645/2008, que incluiu a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura dos povos indígenas no currículo da educação básica. Essa alteração desencadeou amplos debates e discussões acerca das contribuições do ensino para o fortalecimento e valorização da cultura indígena, que constitui parte fundamental da identidade brasileira. Isso ocorre, principalmente, pela escola ser um espaço de aprendizagem de diversos contextos sociais, onde o indivíduo se constrói e aprende a ler e enxergar o mundo em sua totalidade. Nesse contexto, as práticas pedagógicas revelam-se fundamentais nesse processo formativo ao possibilitar a compreensão de que a cultura indígena também pode atuar na formação integral do sujeito. Partindo desse entendimento, este estudo apresenta um levantamento sobre a integração da Lei nº 11.645/2008 nas práticas pedagógicas, a partir da percepção de docentes do Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí, com foco nos saberes da diversidade indígena. A pesquisa se caracteriza como estudo de caso de cunho qualitativo, sendo utilizado um questionário, no formato eletrônico, para a coleta de dados junto ao público-alvo. As questões direcionadas aos docentes tinham como finalidade identificar conhecimentos sobre a legislação (Lei nº 11.645/2008), possíveis obstáculos à inserção da temática no processo educacional, recursos didáticos-pedagógicos disponíveis para abordagem dos saberes da diversidade indígena e as estratégias consideradas prioritárias para a efetivação da lei. Os resultados apresentam lacunas no conhecimento formal da lei, variação na inclusão de práticas pedagógicas de inspiração indígena e a predominância do desconhecimento cultural e da falta de formação específica, como principais desafios para efetivação da Lei nº 11.645/2008. Entre as estratégias apontadas como prioritárias, destacam-se a formação continuada específica, o contato com as comunidades indígenas e ações institucionais que apoiam e propiciam as mudanças no contexto educacional que fortaleçam e valorizem os saberes da diversidade indígena. A partir do diagnóstico, propõe-se um conjunto de ações formativas pensadas para serem replicáveis em diferentes componentes curriculares e sob diferentes aspectos. Diante disso, a investigação contribui para a reflexão sobre políticas públicas educacionais, ações institucionais e práticas docentes, que viabilizem uma educação antirracista e intercultural, sustentada pelo diálogo ético com comunidades indígenas.

GÊNERO E RACISMO INDÍGENA NA ESCOLA INCLUSIVA: DISCURSO E LETRAMENTO

Aparecida Eufelia Fonseca Alencar
UnB-PPGL
aeufelia@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo apresentar o resultado parcial da pesquisa em andamento que investiga as questões de língua, discurso e letramento em narrativas docentes na escola inclusiva no município de São Gabriel da Cachoeira-AM, reconhecido pela sua diversidade étnica e linguística, no atendimento de estudantes indígenas com deficiência matriculados/as nas séries iniciais de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Tem como base teórica nos estudos do discurso (Fairclough, 2016) e prática de letramento (Street, 2014; Magalhães, 2012) pela contribuição que tem o discurso e o letramento no processo de escolarização e promoção social da pessoa com deficiência. A metodologia adotada para esse estudo é etnográfico-discursivo que dialoga com a proposta metodológica da Análise de Discurso Crítica (Magalhães, et al, 2017) e abordagem qualitativa (Flick, 2009), para a geração de dados relacionados na inclusão dos/as discentes com deficiência na sala de aula do ensino comum. A pesquisa está sendo realizada em duas escolas urbanas, sendo uma da rede municipal reconhecida como escola indígena e a outra da rede estadual, ambas atendem na sua maioria estudantes indígenas de diferentes etnias e línguas. Cada escola segue a matriz curricular da instituição de pertencimento, dentro da proposta pedagógica da educação escolar indígena, porque os seus Projetos Políticos Pedagógicos Indígenas se encontram em processo de análise nos devidos conselhos de educação municipal e estadual para a apreciação e aprovação. Observando e entrevistando os/as professores e equipe pedagógica-administrativa constatamos certa resistência desses profissionais no processo de ensino e aprendizagem oferecido aos/as estudantes com deficiência, podendo ser considerado como preconceito, seja nas falas e nas atitudes, quando dizem que a escola não está preparada para atender esses/as discentes, sendo assim, oferecer uma educação inclusiva e de qualidade para estudantes indígenas é considerado como um desafio. Dessa forma, a escola ainda está longe de ser inclusiva e menos preconceituosa com as populações indígenas.

Orientadora: Professora Dra. Maria Izabel Magalhães vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília-UnB.

ENTRE MUNDOS: O QUE EMERGEM DOS ESTUDOS DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA?

Luanna Cardoso Oliveira
Universidade Federal do Oeste do Pará-Ufopa
luanna.oliveira@ufopa.edu.br

Zair Henrique Santos
Universidade Federal do Oeste do Pará-Ufopa
zairhenriques@gmail.com

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, as discussões sobre educação escolar indígena (EEI) ampliaram-se de forma significativa, tanto juridicamente quanto academicamente. No âmbito jurídico, o direito à educação escolar na perspectiva intercultural, bilíngue, específica e diferenciada foi potencializado por uma série de leis, portarias, resoluções e normativas. Na produção acadêmica brasileira, nota-se a expansão contínua de estudos desenvolvidos nas mais diversas áreas do conhecimento, principalmente a partir da segunda metade dos anos de 1990, embora já, em 1978, se produziam pesquisas na temática. Conforme expandiam-se as escolas nos territórios indígenas, ampliavam-se as pesquisas em diferentes áreas do conhecimento, os projetos alternativos e as experiências etnográficas. Na área da educação, os estudos sobre EEI se diversificam, sendo recorrentes temáticas sobre: o movimento histórico da EEI no Brasil, reflexões sobre os avanços, desafios e burocracias na consolidação dos direitos adquiridos, relatos de experiências sobre “escolas diferenciadas e interculturais”, “currículo diferenciado”, materiais didáticos e articulação dos conhecimentos. O presente trabalho tem como objetivo apresentar parte da pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia (PGEDA), que investigou como as produções propõem EEI na perspectiva da educação. Buscou-se contribuir para o aprofundamento da reflexão conceitual do processo da EEI, não se limitando à reprodução do que está posto dentro da produção bibliográfica brasileira no campo estudado, mas indagando-a. Utilizou-se como processo de investigação o “paradigma indiciário”, de Carlo Ginzburg (1989), para contribuir na indagação e interpretação do material. Essa abordagem possibilita identificar e examinar informações a partir de indícios e pistas que estão no entretexto, por vezes imperceptíveis e negligenciáveis. As buscas por essas produções deram-se, primeiramente, por palavras-chave específicas ao campo e foram se ampliando ao longo do levantamento. Posteriormente, organizou-se um corpus de estudo complexo e diverso que possibilitou compreender as proposições sobre EEI. Observou-se que as produções

propõem EEI de forma diversificada, marcada por profundos processos históricos, contatos, tensões e contradições. Palavras-chave: Educação. Educação escolar indígena. Educação Indígena. Povos indígenas.

O QUE ESTÁ SENDO PESQUISADO SOBRE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA AMAZÔNIA LEGAL

Civalda Ferreira Sousa
UFOPA
civaldaferreira17@gmail.com

Gilberto César Lopes Rodrigues
UFOPA
gilbertocesar@gmail.com

Minha trajetória como mulher indígena Arapiun e professora no território Cobra Grande localizado no rio Arapiuns em Santarém-PA, a qual pertence, suscitou profundos questionamentos sobre a educação escolar indígena. Dentre os quais, destaco a indagação sobre o papel da escola oferecida pelo Estado aos povos indígenas: seriam essas instituições educacionais meras reprodutoras da cultura dominante, impondo valores e saberes hegemônicos, ou estaria ela aberta a fortalecer os interesses e demandas específicas dos povos indígenas por escolarização, respeitando e valorizando sua cultura, línguas e epistemologias próprias? Nesse contexto, o objetivo que aqui apresento como resultados parciais de minha pesquisa de mestrado em andamento foi realizar um estudo sobre o que está sendo produzido no campo da educação escolar indígena nos programas de pós-graduação das universidades públicas da Amazônia Legal. Tal objetivo tem me ajudado a compreender o que se tem estudado academicamente sobre educação escolar indígena para depois contribuir para minha ação enquanto participante dessa escolarização em meu território. A metodologia desta pesquisa consistiu em uma abordagem bibliográfica em teses e dissertações nas fontes–CAPES, BDTD e Repositórios de Universidades da Amazônia Legal. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão os resultados preliminares indicam que as pesquisas abordam temas relacionados como práticas pedagógicas interculturais, saberes tradicionais, formação de professores, efetivação das políticas públicas na educação indígena diferenciada, processos de autoafirmação e direito a educação diferenciada. Possibilitando a identificação de pesquisas específicas realizadas por estudantes de pós-graduação que abordavam questões indígenas com resultados bem relevantes diante da grande preocupação em garantir uma educação escolar indígena que respeite a cultura e fortaleça os territórios. É necessário visibilizar a produção acadêmica sobre EEI e utilizá-la para aprimorar práticas e políticas educacionais nos territórios indígenas. Eixo temático: Metodologias de pesquisa e sistematização das ciências indígenas nas universidades: Discurso, educação interculturalidade e transdisciplinaridade.

O PAPEL DA ESCOLARIZAÇÃO DE MULHERES NO PROCESSO DE EMERGÊNCIA ÉTNICA INDÍGENA NO BAIXO TAPAJÓS

Neila dos Santos, Instituição
UFOPA
neilasntsufopa@gmail.com

Gilberto Cesar Lopes Rodrigues
UFOPA
gilbertocesar@gmail.com

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) que investiga como a escolarização de mulheres indígenas influenciou o processo de retomada étnica no Baixo Tapajós e a participação política no movimento de reafirmação étnica indígena no Baixo Tapajós. As abordagens metodológicas adotadas envolvem pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com base em documentos disponibilizados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e do Portal de Periódicos da Capes, epistemologicamente amparadas em estudiosos desenvolvem suas investigações a partir de uma perspectiva teórico-crítica. Os resultados preliminares da pesquisa indicam a participação ativa de mulheres no movimento de retomada étnica indígena no Baixo Tapajós, uma atuação que tem conquistado proporções locais, nacionais e internacionais, na defesa de uma qualidade educacional, da proteção ambiental e territorial e por seus direitos legais. Embora a pesquisa ainda esteja em andamento e por, ora,

sem dados empíricos consolidados, os resultados já alcançados apontam que as mulheres desempenham um papel fundamental nos movimentos indígenas, evidenciada de forma significativa após a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando povos indígenas são reconhecidos como sujeitos de direitos, contexto em que as mulheres também conquistaram maior acesso à esfera pública. É discutido como a inserção das mulheres no movimento indígena é reconhecida como uma luta contínua, refletindo a complexidade das relações sociais patriarcais que historicamente moldaram seus papéis sociais, por isso, a escolarização de mulheres também é discutida a partir de uma perspectiva dupla e contraditória: por um lado, a escolarização como instrumento de fortalecimento étnico indígena e emancipação humana e, por outro, como veículo para aprendizado de valores hegemônicos dominantes, como por exemplo, concepções sociais. Nesse viés, contextualiza-se a importância da educação escolar indígena no percurso educacional das mulheres, como forte instrumento de resistência e de reafirmação étnica. Eixo Temático: Metodologias de pesquisa e sistematização das ciências indígenas nas universidades: discurso, Educação, Interculturalidade e Transdisciplinaridade.

SABERES INDÍGENAS NAS PRODUÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS: ENTRE O NOTÓRIO SABER E O SABER TRADICIONAL

Raquel Fernandes dos Anjos
UFOPA
raquellstm23@gmail.com

Luanna Cardoso Oliveira
UFOPA
luanna.ufopa@gmail.com

Zair Henrique Santos
UFOPA
zairhenriques@gmail.com

O trabalho que se apresenta é uma pesquisa em andamento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação- PPGE, da Universidade Federal do Oeste do Pará/Amazônia/Brasil, intitulado “O Notório Saber e o Saber Tradicional nas produções acadêmicas sobre Educação Escolar Indígena: Um estudo conceitual e epistemológico”. Ao falar da EEI, uma das características tem sido a valorização da cultura própria dos povos originários. Dentro desse cenário, destacam-se esses dois conceitos que nos despertam interesse, os quais representam não apenas formas de conhecimento, mas também expressões de identidade e resistência cultural. A pesquisa tem como o objetivo geral: compreender como o Notório Saber e o Saber Tradicional são conceituados nas produções acadêmico-científicas sobre EEI. São objetivos específicos: descrever como esses termos são utilizados nas produções acadêmicas sobre EEI; identificar as definições mais comuns de Notório Saber e Saber Tradicional nessas produções; apontar como os conceitos de Notório Saber e Saber Tradicional se inter-relacionam. Metodologicamente, configura-se como um estudo bibliográfico, com abordagem fundamentada no método indiciário de Carlo Ginzburg (1989). O corpus do estudo é constituído por 128 trabalhos, entre artigos, dissertações e teses, organizados em categorias analíticas. A base teórica se assenta nos estudos de Baniwa (2006, 2011, 2013, 2019); Melià (1979); D’Angelis (2017); Rodrigues (2016), Carvalho (2016, 2020, 2021); Goulart (2021); Nascimento e Martins (2024); Cunha (2007). Os resultados preliminares apontam que ambos os conceitos desempenham papéis cruciais e complementares, contribuindo para a valorização, preservação das identidades culturais dos povos indígenas. O Saber Tradicional, é caracterizado pela transmissão de conhecimentos, fortemente ancorado na ancestralidade e nas práticas cotidianas. Mais do que um acervo fechado, deve ser compreendido como algo vivo e dinâmico, que está sempre em transformação. Por sua vez, o Notório Saber representa maneira de reconhecimento formal desses conhecimentos, proporcionando-lhes uma legitimação que transcende o âmbito cultural adentrando o campo educacional e profissional. Considerando que esta pesquisa está em fase de desenvolvimento, espera-se que seus resultados venham contribuir de maneira relevante, ao promover uma reflexão crítica sobre os saberes indígenas e suas implicações para a construção de uma sociedade mais inclusiva e plural.

DE ONDE VEM AS “IDEIAS PARA ADIAR O FIM DO MUNDO”: A FORMAÇÃO DE UMA ALA INTELECTUAL INDÍGENA NA CONTEMPORANEIDADE

Kigéw Puri (André da Silva Muniz)
UFABC

A recente recepção do escritor Ailton Krenak como a primeira pessoa indígena a ingressar o rol de imortais pela Academia Brasileira de Letras (ABL) é um marco simbólico de um novo momento para os povos indígenas no Brasil, onde as vozes indígenas vêm ganhando destaque e reconhecimento institucional em diversos setores da sociedade brasileira. Assim como a ABL, a Academia Brasileira de Ciências (ABC) acolheu o xamã indígena Davi Kopenawa como membro colaborador, e ambos os autores, assim como diversas outras lideranças indígenas (entre elas, o cacique Raoni Metuktire e a escritora Eliane Potiguara), receberam nas últimas décadas títulos de Doutor Honoris Causa por diferentes universidades brasileiras. Tais reconhecimentos, somados ao ingresso de estudantes indígenas nos programas de pós-graduação, publicando teses e dissertações a partir do pensamento indígena, e a posterior entrada de muitas destas pessoas na carreira docente, parecem fazer parte de um mesmo movimento que aponta para a conformação de uma “ala intelectual indígena” no Brasil, como proposto pela antropóloga brasileira Alcida Ramos. Portanto, nossa pesquisa visa compreender as transformações econômicas e sociais, tanto nas comunidades indígenas quanto na sociedade brasileira mais ampla, que criaram as condições para a formação desta ala, atualmente em vias de consolidação. Propomos a realização de uma genealogia, inspirada nas ferramentas foucaultianas, através da qual encontramos como resultados preliminares a consolidação dos direitos indígenas através de aparatos legais nacionais e internacionais, como a promulgação da Constituição de 1988 e da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a criação e ampliação do sistema de cotas universitárias e o avanço da conscientização sobre a catástrofe climática como condições de possibilidade para a emergência desta ala. Porém, nossa pesquisa vem percebendo que outros movimentos, como um crescente interesse das grandes corporações pelo uso de figuras indígenas em suas propagandas, também parecem contribuir para o fortalecimento do reconhecimento das vozes indígenas em ambientes acadêmicos e/ou intelectuais, não sem desafios e contradições.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 30 - ABORDAGENS DA HISTÓRIA INDÍGENA, SAÚDE, CIÊNCIAS E BEM VIVER: INTERMEDICALIDADE E ETNOMEDICINA (SÉCULOS XVI-XXI)

Coordenação:

Pedro Eduardo Pereira - Ka'aguasu Potiguara (UFPB)
Juciene Ricarte Cardoso Tarairiu (UFCG)
Kaori Kodama (Fiocruz)

Resumo do Simpósio Temático: A partir de uma perspectiva crítica, decolonial, intercultural e interdisciplinar, a história indígena no tocante aos temas saúde, doenças e bem viver vem sendo enriquecida com pesquisas em diferentes áreas do conhecimento, especialmente na História e Antropologia. O mais significativo é que, nos últimos anos, têm-se desenvolvido pesquisas realizadas pelos próprios indígenas e/ou por eles enquanto colaboradores, proporcionando mudanças assertivas no campo científico, tais como a transformação dos debates historiográficos e antropológicos, novas compreensões e análises das diferentes fontes documentais em perspectivas etnográficas e da etnohistória. Emergem, também, nas pesquisas e publicações, as diversas histórias indígenas que protagonizam os diálogos interculturais, na busca pelo bem viver (saúde do corpo e da alma) na estreita relação com a natureza, especialmente construindo etnociência do uso das plantas, banhas, defumadores e práticas espirituais nos processos de curas e nas travessias de fronteiras interétnicas nas quais se estabeleceram interlocuções com os não-indígenas a partir do século XVI. As políticas públicas do Estado ora valorizaram seus conhecimentos, ora os desprestigiaram e desrespeitaram, reproduzindo a colonialidade da Ciência Moderna. Não obstante, observamos o surgimento de outros caminhos de diálogos que ampliam possibilidades nos processos de interculturalidade e decolonialidade, em que se destacam a intermedicalidade e a etnomedicina, zonas de contato entre a biomedicina da ciência moderna e o conhecimento ancestral/milenar indígena. A partir de releituras e da valorização de novos conjuntos documentais – que abarcam desde manuscritos (cursivos, iconográficos, cartográficos, impressos), passando por registros políticos-administrativos, legislação e debate público, até a contribuição teórico-metodológica da história oral (testemunhos e memórias) – tem sido possível identificar uma multiplicidade das dinâmicas sociais, políticas e culturais desempenhadas por populações indígenas ao longo do tempo e em diferentes temporalidades. Diante do exposto, nosso Simpósio Temático tem por objetivo focalizar o debate sobre as variadas fontes e aportes teórico-metodológicos que busquem tematizar o conceito de bem-viver em diálogo com a história da saúde e dos saberes indígenas, desde o início da colonização até o presente. Esperamos receber comunicações orais e pôsteres que valorizem o protagonismo indígena na história, sobretudo no contexto do pós-contato, a partir do século XVI, bem como narrativas documentais que destaquem trocas, conflitos e agenciamentos entre pajés e/ou lideranças indígenas no passado e no presente com não indígenas, a saber: religiosos, militares, médicos, botânicos, biólogos entre outros que deixaram descrições e/ou pesquisas de diferentes historicidades diacrônicas e sincrônicas, tais como entrevistas com lideranças indígena. Edmilson de Jesus Ferreira.

SAÚDE BUCAL INDÍGENA: AÇÕES INTERCULTURAIS DE PREVENÇÃO ENTRE CRIANÇAS KAINGANG DO ENSINO FUNDAMENTAL COMUNIDADE INDÍGENA

Lucas Fidelis Loureiro
Universidade Federal de Santa Catarina
lucaslou2013@gmail.com

Prof. Dr. Rodrigo Otávio Moretti-Pires
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
rodrigo.moretti@ufsc.br

O presente trabalho apresenta o projeto de extensão “Saúde Bucal Indígena: ações interculturais de prevenção entre crianças Kaingang do ensino fundamental da comunidade indígena (a definir), desenvolvido a partir da vivência do autor como indígena Kaingang e estudante de Odontologia da UFSC. A motivação para esta proposta surgiu da observação cotidiana de que muitas crianças, jovens e adultos da comunidade apresentam problemas bucais como cáries, tártaro, perdas dentárias, mau hálito e escovação inadequada, o que reflete tanto as mudanças alimentares impostas pela colonização quanto a falta de acesso contínuo a ações preventivas e orientações em saúde. O projeto tem como objetivo promover a prevenção e a educação em saúde bucal com crianças do 1º ao 3º ano, realizando diagnóstico inicial, escovação supervisionada, orientações sobre o uso do fio dental, aplicação tópica de flúor e distribuição de kits de higiene, integrando essas ações com os saberes tradicionais Kaingang e com discussões sobre

alimentação, território e modos de viver. Fundamentado em referenciais da saúde coletiva e da interculturalidade, especialmente em autores que discutem o impacto das transformações históricas na saúde dos povos indígenas, o trabalho busca fortalecer o protagonismo comunitário e valorizar a infância como etapa essencial para construção de hábitos saudáveis. Os resultados esperados incluem a melhoria das práticas de higiene bucal, a redução de agravos, a ampliação do conhecimento sobre prevenção e a aproximação entre universidade e comunidade indígena.

POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE INDÍGENA: UM OLHAR HISTÓRICO (SÉCULOS: XX E XXI)

Carolina Arouca Gomes de Brito

Fiocruz

carolarouca@gmail.com

Retomar o olhar para a saúde das populações indígenas sob uma perspectiva histórica torna-se cada vez mais urgente, na medida em que os desafios sanitários continuam a atravessar as estruturas sociais, territoriais e culturais dos diversos grupos étnicos que constituem o país. As sucessivas crises sanitárias e humanitárias que foram evidenciadas de modo trágico na pandemia de Covid-19, deflagrada em 2020, ao afetar de maneira desproporcional comunidades indígenas brasileiras, bem como na recente crise entre os Yanomami, tornaram ainda mais nítidas as vulnerabilidades estruturais das populações indígenas brasileiras. Diante da urgência que o tema impõe à academia, à sociedade civil e ao Estado, este trabalho propõe-se a analisar, em perspectiva histórica, o processo de construção da política pública de saúde voltada às populações indígenas no Brasil. A historiografia indígena avançou nas últimas décadas, sobretudo em relação aos protagonismos indígenas na formação do Brasil. Neste cenário, a saúde dos povos indígenas ganhou também destaque nas reflexões históricas, porém ainda hoje é possível identificar lacunas quanto a esta abordagem. A partir desse referencial, este estudo pretende relacionar a trajetória da reforma sanitária brasileira, iniciada na década de 1980, com o movimento indígena e os debates acadêmicos e políticos que levaram à criação, em 1999, do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), integrando-o ao Sistema Único de Saúde (SUS). Dessa forma, busca-se compreender não apenas os desafios sanitários contemporâneos, mas também os condicionantes históricos que moldaram, desde o século XX, as políticas de saúde indígena no Brasil, suas continuidades e rupturas, suas motivações políticas e demográficas, bem como os impactos para os povos indígenas até o presente.

O URARI-SIPÓ E OS QUÍMICOS DE TEMBETÁ DE VON MARTIUS: OS CAMINHOS DO CURARE

Kaori Kodama

Puc-Rio

kaori.flexor@gmail.com

Resumo do Trabalho com Título: Esta apresentação pretende explorar alguns artigos científicos sobre o curare e o processo através do qual naturalistas do século XIX abordaram, utilizaram e se apropriaram dos conhecimentos e de técnicas nativas que impulsionaram suas publicações em revistas científicas. Em 1830, o naturalista bávaro Karl Friedrich Philipp von Martius publicaria na revista *Repertorium für die Pharmazie* um estudo baseado diretamente no conhecimento indígena sobre o preparo do curare, no artigo “Sobre a preparação de veneno de flecha entre os índios Jurus no Rio Yupura (Japurá), no norte do Brasil”. Martius realizou suas observações entre os Luri-Taboca, provavelmente um subgrupo dos Tikuna. Este estudo de Martius estabeleceu para a ciência europeia que o veneno conhecido como curare desde o século XVII era uma tecnologia indígena que poderia ter por base plantas de identidades diferentes, em particular, a espécie *Strychnos*, um arbusto e a *Chondrodendrum tomentosa*, uma liana (cipó, chamada de urari-sipó por Martius), ambas utilizadas em composições do curare. A história do curare e dos processos de sua inclusão na gama de medicamentos na medicina ocidental é longa, incluindo a participação do naturalista brasileiro João Barbosa Rodrigues, mas torna-se evidente como saberes indígenas foram fundamentais para a fabricação da ciência, embora sistematicamente invisibilizados.

POVOS INDÍGENAS, MUSEUS E JARDINS BOTÂNICOS NA NECROPOLÍTICA DA CIÊNCIA: A EXPOSICIÓN DEL PACÍFICO (1866) COMO PEDAGOGIA COLONIAL E EDUCAÇÃO DO OLHAR

Iranilson Buriti de Oliveira

Universidade Federal de Campina Grande

iburiti@yahoo.com.br

Esta pesquisa, apoiada pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), analisa a Exposición del Pacífico, organizada no Real Jardim Botânico de Madrid entre 15 de maio e 19 de junho de 1866, como parte do projeto político-educacional da Coroa espanhola no século XIX. O objetivo é problematizar de que forma o Museu de Ciências Naturais de Madrid e o Real Jardim Botânico se constituíram em dispositivos de poder e de práticas educativas do olhar, a partir das coleções coletadas pela Comissão Científica do Pacífico (1862–1866) na América do Sul, incluindo o Brasil. Examinamos a materialidade da exposição como “roteiro pedagógico” de autoformação imperial, discutindo os mecanismos de apagamento das vozes indígenas e dos saberes locais e evidenciando como essas instituições científicas funcionaram como arenas de disputa entre vida e morte, ciência e colonialidade. A periodização do estudo abrange o intervalo entre a formação da Comissão Científica (1862) e a realização da exposição (1866). As principais fontes utilizadas na pesquisa incluem diários e cartas de Juan Isern Batlló y Carrera, relatórios oficiais, publicações da época, além de registros iconográficos de Rafael Castro y Ordóñez, fotógrafo da Comissão. A metodologia articula análise documental apoiada nas contribuições de Visvanathan, Bennett, Thomas, Kapil Raj e Mignolo. Mignolo (2018) oferece a crítica da “colonialidade do saber” e a proposta de “desobediência epistêmica”, fundamentais para pensar alternativas museológicas e suas interfaces com a educação do olhar. Os resultados alcançados indicam que a Exposición del Pacífico configurou-se como uma máquina narrativa e sensorial que consolidou políticas imperiais por meio da educação do olhar e do sentir. A disposição das peças encenava uma escala hierárquica que colocava as culturas indígenas como “primitivas” e a ciência europeia como ápice civilizatório. O estudo problematiza que o museu e o jardim botânico operaram como instituições educativas que, sob o discurso do progresso científico, instauraram práticas de epistemicídio e necropolítica, apagando cosmologias locais e fixando a superioridade epistêmica do Ocidente. Ao mesmo tempo, aborda que essas coleções, lidas criticamente, permitem reabrir caminhos de reflexão sobre a colonialidade da ciência e sobre a possibilidade de uma museologia decolonial, voltada à restituição de vozes e saberes silenciados.

SAÚDE E MULHERES INDÍGENAS NO CONTEXTO MISSIONEIRO DO PARAGUAI COLONIAL: GRAVIDEZ, PARTO E TRADUÇÃO DO CORPO NOS MANUSCRITOS JESUÍTAS

Clara Correia Lima Felix
PPGH- UFRGS
clarafelix84@gmail.com

Essa apresentação é resultado das pesquisas iniciais do meu doutorado em História Social pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sua temática principal é a análise histórica das maternidades indígenas no contexto das Missões Guarani do Paraguai, entre os séculos XVII e XVIII. Para o debate em questão, trataremos, sobretudo, dos aspectos relacionados à visão de corpo e saúde das mulheres indígenas, em especial para temáticas relacionadas à gravidez e ao parto. O foco, devido ao contexto histórico de estabelecimento das reduções indígenas, são as mulheres Guarani, embora isso não descarte a interação multi-étnica existente no território indígena-missionário. Para tanto, traçamos três eixos de análise em relação à construção dos discursos sobre saúde materna e atuação feminina nas reduções. I. A tradução do corpo entre o Guarani e o Espanhol e a visão do corpo cis-feminino, envolvendo ciclos hormonais e reprodutivos; II. O espaço das mulheres enquanto agentes de saúde dentro dos povos missionários e seu protagonismo nos processos de gravidez e parto. III. As tensões entre saberes tradicionais e saberes colonizadores do discurso jesuítico do período colonial e as maneiras como isso se aplica à saúde cis-feminina reprodutiva. O corpus documental abordado são os Manuscritos da Coleção de Angelis, organizados por Jaime Cortesão, especificamente três volumes: 1. Jesuítas e Bandeirantes no Guairá; 2. Jesuítas e Bandeirantes no Tape; 3. Jesuítas e Bandeirantes no Uruguai. Para além desses documentos, consultamos as obras linguísticas realizadas pelo padre Ruiz de Montoya: Tesoro de la Lengua Guarani e Vocabulário de la Lengua Guarani. Por meio desse processo de pesquisa, as conclusões parciais são, em referência ao primeiro eixo de análise, que as traduções entre línguas partem também da tradução entre mundos. Pensando no diálogo interseccional entre mulheres e raça, defendemos que a noção de tradução deve englobar não só o aspecto linguístico como também a convergência entre mundos. Em relação aos dois últimos tópicos, entendemos que é necessário um olhar cuidadoso em relação às descrições contidas nas fontes escritas pelos jesuítas, para uma análise sobre evangelização do corpo e saúde mental, espiritual e corporal das mulheres indígenas frente a sua posição subalterna no contexto das missões guarani. Eixo temático: Mulheres indígenas e relações de gênero na América.

A COSMOLOGIA INDÍGENA COMO ALICERCE PARA A TRADUÇÃO DE SIGNIFICADOS NO ADOECIMENTO MENTAL: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA UM CUIDADO ÉTICO E INTERCULTURAL

Adriana Paula Rodrigues Silva

IFPI

adrianapaulars1972@gmail.com

Katya de Brito e Silva

IFPI

O presente trabalho aborda a complexa realidade da saúde mental indígena no Brasil, marcada pela rica diversidade de povos originários e, simultaneamente, pela vulnerabilidade, empobrecimento e perda identitária, fatores que se refletem no aumento de desafios como o uso de álcool e os índices de suicídio. Reconhecendo a dificuldade de aplicar conceitos ocidentais de "saúde mental" a estes contextos e a violência implícita na imposição de modelos explicativos hegemônicos, a tese central argumenta que a compreensão autêntica do adoecimento psíquico indígena exige a tradução de significados dos sintomas, que deve estar firmemente ancorada nas cosmologias dos povos originários, sendo este o objetivo principal do artigo e um imperativo ético para o cuidado intercultural. As cosmologias são definidas como sistemas integrais de crenças que organizam a relação do ser humano com o mundo, a natureza e os ancestrais, tornando a saúde e a doença indissociáveis dessas visões de mundo. O sofrimento, muitas vezes, é manifestado e interpretado por meio de conceitos locais como "enfeitiçamento," "estrago" ou "castigo para a alma," e é agravado por traumas coloniais, etnocídio e perda de terras tradicionais, resultando em um mal-estar coletivo profundo. A "tradução de significados" é explorada como a ferramenta que permite integrar a cultura e os sentidos socialmente partilhados na configuração dos sintomas, respeitando os "idiomas de aflição" específicos de cada comunidade e proibindo o transplante acrítico de referenciais. Diante disso, o artigo propõe que a Psicologia brasileira deve transcender a mera interpretação diagnóstica, engajando-se na compreensão profunda do sofrimento através de abordagens éticas e metodologias culturalmente adaptadas, reconhecendo que ignorar as narrativas cosmológicas inviabiliza o cuidado. O trabalho conclui que é crucial integrar práticas tradicionais de cura, preencher a lacuna acadêmica na articulação entre saberes, desenvolver instrumentos de avaliação adaptados e promover a construção de protocolos interculturais e políticas públicas mais justas que combatam os determinantes sociais do sofrimento dos povos originários.

ABECEDÁRIO DE ÁRVORES E PLANTAS DA CAPITANIA DA PARAÍBA DO SÉCULO XVIII E AS PRÁTICAS CIENTÍFICAS INDÍGENAS

Juciene R Cardoso

Universidade Federal de Campina Grande

apolinarioju18@gmail.com

Pouco contemplado pela historiografia brasileira, nos últimos anos as investigações sobre circulação de plantas, ciência e a importância dos povos indígenas constituíram-se necessários diálogos entre a história indígena e história da ciência. Nas relações interétnicas e no cotidiano da vida colonial os povos originários utilizavam plantas nativas e práticas curativas tendo uma relação simbólica com os vegetais em seus territórios fincados em diferentes biomas. Saberes e práticas curativas dos povos indígenas eram e são construídos, pelo empirismo prático, quanto do experimentalismo baseado na observação e elaboração de complexos sistemas classificatórios do mundo natural. Riqueza e complexidade dos conhecimentos ameríndios a respeito do mundo natural foram utilizados pelos naturalistas, médicos e botânicos, porém nem sempre creditados explicitamente, nos textos dos colonizadores e também de historiadores contemporâneos. Na segunda metade do século XVIII com os estímulos da política pombalina, foram emitidos diversos ofícios para todos os governadores e capitães gerais das capitanias do Brasil e Grão-Pará e Maranhão objetivando que se recolhessem, acondicionassem e remetessem para o Reino por conta da Real Fazenda mudas de diferentes plantas curativas. Para esta constatação destacamos em nossa pesquisa o curioso documento que analisamos intitulado Abecedário de Árvores e Plantas da Capitania da Paraíba. O mais notável é a preocupação do autor em evidenciar que o conhecimento sobre as virtudes das plantas e as formas de usá-las advieram dos povos indígenas aldeados e vilados na capitania da Paraíba, entre eles os Tupi, Kariri e Tarairiú que normalmente já estavam ressignificando as suas práticas culturais no cotidiano daquela sociedade colonial.

SAÚDE, TERRITÓRIOS E CORPOS: BEM VIVER E MEDICINAS INDÍGENAS

Eliene dos Santos Rodrigues (Putira Sacuena)

André Fernando Baniwa

Herbert Tadeu Pereira de Matos Junior

Ministério da Saúde do Brasil
putira.sacuena@saude.gov.br

A proposta tem por objetivo ampliar o debate sobre medicinas indígenas como sistemas de conhecimento e tecnologias de cuidado aos corpos-territórios dos povos indígenas, com ênfase na discussão sobre determinações do processo saúde e doença no contexto de atenção à saúde dos povos indígenas no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), autonomia e autodeterminação dos povos e territórios indígenas na governança nacional e internacional de políticas públicas de saúde e saúde indígena. Busca apresentar desafios e avanços atuais das políticas de atenção à saúde dos povos indígenas, potencialidades e possibilidades de parcerias estratégicas no âmbito das medicinas indígenas, com foco no processo de construção do primeiro Programa Nacional das Medicinas Indígenas (PRONAMI), previsto para lançamento no próximo ano (2026), enquanto dispositivo voltado ao fortalecimento e proteção de conhecimentos, tecnologias e especialistas das medicinas indígenas, como tecnologias de cuidado e promoção do bem viver dos povos indígenas, incorporados como elementos parte do SasiSuS. O seminário temático “Saúde, Territórios e Corpos: Bem Viver e Medicinas Indígenas” tem como propósito ampliar a discussão com foco nas ações de fortalecimento das medicinas indígenas como artes de cuidado e cura inseridas no SasiSuS, e de suas interfaces com o bem viver, com as diferentes concepções de cuidado aos corpos-territórios dos povos indígenas, processo saúde e doença, determinações de saúde nos territórios, com foco na promoção e cuidado à saúde e meio ambiente por meio das medicinas indígenas. Debates inseridos no contexto atual de reconstrução de políticas públicas voltadas aos territórios indígenas, com foco no fortalecimento de estratégias sustentáveis, respeitando as especificidades culturais, sistemas de conhecimento e modos de vida indígenas. A atividade reúne representantes da SESAI (Área Técnica das Medicinas Indígenas), visando aprimoramento de ações de atenção em saúde indígena, com foco nas medicinas indígenas e no atual processo de construção do PRONAMI. O PRONAMI no SasiSUS visa atuar no fortalecimento do ofício de especialistas das medicinas indígenas como estratégias de qualificação das redes de atenção à saúde indígena no SasiSUS.

SAÚDE MENTAL E POVOS INDÍGENAS

Antonio Wirly de Souza Lima
Universidade Federal do Ceará
limawirly@gmail.com

James Ferreira Moura Junior
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
james.mourajr@unilab.edu.br

A produção científica sobre saúde mental, em grande parte, privilegia modelos biomédicos e psicossociais consolidados na ciência moderna Ocidental. Entretanto, os estudos voltados para a saúde mental indígena buscam reconhecer a singularidade cultural, os valores comunitários e as práticas tradicionais como dimensões indispensáveis de um conceito ampliado de saúde e bem-estar. Entre rituais, danças, pinturas corporais, narrativas orais e outras expressões, os povos indígenas preservam e transmitem saberes ancestrais que articulam corpo, mente e espiritualidade em uma visão integrada de equilíbrio. Essa perspectiva se confronta com uma condição histórica de subcidadania, marcada pela lógica assimilacionista herdada da tutela colonial, que insiste em integrar os indígenas ao sistema produtivo nacional, mesmo após conquistas constitucionais. Objetivamos com este, discutir e valorizar os saberes e práticas ancestrais indígenas na construção de políticas públicas de saúde mental. No Brasil, os povos indígenas enfrentam desafios complexos e persistentes, como os impactos da colonização, a perda de territórios, a insuficiência de políticas públicas e a presença do racismo estrutural, fatores que repercutem diretamente no bem-estar mental dessas comunidades. A saúde mental indígena está profundamente vinculada à terra e às práticas culturais, elementos que sustentam o pertencimento coletivo e a identidade social. A violação de direitos territoriais, a marginalização e o preconceito fragilizam a coesão comunitária e comprometem a continuidade das tradições,

gerando sofrimento psíquico e social. As transformações impostas nos modos de vida, como a expropriação de terras e a imposição de práticas coloniais, desestabilizam a organização social e interferem na preservação cultural, produzindo impactos significativos na saúde mental.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 31 - UNIVERSIDADE É TERRITÓRIO INDÍGENA? CIÊNCIAS INDÍGENAS COMO AFIRMAÇÃO DO CORPO-TERRITÓRIO-MEMÓRIA

Coordenação:

Danielle Gonzaga de Brito (UFAM)
Alva Lana Rosa Vieira (SEDUC/UFAM)
Martinha Mendonça (UFF)

Resumo do Simpósio Temático: Nossos corpos estão presentes nas universidades desde sempre, mas compreendemos que as políticas afirmativas, resultados de luta e resistência do movimento indígena organizado, possibilitaram uma maior quantidade de povos indígenas nas universidades. No entanto, embora nossos corpos tenham conseguido entrar, nossos saberes continuaram do lado de fora. Como consequência, a universidade continuamente tenta, uma vez que ela é um grande dispositivo de exercício de poder, preencher nossas memórias de grandes vazios. Embora a luta seja grande, nossos corpos-territórios-memórias resistem e, a partir do fortalecimento dos movimentos, organizações e associações de estudantes e professores indígenas, passamos a resistir enquanto produção de nossos saberes dentro do espaço acadêmico. Dessa maneira, reivindicamos que as universidades se tornem território indígena. Nesse sentido, a proposta de Simpósio Temático se apresenta como um espaço de territorialização de saberes de povos indígenas entendendo que as ciências indígenas são redes de trocas para o equilíbrio do plano terrestre e que as universidades, embora, ainda não sejam territórios indígenas, passam por um processo de retomada, em outras palavras, por processo de amansamento de sua perspectiva sobre a produção dos saberes dos povos indígenas, pois estudantes e professores indígenas estão realizando refazimentos de suas próprias Histórias. A proposta desse ST é um convite para todas e todos estudantes e professores indígenas presentes nas diferentes universidades de Abya Yala que trazem os saberes de seus povos para a pesquisa acadêmica que desenvolvem no campo das ciências humanas e sociais para juntos tecermos uma grande rede de trocas entre as diferentes ciências indígenas desenvolvidas por estudantes indígenas de Abya Yala.

ECOUNIVERSIDADE - UNIVERSIDADE INCLUSIVA, SUSTENTÁVEL E INTERCULTURAL: ANÁLISE DA COSMOVISÃO DE EGRESSOS INDÍGENAS DO INC-UFAM

Gilvânia Plácido Braule
gilvania@ufam.edu.br

Tânia Suely Azevedo Brasileiro
Universidade Federal do Amazonas
brasileirotania@gmail.com

O artigo realiza uma discussão sobre Universidade a partir de um estudo de doutoramento em Educação na Amazônia com o objetivo de analisar a cosmovisão e o cosmo-sentir de egressos indígenas do INC-UFAM sobre uma possível EcoUniversidade com o entendimento de ser inclusiva, intercultural e sustentável. Diante disso, buscou-se discutir o conceito dessa possível universidade diferenciada e os elementos que indicam a possibilidade desta, considerando o exposto em suas expressões orais, escritas e artísticas visuais através de desenhos. O estudo de caso realizado mediante o método de tessitura humano-ecológica possibilitou a aplicação de técnicas e instrumentos de pesquisa como questionário survey, círculos de conversa, entrevistas, e oficinas ecoculturais denominadas de ocas e cestarias ecoculturais com produção de desenhos, organogramas conceituais e explicativos. Este estudo de caso qualitativo traz em seu bojo um conteúdo (objeto) transdisciplinar, com base crítica-decolonial (Freire, 1969; Walsh, 2015), meta-epistemológica contextual (Vargas, 2022), da filosofia da complexidade (Morin, 2000), da filosofia do bem-viver (Acosta, 2016; Krenak, 2000) e da epistemologia da ecoculturalidade (Braule; Brasileiro, 2021) criada no início do doutoramento. Os participantes da pesquisa (dez egressos indígenas) percebem sua Universidade como campo de múltiplos seres, saberes e culturas, contudo, salientam a necessidade de maior escuta e valorização dos saberes indígenas; também conceituam EcoUniversidade como Universidade Ecocultural com uma integração de culturas, com valorização dos saberes ancestrais em conexões epistêmicas, culturais e ambientais. Assim, se conceitua EcoUniversidade Pan-Amazônica como campo da Educação Superior e das Ciências com a missão de cultivar o saber com premissas epistêmicas e práticas ecoculturais para o bem-viver de povos originários. Além disso, apresentam elementos essenciais para constituição de uma Universidade que atenda a demanda dos povos indígenas, como adequada infra-estrutura com elementos e espaços culturais e ambientais sustentáveis, bem como o currículo com inclusão de saberes e práticas tradicionais e indígenas.

JAGUATA JOUIVE: TRABALHO COLABORATIVO ENTRE UM PROJETO DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE E A ESCOLA GUARANI PARA POTY NHE'E JÁ, NO MUNICÍPIO DE MARICÁ, RIO DE JANEIRO

Mariana Paladino
Universidade Federal Fluminense
marianapaladino@id.uff.br

Lana Potiguara
Pedagogia da Universidade Federal Fluminense
lanapotiguara@id.uff.br

Yan Marques da Silva Teodoro
Universidade Federal Fluminense
yanmst@id.uff.br

No presente trabalho pretendemos apresentar a experiência do projeto de extensão no qual participamos e refletir sobre os caminhos, os desafios, as potências e afetações possíveis na interação entre a universidade e povos indígenas. O projeto de extensão se intitula "Ações de valorização e acompanhamento escolar das aldeias guarani do município de Maricá" e tem buscado contribuir para o fortalecimento da educação escolar indígena diferenciada, bilíngue, intercultural e de qualidade nesse município. O trabalho de parceria entre o projeto e as escolas Kyringue Arandua (Aldeia Ara Hovy) e Para Poty Nhe'e Ja (Aldeia Ka'aguy Hovy Porã), já tem mais de 10 anos, contudo, nos dois últimos anos, com a participação de estudantes indígenas da Universidade Federal Fluminense, o projeto tem se reconfigurado e enriquecido, possibilitando a conexão desses estudantes com o território e seu desenvolvimento como intelectuais que procuram outras formas de extensão e pesquisa. Ao mesmo tempo, as relações que estabelecem com as crianças e os jovens da aldeia promovem representatividade e o desejo de ocuparem também o espaço da universidade. Nesse processo, alguns resultados importantes têm sido a construção de livros e materiais didáticos em que os três autores do trabalho temos participado ativamente, e revelam as potências de parcerias que buscam superar divisões estancas, como a ideia de que a extensão supõe levar o conhecimento da universidade para o território. De forma diferente, buscamos articular saberes acadêmicos e comunitários em um diálogo horizontal, que fortaleça a autonomia guarani. Não há receitas nesse processo, só a certeza que devemos caminhar juntos.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA) COMO LUGAR DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E SABERES INDÍGENAS

Terezinha do Socorro Lira Pereira
Universidade Federal do Oeste do Pará
terezinha.lira.ufopa@gmail.com

Tania Suely Azevedo Brasileiro
Universidade Federal do Oeste do Pará
brasileirotania@gmail.com

Maxim Repetto
Universidade Federal de Roraima (UFRR)
maxim.repetto@yahoo.com.br

Este resumo é resultante da pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (Pgeda), Rede Educanorte que teve como campo etnográfico a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Discutir a presença indígena nas universidades brasileiras faz-nos retornar a um tempo de intenso movimento e reivindicações por equidade e igualdade de direitos, iniciado na década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal de 1988. A participação ativa de indígenas garantiu, nesse documento, o direito a uma educação escolar diferenciada, bilíngue, assim como o reconhecimento de suas formas e estratégias de organização. Essa legislação abriu novas possibilidades para os povos indígenas. Contudo no contexto educacional, discutir a produção de saberes, conhecimentos e epistemologias das sociedades indígenas, sobretudo, no espaço acadêmico, ainda é complexo quando buscamos romper com a lógica do pensamento ocidental, que perdurou por grande parte da existência das

universidades brasileiras. Compreendê-las a partir do olhar de uma antropologia indígena promove encontros, desencontros e rupturas epistemológicas e científicas nesse nível de ensino até chegarmos aos formatos de universidades com maior abertura, autonomia e igualdade. A universidade plural e heterogênea que temos neste novo contexto é resultante de uma autonomia que lhe foi dada muito recentemente possibilitando aos indígenas registrarem suas produções científicas, contribuindo para trocas epistêmicas. As inovações curriculares e a implantação de políticas com perspectivas sociais promoveram diversidade de saberes e conhecimentos nas instituições de ensino superior brasileiras. O estudo realizado comprovou que a Ufopa está entre as universidades brasileiras com grande diversidade étnica que manifesta seus saberes, seus conhecimentos e suas línguas no espaço acadêmico e fora dele. Situada na região norte, essa instituição promove a produção e o diálogo epistêmico, étnico e interétnico entre não indígenas e indígenas representados pelos mais de vinte e um povos vindos dos estados do Pará, Amazonas, Amapá, bem como de outras regiões do Brasil. Concluiu-se que na universidade, além das trocas cotidianas, os indígenas têm produzido e registrado nos seus Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC's) seus saberes, conhecimentos, suas culturas e seus costumes, buscando nas fontes originárias, a memória dos sábios e sábias das Aldeias, os conteúdos das suas produções científicas.

CORPO-TERRITÓRIO EM VIVÊNCIA ACADÊMICA FACE AO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO - RETERRORIZAÇÃO INDÍGENA

Joelma Boaventura da Silva
UNEB
jbomfim.adv@gmail.com

A percepção de corpos indígenas desterritorializados nas universidades é inconteste. Esses corpos nas universidades realizam o processo de Territorialização- Desterritorialização – Reterritorialização -TDR pensado a partir de autores como Deleuze; Guattari (1995, 1997), Guattari; Rolnix (1996), Costa (2010) e Silva (2024), pois ocorre a desterritorialização da comunidade e familiar, seguido pela territorialização na educação superior para depois, reterritorializar-se em outros espaços. Tais corpos levam consigo, presumidamente, seus saberes para o espaço universitário. Desta forma há vínculos com o fenômeno da etnogênese, atrelada à discussão de permanência e vivência acadêmica. Parte-se de uma análise multidisciplinar para descrever o processo de desterritorialização de corpos indígenas no ambiente acadêmico em contexto urbano, interrelacionando-o com a vivência e a permanência acadêmica dentro da trajetória étnico territorial. A vivência acadêmica baseia-se em três pilares: intencionalidade, consciência e temporalidade (Husserl,1975, 2013; Dilthey,1944; Silva 2024). Desta maneira reflete-se que os acadêmicos indígenas adentram à Educação Superior com intencionalidade de partilhar saberes e apoderar-se de conhecimento do colonizador. Essa intencionalidade é precedida da consciência de mudança de suas comunidades para o espaço universitário, implicando, assim, numa desterritorialização. Por fim, esses acadêmicos têm uma temporalidade, que corresponde à duração do curso de nível superior. Todo o processo é atravessado por desafios curriculares, financeiros, existências e de discriminação.

DA FORMAÇÃO INICIAL AO MESTRADO PROFISSIONAL: VIVÊNCIAS DE UM PROFESSOR INDÍGENA EM BUSCA DA INTERCULTURALIDADE DIALÉTICA

Katop it Xikrin
Universidade do Estado do Pará
katop13xikrin@gmail.com

Antonia Zelina Negrão de Oliveira

O presente estudo tem por objetivo apresentar as vivências experienciadas por um professor indígena, do povo Xikrin do Cateté, do município de Parauapebas/Pa, desde a formação inicial, no Curso de Pedagogia, na Universidade do Sul e Sudeste do estado do Pará (UNIFESSPA) até o Mestrado Profissional no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar Indígena (PPGEEI), na Universidade do Estado do Pará (UEPA). As experiências caminham para uma trajetória acadêmica marcada por movimentos de apropriação do espaço cognitivo acadêmico, de forma muito diferenciadas no que diz respeito à formação inicial e à continuada. A metodologia utilizada pauta-se na perspectiva de uma interculturalidade dialética, concebida pelo pesquisador indígena, Gersém Baniwa, e nas vivências próprias do sentir e pensar, deste pesquisador indígena, que escreve este resumo. As cosmopercepções alcançadas apontam

para a necessidade de uma formação docente, que se alinhe à justiça cognitiva, tão desejada pelos povos indígenas. Palavras-chave: Vivências; Professor Indígena; Povo Xikrin; Formação Inicial; Mestrado Profissional.

ENTRE MUNDOS, ENTRE TEMPOS: NHEMONGUETA, MUTIRÃO E CORPO-TERRITÓRIO ENTRE A CASA DE REZA E A POLÍTICA PÚBLICA

Martinha Mendonça

Ana Paula Morel
Universidade Federal Fluminense
friduxa13@gmail.com

A presente investigação discute os processos de guaranização da escola indígena Guarani Mbya em Maricá, situando-os na interface entre saberes comunitários, políticas educacionais e incidências do movimento indígena de educação, constituindo-se como pesquisa de doutorado em andamento que examina os modos pelos quais a escola indígena, em território Guarani Mbya, reconfigura práticas pedagógicas, formas de gestão e processos de formação docente ao articular a Pedagogia Guarani, o calendário tradicional e a Casa de Reza como centro político e formativo. A investigação busca compreender de que modo a escola indígena se constitui como espaço educativo que integra dimensões espirituais, linguísticas e comunitárias e, simultaneamente, consolida processos de incidência política em nível municipal, estadual e nacional, vinculando-se ao movimento indígena de educação e às construções político-educacionais do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena, sobretudo ao protagonismo de suas ações na formulação da Política Nacional de Educação Escolar Indígena (PNEEI-TEE) e na proposição da Universidade Indígena como projeto estratégico de formação superior, assim como nas articulações que envolvem a política de formação continuada desenvolvida pela Ação Saberes Indígenas na Escola (ASIE). Essa análise estabelece interfaces entre a universidade pública e a educação básica indígena, evidenciando a relevância de processos formativos de base comunitária e da participação de professores e lideranças indígenas na construção de políticas educacionais. São apresentados elementos referentes à gestão comunitária, ao currículo próprio, à formação docente, à produção de materiais bilíngues e às políticas estruturantes, indicando a emergência de perspectivas próprias na Educação Escolar Indígena em Maricá e a necessidade de institucionalização de práticas formativas que respeitem organização social, concepção de tempo e regimes de aprendizagem Guarani. Considera-se que a escola indígena se constitui como projeto político, pedagógico e espiritual orientado pela cosmologia Guarani Mbya, contribuindo para a consolidação de um campo educacional indígena fundamentado nos princípios de autonomia, especificidade e protagonismo, alinhado às demandas históricas dos povos indígenas e às agendas contemporâneas de descolonização das políticas educacionais no Brasil.

UNIVERSIDADE INDÍGENA: CONSTRUÇÃO CONCRETA DE AUTONOMIA, SABERES E TERRITORIALIDADE

Alva Rosa Lana Vieira
Ufam
alvajuly@gmail.com

Agatha Jully Coimbra
Ufam
vythacoimbraah@gmail.com

Chrys Luanna Coimbra
Ufpb
coimbrachrys@gmail.com

Introdução. O presente trabalho analisa o lançamento da Universidade Federal Indígena (UNIND), evento considerado um marco histórico para as políticas de educação escolar indígena no ensino superior brasileiro, ao consolidar avanços estruturais, legislativos e sociais. O lançamento teve como propósito central anunciar o envio do Projeto de Lei para a criação da UNIND, reafirmando o compromisso do governo federal com a ampliação do acesso à educação superior. A iniciativa responde a uma reivindicação histórica dos povos indígenas, construída a partir de amplos processos de escuta que envolveram milhares de pessoas de diferentes regiões do país. A proposta visa fortalecer

saberes tradicionais, promover autonomia epistêmica, revitalizar línguas indígenas e estruturar um modelo educacional intercultural, com sede em Brasília e atuação em rede nacional. Desenvolvimento. Durante o ato, o Presidente da República destacou os impactos significativos da educação escolar indígena como instrumento de reparação histórica, capaz de promover cidadania, saúde, inclusão e superação de desigualdades estruturais. Entre os encaminhamentos apresentados, destacam-se ações administrativas e estruturais para a implementação da universidade. No caso da UNIND, foram anunciadas a criação de uma Comissão de Instalação, a futura nomeação de um reitor pro tempore e a definição de espaços físicos, cursos e quadros técnicos. O lançamento da Universidade Federal Indígena representa um marco para as políticas educacionais brasileiras. As iniciativas anunciadas expressam o compromisso do Estado com a diversidade, a inclusão e o fortalecimento das capacidades formativas nacionais. Ao reconhecer saberes ancestrais e promover o direito à educação como instrumento de cidadania, o governo federal sinaliza um projeto de país que valoriza direitos, territórios, culturas e trajetórias individuais e coletivas. Conclusão. O ato analisado evidencia não apenas conquistas institucionais, mas também o protagonismo de populações historicamente invisibilizadas, reafirmando que a educação constitui um pilar essencial para a construção de um futuro mais justo, plural e democrático.

A UNIVERSIDADE INDÍGENA PLURIÉTNICA ALDEIA MARACANÃ E OS DESAFIOS DA AUTONOMIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA - UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS E PLURIÉTNICA NA AMÉRICA LATINA

Mônica Cristina Brandão dos Santos Lima
Universidade Indígena Pluriétnica Aldeia Maraka'nã
mcbslima@gmail.com

As universidades comunitárias e pluriétnicas vêm desempenhando um papel crucial na promoção da educação intercultural e da valorização dos saberes tradicionais dos povos originários. Este trabalho analisa o desenvolvimento e os desafios dessas instituições, com enfoque especial na Universidade Indígena Pluriétnica Aldeia Maracanã (UIPAM) e nas Universidades Indígenas Comuns no México. Além disso, discute-se convênios e colaborações firmados entre essas universidades, destacando suas potencialidades e impactos para a educação superior na América Latina (Lopes e Muñoz, 2024). A educação superior na América Latina tem passado por transformações significativas, especialmente no que se refere à inclusão de epistemologias indígenas e comunitárias nos currículos acadêmicos. As universidades comunitárias e pluriétnicas emergem como alternativas ao modelo tradicional de ensino, priorizando a autodeterminação dos povos originários e promovendo a integração entre ciência acadêmica e conhecimento tradicional (Lopes e Muñoz, 2024). As universidades comunitárias e pluriétnicas são instituições que visam garantir o direito à educação superior para povos indígenas e comunidades tradicionais. Seu modelo pedagógico é baseado na interculturalidade, no bilinguismo e na cosmovisão dos povos originários. No México, as Universidades Interculturais foram estabelecidas para atender às necessidades específicas de diferentes etnias, enquanto no Brasil, a UIPAM representa um importante marco na luta por uma educação indígena diferenciada e que vem cumprindo essa função. A UIPAM participou da Reunião Nacional do Fórum Nacional de Educação Indígena (FNEEI), realizada em Brasília, em dezembro de 2024 (FNEEI, 2024). Como uma instituição autônoma que existe há quase duas décadas no Brasil (https://base.pro.br/sites/regionais5/docs/17509-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf), a UIPAM apresentou críticas contundentes ao modelo de universidade indígena que vem sendo proposto pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI). A posição da UIPAM se fundamenta na necessidade de superação dos paradigmas coloniais que continuam a moldar as estruturas educacionais, mesmo quando estas se apresentam sob a roupagem do interculturalismo reformista. Desde a sua fundação, a UIPAM tem sido um espaço de resistência e fortalecimento das epistemologias indígenas, promovendo a oralidade, a transmissão de saberes ancestrais e uma estrutura acadêmica que rompe com a lógica eurocêntrica das universidades convencionais. Diferente das universidades interculturais, que buscam uma mediação entre os saberes indígenas e os saberes ocidentais, a UIPAM enfatiza a necessidade de uma educação indígena que seja verdadeiramente autônoma, baseada nos princípios da autogestão, da territorialidade e da espiritualidade indígena. Recentemente, foi estabelecido um convênio entre a UIPAM e la Universidad Autónoma Metropolitana de la Ciudad de México com o objetivo de fortalecer a cooperação acadêmica e cultural (<https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:28580497-24d6-4d6d-afac-5d2af2ccb5de>). Esse acordo prevê intercâmbios estudantis, pesquisas colaborativas e a criação de uma rede latino-americana de universidades indígenas. A iniciativa representa um passo significativo para a construção de um espaço acadêmico mais inclusivo, plural e contra-colonial. Na reunião do FNEEI (FNEEI, 2024), a UIPAM alertou para os riscos de se perpetuar o modelo de universidade convencional sob uma nova roupagem, onde a colonialidade do saber e do poder se mantém, ainda que sob discursos aparentemente inclusivos. A proposta do MEC e do MPI, segundo os representantes da UIPAM, não rompe com a lógica centralizadora do Estado e continua a definir os parâmetros da educação indígena dentro

dos moldes acadêmicos ocidentais, sem reconhecer plenamente os modos próprios de produção e transmissão do conhecimento dos povos originários. A crítica central da UIPAM reside na compreensão de que a universidade indígena precisa ir além do reformismo, que apenas ajusta minimamente a estrutura colonial sem desmantelá-la. A luta por uma Universidade Indígena Pluriétnica Autônoma passa pelo reconhecimento da autodeterminação dos povos indígenas na construção de seus próprios processos educativos, sem a tutela estatal e sem a necessidade de validação por órgãos que não pertencem às comunidades indígenas. Além disso, a UIPAM reafirmou seu compromisso com a educação em todos os níveis, desde a infância até a formação acadêmica avançada, garantindo que o conhecimento tradicional não seja apenas um objeto de estudo, mas a base fundamental da formação dos estudantes indígenas. A internacionalização da UIPAM demonstra seu reconhecimento fora do Brasil como um modelo alternativo e decolonial de ensino superior, o que reforça sua legitimidade e a necessidade de apoio à sua expansão e consolidação. Apesar dos avanços, essas universidades enfrentam desafios como falta de financiamento, reconhecimento oficial limitado e dificuldades na implementação de políticas públicas eficazes. No entanto, a crescente mobilização social e a valorização das culturas indígenas apontam para um futuro promissor. A colaboração entre essas instituições pode contribuir para a superação desses obstáculos e para a consolidação de um modelo educacional justo e equitativo. As universidades comunitárias e pluriétnicas representam uma resposta essencial às demandas educacionais dos povos originários na América Latina. Os recentes convênios entre a Universidade Pluriétnica Aldeia Maracanã e la Universidad Autónoma Metropolitana de la Ciudad de México e la Universidad Nacional Autónoma de México são exemplos do potencial transformador dessas instituições. Para garantir seu fortalecimento, é necessário um compromisso contínuo de governos, sociedade civil e comunidades indígenas na construção de um ensino superior verdadeiramente intercultural e pluricultural. Diante do atual cenário de políticas públicas voltadas para a educação indígena, a UIPAM desafia o Estado brasileiro a repensar radicalmente suas abordagens, garantindo que a educação superior indígena seja um direito exercido com plena autonomia pelos próprios povos originários, sem a imposição de modelos externos que perpetuam a dependência e a subordinação epistemológica. O avanço para uma verdadeira universidade indígena requer não apenas ajustes institucionais, mas uma transformação estrutural que reconheça e valorize os saberes indígenas como epistemologias centrais e não periféricas dentro do campo educacional.

A URGÊNCIA DA ESCRITA: CHAMAMENTO DE MURAYCOKO

Danielle Gonzaga de Brito
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
daniellegonzaga@ufam.edu.br

O chamamento de Muraycoko é um convite para uma escrita indígena transcultural, isso significa que se trata de um formato de escrita em construção e em contínuo movimento, que dialoga com epistemologias outras e que precisa atuar como ferramenta de fortalecimento de afirmações indígenas. Ela se apresenta como tecnologia de resistência onde vozes, que são subalternizadas pela escrita hegemônica e logocentrada, podem ecoar. O refazimento da escrita da História por uma prática de escrita indígena alimenta a perspectiva de insurreição de saberes na inversão de lugares. Do lugar do “Outro”, passo a ser eu mesma, Danielle Munduruku, mesmo quando as escritas tratam de vozes de outros sujeitos munduruku, pois meu processo de autoria apenas é possível na coletividade. Em seu tempo, Muraycoko complexizou e repensou a escrita do povo munduruku. Seus registros estão presentes ainda em nosso tempo nas pedras do território sagrado do povo munduruku. A incorporação e construção de novas técnicas não fez de Muraycoko desrespeitar a cultura tradicional de nosso povo, pelo contrário. A existência das marcações da presença da escrita de Muraycoko é testemunho do território ancestral do povo munduruku. Fazendo uma analogia com a nossa contemporaneidade, enfatizo que ao ressignificarmos a escrita ocidental na construção de uma escrita indígena, não estamos desvalorizando ou desrespeitando nossos conhecimentos tradicionais e não estamos colocando a oralidade em segundo plano. A escrita indígena além de possibilitar que eu seja a própria narradora e escritora de minha e de nossa história, também se apresenta como um espaço de diversidade e fortalecimento de perspectivas pluriculturais. Nessa possibilidade de adiar fins de mundos, a pluridiversidade de pensamentos e epistemologias ganha espaço e musculatura em processo de transculturação. Escrever nossas próprias histórias, além de fortalecer a oralidade de nossos povos, alimenta a possibilidade de relações sociais diversas com respeito às diferenças. Sobre essa perspectiva, Edson Kayapó fala sobre a construção de um novo compósito de circulação de saberes para que equívocos sejam evitados. Já o escritor Daniel Munduruku tem insistido em lembrar que embora sejamos povos com ancestralidade, também somos sujeitos do contemporâneo. Quando o munduruku lembra ao Ocidente que nós, povos indígenas, vivemos no agora, é para enfatizar que somos interseccionados pelas mudanças conjunturais e, mesmo dessa maneira, conseguimos manter vivas nossas culturas e nossas diferentes compreensões sobre o mundo. A partir da prática de nossas escritas indígenas ecoaremos ainda mais nossas vozes e nossas versões sobre o mundo.

MUKÁ MUKÁÚ: OS DESAFIOS DA RETOMA IDENTITÁRIA DE INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANO

Amanda Mara Lopes de Oliveira Goytaká

UIPAM

anim.ambo.goytaka@gmail.com

A pesquisa realizada para a produção de monografia na Faculdade de Formação de Professores/UERJ, aborda a retomada identitária de indígenas em contexto urbano no Rio de Janeiro, a partir de uma narrativa coletiva situada na Aldeia Maraká'nã. A partir de trajetórias marcadas pelo "não-lugar", pelo apagamento étnico e pelo reencontro com a ancestralidade Goytaká, destacando a Aldeia como território sagrado e epicentro da retomada indígena urbana. A metodologia, definida como Tybyra, articula História Oral, escrivência, pesquisa de campo e História das Ideias, combinando epistemologias acadêmicas e cosmovisões originárias. Entrevistas com indígenas em retomada, vivências no território e análise crítica das políticas de etnocídio estruturam o corpus da pesquisa. O trabalho examina a história da Tekohaw Maraká'nã, desde o período colonial até sua retomada contemporânea, evidenciando como genocídio e etnocídio atuaram como políticas de Estado na produção do apagamento identitário. Discute também conceitos como etnogênese, memória, pertencimento e retomada, além de narrativas de parentes que vivem processos semelhantes de reconexão ancestral. A análise destaca o caráter político da autoafirmação indígena e o crescimento da população indígena urbana registrado pelo Censo 2022. Concluímos, reafirmando que a retomada identitária é um movimento coletivo de cura, resistência e reorganização sociopolítica que enfrenta séculos de colonialidade. A Aldeia Maraká'nã aparece como lugar de memória, formação, fortalecimento e reconstrução de laços espirituais e comunitários. A pesquisa defende a urgência de práticas contra-coloniais na produção do conhecimento e aponta que "voltamos sempre", pois a ancestralidade continua a guiar os caminhos de retorno para casa.

O PAPEL DA MULHER NO FORTALECIMENTO DO MOVIMENTO INDÍGENA DO BAIXO TAPAJÓS, A PARTIR DO CONHECIMENTO ADQUIRIDO NA FORMAÇÃO ESCOLAR

Jecilaine Ferreira Silva

ALTER DO CHÃO

jeciborari@gmail.com

O presente trabalho partiu do entendimento vivenciado no dia a dia, desde o início da minha participação no movimento indígena, ao observar as mudanças que ocorreu com a participação mais ativa das mulheres nos enfrentamentos, relacionados aos direitos e a permanência nos territórios, e ao ocupar os paços de discussões, além das tonadas de decisões. Para entendermos esse fenômeno, iniciamos pesquisa sobre o fortalecimento do movimento indígena em Santarém, a partir do protagonismo das mulheres, levando em consideração a sua importância na formação histórica, profissional e social como suporte da descoberta consciente de si própria como um ser transformador, com plenos poderes e sabedoria em interferir nas ações cotidianas de uma sociedade racista e muitas vezes, machista; observando a capacidade de dialogar com igualdade, temas que antes eram tratados apenas entre homens. A pesquisa é de caráter bibliográfica ao qual usaremos trabalhos acadêmicos desenvolvido por mulheres indígenas da região, como estudo da legislação que respalda a inserção de conhecimentos das mulheres indígenas em seus territórios, e de campo, onde coletaremos materiais em encontros locais e regionais, além de participação das mulheres indígenas do Baixo tapajós em eventos nacionais e internacionais, seja em discussões políticas territoriais, educacional, de saúde, ambiental e na arte.

DZATO: UM ESTUDO DO PARICÁ E SEUS PODERES NA COSMOLOGIA BANIWA

Geovane Figueiredo Da Silva

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

geovane.silva@ufam.edu.br

Este trabalho é desenvolvido no curso de Mestrado, de maneira aprofundada as formas de identificação, transformação, usos e sentidos do paricá (dzato) na cosmologia Baniwa, compreendendo não apenas como planta, mas como substância ritual dotada de agência, memória e potência espiritual. Entre os Baniwa, o paricá ocupa posição central na formação dos pajés, nos processos de cura, na comunicação com os sujeitos com os quais os humanos se estabelecem e na estruturação das relações sociais entre humanos. Por isso, compreender o paricá implica também

compreender dimensões fundamentais da vida social, do território e das práticas de conhecimento do povo Baniwa. Esta pesquisa faz parte da identificação e caracterização das variedades de paricá conhecidas pelos especialistas baniwa, analisando os diferentes tipos de plantas. Cada variedade apresenta usos e potências específicas, e essa classificação envolve tanto observações técnicas quanto relações espirituais e narrativas de origem. Assim, o eixo da pesquisa busca descrever como essas formas de saber são acionadas pelos conhecedores, como orientam a coleta e como se relacionam ao modo de eficácia da substância. A pesquisa se dedica a documentar detalhadamente os modos de processamento do paricá, desde a busca na mata até a preparação final do pó. A coleta envolve rituais de respeito e cuidado do corpo, pois os especialistas afirmam que a planta reage ao modo como é tratada. Mais do que um preparo material, trata-se de um processo que articula corpo, conhecimento, técnica, memória ancestral e responsabilidade espiritual. A pesquisa se inicia com levantamento bibliográfico sobre o uso do paricá entre diferentes povos amazônicos, organizado em uma tabela comparativa que permite identificar padrões regionais e especificidades dos povos do Rio Negro. Em seguida, será realizada pesquisa de campo na comunidade Uapui-Cachoeira, Rio Ayari, no mês de janeiro de 2026, com acompanhamento direto das práticas e conversas com especialistas, especialmente o pajé Eugênio, do povo Medzeniako, clã Hohoodene. Como membro da comunidade e parente do principal conhecedor, estou em condição legítima para receber essa transmissão, o que faz deste estudo também um processo de reafirmação do corpo-território-memória indígena. Com isso, espera-se contribuir para o fortalecimento da ciência indígena e para a valorização do paricá como conhecimento vivo e fundamental à cosmologia Baniwa.

DZEKATTINAI MEDZENIAKONAI IDZAADA: TECNOLOGIAS DO POVO MEDZENIAKO, CIÊNCIAS E RELAÇÕES COM O TERRITÓRIO.

Ronaldo Adzaneeni
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
ronaldo21002@gmail.com

Dzeekattinai “Tecnologias” do povo que envolve toda a ciência Medzenaiko e sem dúvida de outros povos também. Ciências que nos levam para reflexões sobre as nossas relações com o local e território onde vivemos. É reflexão que permeia pela nossa conexão e relação com a natureza/floresta/meio ambiente/paisagens/território/corpo. A compreensão das relevâncias das dzeekattinai “tecnologias” do povo começa a partir da “educação do povo”, a qual é fundamental para o reconhecimento, fortalecimento e valorização das “tecnologias”. Assim como é fundamental refletir sobre mudanças climáticas a partir das “Tecnologias”. Nesse sentido proponho esta temática de trabalho com objetivo de aprofundar as discussões sobre as ciências do povo Medzeniako e outros povos. Sendo fundamental as discussões dentro das academias, nos territórios, aldeias, comunidades e diálogo com os sábios a partir das realizações e construções de atividades voltados a esta temática de trabalho.

DA FORMAÇÃO INICIAL AO MESTRADO PROFISSIONAL: VIVÊNCIAS DE UM PROFESSOR INDÍGENA EM BUSCA DA INTERCULTURALIDADE DIALÉTICA

Katop it Xikrin
Antonia Zelina Negrão de Oliveira
katop13xikrin@gmail.com

O presente estudo tem por objetivo apresentar as vivências experienciadas por um professor indígena, do povo Xikrin do Cateté, do município de Parauapebas/Pa, desde a formação inicial, no Curso de Pedagogia, na Universidade do Sul e Sudeste do estado do Pará (UNIFESSPA) até o Mestrado Profissional no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar Indígena (PPGEEI), na Universidade do Estado do Pará (UEPA). As experiências caminham para uma trajetória acadêmica marcada por movimentos de apropriação do espaço cognitivo acadêmico, de forma muito diferenciadas no que diz respeito à formação inicial e à continuada. A metodologia utilizada pauta-se na perspectiva de uma interculturalidade dialética, concebida pelo pesquisador indígena, Gerssem Baniwa, e nas vivências próprias do sentir e pensar, deste pesquisador indígena, que escreve este resumo. As cosmopercepções alcançadas apontam para a necessidade de uma formação docente, que se alinhe à justiça cognitiva, tão desejada pelos povos indígenas.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 32 - POVOS INDÍGENAS E MISSÕES RELIGIOSAS NA ABYA YALA (SÉCULOS XVI-XIX)

Coordenação:

Guillaume Candela (Cardiff University/United Kingdom)
Carlos Daniel Paz (FCH-UNCPBA, Argentina)

Resumo do Simpósio Temático: A América Indígena, também conhecida como Abya Yala é, e sempre foi, o lar, o local de moradia e existência de variados povos indígenas que, em diferentes momentos históricos, estabeleceram diversas relações com agentes do clero secular e missionários. Estes últimos reduziram as populações indígenas, na maioria dos casos em locais diferentes daqueles onde originalmente habitavam, com o objetivo manifesto de afastá-las de expressões rituais como danças, cantos e a ingestão de algumas bebidas de concentração alcoólica diversa, consumidas em contextos cerimoniais que davam sentido à comunidade; a imposição do batismo dos recém-nascidos e adultos reduzidos; a introdução da cultura letrada; a transformação da estrutura familiar e a formação de cacicados, às vezes hereditários e, claro, novas formas de relacionamento com o território e a Natureza. A história dos povos indígenas e sua relação com as diferentes ordens religiosas foi, em parte, esvaziada pela forte representatividade que a historiografia concedeu à Companhia de Jesus. A sobre-representação da presença jesuítica no Abya Yala, por vezes, nos faz esquecer como os franciscanos, por exemplo, administraram povos indígenas muito antes da chegada dos inicianos. Mesmo após a expulsão da Companhia (em 1759 das possessões portuguesas e em 1767 dos territórios sob administração espanhola), a relação das populações indígenas com as suas aldeias continuou, assim como as encomiendas e as missões de outras ordens; lugares onde as autoridades indígenas continuaram exercendo um poder compartilhado com os agentes coloniais. Dessa forma, é possível observar a partir do registro documental, como no caso dos guaranis, que os indígenas que tiveram uma relação com os jesuítas, reformularam algumas práticas sociais e rituais que permitem pesquisar a memória nativa e a relação destes com diferentes missionários ao longo do tempo. Por tudo isso, convidamos vocês para apresentar e debater pesquisas originais desenvolvidas por intelectuais indígenas e acadêmicos não indígenas, bem como comunicações apresentadas por membros de comunidades nativas que possibilitem construir uma reflexão conjunta sobre as seguintes questões, bem como outras que não tenham sido contempladas nesta proposta.

LAS NOCIONES DEL CUERPO FEMENINO, EL PARTO Y LA MATERNIDAD ENTRE LOS AJCHAMEN DE LA ALTA CALIFORNIA

Diana Roselly Pérez
UNAM-IIH
dianaroselly@unam.mx

Cuando fray Gerónimo Boscana llegó a la Alta California, los franciscanos llevaban cuatro décadas de actividad misional en la región. Pero a diferencia de sus antecesores, Boscana se ocupó, además de su labor de catequesis, en dejar una recopilación de noticias sobre las costumbres y formas de vida de los ajchamen, también conocidos como diegueños o juaneños que habitaban en la región cercana a la actual ciudad de San Diego en E.U. Desde su perspectiva de hombre ilustrado y de fe, Boscana dejó noticias sobre rituales femeninos que las mujeres acjachemen realizaban en momentos como la menarquia, el parto o bien de intervenciones corporales como ablaciones genitales. Esta propuesta se propone hacer una mirada decolonial con perspectiva de género de las concepciones bajo las cuales se representaron y se disciplinaron los cuerpos femeninos acjachemen.

A ANTIGA PROVÍNCIA DO GUAIRÁ E AS REDUÇÕES JESUÍTICAS NA MARGEM PAULISTA DO RIO PARANAPANEMA

Beatriz Mercês de Souza dos Santos
Universidade Estadual Paulista
beatriz.mercês@unesp.br

Introdução. A Província do Guairá representa, atualmente, o estado do Paraná e, em 1494, por meio do Tratado de Tordesilhas, esse território foi colocado como pertencente aos espanhóis; entretanto, havia discussões entre Portugal e Espanha sobre onde passaria exatamente essa linha imaginária. Por isso, essa província ficou conhecida como o núcleo de expansão do colonialismo, centralizando os conflitos socioeconômicos e étnicos. Antes do processo de

colonização, o Guairá era povoado pelos Guarani e pela família linguística Jê, evidenciados por Parellada (2009) pelos Kaingang e os Xokleng, que tiveram contato com europeus que comandavam expedições que saíam do litoral brasileiro e pretendiam chegar ao Paraguai. Segundo Bogoni (2008), o objetivo de colonizar a região do Guairá pelos espanhóis era subordinar os indígenas para deter o avanço dos portugueses a oeste da linha de Tordesilhas. Nesse sentido, foram instauradas as primeiras grandes Reduções Jesuíticas pela Companhia de Jesus: Nossa Senhora do Loreto e Santo Inácio Menor. Desenvolvimento. Para além das 15 Reduções Jesuíticas fundadas a partir de 1610 na antiga Província do Guairá, temos a evidência dos Sítios Arqueológicos Alvim e Taquaruçu com evidência de influência/interferência jesuítica na sua cultura material, no caso, a cerâmica, na margem paulista do Rio Paranapanema. O Sítio Taquaruçu está a 745 metros da Redução de Nossa Senhora do Loreto e o Sítio Alvim a 8 quilômetros da Redução de Santo Inácio Menor. Considerações finais. De acordo com Thomaz (1995) e Faccio (2011), os Sítios Alvim e Taquaruçu são colocados como as pequenas Reduções de Maracanã e Arará. Hernández (1913) relata que essas Reduções tiveram curta duração pela falta de padres, sendo abandonado em 1628, pelo ataque dos bandeirantes, migrando, então, para Loreto. Para Thomaz (1995), a expansão das Reduções Jesuíticas no estado de São Paulo só não foi concretamente estabelecida por conta desses ataques. Zuse e Milder (2008) evidenciam que o objetivo máximo dos jesuítas era a desestruturação do simbolismo cultural dos Guarani, sendo possível a sua dominação. Assim, as Reduções Jesuíticas provocaram mudanças na estrutura social, política e econômica, além da mudança na técnica de confecção da cerâmica, passando a existir uma coexistência de elementos Guarani e europeus, que podem ser classificados como influência/interferência jesuítica nos sítios arqueológicos mencionados.

EXPULSÃO DOS JESUÍTAS A MANDO DAS “MULHERES DA TORRE”, POR CURRALEIROS E PELO CAPITÃO “FERNANDINO DA ALDEIA DOS ÍNDIOS DA VARGE” COM 150 “CABOCLOS” E INDÍGENAS ALDEADOS (1696-1703)

Solon Natalício Araújo dos Santos
SEC-BA
s_natalicio@yahoo.com.br

Diante das relações ora amistosas ora conflituosas entre os missionários e os curraleiros ou sesmeiros, esta pesquisa busca investigar o papel indígena diante de um desses desentendimentos que resultaram na expulsão do jesuíta Filipe Bourel e mais quatro missionários que atendiam os aldeamentos de Acará, Curumambá e Sorobabé. Quem estava envolvida na destruição das missões jesuíticas foram as chamadas “mulheres da Torre”, Leonor Pereira Marinho, sobrinha e viúva de Francisco Dias d'Ávila, o 2º, e Catarina Fogaça, irmã de Francisco Dias d'Ávila e mãe de Leonor Pereira Marinho, o procurador da Casa da Torre, Antonio Gomes de Sá, o capitão indígena o “Fernandino da aldeia dos índios da Varge” e sua tropa de 150 “caboclos” e indígenas aldeados. Pelas mulheres da Torre e o seu procurados, inferimos que o motivo da discórdia era o interesse nos aldeamentos indígenas, em suas terras e o controle e a disponibilidade de sua mão de obra para diversos trabalhos. Mas quais seriam as motivações dos vaqueiros, do capitão “Fernandino da aldeia dos índios da Varge” e seus comandados? A Coroa ordenou uma devassa e mandou devolver as aldeias aos padres jesuítas. Contudo, diante dos abusos que seus missionários sofreram, os jesuítas se recusaram a retornar e por volta de 1697, os jesuítas abandonaram definitivamente os aldeamentos das Jacobinas. Leonor Pereira Marinho logo se apressou em comunicar às autoridades coloniais que enviara um emissário às aldeias do rio São Francisco, para persuadir os colonos a receberem os missionários jesuítas. O arcebispo D. João Franco de Oliveira escreveu ao rei D. Pedro II inocentando as “mulheres da Torre”, que viviam a 150 léguas de distância (aproximadamente 900 km), os procuradores e vaqueiros. E acabou responsabilizando os índios por terem promovido um levante contra os missionários e expulsado os jesuítas. Posteriormente, a pedido de D. Leonor Pereira Marinho, os trabalhos missionários foram ocupados pelos carmelitas descalços de Santa Tereza e franciscanos, os preferidos da Casa da Torre e dos Guedes de Brito. Em 23 de novembro de 1700, a Coroa intercedeu a favor da política missionária, por meio de um alvará régio que determinava que cada missão teria a demarcação de uma légua quadrada de terras para o sustento dos índios aldeados e missionários. Desse complexo quadro, percebe-se que a expansão do projeto colonial no Sertão das Jacobinas partia do interesse de diversos agentes colonizadores, da Coroa e dos indígenas que ora eram convergentes, ora eram divergentes.

MITOLOGIAS E COSMOLOGIAS: RELIGIÃO NA TRÍPLICE FRONTEIRA RORAIMA, GUIANA E VENEZUELA

Adriana Albano
Universidade Federal de Roraima (UFRR)
adriana.albano@ufrr.br

Esta comunicação versa sobre a religião Areruya dos Ingarikó da aldeia Manalai, localizada no estado de Roraima, compara o discurso de dois mitos sobre a origem do atual Areruya. Um dos mitos foi transcrito por Audrey Butt Colson (1960) na década de 1950 e o outro pela antropóloga Maria Virgínia do Amaral (2019) entre 2014 e 2017. No texto detalhado de Amaral (2019), seguindo um caminho inaugurado por Butt Colson (1960), a autora descreve o Areruya e explica minuciosamente suas possíveis origens históricas. Estabelece relações estruturais entre as versões do mito ameríndio que apontam para a apropriação de elementos da religiosidade cristã e afirma que, “já em suas manifestações embrionárias, Areruya não parece ter pretendido ser outra coisa que a tradução indígena de aspectos das religiões cristãs”. A autora descreve e analisa minuciosamente cada detalhe da história, cultura e comportamentos do grupo Ingarikó. A partir desse estudo, nossa proposta investigará as articulações que fizeram o que era uma “manifestação embrionária” transformar-se em uma manifestação religiosa original e descolada de sua vertente inicial. O objetivo da comparação entre os dois discursos foi apresentar as articulações de cada um para uma nova configuração cosmológica e social, a partir da chegada do colonizador. Para tanto, fizemos uso da ideia de entre-lugar oriunda dos estudos de Homi Bhabha (2001) – em O local da cultura –, porque ela permite utilizar o método de análise de textos como discurso sem fixar algum sentido intrínseco a eles, criando um espaço deslizante. PALAVRAS-CHAVE: Areruya; Ingarikó; Mitos; Entre-lugar.

ENTRE MITOS E RELIGIÃO: UM OLHAR SOBRE OS KORIPAKO

Esly Camico Mandu
AM
eslykoripako@gmail.com

Este trabalho analisa as crenças de origem do povo Koripako, enfatizando a coexistência entre mitos tradicionais e a influência da religião evangélica introduzida na região há cerca de sete décadas. As narrativas de origem, classificadas pela comunidade em costume (costume), mitos e religião, revelam uma dualidade que marca profundamente a identidade cultural: de um lado, os saberes ancestrais que explicam o mundo, o território e os fenômenos naturais; de outro, as crenças cristãs que foram incorporadas ao cotidiano das aldeias. O objetivo central é discutir como essas duas vertentes - mitos e religião ocidental - moldam a cosmovisão Koripako e como são preservadas e transmitidas às novas gerações, mesmo diante das pressões externas da sociedade não indígena. A metodologia adotada foi qualitativa, com enfoque autoetnográfico, em que foi utilizado a autorreflexão como ferramenta principal, complementada por pesquisa bibliográfica sobre o território do Içana, entrevistas com lideranças anciãs e professores, além da observação participante no cotidiano da aldeia. Essa abordagem permite compreender, a partir de uma perspectiva interna, como os mitos e a religião se entrelaçam na vida comunitária. O trabalho mostra que a atuação da missionária Sophia Müller, responsável pela tradução da Bíblia para a língua Koripako, marcou o início de uma transformação cultural significativa. Parte da comunidade passou a considerar os mitos como costumes antigos, enquanto outros adotaram uma postura de sincretismo, associando o Deus cristão ao ser mítico primordial Napirikoli. Apesar da evangelização, os mitos continuam presentes em narrativas ligadas a lugares sagrados e em histórias transmitidas pelos anciãos, evidenciando sua relevância na memória coletiva e na explicação da origem dos clãs, territórios e fenômenos naturais. Os resultados indicam que, embora alguns líderes religiosos considerem os mitos ultrapassados, eles permanecem vivos e atuantes na cosmovisão Koripako. Observa-se que, ao abordar qualquer aspecto da vida comunitária - seja origem, território ou práticas culturais - os mitos inevitavelmente emergem como referência. Conclui-se que, mesmo diante da influência da sociedade moderna e da religião ocidental, os Koripako tentam resistir e preservar as suas mitologias, transmitindo-as às novas gerações como forma de valorização da história e da tradição. Assim, este estudo contribui para ampliar o conhecimento sobre as mitologias amazônicas e reforça a importância de reconhecer a resistência cultural dos povos indígenas frente às transformações sociais e religiosas.

ÛTCHIGÜNE (CAMINHAR CRESCENDO): A FORMAÇÃO DE UMA COMUNIDADE TIKUNA E SUAS PRÁTICAS RELIGIOSAS

José Fernandes Mendonça
ProMuseu Nacional/ UFRJ
biofernandesufrj@gmail.com

João Pacheco de Oliveira
Museu Nacional-UFRJ
Jpo.antropologia@mn.ufrj.br

Este resumo apresenta o trabalho de pesquisa que gerou a tese “Ütchigüne (Caminhar Crescendo): A formação de uma Comunidade Tikuna e suas práticas religiosas”, resultante de pesquisa etnográfica realizada na comunidade indígena Tikuna de Filadélfia, no Alto Rio Solimões. A investigação analisa o processo histórico e social de constituição da aldeia, destacando o papel central da espiritualidade e dos movimentos religiosos na organização comunitária e na afirmação da identidade Tikuna. A partir de entrevistas, narrativas orais e observação participante, o estudo descreve como práticas cristãs — especialmente igrejas indígenas evangélicas e movimentos messiânicos — foram incorporadas, reinterpretadas e ressignificadas pelos Tikuna como instrumentos de coesão social, resistência cultural e fortalecimento político. Observa-se que a vida religiosa estrutura formas de cuidado, reciprocidade e tomada de decisão, permeando desde a resolução de conflitos até a manutenção do território e das relações de parentesco. Os resultados mostram que a aldeia Filadélfia constitui um espaço dinâmico de reinvenção cultural, no qual elementos do cristianismo dialogam com saberes ancestrais, compondo uma espiritualidade própria que sustenta projetos de autonomia e continuidade histórica. A pandemia da COVID-19 evidenciou a capacidade de adaptação das práticas religiosas e a centralidade da fé coletiva na proteção da comunidade. Conclui-se que a formação da aldeia e suas dinâmicas religiosas revelam a agência Tikuna na construção de mundos sociais plurais, reafirmando sua presença no Alto Solimões e contribuindo para os debates antropológicos sobre cristianismos indígenas e produção local de saberes.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 33 - POVOS INDÍGENAS, SOCIODIVERSIDADES E DEBATES EDUCACIONAIS

Coordenação:

Adauto Santos da Rocha (UNEB)

Resumo do Simpósio Temático: Nas últimas décadas, os protagonismos das populações indígenas, dentro e fora dos ambientes universitários, contribuíram sintomaticamente para uma nova escrita da história nacional, considerando múltiplas formas de expressões culturais, linguísticas e sociais dos povos originários. Desde a segunda metade do século XX, marcos legislativos construídos com forte atuação indígena são utilizados para fortalecer as mobilizações em busca de reconhecimento étnico, fortalecimento identitário e autonomia. Da Constituição Federal de 1988 a atualidade, novos capítulos sociais têm sido escritos com os povos, na defesa de uma educação escolar mais justa, territorializada, equitativa e pluralizada. Recentemente, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), implantou o Campus Intercultural Opará em Jeremoabo, fortalecendo a formação superior de povos indígenas daquela região através de propostas curriculares específicas. Desse modo, com este ST, buscaremos fomentar discussões que abordem as sociodiversidades indígenas em ambientes escolares e universitários, o ensino da temática indígena na Educação Básica, bem como, estudos sobre formas de mobilizações e atuações indígenas em busca de direitos específicos. Para tanto, pretendemos reunir estudantes, pesquisadores e professores (indígenas e não-indígenas, inclusive do Campus Intercultural Opará) que desejem apresentar suas pesquisas e fortalecer as discussões sobre os papéis históricos desempenhados por povos indígenas para a construção de uma sociedade mais pluralizada, tomando como ponto de partida o ensino da temática indígena em distintos ambientes e níveis educacionais, assegurado legalmente pela Lei 11.645/2008.

REPRESENTAÇÃO INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO: O CASO DA COMUNIDADE KATOKINN EM PARICONHA, ALAGOAS

José Adelson Lopes Peixoto
Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL
adelsonlopes@uneal.edu.br

Introdução: A representação dos povos indígenas nos livros didáticos ainda apresenta limitações, restringindo-se frequentemente a estereótipos e conteúdos históricos passados. Este artigo analisa a situação da educação indígena na escola de educação básica da comunidade Katokinn, localizada em Pariconha, Alagoas, relacionando o uso do livro didático à realidade local. **Desenvolvimento:** Considera-se a importância de materiais específicos para a cultura indígena, que promovam inclusão, valorização cultural e cidadania, destacando a necessidade de políticas públicas efetivas para educação, saúde, demarcação de terras e acesso à água. A pesquisa demonstra que, embora o livro didático seja ferramenta relevante, ele deve ser adaptado ou complementado para atender às demandas educativas das aldeias, fortalecendo a identidade cultural e a aprendizagem significativa dos alunos. Para contextualizar tal situação, descreve a trajetória do povo indígena Katokinn, destacando seu processo de reconhecimento identitário, a organização comunitária e o movimento de reivindicação territorial diante da negação histórica de direitos. O estudo fundamenta-se em pesquisa bibliográfica, análise de documentos institucionais, principalmente o livro didático e na análise da trajetória política do povo Katokinn. **Conclusão:** Conclui-se que a organização comunitária, o fortalecimento identitário e a articulação política, aliados à educação escolar específica têm assegurado aos Katokinn avanços significativos no reconhecimento étnico, embora a demarcação territorial permaneça como desafio diante de obstáculos burocráticos e históricos. **Eixo Temático:** Povos indígenas, sociodiversidades e debates educacionais.

EXPERIÊNCIAS DE MULHERES INDÍGENAS JAVAÉ DIANTE DO “EDUCAR”: PROVOCAÇÕES PLURIEPISTÊMICAS DO PENSAMENTO ÉTNICO-RACIALIZADO

Ana Jaimile da Cunha
UFPB
jaimilecunha@gmail.com

Lubederu Mairea Javaé

No intuito de refletir e trazer à tona relatos, questionamentos e fundamentos de saberes indígenas, sob um pensar pluriepistêmico, que busca ultrapassar o ideário positivista moderno, branco, posto a partir das bases de uma suposta ciência universal, neutra e objetiva, que reflete tão somente um dos diversos paradigmas ocidentais, racistas, ainda prevalentes em nossas ações e instituições de pessoas colonizadas e que se transpõem às nossas salas de aula, apresentamos o presente artigo como uma maneira de refletir através das epistemes e lentes indígenas, e através das histórias de vida de alunas indígenas javaé. A partir das bases epistemológicas deste pensar, esta discussão parte de experiências adquiridas durante as relações de ensino/aprendizagem com que temos nos deparado em diferentes circunstâncias de cursos técnicos e tecnológicos, e em aldeias indígenas, e que muito têm a dizer diante das relações (in) disciplinares e institucionalizadas, que evocam compreensões e aspirações outras sobre as vidas e seus territórios. Aqui também buscamos refletir sobre os caminhos, os “onde e como” a diversidade dos saberes e pensamentos atravessam e se posicionam perante as práticas formais, eurocentradas e positivistas de ensino que atravessam as instituições de ensino. As linguagens e formas desenvolvidas neste pensar em conjunto evidenciaram os desafios múltiplos impostos pelas violências brancas, institucionalizadas pelas normas e regulamentos que evidenciam os dispositivos da racialidade, de biopoder, de um epistemicídio, de um racismo étnico e cultural identificados nas histórias de vida de nossos alunos e alunas. Trata-se de pensar que estamos aqui tentando estabelecer um diálogo, não entre iguais, pois definitivamente sabemos que não somos. Há profundas diferenças em nossas constituições ancestral, sociológica e epistemológica, que nos atravessa de modos muito distintos, nas dimensões culturais, espiritual e cognitivas.

A DIRETORIA GERAL DOS ÍNDIOS NA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS: TERRA, TRABALHO E CONFLITOS INDÍGENAS (1845 – 1872)

Brunemberg da Silva Soares
SEMED-Palmeira dos Índios/AL
brunemberg@gmail.com

O presente estudo analisa a atuação da Diretoria Geral dos Índios na Província das Alagoas entre 1845 e 1872, período delimitado pelo Decreto Imperial nº 426, que instituiu o Regulamento das Missões, e pela extinção oficial dos aldeamentos determinada pelo presidente provincial Silvino Elvídio Carneiro da Cunha. A pesquisa insere-se no contexto de consolidação do Estado imperial brasileiro e das políticas indigenistas voltadas à “catequese”, “civilização” e integração compulsória dos povos indígenas à sociedade nacional a partir do controle dos territórios que habitavam e da exploração de sua força de trabalho. Objetivamos compreender as relações de poder entre o governo provincial, as oligarquias latifundiárias canavieiras e as populações indígenas aldeadas, problematizando a estrutura funcional da Diretoria Geral dos Índios, a ocupação de seus cargos por membros das elites locais e os mecanismos de expropriação territorial e exploração laboral amparados pela legislação imperial, especialmente o Regulamento das Missões (1845) e a Lei de Terras (1850). O estudo destaca a figura do diretor geral José Rodrigues Leite Pitanga, oligarca e senhor de engenho que ocupou o cargo durante toda a existência do órgão em Alagoas, bem como a figura dos diretores parciais, revelando a convergência de interesses entre o aparelho estatal e os grandes proprietários rurais. Desse modo, observamos que a Diretoria Geral dos Índios funcionou como instrumento de apropriação territorial e laboral em benefício das plantations canavieiras, mas não logrou eliminar por completo a presença e a resistência indígena em Alagoas. A partir de pesquisa bibliográfica e análise de documentação do Arquivo Público de Alagoas (APA), do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) e do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL), buscamos refletir sobre a política indigenista no XIX, com destaque para a província das Alagoas, com o objetivo de romper com a narrativa tradicional de passividade indígena, evidenciando formas de resistência, negociação, adaptação e protagonismo diante das estratégias de controle e invisibilização promovidas pelo Estado e pelas oligarquias provinciais.

MEMÓRIAS, EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA DO POVO INDÍGENA ATIKUM NO TOCANTINS

Marinalva da Silva Rodrigues Miranda
marinalvadasilvarodrigues@gmail.com

Jocyléia Santana dos Santos
jocyleiasantana@gmail.com

Maria de Lourdes Leoncio Macedo
Universidade Federal Tocantins (UFT)

O povo Atikum, em seus deslocamentos históricos, preserva memórias que permanecem vivas mesmo longe de seu território originário. Migrados do sertão pernambucano para o Tocantins na década de 1940, estabeleceram-se na zona urbana de Gurupi, onde seguem reafirmando sua identidade e mantendo laços culturais fundamentais. Este trabalho objetiva narrar e valorizar a história, as práticas culturais e os modos próprios de educação desse grupo, a partir do registro de memórias construídas por meio de entrevistas, conversas, fotografias e narrativas orais. A pesquisa discute o processo de etnogênese e de reconstrução da identidade étnica, analisando o reconhecimento oficial como povo indígena e as estratégias de resistência mobilizadas frente ao preconceito, à invisibilidade social e à ausência de políticas públicas específicas. A educação entre os Atikum configura-se como um processo contínuo, coletivo e intercultural, expressa nas experiências cotidianas, nos rituais, nas histórias dos mais velhos e no vínculo permanente com a ancestralidade. Mesmo inseridos no contexto urbano, preservam práticas tradicionais que fortalecem o pertencimento e sustentam conhecimentos transmitidos entre gerações. A metodologia adotada é qualitativa, fundamentada na História Oral Temática, com uso de entrevistas semiestruturadas, observação participante e registros audiovisuais, envolvendo anciãos e jovens selecionados em razão de suas trajetórias e vínculos comunitários. Espera-se, como resultados, contribuir para o fortalecimento da memória coletiva, a valorização dos saberes culturais, a produção de materiais que preservem as narrativas e a ampliação do reconhecimento social do povo Atikum no Tocantins. O estudo evidencia os desafios impostos pelo ambiente urbano e ressalta os modos próprios de ensinar e aprender que reafirmam a resistência cultural e a continuidade da identidade indígena.

AÇÕES AFIRMATIVAS PARA POVOS INDÍGENAS EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: COMO A UFPA GARANTE O ACESSO?

Gabriel Silva Braga
UFPA
gabriel.braga@ifch.ufpa.br

As ações afirmativas para povos indígenas avançaram consideravelmente para ingressar em cursos de graduação nas universidades públicas brasileiras, a partir da auto-organização dos povos indígenas em torno de pautas prioritárias que estes elencaram coletivamente. Sob a perspectiva de garantia de direitos, estas populações realizaram um movimento de questionar o Estado brasileiro. A partir dos anos 2000, houve discussões para iniciar reserva de vagas em instituições públicas de ensino superior, tanto para pessoas negras quanto para indígenas, em que as universidades foram pautadas a respeito da ausência destes grupos dentro das salas de aula. Com o avanço das demandas para se apropriar dos conhecimentos acadêmicos, a pós-graduação é vista como possibilidade para formar indígenas com mestrado e doutorado. Nesse sentido, este trabalho (em desenvolvimento) se propõe a analisar como ocorre o acesso de indígenas em programas de pós-graduação da Universidade Federal do Pará, visto que, recentemente, em pesquisa realizada pela Revista FAPESP, foi divulgado que, proporcionalmente, os indígenas formam menos mestres/as e doutores/as que pessoas brancas e negras. Metodologicamente, estou analisando os editais mais recentes de todos os PPGs da UFPA com foco na oferta de vagas em cursos de mestrado e doutorado, com o objetivo de mapear quais reservam vagas ou oferecem editais específicos para ações afirmativas (como é o caso do PPGSA) – de acordo com os dados da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPA, há 112 PPGs na instituição. Destes programas, analisei, até o momento do envio deste resumo, 64 PPGs e é possível concluir que a reserva de vagas para indígenas não é um consenso na UFPA – embora a resolução 5.230/2021 possibilite garantir ações afirmativas nos programas a critério de cada PPG e a nova lei de cotas assegura políticas de ações afirmativas. No campus sede (Belém), o Instituto de Ciências Biológicas possui 11 PPGs e apenas 03 ofertam reserva de vagas (e de forma irrisória), cujos programas são bem avaliados pela CAPES com notas cinco e seis. Nesse sentido, uma das conclusões possíveis é a ausência de uma política unificada e orientada da UFPA para os PPGs da instituição, que possua o objetivo de assegurar este direito para indígenas estudantes.

DA ALDEIA JATINÃ À 'PONTA DO RASO DA CATARINA': MIGRAÇÃO PANKARARÉ, RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E PROTAGONISMOS INDÍGENAS FRENTE O GADO DA CASA DA TORRE (XVII – XIX)

Marcos Manoel do Nascimento Silva
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
marcosmanoel.profhistoria@gmail.com

O povo Pankararé habita na Ecorregião Raso da Catarina, uma das oito ecorregiões do Bioma Caatinga, cujo clima predominante é o Semiárido. Com território demarcado e homologado entre os municípios de Glória, Paulo Afonso e

Rodelas, no estado da Bahia, os relatos indígenas remonta a um passado ancestral no antigo povoamento de Curral dos Bois de Santo Antônio da Glória, sob o etnônimo de “Índios Jatinã”, ou “Índios de Curral dos Bois”. Considerando a importância das reflexões da História acerca da temática indígena, em específico no Nordeste, objetivamos discutir os meandros que envolvem a migração Pankararé da Aldeia Jatinã para o atual território, diante da criação de gado bovino pela Casa da Torre, entre os séculos XVII e XIX, ponderando as motivações de ordem natural e de ordem social. Para isso, recorremos à intersecção entre a nova história indígena e a História Ambiental de forma interdisciplinar, dialogando com outras áreas do conhecimento, como a Antropologia, Biologia e a Geografia. Através da revisão bibliográfica e de fontes escritas, cartográficas e relatos orais, discutimos a importância do Rio São Francisco durante a colonização europeias, historicizamos os Pankararé, evidenciamos as relações com o ambiente habitado e as motivações que resultou na migração para a ‘ponta do Raso da Catarina’.

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS COMO TEORIA PARA COMPREENDER A SOCIODIVERSIDADE INDÍGENA

Rosely Tavares de Souza
Universidade Federal de Pernambuco
rosely.souza@ufpe.br

A presente comunicação propõe discutir a trajetória da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) no Brasil e examinar as perspectivas e desafios relacionados ao reconhecimento dos povos indígenas como grupo étnico historicamente construído e violentado no contexto do projeto colonial. A relevância do tema reside na urgência de superar o racismo e a invisibilidade da temática indígena nas práticas pedagógicas e nas aulas de ERER nas instituições de ensino superior. O artigo se estrutura em torno da Lei 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena, e estabelece um diálogo contínuo com as epistemologias indígenas, consideradas fundamentais para a transformação da sociedade brasileira por meio da educação. Do ponto de vista teórico, a pesquisa se apoia em autoras e autores que contribuem para a desconstrução do mito da “democracia racial”. São destacadas as reflexões de Lélia Gonzalez, especialmente sua análise sobre a interseccionalidade entre racismo e sexismo, que evidencia a vitalidade de seu pensamento para a ERER, e de Sueli Carneiro, com o conceito de “dispositivo da racialidade”, que sustenta a ERER como ferramenta de desconstrução das “imagens de controle” sociais. No diálogo com as perspectivas indígenas, o artigo incorpora as ideias de Ailton Krenak, particularmente os conceitos presentes em Ideias para adiar o fim do mundo, argumentando que a ERER deve integrar o saber da terra e a crítica ao modelo civilizatório hegemônico, expandindo-se em direção à noção de diversidade plena e à promoção de uma interculturalidade efetiva. Conclui-se que a ERER representa um avanço institucional significativo. Contudo, sua efetivação depende da contínua mobilização da sociedade civil e dos movimentos sociais, bem como da incorporação permanente dos saberes e epistemologias de intelectuais como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Nego Bispo e Ailton Krenak. As resistências políticas, sociais e curriculares são apontadas como os principais desafios a serem superados para que a ERER se consolide como um campo epistemológico comprometido com a construção de uma educação e de uma sociedade verdadeiramente equitativa e antirracista no Brasil.

ESCUITA: UM OLHAR A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS NO PROGRAMA AÇÕES SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA – POVO ENTRE SERRAS PANKARARU

Cleciane Maria do Nascimento Silva
Escola de referência Estadual Indígena Princesa Isabel
clecianenascimento19@gmail.com

Claudineia Maria do Nascimento Silva
Escola de referência Estadual Indígena Princesa Isabel
neiamaryni@gmail.com

Gilmara Rita da Silva Santos

Leidjane Maria dos Santos

O trabalho intitulado “Escuta : um olhar a partir das experiências no Programa Ação Saberes Indígenas na Escola – Povo Entre Serras Pankararu” teve como objetivo, sistematizar as experiências didáticas acerca da percepção das/os

cursistas quanto às contribuições do programa na sua formação e no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e significativas. Com metodologia qualitativa, foi utilizado um questionário com perguntas subjetivas, no intuito de compreender as contruições das formações orientadas pelo ASIE, bem como ouvir os anseios e os desafios enfrentados para contribuir com a redifinição de ações futuras. Esse processo de escuta, foi feito com um grupo de aproximadamente 25 cursistas, sendo respeitados a vez e a voz de cada uma e cada um, numa escuta sensível, atenta e comprometida com as vozes e a história de cada pessoa. Ao acolher essas vozes, o programa reafirma a importância de uma educação específica, diferenciada e intercultural, que valoriza diferentes formas de conhecimento e que promove o diálogo entre mundos, respeitando as especificidades culturais e fortalecendo identidades. Esse processo de escuta não se limita à coleta de informações; ele se funda na construção de um olhar sensível e atento, considerando que cada narrativa carrega uma história marcada por ancestralidade, resistência e inovação. Assim, a sistematização realizada busca não apenas registrar práticas e aprendizagens, mas também contribuir para a ampliação do entendimento sobre as múltiplas dimensões dos saberes indígenas, repensando novos caminhos para uma educação intercultural, inclusiva e comprometida com as futuras gerações, fortalecendo a parceria com o ASIE.

AGRICULTURA FAMILIAR E RECAATINGAMENTO: PRODUZINDO ALIMENTOS E CUIDANDO DA NOSSA MÃE NATUREZA.

Marcos da Silva Gonçalves
Escola Estadual Indígena Luiz Pereira Leal
eeilp2020@gmail.com

Genildo do Nascimento de Menezes
Escola Estadual Indígena Luiz Pereira Leal
genildomenezses25@gmail.com

Breno Emanuel Santos Lemos
Escola Estadual Indígena Luiz Pereira Leal
brenollemos27@gmail.com

A compreensão e prática da agricultura familiar é essencial para a segurança alimentar das comunidades indígenas, garantindo autonomia, cultura e preservação dos modos de vida tradicionais – movimento, luta e princípios, uma marca dos povos indígenas. Uma comunidade em processo de retomada do/pelo seu território – enfrenta desafios ambientais como seca, erosão, perda de espécies e diminuição da fertilidade do solo, além de uma herança marcada pelo manejo inadequado e exploratório, advindo daqueles nos expulsaram do nosso ambiente natural. Nesse sentido, este projeto – em andamento e que se configura permanente – busca integrar saberes tradicionais, educação ambiental e práticas sustentáveis, valorizando a relação espiritual e cultural com a Mãe Natureza na/dá Aldeia Serrotes dos Campos em Itacuruba – Pernambuco. Ao fortalecer a agricultura familiar e recuperar a Caatinga, estamos contribuindo para o recaatingamento, que por sua vez, é uma prática de recuperação da Caatinga, fundamental para restaurar o equilíbrio ambiental, proteger o solo, recuperar áreas degradadas e fortalecer a convivência sustentável com o Semiárido, por meio de práticas que nascem e se fortalecem através dos processos educativos e comunitários vivenciados na Escola Estadual Indígena Luiz Pereira Leal. O projeto nasce com uma turma de educação de jovens e adultos, alinhando-se às diretrizes da EJA, que focam em aprendizagem significativa ligada à realidade dos estudantes, mas não se restringe, contando também com a participação de estudantes de outras modalidades. Como resultados já é possível observar um maior engajamento dos estudantes, interesse em participar das atividades e orgulho pela valorização/reconhecimento dos saberes tradicionais.

TRANÇAS & RAÍZES QUE CONTAM HISTÓRIAS

Maria Isabel de Souza Santos
IFSertãoPE
maria.isabel8@aluno.ifsertao-pe.edu.br

Maria do Socorro de Souza Santos
IFSertãoPE
maria.socorro12@aluno.ifsertao-pe.edu.br

Rafael de Souza Santos

IFSertãoPE
rafael.souza@aluno.ifsertao-pe.edu.br

Kelly Cintra Gomes
IFSertãoPE
kelly.cintra@ifsertao-pe.edu.br

O presente trabalho relata experiências sobre a oficina intitulada: Tranças&Raízes que contam histórias, que tem como objetivo valorizar saberes ancestrais presentes na arte de trançar cabelos, compreendendo essa prática não apenas como estética, mas como prática cultural, social, histórica e intercultural. As tranças em diferentes povos e comunidades carregam significados identitários, narrativas de pertencimento, resistência e memória coletiva. Assim, a proposta da oficina é oportunizar aos participantes o contato com a tradição, entendendo o trançar como um ato de comunicação, capaz de entrelaçar histórias pessoais e coletivas. A relevância pedagógica da oficina reside em sua capacidade de descolonizar o currículo e propor uma educação baseada na oralidade, na prática e no aprender-fazendo. As tranças e as raízes (as narrativas de origem) são utilizadas como ferramentas pedagógicas. A atividade de trançar, por exemplo, ensina sobre paciência, ritmo, coletividade e a importância do passo a passo – princípios aplicáveis a qualquer processo de ensino-aprendizagem. Além do aprendizado técnico, esta atividade vem promovendo reflexões sobre identidade e diversidade cultural, respeito às raízes afro-brasileiras e indígenas de preservação e difusão de saberes. Dessa forma, o trabalho está contribuindo para o fortalecimento da autoestima e empoderamento cultural, além da valorização de práticas artísticas que unem passado, presente e futuro, através dos fios que tecem narrativas de direitos e saberes e modos de ser e estar no mundo e com o mundo.

PINTURAS CORPORAIS - MEU GRAFISMO TEM HISTÓRIA

Mollyna Kauê da Silva Santos
IFSertãoPE
mulakaue39@gmail.com

Eduardo de Sousa Santos
IFSertãoPE
eduardo.sousa1@aluno.ifsertao-pe.edu.br

Kelly Cintra Gomes
IFSertãoPE
kelly.cintra@ifsertao-pe.edu.br

Os indígenas carregam consigo uma tradição rica de pinturas corporais e faciais, mais conhecidas como grafismo. Utilizando tintas naturais feitas de pigmentos vegetais, argilas e outros materiais, é possível criar desenhos intrincados e simbólicos em seus corpos, transmitindo identidade, proteção espiritual e celebrações de rituais. São formas de conexão com o sagrado e representam documentos impressos em corpos vivos. Diante do exposto, o projeto intitulado PINTURAS CORPORAIS - MEU GRAFISMO TEM HISTÓRIA, vem sendo desenvolvido em um movimento de alternância entre a Aldeia Serrote dos Campos, localizada no município de Itacuruba e o IFSertão-PE Campus Floresta, para que possibilite uma integração entre culturas, tendo como objetivo fortalecer a identidade cultural dos jovens indígenas por meio do grafismo indígena pintura-corporal, como ferramenta de expressão artística, lutas e resistência cultural. Ao estudar sobre a história do grafismo e socializar dentro e fora do território indígena, estaremos oportunizando ao público – indígena e, especialmente não indígena, conhecer e apreciar as riquezas da cultura indígena, contribuindo para a sua visibilidade e reconhecimento, valorização e respeito. Diante do exposto, o projeto justifica-se pela necessidade de provocar uma integração entre culturas tão latentes em nossa instituição. Os resultados obtidos – até então – têm contribuído para uma nova forma de relacionamento – entre servidores e estudantes indígenas – tendo em vista um maior envolvimento das pessoas com a diversidade cultural presente no Sertão de Itaparica – e, especialmente atendidas/os pelo Campus Floresta, traduzidas em uma maior sensibilização, valorização e respeito à diversidade étnica presente no Campus Floresta.

FAUNA: ANIMAIS EM EXTINÇÃO NO BIOMA CAATINGA

Roanna Larissa de Menezes Oliveira Santos
Escola Estadual Indígena Josefa Alice da Conceição – Itacuruba – PE

india.roh@gmail.com

Wemerson Gabriel da Silva Costa
Escola Estadual Indígena Josefa Alice da Conceição – Itacuruba – PE
bielzinhoqb@gmail.com

Wellington Carlos da Silva Cabral
Escola Estadual Indígena Josefa Alice da Conceição – Itacuruba – PE
wellingtonpankara@gmail.com

O presente trabalho tem como foco a fauna do bioma Caatinga, com ênfase nas espécies de animais que se encontram em risco de extinção. A Caatinga é um bioma exclusivamente brasileiro, caracterizado por um clima semiárido, vegetação resistente à seca e uma biodiversidade única. Apesar de sua importância ecológica, social e econômica, a Caatinga ainda é um dos biomas menos protegidos e mais degradados do país. Embora a diversidade de animais em ambientes áridos e semiáridos seja menor que nas florestas tropicais, é preciso desfazer o mito de que a Caatinga é um bioma pobre em espécies e endemismos. A Caatinga abriga na verdade várias espécies de mamíferos, aves, anfíbios, répteis, peixes e outros. Além disso, muitas espécies são endêmicas desse bioma. Os materiais e métodos usados para o desenvolvimento deste trabalho de TCEM – Trabalho de conclusão do ensino médio da Escola Estadual Indígena Josefa Alice da Conceição foi uma pesquisa de referências bibliográficas usadas para analisar e relatar as principais informações sobre o bioma Caatinga em nossa região, logo dando ênfase aos animais que estão em extinção e aqueles que necessitam de um olhar especial. Através desse trabalho, foi possível compreender a importância de preservar e conhecer melhor a nossa fauna e os impactos que podemos sofrer com a perda dessas espécies. A conservação desse bioma não depende apenas de ações governamentais, mas também da conscientização e do envolvimento da sociedade como um todo. Proteger animais da Caatinga é garantir a continuidade de um patrimônio natural exclusivo do Brasil.

PROGRAMA AÇÕES SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA – UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA EDUCADORAS/ES.

Kelly Cintra Gomes
IFSertãoPE – Campus Floresta
kelly.cintra@ifsertao-pe.edu.br

Fernando Henrique da Silva
Escola Estadual Indígena Sagrada Família
fernandopankara@gmail.com

Na formação continuada de professoras/es, o Programa Ação Saberes Indígenas na Escola (ASIE) se destaca como política essencial para a qualificação das práticas pedagógicas que respeitam e fortalecem os princípios da educação específica e diferenciada – construída por indígenas para indígenas – entrelaçando-se com os princípios e uma educação contextualizada. O programa promove espaços de diálogo entre docentes, mestres indígenas, lideranças comunitárias e pesquisadores, permitindo que a formação vá além da dimensão técnica e alcance uma perspectiva ética-estética-humanizada, territorial e intercultural. Essa articulação fortalece a compreensão de que a escola deve valorizar os saberes tradicionais, a memória oral, a sustentabilidade e as estratégias históricas de convivência com ambientes que carregam modos de produção de vida diversos. Ao participar das formações do ASIE, as/os professoras/es são estimulados a revisitar concepções pedagógicas e a valorizar metodologias que reconheçam os sujeitos do território como protagonistas de um ensino que alcança aprendizagem. Com destaque para a elaboração de materiais didáticos contextualizados, eles integram o uso de narrativas indígenas, a valorização da biodiversidade e o estudo das cosmologias dos povos originários contribuindo assim, para a construção de currículos mais participativos, territorializados e vivos. Os dizeres, saberes e fazeres oportunizados pelo programa, faz nascer uma escola enraizada na realidade que produz sentido para os estudantes, sendo capaz de transformar desafios – como silenciamento e tentativa de apagamento de povos e culturas – em oportunidades de aprendizagem crítica e emancipadora. Assim, conclui-se que o ASIE, contribui para a consolidação e qualificação da educação escolar indígena.

FORTELECIMENTO DA IDENTIDADE CULTURAL INDÍGENA: A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA AÇÃO SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA NOS PROCESSOS EDUCACIONAIS DAS COMUNIDADES PANKARÁ

Fernando Henrique da Silva
Escola Estadual Indígena Sagrada Família
fernandopankara@gmail.com

Kelly Cintra Gomes
IFSertãoPE – Campus Floresta
kelly.cintra@ifsertao-pe.edu.br

O projeto "Saberes Indígenas na Escola" tem se mostrado fundamental para a comunidade indígena Pankará, localizada em Carnaubeira da Penha, Sertão pernambucano. Ele não apenas desperta a curiosidade da comunidade, mas também atua como um catalisador para a formação e valorização dos professores locais. As ações desenvolvidas são interdisciplinares e promovem a utilização de metodologias ativas, assegurando que os saberes tradicionais sejam preservados. Relatos de professores destacam a sua importância, que os incentiva a registrar e compartilhar conhecimentos por meio de livros, curta-metragens, podcasts, dentre outros. Esse processo de documentação fortalece a identidade cultural do povo Pankará, permitindo que eles se tornem protagonistas de sua própria história, algo historicamente negligenciado. O projeto também abre novas perspectivas para os educadores, motivando-os a buscar estratégias que facilitem o ensino-aprendizagem. Um exemplo notável foi a reunião de professores de arte indígena de diferentes regiões do território Pankará, onde cada área trouxe materiais abundantes, como palha e barro. Essa colaboração resultou na produção de artesanatos que integraram várias disciplinas curriculares, refletindo a riqueza cultural da comunidade. Os materiais produzidos não apenas enriquecem o acervo cultural, mas também ficarão registrados em livros, garantindo que a identidade e as tradições Pankará sejam preservadas para as futuras gerações. Assim, o projeto "Saberes Indígenas na Escola" representa uma iniciativa vital para a valorização da cultura indígena, promovendo um ambiente educacional inclusivo e respeitoso com as tradições e histórias do povo Pankará. A experiência vivenciada pelos educadores ressalta a importância de um ensino que valoriza e integra saberes ancestrais.

O BAIRRO "XUCURUS" E AS MEMÓRIAS INDÍGENAS EM PESQUEIRA (PE): DISCUTINDO A FORMAÇÃO DE DOCENTES DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL A PARTIR DA LEI Nº 11.645/2008 E DO PARECER CNE 14/2015

Rosani Maciel Calado
UFRPE
rosani.maci@upe.br

Edson Silva
UFPE
edsonsilva@capufpe.com

Nesse artigo apresentamos as vozes de alguns indígenas Xukuru do Ororubá residindo no Bairro "Xucurus", sendo mais de 4000 nativos (Garcia, 2022), a partir de relatos das memórias orais, guardiões das memórias indígenas em Pesqueira/PE. Nosso artigo se justifica como os escritos das memórias indígenas conforme os gêneros textuais orais: entrevistas e narrativas sobre os indígenas na cidade. Relatos para serem utilizados na Educação Básica por professores/as de Língua Portuguesa e discentes no pensar crítico a partir de debates e discussões como determinado para ensino da temática indígena pela Lei nº 11.645/2008 e o Parecer CNE 14/2015.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 35 - LITERATURAS INDÍGENAS: (RE/INS)ESCREVENDO ABYA YALA

Coordenação:

Fernanda Vieira de Sant'Anna (UEMG)
Ananda Machado (UFRR)
Jeane Almeida da Silva (UFRR)

Resumo do Simpósio Temático: As literaturas indígenas semeiam, com vozes ancestrais, (re/ins)escritas milenares de mundos plurais possíveis. Na palavra falada ou na palavra escrita, línguas originárias ou línguas ressignificadas dos invasores, tecidas no papel, na cestaria, no grafismo, com urucum, jenipapo ou tintas manufaturadas, as literaturas indígenas percorrem o tempo e, como flecha, perfuram as camadas resistentes do pensamento colonial, que ainda se esparrama sob a forma da colonialidade. As literaturas indígenas redesenham o continente em uma cartografia de retomada, rasurando fronteiras inventadas e (re)inscrevendo no território sistemas de conhecimento de vanguarda ancestral. Como meio de auto expressão e de registro de memória, as literaturas dos povos originários reposicionam identidades estrangeirizadas em seus próprios territórios, gerando diálogos continentais, registrando auto histórias e preenchendo a ruptura histórica criada com a colonização. Em diálogos intercontinentais, os territórios vivos falam pelas tramas, tintas, vozes, cores e pelas formas das literaturas indígenas em uma trama de construção de futuros ancestrais possíveis. As literaturas dos povos originários de Abya Yala (continente americano) compartilham e celebram semelhanças em suas diferenças que nos unem sob Pachamama. Com aporte teórico inspirado por Graça Graúna (2013), Márcia Wayna Kambeba (2020) e Linda Tuhiwai Smith (1999), este simpósio temático acolhe trabalhos que dialoguem sobre literaturas indígenas; literaturas indígenas de mulheres; literaturas indígenas e línguas originárias; literaturas indígenas e práticas multimodais; literaturas indígenas e artes visuais; literaturas indígenas, o sonho e as epistemologias encantadas; literaturas indígenas e futurismos indígenas; literaturas indígenas e antropoceno; literaturas indígenas e emergências climáticas; literaturas indígenas e educação; literaturas indígenas e a Lei nº 11.645/2008.

METODOLOGIAS DECOLONIAIS, LITERATURAS INDÍGENAS E TEORIA DA LITERATURA: NOVAS FORMAS ANCESTRAIS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Fernanda Vieira de Sant' Anna
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
fernanda.vieira@uemg.br

Esta pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa se propõe a analisar como as metodologias e teorias propostas em *Contrapontos da Literatura Indígena Contemporânea no Brasil* (2013), de Graça Graúna (Potiguara, Pindorama-Brasil), e *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples* (2012[1999]), de Linda Tuhiwai Smith (Ngāti Awa e Ngāti Porou e Tūhourangi, Māori de Aotearoa-New Zealand), podem contribuir para a decolonização da produção de conhecimento, da representação das vozes indígenas na literatura contemporânea e para a expansão do campo de Teoria Literária de forma inovadora. Diferente de um multiculturalismo estéril, a pesquisa aqui proposta se debruça sobre epistemologias ancestrais contemporâneas para a análise e compreensão de questões da atualidade. Através de uma análise comparativa entre as obras primárias, examinaremos como Metodologias Decoloniais atuam na criação de inovadores sistemas de produção de conhecimento, de forma a discutir uma base teórica para a decolonização das práticas de pesquisa, como opção epistemológica às monoculturas do pensar ocidentais, com foco na valorização e no reconhecimento da multiplicidade do entendimento e do fazer científico. E, ao pensar em metodologias, nos debruçamos sobre a Teoria da Literatura enquanto campo em constante expansão para, de forma reflexiva, pensar novos (des)entendimentos que partam das Literaturas Indígenas como campo de teorização e espaço de renovação da crítica.

SAPIKUA ÑE'E (SACOLA DE PALAVRAS): LITERATURA INFANTO JUVENIL NA ESCOLA INDÍGENA

Maria Aparecida Mendes de Oliveira
UFGD
liamendes@yahoo.com.br

Ana Claudia Duarte Mendes
UEMS
acdmenes@uems.br

O presente trabalho compreende as reflexões sobre a execução do projeto Sapikua Ñe'e (sacola de palavras), desenvolvido nas escolas indígenas de Mato Grosso do Sul na região do Cone Sul, em oito municípios, nas Terras Indígenas Guarani e Kaiowá. O projeto é desenvolvido sobre as dimensões do fazer universitário, pois sustenta-se na pesquisa, uma vez que um de seus objetivos refere-se à seleção, estudo e produção literária de autores indígenas. Ao promover a leitura do material, bem como incentivar a inserção dessa produção nos currículos escolares, insere-se no ensino. Após a seleção e inserção no currículo, há a proposta de trabalhar metodologias de incentivo à leitura do texto literário produzido por indígenas, o que se configura como uma prática de extensão. A relevância desse trabalho se verifica a partir da perspectiva do cumprimento da Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatória a abordagem da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas escolas públicas e privadas de todo o país. A organização dos movimentos indígenas, em diferentes setores da sociedade, propiciou desde a obrigatoriedade da lei, à abertura de mercados editoriais, em diferentes estados, com publicações dos textos de autores indígenas, que nos possibilita nomear essa produção de literatura indígena brasileira. Essa literatura, tanto oral quanto escrita, está em sintonia com os movimentos de valorização cultural e afirmação identitária, ao cumprir o papel de divulgação de conhecimentos, valores e modos de vida entre gerações, propiciando a leitura de histórias e tradições silenciadas pela opressão do processo colonial. Entendemos que ao propor novas perspectivas sobre o mundo e sobre a própria formação do Brasil, a literatura indígena afirma-se como uma das muitas formas de resistência e luta por visibilidade da diversidade cultural. A inserção da literatura infantil indígena no contexto escolar torna-se uma ação política e pedagógica decolonial, promovendo o reconhecimento e a valorização das diversas culturas que compõem o Brasil. Assim, a literatura indígena, escrita tanto em línguas maternas quanto em português, constitui-se em um recurso essencial para o combate ao racismo e para o reconhecimento da pluralidade cultural brasileira, ampliando os horizontes de estudantes e professores indígenas. SIMPÓSIO TEMÁTICO 35 – Literaturas indígenas: (re/ins)escrevendo Abya Yala.

TOADAS E PERFORMANCES DO BOI BUMBÁ DE PARINTINS COMO METÁFORAS DO FEMININO EM COSMOPERCEPÇÕES INDÍGENAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Greiciane Saraiva Sena
UFAM
greiceanesaraiva@hotmail.com

Keyla Regina Pontes Nogueira
UFAM
keylanogueira008@gmail.com

Carlos Antônio Magalhães Guedelha
UFAM
carlos.guedelha@ufam.edu.br

O presente artigo investiga como os bois-bumbás Caprichoso e Garantido, do Festival Folclórico da Parintins/AM, metaforizam as cosmopercepções indígenas por meio de toadas e espetáculos cênicos, com ênfase no protagonismo feminino. A análise transita entre a literariedade das toadas, as músicas típicas do festival e a arte visual das coreografias. A base teórica da pesquisa conta com reflexões sobre o conceito de perspectivismo ameríndio, de Eduardo Viveiros de Castro, com aportes de Ailton Krenak e Davi Copenawa. Inclui também a multimodalidade da metáfora conceitual e reflexões sobre contracolialidade como suporte teórico, a partir do qual analisamos como a arte, a voz e o corpo indígena se tornam um dispositivo simbólico capaz de transitar entre mundos, assumindo posições enunciativas que evocam o ponto de vista animal, espiritual e humano. As metamorfoses corporais, coreográficas e visuais apresentadas por artistas indígenas são compreendidas como metáforas vivas que dramatizam a capacidade xamânica de deslocamento ontológico, operando uma resignificação cosmopercepção indígena na cultura do boi-bumbá. O estudo procura mostrar que as toadas e os espetáculos cênicos não apenas metaforizam mitopoéticas amazônicas, mas também oferecem uma crítica estética à colonialidade, ao encenarem a potência da transformação como forma de resistência cultural.

ENTRE O ATLÂNTICO E OS ANDES: POÉTICAS INDÍGENAS FEMININAS DE REXISTÊNCIA

Larissa Fontinele de Alencar
Universidade Federal do Pará (UFPA)
larissafontinelle@gmail.com

Esta comunicação apresenta resultados da pesquisa de doutorado que investiga as poéticas de mulheres Potiguara e Mapuche como formas de reexistência, caracterizadas por práticas literárias que reinscrevem memória, corpo e território em contextos marcados pela colonialidade. A pesquisa parte da compreensão de que as literaturas indígenas femininas produzem deslocamentos epistemológicos ao reafirmarem saberes ancestrais e modos próprios de narrar o mundo. No decorrer da pesquisa, analisou-se como essas autoras articulam oralidade, escrita, ancestralidade e experiências de fratura, configurando uma escrita que se faz entre o Atlântico e os Andes como gesto político e poético. A partir de três eixos, denominadas de fraturas poéticas: escrevivência ancestral, interseccionalidades de gênero e reelaboração do trauma colonial. Assim, esta pesquisa apresenta como a poética de mulheres indígenas Potiguara e Mapuche, mais especificamente a partir das obras de Eliane Potiguara, Graça Graúna, Faumelisa Manquepillán, Daniela Catrileo e Graciela Huinao, entre outras, que compõem o corpus analisado, constroem cartografias que rompem fronteiras simbólicas impostas pela colonização, sobretudo ao instaurarem possibilidades de futuros ancestrais. Os resultados de pesquisa indicam que essas poéticas funcionam como retomada, produzindo linguagens que emergem da terra, do corpo e da memória coletiva. Conclui-se que a literatura indígena feminina, ao reinscrever modos de existir e de resistir, amplia as possibilidades de leitura do continente e tensiona as estruturas que historicamente apagaram essas vozes.

QUATRO ELEMENTOS, UMA VOZ: A POÉTICA DE EVA POTIGUARA EM ABYAYALA MEMBYRA NHEÉNGARA: CÂNTICOS DE UMA FILHA DA TERRA

Francisco Bezerra dos Santos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
francisco.santos@vacaria.ifrs.edu.br

Este estudo investiga a construção de uma cosmopoética baseada nos elementos naturais na obra *Abyayala Membyra Nheéngara: cânticos de uma filha da terra* (2022), de Eva Potiguara, situando-se no campo da literatura indígena contemporânea brasileira. Para entender o momento dessa produção, contextualiza-se a emergência de vozes autorais indígenas como ato de resistência e ressignificação cultural, destacando a relevância da obra como expressão literária enraizada na cosmovisão Potiguara. O desenvolvimento metodológico baseia-se na análise textual e hermenêutica, ao examinar como a estruturação da obra pelos eixos terra, água, fogo e ar articula saberes tradicionais e formas poéticas contemporâneas. Os resultados demonstram que a terra configura-se como matriz ancestral e memória corporeificada; a água como fluxo de linguagem e ciclos vitais; o fogo como força de transformação e denúncia política; e o ar como sopro de vida e meio de propagação dos cantos. Assim, a obra opera como uma ecologia do sentido que entrelaça estética e política, reposicionando o sujeito indígena no cânone literário por meio de uma linguagem que simultaneamente denuncia e celebra, configurando-se como um gesto epistemológico de descolonização. Nossas reflexões são sustentadas pelo diálogo com Graúna (2013), cujos estudos iluminam a escritura indígena; Dalcastagnè (2012), que problematiza as dinâmicas de representação e Thiél (2012), que analisa o papel insurgente dessa literatura na produção literária brasileira contemporânea.

A COSMOHISTÓRIA E SEUS USOS NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE AILTON KRENAK

Henrique Ferreira
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
henrique.f.souza@unesp.br

Este trabalho analisa as potencialidades do conceito de cosmo-história, presente no pensamento de Ailton Krenak, para repensar práticas e compreensões no ensino de História. A pesquisa parte da reflexão de que a escola ainda opera majoritariamente com modelos de temporalidade e narrativa centrados na tradição ocidental moderna, o que limita a presença de outras formas de produzir sentido histórico. O objetivo é investigar como a cosmo-história, entendida como uma ampliação da experiência histórica para além do sujeito humano isolado, pode oferecer caminhos pedagógicos capazes de integrar natureza, coletividade, memória e futuro como dimensões indissociáveis. O

desenvolvimento fundamenta-se na análise de fontes históricas indígenas e nas formulações de Krenak sobre cultura, política e modos de existir, discutindo de que modo tais perspectivas tensionam as concepções tradicionais de História escolar. Os resultados indicam que a incorporação da cosmo-história no ensino possibilita novas abordagens sobre tempo, ancestralidade, crise socioambiental e responsabilidade coletiva, contribuindo para a formação de estudantes capazes de compreender a história como experiência viva e relacional. Conclui-se que a cosmo-história não apenas amplia o repertório epistemológico da disciplina, mas também oferece instrumentos para práticas pedagógicas mais plurais, críticas e conectadas ao debate contemporâneo sobre mundo, vida e futuro.

METAMORFOSES E ENCANTARIAS NA LITERATURA INDÍGENA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: DESLOCAMENTOS CORPORAIS

Marisa Martins Gama-Khalil
UFU; UNEMAT; CNPq
mmgama@gmail.com

A comunicação terá como objeto de estudo variadas narrativas ancestrais das etnias Maraguá, Macuxi, Munduruku, Sateré Mawé e Wapichana, que focalizam em seus enredos a transformação de corpos das personagens, inerados ou metamorfoseados em animais ou vegetais. Os deslocamentos da metamorfose irrompida nos corpos indígenas das narrativas que compõem o corpus da comunicação por intermédio de duas noções oriundas da Antropologia: o animismo e o perspectivismo. Para explanar acerca de narrativas ancestrais das nações indígenas, faz-se necessária uma adequação entre teoria e objeto de estudo, no sentido de que a cosmologia dos povos originários pressupõe um entendimento do corpo como espaço por excelência de uma subjetividade deflagradora de uma humanidade relacionada a uma ambiência multinaturalista. As metamorfoses, enquanto deslocamentos corporais manifestam-se como exercícios de humanidade. Para tratar da noção de encantaria, parto da compreensão de que elas se deflagram como acontecimentos naturais, ou seja, elas fazem parte das práticas culturais dos povos e irrompem como verdades, as quais determinam o modo de compreensão de mundo dos sujeitos. Com esta comunicação, demonstro a potencialidade estética das narrativas dos povos originários, que servem não só como exercícios de imaginação, mas principalmente como exercícios de orientação de nossa existência no mundo.

AS NARRATIVAS INDÍGENAS NA SALA DE AULA: UM ESTUDO AUTOETNOGRÁFICO SOBRE AS OBRAS DE DANIEL MUNDURUKU E EDSON KAYAPÓ

Rosivânia dos Santos
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
generorose@hotmail.com

A proposta deste estudo é analisar como o ensino da literatura indígena em sala de aula pode contribuir para o reconhecimento, a visibilidade, o respeito e a valorização da diversidade cultural por meio das narrativas. Todas as coisas são pequenas (2008), de Daniel Munduruku, e Um estranho espadarte na aldeia (2021), de Edson Kayapó. A investigação tem por objetivo avaliar de que maneira as leituras de tais textos contribuem para a construção de um diálogo intercultural, além de provocar reflexões a respeito das experiências pessoais de leituras desenvolvidas pelos/as estudantes e pela professora. A opção por essas duas narrativas como objeto empírico de estudo se deu por se tratar de textos que se concentram na abordagem do contato entre a cultura indígena e a não indígena, além de considerar que é uma estratégia de pluralizar o repertório cultural dos/as estudantes de Ensino Médio, contribuindo com a formação de leitores/as literários/as críticos/as e capazes de construir relações de respeito e inclusão. Acerca da metodologia, trata-se de uma pesquisa voltada em parte para o campo da autoetnografia e que apresenta uma abordagem qualitativa. No que diz respeito à cultura indígena, pauta-se nas pesquisas de Daniel Munduruku (2005, 2006, 2008), Graça Graúna (2013), Ailton Krenak (2017, 2019, 2020, 2024) e Davi Kopenawa (2015, 2024); para tratar da autoetnografia, utiliza-se como referência Daniela Beccaccia Versiani (2005), Eline Marques Santos (2016) Daniel Manzoni-de-Almeida (2021); já em relação ao diário de leitura, a tese está fundamentada em Anna Rachel Machado (2005), Philippe Lejeune (2008) e Josalba Fabiana dos Santos (2023, 2024). Como resultado desta pesquisa, espera-se colaborar com a inserção da literatura indígena na sala de aula por meio da apresentação e do estudo de obras de autoria indígena, de modo que as culturas e os saberes dos povos originários sejam difundidos e valorizados.

LITERATURA INDÍGENA: PARA (RE)ESCREVER ABYA YALA

Jeane Almeida da Silva
Universidade Federal de Roraima
jeane.ganesha0804@gmail.com

Por muito tempo a fala/escrita indígena foi feita pela mão não indígena. A escrita foi usada como forma de subjugar as sociedades que não tinham um alfabeto constituído e eram tratadas como não civilizadas. Tratados como um povo sem cultura por não saber usar a grafia europeia, desconsiderando todo um conhecimento ancestral, passado através da oralidade, dos cantos, dos sonhos. A leitura, por sua vez, não é algo que adquirimos de forma espontânea e natural. É necessário haver um processo de ensino e aprendizagem para a sua aquisição, uma vez que elas, a leitura e a escrita, não são objetos de um procedimento de aquisição espontâneo. Pode-se dizer que os povos indígenas que habitavam estas terras antes da chegada dos colonizadores, já tinham um modo de fazer circular suas histórias de geração em geração, de uma comunidade a outra. Recentemente, a escrita de autoria indígena se transformou num fenômeno editorial no Brasil, como atestam muitos teóricos e críticos literários, principalmente após a década de 1990 com os primeiros exemplares de autoria coletiva, principalmente de professores na busca por materiais que trabalhem a realidade de suas comunidades e grupos étnicos. Com essas reflexões e a partir da Lei 11.645/2008 que traz a obrigatoriedade do ensino da cultura e literaturas afro-descendentes e indígenas, a presente discussão se debruça sobre como a literatura indígena e de autoria indígena contribui para a percepção das novas gerações no que se refere ao pertencimento étnico. Mas, principalmente como esta etnoliteratura chega às escolas indígenas e como são trabalhadas em sala de aula. Sugerimos algumas propostas para o trabalho em sala de aula, como: a seleção das obras que serão trabalhadas em sala de aula, conhecer as etnias dos escritores, local de nascimento, ter em mente uma breve biografia para poder fazer uma apresentação dos autores aos alunos. As propostas embora tenham sido realizadas nas turmas do ensino fundamental II, podem ser adaptadas para as séries subsequentes. Sendo a leitura e a escrita pilares essenciais na formação de qualquer indivíduo, e no contexto das escolas indígenas, sua relevância se amplifica. O que podemos concluir é que a literatura indígena integrada ao currículo escolar, promove não apenas o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita, mas também o fortalecimento da identidade cultural e o respeito às tradições dos povos originários.

WATAAPAN WAKUTYAN WA SAADAN IDI'AN WAPARADAN

Joice Alberto de Souza
Joycinha-93@hotmail.com

Ananda Machado
UFRR/PROFHISTÓRIA

Este trabalho apresenta experiências pedagógicas e culturais voltadas à valorização da língua e da literatura indígena Wapichana por meio do registro, transcrição e circulação de histórias narradas pelos mais velhos da comunidade. As narrativas orais, consideradas fontes de conhecimentos ancestrais, integram a literatura viva do povo Wapichana e contribuem para preservar a memória, a língua e a identidade coletiva. O objetivo central da proposta é aproximar os estudantes dessas histórias, promovendo o aprendizado da língua materna e fortalecendo a cultura indígena no ambiente escolar e comunitário. Registro, em língua Wapichana, histórias de vida da minha avó e de outros anciãos, que posteriormente transcrevo e traduzo para o português. Entre elas estão relatos do tempo em que os animais falavam e eram pessoas, narrativas sobre a origem de peixes, história de vida e outras histórias que compõem a tradição oral Wapichana. Essas produções configuram literatura indígena, pois emergem da língua, da experiência e da cosmovisão do nosso povo. Como professora de História e atuando no ensino bilíngue, desenvolvo atividades que envolvem leitura, escuta e diálogo com anciãos, reforçando a ideia de que as “bibliotecas vivas”, especialmente nossos vovôs são fundamentais na transmissão de saberes. Utilizo também livros de minha autoria, como Kywai Wapichan Kutyan Daya'u (História do Tempo dos Ancestrais Wapichanas) e Kamineyt Wawa'akan Wakywaa Imanawyny'u (Nos Ajude a Deixar a nossa Importante História), que reúnem histórias contadas pelos meus avós que pretendo aprofundar no texto que vou escrever se o resumo for aprovado. Além disso, faço uso de vídeos para ampliar a compreensão dos estudantes sobre os contextos culturais e narrativos. Assim, o trabalho integra diferentes linguagens escrita, oralidade e audiovisual, com a finalidade de valorizar e fortalecer a língua e a literatura Wapichana, promovendo o encontro entre escola e comunidade e reconhecendo os anciãos como guardiões da memória, da história e dos conhecimentos tradicionais do nosso povo.

PARICHARA: CANTO, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA NAS LITERATURAS VIVAS DO POVO WAPICHANA

Roberta Sagica Gomes

UFRR/PPGL

roberta_sagita@hotmail.com

Este trabalho propõe uma reflexão sobre o Parichara, manifestação cultural e de resistência do povo Wapichana que expressão de uma literatura viva, tecida na oralidade, no canto e na performance coletiva. Inserido na tradição de resistência e na pedagogia da memória ancestral, o Parichara constitui-se como uma forma de (re)escrita do mundo, em que corpo, voz e território se entrelaçam para preservar e atualizar saberes milenares. Neste viés vamos compreender o Parichara como narrativa poética e política que rompe com a colonialidade do saber e reafirma epistemologias indígenas enquanto caminhos de cura, pertencimento e reexistência. Assim, o canto tradicional se apresenta não apenas como herança cultural, mas como texto vivo, uma literatura que ressoa nas comunidades, nas escolas e nos espaços acadêmicos, atravessando fronteiras e projetando futuros ancestrais possíveis. O estudo ancora-se em experiências desenvolvidas na Terra Indígena Manoá/Pium e na Escola Estadual Indígena Marcos Inácio Wapichana, revelando como o Parichara atua como ponte entre oralidade e escrita, tradição e contemporaneidade, arte e educação. Palavras-chave: literaturas indígenas; Parichara; povo Wapichana; oralidade; resistência cultural.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 36 - CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA INDÍGENA PARA ECONOMIA, POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO (SÉCULOS XVI A XIX)

Coordenação:

Érica Lôpo de Araújo (UFPE)
Naira Maria Mota Bezerra (UFF)

Resumo do Simpósio Temático: O presente simpósio propõe reunir trabalhos que investiguem a atuação indígena no cotidiano invisível do mundo colonial entre os séculos XVI e XIX. Interessa refletir e demonstrar como as populações originárias atuaram ou influenciaram os campos da política, administração e economia durante a época moderna, seja por meio de sua participação direta, ou pelo modo que suas territorialidades, formas de vida e organização impactaram essas esferas. Convidamos, igualmente, pesquisadores que, ainda que não especialistas em história indígena, identifiquem a presença e agência desses povos em seus objetos de estudo. Os avanços interpretativos das últimas décadas, trazidos pela Nova História Indígena, têm conseguido superar paradigmas históricos hegemônicos, contribuindo para uma visão ativa dos povos originários frente à sociedade moderna e colonial. Por outro lado, trabalhos especializados nesses temas tradicionais, ainda que identifiquem a atuação dos povos originários, tendem a tratá-la como tema restrito às discussões de um campo específico do saber. Nosso simpósio tem por objetivo aproximar as abordagens, contribuindo para reduzir a lacuna entre temas intrínsecos da história indígena e temas recorrentes da historiografia da época moderna/colonial. Serão bem-vindos trabalhos que tratem de diversas áreas de pesquisa, como a história urbana, política, administrativa, econômica, diplomática, ambiental, da escravidão e da liberdade — que explorem a atuação, resistência e agência indígena nos espaços de colonização ibérica nas Américas, bem como em contextos europeus, entre os séculos XVI e XIX. Estudos que realizem comparações e conexões entre dois ou mais espaços globais serão igualmente bem-vindos.

ENTRE FRONTEIRAS E SABERES INDÍGENAS: PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE MANDIOCA NA CAPITAL DO ESTADO DO BRASIL (SÉCULO XVII)

Érica Lôpo de Araújo
UFPE
erica.lopo@ufpe.br

Na escrita historiográfica hegemônica sobre a ocupação europeia do continente americano, a construção da ideia de hierarquia racial constitui-se como ferramenta intelectual efetiva para pensar a relação entre diferentes e forjar a noção do “outro”, enquadrando-o em categorias como bárbaro ou miserabile persona. De modo análogo, foram fabricadas noções de hierarquia espacial, construindo “velhos” e “novos” mundos a partir do prisma europeu, assim como categorizações que determinavam o que poderia ou não ser considerado conhecimento. Para transcender esse paradigma, é preciso centrar o olhar não nos tratados firmados em letras minúsculas, mas nas práticas cotidianas a partir das quais se foram edificando e conservando as comunidades imperiais na sua relação com o trabalho e a alteridade, tendo em conta culturas políticas em mudança. Dentro dessa premissa, busca-se repensar o processo de conquista e ocupação da cidade de Salvador Bahia - capital do Estado do Brasil, e sua hinterland, a partir de uma análise que entende que o projeto colonial português envolveu a apropriação de conhecimentos e técnicas indígenas de diversas ordens. Essa pesquisa destaca a centralidade da mandioca, produto nativo do continente americano e como este se transformou em base da alimentação de uma sociedade escravista colonial em formação ao longo do século XVII.

DIPLOMACIA, NATUREZA E RESISTÊNCIA INDÍGENA NO MUNDO IBÉRICO (1750–1800)

Naira Maria Mota Bezerra
CHAM - FCSH, Universidade NOVA de Lisboa
nairamariamota@gmail.com

A resistência colonial indígena levou à preservação ambiental? O objetivo dessa comunicação é apresentar as ideias iniciais do projeto ENVRE – Environmental Resistance, que busca compreender como a relação entre humanos e natureza colaborou para impedir, retardar ou obstruir o avanço de projetos coloniais da Coroa portuguesa entre 1750 e 1800. Para a presente apresentação, tomo como ponto de partida as Guerras Guaraníticas (1752–1756), em que os Guaranis resistiram à troca territorial entre a Colônia do Sacramento e os Sete Povos das Missões, levando à

posterior anulação do Tratado de Madrid (1750). O retrocesso desse tratado obrigou as coroas ibéricas a redefinir objetivos econômicos anteriormente sustentados pela soberania daquele espaço, impactando diretamente a política econômica na segunda metade do século XVIII. Ao articular diplomacia, território, natureza e resistência indígena, a comunicação propõe refletir sobre como essas interações moldaram, tensionaram ou limitaram projetos coloniais e, assim, contribuíram para práticas de preservação ambiental no mundo ibérico.

O DIRETOR GERAL DOS ÍNDIOS E AS PROPOSTAS DE CONTROLE DA MÃO DE OBRA INDÍGENA NA CAPITANIA DE SÃO PAULO SETECENTISTA

Ana Paula Medicci
Universidade Federal da Bahia
apmedicci@gmail.com

A historiografia tem ressaltado, de longa data, a importância do acesso ao controle da mão-de-obra indígena no processo de colonização da Capitania de São Paulo. Durante os Setecentos, a política indigenista da Coroa portuguesa, consubstanciada nas leis de “liberdade” indígena e no “Diretório dos Índios” iria mobilizar ainda mais agentes administrativos e membros dos principais grupos de poder locais em torno dos problemas envolvidos com o controle da mão-de-obra disponível, fosse essa escravizada, indígena aldeada ou de livres despossuídos. Viviam-se período de intenso crescimento populacional e de incremento da lavoura de exportação e de abastecimento na região, a demandar de autoridades e grupos de poder locais estratégias de acesso à terra e à mão de obra acessível e minimamente disciplinada. Nascido em antiga e tradicional família paulista e inserido nas redes da governança local desde a juventude, José Arouche de Toledo Rendon foi nomeado Diretor Geral dos Índios da Capitania de São Paulo no final dos setecentos; na mesma época, e em função do novo posto, escreveu sua “Memória sobre as Aldeias de Índios da Província de São Paulo, segundo observações feitas no ano de 1798”, bem como o “Plano em que se propõem o Melhoramento da Sorte dos Índios, reduzindo-se a Freguesias as Suas Aldeas, e extinguindo-se este nome, e esta antiga Separação em que tem vivido a mais de dois Séculos”. Ambos os textos foram produzidos na época da extinção legal do Diretório pombalino, neles o coronel Arouche destacou a necessidade de novamente obrigar indígenas e seus descendentes mestiços ao trabalho disciplinado nas lavouras paulistas, criticando em vários pontos a forma como as diretrizes metropolitanas relativas ao uso dessa força de trabalho vinham sendo implantadas. Destarte, esta comunicação propõe analisar o desenvolvimento da política indigenista da Coroa Portuguesa setecentista em suas relações com os interesses de grupos de poder locais envolvidos na governança e no controle da mão-de-obra disponível, num momento em que este controle parecia ser imprescindível para a lavoura voltada ao comércio interno e externo.

SEM FÉ, NEM LEI, NEM REI”? NORMATIVIDADES INDÍGENAS NA AUTORREGULAÇÃO DA VIDA COMUNITÁRIA (AMÉRICA PORTUGUESA, SÉC. XVI-XIX).

Yamê Galdino de Paiva
Universidade Nova de Lisboa
yamepaiva@gmail.com

A maior parte dos escritos sobre os povos indígenas da América portuguesa os descrevem como povos destituídos de leis. De fato, o modo organização do ordenamento jurídico europeu, com corpos legislativos escritos e com sistemas judiciais próprios, não encontra correspondência nas formas de autogoverno dos povos indígenas. A não compreensão das normatividades indígenas enquanto códigos de conduta de organização próprias foram resumidas e abordadas na categoria de “usos e costumes”. A partir de informações dispersas em fontes variadas (tratados descritivos, diários de viagem, documentação administrativa, cartas de autoridades coloniais e missionários), esta comunicação tem como propósito apresentar exemplos de normatividades que evidenciam formas de autorregulação dos povos indígenas no que diz respeito à questões cotidianas da vida em suas comunidades e como as situações de conflito poderiam ser solucionadas.

“OS ÍNDIOS PUROS SÃO MENOS AMIGOS DO TRABALHO”: O DISCURSO OFICIAL DA PREGUIÇA E O TRABALHO INDÍGENA (MISSÃO DO SAÍ, VILA NOVA DA RAINHA, 1858.

Cândido Domingues
UNEB

O Segundo Reinado do Brasil não teve uma década de paz e calmaria. Enfrentou revoltas na primeira década, o impacto do fim do tráfico de africanos escravizados em seguida, a Guerra do Paraguai na terceira e seu ocaso anos depois. Por todos esses momentos, direta ou indiretamente, a vida das populações indígenas estava em questão. Se foram reconhecidos como os donos das terras invadidas por Cabral em 1500 pela construção da nacionalidade liderada pelo IHGB, esse souberam especificar: apenas os “índios verdadeiros” eram os donos! Após 350 anos de contato, genocídio, guerras e escravidão, o Império do Brasil insistia em não reconhecer os povos indígenas miscigenados com populações brancas e negras. Nas hierarquias da época, cabia determinar quem era “índio puro” e “índio misturado” e sobre essa divisão também se decidia aqueles como preguiçosos e estes como trabalhadores. Isso diz muito sobre a colonização e o Império que a seguiu. Os indígenas sempre foram vistos como mão de obra, a mais barata inclusive, por portugueses e brasileiros. Essa realidade podemos acompanhar a partir de uma carta do Juiz de Órfãos da Vila de Nova da Rainha sobre a escolha do síndico dos indígenas da Missão do Saí em 1858. Em breve relato ele fala da produção agrícola, da distância das aldeias e roças, e lista os 69 indígenas “legítimos” e 74 “mesclados” numa população de 143 habitantes da Missão. Cabe a essa comunicação apresentar esse curto, porém importante, documento e levantar possibilidades de compreensão sobre trabalho, economia e terra indígenas no Império do Brasil.

CONTRIBUIÇÕES DOS POVOS INDÍGENAS PARA A ECONOMIA, POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO ENTRE OS SÉCULOS XVI E XIX

Schmiderson Aujour
Universidade São Francisco de Assis do Haiti
aujour29@gmail.com

A história dos povos indígenas da América do Norte, embora muitas vezes marginalizada nos relatos oficiais, revela uma participação ativa, estratégica e profundamente estruturante na dinâmica econômica, política e administrativa das sociedades coloniais entre os séculos XVI e XIX. Desde os primeiros contatos com as potências europeias, as nações aborígenes demonstraram um domínio notável das redes de comércio, facilitando o crescimento do comércio de peles, a pedra angular das economias imperiais. Essas trocas se baseavam no conhecimento logístico ancestral, no conhecimento profundo dos territórios e na sofisticada diplomacia intertribal, tornando os povos aborígenes intermediários essenciais nos circuitos comerciais transatlânticos. Politicamente, as estruturas de governança indígena, baseadas em colegialidade, deliberação e respeito ao consenso, influenciaram certas práticas administrativas coloniais, principalmente nas negociações de tratados e nos conselhos interétnicos. Essas formas de governança, que geralmente são mais inclusivas e adaptativas do que os modelos europeus, levaram ao surgimento de arranjos híbridos, como os observados entre os Métis, um povo nascido da métissage cultural e política, que conseguiu articular novas formas de autoridade, representação e gestão territorial. Em termos de administração, os povos indígenas desenvolveram sistemas de regulamentação de recursos baseados na sustentabilidade, na responsabilidade coletiva e no respeito aos ciclos naturais, oferecendo um contra-modelo à lógica extrativista imposta pelos impérios. Sua gestão comunitária da terra, sua capacidade de manter o equilíbrio ecológico e sua visão holística do território ajudaram a moldar as práticas administrativas locais, que às vezes eram adotadas ou adaptadas pelas autoridades coloniais. Essas contribuições, por muito tempo ofuscadas pelas narrativas dominantes, agora estão surgindo como elementos fundamentais em nossa compreensão da dinâmica imperial e da resistência local. Esta pesquisa destaca o papel central dos povos indígenas na história colonial e a riqueza de seus conhecimentos. Área temática : História indígena e dinâmica colonial.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 37 - CARTOGRAFIAS DA MEMÓRIA: CULTURAS, MOVIMENTOS E HISTÓRIAS DOS POVOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA

Coordenação:

Jessyka Samya Ladislau Pereira Costa (UFAM)
Davi Avelino Leal (UFAM)

Resumo do Simpósio Temático: A área da história indígena passou por significativas transformações, tanto em termos metodológicos quanto de perspectiva analítica, ampliando seus objetos, temas e abordagens. Essas mudanças refletem, em grande parte, o protagonismo dos povos indígenas na contemporaneidade, cujas articulações políticas e movimentos sociais têm instigado a academia a repensar e criticar seus próprios pressupostos teóricos. Em diálogo com esses debates, este simpósio tem como objetivo reunir pesquisas que abordem as múltiplas experiências históricas, culturais e territoriais dos povos indígenas na Amazônia, a partir de uma perspectiva que valorize suas memórias e formas próprias de produzir conhecimento sobre o mundo. Ao propor uma cartografia da memória, buscamos refletir sobre como essas populações construíram e reconstruíram seus territórios, políticas e sobrevivências em meio as dinâmicas coloniais e pós-coloniais e as formas como seus saberes, narrativas e deslocamentos forçados foram registrados, silenciados ou reconfigurados nesse processo. O simpósio valoriza abordagens interdisciplinares dos campos da história, antropologia, arqueologia, linguística, educação indígena e outras áreas do conhecimento e metodologias que deem centralidade às vozes indígenas, incluindo fontes orais, visuais, documentais e arqueológicas. Portanto, enseja-se pesquisas que versem sobre diferentes contextos e temas como culturas, movimentos, mundos do trabalho e memória coletiva, contribuindo para a ampliação e o aprofundamento do campo da história indígena e do indigenismo na Amazônia.

ENTRE REDES E ACERVOS: TRANÇADOS INDÍGENAS AMAZÔNICOS DA VIAGEM FILOSÓFICA E A PRODUÇÃO DE MEMÓRIA COLONIAL (1783–1792)

Talita Evelyn Ferreira Ruiz
FAU USP
talitaferreira@usp.br

A expedição científica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783–1792), conhecida como Viagem Filosófica, reuniu um vasto conjunto de objetos provenientes da Amazônia, hoje dispersos em instituições brasileiras e portuguesas. Entre esses objetos, os trançados indígenas — cestos, tipitis, paneiros, peneiras e tramas utilitárias e cerimoniais — foram capturados como exemplares do que o olhar colonial entendeu como “indústria indígena”, reduzindo sua complexidade técnica e seu papel na organização social, cosmológica e territorial dos povos amazônicos. Ao investigar o percurso desses objetos nos acervos do Museu Nacional/UFRJ, Museu da Ciência da Universidade de Coimbra e Academia das Ciências de Lisboa, este trabalho analisa como os trançados foram reconfigurados de tecnologias relacionais em evidências etnográficas e, posteriormente, transformados em vestígios silenciosos da Amazônia. A pesquisa articula revisão historiográfica, análise material e estudos museográficos, buscando compreender como esses objetos funcionam como cartografias de memória: redes que conectam território, gênero, circulação e epistemologia em camadas que a classificação colonial procurou interromper. Argumenta-se que, ao reposicionar o trançado no centro da investigação histórica, torna-se possível reconstituir circuitos de agência que revelam outros modos de narrar o encontro colonial, deslocando o acervo de seu lugar de testemunho passivo para uma estrutura ativa de produção de memória. Como resultado, propõe-se que a coleção não seja apenas inventariada, mas relida como arquivo vivo de relações indígenas com o território amazônico, abrindo caminho para políticas de reinterpretação, acesso e, eventualmente, retorno simbólico. Eixo temático: ST37 – Cartografias da memória: culturas, movimentos e histórias dos povos indígenas na Amazônia.

“NUM CASTANHAL HÁ DUAS ÍNDIAS ESCRAVIZADAS”: AS FORMAS DE EXPLORAÇÃO DA MÃO DE OBRA DE INDÍGENAS NA AMAZÔNIA (1880-1910)

Jessyka Samya Ladislau Pereira Costa
Universidade Federal do Amazonas
samya.jessyka@gmail.com

Para a região amazônica, o período histórico entre 1880 e 1920 tem sido amplamente explorado pela historiografia brasileira e internacional, devido ao boom da borracha e a todas as suas consequências, que atingiram sobremaneira o vale amazônico. Uma das questões mais latentes oriundas desses trabalhos tem se articulado em torno da presença dos povos indígenas nesses contextos. Por isso, interessa-nos, nesta pesquisa, mapear as redes de exploração compulsória e de escravização ilegal que atingiam as populações indígenas no vale amazônico entre 1880 a 1910. Para tanto, iniciaremos essa análise através de um levantamento quantitativo e qualificativo de relatos e denúncias acerca dessa temática nos jornais publicados durante esse recorte cronológico. Por meio desse levantamento buscamos, em primeiro lugar, mapear e descrever as formas de exploração do trabalho nessa região e apreender a maneira como ele se organizava. Em segundo lugar, identificar, na medida do possível, os agentes sociais envolvidos nessas ações. A pesquisa abrange dois períodos históricos: o primeiro, a década de 1880, correspondente ao final do Estado Imperial brasileiro, marcado pela abolição da escravidão e pela proclamação da República; o segundo, as primeiras décadas do Brasil republicano, momento de consolidação de novas estruturas governamentais e jurídicas. Trata-se, portanto, de um esforço para compreender até que ponto as concepções em torno das noções de trabalho livre e escravizado sofreram alterações no cotidiano antes e depois da abolição da escravidão e, por outro lado como essas mudanças impactaram — ou não — as vidas dos povos indígenas da Amazônia.

“O MUSEU MAGÜTA É UM ARQUIVO NOSSO”: MEMÓRIA E HISTÓRIA PELO PRIMEIRO MUSEU INDÍGENA DO BRASIL

Tamilly Frota Pantoja
UFAM
tamillyfrota@hotmail.com

Esta proposta de comunicação parte de um projeto de doutorado voltado para a compreensão das trajetórias de vida e de luta pela memória de indígenas do povo Tikuna da região do Alto Solimões, no Amazonas, a partir da existência do Museu Magüta – o primeiro museu indígena do Brasil. Para além do ano de sua fundação enquanto instituição em 1991, o processo histórico de formação de uma cultura de refazer a autonomia e de produção de registros próprios acerca da criação de seus direitos territoriais, humanos e constitucionais, nos leva a investigar memórias e conquistas importantes desde o início da década de 1980. Partimos da hipótese de que o Museu Magüta – enquanto conjunto de relações comunitárias e políticas que o constituem, não enquanto edificação – tornou-se um centro de práticas sociais de denúncia de violação de direitos dos povos indígenas a nível nacional e internacional, e também de formação para a reinvenção da democracia na conjuntura da Assembleia Nacional Constituinte. A espacialidade da pesquisa situa principalmente a região de tríplice fronteira (Brasil, Colômbia e Peru), onde o Museu Magüta dá acesso às 15 terras indígenas demarcadas, regularizadas e habitadas pelos Tikuna. As fontes a serem analisadas são entrevistas produzidas pela metodologia da História Oral, em diálogo com fontes escritas que constituem o acervo documental presente no Museu, organizado quando neste espaço funcionava o Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões – CDPAS, desde 1988, coordenado por pesquisadores ligados ao Museu Nacional e a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nesse campo de investigação social, as discussões bibliográficas e teórico-metodológicas nos situam no eixo temático da história indígena e do indigenismo na Amazônia, com um olhar para fontes que despontam novos diálogos para a historiografia.

AS TERRITORIALIDADES INDÍGENAS E NEGRAS NA FORMAÇÃO DA ENCRUZILHADA DA AMAZÔNIA MARANHENSE (século XIX)

Liana Rayssa Mota Amorim
PPHR-UFRRJ
liana.ramorimhistoria@gmail.com

A invenção da extinção dos povos indígenas no período colonial por muito tempo baseou a produção historiográfica brasileira, produzindo profundos silêncios sobre suas existências em recortes temporais posteriores e em diversos espaços. O Maranhão foi um dos espaços onde esse silêncio se constituiu. A criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão no século XVIII, um dos motivos que possibilitou que a capitania maranhense se transformasse em um dos espaços que mais recebeu mão de obra africana escravizada. Esse dado, atrelado a análises simplistas que interpretaram a importância da escravidão somente a partir de dados quantitativos, fez com que a ideia de substituição do indígena pelo negro fosse uma noção recorrente na produção historiográfica sobre o Maranhão. Tal noção não impactou apenas as análises históricas acerca da economia ou do trabalho, também implicou na desconsideração das presenças indígenas nas análises do processo de organização do território maranhense durante

o século XIX. No sentido de superar o paradigma da ausência dos povos indígenas nesse processo, a presente comunicação não pretende sobrepor as experiências indígenas às experiências negras, mas sim, atender a necessidade de “encruzar” essas experiências para compreender de forma mais ampla a história da Amazônia Maranhense. A necessidade de cruzar as trajetórias indígenas e negras é resultado da análise da região do Turiaçu-Gurupi. Tendo como referência a província do estado do Maranhão, o Turiaçu-Gurupi encontra-se ao seu noroeste, no espaço de sua fronteira com o Pará, sendo assim parte integrante da Amazônia Maranhense. No século XIX, as imprecisões jurisdicionais entre o Maranhão e Pará fizeram com que o Turiaçu-Gurupi se tornasse uma zona de contato de indígenas autônomos e negros fugitivos – ou mesmo negros que “nunca tiveram senhor”. Ao que indicam as trajetórias dos povos Ka’apor, Tenetehara e de quilombolas assentados entre os rios Turiaçu e Gurupi, essa zona de contato foi significativamente constituída pelos movimentos diaspóricos desses grupos. Fugindo das mazelas da situação colonial, indígenas e negros, com experiências históricas e modos de viver distintos forjaram ativamente este espaço no noroeste do Maranhão, ali inscrevendo suas territorialidades, produzidas pelas suas vivências atravessadas pelas relações que estabeleciam entre si e a “sociedade colonial”. Dessa forma, consideramos que tal proposta é compatível ao ST37 “Cartografias da Memória”, que busca refletir sobre como as populações construíram seus territórios em meio às dinâmicas coloniais e pós-coloniais na Amazônia.

BELIZÁRIO, MANOEL JOÃO... QUEM E O QUE ERA SER UM “ÍNDIO PRINCIPAL” NO AMAZONAS OITOCENTISTA?

Bruno Miranda Braga
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
brunomirandabraga@gmail.com

No oitocentos, especialmente na segunda metade, o costume de nominar “índios principais” parecia ser constante. Há, de fato, poucos documentos sobre o que de fato eram as funções do Principal, mas pela leitura das fontes, o cargo era de um mediador, de um intermediário entre os dois mundos, creio que muito possivelmente um dos critérios era o de domínio da Língua Geral ou mesmo da língua portuguesa. Ser Principal era, no Amazonas oitocentista, possivelmente, ser um elo, antes de um animador, era ser um mediador. Definir o que seria um “Principal” na província do Amazonas é bastante dificultoso, uma vez que não há na legislação ou na documentação, 1078 elementos que efetivamente designem suas atribuições e formas de nomeações. Mesmo nesse silenciamento, é possível considerar que passaram a se ter pelo menos dois tipos de principal: o “índio principal” e o “capitão principal”. Houve durante o oitocentos uma intensa disputa pelo cargo de Principal, ora indígenas, ora não indígenas requeriam a patente junto à presidência provincial. Lembro que uma mistura entre os dois tipos de principal, pode ter havido nesse contexto, pois o papel do principal enquanto liderança indígena já existia antes de ser constituído no sistema colonial. O principalato, como apontou Almir Diniz de Carvalho Jr., enquanto cargo administrativo colonial pensado por Portugal, apenas foi uma formalidade embasada naquilo que os ameríndios já faziam. PALAVRAS-CHAVE: Índio Principal; Amazonas Provincial; Século XIX.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 38 - REDE DE SABERES, DIREITOS HUMANOS E MEMÓRIAS INDÍGENAS: O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS E METODOLOGIAS FREIREANAS

Coordenação:

Thelma Lima da Cunha Ramos (IFBA)
Edson Machado de Brito (IFBA)
Marcelo Aranda Storti (CEFET-RJ)

Resumo do Simpósio Temático: O Simpósio Temático Rede de Saberes, Direitos Humanos e Memórias Indígenas, através do uso de tecnologias digitais, materiais pedagógicos e metodologias freireanas, propõe discutir a valorização e o reconhecimento da diversidade de epistemologias ancestrais dos povos indígenas, objetivando ampliar os olhares sobre a garantia do uso de recursos tecnológicos para afirmação dos direitos humanos e identidades indígenas. Tem como objetivo refletir sobre as possibilidades de produção de materiais pedagógicos que dialoguem com a transmissão oral de conhecimentos e memórias ancestrais a partir da mediação tecnológica para repensar os processos metodológicos educativos na perspectiva freireana, a fim de contribuir para a desconstrução de visões estereotipadas e etnocêntrica com relação à história e cultura dos povos indígenas na educação. Considerando o diálogo com pesquisas que reflitam uma concepção de educação em que aquele que ensina também aprende numa relação de reciprocidade na produção do conhecimento entre educador versus educando num processo coletivo de aprendizagem.

OBSERVATÓRIO DIGITAL KIJEMI: REDE EDUCATIVA DE DIFUSÃO E INCLUSÃO DAS MEMÓRIAS, SABERES E PRÁTICAS INTERCULTURAIS DOS POVOS ORIGINÁRIOS

Thelma Lima da Cunha Ramos
IFBA
pgedathelma@gmail.com

O projeto “Observatório Digital Kijemi” constitui-se como uma rede educativa digital voltada à difusão, preservação e produção de saberes, memórias e práticas interculturais dos povos originários brasileiros e comunidades tradicionais de Angola e Itália. A iniciativa nasce do diálogo entre a ancestralidade, representada pelo termo Kijemi - que em Patxohã língua do Povo Pataxó, significa casa, construção e acolhimento de cultura e resistência – e as possibilidades abertas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Desenvolvido em parceria com instituições nacionais e internacionais, como UNILAB, UFAM, IFG, IF-Sertão, Universidade Independente de Angola e Università dell’Insubria (Itália), o projeto visa fortalecer uma educação inclusiva, equitativa e tecnológica, com enfoque na descolonização do saber e no enfrentamento do racismo por meio de ferramentas digitais. O desenvolvimento do projeto prevê a realização de ações formativas e de difusão, incluindo workshops, simpósios internacionais, minicursos e oficinas realizados em ambientes virtuais e híbridos, direcionados a professores da educação básica, militantes, estudantes e comunidades tradicionais. Como eixo central, estrutura-se o Observatório Digital Kijemi, plataforma que armazenará, divulgará e disponibilizará tecnologias, práticas e memórias dessas comunidades, promovendo o acesso aberto a materiais pedagógicos e científicos interculturalmente referenciados. No escopo deste edital, destacam-se a execução de quatro workshops e dois simpósios (nacional e internacional), com previsão de atingir diretamente 300 participantes, além da disponibilização posterior do conteúdo gravado, ampliando o alcance e o impacto formativo. Observatório digital acessível e interativo de saberes tradicionais; a formação de educadores e ativistas em perspectivas decoloniais; e a promoção do diálogo intercultural entre Brasil, Angola e Itália. Por fim, o projeto insere-se no eixo temático da Educação, com ênfase em educação básica, educação para as relações étnico-raciais, educação a distância e inclusão digital, contribuindo para a construção de políticas educacionais antirracistas e tecnologicamente contextualizadas.

AS VIVÊNCIAS E ATIVIDADES EDUCATIVAS QUE DIALOGAM COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE BASE COMUNITÁRIA DESENVOLVIDAS PELOS POVOS INDÍGENAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Marcelo Aranda Storti
CETEAL; GEASUR/UNIRIO
socio.ambiental.observatorio@gmail.com

Essa pesquisa buscou analisar as vivências e atividades educativas que podem dialogar com a Educação Ambiental de Base Comunitária (EABC) dos povos indígenas do Estado do Rio de Janeiro. Os caminhos metodológicos escolhidos foram através da análise temática das observações participantes nas terras indígenas e em publicações disponíveis em redes sociais. O Resultado encontrado foi uma total de nove (9) terras indígenas, sendo sete (7) dos Guarani M'byá, onde uma (1) está localizada em Angra dos Reis, quatro (4) em Paraty, duas (2) em Maricá, uma (1) dos Guarani Nhandeva em Paraty e uma (1) aldeia Pataxó Hahaha em Paraty. E ainda existem duas Aldeias Pluriétnicas (Maracanã e Vertical) no município do Rio de Janeiro. Além disso, segundo o último censo do IBGE no Estado foram registrados um total de 207 etnias, 74 línguas faladas, 16.994 pessoas autodeclaradas onde a maioria delas moram em favelas, cuja maior quantidade está localizada na comunidade da Maré, Rocinha, Vidigal e em menor número em outras. Outro resultado encontrado está relacionado às atividades desenvolvidas pelo ecoturismo na aldeia Pataxó, onde os visitantes participam de rituais e escutam histórias e memórias das lideranças, dos mais antigos, vêm e compram os artesanatos e os grafismos desse povo. Outro aspecto observado foram as atividades de vivências ecoancestrais realizadas nas outras aldeias e as educativas desenvolvidas na Universidade Indígena Pluriétnica Aldeia Maracanã, no Museu comunitário Puri e na horta medicinal localizada na aldeia Pluriétnica Vertical. Essas ações podem estar associadas a EABC, pois além de promoveram a reconexão entre os seres humanos com outros humanos, as pluridiversidades, a alteridade, integrando-os aos não humanos e suas conexões com a terra, o território, suas territorialidades ancestrais, contribuindo com a construção da ideia de terresistência e da reivindicação da sua territorialidade, isto é, a capacidade de determinados sujeitos sociais de vivenciar em plenitude seus direitos socioambientais, a alteridade e partilhas com outros membros humanos e não humanos da sua comunidade construindo coletivamente o conceito andino "buen Vivir" representando uma ideia centrada em uma existência plena, uma vida em equilíbrio e harmoniosa entre as pessoas, a natureza e a comunidade, totalmente distinta da noção ocidental de desenvolvimento, inclusive o (in)sustentável ou qualidade de vida focada no consumo e no mundo da mercadoria.

MUIRAKITA: REATAR OS FIOS, TECER O FUTURO – UMA PLATAFORMA DIGITAL PARA A REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO WAI WAI

Lilian Rebellato
Universidade Federal do Oeste do Pará
lilian.rebellato@ufopa.edu.br

Eliane Woxixaki Wai Wai
Aldeia Mapuera
elianewaiwai8@gmail.com

Jhamenson de Sousa Nascimento
Universidade Federal do Oeste do Pará
jhamenson143@gmail.com

Este projeto desenvolve a plataforma digital colaborativa "Muirakita", uma resposta tecnológica e etnográfica às demandas contemporâneas de revitalização cultural entre os povos da Terra Indígena Wai Wai, um território multiétnico no Norte do Brasil. A iniciativa emerge do contexto histórico de dispersão de acervos materiais, como a coleção etnográfica Wai Wai levada a Gotemburgo pelo antropólogo Walter Roth no início do século XX, hoje distante fisicamente e muitas vezes desconectada dos conhecimentos vivos das comunidades. Muitos desses artefatos, fundamentais para a cultura material tradicional, deixaram de ser manufaturados ou transmitidos após processos de evangelização e contato, criando uma lacuna geracional. A plataforma busca atuar como uma ferramenta de mediação decolonial, permitindo o acesso digital e a reapropriação simbólica desse patrimônio musealizado. Seu objetivo principal é criar um repositório dinâmico e interativo, focado inicialmente nos artefatos Wai Wai, que supere a mera exibição estática. O núcleo do projeto é a construção de um banco de dados etnográfico em língua Wai Wai, documentando de forma colaborativa a cadeia operatória integral de cada artefato. Isso inclui a ecologia do conhecimento envolvida: a identificação e extração das matérias-primas (fibra, madeira, pigmentos), as técnicas de manufatura (tecidos, trançados, tallas), e os contextos de uso prático, social e ritualístico. A metodologia associa a ciência da informação (digitalização, catalogação semântica) à pesquisa antropológica colaborativa, envolvendo anciãos, artesãos e jovens indígenas como copesquisadores na produção de narrativas, glossários e vídeos explicativos. A plataforma "Muirakita" se propõe, assim, a ser um espaço de memória viva e agência cultural, onde os

artefatos não são apenas registros do passado, mas catalisadores para discussões atuais sobre identidade, soberania digital e a retomada de saberes, fortalecendo os movimentos internos de ressignificação cultural que já estão em curso entre os Wai Wai e povos vizinhos.

POR UMA ECOVIVÊNCIA INTERCULTURAL NO CONTEXTO ESCOLAR: UM DIA COM OS GUARANI-MBYÁ DA ALDEIA ARA HOVY NO CIEP 307

Marcelo Aranda Storti
CETEAL/GEASUR/UNIRIO
marcelostorti@gmail.com

Juliana Latini da Silva
GEASUR/PPGEDU/UNIRIO
mme.julianalagini@gmail.com

O trabalho tem como objetivo identificar os diálogos entre elementos da cultura Guarani e as propostas de educação ambiental no contexto escolar do estado do Rio de Janeiro. O estudo tem como base para seu desenvolvimento os indígenas Guarani-Mbyá situados na aldeia localizada no distrito de Itaipuaçu, município de Maricá-RJ. Procuramos analisar uma experiência prática de diálogo intercultural de Educação Ambiental (EA) a partir de uma aula ministrada por membros desta comunidade indígena para alunos do Ensino Médio do CIEP 307, situado em Várzea das Moças-Niterói-RJ. Como referencial teórico optamos neste texto com os conceitos de ecologia de saberes, refletido por Maria Paula Meneses de um artigo de 2022, dialogando com os saberes, fazeres e sabores ancestrais e construídos historicamente com o conhecimento científico; Paulo Freire em relação com os Temas Geradores (TE) e Philippe Layrargues sobre a EA como resolução de problemas socioambientais como um TE. Ao buscar na literatura do campo da EA, identificamos diversos artigos, porém destacamos a pesquisa de Clara Batista, Sandra Benites e Celso Sanchez de 2017 que analisou a Interculturalidade e EA em diálogo com a cultura Guarani Mbyá. E o artigo de Rosângela Uhmman e Willian Ribeiro de 2024 sobre a EA escolar e cultura indígena; utilizando como descritores: educação ambiental, indígena, currículo e interculturalidade; identificando duas teses e 17 dissertações. A trilha metodológica ocorreu através de trabalho de campo com visita à aldeia com observação participante e conversas com professores, residentes e lideranças indígenas e a vinda de indígenas Guarani-Mbyá que participaram na escola da Feira Interdisciplinar Origens. Foi considerada uma abordagem qualitativa para a análise e proposições de temas geradores de ensino a partir de elementos da cultura e dia-a-dia Guarani para serem explorados na escola. Assim, pretendemos destacar e reafirmar a importância de investigar e aplicar propostas pedagógicas interculturais na construção de currículos que deem protagonismo aos saberes tradicionais, especialmente que dialoguem com as populações tradicionais presentes no entorno da comunidade escolar. Outro resultado importante é colocar em prática a lei 11645/2008, nesse caso através de uma ecovivência intercultural crítica onde alunos e professores do CIEP 307 aprenderam de forma interdisciplinar a história e a cultura indígena dos Guarani-Mbyá. Além de refletir tanto sobre o papel desta etnia na sociedade nacional e na educação, quanto nos seus problemas e dificuldades. Essa prática pedagógica possibilitou, ainda, refletir sobre a imagem dos indígenas rompendo com todas as formas de silenciamento, todas as formas preconceituosas, folclóricas e racistas.

HISTÓRIA, CULTURA E ANIMAÇÃO APINAJÉ: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO PANHIME

Maria Victória Lima dos Santos
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
maria.victoria@ufnt.edu.br

Raquel Cassiano dos Santos
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
raquel.santos@ufnt.edu.br

Aline Campos
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
aline.campos@ufnt.edu.br

Este trabalho apresenta experiências e aprendizados decorrentes do desenvolvimento do projeto de extensão Panhime: narrativas e oficina de animação apinajé. O projeto teve origem após a realização de oficinas de animação

com crianças apinajés, realizadas na Terra Indígena que abrange o município de Tocantinópolis, no Tocantins. Essas oficinas foram conduzidas, em dezembro de 2022, pelo Projeto História de Todos os Povos, do Núcleo de Cinema de Animação de Campinas, em parceria com a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Essas ações resultaram na produção de uma pequena animação construída a partir dos desenhos elaborados pelas crianças e despertou o desejo da comunidade pela elaboração de uma animação de maior duração que narrasse a história de origem do povo Apinajé: a história de Sol (Myyti) e Lua (Mytwryyre). Surge, assim, no segundo semestre de 2023, o projeto Panhíme, com o intuito de dar continuidade à realização de oficinas de animação com indígenas e não-indígenas a partir do trabalho com a narrativa ancestral de origem apinajé. O projeto atrela a valorização e visibilidade da história e cultura apinajé com popularização e disseminação da técnica de animação de desenhos como ferramenta de expressão pessoal e cultural. A história de Sol e Lua, como afirmam os anciãos, é extensa e apresenta múltiplas versões, em virtude do processo de transmissão de geração em geração por meio da oralidade. Dessa forma, o Panhíme - ancorado nos princípios da Educação Popular e se colocando como aprendiz do Paradigma do Bem Viver - atua em duas frentes de ações: escuta, gravação, tradução e transcrição das versões da história narrada por anciãos e anciãs na língua materna, com o intuito de subsidiar a elaboração do roteiro de animação dessa longa história; e realização de oficinas de animação junto a indígenas e não-indígenas com trechos dessa história. Com essas ações temos observado e aprendido que transformar uma narrativa dessa magnitude em animação constitui um grande desafio e também uma aventura. Atrelar animação e história oral tem-se revelado uma estratégia potente de intervenção pedagógica, proporcionando a valorização e interesse pela própria cultura junto à juventude indígena, bem como aproximação de pessoas não indígenas pelo modo de vida e conhecimentos indígenas.

MEMÓRIAS DO POVO POTIGUARA: RESSIGNIFICAÇÃO E CIRCULAÇÃO EM TERRITÓRIOS VIRTUAIS

Rebeca Sueli Piano de Araújo
UFCG
rebecasuelipiano@gmail.com

Juciene Ricarte Cardoso Tarairiú
UFCG

Os povos indígenas têm desenvolvido ao longo do século XXI estratégias para resguardar e circular suas memórias e saberes, a fim de fortalecer a identidade étnica e cultural e os seus territórios. Nesse sentido, o Povo Potiguar da Paraíba, vem construindo o Canal no Youtube Memórias do Povo Potiguar, constituído de entrevistas com lideranças, anciãos, antropólogos, historiadores, professores potiguaras, considerados importantes na luta do Povo Potiguar em existir e resistir. Assim, este trabalho discute o papel do Canal no Youtube Memórias do Povo Potiguar — iniciativa do Instituto Baé/Águas Potiguar — no fortalecimento da identidade étnica e cultural, e da luta contra a violação de direitos, através da resignificação e circulação de suas memórias e saberes em territórios digitais. Para tanto, produzimos fichas documentais a partir da alimentação de planilhas (Formulários Google), proposto pelos pesquisadores do Centro de Referência Virtual Indígena. Em seguida, realizamos a Análise do Discurso proposta por Eni Puccinelli Orlandi: estudamos aquilo que é dito, mas também as omissões, em um movimento importante para compreender a historicidade do texto e identificar os sentidos que são construídos pelas fontes e seu atravessamento por outros discursos. Esse percurso nos possibilitou compreender como o Povo Potiguar resignifica hoje seus agenciamentos e tensões com as políticas e ações indigenistas operacionalizadas ao longo da História, mas também se empenha em resguardar suas narrativas e saberes advindos da oralidade em territórios digitais, a fim de reafirmar sua identidade étnica e cultural, e fortalecer suas lutas pela garantia de direitos.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 39 - MOVIMENTO E PROTAGONISMO INDÍGENA NA BAHIA – BRASIL: REEXISTÊNCIAS, RESILIÊNCIAS E AFIRMAÇÕES

Coordenação:

Paulo Alfredo Martins Rocha (UNEB)
Wbaneide Martins Andadre (UNEB)
Leonardo Lins Diego (UNEB)

Resumo do Simpósio Temático: Esse simpósio temático propõe reunir investigações e reflexões que abordem as múltiplas formas de protagonismo indígena na Bahia, evidenciando as estratégias de reexistência, resiliência e afirmação identitária, territorial, política e epistêmica dos povos indígenas. O objetivo é fomentar diálogos circulares entre pesquisadores(as), lideranças indígenas, educadores(as), ativistas ambientais, indigenistas e estudantes que se interessam pela temática indígena, com foco nas lutas e conquistas dos povos originários no contexto baiano e brasileiro. Serão acolhidos trabalhos que explorem experiências de ecologia humana e educação intercultural, educação escolar indígena, licenciaturas interculturais, movimentos sociais, projetos societários, produção de saberes próprios, participação em 22 governança e políticas públicas, processos de retomada, autodeterminação e fortalecimento cultural. A proposta se ancora em referenciais teóricos como as epistemologias do sul, cosmovisão indígena, a interculturalidade crítica, e estudos sobre identidades e diversidade na educação, buscando visibilizar as potências de resistência frente às heranças coloniais e às estruturas de exclusão. O simpósio se inscreve no contexto do Congresso Internacional Mundos Indígenas, propondo ênfases regionalizadas para a realidade dos povos originários da Bahia, se configurando como espaço de escuta, partilha, visibilidade, proposições e reconhecimento da diversidade das experiências indígenas regionais, contribuindo para a ampliação do debate sobre garantia de direitos, justiça epistêmica, autodeterminação e decolonialidade no Brasil.

APRENDÊNCIAS INTERCULTURAIS E INTRACULTURAIS, SEUS SENTIDOS E SIGNIFICADOS: DIÁLOGOS CIRCULARES SOBRE PROTAGONISMO INDÍGENA E A EDUCAÇÃO COMO PROJETO DE POVO.

Paulo Alfredo Martins Rocha
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
parocha@uneb.br

Leonardo Diego Lins
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Wbaneide Martins Andrade
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Este trabalho tem como foco o protagonismo indígena na Bahia e o papel das licenciaturas interculturais da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Tecendo nexos com reflexões em torno e da educação escolar indígena como projeto de povo. Analisa correlações entre afirmação de lideranças, protagonismo indígena e os processos educativos, destacando suas confluências e repercussões no movimento indígena, na cultura institucional da universidade e na formulação de políticas públicas e ações afirmativas. Discute-se aqui o aldeamento da universidade e seu reflorestamento na valorização dos saberes ancestrais. Nessa seção, em específico, tem-se como ênfase a multiplicidade de concepções, conceitos e aplicações - políticas, sociais, pedagógicas - acerca da interculturalidade. Ao tempo que propõe, em face rica diversidade de povos, a intraculturalidade indígena como uma nova categoria de análise.

CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA VIGOTSKYANA PARA SABERES E PRÁTICAS INTERCULTURAIS NA SAÚDE DIANTE DA VULNERABILIDADE AO HIV PELOS POVOS INDÍGENAS

Josicleia Oliveira de Souza
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Leonardo Diego Lins

A epidemia de HIV/Aids, apesar dos avanços científicos e tecnológicos, continua revelando desigualdades estruturais e vulnerabilidades históricas entre populações indígenas no Brasil. Este trabalho discute tais vulnerabilidades e analisa a urgência de práticas e saberes interculturais em saúde fundamentadas na teoria histórico-cultural de Lev Vygotsky para o enfrentamento ao HIV/Aids no Brasil. A partir de estudo qualitativo de base bibliográfica, são analisados documentos oficiais e evidências epidemiológicas, relacionando-os aos processos simbólicos e culturais que modulam o cuidado em saúde nos povos indígenas. Os resultados indicam que barreiras geográficas, linguísticas, socioculturais e institucionais limitam o acesso às estratégias de prevenção combinada, ampliando o estigma e as desigualdades no enfrentamento do HIV. A perspectiva vigotskyana contribui ao reconhecer a saúde como processo social e histórico, mediado pela linguagem e pela interação entre sujeitos e culturas. Assim, defende-se uma abordagem dialógica e contextualizada, na qual profissionais de saúde sejam formados para valorizar saberes tradicionais e superar o modelo biomédico hegemônico, a partir dos saberes interculturais. Conclui-se que a interculturalidade, articulada à mediação simbólica e à valorização das experiências locais, constitui caminho essencial para a promoção do bem-viver e para o fortalecimento das políticas públicas de prevenção ao HIV e Cuidado em saúde entre povos indígenas.

OS PATAXÓ FRENTE A DESAPROPRIAÇÃO TERRITORIAL (BA): TERRITORIALIZAÇÃO, RESISTÊNCIA E REEXISTÊNCIA

Camila Margon Massi
Universidade de São Paulo (USP)
camilamargon.massi@gmail.com

Esta pesquisa investiga as relações entre história e território na experiência recente do povo Pataxó, focalizando a aldeia de Barra Velha e o Parque Nacional do Monte Pascoal. O estudo abrange o período de 1960 — marcado pela criação do Parque Nacional, que desencadeou processos de expulsão dos indígenas — até as mobilizações territoriais das décadas de 2010 e 2020, quando os Pataxó reivindicaram a reocupação de espaços ancestrais. Um cenário histórico de luta, desde a chegada dos portugueses, que se estende até a atualidade devido a uma colonialidade do poder que permite a perpetração do violento cenário. Nesta comunicação pretendo discutir algumas leituras iniciais acerca de territorialização em relação ao cenário específico do Parque Nacional e Barra Velha levantando minhas hipóteses de pesquisa e meus objetivos. A forma como a população Pataxó se organizou politicamente frente a esse cenário também será explorado, por meio da criação de Conselhos e Assembleias a forma de agir politicamente foi se alterando, mas mantendo partes da tradição vivas, dessa forma um processo de etnogênese se forma, uma reemergência de uma população que por um longo período foi considerada extinta. Como objetivo central, busco analisar a longo termo as transformações nos discursos e nas práticas políticas desse grupo, articuladas à luta pelo direito ao território, entendido como fundamental para sua existência coletiva. Trata-se de um projeto de doutorado em estágio inicial e, por isso, não conta com conclusões pré-estabelecidas, mas trabalho com uma hipótese orientadora de que a luta pelo território constitui um eixo central para compreender as transformações históricas vivenciadas pelos Pataxó, influenciando seus costumes, saberes tradicionais e estratégias contemporâneas de habitação e resistência. Os resultados pretendidos incluem demonstrar como a reconquista territorial tem sido inseparável da reconstrução de narrativas históricas e da afirmação étnica no cenário brasileiro recente. Nesse sentido, a pesquisa se enquadra no eixo temático por estar geograficamente localizada na Bahia e tratar do processo de resistência e de reexistência da população Pataxó frente aos constantes movimentos de desapropriação sofridos em sua história recente.

TERRITÓRIOS EM MOVIMENTO: AS ANDANÇAS DO POVO KARIRI-XOCÓ

Maria Ionaia de Jesus Souza
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
misouza@uneb.br

O povo Kariri-Xocó, originário da união entre os grupos Kariri e Xocó, representa um dos mais fortes símbolos de resistência indígena no Nordeste brasileiro. Marcados por processos de catequização, expulsões e tentativas de apagamento cultural desde o período colonial, os Kariri-Xocó mantiveram viva sua identidade por meio da reorganização social, espiritual e territorial. A fusão dessas etnias, impulsionada pela necessidade de sobrevivência, consolidou uma comunidade que, mesmo dispersa, preserva tradições, rituais e saberes ancestrais. Presente em territórios como Porto Real do Colégio (AL) e Entre Rios (BA), o povo Kariri-Xocó reafirma, até hoje, sua ancestralidade

e resistência, fortalecendo a continuidade de sua cultura e a valorização dos povos originários ao disseminar seus saberes ancestrais no contexto social contemporâneo. O presente texto tem como objetivo apresentar a trajetória histórica, social e cultural do povo Kariri-Xocó, evidenciando os processos de resistência e reorganização identitária que marcaram sua existência desde o período colonial até a atualidade. Busca-se compreender como, diante das imposições da colonização, da catequização e da perda territorial, esse povo reconstruiu suas formas de vida, preservando saberes ancestrais, tradições e práticas culturais. Além disso, pretende-se destacar a importância da Aldeia Multiétnica Kariri-Xocó, na Bahia, como símbolo contemporâneo de continuidade, reafirmação e disseminação da identidade indígena, contribuindo para o fortalecimento da memória e da representatividade dos povos originários no contexto brasileiro. Para compreender a história linguística e cultural do povo Kariri-Xocó, recorre-se às obras de Siqueira (1978), Fernandes (2013), Câmara Neto (2016), entre outros.

A EDUCAÇÃO COMO CAMINHO DE REPARAÇÃO HISTÓRICA: AVANÇOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS LEIS 10.639/03 E 11.645/08 NA REDE ESTADUAL DA BAHIA

Maria Jesuína Barbosa dos Santos
CEE/BA
jesuinabarbosa2011@gmail.com

Este artigo analisa a Resolução CEE nº 97, de 27 de maio de 2024, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação da Bahia, que estabelece diretrizes para a reorientação curricular e pedagógica antirracista nas instituições de ensino em todas as etapas e modalidades da Educação Básica e Ensino Superior, vinculadas ao sistema estadual. Fundamentada nas Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, a resolução reafirma o compromisso do estado com a implementação do ensino da história e cultura afro-brasileira, africana, indígena e quilombola, incorporando princípios de interdisciplinaridade e contextualização. O artigo aborda os fundamentos legais, os dispositivos normativos, a atuação da Comissão Especial e os desafios para efetivação das políticas de reparação e reconhecimento na educação baiana. Como presidente da Comissão Especial que conduziu essa revisão no âmbito do Conselho Estadual de Educação, compartilho a importância desse trabalho coletivo na construção de uma educação antirracista e respeitosa das identidades negras e indígenas. Palavras-chave: Educação antirracista, Resolução CEE 97/2024, Bahia, Relações Étnico-Raciais, Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

“RETOMADA ANCESTRAL: ESCRIVÊNCIA EPISTOLAR DE UMA INDÍGENA PAYAYÁ DA CHAPADA DIAMANTINA”

Marcia Maria Gonçalves De Oliveira - Márcia Payayá
IFBA, Campus Valença, Bahia, Brasil
marcia.goncalves@ifba.edu.br

Este trabalho é parte de uma pesquisa autoral em andamento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação, junto a Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados no estado do Mato Grosso do Sul. No referido estudo, vivencio o lugar de pesquisadora e participante (fonte) da pesquisa; produzo narrativas pra mim, para outrem e as analiso num reencontro comigo e com e com as sabenças dos meus parentes, entre outros também necessários ao diálogo em torno da “Retomada Ancestral: escrituração epistolar de uma indígena Payayá da Chapada Diamantina”. Nesse processo de retomada, me descubro e insurjo ancesre Payayá em luta e luto acadêmico-político. A pesquisa apresenta-se por meio de cartas epistolares que acessam memórias e reflexões, nascidas e reconstruídas entre os anos de 1974 e 2025, em torno da seguinte questão: Quem e o que confluuiu/conflui para o meu processo de retomada ancestral indígena Payayá? Nascida nos anos 1974 na zona rural do município de Wagner/Bahia, em uma família sertaneja que não se percebia como tal. As matrizes sertaneja e indígena, fenotipicamente presentes em mim e nos meus irmãos, não se traduziam como referência identitária. Some-se a isso a escolarização explicitamente neocolonialista e escamoteadamente confessional, praticada pela Missão Brasil Central, de base Presbiteriana, a quem em nada interessava o Jarê, a ancestralidade Payayá, a retomada ancestral, a sertanidade ou a caatinga como centralidade na subjetivação dos Wagnerenses. Importa lucubrar, portanto, sobre as afetações que fizeram de mim o que sou: mulher indígena Payayá, pesquisadora contracolonial. Embasada nos princípios teóricos metodológicos da escrituração, a tese assenta-se em narrativas de si para analisar sentidos de vivências e aprendizagens. As cartas, estruturadas numa temporalidade não linear, assentam-se nos tempos da consciência de si e das representações construídas em minha retomada e dos meus.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 40 - DOCUMENTAÇÃO LINGÜÍSTICA NO CONTEXTO DE LÍNGUAS AMEAÇADAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO PROCESSO DE REVITALIZAÇÃO

Coordenação:

Raniery Oliveira da Silva e Silva (UFPA)
Anna Carolina Gonçalves Dias (UFPA)

Resumo do Simpósio Temático: A documentação linguística tem emergido no cenário atual como uma das formas de contribuir para a preservação de línguas minoritárias em risco de extinção diante da urgência de essas línguas estarem em contexto de alta influência de línguas politicamente dominantes. De acordo com o IPHAN (2020), considerando dados do Atlas of the World's Languages in Danger (Unesco, 2010), "estima-se que entre um terço e metade das línguas ainda faladas no mundo estarão extintas até o ano de 2050". Mori (2020), baseando-se no Atlas das Línguas em Perigo (Unesco, 2017), afirma que "o Brasil é o segundo país com mais línguas em situação crítica, ficando atrás somente dos Estados Unidos". Diante desse panorama, agência de fomento e demais órgãos, como Unesco e o Museu Nacional dos Povos Indígenas, têm buscado desenvolver iniciativas com pesquisadores em prol do avanço à documentação linguística, visto que muitas línguas indígenas no Brasil contam com menos de 1.000 falantes (Storto, 2019); um número bastante preocupante levando-se em conta o número ideal para que uma língua não seja considerada ameaçada é de 100.000 (Unesco, 2003). Em virtude da necessidade de intervenção de intervenção qualificada no processo de perda linguística, o presente simpósio temático pretende contribuir com o fomento ao debate qualitativo sobre a importância de se documentar as línguas ameaçadas. Busca-se evidenciar pesquisadores indígenas e não indígenas juntamente com suas experiências em projetos vigentes ou findados para conhecimento da comunidade em geral dos trabalhos em documentação, bem como o estímulo aos que pretendem atuar na referida área de pesquisa.

O DESPRESTÍGIO SOCIAL DA LÍNGUA MAWAYANA NO TERRITÓRIO WAYAMU, A IMPORTÂNCIA DA SUA DOCUMENTAÇÃO E OS OBSTÁCULOS PARA A SUA REVITALIZAÇÃO

Raniery Oliveira da Silva e Silva
UFPA
raniery.oliveira04@hotmail.com

A língua Mawayana é membro da família linguística Aruák e está alocada ao ramo Pidjanaan junto com seu parente mais próximo, o Wapishana (MEIRA, 2019). Esta língua foi contactada em 2023 por meio de trabalhos de pesquisa com outra língua, o Wai Wai (Karíb). Neste contato, identificamos apenas 2 falantes que moram com os Wai Wai, nas aldeias ao longo do rio Mapuera, no território que compreende o estado do Pará, próximo à divisa do Brasil com a Guiana. Há talvez apenas mais uma dezena vivendo na Guiana ou Suriname (MEIRA, idem), que foram informados por meio de comunicação pessoal com demais pesquisadores e indígenas que frequentam aldeias na Guiana. Ainda assim, não há registro se usam ou não a língua. O fato de a língua Mawayana ser falada por apenas 2 pessoas já a coloca em extremo risco de extinção (UNESCO, 2003). Nos termos de Krauss (1992), esta língua é classificada como moribunda, visto que seus falantes já são bastante idosos, seus descendentes já não falam mais a língua Mawayana e também não há mais uso frequente dela no cotidiano deles, pois há muito tempo moram em aldeias diferentes e bastante distantes. A falta de maiores e mais refinados estudos tanto descritivos quanto comparativos, tipológicos e documentativos sobre a língua a deixará perdida no tempo, bem como todo o conhecimento e os aspectos linguísticos próprios que só ela, talvez, possua. A necessidade de documentação dessa língua se estabelece pela urgência de que sejam registrados os seus aspectos próprios, abordando desde o seu léxico até suas estruturas fonológicas e morfossintáticas antes da morte dos seus falantes. Isso poderá trazer uma expansão do conhecimento não só da língua, como da própria família Aruák. Além disso, documentar o Mawayana é também uma tentativa de deixar registros da história do povo que a falou antes de terem seu destino obscurecido pelo desprestígio linguístico que sofreram ao terem ido morar com povos de línguas Karib. Até o momento, foram coletas 420 itens lexicais por meio de elicitación, entre eles nomes não possuíveis e nomes possuídos flexionados nas pessoas 1, 2, 1+2 e 3; e 2 relatos de vida, de cada um dos falantes, a serem translinearizados, transcritos e traduzidos por meio do programa Flex. Esses dados, embora poucos, podem contribuir para a documentação e revitalização da língua. Esta pesquisa se alinha com a inter-relação entre a documentação e a revitalização linguísticas e busca trazer reflexões sobre o status atual dessa língua minoritária, buscando também suscitar novas pesquisas sobre o tema, a língua e a cultura do povo Mawayana antes que seus últimos falantes partam sem terem sua língua (re)conhecida.

A “VOLTA PRA CASA”: OS PAYAYÁ E A RETOMADA NA RETOMADA

Márcia Maria Gonçalves de Oliveira
Magda Sarat
IFBA
marcia.goncalves@ifba.edu.br

Este trabalho é parte de uma pesquisa autoral em andamento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação, junto a Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados no estado do Mato Grosso do Sul. No referido estudo, vivencio o lugar de pesquisadora e participante (fonte) da pesquisa; produzo narrativas pra mim, para outrem e as analiso num reencontro comigo e com e com as sabenças dos meus parentes, entre outros também necessários ao diálogo em torno da “Retomada Ancestral: escrivência epistolar de uma indígena Payayá da Chapada Diamantina”. Nesse processo de retomada, me descubro e insurjo ancesre Payayá em luta e luto acadêmico-político. A pesquisa apresenta-se por meio de cartas epistolares que acessam memórias e reflexões, nascidas e reconstruídas entre os anos de 1974 e 2025, em torno da seguinte questão: Quem e o que confluuiu/conflui para o meu processo de retomada ancestral indígena Payayá? Nascida nos anos 1974 na zona rural do município de Wagner/Bahia, em uma família sertaneja que não se percebia como tal. As matrizes sertaneja e indígena, fenotipicamente presentes em mim e nos meus irmãos, não se traduziam como referência identitária. Some-se a isso a escolarização explicitamente neocolonialista e escamoteadamente confessional, praticada pela Missão Brasil Central, de base Presbiteriana, a quem em nada interessava o Jarê, a ancestralidade Payayá, a retomada ancestral, a sertanidade ou a caatinga como centralidade na subjetivação dos Wagnerenses. Importa lucubrar, portanto, sobre as afetações que fizeram de mim o que sou: mulher indígena Payayá, pesquisadora contracolonial. Embasada nos princípios teóricos metodológicos da escrivência, a tese assenta-se em narrativas de si para analisar sentidos de vivências e aprendizagens. As cartas, estruturadas numa temporalidade não linear, assentam-se nos tempos da consciência de si e das representações construídas em minha retomada e dos meus.

TÍTULO NÃO INFORMADO

Elenira Oliveira Gomes Apurinã
Distrito Federal
eleniraapurinaunb@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre os caminhos do sistema educacional dos povos originários do Estado do Acre, cujas propostas curriculares deveriam ser voltadas aos interesses das comunidades e que fossem pensadas e planejadas de acordo com a cultura de cada povo. Além disso, é também um projeto direcionado à formação continuada de professores com foco nos alunos surdos. Apesar de serem faladas aproximadamente 25 línguas originárias no Estado do Acre, observou-se que a língua de sinais Amyry-kuí é a mesma em todas as comunidades, apresentando algumas variações. Possivelmente isso ocorra por ser uma língua nascida em um ambiente de floresta fechada e por haver possíveis encontros desses povos. Para ampliar o entendimento dessa língua de sinais, serão compartilhado sinais por meio de oficinas para que seja propagado nas comunidades e na escola, no intuito de melhorar as estratégias de ensino/aprendizagem do professor de Língua de sinais, bem como do aluno surdo. Nesse contexto, se faz uma observação quanto ao perfil de escola originária que se deseja, que é uma educação pensada, planejada e idealizada em torno das práticas participativas dos povos nativos na preservação dos saberes surdos. Segundo Ferreira (2014, p. 9) “diálogo entre as comunidades é fundamental no processo de educação escolar diferenciada para que a mesma possa ser reconhecida em sua autonomia”. Essa afirmação pode ser entendida na prática, a partir das propostas educacionais que serão apresentadas neste estudo, que são voltadas para uma educação específica direcionada aos saberes e costumes surdos praticado pelos povos e educação especial inclusiva dos povos originários.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 41 - ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA: PRÁTICAS, EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DOCENTES

Coordenação:

Cristina de Cássia Pereira (UFG)
Edna Maria Matos Antonio (UFS)
Thiago Cancelier Dias (SEDUC – Goiás)

Resumo do Simpósio Temático: A Lei Federal nº 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/1996, e incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Em 2003, foi dada nova redação de alteração da mesma pela Lei Federal nº 11.645/2008, que expandiu para a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” e determina que os conteúdos referentes à história e a cultura afro-brasileira e indígena deverão ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial, nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira. Aplicada à realidade escolar, a lei trouxe implicações importantes para a construção e aplicação do currículo educacional, principalmente por revelar questões graves na formação e atualização docente para o tratamento desses conteúdos. Para além disso, a Resolução Nº5/12 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no campo da Educação Escolar Indígena (EEI) no Brasil; analisa as complexas e conflitantes relações entre a BNCC, - promulgada em 2017/2018 – não favorece o reconhecimento das especificidades locais e, por consequência, desconsidera os avanços da Resolução Nº5/12, que defende uma educação intercultural baseada nas lutas, visões de mundo e demandas indígenas. Assim, o objetivo do Simpósio Temático (ST) é proporcionar uma oportunidade para debates críticos e construtivos sobre experiências em espaços educativos acerca da aprendizagem de conteúdos de história indígena e que tenham como foco ações didáticos-pedagógicas marcadas pela promoção ao respeito à diversidade cultural e valorização dos povos originários como sujeitos dos processos históricos.

METODOLOGIAS DE ENSINO: DISCUTINDO PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL

Cristina de Cássia Pereira Moraes
Universidade Federal De Goiás
cristinadecassiapmoraes@ufg.br

Nossa proposta é discutir como o planejamento de uma disciplina para um curso de graduação em EAD em Diversidade Cultural promove uma abordagem que busca reconhecer, valorizar e integrar saberes e manifestações culturais historicamente subalternizados dos povos originários, questionando as estruturas de poder eurocêntricas e coloniais que dominaram a produção cultural por séculos. Diferente de um multiculturalismo superficial, que apenas coexiste com a diversidade, a interculturalidade crítica promove o diálogo e a interação entre diferentes culturas, mas com um questionamento ativo das hierarquias e desigualdades históricas. O objetivo é construir pontes de entendimento mútuo, respeito e cooperação, onde as diferenças se integrem sem perder sua identidade. Para além disso esperamos questionar a ideia de que a arte e a cultura ocidentais são o padrão universal de excelência e dar voz e espaço para a produção cultural que não se encaixa nos cânones ocidentais, como a literatura afro-brasileira e indígena, a música tradicional, as artes visuais não-convencionais. Para mais trazemos para a discussão como a Educação a Distância possibilita uma ferramenta de engajamento político e social ao visar a igualdade de oportunidades e direitos, e a promoção da democracia cultural.

FORMAÇÃO DOCENTE E ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA: UMA ANÁLISE DAS MATRIZES CURRICULARES

Edna Maria Matos Antonio
Universidade Federal de Sergipe
ednamatosantonio@academico.ufs.br

A Lei Federal nº 10.639/2003 mudou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, tornando obrigatória a inclusão do tema "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo das escolas brasileiras., em 2003, a Lei Federal nº 11.645/2008 foi criada com uma redação mais ampla, incluindo também a "História e Cultura Indígena". Essa legislação exige que os conteúdos sobre as culturas afro-brasileira e indígena sejam parte da formação escolar,

principalmente nas disciplinas de Educação Artística, Literatura e História do Brasil. No ambiente escolar, essa lei teve um impacto importante na elaboração e implementação dos currículos, exigindo atualização e/ou revisão na estrutura curricular na formação docente. A presença/ausência desse conteúdo no currículo das licenciaturas de formação docente não-indígena favorece a continuidade de preconceitos e estereótipos raciais além de aprofundar cenários de desconhecimento e intolerância cultural e religiosa, o que representa ameaças à democracia e à igualdade em nosso país. Por isso, propomos uma reflexão sobre os significados, os desafios e os processos epistemológicos relacionados à implementação dessa diretriz na matriz curricular dos cursos de Licenciatura em História oferecidos pelas universidades públicas da região Nordeste, com base na análise desses PPCs, na literatura especializada e da legislação educacional.

ENTRE OLHARES E CONHECIMENTO PLURIEPISTÊMICOS: A FOTOGRAFIA DE SEBASTIÃO SALGADO COMO DISPOSITIVO PARA O ENSINO DAS CULTURAS INDÍGENAS

Márcia Araújo Souza Beloti
Prefeitura Municipal da Serra-ES
NUPEEES / UFES / CNPQ
marcia.a.beloti@gmail.com

Marina Rodrigues Miranda
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES / PPGEEB
marina.r.miranda@ufes.br

Este artigo apresenta duas pesquisas, a primeira, realizada com estudantes do Ensino Fundamental em Serra-ES, utilizando o acervo Êxodos - Projeto Terra, de Sebastião Salgado, como recurso para o ensino das Histórias e Culturas Indígenas, fundamentado na Lei nº 11.645/2008. O outro estudo, com acervo fotográfico Gênese, realizou-se com uma turma de Licenciatura Intercultural Indígena (UFES), no Componente Curricular: Produção do conhecimento e interculturalidade: etnoconhecimento e epistemologias indígenas. Nesta tessitura, construímos um projeto com dois públicos distintos, uma vez que, os acervos eram específicos, porém conectados ao nosso campo teórico, que se entrelaçam à Krenak (2019) e Kopenawa (2015). A antropologia visual referendou a nossa metodologia (SAMAIN, 1987 e 1998), na fruição das imagens (FOERSTE, 2018), enquanto produção de identidades, conectando ancestralidade, territorialidade e memória dos povos originários. As epistemologias recorreram ao Krenak (2019), cuja perspectiva convida a repensar modos de vida e relações de pertencimento por memória para adiar o fim do mundo. As etapas das pesquisas foram organizadas em três processos. O primeiro, na escola, com a leitura estética da produção imagética, valorizando as interpretações das crianças sobre identidade e territorialidade. O segundo, articulou imagens enquanto fonte histórica, propagando movimentos pluriepistêmicos dos povos indígenas em seus territórios de etnoconhecimentos. O terceiro, a produção de cartas narrativas escrita pelas crianças, inspiradas nas imagens observadas. Com os estudantes indígenas, produções de imagens dos seus territórios. Os resultados indicaram ampliação das especificidades das culturas indígenas, favorecendo compreensões sobre território, memória e pertencimento. Em consonância com Nascimento (2024), compreende-se que construir “um mundo outro” exige multiplicar olhares e partilhar saberes em compromisso com o coletivo. Assim, a interlocução entre imagens, narrativas e conteúdos históricos, configurou-se como ação formativa que posiciona as crianças como sujeitos criadores de cultura, e os estudantes indígenas como sujeitos de direitos em defesa dos seus patrimônios etnoculturais, evidenciando a potência da fotografia como dispositivo educativo na construção de leituras múltiplas de mundo. Quanto aos indígenas em seus recortes fotográficos, flecharam (KRENAK, 2018), com suas ideias para adiar o fim do mundo.

“A(S) HISTÓRIA(S) INDÍGENA(S) EM SALA DE AULA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA REDE MUNICIPAL DE GOIÂNIA-GOIÁS”

Alan Ricardo Duarte Pereira
UFG
alanricardoduarte@gmail.com

O objetivo do trabalho é apresentar um relato de experiência de sala de aula. Trata-se, portanto, de uma proposta pedagógica desenvolvida no Ensino Fundamental com o objetivo de trabalhar a educação para as relações étnico-raciais e, mais especificamente, com a história indígena. Nesse sentido, a proposta envolveu, em primeiro lugar, a representatividade indígenas em diferenças espaços. Quer dizer, a atuação de indígenas no meio artístico (escritores,

pintores, músicos). A ideia foi, portanto, pensar a atuação indígena em diferentes espaços da sociedade e, com isso, romper o estigma que o indígena como selvagem. Como resultado, os/as alunos/as estudaram, discutiram e apresentaram escritores indígenas, pintores, crianças, militantes, políticos e personalidades. Perceberam, por conseguinte, o agenciamento de indígenas em diferentes espaços das sociedades,

ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA: PRÁTICAS, EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DOCENTES NA EJA DO CAMPO

Marcela da Silva Santana
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
marcelasanatana@gmail.com

A experiência com o ensino de História Indígena na Educação de Jovens e Adultos, especialmente no contexto da Educação do Campo, revelou-se para mim um processo de profunda aprendizagem, reconstrução e enfrentamento. Após o período pandêmico, tive a oportunidade de lecionar à modalidade EJA em uma comunidade rural onde, historicamente, os ciclos formativos não se concluíam. Como professora, pedagoga e especialista em Educação do Campo, assumi o compromisso de construir uma prática que rompesse com a lógica bancária, valorizando a pedagogia do movimento e a educação contextualizada. Compreendi que, para garantir a permanência e a conclusão do ano letivo, as aulas precisariam dialogar com a vida, com a terra, com o território e com as identidades dos educandos. Desenvolvi metodologias que privilegiavam a participação ativa, como rodas de conversa, debates sobre territorialidade e ancestralidade, e, principalmente, práticas que extrapolavam os limites da sala de aula. A aula de campo realizada em um território indígena próximo ao município foi um marco dessa experiência. A visita possibilitou que os educandos compreendessem, de forma concreta e viva, a presença e a resistência dos povos originários na região. O encontro com lideranças e espaços comunitários ampliou o entendimento sobre luta, memória, espiritualidade e modos de existir que a escola, historicamente, silenciou. Essa prática territorializada fortaleceu vínculos, produziu sentido e contribuiu decisivamente para a permanência dos estudantes. Pela primeira vez em anos, a turma concluiu o ano letivo, demonstrando que a aprendizagem se torna efetiva quando reconhece a realidade concreta dos sujeitos e respeita suas trajetórias. Entretanto, o caminho também foi atravessado por desafios: a falta de materiais adequados, a resistência inicial de alguns estudantes, as limitações estruturais da EJA e a ausência de políticas de formação docente voltadas ao ensino de História Indígena. Ainda assim, os resultados foram significativos: maior engajamento, conscientização crítica sobre as presenças indígenas, fortalecimento da autoestima dos educandos e a construção de uma prática pedagógica que reconhece o território como professor. Essa experiência reafirma que o ensino de História Indígena na EJA do Campo é um ato político, ético e decolonial. Ensinar nessa perspectiva não apenas transforma a sala de aula, mas reposiciona a docência e reafirma a educação como espaço de reexistência, autonomia e dignidade.

CULTURA INDÍGENA: A LITERATURA INFANTIL NA FORMAÇÃO SOCIAL

Paula Nunes Tavares
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)
paula.tavares@aluno.farroupilha.ifrs.edu.br

Caroline de Moraes
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)
caroline.morais@caxias.ifrs.edu.br

O presente trabalho evidencia a importância da literatura no cotidiano escolar como fonte indispensável de cultura. A obra literária *O tupi que você fala* (Fragata, 2018) ganhou destaque em uma atividade escolar realizada com uma turma de 2º ano do Ensino Fundamental, pertencente a uma escola municipal de Porto Alegre. Essa proposta tem o objetivo de abordar a presença da cultura indígena no cotidiano e como forma de cumprimento à prerrogativa da Lei 11.645 (Brasil, 2008) que estabelece a obrigatoriedade de trabalhar com a história e a cultura afro-brasileira e indígena no ambiente escolar. As ações pedagógicas que articulam a literatura e a cultura dos povos originários desde o início da escolarização possibilitam uma formação social que valoriza a ancestralidade dos diferentes povos que contribuíram para a formação do Brasil. A obra literária apresenta elementos coloridos e imagens que registram aspectos culturais, permitindo um debate com os estudantes permeado pela oralidade, reconhecendo o gênero textual, explorando a compreensão leitora, de forma a relacionar as palavras do cotidiano com o pensamento reflexivo. Nesse aspecto, destaca-se que os povos indígenas se comunicam de forma particular, prestigiando diversos elementos da comunicação. A atividade desenvolvida resultou na escrita de um livro inspirado na obra *O tupi que você fala*. Essa produção foi realizada de forma artesanal pelos estudantes do Ensino Fundamental. Assim, cada

criança conseguiu relacionar as palavras presentes na narrativa literária com as situações da vida cotidiana. Cada estudante obteve uma página como protagonista. Como as crianças estavam em processo inicial de alfabetização, elas escreveram palavras como forma de simbolizar, em contrapartida, as que já estavam alfabéticas puderam escrever um pequeno texto. A obra literária de Fragata pertence ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) da edição de 2018 e foi distribuída para diferentes escolas, corroborando com a importância desta política pública como inserção e o direito à literatura. Em suma, a literatura pode contribuir para a construção de uma sociedade que seja capaz de pensar criticamente sobre a cultura, valorizando os povos originários e respeitando os distintos modos de viver a vida. Por fim, a formação leitora possibilita a construção de uma sociedade que pensa o mundo de forma diversa e plural.

HISTÓRIA INDÍGENA NOS LIVROS DIDÁTICOS: ENTRE NARRATIVAS, AUSÊNCIAS E AGÊNCIA INDÍGENA NA COLETÂNEA JOVENS SAPIENS (PNLD 2024)

Keile Socorro Leite Felix
Secretária Municipal de Educação de Fortaleza
keilesocorro1983@gmail.com)

Rafael Ricarte da Silva
Universidade Federal do Piauí
rafaelricarte@ufpi.edu.br

A produção didática no campo da História por um longo período representou os povos indígenas a partir de uma abordagem caricata e preconceituosa, a qual generalizava suas culturas, retratando-os de maneira simplificada e persistentemente associados ao passado. A sanção da Lei 11.645 em 2008, que estabeleceu a obrigatoriedade da inclusão da temática indígena em todo o currículo escolar, constituiu-se como um avanço significativo para que a sociedade brasileira reconhecesse a participação dos povos indígenas no contexto presente, e não apenas como figuras históricas do pretérito. Contudo, verifica-se que muitos livros didáticos ainda veiculam a imagem dos indígenas de forma generalizadora e repleta de estereótipos, o que exige a problematização ativa por parte do docente em sala de aula. O presente trabalho consiste em uma análise detalhada da representação dos povos indígenas nos livros didáticos da Coletânea Jovens Sapiens, de Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco Pellegrini, da Editora Scipione, para o Ensino Fundamental Anos Finais, inscrito no Programa Nacional do Livro Didático de 2024. A investigação se concentrará na análise do discurso textual e do material imagético apresentado nos livros da coletânea. Buscamos problematizar se a narrativa textual, as ilustrações e as fotografias contidas no material didático permitem compreender a História dos Povos Indígenas a partir de suas agências. Para tanto, serão observados e discutidos trechos específicos do livro, bem como será realizada uma análise pormenorizada das imagens presentes na obra. Dentre os referenciais deste trabalho, destacamos: Silva (2020), Rocha & Rizek (2017), Monteiro (2014), Wittmann (2015), Guimarães (2012) e Almeida (2010).

AMOTARAS, TUÍRAS, PARAGUASSÚS: AS VOZES DAS MULHERES INDÍGENAS PARA ALDEAR E DESCOLONIZAR O ENSINO DE HISTÓRIA

Miléia Santos Almeida
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
mileia.sa@gmail.com

Um grande desafio ainda vivenciado pelo ensino de história no Brasil se refere a descolonização dos currículos e com eles, das metodologias e conteúdos abordados na educação básica. A participação de sujeitos e povos indígenas como protagonistas da formação sociocultural do continente americano, as resistências através das lutas e negociações nos períodos colonial e imperial e a organização por direitos originários no contexto republicano foram silenciados em materiais didáticos e diretrizes curriculares. Além disso, a percepção da história como disciplina não apenas eurocêntrica, mas androcêntrica e patriarcal, nos possibilita problematizar a invisibilização das mulheres indígenas na história brasileira diante das alterações realizadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB). Enquanto a lei 11645/2008, que garantiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena na educação brasileira, completa dezoito anos de promulgação em 2026, a lei 14.986/2024 estipula a valorização das contribuições das mulheres para a história brasileira e, ainda ensaia seus primeiros passos. Nesse sentido, a partir de uma perspectiva interseccional das hierarquias de gênero na abordagem histórica e historiográfica, que considere os marcadores de raça/etnia e territorialidade, propomos a elaboração de materiais didáticos que revisitem a memória

de mulheres originárias em diferentes contextos temporais e regiões do Brasil e das Américas, com ênfase nas trajetórias de indígenas dos territórios tupinambás no sul da Bahia, onde está localizada a Universidade Estadual de Santa Cruz, instituição acadêmica que abriga o projeto apresentado como interface entre ensino, pesquisa e extensão para a formação docente dos cursos de ciências humanas.

NO TERRITÓRIO DO BRINCAR: PRÁTICA PEDAGÓGICA DIFERENCIADA

Madelinne de Sousa Moura
Universidade Federal do Pará - UFPA.
madelinnemoura2@gmail.com

Eleticia Costa de Castro
Universidade Federal do Pará - UFPA.
eleticia.cst016@gmail.com

Rafaella Capela Leão
Universidade Federal do Pará - UFPA.
rafaellaleão@ufpa.br

A presente comunicação versa sobre uma experiência pedagógica na região do Médio Xingu, em Altamira (PA), território marcado pela presença da cultura dos povos originários. Nesse sentido, nosso trabalho perpassa na reflexão de uma política afirmativa para povos indígenas em consonância com a lei 11.645/2008 fundamental para a promoção da diversidade e a inclusão da história indígena em reparação curricular nas escolas brasileiras, visando promover a valorização da identidade indígena e a conscientização sobre a contribuição desses povos para a formação da sociedade como contributo de uma educação mais equânime. A partir disso, foi possível elaborarmos estratégias pedagógicas na Escola Municipal Fraternidade Antônio Inácio de Lucena, com turmas do 1º e 3º ano na disciplina de Artes, mediada por dispositivos estéticos pedagógicos, num processo de três etapas: um estudo aprofundado sobre brincadeiras indígenas e posteriormente apresentação expositiva para a comunidade escolar. Nessa tessitura, foi apresentado o documentário Jogos Indígenas seguido da realização de uma brincadeira com peteca conhecida pelos indígenas como Peikrã. Parte-se do entendimento de que o brincar indígena constitui um campo de conhecimentos próprios, transmitidos entre gerações e fundamentais para a continuidade dos saberes tradicionais. Sua inserção no contexto escolar atua como dispositivo descolonizador, questionando estruturas eurocêtricas que moldaram o currículo e abrindo espaço para epistemologias plurais. Por meio de brincadeiras e jogos indígenas, os estudantes reconheceram práticas compartilhadas com as vivências das crianças nas aldeias, compreendendo a dimensão ritual, coletiva e estética desses jogos. A coletividade é um princípio fundamental do saber indígena, orientado para a sobrevivência e o fortalecimento do povo — perspectiva reafirmada no brincar. Essa conexão profunda entre infância, território e natureza, manifesta-se sensivelmente nas narrativas e nas brincadeiras, evidenciando o vínculo ancestral que sustenta esses modos de existir. Assim, nesse território do brincar, emergimos nos rios da cultura originária, reconhecendo que ela atravessa o cotidiano das crianças não indígenas e constitui a raiz viva da identidade altamirense e da nossa ancestralidade coletiva, promovendo não só conhecimento, mas respeito à cultura originária.

CONCEITOS E NARRATIVAS PRESENTES NA HISTÓRIA INDÍGENA ENSINADA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOCENTES DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ (SP).

Vitória Silveira Santos Domingos
Instituto Federal de São Paulo, campus Jacareí
visilveirad@gmail.com

Flávia Preto de Godoy Oliveira
Instituto Federal de São Paulo
flavia.godoy@ifsp.edu.br

Passados 17 anos desde sua promulgação, a Lei nº 11.645/2008 promoveu, como principal inovação, a inclusão de conteúdos relacionados à história e à cultura dos povos indígenas nos currículos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, marco que representa uma tentativa de promover uma educação mais comprometida com a valorização da diversidade étnico-racial brasileira. No entanto, a efetivação de suas diretrizes nas práticas pedagógicas ainda enfrenta inúmeros desafios. Considerando esse contexto, questiona-se: de que maneira a Lei nº 11.645/2008 tem

sido implementada nas salas de aula? Como a temática indígena tem sido abordada na Educação Básica, e especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental — fase em que as crianças estabelecem um contato mais sistematizado com os saberes históricos e culturais? Em que medida os currículos escolares e as práticas docentes têm contribuído para a construção de uma visão crítica e descolonizada sobre a história dos povos originários do Brasil? A presente pesquisa propõe-se a responder, ainda que parcialmente, a essas questões, tomando como objeto de investigação as narrativas, os conceitos e as abordagens metodológicas mobilizadas no ensino de História Indígena nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para tanto, foi realizada uma investigação empírica com professores(as) atuantes no município de Jacareí (SP), com foco no 4º ano do Ensino Fundamental — etapa em que, segundo as diretrizes curriculares e documentos como a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), há uma expectativa maior de inserção de conteúdos e diálogos tradicionais relacionados aos povos indígenas; o estudo tem, assim, como objetivos principais delinear um panorama das concepções docentes sobre a temática indígena, identificar os conhecimentos que fundamentam suas práticas pedagógicas e compreender os desafios enfrentados no cotidiano escolar no que se refere ao ensino da História Indígena. Além disso, buscou-se analisar a relação entre a formação inicial e continuada desses(as) profissionais e a forma como compreendem e operacionalizam o ensino das culturas indígenas em sala de aula, a fim de contribuir para o debate acerca da efetivação da Lei nº 11.645/2008, fornecendo subsídios que possam auxiliar tanto na reflexão sobre a prática docente quanto na formulação de políticas públicas educacionais que valorizem, de maneira mais efetiva, a presença e o protagonismo dos povos indígenas na história e na cultura brasileira.

"IMAGENS MUSICAIS: POTENCIALIDADES DE ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DO RAP INDÍGENA"

Aurélio Inácio Faria
UFG
inacioiub@gmail.com

A proposta de trabalho insere-se no campo do Ensino de História e das metodologias de ensino decoloniais, explorando as múltiplas linguagens artísticas como ferramentas para a construção do conhecimento histórico. Desenvolvido no âmbito do doutorado profissional em Ensino de História, este estudo busca expandir as investigações realizadas no mestrado sobre o uso do rap indígena no ensino de História, aprofundando o debate sobre a representação indígena na mídia e nas práticas pedagógicas. A pesquisa amplia o foco da análise para a materialidade visual do rap indígena, examinando capas de discos, materiais de divulgação e vídeos como suportes que articulam discursos sobre memória, resistência e identidade. A proposta compreende que tanto os elementos musicais quanto visuais do rap indígena constituem "imagens musicais" que contribuem para a formação de estratégias didáticas de valorização da interculturalidade e da desconstrução de estereótipos sobre os povos indígenas no contexto da educação básica. A metodologia envolve a análise de materiais audiovisuais produzidos por artistas indígenas como Bro MC's, Kae Guajajara, Souto MC, MC Kunumi e OZ Guarani, observando como essas expressões artísticas se relacionam com discursos históricos e sociais. Além disso, investiga os impactos pedagógicos da utilização dessas linguagens na sala de aula, especialmente no que se refere à sensibilização dos estudantes para a pluralidade cultural e histórica do Brasil. Ainda em construção, os resultados parciais apontam que a presença estética do rap indígena nas escolas amplia os sentidos do aprendizado histórico, ao mesmo tempo em que promove sensibilidades e experiências estéticas capazes de tocar os estudantes. A pesquisa pretende contribuir para um ensino mais dinâmico, alinhado às diretrizes da Lei 11.645/2008, e reforçar o papel das artes na construção do conhecimento histórico. Nesse sentido, o rap indígena surge como um recurso pedagógico que valoriza a presença indígena nos currículos escolares, desafia narrativas hegemônicas e fomenta uma perspectiva mais plural e decolonial sobre o passado e o presente. Tem como eixo temático o ensino de História, linguagens artísticas e metodologias decoloniais.

EDUCAÇÃO INFANTIL EM CONTEXTO INDÍGENA: PRÁTICAS LÚDICAS, INCLUSIVAS E CULTURAIS NO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA

Márcio André Bitencourt de Souza.
Escola Municipal Indígena Martins Pereira da Silva
abitencourt281209@gmail.com

O presente resumo apresenta a prática pedagógica desenvolvida entre fevereiro e setembro de 2025 em uma turma multisseriada do 1º e 2º período da Educação Infantil, composta por 28 crianças de 4 a 6 anos, incluindo uma com

Transtorno do Espectro Autista e outra com paralisia cerebral, o que demandou ações inclusivas, organização cuidadosa do ambiente e estratégias de equidade. A introdução do trabalho contextualiza a importância da educação infantil indígena como espaço de identidade, pertencimento e diálogo intercultural. No desenvolvimento são descritas as principais experiências vivenciadas pelas crianças, destacando-se atividades lúdicas, cantinhos pedagógicos, projetos como o Jardim Sensorial Yari' Ku Pata'se, participação na Feira de Ciências, visitas às nascentes da comunidade e ações de valorização cultural, além do uso da Playtable como recurso digital para aprendizagem ativa. Os resultados evidenciaram avanços na socialização, oralidade, raciocínio lógico, autonomia, coordenação motora, consciência ambiental e fortalecimento da identidade indígena, demonstrando que a ludicidade e a cultura são eixos essenciais para o desenvolvimento integral. As conclusões apontam que práticas pedagógicas inclusivas e culturalmente situadas fortalecem o vínculo entre escola, família e comunidade, promovem aprendizagens significativas e reafirmam a escola indígena como espaço de preservação dos saberes tradicionais e abertura a novas formas de conhecimento. Eixo temático: Educação Infantil, Interculturalidade e Inclusão.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 42 - PEDAGOGIAS E CIÊNCIAS INDÍGENAS: REPENSANDO EDUCAÇÃO E EPISTEMOLOGIAS

Coordenação:

Marilda da Conceição Martins (UFMA)

Mauro Torres Siqueira (UFNT)

Vitor Fabrício Machado Souza (UFPR)

Resumo do Simpósio Temático: Este Simpósio Temático propõe um espaço de escuta, diálogo e reflexão sobre as pedagogias e as ciências indígenas como formas legítimas de produção de conhecimento, rompendo com o epistemicídio promovido por modelos hegemônicos de educação. Nos mundos indígenas, tem-se reivindicado cada vez mais o reconhecimento dos seus sistemas de conhecimento com a palavra ciência. Trata-se de uma estratégia de luta e engajamento frente ao racismo epistêmico que nega o estatuto de ciência a saberes distintos daqueles legitimados pela modernidade ocidental. Para os povos indígenas de Abya Ayala à Pindorama, tanto a educação quanto a ciência são faces de um mesmo processo que opera investigações, voltadas à manutenção do modo de vida e da própria sobrevivência. É nesta perspectiva que tanto na Educação Indígena quanto na Educação Escolar Indígena, o papel das pessoas mais velhas e a relação com as crianças são dois vetores que conectam passado e futuro na costura de teias de aprendizado com os mitos, as ciências dos não humanos, a rede cosmopolítica e os espíritos - expedientes epistemológicos reconhecidos das ciências indígenas. Os povos indígenas têm produzido ciência em múltiplos contextos: nas aldeias, nas universidades não-indígenas em contexto intercultural; em universidades autônomas indígenas com professoras(es) e metodologias de pesquisas indígenas; nos territórios autônomos nos quais as ciências indígenas e não-indígenas são mobilizadas em torno da luta e dos princípios destes territórios, entre outros espaços. Neste Simpósio Temático, debateremos estas nuances, reunindo experiências pedagógico-científicas que reconhecem e valorizam os sistemas de saberes dos povos indígenas, suas cosmologias, línguas, modos de aprender e ensinar, contribuindo para a construção de uma educação plural, antirracista e intercultural.

EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E EPISTEMOLOGIAS INDÍGENAS INY: ANÁLISE DE NARRATIVAS FORMATIVAS DE MULHERES KARAJÁ

Daniel Gabriel Borges

Universidade de Brasília

daniel.borges31@gmail.com

Maiko Sousa Feitoso

maikosf@hotmail.com

Gerson de Souza Mol

Universidade de Brasília

gmol@unb.br

Este trabalho analisa narrativas autobiográficas produzidas por mulheres do povo Iny Karajá durante atividades formativas de uma disciplina do Curso de Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza, buscando compreender como processos escolares, linguísticos e territoriais influenciam a relação entre epistemologias indígenas e o ensino de ciências. As estudantes relataram experiências de escolarização marcadas por deslocamentos, rupturas culturais, dificuldades decorrentes da imposição da língua portuguesa e da abordagem abstrata da ciência escolar, bem como pela invisibilização de conhecimentos tradicionais relacionados à natureza, saúde, corpo, ambiente e práticas comunitárias. A análise evidencia tensões entre cosmologias indígenas e modelos ocidentais de ciência e identifica estratégias de resistência, resignificação e reconstrução identitária ao longo da formação. Os resultados mostram que a ciência indígena permeia o cotidiano e organiza modos de observar e interagir com o mundo, revelando a necessidade de pedagogias interculturais que dialoguem horizontalmente com saberes tradicionais. Conclui-se que a Educação em Ciências, quando articulada às realidades e epistemologias indígenas, pode fortalecer processos formativos, identitários e comunitários. Eixo temático: Educação Escolar Indígena e Educação Superior Indígena: pesquisas e vivências.

ROMPENDO A BARREIRA DO PRECONCEITO – VALORIZANDO A HISTÓRIA E CULTURA M'BYA

Gabriela Strauss Barbosa Reded
Universidade Federal do Paraná
gabistraussbarbosareded@gmail.com

Vitor Fabrício Machado Souza
Universidade Federal do Paraná
vitormachado1@ufpr.br

O presente trabalho apresenta os resultados parciais de uma pesquisa-ação, intercultural desenvolvida no Colégio Estadual Tagaçaba, situada no município de Guaraqueçaba, Paraná, com foco no diálogo, intercultural entre estudantes do 3º ano do Ensino Médio (EM) e a comunidade indígena M'bya da Escola Kuaray Guatá Porã, localizada na terra indígena Cerco Grande. O projeto, intitulado Rompendo a barreira do preconceito – Valorizando a história e a cultura M'bya, teve como objetivo central promover um intercâmbio de conhecimentos e práticas que valorizam a compreensão, o respeito e a valorização da história e dos modos de vida do povo M'bya, por meio de vivências compartilhadas em um processo de intercâmbio cultural. A proposta teve origem a partir de uma demanda da comunidade em 29 de agosto de 2025 e buscou superar visões estereotipadas ainda presentes no imaginário escolar e ampliar a formação crítica dos estudantes. As atividades foram estruturadas em oficinas temáticas com apresentações de canto e dança guarani, rodas de conversa e exposição de artesanato, oficina de linguagem onde aprendemos algumas palavras em guarani, e uma oficina de cultura caiçara de produção de laços artesanais para a captura do carangueijo que é uma comida típica da região. Todas planejadas e realizadas de forma colaborativa entre professores, lideranças indígenas e estudantes participantes. A metodologia de pesquisa-ação permitiu o grupo de estudantes do EM conhecer a realidade local ao mesmo tempo em que atuava partilhando o conhecimento caiçara característico do grupo, fortalecendo práticas pedagógicas baseadas no diálogo e na escuta sensível. As vivências realizadas evidenciaram que o contato direto com a comunidade indígena favorece a desconstrução de preconceitos e possibilita aos estudantes compreenderem a cultura M'bya como parte constitutiva da identidade regional. Os resultados apontam que o intercâmbio cultural contribuiu significativamente para o desenvolvimento de atitudes de respeito, empatia e reconhecimento da diversidade. A pesquisa também destacou a importância de ações educativas que valorizem saberes tradicionais e fortaleçam relações interculturais no contexto escolar. Conclui-se que experiências dessa natureza ampliam a formação cidadã e fortalecem o compromisso com uma educação mais inclusiva e socialmente responsável.

TRAJETÓRIAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORAS(ES) DE ESCOLAS INDÍGENAS: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA JANUÁRIA, NA TERRA INDÍGENA RIO PINDARÉ, MARANHÃO

Marilda Da Conceição Martins
Universidade Federal do Maranhão
marilda.conceicao@ufma.br

Alexandra Resende Campos
Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP
alexandra.campos@ufop.edu.br

Raimunda de Moraes Mota
Universidade Federal do Maranhão/UFMA
raimota10@gmail.com

Este artigo tem como objetivo central analisar trajetórias de formação de professoras(es) indígenas e não indígenas do Centro de Educação Escolar Indígena Januária, na Terra Indígena Rio Pindaré, Maranhão. Ele se articula ao Projeto de Pesquisa Trajetórias de formação de professoras(es) de escolas indígenas, quilombolas e assentamentos do MST: mapeamentos de itinerários formativos de docentes de escolas camponesas maranhenses, iniciado em 2024, no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). As reflexões realizadas neste trabalho têm como foco histórias de vida e de formação de professoras(es) da Terra Indígena Rio Pindaré, mapeando elementos que contribuíram para suas escolhas docentes e processos formativos. Trata-se, deste modo, de uma pesquisa que se ancora nos pressupostos teórico-metodológicos do estudo de caso e que teve como instrumento de coleta de dados a entrevista semi-estruturada. A fundamentação teórica apoiou-se nos estudos sobre

a legislação nacional acerca da educação e formação docente de escolas indígenas, além das(os) seguintes autoras(es): Baniwa(2019), Grupioni(2006), Meliá (1979), Munduruku (2010), Nóvoa (2019), Papi (2005), Paraíso (2023), Pimenta (1999), Santos (2009), entre outras(os). A pesquisa conclui que a formação docente é um processo contínuo, permanente e que envolve práticas reflexivas, críticas, emancipadoras e deve ser capaz de dialogar com as necessidades contemporâneas da escola e das(os) suas(seus) integrantes. Neste sentido, há a necessidade de ampliação das políticas de formação docente inicial e continuada para as escolas dos territórios indígenas do Estado do Maranhão. Palavras-chave: Educação Escolar Indígena. Formação de professoras(es). Povo Guajajara.

A FEITURA DE SABONETES COMO INVESTIGAÇÃO ETNOAMBIENTAL: ARTICULAÇÕES ENTRE SABERES INDÍGENAS E ENSINO DE CIÊNCIAS

Juliana Emidio Juvencio Modesto
Universidade Federal do Paraná – UFPR
julianamodesto@ufpr.br

O presente trabalho investiga de que maneira os conhecimentos Mbya Guarani acerca da saúde da mulher podem fomentar uma educação antissexista e antirracista. Tal investigação se deu por meio de uma sequência didática desenvolvida organizada a partir de um ciclo investigativo composto por engajamento, problematização, exploração, formulação de hipóteses, elaboração e análise, conduzindo as crianças à investigação comparativa de medicinas indígenas com práticas farmacológicas não indígenas em torno da produção de sabonetes de erva-doce. A sequência foi aplicada com estudantes entre X e X anos do projeto Clube de Ciências em uma escola no município de Jaraguá do Sul - SC. A proposta utilizou uma tabela de plantas medicinais Mbya Guarani como instrumento de investigação, permitindo que os estudantes analisassem propriedades, usos e relações ecológicas das ervas e relacionassem o processo com a produção de sabonetes. Essa prática articulou o papel dos mais velhos das famílias, a observação e o cuidado e compreensão do território como fonte de saberes. Salienta-se o tekoha (aldeia) como espaço vital no qual plantas medicinais integram memória, cura e aprendizagem. Assim como é ressaltado o protagonismo das mulheres indígenas na condução dos processos de cuidado e na resistência frente às pressões coloniais. O processo pedagógico foi capaz de descrever o manejo das ervas como gesto de continuidade cultural que conecta corpo, ambiente e comunidade. Esses referenciais permitem reconhecer a atividade educativa não apenas como experimento científico, mas como fazer investigativo científico prático que valoriza saberes transmitidos de geração em geração. Por fim, as ciências indígenas contribuem ao mostrar que sua investigação é coletiva e a finalidade dela é a qualidade de vida da sociedade em constante relação com todos os seres do cosmo. Nessa perspectiva, a investigação envolveu a percepção de conexões que sustentam a vida e elaborar compreensões orientadas pelo cuidado. Articulada a esses ensinamentos, a experiência da feitura de sabonetes demonstrou que integração de ciências favorece aprendizagens, fortalecendo autonomia, pertencimento territorial e práticas de cuidado que integram corpo e ambiente. Eixo temático sugerido: Educação indígena; Ciências indígenas; Ensino de Ciências; Plantas medicinais; Educação antissexista; Educação antirracista.

O ENSINO DE ANÁLISE LINGÜÍSTICA POR PROFESSORES INDÍGENAS AKWÊ XERENTE EM CONTEXTO DE FORMAÇÃO INICIAL: MATIZES E PERSPECTIVAS

Celso Sairebaiko Xerente
Universidade Federal do Tocantins - UFT
celso.xerente@mail.uft.edu.br

Neila Nunes de Souza
Universidade Federal do Tocantins - UFT
neilasouza@mail.uft.edu.br

Esta investigação objetiva analisar em relatórios de estágios supervisionados e relato de residência pedagógica e em como licenciados indígenas ensinam a prática de análise linguística nas escolas, apresentando as principais dificuldades enfrentadas nessas atividades formativas. Estudos na área da Linguística Aplicada evidenciam que acadêmicos do curso de Letras encontram dificuldades em praticar análise linguística durante o estágio supervisionado. Os dados analisados compreendem três relatórios de estágio e um relatório de residência pedagógica. Este trabalho, de natureza qualitativa e de procedimento de pesquisa documental, objetiva identificar as principais contrariedades enfrentadas por professores indígenas no ensino da prática de análise linguística em aulas de língua portuguesa em relatórios de estágios supervisionados, focalizando pressupostos teórico-metodológicos

enunciativos-discursivos, da interação verbal. Quanto aos resultados, dois relatórios de estágio apontam que os acadêmicos indígenas apresentam dificuldades quanto à compreensão de textos teóricos trabalhados na universidade, o que pode justificar a insegurança para trabalhar análise linguística nas escolas. A abordagem de análise linguística revelou-se superficial, abordando aspectos tradicionais da gramática de forma pouco aprofundada com enfoque na leitura e interpretação de textos de maneira tangencial, concentrando-se em elementos superficiais do texto/enunciado. Por outro lado, um relatório de estágio e o relatório de residência pedagógica mostram uma tentativa mais consistente de análise linguística nas regências e oficinas, com aprofundamento reflexivo na compreensão do texto, a partir de elementos verbais, multissemióticos. O trabalho desvela a necessidade de ampliação da capacitação pedagógica dos docentes do ensino superior, com foco na educação indígena e em metodologias de ensino inclusivas, para que haja uma contribuição mais significativa na formação inicial e continuada na licenciatura em Letras dos acadêmicos indígenas.

PEDAGOGIA MAGÜTA: ORALIDADE, RESISTÊNCIA CULTURAL E PRÁTICAS EDUCATIVAS

Tatiana Panduro da Costa
Escola Normal Superior (ENS-UEA)
tpdc.edc25@uea.edu.br

Leonardo Ferreira Peixoto
Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CESTB-UEA)
lpeixoto@uea.edu.br

A ancestralidade está presente no cotidiano dos povos indígenas por meio conhecimentos repassados na prática, como nas técnicas de construção de canoas e casas, na tecelagem de cestas, peneiras, vassouras, pacará e tipiti, na medida da roça, no preparo dos remédios medicinais. Essas e muitas outras práticas de ensino são aprendidas com nossas(os) primeiras(os) professoras(es), pedagogas(os), enfermeiros, médicos, artistas, curadores e contadores das Oregü. Mesmo sem diplomas ou títulos, nós, como filhas(os) do povo, os respeitamos, pois carregam a riqueza dos conhecimentos ancestrais. O povo Magüta é a maior população do Brasil que fala e escreve na língua materna. A educação ocorre através da oralidade e na prática. Aprendemos a segunda língua, o português, nas escolas, sendo está uma das armas poderosas para nossa defesa e um guia para ingressarmos numa universidade. Partimos metodologicamente do estudo 'nosdoscom' os cotidianos como campo ético, estético, político e epistemológico. O objetivo central deste trabalho é refletir sobre as epistemologias Magüta e as Oregü. Como objetivos específicos, busca-se; identificar quais são as atividades educativas do povo relacionadas às Oregü; analisar quais estratégias podem possibilitar e contribuir para o reconhecimento dos conhecimentos indígenas Magüta nas escolas, com o intuito de valorização da cultura. As Oregü são importantes para a construção da identidade do povo, desde crianças, estamos imersos no mundo indígena. Compreendemos e afirmamos que as Oregü de cada povo indígena têm suas significações, vivências, importância e riqueza. Sabemos que por muitos anos não se falava e nem se escrevia sobre as ciências, a tecnologia ancestral, os saberes indígenas, filosofia da natureza e as medicinas indígenas. Estes conhecimentos devem estar alinhados com os conhecimentos científicos. O modo de vida nas comunidades indígenas contribui para o bem-viver de todos, incluindo os não indígenas. A escrita é uma maneira de descolonizar conhecimentos estereotipados que os não indígenas ainda possuem. Por isso, a escrita vem somar-se à ciência e visibilizar que o povo resiste, existe e luta pelos seus direitos, alinhando-se à tecnologia dos não indígenas. É relevante ressaltar que o ensino e aprendizagem através do ensino dos conhecimentos ancestrais ocorre em vários momentos, como nas horas de tecelagem, capinando, torrando farinha, descansando após trabalhar na roça, descascando mandioca ou macaxeira, comendo frutas. Diante disso, percebemos que não tem regra e horário fixo como nas escolas. Desta maneira, este estudo proporciona novas perspectivas e reflexões sobre a epistemologia Magüta, que não é uniforme. Por isso, falamos em epistemologias, em plural.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 43 - A IMPORTÂNCIA DA MULHER INDÍGENA NO PROCESSO DE RESISTÊNCIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS

Coordenação:

Glória Di Fanti (PUCRS)
Cristhiane Ferreguett (UNEB)
Adriana Barbosa Pesca (UFSB)

Resumo do Simpósio Temático: A luta dos povos originários para serem respeitados em sua cultura, direitos e necessidades básicas não é recente. Como afirma Schwarcz (2019, p. 213), a intolerância no Brasil, encontra raízes no passado (de longo, médio e curto prazo), como na exploração do indígena, do negro e do trabalhador, reforçando a divisão de classes numa “lógica de ódios e afetos que contamina” as relações sociais cotidianas. A intolerância contra os povos indígenas tem se intensificado nos últimos tempos no Brasil, especialmente a partir de 2019, o que tem provocado uma série de movimentos reivindicatórios dos povos originários. Nessas manifestações, as mulheres têm ocupado um papel fundamental na linha de frente de muitos embates, o que suscitou a proposição deste Simpósio Temático, o qual se abre para acolher pesquisas de diferentes áreas que tenham como foco a importância da mulher indígena no processo de resistência dos povos originários. São bem-vindas investigações que, a partir de referenciais teórico-metodológicos consistentes, contemplem o protagonismo da mulher indígena em variadas temporalidades, espaços e ressignificações da luta histórica dos povos originários. Com este encontro interdisciplinar, espera-se iluminar os saberes e experiências indígenas, refletindo, por um lado, sobre os embates complexos vividos pelas mulheres indígenas e, por outro, sobre as formas de enfrentamento dessas lutas de resistência na contemporaneidade.

A MULHER SATERÉ-MAWÉ: O BRAÇO QUE ERGUE E (RE)EXISTE

Cristhiane Ferreguett
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
cferreguett@uneb.br

O fotógrafo Luiz Vasconcelos retratou a força da mulher indígena Sateré-Mawé, que com um braço sustentava seu rebento e com o outro tenta deter a força armada do estado que tentava expulsar seu povo da terra Lagoa Azul, um momento crítico de um conflito fundiário urbano de longa data em Manaus. A cena dramática da indígena grávida com um bebê no colo enfrentando homens da PM amazonense rodou o mundo, revelando a todos o processo de violência contra os indígenas brasileiros. Araújo (2019) informa que, graças a essa foto, Vasconcelos ganhou o mais prestigiado prêmio do fotojornalismo mundial, o World Press Photo em 2009. A referida foto congela a imagem de uma mulher indígena guerreira, que se contrapõe com a mulher indígena descrita e construída pela literatura e pela mídia brasileira, que ressaltam mulheres indígenas como ícones da sensualidade e submissão feminina. De acordo com os pressupostos teórico-metodológicos do Círculo de Bakhtin (Bakhtin, 2015; Medviédov, 2012; Volóchinov, 2017), as fotografias são consideradas como enunciados concretos, e os corpos das mulheres indígenas como signos ideológicos, que refletem e refratam a luta pelos direitos dos povos originários. Como procedimentos metodológicos, selecionamos a foto premiada de Vasconcelos, feita em 2009, como representativa da força de luta das mulheres indígenas nas lutas de seus povos pela terra. Essa imagem provoca uma reflexão profunda sobre os processos violentos da colonização que permanece presente nos dias atuais. Como resultado, espera-se compreender, por um lado, os embates complexos vividos pelas mulheres indígenas e, por outro, as formas de enfrentamento dessas lutas refletidas e refratadas via signo ideológico de resistência na contemporaneidade.

MULHERES APINAJÉ E ESCOLARIZAÇÃO: DESAFIOS LINGÜÍSTICOS E PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA

Raimundo Nonato de Pádua Cância
UFOPA
nonatocancio@hotmail.com

Os Panhĩ, conhecidos na literatura antropológica como Apinajé, pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê e à família linguística Jê. A TI Apinayé, onde vivem atualmente, abrange os municípios de Cachoeirinha, Maurilândia do Tocantins, São Bento do Tocantins e Tocantinópolis, na região denominada “Bico do Papagaio”. O acesso à escola e a falta de assistência dos órgãos gestores da educação escolar a esse povo são problemas que ainda persistem, e

muitas vezes são obstáculos para a continuidade dos estudos tanto nas aldeias quanto nos outros espaços sociais. Nessa perspectiva, o objetivo desta comunicação é conhecer os principais desafios vivenciados por mulheres Apinajé no processo de escolarização, com destaque aos desafios linguísticos e práticas de resistência mobilizadas nas relações com a sociedade não indígena. Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso do tipo etnográfico, cuja abordagem é qualitativa, realizado com três mulheres das aldeias Aldeinha, Botica e Cipozal. Para a produção de dados, foram realizadas entrevistas com Baxy, Grerti e Pàx, professoras indígenas da Secretaria da Educação do estado do Tocantins. A base teórica é composta pelo diálogo entre autores do pensamento decolonial, com enfoque na colonialidade da linguagem, e na educação escolar indígena. A análise está centrada em 3 categorias: racismo linguístico, respostas emocionais ao ambiente urbano e estratégias pedagógicas. Os dados evidenciam que no processo de escolarização essas mulheres se sentiam constrangidas por não falarem fluentemente a língua portuguesa, sentindo-se muitas vezes embargadas no espaço escolar. O medo de “cometer falhas” e serem julgadas são sentimentos muito presentes, tendo em vista os históricos confrontos e os desafios vivenciados nas relações com os não indígenas. Esse medo também possui relação com a não aceitação no espaço urbano. Em contraposição, quando interditadas, as mulheres Apinajé passam a reivindicar as identidades negadas, opondo-se ao processo de apagamento e invisibilidade, como o da assimilação linguística.

DE JOSEFA A YAMANI PATAXÓ: HISTÓRIAS DE LUTA E RESISTÊNCIA DE MULHERES INDÍGENAS NA COSTA DOS PATAXÓ

Gerusa Sobreira
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
gellsobreira@gmail.com

Mirna Kambeba Omágua Yetê Anaquiri
Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB
mirnaanaquiri@gmail.com

O presente trabalho busca evidenciar a liderança de duas mulheres indígenas do povo Pataxó, em diferentes tempos e comunidades, na luta pela terra. Josefa, Pataxó da Aldeia-mãe Barra Velha, filha de Epifânio, é símbolo feminino de resistência ao enfrentar agentes governamentais que perseguiram e/ou tentavam persuadir indígenas de seu povo a se deslocarem para a outra margem do rio Caraíva, em favor da criação do Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal. Yamani, Pataxó da Aldeia Juerana, surge ao lado de seu esposo no contexto de retomada dessa comunidade e assume a liderança logo após o falecimento de seu esposo Calango, tornando-se a primeira Cacique Pataxó. Ao trazer Josefa Ferreira e Yamani Pataxó para o epicentro do debate busco mostrar como, ao longo das décadas, as mulheres indígenas foram se inserindo no Movimento Indígena, ocupando espaços políticos em suas comunidades e as estratégias utilizadas por elas para se fazerem ouvir em lugares, antes, predominantemente ocupados por homens. Os dados coletados sobre essas duas lideranças, a partir de relatos nas comunidades, pesquisa bibliográfica e de campo revelam o quanto a firmeza de suas posições impactou suas comunidades e inspirou a luta pela valorização de sua cultura, demarcação de suas terras, fim da violência contra seus corpos-território, por uma educação que valorize os saberes de seu povo e, sobretudo, por mais participação de mulheres indígenas em espaços de decisão.

FORMAÇÃO HISTÓRICA DA MOBILIZAÇÃO DAS MULHERES MUNDURUKU: RESISTÊNCIA ÀS INVASÕES E LUTAS CONTEMPORÂNEAS

Lilian Regina Furtado Braga
Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ)
lreginabraga@hotmail.com

Wilson Madeira Filho
Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ)
wilsonmadeirafilho@hotmail.com.

Antônio Raúl Siteo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
arsitoe.90@gmail.com

A presente pesquisa tem como objeto a formação histórica das mobilizações das mulheres Munduruku, buscando compreender os seus processos sociais e históricos de resistência diante das invasões territoriais sofridas ao longo do tempo até às lutas contemporâneas. A pesquisa é circunscrita na região do médio e alto Tapajós, uma região historicamente caracterizada por conflitos ambientais envolvendo os garimpeiros, projetos de construção de infraestruturas e a pressão de Estado sobre a área indígena. A pesquisa fundamenta-se teoricamente em antropologia indígena, teoria da resistência, incluindo os autores que refletem sobre as comunidades indígenas e conflitos socioambientais na região do médio e alto Tapajós. Diante disso, indagamos como as mobilizações das mulheres Munduruku foram historicamente e politicamente se desenvolvendo e de que maneira elas influenciam nos processos da reafirmação identitária e defesa do território. O objetivo desta pesquisa consiste em analisar a manutenção e a adoção de estratégias de luta de mulheres Munduruku, articulando a resistência política, memória histórica e o protagonismo indígena. A abordagem metodológica envolve a revisão de literatura, análise de documentos oficiais e relatórios de organizações envolvidas nas mobilizações. Os resultados que se esperam com a pesquisa compreende a identificação de padrões sociais e históricos de resistências das mulheres indígenas e a sua articulação política e como as suas estratégias de mobilização são imprescindíveis para a proteção do território, participação ativa em debates ambientais nacionais e o fortalecimento cultural. Evidencia-se igualmente a pertinência do protagonismo da mulher indígena em pensar alternativas sobre a preservação do meio ambiente e estratégia de empate em prol da defesa da floresta diante das pressões externas.

TÍTULO NÃO INFORMADO

Eugenia Portela de Siqueira Marques
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
portelaeugenia@gmail.com

A pesquisa em questão aborda as políticas afirmativas em educação destinadas aos povos indígenas no Brasil, destacando sua relação com as lutas e resistências históricas das mulheres indígenas, que sempre desempenharam e ainda desempenham, papel central nos movimentos e mobilizações responsáveis por impulsionar o reconhecimento dos direitos desses povos. A partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada em teorias pós-coloniais e decoloniais, o estudo analisa o contexto histórico que antecedeu o surgimento dessas políticas e evidencia a atuação das mulheres indígenas nos movimentos sociais; na defesa de uma educação intercultural e bilingue; bem como em esforços voltados à ampliação das condições de ingresso e permanência de estudantes indígenas no ensino superior, além de sua contribuição no enfrentamento das desigualdades estruturais. Suas mobilizações incidiram diretamente sobre a formulação de garantias legais, sendo estas, materializadas, por exemplo, na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, na Lei nº 12.711/2012 e na Lei nº 11.645/2008. Ressalta-se, por fim, a importância da continuidade das ações desses movimentos educadores e de resistência para assegurar a efetivação dessas políticas e fortalecer a construção de uma sociedade mais plural, democrática e equitativa, permeada pelos saberes e conhecimentos indígenas, reconhecendo a herança cultural e valorizando as identidades e os povos indígenas no Brasil.

A CENTRALIDADE DAS MULHERES GUARANI E KAIOWÁ NO COMBATE AO RACISMO RELIGIOSO

Bianca Leonardo Oliveira
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
biancaoliveira@ufgd.edu.br

O artigo discute o racismo religioso que incide de forma particularmente violenta sobre os povos Guarani e Kaiowá no sul do Mato Grosso do Sul, destacando a centralidade das mulheres indígenas nesse processo de resistência. A introdução apresenta as raízes coloniais da perseguição às cosmologias ameríndias, mostrando como a catequese, o branqueamento e a criminalização histórica de práticas não cristãs estruturaram um regime contínuo de opressão religiosa e racial. No desenvolvimento, evidencia-se que o racismo religioso é atravessado por marcadores de gênero, produzindo um impacto específico sobre as ñandesy — rezadeiras, sobre parteiras e lideranças espirituais que enfrentam ameaças, agressões físicas, torturas, expulsões e a destruição de suas casas de reza. Como aponta o relatório da Kuñangue Aty Guasu, essas mulheres são alvo de violência extrema em nome da “condenação” neopentecostal, revelando a fusão entre sexismo, colonialidade e fundamentalismo cristão. O texto demonstra que, apesar dessas violências, as mulheres indígenas ocupam papel essencial na sustentação das práticas ancestrais, na preservação da língua, na cura, na formação das pessoas e na proteção do tekoha. Elas articulam estratégias de enfrentamento político e espiritual, como assembleias, denúncias públicas, reconstrução das casas de reza, retomadas de territórios e fortalecimento dos rituais tradicionais. A interseccionalidade mostra-se fundamental para

compreender como raça, gênero, classe e espiritualidade produzem formas acumuladas de opressão, mas também de resistência coletiva. Conclui-se que a luta contra o racismo religioso é indissociável do protagonismo das mulheres Guarani e Kaiowá, verdadeiras guardiãs do sagrado e da continuidade dos modos de existir originários, que afirmam diariamente o direito de seus povos a viver, rezar e existir segundo suas próprias cosmologias. A firmeza dessas mulheres evidencia que preservar o sagrado é também defender a vida, e sua atuação coletiva se consolida como uma das principais forças políticas e espirituais do território.

MULHERES INDÍGENAS, RESISTÊNCIAS E POLÍTICAS AFIRMATIVAS

Ana Luiza Benato e Silva
PPGEdu/FAED/UFMS
ana_luiza_silva@ufms.br

Eugenia Portela de Siqueira Marques
PPGEdu/FAED/UFMS
portelaeugenia@gmail.com

Maicon Guiland Veiga
PPGEdu/FAED/UFMS
maicon.guiland@ufms.br

A pesquisa em questão aborda as políticas afirmativas em educação destinadas aos povos indígenas no Brasil, destacando sua relação com as lutas e resistências históricas das mulheres indígenas, que sempre desempenharam e ainda desempenham, papel central nos movimentos e mobilizações responsáveis por impulsionar o reconhecimento dos direitos desses povos. A partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada em teorias pós-coloniais e decoloniais, o estudo analisa o contexto histórico que antecedeu o surgimento dessas políticas e evidencia a atuação das mulheres indígenas nos movimentos sociais; na defesa de uma educação intercultural e bilingue; bem como em esforços voltados à ampliação das condições de ingresso e permanência de estudantes indígenas no ensino superior, além de sua contribuição no enfrentamento das desigualdades estruturais. Suas mobilizações incidiram diretamente sobre a formulação de garantias legais, sendo estas, materializadas, por exemplo, na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, na Lei nº 12.711/2012 e na Lei nº 11.645/2008. Ressalta-se, por fim, a importância da continuidade das ações desses movimentos educadores e de resistência para assegurar a efetivação dessas políticas e fortalecer a construção de uma sociedade mais plural, democrática e equitativa, permeada pelos saberes e conhecimentos indígenas, reconhecendo a herança cultural e valorizando as identidades e os povos indígenas no Brasil.

MULHERES INDÍGENAS EM (RE)EXISTÊNCIA: ENFRENTAMENTOS, SABERES E LUTAS

Glória Di Fanti
CNPq
gdifanti@gmail.com

Cristhiane Ferreguett
UNEB
cferreguett@uneb.com.br

Adriana Barbosa Pesca
UFSB
adriana.paiva@ufsb.edu.br

A luta dos povos originários para serem respeitados em sua cultura, direitos e necessidades básicas não é recente. Como afirma Schwarcz (2019, p. 213), a intolerância no Brasil, encontra raízes no passado (de longo, médio e curto prazo), como na exploração do indígena, do negro e do trabalhador, reforçando a divisão de classes numa "lógica de ódios e afetos que contamina" as relações sociais cotidianas. A intolerância contra os povos indígenas tem se intensificado nos últimos tempos no Brasil, especialmente a partir de 2019, o que tem provocado uma série de movimentos reivindicatórios dos povos originários. Nessas manifestações, as mulheres têm ocupado um papel fundamental na linha de frente de muitos embates, o que suscitou o desenvolvimento desta reflexão, cujo objetivo é

analisar relações dialógicas estabelecidas entre diferentes manifestações vividas pelos povos indígenas – registradas em fotografias – que tem a mulher como protagonista das reivindicações. Para tanto, seguindo os pressupostos teórico-metodológicos de Bakhtin e o Círculo (Bakhtin, 2015; Medviédev, 2012; Volóchinov, 2017), as fotografias são consideradas como enunciados concretos, e os corpos das mulheres indígenas como signos ideológicos, que refletem e refratam a luta pelos direitos dos povos originários. Como procedimentos metodológicos, selecionamos três registros fotográficos de diferentes épocas – 1989, 2009 e 2025 – representativos da inscrição das mulheres indígenas de distintas etnias nas lutas de seus povos. No que tange à análise, são observadas reacentuações valorativas entre os enunciados (fotografias) no pequeno e grande tempo, examinando a tensão entre reflexo e refração acerca da luta histórica dos povos indígenas. Como resultado, esperamos compreender, por um lado, os embates complexos vividos pelas mulheres indígenas e, por outro, as formas de enfrentamento dessas lutas refletidas e refratadas via signo ideológico de (re)existência na contemporaneidade.

A RESISTÊNCIA DA MULHER KAYAPÓ: REFLEXO E REFRAÇÃO EM PERSPECTIVA DIALÓGICA

Maria Da Glória Corrêa Di Fanti
CNPq
gdifanti@gmail.com

Este trabalho, ao buscar dar visibilidade à importância da resistência das mulheres indígenas nos desafios enfrentados pelos povos originários, tem como objetivo analisar relações dialógicas estabelecidas a partir do ato ético, responsável e responsivo, de Tuíre Kayapó, que, em 1989, enfrentou o diretor da Eletronorte durante uma audiência pública, realizada em Altamira (Pará), para discutir a construção da usina de Belo Monte (um complexo de hidrelétricas no rio Xingu). A coragem de Tuíre foi registrada pela fotografia de Protásio Nenê, que focaliza o corpo da mulher indígena via potencialização do braço que empunha um facão, cuja lâmina é comprimida contra o rosto do diretor. Seguindo os pressupostos teórico-metodológicos de Bakhtin e o Círculo (Bakhtin, 2015; Medviédev, 2012; Volóchinov, 2017), a fotografia é considerada como enunciado concreto, e o corpo da mulher indígena e o facão como signos ideológicos, que refletem e refratam a luta pelos direitos dos povos originários. Como procedimento metodológico, selecionamos o registro fotográfico em pauta, bem como duas entrevistas com Tuíre Kayapó, uma de 2019 e outra de 2023, visando dar voz à mulher indígena a partir do cotejo dos diferentes cronotopos. Quanto à análise, são observadas reacentuações valorativas entre os enunciados no pequeno e grande tempo, examinando a tensão entre reflexo e refração acerca da luta histórica dos povos originários, sobretudo no que tange ao papel da mulher indígena. Essa dimensão convoca um feminismo dialógico em que diferentes vozes são escutadas e respeitadas em suas singularidades (Di Fanti, Boenavides e Martins, 2021). É uma “potência transformadora”, uma “ação ético-política responsável” que pressupõe o combate a práticas excludentes e desigualdades sociais, um feminismo que, respeitando outros feminismos possíveis numa relação dialógica e dialética, se ocupa de “minorias políticas” de modo a quebrar a blindagem do poder e instaurar a luta política, sempre a ser reafirmada (Tiburi, 2019, p. 113-114). A resistência de Tuíre Kayapó pode ser associada, seguindo Tiburi (2019, p. 40), a uma “espécie de agulha que fura [a] bolha” da indiferença e do poder instaurado pelo patriarcado, que privam as pessoas de expressarem-se. Essa agulha, repleta de coragem, iniciativa, força e determinação no enfrentamento daqueles que desrespeitam seus povos, ressignifica os cronotopos da memória indígena ao mesmo tempo que impõe novos cronotopos de empoderamento dos povos originários (Di Fanti, Ferreguett, Pesca, 2025).

MULHERES INDÍGENAS NA WIKIPÉDIA

Elisa Fruhauf Garcia
Universidade Federal Fluminense
elisagarcia@id.uff.br

O projeto “Mulheres Indígenas na Wikipédia” (<https://w.wiki/7zyV>) parte de uma questão central: como as plataformas digitais reproduzem, e podem também desafiar, hierarquias coloniais e epistemológicas na produção e circulação do conhecimento histórico? Criado em 2020 na Universidade Federal Fluminense (UFF), o laboratório investiga as formas pelas quais o conhecimento sobre mulheres indígenas é construído, disputado e legitimado na Wikipédia, a principal fonte de informação de alcance global. A pesquisa parte do diagnóstico de que a enciclopédia digital, embora colaborativa e aberta, reflete desigualdades estruturais de gênero, raça e território: a ausência de mulheres indígenas entre os verbetes e entre os próprios editores revela uma continuidade das exclusões históricas da ciência e da historiografia ocidental. Nesse contexto, o projeto articula formação crítica, prática editorial e análise historiográfica, utilizando a Wikipédia como campo empírico para examinar os mecanismos de visibilidade, autoridade e exclusão no conhecimento digital contemporâneo. Metodologicamente, o laboratório combina oficinas de escrita

colaborativa e observação das dinâmicas editoriais com uma reflexão teórica ancorada nos estudos decoloniais, de gênero e nas epistemologias indígenas. Assim, busca compreender como diferentes regimes de saber, acadêmico, popular, indígena, se encontram, se tensionam e se transformam no espaço digital. Reconhecido pela UFF, em 2024, como Tecnologia Social, o projeto propõe repensar o papel da universidade pública na construção e difusão do conhecimento, assim como na democratização das narrativas históricas. Ao editar verbetes sobre mulheres indígenas, o laboratório não apenas amplia o acesso à informação, mas também questiona as fronteiras entre pesquisa e ativismo, autoria e coletividade, oralidade e escrita, propondo uma nova agenda de pesquisa sobre gênero, história e tecnologias do saber.

CORPO-TERRITÓRIO INDÍGENA: NEGA PATAXÓ HĀHĀHĀE E O LUGAR DO SAGRADO FEMININO NAS LUTAS TERRITORIAIS DE CARAMURU PARAGUAÇU

Adriana Barbosa Pesca Paiva
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
adriana.paiva@ufsb.edu.br

A luta pela demarcação territorial, ainda é uma das maiores pautas conflitivas dos povos originários, isso porque mesmo após a Constituição de 1988 nos garantir o direito à terra que originalmente habitamos, como posto em seu artigo 231, ainda sofremos com a negação e falta de demarcação de nossos territórios e a luta por essa garantia ainda tem sido motivo de muitos enfrentamentos e tombamentos de nossas lideranças. O projeto colonial de aniquilamento das vidas indígenas se retroalimenta de outras formas de violência, dentre as quais, a impetrada aos nossos corpos e existências. A indígena mulher, linha de frente de muitas lutas, sofrem uma dupla violação de seu direito de existir, por sermos indígenas e por sermos mulheres. Nega Pataxó Hāhāhae ou Maria de Fátima Muniz, foi morta a tiros em janeiro de 2024, em uma ação organizada por Milicianos e Fazendeiros à qual intitularam de "Invasão Zero", além da violência, a ironia contida no nome dado à operação que ceifou a vida de uma grande líder. Nega Pataxó, sempre foi reconhecida pelo seu povo como exemplo de liderança, não apenas por sua forte presença como líder, mas por ser a guardiã do sagrado, como Majé de seu povo. O presente trabalho é parte de um trabalho coletivo onde se discute acerca da luta feminina de três indígenas mulheres importantes para a história da presença das indígenas mulheres nas lutas territoriais: sendo elas, Tuire Kayapó, Valda Sateré Mawê e Nega Pataxó Hāhāhāe, que possuem em comum a luta das indígenas mulheres em defesa de seus territórios, tendo o corpo-território como esse lugar de enfrentamento. A partir dessa perspectiva, considerando o território indígena do Extremos Sul da Bahia, o trabalho visa se aprofundar na importante trajetória da mulher Majé do povo Pataxó hāhāhāe e sua luta fincada no sagrado e na resistência pelo seu povo, como um corpo-território que existiu e resistiu, mas que ancestralizou em nome de uma luta coletiva.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 44 - ENTRE TERRAS, RIOS E FLORESTAS: POLÍTICAS INDIGENISTAS, DIREITOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS E PROTEÇÃO SOCIOAMBIENTAL (SÉCULOS XX E XXI)

Coordenação:

Paulo de Tássio Borges da Silva (UFF)
Adria Simone Duarte de Souza (UEA)
Célia Aparecida Bettiol (UEA)

Resumo do Simpósio Temático: O Brasil tem uma vasta produção curricular para a educação de indígenas, passando pelas experiências educacionais com os Jesuítas no Brasil Colônia e Império, pelos processos educativos dos Diretórios dos Índios no período Pombalino, até a educação para a civilidade nacional na Primeira República, culminando com as políticas para a educação escolar indígena a partir da Constituição Federal de 1988 e a LDB 9.394/1996, que trouxe a oferta da Educação Escolar Indígena bilíngue/multilíngue intercultural e diferenciada aos povos indígenas. O que possibilitou a construção de políticas públicas para a formação de professores(as); bem como outros projetos desenvolvidos com e a partir da escola indígena, como a revitalização e retomada de línguas, sendo a escola um locus privilegiado de políticas linguísticas. Neste sentido, o presente simpósio temático foca na partilha de experiências em educação escolar indígena, formação de professores (as) e revitalização/retomada de línguas indígenas. Serão acolhidas experiências de projetos com as licenciaturas interculturais, Ação Saberes Indígenas na Escola e maneiras de fazer/ser escola indígena.

RETRATO LINGÜÍSTICO DOS PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA PARA POTY NHE'E JÁ (MARICÁ-RJ)

Raiane Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
raiane.salles@uerj.br

Márcia Lisbôa Costa de Oliveira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
marcia.lisboa.oliveira@uerj.br

Tayna Alvares Samaniego
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
alvarestayna2022@gmail.com

Este trabalho apresenta uma experiência formativa realizada na Escola Para Poty Nhe'ë Já, instituição bilíngue onde atuam conjuntamente professores jurua (não indígenas) e guarani mbya. Inseridos em um contexto de intensa diversidade linguística e dialetal, esses docentes transitam cotidianamente por múltiplos sistemas linguísticos, o que motivou a construção de uma proposta voltada à reflexão crítica sobre repertórios e práticas de linguagem. A atividade, denominada "retrato linguístico", buscou ampliar a compreensão dos participantes sobre língua, variação e identidade, enfatizando que seus repertórios incluem não apenas diferentes línguas, mas também variantes dialetais com valores afetivos, históricos e sociais próprios. No desenvolvimento da formação, discutimos inicialmente noções de língua e variação, preparando o grupo para representar graficamente seus repertórios. Cada participante recebeu a silhueta de um corpo humano e foi convidado a indicar, em diferentes partes desse corpo, as línguas e variantes que utiliza em sua vida cotidiana, acompanhando essa representação de justificativas simbólicas e afetivas. Em seguida, realizamos uma rodada de compartilhamento dos desenhos, na qual emergiram relatos pessoais, memórias, sensações e reflexões sobre pertencimento, trânsito linguístico e trajetórias formativas. Os resultados evidenciam alto engajamento dos participantes, que valorizaram suas experiências plurilíngues e reconheceram dimensões identitárias antes pouco tematizadas na prática docente. A atividade também revelou novas nomeações nativas de variantes guarani, como a designação "guarani carioca", produzida por falantes de guarani mbya em Maricá-RJ. Esses relatos mostram que o retrato linguístico funcionou como dispositivo de autorreflexão e reconhecimento da diversidade interna da comunidade escolar. Concluímos que a proposta favorece o fortalecimento das relações entre professores, a valorização de saberes linguísticos indígenas e não indígenas, e a construção de um espaço formativo mais sensível às afetividades e às práticas reais de linguagem. A atividade se mostra promissora para contextos bilíngues e interculturais, contribuindo para o debate sobre repertórios translinguísticos e para a promoção de uma educação linguística plural e crítica.

ARTES E CULTURAS INDÍGENAS NA CONSTRUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS: UMA EXPERIÊNCIA DO VALE DO JAVARI

Gabriela Fernandes
CESTB/ UEA
gfcarvalho@uea.edu.br

Neymia Oliveira Mello
PPGED/UEA
oliveiramelloneymiaatn@gmail.com

Após anos de atuação em diversas regiões e com muitos povos indígenas do Brasil, pela primeira vez em 2025, o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão decidiu enfrentar os desafios e englobar os povos do Vale do Javari no projeto Ação Saberes Indígenas na Escola (ASIE). Localizado no interior do Amazonas, o Vale do Javari é a segunda maior terra indígena demarcada do Brasil e conta com diversas etnias indígenas de recém contato ou isoladas. Este trabalho pretende analisar a produção do material didático apelidado "maleta do vale do Javari", que propõe, através da arte, cultura e saberes tradicionais dos povos indígenas, a construção de um material didático inovador e ancestral, que respeite as tradições e a cultura das cinco etnias envolvidas no processo formativo da ASIE polo Atalaia do Norte. Como uma prática de educação museal, a maleta - construída ainda como um protótipo – traz elementos que representa a cultura e língua desses povos e visa possibilitar o ensino contextualizado, diversificado, multilíngue, comunitário e respeitar os conhecimentos tradicionais de cada povo. O recurso é um importante instrumento pedagógico para educação escolar indígena, tanto em relação aos saberes específicos indígenas, quanto ao que tange os conteúdos formais da educação escolar. A maleta também possibilita que os povos conheçam à cultura e os saberes dos demais povos da região, fortalecendo assim a história do Vale do Javari. Este trabalho pretende discutir a construção desse material didático de maneira conjunta e colaborativa, além de apontar as especificidades e desafios encontrados na realização do projeto nessa região.

PROCESSOS DE AUTOFORMAÇÃO DOCENTE NA ESCOLA ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA GUARANI PARA POTY NHE' E JÁ (Maricá -RJ)

Marcia Lisboa Costa de Oliveira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
marcia.lisboa.oliveira@uerj.br

Flávia Alves de Sousa
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
viasousa75@gmail.com

Maria Cristina Doglio Behrsin
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
cristinabehrsin@gmail.com

Este trabalho enfoca uma experiência de autoformação que integra professoras e estudantes de duas universidades públicas brasileiras com docentes que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental na Escola Municipal Indígena Para Poty Nhe' e Já, localizada na Aldeia Ka'Aguy Hovy Porã / Mata Verde Bonita (Maricá-RJ). Na Aldeia, predominam falantes maternos do Guarani Mbya, sendo o português a segunda língua da maior parte da comunidade. Nesse contexto, entendemos a autoformação como um processo de envolvimento coletivo, dialógico e democrático que se faz pela partilha de saberes e tem como horizonte a construção coletiva de conhecimentos docentes enraizados no território. Em 2024 e 2025, realizamos encontros voltados para o processo de alfabetização, tendo em vista os desafios enfrentados no desenvolvimento de conhecimentos, capacidades e atitudes relacionadas à compreensão do Sistema de Escrita Alfabética (SEA) com estudantes do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental. Na escola, as crianças são alfabetizadas em Guarani nos dois primeiros anos escolares. No terceiro ano, inicia-se o processo de aprendizagem da leitura e da escrita em Língua Portuguesa, em perspectiva bilingue, o qual se alonga até o quinto ano. Nos encontros, buscamos conciliar o estudo de teorias sobre a alfabetização com a reflexão sobre práticas de ensino e a produção de material didático, incluindo jogos bilingues. Os encontros foram organizados de forma a priorizar o diálogo e as práticas, partindo das seguintes questões: (1) Qual a importância da escrita em guarani e em

português para a comunidade? (2) Como a comunidade da aldeia entende o processo de alfabetização? (3) Quais especificidades linguísticas e socioculturais devem ser consideradas na alfabetização em Guarani e na alfabetização bilingue na escola? (3) Como equilibrar a sistematização dos conhecimentos sobre o Sistema de Escrita Alfabética, a leitura e a escrita com o respeito aos modos guaranis de ser, aprender e viver? O principal resultado alcançado foi a construção coletiva de estratégias de ensino e de materiais didáticos, dentre os quais destacamos a publicação de um livro de histórias e de um caderno de atividades para uso na escola. Essa experiência demonstra, a nosso ver, a importância das parcerias entre universidade e escola indígena, por meio da Extensão Universitária, com impactos na produção de conhecimentos pedagógicos situados e na autoformação das pessoas envolvidas.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA INTERCULTURAL E EMPREENDEDORISMO COM ARTESANATOS INDÍGENAS DO AMAZONAS EM EXPERIÊNCIA FORMATIVA COM PROFESSORES DE MATEMÁTICA

Rosilei Cardozo Moreira
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
rose.cardozo@gmail.com

Luzia Braga Pereira de Melo

O trabalho apresenta um relato de experiência de uma oficina formativa com a temática “Educação Financeira Intercultural e Empreendedorismo em Artesanatos Indígenas do Amazonas”, desenvolvida com o objetivo de subsidiar professores pesquisadores de educação matemática no ensino de educação financeira em contextos de sociodiversidade indígena, tomando o artesanato como eixo econômico, cultural e formativo. A proposta buscou articular princípios de educação financeira como planejamento orçamentário, precificação de produtos artesanais com base em custos fixos e variáveis, tempo de produção e margem de lucro, gestão de recursos e investimento sustentável bem como às práticas e saberes tradicionais presentes na produção de peças em tala de arumã, sementes, penas e fio de tucum, oriundos de diferentes municípios do Amazonas. Ancorada nos referenciais da Etnomatemática, da educação escolar indígena e do diálogo intercultural crítico, a oficina foi desenvolvida em abordagem qualitativa, de inspiração etnográfica, envolvendo professores pesquisadores indígenas e não indígenas, por meio de etapas integradas de estudos teóricos, análise de peças artesanais e atividades práticas de cálculo, registro e precificação. Os dados coletados por meio de observação participante, registros de falas e produções escritas dos docentes, indicam que a trajetória formativa ampliou o repertório pedagógico dos participantes, favorecendo a incorporação de princípios de educação financeira à matemática escolar de modo contextualizado, crítico e emancipatório. Conclui-se que a articulação intencional entre educação financeira, empreendedorismo sustentável em artesanato indígena e práticas pedagógicas interculturais contribui para fortalecer processos de autonomia econômica, valorização identitária e protagonismo docente no âmbito da educação escolar indígena.

A UNIVERSIDADE VAI PARA ALDEIA: DIÁLOGOS, RESISTÊNCIAS E TRANSFORMAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Ionah Beatriz Beraldo Mateus
Universidade Estadual de Maringá (Maringá-Pr)
ibbmateus@uem.br

O curso de Pedagogia Indígena na Terra Indígena Rio das Cobras é uma iniciativa pioneira da Universidade Estadual do Centro-Oeste. O estudo, de natureza qualitativa, examina como esse curso transcende uma simples graduação, configurando-se como um projeto político pedagógico de decolonização do conhecimento e formação docente intercultural. A investigação, que privilegiou as vozes de estudantes (Kaingang, Guarani e Xetá), professores e lideranças, insere-se no histórico de lutas contra políticas educacionais assimilacionistas. O curso emerge como fruto da “pedagogia da autonomia” construída pelo movimento indígena, representando uma estratégia para superar as barreiras de acesso ao ensino superior convencional. A análise revela como os princípios formativos do projeto político pedagógico do curso foram ressignificados na prática. O território foi compreendido como matriz viva de conhecimento, articulando saberes tradicionais e acadêmicos na defesa da terra. A educação omnilateral foi reinterpretada à luz das cosmovisões indígenas, valorizando uma formação integral que une dimensões intelectual, corporal e comunitária. A organização coletiva desafiou divisões de gênero e forjou solidariedades interétnicas, enquanto a articulação entre ensino, pesquisa e extensão promoveu uma práxis intelectual engajada nas lutas sociais. Contudo, a experiência também expôs profundos desafios estruturais. A pesquisa diagnosticou a persistência da “colonialidade do poder” na universidade, manifestada em desigualdade de recursos, lógica tutelar e rigidez burocrática. A pandemia de COVID-

19 exacerbou essas assimetrias, revelando a fragilidade das políticas de inclusão. Conclui-se que o curso representa um marco inaugural na educação superior intercultural, demonstrando a viabilidade de uma formação decolonizadora que forma intelectuais orgânicos e empodera as comunidades. Seu legado principal é a demonstração de que a verdadeira interculturalidade exige não a inclusão na universidade tal como é, mas a transformação recíproca entre a academia e os saberes indígenas, um processo inacabado que demanda a mudança das estruturas de poder e saber.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS NO AMAZONAS: UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO PARFOR, SUAS CARÊNCIAS E COLABORAÇÕES

Maria de Fátima dos Santos Mendonça
Universidade de São Paulo
maryufam@gmail.com

Neste trabalho o objetivo geral é compreender o desenvolvimento do PARFOR, suas carências e colaborações para a formação do professor indígena no Estado do Amazonas. Para tanto, vamos utilizar os estudos e pesquisas já publicados, utilizaremos os autores Barreto (2024), Hage (2015), Nogueira (2015), Paes (2023), Santos (2023), que corroboram com a discussão dessa temática no Estado do Amazonas. Caracteriza-se como um trabalho descritivo de abordagem é predominantemente qualitativa, a metodologia utilizada visa colaborar com a compreensão didática do processo de formação de professores pelo programa do governo, o PARFOR, sua dimensão, missão, colaboração e carências, entregando ao leitor a análise do trabalho proposto de forma concisa. O resultado deste trabalho elucida a importância da efetividade do PARFOR como política educacional necessária para abranger diferentes estratégias de inclusão aos professores indígenas amazonenses. Concluímos que dentro das possibilidades existentes o PARFOR vem colaborando com a formação de professores, tanto indígenas como não indígenas no Amazonas, além disso o PARFOR abre espaço para exposições e demonstrações dos constructos culturais dos povos indígenas envolvidos nos cursos, produzindo novos conhecimentos ricos em aspectos específicos, registrando e valorizando esse processo de troca de saberes, caracterizando esses momentos como uma experiência de educação libertadora, onde os professores indígenas como protagonistas, reconhecem suas condições e lutam pela sua emancipação.

A COSMOVIVÊNCIA DA CRIANÇA WAIWAI (OESTE DO PARÁ) E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.

Joelma Cardoso dos Santos
Universidade do Estado do Amazonas/UEA/SEDUC/AM
jcds.edc25@uea.edu.br

Mauro Gomes da Costa
Universidade do Estado do Amazonas/UEA
mcosta@uea.edu.br

O artigo analisa a cosmologia da criança Waiwai da aldeia Tawanã, localizada na Terra Indígena Nhamundá-Mapuera, município de Oriximiná, Oeste do Estado do Pará. Situa o debate na intersecção entre a Antropologia da Criança e a Educação. O estudo aborda o universo da criança Waiwai com o objetivo de demonstrar como a imersão na cosmovivência tradicional, que se desenrola no cotidiano, constitui um alicerce vital para o processo educativo da criança Waiwai, particularmente diante dos processos de etnocídio e da pressão econômica e a exploração dos recursos naturais dos territórios indígenas. Metodologicamente a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, combinando a revisão bibliográfica crítica (com ênfase nos conceitos de pertencimento sociocultural, de Daniel Munduruku, manejo do mundo, de Gersm Baniwa, e de educação coletiva no grupo social, de Rosilene Waikhana) com a etnografia, utilizando os dados produzidos pela observação participante a partir de relatos de crianças Waiwai e de uma professora não indígena atuante na aldeia, visando capturar a dimensão da cosmologia vivida. Desenvolvimento: Teoricamente, a análise utiliza a perspectiva de Ailton Krenak para discutir a conexão indissociável entre território e identidade, humanidade e natureza, argumentando que a natureza funciona como uma âncora, conforme a afirmação do Tukano Rivelino Barreto de que a integridade cultural é o principal fator de educação e proteção psicossocial. Resultados/Conclusões: Os dados produzidos apontam que a criança Waiwai se desenvolve como um sujeito cosmopolítico, cujo aprendizado ocorre por meio da oralidade, escuta e de práticas que envolvem o humano, o natural e o sobrenatural, o que garante a formação de um ego cultural robusto. Conclui-se que a valorização e o fortalecimento da cosmovivência Waiwai representam uma estratégia primária de revitalização, funcionando como um antídoto contra o desenraizamento social e cultural, sendo essenciais para garantir a coesão social, a vivência cultural do indivíduo e da coletividade, configurando-se como um modelo de bem-viver em equilíbrio para a formação da criança.

PROJETOS APLICADOS E POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS: A EXPERIÊNCIA NA LICENCIATURA INTERCULTURAL DO INSTITUTO INSIKIRAN, UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

Zoraide dos Anjos
Universidade Federal de Roraima
zoraide.anjos@gmail.com

Este trabalho, cujo objetivo é, a partir de projetos que envolvam políticas linguísticas com o intuito de valorizar, manter e resgatar as línguas indígenas no estado de Roraima, refletir sobre a interrelação entre língua e cultura e os direitos das minorias linguísticas. Convém ressaltar que a apresentação é resultado do trabalho que se desenvolve(u) durante a disciplina “Diversidade de linguagens e políticas linguísticas” bem como no processo de orientação de Estágio Supervisionado/TCC durante o período de 2020 a 2025 de estudantes indígenas da Licenciatura Intercultural de Comunicação e Artes. Essa graduação compõe o grupo de cursos do Instituto Insikiran, da Universidade Federal de Roraima-UFRR. Conhecer a realidade das comunidades indígenas e utilizar os conhecimentos adquiridos durante a pesquisa é fator decisivo para que os/as estudantes planejem a elaboração do material didático e, também, aprimorem a compreensão dos conteúdos durante o processo de aprendizagem dos alunos, além de ampliar seus conhecimentos sobre a cultura e a língua de seus povos. A partir do diagnóstico das comunidades e escolas indígenas nas quais os acadêmic(o/a)s estagiam, identifica-se uma hipótese de pesquisa a ser analisada para que se elabore uma proposta de intervenção-ação na série previamente definida e, ao final de sua aplicação, se tenha materiais didáticos e de ensino para, pelo menos, contribuir de alguma maneira com “uma educação intercultural, bilingue/multilingue e diferenciada” para/nas escolas indígenas, pois de acordo com o Referencial Curricular Nacional de Educação Indígena-RCNEI (p.24-25), esta deve ser assegurada. Pelo contato próximo com a sociedade envolvente manter o interesse, a valorização e a manutenção da cultura e dos costumes tradicionais para crianças e jovens das comunidades do estado de Roraima tem sido um grande desafio. A partir dos resultados obtidos na pesquisa/coleta dados, construíram-se, como resultado, os materiais didáticos: “Cantos de Parixara na língua Wapichana” com tradução para português; material educativo com nomes dos animais e frutas para o ensino e aprendizagem da língua portuguesa para os alunos Wai Wai; cartilhas bilingues Taurepang-Português para alfabetização e letramento no município de Amajari.

POLÍTICAS CURRICULARES EM CONTEXTOS CULTURAIS: A EXPERIÊNCIA COM A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS DO ALTO RIO NEGRO (AMARN)

Adria Simone Duarte de Souza
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
adriasduarte@gmail.com

Paulo de Tássio Borges da Silva
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Este trabalho apresenta reflexões decorrentes da visita de campo realizada no âmbito da disciplina Currículo, Política e Cultura, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UEA). A experiência permitiu compreender que a atuação da Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) ultrapassa as dimensões econômica e cultural, configurando-se como um espaço político-pedagógico no qual se produzem sentidos para as políticas de currículo e, de modo mais amplo, para as políticas educacionais vinculadas aos povos indígenas na cidade de Manaus (AM). A AMARN constitui um núcleo de produção cultural e de fortalecimento identitário para mulheres indígenas residentes na capital amazonense. Por meio do artesanato, entendido como prática estética, política e econômica, as associadas não apenas garantem o sustento de suas famílias, mas também reafirmam, atualizam e reterritorializam saberes tradicionais, fortalecendo vínculos e modos próprios de organização no contexto urbano. Considerando que as políticas curriculares não se restringem aos documentos oficiais ou a decisões tomadas exclusivamente pelas instâncias governamentais, mas englobam processos de planejamento, negociação e produção de práticas em múltiplos espaços da educação, as ações desenvolvidas na AMARN revelam-se fundamentais para compreender as produções curriculares em sua dimensão ampliada. As práticas observadas: desde a elaboração de artesanatos e a produção de saberes culturais até as assembleias internas e as atividades formativas com mulheres e crianças, configuram os modos próprios de ensinar, aprender e planejar, evidenciando que a educação escolar indígena se realiza para além da escola e se articula com projetos comunitários de (re)afirmação cultural. Reconhecer a AMARN como lugar de produção de políticas curriculares permite tensionar concepções hegemônicas sobre educação,

currículo e cultura. Dessa forma, a visita de campo possibilitou articular discussões teóricas sobre interculturalidade, políticas linguísticas, epistemologias indígenas e educação escolar indígena em contextos urbanos, ressaltando a relevância de iniciativas coletivas protagonizadas por mulheres indígenas na formulação de políticas educacionais mais sensíveis às realidades socioculturais contemporâneas.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO PARANÁ: GESTÃO, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE PROFESSORES PARA A ESCOLA INTERCULTURAL BILÍNGUE

Rosangela Celia Faustino
Universidade Estadual de Maringá (Maringá-PR)
rcfaustino@uem.br

No estado intitulado Paraná, atualmente estão territorializados os povos originários Guarani (Nhandewa, Mbya, Avá e Kaiowa), Kaingang e Xetá, que resistem a séculos, à invasão expropriação e exclusão. Há regiões cujas situações territoriais são gravíssimas, como é o caso do oeste do estado. Os dados populacionais demonstram que atualmente, no Paraná, há uma população de 30.460 indígenas que vivem em cerca de 20 terras demarcadas, outras em processo de demarcação ou de retomada e milhares que foram expulsos de seus territórios, vivem nas cidades. Nas Terras Indígenas demarcadas existem 40 escolas nas quais estudam mais de 5 mil crianças e jovens indígenas e atuam cerca de mil professores sendo que desses, apenas a metade é indígena. Além de os professores indígenas corresponderem a apenas cerca de 50% do quadro geral de suas escolas, na Secretaria de Estado da Educação (SEED), setor intitulado Coordenação de Direitos Humanos e Diversidade, não existe nenhum profissional indígena. Todas os técnicos que atuam com a Educação Escolar Indígena não são indígenas. De igual maneira os 16 Núcleos Regionais de Educação (NREs), que jurisdicionam as escolas indígenas são comandados por pessoas não indígenas. As escolas indígenas foram estadualizadas no ano de 2008 mas o estado não abriu discussão ou consulta aos povos originários e não realizou concurso público. Segue fazendo processos seletivos temporários. O profissionais indígenas de apoio estão sendo contratados por empresas terceirizadas. Para além do ataque à autonomia indígena, instabilidade, rotatividade e insegurança que os processos seletivos simplificados e privatizações ocasionam, não há projetos de formação continuada, feita a partir dos pressupostos atuais da educação escolar indígena e da inclusão. Registra-se ainda, no Paraná, projetos de plataforma da educação que expropria as etnociências, os saberes ancestrais dos povos e professores indígenas com a imposição de materiais padronizados e objetivos que contemplam competências e habilidades eurocentradas. Os resultados dessa pesquisa evidenciam que atual política educacional do estado do Paraná para a educação escolar indígena representa um retrocesso, uma vez que o princípio da especificidade, do bilinguismo e da interculturalidade guardam relação com o reconhecimento e garantia de uma organização escolar específica e diferenciada das escolas bilíngues, considerando as diferentes culturas, os diferentes atividades de sustentabilidade e situações linguísticas bem como os processos próprios de ensino e aprendizagem.

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: O PROCESSO DE FORMAÇÃO E AS EXPERIÊNCIAS DE EDUCADORES (AS) INDÍGENAS NO ESTADO DO CEARÁ.

Francisco Thomas dos Santos Silva
UNILAB
kathomas181@gmail.com.

Roberto Kennedy Gomes Franco
UNILAB
robertokennedy@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO: O presente trabalho faz uma análise do processo de formação de trabalhadores(as) indígenas que atuam na educação escolar indígena em diferentes aldeias do estado do Ceará. O objetivo do estudo foi identificar as experiências vivenciadas pelos educadores(as) indígenas, refletindo nos processos de lutas até a conquista de suas profissões. Além disso, busca-se entender a importância da interculturalidade no processo de formação contínua entre os indígenas de cada povo do estado do Ceará. **DESENVOLVIMENTO:** Este estudo desenvolve-se a partir do levantamento de produções acadêmicas que abordam as trajetórias de luta dos povos indígenas do estado do Ceará. Buscou-se realizar uma leitura crítica do tema para estabelecer uma base de conhecimento, priorizando especialmente trabalhos produzidos por pesquisadores indígenas, por apresentarem perspectivas ancoradas nas realidades vivenciadas em seus territórios. Posteriormente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os

protagonistas deste estudo. As questões contemplaram aspectos relacionados aos processos de formação, às lutas, à atuação profissional, aos desafios enfrentados e às perspectivas para a política de educação escolar indígena. **RESULTADOS E CONCLUSÕES:** No Ceará, a política educacional para os povos indígenas surge a partir da atuação do movimento indígena organizado nos anos 1980/90, havendo necessidade de discutir estratégias para assegurar os direitos previstos na Constituição Federal. A análise dos resultados obtidos por meio dos questionários e entrevistas gravadas culminou em uma ampla diversidade de experiências relatadas pelos educadores(as) que compõem os diferentes povos do Ceará. A formação de professores indígenas representa uma conquista significativa do movimento indígena cearense. Por meio das lutas travadas e das mobilizações, a política de educação indígena ganhou forma, permitindo que os próprios indígenas se tornassem protagonistas de suas histórias, vivências e processos formativos em suas aldeias. A educação, nesse contexto, torna-se também um espaço de formação de opinião, fortalecendo a coletividade indígena. Portanto, embora existam conquistas importantes no campo da educação indígena, ainda se fazem necessárias políticas mais efetivas, especialmente no que diz respeito à formação continuada dos educadores indígenas. As reflexões apresentadas neste estudo reforçam a importância de compreender os processos formativos educacionais vivenciados na realidade das aldeias.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA ESCOLA INDÍGENA 19 DE ABRIL, GOIATINS-TO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.

Schierley Régia Costa Colino
Universidade Federal do Tocantins - UFT
regia2colino@gmail.com

Simone Costa Colino
Universidade Federal do Tocantins - UFT
simonecolino@gmail.com

A formação continuada de professores deve ser vista como um investimento para os gestores e professores, e não como um gasto, pois profissionais preparados com a oferta de cursos e capacitações. Tais formações devem atender todos os profissionais das escolas, pois a gestão da unidade de ensino, necessita de um trabalho integrado. Diante desse contexto, surge a seguinte questão-problema que orienta este estudo: quais são os desafios que os professores da Escola Indígena 19 de Abril tem enfrentado referente a formação de professores? O objetivo geral é mostrar a relevância de promover formação continuada permanente para os professores da Escola Indígena 19 de Abril, localizada no município de Goiatins - Tocantins. E os objetivos específicos contemplam: conhecer a comunidade indígena Krahô; sistematizar os estudos sobre a formação de professores indígenas disposto a constituição brasileira e as leis educacionais derivada; analisar os resultados educacionais alcançados pelos estudantes do Ensino Médio do ano de 2024, os impactos qualitativos e sociais, bem como o processo de implementação da política indutora de formação inicial e continuada dos professores indígenas da referida comunidade. Para tanto, a metodologia da pesquisa tem caráter de levantamento bibliográfico, utilizamos como referencial teórico, além da legislação, o projeto político pedagógico da escola, os autores: Abreu e Albuquerque (2018); Floriani (2014); Freitas (2011); Libâneo (2012); Luckesi (2003); Melatti (1978); Sousa e Souza (2023); dentre outros, para discutir o direito a formação de professores para Escola Indígena de 19 de Abril, para garantir que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades de aprendizado, independentemente de suas origens, condições econômicas, gênero, etnia ou localização geográfica. Os resultados apontam que os desafios são bem maiores como: o que é assegurado pela legislação de fato seja efetivado, que as políticas públicas cheguem aos povos indígenas, para que a comunidade possa ter novas oportunidades e qualidade de vida.

TRAJETÓRIA E RESULTADOS DO PROJETO SABERES INDÍGENAS POTIGUARA – NÚCLEO UFPB (2024–2025)

Surama Santos Ismael da Costa
Universidade Federal da Paraíba
surama@dcx.ufpb.br

Genilson Silva de Lima

Este trabalho apresenta a trajetória e os principais resultados do Projeto Saberes Indígenas Potiguara – Núcleo UFPB, uma ação de extensão universitária desenvolvida entre 2024 e 2025 e vinculada ao Programa Ação Saberes Indígenas

na Escola, iniciativa do Ministério da Educação (MEC) em parceria com instituições de ensino superior (federais e estaduais) e secretarias estaduais e municipais de educação. O programa tem como objetivo fortalecer a formação continuada de professores indígenas em todo o país e promover a produção de materiais didáticos específicos para a educação escolar indígena. A proposta busca valorizar os saberes tradicionais, a memória coletiva e as práticas culturais dos povos indígenas, respeitando suas especificidades e seus territórios etnoeducacionais. No território Potiguar, nos municípios de Marcação e Rio Tinto, a UFPB assumiu a coordenação das ações, aproximando a universidade das aldeias e intensificando o diálogo entre o conhecimento acadêmico e os saberes ancestrais. Em 2024, o curso reuniu mais de 100 participantes e totalizou 180 horas de formação, distribuídas em encontros semanais e remotos realizados na aldeia Brejinho e no campus IV. Essa experiência resultou na produção de seis obras, entre livros e e-books. Entre os materiais, destacam-se a Revista Brinquedos e Brincadeiras Potiguar, o livro Saberes Potiguar: Fortalecendo Educação e Identidade do Nosso Povo e o catálogo Histórias e Saberes Potiguar: Tradições Indígenas Vivas na Paraíba. Em 2025, o projeto avançou com uma nova turma, composta por 100 professores indígenas, em 11 encontros presenciais realizados no campus IV e em espaços sagrados Potiguar. A formação teve como eixo o tema Cosmologia e Cosmovisão Potiguar, abordando os subtemas Música, Ritmo e Musicalidade e Espaços de Vivência e Memória. Entre os produtos desenvolvidos, estão o livro Saberes, Cosmologia e Cosmovisão Potiguar, a revista Espaços de Vivência, a cartilha Festival Garapirá e o e-book Saberes e Práticas: Experiências e Sugestões Formativas na Educação Escolar Indígena. O conjunto dessas ações reafirma a importância da extensão universitária na promoção da interculturalidade, no fortalecimento da ancestralidade e na preservação da identidade e espiritualidade do povo Potiguar.

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES INDÍGENAS NO FORTALECIMENTO DA LÍNGUA MUNDURUKU

Leonardo Manhuari Pereira
Raíza Macuyama Silva
Lenilson Paigó Munduruku
Antonia Zelina Negrão de Oliveira
Universidade do Estado do Pará
zelina.negrao@uepa.br

Este estudo nasce das vivências experienciadas junto aos professores indígenas do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar Indígena (PPGEEI) da Universidade do Estado do Pará (UEPA). A formação continuada no Mestrado Profissional em Educação Escolar Indígena tem possibilitado a esses professores e a seus povos, a oportunidade de, em um movimento de dialética intercultural, compartilharem práticas de linguagem decoloniais, a partir dos Produtos Educacionais (PEs) produzidos durante o Mestrado. As práticas de linguagem impressas nesses PEs refletem as cosmocepções de povos, que utilizam as línguas indígenas, em tempos e espaços próprios; refletem ainda, a vitalidade linguística existente, seja em processos de fortalecimento ou de revitalização. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar o fortalecimento da língua Munduruku, que nasce das práticas de linguagem utilizadas nos PEs bilíngues, produzidos por docentes indígenas, do PPGEEI. A metodologia utilizada parte dos modos característicos de pensar, agir e sentir dos povos indígenas e busca caminhos para a justiça cognitiva e social, e para o bem viver. Nesse sentido, os resultados mostram que os docentes indígenas desejam expressar práticas de linguagem próprias, específicas e que deem visibilidade à língua indígena utilizada pelos discentes da educação básica, do povo Munduruku, de Jacareacanga/Pa.

CARACTERIZACIÓN DE LAS TRAYECTORIAS ESCOLARES DE NIÑOS Y NIÑAS PERTENECIENTES AL PUEBLO EMBERA DOBIDA EN LA CIUDAD DE MEDELLÍN

Melissa González-Rubio Villa
Universidad Nacional de la Plata
melissagonzalezrubiov@gmail.com

La presente investigación tiene como objetivo caracterizar las trayectorias escolares de un grupo de niños y niñas indígenas pertenecientes al pueblo embera dobida que se encuentran en la ciudad de Medellín escolarizados bajo modelos educativos regulares. Mediante un análisis de estudio de caso que relaciona las políticas institucionales y prácticas pedagógicas inclusivas que se proponen en la escuela, se evidencian las barreras que impiden el aprendizaje y la participación de este grupo de estudiantes y los desencuentros que vivencian entre el modelo de educación propia que se implementa en sus territorios de origen y las instituciones educativas urbanas, permitiendo

así, delimitar la brecha existente entre el tránsito de un modelo a otro y la necesidad de implementar ajustes razonables desde los principios de la educación inclusiva.

A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL NO PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO

Diego Barbosa da Silva
Arquivo Nacional
vsjd@uol.com.br

Este trabalho examina a implementação da educação escolar indígena nos estados da Região Sudeste do Brasil (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo). Com o Decreto nº 26/1991, a responsabilidade pela educação escolar indígena foi transferida da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) para o Ministério da Educação, tornando-se uma competência compartilhada entre a União, estados e municípios. Essa modificação insere-se num movimento mais amplo de mudança de paradigmas, que transitou do modelo assimilacionista para o modelo emancipatório, baseado na interculturalidade e no bilinguismo, tendo a Constituição Federal de 1988 como principal marco. Nossa pesquisa concentrou-se nos estados do Sudeste, região marcada por alta urbanização, forte economia e as menores terras indígenas, o que compromete os direitos básicos dessa população. Analisamos leis, decretos, resoluções e diretrizes dos quatro estados, focando em três direitos fundamentais dos povos indígenas: o direito à educação, o direito ao uso de línguas indígenas na educação e o direito à participação nas decisões sobre educação. A análise revelou que a implementação estadual foi lenta, com os estados levando de dez a vinte anos para regulamentar as primeiras escolas indígenas após o Decreto nº 26/1991. Os resultados mostram que a Educação Escolar Indígena (EEI) tem um duplo objetivo: garantir a valorização das culturas, línguas e identidades étnicas, ao mesmo tempo em que assegura o acesso a conhecimentos universais e científicos da sociedade nacional. A EEI é vista como um espaço de fronteira intercultural entre os saberes indígenas e não indígenas. Em relação à língua, todos os normativos garantem o direito ao uso das línguas indígenas e promovem o ensino intercultural e bilíngue. No entanto, a pesquisa não localizou políticas estaduais específicas e financiadas para a promoção dessas línguas, indicando um descompasso entre a legislação e a realidade. A necessidade de participação indígena ativa na gestão, currículo e seleção de professores também é reconhecida e normatizada, inclusive com a criação de órgãos colegiados de escuta no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Conclui-se que os atos normativos parecem garantir direitos no texto, mas muitas vezes se restringem à retórica. A EEI, apesar das adaptações, carrega uma estrutura e memória colonialista. Por fim, enfatizamos que a responsabilidade do Poder Público na garantia da Educação Indígena transcende a infraestrutura escolar e deve focar em assegurar o território, base fundamental para as culturas, línguas e a própria existência dos povos indígenas.

A ESCOLA INDÍGENA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E POLÍTICA LINGUÍSTICA: PRÁTICAS DOCENTES DO POVO APURINÃ

Andréia Oliveira Rabelo
Universidade Federal do Amazonas
andreia.rabelo@ufam.edu.br

Hellen Cristina Picanço Simas
Universidade Federal do Amazonas
hellenpicanco@ufam.edu.br

Jonise Nunes Santos
Universidade Federal do Amazonas
jonise@ufam.edu.br

A partir da compreensão da escola indígena como espaço de resistência e de construção de políticas linguísticas, esta pesquisa analisa as práticas docentes desenvolvidas na Escola Municipal Aitari Sikakiti, localizada na Comunidade Indígena Aldeia Vila Nova, município de Tapauá – AM, pertencente ao povo Apurinã. Inserida no campo da Educação Escolar Indígena bilíngue, intercultural e diferenciada, a pesquisa busca compreender de que modo o ensino de línguas e os saberes tradicionais são articulados nas práticas pedagógicas cotidianas. O estudo adota uma abordagem qualitativa, com observações, entrevistas e diálogos com professores indígenas e comunitários, considerando a escola como locus de investigação para analisar a formação de professores, as práticas pedagógicas

e a eficácia do ensino da língua apurinã e do português. A investigação fundamenta-se em estudos sobre diversidade linguística, contexto histórico e sociocultural do povo Apurinã (Kroemer, 1985; Facundes, 1994, 2000; Schiel, 2004; Bettiol, 2007; Duarte, 2009; Simas, 2016; Barros, 2018; Baniwa, 2019; Aquino, 2022;), e em estudos sobre políticas linguísticas e ensino de línguas indígenas (Weigel, 2000, 2004; Santos, 2022 e Rubim, 2022). Os resultados evidenciam que o uso da língua Apurinã no contexto escolar favorece a reafirmação da identidade cultural e linguística, contribui para a revitalização dos saberes ancestrais e consolida a escola como território de resistência, em que a língua atua como matriz epistemológica e elemento de continuidade da memória coletiva do povo Apurinã.

SABERES ANCESTRAIS E DIÁLOGOS INTERCULTURAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM MATO GROSSO

Eliane Boroponepa Monzilar
Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT
monzilar.eliane@unemat.br

O presente artigo aborda sobre a Formação de Professores indígena do curso da Licenciatura Intercultural, narrativas das experiências de Estudo na Aldeia, denominada “A Etapa Intermediária” está previsto no Projeto Pedagógico dos Cursos de Licenciatura Intercultural da Faculdade Indígena Intercultural – FAINDI, vinculada a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, uma experiência pedagógica realizada no diferentes períodos nos Territórios Indígenas, localizada em várias município-MT. O objetivo é compreender e apresentar as práticas pedagógicas por meio do ensino, da pesquisa e da extensão na vivência e na interação social, cultural, étnica e identitária no contexto da aldeia, conectar os conhecimentos científicos e os saberes, fazeres e valores interculturais. Conhecer a organização social, política, cultural, lingüística, ambiental, territorial, educacional e a saúde da comunidade das etnias representada no curso. A metodologia utilizada foi a observação participante, roda de diálogos com cacique, lideranças, mulheres, equipe da escola, da saúde, da associação, da comunidade e os acadêmicos (as) indígenas, aula de campo, oficinas de produção de texto, ilustrações e o registro por meio de vídeos e fotos. O estudo contribuirá no processo da formação dos acadêmicos sendo que as práticas educativas desenvolvidas e vivenciadas no contexto da escola indígena e da comunidade são fundamentais considerando o aprendizado dos diversos saberes e o desenvolvimento das habilidades docente. As atividades desenvolvidos são interativa considerando o comprometimento, dedicação, seriedade com o processo aprendizagem, saberes ancestrais, o trabalho em cooperação dos/as acadêmicos/as, promovendo o fortalecimento das praticas pedagógicas e nova forma de fazer e construir conhecimentos no que tange os saberes indígenas e o não indígena.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA INTERCULTURAL E EMPREENDEDORISMO COM ARTESANATOS INDÍGENAS DO AMAZONAS EM EXPERIÊNCIA FORMATIVA COM PROFESSORES DE MATEMÁTICA

Luzia Braga Pereira de Melo
UFAM/AM
lubragamelo@gmail.com

Rosilei Cardozo Moreira

O trabalho apresenta um relato de experiência de uma oficina formativa com a temática “Educação Financeira Intercultural e Empreendedorismo em Artesanatos Indígenas do Amazonas”, desenvolvida com o objetivo de subsidiar professores pesquisadores de educação matemática no ensino de educação financeira em contextos de sociodiversidade indígena, tomando o artesanato como eixo econômico, cultural e formativo. A proposta buscou articular princípios de educação financeira como planejamento orçamentário, precificação de produtos artesanais com base em custos fixos e variáveis, tempo de produção e margem de lucro, gestão de recursos e investimento sustentável bem como às práticas e saberes tradicionais presentes na produção de peças em tala de arumã, sementes, penas e fio de tucum, oriundos de diferentes municípios do Amazonas. Ancorada nos referenciais da Etnomatemática, da educação escolar indígena e do diálogo intercultural crítico, a oficina foi desenvolvida em abordagem qualitativa, de inspiração etnográfica, envolvendo professores pesquisadores indígenas e não indígenas, por meio de etapas integradas de estudos teóricos, análise de peças artesanais e atividades práticas de cálculo, registro e precificação. Os dados coletados por meio de observação participante, registros de falas e produções escritas dos docentes, indicam que a trajetória formativa ampliou o repertório pedagógico dos participantes, favorecendo a incorporação de princípios de educação financeira à matemática escolar de modo contextualizado, crítico e emancipatório. Conclui-se que a articulação intencional entre educação financeira, empreendedorismo

sustentável em artesanato indígena e práticas pedagógicas interculturais contribui para fortalecer processos de autonomia econômica, valorização identitária e protagonismo docente no âmbito da educação escolar indígena.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS MARUBO E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO VALE DO JAVARI

Moaci Barbosa da Silva
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
mbds.edc25@uea.edu.br

Adria Simone Duarte de Souza
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

A presente pesquisa, desenvolvida no âmbito do Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), tem como objetivo geral investigar a educação escolar Marubo e as estratégias e impactos da formação de professores indígenas Marubo no contexto do Vale do Javari (Atalaia do Norte/AM). Parte-se da constatação de que, apesar dos avanços legais (CF/1988, LDB/1996) e da oferta de cursos de licenciatura intercultural (PROIND, PARFOR/UEA), a educação nas 17 aldeias Marubo ainda enfrenta sérios desafios: infraestrutura precária, ausência de Projeto Político-Pedagógico Indígena (PPPI), materiais didáticos inadequados, não reconhecimento formal da educação diferenciada pelas redes municipal e estadual e número insuficiente de professores Marubo licenciados. A pesquisa justifica-se pela experiência do autor indígena Marubo, professor bilíngue desde 2014 e licenciado em Pedagogia Intercultural Indígena (PARFOR/UEA), e pela percepção de que a formação docente é central para a consolidação de uma educação escolar específica, intercultural, bilíngue e comunitária, capaz de articular saberes tradicionais e acadêmicos e frear o esvaziamento das aldeias por jovens em busca de estudo nas cidades. Os objetivos específicos são: (i) mapear a historicidade da formação de professores Marubo; (ii) avaliar o impacto dessa formação na identidade docente e na oferta de educação diferenciada; (iii) analisar a relação entre as modalidades de formação e as práticas que atendem às expectativas comunitárias. Adota-se abordagem qualitativa exploratória, com análise documental (legislação, relatórios da SEMED/SEDUC) e trabalho de campo (observação etnográfica) junto a professores, lideranças e comunidade Marubo. Espera-se contribuir para o fortalecimento da educação escolar indígena Marubo, identificando necessidades e propondo caminhos para uma formação docente continuada, específica por área do conhecimento e apoiada em materiais lúdicos e culturalmente pertinentes, de modo a consolidar uma escola que responda efetivamente aos anseios do povo Marubo.

UM DIAGNÓSTICO SOBRE AS COMPETÊNCIAS DE LEITURA DE ALUNOS INDÍGENAS DO 9º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA NOVO PORTO LIMA - BENJAMIN CONSTANT/AM

Neize Laura de Lima Devesa
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
neizelauralima@gmail.com

Ligiane Pessoa Dos Santos Bonifácio
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
ligiane@ufam.edu.br

Este artigo investiga as competências de leitura de alunos do 9º ano da Escola Municipal Indígena Novo Porto Lima, situada em Benjamin Constant, Amazonas. Reconhecendo a importância da leitura para a formação integral e participação social dos jovens indígenas, a pesquisa busca diagnosticar seus níveis de proficiência (decodificação, compreensão literal, inferencial e crítica), identificar dificuldades e explorar fatores socioculturais e linguísticos que influenciam seu desempenho. A metodologia empregou uma pesquisa diagnóstica com abordagem qualitativa, utilizando um trecho da obra "Odisséia" para avaliar as competências de leitura de seis alunos participantes. Os resultados revelaram dificuldades significativas em fluidez (silabação, acentuação, gagueira, troca de sílabas) em todos os alunos, tanto indígenas quanto não indígenas. Conclui enfatizando a necessidade de práticas pedagógicas culturalmente sensíveis e bilíngues na educação escolar indígena, valorizando a língua materna e utilizando metodologias adequadas para o ensino do português como segunda língua. Além disso, ressalta a importância da parceria entre escola e família para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita de todos os alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação escolar indígena; Competências de leitura; Práticas pedagógicas

EDUCAÇÃO, ANCESTRALIDADE E A PRODUÇÃO LITERÁRIA AVA-GUARANI: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DE JOVENS E CRIANÇAS INDÍGENAS BILÍNGUES.

Delmira de Almeida Peres
Universidade Estadual de Maringá (Maringá-PR)
delmiraperes46@gmail.com

Rosangela Célia Faustino
Universidade Estadual de Maringá (Maringá-PR)
rcfaustino@uem.br

Indígenas Ava-Guarani, que vivem na região entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai tem uma grande história nesse território que soma milhares de anos antes da chegada dos invasores. Relatos dos sábios e sábias, os Chamoís e Charrýs e estudos acadêmicos demonstram uma grande riqueza cultural produzida pela ciência e religiosidade Guarani. Os mais velhos, sábios e sábias relatam a sabedoria da ancestralidade e por isso são muito respeitados nas comunidades. Mesmo com a colonização e imposição da cultura dos não-indígenas, as narrativas dos mais velhos são ensinamentos que ajudam a criar vínculos entre os jovens e a sua identidade étnica. São conhecimentos e concepções de mundo muito distintos da cultura ocidental destrutiva, que segue sendo imposta por diferentes meios. As histórias do povo Avá-Guarani advêm de crenças, conhecimentos práticos e experiências fundamentadas em tradições guardadas na memória, transmitidas em língua guarani pelos sábios, mestres dos saberes na Tekoha. Mas, com as diminuição dos territoriais indígenas, dos espaços de produção da vida e da coletividade, os mais velhos acabam tendo que repassar os conhecimentos ancestrais em espaços mais restritos uma vez que crianças e jovens passam boa parte do dia na escola, submetidos a materiais didáticos que são mandados para as escolas em cumprimento aos currículos padronizados que se impõem com bases comuns e são alheios aos etnoconhecimentos. As ciências indígenas foram negadas, silenciadas e desvalorizadas e, assim, os ensinamentos dos sábios não estão publicadas em livros pois advêm de uma educação própria. Nesse contexto, tem sido difícil manter a educação tradicional guarani nos territórios, que favorece a saúde mental, física e emocional dos jovens e das crianças, pois as mesmas tem permanecido em frente à televisão; ouvindo músicas com fones nos ouvidos; indo para escola com o celular na mão e, quase não brincam mais nos espaços comunitários que brincavam antes. Na escola, conforme o sistema educacional etnocêntrico, ficam trancadas na sala de aula às quatro horas e, isso tem feito crianças crescerem desmotivadas, querendo consumir e com poucas perspectivas de um futuro vivido coletivamente, onde todos trabalham, produzem seu sustento, praticam suas crenças e aprendem juntos, com a tradição Ava-Guarani. Nessa pesquisa de doutorado, o objetivo é estudar as políticas públicas que estão sendo criadas para enfrentar essa situação e analisar a produção literária e didática feita por indígenas Ava-Guarani que podem contribuir nesse processo.

REORGANIZAÇÃO POLÍTICA, EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E REVITALIZAÇÃO LINGÜÍSTICA ENTRE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO POVO ISÚ-KARIRI

Willian Fernando Domingues Vilela
Universidade Federal do Cariri
willian.domingues@ufca.edu.br

Cicera Pereira de Andrade
cicerapereira339@gmail.com

Este trabalho analisa o processo de reorganização política do povo Isú-Kariri e seus efeitos na educação escolar indígena e na revitalização linguística, com foco nas experiências de estudantes do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Parte-se do contexto de histórica negação e silenciamento da identidade indígena no Nordeste, mostrando que a recente conquista de políticas de educação e saúde indígenas no território está articulada à retomada de memórias, à afirmação étnica e à reconstrução da língua do povo. Do ponto de vista teórico, o trabalho dialoga com o conceito de colonialidade do poder, do saber e do ser, compreendendo a escola como espaço que historicamente contribuiu para o apagamento de línguas e saberes indígenas, mas que, em contextos de reorganização política, pode se tornar um lugar de reexistência. Também mobiliza debates sobre educação escolar indígena específica, diferenciada e intercultural, identidade e etnicidade em retomadas indígenas no Nordeste, e processos de revitalização linguística como práticas de futuro. Metodologicamente, a pesquisa é qualitativa, de inspiração etnográfica, realizada no território Isú-Kariri com observação participante em aulas e eventos

comunitários, entrevistas com professores/as, estudantes, lideranças e anciãos, rodas de conversa e análise de documentos escolares e materiais produzidos pela comunidade. A ética da pesquisa pauta-se no consentimento livre, prévio e informado e na devolutiva à comunidade. Os resultados indicam que a escola indígena se torna um espaço central de retomada linguística, com criação de “horas da língua” no Ensino Fundamental, nas quais estudantes aprendem vocabulário relacionado ao cotidiano e ao território. Destacam-se a produção de glossários bilíngues, cartazes, jogos de memória e cartas, que materializam a presença da língua no ambiente escolar e envolvem ativamente as crianças no processo de reconstrução lexical. A articulação entre escola e espaços comunitários, como ponto de cultura, memorial e rituais, fortalece o uso da língua em cantos, narrativas e práticas de toré, ampliando sua circulação. Na EJA, a revitalização linguística aparece fortemente ligada à reparação de memórias marcadas por racismo e silenciamento. Estudantes adultos ressignificam experiências de vergonha e proibição, recuperando palavras dos “antigos” e compartilhando-as com as novas gerações. Entre os desafios, o artigo destaca a necessidade de formação docente específica, apoio à produção de materiais e continuidade das políticas públicas. Conclui-se que a revitalização linguística no território Isú-Kariri é inseparável da luta política e constitui uma potente prática de reexistência indígena.

COSTURANDO SABERES: UMA EXPERIÊNCIA INTERCULTURAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM TEFÉ/AMAZONAS

Hemily Pastanas Marinho Kokama
Universidade do Estado do Amazonas-UEA
hemilypmt@gmail.com

Jovane Noteno Neves Mayoruna
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
marajaimayoruna@gmail.com

Dionei da Silva Costa Kambéba
Universidade do Estado do Amazonas-UEA
silvadionei91@gmail.com

O presente resumo apresenta relatos de experiências de professores orientadores sobre a prática de formação docente no contexto do Médio Solimões, município de Tefé, estado do Amazonas, por meio do Programa Ação Saberes Indígenas na Escola (ASIE), desenvolvido pelo Núcleo da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) em 2025. A ASIE está regulamentada pela Portaria nº 98/2013 da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC). O objetivo do programa é promover a formação bilíngue ou multilíngue de professores indígenas em letramento e numeramento; desenvolver recursos didático e pedagógicos na perspectiva cultural. A formação do Núcleo UEA/Tefé divide-se em duas etapas, nesta primeira etapa o foco foi o fortalecimento da cultura a partir do levantamento de memórias históricas dos povos participantes, são eles: Kambéba, Kaixana, Tikuna, Kokama, Miranha, Mayoruna e Apurinã. Como resultados parciais, trazemos as narrativas de experiência de dois professores orientadores, ao qual destacam o nascimento da construção da relação interétnica da produção e sistematização dos saberes indígenas entre os parentes que compartilham o território de Tefé, ao fazerem suas relações e significados de cultura nesse local. Ser professor orientador indígena é ser guardião da própria história, é a pedagogia da oralidade que vem para a universidade, que é aprender oralmente com os mais velhos. Os professores e professoras que estão nessa formação trazem os saberes oralizados do seu povo, e nós, professores indígenas formadores fazemos uma costura de saberes, fortalecendo o sentimento de pertencimento aos nossos povos e a educação escolar indígena.

ENTRE TERRITÓRIOS E SABERES: CURRÍCULO ESCOLAR INDÍGENA NAS PERSPECTIVAS PATAXÓ E TUPINIKIM

Juliana Borges Costa
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
sophyapataxo@gmail.com

Este trabalho discute a construção do currículo escolar indígena a partir das perspectivas dos povos Pataxó e Tupinikim, considerando o território, os saberes tradicionais e a ancestralidade como eixos estruturantes da educação indígena. A partir de vivências e observações no contexto comunitário, evidencia-se que o currículo não se separa da

oralidade, dos rituais, das memórias coletivas, das práticas de cuidado com a natureza, do artesanato, dos cantos e das caminhadas pelo território, que constituem modos próprios de ensinar e aprender. A abordagem analisa como a Constituição de 1988 e a LDB/1996 garantiram o direito a uma educação específica, diferenciada, bilingue e intercultural, fortalecendo iniciativas pedagógicas que valorizam conhecimentos ancestrais. Nos contextos Pataxó e Tupinikim, percebe-se que a escola pode atuar como território de resistência cultural, de afirmação identitária e de retomada de saberes que enfrentaram séculos de colonialidade. O trabalho destaca também o papel dos professores indígenas como mediadores fundamentais entre escola e comunidade, articulando práticas pedagógicas que rompem com modelos eurocêntricos. Conclui-se que currículos construídos a partir das cosmologias e práticas tradicionais fortalecem a autonomia dos povos originários e ampliam o protagonismo indígena na educação.

SABERES, HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE INDÍGENA: ANÁLISE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA ESCOLA INDÍGENA KUMNKAWÊ

Vanessa Hãtxu de Moura Karajá
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
vns.hatxu@gmail.com

Lucas Alves Martins
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
alves.mastins@mail.uft.edu.br

Jocyleia Santana dos Santos
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
jocyleiasantana@gmail.com

O artigo concentra-se na análise das práticas pedagógicas desenvolvidas na Escola Indígena Kumnkawê, localizada em Tocantins, que atende o povo Akwê-Xerente, também conhecido como "gente importante." O objetivo principal é investigar como essas práticas escolares contribuem para a preservação da história, da memória e da identidade cultural desse povo indígena. Utilizando a História Oral como metodologia primária, a pesquisa colheu narrativas da professora regente para entender o diálogo entre os saberes tradicionais e as exigências da educação formal brasileira. Os resultados confirmam que a escola funciona como um território de resistência cultural, onde o uso da língua Akwê e a participação dos anciãos são cruciais para um ensino intercultural, e para o fortalecimento do pertencimento étnico. Apesar de enfrentar desafios como a escassez de materiais bilíngues, o estudo conclui que a Escola Kumnkawê é vital para a afirmação da autonomia e da cultura Akwê-Xerente.

“ESCREVO ESTÁ CARTA PARA SABER QUE O ÍNDIO NÃO É BOBO”: OS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO NA TI TE'YIKUE CAARAPÓ MS

Elizabete Fernandes
PPGET/FAIND/UFGD, Escola Nhandejara Polo, Aldeia Te'yike/Mato Grosso do Sul
bethfernandecpo@gmail.com

Maria Aparecida Mendes de Oliveira

O presente trabalho, traz considerações iniciais, de uma pesquisa de mestrado a respeito os processos de alfabetização implantados, ao longo das últimas décadas, para o povo Kaiowá e Guarani da aldeia Terra Indígena Te'yikue. A experiência como professora indígena alfabetizadora de crianças indígenas, falantes na primeira língua guarani, e a experiência com a gestão na coordenação das séries iniciais, acumulada ao longo dos anos, possibilita apresentar uma perspectiva da realidade do processo de alfabetização das crianças indígenas em uma escola indígena. Tem como objetivo identificar de que maneira as políticas de alfabetização, implementadas ao longo das últimas três décadas (pós constituição de 1988), transformou os processos de alfabetização nas escolas indígenas. Apresentamos aqui resultados parciais sobre o movimento de alfabetização nessa comunidade desde a década de 1980. É uma pesquisa de cunho etnográfico, pois busca entre professores e lideranças antigas da TI entender como se inicia os processos de alfabetização dos indígenas. Mobilizaremos ferramentas como a observação participante e entrevistas com lideranças indígenas, moradores antigos da comunidade e professores que vivenciaram estes processos. Vivenciamos o dia a dia da escola e em poucos momentos, de nossa prática como professor, paramos para refletir sobre quais impactos as políticas de Educação Escolar Indígena e para o indígena, e o quanto nossas

práticas estão influenciadas por estas políticas. Entendemos que as políticas vindas para a educação indígena, ainda são muito fortes e afetam diretamente nossas práticas pedagógicas de alfabetização nas escolas indígenas. Inicialmente verificamos que as políticas de alfabetização, nesta aldeia, inicia na década de 1980, com cursos alternativos de formação de professores indígenas guarani, ofertado por instituições não governamentais, como o CIMI. Estas foram as primeiras experiências de educação e alfabetização em língua guarani. Passando por ações de política, nas escolas da missão na aldeia, a autonomia dos professores indígenas, nas escolas indígenas a políticas como o Saberes Indígenas na Escola, que favorece um processo de incentivo a alfabetização na língua indígena. A alfabetização nas escolas indígenas passam então por diferentes ações políticas, que levaram a atualmente alfabetização na língua guarani.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 45 - LUTAS E ALIANÇAS PELA TERRA: POVOS, SABERES E NATUREZA

Coordenação:

Antônio André Valécio de Jesus (Universidade de Coimbra)
Gangalo D. Santos (Universidade de Coimbra)
Paulo Alfredo Rocha (UNEB)

Resumo do Simpósio Temático: A intensificação da crise climática e da perda de biodiversidade tem imposto pressões inéditas sobre os territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais, exigindo novas formas de resistência, produção de conhecimento e defesa socioambiental. Estudos como os do World Resources Institute indicam que entre 80% e 90% da biodiversidade global encontra-se nesses territórios, que abrigam apenas cerca de 6% da população mundial e ocupam aproximadamente 22% da superfície terrestre, colocando esses povos no centro do debate sobre proteção ambiental. Este simpósio propõe um espaço de diálogo interdisciplinar para refletir sobre como diferentes experiências e metodologias têm revelado e fortalecido a relação subjetiva, cultural e política de povos indígenas e comunidades tradicionais com os ecossistemas, mobilizando alternativas que reconhecem a Natureza como sujeito de direitos e elemento fundamental para suas cosmovisões e modos de vida. Pretende-se reunir pesquisadoras e pesquisadores, lideranças indígenas, juristas, ativistas ambientais e demais interessadas/os em debater processos de demarcação territorial, proteção dos bens comuns, justiça climática e epistemologias do Sul. As discussões irão articular experiências locais e internacionais, destacando práticas inovadoras que valorizam os saberes ancestrais, influenciam políticas públicas e criam novas formas de cartografar territórios ameaçados, inspirando alianças em defesa da vida.

“MINHA MÃE CUIDA DE MIM E EU TÔ CUIDANDO DELA”: MULHERES KAIOWA E GUARANI, SABERES E ENFRENTAMENTOS ÀS CRISES CLIMÁTICAS

Graciela Vilela Pereira
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
graciela.pereira052@academico.ufgd.edu.br

O presente trabalho faz parte da pesquisa de dissertação de mestrado em Antropologia que venho (des)envolvendo no âmbito do PPGAnt/UFGD com os povos indígenas Guarani e Kaiowa no Mato Grosso do Sul. Trabalhando principalmente nas retomadas e com as mulheres, busco trazer experiências obtidas através da metodologia etnográfica em campo que demonstram como a luta dos povos Guarani e Kaiowa é uma luta pelo futuro, onde as mulheres e anciãos tomam a frente pensando no coletivo, em que território as crianças vão ter para crescer, construir suas roças e comer, ter floresta em volta para ter saúde (pois um dos ensinamentos dos anciãos é de que “a doença vem pelo vento e, quando não tem floresta, não tem nada pra segurar o vento, então ele vem e leva tudo”) e também exercer o teko porã (frequentemente traduzido como “bem viver”), respirar ar puro e tomar água pura. Com os territórios sufocados pelo agronegócio, que tenta invadir cada vez mais a terra, uma das maiores batalhas dos indígenas é contra o veneno, os agrotóxicos que são jogados em cima de seus tekoha (territórios sagrados tradicionais) e envenenam tudo, desde os rios, os alimentos, até nosso sangue, sendo que em alguns territórios há relatos de mal estar generalizado após a pulverização, com reclamações sobre o cheiro do veneno e mulheres, crianças e idosos apresentando sintomas como vômito, dor de cabeça, dor de barriga, entre outros, configurando uma das grandes violações de direitos humanos em curso no Brasil contemporâneo. Ensinando que “a terra é como uma mãe, não só dos indígenas, mas dos não-indígenas também”, os Guarani e Kaiowa mostram alternativas de vida que podem barrar a crise climática, pois quando retomam um território para cuidar da mãe, não é pela ambição de posse como a dos karai (brancos), mas para cuidar dessa mãe que está sofrendo, cuidando também de todos os seres que dependem da natureza, inclusive toda a humanidade. O trabalho se enquadra no Eixo Temático 45: Lutas e alianças pela terra: povos, saberes e natureza.

TÍTULO NÃO INFORMADO

Ybyrá Ybyraçú Antekren Duarte Brandão - Guerém
Ybyraçú/NEA Povos das Águas Indígenas e Quilombolas/UNEB
ybyrayantekren@gmail.com

Os povos indígenas tem uma relação histórica com a natureza, as culturas originárias presentes no Brasil, mantêm uma profunda conexão com a terra, a floresta, às águas e animais. Como fruto dessa desse processo emerge o território. Por isso mesmo é que a defesa da territorialidade é um dos principais elementos presentes na luta pelo direito dos povos indígenas no Brasil. Na cosmovisão de diferentes povos originários o meio ambiente é uma dimensão essencial da ancestralidade, onde se aliam saberes tradicionais, fauna, flora, solo e água. Aqui neste trabalho caracterizamos as estratégias de luta e resistência do Povo Guerém, nas aldeias de São Fidélis e Ybyraçú. Destacamos a relevância do engajamento desta etnia na defesa da Agroecologia e da seu legado biocultural para inspirar a etnia em seu levante para demarcar o território, construir iniciativas de reconhecimento e valorização dos conhecimentos tradicionais de jovens e anciões.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 46 - CURRÍCULO INTERCULTURAL DA ESCOLA INDÍGENA: HISTÓRIAS, TERRITÓRIOS E BASES EPISTÉMICAS NA FORMAÇÃO E PRÁTICA DE PROFESSORES INDÍGENAS

Coordenação:

Catarina Janira Padilha (Instituto Insikiran/UFRR)

Tacio José Natal Raposo (UERR)

Wagner Feitosa Avelino (UNESP)

Resumo do Simpósio Temático: O presente simpósio pretende debater e refletir aspectos educacionais, curriculares e pedagógicos como elementos dos Projetos Políticos Pedagógicos, bem como planejamentos e avaliações no processo de formação e prática docente na educação intercultural indígena. Considera-se a esse respeito o contexto histórico e territorial das lutas e conquistas que repercutiram em políticas públicas que consolidam os direitos educacionais dos povos, tendo em conta as garantias formalizadas a partir da Constituição Federal de 1988. Ao adotar a tese do Indigenato como princípio, essa conquista representa o reconhecimento das lutas históricas dos povos indígenas por seus territórios, bem como de suas especificidades cosmológicas, dos saberes e práticas tradicionais que impactam diretamente o currículo, a formação e a atuação docente, além da formulação de políticas de acesso, permanência e financiamento voltadas à educação escolar indígena. Intenta-se reunir reflexões sobre os processos que constituem a formação e a práxis pedagógica em escolas específicas, interculturais e diferenciadas, considerando seus elementos, conceitos e diretrizes relacionados aos saberes e fazeres da docência. Tais aspectos influenciam diretamente a compreensão e definição de currículos interculturais, dos planejamentos e dos processos de avaliação presentes nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas indígenas no Brasil e na América Latina. Portanto, esse exercício visa promover diálogos que reúnam pesquisas de graduandos, pós-graduandos, professores da Educação Básica e do Ensino Superior, pesquisadores, lideranças e aliados envolvidos aos saberes e fazeres educacionais, bem como com os processos formativos e as práticas pedagógicas da docência intercultural indígena.

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL. UMA ANÁLISE HISTÓRICO-CRÍTICA DA EPISTEMOLOGIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS DA TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS EM RELAÇÃO AO CONHECIMENTO FORMAL NOS CURRÍCULOS ESCOLARES

Teddy Keyari Njaya

Universidade Federal de Roraima

njakete@yahoo.com

Tácio José Natal Raposo

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Nos primeiros momentos da inserção da escola nas comunidades originárias, essa presença foi inicialmente percebida como algo incomum. Até os dias atuais, algumas dessas comunidades ainda buscam entender a função da escola. A concepção de educação entre os povos originários transcende as aulas oferecidas nas instituições de ensino. As diretrizes e normativas contidas nos Planos Nacionais de Currículo, a carga horária das disciplinas e os métodos de ensino promovem um tipo de aprendizado formal. Simultaneamente, a conscientização sobre essa situação provoca críticas e reações de diversos segmentos da educação e de movimentos sociais, que clamam por ações que visem a desconstrução gradual de um modelo educacional que, em grande medida, prioriza as necessidades do mercado e perpetua uma visão eurocêntrica. O objetivo deste estudo é apresentar uma etnoepistemologia educacional que seja indutiva e intercultural, voltada para os povos originários da Terra Indígena São Marcos, localizada nos Municípios de Boa Vista e Pacaraima, no Estado de Roraima. A abordagem metodológica da pesquisa combina aspectos quantitativos e qualitativos, levando em conta as questões históricas da educação no Brasil. A conclusão ressalta a importância de transitar de uma visão educacional eurocêntrica e uniforme para uma abordagem que respeite e considere o contexto social e cultural de cada povo específico.

ENTRE TERRITÓRIOS, SABERES E ESCOLA: CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DE CURRÍCULOS INTERCULTURAIS A PARTIR DA AÇÃO SABERES INDÍGENAS

Marilene Alves Fernandes
Instituto Federal de Roraima
marilenefernandes2012@hotmail.com

Este artigo discute como a Ação Saberes Indígenas na Escola (ASIE) contribui para a construção de currículos interculturais nas escolas indígenas, especialmente em contextos amazônicos, como no estado de Roraima. A análise fundamenta-se em experiências formativas realizadas no âmbito da ASIE, desenvolvidas nos territórios etnoeducacionais Wai Wai, Ingaricó e Yanomami, envolvendo professores, lideranças e comunidades. Essas experiências articulam-se a documentos normativos, a referenciais teóricos que tratam da interculturalidade e na prática de produções de materiais didáticos elaboradas por professores indígenas participantes das formações, que sustenta a discussões evidenciadas neste artigo. Os resultados evidenciam que a ASIE possui potencial significativo para romper com práticas educativas hegemônicas marcadas por uma lógica escolar colonial e que historicamente foram inviabilizados nas escolas através dos currículos escolares que sempre negou os saberes ancestrais, as línguas, as cosmologias e a territorialidade dos povos originários. Revelam que promover espaços de diálogo, autoria pedagógica indígena e valorização das práticas comunitárias, a ASIE contribui para a ressignificação do currículo escolar, aproximando-o das realidades socioculturais das comunidades indígenas.

ENTRE REFERENCIAIS E TERRITÓRIOS: O CURRÍCULO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DA BAHIA

Mariane Nascimento dos Santos
UFS
marianeshistoria@outlook.com

A educação escolar indígena constitui uma conquista histórica, resultado das lutas e reivindicações das lideranças indígenas e do Movimento Indígena, que compreendem a educação como instrumento fundamental no enfrentamento ao silenciamento, ao apagamento e às diversas formas de opressão. Esta comunicação tem por objetivo analisar as propostas curriculares de História presentes nos documentos que orientam a educação formal e aqueles especificamente destinados à Educação Escolar Indígena no estado da Bahia. Serão examinados a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), o Documento Curricular Referencial da Bahia – Modalidades (DCRB Modalidades) e o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Destaca-se, ainda, o contexto de elaboração dos documentos curriculares da Bahia voltados às escolas indígenas, observando seus espaços-tempos de produção, formas de organização e a participação dos sujeitos envolvidos nesses processos. Compreender o currículo como construção histórica, não linear e não acabada, é condição essencial para promover novos diálogos entre os referenciais, visando a formulação de propostas que favoreçam intercâmbios e coerência entre políticas educacionais. Alguns princípios orientadores para a Educação Escolar Indígena, expressos inclusive na Constituição Federal de 1988, afirmam que as políticas pedagógicas devem assegurar uma educação específica, diferenciada, bilíngue e intercultural, garantindo a preservação da cultura, da tradição e da história dos povos originários. O diálogo estabelecido nesta investigação busca, portanto, observar como tais princípios se articulam aos conceitos fundamentais discutidos no Ensino de História por pesquisadores da área. Por fim, a análise pretende contribuir para o debate sobre políticas curriculares ao evidenciar aproximações, tensões e lacunas entre os referenciais gerais e aqueles voltados à Educação Escolar Indígena. Busca-se demonstrar que a construção de currículos de História comprometidos com a interculturalidade depende do fortalecimento da participação indígena e do reconhecimento das especificidades socioculturais de cada povo, reafirmando o currículo como espaço vivo de disputa e criação.

AGROECOLOGIA, EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E OS ODS 18 A 20.

Ralane Gomes da Silva
Universidade Estadual de Roraima (UERR)
gomesralane030@gmail.com

Wagner Feitosa Avelino
Universidade Estadual de São Paulo (UNESP)

O presente trabalho articula e reflete possibilidades para pensar na práxis pedagógica em escolas específicas, interculturais e indígenas, integrada a agroecologia e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 18, 19 e 20. Entende-se que, a agroecologia abarca múltiplas dimensões de se relacionar com a terra e com o meio ambiente, considerando escolhas sociometabólicas de comunidades numa perspectiva ampla. Ademais, a agroecologia configura: a) conjunto de técnicas de manejo com vista a produção; b) ciência lastreada em quebra de paradigmas e respeito às cosmovisões dos povos e das comunidades; e c) como prática de vida, modo de ser e existir e a tributo do movimento e luta coletiva dos povos. Os ODS de 18 a 20, corresponde a uma contribuição nascida de iniciativas brasileiras ligadas ao governo federal e as Universidades Estadual Paulista (UNESP) e a de Brasília (UNB), aos Objetivos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), para Agenda 2030. E, eles procuram incorporar anseios por reposições históricas, implementando conquistas constitucionais, em busca de justiça territorial, etnicorracial, cultural e socioambiental. Os teóricos da educação intercultural são unânimes em ressaltar o valor fundamental do território e das práticas culturais - oralidade e ancestralidade, como incontornáveis e intrínsecos nos fazeres e saberes da docência e das práticas de professores indígenas. Nesse sentido, a agroecologia e os ODS de 18 a 20, configuram elementos oportunos para pensar, elaborar e praticar nos currículos interculturais indígenas. Considera-se as categorias de território e interculturalidade, como fundamentais para coesão em tela. Portanto, como resultado, espera-se fazer justiça aos modos específicos de produzir e utilizar conhecimento e conceitos, dos povos indígenas. Contribuir para que esses princípios estejam nas práticas docentes nas escolas desses povos. E, por fim colaborar e reafirmar a existência das distintas formas sociometabólicas dos povos originários, como fator anti-hegemonico das atividades que impactam o clima e o meio ambiente, na busca planetária da sustentabilidade.

NARRATIVAS E MEMORIAIS DOS SABERES FAZERES DOCENTES COMO METODOLOGIA NO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA INTERCULTURAL DO PARFOR EQUIDADE/INSTITUTO INSIKIRAN/UFRR

Catarina Janira Padilha
Parfor Equidade/Insituto Insikiran/UFRR
catarinajanira@gmail.com

Apresento as narrativas dos saberes-fazer docentes pautadas aos estudos nos/dos/com cotidianos, o debate sobre as políticas/práticas dos processos formativos docentes indígenas da rede de educação escolar indígena de Roraima, que estão em processo formativo na Licenciatura em Educação Especial Intercultural Inclusiva como elemento basilar de pesquisa desta natureza. O relato traz como problematização “Quais contribuições das narrativas e memoriais dos saberes-fazer docentes como metodologia dos estudos nos/dos/com os cotidianos no curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva Intercultural do Parfor Equidade do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da UFRR?”. Tem como objetivo: Verificar como as memórias e narrativas tecem redes de conhecimentos para a compreensão de singularidades da realidade pesquisada, pelas perspectivas pessoal/social do narrador, como na perspectiva intercultural na formação de professores. Os fundamentos epistemológicos tem como aporte a pesquisa qualitativa (BODGAN & BIKLEN, 1994, p.49) por potencializar estratégias que possibilitem novas práticas didáticas no processo formativo docente através dos fundamentos metodológicos dos estudos nos/dos/cotidianos (OLIVEIRA, 2008) a partir das contribuições de Clandinin e Connelly (2015) com as histórias de vida de professores/as e das narrativas e conhecimento de “Si” constituídos ao longo da trajetória da formação docente (SOUZA, 2006; PASSEGGI, VICENTINI & SOUZA, 2013) presentes nas perspectivas epistêmico-metodológicas da pesquisa (auto)biográfica (BRAGANÇA; ABRAHÃO & FERREIRA, 2016). Os contextos narrados apontam ao docente a buscar novos artefatos que auxiliem a tecer novas tramas, entrelaçando experiências do nos/dos/com os cotidianos. As rodas de conversa realizadas com os discentes/docentes da Licenciatura em Educação Especial Intercultural Inclusiva do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena pauta o debate sobre: saberes tradicionais, inclusão, diferença e diversidade no contexto da interculturalidade pontuando os aspectos de interações e brincadeiras envolvendo o respeito dos modos de agir, sentir, pensar entre as crianças, diferenças físicas, linguísticas, culturais, sociais, a partir das próprias características entre os professores participantes. Quanto ao memorial formativo do Tema Contextual Estágio Supervisionado a disciplina, teve como base a história da escolarização, as transformações vividas nas escolas das comunidades indígenas, e reflexões sobre o percurso formativo profissional vivido até o período.

O ENSINO MÉDIO NA COMUNIDADE INDÍGENA PATAXÓ COROA VERMELHA: PERSPECTIVAS CONTRACOLONIAIS E EPISTEMOLÓGICAS NA AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE E DA MEMÓRIA NO COLÉGIO ESTADUAL INDÍGENA COROA VERMELHA

Verônica Silva Santos –Pataxó
Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB

Ana Cristina Santos Peixoto
anacrisletras@gmail.com

Este trabalho apresenta parte dos resultados da pesquisa de mestrado sobre o Ensino Médio no Colégio Estadual Indígena Coroa Vermelha, analisado sob uma perspectiva contracolonial que busca deslocar a centralidade das matrizes ocidentais de conhecimento e reafirmar as epistemologias próprias do povo Pataxó. A investigação examina como a escola indígena, situada na Terra Indígena Pataxó Coroa Vermelha, mobiliza saberes ancestrais, territorialidade e narrativas comunitárias para reconstruir a memória e fortalecer a identidade, tensionando os limites impostos por políticas educacionais ainda marcadas por lógicas coloniais. Por meio de observações, análise documental e diálogos com docentes, estudantes e lideranças, identificou-se que as práticas educativas desenvolvidas no CEICV constituem estratégias de reexistência, capazes de produzir deslocamentos epistemológicos e afirmar modos de ser, aprender e narrar que escapam das estruturas normativas do currículo hegemônico. Os resultados revelam que, embora persistam desafios históricos e estruturais, a escola se consolida como espaço de criação de caminhos formativos que articulam conhecimentos tradicionais, projetos de futuro e resistência política. Conclui-se que fortalecer abordagens contracoloniais na educação escolar indígena é fundamental para ampliar a autonomia comunitária, sustentar processos identitários e valorizar práticas pedagógicas alinhadas às cosmologias e territorialidades Pataxó

A OPY E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO OESTE DO PARANÁ

Sara Concepción Chena Centurión
Universidade Estadual de Maringá
sarachena@gmail.com

Um dos acontecimentos, dentre vários, que marcou a sociedade Guarani, neste caso, do Oeste do Paraná, foi a construção da Hidrelétrica Itaipu Binacional (BR/PY) a partir de 1970, que trouxe consequências irreparáveis para a referida sociedade. Em 1982 a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) adentra a terras indígenas. Esta entidade, na época, obedecia e defendia as premissas do governo que era militar, e era sua responsabilidade desenvolver a educação formal nas aldeias, assim como, os profissionais que nela trabalhavam. O advento da professora não indígenas que proibira o uso da língua Guarani, somado a outras medidas desfavoráveis para comunidade Guarani, como remoções forçadas, alagamento de territórios, saúde precária, invisibilização, negação dos direitos indígenas, dentre outros; fizeram que os Guarani do Oeste do Paraná, mais especificamente, os habitantes da Aldeia Oco'y, se organizassem e iniciassem, com ajuda do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a formação de lideranças e professores que pudessem ajudar a consolidar ainda mais os processos educacionais próprios, haja vista que a intenção clara do governo era a homogeneização cultural com o consequente apagamento das identidades, culturas, costumes e essência indígena. Inicia-se assim o percurso construído para a concretização da educação escolar Guarani. A pergunta norteadora desta pesquisa, em andamento, é: De que maneira os Avá- Guarani do Oeste do Paraná elaboram táticas de resistências para o fortalecimento do seu teko? O objetivo é rastrear as táticas utilizadas para o fortalecimento do teko Guarani e a educação escolar Guarani. Apresento alguns deles: Alcântara [e outros] (2019); Brand de Carvalho (2003); Brandão (1991); Brighenti (2020); Borges (2016); Carneiro da Cunha e Cesarino (2014); CIMI (1988a, 1988b, 1991, 1992); Faustino (2019); Minatel (1996); Quijano (2019). Uma das respostas obtidas é que surge a necessidade basilar de levar a Opy (casa de reza) para dentro da escola como ferramenta e norte da identidade e o Teko Guarani.

PARFOR EQUIDADE: POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E GARANTIA DE DIREITOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS

Simone Rodrigues Batista Mendes
Universidade Federal de Roraima – UFRR
simonebatista810@gmail.com

O artigo tem como objetivo refletir sobre o Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR-Equidade) enquanto política pública dirigida à democratização do acesso ao ensino superior, à valorização dos saberes tradicionais e ao fortalecimento das relações escola/universidade no contexto da educação escolar indígena. No âmbito institucional da Universidade Federal de Roraima (UFRR), a consolidação do programa configura-se como um esforço institucional para promover a equidade na formação de professores indígenas e contribuir para a expansão e interiorização do ensino superior em regiões geograficamente distantes do estado. Implementado em 2024, o Parfor Equidade iniciou as turmas do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena, atendendo a uma antiga reivindicação dos povos originários da região, funciona em três municípios-polo: Pacaraima, Normandia e Uiramutã, atendendo estudantes dos povos Macuxi, Taurepang, Yanomami, Wapichana, Patamona, Warao e Ingaricó, provenientes de 57 comunidades, muitas delas de difícil acesso. Integra o programa o curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva Intercultural, o primeiro com enfoque específico para a formação de professores indígenas na UFRR, com estudantes vários municípios e etnias. Pesquisa qualitativa, descritivo-analítica, estudo documental e análise de experiências formativas no contexto do PARFOR-Equidade(UFRR), com interesse em compreender os significados do processo de formação docente indígena, bem como perceber os impactos do programa no contexto da garantia de direitos dos povos indígenas Conclui-se que o PARFOR-Equidade constitui uma política essencial para democratizar o acesso ao ensino superior(formação in loco), promover inclusão, valorizar saberes tradicionais e fortalecer o vínculo entre escola e universidade e a consolidação da educação escolar indígena no estado de Roraima.

A PRÁTICA DA LEITURA E A FORMAÇÃO DE LEITORES EM ESCOLA INDÍGENA: UM ESTUDO DE CASO NA TURMA DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA KOKAMA EM BENJAMIN CONSTANT-AM.

Jozenildo Aiambo dos Santos
jozenildo.bc2015@gmail.com

Oderlene Bindá Bráulio
oderlenebinda@ufam.edu.br

Este artigo versa sobre ensino e a prática de leitura tendo como objetivo analisar a aprendizagem e o processo de ensino para a formação do leitor em turma do 5º ano do Ensino Fundamental na escola indígena Kokama em Benjamin Constant-AM, evidenciando os fatores que favorecem as dificuldades de leitura dos alunos. A escolha desta temática se deu pela necessidade de conhecer o ensino da leitura numa escola indígena kokama considerando a origem do pesquisador e suas próprias dificuldades, sendo que havia uma noção da existência de dificuldades na leitura e escrita, necessitando de desenvolvimento do hábito de ler. Os teóricos que subsidiaram essa pesquisa foram: Cagliari (2008), Brasil (1998), Freire (2006), Massini-Cagliari (1999), Brandão (2002), Carvalho (2002), Ferreira (2021), Salles (2014), Gomes (2012), Urquiza; Nascimento (2010), dentre outros que contribuíram com a pesquisa. O estudo se configurou como uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa e enfoque fenomenológico onde os dados foram coletados a partir da aplicação das técnicas de observação participante, questionário com perguntas abertas e fechadas e um teste de avaliação do nível de aprendizagem da leitura. Os resultados apontam que há necessidade de aperfeiçoar as estratégias de leitura em língua portuguesa e a leitura precisa ser priorizada como atividade curricular a ser desenvolvida em todas as disciplinas, devendo se intensificar a leitura na Língua kokama que está em processo de revificação na comunidade e na escola. A escola precisa compreender que a leitura é uma atividade que eleva a aprendizagem e ajuda a superar muitos entraves do processo educacional, sobretudo, em educação escolar indígena, que a leitura deve se processar na língua portuguesa e na língua materna.

ETNOMATEMÁTICA

Rosane Gonçalves Cruz - Piratapuya
oholipahko.cruz@gmail.com

Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica sobre o ensino de Matemática por professoras indígenas de Iauaretê (Terra Indígena Alto Rio Negro/AM) e a articulação de saberes da tradição ao currículo. O objetivo é mapear contribuições recentes da literatura que apoiem o planejamento pedagógico, descrevendo práticas, materiais e modos de organização da aula. O levantamento cobriu 2015–2025 nas bases SciELO, Portal de Periódicos CAPES e Google Scholar, com descritores “etnomatemática”, “educação escolar indígena”, “práticas docentes”, “materiais didáticos” e “planejamento”. Critérios de inclusão: aderência ao tema, recorte em contextos indígenas no Brasil e texto completo disponível; duplicidades e estudos fora do escopo foram excluídos. A análise ocorreu em duas rodadas de leitura,

codificação temática e descrição compreensiva dos achados, organizada por eixos. Espera-se identificar frentes como saberes do território, uso de recursos artesanais e organização do tempo de aprendizagem, produzir orientações para sequências didáticas conectadas ao cotidiano indígena, apontar lacunas de pesquisa e reunir recomendações para formação docente e trabalho colaborativo entre professoras, lideranças e escolas.

CURRÍCULO INTERCULTURAL E INCLUSIVO: A ETNOMATEMÁTICA E A ACESSIBILIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS

Denis Viana de Souza
SEED-RR/SMEC-PMBV
dvpimentinha@hotmail.com

A inserção da Etnomatemática no currículo da Licenciatura em Educação Especial Inclusiva e Intercultural (LEEI) constitui um campo fértil para compreender como os saberes matemáticos tradicionais das comunidades indígenas dialogam com o conhecimento acadêmico e com as práticas inclusivas da educação especial. Esta perspectiva de investigação busca evidenciar como tais conhecimentos, produzidos historicamente no cotidiano das comunidades, podem ser reconhecidos, legitimados e incorporados ao processo formativo, contribuindo para uma educação verdadeiramente contextualizada, emancipadora e coerente com os modos de vida dos povos indígenas. Como professor indígena atuante na formação de docentes da LEEI, tenho vivenciado diretamente a potência dessa abordagem. O contato com os licenciandos revela que os modos tradicionais de resolver problemas matemáticos, expressos em práticas como o ajuri na roça, as técnicas de pesca, as medições e padrões presentes na arquitetura comunitária, o trançado, o artesanato e o grafismo, constituem verdadeiros sistemas de pensamento matemático. Esses saberes, ao serem trabalhados no currículo, não apenas fortalecem a identidade cultural dos futuros professores, mas também ampliam seu repertório pedagógico para atuar de forma crítica e significativa em suas comunidades. Essa articulação torna-se ainda mais relevante quando se considera que muitos desses professores atuam diretamente com estudantes da educação especial. Ao adaptar princípios da Etnomatemática como recursos de acessibilidade, os docentes transformam tais saberes em ferramentas inclusivas que possibilitam novas formas de aprender e ensinar. Assim, o conhecimento matemático tradicional torna-se mediador de processos cognitivos, culturais e simbólicos, promovendo experiências educativas mais acessíveis, sensíveis e dialógicas. Nas práticas formativas da LEEI, temas como contagem, medições, padrões geométricos, arranjos espaciais e simetrias são explorados em profundidade, conectando a matemática escolar às vivências concretas dos estudantes indígenas. A análise da lógica presente nas atividades cotidianas, como a organização do espaço comunitário, a divisão de tarefas no ajuri ou a construção de objetos tradicionais, reforça que a matemática emerge, sobretudo, da experiência e da cultura. A vivência como formador tem demonstrado que a Etnomatemática transcende o papel de conteúdo curricular. Ela se constitui como princípio orientador de uma educação intercultural e inclusiva, capaz de ressignificar a própria percepção da matemática: de disciplina abstrata e distante, passa a ser vista como linguagem viva, culturalmente situada e acessível. Ao integrar-se ao currículo da LEEI, a Etnomatemática promove o diálogo entre culturas, fortalece identidades e contribui para a emancipação dos sujeitos no contexto da educação especial indígena, reafirmando que todo conhecimento é produzido socialmente e carrega consigo a marca do território e da coletividade.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 47 - RESISTÊNCIAS INDÍGENAS NO BRASIL COLONIAL

Coordenação:

Ane Luise Silva Mecenaz Santos (UFRN)
Irene Vicente-Martín (Universidad de Salamanca)
Pablo A. Iglesias Magalhães (UFOB)

Resumo do Simpósio Temático: O simpósio temático tem como objetivo reunir trabalhos que buscam analisar as estratégias e as ações dos povos originários frente a defesa dos territórios, práticas culturais, tramas linguísticas, direito e autonomia diante dos projetos coloniais e as dinâmicas de trabalho. Dessa forma, lança-se o olhar sobre o processo colonial com lentes que nos permitam ampliar a compreensão do protagonismo indígena frente às dinâmicas de conquista. Pretende-se que esse espaço de debate seja composto por trabalhos que busquem analisar as constantes trajetórias dos povos originários, sob os pressupostos da Nova História Indígena, enfatizando as estratégias de resistência, as redes negociação e resignificação dos mundos ao longo dos séculos. Nos últimos trinta anos é possível acompanhar uma multiplicidade de estudos que tentam analisar sob novas premissas narrativas cristalizadas pela historiografia tradicional, tensionando e problematizando o papel dos povos indígenas no processo de colonização. Essas pesquisas se encontram pautadas em pressupostos teóricos decoloniais, novas abordagens metodológicas e distintos corpus documentais. Diante do exposto, buscamos discutir o papel ativo das sociedades indígenas no Brasil colonial, evidenciando suas práticas ativas, práticas de resistência e suas formas de negociação e adaptação dentro do sistema colonial.

RESISTÊNCIA INDÍGENA NO SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO

Ricardo Dantas Borges Salomão
Universidade Federal Fluminense
ricardodbsalomao@gmail.com

As fontes históricas sobre os indígenas e os aldeamentos missionários na região do submédio e baixo São Francisco são bastante escassas, o que torna difícil o trabalho de retratar com certa profundidade a realidade vivida e a cultura dos povos indígenas dessa região. No entanto, através do pouco material disponível, podemos constatar que a história dos povos indígenas dessa região é marcada por movimentos de resistência ao projeto colonizador de “assimilação” e de apagamento de suas identidades, e que esses movimentos de resistência se realizam num contexto de constantes fluxos culturais, mobilidades espaciais e vivências de processos de reterritorialização. Dessa forma, o presente trabalho, ao invés de apresentar uma etnohistória dos povos indígenas do submédio São Francisco Tuxá tendo como foco uma etnologia das perdas, ou um processo de “aculturação” e “assimilação” indígena, procura demonstrar que os movimentos de resistência dos povos indígenas dessa região acontecem e incluem fluxos culturais e diversos processos de reterritorialização, e que as transformações socioculturais ocorridas não significam, exclusivamente, impactos negativos na cultura indígena, mas estratégias e mobilizações de resistência e perpetuação de sua história e identidades. Além da pesquisa de documentos históricos, o texto se baseia também nas entrevistas realizadas em trabalho de campo, durante o curso de mestrado e doutorado em antropologia na UFF/PPGA, entre os anos de 2006 a 2010, para elaborar uma etnohistória contemplando as dinâmicas de resistência indígena na região do submédio São Francisco, compreendendo desde dos primeiros contatos dos índios chamados “Rodeleiros”, ao surgimento da Missão de São João Batista de Rodelas e às denúncias realizadas pelos indígenas “Tuchá” da usurpação de suas terras pelos não-indígenas em meados do século XIX. Etnohistória/Povos Indígenas/Resistência Indígena/ Povo Tuxá/Fluxo Cultural/Reterritorialização.

ICONOGRAFIA E RESISTÊNCIA INDÍGENA NO BRASIL (SÉCULOS XVI-XIX)

Lais Glória Correia Nascimento
Universidade Federal de Sergipe
laisgloriacorreia@gmail.com

As representações visuais dos povos indígenas brasileiros, desde o século XVI, constituem um campo privilegiado para problematizar os modos como a colonização produziu imagens, discursos e estereótipos sobre as populações originárias. Entre as primeiras iconografias a circular na Europa destacam-se as gravuras de Hans Staden, cujas descrições e ilustrações — ainda que baseadas em observações diretas — combinaram elementos etnográficos com

interpretações moralizantes, contribuindo para moldar, por séculos, percepções externas sobre os povos Tupi. No contexto das invasões neerlandesas, no século XVII, a atuação de Albert Eckhout acrescentou novas camadas a esse imaginário colonial: seus retratos etnográficos de indígenas Tupi e Tapuia, produzidos à convite de Johan Maurits van Nassau, articulam interesses científicos, políticos e simbólicos da ocupação holandesa, ao mesmo tempo em que registram aspectos da cultura indígena filtrados por um olhar europeu. Avançando para o século XIX, a presença dos gravuristas Frédéric Albert Gabriel Secretan e Charles Francis Leulie em Salvador resultou, em 1837, na produção de uma gravura que representa o Padre Antônio Vieira ladeado por dois homens de fenótipo indígena. A composição evoca relações coloniais mediadas pela oratória e pela catequese, mas também sugere tensões simbólicas entre autoridade missionária, agência indígena e processos de negociação cultural. A proposta deste estudo é apresentar uma análise iconológica dessa gravura oitocentista, articulando-a a uma crítica comparativa com tradições visuais anteriores (Staden e Eckhout), de modo a evidenciar como diferentes regimes de representação contribuíram para construir, disputar e estereotipar as imagens dos povos originários. Sob os pressupostos da Nova História Indígena, busca-se refletir não apenas sobre o olhar colonial presente nessas obras, mas também sobre as formas de resistência, mediação e resignificação que emergem quando confrontamos tais iconografias com a agência histórica dos povos indígenas no Brasil colonial.

AS REVOLTAS INDÍGENAS NO SITE IMPRESSÕES REBELDES: BASE DE DADOS E USO COMO INSTRUMENTO DE PESQUISA E EM SALA DE AULA

João Henrique Ferreira de Castro
Colégio Pedro II – Rio de Janeiro
jhfcastro@gmail.com

Coordenada pelo professor Luciano Raposo de Almeida Figueiredo (UFF), a plataforma colaborativa Impressões Rebeldes é um projeto coletivo que envolve a atuação de dezenas de historiadores no intuito de catalogar e produzir informações acerca das revoltas que marcam a história brasileira, especialmente as ocorridas no contexto do Brasil Colonial e do Brasil Império. A presente comunicação almeja abordar o espaço e o tratamento dado às rebeliões indígenas no site do projeto, bem como analisar instrumentos disponíveis para o uso da plataforma como o seu catálogo de rebeliões, a consulta ao seu banco de dados e as informações tipológicas presentes na página virtual do Impressões Rebeldes (<https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes>) e acessíveis aos interessados. A partir desta exposição, serão apresentadas também estratégias de pesquisa e também pedagógicas que utilizam o referido material como suporte, uma vez que a plataforma não se limita apenas a ser um índice de rebeliões, mas também um acervo rico em documentos, referências bibliográficas e informações sobre cada evento listado na plataforma, sendo oitenta e sete o conjunto de rebeliões indígenas registrado. Contendo informações como época em que ocorreu, localidade, sujeitos envolvidos, ilustrações e outras informações, o Impressões Rebeldes compõe assim um rico instrumento de trabalho para pesquisadores e docentes interessados na história de rebeliões no Brasil e nesta comunicação será possível perceber tais potencialidades no estudo e na pesquisa sobre as revoltas e agência indígena, especialmente nos contextos da colonização e dos primeiros anos do império brasileiro.

SESMARIAS E ALDEAMENTOS INDÍGENAS NO RIO CURIMATAÚ (1659-1721)

Francisco Iraján Bezerril
UFPE/CNPq
franciscoirajanbezerril@gmail.com

O trabalho tem o objetivo de investigar as doações de sesmarias realizadas a populações indígenas que lutaram nos conflitos das Guerras dos Sertões na região do Rio Curimataú, localizada entre as capitanias da Paraíba e do Rio Grande. O estudo de cartas de sesmarias doadas a indígenas entre os anos de 1659 e 1721 possibilitou analisar o processo de reorganização espacial de aldeias indígenas em torno do Rio Curimataú por meio das doações de mercês régias e da criação de aldeamentos. Alguns grupos indígenas considerados, “tapuia”, como os Xucuru, receberam sesmaria no Curimataú por seus serviços prestados na guerra contra populações de Canindé. Posteriormente, esses grupos foram registrados convivendo em um mesmo aldeamento administrado por religiosos do Carmo da Paraíba entre os rios Mamanguape e Curimataú. Em ambos os lados dos conflitos do século XVII, os indígenas demonstraram sua habilidade na luta e na maneira de negociar posições mais favoráveis para seus grupos junto aos portugueses e a outros povos indígenas. O posicionamento de resistência assumido por esses sujeitos influenciou a maneira como os portugueses enxergavam o interior, condicionando o processo de concessão de terras e de criação de aldeamentos do litoral ao sertão do Curimataú.

LEVANTES INDÍGENAS: GUERRAS COLONIAIS, GUERRAS INDÍGENAS, ACORDOS DE PAZ E ALTERIDADES EM JOGO NOS SERTÕES DAS CAPITANIAS DO NORTE (ESTADO DO BRASIL, 1680-1720)

Livia Brenda da Silva Barbosa
PPGH-UFF
liviabarbosalbsb@gmail.com

Os levantes indígenas foram uma constante nas Capitanias do Norte entre os séculos XVII e XVIII. A expansão da fronteira colonial para o interior do continente foi atravessada pelos episódios de embate caracterizados pela guerra ofensiva. Esta era considerada dentro do direito de guerra, e dos textos teológicos que tratavam da guerra justa, uma guerra de ataque. A estratégia permitida aos colonos em casos de resistência à conversão e de ameaça à conquista era própria da guerra justa. Em contexto de expansão das fronteiras, foi legitimada como necessidade para combater os denominados “bárbaros”. Por outro lado, o uso da violência, e do que podemos chamar de uma guerra ofensiva na própria lógica colonial, era vista como menos “civilizada” quando partia de indígenas em resistência. Algumas das estratégias de ação coletiva organizada pelos indígenas eram os ataques surpresas, a vantagem dos saberes em relação aos seus próprios territórios e até mesmo o uso de armas de fogo. Ainda que existissem os conflitos, alguns períodos de estabilidade temporária foram salvaguardados por acordos de paz. Neste sentido, este trabalho pretende analisar estes episódios de levantes com foco no léxico utilizado na documentação colonial para caracterizar as nações indígenas em seus aspectos sociais e de organização coletiva para guerra. Logo, pretende-se destrinchar o que é compreendido na historiografia como “guerra indígena” e quais os indícios documentais que apontam para a composição sociocultural das diferentes “nações” que se insurgiram na chamada “Guerra dos bárbaros”. Para isto, são utilizadas as comunicações entre autoridades administrativas e membros dos corpos militares envolvidos na Guerra, especialmente do Terço dos Paulistas, e os acordos de paz estabelecidos no recorte temporal da pesquisa. Além disso, estas fontes descrevem os levantes indígenas e o descumprimento de acordos de paz por parte de autoridades militares da Coroa, ataques respondidos veementemente pelos indígenas, pontos abordados neste trabalho. Deste modo, pretende-se analisar as insurgências de nações indígenas na guerra especialmente nas ribeiras das capitanias do Siará e do Rio Grande.

REFLEXÕES EM TORNO DE UM NOME: SÃO MIGUEL DA BAÍA DA TRAIÇÃO. UM ESTIGMA OU UM SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA?

Thereza Baumann
Museu Nacional – UFRJ
therezabaumannz@gmail.com

Quando estive na Baía da Traição (Paraíba) em julho de 2025, em conversa com uma liderança indígena Potiguara foi mencionado o desconforto com o nome – Baía da Traição – por este aludir de forma pejorativa à localização geográfica dos Potiguara, estigmatizando sua história. Uma possibilidade lógica seria restabelecer o nome original, Akajutibiró. Observei, na ocasião, que o nome Baía da Traição inevitavelmente evocava também um símbolo da resistência e luta dos Potiguara ao longo dos séculos, como demonstrado em meu relatório (o Relatório Baumann) apresentado à FUNAI no período em que lá trabalhei (1980 a 1984). Ponderamos, então, que a questão suscita certamente um amplo debate sob uma perspectiva histórica da resistência dos Potiguara. O sentimento de rejeição ao nome cunhado por europeus invasores (espanhóis ou portugueses nos primeiros anos após o descobrimento) é compartilhado por muitos como reação espontânea pela natural repulsa à associação com a ideia de traição. O título, criado como um opróbrio, todavia assinalava nos documentos a luta incansável desenvolvida pelos Potiguara desde o século XVI. Como consta, por exemplo, do Summario das Armadas que se fizeram,,, a Baía da Traição era o local de refúgio dos indígenas: “como era sabido ali não lhe ousavam os inimigos...”. Assim, a luta que motivou toponimicamente, nos primórdios das tentativas de invasões e espoliações desse território indígena, ainda no séc. XVI, o batismo geográfico pelos invasores do local em que foram emboscados, acaba por revelar a desfaçatez com que todo o ordenamento moral e jurídico do estado brasileiro, herdeiro fiduciário de sua origem colonial, exerceu suas estratégias de expropriação, desde a invasão do Brasil até o desfecho do processo de afirmação dos direitos Potiguara em meados dos anos 1980. E, por extensão, considerando a atualidade do debate político em torno do Marco Temporal, que questiona o inquestionável (o imemorial direito das inúmeras tribos indígenas brasileiras às suas próprias terras), pode-se inferir que esse nome – Traição – gravado na história Potiguara desde a cartografia mais antiga, ao tentar conspurcar a memória dos Potiguara põe a nu, metonimicamente, toda a farsa histórica de séculos da usurpação dos territórios indígenas no Brasil até os dias de hoje. Pretendemos, aqui, analisar parte desse processo histórico enfatizando, sobretudo, a documentação do período colonial, observando, por essa imagem invertida de

espelho com que a palavra traição opõe invasores e nativos, como o topônimo Baía da Traição, designado para estigmatizar esse local e o povo Potiguara, se afirma como símbolo de luta e resistência.

RESISTÊNCIAS E RESSIGNIFICAÇÕES INDÍGENAS NA ESCRITA JESUÍTICA DE FERNÃO CARDIM NA AMÉRICA PORTUGUESA (1583 - 1621)

Jhonata Willyan de Figueiredo Santos
UFRN
jhonatasantos101@gmail.com

O presente trabalho investiga as narrativas de Fernão Cardim, visitador jesuíta no Brasil entre 1583 e 1621, não apenas como fontes de estereótipos coloniais, mas como material para o resgate da agência dos povos originários. Reconhecendo que a escrita jesuítica, enquanto instrumento de domínio cultural, construiu a imagem do indígena como objeto da missão e um ser desprovido de uma identidade plena, esta pesquisa adota uma perspectiva crítica para ir além do discurso hegemônico da Companhia de Jesus. O foco central é evidenciar que a população nativa não foi vítima passiva do processo colonial, resistindo ativamente, mas sim agente ativo de sua história, manifestando resistências, negociações estratégicas e adaptações culturais sutis que se encontram veladas nas entrelinhas da fonte: Tratados da Terra e Gente do Brasil e da Narrativa Epistolar. A metodologia empregada, profundamente amparada pela História Cultural de Roger Chartier e pela crítica decolonial, baseia-se na leitura crítica para comparar o discurso oficial de Cardim com os vestígios das práticas indígenas. Busca-se, assim, identificar os indícios da manutenção de suas tradições, a resignificação imposta a conceitos nativos e a persistência de suas lógicas sociais e rituais frente à violenta imposição europeia. A análise crítica visa desnaturalizar e desestabilizar noções coloniais como "sertão selvagem" e "indígena inconstante", demonstrando que tais categorias são construções ideológicas e geográficas criadas para justificar a expansão territorial, o controle social e o domínio religioso. A investigação aprofundada das fontes permite, por fim, oferecer uma contribuição significativa à historiografia colonial ao reverter a lógica da alteridade. Deste modo, transformamos o chamado "silêncio dos índios" em um eloquente indício de sua atuação, fornecendo subsídios críticos e metodológicos robustos para o debate contemporâneo sobre a memória colonial, a persistência de estigmas sociais e a urgência de uma história mais que busque problematizar cada vez mais as fontes e as narrativas que foram construídas acerca dos indígenas.

A DINAMIZAÇÃO DAS FRONTEIRAS INTERNAS DA CAPITANIA DA BAHIA: SESMARIAS E ALDEAMENTOS COMO MARCOS FRONTEIRIÇOS (1650-1689)

Hiquel Moreira Dias
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
hiquel_dias@hotmail.com

Esta pesquisa examina os movimentos de resistência indígena frente à dinamização das fronteiras internas da capitania da Bahia entre 1650 e 1689. Nesse período ocorre uma efervescência da relação sociedade-espço, marcada pela fricção de diferentes territorialidades entre colonos e povos indígenas nos sertões da capitania, deflagrando, inclusive, em diversos conflitos armados. Simultaneamente, estabelecem-se contatos, embates, interações e resistências, em um contexto no qual o próprio Governo-Geral direcionava esforços para assentar marcos fronteiriços frente aos territórios nativos, ao passo que estes, estrategicamente, adequavam suas táticas tensionando espaços de autonomia e atuando diante das condições assimétricas que se impunham. Duas instituições foram centrais para marcar as agências de povos indígenas nesse contexto: a sesmaria e a política de aldeamento. A distribuição de sesmarias concedidas nos sertões da capitania da Bahia registra uma ampliação nas décadas de 1650-1680 e, em grande proporção, elas eram justificadas pela necessidade de fazer fronteira aos ditos "gentios" que ali habitavam, demonstrando a resistência indígena no processo de ocupação colonial. Também na década de 1650, findada a guerra contra os holandeses, há uma reativação da presença dos colonos nos sertões com o objetivo de empreender descimentos e a ocupação do espaço para atividades econômicas. Os missionários da Companhia de Jesus em contato com diversas nações indígenas, conseguiram descer aldeias de Payayás, Cariris-Sapoyás, Boimés, Caimbés e Mongurus, ainda que, ressalte-se, com alguns fracassos. Deslocados para a área limítrofe da colonização, os aldeamentos constituíram uma barreira defensiva contra os nativos que resistiam de forma armada à tentativa de dominação luso-brasileira, tornando-se elemento fundamental para a interiorização. Nota-se na documentação que os indígenas se aldeavam em busca de melhores possibilidades de sobrevivência e marcaram sua agência no processo de territorialização da capitania, de modo algum devem ser considerados como sujeitos passivos ao processo. Dessa maneira, pretende-se mostrar que, diante das legislações que regulavam as sesmarias e a política de aldeamentos, a prática indígena exerceu sua resistência, ao forjar alianças e adaptar-se, utilizando variadas

estratégias para negociar sua sobrevivência e defender seus interesses dentro das novas e assimétricas condições impostas.

ENTRE VOZES SILENCIADAS E O PODER INQUISITORIAL: A INDÍGENA ANTÔNIA GUIRAGUASSU (1720)

Jakeline Romão Santos
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
jakeline.romao.137@ufrn.edu.br

A presença de práticas consideradas feitiçaria no Brasil colonial esteve profundamente ligada aos saberes populares que emergiram do encontro entre indígenas, africanos e europeus. No cotidiano das comunidades, circulavam benzimentos, curas com ervas, rituais de adivinhação, práticas amorosas e expressões religiosas diversas, muitas vezes percebidas como formas legítimas de cuidado, devoção e interpretação do mundo. Entretanto, a lógica repressiva da Inquisição portuguesa, ainda que ausente de modo permanente no território, atuou através de visitadores e do envio sistemático de denúncias a Lisboa, transformando esses saberes em suspeitas de superstição, magia ou heresia. É nesse contexto que se insere a presente pesquisa, que tem por foco a denúncia dirigida ao Santo Ofício contra a indígena Antônia Guiraguassu, acusada de feitiçaria no sertão da capitania do Ceará, em 1720. O estudo se fundamenta em um documento inquisitorial disponível no acervo digitalizado do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. A análise dessa fonte tem como objetivo compreender como essa mulher foi representada nos discursos e práticas da Inquisição. Dessa forma, o trabalho se inscreve no campo da História Cultural, ao enfatizar os mecanismos simbólicos de controle, vigilância e conflito presentes na relação entre o Santo Ofício e as populações locais. Ao examinar o caso de Antônia Guiraguassu, fica evidente como a Inquisição interpretava e regulava saberes não europeus, marcando-os como ameaça e, ao mesmo tempo, revelando as tensões que atravessavam a vida social nos sertões coloniais.

TERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA INDÍGENA NO PIAUÍ COLONIAL: O PROCESSO DE CONCESSÃO DAS SESMARIAS E OS CONFLITOS PELA TERRA

Rafael Ricarte da Silva
Universidade Federal do Piauí
rafaelricarte@ufpi.edu.br

A concessão de terras, por meio das datas de sesmarias, foi um dos elementos centrais no processo de conquista da capitania do Piauí. Parte das doações foi destinada aos sesmeiros que participaram do combate aos indígenas, recebendo esta mercê pelo apoio na investida aos sertões. O objetivo da pesquisa é analisar a construção de uma nova territorialidade no Piauí por meio da instituição de instâncias de poder de justiça, aldeamentos e regulamentação da posse territorial a partir dos direitos legais e das práticas lusitanas. Desta forma, busca-se esmiuçar as estratégias implementadas pelos agentes coloniais e povos nativos na (des)construção de uma ordem socioespacial no Piauí a partir da lógica da dominação colonial. O corpus documental é formado por manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino, cartas de sesmarias e legislação sesmarial. Metodologicamente, o trabalho com as sesmarias está sendo desenvolvido a partir da análise dos tipos de pedidos, da localização, do tamanho da concessão, das justificativas, dos deveres dos sesmeiros para o recebimento das concessões, da origem social dos requerentes e a menção a postos de distinção. A pesquisa busca compreender a centralidade dos povos indígenas na formação territorial da Capitania do Piauí, demonstrando que esse processo não se restringiu à expansão pecuária ou à ocupação militar. Ao contrário, foi uma experiência complexa, atravessada por relações de poder assimétricas, estratégias de resistência e constantes disputas territoriais. Reafirma-se que a territorialização colonial foi, acima de tudo, um campo de embates, onde a ordem foi sempre tensionada pela desordem, pela resistência e pela pluralidade de sujeitos históricos. Dentre os referenciais deste trabalho, destacamos: MOTTA (1998, 2009 e 2010), SILVA (2016), ALVEAL (2002 e 2007) e BRANDÃO (2012).

OS SERTÕES COLONIAIS E AS REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS NA GUERRA DO ASSU (SÉCULOS XVII E XVIII)

Ananda Priscyla Lopes Gomes
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Campus Caicó/RN
anandagomes59@gmail.com

A historiografia por muito tempo inviabilizou os indígenas de suas narrativas, os colocando num espaço estigmatizante. Essa pesquisa opera como um auxílio historiográfico, fazendo uma nova re(leitura) de autores eruditos e das fontes coloniais, demonstrando a resistência indígena por trás de todo aparato colonial português. O contexto acerca dessa pesquisa está nos sertões da Guerra do Assu, moldado por uma historiografia alinhada ao projeto colonial de construção da História do Brasil, que contribuiu para representações diversas – porém, em sua maioria negativas – dos povos nativos e dos sertões. Nessa perspectiva, nos detemos ao sertão da Guerra do Assu ou (Guerra do Açu), localizado no Rio Grande, mais precisamente na Ribeira do Assu, entre os fins do século XVII e início do século XVIII. Os sertões foram erguidos sob uma ótica europeia e colonizadora, conceituando e alimentando esses espaços sob um olhar de fora desses territórios. Assim, ao pensarmos os sertões, percebemos que o “outro” constrói essa identidade. Dessa forma, perpetua-se a ideia de um território ocupado pelo medo e por pessoas “incivilizadas”, “bárbaras”, “selvagens” e notadamente desprovidas de cultura, por não se adequarem aos moldes impostos pela civilização portuguesa. Para esse trabalho, utilizaremos as fontes documentais coloniais do Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), para compreendermos e analisarmos as representações construídas dos sertões e dos povos nativos que habitam esses espaços não são únicas e inteiramente verdadeiras. Com isso, utilizaremos cartas, alvarás, leis, regimentos e demais documentos coloniais que forneçam um olhar sobre esses sertões e as populações nativas que viviam nesses espaços. A metodologia dessa pesquisa será por meio de uma análise a partir dos textos teóricos sobre sertões e indígenas, e a investigação das fontes manuscritas. É necessário repensar a representação que temos dos indígenas, precisamos colocá-los como protagonistas e falantes de sua história, e auxiliar na luta pelos seus direitos. Com isso, entregamos uma historiografia repensada e revista sob um novo olhar, demonstrando a resistência indígena perante o projeto colonizador português.

TERRITÓRIO E LUGARES DE MEMÓRIAS KAXIXÓ - RESISTÊNCIA E CULTURA MATERIAL NO VALE DO RIO PARÁ, MG, BRASIL

Alenice Baeta

CEDEFES- Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
alenicebaeta@yahoo.com.br

O território indígena Kaxixó situa-se nos municípios de Martinho Campos e Pompéu, no Cerrado do vale do rio Pará, Minas Gerais, na Bacia do rio São Francisco, Brasil. Até o final dos anos noventa do século passado esta comunidade tradicional não era reconhecida oficialmente como indígena, tendo utilizado várias estratégias de resistência, redes de negociação, práticas culturais e enfrentamento ao coronelismo, capangagem e ao agronegócio, que promove a concentração de terra, conflitos, desterritorialização, contaminação por agrotóxicos e expulsão dos trabalhadores do campo. Após a sua autodeclaração, organização e pesquisas desenvolvidas pela equipe do CEDEFES e parceiros, iniciaram-se vários processos de pesquisa e de defesa de seu território, direitos, também por meio de registros de suas memórias, lugares e saberes. Anos depois, os Kaxixó foram reconhecidos como povo indígena com o aval do MPF/MG e ratificação por parte do Brasil da Convenção 169 da OIT, todavia, a resistência deste povo tomou somente novos formatos e desafios. Este artigo pretende apresentar a história em defesa de seu corpo - território e ressignificados de sua cultura material e paisagem cultural ao longo do tempo.

O REGISTRO DAS PRÁTICAS E RESISTÊNCIAS KARIRI DZUBUKUÁ PELA LENTE DO FREI BERNARDO DE NANTES COMO UM MEIO DE RESISTÊNCIA E RESGATE (1681-1688)

Luana Beatriz de Assis Ferreira
PPGHC/UFRN
luanabeatrizhistoria@gmail.com

Os posicionamentos missionários ao longo do período colonial na América portuguesa impactaram fortemente as relações sociais, as perspectivas históricas e os entendimentos acerca dos sujeitos e suas práticas culturais no território. As constantes disputas entre religiosos, fazendeiros e indígenas entre os séculos XVI e XVIII evidenciam os interesses locais, sociais e políticos que esses personagens possuíam, além de dinamizar os funcionamentos dos espaços e dos seus elementos. Dessa forma, o seguinte trabalho irá utilizar a análise do Katecismo Indico da Lingua Kariris (1709) produzido pelo frei capuchinho Bernardo de Nantes a fim de compreender como esse funcionário religioso registrou e percebeu os hábitos culturais originários dos indígenas Kariris dzubukuá da região do médio rio São Francisco. Tal investigação foi feita a partir da leitura integral do documento, além de uma revisão bibliográfica acerca de temáticas pertinentes, como processos de conversão, documentos linguísticos, missões capuchinhas,

práticas culturais indígenas e resistência e, dessa forma, objetiva-se entender como os costumes tradicionais de um povo são perpetuados através da lente do colonizador, mas como essa documentação pode ser utilizada para o restabelecimento e aproximação de elementos culturais ancestrais pelas populações contemporâneas. O estudo da fonte elucidou a presença de itens presentes nos hábitos dos Kariri dos aldeamentos de Pambu, Aracapá e Cavalo e que continuam existentes no cotidiano dos indígenas do tempo presente, como as pinturas corporais com jenipapo e urucu e o culto aos encantados originários Badze, Wanaguidze e Politão. Além disso, o frei Bernardo também relata sobre a prática do canto do Waiwca (descrito pelo missionário como um “canto supersticioso”), porém, até o momento, não foi possível identificar uma reincidência atual desse aspecto nas populações indígenas. Ademais, como o catecismo também é escrito na língua Dzubukuá-Kariri, entendida hoje enquanto uma língua extinta, é observado a utilização desse documento como aparato de estudo e ensino-aprendizado por movimentos acadêmicos e sociais que intentam o resgate da língua, através de pesquisas científicas e planejamento de aulas e alfabetização no idioma. Dessa forma, nota-se que a fonte analisada é um fruto do seu tempo, carregando características do mundo social em que o autor pertencia, com interesses coloniais e católicos, porém é possível utilizá-la como um artifício de trabalho e para compreensão do funcionamento de uma sociedade que está distante temporalmente, mas permanece resistindo aos processos colonizadores.

“ASSALTAVAM AS HABITAÇÕES, DEVASTAVAM AS LAVOURAS E DESTRUÍAM O GADO”: RESISTÊNCIA DO POVO KARIÚ NO CARIRI COLONIAL

Maria Ivanda da Silva
Universidade Federal do Ceará UFC
ivanda_03@hotmail.com

A pesquisa analisa as resistências do povo Kariú no Cariri Cearense durante o século XVIII, destacando seus protagonismos frente às dinâmicas coloniais que promoveram expropriações territoriais, deslocamentos forçados e tentativas de apagamento identitário. Ao problematizar a classificação colonial que os agrupou sob as categorias Tapuia e Kariri, evidencia-se como tais nomenclaturas atuaram como instrumentos de controle e desumanização, ao mesmo tempo em que os Kariú mobilizaram estratégias para preservar modos de vida, territorialidades e práticas culturais. A análise das políticas de aldeamento, do trabalho compulsório e das pressões missionárias revela que, longe da passividade atribuída pela historiografia tradicional, os Kariú elaboraram respostas diversas como fugas, reocupações territoriais, alianças, conflitos armados e manutenção de práticas espirituais apesar das proibições. Episódios como a Guerra dos Bárbaros e outros levantes na capitania são compreendidos como ações de enfrentamento às violências coloniais e às disputas internas provocadas pelo avanço português. O estudo, baseado em cartas de sesmarias, documentação administrativa, mapas coloniais, entre outros documentos, permitem observar tramas de negociação e reinvenção social que desafiaram o monopólio narrativo do colonizador. Conclui-se que as trajetórias Kariú revelam uma resistência contínua, plural e ativa, reafirmando sua presença histórica e contribuindo para compreender os processos atuais de retomada e reexistência identitária do povo Kariú. Eixo temático: ST47 - Resistências indígenas no Brasil colonial.

Coordenação:

Sérgio Pessoa Ferro (UFOB)
Lorena Lima Moura Varão (UFT)
Natasha Karenina de Sousa Rego (UESPI)

Resumo do Simpósio Temático: O Simpósio Temático (ST) pretende acolher pesquisas inter/trans/multidisciplinares que coloquem em debate os estudos decoloniais na articulação com o campo dos direitos humanos. Em diálogo com Aníbal Quijano, Catherine Walsh e Walter Dignolo, Álvaro Gonzaga (2021) explica que o conceito de "descolonização" trata de estudos sobre os acontecimentos históricos de independência das excolônias, enquanto o termo "decolonialidade" envolve trabalhos direcionados à transformação das estruturas sociais, culturais e epistemológicas da modernidade eurocêntrica, questionando seu modo de interpretar o direito e a sociedade. Aventa-se ainda a perspectiva da contracolônização trazida pelo intelectual quilombola Nêgo Bispo. Assim, sob estas óticas, este ST visa construir um espaço de diálogo para a socialização de pesquisas orientadas pelas seguintes linhas de trabalho: a) direitos de povos originários, quilombolas e comunidades tradicionais; b) identidade, territorialidade e cidadania; c) novos processos de territorialização; d) povos em situação de fronteira; e) educação popular, interculturalidade e movimentos sociais; f) cultura, discurso e poder; g) democratização da memória, história e direitos humanos; h) educação antirracista, direitos humanos e democracia; i) colonialidade de gênero e interseccionalidade; j) assessoria jurídica popular e indigenismo; l) acesso à justiça e concretização de direitos; m) povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais em juízo. Estudos qualitativos baseados em pesquisas empíricas como relato de experiência, história oral, (auto)etnografia, estudo de caso, análise de obra artística, pesquisa documental, revisão bibliográfica, entre outras formas de produzir conhecimento, são bem-vindas.

VIOÊNCIA DE GÊNERO E INTERCULTURALIDADE: A ESCUTA ETNOCENTRADA COM MULHERES KAIGANG

Gláucia Valéria Pinheiro de Brida
Universidade Estadual de Maringá
gvpbrida@uem.br

O presente trabalho aborda a construção de ações interculturais em um projeto de extensão universitária voltado à promoção do enfrentamento da violência de gênero na assistência de mulheres advindas de realidades plurais. A violência contra as mulheres constitui uma grave violação de direitos humanos decorrente de desigualdades de poder baseada no gênero e atravessadas por desigualdades sociais e econômicas. A elevada incidência de mulheres negras entre as vítimas de feminicídio no Brasil - que, na ocasião da morte, majoritariamente não estavam protegidas por medidas previstas na legislação - evidencia a persistência de violações estruturais marcadas por desigualdades interseccionais entre gênero, classe, etnia, território, nacionalidade, entre outras. O feminicídio de mulheres indígenas também apresentou crescimento nos últimos anos, embora permaneça subnotificado em razão da ausência de políticas públicas específicas e das vulnerabilidades interseccionais enfrentadas por elas. Mediante a multidimensionalidade da violência de gênero, este trabalho tem como objetivo refletir sobre a escuta etnocentrada na promoção de práticas preventivas que respeitem as diversidades étnico-culturais. A metodologia consiste em um relato de experiência de prática extensionista junto às mulheres indígenas Kaingang, durante sua permanência em uma associação indigenista situada no território urbano. A ação foi desenvolvida sob o referencial metodológico da Educação Popular Feminista, envolvendo reuniões interseccionais, visitas técnicas e debates interdisciplinares e interculturais, que culminou na realização de uma roda de conversa sobre direitos das mulheres e violências, na qual as mulheres kaingang compartilharam e discutiram suas vivências. A escuta etnocentrada resultou em um primeiro momento na emergência e produção de sentidos acerca das violências que mulheres indígenas enfrentam, marcada pela sexualização de seus corpos e pela intersecção de opressões de gênero e raça/etnia. Em um segundo momento, impulsionou a produção de materiais expressivos nos quais elas manifestaram seus anseios por uma sociedade que respeite seus direitos. Conclui-se que a escuta etnocentrada, quando inserida em uma prática intercultural feminista, contribui para a promoção dos direitos das mulheres indígenas ao constituir um espaço de expressão, reflexão e reivindicação.

MARÉ DE VAZANTE: FLUXO E REFLUXO DA MARÉ: O MOVIMENTO SOCIAL E ECOLÓGICO DE EDUCAÇÃO EM UMA PERSPECTIVA PEDAGÓGICA DECOLONIAL

Lívia Alessandra Fialho da Costa
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
fialho2021@gmail.com

Daniele Freire Procópio
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
dfp1986@gmail.com

A participação da comunidade na elaboração das práticas educativas é apontada como condição para superar invisibilidades históricas e evitar modelos de interculturalidade funcional que naturalizam desigualdades, sendo assim, esta pesquisa analisa teoricamente a importância de uma proposta educacional numa perspectiva pedagógica decolonial, no âmbito de um movimento social e ecológico de escola, no qual ética e alteridade são fundamentais para as práticas decoloniais. É uma análise baseada na reflexão sobre a casa, sobre o lugar, sobre o território, logo sobre o lugar da condição humana das comunidades tradicionais no mundo, nesta pesquisa mais especificamente as comunidades tradicionais pesqueiras. “Oikos” e “Logos” coloca a educação diante da reflexão necessária sobre o território/casa, território/vida e as relações éticas que se dão nesse espaço diante das diversas alteridades. O objetivo é discutir um movimento social e ecológico de escola, onde a ética e a alteridade são condicionantes para a organização e efetivação de práticas decoloniais no âmbito escolar que dialogue com a noção de território, pois o entende como o espaço onde a vida acontece e as relações éticas são estabelecidas. A pesquisa, de natureza teórica e bibliográfica, aponta que um dos maiores desafios da pedagogia decolonial consiste em desaprender o aprendizado na colonialidade, abrindo caminho para práticas pedagógicas plurais, enraizadas na memória cultural, na identidade dinâmica da comunidade e na organização local e alteridade de seus membros. Para as comunidades pesqueiras, isso significa incorporar as práticas educativas elementos como maré, mangue, ritmos de trabalho e saberes ancestrais, que estruturam a vida coletiva a partir do fluxo das águas, essas práticas revelam rachaduras/fissuras dentro da ordem moderna colonial, no seio dos povos oprimidos e que são submetidos à colonialidade global. Conclui-se que uma educação orientada pela ética, pela reciprocidade e pela valorização dos saberes locais sustenta práticas educativas capazes de refletir o território, fortalecer resistências comunitárias e construir epistemologias outras, afirmando modos de vida tradicionais frente às pressões coloniais e capitalistas.

ESCRIVÊNCIAS DA RETOMADA DA ANCESTRALIDADE INDÍGENA NO PIAUÍ

Natasha Karenina de Sousa Rego
UESPI
nkaresr@frn.uespi.br

A questão da pesquisa é: quais escrituras da autora se conectam com os processos de retomada da ancestralidade indígena no Piauí, estado brasileiro? O objetivo geral é refletir sobre as escrituras de retomada da ancestralidade indígena no Piauí. Os objetivos específicos são: apresentar as escrituras da autora de sua ancestralidade indígena no âmbito familiar; relacionar com as vivências de outros pesquisadores piauienses; refletir sobre as vivências de retomada da ancestralidade indígena no Piauí. A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada nos conceitos de escritura e interseccionalidade como eixos teórico-metodológicos. Busca refletir sobre as escrituras que emergem dos processos de retomada da ancestralidade indígena no Piauí, tomando as experiências da autora como ponto de partida e como dispositivo crítico-epistemológico. A importância do trabalho reside em colaborar com os movimentos de retomada da ancestralidade indígena que acontecem no Piauí. Para alcançar os objetivos, preciso fazer um exercício de *sankofa* de voltar ao passado e pegar o que esquecemos para inventar futuros. Na escola aprendi que não existiam indígenas no Piauí, fruto do epistemicídio e políticas genocidas naturalizadas. Recordo quando terminei o mestrado fora da cidade e retornei, pude acessar as discussões que estudantes universitários travavam sobre ancestralidade indígena, identidade indígena, retomada, a partir de suas vivências familiares e comunitárias, o que me mobilizou a pesquisar; elaborar meus próprios processos de identidade; ampliar a minha percepção para notar as permanências das ancestralidades indígenas; e dialogar com a retomada observada de norte a sul no Estado e a chegada e permanência dos indígenas WARAO, migrantes venezuelanos. Os resultados percebidos são identificação de marcas de ancestralidade indígena nas escrituras da autora; reconhecimento de apagamentos e retomadas na história familiar; valorização da escritura como método. Conclui-se que as escrituras da autora se conectam diretamente com os processos de retomada da ancestralidade indígena no Piauí. A interseccionalidade demonstra que a identidade indígena no Piauí não se expressa de forma uniforme. A escritura se afirma como um método de pesquisa capaz de unir vida, memória e

ciência. O estudo contribui para fortalecer e dar visibilidade aos movimentos de retomada da ancestralidade indígena no Piauí.

ENTRE ONTOLOGIAS COLONIAIS E MUNDOS OUTROS: JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DECOLONIALIDADE DESDE OS CORPOS-POVOS-TERRITÓRIOS

Letícia Garroni Moreira Franco
Universidade Federal de Santa Maria
leticiapjpa@gmail.com

A pesquisa parte do problema central de compreender como a matriz ontológica moderna, expressa em teorias clássicas de justiça e na ordem jurídico-internacional, limita a afirmação de mundos, sujeitos e territorialidades que não se ajustam ao projeto desenvolvimentista e colonial. O objetivo geral é analisar como perspectivas decoloniais e práticas de corpos-povos-territórios tensionam essa ontologia hegemônica e formulam alternativas de justiça. Como objetivos específicos, a investigação busca identificar: i) de que modo abordagens utilitaristas, liberais e das capacidades invisibilizam a afirmação de distinções ontológicas e epistêmicas; ii) como experiências de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais afirmam re-existências e racionalidades pluriversais; iii) quais deslocamentos são necessários para uma justiça global que reconheça a autonomia e territorialidade como fundamentos de enunciação de justiça. A metodologia articula análise multiescalar de processos jurídicos e políticos, leitura crítico-interdisciplinar de teorias da justiça e do direito internacional e aproximações qualitativas baseadas em trajetórias territoriais e referenciais onto-epistêmicos situados. Os resultados indicam que práticas de resistência e criação coletiva instauram movimentos analéticos que rompem com a totalidade moderna, revelando ontologias outras que desafiam o universalismo jurídico e propõem sentidos plurais de justiça, alternativas ao desenvolvimento e pluralismo normativo. Conclui-se que a construção de uma justiça decolonial demanda deslocar o núcleo ontológico que sustenta a modernidade e recolocar os territórios como centro da formulação de novos imaginários políticos e jurídicos.

A CONTRACOLONIALIDADE EM MEIO A RETOMADA E A REEXISTÊNCIA.

Gisele Oliveira de Lima
Instituto Federal de Alagoas - IFAL
gisele.lima@ifal.edu.br

A luta indígena no Brasil é marcada por séculos de resistência frente ao colonialismo, às violências territoriais e ao etnogenocídio. Os povos indígenas sempre desenvolveram estratégias de defesa de seus territórios, conhecimentos e modos de vida, afirmando sua reexistência diante da contínua colonialidade. Nesse contexto, o pensador quilombola Antônio Bispo dos Santos ao formular o conceito contracolonial, onde busca romper com a lógica colonial, valorizando as práticas comunitárias, a reciprocidade, a oralidade e a continuidade das tradições. Para ele, ser contracolonial é reexistir, mantendo formas próprias de organização social diante das pressões do Estado e do capitalismo. Um bom exemplo disso está justamente os movimentos de retomada, onde comunidades indígenas reocupam territórios dos quais foram expulsos, afirmando na prática seus direitos originários e suas formas próprias de viver e governar. As retomadas são as expressões diretas da luta por território, da perspectiva contracolonial e do compromisso com a continuidade histórica e cultural dos povos indígenas, além de fundamentar uma política não convencional onde se agenda temas como animais, plantas ou encantados. A Constituição de 1988 representou um marco para os direitos indígenas ao reconhecer a diversidade étnica, cultural e linguística dos povos originários, além de garantir seus direitos originários às terras. No entanto, esta mesma carta magna tem um limite de efetivação, pois o Estado, dominado por uma sociedade política que vem fulminando pouco a pouco os direitos basilares da luta indígena, não só não vem garantindo esses direitos, como legítima a grilagem e a devastação capitalista do agronegócio. Dentro deste cenário que busca se analisar os movimentos de retomadas enquanto um movimento contracolonial, ultrapassando os ideais de direitos, que não estão sendo garantidos e assistidos pela Constituição de 1988. Uma contraposição a lógica que entremeia o Marco Temporal.

PROJETO MÃE BERNADETE: ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR E ANTIRRACISTA NA GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DA BAHIA

Ingrid Rochelle Rêgo Nogueira

Ministério Público do Estado da Bahia
ingridrochelle@yahoo.com.br

Andréia da Cruz Oliveira
Ministério Público do Estado da Bahia
andreia23oliver@gmail.com

A Constituição Federal define como função do Ministério Público, a garantia de direitos sociais e individuais indisponíveis, destacando-se, nesse âmbito, a atuação na garantia de direitos humanos das comunidades tradicionais, haja vista as opressões interseccionais de raça, etnia, gênero, orientação sexual, classe e geração que marcam a formação sócio histórica brasileira e se perpetuam de forma estrutural nos mais diversos espaços e relações sociais. Autores contracoloniais, como Nego Bispo e Ailton Krenak denunciam o ataque sistemático aos modos de vida, saberes, fazeres, direitos e existências dos povos tradicionais, resultando em apagamento, silenciamento, violência e violações de garantias básicas dessas populações. Nesse contexto, as analistas de Serviço Social e de Psicologia da Central de Assessoramento Técnico Interdisciplinar do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos construíram o Projeto Mãe Bernadete: protegendo direitos, identidades e ancestralidades, proposta interdisciplinar e antirracista, com o intuito de contribuir para a garantia de direitos humanos das comunidades tradicionais da Bahia, que, conforme os dados oficiais, se configura como o estado brasileiro com maior número de pessoas quilombolas (29,90%), e o segundo em número de pessoas indígenas (229.100 pessoas) e em população cigana (53 acampamentos). O referido projeto contempla três etapas, sendo a primeira composta pela atuação com comunidades quilombolas, a segunda com povos indígenas e a terceira com pessoas ciganas, por meio de escuta ativa das demandas em direitos humanos, conhecimento e fortalecimento dos saberes e fazeres, visitas aos espaços histórico-culturais, aos equipamentos socioassistenciais e de saúde; além da criação de protocolos de atuação destinados às Promotorias de Justiça. As ações da primeira etapa têm evidenciado opressões estruturais expressas em desproteção social e negação de direitos, como saúde, educação, segurança alimentar, assistência social, acesso à terra e à água, segurança pública, dentre outros. Ademais, ameaças contra defensores(as) de direitos humanos e lideranças, violência de gênero, isolamento das pessoas idosas, LGBTfobia e racismo religioso têm sido demandas recorrentes, o que aponta para a necessidade de construir, de forma coletiva com as comunidades tradicionais, uma atuação intersetorial e antirracista das políticas públicas e do sistema de justiça para a garantia de seus direitos.

O PARADOXO DA TUTELA ESTATAL: GENOCÍDIO E VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES INDÍGENAS NO BRASIL

Tainara Vitória de Sousa
Luiz Paulo Ferreira Nogueira
Universidade de Brasília
taivit03@gmail.com

Este artigo analisa a contradição entre o discurso do Estado brasileiro de proteção às mulheres e crianças indígenas, direitos assegurados no art. 231 da Constituição Federal de 1988, e a dura realidade de práticas institucionais que perpetuam a violência colonial, silenciando e subjugando esses povos. Com base em uma perspectiva decolonial, feminista e interseccional, o estudo mergulha na história e nas lutas cotidianas das mulheres indígenas, que, além de enfrentar a violência física e sexual, lidam com um apagamento cultural e simbólico profundo, fruto de séculos de colonização. A pesquisa não é apenas uma análise acadêmica, mas também uma reflexão pessoal. Ela surge de uma experiência íntima com minha própria herança indígena, na qual a memória de minha bisavó, “pegada no laço” durante o processo de colonização, se transforma em um grito silencioso de resistência. Ao buscar entender meu passado e minha identidade, compreendi que a luta das mulheres indígenas é uma luta por voz, por dignidade, por pertencimento. Abordando casos recentes como o da mulher Kokama, apurado no Ministério Público do Amazonas em processo criminal, aprisionada em uma cela masculina enquanto ainda amamentava seu filho, e a violência contra as mulheres Yanomami em 2024, levantado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da Hutukara Associação Yanomami, percebe-se que são testemunhos de uma brutalidade que não é um resquício do passado, mas uma continuidade. Esses episódios não apenas destroem fisicamente esses corpos, mas também destroem suas culturas, suas memórias e seus direitos fundamentais. A violência contra essas mulheres não se resume ao assassinato ou à brutalidade. Ela está no apagamento simbólico, na negação de sua identidade, na imposição de um modelo de civilização que as desumaniza. Sua vida e existência são invisibilizadas, tanto no sistema penal quanto no imaginário social. O conceito de “corpo-território”, que define o corpo indígena além das dimensões biológica e material, mas como um lugar simbólico e espiritual de pertencimento, é central para entender essa violência. Não apenas como um espaço físico, mas também cultural, espiritual e simbólico. Quando seu corpo é violado, não é apenas a mulher atingida, mas todo um modo de vida, uma cultura e um território que estão em constante risco de extinção. Este

trabalho busca, portanto, mais do que revelar uma violência invisível: ele está se propondo a reconstrução da narrativa histórica e das memórias que foram silenciadas, para reconhecermos essas mulheres não como vítimas passivas, mas como resistência viva, como sujeitos de suas próprias histórias, como agentes de transformação de um Brasil que ainda carrega, nas suas entranhas, a herança colonial. A luta das mulheres indígenas não é apenas pela sobrevivência; é pela reafirmação de sua humanidade, de sua cultura e de seus territórios. Esse estudo faz parte de um desejo por uma mudança profunda, onde o Estado, ao invés de tutelar, possa apoiar a autodeterminação dos povos indígenas. O corpo das mulheres indígenas, em sua integralidade, é um campo de resistência (um espaço de luta política, cultural e espiritual). E é através da voz dessas mulheres que se pode realmente começar a descolonizar o Brasil.

DESCOLONIZANDO A PRÁTICA JURÍDICA CIVIL: NOME INDÍGENA COMO DIREITO DA PERSONALIDADE

Sérgio Pessoa Ferro
Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOP
sergio.ferro@ufob.edu.br

O direito civil brasileiro historicamente excluiu os povos indígenas da possibilidade de exercer direitos e obrigações. Após a república, o Código Civil de 1916 determinava a incapacidade relativa dos “silvícolas”, sujeitando-os ao regime tutelar. Contudo, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu o direito de autodeterminação, assegurando a autonomia dos povos indígenas e o reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas. No artigo 232, o texto constitucional garante a legitimidade e a capacidade das comunidades e organizações indígenas para ingressar em juízo na defesa de seus direitos e interesses. Neste sentido, formula-se o seguinte problema de pesquisa: como descolonizar o discurso e a prática jurídica civil, repensando a educação e a assessoria jurídica popular em matéria cível pelo diálogo intercultural com os saberes indígenas na interpretação e na efetivação do nome étnico como direito da personalidade? O objetivo principal do trabalho é analisar criticamente os desafios e os caminhos para a descolonização do ensino e da prática jurídica universitária por meio da atuação extrajudicial nos procedimentos de inclusão de etnia e retificação de nome indígena. A pesquisa qualitativa estuda o direito em perspectiva interdisciplinar através da revisão bibliográfica, da pesquisa documental e do relato de experiência docente. Como principais resultados, é possível mencionar os fundamentos jurídicos que reconhecem o direito ao nome indígena como expressão do princípio da dignidade da pessoa humana na ordem civil-constitucional, bem como a regulamentação do procedimento extrajudicial para a inclusão de etnia e retificação de nome indígena no registro civil pela Resolução Conjunta CNJ/CNMP n. 12/2024. Portanto, a teoria e a prática jurídica civil têm sido produzidas numa sociedade estruturada pelo colonialismo e pelo capitalismo, contudo as lutas indígenas por direitos provocam o Estado nacional a mudar as formas pelas quais os institutos do direito privado operam para alcançar a igualdade étnica no âmbito dos direitos civis contemporâneos, modificando também as dinâmicas do ensino da prática jurídica civil.

A PARTIDA E CHEGADA

Edineide Barros de Oliveira
Universidade Federal do Oeste Baiano - UFOP
barrosedineide32@gmail.com

A partida e a Chegada foi escrita a partir do olhar de uma mulher indígena Tuxá que fez parte do processo de transferência do seu próprio povo. O texto está cheio de vários sentimentos tristeza, raiva, saudades, magoas e revoltas. Os impactos causados nas áreas sociais, econômicas e culturais e objetivo central do texto, também divulgar a história do povo Tuxá de Ibotirama os desafios enfrentados e as lutas por justa reparação.

COLONIALIDADE PENAL E INVISIBILIZAÇÃO IDENTITÁRIA: EXPERIÊNCIA A PARTIR DO MUTIRÃO INTERINSTITUCIONAL DE INDÍGENAS PRIVADOS DE LIBERDADE

Carla Jarraira Almeida Dos Santos
Universidade Federal de Roraima – UFRR
carlajarrairaufr@gmail.com

O presente trabalho analisa o 1º Mutirão Interinstitucional de Presos e Presas Indígenas de Roraima como instrumento empírico capaz de evidenciar as formas contemporâneas de reprodução da colonialidade no sistema de justiça criminal e seus efeitos sobre a identidade, a dignidade e a garantia de direitos dos povos indígenas privados de liberdade. A iniciativa teve como finalidade levantar dados, avaliar o cumprimento das normas específicas voltadas a essa população e verificar a aplicabilidade da Resolução nº 287/2019 do Conselho Nacional de Justiça, cuja implementação se mostrou incipiente. As entrevistas realizadas nas unidades prisionais masculinas e feminina de Boa Vista apontaram violações recorrentes, como a negação ou fragilização da autodeclaração étnica, o empardecimento institucional, a ausência de intérpretes de línguas indígenas, a insuficiência de assistência religiosa adequada, a desconsideração de saberes tradicionais e a repressão a práticas culturais. Os dados sistematizados pelo Observatório de Direitos Humanos e Povos Indígenas (UFRR/MDHC) e pela Defensoria Pública do Estado de Roraima revelam que o cárcere opera como espaço de continuidade das estruturas coloniais, produzindo invisibilização identitária, silenciamento epistêmico e hierarquização de cosmologias. A análise do mutirão revela a persistência de graves violações de direitos e um profundo descompasso entre o dispositivo legal e a realidade carcerária, evidenciando como a colonialidade permanece estruturando as práticas institucionais do sistema penal. Os resultados demonstram a urgência da implementação de políticas públicas que incorporem a perspectiva da interculturalidade como eixo estruturante, uma vez que somente o diálogo efetivo entre culturas, epistemologias e modos de vida distintos possui potencial transformador para enfrentar as assimetrias históricas e promover um sistema de justiça que reconheça e respeite a pluralidade dos povos indígenas.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 49 - MATERNIDADES DIVERSAS Y POLÍTICAS DEL CUIDADO: UN ENFOQUE INTERDISCIPLINARIO Y CREATIVO

Coordenação:

Rosana Corral (Universidad de Cuenca, Ecuador)

Maria Teresa Galarza (Universidad de Cuenca, Ecuador)

Resumo do Simpósio Temático: La propuesta para este simposio temático es explorar la intersección entre las maternidades diversas y las políticas del cuidado. A través de un enfoque interdisciplinario y creativo, se busca analizar y reflexionar sobre las experiencias y saberes de las mujeres en torno al cuidado materno. Desde una perspectiva de género e interculturalidad, esta propuesta pretende contribuir al reconocimiento y valoración del trabajo maternal en el contexto de la región. Con un enfoque metodológico transdisciplinario y comunitario basado en la práctica artística y técnicas cualitativas, se busca una comprensión profunda y una representación culturalmente pertinente de las prácticas y saberes de cuidado de las mujeres-madres. Como resultados, se espera fomentar la participación activa y el empoderamiento de las participantes, contribuyendo a repensar las políticas y la economía del cuidado en Ecuador y la región. Un mayor entendimiento de las necesidades y desafíos que enfrentan las mujeres en el cuidado materno y sobre todo que el simposio temático sirva para la generación de conocimientos y recomendaciones para la construcción de políticas del cuidado más efectivas y sensibles a las necesidades de las mujeres.

LO COMÚN DEL CUIDADO, EL CUIDADO EN COMUNIDADES: CONSIDERACIONES ÉTICAS Y EDUCATIVAS

Paola Vázquez Neira

Universidad Nacional de Educación del Ecuador

paola.vazquez@unae.edu.ec

La ética del cuidado en contextos comunitarios se entiende como un modo de relacionarse con la vulnerabilidad propia y ajena, centrando la responsabilidad en redes de interdependencia y cuidado mutuo. Este enfoque se distancia de soluciones universales y promueve la dignidad, la autonomía y la corresponsabilidad comunitaria en la provisión de cuidados continuos, auto-organizados y adaptados al ritmo y contexto sociocultural específico, en este caso, desde el proyecto Innovación sociocultural y políticas del cuidado, al contexto ecuatoriano desde las acciones comunitarias dentro de sus tres regiones continentales: Costa, Sierra y Amazonía. En el ámbito educativo, el cuidado se articula con la gestión de la educación, donde ésta y el cuidado se plantean desde una perspectiva de derechos, buscando fortalecer el desarrollo integral mediante proyectos participativos que ponen en el centro los ritmos y necesidades propios de la comunidad. Una de las necesidades evidenciadas en los procesos de investigación del proyecto referido, radica en fortalecer una visión sensible y retrospectiva en torno a lo común del cuidado, que más allá de las prácticas contextuales, se cimienta en la solidaridad, la justicia, la empatía y la alteridad. Un enfoque ético vinculado a procesos educativos pertinentes, desde la visualización y uso de los recursos resultantes de los procesos implementados, cuyo fin se enfoca en fortalecer el tejido social a través de un reconocimiento y valoración de las prácticas de cuidado individual, colectivo y compartido. En suma, la actualidad investigativa muestra que lo común del cuidado en comunidades requiere reconocer la interdependencia, la responsabilidad compartida, y la dignidad como fundamentos éticos, al tiempo que se diseñan estrategias educativas contextualizadas y participativas que valoren estas dimensiones, promoviendo el desarrollo integral, la autonomía de sus miembros y un retorno franco al concepto real de lo comunitario, el bien común, el cuidado de la comunidad desde diversas aristas. El eje temático con el cual se relaciona la presente propuesta es: Buen vivir, salud, enfermedades y pueblos indígenas.

DIMENSIÓN INTERCULTURAL DE LOS CUIDADOS DESDE LAS ARTES EN LOS PUEBLOS INDÍGENAS KICHWA CAÑARI Y SHUAR DEL ECUADOR

Luis Alberto Páez Von Lippke

Universidad de las Artes del Ecuador

luis.paez@uartes.edu.ec

El Ecuador está compuesto por 14 nacionalidades y 18 pueblos indígenas que habitan sus cuatro regiones geográficas: islas galápagos, costa, andes y amazonía; y acorde al censo nacional de población y vivienda de 2022, representan el 7,7% del total de habitantes del país. Su presencia histórica y política es innegable, así como también su invisibilización a través de los procesos, primero de colonización, y luego de colonialidad a través de la

conformación de un Estado Nacional racista y monocultural. A pesar de los avances sociales y políticos de los pueblos y nacionalidades indígenas del Ecuador, hoy siguen ocupando, junto al pueblo afrodescendiente, los peores índices de pobreza y desarrollo humano del país. Sin embargo, la riqueza de sus saberes ancestrales pervive. Para el caso que aquí nos ocupa, se encuentran relacionados con la dimensión cultural y simbólica de la maternidad y del cuidado, el cual rebasa la concepción occidental tradicional de familia y Estado. A través de una combinación de métodos cualitativos de la etnografía sensorial y de la investigación basada en artes, logramos identificar prácticas maternas de cuidado intercultural, tanto en el pueblo andino Cañari como en el pueblo amazónico Shuar, en donde la relación de cuidado con el territorio y la naturaleza cobra especial relevancia. Así, por ejemplo, la chakra andina o las plantas sagradas amazónicas forman parte sustancial del cuidado, rebasando la dimensión antropocéntrica de occidente. No es de interés que los resultados de esta investigación se plasmen solamente en artículos académicos o que se difundan a través de congresos especializados. Por lo tanto, el enfoque interdisciplinar de este trabajo pretende poner en valor las prácticas interculturales de cuidado a través de múltiples dispositivos artísticos y pedagógicos, para lo que hemos creado un cortometraje documental, exposiciones fotográficas y textiles, ejercicios de escritura situada, cartillas pedagógicas y una app de teléfono móvil de descarga gratuita, que se convierte en repositorio de todos los resultados del proyecto, proyecto de investigación que ha sido desarrollado por docentes de la Universidad de Cuenca, de la Universidad Nacional de Educación y de la Universidad de las Artes del Ecuador, en el marco de la Red de Investigaciones Creativas -REDIC-. El eje temático en el que se inscribe esta propuesta es el de Buen Vivir, salud, enfermedades y pueblos indígenas.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 50 - CARTOGRAFIAS DE REEXISTÊNCIA: SABERES COM O LUGAR E TERRITORIALIDADES VIVIDAS

Coordenação:

Thiago Donda Rodrigues (UFMS)
Leonardo Dourado de Azevedo Neto (UFMS)
Gabriel Willyan Pinheiro de Souza (UFMS)

Resumo do Simpósio Temático: Esse Simpósio Temático propõe reunir pesquisadoras e pesquisadores que mobilizam a cartografia, conforme elaborada e discutida inicialmente por Gilles Deleuze e Félix Guattari, como modo de produção de conhecimento em diálogo com grupos sócio/culturalmente identificáveis. A cartografia, pensada como modo de investigação rizomático, em fluxo e afetivo, desloca os saberes fixados e representacionais, abrindo espaço para escutas e registros atentos aos devires, às resistências e às forças que atravessam corpos, territórios e experiências. Interessam-nos práticas de investigação que se abrem ao sensível, que pensam com o lugar, com o corpo e com os modos de existência, recusando a separação entre sujeito e território. O Simpósio Temático pretende acolher trabalhos que atravessam experiências cartográficas na educação, nas artes, nos movimentos políticos e nas práticas de conhecimento que operem na contramão da colonialidade, reconhecendo as concepções de mundo e universo de indígenas e ribeirinhos como afirmação de mundos outros. Serão bem-vindas contribuições teóricas, relatos de experiências e investigações que tencionam os modos instituídos de saber e representem um exercício de reexistência.

O ESPANTO DA DESCOLONIZAÇÃO DO IMAGINÁRIO ESCOLAR

Emerson Picanço
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP
emersonpicanco@gmail.com

Marcos Paulo Torres Pereira

O presente trabalho apresenta uma proposição de ensino da disciplina de Sociologia para estudantes do Ensino Médio da rede pública do Estado do Amapá, concebida como uma projeção curricular que tensiona o modelo tradicional da Sociologia escolar. Parte-se do reconhecimento de que o currículo hegemônico, historicamente orientado por epistemologias eurocentradas, tem invisibilizado saberes negro-indígenas e reproduzido lógicas de exclusão epistêmica. Diante desse cenário, o estudo propõe a incorporação dessas epistemologias como eixo estruturante de uma prática pedagógica comprometida com a descolonização do imaginário escolar e a valorização das experiências socioculturais amazônicas. A proposta fundamenta-se na heterarquização dos saberes como estratégia pedagógica, rompendo com hierarquias epistemológicas que privilegiam um único regime de conhecimento. Ao atravessar o currículo tradicional de Sociologia com epistemologias negro-indígenas, ancoradas em saberes tradicionais, cosmologias, práticas culturais e territorialidades locais, busca-se construir novas cartografias de reexistência no espaço escolar. Metodologicamente, o trabalho articula referenciais da sociologia crítica, do pensamento decolonial e pós-colonial, e das pedagogias antirracistas, mobilizando conteúdos sociológicos clássicos (como cultura, identidade, poder, desigualdade e mudança social) em diálogo com saberes historicamente marginalizados. Como resultado, a proposição curricular evidencia o potencial formativo de um ensino de Sociologia que reconhece estudantes racializados como sujeitos epistêmicos, ampliando suas possibilidades de leitura crítica da realidade e de construção de identidades autônomas e plurais. A experiência aponta que a heterarquização dos saberes contribui para a reconfiguração do currículo como território de enunciação, pertencimento e reexistência, fortalecendo práticas educativas antirracistas e decoloniais. Conclui-se que atravessar o currículo tradicional de Sociologia com epistemologias negro-indígenas não significa abandoná-lo, mas reinventá-lo a partir de uma perspectiva pluriversal, situada e comprometida com a transformação das desigualdades históricas no contexto educacional amazônico. St50: Cartografias de reexistência: saberes como o lugar e territorialidades vividas

CARTOGRAFIA DA PERFORMANCE: A PERFORMANCE DE OLINDA TUPINAMBÁ NA E DA LUTA

Leandro Teixeira da Silva
PPGAS/USP
teixeira.silva@usp.br

Neste trabalho buscarei realizar alguns apontamentos tendo em vista a pesquisa de mestrado que motiva pensar a presente proposta. Na ocasião, buscarei apresentar algumas reflexões que venho desenvolvendo sobre o trabalho de Olinda Tupinambá a partir de uma “cartografia da performance”, para assim discutir o fazer performance de Olinda no contexto de luta pela terra, enquanto ativista ambiental e tantas outras reivindicações por parte dos povos indígenas brasileiros e, sobretudo, pelas mulheres indígenas pataxó há há há. O trabalho de Olinda Tupinambá é um trabalho do tornar visível. Uma performance do tornar visível. A partir da imagem eu torno visível parte daquilo que vejo em campo. Olinda produz uma imagem, uma imagem que se torna visível com a performance em ação. Neste caso, venho me interessando em especial em explorar as dimensões performáticas da imagem, tomando a ação como princípio da imagem para discutir as imagens que instigam a ação. Cineasta, ativista ambiental, performer, Olinda é indígena do povo tupinambá e pataxó há há há: “eticamente a minha família é tupinambá, mas eu cresci e vivi a minha vida toda como pataxó há há há, então tenho essa dupla etnicidade”. Iniciou sua vida profissional em 2004, na ONG THYDEWA, quando começou a trabalhar como produtora de conteúdo para o projeto “Índios Online”. Em 2012 ela ingressou na faculdade, no curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Em 2015, no processo de conclusão do bacharelado, Olinda produziu e apresentou o documentário “Retomar para Existir”, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (Silva, 2024). Buscaremos trabalhar a ideia de performance na e da luta e como a performance de Olinda instiga o próprio ato de lutar. O que nos interessa é dialogar as diferentes formas de luta que Olinda vem construindo com seu corpo como principal dispositivo, ao tornar visível uma onça, uma kaapora, outros seres. Mas para além disso, o corpo de Olinda também luta no chão da aldeia, no chão de Brasília, e é nesta constelação de encontros com outras mulheres que pressuponho essa performance de Olinda, que extrapola a transmutação para um corpo outro. Alinhado às ideias de Richard Schechner é uma performance do não eu e do não não eu. A performance de Olinda inicia da luta, mas a sua performance é também uma forma de luta, de reivindicação; não só de Olinda, mas de tantos outros. Se um corpo indígena é um território, Olinda é um território em movimento.

ALÉM DA MORTE O QUE FAZ VIVER? PRÁTICAS DE CUIDADO DO ENFRENTAMENTO DO SUICÍDIO DE JOVENS GUARANI MBYÁ DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Marina Risi Moreira De Azevedo
UDESC
marinarisi2020@gmail.com

Os dados sobre suicídio na população brasileira são crescentes nas últimas décadas, tratando-se da população indígena a taxa de suicídio é quase três vezes maior em comparação com a média geral. Enquanto na população não indígena a prevalência é de pessoas acima de 60 anos, para a população indígena é no período da adolescência e juventude (10- 24 anos) que a passagem ao ato mais acontece. Neste contexto, o suicídio entre jovens indígenas é um grave problema de saúde pública e que, mesmo assim, tende a ser negligenciado. É no seio de uma Terra Indígena Guarani Mbyá, localizada no estado de Santa Catarina, que esta pesquisa escuta o que os jovens tem a dizer sobre a problemática, por meio de rodas de conversa, buscando compreender os fatores psicossociais envolvidos na questão do suicídio. Nossa atividade de escuta se sustenta, por sua vez, a partir da articulação entre o Laboratório Afinidades, ligado ao Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Criança (CIEN-SC) e o “Escuta Bem Viver - Saúde (senti)mental indígena - Prevenção, promoção e atenção” (EBV), projeto de extensão do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que oferta um serviço de atenção em saúde (senti)mental à população indígena. Orientada pela cartografia, a pesquisa acompanha processos que compõem e atravessam os corpos-territórios, entendendo que o território também é corpo e está intimamente ligado às produções de subjetividade e promoção de saúde das pessoas e do bem viver da comunidade. Durante o ano de 2022 até os dias de hoje, o Laboratório Afinidades (CIEN) e o EBV acompanhou novos casos de suicídio registrados no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI/ISUL) e um surto de ideações suicidas, depressão, ansiedade e outras questões que agravam a problemática da saúde dos povos indígenas. Relatamos aqui algumas das reflexões que foram levantadas nas rodas de conversas realizadas em território Guarani Mbyá, junto com adolescentes e jovens de 13 a 21 anos e os adultos e adultas que os acompanham na vida comunitária. As rodas foram articuladas entre Junho de 2023 a Dezembro de 2024 pelas pessoas participantes do Laboratório Afinidades e EBV, profissionais da Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena (EMSI) do Polo Base Florianópolis (DSEI/ISUL) e o Território Indígena, como ações de prevenção e pósvenção do suicídio.

CARTOGRAFANDO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS PESQUISAS DESENVOLVIDAS PELO GEDUMAD

Thiago Donda Rodrigues
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
thiago.rodrigues@ufms.br

O uso da Cartografia, inicialmente discutido por Gilles Deleuze e Félix Guattari, tem sido adotado como procedimento de pesquisa em diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. No campo da Educação Matemática, essa abordagem é relativamente recente. A partir das reflexões produzidas em um projeto de pesquisa de natureza teórica, desenvolvido na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e voltado à elaboração de reflexões teóricas e metodológicas sobre o uso da Cartografia na Educação Matemática, este texto tem como objetivo discutir como essa perspectiva vem sendo mobilizada nas pesquisas realizadas por membros do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática, Diversidade e Diferenças – GeduMaD, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da UFMS. As reflexões indicam que essa forma de investigar potencializa a produção de pesquisas que valorizam os movimentos, as experiências e as singularidades dos sujeitos, possibilitando novas formas de compreender a Educação Matemática. Assim, o texto reafirma a pertinência e a potência da Cartografia como procedimento de pesquisa, que tensiona perspectivas tradicionais e abre caminhos para outras formas de pensar e fazer pesquisa.

CARTOGRAFAR É DEIXAR-SE AFETAR: TENSÕES E DEVIRES NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

Márdila Alves Bueno
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
mardilabueno@gmail.com

Gabriel Willyan Pinheiro de Souza
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
willyan.pinheiro@ufms.br

Thiago Donda Rodrigues
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
thiago.rodrigues@ufms.br

Este texto nasce do encontro entre duas pesquisas em curso no doutorado em Educação Matemática do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: uma que se tece entre os modos de vida e de aprender do povo indígena Parintintin, e outra que se desenha a partir das comunidades ribeirinhas amazônicas. Ambas se implicam na cartografia como modo de pesquisar e escrever, deslocando o lugar do pesquisador e da própria Matemática. No decorrer do primeiro ano de doutoramento, entre leituras, escritas e atravessamentos, emergiram questionamentos recorrentes: onde está a Matemática de vocês? Qual o objetivo? Qual a pergunta orientadora? Por que escrever fora das normas da ABNT? Mais do que questões metodológicas, tais perguntas revelam as tensões que atravessam o campo da Educação Matemática quando se propõe uma pesquisa movida pela filosofia da diferença, pelo currículo como devir e pela etnomatemática enquanto saberes que tensionam a forma hegemônica de produzir ciência. Este trabalho acompanha os estranhamentos, deslocamentos e aprendizagens que se deram no corpo da turma e em nossos próprios corpos pesquisantes, evidenciando que cartografar é deixar-se afetar pelos encontros e compor saberes outros. Como principais desdobramentos, destacamos que a pesquisa cartográfica não busca resultados prévios nem hipóteses a confirmar, mas produz devires e deslocamentos que nos ensinam outros modos de fazer pesquisa em Educação Matemática. Por meio do desconforto, do estranhamento e do movimento, mais do que responder a um conjunto de exigências metodológicas, cartografar tem nos permitido afirmar outros modos de fazer ciência. A cartografia, nesse sentido, não conduz a uma conclusão, mas a um contínuo devir entre saberes, estéticas e existências.

CARTOGRAFIAS PARINTINTIN: ENTRE DEVIRES E AFETOS

Leonardo Dourado de Azevedo Neto
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
leonardodourado@ufam.edu.br

Este artigo compõe-se a partir de uma tese de doutorado recentemente concluída, tecida como travessia de encontros e afetos no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. A pesquisa se inscreve em diálogo com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática, Diversidade e Diferença e com os atravessamentos da linha História, Filosofia e Educação Matemática. Movida por uma cartografia sensível, inspirada nas filosofias de Deleuze e Guattari, nos pensamentos de Nêgo Bispo, Eduardo Viveiros de Castro e nos saberes indígenas — especialmente os do povo Parintintin — esta investigação caminhou em meio ao mato, entre vozes, silêncios e olhares desconfiados. Cartografar, neste contexto, foi compor com o vivido, com as linhas que emergem no encontro, com a palavra dita ao redor do fogo, com a farinha moída no tempo da roça, foi devir-escrever, caminhar com, não saber e ainda assim ir. A cartografia aqui assumida buscou deixar-se afetar. Foi mapa aberto — que se dobra, se desdobra, se rasga, se refaz. O que se colheu foram afetos, escutas, deslocamentos. Mapas que desmoronam — e florescem. A tese se fez gesto de deslocamento: desestabilizou certezas, tensionou sentidos — da matemática na escola, da pesquisa no território, da ciência na vida. Convoca educadores e educadoras a se abrirem ao imprevisível, a cultivarem escutas múltiplas, a habitarem processos mais implicados com o viver e com o outro. O que se desenhou foi uma tese com os Parintintin — e também com a floresta, com os saberes ancestrais, com o silêncio, com as ausências que gritam. Pesquisa, aqui, é vida que dança. Ciência que se curva. Escrita que se rende.

MULHERES INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANO: UMA CARTOGRAFIA DAS EXPERIÊNCIAS COMUNICACIONAIS DO KUNHANTÃ

Adriã Galvão
Universidade Federal de Roraima (UFRR)
adria.bare@agenciasus.org.br

Esta pesquisa realiza uma cartografia das experiências comunicacionais de mulheres indígenas em contexto urbano, a partir do podcast e programa de rádio Kunhantã – Narrativas de Mulheres Indígenas. A investigação propõe compreender como epistemologias indígenas, entendidas como tecnologias ancestrais de comunicação, tensionam o colonialismo e propõem outras formas de produzir conhecimento e narrar o mundo. Fundamentada em autoras e autores indígenas como Geni Nuñez, Braulina Baniwa, Ailton Krenak, Silvia Rivera Cusicanqui e Ariene Susui, a pesquisa adota a cartografia afetiva como metodologia contracolonial, reconhecendo o corpo-território da pesquisadora como parte da experiência. O estudo mapeia 15 episódios do Kunhantã, que reúne relatos de mulheres indígenas jornalistas, artistas, médicas, professoras, pajés e lideranças, em Roraima e outras regiões da Amazônia. O Kunhantã, termo tupi-guarani que significa “mulher forte”, emerge como espaço de cuidado, resistência e produção coletiva de conhecimento, onde práticas comunicacionais se afirmam como micropolíticas de existência. Os resultados apontam que a comunicação indígena, ao operar contracolonialmente, desestabiliza práticas hegemônicas do jornalismo, amplia a visibilidade e o protagonismo das mulheres originárias e constrói uma ciência comprometida com o bem viver e o reflorestamento do pensamento. A pesquisa reforça a centralidade das vozes femininas indígenas na produção de sentidos e na ocupação de espaços midiáticos, evidenciando a potência da comunicação como ferramenta de transformação social. Ao colocar o som, o corpo e a palavra em diálogo, o Kunhantã inaugura outras formas de comunicar e existir, reafirmando que toda escuta é também um ato político de resistência e continuidade dos povos.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 51 - O PROTAGONISMO DAS MULHERES INDÍGENAS: NARRATIVAS, MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE SEU CORPO-TERRITÓRIO NA RECONSTRUÇÃO DO BEM VIVER

Coordenação:

Fabiana Lopes Saquiray (UFAM)

Valeria Marques Batista (UFRJ)

Resumo do Simpósio Temático: As mulheres indígenas são pilares fundamentais em suas aldeias, comunidades, movimentos indígenas e movimentos sociais, na luta pela defesa de seus direitos, territórios e culturas. Sua presença é marcante, exercendo liderança em diversos segmentos, do seio familiar, da roça e na esfera acadêmica. Mesmo diante das tentativas de invisibilizar sua força, elas se destacam na luta contra a ação de garimpeiros, madeireiros e grileiros que ameaçam seus modos de vida. Com isso, este simpósio tem o objetivo de fortalecer a voz e a atuação das mulheres indígenas, reconhecendo sua importância na preservação cultural, de seus saberes ancestrais, no espaço acadêmico, na luta contra as mudanças climáticas e na reconstrução do Bem Viver. Apesar das violências sofridas, silenciamentos e tentativas de apagamento, as mulheres indígenas vêm construindo processos de resistência e de produção dos sentidos dos modos de vida que constituem seus mundos, construindo conexões para continuarem a resistir, existir, e a se reinventarem/refazerem. As mulheres indígenas atuam organizando seu povo, nas assembleias, oficinas, associações, encontros em prol do empoderamento de suas etnias. Suas atuações buscam construir um futuro mais justo e igualitário para os diversos povos como os Baniwa, Tukano, Kokama, Tikuna, entre outros. O protagonismo das mulheres indígenas é uma expressão de resistência, resiliência e de descolonização do Poder, do Ser, do Saber e do Gênero. E é fundamental reconhecer o protagonismo das mulheres indígenas por meio de suas produções acadêmicas, ricas em memórias, narrativas e trajetórias, de forma a problematizar, visibilizar, suas reivindicações, e reconhecer o teor descolonizante nas suas lutas por saúde, educação, direitos e contra todas as formas de violências contra seus corpos-territórios.

TERRA SEM CONFLITOS - O PROTAGONISMO DAS MULHERES INDÍGENAS EM TERRITÓRIO FULKAXÓ (PACATUBA SE): NARRATIVAS, MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS

Erna Raisa Lima Rodrigues de Barros
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
ernabarrosgmail.com

Esta pesquisa tem como proposta apresentar como o protagonismo das mulheres indígenas Fulkaxó, em Pacatuba (Sergipe), revela-se como elemento central na preservação cultural, na transmissão de saberes e na organização comunitária da região. Suas narrativas e memórias constituem uma base viva para compreender não apenas o passado do povo, mas também as estratégias de resistência que sustentam um projeto de bem viver coletivo. Observou-se que as líderes, acompanhadas em território Fulkaxó ao longo de um ano de pesquisa, desempenham papéis fundamentais como guardiãs dos costumes, mediadoras sociais e articuladoras políticas locais. Ao contar suas histórias, essas mulheres constroem narrativas que contestam estigmas, visibilizam lutas territoriais e reafirmam o papel feminino na manutenção do etnoconhecimento. Suas memórias reforçam a importância da coletividade, da solidariedade e do equilíbrio entre pessoas, natureza e espiritualidade — princípios que sustentam o bem viver no território Fulkaxó. Assim, o protagonismo feminino emerge não apenas como ação política, mas como prática cotidiana que garante a continuidade cultural e a autonomia do povo. Os resultados da pesquisa apontam que a formação da comunidade Fulkaxó, em Pacatuba, consolida-se como um território de encontro pacífico entre diferentes povos — Kariri de Alagoas, Fulni-ô de Pernambuco e Xocó de Sergipe — que unem suas histórias por meio da confluência de tradições, práticas espirituais e laços de parentesco. Conclui-se que essa união interétnica, construída sem conflitos territoriais, transforma a aldeia em uma morada compartilhada, onde os saberes de cada nação se entrelaçam e fortalecem uma identidade coletiva própria. Nesse contexto, as mulheres emergem como protagonistas centrais. São elas que mantêm vivos os conhecimentos ancestrais e asseguram a continuidade das práticas culturais, especialmente no que diz respeito à transmissão da língua Kariri às crianças e aos jovens. Sua atuação reafirma o papel feminino como guardiãs da memória, articuladoras da vida comunitária e pilares da construção de um bem viver coletivo, onde diferentes tradições convergem em harmonia.

“PARA MOSTRAR QUE EXISTIMOS”: LIDERANÇA FEMININA INDÍGENA OCUPANDO A COP 30.

Camile Fróis São José
Universidade de Brasília
camilefrois01@gmail.com

Barbara Arisi

Neste trabalho realizei uma entrevista com uma liderança feminina indígena que estava presente na COP 30, povo Nukini. Niara Nukini é uma liderança feminina do povo Nukini, comunicadora indígena e mãe, que estava na COP 30 atuando como liderança feminina indígena lutando pelo seu território, por seus parentes e seus filhos. Dessa forma, esse trabalho é fruto de uma entrevista com perguntas detalhadas, um bate papo, de como foi a experiência de estar na COP e como é estar nesses espaços sendo uma mulher indígena, comunicadora e mãe. Tenho por objetivo evidenciar a importância das mulheres indígenas nesses espaços políticos e documentar esse evento a partir dos relatos de uma mulher indígena, além de mostrar como a luta política está atrelada com a maternidade.

AS GUARDIÃS DE KO'KO NON (VOVÓ BARRO): RITUALIDADE E COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL NA COMUNIDADE RAPOSA I, EM RORAIMA.

Karen Kywsy Barroso de Sales
Universidade Federal de Roraima
barroso.karen2014@gmail.com

Vângela Maria Isidoro de Moraes
Universidade Federal de Roraima
vangela.moraes7@gmail.com

Este trabalho investiga o protagonismo das mulheres Macuxi da Comunidade Raposa I, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR), a partir do fazer cerâmico marcado pela presença espiritual de Ko'ko Non, a Vovó Barro. Em uma abordagem etnográfica e decolonial, compreende-se a cerâmica não como simples técnica, mas como gesto ritual, comunicação intercultural e prática de continuidade dos mundos indígenas. As ceramistas atuam como guardiãs da terra e da memória, conduzindo processos de criação que articulam corpo-território, espiritualidade, ancestralidade e resistência às violências históricas que atravessam as mulheres indígenas. A retirada do barro, seus rituais e cuidados revelam a agência de Vovó Barro como ser vivo, orientando normas, temporalidades e cosmopolíticas do território. Dialogando com Victor Turner, Ailton Krenak e autoras decoloniais, a análise evidencia como a ritualidade do barro produz sentidos de Bem Viver, fortalecendo trajetórias que enfrentam tentativas de silenciamento, invasões e pressões coloniais. Neste contexto, a cerâmica das mulheres Macuxi se afirma como um ato de existência, uma tecnologia ancestral de cuidado, memória e resistência. O conhecimento das ceramistas emerge como prática política que reafirma a presença das mulheres indígenas nas lutas por direitos, autonomia e preservação cultural, fortalecendo narrativas plurais sobre existência, cuidado e futuro.

TECNOLOGIAS ANCESTRAIS DE CUIDADO: MULHERES, TERRITÓRIO E A INTELIGÊNCIA DA TERRA

Carla Coutinho
Faculdade Unida de Vitória
coutinhoncarla@gmail.com

Este trabalho investiga como práticas de cuidado transmitidas por mulheres indígenas, por meio da oralidade, dos ritos, da convivência comunitária e da observação dos ciclos da natureza, configuram sistemas sofisticados de tecnologia ancestral e modos de produção de conhecimento enraizados no corpo-território. A partir da experiência do projeto Reflorestamente, compreendido como uma práxis ecofeminista de escuta e criação com elementos naturais descartados, analiso como gestos cotidianos de preservação, partilha e manutenção da vida constituem tecnologias vivas que fortalecem vínculos com o território e produzem inteligência coletiva. O diálogo com epistemologias indígenas evidencia que a terra é compreendida como corpo, memória e parente, e que as relações de parentesco — humano-mais-que-humano — organizam formas de cuidado em que sementes, rios, espíritos, animais e ancestrais participam como sujeitos da rede relacional. Nessa perspectiva, práticas femininas como o manejo de sementes, a condução de rituais de cura, a transmissão de narrativas e os modos de educar crianças revelam uma engenharia

afetiva e política em que conhecimento, ética, espiritualidade e tecnologia são indissociáveis. Compreender essas tecnologias ancestrais de cuidado como formas de resistência à colonialidade do saber permite reconhecer o papel central das mulheres indígenas na reconstrução do Bem Viver, na defesa de seus territórios, na continuidade de seus povos e no enfrentamento coletivo às violências que incidem sobre seus corpos e modos de existir. Assim, afirmo a centralidade das mulheres indígenas como guardiãs de conhecimento, mediadoras da inteligência da terra e agentes fundamentais na criação de futuros possíveis, justos e sustentáveis.

ATRAVESSAMENTOS DO TERRITÓRIO NA CLÍNICA: SONHOS E TRAUMA NA TRAJETÓRIA DE UMA JOVEM BARÉ

Elayne Cristina dos Santos Cardoso
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
elaynecristinasc@gmail.com

O artigo visa discutir e ilustrar a incorporação da Etnopsicologia e da Psicologia Florestal na prática clínica de base Gestáltica, amparada por uma perspectiva decolonial. O caso clínico-cultural analisado de atendimento em psicoterapia é de Estrela (nome fictício), uma jovem indígena do Povo Baré, de 26 anos, que buscou acompanhamento psicológico para o discernimento vocacional em sua trajetória para a vida religiosa e a estruturação do seu projeto de vida, revelando em seguida um histórico de abuso sexual na infância. Clinicamente, o trauma manifestava-se por meio de sonhos recorrentes, além de um quadro sintomático que englobava ansiedade, insegurança, desafios significativos em sua relação consigo mesma, incluindo dificuldades na autovalidação e na percepção de merecimento, distorções na autoimagem e vulnerabilidades na integração da sexualidade à identidade pessoal. Esses aspectos se inter-relacionam e repercutem em sua autoestima, em seu sentimento de autonomia e na forma como estabelecia vínculos afetivos. A intervenção foi alicerçada na Gestalt-Terapia, sendo os sonhos um elemento metodológico central. O manejo dos sonhos não se limitou à técnica da projeção do self, mas foi dialogado e interpretado à luz da cosmovisão Baré, utilizando a perspectiva indígena sobre os sonhos como um eixo essencial de awareness e ressignificação do trauma. Essa abordagem foi enriquecida por lentes etnopsicológicas e pela Psicologia Florestal, que integrou o território e a ancestralidade como recursos terapêuticos ativos. Os resultados demonstram que o manejo dos sonhos e do quadro sintomático, dentro desta estrutura integrada e culturalmente sensível, foi crucial para a elaboração do trauma, permitindo um processo de subjetivação e discernimento vocacional mais autêntico e a restauração da autoimagem, reforçando a conexão entre saúde mental e o ambiente ecológico-cultural. O estudo conclui que a clínica decolonial e a Psicologia Florestal oferecem um arcabouço essencial para responder à complexidade do trauma e do projeto de vida em contextos indígenas e multiculturais.

REFLEXÃO TEÓRICA: O PAPEL DAS MULHERES INDÍGENAS NA PRESERVAÇÃO E TRANSMISSÃO DOS CONHECIMENTOS DE CUIDADO E CURA

Thalyta Juliana da Silva Gomes
Marcelo Calegare
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
thalyta.juliana@hotmail.com

As mulheres indígenas desempenham papel central na preservação e transmissão de conhecimentos de cuidado e cura, fundamentais para a saúde coletiva e o bem-viver de suas comunidades. Desde jovens, são inseridas nos saberes e fazeres comunitários, aprendendo-os para posteriormente transmiti-los. Muitas atuam como parteiras, curandeiras, puxadoras e lideranças comunitárias, preservando tradições, rituais e sistemas de cuidado. Ao longo da história, lutam por reconhecimento e visibilidade em espaços historicamente dominados por homens, demonstrando força e resiliência visível na riqueza de suas contribuições para a preservação da cultura de seu povo. Feitas essas considerações, o objetivo deste trabalho é discutir, a partir de uma perspectiva decolonial, o papel das mulheres indígenas na preservação e transmissão dos conhecimentos de cuidado e cura. Metodologicamente, trata-se de uma reflexão teórica baseada em revisão bibliográfica. Como resultados dessa reflexão, destaca-se o papel central das mulheres indígenas na preservação e transmissão dos conhecimentos de cuidado e cura, evidenciado em registros históricos desde o século XVII, que apontam para a atuação de parteiras, benzedeiras e curandeiras. Detentoras de conhecimentos específicos sobre o cuidado do corpo e da saúde, suas práticas integram elementos religiosos, fitoterápicos e culturais, advindos das interações entre tradições indígenas, africanas e europeias. A continuidade desses conhecimentos ao longo do tempo deve-se, em grande parte, aos esforços dessas mulheres em preservá-los e transmiti-los às gerações futuras por meio da oralidade e da vivência cotidiana. Essa transmissão envolve o

entendimento da natureza da sabedoria local, baseada na interrelação entre crenças, conhecimentos e práticas, adquiridas na convivência com pessoas detentoras desse saber. Assim, esses conhecimentos resistem e se fortalecem em territórios marcados pela violência e pelo apagamento. Reconhecê-los como formas legítimas de promoção da saúde significa superar a centralidade do paradigma ocidental, biomédico e colonial, ampliando o campo da saúde com práticas plurais, horizontais e coletivas. Portanto, valorizar o papel dessas mulheres contribui para a construção de políticas e práticas de cuidado que respeitem suas especificidades e cosmovisões, possibilitando o reconhecimento de conhecimentos outros em saúde.

UMA TRAJETÓRIA NO MOVIMENTO INDÍGENA: A ATUAÇÃO POLÍTICA DE MARIA QUITÉRIA PANKARARU DURANTE A REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA (1980-1990)

Verônica Araújo Mendes
Universidade Federal Rural de Pernambuco
historia.veronica96@gmail.com

Este trabalho se propõe discutir a trajetória política de Maria Quitéria de Jesus, conhecida como Quitéria Binga, liderança indígena mulher Pankararu que atuou no Movimento Indígena Brasileiro, o foco recairá no período da redemocratização, entre os anos de 1980 e 1990. Tendo em vista que a historiografia sobre o Movimento Indígena no período da redemocratização apresenta lacunas quanto ao protagonismo das indígenas mulheres – onde se observa uma predominância de abordagens generalistas as quais invisibilizam agências femininas específicas –, focalizo a atuação política de Quitéria como janela analítica para compreender processos históricos mais amplos, com destaque para a conformação do Movimento Indígena Brasileiro e a inserção das indígenas mulheres como agentes políticas construtoras deste movimento. Para tanto, estabeleço diálogos teóricos-metodológicos com a perspectiva biográfica contextual (Levi, 1996), em oposição à ilusão biográfica (Bourdieu, 1996), além da crítica à colonialidade de gênero oriundas das epistemologias decoloniais (Lugones, 2020; Ramos Pankararu, 2019). No escopo documental, encontram-se quatro recortes de impressos localizados no Centro de Referência Virtual Indígena, a saber, matérias do “Jornal Porantim” (1983, 1989) e do “boletim Aconteceu Especial” (1987/1988). Com a pesquisa foi possível identificar o amadurecimento gradativo da militância de Quitéria, desde o enfrentamento da exploração territorial em 1983 até seu protagonismo no “I Seminário da Mulher Indígena”, em 1990, evento considerado marco na constituição do Movimento de Mulheres Indígenas (Sampaio, 2021), demonstrando como sua trajetória individual se articula, dialeticamente, com as estruturas políticas, econômicas e socioculturais da Nova República. Ademais, o trabalho dialoga com o eixo temático “o protagonismo das mulheres indígenas: narrativas, memórias e trajetórias de seu corpo-território na reconstrução do bem viver”, ao apresentar a trajetória política de Quitéria Pankararu como exemplo do protagonismo feminino indígena na construção do Movimento Indígena Brasileiro, recuperando narrativas e memórias invisibilizadas pela historiografia masculinizante e colonialista.

A SANTIDADE DAS MULHERES: RELIGIOSIDADES FEMININAS E ESCRAVIDÃO INDÍGENA NO RECÔNCAVO BAIANO (1553 – 1595)

Caio Viana dos Santos
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
caiovianadosantos09@gmail.com

Márcia Maria da Silva Barreiros
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
mmbarreiros@yahoo.com.br

O presente artigo versa sobre a trajetória de Iria Alves, indígena, capturada no baixo do Paraguaçu, em tenra idade, na década de 1550. A partir da documentação gerada pela Primeira Visitação do Santo Ofício, buscou-se analisar sua trajetória e rede de sociabilidades e de que modo ela se apresenta permeada de pistas e vestígios acerca das religiosidades femininas e da escravidão indígena no Recôncavo, na segunda metade do século XVI. Mecanismos de adaptabilidade utilizados por Iria, seus êxitos, fracassos e recomeços, foram colocados em perspectiva no intuito de melhor entender o ciclo de escravização dos povos indígenas na Capitania da Bahia. Procurou-se também esmiuçar as guerras engendradas contra os nativos, as diferentes políticas indigenistas ensaiadas no espaço analisado e suas violações, através de relatos de cronistas e eruditos da América Lusitana. Além disso, debruçou-se sobre a documentação inquisitorial, localizando as práticas religiosas heterodoxas, protagonizadas por mulheres de ascendência ameríndia. Para tanto, lançou-se mão das ferramentas metodológicas criadas pela Micro-História e pela

Escola Baiana de História Indígena. Pode-se constatar que as guerras direcionadas pelos adventícios desestabilizaram as comunidades autóctones, gerando reações de rebeldia que envolviam o sagrado. Bem como, verificou-se que a adaptabilidade das indígenas ao novo sistema dominante se fez lugar-comum.

O GRITO DE LUCIRENE BEHEDERU GAMA JAVAÉ

Keyliane dos Anjos Leitão
Universidade Federal do Tocantins - UFT
keyliane.anjos@mail.uft.edu.br

Jocyleia Santana dos Santos
UFT/HHFPE

Marcilene de Assis Alves Araujo
OPTTINS/PPGES/UNIRG/TO

O presente trabalho é um recorte da dissertação de título: “Trajetória da educação escolar indígena: um olhar sobre a Escola Indígena Watakuri na comunidade Javaé (2007-2017), em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Tocantins. O subestudo tem como objetivo evidenciar o protagonismo de Lucirene Behederu Gama Javaé, mulher indígena da etnia Javaé, cuja trajetória revela a força feminina na luta pela educação, pela preservação cultural e pela defesa do território. A pesquisa, de abordagem qualitativa e fundamentada na metodologia da História Oral, foi construída por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas na aldeia Boa Esperança, situada na Ilha do Bananal, Tocantins, com base na escuta e no reconhecimento das vozes e memórias da participante. As narrativas de Lucirene revelam um percurso marcado pela superação de violências e desafios pessoais, que se transformaram em força coletiva para a criação da Escola Indígena Watakuri, símbolo de resistência e afirmação cultural. Por meio de sua liderança e atuação como professora, articulou o diálogo com órgãos públicos e assegurou conquistas significativas como a construção da escola, a implantação do poço artesiano, energia elétrica e melhores condições de ensino. A trajetória de Lucirene expressa o poder das mulheres indígenas como guardiãs do corpo-território, da memória e dos saberes ancestrais, reafirmando o protagonismo feminino na reconstrução do Bem Viver.

KURE RUBÄ NÖTXI

Cleia Jaboti
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
jaboticleia7@gmail.com

Orientadora Gicele Sucupira
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Apresento uma pesquisa que está sendo feita na Terra Indígena Rio Guaporé, na aldeia Baía das Onças, com a minha avó, Wadjidjika Nazaré Arikapú e Djeoromitxi de 85 anos de idade. Ela é bilingue, fala a sua língua materna Arikapú e a língua Djeoromitxi. É importante ressaltar que ela é a última falante da língua Arikapú e resistiu às doenças, como: sarampo, malária, tuberculose, entre outras. Ela foi tirada do seu território tradicional localizado no Município de Alta Floresta para trabalhar nas colocações/seringais. Deixou seus pais para trás, quando era ainda jovem, pois já era casada com Kubähi Ariano Kurupfû, que foi nomeado pelo não indígena de ‘Raimundo Jaboti’. Eles foram trabalhar na extração da borracha, morando nas colocações e vivendo um período de escravidão no seringal, onde tiveram duas filhas. No decorrer dos anos conseguiram fugir dos seringalistas, descendo o Rio Guaporé e Mamoré sem nenhum destino certo. Nesse trajeto, ela passou uma temporada no lata que agora é distrito, depois foi para Guajará-Mirim, onde conheceu um padre que a levou para Sagarana. Logo após, foram morar na Baía da coca. Não gostaram do lugar porque tinha muito mosquito. Em seguida foram para Ricardo Franco, onde encontraram alguns parentes que também foram expulsos das suas terras. Nesse lugar ela conseguiu se estabilizar e cuidar dos seus oito filhos. Só que nessa localidade, a terra é muito arenosa e não era muito boa para o plantio. Por isso, no ano de 1989 resolveram se mudar para Baía das Onças, quando ainda não era aldeia, só era um lugar de colocação de extração de dormente, onde morava uma família do povo Cujubim e Makurap. Foi nesse lugar que meus avós conseguiram repassar um pouco dos seus conhecimentos para seus filhos, pois sua sabedoria ancestral é inédita e a futura geração tem muito que aprender com ela. A valorização dos conhecimentos ancestrais são muito importantes para o povo

continuar resistindo, praticando e fortalecendo a cultura, língua, culinária, ervas medicinais, história, cantos, pintura entre outras sabedorias. Com tudo isso o povo terá autonomia da sua própria identidade.

HÃWYKY BÈDÈNYKŸNANA: PRÁTICAS CULTURAIS JAVAÉ E O PAPEL DAS MULHERES NA TRANSMISSÃO DE SABERES ANCESTRAIS

Mirley Kutaharu Javaé
UFG
mirleykutaharujavae@gmail.com

Tamires Maia Gonçalves Pereira Mendonça
UFG

Entre os Javaé, povo indígena da Ilha do Bananal, no Tocantins, a passagem da infância para a juventude feminina é marcada por uma cerimônia profundamente sagrada, na qual a família e a comunidade reafirmam valores, responsabilidades e conhecimentos tradicionais. Desta forma este resumo analisa a cerimônia de passagem Hãwyky BèdènykŸnana, realizada pelo povo Iny Javaé, enfatizando sua relevância para a formação das jovens e para a continuidade dos saberes ancestrais conduzidos pelas mulheres. A investigação buscou compreender como o ritual expressa modos próprios de educar e fortalecer vínculos comunitários, revelando a centralidade feminina na organização da vida coletiva. A metodologia adotada é qualitativa e etnográfica, fundamentada nas narrativas das mulheres indígenas e na descrição dos elementos que compõem a cerimônia, considerando os sentidos atribuídos pela própria comunidade às práticas realizadas. O desenvolvimento apresenta etapas de preparação da jovem, o uso dos adereços tradicionais, o preparo dos alimentos ritualizados, a participação dos parentes próximos e o período de resguardo, momento em que habilidades, responsabilidades e formas de viver são ensinadas pelas mulheres mais velhas. Os resultados indicam que a Hãwyky BèdènykŸnana atua como espaço de fortalecimento dos vínculos familiares e de preservação das técnicas, dos valores e dos conhecimentos que sustentam a identidade Javaé. Dessa forma conclui-se que a análise da cerimônia evidencia o protagonismo das mulheres indígenas na manutenção dos modos de vida, na transmissão de saberes tradicionais e na afirmação de suas formas próprias de produzir e compartilhar conhecimento.

AS MESTRAS DE OFÍCIO DA CURA: PROTAGONISMO FEMININO INDÍGENA E OS SABERES TERAPÊUTICOS PARA A MANUTENÇÃO DO BEM-VIVER AMAZÔNICO

Eva Moura dos Santos
Itamar Rodrigues Paulino
Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA
evamouraa@gmail.com

O sistema de saúde indígena na Amazônia é estabelecido por meio do conhecimento e do ofício de manejo tradicional de plantas terapêuticas, constituindo um pilar essencial para a cura e para a estabilidade cosmológica. Este Resumo visa apresentar uma análise do protagonismo feminino indígena na transmissão e conservação desse valioso acervo cultural, examinando o papel fundamental das mulheres como Mestras de Ofício do saber de cura e promotoras da autonomia comunitária. A investigação ancora-se nos referenciais da Etnoecologia e nos conceitos de Saúde Indígena, utilizando a história oral como ferramenta metodológica para documentar o ofício de manejo e a dinâmica de gênero na transferência intergeracional de conhecimento. Demonstra-se que o domínio das plantas não apenas sustenta o sistema terapêutico, mas também concretiza a filosofia do Bem-Viver e da qualidade de vida, compreendido como um estado de equilíbrio contínuo entre o corpo e o ecossistema. Os resultados indicam que a agência feminina na gestão desses saberes é vital para a soberania sanitária das comunidades, atuando como uma estratégia de protagonismo cultural frente à desvalorização e à pressão da medicalização externa. Conclui-se que o papel das mulheres, como principais detentoras e transmissoras do saber terapêutico, é determinante para a resiliência cultural e ecológica dos povos amazônicos, merecendo reconhecimento enquanto política efetiva de conservação e saúde.

CULTURA, REPRESENTATIVIDADE POR MEIO DA TRAJETÓRIA DA CACICA LUCIANE PEREIRA RUBEM EM SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ/AM

Fabiana Lopes Saquiray
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
fabianasquiray62@gmail.com

Julio Claudio da Silva
Universidade Federal do Amazonas
julio30clps@gmail.com

O presente resumo destaca um artigo da disciplina de doutoramento Cultura e Representação. A pesquisa abordará sobre a trajetória e do protagonismo da cacica Luciane Pereira Rubem. Santo Antônio do Içá está localizada na região Norte do Brasil. É um dos sessenta e dois municípios que compõem o estado do Amazonas, a 888 km em linha reta da capital Manaus e 1.310 km por via fluvial, é uma cidade altamente indígena (Kokama, Witoto, Ticuna, Kaixana e dentre outros) cidade banhada pelo grande Rio Solimões. A metodologia utilizada para tal resultado foi a História Oral de Vida. O trabalho busca apresentar a cultura, representatividade de uma mulher da etnia Kokama e trazer seu histórico de resistência e luta por uma vida digna enquanto liderança cacica. Trata-se de uma análise que busca enfatizar a história indígena, sua luta por direitos e também a história, cultura e representatividade. A história indígena não contada por mulheres é comum na história dita oficial, por muito tempo nós povos indígenas sempre estivemos as sombras das histórias, mas nós mulheres kokamas temos nosso histórico de luta e resistência contra os estereótipos, preconceito e discriminação que por vezes tentam apagar a nossa existência. Combater o apagamento de nossas identidade, linguagem, cultura e tradição tem sido o desafio de mulheres kokamas do Alto Solimões no Amazonas. Todavia nós indígenas existimos e estamos em vários lugares, nossas culturas estão vivas e fazem sentido para nós seja em nossos territórios ou fora deles, as mulheres indígenas kokama que moram em Santo Antônio do Içá/AM ocupam lugares de lideranças com destaque nesse trabalho a cacica: Luciane Pereira Rubem que é liderança da ASSOCIAÇÃO INDÍGENA KOKAMA DE AGRICULTORES DOS BAIRROS DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ-AIAKBSAI, a associação está localizada no Bairro da Independência no contexto Urbano e conta com 634 associados que se auto afirmam indígena kokama. A linha de concentração da pesquisa é Cultura e Representação. Atuando na Nova História Cultural Indígena

MULHERES WAI WAI: TRANSFORMAÇÕES, DESAFIOS E CAMINHOS ENTRE TERRITÓRIOS

Elaíde Tapuri Wai Wai
Itamar Rodrigues Paulino
Universidade Federal do Oeste do Pará -UFOPA
elaidewaiwai@gmail.com

Este estudo analisa o protagonismo das mulheres Wai Wai nos processos de transformação sociocultural que emergem quando elas transitam entre diferentes territórios, como aldeias, cidades, universidades, instituições de saúde e espaços administrativos. Essas mobilidades revelam desafios que atravessam corpo, identidade, espiritualidade, memória e pertencimento, exigindo coragem, adaptação e estratégias de resistência diante das mudanças que marcam a realidade indígena contemporânea. A pesquisa busca compreender como essas mulheres constroem caminhos próprios entre mundos distintos, articulando saberes tradicionais, responsabilidades comunitárias, práticas de cuidado, trajetórias acadêmicas e experiências urbanas que ampliam sua presença social. A partir de revisão bibliográfica, relatos orais e vivências socioculturais, observa-se que as mulheres Wai Wai enfrentam barreiras linguísticas, preconceito, desigualdades estruturais e pressões externas, mas transformam essas experiências em força para reafirmar sua identidade e fortalecer seus papéis dentro e fora do território. Suas ações revelam negociações simbólicas que envolvem língua, território, ancestralidade, maternidade e espiritualidade, mostrando que o corpo feminino atua como território vivo de continuidade cultural. Os resultados indicam que essas trajetórias fortalecem o bem viver, renovam vínculos comunitários e ampliam a participação das mulheres em processos decisórios. Conclui-se que compreender esses caminhos permite reconhecer a centralidade das mulheres Wai Wai na preservação dos saberes ancestrais, na sustentação das redes de cuidado e na construção de novas possibilidades de futuro para seu povo.

O QUE ELAS FAZEM AQUI? PROCESSOS DE REOCUPAÇÃO DE MULHERES NO MOVIMENTO INDÍGENA

Taynara Alves Lobato
Universidade Federal do Amazonas-UFAM
taymunduruku@gmail.com

A articulação de mulheres indígenas dentro e fora dos territórios sempre resistiu. Antes mesmo de existir organizações, movimentos e associações indígenas. No entanto, a presença de mulheres indígenas em espaços de poder no movimento indígena sempre foi um tabu. As mulheres só eram consultadas quando se tratava de saúde e cuidado com o corpo. Mas nunca para assumir espaços de poder. Com a entrada das mulheres no movimento indígena, nos deparamos com outros espaços de violência e resistência. O que denominamos de machismo feminino através da perspectiva de Rita Segato antropóloga que traz a perspectiva do machismo feminino vindo de mulheres. No Estado do Amazonas, boa parte das organizações são comandadas por mulheres indígenas, mulheres essas que passam por processos de violência dentro e fora dos movimentos indígenas, lutando por políticas públicas específicas e diferenciadas para mulheres indígenas, que muitas das vezes não são amparadas por leis. A Lei Maria da Penha é uma delas. E quando tratamos de acesso à educação, as mulheres indígenas, muitas das vezes são impedidas por seus companheiros de ter acesso à educação, pois a educação segundo Paulo Freire, é libertadora. Quando mulheres indígenas saem dos seus territórios para adentrar o meio acadêmico, ao retornarem muitas das vezes, politizadas sobre o que é violência doméstica, psicológica e matrimonial são consideradas "colonizadas demais". O que antes era visto como cultura, hoje tem outro nome: violência contra mulheres indígenas. O movimento de mulheres hoje traz como pauta não somente questões voltadas a mulheres indígenas, mas como também, atualmente temos uma amplitude de debates sobre gênero e sexualidade. Uma educação específica e diferenciada, articulação para a políticas públicas dentro e fora deste territórios, acesso e oportunidades. As mulheres atualmente estão ocupando diversos espaços que antes eram limitados somente à saúde do corpo. Vale salientar que todos os conhecimentos voltados ao corpo, e ao espiritual partem de mulheres indígenas. As mulheres indígenas são as que detêm todos os espaços de conhecimento. O corpo-território é a extensão dos nossos corpos. No entanto, o corpo é memória, sabedoria, existência e resistência. Por fim, os processos de preocupação de mulheres indígenas dentro dos movimentos não são temporários, são permanentes e fortes.

O PROTAGONISMO POLÍTICO DAS MULHERES INDÍGENAS DO ALTO RIO NEGRO A CONSTRUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS DO ALTO RIO NEGRO

Clarice Gama da Silva Arbella
AFAM
claraduhigo@gmail.com

Com base na vivência e diálogo estabelecidos com as Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro em Manaus, foi realizado o estudo fundamentado na reconstrução do valor da identidade étnica e cultural. No caso específico destas protagonistas sociais, observa-se a transição de uma vida em isolamento para uma vida de coletividade, quando as mesmas passam a integrar de forma ativa a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro em Manaus – AMARN. Tecendo as histórias de vida compartilhadas de liderança das Mulheres Indígenas, é possível compreender a dinâmica da inserção que elas experienciaram no novo ambiente social na década de 1980, criando conexões com outras mulheres, especialmente com aquelas que já residiam na cidade de Manaus. O engajamento, com a formalização de uma associação, possibilita para o grupo o encorajamento que garante a luta dos direitos sociais combatendo as violências sofridas no ambiente de trabalho. Assim, foram criadas as condições que permitiram fortalecer o protagonismo político de Mulheres Indígenas dando um novo significado de ser na sociedade indígena e não indígena. Em suas narrativas, essas mulheres destacam esse aspecto, em particular, a associação como o lugar de pertencimento coletivo, indo além da questão étnica. Essa abordagem histórica inicia uma nova forma de atuação e de apropriação por meio da organização política no espaço urbano.

O PROTAGONISMO DAS MULHERES INDÍGENAS

Valéria Marques Batista
UFRJ
valeriamaniwa@gmail.com

Maria de Fátima Lima Santos

O trabalho tem a proposta de visibilizar o protagonismo da mulher indígena, a luta e a afirmação da identidade, do corpo território e dos Povos indígenas do nosso Brasil. As mulheres indígenas têm contestado visões eurocêntricas e colonizadoras, através da ocupação de espaços políticos, culturais e sociais, uso de tecnologias, e reivindicação de direitos territoriais e culturais, como visto em suas atuações e no processo constituinte, mudando narrativas históricas, preservando memórias e construindo políticas para si e seu povo. O objetivo desse artigo é escrever sobre as mulheres indígenas, protagonistas da construção e mudança neste país. O estudo se justifica pela necessidade de dar visibilidade às narrativas escrevíveis dessas mulheres, e práticas de resistência que são silenciadas nas discussões sobre produção de conhecimentos e saberes ancestrais. A metodologia utilizada é a *escrevivência indígena*, uma forma de escrita inspirada em Conceição Evaristo e em seu conceito *escrevivência*, que se alimenta da experiência, da memória e da história vivida pelo sujeito, transformando o ato de narrar em um ato político de resistência e autodefinição. Ser protagonista não é apenas participar, mas ser ator principal, das lutas que contribuem com a construção histórica do nosso país, passada e presente. Desta forma, as mulheres indígenas mudam o rumo e as pautas do seu povo, combatendo o apagamento histórico e paternalista, mostrando a pluriversidade de povos e a diversidade cultural que existe em nosso país, e também a resistência e resiliência, em não silenciar e dar vozes a outras mulheres, contrariando todo sistema capitalista e patriarcal do Brasil.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 52 - LÍNGUAS INDÍGENAS DE SINAIS - LIS E LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

Coordenação:

David Kaique Rodrigues dos Santos (Grupo de Trabalho Nacional das Línguas Indígenas de Sinais - GT LIS)
Letícia de Souza Magalhães Damasceno (UFBA)
Ronice Müller de Quadros (UFSC)

Resumo do Simpósio Temático: Este Simpósio Temático se propõe a agregar trabalhos que envolvam discussões sobre Estudos a respeito das Línguas Indígenas de Sinais – LIS e da Língua Brasileira de Sinais - Libras, com intuito de ampliar discussões a respeito do plurilinguismo para potencializar políticas educacionais e linguísticas que desconstruam a cultura fortemente monolíngue existente no país. Para tanto, almejamos agregar pesquisas que envolvam estudos teóricos e/ou práticos sobre a história das LIS, da Libras e das LES no que concerne aos estudos sobre os aspectos educacionais e linguísticos que abarquem reflexões e reformulações metodológicas de línguas de sinais, e que favoreçam estudos no plano de análise e descrição das LIS e da Libras, além de permitir uma revisão literária a respeito da diversidade linguística e sua função identitária, territorial, social, cultural e política em vários contextos sociais, escolar, acadêmico, sob um enfoque político linguístico das línguas de sinais existentes no Brasil. Espera-se ao fim deste ST que haja resultados de pesquisas que possam ser divulgados para a comunidade acadêmica e sirvam de “(re)caminho” para o reconhecimento, valorização, preservação, vitalização, cooficialização e oficialização das Línguas Indígenas de Sinais das diversas etnias indígenas brasileiras.

A EXPERIÊNCIA DE TRADUZIR LÍNGUAS INDÍGENAS DE SINAIS NO “DOCUMENTÁRIO ALIANÇA MULTIÉTNICA”

Tamara Pereira da Silva Machado
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
tamaralibrasjp@gmail.com

Edson Rodolfo Ferreira Ramos
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
rodolforamos504@gmail.com

Este artigo apresenta uma análise minuciosa e reflexiva sobre a experiência de atuação como tradutora de Libras e Línguas Indígenas de Sinais no processo de produção de um documentário que retrata práticas culturais e narrativas de um povo indígena. A experiência vivida demonstra que a tradução neste contexto não se restringe à simples transmissão de informações linguísticas, mas envolve um conjunto complexo de responsabilidades culturais, históricas e comunitárias. Traduzir conteúdos indígenas exige, sobretudo, pertencimento e sensibilidade, pois as línguas de sinais dos povos originários carregam conhecimentos ancestrais, memórias coletivas, formas próprias de ver o mundo e modos de narrar profundamente ligados ao território, à espiritualidade e às relações comunitárias. Assim, este trabalho reafirma que a tradução indígena é um espaço de resistência e preservação identitária, segundo Moura se explicou “as siglas LIS para as Línguas Indígenas de Sinais, TILIS que representa os Tradutores Intérpretes das Línguas Indígenas de Sinais que leva em consideração a identidade indígena.” (MOURA, INDIRA; 2025, página 5). O texto discute, de forma detalhada, que o papel da tradutora indígena vai além da competência técnica. Muitas produções audiovisuais cometem erros ao escolher profissionais sem vivência cultural para traduzir conteúdos indígenas, resultando em perdas significativas de sentido ou representações distorcidas. Esta experiência mostra que somente a pessoa indígena que cresceu imersa em práticas culturais ou mesmo tendo crescido em ambiente urbano, conserva a ancestralidade ensinada por sua família, que molda sua identidade e orienta sua prática tradutória, valores espirituais, narrativas e vivências comunitárias possui as ferramentas simbólicas necessárias para interpretar e traduzir expressões que ultrapassam o nível da língua e alcançam o campo do significado cultural. Assim, a tradução torna-se também um ato político e de afirmação identitária, no qual a tradutora indígena assume o papel de guardiã dos sentidos, responsável por garantir que o conteúdo final do documentário respeite e represente fielmente o povo retratado. A metodologia utilizada foi construída a partir de uma abordagem qualitativa, centrada no relato de experiência, na observação participante e na pesquisa aplicada durante o processo tradutório. As etapas incluíram análise profunda do roteiro, estudo das especificidades das línguas indígenas de sinais utilizada, pesquisa terminológica, compreensão dos contextos culturais presentes no audiovisual, debates com membros da comunidade indígena para validação linguística e simbolicamente correta, e adaptação das escolhas tradutórias para garantir que as línguas de sinais envolvidas Libras e as línguas indígenas de sinais mantivessem suas identidades sem

sobreposição ou apagamento. A vivência revelou desafios significativos, como a ausência de equivalentes diretos entre línguas, a necessidade de traduzir conceitos espirituais que não existem em Libras, e o cuidado com símbolos culturais sensíveis que carregam significados profundos. Os resultados desse processo evidenciam que o trabalho de tradução indígena é essencial para assegurar autenticidade no audiovisual, além de promover acessibilidade com responsabilidade cultural. A prática mostrou que a tradução pode funcionar como ferramenta de fortalecimento das línguas de sinais indígenas, contribuindo para sua valorização e preservação em um cenário artístico e educacional marcado por hegemonias linguísticas. Conclui-se que a presença de tradutores indígenas não é apenas desejável, mas fundamental para que produções que tratam de povos originários mantenham fidelidade aos seus modos de vida. A tradução, nesse contexto, não é um ato neutro: é uma ponte entre mundos, um gesto de preservação cultural e uma forma de garantir que a voz ou, mais precisamente, o corpo e a sinalização dos povos indígenas continuem existindo, resistindo e se expressando de forma digna e verdadeira.

VISÃO ANTROPOLÓGICA DO INDÍGENA SURDO

David Kaique Rodrigues dos Santos
Universidade Federal da Bahia (UFBA) / Aldeia Indígena Caramuru Paraguaçu - Bahia

Hamangai Marcos Melo Pataxó
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Aldeia Indígena Caramuru Paraguaçu – Bahia
hamangaipataxo@ufba.br

Este trabalho tem como objetivo apresentar a visão antropológica do Indígena Surdo abordando o ser Indígena Surdo não como uma deficiência, mas como uma diferença identitária, linguística e cultural que gera identidades e práticas sociais específicas dentro das comunidades indígenas. Assim, a antropologia vê o Indígena Surdo como parte da diversidade humana, focando nas experiências culturais e identitárias dos indivíduos, em oposição a um modelo puramente médico ou clínico. Serão apresentadas também as Línguas Indígenas de Sinais (LIS), línguas usadas em várias comunidades indígenas no Brasil e no mundo, os indígenas surdos desenvolveram suas próprias línguas de sinais, que são distintas da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e das Línguas Indígenas Oraís de suas etnias. A Língua Indígena Pataxó de Sinais (LIPS) recentemente cooficializada no município de Santa Cruz Cabrália - Bahia através da Lei N. 776/2025 proposta pelo Projeto de Lei N. 013/2025 é um exemplo conhecido e estudado no Território Indígena Pataxó de Coroa Vermelha e Mata Medonha no Extremo Sul da Bahia. Nós do povo Pataxó Hãhãhãe iniciamos esse movimento pelo mapeamento da Língua Indígena Pataxó Hãhãhãe de Sinais (LIPHS) que é usada pelos indígenas pataxós hãhãhães surdos. Sobre a identidade e pertencimento, os indígenas surdos formam identidades culturais complexas, que se cruzam com sua identidade étnica. Eles são Indígenas e Surdos, vivendo em um mundo que muitas vezes é hegemonicamente ouvinte e não-indígena. Espera-se que este estudo contribua para a promoção de pesquisas antropológicas sobre essa população que enfrenta o desafio de adotar um olhar descolonizado, que valorize as epistemologias e modos de vidas indígenas, evitando a imposição de conceitos ocidentais de surdez ou educação. A luta pelo reconhecimento legal das LIS e por uma educação multilíngue e diferenciada é ato de resistência identitária, cultural e linguística. Em suma, a visão antropológica destaca a diversidade e a agência dos indígenas surdos na criação de sistemas de comunicação e formas de organização social que refletem suas realidades únicas.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E A LÍNGUA INDÍGENA ATKUM DE SINAIS – LIAS

Izabela Atikum
UFRPE
izarodrigues076@gmail.com

Temos a plena certeza de que, a natureza é universal, mas o ser humano não, é nesse sentido, partindo desse chão, que nos colocamos enquanto comunidade indígena surda do território sagrado Atikum, reafirmando que os corpos dos indígenas surdos, também são atravessados por sua sexualidade, origem étnico racial, classe social, e que ocupa espaço e tempo diversos, e não será diferente para os indígenas Atikum surdos/as, que pertencem ao contexto cultural próprio do seu povo, o que significa termos, a necessidade e o direito de registrar os sinais que emergem das nossas origens, costumes e tradições, do nosso pertencer. Essa especificidade não pode continuar sendo visibilizada, apagada ou vista simplesmente como gestos ou sinais caseiros, precisa melhor compreendê-la e respeitar, pois a mesma trará naturalmente, e deve, a sua Língua Indígena de sinais – LIS, trazendo sua especificidade linguística, a qual chamamos aqui, Língua Indígena Atikum de Sinais – LIAS, que é a língua do indígenas surdos do povo Atikum, a sua língua materna Dzubukuá, também como modalidade escrita, se fazendo presente como instrumento de ensino,

escuta e expressão, em diálogo com o português, valorizando a educação bilíngue e a revitalização linguística. A educação dos indígenas surdos no contexto do povo Atikum-Umã não se separa dos valores da coletividade, da ancestralidade e do vínculo espiritual com a terra (rada), com os mais velhos (Anranyedde) e com a natureza, respeitando a diversidade e especificidade dos alunos indígenas Atikum surdos. A EDUCAÇÃO INDÍGENA e a EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA passam a ocupar esse lugar de instrumentalização e descolonização dos conhecimentos tidos como universais, por tanto, é fundamental entender como se dar no chão do território, cada uma dessas perspectivas, entendo que, os indígenas surdos pertencem, e tem o direito de conhecer e construir sua identidade indígena surda a partir da ancestralidade e narrativa do seu povo.

ANCESTRALIDADE, LÍNGUA E TERRITÓRIO: A COOFICIALIZAÇÃO DA LIS DO POVO POTIGUARA NA TI DE MONTE MOR COMO CAMINHO DE RESISTÊNCIA E COMUNICAÇÃO.

Edson Rodolfo Ferreira Ramos
UFPB
rodolfoamos504@gmail.com

Rafael Guilherme Pereira Santos
rafael.guilherme.059@ufrn.edu.br

Tamara Pereira da Silva Machado
tamaralibrasjp@gmail.com

A cooficialização da Língua Indígena Potiguara de Sinais no município de Rio Tinto, com foco na Terra Indígena (TI) Potiguara de Monte Mor, representa uma medida crucial para assegurar a plena comunicação e inclusão dos indígenas potiguaras surdos. Este ato é de suma importância social e política, pois reconhece a LIS do povo Potiguara como um sistema linguístico próprio, distinto da Língua Brasileira de Sinais (Libras), e intrinsecamente ligado à cultura, ancestralidade, cosmovisão e território do povo. A proposta de Cooficialização se insere no contexto mais amplo da luta pelos direitos linguísticos indígenas no Brasil e se alinha à Década Internacional das Línguas Indígenas no Brasil (DILI 2022-2032). No desenvolvimento da questão, a Língua Indígena Potiguara de Sinais é apresentada como a chave para a afirmação da identidade Indígena Surda, garantindo que o pertencimento étnico seja priorizado, onde a afirmação identitária e cultural do Indígena Potiguara Surdo seja reconhecida e respeitada, uma vez que por muito tempo a colonização linguística sempre marcou com prejuízos a Língua Indígena Potiguara de Sinais, utilizada pelos indígenas potiguaras surdos. A cooficialização protege e documenta esse patrimônio linguístico cultural. Os principais resultados e conclusões evidenciam que a cooficialização tem implicações diretas e transformadoras, especialmente no campo educacional, ao garantir uma Educação Escolar Indígena bilíngue, multilíngue e acessível. Mais amplamente, o reconhecimento legal assegura a disponibilização de Tradutores e Intérpretes da LIS do povo Potiguara em serviços públicos essenciais, como saúde e justiça, e permite a participação ativa dos indígenas surdos nas decisões comunitárias e nas lutas territoriais. O Município de Rio Tinto, mas precisamente o território indígena de Monte Mor, que abrange essa localidade, estabelece um precedente exemplar de responsabilidade municipal na promoção da diversidade linguística e na garantia da cidadania plena, consolidando a mensagem de que a inclusão deve respeitar a singularidade dos povos originários.

O PROTAGONISMO DO GRUPO DE TRABALHO NACIONAL DAS LÍNGUAS INDÍGENAS DE SINAIS (GT LIS) NO BRASIL

David Kaique Rodrigues dos Santos
Aldeia Indígena Pataxó Coroa Vermelha
davidlibras6@gmail.com

Altaci Corrêa Rubim

Indira Simionatto Stedile Assis Moura

Izaela Maria da Silva Rodrigues

Karina da Costa Santos

Este trabalho tem como objetivo socializar as orientações que conduzem, os estudos, pesquisas voltadas às Línguas Indígenas de Sinais (LIS) e a Educação de Indígenas Surdos. Na Década Internacional das Línguas Indígenas no Brasil - DILI 2022-2032/UNESCO, o Grupo de Trabalho Nacional das Línguas Indígenas de Sinais - GT LIS é o responsável pelas diretrizes voltadas às Línguas Indígenas de Sinais - LIS e a Educação de Indígenas Surdos no Brasil. No movimento indígena o lugar de fala é da COLETIVIDADE, ou seja, indígenas ouvintes, indígenas surdos são protagonistas no uso e no ensino das LIS. O levante das nossas línguas é um momento sagrado que todos dentro da comunidade participam efetivamente sem distinção. Nesse sentido, propomos a Família Linguística das LIS e o BRASLIND como segunda língua para os nossos parentes Indígenas Surdos. Faremos a apresentação da Família Linguística das LIS de acordo com o GT LIS que é parte do movimento. Esperamos que este trabalho possa contribuir para as futuras pesquisas e para a preservação das LIS nos territórios e nas cidades.

ENTRE A MÃO, O CORPO, A HISTÓRIA E A ANCESTRALIDADE: OS INDÍGENAS SURDOS E NEGROS SURDOS NA EDUCAÇÃO E NA SOCIEDADE

Indira Simionatto Stedile Assis Moura
gtlis2032@gmail.com

Erliandro Felix Silva
felix.silva@ifsp.edu.br

O presente estudo surge a partir do Projeto de Extensão 'Tecendo Redes, Construindo Saberes: descolonizar, interculturalizar e democratizar para in-surgir, re-existir e re-viver', o qual se constitui enquanto um espaço de discussão e de cooperação, cujo objetivo central é socializar experiências e estabelecer vínculos e relações para as permanências exitosas de estudantes indígenas no ensino superior, bem como propor e criar mecanismos de colaboração entre as/os estudantes indígenas e não indígenas da Universidade do Estado do Amazonas, valorizando as histórias, os conhecimentos, as culturas, os saberes, as línguas, e os projetos futuros dos seus povos. As atividades são desenvolvidas de forma colaborativa com comunidades e organizações que atuam na luta e defesa das causas e das línguas indígenas. Na pesquisa, privilegiamos a perspectiva que possibilita a visibilização de maneiras diferentes de ser, de viver e de saber, bem como aquelas que buscam desenvolver e construir compreensões e condições que, não somente se articulem, mas também dialoguem com as línguas indígenas e as diferenças em marcos de dignidade, legitimidade, equidade, respeito, igualdade..., ao mesmo tempo que oportunizem a criação de modos de pensar, sonhar, aprender, ensinar e viver assentados em histórias, vivências e experiências de combate e desconstrução das diferenças/hierarquizações coloniais. Assim, o 'Tecendo Redes, Construindo Saberes', fundamenta-se no diálogo pautado na decolonialidade e na interculturalidade crítica, os quais podem contribuir para pensarmos e problematizarmos significados, processos, lutas, iniciativas e agências que se entrecruzam tanto conceitual, quanto pedagogicamente. Ele também assume o compromisso de encorajar iniciativas, forças e perspectivas éticas que questionem, transgridam, sacudam, desloquem, transformem, construam, rearticulem... os contextos sociais marcados pelas colonialidades, favorecendo a visibilização do que os muitos 'multiculturalismos' ocultam e diluem.

LÍNGUAS INDÍGENAS DE SINAIS E LIBRAS: PERSPECTIVAS SOCIOLINGÜÍSTICAS, EDUCACIONAIS E POLÍTICAS PARA O RECONHECIMENTO DA DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA NO BRASIL

Maria Daniela Mendes
Unioeste
danimendes13091981@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo discutir a diversidade linguística das Línguas Indígenas de Sinais (LIS) e da Língua Brasileira de Sinais (Libras), enfatizando seu papel identitário, cultural e político no contexto brasileiro. Considerando a histórica predominância de uma cultura monolíngue, propõe-se refletir sobre a importância do plurilinguismo para o desenvolvimento de políticas educacionais e linguísticas de equidade. Por meio da revisão bibliográfica e análise de estudos recentes sobre a documentação, descrição, preservação, revitalização e valorização das LIS através do Grupo de Trabalho Nacional das Línguas Indígenas de Sinais (GT LIS), busca-se compreender como essas Línguas Indígenas podem ser reconhecidas, cooficializadas e vitalizadas, garantindo seu espaço em contextos educacionais, acadêmicos e sociais. Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para a divulgação do conhecimento sobre a diversidade das LIS, fortalecendo iniciativas de reconhecimento, preservação e promoção da identidade linguística das comunidades indígenas no Brasil.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 53 - ARQUEOLOGIA, PATRIMÔNIO CULTURAL E TERRITÓRIOS INDÍGENAS: DISPUTAS E RESSIGNIFICAÇÕES

Coordenação:

Lennon Oliveira Matos (UNEB)
Géssika Souza Macêdo (UNEB)
Jéssica Rafaella de Oliveira (UNEB)

Resumo do Simpósio Temático: Considerando o recente avanço do Projeto de Lei nº 2.159/2021, que busca reformular as diretrizes do licenciamento ambiental, nota-se um contexto de ataques e retrocessos ao patrimônio cultural e a proteção do meio ambiente. Tal situação implica também nas ações da Arqueologia na avaliação do potencial de impacto das obras sobre tais bens culturais e territórios. Além disso, as ações da Arqueologia possuem a peculiaridade de caracterizar o que é patrimônio cultural e se apropriar destes bens para análises e pesquisas, por vezes, levando a disputas com as populações indígenas, por exemplo. As atuais discussões sobre repatriação e restituição de bens culturais também demonstram a relevância dos questionamentos sobre o discurso oficial da Arqueologia, que justifica suas ações pelo interesse científico. Isto posto, destaca-se a importância das vozes e da atuação das populações indígenas na busca pela autonomia da salvaguarda de seus bens culturais, que ainda são insuficientes em meio ao cenário de disputas narrativas e territoriais. Tal cenário evidencia uma incapacidade atual dos instrumentos legais e das instituições públicas na salvaguarda do patrimônio cultural e dos territórios indígenas. Diante da conjuntura atual, este Simpósio busca articular os diálogos em três eixos: a) a importância da Arqueologia para a proteção e identificação de Territórios Indígenas e os impactos decorrentes dos projetos de Licenciamento Ambiental; b) o Patrimônio Cultural apropriado por instituições científicas nacionais e estrangeiras e as atuais ações de salvaguarda, restituição e repatriação destes bens culturais; c) a articulação entre patrimônio arqueológico e saberes das comunidades locais. Desse modo, o objetivo deste Simpósio é promover um espaço para discussões e elaborações de ressignificações a respeito da Arqueologia, Patrimônio Cultural e Territórios Indígenas.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO POVO POTIGUARA NO ENSINO DE HISTÓRIA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E SABERES INDÍGENAS

Miriam Gomes do Nascimento
Universidade Federal da Paraíba

A pesquisa, intitulada o Patrimônio Cultural Imaterial do Povo Potiguar no Ensino de História: Práticas Pedagógicas e Saberes Indígenas busca compreender de que modo o Patrimônio Cultural Imaterial do povo Potiguar, situado no litoral norte da Paraíba, pode ser mobilizado como recurso didático no ensino de História. O estudo emerge da prática docente e da experiência como pesquisadora e professora Potiguar, que reconhece nos espaços simbólicos do território fontes legítimas dos saberes indígenas e importantes instrumentos de resistência cultural. Os procedimentos metodológicos adotados incluem entrevistas semiestruturadas, rodas de conversa, observação participante, registros fotográficos e análise documental, permitindo uma leitura sensível das práticas pedagógicas de professores indígenas. A fundamentação teórica articula autores que discutem os lugares de memória e o patrimônio como construções simbólicas, defendendo uma educação patrimonial crítica e intercultural. Também integra contribuições de autores indígenas que enfatizam a centralidade da ancestralidade e do território como princípios epistemológicos fundamentais para uma educação decolonial, alinhada às nossas realidades, enquanto povos originários.

SAMBAQUI ILHA DAS OSTRAS: PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E TERRITÓRIO DO POVO TUPINAMBÁ DO LITORAL NORTE DA BAHIA

Edinalva da Silva Mendes
Edy Serigy Tupinambá
Aldeia Boca da Mata - Conde-BA
edi_mendes@hotmail.com

O Sambaqui Ilha das Ostras, localizado no povoado Vila do Conde, município do Conde/BA, constitui um dos mais relevantes sítios arqueológicos do litoral norte baiano e integra um conjunto de formações sambaquieiras estudadas pela arqueologia regional. Pesquisas sobre sua gênese e dinâmica ambiental, como as de Martinelli e Misi, Silva e Santana, evidenciam que o sítio concentra informações essenciais sobre os modos de vida de populações costeiras

do Holoceno, sendo um marco de longa duração da ocupação humana. Contudo, nas últimas décadas, o sambaqui passou a adquirir novos significados sociais e políticos a partir da mobilização do povo Tupinambá do litoral norte da Bahia, que reconhece o sítio como parte de seu território ancestral, vinculado à memória da antiga Aldeia Boca da Mata. O fortalecimento cultural do povo Tupinambá vem associado à retomada e ressignificação do Sambaqui Ilha das Ostras como lugar de pertencimento, espiritualidade, identidade e futuro coletivo. A comunidade tem reivindicado o direito de ser guardião do sítio, entendendo que sua salvaguarda não deve ocorrer apenas sob a lógica técnico-institucional, mas sob uma perspectiva de gestão territorial indígena, ligada à autonomia comunitária, ao uso sustentável e ao protagonismo étnico. Este processo revela a disputa simbólica e política em torno do patrimônio arqueológico brasileiro, onde a arqueologia e o território indígena se entrecruzam em práticas de resistência e na produção de novas leituras sobre o passado. A experiência do povo Tupinambá no Conde/BA demonstra que a proteção do patrimônio só se efetiva plenamente quando reconhece os vínculos culturais e territoriais dos povos originários, cujas cosmologias e formas de manejo ampliam as possibilidades de preservação e significação do sambaqui.

CADEIA OPERATÓRIA DAS LOIÇAS TUMBALALÁ: ENTRE MEMÓRIAS, SABERES E TERRITÓRIO

Cecília Lopes Marinheiro
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – PPGap/UFRB
ceciliamarinheiropambu@hotmail.com

O presente trabalho versa sobre a cerâmica produzida no território do povo indígena Tumbalalá, como uma prática cultural, histórica e étnica, um bem material e de tradição no território. O território tradicional dos Tumbalalá está localizado entre os municípios de Abaré e Curaçá, ao norte do estado da Bahia, região do submédio do rio São Francisco, onde práticas e saberes são preservados e transmitidos entre as gerações. Dentre as tradições destaca-se a prática das loiças de barro assim chamada entre o povo, é desempenhada majoritariamente por mulheres que na sua maioria são anciãs, detentoras dos saberes do barro. A pesquisa volta-se para a compreensão e o registro do modo de fazer das loiças de barro Tumbalalá e um passo importante é a descrição da sua “cadeia operatória”, onde envolve descrever todas as etapas de produção das loiças, percurso técnico e cultural, mas que uma sequência de gestos, fazer as loiças de barro, expressa saberes e práticas. Os resultados apontam que a cadeia operatória das loiças Tumbalalá constitui um patrimônio cultural vivo, no qual os métodos, técnicas se entrelaçam a memórias coletivas e a uma profunda relação com o território. Conclui-se que a permanência dessas práticas fortalece identidades, promove continuidade cultural e reafirma o protagonismo das mulheres no manejo do barro e na sua preservação do patrimônio cultural do povo. Para a manufatura das loiças as loiceiras na etapa da seleção e coleta do barro reconhecem o barro ideal por meio de critérios sensoriais, como cheiro, textura e cor, além das chamadas “veias do barro”, indicativas de um material de boa qualidade. Após a coleta cuidadosa, o barro passa por etapas de preparo, repouso, modelagem e alisamento, utilizando ferramentas tradicionais como cabaça, seixo, sabugo de milho e couro. As peças são moldadas conforme sua função, como potes, panelas, moringas e aribés, e recebem pintura, com grafismos Tumbalalá. A pesquisa evidenciará a relação do fazer cerâmico com o território e contribuirá para a salvaguarda desses conhecimentos. Pretende ainda gerar subsídios acadêmicos e sociais para a valorização da cultura Tumbalalá e sua inserção nos debates sobre arqueologia indígena e patrimônio cultural. O presente resumo é indicado para simpósio temático 53 - Arqueologia, Patrimônio Cultural e Territórios Indígenas: Disputas e Ressignificações.

AS LOICEIRAS INDÍGENAS PANKARARU: CONTEXTO ETNOARQUEOLÓGICO DA CERÂMICA

Diovana Dionila dos Santos
Universidade do Estado da Bahia
diovanna.dionila@outlook.com

Jéssica Rafaela de Oliveira
Universidade do Estado da Bahia
jessicaroliveira@uneb.br

Esta pesquisa tem como objetivo evidenciar a relevância e o protagonismo das mulheres loiceiras Pankararu, cuja arte da cerâmica representa não apenas um ofício manual, mas um elo profundo com a ancestralidade, o território e os encantados. O estudo busca compreender a cerâmica enquanto expressão da cultura material indígena e instrumento de fortalecimento identitário, destacando o papel das loiceiras como guardiãs de saberes tradicionais e espirituais. A pesquisa aborda o processo de extração e preparo do barro até atingir o ponto ideal de modelagem, a

produção das peças cerâmicas com suas técnicas, materiais e decorações, e, por fim, as práticas culturais associadas, como as danças e rituais em que as cerâmicas são distribuídas e as pinturas corporais realizadas. Observa-se que, no campo da arqueologia, a materialidade ultrapassa o aspecto utilitário, revelando histórias, tradições e significados simbólicos de um povo. Assim, a cerâmica Pankararu se configura como um testemunho vivo de resistência e continuidade cultural, reafirmando o papel das mulheres na preservação e transmissão de saberes. Conclui-se que o fazer cerâmico das loiceiras é uma prática que integra arte, espiritualidade e identidade, sendo essencial para compreender a etnoarqueologia do povo Pankararu e sua permanência cultural no tempo.

PI'O NORI TETSIDEDZA'RA: MULHERES TECENDO NEWIWE

Ana Miranda Top'tiro (Newi Top'tiro)

Universidade Federal do Vale do São Francisco, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia Cultural Survival
newiwetoptiro@gmail.com

Nossa terra fica no estado de Mato Grosso, na T.I. Sangradouro, na aldeia Abelhinha. Atualmente, enfrentamos fatores que afetam nossa saúde, cultura e modo de vida e, por sermos um povo de contato recente, ainda estamos nos ajustando a essa realidade, não apenas pelo contato com os não indígenas, mas também pelas mudanças climáticas que alteram nossos costumes. Em decorrência disso, muitos dos nossos costumes são afetados, incluindo algo muito sagrado para nós: a cultura. Sendo assim, como as plantações de comida estão sendo organizadas, pensei em não deixar que percamos alguns outros modos tradicionais, voltados para nossa identidade visual, para nossas festas e rituais importantes. A ideia do projeto é fazer uma roça de plantas que sirvam de matéria prima para os nossos adereços, inicialmente começando por nossa gravata (Danhõ'rebu'a). Ela é muito usada para festas, rituais, lideranças e momentos importantes e é totalmente confeccionada em algodão. Inicialmente, estamos seguindo o calendário que leve em consideração tanto meus compromissos acadêmicos como as demandas e o ritmo da minha comunidade. Embora seja um processo lento em todas as etapas da preparação da roça, tivemos a oportunidade de desenvolver um trabalho de mídia direcionado ao nosso projeto. Esse trabalho foi nomeado com o mesmo nome do projeto "Pi'o nori tetsidedza'ra", nos propomos a demonstrar um pouco da nossa cultura através das imagens, entrevistando os mais sábios e mais velhos que nos contaram um pouco do processo de produção e aspectos importantes, pois são eles que retêm o maior conhecimento de todas as nossas vertentes culturais, inclusive nossos adornos tão significativos. Mas também, conseguimos demonstrar o uso da gravata em outros momentos, como durante a preparação de um dos jovens que participaria de um dos rituais. E por fim, o processo de fabricação e o modo que era torcido até quase chegar na finalização da gravata. Deste modo, é importante reafirmar que os conhecimentos que envolvem a produção da nossa gravata tradicional, a forma como lidamos com as roças e o plantio, as técnicas que utilizamos para a confecção, envolvem conhecimentos que são transmitidos de geração em geração, os quais marcam a identidade visual e espiritual do nosso povo. Para nós, é wahoimanadze que, no contexto acadêmico podem ser decifradas como patrimônio. É importante reconhecer que esses diferentes elementos da cultura material e imaterial devem ser compreendidos como perspectiva patrimonial que integra a identidade do nosso povo.

ENTRE PEDRAS E PANEAS: MEMÓRIA ANCESTRAL DO TERRITÓRIO MACUXI

Dayana Soares Araújo Paes

Universidade Federal de Roraima-UFRR
dsdayana@hotmail.com

O texto aborda a importância da cerâmica indígena Macuxi, chamada de "Vovó Barro", como expressão cultural e ancestral. Desde os vestígios arqueológicos encontrados em sítios e museus até as peças atuais, percebe-se a continuidade do saber tradicional, mesmo com adaptações estéticas para atender às demandas contemporâneas. A mudança da Mestre ceramista Lídia para Boa Vista impulsionou a comercialização das peças, levando a cerâmica para novos espaços, inclusive acadêmicos, e fortalecendo eventos como o Festival das Paneas de Barro. A memória dos antepassados é preservada por meio de registros arqueológicos, como peças no Museu de Roraima e imagens trazidas do Museu de Berlim, expostas na Casa de Cultura da Raposa I. Essa exposição permanente, intitulada "O fazer que atravessa o tempo", permite comparações entre cerâmicas antigas e atuais, revelando semelhanças na forma e nos acabamentos. A Pedra Pintada, considerada sagrada, é um dos principais sítios arqueológicos, com vestígios datados de até 4 mil anos, reforçando a riqueza histórica de Roraima. Relatos de anciãs e ceramistas indicam que urnas funerárias eram usadas para sepultar pessoas importantes, como pajés e guerreiros, conferindo-lhes respeito e preservando sua memória. Essas práticas refletem concepções cosmológicas sobre vida, morte e ancestralidade. Apesar das transformações motivadas pelo mercado, como mudanças nos acabamentos e criação de

novos modelos, a cerâmica continua sendo um meio de sustento e valorização cultural. Restaurantes e consumidores reconhecem suas qualidades, como manter alimentos aquecidos e não conter aditivos artificiais. Assim, a arte cerâmica Macuxi permanece viva, adaptando-se sem perder sua essência ancestral.

CADEIA OPERATÓRIA DA CERÂMICA PALIKUR NA ALDEIA KUMENÊ: SABERES TÉCNICOS, MEMÓRIA E COSMOLOGIA

Jessica Assis dos Santos
Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA
jessicaassisdossantos22@gmail.com

Irabete Labontê Martins
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP
irabetemartinslabonte@gmail.com

Lilian Rebellato
Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA
lilian.rebellato@ufopa.edu.br

O presente estudo integra as ações do Projeto Energia Limpa, Vida Sustentável, que busca fortalecer práticas tradicionais e promover autonomia cultural nos povos indígenas da região do Oiapoque TI Uaçá, e tem como objetivo documentar e analisar a cadeia operatória da cerâmica Palikur produzida na Aldeia Kumenê, Terra Indígena Uaçá (Oiapoque/AP). A pesquisa se baseia na observação direta em oficina conduzidas, em entrevistas com ceramistas, no registro fotográfico e na comparação com coleções históricas coletadas em 1925, permitindo compreender o sistema técnico como parte de um conjunto mais amplo de saberes interligados à memória e à cosmologia Palikur. As etapas registradas incluem a coleta das argilas vermelha (Ibug Duhweh), branca (Ibug Seyne) e cinza (Ibug Seybetye); o preparo do antiplástico kwep, obtido da queima e peneiramento de cascas; a modelagem por roletes; o alisamento com sementes, pedras para polimento e língua de pirarucu; e a aplicação de engobos, grafismos símbolos e significados. A queima, envolta por normas rituais de silêncio e respeito, destaca o papel do fogo enquanto agente técnico e cosmológico. A análise comparativa com os registros de Nimuendajú revela continuidades significativas, mesmo diante de mudanças territoriais e religiosas, evidenciando a cerâmica como veículo de memória, identidade e transmissão intergeracional de saberes. A permanência de peças como o tukutuku e o wanamyo confirma a vitalidade desse repertório técnico e ritual. Conclui-se que a cerâmica Palikur permanece como um eixo estruturante das relações entre matéria, território, espiritualidade e coletividade.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 54 - ELITES INDÍGENAS NA IBERO-AMÉRICA: AGÊNCIAS, EXPERIÊNCIAS E PROTAGONISMOS (SÉC. XVI-XIX)

Coordenação:

David Barbuda Ferreira (UFMG)

Carlos Hugo Hurtado Ames (Universidad Nacional Mayor de San Marcos)

Adriano Toledo Paiva (IFMG)

Resumo do Simpósio Temático: O estudo das elites indígenas no período colonial, tanto na América Portuguesa quanto na Espanhola, revela um amplo e complexo cenário de negociações, adaptações, resistências e reconfigurações de poder. Entre os séculos XVI e XIX, essas elites desempenharam papéis fundamentais na administração colonial, nas guerras de conquista, na manutenção de hierarquias sociais e na luta por terras e direitos, redefinindo suas estratégias de sobrevivência em face às mudanças provocadas pelos processos de conquista. Longe de serem meros agentes passivos, as elites indígenas demonstraram uma notável capacidade de articulação, buscando preservar e ampliar seus espaços de poder e influência na sociedade americana que estava em construção. A categoria "elite indígena" não era homogênea, nem linear e abarcava diferentes níveis de liderança, prestígio e poder. Na América espanhola, a elite indígena era composta por caciques principais e governadores, cargos com raízes pré-hispânicas relacionados à chefia política e estabelecidos por sucessão hereditária. Na América Portuguesa, a figura central da elite indígena era o "índio principal". Com desenrolar da colonização, esses "principais" passaram a ocupar o cargo de "Governador dos índios", atuando como um elo entre os aldeamentos e as autoridades régias. Na segunda metade do século XVIII, com as reformas pombalinas, novas estruturas surgiram estabelecendo o "principalato" como base da elitização indígena. Nesta perspectiva, este ST tem por objetivo estabelecer um diálogo entre pesquisadores que se dedicam ao estudo das Elites Indígenas na Ibero-América, dando ênfase em suas agências, resistências e demais experiências históricas. A proposta é que os trabalhos abordem as populações indígenas e suas elites no recorte temporal e espacial delimitado. Por fim, este ST tem o propósito de incentivar o debate entre pesquisadores (as) em diferentes momentos de formação, que apresentem análises inovadoras sobre o tema proposto.

“LOS CACIQUES Y LA AMPLIACIÓN DE LAS REDES BUROCRÁTICAS Y ADMINISTRATIVAS EN LOS PUEBLOS DE INDIOS EN EL CORREGIMIENTO DE HUAYLAS DURANTE LOS SIGLOS XVI Y XVII”

Marina Zuloaga

Universidad Nacional Mayor de San Marcos

mzuloagar@unmsm.edu.pe

Si bien la estructura organizativa de las autoridades andinas prehispánicas, el gobierno y la administración de los recursos comunitarios mantuvo ciertas continuidades en el periodo colonial, también sufrió considerables transformaciones. Una novedad creada en los primeros tiempos virreinales fue la bifurcación de los cargos cívicos y religiosos, antes fundidos en la figura del curaca, en dos jurisdicciones complementarias pero separadas entre sí, lo que conllevó una ampliación significativa de la red de autoridades políticas y religiosas de las unidades políticas andinas. Otros cambios muy significativos tuvieron lugar en el gobierno del virrey Toledo en la década de 1570 con la creación de las reducciones indígenas y la introducción del cabildo indígena. La reforma implicó que, al menos sobre el papel, el gobierno de los flamantes nuevos pueblos fuera ahora compartido por los integrantes de esta corporación colegiada con el de las tradicionales autoridades nativas o caciques. Mientras que el cabildo- ahora con facultades políticas y judiciales- estaba conformado por diversos cargos públicos: regidores, escribano, pregonero, carcelero y otros, al mando de los alcaldes, los caciques -ahora a cargo de la organización de la mano de obra y de la mita- se apoyaron en el cumplimiento de sus funciones en una red jerárquica de autoridades tradicionales, la mayoría de ellos caciques y mandones de menor jerarquía. Conforme avanzó la colonización y, al compás de la introducción y adopción de nuevos aprovechamientos en el interior de los pueblos de indios, esta red de cargos cívicos y religiosos se fue haciendo más numerosa y compleja. El objeto de esta ponencia es profundizar en este proceso a través del análisis de la multiplicación de cargos generados por la introducción del ganado europeo en la economía comunitaria (civil y religiosa) de los pueblos de indios del corregimiento de Huaylas en el área norcentral del Perú.

O CACIQUE GONZALO TAULICHUSCO TOHUAINAE E A REINVENÇÃO DAS ELITES INDÍGENAS NO VALE DE LIMA (1535–1559)

Iane Cunha
Universidade Federal de Minas Gerais
cunha.iane@gmail.com

Esta comunicação analisa a trajetória de Don Gonzalo, cacique do vale de Lima, como uma chave para compreender as estratégias de sobrevivência e de negociação política das elites indígenas diante do sistema colonial espanhol em formação. Com base nas probanzas apresentadas por ele, sustenta-se que o cacique acionou mecanismos legais castelhanos para reivindicar direitos, solicitar mercês e denunciar a destruturação de seu senhorio. Don Gonzalo reafirmou sua sucessão legítima por ser filho do Curaca Taulichusco e irmão de Francisco Guachinamo Tohuaina, recorrendo a padrões andinos de herança e, ao mesmo tempo, traduzindo esses critérios para a linguagem jurídico-política espanhola. Para tornar sua demanda inteligível ao império, destacou seus “méritos e serviços”, como as alianças com Pizarro durante o cerco de Lima e o apoio logístico às forças régias nas guerras civis. As suas probanzas revelam, ainda, que tais estratégias emergem em um cenário de colapso demográfico e reordenamento social profundo, no qual a violência fiscal, as coerções e as epidemias corroeram vínculos comunitários e bases materiais do senhorio. Nesse contexto, a conversão, a fundação de instituições e a ocupação de cargos não devem ser lidas apenas como “assimilação”, mas como práticas calculadas de legitimidade e sobrevivência, voltadas a produzir legitimidade política perante a Coroa. A trajetória de Don Gonzalo, portanto, permite compreender as ambiguidades do início do regime colonial: um campo de perdas e imposições, mas também de brechas institucionais nas quais as lideranças indígenas reconfiguraram suas formas de autoridade para persistir, ainda que sob novas e assimétricas condições. Em síntese, a trajetória de Don Gonzalo evidencia que as elites indígenas não foram agentes passivos do processo de conquista, mas protagonistas de uma política de adaptação ativa, capaz de combinar continuidade e tradução cultural. Ao inscrever sua legitimidade curacal em termos andinos e, simultaneamente, traduzi-la para os códigos jurídico-políticos castelhanos, Gonzalo mostra como a linguagem do império podia ser apropriada como instrumento de defesa, negociação e disputa por reconhecimento.

ELITES INDÍGENAS, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO NA SERRA DO IBIAPABA: O CASO DA FAMÍLIA SOUZA E CASTRO (SÉCULO XVIII).

David Barbuda Ferreira
Universidade Federal de Minas Gerais
barbuda.david@gmail.com

A presente comunicação analisa a trajetória da família indígena Souza e Castro, linhagem de lideranças Tabajara que, a partir da Serra da Ibiapaba, na capitania do Ceará, consolidou poder e prestígio ao longo do século XVIII. Por sua localização e por suas características geográficas, a Serra da Ibiapaba não foi apenas um refúgio, mas um território estratégico, marcado por disputas entre potências europeias e por tensões da administração colonial portuguesa. Situada na fronteira entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão e Grão-Pará, a região era central para a integridade territorial da colônia. Nesse contexto, a família Souza e Castro não apenas enfrentou os efeitos da colonização, como também mobilizou instituições do Antigo Regime, como o sistema de mercês, as patentes militares e as ordens honoríficas, para sustentar uma hegemonia local. O trabalho examina, assim, as estratégias de D. Jacob de Souza e Castro e de seu filho, D. Felipe de Souza e Castro, no campo da política indigenista, do período dos aldeamentos jesuítas à implantação do Diretório Pombalino. Analisa-se, em especial, as bases materiais e simbólicas de seu poder, o perfil de suas alianças com a Coroa e os mecanismos administrativos que lhes permitiram governar amplos contingentes indígenas. Destaca-se, por fim, a capacidade de manter prerrogativas de comando associadas ao cargo de Governador dos Índios, mesmo após medidas oficiais que buscaram extingui-lo em 1733. Ao acompanhar essa trajetória, o estudo evidencia possibilidades de ascensão social e política indígena no interior do império português e reforça a compreensão do mundo colonial como espaço de fortes assimetrias, mas também de negociação, mediação e disputa.

LIDERANÇAS INDÍGENAS NO ALDEAMENTO DE SÃO MANUEL DE RIO POMBA, MINAS GERAIS (1767-1800)

Adriano Toledo Paiva
adrianotolpa@gmail.com

Em nossa comunicação analisaremos as negociações dos conquistadores e indígenas dos povos Coropós e Coroados nos processos de instalação da Freguesia de São Manuel de Rio Pomba, nos sertões do termo da cidade de Mariana, Minas Gerais (1767). Dedicaremos atenção especial ao papel dos caciques, lideranças e indígenas providos em postos das ordenanças nas sociabilidades paroquiais, empregando a documentação da Secretaria de Governo da Capitania e dos registros de batismos. Afinal, como os indígenas reunidos no aldeamento internalizaram as estruturas da paróquia implantada em seus domínios? Quais as modificações operadas nas relações sociais e configurações de poder entre os indígenas nos processos de conquista colonial? Para compreendermos estas indagações, problematizaremos o impacto da ereção da Freguesia nas vivências das comunidades nativas. Teremos como objetivo avaliar a inserção das aldeias indígenas no mundo colonial e as alterações do seu modo de governo e poder nos contatos culturais dos processos de conquista. Por fim, acreditamos que as lideranças participaram e negociaram com os conquistadores para proteção dos territórios de seu grupo, também assegurando para si poder simbólico e político em meio às pressões internas de suas comunidades.

ELITES INDÍGENAS E AS DIVISÕES MILITARES DO RIO DOCE (1798-1845)

Romilda Oliveira Alves
Universidade do Estado de Minas Gerais
romilda.alves@uemg.br

O presente trabalho tem como finalidade investigar as estratégias sociais e as articulações políticas das lideranças indígenas no contexto de avanço das fronteiras dos sertões do Rio Doce, entre 1798-1845. A proposta é analisar a contribuição destes agentes no processo de expansão dos Impérios luso e brasileiro, buscando compreender como se relacionaram com distintos grupos a fim de alcançar mobilidade social e garantir a manutenção das suas terras e direitos tradicionais. As alianças tramadas entre os poderes central e local com as chefias indígenas tornaram-se fundamentais para o avanço das fronteiras e para a pacificação dos territórios do Rio Doce. Os cargos de liderança ofereciam-lhes a oportunidade de atuar como administradores de aldeamentos, bem como privilégios no acesso a postos oficiais, como sargento-mor, capitão-mor, soldados, dentre outros graus do oficialato. O índio Machacali Inocêncio Gonçalves de Abreu é um exemplo claro de chefia indígena que se tornou figura importante na expansão dos interesses do Estado na região do Rio Doce. Ele se apropriou dos códigos culturais europeus e utilizou a prerrogativa de seu cargo militar para demonstrar prestígio e poder perante os membros de sua nação. Seus acordos, conflitos e negociações com os lusos e brasileiros se modificaram no decorrer do processo histórico. De colaborador, tornou-se inimigo dos agentes do Estado. Envolveu-se em vários conflitos com outros indígenas e com a administração da Junta Militar, e foi acusado de se apropriar de seu cargo para persuadir outros índios a promover uma rebelião na região do Vale do Jequitinhonha, o que culminou em suas prisões e transferência de quartéis. A análise da documentação coeva permitiu-nos perceber que o serviço militar oferecia mais autonomia a esses indígenas, garantindo-lhes maior liberdade de circulação para além das fronteiras de Minas Gerais. Por fim, as elites indígenas participaram ativamente da organização e do funcionamento do “mundo do trabalho” e contribuíram para a consolidação da economia mercantil de alimentos e da hegemonia política e militar dos territórios dos sertões mineiros. Enfim, este trabalho se enquadra no eixo temático “Agências indígenas/conexões com outros grupos étnicos e instituições religiosas - séculos XVI ao XXI”.

MULHERES INDÍGENAS NAS ELITES COLONIAIS DA AMÉRICA PORTUGUESA

Suelen Siqueira Julio
Colégio Pedro II (Rio de Janeiro, Brasil)
suelen.siqueira.julio@gmail.com

A comunicação tem como objetivo evidenciar a multiplicidade de experiências históricas vividas pelas mulheres indígenas no período colonial, rompendo com visões estereotipadas que insistem em tratá-las como um grupo homogêneo. A pesquisa destaca casos como os de Marquesa Ferreira, Paraguaçu e Violante do Céu, mulheres que, nos séculos XVI e XVII, integraram as elites coloniais formadas por alianças matrimoniais entre portugueses e determinados grupos indígenas. Donas de vultosos bens e inseridas em redes de poder, essas e outras personagens de origem indígena exemplificam as complexas interseções entre colonização, gênero e propriedade, ao mesmo tempo em que revelam relações de dominação exercidas sobre outras mulheres, classificadas como “gentias”, “peças” ou “índias”. A investigação se apoia em ampla variedade de fontes – registros de batismo, casamento e óbito, testamentos, legislações e iconografias – a fim de compreender os diferentes modos de inserção dessas mulheres no contexto colonial. Os resultados apontam que as indígenas não foram meras vítimas passivas processo colonizador. Foram sujeitos ativos e fundamentais para a configuração da sociedade colonial, inclusive para a formação das elites

coloniais. Suas experiências, plurais e dinâmicas, contribuem para uma leitura mais complexa e inclusiva da história da América portuguesa, evidenciando a relevância do gênero e da etnicidade na formação das estruturas coloniais.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 55 - CONFLUÊNCIAS DOS VALORES CIVILIZATÓRIOS INDÍGENAS E AFRO-BRASILEIROS PARA PENSAR A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Coordenação:

Eduardo Oliveira Miranda (UEFS)
Maiara Damasceno da Silva Santana (UFBA)
Mariana Fernandes dos Santos (UFBA)

Resumo do Simpósio Temático: Ao longo das duas últimas décadas, acompanhamos a materialização das políticas educacionais com ênfase nas Leis 10.639/03 e 11.645/08, como fundamentos ético, político e epistêmico para a Educação das Relações Étnico-Raciais. É diante do legado civilizatório desses povos que buscamos reunir, neste Simpósio Temático (ST), trabalhos que promovam confluências epistemológicas com base nas referidas leis, forjando implicações políticas para a construção de uma sociedade antirracista que preconize a Educação das Relações Étnico-Raciais em todas as instâncias institucionais que sustentam o modo de operar do Estado brasileiro, especialmente nos âmbitos da Educação Básica, da Graduação e de espaços formativos não escolares. Dito isso, este ST convida pesquisadoras(es), educadoras(es), lideranças comunitárias, estudantes e demais interessadas(os) nas lutas por uma educação antirracista e decolonial a compartilharem reflexões, práticas e pesquisas que articulem os valores civilizatórios dos povos indígenas e afro-brasileiros de maneira interseccional e confluyente. Buscamos reunir trabalhos que, a partir da ancestralidade, da oralidade, da espiritualidade, da coletividade, da relação comunitária com o território e com a natureza, apontem caminhos para a construção de uma (re)educação das relações étnico-raciais. Serão bem-vindas experiências escolares, comunitárias, produções acadêmicas e práticas pedagógicas que promovam o diálogo entre os modos de existência e resistência desses povos. Interessamos pensar a educação como espaço de reencantamento, afirmação identitária, reparação epistêmica e ontológica dos povos colonizados, propondo, assim, rotas, linhas de fuga, práticas, metodologias e práxis formuladas a partir dos corposterritórios que seguem sendo alvos preferenciais das políticas de inimizade.

OS SABERES DA JUREMA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL POTIGUARA

Cristiane Ferreira Padilha
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
cristiane.padilha1@professor.pb.gov.br

O Presente trabalho surge a partir das ideias feitas durante a conclusão da monografia de Pós-graduação em Educação Étnico Racial na Educação Infantil da UEPB, Guarabira, Brasil. Neste tópico, vamos discutir de forma ampla. Os saberes da Jurema na Escola de Educação Infantil Potiguara em sala de aula, interagindo socialmente de que maneira essa religião está enraizada nos conceitos sócio educacional nas escolas indígenas. Temos como objetivo apresentar a importância da visão de um assunto da temática afro-indígena em sala de aula, dando ênfase ao culto da Jurema sagrada, expressão religiosa muito em vista no nordeste Brasileiro, ligado diretamente as matrizes indígenas, abordando o assunto a partir da Lei; 11.645 de março de 2008; expondo a necessidade do conhecer, explicar e transformar os círculos de convivência e, levar a proposta do ensino aprendizagem através do espaço escolar quanto no espaço religioso, buscando provocar sobre os métodos para a execução desses pontos de vistas, ancestral, direcionada aos diálogos interculturais sobre os temas em questão, a relação entre escola e as famílias na educação indígena Potiguara, mediante disto ver os desafios dos professores em levar a temática da Jurema pra o ensino aprendizagem através dos seus saberes no que corresponde suas atribuições sócio cultural, didática e religiosa. Sendo assim, o meu objetivo e de avaliar os contextos educacionais no desenvolvimento pedagógico e explorar de forma realista o que de fato funciona, como começou e a importância dessa nova modalidade educacional para o povo potiguara através dos ritos religioso que a Jurema Sagrada tem se destacando no âmbito educacional, vendo assim instaurar o meu consenso nos conceitos educativo como Historiadora e contribuir para o meu trabalho acadêmico mediante os tais requisitos.

“NO CHÃO BATIDO, ENTRE AS VARAS E CIPÓS, NO BARRO PILADO”: COSMOBIOINTEGRAÇÃO DO CORPO-TERRITÓRIO DO POVO GUERÉM DE TUKUM MIRIM ENRAIZANDO GEOGRAFIAS INDÍGENAS

Demison dos Santos Nascimento (Aymoron Tukum Mirim Magnã kren)
Universidade Estadual de Feira de Santana / UEFS
tukumguerem@gmail.com

A pesquisa busca compreender de que forma a cosmobiointegração do Povo Guerém de Tukum Mirim, situada geograficamente no município de Valença, Bahia, contribui para tecer uma Geografia Indígena. A cosmobiointegração, aqui, é entendida como a indissociabilidade entre corpo e terra, espiritualidade e ancestralidade e o sentido radical de casa, rompendo com os binarismos ocidentais e com as leituras eurocristãs que fragmentam os modos de ser e existir dos povos originários e forjam, a partir da cosmovisão hegemônica, uma única perspectiva de perceber o mundo. A partir das minhas vivências enquanto corpo originário Guerém de Tukum Mirim e pesquisador, bem como das práticas bioculturais vividas na comunidade — como o envolvimento cotidiano com a terra, os rituais, as rezas, a caça, a pesca e os modos próprios de cultivo — evidencia-se que o território é um ser vivo que educa, orienta e sustenta a produção de saberes e de cosmologias que dançam com o chacoalhar do maracá. Essas experiências apontam para Geografias Indígenas — modos outros de experiência do espaço, a partir de um corpo fluido que se conecta e se envolve com a terra por meio de uma sensorialidade que brota da matriz ancestral —, as quais emergem do protagonismo corporal, das memórias, das cosmologias e dos valores civilizatórios do povo Guerém. A pesquisa assume uma abordagem qualitativa, de caráter participante e contracolonial, entrelaçando cartografia social e escrita narrativa como caminhos de escuta e envolvimento com os corpos-terra. O percurso metodológico compreende: enraizamento teórico sobre Geografias Indígenas; escrita narrativa das memórias ancestrais; escuta comunitária com mulheres da comunidade Tukum Mirim; análise dos currículos de Geografia das universidades públicas baianas e sistematização com devolutiva ao território. Em tela, esta pesquisa se sustenta como ato de enraizamento ancestral, gesto político e educativo de enfrentamento à colonialidade e o enfraquecimento da palavra do colonizador, buscando fortalecer o pertencimento étnico, valorizar os saberes originários e contribuir para uma Geografia Indígena sustentada pelos legados civilizatórios do povo Guerém de Tukum Mirim.

PIBID PEDAGOGIA E TEATRO: VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS INDÍGENAS ATRAVÉS DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS E DECOLONIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Nathalia Barbosa Silva
Universidade Federal da Bahia
nathaliabarbosassa2005@gmail.com

Juliane do Rosário Melo
Universidade Federal da Bahia
julianerosario@gmail.com

Esta comunicação apresenta um recorte das ações pedagógicas desenvolvidas no segundo semestre de 2025, em turmas do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental I da Escola Municipal Cabula I, no âmbito do subprojeto interdisciplinar PIBID Pedagogia e Teatro. O objetivo central é a valorização das culturas indígenas a partir de práticas antirracistas e decoloniais, em consonância com a Lei 11.645/08. As atividades incluíram oficinas diversificadas, com destaque para a mediação de leitura do livro "Infância na Aldeia" de Márcia Kambeba, que serviu como eixo introdutório para discussões sobre o cotidiano, a territorialidade e a infância indígena. Além disso, foram abordados a legislação referente aos direitos dos povos indígenas e o papel dos indígenas no desenvolvimento socioeconômico do país, promovendo reflexões sobre outras maneiras de compreender a história. As práticas pedagógicas incluíram jogos e brincadeiras tradicionais que ensinam sobre organização social e divisão do trabalho, o estudo do sistema de numeração Guarani e a leitura de contos que tratam de moedas, trocas e formas de contagem presentes em diferentes etnias, permitindo que os estudantes compreendam lógicas matemáticas e culturais diversas. Espera-se que as ações culminem na organização de uma feira temática no 4º ano, onde os alunos apresentarão produções inspiradas nas oficinas, demonstrando seu protagonismo na construção de conhecimentos sobre a cultura indígena. Os resultados preliminares indicam que a inserção de saberes indígenas no currículo contribui para a formação de estudantes mais críticos, atentos à diversidade cultural e alinhados a uma educação com perspectiva decolonial.

A VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA E CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS NA ESCOLA: DIALOGANDO COM A COSMOVISÃO DOS POTIGUARA IBIRAPI NAS AULAS DE CIÊNCIAS

Matheus Freire
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
matcfreire@gmail.com

Flávia Polati
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
flaviapolati@fisica.ufrn.br

A compreensão das identidades étnicas encontra-se intrinsecamente vinculada a condicionantes históricos e locais, constituindo-se por meio de relações intersubjetivas e em contínuo processo de transformação. A imposição de diferentes modos e processos de colonização resultou na desestruturação das identidades étnicas, dando lugar à emergência do eurocentrismo como perspectiva hegemônica. Esse processo adquire contornos específicos na América Latina, onde a formação identitária decorreu de uma trajetória histórica marcada pela violência colonial, com a destruição e a subjugação das sociedades e culturas indígenas pelos colonizadores europeus. Tal matriz colonial persiste na contemporaneidade por meio de uma lógica de colonialidade do poder e do saber perpetuada pelos conhecimentos e normas europeias presentes nos currículos escolares, por meio de uma pedagogia anti-dialógica e opressora. Nesse contexto, a trajetória da comunidade indígena Potiguara Ibirapi constitui um exemplo concreto de como esses processos coloniais impactam a constituição identitária e territorial dos povos originários. Localizada no estado do Rio Grande do Norte, no município de Ceará-Mirim, a comunidade possui origem ancestral Tupi com presença registrada na região há milênios. Entre o final do século XVIII e o início do XIX, os Potiguara enfrentaram disputas envolvendo senhores de engenho e especuladores, que resultaram em expulsão, violência e perdas significativas de terras. Um episódio desse processo foi a venda da Ilha dos Cavalos – área posteriormente transformada na Usina Ilha Bela – realizada pelo Chefe Saquete, evidenciando como a desestruturação das formas tradicionais de organização e a pressão colonial minaram mecanismos coletivos de proteção territorial. Dessa forma, o presente trabalho apresenta um recorte de uma pesquisa de mestrado que busca defender a importância da valorização da história, da cosmovisão e das identidades dos povos indígenas nas aulas de Ciências do 6º ano de uma escola pública. O objetivo central é apresentar uma sequência de atividades que busquem promover a valorização da identidade étnica e cultural dos povos indígenas através do diálogo entre os saberes e práticas tradicionais com os conteúdos programáticos curriculares. Partimos da premissa de que o ensino de Ciências, tradicionalmente ancorado em uma perspectiva eurocêntrica, deve ser transformado em um espaço de diálogo de saberes que vise promover a descolonização dos saberes científicos ensinado nas escolas.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 56 - EDUCAÇÃO, ENSINO DE HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA: POSSIBILIDADES E ENCONTROS ENTRE SABERES TRADICIONAIS E DEBATES INTERDISCIPLINARES PARA OS MUNDOS INDÍGENAS

Coordenação:

Claudia Regina Nichnig (UNESPAR)
Felipe Bruno Martins Fernandes (UFBA)
Regina Ingrida Bragagnolo (UFSC)

Resumo do Simpósio Temático: O Simpósio Temático “Educação, Ensino de História e Antropologia: possibilidades e encontros entre saberes tradicionais e debates interdisciplinares para os mundos indígenas” reúne pesquisas que articulam o Ensino de História, a Educação e a Antropologia a partir de perspectivas decoloniais, anticoloniais, de gênero, sexualidades, feminismos, interseccionalidades e memória. Partindo das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornaram obrigatório o ensino da História e da Cultura AfroBrasileira, Africana e Indígena, os trabalhos desse grupo propõem refletir, a partir da interculturalidade, as potencialidades didáticas e formativas, bem como analisar a obrigatoriedade do ensino como uma política de reparação, que deve ocorrer em todos os níveis de ensino, da educação básica à universidade. Por meio de metodologias que garantam a escuta sensível das narrativas indígenas e da valorização de seu protagonismo enquanto pesquisadoras/es, o Simpósio pretende problematizar tanto as pesquisas de campo quanto as intervenções educacionais e extensionistas. Em particular, buscamos articular as políticas públicas locais e globais, identificando desafios e oportunidades para a implementação efetiva das leis no currículo e em espaços de formação continuada para garantir a permanência de povos originários em espaços escolares.

INTERCULTURALIDADE E SUSTENTABILIDADE: EXPERIÊNCIAS COM A FORMAÇÃO DE JOVENS INDÍGENAS NO PARANÁ

Jefferson Gabriel Domingues
jefersontekoa@gmail.com

Com a invasão e colonialismo os povos indígenas sofreram genocídio, escravização, ataques às suas línguas, culturas e direitos; vivenciando um violento processo de encobrimento (Dussel, 1993). Historicamente empreenderam diferentes formas de resistência. A partir dos anos de 1970 criaram associações, por meio das quais reelaboraram suas pautas reivindicatórias, suas lutas e abriram maiores espaços de participação e negociações com o Estado. As principais demandas seguem sendo pelos direitos territoriais, sustentabilidade, saúde, educação intercultural multilíngue e culturas. Com a Constituição Federal de 1988, estes direitos foram reconhecidos, mas demandam de aplicação efetiva, em muitas áreas e regiões. Na Educação, os povos indígenas conquistaram programas de licenciaturas interculturais, políticas públicas de ingresso ao ensino superior com cotas e participação na gestão de suas escolas. Na educação básica houve avanços com a elaboração de novos projetos pedagógicos e currículos escolares específicos; produção de materiais didáticos bilíngues; pactuação de territórios etnoeducacionais e outros. Porém, as experiências tem evidenciado que a educação intercultural necessita estar associada às práticas comunitárias de sustentabilidade (Tuxá, 2011; Gabriel, 2020), para uma aprendizagem sólida e significativa pois com a devastação ambiental, jovens indígenas, seguem enfrentando dificuldades para encontrar trabalho e renda. O presente texto aborda experiências formativas que vem sendo desenvolvidas com jovens Guarani, Kaingang e Xetá no Paraná. A metodologia está pautada em estudos documentais, bibliográficos e observação de campo, com registro das práticas sociais e participação dos sábios mais velhos. Os resultados apontam fortalecimento das identidades associada a um maior interesse e participação dos jovens na aprendizagem escolar bilíngue e intercultural, quando os conteúdos trabalhados nas escolas estão articulados às tradições e ancestralidade indígenas.

REFLEXÕES E PRÁTICAS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E ANTISSEXISTA COM AS MULHERES INDÍGENAS

Claudia Regina Nichnig
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR
professoraclaudianichnig@gmail.com

O presente trabalho visa refletir a partir de práticas educativas, através das narrativas de mulheres negras e indígenas, questões que buscam refletir sobre a circulação de saberes, as trocas de conhecimentos e sociabilidades, publicizadas no espaço da WEB e nas suas redes, como através do instagram da ANMIGA. A divulgação dos discursos, participação públicas e documentos realizados pela articulação de mulheres indígenas, são maneiras de publicizar as decisões e as diretrizes da articulação, bem como fazer circular suas pautas políticas mas também o conhecimento ancestral que se relaciona com a produção de uma cultura histórica e a formação de uma história pública. São modos de fazer circular e conectar redes de apoio, as quais se iniciam na participação nos coletivos de mulheres e ocupam um ativismo na WEB, criando engajamento coletivo. São tipos de agência das mulheres indígenas, que, através da realização e da circulação de documentos escritos e de participação nas redes sociais, disponibilizam seus debates e fazem uma história pública. Para isso, iremos analisar postagens do instagram da ANMIGA, para provocar a discussão sobre possibilidades para uma educação antirracista e antissexista, que posso realizar o enfrentamento as violências de gênero, contemplando aos debates que se tornaram obrigatórios pelas leis Maria da Penha, as Leis 10.639/2003 e nº 11.645/2008, Lei nº 14.164 de 2021 e a Lei nº 14.986 de 2024.

SABERES INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADES E LIMITES NA RELAÇÃO PEDAGÓGICA

Carolina Shimomura Spinelli
Universidade Federal de Santa Catarina
carolsspinelli@yahoo.com.br

Regina Ingrid Bragagnolo
Universidade Federal de Santa Catarina
reginaingrid.ufsc@gmail.com

Desde 1995, o Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) por se tratar de um colégio de aplicação se configura como importante via de formação de crianças, de famílias, de estudantes de graduação, de docentes e de profissionais de Educação Infantil, pois desenvolve atividades de pesquisa e de extensão, para além do ensino. Assim, como outros colégios de aplicação no Brasil, o NDI desde 2023 tem garantido no edital de entrada das crianças na instituição, uma reserva de vagas para crianças indígenas. Entre 2023 e 2025 foram 5 crianças indígenas matriculadas. Esta política de ações afirmativas na UFSC, reconhece a necessidade de garantir os saberes indígenas na educação, reforçando o que as Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornaram obrigatório o ensino da História e da Cultura AfroBrasileira, Africana e Indígena nas escolas da educação básica. Para tanto, nós docentes dessa instituição e vinculadas a um projeto de extensão que se propõe refletir sobre propostas inclusivas, problematizados os desafios e as possibilidades didáticas e formativas na garantia dos saberes indígenas no currículo da instituição. O objetivo principal deste trabalho é apresentar como as práticas formativas com as crianças na Educação Infantil têm revelado e respeitado os aspectos culturais dos povos originários brasileiros, identificando os limites e as suas possibilidades. Por meio de uma metodologia de observação participante, procurou-se descrever quais são as narrativas, as imagens, as seleções literárias, o repertório de brincadeiras, de músicas, de arte-educação, utilizadas pelas docentes durante a prática pedagógica no período de 2024-2025. Por meio deste levantamento, foi possível identificar os limites e as possibilidades curriculares no sentido de garantir o reconhecimento dos saberes indígenas das crianças e suas famílias no NDI. Ademais, trazemos problematizações acerca dos desafios da permanência dessas crianças na instituição, a ampliação curricular dos saberes acerca do corpo-território e relação tempos-infância-natureza a partir do enfoque da interseccionalidade das categorias de raça-etnia, gênero, classe social e sustentabilidade.

A LACUNA DE PÓS-GRADUAÇÕES INTERCULTURAIS COMO BARREIRA À PROGRESSÃO NA CARREIRA DOCENTE INDÍGENA NA BAHIA

Felipe Bruno Martins Fernandes
Universidade Federal da Bahia
fernandes.felipebruno@gmail.com

Esta apresentação analisa a disparidade entre o progresso legislativo da Lei Estadual baiana nº 14.668/2024, que estrutura a carreira docente indígena e define a progressão funcional e salarial em decorrência da titulação acadêmica, e a realidade epistêmica do sistema brasileiro de pós-graduação. Essa reflexão, de natureza qualitativa e decolonial, articula a análise de documentos legais com dados oficiais. Os resultados indicam que a lei, ao oficializar a exigência de mestrado e doutorado com foco indígena, promove uma lacuna institucional, uma vez que não existem programas de pós-graduação stricto sensu com uma orientação intercultural no estado que sejam suficientes para a formação da

categoria. Isso se traduz em um gargalo epistêmico, uma vez que os docentes indígenas são forçados a obter títulos em programas convencionais que, fundamentados em uma matriz colonial de conhecimento, frequentemente subalternizam seus saberes. Em última análise, tanto a real eficácia da legislação quanto o reconhecimento profissional desses educadores dependem da promoção de uma justiça epistêmica, a qual exige, de forma urgente, a criação de programas de mestrado e doutorado elaborados em conjunto com as comunidades, que respeitem e reconheçam diversas metodologias e as línguas indígenas. Para que comunidades indígenas consigam avançar na implementação de projetos educacionais que são definidos por elas, é fundamental romper com esse obstáculo.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 57 - HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL: LUTAS, DIREITOS E RESISTÊNCIAS

Coordenação:

Diogo Francisco Cruz Monteiro (SEMED, Aracaju-SE)
Angelita Queiroz (UFSC)
Liliane da Silva Santos (UFRJ)

Resumo do Simpósio Temático: Os indígenas do território brasileiro são objeto de pesquisa privilegiado nas mais diversas searas do conhecimento, a saber: História, Antropologia, Direito, Linguística, entre outras. Os estudiosos observam o processo de contato entre indígenas e não indígenas, onde aqueles são vistos como indivíduos misturados, desprovidos de seus traços culturais nativos. Destacam-se os fenômenos da etnogênese e o protagonismo indígena, que promovem a emergência de novas identidades e a reinvenção de etnias já reconhecidas. Este simpósio reunirá trabalhos que tratam do contato interétnico, protagonismo e agência indígena no Brasil, suas contribuições significativas nas artes, os rituais religiosos, as relações de parentesco, a educação para e/ou sobre indígenas, indigenismo, e o reconhecimento de direitos, além das imagens construídas acerca dos povos originários. Incluiremos trabalhos que proporcionem reflexões que instiguem um olhar sensível e acolhedor para os povos indígenas, exercitando a pedagogia da escuta e o diálogo intercultural, em diferentes espaços educacionais e culturais. Pretendemos compor um grupo que reflita sobre as demais questões pertinentes à trajetória histórica e lutas de resistência dos indígenas do Brasil e da América Latina.

TÜKÜNA KANARO NO RITUAL DA DANÇA ARAPICON E HAI-HAI

Sebastião Solart Correa
PPGAS/UFAM
sebastiao.solart1987@gmail.com

O trabalho de pesquisa é parte da Dissertação e continua na Tese, como foco principal: Tüküna Kanaro “pintura corporal” no Ritual das danças Arapicon e Hai-Hai do povo Kanamari. Tendo a contextualização da pesquisa, a continuidade de um trabalho de mestrado agora no doutorado, realizado no meu campo, na Aldeia São Francisco, Município de Maraã-Am, com primeira reunião em 15 de novembro de 2023. A pesquisa concentrou em registrar audiovisual, fortalecendo a prática cultural, devolvendo conhecimento à comunidade e produzindo material acadêmico antropológico. Agradecimento e adesão da comunidade entre alunos, professores, pais, anciões que se colocam à disposição. Desenvolvimento: Com isso, possibilitou o desenvolvimento do trabalho de pesquisa que detalha a etnografia e dividi em quatro momentos realizados nos dias 24 e 25 de novembro de 2023: Momento I – Apresentação da atividade etnográfica, objetivos, metodologia e registro audiovisual. Momento II – Coleta dos materiais na floresta: As Mulheres vão à busca da casca de castanha, olho de buriti, yukui, urucum; cantam, contam histórias, conectam-se espiritualmente. Homens: olho de buriti e murumuru; separados das mulheres por regra ancestral – o guarda da festa “Curupira” pune quem não cumprir a regra. Proibição de pesquisador homem registrar o grupo feminino. As mulheres escolhem uma mulher para fazer o registro, nesse caso o registro feito pela professora Vanderleia. Momento III – Confecção das vestes: Os Homens, assim como as mulheres saem em busca de outros materiais para tecer as camisas e chapéus em local exclusivo; ancião Oliveira orienta os mais jovens; aprendizado e conhecimento ancestral. Depois de coletados os materiais os homens ajudam as mulheres com os materiais para elas tecerem as saias e chapéus feminino, nesse meio elas cantando músicas ritualísticas para obter fartura e comunicação com espíritos. Momento IV – Pintura corporal “Tüküna Kanaro”: Realizada em locais separados por gênero. Homens: orientados por ancião Oliveira; três pintores escolhidos “inclui o pesquisador”; tintas de urucum, jenipapo e yukui; cada desenho representa animal específico. As Mulheres são orientadas por anciã Maria Creuza; que ensina as mais novas; pinturas específicas de gênero. Concentração espiritual para conexão com animais; pinturas tornam os corpos “vivos”, fortes e belos. Referências teóricas: Vidal (2000), Els Lagrou (2013), Bonilla (2021) – comparativos com Kayapó, Kaxinawá e Paumari. Regras culturais: separação rigorosa de gêneros; cada animal tem pintura própria; proibição de misturar animais bravos no mesmo corpo. Os principais Resultados da pesquisa esta percorrem através dos registros audiovisual completo das quatro etapas nas aldeias São Francisco e Ponta Branca; Fortalecimento intergeracional: anciões ensinam jovens; resgate de técnicas de tecer e pintura que estavam sendo esquecidas; Valorização comunitária: crianças, jovens e adultos pedem continuidade no doutorado; sentimento de orgulho ao nosso povo também sabe sua cultura; Reconhecimento da importância histórica: fala do ancião Oliveira – “É importante registrar para que nossa cultura não se perca”; Contribuição antropológica: primeiro pesquisador indígena Kanamari a estudar sistematicamente a Tüküna Kanaro; produção de referência para escolas indígenas e não indígenas; Observação da sincronia natural entre grupos masculino e feminino – “conexão ensinada pelos ancestrais e espíritos da natureza”.

HISTÓRIA, MEMÓRIA E DIREITOS DO POVO PANHÍ: A ALDEIA KRÍ GRĪRE ENTRE LUTAS, TRADIÇÕES E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Marlúcia Sotero Salvador Apinagé
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
marluciasoterosalvadorapinage@gmail.com

Percília Dias Morais
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
percilia.morais@professor.to.gov.br

Juliete Santos
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
juliete.santos@ufnt.edu.br

Financiamento: PARFOR

O presente trabalho é estruturado a partir da pesquisa desenvolvida no âmbito do curso de Pedagogia Intercultural Indígena PARFOR, realizada na esteira da pedagogia da alternância. A investigação buscou compreender a história da Aldeia Aldeinha Krĩ Grĩre, situada no território Indígena Apinagé, no município de Tocantinópolis, norte do Estado do Tocantins. A pesquisa foi estruturada a partir de memórias orais da anciã Terezinha Amnhàk Apinagé, teve como objetivo articular conhecimentos tradicionais e acadêmicos para fortalecer a compreensão histórica e cultural do povo Panhĩ. Desenvolvimento. Os relatos da anciã evidenciam aspectos importantes da formação da aldeia, criada em 2007 por Luzimar Corredor Apinagé e Ixtw`yp Apinagé, inicialmente composta por 12 famílias. A narrativa destaca a mobilidade tradicional do povo Apinagé entre antigas aldeias, a organização comunitária orientada pelo respeito aos mais velhos e as atividades coletivas como roça, caça e pesca. A memória de Amnhàk também resgata conflitos ocorridos antes da demarcação, especialmente entre 1975 e 1982, além da luta pela garantia territorial, reconhecida parcialmente em 1985. A pesquisa identificou desafios atuais, como ausência de escola, posto de saúde, água encanada e transporte, contrastado com conquistas como energia elétrica, casa de farinha e práticas culturais preservadas. Observa-se ainda o impacto das tecnologias na juventude, que podem afastar os jovens de tradições importantes. Considerações Finais. Compreender a história da Aldeia Krĩ Grĩre fortalece a formação de professores indígenas e reafirma a importância da educação escolar alinhada às realidades socioculturais das comunidades. A pesquisa valorizou o conhecimento ancestral transmitido por Dona Terezinha Amnhàk, destacando que o reconhecimento dos direitos e a garantia de políticas públicas são fundamentais para a continuidade das práticas culturais e para o bem-viver do povo Apinagé. A escuta da anciã reforça o papel da memória como instrumento de luta, identidade e resistência.

SILENCIADOS, MAS PRESENTES: A TRAJETÓRIA DO POVO KANINDÉ NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR (1964-1985)

Antônia Aldeniza Silva Santos (Aldeniza Kanindé)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB/CE
aldenizakaninde@gmail.com

Roberto Kennedy Gomes Franco
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB/CE
robertokennedy@unilab.edu.br

Esta investigação é vinculada à linha de pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Migrações do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/MIH/UNILAB, e ainda, à linha de pesquisa Povos Indígenas do Grupo Interdisciplinar Marxista/GIM/UNILAB/CE. A pesquisa parte da inquietação em saber o que estavam fazendo o Povo Kanindé durante a Ditadura Militar. A trajetória dos povos indígenas no Brasil durante o regime militar (1964-1985) foi marcada por violências, apagamentos e tentativas sistemáticas de expropriação territorial e cultural. Esse período representou um momento de intensa pressão sobre as formas de existência e organização social dos povos Originários. Os indígenas foram vistos como obstáculos para o “progresso” pelos olhos e caneta dos Brancos. O objetivo deste estudo busca

analisar as práticas de resistência e sobrevivência do Povo Kanindé de Aratuba no contexto da ditadura militar, considerando suas estratégias de afirmação identitária, junto a oralidade, e frente às tentativas de apagamento promovidas pelo Estado e por setores da sociedade local. Faz-se também uma crítica metodológica voltada ao estudo de populações sistematicamente invisibilizadas tanto pelos documentos do Estado quanto pela historiografia tradicional. Metodologicamente, o estudo insere-se no campo da História social e justifica-se pela urgência em dar visibilidade às narrativas sobre os povos originários que foram duramente afetados pelo período mais autoritário da História do Brasil. Para isso, busca articular memória, identidade e resistência, tendo como eixo metodológico a abordagem qualitativa, onde será utilizado dois eixos principais de investigação: o primeiro, será a leitura e análise de textos acadêmicos, documentos oficiais (como relatórios da Funai e CIMI) e registros históricos sobre as políticas indigenistas do período; o segundo, a realização de entrevistas semiestruturadas com os troncos velhos da aldeia kanindé, valorizando a história oral como fonte histórica fundamental. Esta combinação metodológica permite não apenas confrontar as narrativas oficiais, que na maioria das vezes foram marcadas por omissões, distorções e estereótipos, mas também visibilizar as vozes indígenas, reconhecendo os como fontes legítimas e protagonistas de suas próprias trajetórias de vida. Consideramos também o silêncio como fonte histórica, compreendendo que a ausência de documentos oficiais reflete uma política de apagamento por parte do Estado.

A IMPRENSA INDÍGENA NO BRASIL REPUBLICANO: O JORNAL MENSAGEIRO E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE LIDERANÇAS INDÍGENAS NO NORDESTE (1970–1980)

Ivanilson Martins dos Santos Xokó
Universidade Federal Rural de Pernambuco
ivanilsonmartins762@gmail.com

O conceito de Imprensa Indígena no Brasil é relativamente recente e tem sido associado às práticas da chamada “comunicação indígena”, especialmente após o surgimento do Acampamento Terra Livre (ATL), em 2004. Ao contrário da grande imprensa brasileira, cuja origem remonta ao século XIX, com a Gazeta do Rio de Janeiro (1808), a Imprensa Indígena consolida-se apenas no século XX, vinculada a iniciativas autônomas e coletivas dos próprios povos indígenas. Seu marco inicial pode ser situado no contexto da década de 1960, influenciado pela atuação da Igreja Católica na América Latina e pela Teologia da Libertação no Brasil, momentos em que a comunicação popular se tornou instrumento de resistência durante a Ditadura Civil-Militar (1964–1985). É nesse cenário que se destaca a criação do jornal Mensageiro, em 1979, por lideranças indígenas de São José do Iapoque (AP). O periódico constituiu-se como ferramenta estratégica de registro, denúncia e articulação das lutas por terra, educação e saúde. A experiência do Mensageiro desempenhou papel significativo no fortalecimento da organização política indígena nas décadas seguintes, impactando inclusive mobilizações no Nordeste e contribuindo para a formação dos movimentos indígenas dessa região. Assim, a comunicação oral aqui proposta busca demonstrar como lideranças indígenas nordestinas apropriaram-se desse meio jornalístico para denunciar violações e reivindicar territórios em disputa no semiárido do sertão do São Francisco, com destaque para os estados de Pernambuco e Sergipe.

MEMÓRIAS INDÍGENAS EM CLANDESTINIDADE ÉTNICA NO ESTADO DO CEARÁ NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR

Francisca Naziana Henrique (Naziana Tremembé)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB/CE
nazatremembe25@aluno.unilab.edu.br

José Cleber da Silva Nogueira (Cleber Tapeba)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB/CE
clebertapeba@unilab.edu.br

Roberto Kennedy Gomes Franco
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB/CE
robertokennedy@unilab.edu.br

Este resumo, é parte do trabalho investigativo de nosso Projeto Coletivo de Pesquisa sobre as “HISTÓRIAS INDÍGENAS CLANDESTINAS NA CONTRACORRENTE DA DITADURA MILITAR NO CEARÁ/NORDESTE DO BRASIL (1967-1988)”. É desenvolvido por pesquisadores indígenas e não indígenas da linha de pesquisa Povos Indígenas do Grupo Interdisciplinar Marxista/GIM da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-

Brasileira/UNILAB/CE. Nossa colheita de fontes floresce do acervo documental da antiga pastoral indigenista, hoje vinculada ao Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos/CDPDH da Arquidiocese de Fortaleza/CE. Para tanto, destacamos a criação de uma plataforma virtual que possibilita acessos on-line ao acervo do “Centro de Documentação e Memória Indígena Dom Aloísio Lorscheider”. O acervo físico ficou sob a guarda do Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica/NUDOC e possui cerca de 25 mil documentos, são: recortes de jornais, cartas, mapas, folders, cartazes, fotografias, documentação contábil e administrativo-financeira, ofícios, atas de reunião, panfletos, gravações em áudio e vídeo (VHS e cassete)’, relatórios, cadernos, livros e etc. Toda a documentação encontra-se organizada fisicamente em 41 caixas, e ainda, na forma digital com livre acesso. Por fim, entrelaçamos metodologicamente em nossa análise, as fontes escritas com as vozes de tremembés e tapebas que retomaram de forma consciente e politicamente organizada enquanto movimento indígena suas ancestralidades étnicas na luta por terra, trabalho, educação, saúde e contra à política indigenista assimilacionismo e de integração à sociedade brasileira, adotada pelos militares, via FUNAI.

OS WAIWAI E OS KARAPAU YANA. HISTÓRIAS DE ENCONTROS E TRANSFORMAÇÕES AMERÍNDIAS NA REGIÃO DAS GUIANAS

Alexandre Aniceto de Souza
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
pawankasko@gmail.com

Podemos dizer que os Waiwai são um coletivo ameríndio complexo, com a maioria de falantes da família linguística Karib, que até os anos de 1950 viviam espalhados em casas coletivas/Uumana localizadas entre os dois lados da Serra do Acaraí, divisa do Brasil com a Guiana. Este coletivo, a partir do convívio com missionários, decidiu se unir e viver em grandes aglomerados denominados comunidades Waiwai. Por isso considero que somos um povo misturado. Com essa afirmação, argumento que na atualidade os chamados Waiwai correspondem àquelas pessoas que se conhecem há muito tempo, fazem visitas e estabelecem trocas milenares e hoje quando questionam sobre sua origem dizem que são os Waiwai. Diferente daqueles que viviam no século passado, antes do convívio nos aglomerados, quando essa questão não fazia parte de suas preocupações e mantinham as diferenças entre si, hoje todos sabem reconhecer suas semelhanças e diferenças. Hoje é muito comum ouvir tal discurso entre o povo que antes dos missionários os Waiwai eram “puros” e que só depois quando passaram a conviver todos juntos em grandes comunidades é que eles foram se “misturando”. Os jovens acreditam que ainda existem Waiwai “puros” e dizem que eles estão na Guiana. Essa questão já foi abordada por outros antropólogos que trabalharam com os Waiwai e também está sendo o foco da minha pesquisa neste artigo. Para tratar desse assunto, realizei um estudo buscando saber o que os outros antropólogos disseram e compreender esse processo de composição do grupo, bem como também tive a oportunidade de conversar com o velho líder dos Karapau yana, Pararaka. Ele foi líder dos últimos moradores de uma casa coletiva encontrados nessa região e atraídos por Ewka, meu avô paterno, para viver nos aglomerados Waiwai em meados dos anos de 1980. Proponho neste artigo fazer um breve relato sobre as conversas que tive com o velho e finado Pararaka.

REVISITANDO AS MEMÓRIAS INTERÉTNICAS COMPARTILHADAS PELOS INDÍGENAS EM CRATEÚS/CE NOS TEMPOS DITADURA MILITAR

Francisco Lucas Venancio de Sousa (Lucas Kariri)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB/CE
lucasvenancio199@gmail.com

Luciano Vieira de Sousa (Luciano Kariri)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB/CE
kariril614@gmail.com

Roberto Kennedy Gomes Franco
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB/CE
robertokenedy@unilab.edu.br

Revisitamos, neste resumo, as memórias interétnicas dos povos indígenas em contexto urbano, e ainda, o papel da aldeia Maratoan no processo de retomada da consciência étnica em Crateús no contexto dos chamados anos de chumbo. Neste contexto, fervilhavam mobilizações indígenas no Sertões de Crateús. Merecer destaque para os

movimentos sociais, principalmente o indígena, a figura do bispo Diocesano Dom Fragoso, que chegou na Diocese de Crateús na época da ditadura militar, quando todos os movimentos sociais eram proibidos. A igreja católica mediante a organização comunitária da Igreja dos pobres, dos excluídos e dos sofredores: a Igreja da Libertação, abriu fronteiras para apoio institucional da Diocese de Crateús, resultando na criação da Pastoral Raízes Indígena de Crateús. A aldeia Maratoan germina deste cenário, sendo uma síntese dialética da retomada consciente de ancestralidades étnicas. Reunindo famílias originárias de diferentes povos indígenas, entre os quais se destacam os Kariri, Potyguara, Kalabaça, Tabajara, Jenipapo Kanindé e Guarany. Neste território se estabelecem relações interétnicas de solidariedade e resistência. Metodologicamente, adotamos uma abordagem etnográfica. As fontes orais são fundamentais para compreender as experiências interétnicas da aldeia Maratoan. Para tanto, revisitaremos, por exemplo, as lembranças dos tempos da ditadura militar de Cotiaba Tabajara, que peculiarmente foi um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil em Crateús em 1982. As memórias coletivas constituem o eixo central da análise, pois revelam como os povos indígenas de Crateús constroem e reafirmam suas identidades em meio a um contexto histórico de exclusão. Por fim, a pesquisa pretende revelar que ser indígena em Crateús, é acima de tudo, um ato político e ancestral, uma afirmação de vida e continuidade diante das tentativas de memoricídio.

TÜKÜNA KANARO NO RITUAL DA DANÇA ARAPICON E HAI-HAI

Sebastião Solart Correa
PPGAS/UFAM
sebastiao.solart1987@gmail.com

O trabalho de pesquisa é parte da Dissertação e continua na Tese, como foco principal: Tüküna Kanaro “pintura corporal” no Ritual das danças Arapicon e Hai-Hai do povo Kanamari. Tendo a contextualização da pesquisa, a continuidade de um trabalho de mestrado agora no doutorado, realizado no meu campo, na Aldeia São Francisco, Município de Maraã-Am, com primeira reunião em 15 de novembro de 2023. A pesquisa concentrou em registrar audiovisual, fortalecendo a prática cultural, devolvendo conhecimento à comunidade e produzindo material acadêmico antropológico. Agradecimento e adesão da comunidade entre alunos, professores, pais, anciões que se colocam à disposição. Desenvolvimento: Com isso, possibilitou o desenvolvimento do trabalho de pesquisa que detalha a etnografia e dividi em quatro momentos realizados nos dias 24 e 25 de novembro de 2023: Momento I – Apresentação da atividade etnográfica, objetivos, metodologia e registro audiovisual. Momento II – Coleta dos materiais na floresta: As Mulheres vão à busca da casca de castanha, olho de buriti, yukui, urucum; cantam, contam histórias, conectam-se espiritualmente. Homens: olho de buriti e murumuru; separados das mulheres por regra ancestral – o guarda da festa “Curupira” pune quem não cumprir a regra. Proibição de pesquisador homem registrar o grupo feminino. As mulheres escolhem uma mulher para fazer o registro, nesse caso o registro feito pela professora Vanderleia. Momento III – Confecção das vestes: Os Homens, assim como as mulheres saem em busca de outros materiais para tecer as camisas e chapéus em local exclusivo; ancião Oliveira orienta os mais jovens; aprendizado e conhecimento ancestral. Depois de coletados os materiais os homens ajudam as mulheres com os materiais para elas tecerem as saias e chapéus feminino, nesse meio elas cantando músicas ritualísticas para obter fartura e comunicação com espíritos. Momento IV – Pintura corporal “Tüküna Kanaro”: Realizada em locais separados por gênero. Homens: orientados por ancião Oliveira; três pintores escolhidos “inclui o pesquisador”; tintas de urucum, jenipapo e yukui; cada desenho representa animal específico. As Mulheres são orientadas por anciã Maria Creuza; que ensina as mais novas; pinturas específicas de gênero. Concentração espiritual para conexão com animais; pinturas tornam os corpos “vivos”, fortes e belos. Referências teóricas: Vidal (2000), Els Lagrou (2013), Bonilla (2021) – comparativos com Kayapó, Kaxinawá e Paumari. Regras culturais: separação rigorosa de gêneros; cada animal tem pintura própria; proibição de misturar animais bravos no mesmo corpo. Os principais Resultados da pesquisa esta percorrem através dos registros audiovisual completo das quatro etapas nas aldeias São Francisco e Ponta Branca; Fortalecimento intergeracional: anciões ensinam jovens; resgate de técnicas de tecer e pintura que estavam sendo esquecidas; Valorização comunitária: crianças, jovens e adultos pedem continuidade no doutorado; sentimento de orgulho ao nosso povo também sabe sua cultura; Reconhecimento da importância histórica: fala do ancião Oliveira – “É importante registrar para que nossa cultura não se perca”; Contribuição antropológica: primeiro pesquisador indígena Kanamari a estudar sistematicamente a Tüküna Kanaro; produção de referência para escolas indígenas e não indígenas; Observação da sincronia natural entre grupos masculino e feminino – “conexão ensinada pelos ancestrais e espíritos da natureza”. Concluo sinalizando o Simpósio Temático: ST57 - História dos Povos Indígenas do Brasil: Lutas, Direitos e Resistências, como requisito de participação antropológica.

A MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS: TERRITÓRIO-CORPO E PERSPECTIVAS DECOLONIAIS

Liliane da Silva Santos
Universidade Federal do Rio de Janeiro
lilianesilvass01@gmail.com

Este trabalho discute a noção de território-corpo a partir do protagonismo das mulheres indígenas na luta por seus territórios, relacionando-a ao pensamento decolonial latino-americano e à crítica ao “direito vestido”, que encobre corpos e territórios, em contraste com a perspectiva “sem vestes”, que reconhece a materialidade e espacialidade do direito. A Marcha das Mulheres Indígenas é analisada como um movimento que reivindica vida, existência e memória, articulando território, corpo e espiritualidade como dimensões inseparáveis. A concepção de território aqui tratada se distancia da visão eurocêntrica dominante, compreendendo-o como espaço de identidade, luta e transformação social, diante das pressões do modelo capitalista-moderno-colonial que historicamente nega e viola direitos dos povos indígenas. A primeira marcha ocorreu em 2019, reunindo milhares de mulheres de diferentes povos; a segunda, em 2021 realizada durante a pandemia e em meio às disputas políticas sobre o marco temporal, ampliou essa mobilização; a terceira em 2023 e a mais recente em 2025. Ao defenderem que o corpo é o primeiro território a ser protegido, as mulheres indígenas afirmam uma luta que atravessa dimensões políticas, existenciais e epistêmicas, reivindicando reconhecimento e condições de vida dignas. Nesse sentido, a marcha constitui uma prática contra-hegemônica que rompe com paradigmas ocidentais de direito e território, afirmando cosmovisões próprias e colocando a defesa da vida no centro da ação política. Conclui-se que a Marcha das Mulheres Indígenas representa uma expressão potente de resistência e reexistência, que desloca narrativas hegemônicas e reafirma o Bem Viver como horizonte coletivo.

BEATRIZ GÓIS DANTAS: O ITINERÁRIO DE UMA INTELCTUAL MEDIADORA DA CAUSA XOKÓ

Diogo Francisco Cruz Monteiro
SEMED/AJU
diogocruz_21@yahoo.com.br

Este artigo, parte da tese defendida recentemente pelo autor no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA-UFPB), busca compreender em que sentido a trajetória intelectual e de engajamento político da antropóloga Beatriz Góis Dantas contribuiu para a constituição do campo do indigenismo civil em Sergipe, refletida em sua produção acadêmica na seara da Antropologia, na sua atuação profissional no magistério superior e enquanto membro e Presidente da Comissão Pró-Índio de Sergipe (CPI-SE), instituição que apoiou a causa étnica territorial do povo indígena Xokó, de Porto da Folha/SE, a partir da primeira metade da década de 1980. Realizamos pesquisa bibliográfica e documental em acervos públicos e privados de obras e papéis de arquivo que versam sobre a trajetória intelectual e de engajamento político da antropóloga Beatriz Dantas, sobretudo de documentos que compõem o seu acervo particular; consultamos depoimento escrito cedido pela antropóloga ao autor desse estudo, que trata da sua inserção e atuação enquanto antropóloga e indigenista junto à CPI-SE, dos seus contatos com demais instituições e atores dispostos a apoiarem as causas dos povos indígenas, sobretudo as relacionadas às demandas por direitos pleiteadas pelos Xokó de Sergipe. Este trabalho desvelou a trajetória de agentes como a antropóloga Beatriz Dantas, que através de sua atuação profissional no contexto sergipano, vinculada à Universidade Federal de Sergipe e entidades de apoio à causa indígena, deu visibilidade à luta pelo reconhecimento étnico e posse da terra desenvolvida pelos Xokó, por meio da pesquisa e elaboração de trabalhos de divulgação científica na seara antropológica, e da composição de uma ampla rede de apoio à causa daquele grupo indígena de Sergipe. Assim, este estudo vincula-se à proposta do SIMPÓSIO TEMÁTICO 57: História dos Povos Indígenas do Brasil: lutas, direitos e resistências, ao aprofundar o debate em torno do indigenismo realizado a partir de uma forma de Antropologia engajada na defesa dos direitos dos povos indígenas no contexto local, ainda pouco desenvolvido no âmbito acadêmico.

PROTAGONISMOS INDÍGENAS NAS PÁGINAS DO SPI: A RESISTÊNCIA POTIGUARA NOS ARQUIVOS DO POSTO INDÍGENA NÍSIA BRASILEIRA

Dárcya Jeanne Silva de Araújo
Universidade Federal da Paraíba
darcyajeanne@gmail.com

A criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais - SPILTN no raiar da República configurou um novo modelo de tutela estatal sobre as populações indígenas em relação àqueles operados nos períodos da Colônia e do Império. A documentação do órgão tutelar disponível no arquivo digital do Museu dos Povos Indígenas evidencia detalhes da atuação do serviço federal em diversos âmbitos, tais como educação, saúde, assistencialismo e gestão de produção e recursos financeiros, expondo a operacionalização do órgão pelos agentes, em sua maioria, não indígenas. Contudo, apesar de tratar-se de documentação oficial, produzida por representantes locais do SPI a partir de seus espaços institucionais, as inúmeras páginas constantes no arquivo revelam também a ação dos indígenas em processos de resistência, sob diferentes estratégias, à presença e ingerência do serviço de tutela em seus territórios. Nesse sentido, a presente pesquisa teve como objetivo identificar o protagonismo de indígenas Potiguara no contexto da atuação do Posto Indígena Nísia Brasileira, instaurado na região da Baía da Traição, na Paraíba. A documentação do PI permitiu-nos concluir que, para além da resistência empreendida pelos Potiguara ante os inúmeros conflitos envolvendo suas terras, e que já antecederiam a presença do Serviço de Proteção no território, os indígenas também atuaram no sentido de ocupar os espaços da própria estrutura estatal, tais como de professores e de trabalhadores do posto, para acessarem direitos, questionarem injustiças e resistirem à exploração de seu trabalho no contexto do projeto de integração dos indígenas à sociedade dita civilizada.

O DIA DOS POVOS INDÍGENAS E SUA RITUALIZAÇÃO: ESTUDO COMPARADO DA CELEBRAÇÃO DO DIA 19 DE ABRIL PELO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO E A FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (1943-1985)

Beatriz dos Santos da Silva
Universidade Federal do Rio de Janeiro - PPGHC/UFRJ
biadsantos0930@gmail.com

Criado em pleno o Estado Novo, em 1943, a partir do Decreto-Lei 5540, o Dia dos Povos Indígenas – antigo Dia do Índio – foi instituído no calendário nacional brasileiro como uma efeméride dedicada a celebração do “índio americano”, de acordo com a recomendação do Primeiro Congresso Indigenista Interamericano de 1940. Nesse momento, o dia 19 de abril passou a fazer parte de um complexo projeto de integração nacional do Estado, no qual as sociedades indígenas eram peças centrais desse empreendimento. A partir de um discurso de assimilação, tutela e nacionalização das sociedades indígenas, uma grande rede de políticas indigenistas foram instituídas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e, posteriormente, pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas – Fundação Nacional do Índio – (FUNAI), na qual a ritualização do Dia dos Povos Indígenas era uma delas. Diante disso, a seguinte comunicação tem por finalidade interpretar o Dia dos Povos Indígenas como uma data heterogênea e com diferentes significados, segundo quem a ritualiza, como ela é realizada e quais objetivos buscam alcançar através dela. Para isso, realizamos um estudo comparado entre as celebrações realizadas pelo Serviço de Proteção aos Índios e pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas, a fim de identificarmos as semelhanças e diferenças entre os períodos estudados, como também, tentamos observar as novas narrativas que submergem através do cruzamento de fontes. A abordagem teórico-metodológica da História Comparada possibilitou a compreensão de que, por mais que tenha havido uma mudança entre os órgãos governamentais, a partir das denúncias do Relatório Figueiredo, em 1967, a mentalidade sobre as sociedades indígenas, desenvolvidas desde a criação do SPI, em 1910, sob o nome de Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, permaneceu na vigência da FUNAI. Por fim, destacamos as sociedades indígenas enquanto agentes históricos ativos no curso da história do Brasil, como também nas diferentes formas de celebrações do dia 19 de abril que foram sendo postas e impostas. Tendo em vista que as relações de poder e submissão das sociedades indígenas, frente ao Estado, são narrativas de um passado/presente que ainda reverberam nos dias de hoje, salientamos a importância de refletirmos sobre as múltiplas narrativas acerca do Dia dos Povos Indígenas.

RESISTÊNCIAS PLURAIS: O PAPEL DAS MULHERES INDÍGENAS NA DEFESA DOS DIREITOS ORIGINÁRIOS NO CONGRESSO NACIONAL

Maria Luisa Soares Marcolino
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
mmallu-10@hotmail.com

O presente artigo analisa a importância da atuação política das mulheres indígenas no processo contemporâneo de resistência dos povos originários no Brasil, tomando como foco os mandatos de Célia Xakriabá (PSOL/MG) e Juliana Terena (PT/SP). Partindo de uma abordagem que articula gênero, identidade étnica e resistência institucional,

buscamos compreender como essas parlamentares reconfiguram práticas políticas tradicionalmente marcadas por colonialidade, racismo e patriarcado. A pesquisa adota como referencial teórico uma perspectiva decolonial, em diálogo com autoras pós-coloniais que discutem poder, subalternidade, feminismos e epistemologias do Sul, a exemplo de Maria Lugones (2014). Metodologicamente, o estudo traça uma análise das proposições legislativas apresentadas ou defendidas por ambas as deputadas, com o Projeto de Lei 4.381/2023, de autoria de Célia Xakriabá, além de outras iniciativas legislativas relacionadas à garantia de direitos territoriais, proteção de saberes tradicionais, enfrentamento ao marco temporal e políticas de gênero. Também discutiremos discursos parlamentares, pronunciamentos públicos e articulações em comissões e frentes legislativas, buscando identificar como esses instrumentos são mobilizados como formas de resistência política e afirmação da autonomia indígena. A partir desse conjunto analítico, argumentamos e que os mandatos de Célia Xakriabá e Juliana Terena não apenas ampliam a representatividade indígena no Legislativo, mas também constroem um projeto político que integra territorialidade, ancestralidade e práticas de resistência decolonial. Concluindo assim que suas atuações constituem importantes estratégias de enfrentamento às políticas anti-indígenas e contribuem para consolidar novos paradigmas de participação política orientados pelos direitos originários e pelo protagonismo das mulheres indígenas.

AS REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE E DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 NOS EDITORIAIS DO JORNAL PORANTIM, 1986 - 1988

Stefany Caroline Pantoja Amorim
Universidade Federal de Pelotas
carolinepanamorim@gmail.com

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Em 1978, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), com o intuito de fortalecer a comunicação entre seus missionários e denunciar os crimes cometidos nas aldeias indígenas pelo Estado, criou o Porantim. Inicialmente como boletim informativo e, após, em 1979, como jornal, foi um dos primeiros periódicos a abordar exclusivamente sobre as populações indígenas. Em seu escopo apresentava, principalmente, denúncias sobre os abusos cometidos contra os autóctones e discussões acerca da política indigenista. Nesse sentido, o Porantim exercia uma forte atuação como instrumento midiático aliado da causa indígena. Esse papel se intensificou no rol das movimentações para a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 (ANC/1987), na qual o movimento indígena, na figura de organizações indígenas, indigenistas e aliadas à causa, tais como a União das Nações Indígenas, Associação Brasileira de Antropologia, CIMI, entre outras, participou ativamente para a construção da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), por meio do envio de propostas que contemplassem as reivindicações das populações originárias. Portanto, pretende-se analisar os discursos presentes nos editoriais do Porantim acerca da ANC/1987 e a CF/1988 a fim de compreender de que forma o jornal representa discursivamente esses eventos em seus editoriais. Para tanto, serão utilizados os editoriais publicados nas edições de 1986 a 1988 do periódico disponibilizadas na Hemeroteca Digital Brasileira, haja vista que a partir de 1986 há o início das referências à Constituição no periódico. No tocante aos procedimentos metodológicos, será adotado a análise do discurso (Pinto, 2002; Orlandi, 2005; Maingueneau, 2015.) e as abordagens de análise de periódicos propostas por Speranza e Karawejczyk (2024), Barros (2023), Capelato (2015) e Luca (2008). E, no que tange os conceitos norteadores, ressaltam-se “mídia alternativa”, “ideologia”, “indigenismo” e “editorial”. Assim, como conclusões parciais, infere-se que os editoriais do periódico apresentam de forma expressiva e crítica a ANC/1987 e a CF/1988 a fim de pressionar os poderes públicos a acatar as reivindicações do movimento indígena. Ademais, o presente trabalho enquadra-se no Simpósio Temático - História dos Povos Indígena do Brasil: Lutas, Direitos e Resistências em virtude de se tratar de uma pesquisa que aborda sobre indigenismo.

FRONTEIRAS: ENTRE ONTOLOGIAS, TERRITORIALIDADES E DEMARCAÇÕES FÍSICAS E SIMBÓLICAS PARA OS POVOS INDÍGENAS - O ESTUDO DO CASO TICUNA

Vitória Luyza Cardoso Barbosa
Universidade Federal do Rio de Janeiro
vluyzacb@gmail.com

A proposta desta comunicação consiste em analisar as múltiplas fronteiras que atravessam a experiência histórica do povo Ticuna, compreendendo-as não apenas como limites territoriais determinados pelo Estado, mas como construções ontológicas, simbólicas e políticas que estruturam modos próprios de existir e de ocupar o espaço. Partindo de uma abordagem interdisciplinar que articula Antropologia, Etno-história e História Política, Social e Cultural, investiga-se como as territorialidades Ticuna se configuram por meio de relações cosmológicas e políticas

próprias, em contraste e em diálogo com processos de demarcação física, pressões externas e políticas indigenistas. O estudo de caso evidencia que as fronteiras para os Ticuna são mobilizadas como estratégias de resistência, afirmação identitária e continuidade cultural, desafiando concepções ocidentais hegemônicas de território e propriedade. Partindo da análise da estruturação do primeiro museu indígena do Brasil - o Museu Magüta -, é possível discutir de que maneira alguns membros da sociedade Ticuna entendiam e disputavam relações com o território a partir não só de suas próprias perspectivas, mas também aquelas que a fronteira de contato com a sociedade envolvente proporcionara. Os principais resultados dessa pesquisa ainda em desenvolvimento consistem em concluir que as relações sociais são relações intrinsecamente políticas, bem como as relações territoriais como intrinsecamente ontológicas e práticas da vida material. Assim, o trabalho busca contribuir para o debate sobre fronteiras como espaços dinâmicos de negociação, conflito e criação de sentidos, destacando a necessidade de reconhecer epistemologias indígenas na formulação de políticas de memória, identidade e território e na compreensão da diversidade social, cultural e política na Amazônia. A comunicação se enquadra no eixo temático Território, territorialidades, fronteiras e lutas indígenas.

A LUTA INDÍGENA E NOVAS PRÁTICAS: A DÉCADA DE 1970 COMO UM MOMENTO DE REORGANIZAÇÃO

Victória Santos Silva
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
vssvictoriasantos@gmail.com

Esta comunicação tem como objetivo se debruçar sobre a articulação de diferentes etnias indígenas, no sul do Brasil, com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), na década de 1970. Dessa forma, permeia-se o contexto da Ditadura Militar. Para tanto, utiliza-se como fonte principal o Boletim Luta Indígena, informativo editado pelo grupo indigenista católico, Cimi, e impresso em Santa Catarina. Para essa exposição, optou-se por aprofundar a análise na primeira edição do Boletim, publicado em 1976, articulando a pesquisa com a historiografia e trabalhos da área da Antropologia. O estudo parte do campo da História Indígena, propondo o diálogo com as Ciências Sociais, tendo como objetivo compreender as transformações no fazer político das etnias indígena, em mobilização com o Cimi da regional Sul. Para isso, coloca-se em foco, sobretudo, os Kaingang e Guaraní da região sul, etnias que ganham destaque nas páginas do periódico. A pesquisa destaca a década de 1970 como um momento de rearranjo de estratégias, não só no contexto indígena, mas no cenário nacional, considerando a crescente retomada das ruas pelos movimentos sociais. A própria utilização de um informativo com a temática da luta indígena é um elemento importante nesse cenário. Nesse sentido, compreende-se a utilização de novas formas de disputar projetos e existência, por parte dos povos originários, dentro de uma perspectiva de mobilização e significação em termos propriamente indígenas, mas também articulada a um processo de disputa por novos espaços para se fazer política no cenário nacional. O presente trabalho integra os campos da História Indígena, História do Brasil Republicano e dos Movimentos Sociais.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 58 - TEXTUALIDADES INDÍGENAS: LINGUAGENS PLURAIS, ANCESTRAIS E CONTEMPORÂNEAS

Coordenação:

Rinah de Araújo Souto (UFPB)

Vanessa Augusta do Nascimento Brandão (UNESP)

Joel Vieira da Silva Filho (UFAL)

Resumo do Simpósio Temático: Este simpósio temático propõe reunir pesquisas que investiguem as múltiplas formas de textualidades indígenas, compreendidas como práticas de inscrição e transmissão de saberes que se manifestam em linguagens plurais: literária, visual, oral, corporal, onírica, performativa e espiritual. Interessa-nos refletir sobre produções contemporâneas e ancestrais de autoria indígena em prosa, poesia, cartas, narrativas orais, visuais, manifestos, performances, grafismos, cantos e rituais, entendendo tais expressões como formas de produção de conhecimento, pensamento, criação e resistência. O simpósio acolhe propostas que discutam essas textualidades não apenas como objetos de análise, mas como modos de existir e de se relacionar com o mundo, o território e a memória ancestral. Entendemos que essas textualidades não se submetem a categorias ocidentais de leitura e interpretação, exigindo abordagens críticas abertas a epistemologias outras, contracoloniais, insurgentes. São especialmente bem-vindos trabalhos que promovam o diálogo entre textualidades indígenas e campos como literatura, artes visuais, educação, antropologia, filosofia, sociologia, comunicação, bem como trabalhos que problematizam os atravessamentos entre linguagem, corpo, terra e oralitura. Este espaço pretende fomentar escutas sensíveis e éticas diante da diversidade de formas de narrar e ensinar que os povos originários compartilham e recriam, contribuindo para o deslocamento das práticas acadêmicas em direção a perspectivas comprometidas com o vivo, o plural e o coletivo.

CANTOS E POESIAS: ARTES VERBAIS E VISUAIS DE RETOMADAS E RESISTÊNCIAS DOS POVOS PATAXÓ, TUPINAMBÁ E PATAXÓ HÃHÃHÃE

Lígia Raquel Rodrigues Soares
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
ligiarodrigues@uneb.br

INTRODUÇÃO. Entre os povos Pataxó, Tupinambá e Pataxó HãHãHãe, os cantos-danças, as orações e as poesias constituem formas de artes ligadas à suas ancestralidades, história de luta, espiritualidade e afirmação identitária. Mais do que manifestações estéticas, essas linguagens são instrumentos de retomada territorial, de fortalecimento cultural e de resistência às violências históricas impostas ao longo dos séculos. A palavra cantada ou poetizada constitui Território onde a memória ancestral se (re)constrói e se atualiza, reafirmando a presença e a continuidade desses povos. Esta pesquisa procurou investigar como essas artes verbais e visuais denotam modos de existir e de pensar o mundo. E como se constituem a ideias de autoria entre povos que pensam e produzem em coletividade e para um coletivo. **DESENVOLVIMENTO.** Entre esses povos, a produção poética e musical está profundamente ligada ao fortalecimento cultural e espiritual desses povos. Dentre alguns exemplos, destaco o ritual de Awê do povo Pataxó, o Poranci do povo Tupinambá, o Toré do povo Pataxó HãHãHãe, o grupo de samba ancestral Marujos Pataxó da aldeia Barra Velha, Grupo Reisado da aldeia Coroa Vermelha. A pesquisa foi realizada através da pesquisa de campo, observação participante, entrevistas com os mais velhos e da convivência com as práticas culturais das aldeias, foi possível perceber que a palavra cantada ou poetizada é um elemento estruturante da vida comunitária. Ela educa, cura, mobiliza, ensina e fortalece. Nos cantos, ecoam histórias antigas que reafirmam a ligação profunda com a terra e com os encantados. As poesias disseminam sentimentos, denúncias, memórias ancestrais, memórias de violência, mas também a luta, a esperança e a firmeza que sustentam a luta por direitos. **PRINCIPAIS RESULTADOS OU CONCLUSÕES.** Os cantos-danças, orações e poesias não são apenas manifestações culturais, mas artes de mobilização social e de reafirmação identitária. São artes que constroem e sustentam mundos e resistências. São modos de existir e persistir, mesmo diante das pressões territoriais, políticas e culturais que marcam a vida dos povos indígenas no Brasil e toda a história do contato. Em cada verso e em cada melodia, há uma memória reerguida e uma luta atualizada, uma memória que ecoa na mata quanto na retomada, nos rituais quanto nos espaços urbanos, onde os povos indígenas seguem reivindicando respeito e escuta. Assim, compreender cantos-danças, orações e poesias como linguagens de retomadas e resistências é reconhecer que esses povos elaboram, por meio da arte verbal, estratégias próprias de enfrentamento ao colonialismo, de reconstrução do que foi fragmentado e de proteção de suas existências. São linguagens que não apenas narram a vida desses povos, mas a produzem, atualizam e projetam para o futuro. Pesquisar e registrar essas artes contribui para o fortalecimento das comunidades, para a continuidade

de seus saberes e para o reconhecimento da riqueza cultural expressa em cada uma dessas formas de fazer arte e de conceber diferentes mundos.

POÉTICAS DE CORPO-TERRITÓRIO DE MULHERES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA EM DE ALMAS E ÁGUAS KUNHÃS, DE MÁRCIA WAYNA KAMBEBA

Marília Neide Lima Sena
Universidade Federal do Pará
senamarilialima@gmail.com

Resumo: O interesse por essa investigação nasce da tentativa de fazer um diálogo entre literatura indígena e a concepção de corpo-território para povos indígenas, na tentativa interpretar as recorrentes e vivas imagens florestais que aparecem em poemas escritos por Márcia Wayna Kambeba, não somente como personificações da paisagem, em um sentido estético, mas também como forma de expressão de cosmopercepções indígenas. Neste trabalho, objetiva-se identificar uma poética de corpo-território de mulheres indígenas da Amazônia como tema fundamental em *De almas e águas Kunhãs* (2023), de Márcia Wayna Kambeba, indígena do povo Omágua-Kambeba. Nesse sentido, a pesquisa discorrerá sobre essas aparições de corpos humanos e não humanos e de como estas são centrais para as criações da poeta. Nota-se que as compreensões decoloniais de corpos são expressas de muitas formas nas obras, principalmente, na figuração de corpos de mulheres indígenas e de corpos da Terra. Para a realização deste trabalho, o tipo de pesquisa é a bibliográfica, a qual iniciou com a busca pelo corpus e com a investigação teórica, bem como com a interpretação dos poemas. Na obra *De almas e águas Kunhãs*, é possível perceber que há o protagonismo da mulher indígena como sujeito lírico que, poeticamente, indissocia o corpo da mulher indígena do corpo da terra, assim como enfatiza as devastações desses corpos provocadas pelo sistema colonial moderno. Dessa forma, a partir da percepção da recorrência de representações de corpos humanos e não humanos, a partir da práxis do corpo-território, percebe-se que a violação da terra se inscreve, associadamente, à violação dos corpos das mulheres indígenas e dos corpos coletivos de seus povos na obra. A penetração colonial, como modo de invasão dos territórios pelos europeus, a exemplo do poema “Terra”, de Márcia Kambeba, equivale à imagem do histórico e ainda recorrente estupro de mulheres indígenas. Contudo, ao também entrar no território literário, as mulheres indígenas amazônicas vêm demarcando não só as violências, mas as reivindicações e reinvenções, suas e de seus povos.

A AUTORIA INDÍGENA ESCRITA NO/DO NORDESTE BRASILEIRO

Joel Vieira da Silva Filho
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
joel.filho17@outlook.com

Esta comunicação tem por objetivo apresentar um mapeamento dos/das autores/as indígenas pertencentes a povos do Nordeste brasileiro como forma de evidenciar a produção escrita de sujeitos que encontraram na literatura escrita uma forma de elaborar e difundir suas memórias, denúncias, sabedorias etc. Partimos então, do projeto *Bibliografia das Publicações Indígenas no Brasil*, coordenado por Daniel Munduruku, Aline Franca e Thulio Dias (2019), que serviu de base para o mapeamento, e depois centramos na catalogação feita por Silva Filho (2025) em sua tese de doutorado. Os/as autores catalogados/as são: Graça Graúna; João Nyn, Eliane Potiguara, Eva Potiguara, Denízia Fulkaxó, Ane Kethleen Pataxó, Ademário Ribeiro, Ezequiel Vitor Tuxá, Auritha Tabajara, Sulami Katy, Bárbara Matias Kariri, Ellen Wassu, Chirley Pankará, Meyriane Potiguara e Juvenal Payayá. Assim, nesta apresentação, faremos uma breve discussão sobre as relações Nordeste e povos indígenas, discutiremos o fenômeno literatura indígena e apresentaremos informações sobre a vida, a carreira e a produção literária de cada um desses autores, com o objetivo de enfatizar a resistência de cada um/a na cena literária brasileira.

O MAL-ESTAR COLONIAL NÃO HUMANO NAS AMAZÔNIAS INDÍGENAS

Mayara Haydée Sena
Universidade Federal do Pará
mayarahaydeesena@gmail.com

O mal-estar, conhecido no Ocidente pelo vocábulo melancolia, tem uma longa trajetória teórica e artística que tem se centrado, à moda eurocêntrica, na experiência humana. Sobretudo a partir do pensamento benjaminiano, o mal-estar é associado a fraturas sociais, mas permanece concentrado, narcisicamente, no pesar humano. O pensamento indígena, todavia, ao colocar em primeiro plano a relação com outros viventes, evidencia tanto o sofrimento humano quanto o não humano como um dos efeitos da invasão colonial. Nesse sentido, desde os pensamentos e poéticas das amazônias indígenas de Davi Kopenawa, do povo Yanomami, de Márcia Wayna Kambeba, do povo Kambeba, e de Yenny Muruy Andoque, dos povos Andoke e Uitoto, este estudo objetiva investigar as tristezas dos não humanos nas obras *A queda do céu* (2015), *O lugar do saber* (2020a), *Saberes da Floresta* (2020b) e *Versos de Sal* (2010). Neste caminho, tem-se identificado, nas obras, não somente contrapontos originários à canonicidade de um sofrimento antropocêntrico e urbanocêntrico que historicamente impera nos estudos sobre a tristeza, mas também a constatação de que a melancolia ocidental não abarca todas as dores indígenas (Sena, 2023). Na floresta, a tristeza é coletiva (humana e não humana) e emerge colonialmente. Ouve-se das obras, portanto, outras vozes que a modernidade/colonialidade (Mignolo, 2017) ignora.

ATELIÊ CRIATIVO INDÍGENA COMO VIVÊNCIA EDUCATIVA: APRENDIZAGENS EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA/PB

Aldenice Auxiliadora de Oliveira
Universidade Federal da Paraíba/UFPB
aldenice.auxiliadoraufpb@gmail.com

O ateliê indígena surgiu como um conjunto de atividades desenvolvidas em uma escola da Educação Básica com o objetivo de sensibilizar a comunidade escolar para processos de humanização e fortalecimento das identidades interculturais. A iniciativa configurou-se como um espaço de múltiplas culturas, integrando canto, dança e leituras de narrativas indígenas, com a participação da cultura Potiguar. Dessa experiência emergiram práticas pedagógicas que respondem à necessidade de ações sensíveis à diversidade étnico-racial e ao compromisso com a efetividade da Lei nº 11.645/08, que estabelece o ensino das culturas indígenas nas escolas. A proposta buscou criar metodologias educativas que articulassem dimensões sensíveis e afetivas com a aprendizagem, em diálogo com concepções da educação indígena que colocam a vida como centro do processo formativo. Assim, essa prática segue norteada por Rildo Cosson com suas obras *Círculos de Leitura e Letramento*, com obras indígenas: *Infância na aldeia*, de Márcia Kambeba; *Foi vovó que me disse*; e *Kaadarebu*, de Daniel Munduruku, por meio dos quais os estudantes eram convidados a transformar as experiências leitoras em produções artísticas coletivas, e posteriormente compartilhadas com toda a unidade escolar. Esse percurso favoreceu o pensamento crítico, a autonomia e o protagonismo dos participantes. Para os professores envolvidos, o ateliê constituiu-se como um espaço formativo relevante, sobretudo pelo contato com a etnia Potiguar. As vivências demonstraram que tais espaços podem sensibilizar a escola para reafirmar a importância de práticas que reflorestam o imaginário coletivo por meio de aprendizagens interculturais. Ao integrar dimensões individuais e coletivas, a proposta evidenciou que a educação pode tornar-se um espaço de criação e de construção de práticas educativas inspiradas na sabedoria indígena.

HISTÓRIA DA LITERATURA E UMA TRAJETÓRIAS DA LITERATURA INDÍGENA EM RORAIMA (1988-2025) DAS VOZES ANCESTRAIS ÀS LETRAS CONTEMPORÂNEAS

Maria Edna Neres Silva
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Fabio Almeida de Carvalho
Universidade Federal do Roraima (UFRR)

Este ensaio teórico versa sobre a história da literatura luso-brasileira e o mapeamento da construção literária indígena roraimense no período de 1988 a 2025. O estudo é de natureza qualitativa e descritiva, realizado bibliograficamente mediante a análise de conteúdo de textos sobre a história da literatura indígena, Literatura Comparada e Literatura brasileira: circulações e representações de José Luis Jobim, entre outros. O objetivo central é analisar essa produção sob uma perspectiva de resistência cultural, valorização da identidade histórica, e buscar o acesso desse conhecimento para utilização na prática educativa em Roraima, visando à desconstrução de estereótipos coloniais. A Literatura Indígena Contemporânea, que surge da apropriação da escrita alfabética nos últimos trinta ou quarenta anos, busca a autoria individualizada, estampando os nomes dos autores e suas etnias, como exemplificam diversos escritores de Roraima, incluindo Davi Kopenawa, Jaider Esbell e Ely Macuxi. Essa produção é um fenômeno cultural,

político e editorialmente vital, que impõe uma redefinição radical do cânone e da Crítica Literária Nacional, uma vez que este campo esteve ausente no debate teórico até 1992. Sua emergência é vista como uma agenda humanitária comprometida com o combate à violência e à subalternidade. O volume e a vitalidade dessa produção em Roraima refutam a teoria da falta, que historicamente tem ilustrado a Amazônia, especialmente Roraima, como um vazio cultural, por não se alinhar aos padrões das regiões mais populosas e centrais do país. A Literatura Indígena Contemporânea é uma escrita que envolve sentimento, memória, identidade, história e resistência, funcionando como uma estratégia potente para a afirmação identitária de um povo. Como principais conclusões, o estudo demonstra que essa literatura reconfigura a cultura brasileira como um movimento transformador, redefinindo o cânone literário a partir de cosmovisões próprias, fortalecendo as comunidades indígenas e oferecendo à sociedade um saber diverso e humanizador. Ouvir essas vozes é, portanto, condição essencial para se fundar uma cultura nacional verdadeiramente plural.

MAKUNAIMA/MACUNAÍMA/McLUHANAÍMA: CIRCULAÇÃO E DECOLONIALIDADE

Alrilene Martins Pinheiro
PPGL-UFRF
martinsalrilene@gmail.com

A presente comunicação tem como objetivo tecer considerações sobre a trajetória transcultural de circulação do herói Makunaima – herói indígena dos povos do circum-Roraima, na fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana, e sua apropriação em "McLuhanaíma O herói com bastante caráter", do escritor estadunidense Richard Morse e como esta trajetória reflete dinâmicas de identidade, fronteira e crítica decolonial. De nossa perspectiva, a circulação literária e cultural não enfraquece as culturas originárias; pelo contrário, as revitaliza. A permanência da ambivalência criador/destruidor nas versões do herói, por exemplo, mostra que o núcleo mítico sobrevive, mesmo em contextos distantes. A investigação contribui para a compreensão dos papéis desempenhados por narrativas/artefatos verbais ameríndios oriundos da região circum-Roraima no concerto das literaturas brasileira, americana e, enfim, da Literatura-Mundo e também colabora para que o herói seja percebido como agente ativo na construção de imaginários globais. Desse modo, investigamos a circulação transcultural de Makunaima como símbolo de adaptação e resistência cultural, o que oferece um eixo privilegiado para discutir a preservação e ressignificação de mitos indígenas em contextos pós-coloniais.

LETRAMENTO DECOLONIAL: A POTÊNCIA DE TEXTOS INDÍGENAS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NUMA PERSPECTIVA CRÍTICA EM RORAIMA

Juliana da Silva Morais
UFRF
juliana.moraisrr@gmail.com

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre o letramento decolonial como prática pedagógica, tomando como referência o texto de curadoria "O'MA'KON – BICHARADA – REUNIÃO DE BICHOS" presente no catálogo "Moquém Surarí – Arte Indígena Contemporânea" (2021) do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM). O texto é de autoria do artista plástico e escritor roraimense Jaider Esbell da etnia makuxi. Entendemos o posicionamento discursivo e artístico do escritor apontando para a construção simbólica e para o fortalecimento das identidades indígenas, na medida em que é evocada a ancestralidade em articulação com certa "modernidade". Nesse caminho, desconstrói o campo homogêneo da história – contada pelo colonizador – para propor o olhar afetivo dos valores de uma comunidade e acaba por recontar essa história, ressignificando-a. Nesse movimento, as identidades também são deslocadas, abrindo espaços para as "cosmo-identidades": o olhar individual que abarca um "nós" coletivo. Do espaço amazônico indígena de luta para homologação de terras indígenas, de reivindicação da história não contada, Jaider (2021) passa a ocupar o centro do campo das artes: galerias e museus. A partir de então, ou concomitantemente, sua voz passa a ocupar lugar simbólico de representação da ancestralidade reclamada para seu povo. Tais reflexões ocorrem como parte de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PGEDA), Doutorado em Educação, da Universidade Federal de Roraima (UFRF), vinculada à linha de pesquisa "Saberes, Linguagem e Educação". Fundamenta-se na compreensão de que o ensino de linguagens deve reconhecer a pluralidade cultural e linguística do território amazônico, valorizando autores locais e indígenas como mediadores de práticas de leitura e de produção de sentidos. Nesse contexto, as narrativas indígenas emergem como dispositivos de formação leitora e identitária, ao permitirem que os estudantes se vejam representados nos textos e construam pertencimentos simbólicos a partir de suas próprias vivências culturais conforme a noção freiriana de leitura de mundo. Nesse sentido, o DCRR orienta o ensino a partir da contextualização sociocultural do texto, de modo que os alunos

reconheçam-se como sujeitos produtores de significados. Os resultados apontam que o letramento decolonial potencializa aprendizagens significativas ao articular escola, território e ancestralidade, reposicionando o ensino de linguagens como campo de afirmação identitária e valorização da diversidade.

LITERATURA INDÍGENA E ENSINO: CAMINHOS PARA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 11.645 EM SALA DE AULA, A PARTIR DA OBRA DE DANIEL MUNDURUKU

José Carlos Ribeiro Pereira
Universidade Estadual da Paraíba
j.carlos@aluno.uepb.edu.br

Este trabalho, recorte de uma pesquisa de mestrado já concluída, tece contribuições para a formação do leitor da literatura de autoria indígena, à luz da Lei nº 11.645/08, que direciona o trabalho para os aspectos históricos e culturais dos povos originários, especificamente na Educação Básica. Nesse sentido, a pesquisa foca em apresentar respostas a um problema persistente na sociedade brasileira: a pouca visibilidade – e até o silenciamento – das vozes indígenas nos espaços de poder, com ênfase nos ambientes formais de ensino-aprendizagem. Esse cenário ganha novos contornos quando a literatura, na condição de direito humano, pode ocupar esse lugar por meio dos discursos e da produção dos subalternizados; nesse caso, os povos indígenas e a sua produção literária. Há, neste estudo, evidente preocupação na execução de um estudo, de natureza aplicada, que atende aos objetivos do programa de pós-graduação a que se vinculou, o PROFLETRAS, como formar professores de língua portuguesa voltados para a inovação na sala de aula, ao mesmo tempo que instiga a reflexão acerca de questões relevantes sobre diferentes usos da linguagem presentes no contexto social contemporâneo. Nessa perspectiva, esta pesquisa propôs a análise qualitativa da obra *Crônicas Indígenas para rir e refletir na escola* (2020), do escritor indígena Daniel Munduruku, além da aplicação de uma sequência didática direcionada a estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, no município de Esperança/PB. A motivação principal reside no diagnóstico que apontou a inexistência de qualquer trabalho com a Literatura Indígena na Rede Municipal de Ensino, mais especificamente na escola lócus de pesquisa, apesar de haver legislação pertinente ao tema desde 2008. Sob esse viés, conforme legislação pertinente, a proposta foi submetida e aprovada pelo Conselho de Ética da Universidade Estadual da Paraíba. Decorrem, desse estudo, dois produtos: um Caderno Pedagógico, voltado ao trabalho de professores de Língua Portuguesa com a Literatura Indígena, e uma Minuta de Lei, apresentada ao município-sede de aplicação da pesquisa, para análise e posterior aprovação legislativa, de modo a contribuir para a regulamentação do dispositivo legal nº 11.645/08 e, assim, estruturar as ações pedagógicas relacionadas aos saberes indígenas, com o olhar direcionado para a literatura. Os resultados da pesquisa, consolidados na dissertação de mestrado e socializados em diversos eventos acadêmicos, revelam o potencial do texto literário para a desconstrução de discursos estereotipados, além da maior compreensão e respeito pelas culturas, histórias e cosmovisões indígenas, sobretudo no contexto de ensino. Atrelado a isso, o estudo também preenche uma lacuna na pesquisa científica, tanto na Universidade Estadual da Paraíba quanto no Mestrado Profissional em Letras, dada a carência de discussões em torno das questões indígenas.

LITERATURA COMO RESISTÊNCIA: A POÉTICA DO EU-NÓS LÍRICO-POLÍTICO EM “RETOMADA ORIGINÁRIA”

Ana Paula Rodrigues Lima de Aguiar
Universidade Estadual da Paraíba
ana.aguiar@academico.ufpb.br

O fazer poético é, normalmente, visto como uma forma de expressão. Para Candido (2004), a literatura é construção de estrutura e significado, é uma forma de conhecimento e é uma forma de expressão. A pesquisadora macuxi Trudruá Dorrico (2017) reconhece a expressão artística da voz poética indígena, mas acrescenta seu caráter de resistência ao elaborar o conceito de eu-nós lírico-político. Este trabalho pretende compreender a poesia indígena como forma de resistência a partir do poema “Retomada originária” (2021), de Renata Machado Tupinambá. A voz-práxis das literaturas indígenas, segundo Trudruá Dorrico (2017), se caracteriza por uma visão de sujeito e de expressão artística que reflete os modos de pensar e os contextos de escrita das culturas indígenas, constituindo o eu-nós lírico-político. O ‘político’ dessa expressão se apresenta no novo olhar trazido para a história ao buscar nela matéria para resistência. Nos versos do poema em questão: “o sono é apenas dos justos./a insônia é dos mutilados/a terra geme um grito abafado” (2021, p. 66), a voz poética evidencia a violência sofrida pelos povos indígenas ao se referir a eles como “mutilados”. Nos seguintes versos: “somos tuba ypy abá/somos tupinambá/os primeiros/uma grande família do tronco tupi” (2021, p. 65), é colocado em destaque o povo Tupinambá através da autoafirmação identitária que também ocorre na autoria da obra já que a poeta assina como Renata Machado Tupinambá. Ao referenciar os antepassados

em: “vivo e respiro com meus antepassados/os velhos retornam para cumprir seus destinos” (2021, p. 65), a poeta traz à tona a tradição e os saberes ancestrais que permeiam toda a obra, colocando em destaque a própria cultura. Dessa forma, a poesia indígena constitui uma forma de resistência na medida em que se torna um espaço para denúncias, autoafirmação identitária e autovalorização cultural.

ENTRE YBY E Y, IMAGENS: A CRIAÇÃO DE COLAGENS COMO EXPERIÊNCIA DE LEITURA DE POEMAS DE ELLEN PIRÁ WASSU

Marcela Ellen Penna Fernandes
Universidade Estadual da Paraíba
mapennaf@gmail.com

Ixé ygara voltando para 'y'kúá (sou canoa voltando pra enseada do rio) é o primeiro livro de poemas publicado por Ellen Pirá Wassu, pesquisadora, escritora e poeta do povo Wassu-Cocal. Entre intertextualidade e contracolonialidade na tessitura poética que faz travessia entre o tupi e o português, ganham força as imagens de natureza carregadas nos elementos terra (yby) e água (y) que nomeiam alguns dos poemas presentes no livro. Partindo da experiência de leitura de uma pessoa não indígena, num movimento de pesquisa e mediação autoetnográficos, essa movência linguística inscreve o glossário interno do livro na memória de quem lê, atravessando a leitura com desaprendências e ressignificações de mundo, além de imagens, texturas, cores e sensações vivas no corpo-leitor. Desse modo, compreendendo que a literatura indígena demanda outros modos de leitura e mediação que não os do cânone literário, em consonância com a lei 11.645/08, utiliza-se da conversa literária e da colagem digital como metodologias ativas para registrar a experiência de leitura da travessia presente no livro de Ellen Wassu. Esse trabalho vem sendo desenvolvido em oficinas, aulas e minicursos na Universidade Federal da Paraíba a partir do projeto de extensão LED, o qual explora o letramento digital e a cultura literária para a formação leitora. Apresenta-se como recorte específico as colagens produzidas e compartilhadas durante o Estágio Docência na disciplina do curso de graduação em Letras língua portuguesa 'Prática de Letramento Digital e Ensino de Literatura', as quais surgem da mediação em quatro momentos: i. a vocalização dos poemas selecionados, a saber: Yby (p. 15), 'Y (p. 18), Yby (p. 25) e Y (p. 29); ii. a conversa sobre os poemas e seus atravessamentos nos estudantes da turma, suscitando novas leituras e vocalizações; iii. a prática da colagem utilizando as ferramentas digitais Canva/Instagram e iv. a partilha das imagens criadas e das considerações acerca da experiência com os textos. Como resultados, têm-se obtido traduções intersemióticas que dialogam com o mundo visto pelos leitores desde suas lentes fotográficas e armazenamentos dos seus smartphones, numa viagem à própria memória, às percepções desenvolvidas nas interações orais e visuais com os poemas, de modo a provocar, revisitar e reelaborar os entendimentos e trocas com textualidades indígenas a partir da alteridade.

COLAGEM CRIATIVA: TECENDO MEMÓRIAS NO ABRIL INDÍGENA

Alyere Silva Farias
UFPB/ PPGL
alyere@gmail.com

Deyseane Pereira dos Santos Araújo
IFPB
deyseaneps@gmail.com

Trazemos para compartilhamento a experiência de leitura e criação de colagens literárias com o “Futuro Ancestral” de Ailton Krenak, realizada com os extensionistas do Projeto de extensão LED (Probex/ UFPB) e com estudantes do segundo ano do IFPB- Campus Santa Luzia, durante o mês de abril de 2025. A partir das provocações filosóficas e poéticas postas por Krenak (2022) refletimos sobre a ausência de fronteiras entre o corpo humano e os outros organismos, sobre o uso de palavras como “molde”, “forma” e as noções de produção e de recepção para uma educação da dissolução de fronteiras, da conexão com a ancestralidade da diversidade e da pluralidade da vida. As questões sobre memória (Silva Filho e Souto, 2025, Kambeba, 2020) e a metodologia da conversa literária (Bajour, 2012) balizaram a nossa experiência. A atividade foi realizada com o grupo de extensionistas na UFPB no início do mês de abril, na reunião de conversa literária sobre o “Futuro Ancestral” (Krenak, 2022), na qual partilhamos trechos do livro e também foram convocadas obras de Márcia Kambeba (2020), Graça Graúna (2016; 2021) e canções de Kaê Guajajara (2021; 2023; 2024) e produzimos colagens que foram distribuídas pela universidade. Posteriormente os extensionistas sob nossa orientação foram provocados a organizar uma atividade semelhante para ser realizada

com estudantes do Ensino Médio das turmas de segundo ano do IFPB - Campus Santa Luzia e o planejamento da aula foi organizado em quatro momentos e as ações foram realizadas pela professora em sala de aula. O poema "Pintura Sagrada", presente no livro "Ay Kakyritama" de Márcia Kambeba (2018), foi selecionado para ser apresentado aos estudantes junto à discussão da obra de Krenak (2022) para o primeiro momento de partilha de leitura. No segundo momento houve um debate mediado pelos estudantes que resultou na construção de uma nuvem de palavras que registrou por escrito as ideias que poderiam auxiliá-los na composição de suas colagens. O momento três consistiu na composição da colagem a partir da escolha de um trecho do livro, do poema ou de uma ideia debatida. Os estudantes foram orientados previamente a reunir materiais para este momento e usaram tintas, livros, revistas, canetas e lápis. A partilha e discussão sobre as colagens deu início ao quarto momento, que foi finalizado com a ocupação de colagens nos espaços públicos do IFPB-Campus Santa Luzia.

O NARRADOR EM ESTADO DE RIO: TRAVESSIAS DE UMA VOZ QUE NAVEGA EM CANUMÃ, DE YTANAJÉ COELHO CARDOSO

Rinah de Araújo Souto
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
rinahsouto@hotmail.com

O presente trabalho analisa o funcionamento do narrador no romance Canumã: a travessia, de Ytanajé Coelho Cardoso, tomando como foco a constituição da voz narrativa e sua relação com a experiência de deslocamento que organiza a obra. Parte-se da compreensão de que a travessia operada no enredo não é apenas espacial, mas também cognitiva e simbólica, e que o narrador assume papel decisivo na construção dessa perspectiva. O estudo observa como a narrativa articula memória, percepção e elaboração subjetiva, produzindo um narrador que transita entre observador e participante, entre registro sensível da paisagem e reflexão sobre os movimentos internos suscitados pelo percurso. No desenvolvimento, examina-se a forma como o narrador organiza temporalidades, escolhe detalhes, controla o ritmo e aproxima o leitor das tensões entre vulnerabilidade, experiência e (auto)conhecimento. Verifica-se que a travessia se converte em modo de conhecimento, e o narrador, ao filtrar as experiências vividas, estrutura um processo gradual de revelação de si e do mundo. Como principal resultado, conclui-se que o narrador de Canumã funciona como eixo de mediação entre espaço, cultura e subjetividade, revelando que a travessia é também uma educação dos sentidos. Assim, a análise evidencia que a obra mobiliza uma voz narrativa híbrida, sensível e reflexiva, que transforma o ato de narrar em gesto de passagem.

ESCUTA, PRESENÇA E ENCANTAMENTO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO CLUBE DE LEITURA ARAETÁ

Maria Luísa de Moura Azerêdo
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
mariemazeredo@gmail.com

Stella Maria Palitot Dias de Lacerda

Joana Antonino da Silva Rodrigues

Edissa Dorita Queiroz Boechat da Silva

Este trabalho objetiva relatar as ações realizadas em um clube de leitura promovido pelo grupo de estudos de literatura indígena e práticas emancipatórias Araetá, criado em 2023 pela professora Rinah de Araújo Souto (DLCV/UFPB). O Clube de leitura de autores(as) indígenas é uma iniciativa cujo intuito é convidar pessoas de diferentes esferas para ler literatura indígena e discutir o texto em encontros mensais. Formado, sobretudo, por educadoras, o grupo trilha os caminhos da Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Comprometemo-nos, diante disso, com o fomento de Espaços de Escuta (Vieira, 2021) e com a pluralização e democratização do chamado cânone literário (Amaral; Souto, 2022). Institucionalizado como projeto de extensão (FLUEX/UFPB), o clube propõe ao público interno e externo da universidade uma ação cultural e formativa que difunde textualidades indígenas. Nosso propósito é que, a partir da leitura compartilhada, com os momentos de encontro e de troca de saberes e experiências, os leitores tenham acesso a diversos repertórios e percepções, advindos da escuta da interpretação uns dos outros. Ao propor essa escuta atenta por meio da leitura de vozes indígenas, promovemos a leitura intercultural e valorizamos diferentes

epistemologias, indo ao encontro da missão de ampliar, questionar e pluralizar o panteão literário brasileiro, que deve compreender a existência, tradição e memória dos povos originários a partir de suas próprias criações. Metodologicamente, serão discutidas as experiências de diálogo propiciadas nesta primeira edição do clube pelo romance *Canumã: a travessia: romance Munduruku* (2019), do autor Ytanajé Coelho Cardoso. Para além dessas reflexões, imbricadas às considerações sobre espaços de escuta e teoria literária, serão apresentados os resultados obtidos da transposição artística de um *Tehêy* (Pereira; Araújo Pataxó; Silva Atikum, 2024). O *Tehêy* é uma metodologia e epistemologia indígena desenvolvida por Liça Pataxó, que consiste em uma prática ancestral das mulheres Pataxó com base no desenho e adaptada para o ensino e aprendizagem. Consideramos que os encontros do clube se tornaram um local para escuta ativa, evidenciando as múltiplas possibilidades de relação com o texto e resultando em diálogos permeados pela diversidade de visões de leitura a partir do contato dos participantes com o romance.

A PALAVRA COMO CORPO: TEXTUALIDADES INDÍGENAS E LEITURA PERFORMÁTICA NAS AULAS DE ESCRITA CRIATIVA

Ludmila Nóbrega Marinho Viana
Universidade Federal da Paraíba
profudmilaviana@gmail.com

O presente trabalho discute as contribuições das textualidades indígenas para práticas de leitura performática e declamação na oficina de escrita criativa *Quem conta um conto...* realizada com turmas dos anos finais em uma escola municipal de João Pessoa, Paraíba. Partindo do princípio de que, nas produções indígenas, a palavra é corpo, memória, voz e movimento, busca-se refletir como tais concepções ampliam as experiências de leitura e o desenvolvimento de uma performance mais sensível e artística. Dessa forma, as textualidades indígenas, ao articular oralidade, gesto, ritmo e ancestralidade convocam modos de leitura que ultrapassam a decodificação silenciosa ou robótica, abrindo espaço para vivências coletivas e corporificadas. Na prática da oficina, textos, vídeos e músicas indígenas foram utilizados como disparadores para exercícios performáticos de leitura, nos quais os estudantes exploraram pausas, silêncios, sons, gestos e ritmos como parte da construção de sentido. Esse momento favoreceu uma escuta sensível e estimulou a criação de narrativas que também continham modos diferentes de narrar, recontar e transformar histórias. Compreende-se que as textualidades indígenas possibilitam transformar as práticas literárias também em espaços de escuta, desaprendências e vivência estética dentro das instituições básicas, uma vez que os estudantes experimentam formas novas de se relacionar com os saberes, os territórios e o outro.. Conclui-se, portanto, que as textualidades indígenas promovem um encontro potente dentro do âmbito da escrita criativa, uma vez que ampliam o sentido da leitura e promovem um encontro sensível com outras epistemologias.

“A ÁRVORE QUE ANDA”: INTERMITÊNCIAS ARTÍSTICO-LUMINOSAS DA FLORESTA

Letícia de Almeida Pereira Baracho
CAPES/UFOPA
leticiaps30@gmail.com

Rainério dos Santos

Este trabalho propõe uma análise da obra performática da artista dois-espíritos (trans) indígena da Amazônia brasileira Uýra Sodoma, apresentada no documentário *UÝRA – A Retomada da Floresta* (2022), dialogando com o conceito de intermitência luminosa, desenvolvido por Georges Didi-Huberman (2011), e com uma ética da visibilidade e do enquadramento, pensada por Judith Butler (2015). Seguindo o documentário, o estudo investiga nuances da presença insurgente de Uýra no campo das artes e da ecologia, cuja obra se aproxima dos lampejos intermitentes dos vagalumes de Didi-Huberman, produzindo, assim, imagens comprometidas com uma visibilidade ética, como defende Butler. Considerando a resistência de Uýra à escuridão simbólica imposta por séculos de colonialismo, devastação ambiental e predomínio de uma matriz cultural cisheternonormativa, as criações performáticas da artista são analisadas a partir da “lente metodológica” da performance, buscando-se compreender de que maneira contribuem para “transmitir memória e identidade” (Taylor, 2023) originárias e dissidentes. Como resultado, o estudo desenvolve a hipótese de que o corpo trans-indígena de Uýra opera como uma contraimagem que cintila nos espaços de ruína, mobilizando uma política do sensível que articula arte, corpo e território. Subvertendo as representações sociais hegemônicas Uýra propõe, em suas criações performáticas e em seu trabalho educativo com crianças e jovens de periferias e comunidades indígenas e ribeirinhas do Amazonas, a retomada e a propagação de cosmovisões indígenas (Kopenawa, 2010; Krenak, 2020-2022), utilizando-se de elementos orgânicos e cenários naturais devastados para

provocar debates e tensões sobre os impactos da colonização e do antropocentrismo, bem como eclipsar separações convencionais entre humanos, plantas e animais. Brilhando nas ruínas de um suposto desenvolvimento que se assemelha a uma catástrofe, a artista evoca a floresta como corpo vivo, assumindo um papel de lampejo “poético-ecológico” compromissado com a esperança e a reexistência (Didi-Huberman, 2011).

ENTRE O SOM DAS ÁGUAS E O BRILHO DAS TELAS: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL NA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA

Adriana Gomes Rufo Gonçalves
OPTTINS/PPGES/UNIRG/TO
adriana.rufo@unirg.edu.br

Aurea Mª Sampaio Teles
OPTTINS/PPGES/UNIRG/TO

Marcilene de Assis Alves Araujo
OPTTINS/PPGES/UNIRG/TO

Este resumo apresenta uma reflexão sobre a experiência educativa vivenciada na Comunidade Boa Esperança, localizada às margens do Rio Javaés, na Ilha do Bananal, estado do Tocantins. A intervenção configurou-se como uma prática educativa que ultrapassa os limites da escola formal, fundamentando-se na convivência, na escuta sensível e no respeito mútuo entre pesquisadores e comunidade. O objetivo foi compreender como as práticas educativas interculturais se manifestam no cotidiano da comunidade e analisar os desafios contemporâneos relacionados à preservação dos saberes tradicionais. A metodologia adotada baseou-se na observação participante e na escuta sensível, inspiradas na abordagem etnográfica e nos princípios da Educação Social. As atividades incluíram vivências coletivas, registros em diário de campo, conversas com anciãos e jovens, além de observações sobre os espaços de aprendizagem, como o entorno do rio e as rodas de conversa. O processo metodológico valorizou o diálogo horizontal entre pesquisador e comunidade, respeitando tempos, silêncios e modos próprios de expressão. A vivência revelou que o Rio Javaés representa um elo simbólico entre natureza, cultura e espiritualidade, sustentando a memória coletiva e o sentimento de pertencimento. Durante a visita, os anciãos expressaram preocupação com o uso crescente de celulares pelas crianças, visto como ameaça à continuidade das narrativas tradicionais e ao vínculo com o ambiente natural. Observou-se que a tecnologia, embora amplie as formas de comunicação, pode enfraquecer laços comunitários e alterar modos tradicionais de ensinar e aprender. Ainda assim, a comunidade demonstra resistência cultural, mantendo vivas suas danças, cantos, rituais e a língua materna. Conclui-se que a educação intercultural, para além da instrução formal, é uma prática social e afetiva que fortalece vínculos humanos, assegura a transmissão dos saberes ancestrais e enfrenta o desafio de conciliar tradição e tecnologia na contemporaneidade. A experiência evidencia o potencial transformador das práticas interculturais para a construção de uma educação socialmente enraizada, crítica e afetiva.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 59 - CIRCULAÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS: CUIDADO, RESISTÊNCIA E EXPERIÊNCIA

Coordenação:

Rosijane Fernandes Moura (UFAM)
Marilene Aicate Peres (UFAM)

Resumo do Simpósio Temático: A circulação e mobilidade de mulheres indígenas pelo país e pelo mundo está em ascensão. Desde que as mulheres adentraram nos espaços que comumente não eram ocupadas por elas, principalmente por mulheres indígenas, nos chamados espaços públicos como: nas universidades, na política, na liderança de movimentos, dentre outros. Elas levam consigo os locais que seus corpos ocupam, ou melhor, lugares que elas sempre estiveram presentes, porém não eram protagonistas nessas que chamamos de "circulação de mulheres", em destaque as mulheres indígenas. Sabe-se que a circulação é decorrente de fatores diversos como na comercialização, luta pelos direitos através dos movimentos indígenas, crescimento profissional e acadêmico. Deste modo, a proposta deste Simpósio Temático é debater como a circulação é feita, onde, para que, o que muda para elas a partir da circulação e quais são os cuidados tomadas por elas quando saem de seus territórios. Nesse sentido, receberemos trabalhos sobre assuntos voltadas às mulheres indígenas e suas circulações nos diversos espaços que seus corpos se fazem presentes, bem como quais são os cuidados ancestrais feitos por elas ao realizarem as mobilidades e circulações fora de seus territórios.

VIOÊNCIA CONTRA MULHERES INDÍGENAS E OS DESAFIOS À SEGURANÇA PÚBLICA

Marcela Lacerda Macuxi
UFRR
marcelita_cruz@hotmail.com

O presente artigo trata da violência contra a mulher, em especial da mulher indígena que em sua maioria convive em comunidades afastadas e isoladas onde as políticas públicas de segurança estão longe de proteger seus direitos, integridade física, verbal e intelectual. Nesse contexto importa ressaltar alguns aspectos peculiares, quais sejam, apresentar dados geográficos e demográficos, desafios no combate à violência, a percepção das mulheres indígenas, as demandas e soluções e os desafios da segurança pública no combate à violência contra a mulher indígena. Contribuir com estudos e pesquisas que possam dar voz a essas mulheres vítimas de violência é importante para destacar os principais fatores e consequências de um cenário que ainda exige atenção do poder público no sentido de proteger a dignidade da pessoa humana dessas mulheres. Partindo de uma perspectiva de gênero, é importante destacar que a proteção das mulheres indígenas precisa de um tratamento emergencial nos parâmetros da lei, bem como quando se trata de integração dos seus direitos na Lei Maria da Penha.

DIAGNÓSTICO E APOIO AO ARTESANATO INDÍGENA POTIGUARA: RESULTADOS PARCIAIS

Talita Brito da Silva
Universidade Federal da Paraíba
talitabrito7@gmail.com

Lucilene K. R. Bandeira
Laboratório LMI IDEAL

O estudo apresenta resultados parciais de uma pesquisa realizada nas Terras Indígenas Potiguara, no litoral norte da Paraíba, voltada ao diagnóstico do artesanato indígena e à identificação de estratégias para seu fortalecimento econômico, cultural e ambiental. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa com base no Problem Based Learning (PBL), envolvendo participação ativa das artesãs como co-pesquisadoras em processos de escuta, oficinas, observação e co-criação de soluções. O diagnóstico revela desafios relacionados ao acesso precário, à pressão das monoculturas de cana-de-açúcar, à erosão costeira e à redução de matérias-primas nativas, bem como vulnerabilidades sociais que impactam a continuidade da produção artesanal. Apesar desses obstáculos, evidenciam-se a diversidade e sofisticação das bijoias, cestarias, cocares, pinturas e artefatos tradicionais, além do papel central das mulheres na preservação dos saberes ancestrais e na geração de renda para suas famílias. Os resultados indicam a necessidade de ações integradas que incluam manejo sustentável de fibras e sementes, formação continuada,

certificação indígena, criação de plataforma digital para vendas e articulação com políticas públicas. Conclui-se que o artesanato Potiguar constitui um importante vetor de autonomia feminina, preservação cultural e empreendedorismo indígena sustentável, com potencial para fomentar inovação social ancorada no território. Eixo temático: Empreendedorismo Indígena, Cultura e Sustentabilidade.

CORPO-TERRITÓRIO DAS LIDERANÇAS DE MULHERES KOKAMA: UM OLHAR SOBRE A SAÚDE E AMBIENTE DAS MULHERES INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANO

Cristina Gonçalves Rodrigues
PPGSC/UEA
cristinagr.enf@gmail.com

Socorro de Fátima Moraes Nina
PPGSC/UEA
snina@uea.edu.br

Este estudo aborda temáticas intrínsecas à vida das mulheres indígenas, como é o caso da saúde e ambiente em contexto urbano, pela perspectiva singular das lideranças de mulheres Kokama. Essa interligação busca compreender a relação dessas temáticas com seus corpos territórios na cidade de Manaus, capital com maior concentração indígena em todo o país. A pesquisa parte de um contexto marcado pela crescente migração indígena para áreas urbanas, impulsionada por fatores socioeconômicos e por expectativas de acesso a direitos básicos. No entanto, essas populações enfrentam múltiplas barreiras, como racismo institucional, precariedade de moradia e invisibilidade nas políticas públicas. As mulheres indígenas do povo Kokama têm assumido papel de destaque na resistência política e cultural, construindo formas próprias de organização e reivindicando acesso a políticas de saúde e ambiente mais inclusivas e sensíveis às suas realidades. A pesquisa é guiada pelo conceito de corpo-território, compreendido como espaço de resistência, ancestralidade e produção de saberes, refletindo a inseparabilidade entre corpo, território e identidade coletiva. O estudo tem como objetivo geral compreender a relação entre o corpo-território das lideranças de mulheres Kokama e os desafios sobre o processo saúde-doença e ambiente da mulher indígena no contexto urbano. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, com abordagem narrativa, fundamentada em perspectivas decoloniais e na horizontalidade entre pesquisadora e participantes. A construção dos dados baseia-se em entrevistas individuais e oficinas, envolvendo lideranças Kokama das seis zonas administrativas da capital amazonense. A seleção das participantes se dá através da técnica de amostragem bola de neve, iniciando pela articulação com a Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (COPIME). A pesquisa é relevante por contribuir com o reconhecimento do protagonismo feminino indígena na construção de políticas públicas, saúde coletiva e justiça ambiental, articulando saberes tradicionais e demandas contemporâneas. Além disso, insere-se em uma agenda global alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente os de igualdade de gênero e enfrentamento das mudanças climáticas, ampliando o debate sobre direitos indígenas em territórios urbanos.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E INTERCULTURALIDADE: A ESCUTA ETNOCENTRADA COM MULHERES KAIGANG

Gláucia Valéria Pinheiro de Brida
Universidade Estadual de Maringá
gvpbrida@uem.br

O presente trabalho aborda a construção de ações interculturais em um projeto de extensão universitária voltado à promoção do enfrentamento da violência de gênero na assistência de mulheres advindas de realidades plurais. A violência contra as mulheres constitui uma grave violação de direitos humanos decorrente de desigualdades de poder baseada no gênero e atravessadas por desigualdades sociais e econômicas. A elevada incidência de mulheres negras entre as vítimas de feminicídio no Brasil - que, na ocasião da morte, majoritariamente não estavam protegidas por medidas previstas na legislação - evidencia a persistência de violações estruturais marcadas por desigualdades interseccionais entre gênero, classe, etnia, território, nacionalidade, entre outras. O feminicídio de mulheres indígenas também apresentou crescimento nos últimos anos, embora permaneça subnotificado em razão da ausência de políticas públicas específicas e das vulnerabilidades interseccionais enfrentadas por elas. Mediante a multidimensionalidade da violência de gênero, este trabalho tem como objetivo refletir sobre a escuta etnocentrada na promoção de práticas preventivas que respeitem as diversidades étnico-culturais. A metodologia consiste em um relato de experiência de prática extensionista junto às mulheres indígenas Kaingang, durante sua permanência em

uma associação indigenista situada no território urbano. A ação foi desenvolvida sob o referencial metodológico da Educação Popular Feminista, envolvendo reuniões intersetoriais, visitas técnicas e debates interdisciplinares e interculturais, que culminou na realização de uma roda de conversa sobre direitos das mulheres e violências, na qual as mulheres kaingang compartilharam e discutiram suas vivências. A escuta etnocentrada resultou em um primeiro momento na emergência e produção de sentidos acerca das violências que mulheres indígenas enfrentam, marcada pela sexualização de seus corpos e pela intersecção de opressões de gênero e raça/etnia. Em um segundo momento, impulsionou a produção de materiais expressivos nos quais elas manifestaram seus anseios por uma sociedade que respeite seus direitos. Conclui-se que a escuta etnocentrada, quando inserida em uma prática intercultural feminista, contribui para a promoção dos direitos das mulheres indígenas ao constituir um espaço de expressão, reflexão e reivindicação.

TECENDO VIDAS E GESTANDO O FUTURO: ESCRIVÊNCIAS E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO COMO PRÁTICA POLÍTICA DAS INDÍGENAS MULHERES.

Andreza de Oliveira Andrade
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
andrezaoliveira@uern.br

O texto ora compartilhado diz respeito aos fios de uma tessitura mais ampla resultado do tear de uma tese de doutoramento que foi resultado da aprendizagem que tive junto às mulheres indígenas do povo potiguara Mendoça do Amarelão do Rio grande do Norte e do povo tapuia Jenipapo-kanindé do Ceará. O ponto de partida da pesquisa foi a percepção da centralidade das mulheres na gestão das comunidades e na articulação política dentro e fora delas, problematizando aspectos da cultura política das comunidades e como a vivência política impulsionava as mulheres a criar condições de na condição de lideranças serem também produtora de conhecimentos sobre suas comunidades elemento da luta política dos povos indígenas e das indígenas mulheres, de modo específico pelo reconhecimento de suas comunidades pelo Estado. A partir dos fios da história oral fui tecendo a colcha de retalhos historiográfica que resultou em uma tese de doutorado que tem as indígenas mulheres como coautoras e que leva à uma análise historiográfica que as associa à uma ampla tradição de resistência e atuação política das indígenas mulheres no Brasil. Em função disso se dá a análise de suas escrituras apresentadas a partir da produção de suas próprias pesquisas acadêmicas.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 60 - EPISTEMOLOGIAS INDÍGENAS E DIÁLOGOS INTERCULTURAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS

Coordenação:

Vanderlúcia da Silva Ponte (UFPA)
Érico Silva Alves Muniz (UFPA)
Magno Kamiran Tembê (UEPA)

Resumo do Simpósio Temático: Após a superação de modelos assimilacionistas na educação dos povos indígenas várias experiências em todo o Brasil, por meio das Licenciaturas Interculturais Indígenas, têm demonstrado muitos avanços no diálogo intercultural entre as universidades e os povos indígenas. Essas experiências têm transformado, ou ao menos, possibilitado reflexões sobre os projetos políticos pedagógicos hegemônicos e apontado para o reconhecimento das epistemologias indígenas, as quais podem promover diferentes ferramentas metodológicas e didáticas no processo ensino aprendizagem. Pensar e construir uma educação territorializada, que considera a dimensão ancestral entre humanos e não humanos; em que corpos-objetos, animais-pessoas, plantas-pajés, rios e florestas atuam como interlocutores e espaços de aprendizagem, nos convoca a refletir que o processo de ensinar e aprender se constrói no tempo-espaço da aldeia, no chão do território, no fazer cotidiano desses povos. Há cada vez mais interesse crescente de educadores, pesquisadores e gestores escolares em analisar essas experiências, a partir de abordagens interdisciplinares e interculturais, e entendê-las como ferramentas contracoloniais para a construção de novas epistemologias, mais alinhadas às realidades escolares dos territórios indígenas. Esse Simpósio Temático se propõe a acolher trabalhos com potencial para abordagens interepistemológicas que se proponham a transformar o espaço da escola em vivências educativas territorializadas, em diálogo com pesquisadores e teóricos indígenas.

IKÓLÓEHJ KALA KÁ PO' ÉHJ SANÉH ATA MÉNE KAJ PAMAKÓBAÉ: APRENDER SOBRE OS ANIMAIS QUE HABITAM NA TI IGARAPÉ LOURDES

Nelson Padora Gavião
UNIR
nelsonpadoragavião@gmail.com

A apresentação será sobre a pesquisa a respeito dos animais da TI Igarapé Lourdes e baseia-se em conversas e entrevistas com os mais velhos do povo Gavião Ikolen que carregam conhecimentos ancestrais fundamentais para compreender a importância dos animais na floresta. Esse diálogo busca registrar como o povo Gavião tradicionalmente classifica os animais terrestres, animais das alturas e seres alados, preservando assim uma sabedoria transmitida de geração em geração. Entre os principais colaboradores está o sabedor Valtorino Vatsa Sep Gavião, nascido em 2 de maio de 1942, na aldeia Bola Kurehj, em Mato Grosso. Tendo vivido em tempos de deslocamentos constantes devido a conflitos interétnicos. Segundo o conhecimento ancestral, os animais são organizados em diferentes categorias. Os "Po Pagé'éhj sanéh avereta ader mi mahja", animais que andam de dia, incluem catetos, queixadas, jaboti, cutia, tamanduá-bandeira e outros. Já os "Po Pagé'éhj sanéh bixg mi ki ader mi kia avere tá mahja", que circulam de dia e de noite, abrangem onça, onça preta, anta, veado, capivara e cachorro-domato. Há também os "Po Pagé'éhj sanéh avereta mámin mi mahjá", animais que andam no alto, como macaco barrigudo, macaco aranha, tucano, gavião-real, guariba e diversas aves. Por fim, os "Pó'éhj sanéh taposá piré'éhj na avere tá mahjaa", seres com asas que caminham no chão, incluem mutum, jacu, inhambu, macuco e outros. A pesquisa visa compreender não apenas essa classificação, mas também o valor das histórias contadas pelos mais velhos, que reforçam cuidados necessários com os seres da floresta e orientam as relações de respeito entre as pessoas e os animais. Outro objetivo essencial é identificar os nomes dos animais na língua materna e em português, fortalecendo o aprendizado e a preservação do idioma. Assim, por meio da investigação e do diálogo com os sabedores, busca-se ampliar o conhecimento sobre os animais que habitam a Terra Indígena Igarapé Lourdes e garantir a continuidade dessa rica tradição ancestral.

WĂWĂ: PAJÉ, ESPIRITUALIDADE E RELIGIÃO PARA O MEU POVO ZORÓ-PANGYJEJ

Milton Tiuruting Zoró
UNIR
miltontalvendo@gmail.com

Esta apresentação será sobre o meu trabalho de conclusão de curso sobre pajé, religião e espiritualidade do povo Zoró-Pangyjej. É uma pesquisa sobre as memórias dos meus familiares e entrevistas com anciãos, especialmente Miguel Zan e Bekuru. Ele explica que o pajé (Wãwã) era figura central na cultura, responsável por cura, festas, caça, sonhos, rituais e pela comunicação com espíritos da natureza: “O pajé é um médico que dava o poder para o remédio tradicional, para curar pessoas mais rápido. Existem muitos remédios tradicionais que o pajé utilizava para curar as pessoas doentes”, me disse Miguel. A formação do pajé começava na infância, envolvendo provações espirituais e uso do pó de fumo para conexão com os seres espirituais. Entre os espíritos citados estão Geruti (mulher calango), Gujanej (água), Maja ku tia (urubu-rei) e outros ligados aos animais e à floresta. Registro histórias antigas, como o pajé que ressuscitou um morto e os rituais das festas Gujanej e Malula, nas quais eram oferecidos alimentos e animais aos espíritos. O texto mostra que, após a chegada da religião não indígena, muitos rituais desapareceram e hoje não há mais pajés ativos. A espiritualidade Zoró está profundamente ligada à natureza, aos sinais dos animais e à força dos espíritos, que antes orientavam toda a vida comunitária. A nossa religião era acreditar nos animais. Quando o passarinho cantando triste, o canto já avisava o que ia acontecer. Mesmo não tendo pajé a gente tem nossa religiosidade e espiritualidade que pode ser trabalhada na escola.

EPISTEMOLOGIAS INDÍGENAS E SABERES DA TRADIÇÃO NA FORMAÇÃO DOCENTE: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL NAS ESCOLAS INDÍGENAS

Rosane Gonçalves Cruz
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM)
oholipahko.cruz@gmail.com

Gerson Ribeiro Bacury
Universidade Federal do Amazonas
gersobacury@ufam.edu.br

Este estudo, discute a relevância dos saberes da tradição na formação de professores indígenas, com base em uma revisão bibliográfica que articula epistemologias indígenas, interculturalidade e políticas de educação escolar indígena no Brasil. A pesquisa parte da pergunta central: de que modo os conhecimentos tradicionais, enraizados nos territórios, nas línguas e nas práticas comunitárias, fortalecem processos formativos e contribuem para uma pedagogia intercultural crítica? A metodologia consistiu em revisão integrada de literatura, contemplando autores e autoras indígenas como Ailton Krenak, Daniel Munduruku e Gersem Baniwa cuja reflexões evidenciam que os saberes da tradição constituem fundamentos éticos, educativos e existenciais para as comunidades. Dialoga-se também com aportes de Almeida, Farias, Walsh e Fleuri. Os resultados apontam que a valorização dos saberes da tradição compreendidos como expressões de memória, espiritualidade, cosmologia e modos próprios de aprender constitui elemento estruturante para a formação de professores indígenas. Esses saberes não apenas orientam práticas pedagógicas contextualizadas, mas também reposicionam a escola indígena como espaço de produção de conhecimento situado, rompendo com modelos homogêneos de formação. A análise destaca que uma formação docente que reconhece epistemologias indígenas amplia a autonomia comunitária, fortalece a relação escola-território e promove diálogos interculturais mais horizontais. Conclui-se que integrar sistematicamente esses saberes é fundamental para consolidar práticas educativas comprometidas com a diversidade e com os projetos de futuro dos povos indígenas.

O ENSINO DE GEOGRAFIA NA PERSPECTIVA INDÍGENA

Ednajara Pesca de Jesus Deocleciano
UNEB
ednaeducar@hotmail.com

Tatiane Queiroz
UNEB
tatiqpdosantos@gmail

Valderez Francisco da Silva
UNEB
valderez2008@hotmail.com

O material paradidático “Cartilha de orientação para o ensino de Geografia na perspectiva indígena” foi produzida coletivamente pela turma da Pedagogia Intercultural Indígena (PIEEI 2020), no componente Metodologia do Ensino de Geografia na Perspectiva Intercultural, sob orientação da professora Gisele Chagas Costa. O material expressa uma concepção de ensino que integra saberes científicos e conhecimentos tradicionais, reconhecendo o território como elemento central da identidade, memória e práticas socioculturais dos povos originários. Nessa perspectiva, o ensino de Geografia tem como objetivos valorizar os conhecimentos ancestrais, ampliar a compreensão das dinâmicas espaciais e territoriais e desenvolver consciência crítica sobre questões ambientais, políticas e socioterritoriais. A proposta metodológica privilegia a interculturalidade, a oralidade, a pesquisa de campo, o diálogo com anciãos, o mapeamento participativo e a observação da paisagem, articulando teoria e experiência. As atividades descritas — estudos de ervas medicinais, levantamentos da fauna e flora, análises de rios, caminhadas de reconhecimento territorial, simulações de júri popular e investigações sobre modos de vida tradicionais — revelam a importância da aprendizagem situada e da construção coletiva do conhecimento. Os resultados evidenciam fortalecimento identitário, ampliação da relação dos estudantes com o território, consciência ampliada sobre direitos indígenas e desenvolvimento de competências investigativas, argumentativas e socioambientais. Assim, o ensino de Geografia orientado por uma abordagem intercultural constitui-se como prática formativa essencial para a preservação dos saberes, territórios e cosmologias indígenas.

SABERES TRADICIONAIS DO POVO AKWÉN-XERENTE (JÊ) E OS LABIRINTOS DA INTERCULTURALIDADE CRÍTICA COMO PRÁXIS NO ENSINO DE CIÊNCIAS

Maiko Sousa Feitosa
Universidade de Brasília (UnB)
maiko.feitosta@ufnt.edu.br

Daniel Gabriel Borges
Universidade de Brasília (UnB)

Gerson de Souza Mól
Universidade de Brasília (UnB)

As lutas travadas pelos movimentos sociais indígenas foram sempre presentes, culminando com leis no âmbito de demarcação territorial e no campo da educação como marcos legais de consolidação dos direitos sociais. No âmbito da Educação em Ciências assegurar os direitos sociais da população indígena, passa pelo aprendizado de conhecimentos produzidos pela Ciência moderna ocidental que não se dissocie, mas que aproxime a Educação Escolar Indígena. Essas aproximações por natureza permeiam singularidades desafiadoras na utilização de estratégias metodológicas nesse contexto de escolarização. Nesse sentido, esse estudo de caráter qualitativo objetiva descrever, reflexões experienciadas a partir do desenvolvimento de estratégias intercultural na perspectiva crítica compartilhada com estudantes do povo Akwén-Xerente, no contexto de uma disciplina do eixo científico do Curso Intercultural de Licenciatura em Ciências e Matemática da Universidade Federal do Norte do Tocantins. As observações puderam evidenciar nos momentos didáticos norteados pelas estratégias de natureza intercultural, como por exemplo quando se trabalhou a temática científica “organização dos seres vivos” buscando aproximações com os saberes tradicionais da comunidade, provocou inquietações nos estudantes que ecoaram discursos reflexivos retratando “o quanto que foi carente ou apagado práticas que legitima e aproxima os saberes tradicionais durante o percurso escolar na aprendizagem que compõem o currículo de Ciências da Natureza”. Portanto, esses momentos permitiram reconhecer as valências das potencialidades do uso de estratégias interculturais na perspectiva crítica, sobretudo, por inquietar discussões que reverberou nos estudantes futuros professores que há caminho possíveis que aproxima os saberes tradicionais com o Ensino de Ciências. Destarte, esse estudo são premissas empíricas na tentativa de contribuir para o encaminhamento de investigações que atenuem discussões necessárias que sustente possibilidades de estratégias interculturais críticas no Ensino de Ciências para garantir a concretude de uma escolarização indígena como direito social legitimado.

CONFLUÊNCIAS DE SABERES: GEOGRAFIAS INDÍGENAS E A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Gisele das Chagas Costa
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
gccosta@uneb.br

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a curricularização da extensão como uma possibilidade de fortalecimento das Geografias Indígenas em um curso de pedagogia intercultural voltado para a formação de professoras indígenas, na Mesorregião Sul Baiano. Partindo do pressuposto de que a curricularização da extensão visa o diálogo entre universidade e sociedade, a partir de questões concretas e que tal prática incorporada aos projetos pedagógicos dos cursos tendem a fortalecer a articulação de conhecimentos de base intercultural, foi construído coletivamente uma trajetória envolvendo ensino, pesquisa e extensão através da oferta do componente Metodologia do Ensino de Geografia na Perspectiva Intercultural – o qual previa carga horária de curricularização de extensão – para professoras indígenas em formação, da Pedagogia Intercultural em Educação Escolar Indígena, da UNEB Campus X. Esse curso, ofertado através da Pedagogia da Alternância já trabalha de modo articulado a relação universidade – sociedade, pois as estudantes, a cada mês e durante o semestre letivo, permanecem uma semana na universidade e depois, no denominado Tempo Comunidade, realizam propostas pensadas e construídas coletivamente em suas aldeias e escolas indígenas. O componente em questão trouxe como desafio pensar as geografias indígenas, buscando confluências entre a ciência geográfica e seus reatamentos na geografia escolar e a geografia que se quer construir na escola indígena. Essa matéria escolar ganha contornos significativos no currículo escolar indígena. A abordagem intercultural da mesma pode favorecer o desenvolvimento do pertencimento territorial e, interdisciplinarmente, dialoga com temas de identidade e cultura. As estudantes indígenas, após percurso pensado e tecido através de leituras, relatos e compartilhamentos de experiências, realizaram, em suas aldeias, atividades investigativas com as lideranças, as portadoras de sabedoria de seu povo e docentes. A partir daí, construíram ou sistematizaram propostas coletivas, considerando suas realidades e anseios comunitários. Ao retornar à Universidade, a troca de experiências gerou, coletivamente, a necessidade de registro. Essas experiências foram sistematizadas em um livro didático. A experiência demonstrou a curricularização da extensão como um caminho válido para o fortalecimento das práticas interculturais no curso e também como um dispositivo impulsionador para se pensar as Geografias Indígenas.

CRIANÇAS INDÍGENAS NA UFAM: UMA EXPERIÊNCIA DE ACOLHIMENTO

Elciclei Faria dos Santos
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
efsantos@ufam.edu.br

Helenice Aparecida Ricardo
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
helericardo@ufam.edu.br

Aucimara Souza do Nascimento
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
aucimara.nascimento@educacao.am.gov.br

O presente trabalho apresenta ações um Projeto de Extensão desenvolvido no contexto do Curso de Licenciatura Formação de Professores Indígenas (FPI), da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (Faced/Ufam), turma Baixo Amazonas, campus Manaus. Comprometidas com o desenvolvimento e a efetivação de uma política afirmativa que fortaleça o processo de formação de professoras e professores indígenas, pensamos o projeto de acolhimento às crianças indígenas para dar suporte às mães e pais que necessitem trazer as crianças para a universidade, durante o desenvolvimento dos módulos que compõe a graduação. O projeto teve início em 30 de setembro de 2025 e atende cerca de 15 crianças, na faixa etária entre 6 e 13 anos. As atividades são desenvolvidas de segunda a sexta-feira, nos turnos matutino e vespertino e visa desenvolver atividades educativas, formativas e culturais que contribuam para o desenvolvimento do pertencimento, a valorização da cultura e o bem viver das crianças indígenas.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 61 - A OBRIGATORIEDADE DO ESTUDO DA HISTÓRIA E CULTURA DOS POVOS ORIGINÁRIOS DA ABYA YALA PELO VIÉS DA LEI 11.645/2008

Coordenação:

Sonyellen Fonseca Ferreira Fiorotti (UFRR)
Eglen Silvia Pipi Rodrigues (UFR)
Suely Maria Pires (UFMT)

Resumo do Simpósio Temático: O simpósio temático, que ora se apresenta, propõe um diálogo reflexivo, por meio das produções de pesquisadores, educadores indígenas e não indígenas, bem como outros interessados no processo histórico de implantação da Lei 11.645/2008, que tornou obrigatório em todas as instituições de ensino brasileiro, além da temática da afro-brasilidade, também o Ensino da História e Culturas dos Povos Originários no Brasil. O objetivo deste Simpósio é “Trazer à Baila” o protagonismo dos Povos Originários, na edificação das sociedades pós-colonizadas na Abya Yala (América). Para tanto, serão aceitas produções que discutem dentro da temática “Políticas indigenistas e indígenas – séculos XX e XXI: lutas e conquista”: História e Historiografia Indígena; Políticas Educacionais Indígenas e Indigenistas; Currículos Educacionais; Práticas Pedagógicas e Docentes; Formação de Professores; Descolonização de Saberes; Direitos Indígenas; Pesquisa e Produção de Conhecimento em História e Historiografia Indígena; Educação e Povos Indígenas; Resistências Indígenas; Terra, Território e Territorialidades Indígenas; Línguas Maternas; Narrativas Indígenas e Protagonismo Indígenas por meio da Literatura Nativa. Espera-se, portanto, que a temática em questão possa erigir, por meio de suas produções, uma consciência histórica, reconhecendo a vital contribuição dos Povos Originários, que se encontram na base de constituição das sociedades Abyayalenses formando, não só a nossa Identidade Nacional Brasileira, mas também de todos os países que formam a Abya Yala (Continente Americano).

O CURRÍCULO: ENTRAVES E POSSIBILIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/08, EM DEFESA DOS POVOS DE ABYA YALA

Marize Vieira de Oliveira
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/UERJ
marizemulher@gmail.com

O presente artigo apresenta uma análise sobre o processo de Educação implícito na sociedade e como o currículo desconsidera estas contribuições, mantendo ainda hoje, os livros didáticos reproduzindo os mesmos equívocos de priorizar o norte, mantendo na invisibilidade a cultura dos povos originários de Abya Yala, que deveria fazer parte do currículo formal. E no Rio de Janeiro, principalmente, a cultura Guarani já que temos sete aldeias desse povo neste estado. A proposta é uma mudança no processo educativo vigente, que produz a invisibilidade sobre os corpos que habitam nossas salas de aula, produzindo um efeito de desinteresse sobre as matérias propostas e a evasão escolar. Este artigo tem como sugestão compartilhar possibilidades de valorizar a educação coletiva e a participação social, enriquecendo nossos alunos e alunas, mostrando ao longo do caminho da aprendizagem, territórios ancestrais, lutas e resistências de povos que protegem a vida em todos os sentidos que essa frase pode alcançar, através da arte, história, música, grafismos e dança, objetivando mudanças de paradigmas e ressignificando currículos.

TRANSVERSALIDADE E ENSINO DE HISTÓRIA: POSSIBILIDADES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS PARA A TEMÁTICA INDÍGENA NO CURRÍCULO ESCOLAR

Erêndira Santos da Silva
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
erendirasilva202@gmail.com

Antonieta Miguel
Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus VI
amiguel@uneb.br

O presente resumo visa apresentar uma revisão da literatura sobre o conceito de “transversalidade” e discutir como abordagem pedagógica esta pode ser incorporada ao ensino de história indígena na educação básica. A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, estabelece a obrigatoriedade do trabalho com a temática afro-brasileira e indígena em todo

o currículo escolar. Em tese, significa que o estudo da temática indígena não deve estar circunscrito à disciplina de História ou à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; é preciso que ocorra “através de” e “para além” das diferentes disciplinas, isto é, seja transversalizado em todo o currículo escolar. Além disso, a Base Nacional Comum Curricular estabelece o ensino transversal da temática indígena, que compõe a macro área denominada Multiculturalismo, devendo ser obrigatória na organização dos conteúdos, de forma integrada entre as áreas do conhecimento. A partir dessa revisão, busca-se construir possibilidades didático-pedagógicas que apresentem a temática indígena no âmbito de todo o currículo, de forma plural e contextualizada, nos diferentes contextos e espaços, garantindo uma formação crítica, cidadã e multicultural.

POR UMA EDUCAÇÃO INFANTIL DESCOLONIZADA: INTERCULTURALIDADE E O DESEMPAREDAMENTO DAS CRIANÇAS BOE NA ALDEIA TADARIMANA

Valquiria Antonia Alves
Universidade Federal de Rondonópolis/UFR – Rondonópolis – MT
valquiria.alves@aluno.ufr.edu.br

Eglen Silvia Pippi Rodrigues
Universidade Federal de Rondonópolis/UFR – Rondonópolis – MT
eglen.rodrigues@ufr.edu.br

Este estudo parte do direito à educação diferenciada e intercultural dos povos indígenas, focando na comunidade Boe Bororo da Aldeia Tadarimana (MT). Questiona a lógica assimilacionista da escola tradicional, que, pelo “emparedamento”, confina crianças e desvaloriza seus processos de aprendizagem baseados no território, na oralidade e na vida comunitária. A pesquisa, fundamentada no conceito de “desemparedamento da infância” (Tiriba) e na interculturalidade crítica (Walsh), investiga como a formação docente intercultural, ancorada na pedagogia dialógica de Freire, pode promover uma educação infantil descolonizada. Objetiva analisar as concepções dos professores Boe, explorar práticas pedagógicas interculturais e co-construir propostas que articulem escola e território. A metodologia é a Investigação Comunicativa Crítica (Rodrigues), utilizando observação, entrevistas em grupo e relatos de vida em um processo horizontal com os professores indígenas. Conclui-se que a mediação docente intercultural é crucial para o desemparedamento, conectando saberes tradicionais ao currículo escolar. A dialogicidade freireana possibilita à escola tornar-se espaço de resistência e valorização das narrativas, rituais e conexão com a terra. A formação de professores, crítica às estruturas coloniais, mostra-se essencial para uma educação infantil emancipatória que fortaleça a identidade Boe e contribua para políticas públicas verdadeiramente interculturais e decoloniais. Palavras-chave: Desemparedamento; Interculturalidade; Formação Docente Indígena

OS POVOS INDÍGENA NAS SÉRIES INICIAIS: INTERCULTURALIDADE E COLONIALIDADE

Eder Carlos Cardoso Diniz
Ifbaiano/Uruçuca
eder.diniz@ifbaiano.edu.br

Jean Carlos Moreno
UEM
jcmoreno@uem.br

O presente trabalho analisa uma coleção de livros didáticos adotada nas escolas públicas municipais na cidade de Xique-Xique (BA). A coleção adotada é a “Bem-me-quer-mais”, publicada pela Editora do Brasil, destinada às séries iniciais, e aprovada no Programa Nacional do Livro Didático em 2023. Investigam-se as representações a respeito dos povos indígenas nos volumes destinados à disciplina de História. Como ferramentas interpretativas utilizam-se as noções de interculturalidade crítica e colonialidade, além das perspectivas da Nova História Indígena. A pesquisa insere-se em um movimento maior de acompanhamento das repercussões da 11.645/2008 e seus desdobramentos.

SUPERVISÃO ESCOLAR NAS ENCRUZILHADAS DA COLONIALIDADE: DISPUTAS POR MEMÓRIA, CURRÍCULO E PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/2008

Jeisle Tomalok de Oliveira

Este trabalho é desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob orientação do Professor Doutor Elison Antonio Paim. A pesquisa tem como propósito compreender e fortalecer a atuação da supervisão escolar na implementação da Lei 11.645/2008, que torna obrigatória a abordagem da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar. Desenvolvida junto a três supervisoras escolares da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, a investigação ancora-se em uma abordagem qualitativa, decolonial e participativa, tendo a pesquisa-ação como metodologia central. O estudo propõe um processo formativo colaborativo, composto por cinco encontros, nos quais as participantes refletem sobre suas práticas, constroem coletivamente um plano de ação e avaliam estratégias voltadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais. O campo empírico abrange escolas situadas no município de Palhoça (SC), território que abriga a Terra Indígena Morro dos Cavalos, contexto que confere relevância social e política à investigação. A pesquisa encontra-se em andamento, com resultados parciais que apontam para a importância da formação continuada e da atuação crítica da supervisão escolar na consolidação de práticas antirracistas. Espera-se que o estudo contribua para o fortalecimento das políticas de EREER e para a efetivação de uma supervisão pedagógica comprometida com a valorização das identidades, memórias e culturas dos povos originários e afro-brasileiros.

A LITERATURA INDÍGENA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: INDIGENIZANDO A ESCOLA

Andresa de Britto Chaves
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ
andresadebritto@gmail.com

A presente pesquisa analisa a utilização da literatura de autoria indígena como ferramenta de formação continuada de professores da rede pública de Petrópolis/RJ, tendo em vista a efetiva implementação da Lei nº 11.645/08. O estudo fundamenta-se na experiência do projeto Histórias de Nossos Ancestrais, desenvolvido entre 2022 e 2024 em escolas municipais, e na constatação da carência de formação específica dos/as docentes sobre as temáticas indígenas. A metodologia de pesquisa-ação possibilitou a criação de espaços de diálogo e escuta entre professores/as e lideranças indígenas, promovendo seminários, oficinas e atividades que articularam literatura, arte e saberes tradicionais. As ações demonstraram que o contato com obras literárias de autoria indígena amplia os repertórios culturais dos/as educadores/as, contribui para o combate aos estereótipos e potencializa práticas pedagógicas descolonizadoras. Os resultados indicam que a literatura indígena atua como mediadora entre escola e comunidade, fortalecendo o protagonismo dos povos originários e inspirando a construção de currículos mais plurais, críticos e inclusivos. Conclui-se que a indigenização da escola depende da institucionalização de políticas públicas que assegurem a formação continuada de professores/as e a valorização das produções literárias indígenas como instrumentos de transformação social.

O ENSINO DA CULTURA E HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS EM MATO GROSSO: OS CAMINHOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA LEI 11.645/08 EM UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

Suely Maria Pires
Universidade Federal de Mato Grosso
suely.pires@sou.ufmt.br

Na América a partir da década de 80 foi fundado um movimento chamado de Estudos Decoloniais. Os estudos decoloniais, é formado por um grupo de estudiosos, que estão olhando para a América Latina e pensando uma nova episteme para entender a realidade latino-americana e global, ou seja, pensar o mundo sem a referência eurocentrada. Para os autores decolônias não é possível entender a modernidade sem entender o processo de colonização e toda história que vem depois. Esses pensadores, vão tecer, críticas ao eurocentrismo. Essas críticas não querem desconsiderar a produção europeia, mas sim questionar profundamente até que ponto, isso que foi produzido fora da América Latina ajuda a entendê-la, e ao próprio mundo contemporâneo, sem preconceitos, pois a perspectiva decolonial tem esse objetivo, que visa entender o mundo contemporâneo a partir do mundo colonial. Modernidade e colonialidade são dois termos que estão interconectados nas perspectivas desses autores. Essas críticas, ao eurocentrismo, se centra no discurso de superioridade de conhecimento europeu em quase todas as áreas do conhecimento. Esse foi um aspecto importante, no processo de colonização e é um processo importante hoje, e é isso que eles vão chamar de “Colonialidade do Poder e do Saber”, essa ideia do que é produzido pela ótica europeia

é superior, melhor, mais sofisticado, mais avançado, mais desenvolvido do que é produzido pelos povos nativos americanos chamados de “indíós”.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 62 - ETNOPOLÍTICA E DESAFIOS DAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Coordenação:

Tatiana Gonçalves de Oliveira (UESPI)
Renata Ferreira de Oliveira (IFNMG)

Resumo do Simpósio Temático: Para diversos grupos tradicionais, a terra é a mãe que gesta a vida. A proteção de povos e territórios tradicionais envolve uma série de diretrizes voltadas à garantia da posse da terra. O território é o lugar de reelaboração concreta das experiências, por essa razão, os modos de vida próprios, assim como a preservação dos saberes ancestrais, compõem o que denominamos de etnopolítica. Nesse sentido, viver e proteger os territórios abarca não somente as ações que monitoram as terras, mas as diversas maneiras de proteger e garantir a existência física, cultural e cosmológica dessas e de futuras gerações. As estratégias acionadas pelos povos e comunidades tradicionais, para permanecerem vivos em defesa de seus patrimônios, as maneiras de realizarem a proteção territorial e ambiental, resguardarem as suas identidades e elaborarem as táticas de lutas, têm exposto as contradições do capitalismo e são em sua medida, respostas às crises sistêmicas. Como componentes da etnopolítica destacamos a educação escolar, a governança comunitária, a gestão territorial e ambiental, os protocolos de consulta livre, prévia e informada, o direito à autodeterminação e as estratégias de lutas por dentro do Estado. Dessa maneira, o objetivo desse espaço de diálogo é refletir acerca da etnopolítica a partir das diversas maneiras que os Povos e as Comunidades Tradicionais Indígenas se articulam na defesa de seus territórios, buscam um bem viver e constroem táticas de proteção territorial. Nesse sentido, esse ST receberá propostas que pensem as agências indígenas ao longo da História a partir da luta pelo território, pela terra e pelos saberes tradicionais.

VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DE LIDERANÇAS JOVEM MACUXI NA ETNOREGIÃO RAPOSA, TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL

Reinaldo da Silva Oliveira
USP
reinaldo.makuxi@usp.br

Este trabalho tem como objetivo mostrar as experiências e vivências de lideranças jovem entre os macuxi na etnoregião Raposa, na Terra indígena Raposa Serra do Sol. Os jovens líderes são escolhidos para representar os interesses destes em diversas instâncias dentro da sociedade indígena, bem como, na sociedade não indígena. Os resultados aqui apresentados foram obtidos por meio de conversas com lideranças jovens macuxi da etnoregião região Raposa, que representam 52 comunidades indígenas. Tal processo de escolha dos líderes requer que estes sejam muito atuantes dentro das comunidades indígenas, pois em cada uma delas existem trabalhos que são muitos locais e que a participação dessa coordenação faz toda diferença, como forma de mostrar para outros jovens em outros territórios o quanto em sua etnoregião a juventude está empenhado em realizar algo que sejam bons para o bem-estar da comunidade. Com isso mostra que todo o esforço que a organização indígena faz para atender os interesses dos jovens está sendo bastante eficiente no sentido de que o que está feito está tendo resultado positivo. Portanto, o papel da liderança jovem é importante dentro do contexto indígena, pois tornam-se referências fundamentais para outros que começam a enxergar o quanto os povos indígenas estão muito bem articulados entre si. Isso pode ser uma das grande vantagem que uma liderança jovem levar para os demais que estão começando a entender o mundo indígena. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, uma saída encontradas por alguns líderes jovens foi estudar para voltar a sua comunidade e contribuir com aquilo que aprendeu como forma de fortalecer o que já tem dentro das comunidades, ou seja, potencializando estes conhecimentos.

REOCUPAÇÃO QUE ENSINA: QUANDO A RETOMADA INDÍGENA VIRA UM ATO PEDAGÓGICO

Renata Ferreira de Oliveira
IFNMG
renata.oliveira@ifnmg.edu.br

Johnisson Xavier Silva
IFNMG
johnisson.silva@ifnmg.edu.br

O grande mosaico de habitantes originários do Vale do Jequitinhonha e Mucuri foi formado por diversas etnias indígenas, entre elas estavam os povos Pataxó, Monoxó, Kumanaxó, Kutaxó, Makoni, Kotoxó e Pañame, todos componentes de uma Nação conhecida como Maxakali. Assim, quando nos referimos neste texto sobre a Aldeia Escola Floresta, estou falando do povo Tikmũ'ün, que significa nós. Esse corajoso povo, durante a pandemia do Covid, partiu em busca de hãmnõy, outra terra, com o intuito de cruzar os limites dos confinamentos a que foram submetidos pelo Estado brasileiro. Não foi uma fuga, mas uma retomada. Um movimento sagrado e político de reafirmação étnica, onde o passado e o futuro se cruzam no território retomado. Foi assim que, na madrugada do dia 28 de setembro de 2021, o povo Tikmũ'ün reescreveu sua história com os pés na terra. Mais de cem famílias, em um ato corajoso, retomaram Itamunheque, no município de Teófilo Otoni, Minas Gerais. E nessa caminhada, um dado crucial carrega um simbolismo não por acaso: a fazenda retomada “pertencia” ao Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), campus de Teófilo Otoni, uma instituição pública e federal de educação. E desse gesto de reencontro, brotou um sonho coletivo: a Aldeia Escola Floresta. Idealizada pelo casal de professores, artistas e cineastas Sueli e Isael Maxakali, junto às lideranças e apoiadores, a Aldeia Escola Floresta é a materialização de um ensinamento milenar. Ela se ergue como uma resposta pedagógica e política, ao descaso do governo para com a educação indígena, que é o pilar fundamental de proteção da cultura e da identidade de um povo. Esta pesquisa se constrói como narrativa de um dos maiores ensinamentos político-educacionais que o IFNMG poderia receber. Enquanto a instituição, em sua lógica colonial de educação, falha na garantia de acesso a povos indígenas, são os Maxakali em retomada, quem lhe oferece uma ampla sala de aula. A ocupação daquela fazenda não é um conflito a ser resolvido, mas uma lição a ser aprendida: uma demonstração prática de que a educação se funda no respeito à alteridades, na escuta dos saberes ancestrais e no reconhecimento incondicional de que a terra é o primeiro e mais vital currículo. Eles não ocupam apenas a terra, ocupam o vácuo deixado pelo Estado. Portanto, o desafio que se coloca para o Instituto não é de gestão fundiária, mas de humildade político-educacional, pois a instituição, necessita, aprender a escutar o que a retomada ensina, revertendo séculos de negligência em um pacto de coexistência e respeito.

LUTA PELA TERRA, POLÍTICA E IDENTIDADE NOS TESTEMUNHOS DOS MAPUCHE DURANTE O GOVERNO DE SALVADOR ALLENDE (1970 – 1973)

Danielle Freire da Silva
NUHOM-TEMPO/UFRJ
his.daniellefreireds@gmail.com

A vitória eleitoral de Salvador Allende possibilitou a abertura de um novo capítulo político no continuum histórico de dominação e subalternização do povo Mapuche, cujo auge culminou na aprovação de uma nova lei indígena, discutida e elaborada inicialmente pelas organizações mapuche, e na restituição das terras usurpadas. Propõe-se, nessa comunicação, discutir as ideias e expectativas políticas de uma fração do movimento mapuche no âmbito daquilo que Peter Winn denominou revolução vinda de baixo. Para tanto, lançamos mão dos testemunhos de lideranças do movimento mapuche rupturista que adotaram as ações diretas como método prioritário de ação política em suas mobilizações pela restituição das terras usurpadas de suas comunidades. Na pesquisa, interessou-nos entender as relações entre a memória e a prática política, na medida em que outras fontes com as quais trabalhamos demonstraram que os mecanismos de legitimação de sua luta envolviam recuperar aquilo que lhes pertenceu um dia e foi usurpado. O que implica um nível de elaboração e interpretação do passado como justificação à ação política. Por outro lado, em termos objetivos, procuramos compreender como os mapuche planejavam, organizavam, pensavam e executavam essas complexas ações de recuperação de territórios ancestrais, assim como delinear o teor e a abrangência das alianças por eles firmadas com os não-indígenas para o alcance das suas demandas históricas. Ao analisar os relatos dos militantes mapuche foi possível perceber que as recuperaciones de tierra foram a culminação de uma luta onde memória e política se fundiram. Elas representavam, simultaneamente, a correção de uma injustiça histórica — articulando a memória longa do despojo colonial com a memória curta da falência institucional — e a restauração da dignidade mapuche, fortalecendo a sua identidade. A ação de “correr o cerco” era, portanto, o ato final de uma longa elaboração coletiva que buscou devolver ao povo mapuche seu lugar na história e em seu território.

ETNOPOLÍTICA DE UM GRUPO DE ESTUDANTES INDÍGENAS SEDIADO EM BRASÍLIA NA DÉCADA DE 1980

Victor Ferri Mauro
UFMS
victor.mauro@ufms.br

Este trabalho analisa práticas etnopolíticas de um grupo de estudantes indígenas sediado em Brasília na primeira metade dos anos 1980. Trata-se de um coletivo formado por cerca de 15 rapazes, de etnias diversas e provenientes de diferentes estados, que fundaram em 1980 a União das Nações Indígenas (Unind), primeira organização civil a atuar no plano nacional como mediadora das reivindicações dos povos originários frente ao poder público. Os membros desse grupo contavam na época com bolsas de estudos e alojamento custeados pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Esse movimento passou a utilizar canais da imprensa para questionar os rumos da política indigenista oficial e cobrar providências das autoridades para resolver problemas que afetavam as comunidades que representavam. Nesse período o país era governado por um regime ditatorial, o Presidente da República era um general do exército e a Funai tinha militares de alta patente ocupando os cargos de comando, que se sentiram afrontados. O governo tentou boicotar a criação da Unind sob o pretexto de que os indígenas, enquanto tutelados, não tinham autonomia para constituírem pessoa jurídica. Mandatários federais alegavam que o funcionamento da entidade não seria pertinente por pretender usurpar competências exclusivas do Estado. Visando desmobilizar o grupo dos estudantes, a Funai tentou enviar seus integrantes de volta para os seus estados de origem, ameaçando cortar os benefícios que lhes concedia caso eles se opusessem. Uma parte dos jovens cedeu à pressão, mas outra resistiu, insistindo em permanecer na capital federal. Estes intensificaram suas intervenções diplomáticas junto a instâncias do poder e seguiram promovendo ações como a promoção de debates públicos, atos de protesto e campanhas de conscientização da sociedade. Para isso, angariaram o apoio de organizações da sociedade civil, juristas, antropólogos e outros parceiros estratégicos. Tais realizações demonstram uma grande capacidade de agência do movimento. Na mesma década, a maior parte dos 15 rapazes ingressou por indicação no quadro funcional da própria Funai, alegando pretender operar por dentro da engrenagem um aperfeiçoamento da política indigenista. Essa estratégia lhes rendeu críticas de parte de apoiadores da causa. No seio do aparato estatal obtiveram pouco espaço de manobra, mas alguns deles seguiram articulados com o movimento indígena nacional na luta por transformações como a que culminou na consolidação dos direitos indígenas na Constituição de 1988.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 63 - VOZES, CORPOS, LETRAS: A LITERATURA INDÍGENA E A HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA BRASILEIRA

Coordenação:

Viviane Cristina Oliveira (UFT)
Fabiola Guimarães Pedras Mourthé (CEFET-MG)
Dinameire Oliveira Carneiro Rios (UFT)

Resumo do Simpósio Temático: No capítulo intitulado "Iniciações", do livro *Contrapontos da Literatura Indígena Contemporânea no Brasil*, Graça Graúna (2013, p. 15) apresenta a literatura indígena enquanto "lugar utópico (de sobrevivência)", espaço tecido na potência épica da oralidade, em que vozes silenciadas no duradouro e extensivo processo de colonização podem se encontrar. Considerando a representação por vezes estereotipada em relatos, crônicas e romances e/ou o apagamento de corpos e vozes indígenas nos panoramas historiográficos da literatura brasileira, bem como tendo em vista a relevância da produção de autores e autoras indígenas que, na contemporaneidade, desafiam os cânones, neste simpósio almejamos reunir trabalhos dedicados tanto aos silenciamentos como às representações das vozes indígenas na literatura brasileira. Deste modo, são bem-vindos trabalhos que discutem questões relacionadas à representação indígena na literatura brasileira e à literatura indígena desde as produções do período colonial brasileiro às produções de autores românticos, modernos e contemporâneos, por exemplo, lidos a partir de conceitos e estudos críticos da contemporaneidade. Esperamos, assim, reunir em diálogo propostas voltadas à percepção do potencial dos textos narrativos e poéticos que pertencem a grupos étnicos sistematicamente excluídos da cultura moderna do impresso, grupos que nos conduzem a repensar um estar no mundo de forma mais ética, que considere, tal como sugere Eduardo Viveiros de Castro (2006, p. 356) ao tratar do "perspectivismo ameríndio", um "referencial comum a todos os seres", um referencial que considere a humanidade não como espécie, mas como condição.

AN*NA KUHUKÊ HAYÔ: CORPO-TERRITÓRIO, RITUAL E IDEAL POLÍTICO

Ana Paula Evangelista de Santana Almeida
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
annapaulatup02@gmail.com

Este relato de experiência narra sobre o processo de construção e o resultado final da apresentação na disciplina Composição dos Solos do curso de Licenciatura em Dança pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Jequié-Ba, trazendo a reflexão sobre a presença de um corpo político através da ancestralidade, cultura e identidade de uma mulher indígena gorda de pele escura não retinta, fora de qualquer padrão estabelecido pela construção social, principalmente da Dança eurocentrada. Marco teórico do relato: Início da disciplina com perguntas norteadoras para a produção do solo pela professora Edeise Gomes; Enfrentamento de preconceitos e discriminação com a Dança indígena no meio acadêmico ainda eurocentrado; Origem do título dos solos "An*na Kuhukê Hayô" a partir da caixa criativa. Local e população envolvida no relato: A apresentação "An*na Kuhukê Hayô" foi realizada em um espaço aberto que tem uma pequena faixa de terra no formato circular, a escolha desse lugar traz uma provocação para a universidade. As pessoas que assistiram foram docentes e discentes da Universidade, essas apresentações são realizadas em espaços abertos da Universidade para que outros cursos possam ter acesso as artes produzidas naquele ambiente pelos cursos de Teatro e Dança. Metodologia do estudo: Buscou-se contribuições a partir do pensamento Decolonial, especialmente na ótica dos povos originários e da visão Decolonial. Para complementar teoricamente as discussões e as práticas de Dança no utilizou-se os seguintes autores Haesbaert (2020), Julie Barnesley (2006), Melo e Costa (2019), Puri (2019) entre outros. Conclusão do relato: Portanto, ao realizar essa apresentação "An*na Kuhukê Hayô" dentro de um ambiente acadêmico ainda eurocentrado eu proporcionei várias reflexões sobre o padrão de cultura, estética e beleza dentro do curso de Dança, mostrando que existem outras Danças.

DEFENDER A MEMÓRIA: UM ESTUDO AUTOETNOGRÁFICO DO POVO GUERÉM

Ybypotyryá Juerana Antê Kren (Elivelton dos Santos Melo)
UFBA-PPGLITCULT
ybypotyryajeranaantekren@gmail.com

Esta comunicação, alinhada aos debates sobre vozes, corpos e letras indígenas, apresenta resultados de uma pesquisa de mestrado costurada a partir de uma etnográfica colaborativa com o povo Guerém, originários do bioma Mata Atlântica, no município de Valença, no Baixo Sul da Bahia. Diante da fragmentação que caracteriza os arquivos indígenas, o estudo propõe-se a defender a memória coletiva por meio da mediação de arquivos e memórias familiares. O ponto de partida é a análise de um baú de fotografias, cartas e anotações de meus ancestrais, que serve como catalisador para uma escrita coletiva da História Guerém. Metodologicamente, adota-se o procedimento das “fabulações críticas” (Hartman, 2021), construindo especulações narrativas a partir das experiências atravessadas pelo corpo de um indígena-pesquisador autorizado por seu próprio povo a investigar, arquivar e interpretar esse corpus. O ato de escrever sobre si configura-se, assim, como um gesto político de “voltar a ser indígena” (Costa, 2014) no Nordeste brasileiro. Mobilizam-se, ainda, os processos de “retorno à terra” (Caboco, 2001), entendidos como uma re-ligação umbilical com a ancestralidade. Essa reaproximação se dá pela valorização da trajetória de Mãinha (Kyapunã Guerém), através da apreciação de seus cantos, saberes medicinais e sua história de vida, refletindo sobre as dinâmicas das diásporas indígenas. Conclui-se que a pesquisa constrói modos efetivos de defender a memória, posicionando a valorização dos arquivos familiares e a mediação de cantos e saberes ancestrais como instrumentos fundamentais para a autorepresentação e a ressurgência cultural do povo Guerém.

DIÁLOGO INTERCULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO NÃO INDÍGENA

Lenir Teresinha de Paula de Lima

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)
lenir.lima@aluno.farroupilha.ifrs.edu.br

Caroline de Moraes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)
caroline.morais@caxias.ifrs.edu.br

Este trabalho tem como objetivo relatar práticas pedagógicas na Educação Básica realizadas em turmas de Ensino Médio na cidade de Farroupilha no Rio Grande do Sul, com o propósito de efetivar as ações indicadas pela Lei 11.645 (Brasil, 2008). Destaca-se que essa Lei dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena em diferentes etapas de ensino, nas escolas públicas e privadas, reconhecendo a Literatura como uma potencialidade para trabalhar com a temática indígena. Para este estudo, salienta-se que as atividades ocorrem de forma interdisciplinar, unindo os seguintes componentes curriculares: Artes, História, Língua Portuguesa, Literatura, Escrita Criativa e Redação. A prática desenvolvida é permeada pela leitura e discussão da cultura indígena no ambiente escolar, proporcionando articular as artes literárias e visuais sobre a temática indígena. Além disso, a ação pedagógica oportuniza aos estudantes do Ensino Médio a compreensão sobre a diversidade desses povos, assim construindo outros caminhos epistemológicos, históricos, políticos e interdisciplinares com uma perspectiva decolonial. Com referencial teórico estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), teorias decolonial, artistas como Denilson Baniwa (2024), orientações literárias de Antonio Candido (2011), tornou-se possível propor um trabalho de reflexão e desconstrução de visões eurocêntricas sobre os povos indígenas. Portanto, como resultados deste estudo, acredita-se que é na Educação Básica que se deve trabalhar a construção de seres humanos que reflitam quem são e qual momento estão vivenciando, potencializando que as gerações futuras estejam livres de estereótipos. Constata-se que estes conhecimentos não só devem fazer parte do contexto escolar, mas também precisam estar na formação contínua para a boa convivência social.

POR UMA OUTRA NARRATIVA INDÍGENA: UMA ANÁLISE DE KARAÍBA: UMA HISTÓRIA DO PRÉ- BRASIL, DE DANIEL MUNDURUKU

Dinameire Oliveira Carneiro Rios

Universidade Federal do Tocantins (UFT)
dina.rioslit@gmail.com

Ao se debruçar sobre a construção da historiografia brasileira, nota-se que ela foi erigida a partir do olhar colonizador europeu, invisibilizando e silenciando outras discursividades que fizeram parte do imaginário em torno da ideia de nação. Entre as narrativas ocultadas, sobressaem as dos povos indígenas, que já viviam no território antes da invasão europeia. Assim, como forma de reparação e tentativa de construir uma história mais próxima da diversidade discursiva que compreende o passado, a literatura contemporânea evidencia a emergência da autoria indígena, a partir de autores como Daniel Munduruku, propondo, então, uma virada epistemológica urgente ao recontar o processo de formação do Brasil a partir da memória ancestral dos povos indígenas. Deste modo, a proposta deste trabalho é

analisar o romance *O Karaíba: uma história do pré-Brasil* (2018), de Daniel Munduruku, a partir da perspectiva crítica da literatura indígena na contemporaneidade como parte de um discurso contra-hegemônico em torno da história do Brasil. Nesta obra, através de personagens como Perna Solta, Potyra e Periantã, o escritor constrói um contradiscurso histórico para contar sobre os anos finais que precederam a chegada dos colonizadores ao território brasileiro. Sob o temor trazido pela profecia que afirmava sobre a chegada a terra dos “fantasmas do norte”, (MUNDURUKU, 2018, p. 10), que trariam um impacto profundo para a existência dos povos indígenas, a narrativa segue o curso da organização de algumas comunidades, evidenciando o agenciamento da vida em uma terra ainda não invadida pelo homem branco. Também, como forma de afirmação de existência, ancestralidade e resistência, a narrativa se mostra profundamente ligada à oralidade, aos mitos, à cultura e à memória coletiva do povo indígena, em uma retomada histórica que ao mesmo tempo projeta uma crítica ao passado e ao presente do país, viabilizada pelo discurso literário. Assim, este trabalho é desenvolvido através da metodologia da pesquisa bibliográfica, atendo-se, principalmente, a críticas e críticos literários em torno da literatura indígena, a exemplo de Kambeba (2018) e Potiguara (2004).

UMA POÉTICA CONTRACOLONIAL – A ARTE KRAHÔ EM SONS, LETRAS, IMAGENS

Viviane Cristina Oliveira
Universidade Federal do Tocantins
vivianecristina@uft.edu.br

Em prefácio ao livro *Literatura nativa: contos e poesias*, Daniel Munduruku (2020) chama a atenção para as diferentes visões de mundo apresentadas em poemas e narrativas de autores de diferentes comunidades indígenas, textos que convocam um leitor/uma leitora desprendidos de (pre)conceitos responsáveis por inviabilizar encontros, experiências de “conexão com o ser circular do outro”. Organizado por Francisco Edviges Albuquerque e Josué da Silva Luz, este livro publicado em 2020 reúne autores e autoras Guarani, Javaé, Krahô, Xerente, entre outros povos indígenas de estados como o Tocantins. Abarcando temas cotidianos, narrativas de origens, versos de amor, de louvor à natureza e de pertencimento às dinâmicas culturais pertinentes a distintas comunidades, esta coletânea nos permite uma aproximação, especialmente da cosmovisão Krahô, em relação à qual este trabalho pretende tecer algumas reflexões, considerando a força contracolonial de narrativas que ocupam não somente as páginas dos livros, mas as telas de cinema. Nesse sentido, contos como “O guerreiro”, do livro *Literatura nativa: contos e poesias*, “Cuhkôn cabaça”, “Maracá”, “Pintura”, do livro *Poesia indígena: Etnopoesia Krahô* (Albuquerque et al, 2023), serão lidos a partir das sugestões audiovisuais do filme *A flor do buriti* (2023), cujo enredo dinamiza reflexões sobre uma história que se reconta, se reconstitui, se reapresenta nos vazios da história oficial, nas brechas que permitem a persistência e a resistência de modos de ser pautados pelo que Munduruku compreende como a circularidade das memórias, do tempo, da ancestralidade que sobreviveu e sobrevive aos projetos (neo)coloniais. Para a arte poética como a dos Krahô, no Tocantins, vale acionar o conceito que Antônio Bispo dos Santos utiliza para tratar não da reflexão sobre a pós-colonialidade ou a decolonialidade, mas da luta contra os processos coloniais, processos que deixaram marcas em nossa literatura brasileira e nossa historiografia literária, as quais não raro são confrontadas pelas vozes indígenas do passado e do presente.

(DES)ENTORTAR A LITERATURA: CRÔNICAS NA ESCOLA

Caroline de Moraes
IFRS / Campus Caxias do Sul
caroline.moraes@caxias.ifrs.edu.br

O presente estudo está vinculado ao grupo de pesquisa certificado pelo CNPq “Pesquisas em educação, sociedade e trabalho”, que desenvolve pesquisas acerca dos acervos literários selecionados e distribuídos pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), no segmento Literário. O recorte deste estudo volta-se para a edição do PNLD de 2024, destinada aos anos finais do Ensino Fundamental, sendo que as obras literárias aprovadas estão em fase de divulgação inicial para conhecimento dos professores. Com base no PNLD, uma importante política pública para o fomento da leitura no Brasil, tem-se como objetivo analisar a composição dos elementos paratextuais que acompanham a obra literária *Crônicas indígenas para rir e refletir na escola*, de Daniel Munduruku, selecionada pelo PNLD 2024, tendo em vista a representação indígena na literatura contemporânea e o atendimento ao que propõe a Lei 11.645 (Brasil, 2008). A metodologia de pesquisa ampara-se em uma abordagem qualitativa, centralizando a obra literária de Daniel Munduruku como objeto de estudo. Nesse sentido, a literatura indígena está associada ao proposto pela Lei 11.645 (Brasil, 2008), que estabelece a obrigatoriedade da história e da cultura afro-brasileira e indígena no contexto escolar, sendo que essa prerrogativa é articulada com o PNLD Literário, relevante política pública de distribuição de material literário para as escolas brasileiras. De modo complementar, observa-se como se dá a

composição dos paratextos apresentados na obra literária (critério exigido pelo edital do PNLD), com informações adicionais sobre a cultura indígena, reconhecendo o direcionamento para a formação do estudante do Ensino Fundamental. Como referencial teórico, este estudo ampara-se na Lei 11.645 (Brasil, 2008), na literatura indígena fundamentada em estudiosos como Janice Thiél (2012), Linda Tuhiwai Smith (2018), Julie Dorrico, Leno Francisco Danner, Heloisa Helena Siqueira Correia e Fernando Danner (2018; 2020), entre outros, e na composição dos elementos paratextuais à luz dos ensinamentos de Genette (2009). Ressalta-se que o referencial teórico está associado diretamente com o objeto de estudo, que é a obra contemporânea *Crônicas indígenas para rir e refletir na escola*, escrita por Daniel Munduruku. Como resultados preliminares, constata-se que os paratextos trazem discussões sobre os estereótipos, o uso das palavras, a representação dos povos indígenas e outros pontos que podem ser debatidos no ambiente escolar, contemplando as prerrogativas da Lei 11.645 (Brasil, 2008).

DA CHAPADA DIAMANTINA UM GRITO QUE ECOA: PAYAYÁ, RESISTÊNCIA VIVA EM VERSO E PROSA

Leiane Carla Aquino de Oliveira Cohim
PPGEL/UNEB
leianeaquino@yahoo.com.br

A resistência tem orientado as lutas dos povos originários pela garantia dos territórios tradicionais, pela (re)afirmação identitária e pela defesa de suas formas próprias de organização social e cultural, sobretudo, em contextos urbanos onde persistem processos de invisibilização e opressão. Nesse sentido, a apropriação da escrita e de recursos tecnológicos tem ampliado a autonomia indígena, fortalecendo a circulação de suas narrativas e possibilitando a criação de novas formas artístico-literárias, como a literatura indígena brasileira contemporânea, que funcionam como instrumentos de enfrentamento às desigualdades estruturais. Nesse cenário, insere-se a produção do escritor e cacique Juvenal Payayá, natural da Chapada Diamantina - BA, cujas experiências decorrentes do trânsito entre o Território Indígena Payayá e o contexto urbano reverberam em obras que tematizam pertencimentos indígenas, ancestralidades e tensões sociais. Nessa perspectiva, este estudo tem como objetivo investigar como o autor representa o indígena enquanto sujeito periférico na obra *roda de prosa na periferia Anti-história* (2022), uma contranarrativa que problematiza as vivências de personagens indígenas e não indígenas na periferia soteropolitana, denunciando outras formas de periferização, de forma reflexiva, crítica e irônica. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, fundamentada em autores que discutem periferia urbana como Nascimento (2008) e D'Andrea (2013), diáspora e deslocamentos identitários (Hall, 1996), além de estudiosos indígenas e não indígenas que analisam literaturas indígenas e colonialidade como Graúna (2013), Munduruku (2018) e Quijano (2005). A análise evidencia que o indígena Pery (narrador-personagem que compartilha a narrativa com mulheres indígenas e não indígenas vítimas de violências), cujo nome dialoga criticamente com o Peri da ficção alencariana, tensiona representações hegemônicas construídas por autores brancos, reconfigurando-as a partir de uma perspectiva indígena. Ao utilizar a grafia "Pery" para duas gerações (pai e filho), o autor Payayá instaura um gesto intertextual que reafirma a resistência do seu povo e reivindica a centralidade indígena na escrita literária atual. Além de contribuir para o conhecimento da produção literária do escritor e para a (re)afirmação da identidade do seu povo, este estudo amplia a visibilidade da literatura indígena produzida na Bahia e contribui para expandir o campo da literatura indígena brasileira contemporânea.

Coordenação:

Elizabeth Gonzaga de Lima (UNEB)
Randra Kevelyn Barbosa Barros (UESC)
Carlos Augusto de Melo (UFU)

Resumo do Simpósio Temático: O protagonismo indígena tem se revelado cada vez mais potente na cena cultural contemporânea. Esses sujeitos buscam se inserir em diferentes espaços com o intuito de ecoar e fortalecer as vozes dos povos originários, que historicamente foram silenciadas pela lógica colonial do poder hegemônico ocidental. Nesse sentido, as pessoas indígenas têm ampliado seus modos de expressão e se apropriado de vários instrumentos artísticos, literários e midiáticos, externos às suas comunidades, como ferramentas políticas de luta e resistência contracolonial a qualquer tipo de sistema de opressão imposto às manifestações de pensamento e intelectualidade indígenas. A produção de textualidades, a partir do código letrado, a conquista dos territórios digitais e a construção de obras para ocuparem galerias, museus e outros circuitos culturais são exemplos do processo contemporâneo de expansão dos meios e campos de expressão indígena. Neste simpósio, considerando a efervescência dessas práticas, busca-se acolher estudos que, das mais diversas áreas de conhecimento, reflitam acerca das escritas, linguagens e tecnologias utilizadas por pessoas indígenas, podendo contemplar análises, reflexões e discussões de textos literários, de mídias indígenas, das artes indígenas contemporâneas, dentre outras abordagens.

A MÃE TERRA ANCESTRAL E O MOVIMENTO DA VIDA NA ARTE DA MULHER

Renata Silva Fernandes
Cacica Tupinambá de Abrantes - Aldeia Tupinambá de Abrantes – Camaçari/BA
renatatupinamba@gmail.com

A arte da mulher nasce da Mãe Terra ancestral, que pulsa em cada gesto e cada criação, revelando o movimento sagrado que liga o corpo feminino ao território. Como mulher Tupinambá e Kiriri, compreendo que a Terra sangra e renasce, assim como nós, que somos continuidade viva de nosso bioma, guardiãs da memória e da ciência que atravessa gerações. No encontro entre sertão e mata atlântica, percebemos dois mundos complementares que formam a riqueza de nossa ancestralidade: o sertão, com sua força seca e sábia, e a mata, com sua abundância de água, fauna e flora. Minha arte emerge desse diálogo entre diferenças, mostrando que a Terra é movimento, resistência, cura e ensino. Ao costurar, pintar, rezar, plantar ou criar, reafirmo que a mulher indígena é extensão da própria paisagem, conduzindo saberes que fortalecem o território e preservam a vida. Assim, minha arte é expressão da força feminina que sustenta a comunidade, protege os encantados e mantém viva a ciência ancestral que habita o sertão, o mar e a floresta, revelando que a Terra fala através de nós.

CORPO, ARQUIVO E FABULAÇÃO: GESTOS ARTÍSTICOS-LITERÁRIOS EM DEFESA DA MEMÓRIA GUERÉM

Ybypotyry Juerana Anté Kren (Elivelton dos Santos Melo)
Povo Guerém/UFBA-PPGLITCULT
ybypotyryjueranaantekren@gmail.com

Alinhando-se ao debate sobre o protagonismo indígena que utiliza ferramentas artísticas como gesto contracolonial, esta comunicação discute como tenho mobilizado diferentes linguagens – performance, audiovisual e escrita literária – para demarcar saberes, memórias e ancestralidades do povo Guerém, do baixo sul da Bahia. Tomando a escuta como método de criação, convoco as histórias dos meus mais velhos como fios que tecem minha autoria, numa assinatura individual que expressa a coletividade, na qual a voz que narra convoca as vozes do meu povo. Na performance “CORPO-BICHO-TERRA” (2025), utilizo meu corpo como suporte para narrativas autoetnográficas Guerém, entrelaçando memórias familiares e fabulações de encantados, numa escrita de retomada que defende a ancestralidade indígena. No curta “Brotando da Terra” (2024), produzido em colaboração com Zai Moura, fabulamos um arquivo da história contemporânea Guerém a partir da mobilização de arquivos familiares, cantos, relatos biográficos e documentos históricos, recontando essa narrativa pela lente da minha autobiografia como indígena Guerém. Desse modo, leio minha trajetória pessoal como extensão da história coletiva. Portanto, o trabalho apresenta essas produções para refletir sobre como tais gestos de autoria indígena constituem modos efetivos de defesa da memória e de ressurgência cultural do povo Guerém.

SONHOS DE TAQUARA NESSE TEXTO FEITO CORPO, FEITO DE SIABURU

Daniela Mara Reis da Silveira
Universidade Federal de Ouro Preto
danielamara.rs@gmail.com

O trabalho "Sonhos de taquara nesse texto feito corpo, feito de siaburu" propõe um estudo sobre o processo de criação em dança entre o butô e a arte indígena contemporânea. Compartilho memórias ancestrais na afirmação da identidade indígena, no processo de criação e composição do espetáculo siaburu, de minha autoria. Aqui, a linguagem poética é grito de onça em sua tomada de consciência política da ocupação indígena na periferia. Entre o asfalto e a mata encontro no caminho da jiboia um feitiço contra-colonial. Em siaburu a investigação da arte indígena contemporânea é movimento de metamorfoses, atravessada pela pesquisa da dança butô, em suas artesanias nas dramaturgias do corpo. Escuto do vento, as pistas poéticas nessa dança que inicia onde habita as qualidades do fim, são urgências de revoluções diárias. Nesta trilha converso com: Leda Maria Martins, Nego Bispo, Jaider Esbell, Éden Peretta, Kuniichi Uno, Ailton Krenak e Movimento Plurinacional Wayrakuna. Aprender a dançar com a terra é botar em movimento de escuta narrativas contra-coloniais em uma pesquisa de movimentos, relação corpo e a mãe-terra. Atravessada pelos sonhos das taquaras, faço do corpo meu texto, na escrita poética de siaburu, sobrevoando as imagens que ressoam corporeidades na cena ao tensionar na arte e na política os direitos da memória.

ENCANTAMENTO TEATRAL MANDARU: A ARTE CÊNICA INDÍGENA XUKURU DO ORORUBÁ COMO EXPRESSÃO E (RE)EXISTÊNCIA NO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Iago José Lima de Melo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
iagomelolima@gmail.com

Esta pesquisa em andamento apresenta o Encantamento Teatral Mandaru, coletivo de teatro indígena do povo Xukuru do Ororubá, originário da cidade de Pesqueira, Pernambuco, que atua há mais de vinte anos na cena teatral indígena consolidando sua trajetória por meio da encenação de sua obra cênica central, Xukuru no Reino de Ororubá. A investigação parte de uma abordagem etnográfica e da observação participante, tomando como eixo a relação entre teatro, espiritualidade e ancestralidade. Enveredando pela geografia afetiva, esta pesquisa vai ao encontro do corpo-território do pesquisador, nascido em Pesqueira na década de 1990, período marcado por retomadas territoriais, conflitos e resistências do povo Xukuru. O estudo também se entrelaça com memórias e vivências do povo, em um contexto atravessado por disputas políticas, lutas pela terra e pela força das lideranças indígenas, como do Cacique Xicão Xukuru. Assim, a investigação se constrói compreendendo o teatro Mandaru não apenas como manifestação artística, mas como campo de disputa simbólica, política e existencial. Aqui, a noção de resistência, através do teatro, não é tomada apenas como oposição ou negação, mas como um movimento afirmativo e criador: resistência enquanto superação de si ou vontade de potência, em diálogo com a perspectiva filosófica nietzschiana (superação de limites e dificuldades). Nesse sentido, (re)existir é pensado ainda como projetar-se para fora novamente (re-ek-sistir), continuar permanentemente a tornar-se o que se é. Como embasamento teórico essa pesquisa envereda pela cosmo percepção indígena Xukuru com a proposta de entrecruzar com pesquisas e escritos de Edson Silva (2025;2022;2013), Iago Melo (2023), Vânia Fialho (2011;1998;), Ailton Krenak (2022) e Flávia Meireles (2025). Atualmente, a pesquisa busca não encerrar respostas, mas abrir possibilidades e tensionar fronteiras, problematizando a regularidade e o sentido das práticas do coletivo Mandaru. Entre descrições de dados recentes, iconografias e vivências, o estudo pretende aportar para a compreensão das práticas cênicas indígenas enquanto espaços de expressão, encantamento, resistência e (re)existência, promovendo a reinvenção de mundos possíveis. A pesquisa se enquadra no seguinte eixo temático: ST64 literaturas, mídias e artes indígenas.

EDUCOMUNICAÇÃO: EDUCAÇÃO E CINEMA NO BRASIL - OS DESAFIOS E AS POTENCIALIDADES DA PRODUÇÃO INDÍGENA

Jama Peres Pereira
UFRR
jima.wapichana@gmail.com

O cinema brasileiro historicamente representou povos indígenas de forma estereotipada. No entanto, com o surgimento de cineastas indígenas, surgiram novas narrativas. Este artigo explora os desafios e potencialidades da produção audiovisual indígena no Brasil. A sub-representação (97,2% dos filmes são dirigidos por não indígenas) e a dificuldade em alcançar audiências mais amplas são desafios significativos. Apesar disso, o cinema indígena oferece uma ferramenta poderosa para educação intercultural, preservação cultural e autorrepresentação. A Lei nº 11.645/2008, que inclui história e cultura indígenas nos currículos escolares, abre espaço para o cinema indígena como ferramenta educacional. Este artigo visa promover o reconhecimento das culturas indígenas e fomentar práticas educacionais interculturais. Serão discutidos desafios, potencialidades e soluções para ampliar a visibilidade da produção audiovisual indígena no Brasil.

CARTAS A DAVI

Cristina Araripe Fernandes
UFBA-CAPEs
cristinafernandes111@hotmail.com

Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura (PPGLitCult/UFBA), na qual sustento a existência de uma íntima relação entre terra e palavra, tendo como objeto A queda do céu: palavras de um xamã yanomami (Kopenawa-Albert, 2015), uma cartafloresta endereçada por Davi Kopenawa Yanomami aos não indígenas. Adotando como ponto de partida a relação secular dos povos originários com a terra e o valor por eles atribuído à palavra, dedico-me a escutar a convocação do xamã e a responder a sua epístola. O confinamento compulsório em virtude do COVID-19, evento manobrado por um projeto genocida de governo, posto em curso no período de 2016-2022, criou a oportunidade para o encontro de indígenas e não indígenas nos espaços virtuais e a reformulação de concepções, fundadas na perspectiva colonizatória estrutural. A convite de Kopenawa, pensamos planos estratégico-táticos de retorno à terra como locus para a prática dos princípios do Bem-Viver (Língua quéchua: Sumak Kawsay) e resistência em meio às ruínas, o que exige que coloquemos a terra no centro e o mundofloresta como locus de origem da terrapalavra. Com esta perspectiva levantamos a pergunta: O que são e podem as palavras do xamã no tempo da mercadoria e da cafetinagem da vida (Rolnik, 2018)? Para Suely Rolnik, a cafetinagem são as violências impostas à vida, semelhante a um assalto, sequestro, estupro e toda sorte de abusos. Para compreender a mística que habita a palavra do xamã, faço adesão à imagem da garganta como o ninho da alma-palavra (Guarani: Nhe se; desejo de fala, expressão do espírito, diálogo como cura), onde reside a potência que altera significados e sentidos do dito. No rastro teórico de Sandra Benites Guarani-Nhandeva, Nego Bispo e Donna Haraway ficamos com o problema e fazemos parentes para enfrentar Chthuluceno), o monstro predatório, que na contemporaneidade traduz-se na figura do capitalismo devorador de mundos e produtor de ruínas. Os produtos derivados da leitura do xamã estão materializados em um e-book e um canal de podcast no Youtube intitulados:– Cartas-Utupa pë (cartas-imagens ou pensamento sem palavras), Cartas-Heãmuu (marcar presença por um som) e Cartas-Thë ã oni (palavras escritas). O método consistiu em passar para o lado da natureza (Llansol, 2020) para viver o tremor da experiência (Larossa, 2014). Conclusivamente, a leitura gemou um pajebó, a gira afro-indígena para o replacento da palavra.

EXPERIÊNCIAS DECOLONIAIS NO ENSINO DE ARTES E LITERATURA: MATRIZES INDÍGENAS NO ENSINO MÉDIO

Marta Maria Gomes
Universidade Federal da Bahia
marta.gomes.maria@gmail.com

Esta proposta apresenta um relato da experiência pedagógica interdisciplinar realizada no Colégio da Polícia Militar Francisco Pedro de Oliveira em Candeias, Bahia (CPM Candeias) em 2025. Estabelecendo um diálogo entre as docentes das aulas de Artes e Literatura e Movimentos Sociais na Bahia, do Ensino Médio, o projeto explorou as matrizes culturais indígenas sob a perspectiva da teoria decolonial, com foco na relação desses povos com a natureza e a sustentabilidade. Através de experiências corporais teatrais, jogos, referências literárias e culturais, e debates, os alunos refletiram sobre a valorização e o respeito aos saberes ancestrais. A culminância foi a Mostra Pedagógica, que destacou a riqueza das culturas indígenas, com ênfase na obra de Ailton Krenak e na temática da sustentabilidade. O projeto envolveu o aprofundamento sobre as matrizes culturais indígenas e a teoria decolonial, com foco nas obras: "Terra sem Males" de Jakson de Alencar e Angelo Abu, "Ideias para Adiar o Fim do Mundo" de Ailton Krenak, "Tempos de História" de Munduruku, "A Queda do Céu" de Davi Kopenawa, e "Pássaro Encantado" de Eliane Potiguara junto às turmas. Aulas de teatro explorando a corporeidade e a ancestralidade presentes nas culturas indígenas através de jogos e dinâmicas. Debates sobre territorialidade, sustentabilidade, direitos indígenas e a importância da valorização

da diversidade cultural. Elaboração de apresentações teatrais baseadas nos estudos, incluindo as peças "Ideias para Adiar o Fim do Mundo: Apresentando Krenak em 5 Minutos" e "Raízes que Sustentam o Futuro". Apresentação dos resultados do projeto para a comunidade escolar, com a participação de representantes de povos indígenas, debates e atividades culturais. Diante da urgência de uma educação inclusiva e decolonial, que reconheça a diversidade cultural brasileira, esta experiência interdisciplinar oferece um caminho.

O PROCESSO DE TRANSPOSIÇÃO MIDIÁTICA NO PODCAST INDÍGENA PAVULAGEM

Tércia Helena Rocha Ferreira da Cruz
Universidade do Estado da Bahia
terciahrocha@gmail.com

Elizabeth Gonzaga de Lima

O trabalho discute a maneira como as narrativas orais indígenas têm sido materializadas nos ambientes digitais, com destaque ao Podcast Pavulagem como um local de registro, preservação e difusão das histórias da Amazônia. A análise considera a circulação de discursos entre diferentes meios e a forma como plataformas digitais atuam na mediação cultural atual, permitindo que saberes tradicionais consigam se adaptar a novos formatos. No caso do Pavulagem, episódios estruturados em roteiros e sonorizações tornam as histórias orais acessíveis a públicos variados, criando uma ponte entre a tradição e a tecnologia. O estudo identifica que o podcast auxilia na visibilidade da oralidade indígena, amplia a circulação e reduz o risco da cultura se apagar, funcionando como ferramenta de resistência e valorização da identidade coletiva. A produção em formato digital revela como as culturas indígenas se reinventam e evidenciam sua potência comunicativa no cenário contemporâneo. Conclui-se que o Pavulagem contribui para transformar expressões imateriais em registros duradouros, integrando memória, identidade e inovação. O diálogo entre a tradição oral e a tecnologia reforça a capacidade de continuidade das narrativas indígenas e consolida o podcast como meio de preservação da cultura e ancestralidade.

LINGUAGENS DA ARTE WAPICHANA DE GUSTAVO CABOCO: DA SEMENTE AO RETORNO À TERRA

Elizabeth Gonzaga de Lima
Universidade do Estado da Bahia
profbethliteratura@gmail.com

Comunicar é um ato vital para os povos originários do Brasil, pois perpassa muitas de suas práticas cotidianas, desde o acervo de histórias orais, passando pela criação de grafismos em cestarias, pinturas corporais, uso de plumarias, dentre outras manifestações. Ao mesmo tempo em que essas práticas são comunicacionais, também são culturais, artísticas e identitárias; ainda que apresentem algumas diferenças em cada etnia, buscam preservar a ancestralidade e a memória. Com o reconhecimento, nas últimas décadas, de escritores e artistas indígenas como sujeitos de seus próprios discursos, emergiram diversas narrativas contra-hegemônicas por meio da escrita e de múltiplas formas de arte, visando criticar as tentativas de apagamento das raízes indígenas no Brasil. Neste cenário, destaca-se Gustavo Caboco, multiartista, que se expressa por meio de bordados, desenhos, murais, poesia, vídeos, performances e objetos. Suas pesquisas e criações propõem retomar e ressignificar a ligação com suas origens indígenas e fazer ecoar a voz do povo Wapichana. Desenvolvendo processos estéticos em múltiplas linguagens, o artista Wapichana pretende refletir sobre a ancestralidade, a diáspora dos povos da floresta e de que maneira a arte indígena cumpre um papel de ativismo na contemporaneidade. Desse modo, neste trabalho, busco analisar as relações entre escrita, imagem e mídia nas produções de Gustavo Caboco, como, por exemplo, na obra Semente de Caboco, que mescla poesia e desenhos (2018), e na exposição Retorno à terra, na qual reafirma a própria história e celebra as tradições culturais de seu povo. Tais criações sugerem que essas formas expansivas operadas pelos objetos artísticos são marcadas por atravessamentos que geram outras mídias e outras estéticas, a partir de transposições e relações intermídiais, como preconizaram Rajwesky (2012) e Mitchell (1984).

AJURI – UM ENCONTRO COM AS NARRATIVAS INDÍGENAS

Iza Reis Gomes
ProfLETRAS/ProfEPT/AJURI/IFRO
izareisgomes@gmail.com

Eliane Auxiliadora Pereira
AJURI/CMCG
elianegyngo@gmail.com

O projeto 'AJURI – um encontro com as narrativas indígenas' teve como objetivo investigar a produção indígena infantil e juvenil nas formas das linguagens verbal e visual. A produção indígena varia conforme os povos que as produzem. São várias linguagens que dialogam com as encantarias, as ancestralidades, a resistência, a memória, as oralidades, a tradição, a natureza, o imaginário, as identidades, as cosmologias, os saberes, as estéticas, as performances, os grafismos, as ilustrações, as danças etc. A metodologia adotada perpassou pela pesquisa bibliográfica, exploratória e participante no sentido de discutir com escritores e escritoras de narrativas indígenas as textualidades, as estéticas e a Ciência indígena. O projeto recebeu participantes de vários povos compartilhando suas experiências com os não indígenas. As etapas da pesquisa englobaram a parte bibliográfica, leitura analítica, análises, produção de conteúdo como resenhas e artigos a serem divulgados e publicados por meio de diferentes canais, seja pela internet, seja por meio de outras mídias. Nosso caminho teórico perpassou pelas contribuições e conceitos de escritores que escrevem e problematizam essas produções. Citamos alguns: Ailton Krenak, Daniel Munduruku, Márcia Kambeba, Edson Kayapó, Jaime Diakara, Julie Dorrico, Kopenawa, Eliane Potiguara, Graça Graúna e Kaká Jecupé. Essas narrativas revelam a força da natureza em harmonia com os seres humanos. As produções indígenas trabalham com linguagens que dialogam e que potencializam as narrativas, seja verbal, visual, oral, musical, performática ou filmica. As cores, os espaços, o imaginário, os saberes, os cantos, as performances e os discursos construídos na leitura das narrativas motivam o leitor a ser um coautor das narrativas. Ao final, estamos finalizando um livro com quarenta e oito resenhas produzidas por professores, estudantes e pesquisadores, indígenas e não indígenas. Ressaltamos que analisar uma produção indígena requer um mergulho no contexto histórico e geográfico em que está inserida, perpassando pelas dimensões simbólicas, cosmológicas e sociais. Dessa forma, esta comunicação dialoga com o Eixo Temático: Literatura, Mídias e Artes indígenas.

AS DIMENSÕES DO AMOR EM TEXTOS LITERÁRIOS DE AUTORIA INDÍGENA VOLTADOS ÀS CRIANÇAS

Carlos Augusto de Melo
UFU
carloaug.melo@ufu.br

Neste trabalho, pretendo tecer reflexões acerca do modo multifacetado como o amor vem sendo representado em algumas produções literárias de autoria indígena voltadas às crianças, com foco principalmente nas relações sensíveis entre infância e amor familiar. Para essas questões, dediquei atenção às obras *Tupé* e o *Maracá Mágico*, de Auritha Tabajara e Paôla Torres, com ilustrações de Tai, e, também, *Infância na Aldeia*, de Márcia Kambeba, com ilustrações de Cris Eich. No contexto dessa discussão, privilegiarei os aportes teóricos de intelectuais indígenas, como Graça Graúna, Daniel Munduruku, Kaká Werá, entre outros. Esses textos literários indígenas permitem abarcar dimensões amorosas, em experiências individuais e coletivas, nas quais se evidenciam o protagonismo infantil, o afeto familiar, o respeito à natureza e a resistência da mulher indígena, configurados por meio da atenção, da escuta e do respeito aos ancestrais, em um movimento de fortalecimento da formação integral da criança. Esta proposta se enquadra no eixo temático Literaturas de autoria indígena na Abya Yala (América).

MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL: SIGNIFICAÇÕES DA SAMAUMEIRA NA NARRATIVA DE MÁRCIA KAMBEBA

Sandra Santos Esteves
Universidade Estadual de Santa Cruz
sandraesteves.prof@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo analisar as representações simbólicas de memória e identidade cultural a partir da obra *Samaumeira* (2025), assinada pela escritora indígena Márcia Wayna Kambeba. Há uma reivindicação das autorias indígenas pela legitimidade e valorização dos saberes ancestrais que outrora foram apropriados e narrados como "mitos/lendas" na literatura canônica brasileira. Desse modo, a partir da memória coletiva, a literatura indígena escrita no formato de livro inicia seus primeiros passos na década entre as décadas de 1970 e 1990, despontando diversos textos escritos em língua portuguesa (Graúna, 2013), com isso, a partir da acessibilidade ao mercado editorial, as narrativas produzidas passam também a alcançar o público infanto-juvenil (Munduruku, 2012). Assim, para elaborar o estudo crítico da narrativa, a metodologia adotada foi de cunho qualitativo e bibliográfico e

fundamentamos a análise sob uma leitura interpretativa a partir das teorias pós-coloniais, de forma que se verificou que a obra “Samaumeira”, recém-lançada em 2025, aponta para perspectivas significativas que entrelaçam com os conceitos de memória e identidade cultural, fortalecendo a leitura e o ensino de literatura na primeira infância. O estudo expande a fortuna crítica acerca das literaturas indígenas brasileiras contemporâneas, ademais, a narrativa de Márcia Wayna Kambeba, ao entrelaçar elementos autobiográficos, cosmopoéticos e históricos, contribui para a desconstrução de estereótipos e para a construção de um novo imaginário sobre os povos indígenas no Brasil. Dessa forma, a análise da obra permitiu refletir sobre os modos de produção e circulação do conhecimento indígena na contemporaneidade, bem como sobre os desafios e possibilidades de sua inserção no contexto educacional e na crítica literária brasileira.

SER PARTE DA TERRA: VOZ E RELAÇÃO AFETIVA COM A NATUREZA NAS ESCRITAS INDÍGENAS

Randra Kevelyn Barbosa Barros
Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC
rkkbarros@uesc.br

Os textos produzidos por indígenas têm reconfigurado o nosso modo de pensar essas culturas e as relações destrutivas que estabelecemos com a Terra. Há autores e autoras de diferentes povos que expressam o pensamento de que a vida humana existe de maneira interdependente com outros seres vivos. Nas produções literárias escritas, por vezes demonstram a necessidade de salvaguardar a Terra, vista como uma Mãe. Levando em consideração a importância dessa perspectiva, busca-se analisar os textos “Composição de tudo”, de Verônica Manauara; e “A Mãe-Terra provedora da vida”, de Edson Kayapó, ambos integram o projeto de livro coletivo Memória da Mãe Terra (2014), elaborado pela ONG Thydêwá. Enquanto o poema narrativo de Manauara (2014) evoca o afeto pela Terra e todos os elementos da natureza que constituem o corpo do eu poético, a carta de Kayapó (2014) personifica a própria voz da Mãe Terra, que relata o sofrimento de ser tão agredida pelos seus filhos humanos. A dimensão analítico-crítica do estudo demanda o percurso metodológico de pesquisa bibliográfica, recorrendo principalmente à produção intelectual indígena (Ailton Krenak, 2019; Sônia Guajajara, 2018; entre outros). Assim, busca-se ressaltar que as literaturas indígenas contemporâneas contribuem para a construção de sensibilidades de escuta e interação com a voz da Terra.

AS ALIANÇAS AFETIVAS ENTRE AS GENTES DO COSMOS E A TRANSCULTURAÇÃO TRANSESPECÍFICA EM UMA NARRATIVA DO JOGO DIGITAL HUNI KUIN: YUBE BAITANA

Caroline de Assis Campos Pinagé
PPGLA/UEA – FAPEAM
carolinepinage@gmail.com

Esta comunicação busca analisar a primeira narrativa do jogo digital Huni Kuin: Yube Baitana (os caminhos da jiboia) (2016), chamada Yube Nawa Atibu, ou Mulher-jiboia encantada, a partir das noções de alianças afetivas e de transculturação transespecífica, propostas por Ailton Krenak (2015, 2022) e por Sonyellen Fiorotti (2023), respectivamente, que reconhecem na comunicação entre as gentes do cosmos uma forma de prolongar suas trajetórias na terra, em fruição da vida. Nesta análise da versão contada em ambiente digital, busca-se verificar como as histórias dos antigos, narradas com a participação do usuário por meio da agência, podem mobilizar saberes e práticas incorporadas desse povo em mediação com outras culturas. Esta comunicação contará ainda com os conceitos de Perspectivismo Ameríndio, de Eduardo Viveiros de Castro; de Performance, de Diana Taylor; e de Potencialidades, de Sonyellen Fiorotti. Este estudo apresenta resultados preliminares da pesquisa em andamento no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes (PPGLA), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), sob orientação do Prof. Dr. Allison Leão, e com bolsa concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM).

ESTRATÉGIA DA FLORESTA: REFLEXÃO A PARTIR DA OBRA DE REMBER YAHUARCANI

Gabriela Ismerim Lacerda
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará e Universidade de São Paulo
gabriela.ismerim@gmail.com

Esta comunicação propõe tecer algumas considerações sobre a obra do artista uíto peruano Rember Yahuarcani, pintor indígena contemporâneo de ampla projeção internacional cuja produção se caracteriza pelo diálogo entre memória, cosmologia e experimentação formal. A discussão busca articular a prática artística de Yahuarcani ao conceito de Arte Indígena Contemporânea (AIC), formulado por Jaider Esbell como uma “armadilha para armadilhas”. Em seus textos, Esbell define essa armadilha como um dispositivo crítico capaz de identificar, desestabilizar e desarmar os enquadramentos coloniais que ainda regulam a recepção da arte indígena (sejam eles exotizantes, folclorizantes ou paternalistas) ao mesmo tempo em que afirma a autonomia conceitual e epistêmica desses modos de criação. Foca-se especialmente no conjunto de pinturas em que Yahuarcani mobiliza figuras míticas, espíritos híbridos e narrativas simbólicas para compreender como seu trabalho constrói um regime singular de visualidade e pensamento, no qual cosmologia, memória e política se entrelaçam. Ao tensionar expectativas ocidentais que frequentemente folclorizam ou exotizam a arte indígena, o artista aciona uma estratégia próxima da “arapuca” de Esbell: suas imagens capturam e desarticulam enquadramentos coloniais ao mesmo tempo em que redefinem categorias como mito, natureza, pessoa e arte. A análise considera ainda suas escolhas materiais e formais, bem como sua circulação em espaços institucionais como bienais e galerias, investigando como esses trânsitos potencializam ou desafiam sua ação estética e política. A proposta, assim, busca compreender como a obra de Yahuarcani opera como um dispositivo de deslocamento perceptivo e discursivo no campo da arte contemporânea, ativando modos de ver e pensar que desafiam leituras coloniais e categorias estabilizadas.

LINGUAGEM DA FOTOGRAFIA AUTORAL INDÍGENA

Álvaro Franco da Fonseca Júnior
Universidade Estadual de Ponta Grossa
alvarofonsecajunior@gmail.com

Esse resumo é parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, realizada no Programa de Pós-Graduação de Estudos da Linguagem (PPGEL), na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Com a intenção de conhecer, refletir e analisar a produção fotográfica autoral indígena no Brasil, busco demonstrar como a prática da criação fotográfica de fotógrafos indígenas vai além da busca pela excelência técnica, comum à fotografia ocidental. A fotografia autoral indígena registra seus movimentos sociais e cria narrativas próprias a partir de suas cosmologias. Mesmo que esta pesquisa busque a poética própria desses fotógrafos e minha leitura se volte à questão decolonial, há, em termos acadêmicos, a necessidade de levar em consideração a análise técnica indissociável, buscando um processo de avaliação crítica dos elementos que se apresentam na leitura imagética, na tentativa de compreender essa linguagem em seus significados. Portanto, essa pesquisa traz como questionamento apontar o que caracteriza a linguagem da fotografia autoral indígena, analisando os textos imagéticos que possam, porventura, subsidiar a teoria de um movimento ativista de registro fotográfico indígena com significados próprios que garantam a percepção de todas as dimensões nelas existentes. A pesquisa também se organiza a partir de uma perspectiva teórico-metodológica que compreende a linguagem pelo viés da interação social, levando em consideração as dimensões expressivas da sociedade, da cultura, da ética e da estética, num exercício de colaboração com os fotógrafos indígenas convidados para participarem com seus relatos e práticas artísticas dentro das comunidades considerando neste projeto a potência da linguagem fotográfica em termos de expressão artística.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 65 - PARA UMA MUSEOLOGIA SOCIAL: POVOS INDÍGENAS, AFROLATINO-AMERICANOS-CARIBENHOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA GESTÃO DE POLÍTICAS E ACERVOS MUSEAIS

Coordenação:

Romina Celona (Museu Nacional/UFRJ)

Tonico Benites Avá Kaiowá (Museu Nacional/UFRJ)

Resumo do Simpósio Temático: A partir da década de 1970, a progressiva democratização dos museus vem promovendo o estímulo à sua função social, resultado das reivindicações das comunidades neles representadas, destacando-se o caráter inovador e contra-hegemônico da experiência latino-americana e caribenha. Iniciativas como o Museo de la Revolución (Havana, 1959), a Declaração de Santiago (Chile, 1972), a Declaração de Oxtapec (México, 1990), o Plano Nacional Setorial de Museus (Brasil, 2010), entre outras, constituem marcos de uma nova museologia, mais justa e participativa. Este simpósio visa reunir investigações que iluminem práticas museais protagonizadas por povos indígenas, comunidades tradicionais, ribeirinhos, quilombolas, rom/calon/sinti, faxinalenses, pantaneiros, caiçaras, pescadores artesanais e quebradeiras de coco babaçu, contemplando também comunidades de terreiro, camponesas e de favelas. Esperam-se investigações, projetos, relatórios técnicos, memoriais, cartografias, estudos de caso, cadernos de campo e experiências etnográficas referentes à requalificação de acervos, à participação, à gestão e às curadorias compartilhadas, no âmbito de museus nacionais, instituições privadas, museus indígenas ou museus universitários, bem como qualquer experiência que reconheça e fortaleça o protagonismo na gestão da diversidade cultural, religiosa e territorial. Busca-se contemplar experiências museais que ofereçam alternativas para a construção de normativas, gestão institucional e políticas públicas inclusivas, que se proponham a questionar os fundamentos coloniais presentes nas instituições e práticas museológicas.

PROJETO DE MEMÓRIA CORREDOR DO MUNDO INTEIRO: ACERVO ENCANTADO E MEMÓRIAS JUREMEIRAS

Henrique Falcão Nunes de Lima

Projeto de Memória Corredor do Mundo Inteiro

henriquefalcao.nunes@gmail.com

Este trabalho revela o culto da Jurema Sagrada, religião nordestina de matriz indígena, como norteadora de memórias e acervos que salientam uma criticidade ao projeto de epistemicídio, folclorização e coisificação das comunidades juremeiras através do arquivo museológico colonial. Adverso a esse modo hegemônico, o Projeto de Memória Corredor do Mundo Inteiro é uma iniciativa com objetivo de salvaguardar essas memórias tradicionais, com ênfase na oralidade e na manutenção de peças litúrgicas vivas, relacionadas ao Centro Manoel Levino, espaço dedicado ao culto da Jurema fundado em 1931 no município de Timbaúba/PE. O trabalho salienta como o Projeto de Memória Corredor do Mundo Inteiro notifica a prática do Catimbó-Jurema e a ancestralidade indígena na Zona da Mata Norte de Pernambuco sob um pertencimento de dentro, valorizando a autorrepresentação, a retomada ancestral e o acervo como condutor de saberes contra-coloniais e de afirmação.

ESCOLA DA CIÊNCIA – BIOLOGIA E HISTÓRIA COMO TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA: NARRATIVAS E PRESENCAS TUPINIKIM

Ticiane Pivetta Costa

Instituto Federal do Espírito Santo – IFES

ticiane2200@gmail.com

Ulianara Gomes do Rosário

IASY, Aldeia Irajá, Aracruz/ES

uli1418yacy@gmail.com

Antonio Donizetti Sgarbi

Instituto Federal do Espírito Santo – IFES

sgarbi.ad@gmail.com

A exposição museológica permanente denominada Povos Originários foi criada e concebida com curadoria compartilhada, e não existe apenas como objeto de estudo, mas representa uma prática antirracista, contra-hegemônica e decolonial de produção de conhecimento, saberes e resistência do povo indígena Tupinikim de Aracruz/ES. Montada na Escola da Ciência – Biologia e História (ECBH), em Vitória/ES, a pesquisa é qualitativa, do tipo estudo de caso, e tem como objetivo compreender o processo de construção dessa exposição, com atenção às práticas decoloniais que emergiram ao longo do percurso. O referencial teórico abrange os conceitos de centros de ciências e museus, curadoria compartilhada e decolonialidade. Os resultados indicam que essa exposição se apresenta como uma narrativa desobediente, fundamentada nos princípios da desobediência epistêmica de Mignolo, para desconstruir o padrão universal de pensamento eurocêntrico, abrindo-se a outras racionalidades e modos de ser, pensar e fazer, contrariando a hierarquização dos saberes e valorizando as epistemologias plurais — em especial as epistemologias indígenas do povo Tupinikim de Aracruz/ES. Em sintonia com os princípios da desobediência epistêmica e com a museologia social de Chagas e Gouveia, que compreende o museu como território de potência para a promoção da justiça social e o enfrentamento do racismo, essa produção museal, construída a partir de uma curadoria compartilhada — na qual o povo indígena fala de si e por si, sem intermediários —, contribui para a afirmação da identidade Tupinikim e para o fortalecimento dos direitos de um grupo historicamente subalternizado e silenciado. A curadoria compartilhada com esse povo, em especial com Iasy, configura-se como gesto de resistência à colonialidade do poder e do saber estruturada na sociedade. As vozes antes silenciadas agora ecoam para todas as pessoas que visitam a Escola da Ciência – Biologia e História (ECBH).

“ÍNDIA FIANDO ALGODÃO”: O DESENHO DE FRANZ KELLER (1867) E SEU POTENCIAL ETNOLÓGICO, HISTÓRICO E MUSEOLÓGICO

Protasio Paulo Langer
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
protasiolanger@ufgd.edu.br

O ensejo do presente trabalho é apreciar o potencial cognitivo de um desenho que representa uma jovem indígena (Guarani ou Kaiowa) fiando algodão, produzida por Franz Keller-Leuzinger (1867). O autor da imagem era um engenheiro alemão que trabalhou na construção de estradas e vias de comunicação fluvial entre a província do Paraná e Mato Grosso, na segunda metade do século XIX. Em seu ofício de engenheiro, Keller percorreu e descreveu vastos territórios banhados pelos rios Ivaí, Paranapanema e Tibagi à margem dos quais conheceu três aldeamentos missionários fundados sob os auspícios do Barão de Antonina. Pela abundância de artefatos da cultura material, de alimentos e de ornamentos retratados consideramos que o desenho de Keller-Leutzingen constitui um documento iconográfico de considerável valor histórico, etnográfico e museológico. Nesse sentido, propomos uma análise sincrônica e diacrônica de alguns aspectos da cultura Guarani e Kaiowá tendo como motivação e orientação a referida imagem. Entendemos que o desenho de Keller-Leutzingen pode ser lido como um texto iconográfico que encerra conhecimentos etnográficos que podem ser cotejados, comparativamente, tanto com relatos contemporâneos, da 2ª metade do século XIX, quanto com diversos observadores (missionários, conquistadores, indigenistas e pesquisadores) anteriores e posteriores à obra. Com isso é viável apreciar transformações e permanências, como também desapegos e retomadas de elementos da cultura material guarani ao longo dos séculos. O estímulo para a apreciação do desenho “índia civilizada fiando algodão” procede da metodologia de Alberto Manguel, para quem as palavras constituem imagens que, por sua vez, podem ser traduzidas em palavras. As imagens nunca existem isoladas, não surgem do nada. Há sempre uma intriga de palavras, ideias, imagens de outros tempos, sentidos e símbolos que interagem com aquele texto/imagem que nos interpela, como no caso, a “Índia civilizada fiando algodão”.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 66 - MUNDOS COLONIAIS: O VIVER EM COLÔNIAS NA PRIMEIRA MODERNIDADE E OS POVOS INDÍGENAS NA ABYA YALA

Coordenação:

Charles Nascimento de Sá (UNEB)

André Figueiredo Rodrigues (UNESP/Assis)

Resumo do Simpósio Temático: O Simpósio Temático “Mundos coloniais: o viver em colônias na Primeira Modernidade” tem como principal objetivo promover um espaço de reflexão e intercâmbio acadêmico sobre as dinâmicas do viver em colônias durante a Época Moderna, articulando as sociedades originárias da América e suas experiências à constituição dos impérios coloniais europeus, com ênfase nas realidades ibéricas. A proposta visa reunir pesquisas que analisem a complexa formação das sociedades coloniais, entendidas como espaços de encontro, confronto e negociação entre diferentes culturas, sistemas de poder e formas de sociabilidade; assim como o pensar o mundo ibérico e suas conexões com o mundo colonial americano. Nesse contexto, busca-se discutir a constituição de estruturas políticas e administrativas coloniais, a imposição e contestação de autoridades, os conflitos sociais e suas formas de resolução, bem como a emergência de múltiplas identidades – étnicas, culturais, religiosas e políticas – que se desenvolveram nesses territórios, de modo particular aquelas oriundas das comunidades indígenas aqui residentes. Serão igualmente centrais os debates em torno das práticas religiosas e seus processos de hibridização, da escravidão e da cultura escravista, analisando como tais elementos moldaram os cotidianos e os imaginários sociais. O Simpósio acolhe abordagens interdisciplinares, incentivando o diálogo entre diferentes campos do saber histórico e das Ciências Humanas que compõem o universo da História. Ao reunir trabalhos oriundos de diversas tradições historiográficas, pretende-se enriquecer a compreensão sobre os múltiplos aspectos da experiência colonial e contribuir para a renovação dos estudos sobre a Época Moderna e os impérios coloniais.

CAIAPÓS E A POLÍTICA INDIGENISTA EM GOIÁS NO SÉCULO XVIII

Matheus Silva Alvarenga
Universidade Estadual Paulista
m.alvarenga@unesp.br

A presente comunicação se desenvolve a partir do projeto de pesquisa “Os Caiapós no contexto da ocupação e colonização da capitania de Goiás no século XVIII” que busca analisar a presença e atuação dos Caiapós na região. Com a descoberta do ouro por bandeirantes no início do século XVIII, a capitania de Goiás passou a ser ocupada por conta do desenvolvimento da atividade extrativista. Com isso, os novos colonos logo passaram a ter contato com as diferentes etnias indígenas que ocupavam o território, o que ocasionou em confrontos contra os nativos, como no caso dos Caiapós Meridionais que organizavam emboscadas contra colonos nos chamados “Caminhos de Goiás”. Esses sucessivos ataques se mostraram como um grande impedimento para a ocupação do território e exploração dos recursos naturais. Assim, como alternativa para lidar com os saques diversas bandeiras foram realizadas contra os Caiapós, tornando a região em palco de um violento conflito que se arrastou por grande parte do século. Contudo a partir de 1755, com a instituição do Diretório dos Índios, as diretrizes para uma política indigenista na colônia foram alteradas, inserida no contexto das reformas pombalinas, a legislação buscava como um dos seus pontos a retirada da administração religiosa da população indígena que conferia um grande poder, sobretudo através da exploração da mão de obra aos jesuítas na colônia. Nesse sentido, a pesquisa ainda em desenvolvimento busca analisar a atuação e a presença dessa etnia na região durante esse contexto de mudança na política indigenista na colônia, partindo da questão de que ao examinar o caso dos Caiapós Meridionais, onde o Diretório não foi devidamente aplicado, uma vez que os conflitos e ataques dos colonos ao gentio Caiapó continuaram ocorrendo durante todo o século XVIII. Dessa forma, a presente comunicação busca explorar o histórico dos indígenas Caiapós na capitania de Goiás durante o século XVIII, marcado sobretudo pela guerra e o conflito à sociedade colonial. Também, busca-se discutir como o exposto se insere nesse contexto de transformação da legislação e como a administração colonial atuou durante o conflito.

A PRODUÇÃO ACADÊMICA DE STUART SCHWARTZ E SEU OLHAR SOBRE OS POVOS ORIGINÁRIOS

Charles Nascimento de Sá
Universidade do Estado da Bahia
cnsa@uneb.br

A proposta desse ensaio esmiúça-se na produção acadêmica do autor norte-americano Stuart Schwartz, em suas obras publicadas em língua portuguesa no Brasil, tais como livros, artigos e demais produções acadêmicas. Nesse sentido, o objetivo deste texto é tanto discutir a importância do autor para o entendimento sobre o Brasil colonial como também, no que aqui nos interessa para este evento, seu entendimento sobre os povos originários e seu papel na construção do Novo Mundo. Para tal serão arguidos sua análise elaborada em obras como Segredos Internos, e Mar de tormentas: Uma história dos furacões no Caribe, de Colombo ao Katrina, para aí estudar de que modo os povos originários e sua expertise sobre técnicas agrícolas, conhecimento do clima, tecnologia, saberes diversos estiveram presentes no processo dialético de exploração e formação da América.

OS INDÍGENAS BOTOCUDOS NOS SERTÕES DO LESTE DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS: AS AÇÕES DO PADRE DOMINGOS DA SILVA XAVIER NO CUIETÉ

Julia Savini Novaes
Universidade Estadual Paulista – UNESP
julia.savini@unesp.br

A comunicação pretende abordar os princípios norteadores de nossa pesquisa de Iniciação Científica sobre as ações do padre Domingos da Silva Xavier nos Sertões do Leste da capitania de Minas Gerais, entre os anos de 1771 e 1775. A proposta tem por contexto os processos de expansão territorial e de integração das áreas periféricas ao sistema econômico e político colonial mineiro na segunda metade do século XVIII. E, nesse cenário, investiga-se como a ação missionária, representada pelo trabalho do padre Domingos, contribuiu para a incorporação da região à economia mineradora, por meio da construção de estruturas religiosas e da imposição de práticas católicas às populações indígenas locais. Nessa perspectiva, também se consideram os múltiplos desafios enfrentados nesse processo, como a resistência indígena, a presença de quilombolas e as dificuldades impostas pelo ambiente natural. Com isso, objetivamos apresentar discussão sobre o processo de colonização e disciplinamento social impostos à região leste da capitania de Minas Gerais tanto pelo governo metropolitano quanto pela Igreja católica. Em vista disso, serão abordadas as relações entre os aspectos explorativos da região, os indígenas Botocudos e os processos governamentais de controle daquele espaço e pessoas no viver em colônias na Abya Yala.

AS AÇÕES DO PADRE DOMINGOS DA SILVA XAVIER NA CATEQUESE DE INDÍGENAS NOS SERTÕES DO CUIETÉ (MINAS GERAIS, 1771-1775)

André Figueiredo Rodrigues
Universidade Estadual Paulista – UNESP
andre.f.rodrigues@unesp.br

A comunicação tem por objetivo destacar a atuação do padre Domingos da Silva Xavier nos Sertões do Cuieté, em Minas Gerais, entre os anos de 1771 e 1775. Nesse período, ele enfrentou o desafio de conciliar as políticas governamentais voltadas à exploração econômica da região com a convivência junto às comunidades indígenas locais. A análise foca no processo de incorporação dessas áreas, enfatizando o papel do sacerdote na catequização e na imposição de uma “civilização” aos indígenas locais, incluindo a construção da primeira capela e a introdução de práticas religiosas. Para tanto, serão abordados a relevância dos sertões a leste da capitania de Minas Gerais, a presença dos indígenas Botocudos na região, o projeto governamental para controlar esses povos e as ações do padre Domingos, irmão de Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes, uma figura central na Inconfidência Mineira, atuante no Cuieté e arredores. O trabalho enquadra-se no eixo temático dos “Mundos coloniais: o viver em colônias na primeira modernidade e os povos indígenas na Abya Yala.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 67 - POLÍTICAS INDIGENISTAS E INDÍGENAS NO SÉCULO XXI: ENTRE CONQUISTAS E AMEAÇAS

Coordenação:

Alicia Ferreira Gonçalves (UFPB)
Luan Gomes dos Santos de Oliveira (UFCG)
Alcides Fernando Gussi (UFC)

Resumo do Simpósio Temático: O retorno do Brasil ao cenário mundial como protagonista central na cena ambiental ocorre de forma concreta e simbólica na COP27, realizada em novembro de 2022, no Egito, onde o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a criação do Ministério dos Povos Indígenas, reafirmando seu compromisso com a autodeterminação dos povos e com a participação indígena na governança política nacional. Reforça-se que a Constituição Federal de 1988 dedicou um capítulo ao meio-ambiente (Capítulo V, art. 225), consagrou direitos indígenas ao usufruto exclusivo dos recursos naturais em terras indígenas (Capítulo VIII, art. 231, § 2º), inclusive flexibilizando o conceito de tutela presente no Estatuto do Índio (Lei n. 6.001/1973). O Decreto de n. 6040/2007 instituiu o conceito jurídico de povos e comunidades tradicionais, que liga simbioticamente povos e territórios. Atrélada ao referido Decreto instituiu-se a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. Em 2012 entra em vigor o Decreto nº 7.747/2012 – instituindo a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (PNGATI). O cenário político contemporâneo tem aprofundado o problema da questão socioambiental brasileira com o PL da devastação, que reforça o ecocídio, com o problema do agronegócio e suas monoculturas. Serão bem-vindas pesquisas etnográficas, cartografias sociais e simbólicas que exemplifiquem casos de articulação social, política e simbólica entre espaços sociais locais, nacionais e transnacionais, trazendo à tona a relação entre o fazer Estado, Povos indígenas e Políticas indigenistas, com seus desafios e ameaças em tempos de injustiça climática.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E OLIGARQUIA CANAVIEIRA: ANTAGONISMOS NOS TERRITÓRIOS POTIGUARA

Rafaela Viana Mendonça
UFPB
rafa3lla.viana23@gmail.com

Giovanni Guedes Pinheiro Ornelas
UFPB
guedesgigio@gmail.com

Alicia Ferreira Gonçalves
DCS/UFPB
aliciafg1@gmail.com

A pesquisa busca compreender como a histórica concentração fundiária e produtiva da monocultura da cana-de-açúcar interfere nas práticas alimentares, culturais e territoriais das comunidades indígenas Potiguara, que se encontram no litoral norte paraibano. A permanência do poder da oligarquia canavieira expressa a continuidade de estruturas coloniais que moldam a ocupação da terra e as relações de trabalho, impactando diretamente os modos de vida e a soberania alimentar dos povos indígenas. Vinculado ao projeto de pesquisa e extensão do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Sociedade e Ambiente (GIPCSA), o estudo toma como eixo analítico o Programa de Produção e Consumo de Alimentos Saudáveis nos Territórios da Cidadania da Região Nordeste do Brasil (PAS Nordeste), que visa promover a soberania alimentar e valorizar os saberes tradicionais por meio do investimento na agricultura familiar e da educação alimentar da população. O estudo parte do reconhecimento de que, para o povo Potiguara, a alimentação saudável está intrinsecamente ligada à espiritualidade, ao território e à transmissão de saberes tradicionais, constituindo uma forma de resistência cultural e política. A pesquisa combina revisão bibliográfica, etnografia, entrevistas com a comunidade e profissionais da saúde, análise de dados quantitativos, observação de campo e o desenvolvimento de oficinas participativas. A abordagem adotada é de cunho decolonial e participativo, buscando construir o conhecimento de forma dialógica com as comunidades, a partir de seus próprios referenciais e experiências. O estudo identifica que a presença histórica da cana-de-açúcar limita o acesso à terra e dificulta a diversificação produtiva. Apesar dos avanços de projetos de reflorestamento local na luta contra o avanço da cana-de-açúcar no território, persistem barreiras estruturais ligadas à concentração econômica, à

degradação ambiental pelo uso de agrotóxicos associado à monocultura da cana, à desinformação da população e à fragilidade de apoio técnico permanente. Como possíveis considerações, pensamos que fortalecer a alimentação saudável nos territórios Potiguara implica reconhecer o papel dos saberes tradicionais, consolidar políticas públicas interculturais e ampliar o protagonismo indígena na gestão de seus territórios e de suas práticas alimentares. Em síntese, a pesquisa se insere no Simpósio Temático (ST) 67 por abordar políticas do século XXI voltadas à agricultura e à saúde em territórios indígenas, evidenciando os desafios de sua consolidação diante das tensões impostas pela oligarquia canavieira.

DJA GUATA PORÃ: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS MISSÕES DO SÉCULO XIX E A ATUAÇÃO DO CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO NO SÉCULO XX

Ana de Melo
Prefeitura do Rio de Janeiro
demelo_ana@yahoo.com.br

No dia sete de outubro de 2019, Papa Francisco caminhou pelas ruas do Vaticano, cercado por indígenas, padres e bispos, dando início ao Sínodo da Amazônia. No dia anterior, no discurso de abertura, o pontífice - primeiro papa latino-americano – ressaltou os mártires que perderam suas vidas na Amazônia e os que direcionaram seus esforços para essa missão, dedicando o Sínodo a eles. Pensando numa historiografia missionária, essa cena causaria estranhamento, se não fosse a mudança estrutural provocada pela Teologia da Libertação. Desde a época colonial até a Constituição de 1988, a questão indígena foi vista como transitória, pois as políticas indigenistas estavam sempre voltadas à integração desses povos à sociedade circundante, e as missões eram parte fundamental para esse projeto. Entretanto, mudanças significativas ocorreram de acordo com as mobilizações indígenas e estudos teológicos progressistas. Portanto, as missões, que tinham o objetivo de cristianizar e civilizar, também mudaram seus objetivos para preservação da cultura indígena. As missões religiosas no século XXI têm objetivos distintos daquelas realizadas no século XVI. O objetivo desse trabalho é propor um debate sobre as missões do século XIX, realizadas principalmente pela ordem dos Capuchinhos, em relação às iniciadas em meados do século XX pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

OS DESAFIOS DA POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO AMBIENTAL EM TERRA INDÍGENA: NOTAS ETNOGRÁFICAS DAS ATIVIDADES EM CAMPO NO TERRITÓRIO POTIGUARA

Matheus Ramos Araújo de Sousa
UFPB
matramos0206@gmail.com

Alicia Ferreira Gonçalves
DCS/UFPB
aliciafg1@gmail.com

A Política Nacional de Gestão Ambiental em Terra Indígena (PNGATI), têm como instrumento para sua efetivação o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) promulgado pelo decreto 7.747/2012, sendo assinado pela ex-Presidenta Dilma Rousseff, está política proporciona para as comunidades indígenas autonomia da gestão e controle sobre o seu território. Dessa forma, tornando uma política indigenista, que possibilita a negociação de acordos internos e construir diálogos com o Estado e a Sociedade Civil com intuito de amenizar crescentes pressões políticas com a demarcação de terras indígenas. A nossa pesquisa deu-se no Território Indígena Potiguara, que está localizado no litoral norte da Paraíba, cerca de 69 km da capital João Pessoa. O Território Potiguara é dividido em três terras indígenas (TI), sendo elas: TI Potiguara demarcada em 1992, TI Jacaré de São Domingos demarcada em 1993), e por último, TI Monte-mór demarcada em dezembro de 2024 durante o 3º Governo Lula. No mais, a PNGATI configura-se como uma política pública tornando os moradores agentes de principais, promovendo assim, um olhar decolonizador das políticas públicas pensando sua construção a partir da horizontalidade de saberes, realizando uma análise de baixo para cima, começando pelos os beneficiados por estas políticas. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar os desafios presentes na construção do PGTA dentro do Território Potiguara, auxiliando os moradores no desenvolvimentos de ciclos de oficinas de mapas sociais, como também, ciclos de debates sobre os eixos temáticos para o levantamento de demandas para o PGTA. Aldeias Potiguaras apresentam muitos desafios na concepção desta política pública, gerada principalmente pela divisão de poderes nas comunidades, que refletem entre os que querem os planos para legitimar mais o desmatamento para o uso da expansão da cana de açúcar, enquanto

outros pensam essa política pública para geração de renda e proteção dos recursos naturais, faz presentes também dentro das aldeias as organizações criminosas que empurram essa população ainda mais para marginalização e criminalização. Portanto, a conclusão do Plano de Gestão dentro dos territórios torna-se urgente, primeiro para a sensibilização e participação da comunidade nos processos de decisão comunitário sobre o território. Por fim, o resumo encaixa dentro do Simpósio Temático (ST) 67, pois analisa a concepção de uma política indigenista do século XXI e as ameaças presentes para a consolidação.

ALDEAR A POLÍTICA – CAMINHO PARA GARANTIR NOSSA SOBREVIVÊNCIA ENQUANTO MUNDO TIVER

Júlia Araújo Carvalho

Unesp

julia.araujo@unesp.br

Este trabalho objetiva discutir a agência direta dos povos indígenas na reivindicação de seus direitos territoriais e analisa o papel das políticas (inter)culturais na construção do bem-viver. A reflexão toma como eixo o movimento “aldear a política”, compreendido como estratégia para ampliar a presença indígena nos espaços decisórios e fortalecer políticas públicas alinhadas à diversidade sociocultural indígena. A análise baseia-se em revisão bibliográfica (2015–2025) e em experiências etnográficas da autora, que acompanha debates sobre terras indígenas e mobilizações sociais. O movimento Aldear a Política busca territorializar espaços de proposição e execução de políticas, garantindo a formulação de ações que respeitem modos de vida, línguas e cosmologias indígenas. Entre seus objetivos estão políticas ambientais e climáticas, reparação e não-repetição, acessibilidade e inclusão. Dessa articulação emerge, em 2019, a Frente Parlamentar Indígena, concebida para defender direitos, apoiar candidaturas indígenas e estimular sua participação eleitoral, onde a presença indígena nos espaços de debate e decisão tem se mostrado essencial para a formulação de agendas e a defesa dos direitos constitucionais. Embora o Legislativo seja tradicionalmente marcado por disputas assimétricas, figuras como Mário Juruna (1982) inauguraram a representação indígena, ainda que com resultados limitados, foi somente em 2018 com Joênia Wapichana, primeira mulher indígena eleita deputada federal, que se rompeu um hiato de 35 anos. Seu mandato destacou-se pela defesa da demarcação de terras, proteção das línguas, combate a projetos regressivos e atuação decisiva durante a COVID-19. A partir de sua projeção, o movimento indígena nacional ganhou novo fôlego, resultando na criação da Bancada do Cocar e na Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas (FPMDPI). Ambas ampliam o alcance político da pauta indígena, articulando parlamentares de diferentes partidos, fiscalizando ações governamentais e fortalecendo o diálogo com comunidades. Nesse percurso foi possível concluir que a estratégia de aldear a política fortalece a autodeterminação indígena e amplia seu protagonismo nos processos legislativos. A criação de frentes parlamentares, a emergência de novas lideranças e a institucionalização de mecanismos de formação política evidenciam um período de expansão da participação indígena. Esses movimentos consolidam caminhos para políticas mais justas, inclusivas e sensíveis à pluralidade dos povos indígenas, contribuindo para a construção coletiva do bem-viver.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES GUARANI E KAIOWÁ: TRAJETÓRIA E DESAFIOS DO CURSO ARA VERÁ

Veronice Lovato Rossato

FAIND/UFMG

veronicerossato@yahoo.com.br

O objetivo deste texto é analisar o percurso de criação, desenvolvimento e descaracterização do Curso Normal Médio Intercultural Ara Verá, destacando seus avanços, retrocessos e impactos na formação docente Guarani e Kaiowá. A habilitação oficial dos primeiros professores indígenas em Mato Grosso do Sul teve início em 1999, com o Projeto Ara Verá, posteriormente institucionalizado como Curso Normal Médio Intercultural-Ara Verá. A iniciativa surgiu no contexto de políticas estaduais voltadas à inclusão e à valorização das diferenças, em consonância com normas legais que começavam a assegurar direitos educacionais aos povos indígenas. As primeiras turmas alcançaram resultados significativos devido à cooperação entre docentes, universidades e organizações indígenas, como a Aty Guasu e o Movimento dos Professores Guarani e Kaiowá. O curso priorizava a formação de professores para a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase na alfabetização em língua guarani e na consolidação de uma educação bilíngue, diferenciada e intercultural. Contudo, gestões estaduais posteriores passaram a descaracterizar a proposta original, sobretudo por meio de cortes de recursos e interferências pedagógicas, comprometendo sua continuidade, identidade e efetividade.

HEGEMONIA CANAVIEIRA E DISPUTA TERRITORIAL: IMPASSES NA CONSTRUÇÃO DO PGTA POTIGUARA NA ALDEIA SÃO MIGUEL

Isabelly Rodrigues dos Santos
UFPB
irds@academico.ufpb.br

Alicia Ferreira Gonçalves
DCS/UFPB
aliciafg1@gmail.com

O retorno do Brasil ao cenário internacional como ator ambiental relevante ocorreu simbolicamente em 2022, na COP27, quando o presidente eleito reafirmou o compromisso com a agenda socioambiental e anunciou a criação do Ministério dos Povos Originários, fortalecendo a participação indígena na governança da política ambiental. Em tese, esse contexto político favoreceu a elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), principal instrumento da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (PNGATI). No Litoral Norte da Paraíba, conflitos entre o povo Potiguara e usineiros intensificam a disputa pelo uso do território, sobretudo devido ao plantio de cana-de-açúcar em Terra Indígena (TI). Tal ocorrência reafirmou a urgência de elaboração do PGTA Potiguara, previsto em lei e exigido pelo Ministério Público Federal por meio do TAC nº 36/2017. A proposta aqui apresentada refere-se à aldeia São Miguel, em Baía da Traição, litoral norte da Paraíba, utilizando metodologia etnográfica articulada à cartografia social e entrevistas com lideranças. O PGTA surge como demanda de apicultores e plantadores de cana, buscando soluções para os impactos socioambientais da monocultura, que opera como agente de devastação cultural, ambiental e identitária. Os etnomapas produzidos delimitam áreas de relevância produtiva e sociocultural, atuando como instrumentos de planejamento e afirmação étnica. As oficinas e rodas de conversa evidenciaram o território como espaço de disputa permanente, marcado por relações de poder, colonialidade e interesses econômicos em conflito. Tensões internas dificultaram consensos e impediram a consolidação de decisões coletivas, demonstrando que ferramentas técnicas, isoladamente, não garantem gestão participativa ou autonomia comunitária. O impasse inviabilizou a conclusão do PGTA no contexto atual da aldeia, mas o processo revelou limites estruturais da política indigenista contemporânea. O caso evidencia a necessidade de mediação política contínua, proteção territorial e fortalecimento institucional para garantir os direitos socioambientais dos povos indígenas. Este resumo se adequa ao Simpósio Temático (ST) 67 por analisar, a partir de um caso concreto, os desafios e ameaças que atravessam as políticas indigenistas do século XXI.

ENTRE O SAGRADO E O CANAVIAL: DESAFIOS DO REFLORESTAMENTO DO TERREIRO IBYCARAYBA NA ALDEIA BREJINHO

Bruno Pedro Sobrinho da Silva
UFPB/CNPq
bpss@academico.ufpb.br

Genilson Silva de Lima
PPGCR/UFPB
genilsonelima@gmail.com

Alicia Ferreira Gonçalves
DCS/UFPB
aliciafg1@gmail.com

O trabalho apresenta os resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado “Cartografia social: subsídio para a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental Potiguara – Aldeia Brejinho e o Projeto Ibycarayba”, orientado pela professora Alicia Gonçalves. Este estudo investiga as contribuições do projeto de reflorestamento e ampliação do terreiro sagrado Ibycarayba, na aldeia Brejinho, ao Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) Potiguara. Também analisa os desafios colocados pela produção da monocultura canavieira, que emergem dos dilemas entre ambiente e mercado e produzem ameaças à participação sociocultural, em um contexto marcado pelo capitalismo de base plantation, que se articula aos processos do Capitaloceno e do Antropoceno. Desse modo, o PGTA é o principal instrumento da Política Nacional de Gestão Ambiental em Território Indígena (PNGATI) e, portanto, uma ferramenta de planejamento intercultural sobre as dinâmicas dos usos do território. Para este estudo, adotou-se a metodologia de mapeamento social, articulando elementos da cartografia, como o desenho de mapas sociais pelos indígenas

Potiguara, tendo como referência sua cultura e suas cosmovisões, que não separam homem e natureza, nem natureza e cultura, mas as compreendem como um conjunto de emaranhados que se relacionam mutuamente. Utiliza-se também a etnografia, observação participante em conjunto com a comunidade, entrevistas qualitativas semiestruturadas, conversas informais, e produção de elementos audiovisuais. A partir do projeto de reflorestamento e ampliação do terreiro sagrado Ibycarayba observou-se um potencial de combate à exploração predatória do capitalismo e do regime neoliberal, especialmente por frear o avanço do desmatamento para a monocultura canavieira na aldeia Brejinho. Ademais, aciona uma forma comum do povo indígena de (re)existir quanto ao acesso à sua cultura, configurando-se como um instrumento natural fundamentado pela coletividade que rege a gestão dos terreiros sagrados Potiguara. Essa experiência fomenta uma participação comunitária, que é posta em risco diante dos desafios do neoliberalismo. No mais, um projeto de reflorestamento que prevê o aumento gradual das áreas recuperadas, representa contribuições significativas ao PGTA, o principal aparato da luta política pela defesa do território e de seus recursos ecossistêmicos. Por fim, o trabalho se enquadra no eixo temático ST67 – Políticas Indigenistas e Indígenas no Século XXI: Entre Conquistas e Ameaças.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E OLIGARQUIA CANAVIEIRA: ANTAGONISMOS NOS TERRITÓRIOS POTIGUARA

Rafaela Viana Mendonça
UFPB
rafa3lla.viana23@gmail.com

Giovanni Guedes Pinheiro Ornelas
UFPB
guedesgigio@gmail.com

Alícia Ferreira Gonçalves
DCS/UFPB
aliciafg1@gmail.com

A pesquisa busca compreender como a histórica concentração fundiária e produtiva da monocultura da cana-de-açúcar interfere nas práticas alimentares, culturais e territoriais das comunidades indígenas Potiguara, que se encontram no litoral norte paraibano. A permanência do poder da oligarquia canavieira expressa a continuidade de estruturas coloniais que moldam a ocupação da terra e as relações de trabalho, impactando diretamente os modos de vida e a soberania alimentar dos povos indígenas. Vinculado ao projeto de pesquisa e extensão do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Sociedade e Ambiente (GIPCSA), o estudo toma como eixo analítico o Programa de Produção e Consumo de Alimentos Saudáveis nos Territórios da Cidadania da Região Nordeste do Brasil (PAS Nordeste), que visa promover a soberania alimentar e valorizar os saberes tradicionais por meio do investimento na agricultura familiar e da educação alimentar da população. O estudo parte do reconhecimento de que, para o povo Potiguara, a alimentação saudável está intrinsecamente ligada à espiritualidade, ao território e à transmissão de saberes tradicionais, constituindo uma forma de resistência cultural e política. A pesquisa combina revisão bibliográfica, etnografia, entrevistas com a comunidade e profissionais da saúde, análise de dados quantitativos, observação de campo e o desenvolvimento de oficinas participativas. A abordagem adotada é de cunho decolonial e participativo, buscando construir o conhecimento de forma dialógica com as comunidades, a partir de seus próprios referenciais e experiências. O estudo identifica que a presença histórica da cana-de-açúcar limita o acesso à terra e dificulta a diversificação produtiva. Apesar dos avanços de projetos de reflorestamento local na luta contra o avanço da cana-de-açúcar no território, persistem barreiras estruturais ligadas à concentração econômica, à degradação ambiental pelo uso de agrotóxicos associado à monocultura da cana, à desinformação da população e à fragilidade de apoio técnico permanente. Como possíveis considerações, pensamos que fortalecer a alimentação saudável nos territórios Potiguara implica reconhecer o papel dos saberes tradicionais, consolidar políticas públicas interculturais e ampliar o protagonismo indígena na gestão de seus territórios e de suas práticas alimentares. Em síntese, a pesquisa se insere no Simpósio Temático (ST) 67 por abordar políticas do século XXI voltadas à agricultura e à saúde em territórios indígenas, evidenciando os desafios de sua consolidação diante das tensões impostas pela oligarquia canavieira.

POLÍTICAS INDIGENISTAS E INDÍGENAS NO SÉCULO XXI: ENTRE CONQUISTAS E AMEAÇAS

Alicia Ferreira Gonçalves
UFPB
aliciafg1@gmail.com

O retorno do Brasil ao cenário mundial como protagonista central na cena ambiental ocorre de forma concreta e simbólica na COP27 realizada em novembro de 2022 no Egito onde o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a criação do Ministério dos Povos Indígenas reafirmando seu compromisso com a autodeterminação dos povos e com a participação indígena na governança política nacional. Reforça-se que a Constituição Federal de 1988 dedicou um capítulo ao meio- ambiente (Capítulo V, art. 225), consagrou direitos indígenas ao usufruto exclusivo dos recursos naturais em terras indígenas (Capítulo VIII, art. 231, § 2º), inclusive flexibilizando o conceito de tutela presente no Estatuto do Índio (Lei n 6.001/1973). O Decreto de n. 6040/2007 instituiu o conceito jurídico de povos e comunidades tradicionais, que liga simbioticamente povos e territórios. Atrelada ao referido Decreto instituiu-se a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. Em 2012 entra em vigor o Decreto nº 7.747/2012 – instituindo a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (PNGATI). O Cenário político contemporâneo tem aprofundado o problema da questão socioambiental brasileira com o PL devastação que reforça o ecocídio, com o problema do agronegócio e suas monoculturas. Serão bem-vindas pesquisas etnográficas, cartografias sociais e simbólicas que exemplifiquem casos de articulação social, política e simbólica entre espaços sociais locais, nacionais e transnacionais, trazendo à tona a relação entre o fazer Estado, Povos indígenas e Políticas indigenistas, com seus desafios e ameaças em tempos de injustiça climática.

AS MOBILIZAÇÕES INDÍGENAS NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE (1987-1988): DEBATES NA VII COMISSÃO DA ORDEM SOCIAL E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Flavio Joselino Benites
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
flaviojbenites@gmail.com

A pesquisa analisou a participação e as lutas dos povos indígenas na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987-1988, que culminou na promulgação da "Constituição Cidadã". O texto detalha o processo da ANC, com foco na VII Comissão da Ordem Social e sua Subcomissão, palco de intensos debates sobre os direitos indígenas. A pesquisa destaca a atuação de lideranças como o deputado Mário Juruna, de intelectuais, missionários e da União das Nações Indígenas (UNI), que foram cruciais para a defesa da demarcação de terras e da autonomia cultural. O artigo também explora as resistências enfrentadas, vindas principalmente da bancada ruralista e de setores militares. Por fim, o trabalho conecta as conquistas históricas dos artigos 231 e 232 da Constituição de 1988 com os desafios contemporâneos, como o debate sobre o "marco temporal" e o PL 490, ressaltando a importância da mobilização contínua para a garantia dos direitos dos povos originários no Brasil.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 68 - COSMOLOGIAS INDÍGENAS, LITERATURA E TRADUÇÃO: DIANTE DO ANTROPOCENO

Coordenação:

Adalberto Müller Junior (UFF)
Alexandre André Nodari (UFSC)
Marina dos Santos Ferreira (UFSC)

Resumo do Simpósio Temático: Neste Simpósio queremos reforçar os vínculos entre as discussões sobre o Antropoceno (e suas versões conceituais) e os múltiplos entrelaçamentos das cosmologias indígenas com a literatura e a tradução. Interessa-nos fundamentalmente colocar em questão o lugar da literatura diante da crise climática e das catástrofes que o novo milênio está anunciando, sobretudo no momento em que a literatura e os estudos de tradução esboçam um contato com as cosmologias indígenas e com as literaturas e as artes de autoria indígena. Sabemos que os fundamentos da modernidade e do capitalismo que criaram o Antropoceno estão bem visíveis na crise generalizada de um modelo de controle e da dominação da natureza que se pauta pela reificação violenta da vida e por uma visão de mundo pautada pela noção de excepcionalidade humana diante de outros modos de existência. Na contramão disso tudo, as cosmologias indígenas, que sustentam uma forma de vida relacional entre seres humanos e não-humanos, têm demonstrado que as decisões políticas sobre a vida no planeta exigem que sejam levadas a sério outras vozes e saberes, como de entes não-humanos que compartilham conosco o cosmos. Nessa perspectiva, a partir das artes, das técnicas e das literaturas indígenas, propomos com este simpósio estabelecer um diálogo de cosmopolíticas que nos permita pensar um outro futuro, quiçá um “futuro ancestral” de modo a refletir, com tais saberes, sobre o tempo de crise em que vivemos.

EDUCAÇÃO, ANCESTRALIDADE E LITERATURAS INDÍGENAS: O RIO-SENTIR-PENSAR DE MÁRCIA KAMBEBA E A PLURIVERSIDADE DE MUNDOS FRENTE AO ANTROPOCENO

Thaís Tavares Nogueira
Secretaria de Estado de Educação do Pará
thaistnogueira31@gmail.com

Esta comunicação é um recorte do estudo de doutoramento já concluído sobre as obras literárias de Márcia Kambeba. Pretendo, aqui, evidenciar as literaturas indígenas como espaço de memória e ancestralidade, cujos registros escritos se desdobram em movimentos de (re)existência e manutenção de suas próprias histórias, territorialidades e cosmovisões, ao evidenciar as relações que ocorrem entre humanos e não humanos, desde a criação literária até as práticas educativas que saltam dos escritos de Márcia ao reverberar o rio como um ser educador. Ancorada na história cultural e na decolonialidade, trago a literatura contemporânea indígena como potência para repensarmos a escrita da história de povos originários, muitas vezes escrita pelas mãos da branquitude e em caráter colonizador. Hoje, temos a chance de entender essa história a partir das vozes que, por séculos, estiveram silenciadas. A história cultural possibilita essa reescrita que, no contato com a literatura indígena, configura-se um espaço de reinvenção, (re)aprendizagem e reescrita de mundos plurais. Na contramão de uma ciência excludente, é preciso resistir à negação e ao silenciamento da pluriversidade de saberes e de mundos que ecoam das literaturas indígenas, ao expressarem a memória de um povo, seu cotidiano e sabedoria ancestral. Dessa forma, a partir dos escritos de Márcia Kambeba, é possível rio-sentir-pensar uma proposta contra hegemônica de construção do conhecimento, a partir de um conceito mais amplo de educação e de respeito aos povos originários; uma educação que implode com o pensamento dual e antropoceno da pseudomodernidade, visto que compreende uma troca constante entre humanos e não humanos, de pertencimento à mãe terra e de compreensão do bem viver indígena.

ELAÇÕES ENTRE HUMANOS E OUTROS-QUE-HUMANOS NOS “CANTOS PARA FAZER ROÇA”

Izabela Leal
UFPA/CNPq
izabelaleal@gmail.com

Para os povos indígenas, o simples gesto de fazer um roçado está atravessado por uma relação altamente complexa entre humanos e outros-que-humanos, um “aparentamento” entre espécies, descortinado na interação entre viventes que se configura de uma forma muito diferente daquela determinada pelos processos tecnológicos de modernização da agricultura e pelo capitalismo – e refiro-me mais diretamente ao agronegócio e suas práticas de monoculturas –

estruturado nas políticas desenvolvimentistas e de destruição ambiental que enxergam o alimento cultivado não como um parente, mas puramente como produto a ser consumido. Na contramão dessa corrida pela produtividade excessiva, o modo como os povos indígenas praticam suas atividades de plantio e colheita chama a atenção pelo profundo grau de respeito e cuidado em relação aos alimentos que serão plantados. Daí emergem uma série de práticas culturais, tais como os “cantos para fazer roça”, que evidenciam as diversas articulações entre os mais variados seres. Diante de uma época em que vivenciamos diversas crises, entre elas a crise climática decorrente de práticas destrutivas, como o desmatamento, esta comunicação tem como objetivo discutir algumas dessas práticas de colheita e plantio, tendo em vista a valorização da diferença e da diversidade como estratégias para a construção de relações mais harmônicas com a natureza.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PATRIMONIO VERBO-LITERÁRIO DOS POVOS INDÍGENAS QUE HABITAM O TERRITÓRIO DO NORTE DO BRASIL

Isabel Maria Fonseca
Universidade Federal de Roraima / Instituto Insikiran
bebelfonseca@yahoo.com.br

A comunicação tem o objetivo de demonstrar como o patrimônio verbo-literário dos povos indígenas que habitam o território do norte do Brasil vem assumindo inédita importância em diferentes campos discursivos. Valorizados pelas funções políticas, históricas, sociais, etnográficas e estéticas, esses textos- políticos e poéticos - também têm se cingido das funções de afirmação identitária e de reconhecimento territorial, no campo jurídico. Partindo do princípio de que esses textos de fundo etiológico têm servido para fortalecer a luta pela demarcação de territórios indígenas, a enunciação discutirá o caso a partir do Watunna, o monumental conjunto textual do povo Ye'kwana.

A CRÍTICA LITERÁRIA BRASILEIRA DE AUTORIA INDÍGENA: A REPERCUSSÃO MULTIMODAL DE MACUNAÍMA, DE MÁRIO DE ANDRADE

Pedro Mandagará
Universidade de Brasília (UnB)
pedromandagara@unb.br

Neste artigo, analiso a recepção do romance Macunaíma, de Mário de Andrade, por parte de alguns escritores e artistas indígenas contemporâneos. A partir da relação crítica dos artistas Jaider Esbell e Denilson Baniwa com a história da arte e da literatura, distingo duas posições principais: uma que vê o romance como um caso de racismo ou de apropriação cultural, e outra que vê no romance possibilidades criativas para os escritores e artistas indígenas.

RESISTÊNCIA À LÓGICA DA DESTRUIÇÃO: COSMOLOGIA YANOMAMI E CRÍTICA MARXISTA EM A QUEDA DO CÉU

Paula Natasha Siqueira Barros
UFPA
paulanatashab@gmail.com

O livro “A queda do céu: palavras de um xamã yanomami” de Davi Kopenawa e Bruce Albert narra a história, cultura e cosmovisão yanomami, além disso, é um testemunho sobre as violências sofridas por esse povo. A obra demorou cerca de vinte anos para ser produzido, pois Davi Kopenawa faz parte da comunidade Yanomami, que é um povo de cultura ágrafa. No entanto, diante de tanta barbárie, ele viu a necessidade de compartilhar seus pensamentos conosco, os não-indígenas, por meio da oralidade. A justificativa do trabalho se consiste na relevância social, pois a crise ambiental global e o avanço da destruição da Amazônia tornam urgente compreender cosmologias indígenas, principalmente a yanomami, como forma de resistência; acadêmica, já que a pesquisa propõe um diálogo entre cosmologia indígena e crítica marxista, campo ainda pouco explorado; política, uma vez que o estudo fortalece o reconhecimento dos povos indígenas como protagonistas na defesa da floresta e da vida; atualidade e pertinência, pois os avanços do garimpo, do desmatamento e de políticas de expropriação tornam a análise ainda mais urgente. O objetivo geral é analisar de que maneira a cosmologia yanomami, apresentada em A Queda do Céu, se configura como resistência à lógica destrutiva do capitalismo, em diálogo com o conceito de materialismo histórico de Marx. E os objetivos específicos consistem em: Identificar os processos de resistência por meio da cosmovisão yanomami;

Descrever a cosmovisão yanomami no livro e como se constitui o diálogo com o conceito de materialismo histórico de Marx; Compreender e Interpretar a cosmologia yanomami dentro da dinâmica social, econômica e política. A metodologia abordada terá o percurso investigativo de caráter qualitativo, porque intencionamos atribuir significados às informações/experiências vivenciadas e relatadas dentro das narrativas. Como método investigativo, pretendemos analisar a cosmovisão como forma de resistência por meio do materialismo histórico dialético defendido por Karl Marx. E para isso, utilizamos aspectos da cosmovisão yanomami para análise e interpretação das dinâmicas sociais e econômicas descritas na obra do autor narrador Kopenawa. Diante do exposto, Kopenawa nos apresenta o sonho como algo elementar do ser humano. Ninguém nasce sabendo sonhar e o livro nos ensina como sonhar. Sonhar com um mundo mais justo, mais igualitário, mais pacífico. O sonhar só é possível por meio dos nossos modos de ver e viver a vida.

ANTROPOFAGIZANDO O CONHECIMENTO: ETNOGRANDO ETNOSABERES KA'APOR FACE ANTROPIZAÇÃO NA TERRA INDÍGENA ALTO TURIAÇU

Karina Borges Cordovil
Secretaria de Estado de Educação do Maranhão
karinapaleografia@gmail.com

Samue Myraran Ka'apor
Associação ka'ate
myrarankaapor@gmail.com

A Terra Indígena Alto Turiaçu, localiza-se no Estado do Maranhão faz parte da Amazônia Legal, atualmente o território possui cerca de 4 mil habitantes. O contexto históricossocial e territorial é marcado por problemáticas relacionados à antropização da T.I., quando os contatos com não indígenas se intensificaram, eles fixaram-se nas paragens do estado do Maranhão com a demarcação de suas terras, onde estão até os dias atuais. Porém, sua fixação no território vem causando problemas à população Ka'apor, tais como a extração ilegal de madeira, caça ilegal, pastagem e o áreas de exploração de garimpo próximas ao território. Essas atividades ilegais, trouxeram problemas diversos aos Ka'apor, tais como desmatamento, empobrecimento do solo em determinadas águas, incêndios, secagem de rios, tal panorama refleti também acentuação com a crise climática que estamos vivenciando. A ação antrópica nela tem trazido mudanças significativas no território na relação dos Ka'apor com a natureza, com os outros membros indígenas, com a escola, com saúde, nos seus afazeres cotidianos, principalmente na pós pandemia, na qual os indígenas Ka'apor sofreram danos em sua saúde física e material como as doenças provenientes do vírus Sarcovs (covid 19) até mesmo mortes no território. Foi através do antropismo de suas terras, que eles buscaram formas de viver ainda mais consorciadas à sua relação com a floresta, a relação de cooperação ancestral de cooperação com a natureza, que faz parte da cosmologia Ka'apor tem colaborado para uma melhor junção de forças para gestar o território, a partir de seus conhecimentos, sabres e fazeres, seja na área da saúde, educação e do território, levando em consideração sua cultura, cosmologia, formas de ser, de viver e compreender o mundo. Nesta perspectiva, apontamos algumas formas que os Ka'apor passaram a desenvolver para solucionar alguns problemas dentro das áreas da saúde, da educação e do território. É importante salientar este contexto, que a cosmologia Ka'apor, está inserida, que é a de cooperação, as narrativas sobre eles estão conectadas à sua origem, que está ligada às árvores, então seu nascimento se vincula à natureza como parte essencial deles. Antropofagizar os conhecimentos para o bem viver Ka'apor está diretamente ligada aos etnossabres Ka'apor, sempre ativados frente à antropização do território Ka'apor. Como produção de chás, banhos, cultivo de plantas são remédios vivos. Projetos para plantação de mudas de árvores, bem como a formação da guarda indígena. São formas de combate ao antropoceno. Eixo temático bem viver Ka'apor.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 69 - (RE)TERRITORIALIZAÇÃO, TERRITORIALIDADE E OUTRAS ENCRUZILHADAS TERRITORIAIS INDÍGENAS

Coordenação:

Alanna Souto Cardoso (Instituto de Pesquisa do Projeto Cartografando Saberes)
Felipe William dos Santos Silva (UFPA)

Resumo do Simpósio Temático: Nesse simpósio temático, buscamos debater as investigações voltadas para os processos de territorialização em suas inúmeras situações históricas engendradas, seja pelo Estado Colonial, seja pelo Estado Nacional, em que pese as emergências indígenas que passam a serem auto demarcadas e declaradas desde a constituinte de 1988. Afinal, a Constituição conseguiu, de fato, corresponder aos direitos territoriais e políticos das organizações nativas, bem como dos bens patrimoniais indígenas deslocados ou invisibilizados sob o falso manto da “democracia racial” na cidade e no campo? O tempo linear, ocidental, é capaz de qualificar a tradicionalidade da ocupação indígena? A imemorialidade ou datação da posse são os únicos critérios para reconhecimento do direito territorial? Além do texto constitucional ter desvinculado o direito das comunidades indígenas da perspectiva arqueológica e da linearidade temporal, sendo assim não exigiu a posse imemorial, nem sua datação, mas sim a sua tradicionalidade. Nessa direção, observa-se ainda as encruzilhadas das memórias tradicionais ribeirinhas a partir das retomadas indígenas na cidade e no campo seus processos de reterritorialização enquanto uma etnogênese desse “terceiro espaço”, que se localiza essas identidades indígenas e suas territorialidades políticas das fronteiras/encruzilhadas mestiças entre a resistência identitária e a aculturação.

COCO DE RODA E A BUSCA PELA ANCESTRALIDADE (POTIGUARA)

Gustavo Gomes da Silva – Potiguara
UFPB
guherrera12@gmail.com

Esta pesquisa tem como tema o coco de roda e a busca pela ancestralidade. Brota de um processo de atualização de memórias de experiências e observações enquanto pertencente à comunidade indígena Potiguara da Baía da Traição, na Paraíba. Considera-se que o coco de roda, assim como outras danças e costumes, colaboram para o desenvolvimento da identidade etnocultural. Este trabalho almeja reafirmá-lo como uma prática própria dos indígenas Potiguara viva e presente e compreendê-lo como um meio de despertar a busca pela ancestralidade. A metodologia da pesquisa foi desenvolvida a partir de pesquisas bibliográficas feitas em teses, artigos e livros; entrevistas semiestruturadas e abertas, além de pesquisas videográficas e fotografias disponíveis na internet. A pesquisa resulta na monografia, trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Dança, além de um experimento corporal e audiovisual com base nas memórias ancestrais, corpo-memória viva, que carrega consigo sua trajetória. Estes resultados contribuem para o campo da dança a partir dos conhecimentos da cultura Potiguara. Além disso, agrega para esta comunidade, reflexões e expressões que despertam para pensar sobre o coco de roda como uma manifestação que reafirma a cultura Potiguara fazendo-a perpetuar e assim, tornando-o potente para nosso processo de ancestralidade e pertencimento.

CUIDADO EM SAÚDE SOB PERSPECTIVA INTERCULTURAL

Joelson Almeida Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
joelson.jas7@gmail.com

O artigo aborda o cuidado em saúde sob uma perspectiva intercultural, ressaltando que, nas regiões amazônicas, a medicina da floresta constitui um sistema complexo que articula corpo, espírito e natureza. Contrapondo-se ao modelo biomédico ocidental, os saberes tradicionais indígenas revelam práticas holísticas de cura, sustentadas por rituais, uso de plantas medicinais e mediação de agentes tradicionais como pajés e parteiras. Desenvolvimento: A partir de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, elaborada por estudantes indígenas, o estudo integra referências da antropologia da saúde e relatos etnográficos para discutir a relação entre medicina tradicional e biomedicina. A fundamentação teórica apoia-se em autores como Le Breton, Foucault, Langdon e Toledo, permitindo refletir sobre cuidado, poder, memória biocultural e políticas interculturais. O texto examina o papel do SASI-SUS na institucionalização da atenção diferenciada, bem como os desafios éticos relacionados à bioprospecção, proteção territorial e reconhecimento dos saberes ancestrais. Resultados ou conclusões: Os resultados indicam que a medicina da floresta é um sistema dinâmico e legitimado pelas comunidades, constituindo patrimônio biocultural fundamental para a saúde indígena. O diálogo entre biomedicina e saberes tradicionais mostra-se possível e enriquecedor quando fundado no respeito e na mediação cultural. Embora políticas como o SASI-SUS representem avanços, persistem dificuldades na formação de profissionais não indígenas e na valorização de agentes tradicionais de cura. Conclui-se que a interculturalidade deve ser compreendida como coautoria epistêmica, na qual diferentes sistemas médicos cooperam para promover uma atenção mais humana, plural e integrada ao território.

TERRITORIALIDADES INDÍGENAS URBANAS NO PARÁ: O SEMINÁRIO REGIONAL DO MPI E A ARTICULAÇÃO DO FÓRUM PARAWARA ENTRE ALTAMIRA, BELÉM, SANTARÉM E O POVO WARAO

Alanna Souto Cardoso Tupinambá
Instituto de Pesquisa do Projeto Cartografando Saberes (IPPCS)
alannasc81@gmail.com / alanna81@instituto-cartografando-saberes.com

O presente paper analisa os principais resultados do Seminário Regional de Consulta do Ministério dos Povos Indígenas sobre indígenas urbanos e periurbanos no Pará, articulado pelo Fórum Parawara e envolvendo lideranças de organizações indígenas nas cidades de Altamira, Belém e Santarém, bem como as territorialidades do povo Warao na Região Metropolitana de Belém. O encontro evidenciou que as políticas indigenistas permanecem centradas no contexto da aldeia rural, invisibilizando coletivos indígenas urbanos que reivindicam reconhecimento territorial, direitos diferenciados e condições de vida dignas. As discussões sobre saúde, educação, cultura, economia e habitação revelaram processos de reterritorialização que desafiam fronteiras entre cidade, aldeia e rios, reforçando identidades

indígenas reorganizadas diante de expulsões, deslocamentos e retomadas contemporâneas. Entre os resultados, destacaram-se a necessidade de políticas de saúde bilingue e intercultural, criação de escolas e projetos pedagógicos específicos, editais permanentes de cultura, reconhecimento das retomadas urbanas, fortalecimento da participação indígena nos processos decisórios e implementação de programas habitacionais adequados às realidades urbanas e migrantes. Conclui-se que as territorialidades indígenas urbanas configuram um campo político emergente que exige políticas públicas próprias, participação social qualificada e reconhecimento estatal das múltiplas formas de existência indígena na cidade.

TERRITORIALIDADES MAPUCHE Y FRONTERAS COLONIALES: PROCESOS ÉTICOS-METODOLÓGICOS DESDE EL NÜTRAM

Juanita Orellana Ojeda
Universidad de Concepción, Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo, Chile
juorellana@udec.cl

Ana Mulato Llao
Taller Oral de Mapudungun y Cultura Mapuche, Chile

Noelia Carrasco Henríquez
Universidad de Concepción, Chile
noeliacarrasco@udec.cl

Este trabajo se fundamenta en la experiencia de nütram/conversación entre buchakeche/personas mayores de distintas comunidades y su grupo familiar, junto al colectivo Taller Oral de Mapudungun y Cultura Mapuche, residentes del Nag Mapu en el valle Purén-Lumaco (La Araucanía, Chile). El objetivo central es analizar los aportes del nütram como método de investigación y transmisión del conocimiento en contexto mapuche, que permite (re)producir saberes comunitarios que tensionan las fronteras coloniales. La propuesta se inscribe en el campo mapuche de los Yam/Episteme del respeto a la integralidad, entendido como una relación dialógica entre todas las formas de vida. Desde esta perspectiva, se plantea una interferencia epistémica en el espacio académico, al posicionar al nütram como método y otorgar centralidad a los relatos de transmisión oral en lengua originaria. Aquí, ética y epistemología no se comprenden como dimensiones separadas, sino como un entramado único de relaciones. La problemática abordó cómo el itrobilmongen -en tanto sistema de múltiples interrelaciones de vida- resiste ante la transgresión de lógicas externas, articulando a través del nütram perspectivas heterogéneas que relevan protocolos básicos de respeto. Este enfoque permite situar las territorialidades mapuche no solo como formas de habitar y relacionarse con el espacio, sino también como fronteras vivas de resistencia frente al colonialismo histórico y contemporáneo. Los principales resultados se organizan en tres dimensiones, que permiten abordar de manera sistemática los vínculos entre territorialidades, luchas indígenas y producción de saberes: 1. Yamuwün ka Ekuwün: entramado articulador del itrobilmongen. 2. Colonialismo, Estado y religión: afectaciones históricas y actuales al Admapu. 3. Nütram ka küdaw: temporalidades de la reflexión y el hacer en la transmisión del kimün. En conjunto, este trabajo propone un aporte al debate sobre territorios y territorialidades indígenas, mostrando cómo el nütram mapuche puede constituir un espacio de lucha y afirmación epistémica que confronta fronteras coloniales y produce conocimientos situados en la integralidad de la vida y el territorio. El trabajo se inscribe en el Simposio Temático: Territorio, territorialidades, fronteras y luchas indígenas.

“NASCIDO DA LUZ DO DIA”: TERRITORIALIDADE, ANCESTRALIDADE E OS POVOS INDÍGENAS DE IRARÁ

José Mário Bispo Gonçalves Júnior
UFRB– Fapesb
junior.bispogoncalves@hotmail.com

Este trabalho investiga os processos de territorialidade indígena no município de Irará, localizado no Portal do Sertão, região marcada historicamente pela presença dos Payayá e por práticas culturais que persistem apesar de longos períodos de silenciamento. A pesquisa parte de uma abordagem etno-histórica que articula memórias familiares, registros orais, vestígios culturais e documentos históricos, buscando compreender como a presença indígena, frequentemente negada, se mantém inscrita nas práticas cotidianas, nos rituais, nos objetos e nos modos de vida locais. O estudo identifica elementos de etnogênese e de reexistência que se manifestam na produção de farinha, nas rezas tradicionais, no uso de ervas medicinais, na cerâmica de barro e nas narrativas que circulam entre moradores

urbanos e rurais, revelando continuidades profundas entre passado e presente. A investigação registra ainda o crescimento expressivo da autodeclaração indígena no Censo de 2022, indicando transformações identitárias relacionadas a processos de retomada e de reterritorialização. Como resultado, foram reunidos relatos, fotografias, mapas e rastros históricos que permitem ampliar a compreensão sobre o território indígena de Iará e fortalecer o reconhecimento de sua ancestralidade. O produto educacional da pesquisa consiste em um livro paradidático destinado às escolas da região, promovendo a efetivação da Lei 11.645/2008 e contribuindo para a construção de novas narrativas sobre os povos originários locais. A pesquisa demonstra que a territorialidade indígena permanece viva e atuante, revelando Iará como espaço de memória, resistência e continuidade.

ETNICIDADE, MEMÓRIA E LUTA PELO TERRITÓRIO DOS INDÍGENAS AKROÁ GAMELLA, NO SUDOESTE DO PIAUÍ (1970-2024).

Helene Karoline Tavares Gomes
PGH- UFRPE, Bolsista CNPQ – PDSE
helanekarolinetavares@gmail.com

A implantação de projetos de expansão do complexo de carnes e produção agrícola de grãos em larga escala para exportação, no bioma do cerrado piauiense, produziu modificações profundas na organização de povos indígenas e comunidades tradicionais. Nesse contexto evidenciam-se as mobilizações étnicas e luta pelo território dos indígenas Akroá Gamella que possuem uma forte relação de parentesco entre os núcleos familiares e afirmam-se descendentes históricos de dois povos pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê mencionado na historiografia regional. Esse trabalho, em curso, constitui parte da pesquisa de doutorado da autora que analisou as estratégias políticas de reivindicação, acesso e manutenção do território tradicional dos Akroá Gamella, entre 1970 a 2024, nos municípios de Bom Jesus, Currais, Baixa Grande do Ribeiro, Santa Filomena e Uruaú, bem como os impactos da expansão do agronegócio sobre o território indígena. bem como o papel do Estado (em âmbito federal e estadual) no processo de expropriação do território indígena. A abordagem foi alicerçada na interlocução entre História Social e Antropologia Histórica. Analisamos parcialmente os documentos de qualificação e regularização da demanda fundiária, boletins que registram a cartografia social dos conflitos socioambientais, informativos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), cartas das assembleias indígenas, relatórios e ofícios produzidos por associações indígenas locais e pela Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOIMNE). Contemplamos os documentos judiciais, como boletins de ocorrência policial sobre as violências contra indígenas e inquéritos policiais sobre os conflitos fundiários em território indígena. Utilizamos a metodologia da história oral associada à produção de fontes, a partir das entrevistas com lideranças indígenas, visando compreender como os Akroá Gamella se relacionam com o bioma do cerrado, as relações entre indígenas, associações e coletividades em contexto agrário, usos e interpretações do passado e estratégias mobilizacionistas. As mobilizações dos indígenas inserem-se em um conjunto de estratégias de sobrevivência diante da ocupação e grilagem de seu território tradicional, fundamentam-se nas políticas de memória, caracterizadas pela reelaboração étnica, evocação, preservação dos locais associados à ancestralidade indígena, produção e reprodução das histórias desses sujeitos que contestam as narrativas de extermínio indígena no Piauí.

SABERES INDÍGENAS NAS RITUALÍSTICAS DA UMBANDA NA AMAZÔNIA COSTEIRA

Márcia Leonor Oliveira de Sousa
UFPA
marcialeonor015@gmail.com

Cleide Silva de Oliveira
UFPA
yaledoxum@gmail.com

Helene Súzia Silva dos Santos
IFPA
helane.santos@ifpa.edu.br

A umbanda como manifestação cultural, filosófica e religiosa das populações afro-diaspóricas confluiu com a cosmologia dos povos indígenas, alicerçada em profundos vínculos com a terra, as matas e a ancestralidade, configurando-se como território de vivências e práticas decoloniais. Essa confluência pode ser vivenciada nos terreiros

de Umbanda localizados na Amazônia Costeira, no entanto poucos estudos enfatizam os saberes indígenas nessas ritualísticas. O objetivo geral desse trabalho foi etnografar os rituais praticados nas giras da umbanda, com ênfase nos saberes indígenas. A etnografia foi realizada no Terreiro de Umbanda Casa de Tupinambá, localizado na Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua, durante o período de doze meses, seguindo o cronograma anual de atividades da casa, que inclui diversas ritualísticas. Como principais resultados obtidos, destacam-se o uso do cachimbo, de ervas, de instrumentos como atabaque, maracás e agogô, e a presença de linhas espirituais, como a dos caboclos, na qual se inclui pai Tupinambá, cabocla Jurema, cabocla Ita, cabocla Iracema, caboclo Pena Vermelha, caboclo Pena Verde e caboclo João das Matas. O cachimbo, instrumento de fumo a partir da queima de ervas como o tabaco, é utilizado em aldeias para a comunicação com os ancestrais, sendo a sua fumaça uma forma de purificar energias e proporcionar a cura física e espiritual, que também pode ser feita pela utilização de ervas a partir de passes e banhos. O culto à jurema sagrada, cuja ritualística utiliza o vinho da Jurema, feito a partir de várias ervas concentradas, auxilia na conexão com a espiritualidade e no desenvolvimento mediúnico, pois a comunicação com os caboclos trazem o arquétipo da força e da coragem, ajudando na evolução espiritual. Diante da análise etnográfica desse trabalho, conclui-se que os saberes indígenas integram as ritualísticas da umbanda, sendo território de retomada ancestral, pois a região foi habitada por populações indígenas da etnia Tupinambá, as quais foram expulsas pelos colonizadores, passando por um apagamento ao longo do tempo. Nesse contexto, a permanência dos terreiros de umbanda, como territórios físicos, culturais e religiosos, que mantêm os saberes indígenas, repassados ao longo das gerações, torna-se resistência decolonial.

DO PASSADO SILENCIADO ÀS RETOMADAS URBANAS: TERRITORIALIDADES INDÍGENAS NO RIO DE JANEIRO CONTEMPORÂNEO

Michelle Reis de Macedo
Universidade Federal de Alagoas
michellemacedo.historia@gmail.com

A comunicação analisa os processos de (re)territorialização indígena em contextos urbanos a partir de dois casos centrais no Rio de Janeiro: a Teko Haw Maraka'nà e a Aldeia Vertical. Parte-se de uma perspectiva histórica que reconhece a presença contínua dos mundos indígenas nos territórios fluminenses apesar dos esforços coloniais de silenciamento. Essa historicidade evidencia como modos de existência interrompidos pela violência colonial sobreviveram em fragmentos que atravessaram gerações, ressurgindo nas retomadas identitárias de indígenas no presente. A Teko Haw Maraka'nà ocupa, desde 2006, o antigo prédio do Museu do Índio, tornando-se um polo de resistência e articulação interétnica no coração da cidade carioca ao lado do Maracanã, estádio de futebol mais famoso do Brasil. Em 2013, durante os conflitos com o governo estadual, que buscava expulsá-los do território para viabilizar obras dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016 (Copa do Mundo e Jogos Olímpicos, respectivamente), ocorreu uma cisão interna: o grupo que aceitou um acordo parcial com o governo do Estado foi encaminhado, em 2015, para um conjunto habitacional do programa Minha Casa Minha Vida, no bairro do Estácio, onde se consolidou a chamada Aldeia Vertical. Ali, já em 2023 foi criado o Museu da Cultura Puri, que desde então se afirma como um espaço de resistência, de presença e de retomada do povo Puri no Sudeste. Tanto a Teko Haw Maraka'nà quanto a Aldeia Vertical e o Museu da Cultura Puri se tornaram referências centrais para indígenas em retomada, funcionando como espaços de intelectualidade indígena no sentido proposto por Célia Xakriabá, que defende uma educação territorializada, vinculada à ancestralidade. Nesses territórios urbanos insurgentes, atividades pedagógicas, rituais, ações culturais e práticas de reconexão ancestral produzem novas formas de existência indígena nas cidades. A comunicação argumenta que reconhecer essas continuidades é essencial para repensar o futuro urbano diante da crise climática e humanitária, mostrando que as retomadas indígenas apontam caminhos para modos outros de habitar e cuidar das cidades.

TERRITÓRIO, MEMÓRIA E FUTURO: (DES)CONEXÕES E IMPACTOS PSICOSSOCIAIS

Maria Vilani Maia Sequeira
Universidade Federal do Amazonas (PPGPSI-UFAM)
vilanisequeira59@gmail.com

Dayse da Silva Albuquerque
Universidade Federal do Amazonas (PPGPSI-UFAM)
daysealbuquerque@ufam.edu.br

O trabalho discute a experiência de escuta, por meio de rodas de conversa com pessoas idosas, residentes em uma comunidade composta por povos tradicionais, ribeirinhos, migrantes do interior do Estado do Amazonas e indígenas. Busca-se dialogar com os saberes dos povos originários, cujo objetivo principal é analisar as experiências do grupo à luz dos conceitos da Psicologia Ambiental e Psicologia Florestal Amazônica. A investigação propõe discutir conceitos de territorialidade e a valorização dos saberes ancestrais, tendo como nuances a intersecção de territórios que se inter cruzam entre ruralidades, urbanidades e florestalidades. A comunicação oral ancora-se nas relações pessoa-ambiente, articuladas por processos identitários que se modificam à medida que o território sofre alterações. Os principais resultados apontam os impactos produzidos pela descaracterização do território, decorrente do acelerado processo de urbanização, marcado pela desfiguração da paisagem original, e seus reflexos no cotidiano destes moradores idosos. Conclui-se que as modificações do ambiente físico (o território) e a busca pela retomada da identidade cultural impactam no bem-estar emocional do grupo de idosos da comunidade, produzindo inseguranças. Esses processos reafirmam a importância da valorização dos saberes ancestrais, articulado com as territorialidades que se constroem e se desconstroem nas relações. Há a necessidade de um olhar mais aprofundado sobre o sofrimento Ético-Político para pinçar as possibilidades de suporte aos participantes, de etnias diversas, presentes neste território, marcado pela desfiguração da paisagem original. O estudo vincula-se ao eixo temático: Território, territorialidades, fronteiras e lutas indígenas.

A TRAJETÓRIA PELA POSSE DA FAZENDA CADOZ DOS FULKAXÓ EM SERGIPE

Carine Santos Pinto
Universidade Federal Rural de Pernambuco
carine.historia@hotmail.com

O texto em questão corresponde aos questionamentos iniciais da elaboração de uma pesquisa científica sobre o percurso de resistência do povo hoje reconhecido como Fulkaxó, provenientes do aldeamento Kariri Xokó (AL), que se estabeleceram nas terras da Fazenda Cadoz, no município de Pacatuba (SE), formando a mais recente comunidade indígena do estado de Sergipe. Trata-se de uma investigação original, que pretende discutir diferentes fontes históricas: processos judiciais movidos pelos Fulkaxós com o apoio da Procuradora da República Lívia Nascimento Tinoco, laudos antropológicos e outros materiais que contribuem para o reconhecimento identitário do grupo e para a legitimação da posse da terra onde já residem oitenta e nove famílias. O grupo, inicialmente formado pela família Cruz, se identificava como Kariri-Xokó e vivia em Porto Real do Colégio-AL. No início dos anos 2000, perceberam que o aldeamento não proporcionava mais segurança para manter seus costumes, tradições e, principalmente, o ritual religioso do Ouricuri. Motivados pela “grande mistura de índios e brancos não identificados”, manifestaram o desejo de separação. Ao pesquisar o passado de sua família, a indígena e liderança da comunidade Josete Cruz identificou raízes nas etnias Fulni-Ô (PE), Kariri (AL) e Xokó (SE), criando assim o termo “Fulkaxó” para nomear o novo grupo. A nova área inspirou o lema “Fulkaxós: por uma terra sem conflitos”, pois o processo de aquisição das terras foi marcado pelo entendimento amigável com o proprietário da Fazenda Cadoz, que decidiu vender o imóvel por confiar que os indígenas preservarão a mata fechada da região, autorizando a construção de uma oca e pequenas moradias que hoje abrigam as 89 famílias que se identificam como Fulkaxó.

OS POVOS GUEGUÊ E O GURGUEIA: RESISTÊNCIA INDÍGENA E COLONIZAÇÃO NAS FRONTEIRAS DO PIAUÍ SETECENTISTA.

Felipe William dos Santos Silva
Universidade Federal do Pará (UFPA)
fwsilva97@gmail.com

Durante muitos séculos, a história do Piauí colonial esteve significativamente vinculada a uma memória que exaltava sobremaneira as ações do colonizador, colocando-o em um lugar de protagonismo, empurrando para uma zona opaca a atuação dos povos indígenas. Nas últimas décadas, a historiografia vem sistematicamente incorporando às suas análises maneiras de como os indígenas são extremamente fundamentais para a compreensão das dinâmicas coloniais, entre avanços e recuos na continuidade do processo de colonização. Com base nessa renovação nos estudos historiográficos sob a luz da Nova História Indígena e também sob o lastro de autores e autoras indígenas, será objeto de análise uma devassa realizada em 1759 nas fazendas das Cajazeiras e Macambira, ambas situadas na freguesia de Parnaguá, no rio Gurgueia, propriedades as quais foram palco de mortes cometidas pelos indígenas Gueguê. Em contexto de capitania, efetivada em 1758, o episódio demarcou certa justaposição entre as territorialidades indígena há muito existente e a portuguesa em vias de ser estabelecida, na medida em que uma e outra se chocaram, transformando essa região não apenas em zona de conflito, mas também como alvo preferencial

das medidas de guerra defensiva por parte do governo do Piauí. As informações contidas no testemunho da devassa, mais do que uma simples averiguação de fatos para uma intervenção mais enérgica por parte de João Pereira Caldas, permite sugerir que o episódio de violência protagonizada pelos Gueguê pode ser lida como uma forma de reverter a ocupação luso-brasileira promovida pela igualmente violenta expansão da atividade ganadeira, pois esses sujeitos foram expropriados de suas terras em razão do crescimento das sesmarias no Piauí, o que provocou deslocamentos forçados e a necessidade de se adaptar a ambientes naturais completamente diversos dos seus de origem.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 70 - CIRCULAÇÃO DE RENDA ENTRE POVOS ORIGINÁRIOS: ETNOGRAFIAS SOBRE DINHEIRO, SABERES E RESISTÊNCIAS

Coordenação:

Marilene Aicate Peres (UFAM)
Erica Fabricia Melo Moreira (UFAM)
Socorro de Souza Batalha (UFAM)

Resumo do Simpósio Temático: Ao reconhecermos povos originários como protagonistas de seus próprios sistemas de conhecimentos, percebemos que a multiplicidade de valores, conceitos e doações desafia qualquer tentativa de categorização, eles integram a circulação do dinheiro ao seu modo de vida tanto por meio da adesão a políticas públicas de transferência de renda nos âmbitos regional, estadual e nacional, quanto pela comercialização de produtos artesanais ou de itens do extrativismo, como peixes, sementes, etc. A inserção no mercado e às políticas públicas impõem novas formas de organização e resistência, levando as comunidades a repensarem seus modos tradicionais de subsistência e adaptação às mudanças estruturais da economia. Além disso, é fundamental refletir sobre os desafios e oportunidades que essa dinâmica financeira apresenta aos povos tradicionais. Essas questões são centrais para um debate que busca compreender a complexidade das relações econômicas e sociais. A análise da circulação de renda nas comunidades indígenas e não indígenas permite compreender não apenas a dimensão econômica dessas trocas, mas também os valores simbólicos e as relações sociais que se estabelecem a partir delas. Diante desse panorama, este ST propõe discutir como a movimentação de dinheiro, a partir dos trabalhos de campo e suas respectivas etnografias essa discussão se entrelaça com a arte, territórios, a educação, a cultura, a ancestralidade e as perspectivas para um bem-viver, considerando os distintos contextos e realidades.

DIAGNÓSTICO E APOIO AO ARTESANATO INDÍGENA POTIGUARA: RESULTADOS PARCIAIS

Talita Brito da Silva
Laboratório LMI IDEAL
talitabrito7@gmail.com

Luciene Klenia Rodrigues
Laboratório LMI IDEAL

O estudo apresenta resultados parciais de uma pesquisa realizada nas Terras Indígenas Potiguara, no litoral norte da Paraíba, voltada ao diagnóstico do artesanato indígena e à identificação de estratégias para seu fortalecimento econômico, cultural e ambiental. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa com base no Problem Based Learning (PBL), envolvendo participação ativa das artesãs como co-pesquisadoras em processos de escuta, oficinas, observação e co-criação de soluções. O diagnóstico revela desafios relacionados ao acesso precário, à pressão das monoculturas de cana-de-açúcar, à erosão costeira e à redução de matérias-primas nativas, bem como vulnerabilidades sociais que impactam a continuidade da produção artesanal. Apesar desses obstáculos, evidenciam-se a diversidade e sofisticação das biojoias, cestarias, cocares, pinturas e artefatos tradicionais, além do papel central das mulheres na preservação dos saberes ancestrais e na geração de renda para suas famílias. Os resultados indicam a necessidade de ações integradas que incluam manejo sustentável de fibras e sementes, formação continuada, certificação indígena, criação de plataforma digital para vendas e articulação com políticas públicas. Conclui-se que o artesanato Potiguara constitui um importante vetor de autonomia feminina, preservação cultural e empreendedorismo indígena sustentável, com potencial para fomentar inovação social ancorada no território.

MEMÓRIAS, MOBILIDADES E COMÉRCIO: A ATUAÇÃO DAS MULHERES KOKAMA NO ALTO SOLIMÕES

Marilene Aicate Peres
UFAM
maryperes5@outlook.com

Este trabalho traz uma reflexão sobre as mulheres indígenas Kokama residentes na região do Alto Solimões, no Amazonas, a partir de suas relações com a comercialização e com o manejo do dinheiro em seu cotidiano. Compreender tais relações implica ultrapassar uma observação distante, exigindo a imersão em suas memórias, vivências e trajetórias marcadas por intensas mobilidades entre diferentes espaços. Assim, descrevo os processos de

circulação que compõem as práticas comerciais, abrangendo desde os deslocamentos entre a roça e a comunidade até as idas à cidade para comercializar produtos e adquirir mercadorias industrializadas. Deste modo, apresento os lugares e espaços de negociação, as pessoas envolvidas, os fluxos cotidianos e os produtos que transitam entre esses contextos, evidenciando como a atuação das mulheres Kokama articula modos de vida e demandas do mercado local. O estudo enfatiza tanto as lembranças de práticas comerciais anteriores quanto as experiências atuais dessas mulheres, destacando a centralidade de seus saberes e de suas estratégias de circulação na dinâmica econômica local. O trabalho, portanto, oferece uma visão ampliada sobre a importância da circulação, do trabalho e da agência feminina Kokama nos processos de comercialização no Alto Solimões, que de certa forma são responsáveis pela economia de suas comunidades, de seus bairros e de suas casas, onde estão constantemente em movimento, buscando alternativas que as tiram do óbvio e reafirmam sua autonomia e protagonismo na economia.

A ATUAÇÃO DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA INDÍGENA DE PACARAIMA-COOP'AGI: UMA REFLEXÃO DO PROTAGONISMO A PARTIR DO SABER TRADICIONAL ALIADO A TECNOLOGIA PARA O BEM VIVER NA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL E SÃO MARCOS EM RORAIMA

Ernany Marcos do Nascimento
Universidade de Brasília (UnB)
filhodemakunaima@yahoo.com

A cooperação e a organização social sempre foram elementos centrais na história das comunidades indígenas, intrinsecamente ligadas à sobrevivência e ao fortalecimento como resistência de suas culturas e existência. Nesse contexto, o cooperativismo indígena e moderno surge como uma ferramenta que não apenas resgata esses saberes ancestrais, mas também os adapta aos desafios contemporâneos, buscando promover o Bem Viver, o desenvolvimento sustentável, o etnodesenvolvimento e o desenvolvimento humano dessas populações. Este artigo se propõe a analisar o papel do cooperativismo indígena moderno, utilizando como exemplo a Cooperativa Agropecuária Indígena de Pacaraima (COOP'AGI). Através da análise da Coop'agi, investigaremos como a união de famílias indígenas para a produção e comercialização de bens pode gerar renda, e promover a inclusão social e revitalizar a economia local e regional fortalecendo o protagonismo dos povos indígenas no cenário nacional. Desenvolvimento: no conceito aymara de "Bem Viver" (Sumak Kawsay) é uma cosmovisão que valoriza a vida em harmonia e respeito mútuo com a natureza (Pachamama) e a comunidade, com o outro olhar no modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico. Significa viver em equilíbrio e correspondência com todos os seres (humanos, animais, plantas e espíritos) e recuperar a cultura da vida em comunidade, onde todos são parte do cosmos e têm um papel importante. Um dos princípios centrais é a reciprocidade (ayni), que se manifesta no trabalho e na ajuda mútua. O desenvolvimento sustentável visa suprir as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades, equilibrando o progresso econômico, a justiça social e a proteção ambiental. O etnodesenvolvimento é um conceito de desenvolvimento que prioriza as necessidades, cultura e autonomia dos povos étnicos, especialmente indígenas, em vez de impor modelos externos. O desenvolvimento humano é um processo contínuo de transformação física, cognitiva, emocional e social que ocorre ao longo da vida, desde a concepção até a velhice. Principais resultados: É que o sistema produtivo indígena tradicional não tem sustentado com produção as famílias indígenas nesse território, sendo necessário uma reinvenção, tendo o mais agravante de tudo isso as mudanças climáticas que têm castigado o planeta. Com essa reinvenção foi necessário buscar conhecimento e aliá-lo a tecnologia para geração de renda.

REDE DE TROCAS OU "ECONOMIA INDÍGENA": INTERAÇÕES E TENSÕES COM A LÓGICA DO MERCADO

Sileusa Natalina Menezes Monteiro
Universidade Federal do Amazonas/UFAM, Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM
silemonteiro@gmail.com

A economia indígena é um conceito plural e dinâmico, que não pode ser reduzido a uma única definição. Ela envolve práticas e modos de vida, redes de trocas, manejo da terra e atualmente adaptações às exigências do mercado. Nesse sentido abordar economia indígena, não se trata de escolher uma concepção única, mas de compreender, as diferentes formas de organização econômica dos povos indígenas, considerando suas especificidades culturais e desafios impostos pelo contato com as outras sociedades. Nesse contexto, a cerâmica, produzidas por mulheres indígenas do Alto Rio Negro, exemplifica como os conhecimentos indígenas entrelaçam como estratégias contemporâneas de geração de renda e autonomia. Historicamente, as economias indígenas se estruturavam em redes de trocas que fortaleciam relações sociais e interétnicas. Utensílios domésticos, alimentos, artefatos e até alianças matrimoniais circulavam entre os povos, promovendo convivência e reciprocidade. A cerâmicas

confeccionadas por mulheres, era a parte essencial dessas trocas, carregando significados simbólicos e respeito a D'i Yekô (Avó da Argila) e as regras de manufatura. A colonização e o capitalismo trouxeram a necessidade de dinheiro. Para suprir as demandas, a comercialização de artesanatos, foi uma estratégia de autonomia financeira. No caso da região do Triângulo Tukano, Terra Indígena Alto Rio Negro, a criação da marca coletiva “Cerâmica Tukano”, buscou valorizar a produção local e inserir as peças no mercado. Contudo, essa inserção, trouxe desafios como a exigências de padrões estéticos, custos de transporte, falta de infraestrutura para a venda e desvalorização do trabalho artesanal. Muitas ceramistas relatam que apesar do esforço e das técnicas envolvidas, os preços praticados não refletem o valor cultural e o trabalho investido, gerando sensação de invisibilidade. Além disso, a lógica do mercado impõe critérios de “qualidade” que contrastam com a diversidade de estilos e processos individuais das ceramistas. Cada peça carrega narrativas, habilidades, conexões entre humanos e outros humanos, mas no mercado é vista apenas como produto. A economia indígena, longe de ser estática, é um sistema que articula modos de viver e estratégias contemporâneas. A experiência das mulheres fazedoras de cerâmica do Alto Rio Negro mostra que a comercialização de artesanatos pode ser uma alternativa para a geração de renda, desde que respeite os valores culturais, manejo da terra e autonomia dos povos. Porém, é necessário a construção de políticas públicas que garantam infraestrutura, valorização do trabalho e diálogo intercultural. Assim será possível promover ayuro nisetiro (“bem viver”) indígena, sem reduzir a economia indígena a lógica capitalista, mas reconhecendo sua complexidade.

ECONOMIA DOS POVOS INDÍGENAS: ENTRE PARTILHA, CONHECIMENTO E RESISTÊNCIA.

Stéphanie Mathieu
Universidade GOC
mathieustephanie755@gmail.com

Este trabalho analisou a circulação dos rendimentos entre povos indígenas, destacando como o dinheiro é reinterpretado dentro de sistemas culturais baseados no coletivo. Diferentemente da sociedade capitalista, onde o dinheiro representa poder individual e acúmulo, nas comunidades indígenas ele é utilizado para fortalecer vínculos, garantir a harmonia social e manter viva a identidade espiritual e territorial. Antes do contato com a economia monetária, os povos indígenas já possuíam formas de organização baseadas na reciprocidade, na partilha e na redistribuição dos recursos. Com a chegada do Estado, das missões religiosas e das atividades extrativistas, o dinheiro passou a circular de maneira mais frequente, mas não substituiu completamente a lógica comunitária. Entre povos como os Yanomami, Guarani, Kayapó, Pataxó e Tikuna, o dinheiro é canalizado para a proteção do território, a realização de rituais, a manutenção de escolas indígenas e o cuidado coletivo. Mesmo quando inseridos em atividades econômicas contemporâneas, como artesanato, turismo cultural ou trabalho assalariado, a renda é compreendida como recurso comunitário e não como benefício individual. A circulação do dinheiro está, portanto, ligada aos valores culturais, espirituais e sociais que orientam a vida indígena. Mais do que um objeto econômico, o dinheiro se torna uma ferramenta de resistência e de afirmação identitária. Em um contexto de globalização e pressões territoriais, os povos indígenas demonstram capacidade de adaptação, preservando suas tradições enquanto enfrentam ameaças externas. Sua relação com o dinheiro revela uma visão de mundo que valoriza a cooperação, a sustentabilidade e o respeito à terra, oferecendo alternativas concretas para repensar modelos econômicos contemporâneos. Além disso, é essencial compreender como os jovens indígenas estão hoje reinterpretando esses saberes econômicos tradicionais à luz das transformações contemporâneas. A presença de organizações indígenas fortalece a valorização das práticas solidárias e a autonomia comunitária. A educação bilíngue e intercultural tem sido um instrumento de resistência e preservação da identidade. Este estudo busca, portanto, lançar luz sobre as múltiplas formas de resistência econômica baseadas em valores coletivos. Ele convida à reflexão crítica sobre a diversidade de caminhos possíveis para um desenvolvimento mais humano e sustentável.

APRENDER COM O MEL: EDUCAÇÃO, RENDA E COSMOLOGIA JAVAÉ NA ILHA DO BANANAL-TO

Rogério Kusiwana Javaé
OPTTINS/UNIRG/TO/UFG
rkusiwana@gmail.com

Marcilene de Assis Alves Araujo
OPTTINS/PPGES/UNIRG/TO

O projeto, aprovado pelo Edital nº 02/2024 FAPT/SEPLAN – REDE DESER / CDR-Sul do Tocantins, constitui uma ação colaborativa entre o Mestrado Profissional em Educação Social (PPGES/UnirG), o Observatório de Povos Tradicionais do Tocantins (OPTTINS) e a Escola Indígena Watakuri, localizada na Aldeia Boa Esperança, território

Javaé. A iniciativa integra saberes tradicionais e práticas técnico-científicas como estratégia de geração de renda, preservação ambiental e fortalecimento cultural das comunidades indígenas. A apicultura, nesse contexto, consolida-se como prática educativa e de resistência, sustentada por valores coletivos e cosmológicos próprios dos povos originários. Com caráter etnográfico e participativo, a pesquisa desenvolve um percurso formativo que articula educação, técnica e ancestralidade, por meio de oficinas de aprendizagem coletiva, capacitação técnica em manejo sustentável da *Apis mellifera*, instalação de colmeias ecológicas e criação de uma plataforma digital comunitária para o comércio justo do mel e seus derivados. Mais que etapas operacionais, essas práticas tornam-se espaços de diálogo entre gerações, saberes e modos de compreender a natureza, reforçando a apicultura como experiência educativa, cultural e comunitária. Os resultados preliminares evidenciam o fortalecimento da autonomia econômica das famílias Javaé, a valorização dos saberes tradicionais e a ressignificação da renda como prática de pertencimento e partilha. O mel assume valor simbólico e espiritual, representando o cuidado com o território e a continuidade da vida. Desse modo, compreende-se que a circulação de dinheiro entre povos originários constitui uma forma de pedagogia social e política, em que o valor monetário é ressignificado como expressão de autonomia, solidariedade e descolonização do saber. Nessa perspectiva, a economia deixa de ser um fim em si mesma e passa a integrar um sistema simbólico e relacional, no qual o trabalho e o cuidado com a vida reafirmam a identidade e a resistência cultural dos povos indígenas.

i

DIAGNÓSTICO E APOIO AO ARTESANATO INDÍGENA POTIGUARA: RESULTADOS PARCIAIS

Lucilene Klenia Rodrigues Bandeira
Universidade Federal da Paraíba
lucilene.klenia@academico.ufpb.br

O estudo apresenta resultados parciais de uma pesquisa realizada nas Terras Indígenas Potiguara, no litoral norte da Paraíba, voltada ao diagnóstico do artesanato indígena e à identificação de estratégias para seu fortalecimento econômico, cultural e ambiental. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa com base no Problem Based Learning (PBL), envolvendo participação ativa das artesãs como co-pesquisadoras em processos de escuta, oficinas, observação e co-criação de soluções. O diagnóstico revela desafios relacionados ao acesso precário, à pressão das monoculturas de cana-de-açúcar, à erosão costeira e à redução de matérias-primas nativas, bem como vulnerabilidades sociais que impactam a continuidade da produção artesanal. Apesar desses obstáculos, evidenciam-se a diversidade e sofisticação das bijoias, cestarias, cocares, pinturas e artefatos tradicionais, além do papel central das mulheres na preservação dos saberes ancestrais e na geração de renda para suas famílias. Os resultados indicam a necessidade de ações integradas que incluam manejo sustentável de fibras e sementes, formação continuada, certificação indígena, criação de plataforma digital para vendas e articulação com políticas públicas. Conclui-se que o artesanato Potiguara constitui um importante vetor de autonomia feminina, preservação cultural e empreendedorismo indígena sustentável, com potencial para fomentar inovação social ancorada no território. Eixo temático: Empreendedorismo Indígena, Cultura e Sustentabilidade.

PARA ALÉM DA DEPENDÊNCIA: REDES DE TROCA, TRABALHO E A BUSCA POR AUTONOMIA DOS TIRIYÓ NA FRONTEIRA BRASIL-SURINAME (1964-1985)

Joanan Marques de Mendonça
Universidade Federal do Pará (UFPA)
joananmarques@hotmail.com

No final da década de 1950, os habitantes do Alto Paru de Oeste receberam no seu território a presença de religiosos e militares, que após um período de convívio e trocas de experiências, manifestaram o desejo de se estabelecer na região de fronteira próximo ao Suriname. Motivados por interesses distintos, a saber: a evangelização, a proteção da fronteira, e o acesso às mercadorias (no caso indígena), constituiu-se uma Missão religiosa Católica no ano de 1964, criando, desse modo, as bases para o projeto de inserção Tiriyo na sociedade brasileira, o qual buscava combinar missionação, trabalho indígena e acesso aos produtos industrializados. A análise da relação indígena com as mercadorias é o objetivo deste estudo, como também a percepção das estratégias e a constante busca por autonomia na sua interação com os missionários alemães. Levando em consideração a intenção de domínio por parte dos religiosos através da prática de dependência aos seus produtos, para assim fazê-los trabalhar nos serviços da Missão, é notada entre os indígenas a criação de mecanismos para não depender desses serviços, como por exemplo, a manutenção de uma rede de troca entre si, venda de artesanato aos missionários, venda de pássaros e couros de animais a não indígenas, e até mesmo, a prestação de serviços por diária para aquisição de um produto específico. Ao conceber essas estratégias, os Tiriyo faziam circular produtos com o intuito de apreender, domesticar e explorar

sua potência simbólica, atribuindo-lhes novas formas de significados ao ponto que se reproduziam social e culturalmente. Para obtenção dos resultados, dialogaremos com as pesquisas de antropólogos e historiadores que se debruçaram sobre a temática, principalmente, as que abordam as relações étnicas na região guianesa com foco para o Brasil e Suriname. Tendo em vista a importância dessas redes de troca para os indígenas, faremos uso do método da história oral, assim como a análise dos registros produzidos por não indígenas (militares, religiosos e pesquisadores).

SIMPÓSIO TEMÁTICO 71 - ANTROPOLOGIA JURÍDICA, DIREITOS INDÍGENAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS A PARTIR DO COPIBA NA BAHIA

Coordenação:

Caio Coêlho de Oliveira (UNEB/UCSAL)

Mara Rute dos Santos Lima Herclin (CAESE/CEAEDD-FRA)

Resumo do Simpósio Temático: O simpósio temático propõe reunir pesquisas e discussões interdisciplinares sobre os direitos indígenas na Bahia, com ênfase na atuação do Conselho Estadual dos Direitos dos Povos Indígenas (COPIBA) enquanto órgão estratégico para a formulação, fiscalização e articulação de políticas públicas voltadas aos povos originários. Criado pela Lei nº 11.897/2010, o COPIBA representa uma inovação institucional no Estado, promovendo o diálogo entre lideranças indígenas e instâncias governamentais em defesa da territorialidade, da diversidade cultural e do bem-viver. Sob a perspectiva da Antropologia Jurídica, busca-se compreender o Direito como um fenômeno culturalmente situado, analisando as práticas normativas, os saberes ancestrais e os processos de resistência dos povos indígenas frente às estruturas estatais. Essa abordagem permite problematizar o papel do COPIBA na mediação de conflitos fundiários, na efetivação dos direitos constitucionais e na construção de uma política pública intercultural que reconheça os modos de vida indígenas. O simpósio incentivará a apresentação de estudos que articulem as noções de pluralismo jurídico, epistemologias decoloniais e direitos coletivos, ampliando o debate sobre a Política Estadual de Proteção aos Povos Indígenas e fortalecendo o reconhecimento das histórias, saberes e territorialidades indígenas no Estado da Bahia.

O CASO DO KANAIMÉ E UMA ANÁLISE FORENSE DA SANÇÃO PENAL

Marcela Larceda Macuxi

marcelita_cruz@hotmail.com

O presente estudo aborda o complexo caso do Kanaimé nas comunidades indígenas do Estado de Roraima, confrontando-o com a justiça criminal brasileira. A pesquisa, de natureza exploratória e qualitativa, utilizou procedimentos técnicos bibliográficos para analisar este fenômeno culturalmente enraizado. O Kanaimé é um personagem mítico, temido e central na cosmovisão dos povos Macuxi, Taurepang, Ingarikó e Wapichana, sendo associado a acontecimentos malévolos, como o definhamento e a morte, geralmente aplicados àqueles que cometem atos reprováveis. Esta figura, que atua como uma forma de justiça dentro da cultura, é descrita como um estado performático, transitório e metamórfico, envolvendo a manipulação de poderes e situando-se no campo do fantástico, sobrenatural e metafísico. Sua forte presença cultural é notória na região Circum-Roraima, um território xamânico na tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana. A tensão surge porque, enquanto a legislação brasileira tipifica os atos atribuídos ao Kanaimé como homicídio, sujeitos às punições do Código Penal, as comunidades indígenas defendem veementemente seu direito à manutenção de seus costumes e cultura. Eles priorizam a aplicação de suas próprias normas internas e o julgamento de seus pares no âmbito comunitário, resguardando o respeito e a preservação do sistema de justiça mediado pelo pajé. O estudo, portanto, lança luz sobre o conflito de jurisdições e a colisão entre o direito penal estatal e o direito consuetudinário indígena, destacando a importância da autonomia cultural e do reconhecimento das normas próprias dos povos originários frente à lei brasileira. Este tema enquadra-se no eixo temático do Direito Indígena e Conflito de Jurisdições/Sistemas de Justiça.

CIÊNCIA E REVISÃO EPISTEMOLÓGICA: UM OLHAR JURÍDICO E DECOLONIAL PARA O RACISMO EPISTÊMICO QUE SILENCIA OS SABERES DOS POVOS ORIGINÁRIOS

Sofia Leão Ribeiro

Universidade do Estado da Bahia

sofisleaofd@gmail.com

Yasmin Garcia Macêdo

Universidade do Estado da Bahia

yasmingm001@gmail.com

O presente trabalho tem por finalidade a compreensão da maneira como o COPIBA atua para promover a validação dos conhecimentos advindos dos povos originários dentro do campo das pesquisas científicas e tecnológicas. Para

tal análise, será traçado um percurso que se inicia na fundamentação histórica, em uma perspectiva antropológica e decolonial, e opera como fonte basilar para o entendimento do espaço ocupado pelos saberes indígenas na ciência contemporânea, ressaltando o racismo epistemológico que circunda a temática e demonstrando a falibilidade de institutos jurídicos, a exemplo do COPIBA, como órgãos protetores de direitos fundamentais e garantias inclusivas. Desse modo, permeia-se em uma reflexão sobre a efetividade das articulações na área jurídica para o reconhecimento dos saberes indígenas como fonte de conhecimento válida e necessária à partir de confluência entre pensamento de autores como Ailton Krenak, Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Boaventura de Sousa Santos, Norberto Bobbio, que enriquecem o debate. Assim, a partir de uma pesquisa qualitativa e exploratória, de análise bibliográfica e documental; conclui-se que, apesar dos avanços nos mecanismos jurídicos para proteger os povos originários, seus conhecimentos e cultura, bem como, garantir em sua norma fundamental a inclusão do direito à produção científica e tecnológica, sendo este promovido pelo próprio Estado, ainda há escassez de produções realizadas por indígenas e fundamentadas em seus conhecimentos tradicionais e seculares para a área da ciência em decorrência do racismo que perdura e da falta de iniciativa dos órgãos destinados a atuar nesta perspectiva, não cumprindo disposições constitucionais.

SEGURANÇA PÚBLICA DOS POVOS INDÍGENAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS A PARTIR DO COPIBA NA BAHIA

Jariane Jesus Santos
Universidade do Estado da Bahia
jarianesantos90@gmail.com

Letícia Souza Mascarenhas
Universidade do Estado da Bahia
leticia75mascarenhas@gmail.com

O presente artigo analisa a relação entre segurança pública e os direitos dos povos indígenas na Bahia, destacando o papel do Conselho Estadual dos Direitos dos Povos Indígenas (COPIBA) como instância de mediação entre Estado e comunidades originárias. Parte-se da compreensão de que a segurança indígena envolve não apenas a prevenção da violência, mas também a proteção territorial, cultural e a garantia das formas próprias de deliberação coletiva. A pesquisa utiliza a Antropologia Jurídica e as epistemologias decoloniais como referências analíticas, questionando a centralidade do direito estatal e ressaltando a legitimidade das ordens jurídicas indígenas. A metodologia adotada é qualitativa, baseada em análise bibliográfica e documental, orientada por uma abordagem dedutiva que permite interpretar leis, relatórios e obras acadêmicas relacionadas ao COPIBA. O estudo demonstra que a insegurança vivida pelos povos indígenas se relaciona principalmente à ausência de demarcação efetiva, à violência territorial e à criminalização de práticas culturais, fatores que fragilizam a autonomia comunitária. Também evidencia que, embora o COPIBA possua potencial para fortalecer políticas interculturais e garantir participação indígena, enfrenta limitações institucionais que restringem sua atuação. Conclui-se que a construção de uma política de segurança verdadeiramente eficaz para povos indígenas depende do reconhecimento do pluralismo jurídico, da proteção dos territórios e do fortalecimento das instâncias próprias de decisão. O trabalho discute continuidades e desafios contemporâneos na efetivação desses direitos, revelando como a atuação do COPIBA pode contribuir para superar práticas estatais ainda marcadas por lógicas coloniais.

CULTURA E POLÍTICA DE FOMENTO: EDITAIS CULTURAIS E LEI PAULO GUSTAVO

Ana Carolina Sampaio Pinto
Universidade do Estado da Bahia
anasampaio2703@gmail.com

Virginia Matos Machado
Universidade do Estado da Bahia
virginiamatossmd@gmail.com

Este trabalho tem o intuito de analisar como o direito de participação na vida cultural envolve tanto o acesso quanto a possibilidade de contribuir ativamente para ela. No entanto, observa-se que o sistema de fomento cultural no Brasil – sobretudo o mecanismo de incentivo fiscal – beneficia majoritariamente agentes já profissionalizados, excluindo amplos territórios e sujeitos culturais. A pandemia de COVID-19 evidenciou ainda mais as desigualdades sociais,

motivando a criação da Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195/2022), que destinou recursos federais ao setor cultural. Políticas públicas de cultura, porém, não se limitam ao apoio à produção artística: compreendem a democratização do acesso, a valorização da diversidade e o reconhecimento da cultura como direito. Nesse sentido, ganha relevância o debate sobre representatividade e inclusão de grupos historicamente marginalizados, como indígenas e negros, reconhecendo-se as políticas de ação afirmativa como instrumentos de correção de desigualdades estruturais. É nesse contexto que se insere o Conselho dos Direitos dos Povos Indígenas da Bahia (COPIBA), cuja existência representa avanço na institucionalização da participação indígena na formulação de políticas públicas. Entretanto, seu funcionamento permanece fragilizado: anos após sua criação, não possui regimento interno publicado e muitas reuniões carecem de atas completas, o que limita sua efetividade. Assim, o conselho tende a operar mais como espaço consultivo simbólico do que como ferramenta concreta de garantia de direitos. Nossa pesquisa discutirá, portanto, os desafios da equidade e a “arquitetura de exclusão” presente nos editais culturais, que, mesmo quando inclusivos, exigem domínio de linguagens técnico-burocráticas pouco acessíveis às comunidades. Em síntese conclusiva que a descentralização das políticas culturais só se torna efetiva quando articulada a entidades de base, como o COPIBA, capazes de mediar códigos institucionais, promover capilaridade e assegurar participação qualificada. Por fim, será analisado o contraste com o modelo australiano de proteção da propriedade intelectual coletiva indígena, que, por meio de cooperativas e jurisprudência específica, alcançou maior institucionalização, reconhecimento e sustentabilidade para artistas indígenas.

ENTRE SABERES ANCESTRAIS E SILENCIAMENTOS MODERNOS: A TRAVESSIA DA SAÚDE FEMININA INDÍGENA.

Christofer Udirlei Santos Guedes
Universidade do Estado da Bahia
cusg04@gmail.com

Yasmin Oliveira Araújo
Universidade do Estado da Bahia
yasmin.ojuara12@gmail.com

Caio Coelho
Universidade do Estado da Bahia

A pesquisa busca responder como o Estado brasileiro garante às mulheres indígenas o acesso a direitos fundamentais, especialmente em saúde. Baseia-se em abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, analisando normas constitucionais, tratados internacionais e literatura sobre direitos humanos e povos tradicionais. Com base na revisão bibliográfica dos artigos de Fontão e Carneiro (“Mulheres indígenas e participação política...”) e de Nunes, Bezerra e Freitas (“Lutas sociais das mulheres indígenas no Brasil”), que abordam desigualdades estruturais, violência de gênero, perda territorial e ausência de políticas públicas específicas. A falta de assistência às mulheres indígenas viola a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que garante a igualdade (BRASIL, 1988, art. 5º) e o respeito à organização social e cultural dos povos originários (BRASIL, 1988, art. 231), em consonância à Convenção nº 169 da OIT, que impõe ao Estado o dever de prover o desenvolvimento e proteger as comunidades indígenas. A omissão estatal reforça vulnerabilidades e limita o exercício da cidadania e a preservação cultural. O Direito deve atuar como instrumento de transformação social, garantindo efetividade aos direitos fundamentais. A aplicação da Lei Maria da Penha nas aldeias deve respeitar a cultura local, assegurando proteção e dignidade. O fortalecimento das políticas de saúde indígena, da educação bilíngue e da participação política feminina é essencial para o desenvolvimento humano e o reconhecimento dessas mulheres como sujeitos de direitos. É necessário formar profissionais preparados para lidar com as especificidades culturais e criar espaços institucionais que incluam lideranças femininas indígenas nos processos decisórios. Conclui-se que a efetivação dos direitos das mulheres indígenas depende da articulação entre políticas públicas, reconhecimento cultural e compromisso jurídico, transformando o Direito em instrumento emancipatório e promotor do desenvolvimento sustentável.



RESUMOS PÔSTERES

RESUMOS PÔSTERES

SESSÃO 1

IMPACTOS DA TRANSPOSIÇÃO DE CONCEITOS TEOLÓGICOS CRISTÃOS PARA AS CULTURAS INDÍGENAS

Nestor da Conceição Santana Junior
Universidade do Estado da Bahia
ncsjuneb@gmail.com

Desde trabalhos anteriores de Bosi (1992), Navarro (1999, 2013) e Ramos (2018), pretende-se estudar alguns impactos da transposição dos conceitos teológicos da cristandade para as culturas indígenas brasileiras registrados em tradução para o tupi-antigo de algumas (perícopes de) orações do Catecismo da Doutrina Cristã. Buscando analisar alguns impactos resultantes da adaptação de conceitos da cristandade para o tupi antigo, observando como determinadas orações e perícopes catequéticas foram moldadas, reinterpretadas ou simplificadas no processo tradutório.

PROTAGONISMO E CULTURA: A DIVERGÊNCIA ENTRE O GUERREIRO INDÍGENA E A FIGURA QUE PROTAGONIZA A JORNADA DO HERÓI

Natiele Barbosa Eugenio da Silva
Universidade do Estado da Bahia
natiele.eugenio80@gmail.com

Sandro Luiz dos Santos Silva e Santos
Universidade do Estado da Bahia
luizvernaculas@gmail.com

Ricardo Tupiniquim Ramos
Universidade do Estado da Bahia

A Jornada do Herói é uma estrutura narrativa universal explicada por Campbell (2007 [1949]), que divide a trajetória dessa categoria de protagonista em 17 etapas. Ao debater essa tese, questiona-se se o guerreiro indígena (Ruiz, 1997) caberia no mesmo modelo do herói. Para tal discussão, parte-se da leitura das obras acima citadas e da comparação não só dos dois conceitos como também da caracterização dos dois tipos de protagonistas de narrativas míticas.

LÍNGUA TUPI: PERMANENCIA DA ORALIDADE ANCESTRAL NA LÍNGUA FALADA NA PARAÍBA

Ana Luísa Gomes Nascimento
Universidade Federal de Campina Grande
luisa.gomes@estudante.ufcg.edu.br

Neste trabalho refletimos sobre a pluralidade linguística no Brasil, especialmente as influências da língua Tupi na fala de indígenas e não indígenas, destacando a importância da oralidade ancestral na preservação das línguas originárias. À luz da linguística, da ancestralidade e da oralidade, problematizamos as permanências e continuidades de palavras e expressões de origem no tupi antigo no português falado no Brasil, a exemplo, de palavras como: Paraíba, Ipanema, abacaxi, tatu, dentre outras que atravessam a contemporaneidade e foram incorporadas ao vocabulário do português falado no Brasil. Tendo como referência a oralidade como forma de resistência, a proposta foi construída com base na perspectiva de Zumthor (1989; 2000), ao trabalhar a oralidade nas perspectivas de memória coletiva, tradições orais e transmissão cultural. Partindo dessa perspectiva, buscou-se caminhar na direção de pensar sobre novas maneiras de refletir sobre a resistência das línguas indígenas na atualidade, colaborando para desfazer preconceitos criados ao longo dos séculos. Para concretização desse estudo estabelecemos diálogos também com os seguintes autores: Kauss (2009), ao tratar sobre a oralidade ancestral na escrita polifônica do presente, Silva (2019) ao refletir sobre a dinâmica da transmissão de saberes e práticas tradicionais dos chamados

tupi, Lima (2023) ao mostrar como a memória do Povo Potiguara permanece viva por meio da oralidade, estimulando a realização de estudo da língua Tupi para compreender as práticas de língua/linguagem, a memória afetiva e os diversos modos de viver dos povos indígenas. Assim, entendemos que as pesquisas sobre as línguas indígenas, especialmente o Tupi, contribuem para refletir sobre a formação da identidade (linguística) brasileira, sobre as práticas de língua/linguagem, a memória afetiva e os diversos modos de viver dos povos indígenas, ampliando a compreensão da diversidade cultural e étnica da população brasileira.

PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL: O ENSINO DE LÍNGUA KAINGANG NA TERRA INDÍGENA DE FAXINAL-PR

Daniele Luiza Fidelix Silva
Universidade Estadual de Ponta Grossa
danifidelix@gmail.com

Ana Beatriz de Souza Carrero

Lígia Paula Couto

Esta comunicação objetiva apresentar os resultados do projeto de extensão “Formação Continuada de Docentes Indígenas: a Universidade em articulação com a Educação Escolar Indígena”, um projeto da Universidade Sem Fronteiras (USF), em atuação na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no Paraná e na Terra Indígena Faxinal. O projeto se desenvolveu no ano de 2025 e início de 2026 e surgiu da necessidade de a Universidade assumir suas responsabilidades no atendimento às demandas da educação escolar indígena, junto aos povos indígenas e às escolas indígenas situadas no estado do Paraná, especificamente ao Colégio Estadual Indígena Sérgio Krigrivaja Lucas, na Terra Indígena de Faxinal. Atualmente, a maior carência das escolas é a oferta de formação continuada para os docentes indígenas, que necessitam de apoio para o planejamento de suas aulas, especialmente as de língua indígena. Como não há programa governamental continuado dirigido a esta demanda, a responsabilidade sobre o planejamento das aulas de língua indígena recai totalmente sobre os/as docentes indígenas e a equipe pedagógica, se composta de profissionais indígenas. Nesse sentido, este projeto visou auxiliar a comunidade escolar, junto aos docentes indígenas, a organizar seu planejamento para as aulas de Língua Kaingang, produzindo materiais didáticos próprios. Assim sendo, a elaboração destes materiais partiu da demanda específica de professores docentes da Educação Infantil IV e V, visando garantia de uma alfabetização bilíngue e intercultural, prevista nas legislações vigentes (Constituição Federal, 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996; Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, 1998). No que se refere ao ensino de Língua Kaingang, o material respeita a ancestralidade, os costumes, a rotina, os eventos comemorativos, a oralidade, a literatura indígena, a cultura e os interesses da TI, seguindo a metodologia co-labor de Leyva e Speed (2008) e Queiroz (2020), uma vez que é produzido de acordo com as demandas da comunidade. Desse modo, todas as unidades presentes nos materiais surgiram de demandas dos professores de Língua kaingang, bem como os direcionamentos de como as atividades poderiam ser elaboradas. Além disso, no material também estão presentes desenhos e fotos da própria comunidade, a fim de fortalecer o pertencimento ao local. Obtivemos, portanto, como resultado do primeiro ano de execução deste projeto, dois livros didáticos bilíngues (Português/Kaingang), para estudantes do infantil IV e V, além de seus respectivos cadernos para os professores, contendo orientações e sugestões para cada uma das atividades.

VOZES DE MOSKOW: PODCAST EM WAPICHANA PARA FORTALECIMENTO DA LÍNGUA E CULTURA

Veronica Lucia Inacio Gomes
Universidade Federal de Roraima
veronicagomes865@gmail.com

Iana dos Santos Vasconcelos
Universidade Federal de Roraima
iana.vasconcelos@ufr.br

A preservação das línguas indígenas representa um desafio urgente diante da crescente predominância do português nas comunidades. A língua wapichana, falada por muitos membros da comunidade Moskow em Bonfim-Roraima, está entre os bens culturais ameaçados. Esse risco se intensifica entre os jovens, que utilizam cada vez menos o idioma em situações do cotidiano. Diante dessa realidade, torna-se necessária a criação de estratégias de fortalecimento linguístico adaptadas ao contexto sociocultural atual. As tecnologias digitais, como o podcast, oferecem meios inovadores de unir tradição oral e comunicação contemporânea. Este projeto propõe o uso do podcast como

ferramenta educativa, cultural e linguística para valorizar a língua wapichana. O objetivo geral é fortalecer o uso da língua por meio da produção colaborativa de conteúdos em áudio. A participação envolve jovens, anciãos e educadores da comunidade. Entre os objetivos específicos, destaca-se o estímulo ao uso oral da língua no cotidiano comunitário. Busca-se também registrar e compartilhar histórias, músicas e saberes tradicionais dos anciãos. O projeto promove o diálogo intergeracional como forma de transmissão de conhecimento. Outro objetivo é capacitar jovens para produzir e divulgar conteúdos digitais em wapichana. A metodologia está estruturada em cinco etapas principais. A primeira envolve escuta comunitária e sensibilização com lideranças, anciãos e juventude. A segunda etapa compreende oficinas técnicas de roteiro, gravação e edição de áudio. A terceira etapa dedica-se à coleta de conteúdos, incluindo narrativas, músicas e entrevistas em wapichana. A quarta etapa contempla a edição, finalização e publicação dos episódios. Os podcasts serão divulgados em rádios comunitárias, redes sociais e plataformas digitais. Quinta etapa consiste na avaliação participativa e no planejamento da continuidade do projeto. Espera-se produzir ao menos cinco episódios totalmente em língua wapichana. O projeto deve fortalecer a identidade linguística entre os jovens da comunidade. Também visa ampliar a valorização dos conhecimentos dos anciãos locais. Outro resultado esperado é formar uma equipe local apta a manter a produção de podcasts. A iniciativa contribuirá para criar um acervo digital em wapichana acessível à comunidade e às escolas. Conclui-se que o podcast é uma ferramenta de revitalização que respeita a tradição oral e dialoga com a juventude.

ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO: ENSINO DA LÍNGUA WAPICHANA PARA ALUNOS DO 8º ANO DA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA BARTOLOMEU BUENO - COMUNIDADE PERDIZ NO ESTADO DE RORAIMA

Betânia Rosa Gomes de Oliveira
Universidade Federal de Roraima
oliveirabetania835@gmail.com

Zoraide dos Anjos
Universidade Federal de Roraima – UFRR / Instituto Insikiran

Após a constituição de 1988, tornou-se possível desafiar o ensino da língua indígena no país. Tendo em vista a importância deste nas escolas indígenas e conforme o diagnóstico realizado dentro da comunidade Perdiz, este trabalho tem como objetivo a elaboração de materiais didáticos para o ensino da língua indígena Wapichana com alunos do ensino fundamental II, da Escola Estadual Indígena Bartolomeu Bueno, pois percebemos que no decorrer da convivência com pessoas não indígenas, oriundos de fazendas e vilas, os moradores, bem como os próprios alunos, estão submergindo sua cultura, não sabendo mais falar a língua materna do seu próprio povo, ficando acomodados com a língua portuguesa. Esta proposta seja desenvolvida a partir da realização de estratégias como: reuniões na comunidade e escola, para debatermos sobre a importância da língua wapichana; elaboração de cartilhas bilíngue com textos nas línguas materna e em português; confeccionar textos ilustrados baseados nas histórias, mitos e lendas da própria comunidade e recortes de papéis para a escrita de alfabetos da língua em estudo. Como o ensino da língua indígena se tornou um desafio nas comunidades e, principalmente dentro das escolas, essas estratégias contribuem para o ensino e aprendizado, incentivando os alunos a falarem a língua de seus antepassados. As atividades foram concluídas durante meu processo de desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado na licenciatura intercultural do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da UFRR. Dessa forma, eu consegui realizar o meu desejo de produzir e aplicar alguns materiais didáticos na língua indígena wapichana com meus estudantes.

A PRÁTICA SECULAR DE CÂNTICOS EM LATIM EM COMUNIDADE INDÍGENA.

Juracy Dayse Delfino Soares
Universidade Federal da Paraíba
daysesoares@hotmail.com

O presente estudo investiga a prática secular de cânticos em latim na aldeia São Francisco, comunidade indígena potiguar situada em Baía da Traição – PB. Essa tradição remonta ao período das missões jesuítas e persiste até os dias atuais, sendo um elemento cultural que evidencia a resistência histórica do latim entre os membros da comunidade. O interesse pela pesquisa surgiu durante aulas da disciplina História da Língua Portuguesa, motivando a discente a compreender a razão de manter cânticos em um idioma distinto do falado no território potiguar. A pesquisa adotou a metodologia de pesquisa-ação, com abordagem qualitativa e natureza aplicada, permitindo a interação direta com a comunidade durante a Semana Cultural Indígena, realizada na Escola Estadual Indígena Pedro Poti. O evento teve como objetivo fortalecer a identidade potiguar, promover a preservação de saberes tradicionais

e construir um currículo diferenciado que contempla bilinguismo, interculturalidade, religiosidade e tradições locais. Durante a semana cultural, os alunos participaram de oficinas de artefatos indígenas, culinária, memória, teatro, pintura e música. As atividades promoveram aprendizado prático, rememoração de feitos históricos, criação artística e expressão musical em língua tupi, reforçando a transmissão de saberes ancestrais e valores culturais. Os resultados indicam que os saberes tradicionais são essenciais para a preservação da identidade potiguar e que a etnoeducação constitui um instrumento de valorização do patrimônio cultural material e imaterial. O estudo evidencia a importância de engajar novas gerações na compreensão das práticas culturais e reforça a necessidade de pesquisas adicionais sobre a etnoeducação e a preservação das tradições indígenas.

CADEIA OPERATÓRIA DAS CERÂMICAS PALIKUR: TÉCNICA, MEMÓRIA E COSMOLOGIA NA ALDEIA KUMENÊ (OIAPOQUE/AP)

Jessica Assis dos Santos
Universidade Federal do Oeste do Pará
jessicaaassisdossantos22@gmail.com

Irabete Martins Labontê - Indígena Palikur
Universidade Federal do Amapá

Lilian Rebellato
Universidade Federal do Oeste do Pará
lilian.rebellato@ufopa.edu.br

Financiamento: CNPq/FAPESPA.

O presente trabalho integra o Projeto “Energia limpa, Vida Sustentável: fomento à educação escolar, à transmissão de práticas tradicionais e à geração de renda entre os povos indígenas do Baixo Oiapoque e Mapuera–Trombetas–Nhamundá (Calha Norte)”, desenvolvido em 2025. A pesquisa tem como objetivo documentar a cadeia operatória das cerâmicas Palikur, comparando práticas contemporâneas com registros históricos das coleções do Museu da Cultura Mundial (Gotemburgo, Suécia). A cerâmica Palikur, produzida na Aldeia Kumenê, Terra Indígena Uaçá (Oiapoque/AP), constitui elemento central da cultura material e simbólica desse povo Arawak. Desde os registros de Curt Nimuendajú, a produção cerâmica é reconhecida como expressão de continuidade cultural articulando aspectos técnicos, sociais e cosmológicos. Tradicionalmente confeccionadas por mulheres, as vasilhas possuem usos domésticos e rituais. A pesquisa baseou-se na leitura de documentos históricos, observação em oficina e campo, entrevistas com artesãos e registro fotográfico conduzido por Irabete Labontê. A cadeia operatória inclui a coleta das argilas vermelha, branca e cinza; o preparo do antiplástico (kwep); a modelagem em roletes; o alisamento com sementes, língua de pirarucu e pedras; a pintura com pigmentos naturais e engobos; e a queima, que envolve regras de silêncio e respeito. Entre as peças destacam-se o tukutuku, usado no turé, e o Wanamyo, para armazenar Woska (bebida fermentada de mandioca). A comparação entre práticas atuais e registros do século XX demonstra continuidades técnicas e mudanças decorrentes de transformações sociais, evangelização e reorganização territorial. A cerâmica permanece como expressão de pertencimento, memória e identidade, constituindo linguagem viva que articula passado e presente e reafirma a resistência cultural Palikur.

JOGOS EDUCATIVOS DIGITAIS E LETRAMENTO INTERCULTURAL BILÍNGUE: O WORDWALL COMO RECURSO PARA A PRESERVAÇÃO DA LÍNGUA INY RYBÈ DO POVO JAVAÉ

Rafael Oliveira de Carvalho
OPTTINS/IFTO
rafael.carvalho2@estudante.iftto.edu.br

Matheus Barbosa de Oliveira
OPTTINS/IFTO

Marcilene de Assis Alves Araujo
OPTTINS/PPGES/UNIRG/TO

O presente trabalho aborda o papel essencial da língua na preservação dos saberes e da ancestralidade dos povos originários. Nesse contexto, evidencia-se uma problemática recorrente na educação escolar indígena: o apagamento gradativo das línguas tradicionais, resultante do contato com a sociedade não indígena e da imposição de outros

idiomas, o que ameaça a continuidade e o fortalecimento das identidades linguísticas indígenas. Diante disso, essa pesquisa propõe o uso de tecnologias digitais, aplicadas ao processo de ensino e aprendizagem, como estratégia para a manutenção linguística e étnico-cultural. O estudo tem como foco o uso da plataforma WordWall como recurso metodológico para a criação de jogos educativos bilíngues – em Iny Rybè e Língua Portuguesa – configurando uma proposta de material didático para os estudantes e professores Javaé das escolas Taína e Watakuri, na Ilha do Bananal (TO). O objetivo é promover oficinas de práticas de leitura e letramento intercultural bilíngue, contribuindo para a preservação e manutenção da oralidade e escrita do povo Javaé. A metodologia adotada baseia-se na pesquisa-ação, por permitir uma abordagem participativa e colaborativa entre pesquisadores e comunidade. As reflexões decorrentes indicam que o uso de tecnologias desvinculadas dos saberes tradicionais pode acentuar o risco de perda cultural e linguística. Assim, a pesquisa busca articular tecnologia e simbolismo dos valores tradicionais, promovendo ações que contribuam para a preservação da língua Iny Rybè. Ao todo, foram aplicados doze jogos interativos bilíngues, como caça-palavras, labirintos de palavras, atividades de soletrar, palavras cruzadas, anagramas, entre outros para os estudantes do ensino fundamental II e professores. Ao final, foram aplicados formulários de avaliação e realizadas rodas de conversa com o intuito de relatar as principais percepções da comunidade escolar acerca dos jogos e auxiliar no planejamento das próximas oficinas e atividades. Como resultado, pode-se perceber que entre os jovens foram apontadas como dificuldade as atividades que exigiam a grafia das palavras, o que reforça o apagamento linguístico, principalmente no que tange à escrita da língua Iny Rybè. Dessa forma, espera-se que os resultados contribuam para o fortalecimento cultural do povo Javaé, reforçando o sentimento de pertencimento e identidade dos estudantes e estimulando práticas pedagógicas que integrem saberes tradicionais e inovações tecnológicas no contexto da educação escolar indígena.

A IMPORTÂNCIA DO PATXOHÃ NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Iara dos Santos Borges
Universidade do Estado da Bahia
yara6borgges@gmail.com

Fabricia Fonceca Amancio
Universidade do Estado da Bahia

Gerusa Cruz Sobreira
Universidade do Estado da Bahia

O presente trabalho é fruto de uma atividade de pesquisa realizada no âmbito do componente curricular “Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão na Escola Indígena I”, ministrado pela Prof. Ms. Gerusa Sobreira, no semestre 2024.1. Na educação infantil, as crianças começam a entender o mundo ao seu redor e é essencial que, nesse processo, tenham contato com sua língua materna, portanto este trabalho aborda a importância do ensino da língua Patxohã na educação infantil, buscando compreender como isso tem contribuído para o fortalecimento da identidade cultural das crianças, além de identificar desafios e práticas pedagógicas no contexto bilíngue. A pesquisa, de abordagem qualitativa, parte da nossa vivência enquanto indígenas e professoras da educação básica e incluiu entrevistas com uma professora e uma mãe da comunidade. Os resultados mostram que o ensino do Patxohã tem colaborado para despertar o interesse das crianças na própria cultura, tem ajudado a construir uma identidade forte para as crianças, promovido o orgulho cultural, o sentimento de pertencimento e contribui para a revitalização da língua, apesar de desafios como a escassez de materiais pedagógicos e a influência predominante do Português. Estratégias como a oralidade, atividades lúdicas e o envolvimento da comunidade são apontadas como fundamentais para a preservação e o ensino da língua. A pesquisa destaca a necessidade de maior investimento em recursos didáticos e formação continuada para fortalecer o ensino do Patxohã e garantir sua transmissão às futuras gerações.

FORTALECENDO A LÍNGUA MACUXI: LEITURA, ESCRITA E IDENTIDADE CULTURAL

Altina Silva dos Santos
Universidade Federal de Roraima - Instituto Insikiran
altinadossantosgabriel@gmail.com

Zoraide dos Anjos
Universidade Federal de Roraima, Instituto Insikiran

Danielle da Silva Trindade
Universidade Federal de Roraima, Instituto Insikiran

Este trabalho tem por objetivo apresentar o projeto SUWISUWI' que surge da observação das dificuldades de leitura e escrita na língua macuxi entre os alunos da 3ª série do Ensino Médio da Comunidade Indígena Maruwai localizada no estado de Roraima. É importante ressaltar que esse projeto é desenvolvido no processo de Estágio Curricular Supervisionado da Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran-UFRR. E, ainda, compõe as atividades do subprojeto de Comunicação e Artes do Programa PIBID-Equidade. O principal objetivo do projeto é, ao promover o letramento incentivando o uso em diferentes práticas sociais e comunicativas dentro e fora da escola, buscar o fortalecimento do ensino e aprendizagem em Macuxi. Através da produção de materiais didáticos específicos como: pequenos textos, frases desenhos e nomes que sirvam na identificação-associação com palavras escritas na língua estudada. Dessa maneira será possível facilitar o entendimento de temas contextuais que serão abordados durante o ano letivo vigente. No decorrer dos semestres anteriores, foram identificadas dificuldades tanto na leitura quanto na escrita da maioria dos alunos da turma. Entre as estratégias metodológicas merecem destaque: (i) a realização de rodas de conversa; (ii) aplicação de questionários para avaliar o nível de leitura e escrita dos alunos em macuxi, bem como seus conhecimentos sobre as práticas culturais da comunidade; (iii) receber membros da comunidade (anciãos, líderes, rezadeiras para compartilhar conhecimentos e histórias em macuxi com os estudantes. Ao final do projeto, a turma realizará a apresentação dos trabalhos produzidos pelos alunos para a comunidade escolar e local por meio da exposição de textos, apresentações orais, materiais lúdicos produzidos. Dessa forma, e para que as futuras gerações possam, também, utilizar e ampliar os materiais como base de conhecimento em continuidade ao processo de manutenção, valorização e/ou resgate das culturas e línguas indígenas. Sendo assim, esse projeto pretende contribuir, de alguma forma, para que as futuras gerações possam, também, utilizar e ampliar os materiais como base de conhecimento em continuidade ao processo de manutenção, valorização e/ou resgate das culturas e das línguas indígenas amazônicas.

MEMÓRIAS PANHÍ: HISTÓRIAS E TRADIÇÕES DO POVO APINAJÉ DO BICO DO PAPAGAIO MUNICÍPIO DE TOCANTINÓPOLIS/TO

Gilvan Almeida de Sousa
Universidade Federal do Norte do Tocantins
e-mail.gapinaje94@gmail.com

Juliete Santos
Universidade Federal do Norte do Tocantins
juliete.santos@ufnt.edu.br

Introdução. O presente trabalho tem como objetivo resgatar e registrar as histórias vividas pelo povo Apinajé no passado, preservando suas origens, tradições e narrativas transmitidas oralmente pelos anciãos. A intenção é apresentar essas memórias às novas gerações, especialmente aos jovens estudantes, para que conheçam os verdadeiros relatos e valores culturais do povo Panhí. A fala do ancião Josué constitui a principal fonte deste estudo, revelando as primeiras aldeias formadas, as práticas agrícolas, as festas, brincadeiras e modos de vida dos Apinajé em tempos antigos. Por meio de seus relatos, se torna possível compreender quem são os Panhí e como construíram seu caminho histórico até se firmarem no território do Bico do Papagaio, no Tocantins. Desenvolvimento. Segundo Josué, o povo Panhí teria descido da região do Rio de Janeiro em direção ao Tocantins fugindo dos kupe, comparados aos antigos bandeirantes. Ao chegarem às margens do rio Tocantins, viveram episódios marcantes, como a luta para abater o grande peixe conhecido como "sabão", cuja captura envolveu guerreiros habilidosos e a participação coletiva da comunidade. As narrativas também descrevem aldeias antigas, como a grande aldeia próxima a Carolina, onde conflitos internos provocaram a dispersão das famílias. Outras histórias relatam encontros com não indígenas, batalhas, a captura de um jovem Apinajé e a posterior convivência entre indígenas e missionários, que resultou na retirada de uma imagem religiosa do fundo do rio Tocantins e na construção de uma igreja dentro da aldeia. Diversas aldeias tradicionais são mencionadas, como Aldeia Alegria, Kajprehti, Botica, Campestre, Jatobá, Corrolinho e Macaúba, compondo a memória territorial que integra a identidade Apinajé. Considerações Finais. A pesquisa permitiu identificar elementos essenciais da origem do povo Apinajé, muitos deles desconhecidos pelas novas gerações. Revelou-se a localização das primeiras aldeias, as práticas culturais e os modos de trabalho que marcaram o passado Apinajé, bem como tradições que, ao longo do tempo, deixaram de ser praticadas. Compreender essas histórias fortalece a identidade do povo Panhí e contribui para a preservação da cultura, língua, danças, culinárias e memórias ancestrais. Assim, o estudo reafirma a importância de manter viva a história Apinajé para que as futuras gerações reconheçam e valorizem suas verdadeiras origens.

NARRATIVAS E SABERES DO POVO KOKAMA

Anna Naiara Muraiare da Silva
Universidade do Estado do Amazonas
annanaiara@gmail.com

O presente trabalho aborda a importância das narrativas orais e dos saberes tradicionais do povo indígena Kokama, destacando sua relevância cultural e educacional no contexto contemporâneo. A iniciativa nasceu da necessidade de fortalecer a valorização da identidade indígena e promover reflexões críticas sobre os modos de vida, conhecimentos e experiências desse povo, frequentemente invisibilizado nas práticas pedagógicas e nos espaços escolares. O desenvolvimento da proposta se deu por meio de vivências culturais, interação com elementos simbólicos e partilha de histórias que revelam a profundidade da visão de mundo Kokama, expressa por meio da oralidade como instrumento de memória e resistência. A oficina possibilitou conhecer narrativas como “Karuará” e “A Festa dos Animais”, que apresentam ensinamentos relacionados à espiritualidade, aos vínculos com a natureza e à preservação dos territórios, demonstrando que a tradição oral funciona como elo entre passado, presente e futuro. A atividade promoveu diálogo com autores indígenas contemporâneos, fortalecendo a compreensão sobre a autoria indígena como parte fundamental do cenário literário brasileiro e contribuindo para romper estereótipos e ampliar perspectivas sobre a produção intelectual dos povos originários. Como resultado, observou-se maior sensibilidade dos participantes em relação às lutas atuais enfrentadas pelos Kokama, incluindo reconhecimento territorial, preservação linguística e respeito às práticas socioculturais, reafirmando a urgência da inclusão desses conhecimentos na educação. Conclui-se que o resgate das narrativas indígenas é caminho potente para a promoção da diversidade, fortalecimento identitário e construção de uma educação intercultural efetiva.

ENSINO DA LÍNGUA MATERNA E SABERES ANCESTRAIS: CAMINHOS PARA O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE ÉTNICA E CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANOS E ALDEADOS TENDO COMO EXEMPLO AÇÕES DO CONSELHO INDÍGENA KOKAMA DA AMAZÔNIA – YTKA

Gleison de Almeida Martins
Conselho Indígena Kokama da Amazônia – YTKA
conselhokokama.ytka@gmail.com

O ensino da língua materna e a transmissão dos saberes ancestrais representam pilares fundamentais para a preservação e revitalização da identidade étnica dos povos indígenas, especialmente diante dos desafios enfrentados nos territórios aldeados e no contexto urbano. Para o povo Kokama, essas práticas fortalecem o sentimento de pertencimento, valorizam a memória coletiva e reafirmam a continuidade cultural entre as novas gerações. As oficinas de língua Kokama promovidas pelo Conselho Kokama da Amazônia têm se destacado como importantes instrumentos de retomada linguística, criando espaços de aprendizagem, convivência e troca de saberes. Por meio dessas iniciativas, torna-se possível resistir aos processos de apagamento cultural, promover o protagonismo indígena e consolidar a identidade Kokama em diferentes territórios, contribuindo para a valorização da diversidade e para a manutenção viva da língua e dos conhecimentos tradicionais.

PESQUISA DOCUMENTAL DE ABORÍGINE NO HAITI NO SÉCULO XV

Alcène Dorengé
Universidade Atlântica do Haiti, FOCAED
alcenedorengé05@gmail.com

Lovely Gédéus
gedeuslovely28@gmail.com

Uma pesquisa documental sobre os primeiros habitantes da ilha do Haiti é um passo muito importante em nossa existência nessa atempera, é por isso que estou em boas condições para fazer pesquisas sobre o termo. Por volta de 1492, Christopher Columbus tornou-se a ilha do Haiti, e os habitantes miliares que eram Arawaks, os Cibneys e os Taínos, eram peles vermelhas, se alimentavam de batata de Cassave e mandioca. Ele os chamou de índios porque acreditava que ele estava vindo para os índies. Em uma palavra, eles são chamados de "taínos", a ilha se dividiu em cinco caciquats, o Marien, Xaragua, Maguana, Cotubanama e Higuey. Na história global, fomos informados de que Christopher Columbus chamou a Ilha do Haiti em Hispaniola, que significa Pequena Espanha. Cada caciquat tinha um cacique um chefe ou líder. Foram os Taínos que foram os primeiros moradores da Terra Quisqueya, eles eram os nativos. Columbus formou os taínos para trabalhar, cultivar e buscar ouro para ir para a Espanha, porque era seu

objetivo, percorrer o mundo, trazer ouro para os espanhóis. Naquela época, a Espanha tinha ¼ ouro no mundo, era uma grande potência nas minas. Os Tainos deixaram espaços arqueológicos, traduções, ritmos musicais, para os haitianos. Os tainos foram trabalhados pelos espanhóis com brutalidade e não podem resistir a essas acusações, morreram. Em 1625, os espanhóis trazidos dos negros da África para abrigar os tainos e os fizeram continuar trabalhando brutalmente, maus -tratos, tratamentos desumanos com o único objetivo de explorar minas e recursos agrícolas no país e enriquecer a Espanha. DAPRES no campo e através da Biblioteca LLA Sim, há vínculos com os povos aborígenes no Haiti, principalmente os Tainos e o Caribe, que foram os primeiros habitantes da ilha. Embora essas populações tenham sido dizimadas após a chegada de Colombo, sua herança continua através do nome "Ayiti" (de origem de Taino) e elementos culturais, e seus descendentes se envolveram amplamente na população haitiana atual, a principal origem não vem dos escravos africanos. O simpósio temático que eu havia usado era a língua indígena: diversidade, memória e herança, histórica e cultural.

NA PELE SE PINTA O ANCESTRAL: SABERES E SIGNIFICADOS DAS PINTURAS CORPORAIS DO POVO PATAXÓ NA PERSPECTIVA DAS ALDEIAS PATAXÓ DE NOVA ESPERANÇA E GUAXUMA T.I. BARRA VELHA

Paulo Vitor Santo de Oliveira
Universidade do Estado da Bahia
tapuruma.uneb@gmail.com

Lígia Raquel Soares
Universidade do Estado da Bahia

INTRODUÇÃO. Esta pesquisa trata sobre algumas pinturas corporais do povo indígena Pataxó que vive e luta por seu território tradicional e ancestral no sul e extremo sul da Bahia. Luta que se constitui através dos processos de retomas e autodemarcações. Os Pataxó vivem em diferentes aldeias no extremo sul do Estado da Bahia e norte de Minas Gerais. A aldeia mãe, conhecida como aldeia Barra Velha, existe desde 1767. Os Pataxó estão em contato com os não indígenas desde o século XVI e nesse contato foram obrigados e se esconder enquanto sujeitos indígenas e a esconder a sua cultura, assim como a sua língua. A escola e a educação escolar indígena, desde 1978, foi e tem sido fundamental nesse processo de retomadas territoriais, linguísticas, de resistência e fortalecimento da identidade cultural do povo Pataxó, assim como de seus processos históricos de luta por seus territórios ancestrais. O objetivo desta pesquisa foi investigar sobre as pinturas corporais do povo Pataxó, compreender e refletir sobre os significados, histórias, narrativas e identidades através destes grafismos e pinturas **DESENVOLVIMENTO.** As pinturas Tradicionais do povo Pataxó são elementos visuais carregadas de narrativas e significados. Determinam uma identidade, definem o ser que os carrega na pele, se é homem ou mulher, solteiro ou casado, a qual aldeia pertence, a troca de energias entre quem pinta e é pintado, entre outras camadas do saber tradicional envoltos na pintura Pataxó. As pinturas são além de desenhos, mas sim códigos linguísticos grafado em pele, é reconhecimento individual e coletivo do nosso povo, é comunicação entre os nossos e a perpetuação de histórias e narrativas Pataxó de séculos que carregamos ainda hoje em nossos corpos. Para além da estética é preciso compreendê-las como instrumento de luta, de perpetuação de narrativas, de agência nos corpos indígenas e de saberes ancestrais extremamente importantes para o povo Pataxó. **PRINCIPAIS RESULTADOS OU CONCLUSÕES.** As pinturas corporais do povo Pataxó são produzidas a partir de materiais retirados da própria natureza que na maioria das vezes é a tinta feita do jenipapo, o carvão, derivado de árvores da região da mata atlântica, onde há maior presença dos Territórios Pataxó e a talisca de palha de coco que serve de pincel para tracejar na pele. Em algumas pinturas feitas para momentos e rituais específicos, existe também o uso da tinta vermelha e potente do urucum e alguns barros ou argilas, normalmente nas cores branca, amarela e vermelha. O grafismo masculino significa: Força, União e Proteção, enquanto o feminino significa: Equilíbrio, amor e proteção. É importante saber que esses grafismos estão sempre juntos tanto no corpo do homem, quanto no corpo da mulher, pois é preciso haver o equilíbrio a partir da energia que cada um carrega. Outro fator importantíssimo é que nas pinturas Pataxó se reconhece quem é casado quando a pessoa carrega um traço reto e na horizontal ao redor do pulso finalizando a pintura de braço. Atualmente é possível perceber as pinturas tradicionais do povo Pataxó estão em todo lugar onde há ou já houve presença Pataxó, já que não estão mais somente presentes no corpo, mas também em roupas, adereços dos mais diversos materiais, tatuagens, paredes e telas, pois onde houver espaço para um Pataxó se posicionar, ele também poderá usar de suas pinturas como código linguístico permanente, dado que, as pinturas falam, narram e assim como o povo Pataxó, as pinturas resistem.

AS REDES SOCIAIS E A MANUTENÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS AOS POVOS ORIGINÁRIOS POR MEIO DAS HASHTAGS "ÍNDIO" E "INDÍGENA": UMA ANÁLISE LÉXICO-SEMÂNTICA

Iarly Ferreira Araujo
Universidade do Estado da Bahia

A agroecologia e a agrofloresta representam caminhos essenciais para a construção de sistemas produtivos sustentáveis e socialmente justos. A agroecologia integra conhecimentos científicos e saberes tradicionais para promover uma agricultura que respeita os ciclos naturais, a biodiversidade e a autonomia das comunidades. Ela propõe práticas que regeneram o solo, reduzem impactos ambientais e fortalecem a segurança alimentar sem o uso de agrotóxicos. A agrofloresta, por sua vez, é um método de cultivo que associa árvores, plantas agrícolas e espécies nativas em um mesmo espaço, imitando a lógica das florestas naturais. A mesma é adotada como estratégia central por sua capacidade de restaurar o ambiente, aumentar a fertilidade do solo e recriar corredores ecológicos. O sistema combina árvores nativas, plantas frutíferas, espécies agrícolas e plantas medicinais, formando um ecossistema produtivo, resiliente e alinhado às práticas culturais da aldeia. Este projeto, em sua etapa inicial e originado da proposta de Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena – Habilitação em Ciências da Natureza, na UNEB, Campus X, tem como objetivo fortalecer práticas sustentáveis na Aldeia Craveiro por meio da implantação e valorização de sistemas agroecológicos e agroflorestais. A iniciativa nasce da necessidade de recuperar áreas degradadas, promover a segurança alimentar e reafirmar modos de vida tradicionais que respeitam a terra, a água e a biodiversidade local. Ao dialogar com o conhecimento tradicional da comunidade, o projeto busca promover uma produção de alimentos mais saudável, sem uso de agrotóxicos, valorizando sementes crioulas, manejo sustentável do solo e a diversidade de cultivos. Desenvolvido a partir da Associação Comunitária Indígena da Aldeia Craveiro, vem apresentando boa receptividade e integração da comunidade, fortalecendo a educação ambiental e o protagonismo comunitário, através do envolvimento de jovens, anciãos e lideranças na construção de um modelo sustentável e contínuo. Em 2026 estão previstas oficinas, mutirões e vivências, as quais pretendem reforçar a autonomia da aldeia e fortalecer a identidade territorial. Assim, a proposta reafirma a importância da luta pela sustentabilidade ambiental como parte da luta pela vida, pelo território e pela permanência das futuras gerações na Aldeia Craveiro. A agroecologia e a agrofloresta tornam-se, portanto, instrumentos concretos de resistência, cuidado e transformação socioambiental.

CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS DO POVO TUXÁ: A ORALIDADE EM CONTRASTE COM A NORMA PADRÃO, EM HISTÓRIAS TUXÁ

Thiago Santos Paim
Universidade do Estado da Bahia
thiagopaim812@gmail.com

Melane Silva Santos
Universidade do Estado da Bahia
melanantos@gmail.com

Ricardo Tupiniquim Ramos
Universidade do Estado da Bahia

Análise de alguns fenômenos de variação fonética registrados no vernáculo geral brasileiro (VGB) de pessoas indígenas de diferentes idades e níveis de escolaridade, pertencentes à etnia Tuxá, contadores de história de sua comunidade. Em Almeida et al (2008), consta a transcrição da fala dessas pessoas, ao lado de sua transposição em português padrão. A metodologia adota uma abordagem quanti-qualitativa, baseada na catalogação, contagem e organização dos dados em planilha eletrônica e sua posterior interpretação desde estudos anteriores sobre os fenômenos de variação fonética do VGB – Bagno (2011, 2017), Perini (2010), Silva (2008), entre outros.

TOPONÍMIA DE ORIGEM INDÍGENA NO PIAUÍ EM 2010: UM ESTUDO LINGÜÍSTICO E SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL DE TOPÔNIMOS NO TERRITÓRIO DO VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS

Neiliane Coelho Gomes
Universidade Estadual do Piauí
neilianecoelhogomes378@gmail.com

Messias dos Santos Santana
Universidade Estadual do Piauí
messiassantos@ors.uespi.br

O território do atual Piauí era intensamente povoado por indígenas quando os primeiros colonizadores aqui chegaram. Com a implantação dos currais, os conflitos, entre estes e aqueles, tornaram-se frequentes, até às primeiras décadas do século XIX, provocando a expulsão e a morte de muitos indígenas e o aldeamento e miscigenação dos que não fugiram e sobreviveram às guerras. Apesar disso, a toponímia piauiense ainda preserva inúmeros nomes de origem indígena refletindo, portanto, a presença desses povos antes da chegada dos colonizadores. Desse modo, esta comunicação tem como foco a descrição de topônimos de origem indígena existentes no Piauí, no ano de 2010, em particular no território do Vale dos rios Piauí e Itaueiras, através da análise dos topônimos presentes nas 19 cidades que o compõem. Os mapas escolhidos foram os elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a realização do censo de 2010, o que caracteriza esta pesquisa como sendo do tipo descritivo-documental, mas também bibliográfica. Os resultados obtidos indicam a existência de 2.570 topônimos, dos quais 476 topônimos são de origem indígena ou possuem palavra de origem indígena em sua composição. Nesse contexto, esses topônimos podem ser assim caracterizados: trata-se de topônimos ou emprestados, ou híbridos por derivação, ou híbridos por composição; em sua maior parte, referem-se à fauna e à flora; nenhum deles faz referência à cultura, organização social, economia ou à religião desses povos originários. Assim, é possível concluir que, mesmo não tendo influenciado o colonizador nestes últimos aspectos, a presença indígena foi bastante significativa nas terras do atual Piauí. Para fundamentar as análises, utilizaram-se como aporte teórico as discussões no âmbito da Onomástica, em particular da Toponímia, sobretudo em Dauzat (1939), Dick (1990) e Seabra e Isquerdo (2018). Esta proposta se enquadra no eixo temático “Léxico, História e Memória: o legado dos povos indígenas”.

TOPÔNIMOS DE ORIGEM INDÍGENA NO PIAUÍ: ESTUDO LINGÜÍSTICO E SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL DA TOPONÍMIA EM MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA

Melka Maria Sene Silva
Universidade Estadual do Piauí
melkasilva@aluno.uespi.br

Messias dos Santos Santana
Universidade Estadual do Piauí
messiassantos@ors.uespi.br

Áreas do atual território Tabuleiros do Alto Parnaíba eram ocupadas, na segunda metade do século XVIII, pelos povos Gueguê, e o colonizador ainda não se havia estabelecido nelas, conforme registra A Carta geográfica da Capitania do Piauí, e parte das adjacentes (Galluzzi, 1761). Considerando tal fato, esta investigação – desenvolvida com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), no âmbito do Edital 005/2024, com o título Toponímia de origem indígena no Piauí em 2010: estudo linguístico e sócio-histórico-cultural de topônimos em municípios do território Tabuleiros do Alto Parnaíba – buscou responder os seguintes questionamentos: i) teriam esses indígenas deixado influência na toponímia do Piauí; ii) existe, dentre os nomes geográficos empregados no Piauí no ano de 2010 – em particular no território Tabuleiros do Alto Parnaíba –, algum que seja de origem indígena?. Desse modo, foram apresentados os seguintes objetivos: identificar os topônimos de origem indígena existentes em municípios dessa região; caracterizá-los quanto aos aspectos morfológico, semântico, etimológico e sócio-histórico-culturais. Para alcançá-los, foi constituído um corpus a partir de mapas digitais dos 12 municípios pertencentes ao território em análise, elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o censo de 2010, os quais foram analisados sob os pressupostos teóricos da Onomástica, em especial da Toponímia (Dauzat, 1939; Dick, 1990; 1992; Isquerdo e Dargel, 2020). Nesse corpus, identificaram-se 2.375 topônimos, dos quais somente 292 são de origem indígena ou possuem palavra de origem indígena em sua composição. A análise desses topônimos mostrou que: referem-se, em sua maioria, à fauna e à flora, e nenhum deles faz referência à cultura, organização social, economia ou à religião desses povos; nenhum é de origem Jê (grupo étnico ao qual pertenciam os Gueguê), mas sim Tupi, sendo, quanto à sua formação, ou emprestados, ou híbridos por derivação, ou híbridos por composição. Propõe-se, como hipótese, que a ausência de termos Jê decorre dos conflitos entre estes povos e os colonizadores, que, ao dominar as terras entre o fim do século XVII e o fim do XVIII, empregaram majoritariamente vocábulos Tupi, já amplamente incorporados ao português colonial. Esta proposta se enquadra no eixo temático “Léxico, História e Memória: o legado dos povos indígenas”.

AGROECOLOGIA E AGROFLORESTA COMO CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA ALDEIA CRAVEIRO

Raione Nascimento Braúna – Pataxó
Universidade do Estado da Bahia

Gisele das Chagas Costa
Universidade do Estado da Bahia
Sociedade Brasileira de Ecologia Humana
gccosta@uneb.br

A agroecologia e a agrofloresta representam caminhos essenciais para a construção de sistemas produtivos sustentáveis e socialmente justos. A agroecologia integra conhecimentos científicos e saberes tradicionais para promover uma agricultura que respeita os ciclos naturais, a biodiversidade e a autonomia das comunidades. Ela propõe práticas que regeneram o solo, reduzem impactos ambientais e fortalecem a segurança alimentar sem o uso de agrotóxicos. A agrofloresta, por sua vez, é um método de cultivo que associa árvores, plantas agrícolas e espécies nativas em um mesmo espaço, imitando a lógica das florestas naturais. A mesma é adotada como estratégia central por sua capacidade de restaurar o ambiente, aumentar a fertilidade do solo e recriar corredores ecológicos. O sistema combina árvores nativas, plantas frutíferas, espécies agrícolas e plantas medicinais, formando um ecossistema produtivo, resiliente e alinhado às práticas culturais da aldeia. Este projeto, em sua etapa inicial e originado da proposta de Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena – Habilitação em Ciências da Natureza, na UNEB, Campus X, tem como objetivo fortalecer práticas sustentáveis na Aldeia Craveiro por meio da implantação e valorização de sistemas agroecológicos e agroflorestais. A iniciativa nasce da necessidade de recuperar áreas degradadas, promover a segurança alimentar e reafirmar modos de vida tradicionais que respeitam a terra, a água e a biodiversidade local. Ao dialogar com o conhecimento tradicional da comunidade, o projeto busca promover uma produção de alimentos mais saudável, sem uso de agrotóxicos, valorizando sementes crioulas, manejo sustentável do solo e a diversidade de cultivos. Desenvolvido a partir da Associação Comunitária Indígena da Aldeia Craveiro, vem apresentando boa receptividade e integração da comunidade, fortalecendo a educação ambiental e o protagonismo comunitário, através do envolvimento de jovens, anciãos e lideranças na construção de um modelo sustentável e contínuo. Em 2026 estão previstas oficinas, mutirões e vivências, as quais pretendem reforçar a autonomia da aldeia e fortalecer a identidade territorial. Assim, a proposta reafirma a importância da luta pela sustentabilidade ambiental como parte da luta pela vida, pelo território e pela permanência das futuras gerações na Aldeia Craveiro. A agroecologia e a agrofloresta tornam-se, portanto, instrumentos concretos de resistência, cuidado e transformação socioambiental.

DANÇAR PARA NÃO ESQUECER: A DIABLADA ORUREÑA COMO NARRATIVA DE RESISTÊNCIA INDÍGENA E MEMÓRIA CH'IXI NOS ANDES

Maria Del Carmen Sempertegui Rodas
Universidade do Estado de Minas Gerais
maria.1656860@discente.uemg.br

Fernanda Viera de Sant'Anna
Universidade do Estado de Minas Gerais
fernanda.vieira@uemg.br

A presente pesquisa busca investigar a Diablada Orureña, considerando a sua performance no Carnaval de Oruro, departamento do Estado Plurinacional da Bolívia. Esse evento acontece anualmente e é reconhecido pela UNESCO como Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade. Embora, atualmente, a performance se dê em uma narrativa católica que representa a luta entre o Bem e o Mal, este trabalho busca discutir suas raízes que aludem à cosmovisão dos povos indígenas Uru e, mais especificamente, ao mito das pragas enviadas pela divindade Wari e combatidas pela ñusta Inti-Wara. A pesquisa tem como objetivo geral analisar a transformação dessa narrativa a partir da imposição religiosa colonial, buscando compreender como a memória ancestral persiste, ainda que sob máscara do sincretismo religioso. A metodologia adotada está situada no diálogo entre Letras/Literatura e os Estudos Culturais e, ainda, alinha-se aos preceitos da pesquisa decolonizadora e à abordagem kaupapa maori, que visa o reenquadramento e a reivindicação de saberes indígenas frente aos paradigmas eurocêntricos. O referencial teórico fundamenta-se na epistemologia ch'ixi, que interpreta a realidade andina indígena não como uma fusão harmônica, mas como a coexistência que se dá pela tensão não resolvida de elementos opostos e, nesse caso, da tensão da cosmovisão indígena Uru e da imposição religiosa colonial. Os resultados parciais, obtidos pela revisão sistemática da literatura, indicam uma escassez de referências acadêmicas sobre o tema na área e apontam que a performance opera como uma narrativa literária indígena, implicando no seu reconhecimento como uma ferramenta política, de afirmação identitária e documentação da vivência indígena. Conclui-se, então, de forma preliminar, que a Diablada transcende o auto sacramental católico ao preservar o diálogo e o equilíbrio do mundo andino, atuando como um mecanismo de resistência e manutenção da identidade sob a dominação colonial.

LITERATURAS INDÍGENAS E A FORMAÇÃO DO DOCENTE: CURRÍCULO E PRÁXIS DECOLONIAL

Fernanda Vieira de Sant' Anna
Universidade do Estado de Minas Gerais
fernanda.vieira@uemg.br

Maria Eduarda Ferreira Gonçalves
Universidade do Estado de Minas Gerais
maria.241166196@discente.uemg.br

Keli Cristina Gregório do Nascimento
Universidade do Estado de Minas Gerais
keli.1693354@discente.uemg.br

O estudo da história, cultura e literaturas indígenas configura-se como saber fundamental para a formação da sociedade brasileira, tornando-se indispensável o resgate de suas lutas, conhecimentos e contribuições para a história do Brasil, como estabelece a Lei nº 11.645/2008. Entre a obrigatoriedade legal e a implementação efetiva da lei, existe uma lacuna: a formação docente. Como os futuros professores estão sendo preparados para transformar a sala de aula em um espaço diverso, antirracista e inclusivo? Este trabalho analisa a presença de literaturas indígenas nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) de Licenciatura em Letras de 39 universidades públicas e institutos federais de Minas Gerais. Os dados revelam que as literaturas indígenas seguem à margem do currículo, ampliando a distância entre a formação docente e a inclusão das literaturas indígenas na sala de aula, como preconizado pela lei supramencionada. Os resultados parciais encontrados demonstram a urgência de repensar a formação docente, incluindo literaturas indígenas de forma sistemática e obrigatória para uma práxis verdadeiramente decolonial. As literaturas indígenas constituem ferramentas indispensáveis para que o futuro professor possa transformar o espaço escolar em lugar de disputa epistêmica e de construção plural de saberes. Autoras e autores indígenas como Eliane Potiguara (Potiguara), Márcia Wayna Kambeba (Omágua/Kambeba) e Ailton Krenak (Krenak) contribuem para o rompimento de narrativas eurocêntricas canônicas, trazendo à tona memória, territorialidade, cosmologias, narrativas orais e espiritualidades ancestrais que dialogam diretamente com uma pedagogia decolonial. Incluir essas produções no currículo representa a abertura de caminhos para novas formas de ler, narrar e viver o mundo, reconhecendo concretamente a pluralidade étnica do país e promovendo uma educação efetivamente antirracista, conforme as demandas dos movimentos indígenas por representatividade e protagonismo intelectual e como determinam as legislações e documentos reguladores vigentes, como a Resolução CNE/CP nº 01/2004, Resolução CNE/CP nº 2/2012 e as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.

VOLTANDO PARA CASA: RETOMADA IDENTITÁRIA INDÍGENA NO ÁLBUM RITUAL (2019), DE SOUTO MC

Catharina Varandas Alves Cunha
Universidade do Estado de Minas Gerais
varandasacc@gmail.com

Fernanda Vieira de Sant' Anna
Universidade do Estado de Minas Gerais
fernanda.vieira@uemg.br

No Brasil, em 1975, há com a publicação do poema "Identidade Indígena", da escritora Eliane Potiguara, um marco no campo da literatura indígena brasileira contemporânea. As literaturas indígenas sempre existiram, sejam inscritas com letras, com grafismos ou por meio da oralidade. Na verdade, elas nascem no campo da oralidade para então se expandirem por outros meios. Considerando, portanto, que as literaturas indígenas podem aparecer em diversos formatos, incluindo na oralidade e por meio de cantos e rezas, o presente trabalho tem como objetivo compreender como as músicas Caça e Caçadora e Retorno do álbum Ritual (2019), da rapper indígena Souto MC, abordam a retomada da identidade indígena em um movimento anti/decolonial. Este trabalho também visa promover e contribuir com o campo das Literaturas Indígenas, das oralidades e com a questão da causa indígena atual, pelo direito à vida, à identidade e à terra.

LITERATURAS INDÍGENAS NAS ESCOLAS: CAMINHOS PARA UMA PRÁXIS DECOLONIAL

Fernanda Vieira de Sant' Anna
Universidade do Estado de Minas Gerais
fernanda.vieira@uemg.br

Brenda Ribeiro de Aquino
Universidade do Estado de Minas Gerais
brenda.241160067@discente.uemg.br

Este trabalho se propõe a fundamentar a inclusão das literaturas indígenas no cotidiano das salas de aula das escolas com vista ao atendimento integral da Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino das literaturas africanas, afro-brasileiras e indígenas nos estabelecimentos públicos e privados da Educação Básica. As literaturas indígenas, entendidas aqui como as narrativas dos povos indígenas sobre si mesmos, enraizam-se em epistemologias, saberes e tecnologias ancestrais que deslocam os eixos tradicionais do conhecimento fabricados pelo Ocidente. Ao atravessar os muros das escolas, as literaturas indígenas fluem para a articulação de saberes críticos-reflexivos orientados para a ruptura radical dos paradigmas coloniais, contribuindo para uma formação literária plural, tecida por múltiplas narrativas, que ampliam os horizontes da leitura, da experiência e da escrita. Muito além da reflexão crítica, a práxis decolonial se vincula à composição de saberes e ações que transitam entre o saber e o fazer, buscando desarticular as hierarquias e fissurar certezas coloniais. Mais especificamente, manifestam-se no diálogo entre as cosmovisões indígenas e as práticas orientadas ao ensino-aprendizagem que reconhecem a pluralidade do tecido social. É na feitura do diálogo entre educação e prática reflexiva, que a educação decolonial desloca os eixos limitados do Ocidente e retoma outras formas de narrar e experienciar o mundo dentro do horizonte pedagógico escolar. Assim, a efetiva inclusão das literaturas indígenas apontam para uma reorientação do processo de ensino-aprendizagem no cotidiano das salas de aula da Educação Básica, bem como para a abertura de outras frentes de diálogo e de retomada para (re)pesquisar, (re)conhecer, (re)contar, (re)posicionar os saberes, as epistemologias, as artes e as cosmovisões indígenas no ensino e na aprendizagem da literatura. Mais do que cumprir uma exigência legal, a inclusão das literaturas indígenas na formação básica passa pela articulação política da escuta das vozes que foram historicamente silenciadas, mirando em uma educação comprometida com a retomada das narrativas indígenas ancestrais, ampliando nossas maneiras de existir, de experienciar e de sonhar o mundo.

POESIA COMO TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA

Xociane Oliveira Azevedo
Universidade do Estado da Bahia
xociannyoly@gmail.com

Gisele das Chagas Costa
Universidade do Estado da Bahia
gccosta@uneb.br

O tema do meu trabalho é a poesia como uma forma de resistência e afirmação do território. A poesia que vou apresentar se chama Autodemarkação, e escrevi a partir das vivências no Território Comexatibá, onde cresci e onde acompanho a luta pela defesa da terra. Nessa poesia eu falo da força que vem do chão, da memória e do pertencimento, e também das tentativas de cercar, silenciar e apagar nossa história. A escrita, para mim, é um jeito de marcar presença e romper esse silenciamento. Cada verso é uma forma de afirmar que não aceito ser tratada como alguém de fora na terra que me formou, porque minhas raízes estão aqui. A poesia tem esse poder de comunicar, de fortalecer a luta e de mostrar nossa resistência de um jeito sensível e verdadeiro. Uso a poesia como um instrumento para falar do que vivemos no território, das lutas e do cuidado com nossa terra. É por meio da palavra que eu mostro a importância do T.I. Comexatibá e afirmo nossa presença e nossa história.

TÍTULO NÃO INFORMADO

Ilda Joan Souza da Silva
Universidade Federal de Roraima
ilda160785@gmail.com

O presente trabalho está em desenvolvimento no subprojeto Intercultural Comunicação e Artes pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID-EQUIDADE - e é o relato parcial das atividades realizadas no projeto Jogos pedagógicos na língua indígena Wapichana na Escola Estadual Indígena Vovô Leonardo Gomes, na comunidade Alto Arraia, município de Bonfim/RR. Tem como objetivo desenvolver habilidades de leitura e escrita por

meio de jogos pedagógicos com enfoque na valorização da cultura indígena Wapichana, promovendo práticas de letramento em contextos lúdicos e culturalmente relevantes para os alunos, e como objetivos específicos: a) Incentivar a leitura e a escrita na língua portuguesa e na língua indígena Wapichana por meio de jogos educativos; b) Produzir e aplicar jogos pedagógicos que contemplem elementos da cultura Wapichana, promovendo o reconhecimento e valorização da identidade cultural dos alunos; c) Desenvolver materiais didáticos acessíveis e adequados à realidade da Comunidade Indígena Alto Arraia. O público-alvo é a turma do 6º ano do Ensino Fundamental II. Com metodologia da pesquisa-ação, o trabalho foi desenvolvido mesmo diante das dificuldades. Durante o primeiro semestre de 2025, foram desenvolvidas diversas atividades com o intuito de estimular a leitura e a escrita dos discentes. Como resultados parciais, o projeto tem sido uma experiência formativa essencial tanto para a docência quanto para os discentes. Através da atuação na EEI Vovô Leonardo Gomes, tenho aprendido a valorizar a escuta ativa, a flexibilidade no planejamento pedagógico e, sobretudo, o respeito às especificidades culturais da Comunidade Indígena Alto Arraia. Uma nova etapa se apresenta à frente e entre as propostas estão o trabalho de produzir as narrativas indígenas, usando o método da escrita coletiva entre nossos alunos de forma bilíngue, desta forma buscamos valorizar a língua e as narrativas de nosso povo. Pois entendemos que a ludicidade aliada ao respeito cultural tem se mostrado uma ferramenta poderosa para o letramento indígena.

O LEGADO EDUCACIONAL DE PONIOHÔ PATAXÓ (PROFESSOR ARIVALDO CONCEIÇÃO DOS SANTOS) – ALDEIA BARRA VELHA, BAHIA

Antxuariwê Oliveira dos Santos
Universidade do Estado da Bahia
antxuh@gmail.com

Lígia Raquel Rodrigues Soares
Universidade do Estado da Bahia

INTRODUÇÃO. Entre os povos indígenas, o papel de professor sempre foi fundamental para o entendimento do mundo dos não indígenas, estabelecimento de relações, na busca por direitos e em diferentes frentes de lutas e reivindicações. Na comunidade de Barra Velha, assim como em outras aldeias do povo Pataxó, os professores indígenas possuem um papel de grande importância para toda a comunidade, sendo considerados embaixadores entre a aldeia e a cidade. Contar a história de um professor indígena Pataxó é falar de sujeitos que dedicam suas vidas à preservação da cultura, da língua e dos saberes ancestrais, transmitindo às novas gerações o conhecimento necessário para compreender e valorizar sua identidade. Esses professores atuam não apenas como educadores formais, mas como guardiões da memória coletiva, mediadores entre a aldeia e o mundo exterior, e defensores dos direitos de seu povo. **DESENVOLVIMENTO.** Para a realização desta pesquisa, foram realizadas entrevistas, voltados à compreensão da trajetória e das experiências vivenciadas pelo professor Poniohô Pataxó - Arivaldo Conceição dos Santos, por ser ele é uma pessoa muito importante na nossa comunidade. O objetivo deste trabalho de pesquisa foi documentar sua trajetória acadêmica e sua contribuição como professor indígena do povo Pataxó. Considero essa narrativa de grande importância, pois contar a história de luta e vida de um professor é motivo de orgulho para toda a comunidade. Essa memória ficará registrada não apenas para os jovens, mas também para as escolas, servindo como inspiração para futuras gerações, mas como memória viva desse início. Poucos são os trabalhos que abordam a vida e a trajetória de importantes professores indígenas, apesar de seu papel fundamental na preservação da cultura, da língua e dos saberes ancestrais. Muitas vezes, o reconhecimento sobre o impacto desses educadores se limita à comunidade local, e suas histórias não chegam a um público mais amplo. Por isso, registrar a trajetória de um professor como Arivaldo Conceição dos Santos é essencial: não apenas para valorizar seu trabalho e sua dedicação, mas também para servir como referência e inspiração para jovens, educadores e pesquisadores. **PRINCIPAIS RESULTADOS OU CONCLUSÕES.** Os resultados desta pesquisa evidenciam que esse professor desempenhou um papel fundamental para que outros docentes pudessem acessar o ensino superior. Inicialmente, abriu caminhos para a entrada na Universidade Federal de Minas Gerais e, posteriormente, em outras universidades na Bahia e no Espírito Santo. O professor Poniohô Pataxó foi responsável por construir essa estrada que nos trouxe até aqui e é amplamente reconhecido por esse legado em nossa comunidade. Possibilitando a qualificação dos professores indígenas que hoje atuam na escola da aldeia Barra Velha e em outras comunidades do povo Pataxó.

A ALFABETIZAÇÃO NO ENSINO DA LÍNGUA MATERNA DO POVO PAUMARI DO AMAZONAS

Raimundo Dias Barbosa
Universidade Federal do Amazonas
raimundodiasbarbosa362@gmail.com

Esta pesquisa contribui com o processo de alfabetização na língua Paumari, na questão da linguística para elaboração de material específico, na cultura pelo processo de fortalecimento de uma identidade falante, de modo que, remando na canoa da língua, o Povo Paumari descubra que não existem línguas melhores ou piores, mas que existem línguas diferentes em suas estruturas. O povo Paumari é conhecido como Povo das águas por serem indígenas altamente fluviais por habitarem historicamente as praias e lagos do meio do rio Purus. Dedicam-se à pesca de peixe boi, pirarucu e demais peixes, quelônios e também fazem caça. Antigamente, as suas casas eram flutuantes e ficavam no centro dos lagos, onde havia menos mosquito. No verão, viviam em tapiris, construído de folha de palmeira, e as suas canoas, até hoje, são como casa bem organizada internamente para longas viagens e estadia nos portos das cidades de Lábrea, Itapoá e Canutama no Amazonas. Desse modo, problematizamos com algumas perguntas provocativas: como podemos fazer da alfabetização a canoa que possa conduzir o Povo Paumari a valorizar e revitalizar sua língua tornando-a forte e fluente? Sendo os Paumari, Povo das águas, como sua língua e cultura podem ser fortalecidas junto às crianças? Considerando a entrada da tecnologia nas aldeias indígenas como aproveitar disso para usar em benefício de da alfabetização da Língua materna Paumari? Na escola dos brancos (Jara) há muita didática e material disponível enquanto que para nós das escolas Paumari não temos material com a especificidade do Povo. Agora que estamos com os Saberes Indígenas na Escola pertencente ao Núcleo Humaitá UFAM e começando a produzir material na perspectiva da língua. Considerando que há 11 escolas municipais nas terras indígenas do povo Paumari e cerca de 300 crianças entre Educação Infantil e Ensino Fundamental é necessário pensar numa alfabetização que leve em conta essas e outras gerações que virão. Para levantamento de dados, diferentes estratégias foram utilizadas: entrevistas, pesquisa de arquivo, câmeras, gravadores, celulares e computadores como internet etc., aplicação de questionários e oficinas pedagógicas. Também fizemos uma parceria com o evento anual do Campeonato da Língua Paumari em vista de obter dados relevantes de como o Campeonato contribui ou incentiva o ensino da língua materna e em que medida a escola indígena participa com a alfabetização. O resultado, ainda em construção, é a produção de material didático específico em alfabetização em que revitalize a Língua Paumari.

A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA COMO FERRAMENTA NA LUTA ANTICAPACITISTA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DENTRO DO ENSINO ESPECÍFICO E DIFERENCIADO DO POVO POTIGUARA DA PARAÍBA

Carla Cristina Padilha dos Santos
Universidade Federal da Paraíba
carla.cristina@academico.ufpb.com.br

Diante do contexto histórico brasileiro, a discussão sobre políticas públicas que promovam a inclusão de alunos com deficiência no âmbito escolar indígena ainda é praticamente inexistente. A efetivação de uma Educação Escolar Indígena que atenda às necessidades específicas das populações indígenas em todo o país é um desafio constante. Nesse cenário, torna-se urgente discutir e desenvolver práticas educacionais que integrem as necessidades dos alunos com deficiência aos conteúdos e diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), respeitando os princípios da Educação Escolar Indígena. Este trabalho tem como foco a importância da Educação Escolar Indígena Específica e Diferenciada como um meio de resistência e afirmação identitária, além de ferramenta na luta contra o capacitismo e a marginalização social ainda presente. A proposta é analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas em uma escola indígena na Terra Indígena Potiguará (PB), destacando como essas ações contribuem para a construção de uma educação que valoriza a diferença, promove a inclusão e fortalece os saberes tradicionais e a identidade do povo Potiguará. A experiência relatada evidencia a importância da valorização da cultura local e da compreensão das especificidades culturais e históricas, além de destacar o papel fundamental da escola como espaço de formação cidadã, convivência inclusiva e respeito às múltiplas formas de existência humana. Nesse contexto, a Educação Escolar Indígena Potiguará se apresenta como uma forma de resistência e de reconstrução das relações sociais a partir de uma perspectiva anticapacitista, possibilitando que o aluno com deficiência seja reconhecido como sujeito de direitos e potencialidades, capaz de transformar sua própria realidade e a de sua comunidade. Por fim, o trabalho aponta os desafios enfrentados pelas instituições de ensino no que diz respeito à ausência de recursos e formação adequada para o desenvolvimento de práticas inclusivas. Contudo, ao valorizar os saberes ancestrais e o trabalho coletivo, essa luta deixa de buscar homogeneização e passa a promover a diversidade como princípio ético. A educação torna-se, assim, uma poderosa ferramenta de transformação social, pautada pela autonomia, reconhecimento e igualdade de direitos dos povos originários.

TÍTULO NÃO INFORMADO

Isley Freire Vieira
Aldeia São Francisco - PB
isleyvieira1997@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo fortalecer a cultura do povo Potiguara da Paraíba, com a imersão dos discentes da Escola Estadual Indígena Pedro Poti no território Potiguara da Paraíba. A proposta interligada a disciplina de Etno-história envolve as visitas dos alunos ambientes sagrados existentes, proporcionando a escuta dos anciões que compartilham suas vivências. Além disso, busca promover o diálogo entre o passado e presente - trazendo narrativas de vivências sólidas sobre a vivência dos antepassados que perpassa pela atualidade, buscando e questionando o antes e o hoje das práticas tradicionais do povo Potiguara da Paraíba, tecendo a música, artesanato e ritual. Esta experiência valoriza elementos importantes que trazem compreensões profundas da identidade, da cultura e contribui, portanto, para a preservação dos valores ancestrais, dando ênfase ao patrimônio imaterial presente nas aldeias Potiguara.

SABERES E PRÁTICAS DE UMA REZADEIRA: CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E AÇÃO EDUCATIVA NA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA TUXAUA SILVESTRE MESSIAS — COMUNIDADE INDÍGENA BARRO/RORAIMA.

Máida dos Santos
Escola Estadual Indígena Izaura Roth-Comunidade Indígena Sabiá/Roraima
maida.Santos@outlook.com.br

O presente trabalho aborda a temática dos conhecimentos tradicionais e ação educativa, refletindo sobre os saberes de uma rezadeira da Comunidade Indígena Barro, Terra Indígena Raposa Serra do Sol em Roraima. A pesquisa trata-se da arte da cura, sendo um tema bastante complexo para a devida compreensão, principalmente quando envolve a escola, ao exigir entender o contexto e a maneira da sua abordagem, considerando a cultura de um povo, mais especificamente dos macuxi. Tendo como principal objetivo, a importância dos saberes e práticas de uma rezadeira da comunidade, articulando uma ação educativa na Escola Estadual Indígena Tuxaua Silvestre Messias com os alunos do 7º ano do ensino fundamental II, localizada na Comunidade Indígena Barro, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, região Surumu, município de Pacaraima. Nesse sentido, foi realizado o diagnóstico da escola, durante o período de pandemia, com a obtenção das informações necessárias que auxiliaram no desenvolvimento do trabalho. Foi realizada oficina pedagógica com os estudantes do 7º ano e a rezadeira Rosilda Mota dos Santos, com o intuito de envolver os alunos nos saberes e nas práticas de reza. E por fim, foi elaborado um material educativo sobre esses saberes da rezadeira, que tinha como objetivo, subsidiar no ensino da disciplina de língua portuguesa, além da valorização dos conhecimentos tradicionais e da cultura indígena. Contudo, o resultado do trabalho foi de extrema importância, ao buscar-se envolver os alunos em ambientes fora da escola, assim como ter acesso aos conhecimentos tradicionais que existem na comunidade, para dar importância para estes conhecimentos.

A MUSICALIZAÇÃO COMO ENSINO APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INDÍGENA MACUXI/PARA COMUNIDADE INDÍGENA INGAARUMÃ- RR

Anderly Soares Brasil
Universidade Federal de Roraima
anderlysoaresbrasil@gmail.com

Zoraide dos Anjos
Universidade Federal de Roraima

Danielle da Silva Trindade
Universidade Federal de Roraima

O presente trabalho tem por objetivo produzir um material didático sobre os cantos na língua Indígena macuxi para os alunos do 6º ano do ensino fundamental II. A proposta é desenvolvida na comunidade Ingaarumã, localizada na Terra Indígena São Marcos, Região do Alto São Marcos, mais precisamente na Escola Estadual Indígena Índio Luiz Ambrósio, no município de Pacaraima, ao Norte do Estado de Roraima. Convém ressaltar que esse projeto de pesquisa-ação se desenvolve(u) durante meu Estágio Curricular Supervisionado da Licenciatura Intercultural no Instituto Insikiran, e, também, como subprojeto Intercultural Comunicação e Artes pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID-EQUIDADE) da Universidade Federal de Roraima e será defendido, quando

aprovado como Trabalho de Conclusão de Curso em 2026. Conhecer a realidade da comunidade e utilizar os conhecimentos adquiridos durante a pesquisa, foi importante para que eu pudesse planejar a elaboração do material didático e, também, aprimorar a compreensão dos conteúdos durante o processo de aprendizagem dos alunos, além de ampliar seus conhecimentos sobre a cultura e a língua do meu povo. De acordo com o Referencial Curricular Nacional de Educação Indígena-RCNEI (p.24-25), deve ser assegurada “uma educação intercultural, bilíngue/multilíngue e diferenciada” para/nas escolas indígenas. Entretanto, pelo contato próximo com a sociedade envolvente, torna-se cada vez mais difícil manter o interesse, a valorização e a manutenção da cultura e dos costumes tradicionais para crianças e jovens da minha comunidade. A partir dos resultados obtidos na pesquisa/coleta dados, construí, como resultado, o material didático “Cantos na língua indígena macuxi”, com tradução para português, foram produzidos cadernos de cantos para ser utilizado em sala de aula e contribuir na melhoria do desenvolvimento e sanar, mesmo que de forma parcial, dificuldades identificadas na leitura e escrita dos alunos do 6º ano. Tendo em vista que o papel da Educação indígena é valorizar a cultura identitária de um povo para que não seja extinta e suas crenças sejam respeitadas, construir novas ferramentas de ensino que motivem e contribuam para o ensino aprendizagem dos alunos e para que as futuras gerações possam, também, utilizar e ampliar os materiais como base de conhecimento em continuidade ao processo de manutenção, valorização e/ou resgate das culturas e línguas indígenas.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA JOSÉ VIRIATO

Gerusa Diogo Costa
Universidade Federal de Roraima
cf3318120@gmail.com.br

Zoraide dos Anjos
Universidade Federal de Roraima

Danielle da Silva Trindade
Universidade Federal de Roraima

O projeto de Alfabetização e Letramento na Escola Estadual Indígena José Viriato, tem como objetivo de desenvolver habilidades de leitura e escrita com os alunos do 8º ano no ensino fundamental II, da Escola Estadual Indígena José Viriato, na comunidade indígena Raposa I, Região Raposa, município de Normandia. O primeiro objetivo foi apresentar o projeto na escola em reuniões dos professores e aos pais de alunos. Apresentando a proposta à Escola, fui expor aos alunos em sala de aula. Logo depois foi feita a apresentação de leitura de texto com os alunos, utilizando livros de histórias onde alguns alunos tiveram dificuldades na leitura. Convém destacar que este trabalho faz parte de minha trajetória de formação na Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran, por meio do Estágio Curricular Supervisionado e, também, pelo Programa PIBID-Equidade como subprojeto da área de Comunicação e Artes (CA). Também realizei a atividade de escrita, como uma pequena redação e criação de texto- imagem. Os estudantes sentiram dificuldades de montar seu próprio texto, pois não conseguiam expressar suas palavras e, sendo assim, eu busquei melhorar o aprendizado da turma através de mais atividades de produção textual. Refletindo sobre o subprojeto na minha formação acadêmica, posso afirmar que foi uma experiência única, onde no início tive dificuldade, mas foi bom ter essa oportunidade de aprender a desenvolver o meu trabalho e foi fundamental para o meu crescimento profissional. Todas as experiências vivenciadas foram boas e, além disso, o cotidiano escolar permitiu entender melhor as necessidades e desafios enfrentados pelos professores e alunos e, ainda, como desenvolver estratégias para superá-los. A interação com os alunos foi uma experiência enriquecedora, onde aprendi sobre a realidade da escola, portanto, essa experiência contribuiu de maneira significativa para a minha formação acadêmica

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: O PROCESSO DE FORMAÇÃO E AS EXPERIÊNCIAS DE EDUCADORES (AS) INDÍGENAS NO ESTADO DO CEARÁ

Francisco Thomas dos Santos Silva
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
kathomas181@gmail.com.

Roberto Kennedy Gomes Franco
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
robertokennedy@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO. O presente trabalho faz uma análise do processo de formação de trabalhadores(as) indígenas que atuam na educação escolar indígena em diferentes aldeias do estado do Ceará. O objetivo do estudo foi identificar as experiências vivenciadas pelos educadores(as) indígenas, refletindo nos processos de lutas até a conquista de suas profissões. Além disso, busca-se entender a importância da interculturalidade no processo de formação contínua entre os indígenas de cada povo do estado do Ceará. **DESENVOLVIMENTO.** Este estudo desenvolve-se a partir do levantamento de produções acadêmicas que abordam as trajetórias de luta dos povos indígenas do estado do Ceará. Buscou-se realizar uma leitura crítica do tema para estabelecer uma base de conhecimento, priorizando especialmente trabalhos produzidos por pesquisadores indígenas, por apresentarem perspectivas ancoradas nas realidades vivenciadas em seus territórios. Posteriormente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os protagonistas deste estudo. As questões contemplaram aspectos relacionados aos processos de formação, às lutas, à atuação profissional, aos desafios enfrentados e às perspectivas para a política de educação escolar indígena. **RESULTADOS E CONCLUSÕES.** No Ceará, a política educacional para os povos indígenas surge a partir da atuação do movimento indígena organizado nos anos 1980/90, havendo necessidade de discutir estratégias para assegurar os direitos previstos na Constituição Federal. A análise dos resultados obtidos por meio dos questionários e entrevistas gravadas culminou em uma ampla diversidade de experiências relatadas pelos educadores(as) que compõem os diferentes povos do Ceará. A formação de professores indígenas representa uma conquista significativa do movimento indígena cearense. Por meio das lutas travadas e das mobilizações, a política de educação indígena ganhou forma, permitindo que os próprios indígenas se tornassem protagonistas de suas histórias, vivências e processos formativos em suas aldeias. A educação, nesse contexto, torna-se também um espaço de formação de opinião, fortalecendo a coletividade indígena. Portanto, embora existam conquistas importantes no campo da educação indígena, ainda se fazem necessárias políticas mais efetivas, especialmente no que diz respeito à formação continuada dos educadores indígenas. As reflexões apresentadas neste estudo reforçam a importância de compreender os processos formativos educacionais vivenciados na realidade das aldeias.

DIPLOMATAS SEM FÉ, SEM LEI, NEM REI: DIPLOMACIA TUPINAMBÁ NA FORMAÇÃO DA FRANÇA ANTÁRTICA (1531 - 1560)

Gabryel Clinário dos Santos
gabryel.santos.2@cp2.edu.br

Este trabalho se trata de uma pesquisa em andamento sob orientação do Prof. Dr. João Henrique Ferreira de Castro. Faz-se uma amostra dos contatos e das percepções entre indígenas e europeus no século XVI, evidenciando que estas se deram de diferentes formas. Entende-se que os materiais produzidos no âmbito da História Indígena mostram que a ideia de uma atuação dos Tupinambá como diplomatas é uma temática ainda pouco explorada. Objetiva-se analisar a atuação de indígenas Tupinambá no Brasil e na França entre 1531 e 1560, buscando valorizar sua agência diplomática e contribuir para a desmistificação da noção de primitivismo. O trabalho abrange desde a visita de um chefe Tupinambá à Corte inglesa de Henrique VIII até a queda da colônia francesa chamada de França Antártica. Busca-se expor o papel ativo que os Tupinambá exerceram nas relações intercontinentais, demonstrando sua presença nas dinâmicas de alianças e rivalidades do Atlântico. Junto de uma revisão bibliográfica, a pesquisa se baseia na análise documental e no destaque de trechos de fontes primárias, como relatos de viagem franceses - Jean de Léry e André Thevet - e cartas de Nicolas Durand de Villegagnon, além da descrição da Festa Brasileira em Rouen, na França, em 1550. O quadro teórico é alicerçado nos conceitos de diplomacia indígena e diplomacia no Antigo Regime. A hipótese central é que a agência diplomática Tupinambá foi fundamental para a construção da França Antártica, além da motivação dos indígenas pela busca de fortalecimento frente à povos rivais, como os Tupiniquim e os portugueses. Investiga-se também se os Tupinambá se utilizaram de saberes socioculturais próprios em negociações. Os resultados preliminares apontam para a influência indígena no imaginário europeu, na consolidação de alianças estratégicas e na eventual dissolução do projeto colonial francês. Espera-se que este estudo contribua para uma compreensão mais justa e abrangente da história colonial, sobretudo da agência indígena.

QUANDO A COLÔNIA ECOA NO SÉCULO XX: MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA NA REVISTA DE ATUALIDADES INDÍGENAS DA FUNAI

Geovanna Liz Ribeiro Cunha
Universidade Federal do Oeste da Bahia
lizcunha@outlook.com

Pablo A. Iglesias Magalhães
Universidade Federal do Oeste da Bahia

Este trabalho analisa de que maneira a Revista de Atualidade Indígena mobiliza a memória das resistências indígenas frente aos processos coloniais no Brasil. O periódico bimestral criado pela FUNAI em 1976, cuja primeira edição corresponde aos meses de novembro e dezembro daquele ano, contou com 23 números. Sua última publicação data de 1982, tendo, no entanto, deixado de circular regularmente a partir de 1981. O primeiro diretor responsável foi o general do Exército e então presidente da FUNAI Ismarth de Araújo Oliveira, que esteve à frente das edições 1 a 14. Nas edições 15 a 18, a direção ficou sob responsabilidade de Ademar Ribeiro da Silva, e, a partir da edição 19, do coronel João Carlos Nobre da Veiga, ambos também presidentes da fundação. A revista teve como propósito divulgar os costumes e a cultura dos povos indígenas no Brasil, abordando temas como rituais religiosos, festas, arte, saúde, alimentação e ganhos, além de destacar a resistência e luta. Naquele contexto, os órgãos oficiais utilizaram a revista como instrumento de propaganda, destacando como a FUNAI cumpria a missão de preservação indígena. O periódico buscava instruir a sociedade não indígena sobre os programas e projetos de desenvolvimento, bem como sobre as ações relativas às garantias de demarcações de terras indígenas, reforçando, assim, a propaganda da política indigenista nacional. A revista foi criada no décimo segundo ano do governo militar, período marcado pelo aprofundamento do massacre dos povos indígenas, expansão da grilagem de terras e outras violações de direitos civis. Assim, a Revista de Atualidade Indígena apresenta-se paradoxal, ora atuando como instrumento de resistência cultural voltado para os indígenas, ora como instrumento do Estado para construir uma narrativa que ocultasse conflitos, suavizasse tensões e legitimasse as ações da política indigenista. Alguns números abordam o período colonial, por meio de textos dedicados aos processos empreendidos por povos específicos, como os Mundurukú, ou por abordagens de caráter panorâmico. Há um relato sobre a bravura do povo Tupinambá diante da invasão francesa, a partir do livro *Viagem à Terra do Brasil*, de Jean de Léry, valioso documento histórico e etnográfico colonial. Dessa maneira, o periódico não se limitava a atualizar a sociedade sobre a situação dos povos indígenas em seu tempo, mas demonstrava também interesse em rememorar a época colonial sob um viés de luta, projetando, a partir dessas narrativas, uma perspectiva de esperança para o futuro dos povos indígenas no Brasil.

TRADUÇÃO DIGITAL E ENSINO DE LÍNGUAS INDÍGENAS: O SITE TRADUTOR WAI WAI PARA PORTUGUÊS

Iolandino Xayukuma Wai Wai
Universidade Federal do Oeste do Pará
iolandino.waiwai95@gmail.com

Carla Marina Costa Paxiuba
Universidade Federal do Oeste do Pará
carla.paxiuba@ufopa.edu.br

Terezinha do Socorro Lira Pereira
Universidade Federal do Oeste do Pará
terezinha.pereira@ufopa.edu.br

O presente trabalho apresenta uma proposta de valorização linguística e cultural por meio do desenvolvimento de um site tradutor de termos acadêmicos entre a língua portuguesa e a língua Wai Wai. A iniciativa é resultante de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, em andamento, que está sendo desenvolvida no curso de Ciência da Computação, do Instituto de Engenharia e Geociências, da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) busca contribuir para a inclusão e permanência de estudantes indígenas no ensino superior, enfrentando as dificuldades linguísticas presentes no processo de aprendizagem. O projeto combina tecnologia e saberes tradicionais, permitindo a tradução e consulta de palavras e expressões acadêmicas, além de servir como apoio didático em oficinas de língua Wai Wai realizadas na universidade. A metodologia inclui pesquisa bibliográfica, aplicada, levantamento de vocabulário com falantes nativos, implementação do site e testagem prática com alunos indígenas. Os resultados parciais obtidos na fase inicial da pesquisa demonstram o potencial do recurso digital como instrumento pedagógico e cultural, promovendo o ensino bilíngue e fortalecendo o uso da língua Wai Wai no espaço acadêmico. A proposta também se articula com ações de extensão cultural, integrando-se à luta pela preservação e visibilidade das línguas indígenas na Amazônia.

SESSÃO 2

ESCREVIVÊNCIAS DE MULHERES INDÍGENAS ISÚ-KARIRI: AUTOETNOGRAFIAS NA SUBVERSÃO DA COLONIALIDADE (DO PODER, DO SABER, DO SER E DO GÊNERO)

Vitória Alves de Araújo
Escola Indígena em Tempo Integral Isú-Kariri
vitoriaalvesaraujo20@gmail.com

Willian Fernando Domingues Vilela
Universidade Federal do Cariri
willian.domingues@ufca.edu.br

Cicera Pereira Mariano
Escola Indígena em Tempo Integral Isú-Kariri
isukarri@gmail.com

O mundo colonial se impôs (õem) sobre as mentes e corpos de forma violenta. Solano alpizar apresenta categorias importantes (colonialidade) para pensar esse processo. Conceição Evaristo por outro lado aponta caminhos para a revolução a partir das nossas memórias. Diante desse cenário, este trabalho busca averiguar o papel das mulheres Isú-Kariri na proteção de memórias e na organização política do povo, articulando corpo-território, ancestralidade e práticas cotidianas de resistência. A investigação desenvolve-se por meio da metodologia autoetnográfica, centrada nas narrativas das mulheres, Isú-Kariri, que atuam como co-pesquisadoras e co-autoras do estudo. A hipótese é que suas trajetórias, experiências e escrevivências constituem práticas concretas de subversão da colonialidade do poder, do saber, do ser e do gênero, configurando processos de autodeterminação e de fortalecimento étnico no território Isú-Kariri. Organizamos a análise em três eixos: (1) memória e ancestralidade, compreendendo as mulheres como guardiãs e protagonistas de narrativas e saberes; (2) organização política, examinando sua atuação nas lutas por direitos, na manutenção de territórios, nos espaços culturais e na escola indígena e (3) construção, subversão da colonialidade, debatendo como suas vidas, vozes e reflexões deslocam o racismo estrutural, o patriarcado colonial e o epistemicídio que historicamente tentaram silenciar mulheres e povos indígenas. A produção dos dados ocorreu por meio conversas e trocas entre mulheres, momentos de diálogos, oficinas de escrevivência, produção de diários autoetnográficos e registros de práticas coletivas. Concluímos que as narrativas das mulheres Isú-Kariri evidenciam transformações concretas no território. A participação contínua nas atividades formativas e políticas resultou, por exemplo, no aumento da presença feminina nas assembleias, na criação de estratégias próprias de geração de renda e no fortalecimento da Articulação de Mulheres Indígenas Isú-Kariri- AMIIK como espaço de formação política e de apoio mútuo. Observamos ainda que, ao reconhecerem suas histórias e elaborarem suas escrevivências, as mulheres passaram a identificar situações de violência simbólica e material, reivindicando seus direitos com mais segurança. As ações coletivas também impulsionaram uma maior presença e autonomia das mulheres na escola indígena, tanto na construção de projetos culturais quanto na mediação de conflitos e na reivindicação de práticas pedagógicas alinhadas à ancestralidade. Assim, o estudo demonstra que o protagonismo feminino no povo Isú-Kariri não é apenas simbólico, mas opera mudanças reais na vida cotidiana, amplia a autonomia, fortalece o território como espaço de vida e resistência e consolida a organização política das mulheres na luta contra o machismo, o racismo e a colonialidade.

MULHERES INDÍGENAS PATAXÓ DE COROA VERMELHA: PROTAGONISTAS NA EDUCAÇÃO E NOS CONHECIMENTOS SOBRE AS ERVAS MEDICINAIS.

Valdirene Sales dos Santos
Universidade do Estado da Bahia
larawesales@gmail.com

Lígia Raquel Rodrigues Soares
Universidade do Estado da Bahia

INTRODUÇÃO. O povo Pataxó, presente majoritariamente no sul da Bahia e no norte de Minas Gerais, preserva uma rica diversidade cultural marcada por práticas tradicionais, pela forte relação com a floresta e por um sistema próprio de conhecimentos transmitidos entre gerações. Nesse contexto, as mulheres indígenas Pataxó desempenham um papel central na transmissão e na manutenção dos saberes ancestrais. Elas se destacam como protagonistas na educação, escolar e não escolar. Além disso, são reconhecidas como guardiãs por excelência dos conhecimentos

relacionados às ervas medicinais, que constituem parte fundamental da medicina tradicional Pataxó e da resistência cultural. Esta pesquisa buscou investigar e compreender a atuação das mulheres Pataxó de Coroa Vermelha em suas diversas frentes de protagonismo. DESENVOLVIMENTO. Para a realização desta pesquisa, foram adotados procedimentos qualitativos, voltados à compreensão aprofundada das experiências, narrativas e práticas das mulheres Pataxó da de Coroa Vermelha. O estudo foi desenvolvido na Terra Indígena Coroa Vermelha, localizada entre os municípios de Santa Cruz Cabralia e Porto Seguro ao sul da Bahia. A pesquisa contou com a participação de mulheres Pataxó que desempenham papéis socialmente reconhecidos na comunidade, como professoras, artesãs, benzedeiros, lideranças e guardiãs dos conhecimentos tradicionais sobre plantas medicinais. Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas e observação participante, tanto no cotidiano dessas mulheres quanto em momentos de mobilização por melhorias na educação e na defesa do território Pataxó. PRINCIPAIS RESULTADOS OU CONCLUSÕES. Os resultados desta pesquisa evidenciaram que as mulheres Pataxó de Coroa Vermelha desempenham um papel essencial na manutenção, fortalecimento e continuidade dos saberes tradicionais do povo Pataxó. No campo da educação, verificou-se que as mulheres Pataxó assumem funções de destaque como diretoras, coordenadoras, professoras, lideranças escolares e articuladoras de práticas pedagógicas que valorizam a cultura, a língua e a história do povo Pataxó. Quanto aos saberes sobre plantas e ervas medicinais, constatou-se que as mulheres são reconhecidas como guardiãs desse conhecimento tradicional. Elas desempenham papel central na coleta, preparação e aplicação das plantas medicinais, além de transmitir esses saberes às novas gerações. Portanto são protagonistas fundamentais na preservação dos saberes ancestrais.

TÍTULO NÃO INFORMADO

Sueli de Oliveira Tomas - Kaingang
Ti Por Fi Ga , UFRGS
kheioliveira0@gmail.com

As mulheres Kaingang do Bioma Pampa vêm assumindo papéis centrais na defesa de territórios, saberes e práticas culturais, articulando memórias e ação política frente às pressões da sociedade majoritária — marcada por tradições europeias gaúchas que, em muitos contextos, levaram à invisibilização e à marginalização dos modos de vida indígenas. O protagonismo feminino Kaingang é, hoje, manifestação de resistência, reprodução de saberes e renovação política e cultural. Contexto histórico e socioambiental O Bioma Pampa sofre com processos contemporâneos como avanço de monoculturas, contaminação de recursos hídricos e desertificação em pontos do território — pressões que afetam especialmente comunidades tradicionais. Nessa conjuntura ecológica, as mulheres têm sido vozes centrais ao articular saberes tradicionais como ferramentas de preservação e adaptação climática. Formas de protagonismo das mulheres Kaingang 1. Liderança política e articulação nacional — Mulheres Kaingang ocupam espaços de articulação entre territórios e instâncias nacionais (ex.: ANMIGA e sua presença em espaços de debate nacional), fortalecendo pautas sobre gênero, território e meio ambiente. 2. Resgate e transmissão de saberes — curandeiras, remediadoras, saberes alimentares e práticas de manejo (semeadura, coleta, técnicas de cura) que sustentam autonomia comunitária e resistência identitária. 3. Educação formal e universitária — trajetórias de mulheres indígenas na educação superior e na formação de lideranças fortalecem a capacidade de interlocução com políticas públicas e execução de projetos locais. 4. Cultura e produção de memória — documentários, rodas de conversa e produção intelectual (artigos, teses) protagonizados por mulheres Kaingang ampliam narrativas e combatem estereótipos. 5. Mobilizações e marchas — participação nas grandes articulações das mulheres indígenas (marchas, acampamentos e representações em órgãos públicos), visibilizando vínculos entre corpo, território e luta política. Resistência à cultura europeia gaúcha — especificidades A presença histórica de práticas culturais europeias (latifúndio, agropecuária extensiva, festividades e símbolos gaúchos) produziu processos de assimilação, expropriação territorial e imposição de um imaginário dominante. As mulheres Kaingang resistem por meio de: Reafirmação de línguas, rituais e práticas alimentares. Recolocação do cuidado coletivo como contraponto à lógica produtivista monocultora. Produção de narrativas próprias (artes, cinema, pesquisa) que desconstruam estereótipos regionais. Essas estratégias configuram uma resistência cultural que não é apenas reativa: é produtiva — cria alternativas e modelos de convivência territorial. Desafios atuais Insegurança territorial e violência: conflitos por terra, ações de discriminação racial e ataques isolados continuam a ameaçar comunidades. Pressões ambientais e econômicas: avanço de monoculturas, contaminação de águas e perda de biodiversidade impactam modos de vida tradicionais. Gênero e violência estrutural: mulheres indígenas enfrentam interseções de racismo, sexismo e falta de serviços públicos adequados. Reconhecimento institucional ainda incompleto: há avanços (representação em espaços nacionais), mas lacunas em políticas públicas efetivas, respeito a protocolos culturais e investimentos em saúde e educação interculturais. Conclusão O protagonismo das mulheres Kaingang no Bioma Pampa é força política, cultural e epistemológica. Ao articular ancestralidade e inovação, essas mulheres resistem a processos de apagamento e constroem alternativas para o bem viver coletivo. Apoiar e amplificar essas vozes é condição para preservar o Pampa — ambiental e culturalmente — e para avançar em justiça social.

CADEIA OPERATÓRIA DA CERÂMICA PALIKUR NA ALDEIA KUMENÊ: SABERES TÉCNICOS, MEMÓRIA E COSMOLOGIA

Jessica Assis dos Santos
Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA
essicaassisdosantos22@gmail.com

Irabete Labontê Martins
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP
irabetemartinslabonte@gmail.com

Lilian Rebellato
Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA
lilian.rebellato@ufopa.edu.br

Financiamento: Projeto “Energia Limpa, Vida Sustentável: fomento à educação escolar, à transmissão de práticas tradicionais e à geração de renda entre os povos indígenas do Baixo Oiapoque e Mapuera–Trombetas–Nhamundá (Calha Norte)”.

O presente estudo integra as ações do Projeto Energia Limpa, Vida Sustentável, que busca fortalecer práticas tradicionais e promover autonomia cultural nos povos indígenas da região do Oiapoque TI Uaçá, e tem como objetivo documentar e analisar a cadeia operatória da cerâmica Palikur produzida na Aldeia Kumenê, Terra Indígena Uaçá (Oiapoque/AP). A pesquisa se baseia na observação direta em oficina conduzidas, em entrevistas com ceramistas, no registro fotográfico e na comparação com coleções históricas coletadas em 1925, permitindo compreender o sistema técnico como parte de um conjunto mais amplo de saberes interligados à memória e à cosmologia Palikur. As etapas registradas incluem a coleta das argilas vermelha (Ibug Duhweh), branca (Ibug Seyne) e cinza (Ibug Seybetye); o preparo do antiplástico kwep, obtido da queima e peneiramento de cascas; a modelagem por roletes; o alisamento com sementes, pedras para polimento e língua de pirarucu; e a aplicação de engobos, grafismos símbolos e significados. A queima, envolta por normas rituais de silêncio e respeito, destaca o papel do fogo enquanto agente técnico e cosmológico. A análise comparativa com os registros de Nimuendajú revela continuidades significativas, mesmo diante de mudanças territoriais e religiosas, evidenciando a cerâmica como veículo de memória, identidade e transmissão intergeracional de saberes. A permanência de peças como o tukutuku e o wanamyto confirma a vitalidade desse repertório técnico e ritual. Conclui-se que a cerâmica Palikur permanece como um eixo estruturante das relações entre matéria, território, espiritualidade e coletividade.

FEITIÇOS AMOROSOS E INQUISIÇÃO NO BRASIL COLONIAL: SABERES INDÍGENAS, RELAÇÕES DE GÊNERO E SOCIABILIDADES.

Maria Fernanda Sá Baeta Durante
Universidade Federal de Minas Gerais
mariafernandasbd@gmail.com

David Barbuda Ferreira
Universidade Federal de Minas Gerais
barbuda.david@gmail.com

26 de dezembro de 1692, Vila de Santo Antônio de Alcantara; o qualificador do Santo Ofício Frei Bernardino das Entradas recebeu a denúncia de Antônio Gonçalves, sapateiro, contra o índio Sylvestre, escravo de Francisco Reis. O denunciante relatava que Sylvestre aprendera um feitiço que consistia em fazer pós com a cabeça e o fígado de pássaros, e assim, “esfregando com eles qualquer mulher ella logo se Rendia”. Esses e outros tipos de feitiços, como a posanga, aparecem com relativa frequência nas denúncias inquisitoriais colhidas no Estado do Grão Pará e do Maranhão. Estas eram magias amorosas feitas por índios para que homens atraíssem sexualmente as mulheres. Conhecimentos que eram compartilhados entre homens brancos, pretos e mestiçados, o que pode indicar a difusão dos saberes indígenas na sociedade colonial. Tais trabalhos poderiam ser feitos com restos de animais, que passavam por processos de decomposição envolvendo outros bichos para depois se tornar pó, ou com ervas de plantas, como a caroatara e a cururuca. Além disso, o feito consistia em esfregar o conteúdo no corpo da mulher para despertar o desejo nela e a atrair. É importante refletir sobre as práticas de feitiçaria feitas pelos diferentes atores, já que a historiografia nos mostra que geralmente as mulheres tendiam a fazer os trabalhos para aproximar, prender e encantar

seu próprio parceiro. Então, de que maneira essas práticas foram realizadas por homens e mulheres de diferentes qualidades? Por que os missionários estavam tão interessados em denunciar as práticas de feitiços amorosos? Como a circulação dos saberes indígenas entre diferentes grupos sociais evidencia processos de troca cultural e a influência dos índios nas dinâmicas coloniais? Estas e outras questões podem ser solucionadas com a análise minuciosa e comparativa das fontes e das análises historiográficas a respeito do tribunal da inquisição português.

ESCRAVIZAÇÃO ILEGAL DE INDÍGENAS NA CAPITANIA DO MARANHÃO: UM ESTUDO SOBRE AS MULHERES INDÍGENAS BASEADO NA ANÁLISE DA DEVASSA DE FRANCISCO DA GAMA PINTO (1700 – 1750).

Maria Eduarda Fonseca Rocha Santos
Universidade Federal de Minas Gerais
mariaefonseca0807@gmail.com

Ana Luiza Junqueira Fernandes
Universidade Federal de Minas Gerais
nalujfernandes@gmail.com

David Barbuda Ferreira
Universidade Federal de Minas Gerais
barbuda.david@gmail.com

“Em junta que se convocou em 8 de junho do ano de mil setecentos trinta e nove se propôs huma petição da índia Antônia em que reclamava sua liberdade dizendo que ella fora trazida dos Sertoens donde nasceu livre de sua natureza, e que fora reduzida a injusto cativoiro por Diogo Freire morador na cidade De São Luiz do Maranhão”. Antônia é uma das indígenas que recorreu ao meio jurídico a fim de se libertar da escravidão ilegal, uma ação recorrente, especialmente entre as mulheres. Nesse sentido, esta pesquisa busca compreender a agência feminina indígena nas ações de liberdade na primeira metade do século XVIII, considerando o contexto do Estado do Maranhão e do Grão-Pará e sua relação com a legislação indigenista. O trabalho baseou-se na análise do Auto de Devassa de Francisco da Gama Pinto sobre o cativoiro de índios (1722) e na documentação da Junta das Missões, fontes que retratam a ilegalidade da escravidão e a consequente recorrência de pedidos de liberdade, protagonizados majoritariamente por mulheres. A análise considera o Regimento das Missões de 1686, que proibia a escravidão indígena num cenário de disputas entre os jesuítas e os colonos. Estes últimos, alegando pobreza e dificuldade na obtenção de escravos africanos, praticavam a escravidão indígena ilegal, muitas vezes com a conivência de autoridades coloniais, como o Governador Bernardo Pereira de Berredo. Tal prática relaciona-se intimamente ao contexto econômico local, dependente do extrativismo das drogas do sertão e da mão de obra nativa. Por fim, é importante perceber que a legislação, criada para mediar o embate entre religiosos e colonizadores, acabou por beneficiar indiretamente as populações nativas ao permitir a administração temporal aos jesuítas e garantir acessibilidade à mão de obra aos moradores, mas também ao oferecer uma perspectiva de proteção jurídica, estendida aos indígenas e seus herdeiros. Portanto, o estudo sobre a agência dessas mulheres nos processos jurídicos demonstra a importância de complexificar as análises sobre a escravidão indígena e suas particularidades nas localidades mais distantes dos centros políticos e econômicos coloniais.

“MANDO QUE SE CUMPLA Y GUARDE”: TESTAMENTOS DE INDÍGENAS E A FORMAÇÃO DE REDES DE SOCIABILIDADE E CRÉDITO EM LIMA COLONIAL.

Luiz Felipe Rodrigues Pinheiro (apresentador)
Universidade Federal de Minas Gerais
E-mail: luizlfrpinheiro@gmail.com

David Barbuda Guimarães de Meneses Ferreira
Universidade Federal de Minas Gerais
barbuda.david@gmail.com

O testamento é um documento que entrelaça os aspectos públicos e privados da vida do indivíduo. Fonte histórica de inestimável valor, permite-nos acessar dados econômicos, socioculturais e espirituais. Por meio dele, é possível observar categorias sociais e detalhes da vida cotidiana, iluminando a complexidade das relações humanas em diferentes contextos históricos. Assume-se como hipótese da pesquisa, que as redes de sociabilidade e solidariedade

dos índios podem ser reveladas a partir de narrativas testamentárias. Ademais, as dívidas e créditos declarados são tidos como demonstrativos das redes de confiança construídas pelos testadores. Argumenta-se que as relações econômicas estavam intrinsecamente ligadas à salvação da alma, fator que tornava o ato de dever e, principalmente, de não pagar uma dívida, negativamente impactantes para além de questões econômicas. Tais evidências são perceptíveis a partir dos estudos já realizados de testamentos de indígenas na América espanhola, que abordam a capacidade dessa documentação de fornecer evidências da relevância sociocultural dessas figuras no universo colonial. Em Lima a presença indígena fez-se determinante desde o princípio da colonização. Fundada em 1535, a Cidade dos Reis contou com uma grande produção de testamentos: de brancos, de índios, de africanos e mestiçados. Um exemplo disso é o testamento da índia Catalina Guacha, natural de Cusco e residente em Lima. Viúva e autodeclarada cristã, Catalina estava inserida nas redes socioeconômicas e religiosas locais. Proprietária de uma casa na região central da cidade, afirmou possuir alguns itens valiosos de prata. O documento, redigido em 1580, revela que ela fazia parte de uma ampla rede de crédito, possuindo dívidas, mas, principalmente, sendo credora de pessoas de diversas qualidades e condições. Desse modo, conclui-se que a abordagem permite lançar luz sobre a complexidade das estruturas sociais americanas, demonstrando a participação ativa de indígenas enquanto agentes com considerável capacidade de ação e influência na vida urbana de Lima. A sua inserção em amplas redes de sociabilidade e, notavelmente, a sua atuação como credores, estabelecendo laços de confiança e poder econômico, comprovam que estes não apenas participavam, mas também moldavam ativamente as dinâmicas sociais, culturais e econômicas da sociedade colonial.

A AGÊNCIA INDÍGENA NAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE CARAJÁS E PORTUGUESES NA CAPITANIA DE GOIÁS NO SÉCULO XVIII

Keila Roberta Malta
Universidade Federal de Minas Gerais
keilarm185@gmail.com

David Barbuda Guimarães de Meneses Ferreira
Universidade Federal de Minas Gerais
barbuda.david@gmail.com

A formação de alianças entre indígenas e colonizadores foi um elemento estruturante da expansão portuguesa no Brasil, e configurou um campo diplomático complexo, no qual interesses políticos, militares e culturais se entrecruzavam e se transformavam continuamente. A prática de estabelecer acordos com grupos e lideranças nativas constituiu um dos pilares que permitiu a presença portuguesa na América, uma vez que o conhecimento territorial, a mobilização guerreira e a mediação indígena eram recursos indispensáveis à consolidação do poder colonial. Nesse cenário, diferentes grupos indígenas compreendiam plenamente o significado político, militar e simbólico dessas alianças, que funcionavam como uma via de mão dupla, produzindo redes de reciprocidade e transformações profundas nas fronteiras culturais. O caso do estabelecimento de alianças entre a nação Carajá e os colonizadores, na Capitania de Goiás, ilustra como tais pactos eram resultado de negociações ativas e estratégicas. Em troca de proteção militar e de objetos utilitários oferecidos pelos portugueses, os Carajás declararam fidelidade em uma relação de vassalagem com o rei de Portugal. Longe de significar submissão passiva, esse gesto deve ser compreendido dentro de uma racionalidade política indígena: tratava-se de garantir acesso a bens, ampliar redes de proteção e reposicionar-se em um cenário de conflitos interétnicos. Além disso, essas alianças iniciais configuraram um ponto de partida para a consolidação de alianças permanentes, com a criação dos aldeamentos, processo no qual foi decisivo o papel das lideranças nativas. Em suma, o estudo dessas relações evidencia que as populações indígenas não foram agentes passivos no processo colonizador. Ao contrário, exerceram um papel crucial na construção dos pactos políticos e militares, na mediação intercultural e na própria definição das formas de ocupação do território. As alianças, sobretudo quando analisadas em sua historicidade, revelam dinâmicas de adaptação, resistência e negociação, que transformaram tanto as sociedades indígenas, quanto os próprios mecanismos de dominação colonial. Nesse sentido, compreender a diplomacia luso-indígena no caso dos Carajás em Goiás, permite reconhecer a agência indígena e problematizar a formação da sociedade colonial para além das narrativas centradas exclusivamente no poder europeu.

AS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DAS MÃES INDÍGENAS SOLO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Keila Oliveira Tomas - Kaingang
UFRGS
keilatomaz1514@gmail.com

Introdução A presença de estudantes indígenas nas universidades brasileiras é resultado de conquistas históricas ligadas às políticas de ações afirmativas e à luta dos povos originários pelo direito à educação superior. Entretanto, o acesso não garante, por si só, a permanência acadêmica. Entre os grupos que enfrentam maiores desafios estão as mães indígenas solo, que acumulam responsabilidades familiares, econômicas e acadêmicas em um contexto marcado por desigualdades sociais, culturais e institucionais. Este texto busca refletir sobre as dificuldades enfrentadas por essas mulheres, tanto na graduação quanto na pós-graduação (mestrado e doutorado), destacando os principais obstáculos e a importância de políticas de permanência específicas.

Desenvolvimento

- 1. Desafios econômicos** As mães indígenas solo geralmente encontram sérias dificuldades financeiras. Embora possam acessar bolsas de auxílio estudantil, esses recursos são, na maioria das vezes, insuficientes para cobrir as demandas básicas de moradia, alimentação, transporte, material acadêmico e, principalmente, os cuidados com os filhos. Muitas vezes, precisam conciliar os estudos com atividades remuneradas, o que compromete o desempenho acadêmico e intensifica a sobrecarga de trabalho.
- 2. Ausência de políticas específicas de permanência** As universidades brasileiras ainda carecem de políticas voltadas às especificidades das mães indígenas. A oferta de creches universitárias é escassa e, quando existe, não necessariamente atende aos horários das aulas e atividades acadêmicas. Além disso, a falta de moradias estudantis adaptadas para famílias cria barreiras adicionais, já que muitas mães não têm com quem deixar os filhos. A ausência de políticas específicas perpetua a exclusão e dificulta a conclusão dos cursos.
- 3. Sobrecarga emocional e isolamento social** A vivência das mães indígenas solo nas universidades é atravessada por uma dupla vulnerabilidade: a condição de gênero e a identidade étnica. Muitas vezes, enfrentam preconceito por serem mulheres indígenas e por desempenharem a maternidade sozinhas, acumulando camadas de discriminação. Soma-se a isso o distanciamento de suas comunidades de origem, o que intensifica sentimentos de solidão, fragilizando a saúde emocional e impactando o rendimento acadêmico.
- 4. Dificuldades logísticas e acadêmicas** Outro obstáculo significativo é a incompatibilidade entre a rotina acadêmica e a maternidade. A inexistência de espaços acolhedores para crianças dentro das universidades torna difícil a participação plena em aulas, seminários, congressos e atividades de pesquisa. Além disso, a produção científica das mães indígenas, muitas vezes baseada em saberes tradicionais e coletivos, ainda encontra resistência dentro da academia, que privilegia epistemologias ocidentais, dificultando reconhecimento e legitimação.
- 5. Resistência e protagonismo** Apesar das dificuldades, as mães indígenas solo protagonizam trajetórias de resistência e transformação. Muitas criam redes de apoio entre si, fortalecendo o sentimento de coletividade e promovendo estratégias de enfrentamento. Além disso, suas presenças nos espaços acadêmicos representam uma conquista política, uma vez que inserem novas perspectivas na produção científica e reafirmam a luta por direitos indígenas.

Conclusão A permanência das mães indígenas solo nas universidades brasileiras exige a implementação de políticas públicas e institucionais que contemplem suas necessidades específicas. Não basta garantir o acesso; é preciso assegurar condições de continuidade e conclusão dos estudos por meio de auxílios financeiros adequados, moradia estudantil adaptada, creches acessíveis e o reconhecimento das epistemologias indígenas. Valorizar a presença dessas mulheres no ensino superior é, ao mesmo tempo, fortalecer a diversidade de saberes e contribuir para a construção de uma universidade mais inclusiva, plural e comprometida com a justiça social.

SOLDADOS EM CAMPANHA: PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NAS GUERRAS DE CONQUISTA DOS SERTÕES (1698- 1706)

Daniel Cerbaro Barbosa
UFRN
danielcb201733@gmail.com
Carmen Margarida Oliveira Alveal
UFRN

O trabalho analisa o perfil dos efetivos armados da capitania do Rio Grande durante o período colonial, mais especificamente no contexto da guerra de conquista dos sertões entre os anos de 1698 e 1706. A partir da chegada do Terço dos Paulistas e da criação do terço de Assu do mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro, diversos homens das mais diferentes qualidades e origens estavam presentes nesta organização militar, a qual tinha como objetivo “desinfestar do gentio bárbaro” as terras dos sertões da capitania. Nesta pesquisa busca-se enfatizar a participação forçada de indígenas nessas campanhas, evidenciando que o dito terço não era tão paulista assim, apoiando-se nas diferentes descrições dos membros do terço. Como por exemplo “índio forro da nação canindê do sertão” e “tapuya forro da nação Cariri”. Além disso, ressalta-se as diferentes naturalidades dos soldados, demonstrando como diferentes indivíduos de diversas regiões da colônia estavam presentes no conflito. O texto também busca compreender a questão social desta participação militar indígena. Já que, originalmente, apenas homens considerados de qualidade deveriam exercer a vida militar. O conceito de qualidade discutido de acordo com Eduardo França Paiva, sendo bons os ditos homens que fossem brancos, cristãos e com cabedal, e todos os outros homens estariam em uma escala inferior na hierarquia social colonial. Ao ter como base uma pesquisa quantitativa,

envolvendo tabulação e paleografia de documentos de assentos de praça e baixas resguardados no Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), a pesquisa expõe os principais participantes das chamadas “guerras justas”. Dessa forma, a presente pesquisa demonstra que a maioria dos membros desses efetivos eram indígenas, e ainda que deveriam receber soldos mensais pelo seus serviços empreendidos nas campanhas. Por fim, a investigação também estabelece a fuga e as deserções como uma forma de resistência indígena frente ao sistema colonial.

ALDEIA MARIAZINHA: HISTÓRIA, RESISTÊNCIA E IDENTIDADE DO POVO APINAJÉ

Willians Pereira Lima Apinajé
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
willianspereiralimaapinajé@gmail.com

Juliete Santos
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)

Financiamento: PARFOR

Introdução. A trajetória da Aldeia Mariazinha, situada na Terra Indígena Apinajé, no norte do Tocantins, revela muito mais do que a origem de um território: ela expressa a força, os vínculos comunitários e o modo como o povo Panhĩ preserva sua identidade ao longo das gerações. Este estudo busca apresentar a formação da aldeia e seu papel como referência para as demais comunidades Apinajé, destacando os conhecimentos tradicionais e a história que antecede a chegada dos colonizadores ao Brasil. Ao revisitar essas memórias, o texto procura mostrar como a presença Apinajé se mantém viva, transmitida de pais para filhos, por meio da oralidade e das práticas culturais. **Desenvolvimento.** O processo de demarcação da Terra Indígena Apinajé foi marcado por conflitos, mortes e resistências até o reconhecimento oficial do território. Atualmente, cerca de 3.200 Apinajés vivem distribuídos em 64 aldeias organizadas por laços de parentesco e lideranças comunitárias. A Aldeia Mariazinha se destaca por ser considerada a “aldeia mãe”, possuindo escola, posto de saúde, creche e poço artesiano conquistas resultantes da atuação do cacique Tekator e de sua esposa Kôkôhi. A aldeia surgiu como resposta a um surto de sarampo que devastou a antiga Aldeia Botica, levando Tekator a buscar um local mais seguro para sua família. As tradições Apinajé, presente nas danças, cantos, corrida de tora e rituais como o Pârkapê e a festa Hô Hô, seguem vivas apesar de mudanças trazidas pela tecnologia e pelo contato com o mundo não indígena. **Considerações Finais.** A experiência da Aldeia Mariazinha resume uma história de coragem, perdas e reconstruções. A liderança de Tekator e os esforços das gerações seguintes permitiram que a comunidade conquistasse melhores condições de vida sem renunciar a sua cultura. A aldeia mãe segue como símbolo de proteção, união e continuidade, lembrando que a luta pelo território e pela afirmação cultural ainda faz parte do cotidiano Apinajé. Reconhecer essa trajetória é fundamental para compreender o valor que a aldeia possui para seu povo e para a preservação da identidade Panhĩ diante dos desafios atuais.

TÍTULO NÃO INFORMADO

David Henrique da Silva Pereira - Terena
Escola Estadual Indígena Aldeia Ekeruá - Aldeia Ekeruá - Terra Indígena de Araribá - Avai/ SP
davidsilva@prof.educacao.sp.gov.br

A proposta é apresentar um projeto realizado na Aldeia Ekeruá, sobre a visita de escolas não indígenas na aldeia, através de um plano de Visitação que tem como envolvidos professores, alunos e comunidade. Buscando fortalecer a Lei 11.645/2008.

ACERVO DE MEMÓRIAS INDÍGENAS DO PIAUÍ

Maria das Graças Feitosa dos Santos
Instituto Federal do Piauí
grassafeitosa@gmail.com

Andresa da Conceição Pereira dos Santos
Instituto Federal do Piauí
andresaayrosa@gmail.com

Rosanny Pereira de Santana
Instituto Federal do Piauí
rosannysantana2909@gmail.com

Maria das Graças Feitosa dos Santos
Instituto Federal do Piauí
grassafeitosa@gmail.com

Claudiane Barbosa de Carvalho
Instituto Federal do Piauí
cauru.2024117lpin0021@aluno.ifpi.edu.br

Samea Rafaela Lopes Ribeiro
Instituto Federal do Piauí
samea.lopesdias@gmail.com

Cristiane Gomes da Rocha
Instituto Federal do Piauí
gomescristiane832@gmail.com

Ana Beatriz Moreira da Silva
Instituto Federal do Piauí
anabeatrizm352@gmail.com

O presente projeto tem como objetivo construir um acervo de memórias indígenas por meio de entrevistas com pessoas dos povos Akroá-Gamela e Guegue do Sangue no município de Uruçuí, no Piauí, servindo de patrimônio cultural, simbólico e histórico, bem como de material empírico para pesquisas nas áreas de história, antropologia ou quaisquer outras. Utilizando-se da metodologia da História Oral, e postando as entrevistas em plataforma digital, a presente pesquisa pretende, além de montar um repositório de memórias, analisar os relatos e as conexões que envolvem as identidades e as percepções de ancestralidade de pessoas que manifestem de múltiplas formas o legado de antepassados indígenas.

TÍTULO NÃO INFORMADO

Isaac Philistin
philistin343@gmail.com

A descolonização não é apenas um capítulo do passado: continua a ser um desafio vivo para os povos indígenas no Brasil e em todo o mundo. Refere-se à luta pela terra, cultura, memória e dignidade. Hoje, enquanto as comunidades indígenas ainda enfrentam violência, exclusão e apagamento, os direitos humanos surgem como uma ferramenta essencial para garantir a justiça e o reconhecimento. Este congresso constitui assim um espaço vital para refletir sobre a forma como a descolonização, a justiça e os direitos humanos podem trabalhar juntos para transformar a realidade. Desenvolvimento. A colonização deixou um legado pesado: desapropriação de territórios, destruição de modos de vida tradicionais e violência estrutural. Diante disso, a resistência indígena sempre afirmou um princípio fundamental: o direito dos povos à autodeterminação. Este direito, consagrado nas normas internacionais, legitima as lutas pela defesa dos territórios ancestrais, pela preservação das línguas e pela proteção da natureza. No entanto, o reconhecimento legal nem sempre foi suficiente. Os povos indígenas continuam a enfrentar pressões econômicas, invasões ilegais, discriminação e violações dos seus direitos fundamentais. A justiça, neste contexto, significa mais do que a aplicação de leis: envolve a reparação da violência histórica, a restituição de terras, o respeito pelos conhecimentos tradicionais e a participação ativa nas decisões políticas. Hoje, a descolonização passa também pela revalorização das cosmologias indígenas, pelo reconhecimento do seu papel essencial na preservação da biodiversidade e pela criação de modelos de desenvolvimento que não destruam territórios. Estas perspectivas indígenas oferecem uma alternativa ética e sustentável às crises ecológicas e sociais globais. Conclusão. No VI Congresso Indígena do Brasil, a reflexão sobre descolonização, direitos humanos e justiça assume um significado particular. Ela nos lembra que a luta indígena não é apenas uma luta para sobreviver, mas para transformar o mundo. A justiça decolonial requer escuta, reparação, solidariedade e compromisso. Requer o reconhecimento de que os povos indígenas não são apenas vítimas do passado, mas também atores do futuro. Que este congresso seja um espaço de força, de fala e de transformação, para que a dignidade, a autonomia e a justiça guiem os caminhos a seguir.

TÍTULO NÃO INFORMADO

Geovana Kellen de Azevedo Guimarães
kellenguimaraes14@gmail.com

Introdução: A migração de mulheres indígenas na América Latina revela processos históricos de colonialidade, violência e desigualdade que atravessam seus corpos-territórios. Esses deslocamentos não são apenas escolhas individuais, mas expressam tensões entre modos de vida indígenas e a expansão de modelos hegemônicos que desestabilizam seus territórios. **Desenvolvimento:** Muitas mulheres migram em busca de estudo, renda e condições dignas que já não encontram em seus espaços de origem, fragilizados por violências, conflitos e precarização. Outras são empurradas por deslocamentos forçados, frutos de processos coloniais ainda atuantes. As desigualdades de gênero, raça e território marcam profundamente suas trajetórias, atualizando violências patriarcais e racistas. Nas cidades, enfrentam ausência de políticas públicas, exploração laboral, violências sexuais e preconceitos que questionam até mesmo o direito de povos indígenas migrarem. Tais trajetórias evidenciam que a migração é também uma travessia por fronteiras simbólicas, onde a colonialidade opera continuamente e onde a resistência se reinventa no cotidiano urbano. **Principais Resultados:** Os dados do IBGE mostram a intensidade desse processo: em 2022, 53,97% da população indígena vivia em centros urbanos, contra 36,22% em 2010. Isso revela tanto a busca por novas possibilidades quanto o agravamento das pressões que inviabilizam a permanência nos territórios tradicionais. A presença indígena nas cidades torna-se cada vez mais expressiva, transformando o espaço urbano em campo de disputa e reterritorialização. **Conclusões:** A migração de mulheres indígenas evidencia a persistência das estruturas coloniais e sexistas, mas também aponta para formas de resistência e reinvenção territorial. Ao ocuparem a cidade, essas mulheres denunciam as desigualdades que as expulsam e afirmam novos modos de existir, desafiando o projeto hegemônico que separa “cidade” e “indígena”. Assim, seus deslocamentos tornam visíveis as contradições da modernidade e reafirmam a centralidade dos corpos-territórios na luta por justiça e dignidade.

CERÂMICA WAI WAI: EXPRESSÃO E IDENTIDADE RETRATADOS ATRAVÉS DOS GRAFISMOS

Jamile Brait Ferreira -Universidade Federal do Oeste do Pará
jamilibraitleira@gmail.com

Lilian Rebellato
Universidade Federal do Oeste do Pará
lilian.rebellato@ufopa.edu.br

Financiamento FAPESPA, Edital 001/2022 Amazônia +10

O presente poster é parte do projeto "Energia Limpa, Vida Sustentável" e foca nas formas de expressão e grafismos em recipientes de cerâmica utilizados pelo grupo indígena Wai Wai da Terra Indígena Nhamundá-Mapuera. A pesquisa visa descrever os grafismos existentes de acordo com os relatos das mulheres Wai Wai, focando nos vasilhames ligados à alimentação. Os objetivos incluem observar as variações gráficas em diferentes vasilhames cerâmicos e estabelecer relações entre o tipo de grafismo e as formas cerâmicas. Foram analisados 111 vasilhames, incluindo copos, tigelas, bandejas, potes e panelas (Kuupa, Parakwê, Warahyaku, Uruti e Pinkoko, respectivamente) e outros, como pratos e recipientes como o Tahem, que serve para armazenar mantimentos. A pesquisa é uma ação para entender a produção cerâmica, os problemas enfrentados e as aprendizagens passadas entre gerações. A meta é analisar as cerâmicas produzidas em oficinas do projeto e representar as variações de forma e desenhos sob a perspectiva atual do povo Wai Wai. Os resultados incluem a reconstrução parcial da cadeia operatória da produção cerâmica e o que representa cada grafismo de acordo com a cosmovisão do grupo.

DESENHANDO O WIRA'U HAW: A PERSPECTIVA DAS CRIANÇAS TEMBÉ SOBRE O RITUAL ANCESTRAL DO WIRA'U HAW NA TERRA INDÍGENA ALTO RIO GUAMÁ (TIARG) - PA

Maria Gabriela Oliveira da Silva
Universidade Federal do Pará
gabrielaoiveiraset@gmail.com

Ao analisar os processos ritualísticos do Wira'u Haw – Festa ancestral do povo indígena Tembê, da Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG), localizada no estado do Pará, juntamente com desenhos produzidos pelas crianças Tembê através de Oficinas de desenho, realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Interculturais Pará-Maranhão (GEIPAM), foi possível perceber novas possibilidades metodológicas carregadas de ludicidade e sensibilidade, que possibilitaram novos horizontes de pesquisa, além de gerar laços e proximidades com essas crianças indígenas através da Arte, História e da Antropologia, ao incentivar que cada uma colocasse nos papéis em branco um registro colorido de suas vivências na aldeia. Assim, o material produzido pelas crianças Tembê, destacam diversas características do Wira'u Haw e das dinâmicas nas aldeias da TIARG, que estão presentes nas interações entre humanos e não humanos – presentes em grafismos, vestimentas, uso de plantas e ervas, cantorias xamânicas, instrumentos e nos seres da floresta. Ao observar a participação ativa das crianças nas dinâmicas do ritual e analisar estudos etnográficos, nota-se como as crianças são parte estruturante do corpo da aldeia. Assim, percebe-se como a representação dos povos indígenas, e principalmente, das crianças indígenas ao longo da História ainda possuem lacunas em suas possibilidades de representação, ao levar em consideração que as estruturas da sociedade brasileira foram moldadas sob uma óptica eurocêntrica, que na maioria dos casos, não considera a pluralidade das infâncias latino-americanas, e muitos menos, as infâncias indígenas e amazônicas. Logo, os desenhos são alinhados a fotografias registradas em atividades de campo, criando possibilidades diversas de compreensão de uma realidade repleta de saberes ancestrais e de vivências transformadoras, que rompem estas barreiras eurocêntricas, bem como as barreiras academicistas impostas sobre as crianças indígenas.

CORDEL INDÍGENA E INTERMIDIALIDADE EM CORAÇÃO NA ALDEIA, PÉS NO MUNDO DE AURITHA TABAJARA

Jessica Rodrigues da Silva
Universidade do Estado da Bahia

Elizabeth Gonzaga de Lima
Universidade do Estado da Bahia

O presente trabalho investiga a intermedialidade na obra *Coração na Aldeia, Pés no Mundo* (2018), de Auritha Tabajara. O ponto de partida é o contexto de invisibilidade histórica e a hegemonia da narrativa eurocêntrica, contrapondo-se à emergência da literatura indígena brasileira como um campo de resistência e autoafirmação com base na oralidade e na ancestralidade. O objetivo geral foi analisar como a autora utiliza a relação entre diferentes mídias para expressar a complexidade da experiência indígena e reforçar sua identidade. A metodologia adotada é a pesquisa qualitativa, fundamentada na teoria da Intermidialidade de Rajewsky (2007) e Clüver (2012). A análise demonstrou que a intermedialidade atua como uma ferramenta de resistência e a escolha do cordel garante algumas relações entre mídias, como a transposição midiática da oralidade para o suporte escrito. Assim como foram percebidas combinações entre mídias e referências intermidiáticas. Essa articulação estética materializa a experiência do “entre-lugar” de povos indígenas e afirma a voz da mulher indígena nordestina no cenário literário.

ECOCRÍTICA E CORPO-TERRITÓRIO NA NARRATIVA KAINGANG “A HISTÓRIA DE JÛMÊ E FÉ HÁ”

Giselle Vieira dos Santos
Universidade do Estado da Bahia
gisellevieirasantos12@gmail.com

Elizabeth Gonzaga de Lima
Universidade do Estado da Bahia
profbethliteratura@gmail.com

Este trabalho visa analisar de que maneira A história de Jûmê e Fé Há – A origem da araucária e da gralha-azul (2023), de Vanessa Kaingang, reconto da oralidade Kaingang, transmite e constrói percepções sobre a continuidade do corpo em transmutação com o ecossistema. O estudo dialoga com a ecocrítica, campo interdisciplinar que investiga a relação entre literatura e meio ambiente, fundamentando-se tanto nas contribuições de Greg Garrard (2006) quanto nas perspectivas indígenas contemporâneas que evidenciam uma ontologia relacional e a terra como entidade viva. Assim, conclui-se que, ao narrar as transformações de Jûmê e Fé Há, o reconto rompe com a dicotomia ocidental que dissocia o corpo, o espírito e a natureza, além de mostrar que preservar o território é, simultaneamente, preservar o corpo e a continuidade ancestral.

ORALIDADE INDÍGENA E MÍDIAS DIGITAIS: O PODCAST NÓS - UMA ANTOLOGIA DE HISTÓRIAS INDÍGENAS

Taiane Ferreira do Santos
UNEB/CNPq
taianeuneb@gmail.com

Elizabeth Gonzaga de Lima
UNEB
elssantos@uneb.br

As narrativas orais dos povos originários têm atravessado séculos de história cultural do Brasil, sendo posteriormente desenvolvidas a partir da tecnologia da escrita, o que permitiu sua preservação, mas também resultou na perda de elementos sonoros e performáticos. Com o avanço das mídias digitais, o podcast surge como uma nova possibilidade de retomar e expandir esses relatos. A adaptação do livro Nós – Uma antologia de literatura indígena (2019) para o formato de podcast exemplifica esse fenômeno, demonstrando como a sonoridade e a performance podem ser reintegradas às histórias. Segundo Rodrigo Tigre (2021), o podcast combina a flexibilidade da internet com elementos tradicionais do rádio, permitindo que conteúdos narrativos alcancem novos públicos. A adaptação do livro para o formato sonoro, pode ser examinada por meio da estratégia de "transposição midiática", segundo conceitua Irina Rajewsky (2012), evidenciando o potencial do podcast como meio de difusão da literatura indígena, preservando suas características orais e tornando-as acessíveis a diferentes audiências. O estudo fundamenta-se nas reflexões de Daniel Munduruku (2012) para compreender a relação entre literatura indígena e tecnologia, em Rodrigo Tigre (2021) para explorar o papel do podcast como mídia contemporânea e em Irina Rajewsky (2012) para analisar o processo de adaptação midiática. Dessa forma, a pesquisa busca analisar como o podcast pode ser um espaço inovador para a valorização da literatura oral dos povos originários, possibilitando sua difusão no ambiente digital.

MONSTRUOSIDADE, CANIBALISMO E ANTROPOFAGIA EM "AS AMANTES FEITICEIRAS" DE DANIEL MUNDURUKU

Ingrid Maria Rodrigues da Silva
UNEB

Ricardo Tupiniquim Ramos
UNEB

As narrativas de medo estão presentes nas mais diversas culturas. De acordo com Cohen (1999), os monstros dessas histórias são os temores culturais de uma dada sociedade. França (2012) especifica o medo do "outro" como uma das formas mais recorrentes de se produzir monstros na ficção. Desde esses pressupostos, buscamos analisar em "As amantes feiticeiras", conto da antologia "A Caveira-Rolante, A Mulher-Lesma e outras histórias indígenas de assustar", de Daniel Munduruku (2010), a produção do medo nas figuras monstruosas dos bugios e o sentido antagônico entre o canibalismo das criaturas e a antropofagia do herói.

OS SABERES DAS MAIS VELHAS: CONSTRUÇÃO DA PERSONAGEM ANCIÃ ESTER NO ROMANCE MUNDURUKU CANUMÃ: A TRAVESSIA

Juliany Gimenes Silva Campos
Universidade Estadual de Santa Cruz

Randra Kevelyn Barbosa Barros
Universidade Estadual de Santa Cruz
jgscampos.let@uesc.br

Os anciãos ocupam posição fundamental nas culturas indígenas, atuando como defensores e transmissores dos saberes ancestrais que estruturam as práticas, a memória e a continuidade identitária de seus povos. Em Canumã: a travessia, de Ytanajé Coelho Cardoso, essa centralidade é representada por meio de figuras que condensam conhecimentos linguísticos, tradicionais e culturais, reforçando a importância da velhice como locus de autoridade e preservação da tradição. Nesse horizonte, o presente trabalho tem por objetivo analisar a construção da personagem

Ester, anciã Munduruku cuja trajetória evidencia o processo de esvanecimento da língua e dos saberes tradicionais de sua comunidade. A personagem é compreendida como portadora da memória coletiva e de práticas culturais ameaçadas pelo apagamento histórico e territorial na região do Amazonas. A pesquisa é conduzida por meio de metodologia qualitativa de caráter bibliográfico, articulando o romance a reflexões de intelectuais indígenas contemporâneos. Dialoga-se com Eliane Potiguara (2014), no tocante ao papel constitutivo da oralidade na preservação dos modos de saber, e com Márcia Kambéba (2018), cuja defesa da literatura escrita como instrumento de registro, memória e resistência contribui para compreender o texto como espaço de salvaguarda cultural. Pretende-se, assim, evidenciar a relevância dos anciãos enquanto guardiões de saberes ancestrais e reforçar a importância da literatura como meio de preservação desses conhecimentos, além de ampliar a fortuna crítica acerca do autor e de sua obra.

O TEMPO E A TERRA EM YBY KÛATIARA - UM LIVRO DE TERRA, DE ELLEN LIMA WASSU

Amanda Souza Ferreira
Universidade Estadual de Santa Cruz
asferreira.let@uesc.br

Financiamento ICB/UESC

O tempo é utilizado para calcular a duração de acontecimentos, para isso, recorremos a nomenclaturas como minutos, horas, dias, semanas, séculos, dentre outros. Com o tempo, é possível estabelecer uma relação de passado, presente e futuro, a partir de perspectivas específicas. A produção literária de Ellen Lima Wassu no livro Yby kûatiara - Um livro de terra, publicado em 2023, apresenta uma ideia de tempo diferente da tradicional. Os poemas presentes nessa obra expressam um conceito de tempo ligado à terra. De outro modo, além de expor o que conhecemos como tempo, medido em uma perspectiva ocidental, como uma invenção, a autora apresenta em sua poética uma nova maneira de calcular as mudanças de ciclo. Nesse sentido, objetiva-se analisar alguns poemas do livro, bem como a maneira que a autora Ellen Lima Wassu relaciona a contagem do tempo com a terra e elementos da natureza. A poeta sugere que é preciso acompanhar a passagem do tempo a partir do curso e do ciclo da natureza. Para tanto, a metodologia adotada neste estudo é predominantemente qualitativa de cunho bibliográfico, ancorando-se principalmente em Graça Graúna (2013) para realizar a análise da poesia indígena e em Daniel Munduruku (2005) para discutir a questão do tempo. Assim, este trabalho dialoga sobretudo com uma bibliografia de autoria indígena. Como resultado, busca-se mostrar perspectivas outras de relação com o tempo que diferem do modelo ocidental capitalista, fazendo-se necessário entender como funciona a contagem do tempo em alguns dos poemas de Ellen Lima Wassu e de que maneira há essa mudança de concepção para a autora e sua poética. Assim, o estudo também busca contribuir para a ampliação da fortuna crítica de Ellen Lima Wassu e dos trabalhos no campo das literaturas indígenas contemporâneas.

TEATRO COM CRIANÇAS NA ALDEIA ITAPUÃ: O ENSINO EM TEATRO NO COLÉGIO INDÍGENA TUPINAMBÁ AMOTARA

Geisa Pena Costa - Tupinambá
Creche Indígena Tupinambá Amotara
pena.geisa@gmail.com

A pesquisa intitulada "Teatro Com Crianças na Aldeia Itapuã: O Ensino em Teatro no Colégio Indígena Tupinambá Amotara" propõe um estudo significativo de interseção entre a educação indígena e a pedagogia teatral. Utilizando a montagem da obra literária O Navio Negreiro, de Castro Alves, como base, a pesquisa emprega os jogos teatrais do Teatro do Oprimido, desenvolvidos por Augusto Boal, como ferramenta central. O objetivo principal é integrar a prática da leitura, a interpretação e o desenvolvimento da oralidade com as habilidades e competências artísticas, promovendo o aprendizado de maneira lúdica e engajadora. Ao fazê-lo, a pesquisa busca não apenas ensinar literatura e teatro, mas também fortalecer a identidade cultural e a expressão individual e coletiva dos participantes, dentro do contexto educacional indígena. Essa abordagem destaca a importância de métodos pedagógicos que respeitam e valorizam as culturas tradicionais, ao mesmo tempo, em que oferecem oportunidades para potencializar a criatividade e a reflexão crítica.

COLONIALIDADE, ENSINO DE HISTÓRIA E A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS NAS AMÉRICAS: O USO DO CORDEL PARA UMA LEITURA DECOLONIAL DOS ESTADOS UNIDOS

Jhonny Rafael Mota da Silva
Universidade Federal do Pará
jhonny.silva@Braganca.ufpa.br

Vanderlúcia da Silva Ponte
Universidade Federal do Pará
vantutorapa@gmail.com

O trabalho (em desenvolvimento) analisa o ensino da História dos Estados Unidos a partir de uma perspectiva decolonial, articulando-o ao debate sobre a formação dos Estados nacionais nas Américas e aos impactos desse processo para os povos indígenas. Argumenta-se que as narrativas tradicionais sobre a independência e consolidação dos EUA reproduzem uma visão eurocêntrica que exalta liberdade e progresso, ao mesmo tempo em que silencia violências coloniais, como extermínios, remoções forçadas e políticas de assimilação direcionadas às populações indígenas. A colonialidade do saber permanece ativa quando tais processos são ensinados de forma acrítica, reforçando hierarquias entre Norte e Sul global. Propõe-se, como alternativa pedagógica, o uso da literatura de cordel para promover uma leitura crítica da formação dos Estados Unidos, valorizando saberes populares e estimulando a consciência histórica dos estudantes. O cordel permite tensionar discursos hegemônicos e aproximar a história global das experiências locais, possibilitando que os alunos reconheçam contradições, disputas e apagamentos presentes na construção estatal norte-americana. Ao integrar o cordel ao ensino, busca-se fortalecer práticas educativas libertadoras e promover a compreensão dos Estados Unidos não como modelo universal de modernidade, mas como formação nacional marcada por conflitos coloniais que continuam a reverberar no presente. Indica-se, ao final, o alinhamento desta proposta ao eixo temático do simpósio, ao evidenciar como narrativas decoloniais contribuem para repensar o lugar dos povos indígenas e das populações subalternizadas na história das Américas contemporâneas.

A LUTA DOS POVOS INDÍGENAS PELO TERRITÓRIO: O CASO LAKLÃNÕ/XOKLENG E A QUESTÃO DO MARCO TEMPORAL

Elian Daniel Patté Ndili
Universidade Federal de Santa Catarina
danielndili@gmail.com

Introdução: Este resumo apresenta a luta do povo Laklãnõ/Xokleng pelo território no contexto da questão agrária brasileira, marcada por desigualdade histórica e disputas fundiárias. destaca-se que a organização territorial indígena foi profundamente afetada por políticas coloniais, remoções forçadas e pela negação de direitos, o que comprometeu modos de vida e relações tradicionais com o território. Desenvolvimento: Aborda-se a trajetória dos Laklãnõ/Xokleng, historicamente presentes no Vale do Itajaí, cuja relação com a terra foi impactada pela construção da Barragem Norte e pela redução territorial, gerando conflitos com colonos e agravando tensões socioculturais. Evidenciam-se também estratégias de resistência, como mobilizações políticas, ações judiciais, fortalecimento cultural, retomada da língua materna Laklãnõ e articulação com organizações regionais e nacionais. Destaca-se ainda o debate sobre o Marco Temporal, que ameaça direitos territoriais ao limitar o reconhecimento de terras ocupadas antes de 1988, afetando diretamente a realidade Laklãnõ/Xokleng. Conclusão: Observa-se que a defesa territorial é essencial para a continuidade física, espiritual e cultural do povo e que a superação de injustiças depende do reconhecimento dos direitos originários, do fortalecimento de políticas públicas adequadas e da valorização do protagonismo indígena na construção de uma sociedade democrática e pluriétnica.

EXPERIÊNCIAS DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COM ESTUDANTES INDÍGENAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA PARA POTY NHE' Ë JÁ

Camila Ferreira da Silva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro; CNPq
camilaferr30@gmail.com

Tayna Alvares Samaniego
Universidade do Estado do Rio de Janeiro; FAPERJ
alvarestayna2022@gmail.com

Marcia Lisbôa Costa de Oliveira

Este trabalho discute os pressupostos das ações desenvolvidas no campo de um projeto de Pesquisa de Iniciação Científica que enfoca aspectos teórico-metodológicos do ensino de Língua Portuguesa no trabalho pedagógico com estudantes indígenas do Ensino Fundamental da Escola Municipal Indígena Para Poty Nhe' Ë Já, situada na Aldeia Ka'Aguy Hovy Porã / Mata Verde Bonita (Maricá-RJ). O objetivo do projeto é colaborar na construção de estratégias pedagógicas e na criação de materiais didático pedagógicos produzidos de acordo com o contexto sociocultural, em sintonia com a Resolução CNE/CEB 5/2022. O projeto se integra às ações de um grupo de pesquisadoras e estudantes da UERJ e da UFF que desenvolve processos formativos dialógicos com docentes indígenas e oficinas com os estudantes da escola. Parte-se do pressuposto de que a colonização epistêmica, ocorrida no Brasil conjugou o epistemicídio ao glotocídio, tendo como propósito o apagamento das línguas originárias e a implantação de uma visão monolíngue, que ainda prevalece na sociedade e no ensino de língua portuguesa. Por consequência, é prioritária a valorização do idioma Guarani Mbya, ao mesmo tempo que é preciso enfrentar os desafios relacionados ao ensino da Língua Portuguesa no contexto local. Para tanto, abordaremos a educação linguística em contextos bilíngues e a pluralidade do português indígena no Brasil, tendo em vista que a dimensão pedagógica é um componente central, constitutivo e condutor da decolonialidade, como afirma Catherine Walsh. Implementamos oficinas com estudantes indígenas e elaboramos jogos didáticos voltados para a aprendizagem da Língua Portuguesa no Ensino Fundamental, além de termos participado da elaboração de dois livros didáticos bilíngues que estão sendo usados na escola. Os resultados da pesquisa indicam que a abordagem bilíngue e culturalmente sensível no Ensino de Língua Portuguesa favorece o desenvolvimento de conhecimentos, capacidades e atitudes relacionadas à escrita e à leitura em contextos escolares indígenas.

LETRAMENTOS INY RYBÈ: SABERES, LÍNGUA E ESTRATÉGIAS BILÍNGUES PARA A VALORIZAÇÃO SOCIOCULTURAL DO POVO JAVAÉ

Wairama Xiwelelori Wataju Javaé
OPTTINS/UNIRG/TO/UFG
javaewekuma@gmail.com

Marcilene de Assis Alves Araujo
OPTTINS/PPGES/UNIRG/TO

O povo Javaé, pertencente ao grupo étnico Iny, localizado no estado do Tocantins, possui uma expressiva riqueza cultural e linguística, refletida em seus modos de vida, práticas tradicionais, cosmologias e formas de expressão oral que constituem sua organização sociocultural. Contudo, a predominância de currículos ocidentais e a pressão pelo domínio exclusivo da língua portuguesa têm dificultado a valorização dos modos próprios de letramento e da transmissão intergeracional de saberes indígenas. Este trabalho, desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa Observatório de Povos Tradicionais do Tocantins - OPTTINS, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Social (PPGES) da Universidade de Gurupi - UnirG, tem como objetivo fortalecer o ensino bilíngue Iny Rybè/Português, promovendo práticas educativas interculturais que respeitem e valorizem o conhecimento tradicional Javaé, em conformidade com o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI). A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada na Sociolinguística Interacional, na etnografia e na pesquisa colaborativa, integrando professores, estudantes e anciãos no processo de construção do conhecimento. As ações se organizaram em três eixos: (1) rodas de conversa e entrevistas com educadores e lideranças para identificação das demandas e desafios da educação bilíngue; (2) oficinas colaborativas envolvendo falantes de Iny Rybè e professores indígenas para registro de usos linguísticos, expressões culturais e temas relevantes ao ensino; e (3) construção participativa de materiais pedagógicos para uso nas escolas locais. Como produto educacional, elaborou-se uma Cartilha Bilíngue Intercultural Iny Rybè/Português, acompanhada de uma sequência didática destinada às escolas indígenas, contendo narrativas, expressões do cotidiano, elementos culturais, atividades de leitura, oralidade e escrita, além de propostas pedagógicas alinhadas às práticas e aos modos de ensinar próprios do povo Javaé. O material, produzido com protagonismo indígena e suporte técnico do PPGES/UnirG e do OPTTINS, fortalece o uso ampliado da língua materna no espaço escolar, contribui para a preservação cultural e oferece suporte metodológico aos docentes. A construção colaborativa de materiais bilíngues e interculturais, associada ao protagonismo indígena, constitui estratégia essencial para a valorização sociocultural do povo Javaé e para o fortalecimento da educação escolar indígena no Tocantins.

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DA LÍNGUA TAUREPANG NA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA MANOEL BARBOSA, EM UMA COMUNIDADE INDÍGENA EM PACARAIMA, RORAIMA.

Jadicélia Alves Pinho
Universidade Federal de Roraima
jadiceliaalves7@gmail.com

Catarina Jandira Padilha
Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima
catarinajanira@gmail.com

Arthur Philipe Cândido de Magalhães
Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima
arthur.magalhaes@educacao.rr.gov.br

Esta narrativa autobiográfica de uma professora indígena da etnia Taurepang, aborda sobre o processo de ensino da Língua Indígena Taurepang, no contexto do Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Escola Estadual Indígena Manoel Barbosa, que fica na comunidade indígena Sorocaima II, em Pacaraima, Roraima. Um dos questionamentos que fomentou a reflexão sobre o ensino da língua indígena foi: Como ensinar a língua indígena sem perder a essência da cultura Taurepang, valorizando a nossa língua, nossos rituais e atendendo as necessidades educativas de cada estudante? As reflexões apresentadas são fruto das disciplinas de “Materiais Didáticos” e “Fundamentos da Aprendizagem e do Desenvolvimento”, do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva Intercultural, do Programa Parfor Equidade, no Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima – UFRR. As discussões teóricas sobre os processos de aprendizagem e as atividades práticas em que construímos jogos didáticos contribuíram para uma prática pedagógica que atendesse as necessidades dos alunos, sobretudo das crianças público-alvo da Educação Especial. Por fim, a participação nessas disciplinas proporcionou embasamento teórico e prático no qual pudesse trabalhar a preservação e revitalização da língua na comunidade, o fortalecimento da língua indígena, a produção de materiais didáticos apropriados e práticas de avaliação sensíveis à diversidade linguística.

IÕ HERUÊ UPÂ ãGOHÓ TXIBÁ/ DAWÊ MAYÕ IXÊ: PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA ESCOLA INDÍGENA PATAXÓ BARRA VELHA

Everton Braz dos Santos
Universidade do Estado da Bahia

Erlânio dos Santos Alves
Universidade do Estado da Bahia

Romilson Braz dos Santos
Universidade do Estado da Bahia

Gerusa Cruz Sobreira
Universidade do Estado da Bahia

O presente trabalho é fruto de uma atividade de pesquisa realizada no âmbito do componente curricular “Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão na Escola Indígena I”, ministrado pela Prof. Ms. Gerusa Sobreira, no semestre 2024.1. Como indígenas do povo Pataxó e professores da escola da Aldeia-mãe Barra Velha, percebemos o quanto o ritual foi sendo ressignificado ao longo dos anos na comunidade, portanto, o objetivo deste estudo de natureza qualitativa foi analisar a importância do ritual da lua cheia na prática pedagógica da escola indígena Pataxó de Barra Velha. Para tanto, como caminho metodológico optamos pelo método da pesquisa bibliográfica, além de disso, recorremos a fontes documentais, observação dos espaços e da construção das atividades com registros fotográficos e entrevista semiestruturada com membros da unidade escolar. Ao longo da pesquisa, percebemos o quanto o ritual da lua cheia tem impactado a escola, pois envolve funcionários/as, professores/as e estudantes ao longo de todo o processo de preparação da grande noite, tornando o ensino mais fortalecido, interdisciplinar e contextualizado, conforme requer a educação escolar indígena e, ainda, aponta para a retomada de uma pedagogia própria do povo Pataxó. É importante destacar, também, que há no processo de ensino-aprendizagem o fortalecimento do protagonismo estudantil, visto que as atividades estão diretamente conectadas com o cotidiano das famílias, portanto estudantes conseguem assumir a função de ensinar no momento das atividades práticas. A partir dessa investigação, conseguimos evidenciar que o Iõ Heruê Upâ ãgohó Txibá/ Dawê Mayõ Ixê (ritual da Lua Cheia) era compreendido apenas como um fortalecimento cultural do povo Pataxó, mas agora ganhou novo destaque: este ritual se tornou uma

prática pedagógica que fortalece o currículo ao integrar conhecimentos tradicionais e científicos no âmbito da educação escolar indígena.

CONCEITOS E NARRATIVAS PRESENTES NA HISTÓRIA INDÍGENA ENSINADA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOCENTES DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ (SP)

Vitória Silveira Santos Domingos
Instituto Federal de São Paulo
visilveirad@gmail.com

Flávia Preto de Godoy Oliveira
Instituto Federal de São Paulo
flavia.godoy@ifsp.edu.br

Passados 17 anos desde sua promulgação, a Lei nº 11.645/2008 promoveu, como principal inovação, a inclusão de conteúdos relacionados à história e à cultura dos povos indígenas nos currículos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, marco que representa uma tentativa de promover uma educação mais comprometida com a valorização da diversidade étnico-racial brasileira. No entanto, a efetivação de suas diretrizes nas práticas pedagógicas ainda enfrenta inúmeros desafios. Considerando esse contexto, questiona-se: de que maneira a Lei nº 11.645/2008 tem sido implementada nas salas de aula? Como a temática indígena tem sido abordada na Educação Básica, e especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental — fase em que as crianças estabelecem um contato mais sistematizado com os saberes históricos e culturais? Em que medida os currículos escolares e as práticas docentes têm contribuído para a construção de uma visão crítica e descolonizada sobre a história dos povos originários do Brasil? A presente pesquisa propõe-se a responder, ainda que parcialmente, a essas questões, tomando como objeto de investigação as narrativas, os conceitos e as abordagens metodológicas mobilizadas no ensino de História Indígena nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para tanto, foi realizada uma investigação empírica com professores(as) atuantes no município de Jacareí (SP), com foco no 4º ano do Ensino Fundamental — etapa em que, segundo as diretrizes curriculares e documentos como a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), há uma expectativa maior de inserção de conteúdos e diálogos tradicionais relacionados aos povos indígenas; o estudo tem, assim, como objetivos principais delinear um panorama das concepções docentes sobre a temática indígena, identificar os conhecimentos que fundamentam suas práticas pedagógicas e compreender os desafios enfrentados no cotidiano escolar no que se refere ao ensino da História Indígena. Além disso, buscou-se analisar a relação entre a formação inicial e continuada desses(as) profissionais e a forma como compreendem e operacionalizam o ensino das culturas indígenas em sala de aula, a fim de contribuir para o debate acerca da efetivação da Lei nº 11.645/2008, fornecendo subsídios que possam auxiliar tanto na reflexão sobre a prática docente quanto na formulação de políticas públicas educacionais que valorizem, de maneira mais efetiva, a presença e o protagonismo dos povos indígenas na história e na cultura brasileira.

HISTÓRIA NO QUINTAL DE CASA: UMA OFICINA DE HISTÓRIA NA BAÍA DA TRAIÇÃO-PB

Antony Marcos Cruz Santana
Universidade Federal da Paraíba
antonycruzsantana@gmail.com

Este artigo relata a experiência da oficina “História no quintal de casa”, desenvolvida com estudantes do 9º ano da Escola Municipal Antônio Azevedo, em Baía da Traição-PB, em sua maioria indígenas Potiguara. A iniciativa buscou superar as limitações do ensino tradicional de História através da integração entre análise documental, fotografias, mapas, censos e documentos históricos e estudo do meio, tendo como foco os patrimônios locais, a Igreja de São Miguel, o cemitério municipal e os canhões da Aldeia Forte. Os resultados demonstram que a aproximação concreta com as fontes históricas e os patrimônios da cidade, despertou nos alunos maior engajamento e senso de pertencimento, permitindo-lhes compreender processos como a colonização e a resistência indígena a partir de elementos de sua realidade próxima. A experiência evidencia a potência pedagógica do ensino de história local articulado com o estudo do meio, destacando sua contribuição para a valorização da identidade cultural e formação cidadã.

CIÊNCIA E ANCESTRALIDADE: PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO TOCANTINS

Valterlan Teixeira Araújo
OPTTINS/UNIRG/CEMBJ/TO
valterlanaraujo@professor.to.gov.br

Karla Marylice Pereira dos Anjos
OPTTINS/CEMBJ/TO
karlaanjos59189@aluno.seduc.to.gov.br

Julia Souza de Araújo
OPTTINS/CEMBJ/TO
juliaaraujo60290@aluno.seduc.to.gov.br

O Brasil é constituído por uma pluralidade de matrizes epistemológicas que se expressam nos modos de viver, aprender e ensinar dos povos indígenas. Reconhecendo essa diversidade como um campo fértil de produção de conhecimento, a experiência “Ciência e Ancestralidade: práticas educativas para a educação escolar indígena” propõe repensar o papel da escola básica indígena como espaço de intercâmbio entre saberes tradicionais e ciência moderna, promovendo o diálogo entre a educação básica e a educação superior. A iniciativa articula docentes e discentes da Universidade de Gurupi (UnirG), por meio do Observatório de Povos Tradicionais do Tocantins (OPTTINS), e professores da Escola Indígena Watakuri, e professores e estudantes da educação básica do CEM Bom Jesus, Gurupi - TO. Nesse contexto, a experiência “Ciência e Ancestralidade: práticas educativas para a educação escolar indígena” propõe uma reflexão crítica sobre o diálogo entre epistemologias indígenas e ciências ocidentais, enfatizando o papel das escolas indígenas como espaços de construção de saberes interculturais. A proposta parte da compreensão de que os povos indígenas são produtores de ciência, cujos conhecimentos se articulam a práticas de sustentabilidade, cuidado com a vida e fortalecimento da memória coletiva. A metodologia, de caráter qualitativo e etnográfico, envolveu observação participante, oficinas temáticas, rodas de conversa e registros reflexivos com professores, estudantes e membros das comunidades Javaé do Tocantins. Tais práticas permitiram analisar o entrelaçamento entre ciência, cultura e pedagogia, evidenciando a escola como espaço de tradução epistemológica e resistência cognitiva. Os resultados apontam que a integração entre ciência e ancestralidade potencializa a educação intercultural e reforça o reconhecimento da diversidade epistemológica como fundamento da formação cidadã. Essa articulação promove o repensar das pedagogias, deslocando o foco da transmissão para a coautoria do conhecimento e contribuindo para uma educação comprometida com os direitos humanos, a justiça cognitiva e a descolonização do saber.

AS MULHERES INDÍGENAS DO BRASIL: SÍMBOLOS DE RESISTÊNCIA CULTURAL E POLÍTICA

Marie Daniel Chéry
Universidade Estatal do Haiti
mariedanielchery@gmail.com

Blochby Ernst Celiscar
Universidade Estatal do Haiti
celiscarernst36@gmail.com

Os povos indígenas da América, presentes no continente muito antes da colonização europeia, ainda hoje são alvo de múltiplas formas de opressão: territorial, cultural, política e social. Nesta pesquisa, focamos nos povos indígenas do Brasil, especialmente nas mulheres indígenas. Elas desempenham um papel essencial nas dinâmicas de resistência, defendendo simultaneamente os direitos dos povos indígenas, os direitos das mulheres e a proteção do meio ambiente. Este trabalho visa analisar os múltiplos papéis que essas mulheres exercem nas lutas indígenas e explorar como suas formas de resistência podem se tornar uma fonte de inspiração para movimentos femininos, especialmente em sociedades marginalizadas. Para isso, adotamos uma metodologia que combina a análise de documentos científicos, depoimentos e declarações provenientes dos movimentos de mulheres indígenas, assim como conteúdos midiáticos. Em conclusão, a resistência das mulheres indígenas do Brasil está profundamente enraizada na defesa da vida e dos territórios, constituindo um exemplo poderoso de liderança feminina comunitária. Sua luta inspira uma nova visão das lutas feministas, mais inclusiva e enraizada na justiça social, ambiental e cultural. Esperamos que este trabalho contribua para aumentar a visibilidade e o reconhecimento do papel essencial que as mulheres desempenham nas lutas dos povos indígenas, servindo também de fonte de inspiração para outros movimentos de mulheres ao redor do mundo.

TRAJETÓRIA DAS MULHERES TUPINAMBÁ NOS MOVIMENTOS DE RETOMADA E RECONHECIMENTO DA TERRA INDÍGENA TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

Ayla Gabrielle Nascimento dos Santos
Universidade do Estado da Bahia
gabrielleayla49@gmail.com

Ivana Cardoso de Jesus
Universidade do Estado da Bahia

Gerusa Cruz Sobreira
Universidade do Estado da Bahia

O presente trabalho é fruto de uma atividade de pesquisa realizada no âmbito do componente curricular “Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão na Escola Indígena I”, ministrado pela Prof. Ms. Gerusa Sobreira, no semestre 2024.1 e teve como objetivo evidenciar o protagonismo das mulheres Tupinambá no processo de luta do povo por reconhecimento, visto que era considerado extinto e pela demarcação de seus territórios, o que aconteceu recentemente. Os dados coletados, a partir da vivência como indígenas do povo Tupinambá, de histórias de anciãos e anciãs e pesquisa bibliográfica, buscam demonstrar também, ao longo desse trabalho, as estratégias utilizadas por essas mulheres que se forjaram enquanto lideranças na luta para que seu povo rompesse com a naturalização da situação precária em que vivia e saísse da situação de abandono institucional e passasse a acessar direitos e políticas públicas, enquanto indígenas. É importante destacar que, mesmo essas mulheres demonstrando força e capacidade de lutar pelo coletivo, ainda há o enfrentamento ao machismo nos espaços de decisão, mas elas seguem em frente na luta pelo bem-viver de suas comunidades.

RETRATO DA REALIDADE YANOMAMI: UMA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA COM ALUNOS DO AEE

Elizene Aparecida Rodrigues da Luz
Roraima
elizene.luz@universo.univates.br

Esta proposta de ensino relata uma prática pedagógica intitulada: “Retrato da Realidade Yanomami: Uma Intervenção Pedagógica Com Alunos do AEE”, desenvolvida na Escola Fagundes Varela em Boa Vista-RR, localizada no bairro Nova Cidade. O estudo trata da realidade do povo yanomami frente ao garimpo ilegal em suas terras. O público-alvo foram alunos do Ensino Fundamental II, atendidos na sala Multifuncional. Quanto aos aportes teóricos, este trabalho apoiou-se na política de educação inclusiva que garante o direito de acesso e participação destacando autores como Brasil (2001), Mantoan (2003), Mittler (2003) e na Lei Federal n 11.645/2008 que determina o conteúdo e temática referentes a história e a cultura indígena, Brasil (2008). Assim, o objetivo deste é socializar os resultados decorrentes de atividades investigativas sobre a realidade dos garimpos em terras indígenas yanomami, que foram desenvolvidas na sala multifuncional. Os dados foram registrados por meio de telas artísticas e relatório. Os resultados permitem compreender que os alunos se envolveram desenvolvendo suas habilidades e adquirindo conhecimento sobre a triste realidade dos povos indígenas yanomamis decorrente do garimpo ilegal. O trabalho foi apresentado na Feira de Ciências da Escola sendo escolhido para representar a escola na XXX Feira de Ciências de Roraima – FECIRR.

ACERVO POHÃ NANA: VIDA, PLANTA E TERRITÓRIO

Osvaldo Garcia Cardoso
UNIASSELV
garciaosvaldoc@gmail.com

Kellen Natalice Vilharva
Islândia Maria Carvalho de Sousa

Introdução: A Aldeia Laranjeira Nanderu, território Guarani Kaiowá em retomada e ainda não demarcado, enfrenta desafios constantes na garantia de direitos territoriais. Nesse contexto, o Projeto Pohã Nana tem se destacado como instrumento de fortalecimento comunitário, articulando a valorização da medicina indígena especialmente o uso de plantas medicinais com práticas de soberania alimentar e manejo agroecológico. Este trabalho apresenta a experiência da comunidade na construção dos jardins terapêuticos e na organização das práticas de cura e cultivo,

como parte da luta pela permanência e pela reconstituição do território. Desenvolvimento: As ações foram realizadas a partir da escuta das lideranças, rezadores e mulheres guardiãs do saber, respeitando protocolos tradicionais de coleta, plantio e circulação das espécies. As atividades incluíram seleção comunitária de plantas prioritárias, oficinas de agroecologia, rodas de conversa, e registro fotográfico e narrativo das práticas. Os próximos passos do projeto visitas domiciliares, implantação de canteiros de plantas medicinais, fortalecimento dos quintais agroflorestais. O projeto também ampliou o diálogo com serviços de saúde interessados no conhecimento tradicional, impulsionado pelo uso do livro Pohã Nana. Principais resultados ou conclusões: Os resultados parciais demonstram avanços importantes: (1) fortalecimento territorial e político da retomada; (2) consolidação dos jardins terapêuticos e início do sistema agroflorestal; (3) valorização das práticas de medicina tradicional; (4) promoção da soberania alimentar; (5) formação de jovens e mulheres como pesquisadoras indígenas; e (6) crescente articulação institucional para apoio futuro. Conclui-se que o Pohã Nana integra cura, floresta e território, contribuindo para a resistência e a continuidade dos saberes Guarani Kaiowá.

TERRITÓRIO, IDENTIDADE E PERMANÊNCIA CULTURAL: PRÁTICAS DE CUIDADO AMBIENTAL NA PRÁXIS EDUCATIVA TUPINAMBÁ

Eliandra Cardoso Carvalho
Universidade Estadual de Santa Cruz
eliandracardoso94@gmail.com

Stéfanie Gusmão
Universidade Estadual de Santa Cruz
gusmaostefanie@gmail.com

Maria Clara Gusmão
Universidade Federal do Piauí
claragusma@gmail.com

Este trabalho aborda sobre a educação ambiental na práxis educativa Tupinambá de Olivença. A relação entre território, pertencimento e práticas de cuidado ambiental tem assumido crescente relevância diante do cenário global de crise climática e injustiças socioambientais. Sendo assim, compreende-se que o território não é apenas um espaço físico, mas um elemento constitutivo da identidade, da memória coletiva e da continuidade cultural. Nessa perspectiva, as práticas educativas desenvolvidas no Colégio Estadual Indígena Tupinambá Amotara – Anexo Katuana, permitem que as crianças construam conhecimento por meio da vivência, da experiência direta e do contato cotidiano com a natureza. A práxis educativa Tupinambá de Olivença se organiza a partir de uma lógica de biointeração, em que as relações com os elementos naturais são entendidas como formas de sustentar a vida e não como trabalho no sentido mercantilizado. O cuidado ambiental é parte de uma dimensão coletiva que integra cultura, espiritualidade e modo de existir. A escola, enquanto espaço comunitário, reforça esse vínculo cultural e territorial, contribuindo para o bem-estar social, o desenvolvimento das crianças e a formação de uma consciência ambiental crítica, alinhada, inclusive, a princípios da educação antirracista e à luta contra o racismo ambiental. Apesar da importância desse tipo de ensino, ainda são pouco visibilizadas as vivências de crianças indígenas e não-indígenas que compõem o cotidiano escolar. Deste modo, evidencia-se a necessidade de registrar e compreender, a partir da experiência, como o ensino ambiental e as práticas de cuidado fazem parte da formação escolar Tupinambá. Diante disso, este estudo busca responder à pergunta: como as práticas de cuidado ambiental contribuem para o ensino das crianças indígenas e não-indígenas? O objetivo central é descrever e compreender como essas vivências educativas se articulam ao território e contribuem para o desenvolvimento integral das crianças. O resultado desta pesquisa evidenciou que o ensino de práticas de cuidado ambiental desencadeou transformações significativas no comportamento das crianças, que passaram a incorporar ações cotidianas de cuidado e valorização do espaço que habitam. Conclui-se as práticas de cuidado ambiental mobilizam processos formativos nos quais o pertencimento ao território funciona como eixo estruturante da aprendizagem.

TÍTULO NÃO INFORMADO

Juliana Thaís Nunes Pinheiro
Território indígena Borari - Santarém
julianathaisnunes214@gmail.com

Introdução: A migração de mulheres indígenas na América Latina revela processos históricos de colonialidade, violência e desigualdade que atravessam seus corpos-territórios. Esses deslocamentos não são apenas escolhas individuais, mas expressam tensões entre modos de vida indígenas e a expansão de modelos hegemônicos que desestabilizam seus territórios. **Desenvolvimento:** Muitas mulheres migram em busca de estudo, renda e condições dignas que já não encontram em seus espaços de origem, fragilizados por violências, conflitos e precarização. Outras são empurradas por deslocamentos forçados, frutos de processos coloniais ainda atuantes. As desigualdades de gênero, raça e território marcam profundamente suas trajetórias, atualizando violências patriarcais e racistas. Nas cidades, enfrentam ausência de políticas públicas, exploração laboral, violências sexuais e preconceitos que questionam até mesmo o direito de povos indígenas migrarem. Tais trajetórias evidenciam que a migração é também uma travessia por fronteiras simbólicas, onde a colonialidade opera continuamente e onde a resistência se reinventa no cotidiano urbano. **Principais Resultados:** Os dados do IBGE mostram a intensidade desse processo: em 2022, 53,97% da população indígena vivia em centros urbanos, contra 36,22% em 2010. Isso revela tanto a busca por novas possibilidades quanto o agravamento das pressões que inviabilizam a permanência nos territórios tradicionais. A presença indígena nas cidades torna-se cada vez mais expressiva, transformando o espaço urbano em campo de disputa e reterritorialização. **Conclusões:** A migração de mulheres indígenas evidencia a persistência das estruturas coloniais e sexistas, mas também aponta para formas de resistência e reinvenção territorial. Ao ocuparem a cidade, essas mulheres denunciam as desigualdades que as expulsam e afirmam novos modos de existir, desafiando o projeto hegemônico que separa “cidade” e “indígena”. Assim, seus deslocamentos tornam visíveis as contradições da modernidade e reafirmam a centralidade dos corpos-territórios na luta por justiça e dignidade.

SESSÃO 3

A PRESENÇA DA MULHER INDÍGENA NOS CURSOS DE LICENCIATURA INTERCULTURAL DA UFAM, IFAM E UEA

Edmara de Melo Miranda Alves
Universidade Federal do Amazonas
edmara.miranda@ufam.edu.br

Elciclei Faria dos Santos
Universidade Federal do Amazonas
efsantos@ufam.edu.br

Trata-se de uma Pesquisa de Iniciação Científica em desenvolvimento no período de agosto de 2025 a julho de 2026, na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e tem por objetivo registrar a presença da mulher indígena nos Cursos de Licenciatura Intercultural da UFAM, IFAM e UEA. A pesquisa pretende refletir sobre as políticas afirmativas de formação de professoras e professores indígenas nas IES públicas do Amazonas. É uma pesquisa qualitativa e parte da análise bibliográfica e documental relacionada à temática da formação de professoras e professores indígenas e não indígenas, bem como da leitura e análise do Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) de Licenciatura Intercultural da UFAM, IFAM e UEA, relatórios de matrícula, entre outros documentos. Os dados coletados serão sistematizados para análise reflexiva, além de sugerirem possíveis ações. Os resultados da pesquisa poderão subsidiar a criação e a melhoria das políticas de ação afirmativa nas Instituições de Ensino Superior (IES), além de promover estratégias para a inclusão dos povos indígenas nas pesquisas que irão impactar diretamente na realidade sociocultural, territorial e ambiental. Também poderá impactar as Instituições de Ensino Superior públicas do Amazonas e, sobretudo, encorajar mulheres indígenas a ingressarem no ensino superior nos cursos de Licenciatura Intercultural e tornarem-se pesquisadoras, possibilitando a ampliação do diálogo intercultural e do acolhimento dos conhecimentos indígenas no espaço acadêmico numa perspectiva do diálogo intercultural e intercientífico.

AS MEMÓRIAS DAS MULHERES CATADORES DE MARISCOS DA ALDEIA CAMURUPIM: TRABALHO E GÊNERO NAS AULAS DE FILOSOFIA DO ENSINO MÉDIO POTIGUARA/PB

Crizelba Ferreira Padilha dos Santos
Universidade Federal da Paraíba
crizelbafp@hotmail.com

As catadoras de marisco das aldeias Camurupim, Tramatais e Coqueirinho situadas no município de Marcação – PB, realizam uma prática que garante a sobrevivência das comunidades indígenas Potiguaras. Na Aldeia Camurupim, as mulheres catam marisco com maior frequência e por mais tempo, essa prática que advém de muitos anos é vivenciada no cotidiano e surge como um reflexo da Educação Indígena para todo Território Potiguar, pois trata-se de uma marca registrada de trabalho coletivo e unificado das pessoas indígenas que fazem o uso diário das croas em busca do seu sustento. Esta pesquisa foi desenvolvida com adolescentes e jovens do segundo ano do Ensino Médio da Escola Estadual Indígena José Ferreira Padilha, localizada na Aldeia Vau, vizinha à Aldeia Camurupim. O estudo articulou os conceitos de trabalho e gênero a partir da prática ancestral das catadoras de marisco, relacionando ensino de Filosofia, saberes não-colonizados e interculturalidade, conforme a Lei 11.645/08. O projeto envolveu a escuta das mulheres marisqueiras e a produção coletiva de uma cartilha sobre as Memórias das Mulheres Potiguaras para uso nas aulas de Filosofia. Além disso, possibilitou a valorização das memórias das mulheres marisqueiras, o fortalecimento das identidades culturais Potiguaras, a resignificação dos conceitos de trabalho e gênero e a efetivação de práticas pedagógicas interculturais no ensino de Filosofia.

ENTRE A ÁGUIA E O CONDOR: CWIAS COMO REDE-CUIA DE CIÊNCIA INDÍGENA WAYRAKUNA EM ABYA YALA

Bárbara N. Flores Borum Kren
Grupo de Pesquisa Wayrakuna – UFOP; CWIAS – Universidade do Colorado
barbarafloresastrais@gmail.com

Aline Ngrenhtabare Lopes Kayapó

A profecia ancestral do encontro da Águia e do Condor anuncia a conexão entre povos do Norte e do Sul de Abya Yala, que se reconhecem e se fortalecem ao cruzar fronteiras impostas para cultivar coletivamente o Bem Viver. O CWIAS (Collective Wayrakuna of Indigenous and Ancestral Sciences) é um centro de pesquisa indígena criado por indígenas mulheres Wayrakuna durante sua passagem pela Universidade do Colorado, constituindo-se como um espaço-cuia de articulação plurinacional de saberes de Abya Yala. Nesse movimento espiralado de tempo, memória e presença, o CWIAS se afirma como desdobramento vivo das articulações construídas por indígenas mulheres de diferentes territórios. O CWIAS é a própria troca, o encontro e a semeadura coletiva da ciência indígena, onde cada presença adiciona sementes, aduba o território do conhecimento e arroteia caminhos para que raízes e redes continuem se expandindo em Abya Yala. O Movimento Plurinacional Wayrakuna, ao qual o CWIAS se vincula, é responsável pelo primeiro grupo de pesquisa composto exclusivamente por indígenas mulheres registrado no CNPq, hoje sediado na UFOP e na UNIDA, com três linhas de pesquisa voltadas à ampliação, fortalecimento e circulação da ciência indígena produzida por mulheres em diversos territórios. Os resultados iniciais incluem articulações plurinacionais no território do Colorado, a expansão de diálogos no território Navajo e o fortalecimento de uma rede de saberes que entrelaça espiritualidade, política, ciência e ancestralidade. Concluímos que o CWIAS é um espaço-cuia que guarda e semeia experiências, conhecimentos e caminhos para a continuidade do Bem Viver entre indígenas mulheres de Abya Yala.

EXPERIÊNCIAS DE MULHERES INDÍGENAS JAVAÉ DIANTE DO “EDUCAR”: PROVOCAÇÕES PLURIEPISTÊMICAS DO PENSAMENTO ÉTNICO-RACIALIZADO

Ana Jaimile da Cunha
Universidade Federal da Paraíba
jaimilecunha@gmail.com

Lubederu Mairéa Javaé
lubederujavae@gmail.com

No intuito de refletir e trazer à tona relatos, questionamentos e fundamentos de saberes indígenas, sob um pensar pluriepistêmico, que busca ultrapassar o ideário positivista moderno, branco, posto a partir das bases de uma suposta ciência universal, neutra e objetiva, que reflete tão somente um dos diversos paradigmas ocidentais, racistas, ainda prevalentes em nossas ações e instituições de pessoas colonizadas e que se transpõem às nossas salas de aula, apresentamos o presente artigo como uma maneira de refletir através das epistemes e lentes indígenas, e através das histórias de vida de alunas indígenas javaé. A partir das bases epistemológicas deste pensar, esta discussão parte de experiências adquiridas durante as relações de ensino/aprendizagem com que temos nos deparado em diferentes circunstâncias de cursos técnicos e tecnológicos, e em aldeias indígenas, e que muito têm a dizer diante das relações (in) disciplinares e institucionalizadas, que evocam compreensões e aspirações outras sobre as vidas e seus territórios. Aqui também buscamos refletir sobre os caminhos, os “onde e como” a diversidade dos saberes e pensamentos atravessam e se posicionam perante as práticas formais, eurocentradas e positivistas de ensino que atravessam as instituições de ensino. As linguagem e formas desenvolvidas neste pensar em conjunto evidenciaram os desafios múltiplos impostos pelas violências brancas, institucionalizadas pelas normas e regulamentos que evidenciam os dispositivos da racialidade, de biopoder, de um epistemicídio, de um racismo étnico e cultural identificados nas histórias de vida de nossos alunos e alunas. Trata-se de pensar que estamos aqui tentando estabelecer um diálogo, não entre iguais, pois definitivamente sabemos que não somos. Há profundas diferenças em nossas constituições ancestral, sociológica e epistemológica, que nos atravessa de modos muito distintos, nas dimensões culturais, espiritual e cognitivas.

CARTOGRAFIAS SOCIAIS E A CRIAÇÃO DE MODELOS FÍSICOS NA TERRA INDÍGENA MORRO DOS CAVALOS

Nayara Oliveira Bock
Universidade do Estado de Santa Catarina
naybock@gmail.com

A pesquisa investiga o uso da cartografia social e de modelos tridimensionais como ferramentas de desenvolvimento local e educação escolar indígena. A abordagem participativa da cartografia social busca incorporar a subjetividade e as experiências das comunidades, fortalecendo sua autonomia e voz. No contexto Guarani Mbyá, os modelos físicos surgem como recurso didático para facilitar a compreensão das relações espaciais e promover um aprendizado ativo e comunitário. A pesquisa foi estruturada em quatro fases: revisão teórica sobre cartografia participativa e território; experimentação de técnicas e materiais de baixo custo para construção de modelos físicos; planejamento do trabalho de campo; e sistematização dos resultados. A fase de experimentação, realizada na Oficina Metal Mecânica do CEART/UDESC, demandou a maior parte do tempo, utilizando materiais como papelão, cola quente, isopor e cola branca para construir um modelo de paisagem sobre base de madeira. A espuma expansiva foi testada, mas não se mostrou viável. Assim sendo, a finalização do modelo de paisagem, a papietagem, não foi feita até o fim deste ciclo de pesquisa. Os resultados obtidos até o momento referem-se principalmente aos desafios técnicos e ao tempo demandado pela produção manual dos modelos, o que limitou a aplicação direta na comunidade indígena. Contudo, o projeto avançou na sistematização de metodologias acessíveis e identificou limitações práticas a serem superadas. A continuidade da pesquisa é essencial para consolidar o uso comunitário dos modelos, reafirmando o compromisso social da universidade com a valorização dos povos indígenas e a justiça social.

A MATEMÁTICA NOS GRAFISMOS POTIGUARA: ENSINO E ANCESTRALIDADE NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INDÍGENA A(E)FETIVA

Jéssica Claudia Lima dos Santos
Universidade Federal da Paraíba
jessicaclaudia18@gmail.com

Gabriela Cristina da Silva de Souza
Universidade Federal da Paraíba
gabicampo2019@gmail.com

Rafaela Soares da Silva
Universidade Federal da Paraíba
rafa2019.2@hotmail.com

Esse trabalho resulta de um projeto desenvolvido na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Dr. José Lopes Ribeiro, sediada na Aldeia Monte Mor, município de Rio Tinto – PB, com alunos do ensino médio, tendo como objetivo a criação de grafismos indígenas mediante um processo de valorização cultural, com base em elementos materiais e imateriais da cultura indígena Potiguar-PB. O grafismo está presente na cultura Potiguar como símbolo de ancestralidade e resistência étnica, uma prática milenar e cultural do povo Potiguar – PB. O trabalho fez uso da Etnomatemática, buscando reconhecer a cultura plural, possibilitando a identificação da matemática em diferentes culturas e contextos. Nesse sentido, estudamos a cultura indígena, por meio do grafismo, promovendo um diálogo entre conceitos geométricos e os saberes tradicionais. Teve como base o processo criativo, crítico e reflexivo, utilizando a didática de conectar o conhecimento matemático escolar com a vivência dos alunos, valorizando saberes ancestrais, que utilizam de uma matemática “não intencional” em seus fundamentos. Entre os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento desse projeto, destacam-se: a pesquisa de campo, a pesquisa bibliográfica e a elaboração de oficinas didáticas que fizeram parte do processo de criação dos novos grafismos, e auxiliaram como conectivo de ação e teoria, discutindo e executando a autonomia e protagonismo dos alunos no processo criativo e na reflexão crítica e sensível sobre a cultura Potiguar da qual eles são parte pertencente. O estudo dos grafismos através da geometria oportunizou que os discentes desenvolvessem um pensamento crítico, permitindo entender, representar e descrever de forma organizada e cuidadosa o mundo em que estão inseridos. Norteados por habilidades da BNCC, objetivo geral, específicos, e oficinas pedagógicas, cada grafismo criado baseou-se em elementos característicos da cultura oriunda do seu próprio território, construindo uma aprendizagem significativa, contextualizada, entre o encontro da realidade social e cultural dos indivíduos envolvidos. Diante disso, percebe-se que a Matemática foi entrelaçada aos saberes ancestrais, inseridos na educação escolar indígena, e tal postura teve como propósito o de disseminar e valorizar uma educação que aos poucos vem sendo resgatada e amparada por Marcos Regulatórios os quais asseguram aos povos tradicionais, o direito a uma educação baseada nas suas diversas formas de manifestações culturais.

PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO DA AÇÃO SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA DO POVO MUNDURUKU DE HUMAITÁ NO SUL DO AMAZONAS

Andrelino Rodrigues da Silva
Universidade Federal do Amazonas
rodriguesdasilvaandrelino@gmail.com

José Roberto Gomes
Universidade Federal do Amazonas
robertogomes@ufam.edu.br

A formação continuada de professores indígenas na região do sul do Amazonas têm sido o foco desta proposta de implementação da Ação Saberes Indígenas na Escola (ASIE) pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI, no sentido de refletir e produzir materiais específicos e diferenciados voltados ao ensino escolar dos povos originários localizados nesta região. Nesse sentido, o Núcleo UFAM Humaitá criado em 2024 tem desenvolvido e buscado ações formativas com os povos Parintintim, Tenharim, Jiahui, Torá, Pirahã, Apurinã, Munduruku, Paumari, Jarawara e Jamamadi, situados no município de Humaitá e Lábrea. Neste evento, se quer apresentar o material elaborado pelo Povo Munduruku de Humaitá – AM. Um povo que valoriza profundamente suas raízes, sua cultura e seus saberes tradicionais. E, através da Ação Saberes Indígenas na Escola compartilhou seus saberes indígenas como uma oportunidade de reconhecer a importância da natureza, do território e das tradições como parte essencial da sua identidade. A elaboração do material didático específico do Povo em cada encontro em que se trabalharam os conteúdos: Língua Portuguesa e Conhecimentos Tradicionais, Alfabetização em Língua Materna e LIBRAS na língua Munduruku. Esses encontros realizados entre o Núcleo dos Saberes UFAM Humaitá e os professores do Povo oportunizaram pela convivência a escuta e o respeito com os mais velhos e com a comunidade. O resultado das experiências vividas possibilitou que a escola Munduruku possa ter material específico na preservação das tradições, na defesa do território, da ancestralidade e na promoção dos saberes do Povo ensinado às crianças. Portanto, a produção de material específico do Povo Munduruku é expressão da vivência e da resistência.

OS ANIMAIS QUE SE COMEM E OS QUE NÃO SE COMEM PARA O MEU POVO KARO-ARARA

Suzana Arara
Universidade Federal de Rondônia
suzanaarara@gmail.com

Gicele Sucupira
Universidade Federal de Rondônia

A pesquisa realizada com meu avô Firmino Arara foi na aldeia Paygap, e foi importante falar sobre animais. Portanto ele explicou os nomes dos animais que o povo Arara comem como anta- na'to, paca- yaba, porco do mato- yate e outros, e não comem como jacaré açu- wayo kât, onça- ameko, capivara- mâro e tamanduá-exigon e outros. Porque eles não comem outros animais, tem alguns que não são bons para o meu povo. Na nossa cultura não pode matar capivara, porque a pessoa podem ficar doente e a criança, eles têm seu significado que meu avô falou e cada um tem sua característica diferente, ele contou também que cada um tem seu grupo que não pode se misturar com outros espécie que não é do grupo deles. que tem símbolo espiritual para povo Arara, ele e vista como um guardião da floresta. Jacaré açu- Wajo Kât, por exemplo, tem um papel simbólico por isso o povo Arara não come por que eles fazem mal conforme o estado da gestação da mulher, pós-parto ele faz perder a recém nascido, portanto é evitada para não matar. É uma regra. Tudo que o meu avô contou dos animais e um conhecimento que vou levar pra vida toda. É uma pesquisa muito importante. Estou produzindo materiais didáticos sobre os animais, identificando o que comemos e o que não comemos.

ALMA DAS PALAVRAS

Alunos do Ensino Médio da Escola Indígena Pataxó Barra Velha

Márcia Camargo
Escola Indígena Pataxó Barra Velha

Ednajara Pesca
Escola Indígena Pataxó Barra Velha

Inaiá Braz
Escola Indígena Pataxó Barra Velha
escolaindigenapatxobarra@gmail.com

O e-book A Alma da Palavra é um registro vivo da memória, da cultura e da espiritualidade do povo Pataxó, revelando que cada história é mais do que relato: é herança, identidade e resistência. As narrativas reunidas mostram que a palavra não é apenas comunicação, mas força vital e caminho de cura. Ao compartilhar lembranças da infância, do trabalho na roça, dos tempos de paz e dos traumas como o Fogo de 51, os narradores reafirmam que a memória é território vivo que se preserva na voz, no corpo e na terra. O livro evidencia também a importância da ancestralidade, da fé e da relação com a natureza, revelando modos de vida fundados na simplicidade, na coragem e na espiritualidade. O dicionário trilingue reforça o compromisso com a valorização da língua Patxôhã, símbolo de resistência cultural. Este trabalho foi desenvolvido pelos alunos do Ensino Médio da Escola Indígena Pataxó Barra Velha na área de Linguagens, sob orientação das professoras Márcia Camargo, Ednajara Pesca e Inaiá Braz. A produção convida o leitor a ouvir com o coração, reconhecendo que cada memória fortalece a identidade Pataxó e reafirma o compromisso com a proteção dos povos originários.

ÁRVORES NATIVAS DA ALDEIA ÁGUAS BELAS: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO COLÉGIO ESTADUAL INDÍGENA BOM JESUS

Anaiá da Conceição Braz - Pataxó
Universidade do Estado da Bahia
anaiaconceicaoabraz@gmail.com

Inajara Braz Santos - Pataxó
Universidade do Estado da Bahia
inajarabraz869@gmail.com

Co-autora: Lidiane Braz Pires - Pataxó
Universidade do Estado da Bahia
lidianebrazpires@gmail.com

Esse trabalho tem como objetivo refletir sobre o projeto intitulado Árvores Nativas da Aldeia Águas Belas, que foi desenvolvido com turmas do Ensino Fundamental 1 do Colégio Estadual Indígena Bom Jesus, na Aldeia Pataxó Águas Belas. O mesmo catalogou parte das árvores nativas da aldeia e apresentou os resultados em uma ação de educação ambiental intercultural no colégio, incentivando a compreensão da importância das árvores, tanto para conservação do ecossistema como para a sua utilização na medicina Pataxó. A proposta se originou de discussões realizadas ao longo do componente Biodiversidade, Sustentabilidade e Contextos Locais, no curso de Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena, ofertado pela UNEB no Campus X, sob orientação da professora Gisele das Chagas Costa. Compreendemos a necessidade de mostrar a importância que as árvores nativas têm em nossa comunidade, nos fornecendo recursos essenciais, como os alimentos, materiais de construção, ferramentas, contribuindo na preservação dos nossos rios, animais, plantas, além de desempenharem um papel fundamental na nossa saúde, cultura e espiritualidade, garantindo uma boa qualidade de vida. Nossa comunidade possui um grande conhecimento sobre as propriedades medicinais, culinária e rituais das árvores nativas. O reflorestamento é nossa garantia para a continuidade cultural, representando nossa relação com a natureza e a nossa ancestralidade. Sem floresta, a vida na Terra não seria possível, portanto, conservar e preservar nossas árvores, garante nossa história, nossos conhecimentos e a nossa maior riqueza, que é a natureza. No colégio, foi apresentada a cartilha construída a partir da catalogação de parte das árvores da aldeia, com dados tais como nome popular e científico, usos, importância cultural para os Pataxó de Águas Belas, entre outros aspectos. As crianças interagiram através da apresentação de mudas de árvores, relatando suas experiências com árvores plantadas em seus quintais, além de participarem de jogos pedagógicos elaborados a partir do conhecimento mobilizado. O projeto estimulou o plantio de mudas nativas e entendemos que tal ação é nossa garantia para a continuidade cultural, representando nossa relação com a natureza e a nossa ancestralidade.

ENTRE UNIVERSIDADE, ANIMAÇÃO E COSMOLOGIA APINAJÉ: UMA EXPERIÊNCIA NO NORTE DO TOCANTINS

Gabriel Enrique Sousa Bandeira
Universidade Federal do Norte do Tocantins
gabriel.bandeira@ufnt.edu.br

Helber Laranja Salvador Apinagé
Universidade Federal do Norte do Tocantins
helber.apinage@ufnt.edu.br

Aline Campos
Universidade Federal do Norte do Tocantins
aline.campos@ufnt.edu.br

Este trabalho analisa a experiência de promoção de oficina de animação de desenhos a partir da história de origem do povo apinajé, realizada com estudantes de graduação da Universidade Federal do Norte do Tocantins, durante a XI Semana Acadêmica da Pedagogia, realizada em setembro de 2025. A oficina integra as ações do Projeto de Extensão Panhíme e teve como objetivo compartilhar as experiências que vem sendo aprendidas pelos extensionistas no trabalho junto ao povo apinajé, bem como a técnica de animação de desenhos com a comunidade acadêmica, em especial os discentes. A oficina foi realizada em dois dias, com duração de quatro horas cada. No primeiro dia apresentou-se o projeto e o contexto de trabalho com a história de origem do povo apinajé. Em seguida, distribuiu-se um trecho dessa história que aborda a importância da morte para o ciclo da vida para os participantes, estabelecendo-se um diálogo com eles sobre a cosmovisão indígena. Posteriormente, explicou-se brevemente o processo de preparação de uma animação, a partir da criação do storyboard, e foi feito um exercício coletivo desta criação valendo-se do trecho compartilhado da história. Em grupos, os participantes deram continuidade à criação, imaginando e elaborando as formas de representação visual para transmitir a história. O segundo dia da oficina foi dedicado à produção dos desenhos, a partir do storyboard criado, de modo que os participantes se organizaram e dividiram nas atividades de criação e reprodução dos desenhos e pinturas dos mesmos. Com os desenhos finalizados, procedeu-se para a etapa de animação, realizada por meio do aplicativo Stop Motion Studio. Ao final, as pequenas animações criadas pelos estudantes foram divulgadas nas redes sociais, constituindo-se como uma forma potente de disseminar a história indígena de forma lúdica, promovendo a valorização de sua cultura por meio da educação. Ao longo de todo o processo, foram observados ricos diálogos entre os participantes com relação às formas mais respeitadas de representar a história e cultura indígena por meio da animação. Além disso, observou-se a curiosidade e surpresa deles sobre os modos de vida, conhecimentos e cosmovisão indígena. O processo de avaliação e sistematização da experiência revelou que as oficinas apresentam-se como estratégias potentes para inclusão e valorização das contribuições das comunidades indígenas na educação, como prevê as leis 11.645/2008 e 12.711/2012, bem como para uma educação descolonizadora e contracolonial, que problematiza a história oficial que nos foi reiteradamente ensinada, convidando à conhecer a pluralidade de formas de vida e (re)existência.

ALIMENTAÇÃO E INCLUSÃO: INTERPRETAÇÕES DAS PLACAS DE SINALIZAÇÃO E CARDÁPIO DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DO CAMPUS GOIÁS DA UFG (GOIÁS/GO) NA LÍNGUA DO POVO A'UWÊ UPTABI.

Janaína Tude Sevá
Universidade Federal de Goiás
janaina.tude.seva@ufg.br

Luciana Helena Alves da Silva
Universidade Federal de Goiás
proflucianahelena@ufg.br

Marília Resende Camargo
Universidade Federal de Goiás
marilia.camargo@discente.ufg.br

Inspirada na inclusão e na valorização da diversidade linguística, esta pesquisa realiza a tradução-interpretação do cardápio e das sinalizações do Restaurante Universitário (RU) para a língua A'uwê Uptabi. Visando efetivar a permanência (física e cultural) dos povos originários no Câmpus Goiás da Universidade Federal de Goiás (UFG), inicialmente representados pelo povo Xavante, a pesquisa buscou reconhecer saberes, línguas e presenças indígenas como parte constitutiva da universidade pública, promovendo o pertencimento nos espaços de alimentação. A

iniciativa se ancora na Política Nacional de Inclusão dos Povos Indígenas e no Decreto nº 6.861/2009, que estabelece os territórios etnoeducacionais como diretriz para uma educação plural. Visa promover acesso, permanência e inclusão das pessoas indígenas na Universidade, cujo ingresso tem aumentado significativamente após as ações afirmativas na Educação (a exemplo da Lei 12.711/2012) e com o trabalho dos docentes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) junto às comunidades indígenas na região para seu ingresso por processo seletivo próprio. A metodologia envolve a interpretação colaborativa dos conteúdos alimentares com base na Cartilha dos RUs em oficinas - com estudantes indígenas (majoritariamente) da LEDOC, (alguns) do Direito e da Filosofia, além de seus parentes que também moram na cidade e frequentam o RU - sobre sua cultura, língua e alimentação. A produção das placas bilíngues terá o apoio técnico do laboratório YpêLab/UFG, sendo idealizadas com os A'uwê Uptabi, e todo o conteúdo estará acessível nas plataformas digitais institucionais. Trata-se de uma proposta interdisciplinar construída pelo diálogo entre os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Direito e LEDOC, articulando-se às ações da Comissão de Inclusão e Permanência do Campus, da Secretaria de Inclusão e da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE/UFG). Mais do que adaptar elementos visuais, o projeto propõe uma revisão dos modos de ocupar e nomear os espaços institucionais, reconhecendo as identidades indígenas no cotidiano acadêmico. Pretende-se que a implantação no RU seja uma experiência piloto para as demais unidades do Campus, e integrar essa 'política linguística' como diretriz do Plano Diretor do Câmpus. A universidade se redesenha, assim, como território de escuta, identidade e justiça.

TÍTULO NÃO INFORMADO

Júlia Serafim dos Santos
Universidade Federal do Cariri
julia.serafim@aluno.ufca.edu.br

Daniele Wend Pereira
Universidade Federal do Cariri
e-mail: daniele.wend@aluno.ufca.edu.br

Willian Fernando Domingues Vilela
Universidade Federal do Cariri
willian.domingues@ufca.edu.br

O trabalho busca avaliar o impacto do Encontro de Saberes Indígenas do Semiárido (EnSIS), realizado na Universidade Federal do Cariri (UFCA), na inserção das ciências indígenas nos cursos de graduação e na formação de professores, em perspectiva intercultural e decolonial. Partindo do entendimento de que a universidade é historicamente estruturada pela colonialidade do saber (QUIJANO, MIGNOLO), busca-se compreender em que medida esse evento tem tensionado hierarquias epistemológicas, reconhecendo mestres e mestras indígenas como sujeitos de conhecimento e não apenas como "objetos" de estudo. O problema central desta pesquisa foi: de que formas o Encontro de Saberes Indígenas do Semiárido tem contribuído para a inserção das ciências indígenas na graduação da UFCA e para a formação docente? A partir dessa questão, o estudo pretende mapear desdobramentos curriculares (disciplinas, PPCs, projetos de extensão, ações formativas), analisar percepções de docentes e licenciandos sobre o impacto do evento em suas concepções de ciência e de currículo, e identificar a participação de mestres indígenas em atividades acadêmicas decorrentes do Encontro. O referencial teórico articula os debates sobre colonialidade/decolonialidade (QUIJANO; MIGNOLO; MALDONADO-TORRES), interculturalidade crítica e educação decolonial (WALSH), ecologia de saberes e epistemologias do Sul (SANTOS; MENESES), além das contribuições de autores indígenas brasileiros que problematizam a relação com a escola e a universidade (BANIWA; KRENAK; KOPENAWA). Foram realizadas análises temáticas nos questionários de avaliação do evento e realizado entrevistas semiestruturadas com docentes e estudantes, análise documental de PPCs, ementas, projetos e relatórios institucionais buscando articular categorias emergentes com o referencial teórico decolonial. Os resultados têm mostrado uma relação de tensão entre indígenas e não-indígenas na comunidade acadêmica, mas que tem mostrado avanços dentro e fora da universidade, dentre eles: o surgimento de disciplinas sobre os povos indígenas; o ingresso de estudantes indígenas, a integração da UFCA com escolas indígenas e o fortalecimento identitário indígena nos espaços acadêmicos. Essa base teórica permite compreender o Encontro de Saberes como espaço de disputa por reconhecimento epistemológico, em que ciências indígenas e acadêmicas se colocam em diálogo tenso, mas produtivo. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com apoio de dados quantitativos descritivos. Os procedimentos incluem: análise documental de PPCs, ementas, projetos e relatórios institucionais; aplicação de questionários a docentes e estudantes; realização de entrevistas semiestruturadas com professores, licenciandos, organizadores e, em caráter consultivo, mestres indígenas; e grupos focais com licenciandos e docentes para aprofundar a reflexão coletiva. A análise dos dados será temática, buscando articular categorias emergentes

com o referencial teórico decolonial. Espera-se como resultados: um mapeamento das mudanças curriculares e de práticas pedagógicas associadas ao Encontro; a sistematização de percepções sobre seu impacto na formação docente; a identificação de limites e desafios para a inserção das ciências indígenas na universidade; e a elaboração de recomendações para o fortalecimento de políticas institucionais. O projeto pretende, assim, contribuir tanto para o debate acadêmico sobre universidade, povos indígenas e decolonização do currículo, quanto para o fortalecimento de processos de diálogo e cooperação entre a UFCA e os povos indígenas do Semiárido.

PARFOR LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA/UFR E A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: RELATO DE EXPERIÊNCIA FORMATIVA E CONSTRUÇÃO DE SABERES INTERCULTURAIS SOBRE INCLUSÃO

Marcelo Jorge Zacarias
PARFOR / Universidade Federal de Rondonópolis – UFR
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

Ariel Costa dos Santos
Universidade Federal de Rondonópolis – UFR
ariel.santos@ufr.edu.br
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

Aline Fernanda Ventura Sávio Leite
Universidade Federal de Rondonópolis – UFR
aline.savio@ufr.edu.br
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

Este resumo apresenta uma síntese das percepções produzidas por participantes de diferentes povos indígenas na disciplina de Educação Especial e Inclusiva do PARFOR Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal de Rondonópolis, desenvolvida por meio de pesquisa-ação, considerando observações realizadas em rodas de conversa, exposições dialogadas e produções escritas. Os relatos indicam que, nos territórios representados, a aprendizagem é compreendida como processo coletivo, transmitido pela oralidade, pela convivência com anciãos e pela participação em rituais, roça, caça, pesca, canto e artesanato, configurando um modo de conhecer enraizado na ancestralidade. Essa concepção dialoga com uma perspectiva de interculturalidade crítica, na qual a educação envolve o encontro entre racionalidades distintas (Walsh, 2009), e aproxima-se da ideia de ecologia de saberes que reconhece a legitimidade de conhecimentos tradicionais (Santos, 2007). A maioria dos participantes afirmou não conhecer de forma aprofundada a legislação da Educação Especial nem o público-alvo do atendimento educacional especializado antes da disciplina, evidenciando a necessidade de formação continuada contextualizada. De acordo com os relatos, nenhuma das comunidades representadas possui sala de AEE, sendo as práticas inclusivas realizadas de forma intuitiva e comunitária, com adaptações pontuais de materiais e rotinas. As compreensões sobre inclusão aproximam-se da defesa de uma escola capaz de transformar práticas, culturas e políticas, e não apenas de ajustar técnicas pedagógicas individuais, em consonância com reflexões presentes em Mantoan (2006), Candau (2008) e Fleuri (2003). Conclui-se que a disciplina gerou deslocamentos formativos relevantes, ampliando o entendimento sobre inclusão e fortalecendo o compromisso com processos educativos que respeitem modos próprios de ensinar, relações intergeracionais e diversidade funcional nos territórios indígenas. Eixo temático: Educação Inclusiva e Interculturalidade.

APRENDIZAGEM, INCLUSÃO E INTERCULTURALIDADE NA EDUCAÇÃO INDÍGENA KURÂ BAKAIRI: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA DO PARFOR – LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA/UFR/MT

Silvio Silvio Hiaulai Peruare
PARFOR/ Universidade Federal de Rondonópolis – UFR
silviohiaulai@gmail.com
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

Aline Fernanda Ventura Sávio Leite
Universidade Federal de Rondonópolis – UFR
ariel.santos@ufr.edu.br

Ariel Costa dos Santos
Universidade Federal de Rondonópolis – UFR
ariel.santos@ufr.edu.br

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

O presente resumo apresenta um relato de experiência desenvolvido no âmbito da disciplina de Educação Especial e Inclusiva do PARFOR – Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR/MT), envolvendo reflexões produzidas por um estudante indígena Kurâ Bakairi sobre aprendizagem, inclusão e interculturalidade em sua comunidade. O objetivo foi compreender como os processos de ensino-aprendizagem se configuram, articulando saberes tradicionais com referenciais teóricos não indígenas, como Piaget, Vygotsky e Ausubel, sob uma perspectiva pedagógica decolonial. A aprendizagem no povo Kurâ Bakairi está profundamente vinculada às relações de territorialidade, identidade coletiva e transmissão intergeracional de conhecimentos, fundamentada na organização sociopolítica dos grupos locais, nas redes de parentesco e na centralidade da vida comunitária. Os processos educativos ocorrem por meio da oralidade, dos rituais, do uso e circulação de nomes ancestrais, da convivência e do respeito aos mais velhos, elementos constitutivos da formação humana. No contexto da disciplina, destacou-se a relevância das metodologias diferenciadas para o atendimento educacional de estudantes com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas acessíveis e culturalmente situadas. O estudante relatou que não possuía conhecimento prévio sobre a área, afirmando que a formação o sensibilizou para a elaboração de planos de aula inclusivos, considerando as especificidades dos estudantes em sua comunidade. Conclui-se que o diálogo entre Educação Especial e Educação Intercultural possibilita novas formas de pensar o ensino em territórios indígenas, fortalecendo uma pedagogia inclusiva e decolonial que respeita modos próprios de aprender e viver. Recomenda-se a ampliação de formações continuadas, infraestrutura adequada, políticas específicas de apoio e participação comunitária na construção de projetos educativos que valorizem a diferença como potência para a escola indígena.

ARRIBAR O CÉU: CURADORIA DE LITERATURAS INDÍGENAS EM LÍNGUA INGLESA E BRASILEIRA NA FORMAÇÃO DOCENTE EM LETRAS – INGLÊS

Juliana Celestino De Melo
Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus IV – Jacobina
julianacelestino.enem.ivonete8@gmail.com

José Carlos Felix
Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus IV – Jacobina
jfelix@uneb.br

O pôster apresenta a experiência formativa da estudante de Letras – Língua Inglesa no projeto “Arribar o Céu: Cartografias Contra-Coloniais”, financiado pelo Programa de Ações Afirmativas da UNEB e voltado à centralidade de saberes indígenas e afro-diaspóricos na licenciatura. Inserida no Subprojeto 3 – “Vozes Ancestrais: Literaturas Indígenas em Língua Inglesa e Brasileira”, a bolsista desenvolveu uma curadoria de textos que reúne poemas, narrativas, entrevistas, vídeos e materiais de apoio de autores indígenas do Brasil e de países de língua inglesa, disponibilizados em repositório digital aberto do curso de inglês (Projeto Arribar o Céu). A curadoria contempla, entre outros, textos de Auritha Tabajara, Ailton Krenak, Joy Harjo e Alexis Wright, privilegiando temas como ancestralidade, corpo-território, memória coletiva, espiritualidades encarnadas, crítica ecológica e reexistência. O pôster descreve as etapas da organização do acervo, os critérios utilizados para seleção e agrupamento dos materiais, bem como os modos de uso do repositório em componentes curriculares e ações extensionistas. Como principais resultados, evidencia-se o fortalecimento do repertório intercultural da estudante, a produção de materiais de consulta para outros discentes e docentes do curso e a criação de um espaço virtual que reconhece as literaturas indígenas como referência central na formação crítica de futuros professores de inglês.

A VOZ POÉTICA INDÍGENA EM WEIYAMÍ: MULHERES QUE FAZEM SOL, DE SONY FERSECK

Kaylane Gomes Castro
UFPA
kaylane.gc19@gmail.com

Izabela Guimarães Guerra Leal
PPGL - UFPA
izabelaleal@gmail.com

O presente projeto se configura como uma pesquisa de iniciação científica em andamento que tem como objetivo dar visibilidade à obra *Weiyamî: mulheres que fazem sol* (2022), da escritora indígena Sony Ferseck ou Wei Paasi (irmã em sol). Ferseck é bolsista de pós-doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Roraima (UFRR), doutora em Literatura na UFF, além de mestre em Literatura, Artes e Cultura Regional. Portanto, uma autora não só com grande relevância no campo da produção literária, como também na área intelectual, cultural e científica. Suas obras, de modo geral, evocam a voz poética feminina, com destaque especial para *Weiyamî: mulheres que fazem sol* (2022) – semifinalista na categoria Poesia do 65º Prêmio Jabuti –, livro no qual a autora desenvolve, a partir de investigações, uma perspectiva singular sobre identidade, ancestralidade, territorialidade, gênero, além de possibilitar a valorização da língua e da cultura Makuxi. Sobretudo, a realização desse estudo pretende contribuir para ampliar o debate sobre a diversidade cultural e a pluralidade de discursos que dialogam com os saberes indígenas que compõem a cena literária brasileira contemporânea. O corpus da pesquisa é o livro *Weiyamî: mulheres que fazem sol*, de Sony Ferseck e o embasamento teórico fica por conta de leituras sobre antropologia e etnografia (VIVEIROS DE CASTRO, 2002), representatividade feminina indígena (GARCIA, Elisa Fruhauf, 2021; KARIPUNA SOARES, Ana Manoela de Primo dos Santos, 2021) e produção poética indígena (MATOS, 2012; RISÉRIO, 1993). Ademais, a discussão em torno das narrativas indígenas anteriormente registradas em comparação com as versões poéticas presentes na obra, se concretiza por conta da análise e estudo das obras: *Literaturas da floresta: textos amazônicos e cultura latino-americana*, de Lúcia Sá; *Do Roraima ao Orinoco - Vol.II: Resultados de uma viagem no Norte do Brasil e na Venezuela nos anos de 1911 a 1913 - Mitos e lendas dos índios Taulipáng e Arekuná*, de Theodor Koch-Grunberg; *Panton Pia' - Eremukon do circum-Roraima*, de Devair Antônio Fiorotti e Terêncio Luis Silva; *Makunaimö Pantonü - A história de Makunaima*, de Devair Antônio Fiorotti e Clemente Flores.

ESCUTAS DA TERRA E CORPOS COMO REZO: TRAVESSIAS INDÍGENAS NA FORMAÇÃO EM ARTE-EDUCAÇÃO

Marcela Botelho Brasil
UNEB
marcelabrazil@gmail.com

Rodrigo Santos Carvalho
UFBA
contatodigital.avance@gmail.com

O módulo Saberes, Arte e Educação Indígena da Especialização em Arte-Educação da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia, realizado remotamente em julho de 2021, constituiu-se como um território formativo de partilha, escuta e descolonização do olhar, reunindo estudantes, artistas e mestres indígenas. Desde o primeiro encontro, a compreensão do corpo indígena como corpo coletivo orientou as vivências, reafirmando a arte como forma de conhecimento, cura e pertencimento à terra. Os ensinamentos de Matxani e Mukani Shanenawa evidenciaram a unidade entre espiritualidade, fazer artístico e força feminina, destacando o colar axuruicá como expressão de um rezo que se corporifica em gestos e grafismos. As participações de Arissana Pataxó e Yacuná Tuxá mobilizaram reflexões sobre arte, memória e luta, enquanto Nádia Tupinambá apresentou a teia curricular como trama viva de tempos, rituais e afetos. Siwê Pataxoop introduziu a pedagogia “a mão e o chão” e o calendário da temporalidade, reafirmando os ciclos da natureza como fundamentos educativos. As discussões sobre cinema, inspiradas na obra de Zezinho Yube Huni Kuin, ressaltaram a autoria indígena como prática política de autorepresentação. No encerramento, o relato de Glicélia Tupinambá sobre o Manto Tupinambá reafirmou a arte como reencontro entre corpo, encantamento e território. Conclui-se que o módulo Arte Indígena foi, mais do que um componente curricular, uma travessia decolonial que uniu corpo e conhecimento, formação e sensibilidade, arte e ancestralidade. Eixo temático: Humanidades digitais, Arquivos, Museus e diversidade cultural indígena.

A ETNOMUSICALIDADE POTIGUARA NOS RITUAIS DO TORÉ E NO FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.

Gabrielle Cristinne Ricarte Apolinário
UFCG

A música tem extrema importância para identidade do povo Potiguara na Paraíba e apresentam formas de se comunicar com o sagrado e com a natureza. Em nossa pesquisa mergulhamos no estudo sobre a etnomusicalidade do povo Potiguara na Paraíba que vive no litoral norte paraibano do nordeste brasileiro. Os Potiguara na Paraíba, são um dos únicos povos originários do Brasil que não mudaram de localização mesmo com lutas e resistências em mais de 500 anos de contatos com não indígenas, algo que se deve também a música, enquanto linguagem espiritual, ancestral e política expressada com mais força no ritual do Toré. A musicalidade esteve e está sempre presente no cotidiano desse grupo étnico, seja nos momentos ritualísticos, de confraternização, de trabalho, de caça, da pesca, e até mesmo em momentos de manifestações políticas. As melodias Potiguara acabam por ser algo que fortalece a etnicidade e é estimulada através da Ação Saberes Indígenas na Escola, Núcleo UFCG, enquanto prática da educação patrimonial, ressignificando as atividades escolares na perspectiva intercultural e diferenciada. A etnomusicalidade Potiguara é capaz de ser facilmente transmitida por questões orais e sonoras, sendo passada de pais para filhos, mesmo antes da escrita, e fortalecidas nos momentos de comemorações e reivindicações políticas, assim como nas escolas indígenas. É importante destacar também que as músicas que são cantadas no ritual do Toré Potiguara na Paraíba, além de também ser um ritual religioso, perpétua questões identitárias, por meio das suas cantigas sobre a terra, meio ambiente, religiosidade, e sobre as práticas culturais cotidianas que permanecerem etnicamente presentes. Assim, a etnomusicalidade Potiguara, se mostra um dos instrumentos de fortalecimento cultural, ancestral e política, enquanto resistência e educação patrimonial no chão das escolas. Destarte o nosso trabalho se enquadra no eixo temático educação escolar indígena.

AGROECOLOGIA, EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E OS ODS 18 A 20.

Ralane Gomes da Silva
Universidade Estadual de Roraima (UERR)
gomesralane030@gmail.com

Wagner Feitosa Avelino
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
wagner.avelino@unesp.br

Tácio José Natal Raposo
Universidade Estadual de Roraima (UERR)
taci1@yahoo.com.br

O presente trabalho articula e reflete possibilidades para pensar na práxis pedagógica em escolas específicas, interculturais e indígenas, integrada a agroecologia e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 18, 19 e 20. Entende-se que, a agroecologia abarca múltiplas dimensões de se relacionar com a terra e com o meio ambiente, considerando escolhas sociometabólicas de comunidades numa perspectiva ampla. Ademais, a agroecologia configura: a) conjunto de técnicas de manejo com vista a produção; b) ciência lastreada em quebra de paradigmas e respeito às cosmovisões dos povos e das comunidades; e c) como prática de vida, modo de ser e existir e a tributo do movimento e luta coletiva dos povos. Os ODS de 18 a 20, corresponde a uma contribuição nascida de iniciativas brasileiras ligadas ao governo federal e as Universidades Estadual Paulista (UNESP) e a de Brasília (UNB), aos Objetivos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), para Agenda 2030. E, eles procuram incorporar anseios por reposições históricas, implementando conquistas constitucionais, em busca de justiça territorial, etnicorracial, cultural e socioambiental. Os teóricos da educação intercultural são unânimes em ressaltar o valor fundamental do território e das práticas culturais - oralidade e ancestralidade, como incontornáveis e intrínsecos nos fazeres e saberes da docência e das práticas de professores indígenas. Nesse sentido, a agroecologia e os ODS de 18 a 20, configuram elementos oportunos para pensar, elaborar e praticar nos currículos interculturais indígenas. Considera-se as categorias de território e interculturalidade, como fundamentais para coesão em tela. Portanto, como resultado, espera-se fazer justiça aos modos específicos de produzir e utilizar conhecimento e conceitos, dos povos indígenas. Contribuir para que esses princípios estejam nas práticas docentes nas escolas desses povos. E, por fim colaborar e reafirmar a existência das distintas formas sociometabólicas dos povos originários, como fator anti-hegemônico das atividades que impactam o clima e o meio ambiente, na busca planetária da sustentabilidade.

SEMANA CULTURAL NAS ESCOLAS INDÍGENAS DO POVO POTIGUARA DA PARAÍBA: QUESTÕES PEDAGÓGICAS, VIVÊNCIAS E TRADIÇÃO.

Sueli Vieira Domingos
Universidade Federal de Campina Grande
sueledomingos@gmail.com

A cultura de um Povo pode ser compreendida como as concretizações do visível e invisível (patrimônios materiais e imateriais) constituindo-se como uma teia de significados que contextualiza a vida coletiva, considerando seus costumes e especificidades. Nesse sentido, a Semana Cultural Indígena foi analisada como prática pedagógica na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Pedro Poti, considerando os aspectos socioeconômicos, as relações sociais e a cultura como prática social. A pesquisa, de natureza descritiva, investigou até que ponto a Semana Cultural Indígena é desenvolvida como prática pedagógica e quais estratégias didáticas utilizadas contribuem para o fortalecimento da cultura Potiguara. Neste trabalho foram analisadas as características da escola, o currículo diferenciado, as oficinas interculturais e as ações pedagógicas construídas, reconstruídas e socializadas nas relações entre escola, comunidade e família, à luz da Educação Indígena no contexto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Letramento Indígena que para nós, chamamos de Educação Indígena que são conhecimentos advindos dos troncos velhos através de sua sabedoria e ancestralidade. Os resultados evidenciaram que a Semana Cultural Indígena se constitui como importante instrumento de valorização dos saberes culturais, fortalecendo as identidades Potiguara e promovendo um novo olhar sobre a prática pedagógica da escola indígena, compreendida não apenas como espaço de produção de conhecimento, mas também como espaço de produção de cultura e educação.

UNIVERSITÁRIOS KOKAMAS NOS CAMINHOS UNIVERSIDADE-ESCOLA: DESAFIOS DE TRANSPORTE E SUPERAÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DO PIBID DE PEDAGOGIA NA ESCOLA ANTIRI TSAMIA

Felipe Aiambo Cauamari
felipeaiambo31@gmail.com

Jozenildo Aiambo dos Santos
jozenildo.bc2015@gmail.com

Gilvânia Plácido Braule
Universidade Federal do Amazonas
gilvania@ufam.edu.br

O artigo realiza uma análise crítica a partir de um relato de experiência com destaque aos entraves e possibilidades no deslocamento de acadêmicos Kokama para realização das atividades do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) no subprojeto de Pedagogia do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas no ano de 2025. Este tem como objetivo analisar criticamente os desafios enfrentados e as superações conquistadas no transporte de pibidianos para realização da atividade acadêmica e socioeducativa na comunidade indígena kokama em Guanabara II, localizada às margens do rio Solimões, no município de Benjamin Constant. A análise descritiva-analítica traz embasamento crítico em Lima, Quarema e Lago (2023), Freire (2020) e outros, com destaque em dois pontos: os desafios do transporte para implementação do PIBID em escola indígena ribeirinha e as superações com alternativas de parceria escola-comunidade. Entre os desafios destaca-se a ausência de apoio da Rede Municipal de Ensino, sendo negado o tráfego de pibidianos junto aos professores, o que acarretou três meses de paralisação das atividades que só foram retomadas a partir do apoio de comunitário que possuía uma canoa com motor. Em acordo conseguimos financiar o transporte através de um rateio de valores entre pibidianos nas funções de coordenação de área, supervisão e discente. Observa-se que em decorrência da logística de transporte, realizar uma atividade em comunidades que necessitam de acesso via fluvial, se torna um desafio cotidiano, e que nos exige maior resiliência para organizar as atividades para possibilitar que pesquisas colaborativas entre escola-universidade se consolidem em prol da educação escolar indígena.

MEMÓRIAS DA CRIAÇÃO DO CENTRO ACADÊMICO DO CURSO FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS (CAFPI)

Raynete Dias da Silva
silvaraynete@gmail.com

O presente trabalho é resultante de um Projeto de Iniciação Científica (PIBIC), que aborda sobre o processo de criação do Centro Acadêmico do Curso de Licenciatura Formação de Professores Indígenas (CAFPI) da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Amazonas (Faced/UFAM), turma Baixo Amazonas, campus Manaus. Fundamentada numa abordagem qualitativa, a pesquisa busca registrar as memórias de criação do CAFPI por meio da leitura de documentos. É uma pesquisa em andamento e, dentre os resultados parciais, registramos que com a inserção crescente de estudantes indígenas no ensino superior, novas demandas emergiram, dentre elas a necessidade de espaços de representação indígena dentro da UFAM. Foi nesse contexto que surgiu o CAFPI como iniciativa de estudantes indígenas da Turma Baixo Amazonas, com o objetivo de fortalecer a organização estudantil, assegurar direitos, promover diálogos interculturais e contribuir para uma formação crítica de professoras e professores indígenas. Assim, o CAFPI configura-se como um espaço político fundamental para o fortalecimento das identidades, culturas e línguas indígenas dentro da UFAM.

AS CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA INTERCULTURAL PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE UMA PROFESSORA INDÍGENA DA COMUNIDADE INDÍGENA CAMARAREM, UIRAMUTÃ, RORAIMA.

Lindinaia Melquior
Instituto Insikiram da Universidade Federal de Roraima
lindinaiapereiramelquior@gmail.com

Arthur Philipe Cândido de Magalhães
Instituto Insikiram da Universidade Federal de Roraima
arthur.magalhaes@educacao.rr.gov.br

Este artigo narra as contribuições das disciplinas do Curso de Licenciatura em Educação Especial e Inclusiva Intercultural, do Parfor Equidade, no Instituto Insikiram da Universidade Federal de Roraima – UFRR, para minha prática pedagógica, na Comunidade Indígena Camararem, em Uiramutã, Roraima. O estudo tem como base metodológica a abordagem qualitativa, com ênfase na narrativa autobiográfica, a fim de compreender as experiências formativas relacionadas ao exercício profissional no contexto da educação escolar indígena. Foram utilizadas para reflexão as anotações e práticas realizadas nas disciplinas de “Fundamentos do Currículo Intercultural” e “Fundamentos da Avaliação: Registros e Documentação da Prática Intercultural Inclusiva”. Os relatos apresentados indicam que as discussões teóricas e as atividades práticas nestas disciplinas contribuíram significativamente para o fortalecimento da identidade profissional, melhor articulação entre saberes tradicionais da comunidade indígena e mudanças nas práticas pedagógicas inclusivas. Ademais, a formação com a temática da interculturalidade e avaliação, em especial da aprendizagem, ampliou minha compreensão sobre as diferenças e potencialidades dos alunos, possibilitando um novo fazer pedagógico que esteja voltado às especificidades culturais e educacionais da comunidade indígena. Por fim, a formação docente em Educação Especial e Inclusiva com enfoque Intercultural é fundamental para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva e contextualizada, respeitando as identidades culturais e os direitos educacionais de todos os estudantes.

NARRATIVA DOCENTE E FORMAÇÃO INCLUSIVA: O REFLEXO DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA INTERCULTURAL NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DOS ALUNOS DO 1º/2º ANO DA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA BERNARDO SAYÃO.

Cleovânia Lira Macêdo
Instituto Insikiram da Universidade Federal de Roraima
cleovaniamacedo@gmail.com

Catarina Janira Padilha
Instituto Insikiram da Universidade Federal de Roraima

O presente estudo discute a narrativa docente do processo formativo para as práticas interculturais inclusiva a partir da experiência de uma professora alfabetizadora que atua no 1º e 2º ano (anos iniciais) na Escola Estadual Indígena Bernardo Sayão, em Uiramutã, Roraima, refletindo sobre a influência do currículo da Licenciatura em Educação

Especial Inclusiva Intercultural do PAFOR Equidade, do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da UFRR influencia sua prática pedagógica. Apresenta os cotidianos e singularidades da sala de aula indígena e os desafios enfrentados no processo de alfabetização, especialmente diante da diversidade cultural, dos ritmos, diferenças e potências de aprendizagem e especificidades de cada aluno. A formação acadêmica tem despertado um olhar crítico e reflexivo, contribuindo para transformar práticas pedagógicas tradicionais embasadas no currículo oficial em estratégias metodológicas significativas, contextualizadas e alinhadas à interculturalidade. A narrativa evidencia as mudanças que ocorreram na prática docente, como o uso de metodologias ativas, adaptações pedagógicas e intervenções individualizadas que respeitam o tempo de cada discente, compreendendo as relações entre o aprenderensinar, cultura e aprendizagem, percebendo que o currículo oficial, na maioria das vezes limita à prática pedagógica intercultural, especialmente nas escolas indígenas. Esse desafio levou a busca por estratégias metodológicas que integre saberes tradicionais, vivências comunitárias e práticas escolares, fortalecendo o vínculo entre escola e a cultura indígena. Como resultados preliminares, observam-se impactos significativos na aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos, que demonstram interesse e autonomia quando as atividades dialogam com sua realidade. A reflexão docente revela que uma formação Intercultural Inclusiva contribui para a compreensão das diferenças e da diversidade, favorecendo práticas de ensino de acordo com a realidade indígena. Considera-se que as práticas teóricas fomenta um processo de alfabetização mais potente e inclusivo, no qual o currículo ganha vida por meio das experiências interculturais e do respeito às identidades indígenas, consolidando um aprender integrado e comprometido com os saberes tradicionais

TÍTULO NÃO INFORMADO

Fred Karakará Soares Falcão Potiguara
Associação Indígena Socioambiental Curica
fredkarakara@gmail.com

Este resumo analisa os processos históricos de violência socioambiental no território Potiguara, especialmente na Aldeia Três Rios, e discute como a juventude indígena, por meio da Rede Curica, desenvolve práticas de educação socioambiental articuladas à governança territorial e às retomadas ecológicas. As violências no território se intensificaram ao longo do século XX, com desmatamentos, exploração da força de trabalho e supressão de áreas conservadas, ampliadas posteriormente pela monocultura da cana-de-açúcar, pelo Pró-Álcool, pela carcinicultura, extração de barro e acúmulo de resíduos, impactando manguezais, matas e territórios sagrados. Em resposta, a Rede Curica implementa ações político-pedagógicas, como o projeto Ta'ynhetá Potiguara, que fortalece a gestão territorial por meio da formação de Agentes Indígenas Ambientais, monitoramento ambiental, comunicação indígena, coleta de sementes, produção de mudas, implementação de sistemas agroflorestais e intercâmbios com coletivos indígenas, priorizando o protagonismo da juventude. Os principais resultados incluem a mobilização juvenil, a coleta de aproximadamente 400 sementes de diversas espécies nativas, a produção de cerca de 400 mudas, a realização de uma atividade de monitoramento ambiental percorrendo 10 km na aldeia e um intercâmbio na Aldeia São Miguel com percurso semelhante. Conclui-se que a educação socioambiental indígena constitui ferramenta estratégica de resistência, reparação ecológica e afirmação política, reafirmando o papel da juventude Potiguara na construção de modelos próprios de governança socioecológica capazes de enfrentar injustiças ambientais e reconstruir o território em diálogo com memória, ancestralidade e futuro. Eixo temático: ST1 – Políticas Indigenistas, Direitos dos Povos Originários e Proteção Socioambiental.

TÍTULO NÃO INFORMADO

Karoline de Carvalho Silva Pankararu
Aldeia Saco dos Barros, UFBA
karolaraujo23psi@gmail.com

A história dos povos indígenas que habitam o nordeste brasileiro, é marcada por diversas lutas e resistências. Mesmo após a Constituição Federal de 1988 elas continuaram seja por terra, saúde ou educação. Desde o processo de invasão, as políticas voltadas para a população indígena tinham como objetivo a “civilização” destes povos, aculturando-os para novos hábitos que foram impostos pelos colonizadores. A forma como a educação foi imposta aos povos indígenas, tinham como objetivo a modificação dos costumes, e para isso, não era levado em consideração suas crenças, rituais, costumes e línguas. O acesso à educação pela população indígena perpassa o âmbito escolar, visto que existem dificuldades fora deste espaço, como alimentação, deslocamento e outros, e essa dificuldade se expande quando falamos sobre alunos com deficiências. A educação escolar indígena diferenciada, surge da necessidade dos Povos Indígenas em retomar o estudo sobre as próprias histórias, fortalecer o conhecimento dos

povos, bem como garantir a especificidade da nossa cultura. No entanto, a falta de políticas não é um reflexo da falta de pessoas com deficiências. Este trabalho trata-se de um relato de experiência realizado com professores indígenas do Povo Pankararu que atualmente conta com 15 escolas dentro do seu território, as escolas são geridas pelo Governo do Estado de Pernambuco, e ficam localizadas entre as cidades de Jatobá e Tacaratu no estado de Pernambuco. O único encontro aconteceu na Escola Estadual Indígena Pankararus, e contou com a presença de 27 participantes, sendo eles 2 Professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE), 10 Coordenadores Pedagógicos, 7 Cuidadores e 8 Profissionais de Apoio. Os relatos dos professores apontam como maior dificuldade a aceitação familiar do diagnóstico, bem como a implementação de práticas educativas no ambiente doméstico. Outro ponto trazido pelos professores foi a agressividade por parte de alguns alunos, e o despreparo deles para lidar com essas situações. Um levantamento realizado pela coordenação geral das escolas, mostram que no Povo Pankararu existem 88 alunos diagnosticados com alguma deficiência, dentre estes já diagnosticados, ressalta a prevalência de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e Deficiência Intelectual, no entanto nem todos possuem cuidadores ou profissionais de apoio. A partir dos relatos trazidos pelos professores participantes, é possível perceber a dificuldade no que tange o ensino de pessoas com deficiências, sendo necessário um maior investimento em formações e cursos para esses profissionais. Diante disso, é imprescindível ouvir dos profissionais quais são suas demandas e principais dificuldades, para que as políticas sejam pensadas conforme as dificuldades acontecem no campo da prática.

ENTRE TEMPOS E SABERES: REFLEXÕES DE UMA PROFESSORA DE HISTÓRIA SOBRE O CURRÍCULO INTERCULTURAL NAS ESCOLAS

Tatiana da Silva Angi
EE Neuza Maria Nazatto de Carvalho
tatianaangi@professor.educacao.sp.gov.br

Esta reflexão nasce da vivência docente no ensino de História, onde o encontro entre diferentes culturas e modos de compreender o mundo se faz presente cotidianamente. Pensar o currículo sob uma perspectiva intercultural significa reconhecer que o conhecimento não é único nem neutro, mas tecido por vozes, memórias e territórios. A escola, ao abrir espaço para os saberes indígenas, possibilita a construção de um ensino mais sensível, humano e plural, que valoriza identidades e modos de existir. Assim, a prática pedagógica torna-se também um ato político e ético, capaz de transformar olhares e promover o diálogo entre os conhecimentos tradicionais e os saberes acadêmicos. Essa reflexão busca contribuir para a construção de currículos mais abertos, que acolham a diversidade e fortaleçam a educação intercultural nas escolas brasileiras.

MINERAÇÃO DE AREIA E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL NAS TERRAS INDÍGENAS TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA: IMPACTOS, RESISTÊNCIAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Larissa Pinto Magalhães
Universidade do Estado da Bahia
larissampinto.24@gmail.com

Isabela Magalhães Pinto Amaral
Universidade do Estado da Bahia
isabelampinto.a@hotmail.com

Gabriela Fernandes Feliciano Murua
Universidade do Estado da Bahia

Os Tupinambá de Olivença são um povo originário cuja presença se estende por cerca de 47 mil hectares entre os municípios de Ilhéus, Una e Buerarema. Organizados em 23 comunidades, mantêm uma forte estrutura sociopolítica com a atuação de 17 caciques, que coordenam ações territorializadas e descentralizadas. Apesar de séculos de violência, tentativas de apagamento e conflitos fundiários, os Tupinambá se fortaleceram culturalmente, o que se expressa nas retomadas territoriais, na criação de diversas escolas indígenas e no protagonismo dos jovens nas práticas culturais e defesa do território. O vínculo com a natureza é central, mata, rio, roça e espiritualidade formam um sistema inseparável. Entretanto, a mineração de areia tem alterado profundamente a dinâmica dos ecossistemas, causando erosão, assoreamento e comprometendo: o acesso à água potável, devido à contaminação de rios e nascentes; a segurança alimentar, com a escassez de caça, pesca e plantas medicinais; os rituais e práticas

espirituais, que dependem de espécies vegetais e locais sagrados; e a saúde física e mental, fragilizando a autonomia comunitária. Ademais, temos impactos que advêm da falta de diálogo com as mineradoras e órgãos públicos; dos contratos comerciais obscuros; bem como da ausência de titulação do território, tudo isso gera uma violência simbólica e física contra o povo. Em nossa cosmo percepção, quando a natureza é destruída, destrói-se junto nossa base cultural e espiritual. Para nós, a crise ambiental é, também, uma crise desse modelo de civilização, que transforma a natureza em mercadoria. Frente às ameaças, os Tupinambá mobilizam diversas estratégias de resistência, tais como: reivindicação por demarcação e titulação do território; denúncias públicas contra as mineradoras; formação de grupos de vigilância territorial; desenvolvimento de projetos de educação ambiental; parcerias com universidades, organizações socioambientais e centros de pesquisa; fortalecimento das práticas culturais e espirituais como forma de reafirmação identitária. Para nós, manter vivo o território é garantir nossa existência enquanto Povo Tupinambá.

CENTRO AWÊ HERUÊ

Dayane Braz da Conceição – Pataxó
Universidade do Estado da Bahia
dayanebrazdaconceicao@gmail.com

Leonidi Farias do Nascimento – Pataxó
Universidade do Estado da Bahia
leonidifarias582@gmail.com

Gisele das Chagas Costa
Universidade do Estado da Bahia
Sociedade Brasileira de Ecologia Humana
gccosta@uneb.br

O tema apresentado nasce da necessidade de reafirmar que, antes da escola convencional chegar aos territórios indígenas, nós, povos originários, já tínhamos nossa própria escola: a escola do saber tradicional, do fortalecimento espiritual e da escuta constante dos mais velhos e dos Encantados. Refletir sobre esse tema é uma forma de mostrar que a educação indígena não começou com a escrita ou com os modelos impostos pelo Estado, mas sim com o conhecimento vivo transmitido no cotidiano, nos rituais, na natureza e na convivência comunitária. Ao apresentar o processo de construção e transformação do Centro Awê Heruê, evidenciamos como nossa educação espiritual continua ativa, guiando decisões e protegendo a comunidade. Apresentar esse espaço sagrado é também valorizar a autonomia do Povo Pataxó e fortalecer o entendimento de que cada elemento presente ali – o fogo, o círculo, os instrumentos, os cânticos – tem um papel pedagógico fundamental. A discussão desse tema também contribui para quebrar preconceitos, ampliar diálogos e reafirmar que a espiritualidade não é algo separado da educação indígena, mas a base que sustenta nossa identidade. Também permite que não indígenas compreendam que nosso saber não é folclore nem prática isolada, e sim um sistema complexo de ensino, memória e resistência. Além disso, compartilhar essa experiência fortalece a luta pelo reconhecimento da educação intercultural como legítima e necessária, valorizando aquilo que aprendemos com os mais velhos, com a mata, com os rios e com os Encantados. É, sobretudo, afirmar que nossa escola ancestral continua viva, atual e essencial para a continuidade do nosso Povo e para a construção de uma educação verdadeiramente plural e respeitosa.

A CIÊNCIA ANCESTRAL NO ENSINO: SABERES E PRÁTICAS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO COMO MEIO PARA A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

Genilson da Penha Rosa
Indígena Tabajara Ypy
genilsonpenha10@gmail.com

Ana Beatriz Magalhães Melquiades
Universidade Federal do Piauí
annabeatrizmgml@gmail.com

Maria Yasmim de Freitas Santos
Universidade Federal do Piauí
yasmimfreitas15y@gmail.com

Introdução: O presente trabalho busca demonstrar as possibilidades de ensinar, em específico no âmbito da história, a partir da ciência ancestral, confluindo os saberes e práticas indígenas com os saberes acadêmicos e os levando para a sala de aula, fazendo com que os estudantes entendam a dimensão do tempo e dos processos históricos bem como analisem a história como algo vivo e contínuo, percebendo a partir da ciência originária que o passado, o presente e o futuro são ancestrais e interligados. **Desenvolvimento:** Nesse trabalho, articulamos as experiências de pesquisas e vivências das autoras como professoras historiadoras em formação que fazem parte de um projeto de pesquisa e extensão com povos indígenas e do autor como pessoa indígena com seu conjunto de saberes ancestrais. Dessa forma, entendemos que a ciência ancestral nos possibilita novos olhares, ampliando nossos horizontes, o conjunto de saberes ancestrais se mostra essencial e urgente no ensino. Tanto para acabar com as mistificações e estigmas que acontecem dentro das salas de aulas e da academia, quanto para despertar a consciência histórica dos estudantes, ou seja, o entendimento deles mesmos como sujeitos históricos e da história como um processo. Desse modo, confluímos os saberes acadêmicos em história com os saberes indígenas para demonstrar possibilidades no ensino, dando voz e visibilidade aos saberes tradicionais que muitas vezes são deixados de lado na historiografia tradicional e por conseguinte no ensino de história. Assim, investigamos nesse trabalho a relevância de ser incluída no ensino de história o que a partir da articulação com autores indígenas chamamos de “ciência ancestral” as práticas de cura, o uso das ervas medicinais e a espiritualidade indígenas para assim ampliar os olhares dos estudantes. **Conclusão:** Portanto, o objetivo deste Trabalho é confluir saberes e incentivar novos olhares no ensino de história a partir da ciência ancestral, para o despertar da consciência histórica e para demonstrar tanto na academia quanto no âmbito do ensino a necessidade de valorização das vivências indígenas e as possibilidades de potencialização do aprender histórico a partir de tais.

TÍTULO NÃO INFORMADO

Elenilda Barbosa Mendes – Kariri-sapuyá
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
barbosaelenildam1@gmail.com

O objetivo deste texto é enfatizar a importância da Literatura Indígena Brasileira como uma ferramenta de emancipação e conscientização, resultante na retomada ancestral e identitária dos povos indígenas da cidade de Jequié-Ba. Para isso apresento dois poemas escritos por mulheres indígenas que trabalho em minhas aulas de Literatura e Cultura Indígena Brasileira: "A força da minha flecha", de Márcia Kambeba e "Eu não tenho minha aldeia", de Eliana Potiguara, ambas tem uma narrativa literária atemporal, que ressalta a ancestralidade, fortalece a identidade étnica e esperançam por um futuro equitativo para os povos originários. Utilizo como aporte teóricos autores (as) como Graça Graúna (2013), Julie Dorrico (2019), Eliana Potiguara (2019), Márcia Kambeba (2020), Kaká Jecupé (2020), Ailton Krenak, entre outros, que discutem sobre a importância da escrita literária pelos próprios indígenas, pois a escrita é uma ferramenta para eternizar os saberes ancestrais que antes eram compartilhados apenas pela oralidade e muito se perdia quando um ancião se encantava, a literatura também é a expressão crítica das diversas violências sofridas por esse grupo étnico, com ênfase nas mulheres indígenas durante os mais 500 anos de História de formação do povo brasileiro. Durante as minhas aulas levo esses poemas para que os estudantes leiam e reflitam sobre as suas origens, sobre as suas identidades e ancestralidade indígena, logo eles começam a valorizar e buscar entender mais sobre as tradições que os seus avós e pais lhes ensinaram, entendem que a ancestralidade estar dentro de si independente de estar em uma aldeia, área rural ou no contexto urbano, eles compreendem a importância da luta pelo protagonismo da mulher indígena através dos poemas. Portanto, a Literatura Indígena Brasileira guarda as memórias, a ancestralidade, publiciza a busca pela legitimidade de ser indígena, a militância política, a luta pelos direitos à educação, à saúde, ao respeito pelas mulheres, ao direito de contar a própria história e o trabalho com a linguagem sem sofrer racismo e a intolerância religiosa, pois são Direitos Humanos básicos conforme os artigos 231º e 232º da Constituição Federal de 1988.

SABERES ANCESTRAIS: A ASTRONOMIA COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO CULTURAL ENTRE OS POVOS INDÍGENAS

Marcela Lacerda Macuxi
Universidade Federal de Roraima
marcelita_cruz@hotmail.com

Este estudo investiga como a astronomia indígena funciona como uma ferramenta essencial para a preservação da cultura e da identidade dos povos originários do Brasil. O problema central foca no histórico apagamento dos saberes ancestrais, apesar de sua profundidade e relevância para a vida diária e a cosmologia dessas comunidades. Tem-se como objetivo geral analisar como a astronomia, o conhecimento e a observação dos astros são utilizados pelos povos indígenas como um meio de preservação cultural, fortalecendo suas identidades, rituais e a transmissão de saberes ancestrais para as futuras gerações descrevendo os sistemas de conhecimento astronômico de diferentes etnias indígenas, investigando como a observação do céu guia atividades essenciais e mantém vivas as narrativas tradicionais desses povos e discutindo a importância da etnoastronomia como campo de pesquisa interdisciplinar, que valoriza e legitima os saberes indígenas, contribuindo para o combate à invisibilidade e ao apagamento cultural. A metodologia utilizada é uma revisão bibliográfica, que permitiu a sistematização e a discussão das interpretações culturais dos fenômenos celestes. Os resultados indicam que o céu é um guia prático e simbólico, moldado por cada cultura. Conclui-se que a valorização da etnoastronomia é essencial para legitimar o patrimônio imaterial indígena e combater a invisibilidade cultural.

SABERES TRADICIONAIS E USO DE PLANTAS MEDICINAIS: UM ESTUDO ETNOBOTÂNICO NA ALDEIA BREJINHO, MARCAÇÃO-PB

Suênia de Lima Ferreira
Universidade Federal da Paraíba
suenial738@gmail.com

Leonardo Cinésio Gomes
Mestre em Ensino de Ciências e Matemática-UFRN
leocinesio@gmail.com

A etnobotânica é a ciência que investiga as relações entre seres humanos e plantas, com foco nos usos, significados culturais e conhecimentos associados a diferentes espécies. Entre esses conhecimentos, destacam-se os saberes tradicionais, construídos e transmitidos ao longo de gerações, especialmente em comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e de agricultores familiares. Esses saberes orientam o uso de plantas medicinais para prevenção e tratamento de doenças, formas de cultivo, manejo sustentável e rituais culturais. Nas comunidades indígenas do povo Potiguar, o uso das plantas terapêuticas é transmitido de geração em geração, garantindo que esse conhecimento não se perca. Com isso, este trabalho teve como objetivo catalogar, por meio de entrevistas, as espécies de plantas e seus respectivos usos na Aldeia Brejinho, uma comunidade indígena localizada no litoral norte da Paraíba. Foram entrevistados 12 indígenas detentores de saberes tradicionais, com idades entre 25 e 70 anos, visando confirmar a transmissão desses conhecimentos entre gerações. As plantas indicadas pelos entrevistados foram organizadas em tabela, juntamente com seus usos. As espécies mais citadas foram Capim santo (*Cymbopogon citratus* L.), Jenipapo (*Genipa americana* L.), Aroeira (*Schinus terebinthifolius* Raddi), Erva Cidreira (*Lippia alba* (Mill.) N.E. Br. ex Britton & P. Wilson), Barbatimão (*Abarema cochliacarpus* (Gomes) Barneby & J.W. Grimes), Boldo (*Plectranthus barbatus* Andrews) e Murici (*Byrsonima crassifolia* (L.) Kunth). A catalogação das espécies e seus usos contribui para o fortalecimento do conhecimento local, os resultados evidenciam a importância da preservação e transmissão intergeracional dos saberes tradicionais contribuindo para a valorização cultural e fornece base científica para futuras pesquisas em fitoterapia e etnobotânica.

A IDENTIDADE E A REPRESENTAÇÃO DOS INDÍGENAS TABAJARA DO PIAUÍ-PIRIPIRI A PARTIR DE 1970: COMPREENSÕES EXTERNAS E AUTOIMAGEM – UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

Rosiane Alves Gomes
Instituto Federal do Piauí
coord.lind.capir@ifpi.edu.br

A pesquisa investiga a construção da identidade e das representações sociais dos indígenas Tabajara de Piripiri desde a década de 1970, analisando como a comunidade afirma sua autoimagem diante de processos de invisibilização e estereótipos produzidos pela sociedade não indígena. O estudo aborda a reorganização territorial do grupo no Piauí, o papel das lideranças locais, especialmente do Cacique José Guilherme, e a relevância das práticas culturais e espirituais na preservação da memória coletiva. A investigação articula revisão bibliográfica, análise documental e observação direta, buscando compreender as percepções internas e externas sobre a identidade Tabajara. Os resultados apontam que a resistência cultural fortalece a afirmação identitária, ainda que marcada por tensões

históricas e disputas simbólicas. Persistem desafios relacionados ao preconceito, ao reconhecimento institucional e à ausência de políticas públicas específicas voltadas aos povos indígenas do Piauí. As representações sociais externas continuam influenciadas por estereótipos que dificultam a plena visibilidade e o reconhecimento da comunidade Tabajara. A autoimagem dos indígenas se constrói pela articulação entre ancestralidade, espiritualidade, práticas comunitárias e enfrentamento de discursos que negam sua existência. As dinâmicas territoriais desde os anos 1970 contribuíram para o fortalecimento das redes de pertencimento e da continuidade histórica do grupo. As memórias coletivas e os rituais tradicionais desempenham papel central na afirmação da identidade e na transmissão de saberes entre as gerações. A presença de lideranças espirituais e políticas sustenta processos de resistência e reafirmação cultural no cotidiano da comunidade. A interlocução entre práticas tradicionais e demandas contemporâneas evidencia a capacidade de adaptação e ressignificação identitária. A interação com instituições públicas e organizações sociais demonstra avanços, embora ainda insuficientes diante das necessidades do grupo. A pesquisa evidencia a importância de reconhecer a existência indígena no Piauí como parte fundamental da formação histórica do estado. Conclui-se que a identidade Tabajara resulta de processos contínuos de reconstrução, resistência e enfrentamento das narrativas externas. A análise reforça a urgência de políticas públicas que valorizem e protejam as expressões culturais e territoriais da comunidade. O estudo contribui para ampliar o conhecimento sobre os povos indígenas piauienses e fortalecer suas lutas por visibilidade e direitos. A valorização das narrativas próprias é essencial para romper com padrões colonizadores e promover justiça histórica.

EDUCAÇÃO, HISTÓRIA(S) E QUESTÕES INDÍGENAS NAS AMAZÔNIAS

Fritznel Chery
Université Américaine des sciences moderne d'Haïti
fritznelchery696@gmail.com

A Amazonias é una dans regiões mais importantes Do planeta, conhecida, por sua imensa biodiversidade e por abrigar centenas de povos indígenas que mantêm tradições e modos de vida ancestrais. Esses povos possuem Uma Rica Historia cultural e un profundo conocimiento sobre a natureza, a medicina tradicional o equilíbrio ecológico da floresta. Falar sobre educação, Historia e questões indígenas na Amazonia é essencial para compreender a importância dessas comunidades e para promover a valorização de suas identidades. A educação é fundamental para reconhecer e integrar os saberes indígenas, respeitando sua língua, crenças e formas próprias.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E REVITALIZAÇÃO DA LÍNGUA POR MEIO DE FERRAMENTAS DIGITAIS

Géssica Makurap
Universidade Federal de Rondônia

Kalyana Pereira Alencar
Universidade Federal da Paraíba
kpa4@academico.ufpb.br

Emanuel Fernandes Gomes Gonzaga
Universidade Federal da Paraíba
emanuel.gonzaga@academico.ufpb.br

Carolina Coelho Aragon
Universidade Federal da Paraíba
carolina.coelho@academico.ufpb.br

Roseline Mezacasa
Universidade Federal de Rondônia
roselinemezacasa@unir.br

Fabício Gerardi
Universidade de Tubingen
fmfgerard@gmail.com

O povo Makurap, atualmente, vive distribuído em diferentes Terras Indígenas no estado de Rondônia, sendo os contingentes populacionais mais expressivos localizados nas TIs Rio Guaporé e Rio Branco. Apesar de, segundo

dados de 2017 do SIASI, contabilizarem cerca de 560 indivíduos, há apenas um número reduzido de falantes fluentes na língua. Esse contexto é decorrente do histórico violento de contato com não indígenas, que ocasionou a interrupção da transmissão intergeracional da língua. Buscando reverter esse cenário, as comunidades vêm protagonizando iniciativas de revitalização de sua língua e cultura, as quais incluem a utilização de tecnologias digitais para a aprendizagem linguística. Corroboramos com autores que apresentam propostas de dicionários multimídia e aplicativos educativos para a preservação linguística e o uso de tecnologias por comunidades indígenas para a revitalização de suas línguas, contribuindo para a decolonização dos espaços digitais. Nesse sentido, este trabalho apresenta ações para a elaboração de materiais educacionais em formato digital. Dentre essas iniciativas, destacamos o desenvolvimento do aplicativo “Bilingo” realizado, na atual etapa da construção, com indígenas da Terra Indígena Rio Branco, resultado da parceria entre colaboradores indígenas do povo Makurap, pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade de Tübingen e da Universidade Federal de Rondônia. O conteúdo do aplicativo é construído por jovens, aprendizes da língua, em conjunto com os falantes, visando adequar as necessidades etnolinguísticas presentes no território. Posteriormente, pretendemos incluir os resultados desenvolvidos pela comunidade no projeto “Plataforma Línguas Indígenas”, que, integrando pesquisa acadêmica e ações comunitárias, constitui um conjunto de materiais pedagógicos e de formação docente para o contexto da educação indígena. Portanto, neste trabalho, pretendemos apresentar as etapas de construção do trabalho, as metodologias utilizadas nos espaços do território e suas contribuições no processo de educação escolar indígena.

O PLURILINGUISMO COMO PERSPECTIVA DECOLONIAL NAS AULAS DE PLAc PARA INDÍGENAS WARAO

Juliana Melo Lopes
Universidade Federal da Paraíba
julianamlopes2809@gmail.com

Jamilly Witoria de Oliveira
Universidade Federal da Paraíba
jamillywitoria11@gmail.com

Carolina Coelho Aragon
Universidade Federal da Paraíba

Angela Maria Erazo Muñoz
Universidade Federal da Paraíba

José Wellisten Abreu de Souza
Universidade Federal da Paraíba

Este trabalho tem como objetivo apresentar experiências de ensino de português como língua de acolhimento (PLAc) voltada a falantes da língua Warao, povo indígena originário do Delta do Orinoco, na Venezuela, em situação de refúgio no Brasil. A inserção na sociedade brasileira, no entanto, é atravessada por diversas problemáticas, como a ausência de projetos assistencialistas que compreendam as especificidades e necessidades do grupo (Araújo, 2021). Diante desse cenário, os projetos universitários buscam preencher as lacunas existentes nas políticas de acolhimento do governo brasileiro, bem como as vulnerabilidades sociais e linguísticas enfrentadas pelos Warao. O projeto, vinculado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), articula extensão universitária e formação docente inicial, propondo uma abordagem pedagógica plurilíngue e intercultural sensível às práticas e realidades linguísticas e sociais dos aprendizes Warao. Neste sentido, o presente trabalho visa compartilhar as experiências das aulas de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) ministradas a indígenas Warao residentes em João Pessoa, no estado da Paraíba, no âmbito do projeto Línguas minoritárias e formação de professores: língua Warao no contexto da educação básica. A metodologia parte de uma perspectiva didática plurilíngue (Vailatti & Calvo del Olmo, 2018), integrando o reconhecimento das línguas previamente faladas pelos Warao — Warao e Espanhol — como base para o ensino do português, com ênfase na oralidade, no uso de materiais contextualizados e na construção colaborativa. Como resultados, observamos avanços na compreensão oral e na participação em interações comunicativas cotidianas por parte dos aprendizes, além do fortalecimento de vínculos entre universidade e comunidade refugiada. O projeto também tem contribuído para a formação crítica de licenciandos (Araújo e Sá & Maciel, 2021), ao confrontá-los com desafios reais do ensino de línguas em contextos de mobilidade forçada. A proposta parte, dessa forma, de uma perspectiva decolonial, que reconhece o plurilinguismo e valoriza os saberes e práticas linguísticas do povo Warao como ponto de partida para o processo de ensino e aprendizagem. As aulas, como resultado, evidenciam a urgência de se pensar o ensino de língua como um espaço de acolhimento e construção e valorização das identidades.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SAÚDE MENTAL DOS POVOS INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA: UMA REVISÃO DE ESCOPO

Ramon Souza Muniz
Universidade Federal do Sul da Bahia
ramon.ufsb@gmail.com

Gabriela Andrade da Silva
Universidade Federal do Sul da Bahia
gabriela.silva@ufsb.edu.br

Introdução: Os povos indígenas da América Latina possuem um forte sentido de sagrado e de pertencimento da natureza, elemento essencial para a manutenção de sua cultura, identidade, espiritualidade, ancestralidade e história. Pesquisas recentes apontam que fatores resultantes das mudanças climáticas ameaçam diretamente essa manutenção. Entretanto, o interesse científico pela saúde mental de pessoas indígenas é recente, encontrando-se poucos trabalhos a esse respeito. Sendo assim, este trabalho se objetivou investigar como as evidências científicas recentes abordam os efeitos das mudanças climáticas na saúde mental da população indígena, mapeando as tendências, metodologias e principais conclusões apresentadas pela literatura científica, identificando as lacunas, comparando os achados entre as regiões geográficas e os contextos demográficos e socioeconômicos, a fim de proporcionar uma visão holística do tema. **Desenvolvimento:** Para isso, estamos realizando uma revisão bibliográfica de escopo (scoping review), buscando incluir todos os artigos publicados nas bases de dados locais e internacionais, selecionando aqueles que abordem diretamente a temática e nos objetivando a avaliar a qualidade, descrever e analisar os estudos selecionados. **Principais Resultados:** Foram encontrados 969 artigos científicos nas bases de dados Periódicos CAPES, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), ISI Web of Science, Redalyc, PsycInfo, PubMed e Scopus, dos quais foram selecionados 12 textos publicados entre 2022 e 2025. Estes estudos relataram a respeito dos impactos das mudanças climáticas na saúde mental dos povos indígenas das etnias Kaingang, Pitaguary, Terena, Atikum, Arapium, Tabajara, Awajún, Ashaninka, Waorani, Yanomami, Mapuche, Peheunche, Shawi, Quechua, Aymara, Shipibo-Koniko, Shipibo-Konibo, Emberá-Dobidá e Kuikuro do Peru, Brasil, Colômbia entre outros. O processo de seleção de estudos mostrou que muitos trabalhos abordaram a saúde mental indígena ou o impacto das mudanças climáticas sobre a saúde mental, mas apenas 12 trabalharam a relação entre esses dois tópicos. **Considerações finais:** Considerando as noções de bem-viver e corpo-território, recomendamos que futuras pesquisas considerem que as mudanças climáticas são um importante fator a ser investigado na relação com a saúde mental indígena.

OREGÜ: EPISTEMOLOGIA DO CORPO TERRITÓRIO DO POVO MAGÜTA

Ingrid Marcela Ramos Mariano
Centro de Estudos Superiores de Tabatinga – Universidade do Estado do Amazonas
katleiaramos2019@gmail.com

Gabriela Fernandes de Carvalho
Centro de Estudos Superiores de Tabatinga – Universidade do Estado do Amazonas
gfcarvalho@uea.edu.br

A história do meu povo Magüta, foi por muito tempo passada de geração para geração oralmente e contada por nossos ancestrais, mas por causa dos equívocos do não indígena que internalizou que nossa cultura e crenças e até mesmo os nomes dados pelos ancestrais, a sociedade não aceita e nem respeita. É visível que as Oregü, e de outros povos indígenas é considerado mito e ainda não são aceitas como literatura indígena. A influência da cultura branca levou os povos indígenas a perderem muitos de seus costumes, crenças e até mesmo sua cultura por causa desse medo de nos aceitar como somos, somos um povo diferente, com suas organizações, cultura, literatura e crenças. Por que isso incomoda tanto? Somos um povo que vive o bem-viver, sem ganância, sem exploração. Este trabalho tem como objetivo geral analisar o conceito do corpo-território. Como objetivo específico são dialogar sobre a importância das Oregü na construção da identidade Magüta e na preservação da cultura; Enfatizar o vínculo territorial no cotidiano Magüta. Oregü é uma experiência que só tem no meu povo, o momento em que os nossos anciãos fazem a contação de narrativas e que não são apenas narrativas, é uma mistura de diversos mundos. A palavra Oregü não tem correspondente em outras línguas. Narrar as Oregü é arte que está entrelaçada com a própria humanidade. A tradição oral é uma ação de tecer história. Dessa forma aborda os trabalhos feitos pelos próprios indígenas e pretende resgatar

denominações do povo Magüta nas Oregü. A metodologia para a realização deste trabalho foi feita por meio de leituras bibliográficas que discutem o texto. Dessa forma dá ênfase a produção que respeitam os processos e construções protagonizadas pelos indígenas e como estas podem auxiliar no resgate de tradições e das Oregü do povo Magüta. A partir do conceito corpo/território podemos escrever as nossas vivências, experiências, é esse corpo que transpassa pelas Oregü para que outras pessoas do nosso povo também possam se inspirar e, com isso, não deixar que não indígenas fiquem nesse lugar confortável. Que a literatura indígena infirmitize seu ambiente assim como eles fizeram e ainda fazem com o corpo/território indígena.

COSMOLOGIA NA CULTURA DOS POVOS GUARANI E KAIOWÁ NO MATO GROSSO DO SUL

John Taylor Chamorro de Aquino
Jovens Guarani Kaiowá em Ação
acervopoha@gmail.com

Lucia Pereira
Jovens Guarani Kaiowá em Ação

Aparecida Benites
Jovens Guarani Kaiowá em Ação

Islândia Maria Carvalho de Sousa
Fiocruz Pernambuco – Financiamento Inova Indígena Fiocruz

O objetivo deste resumo é apresentar uma reflexão sobre aspectos cosmológicos na cultura dos povos Guarani e Kaiowá e sua resiliência frente ao desafios de convivência com os Karai. Muitos “traços diferenciadores da cultura” Guarani e Kaiowá permanecem ativos, embora sujeitos às interferências externas que chegam com as novas tecnologias e a globalização, as quais fomentam o consumo capitalista e o individualismo. Nesse processo, torna-se relevante destacar a relação dos Guarani e Kaiowá com o espaço a fim de manter o reconhecimento de suas identidades, alinhados ao território por eles ocupado. As reflexões que trazemos partiram de um diálogo com o Nanderu Mario que faleceu, mas conseguiu nos passar suas memórias ancestrais. Essa oralidade e ideia de mundo ancestral se faz fundamental na nossa aldeia, visto que atualmente temos uma grande presença de igrejas evangélicas e cristas que negam a existência de outras ideias de mundo que não sigam suas crenças. Mesmo neste contexto conseguimos realizar diferentes registros dos Nanderus, em especial de Mario que nos trouxe as seguintes reflexões: a) a relação fundamental da mãe terra com os seres espirituais, mostrando os elementos que são essenciais nas manifestações culturais, religiosas e simbólicas; b) na cosmovisão indígena, segundo os saberes das ancestralidade existe vários patamares espirituais que são distintas dos modos explicativos cristão, principalmente a ideia de uma relação com a mãe e com o pai; c) tudo começou para a existência da mãe terra e dos espíritos e ainda que só é possível ter acesso a espiritualidade ou aos espíritos por meio dos cantos. Nesse sentido, na concepção dos rezadores e rezadeiras a conexão dos surgimentos do mundo e de toda a existência humana, dos seres, das plantas, dos rios e de todas as vidas presentes, aconteceu porque o grande Nanderu viu a necessidade de criar vidas no mundo tão vasto e vazio.

A MONITORIA ACADÊMICA E O PROGRAMA CEANAMA: UM RELATO SOBRE A FORMAÇÃO ACADÊMICA INDÍGENA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

Adria dos Santos Tapajós
Universidade Federal do Oeste do Pará
tapajosadria09@gmail.com

Marília Fernanda Pereira Leite
Universidade Federal do Oeste do Pará

No presente trabalho busco apresentar a experiência adquirida no âmbito do Programa de Monitoria Acadêmica de ações afirmativas da Universidade Federal do Oeste do Pará, na função de monitora com atuação através de projetos educacionais da Ufopa direcionados ao fortalecimento e incentivo de metodologias ativas voltadas para o ensino e aprendizagem dos alunos de graduação oriundos das políticas de ações afirmativas, mais especificamente descrito neste relato, o acompanhamento de estudantes indígenas alfabetizados em língua portuguesa ingressantes pelo Processo Seletivo Especial Indígena-PSEI no percurso da Formação Acadêmica Indígena - FAIN. O Programa de

Monitoria tem como principal objetivo garantir o apoio acadêmico para a permanência desses estudantes no contexto universitário, visando facilitar os processos de aprendizagem. A metodologia ocorreu por meio de metodologias interculturais, através de diversos gêneros textuais partindo da leitura e interpretação textual, notícia, debate e seminário dos ensaios que compõem o livro "Futuro Ancestral" de Ailton Krenak, o qual possibilitou aos alunos relacionarem os problemas e reflexões do livro com suas próprias vivências comunitárias, destacando que o rio e a floresta não são somente elementos naturais, mas entidades vivas que carregam histórias, afetos, e ancestralidade. Dessa forma, o debate reforçou o pertencimento a Universidade que muitas vezes se mostra distante dos saberes indígenas, evidenciando a importância de construir alianças afetivas entre o mundo acadêmico e o tradicional. Diante da minha experiência, percebi que os alunos se engajaram mais quando se tratou de temáticas indígenas, no entanto, ainda houve por partes de alguns insegurança ou timidez para participarem dos debates e discussões em sala de aula, porém, no espaço de monitoria conseguiam se expressar e tirar dúvidas, o que reforça cada vez a importância da monitoria como um espaço de apoio pedagógico complementar levando em consideração também a procura da maioria dos alunos, especialmente em um contexto de diversidade como o da FAIN. Como aluna de comunidade tradicional ribeirinha, onde muitas vezes o ensino é limitado, percebi o horizonte de ensino na graduação durante a experiência, e a oportunidade de passar pela FAIN, pois quando entramos na Universidade, não passamos por essa formação, enfrentando obstáculos, principalmente na elaboração de gêneros e projetos. Assim, pude ter um olhar como alguém que acompanha e orienta, despertando meu interesse na vida acadêmica após a graduação.

CURSO DE INFORMÁTICA BÁSICA NA PERSPECTIVA INTERCULTURAL INDÍGENA: REFLEXÕES, DESAFIOS E AVANÇOS PARA A INCLUSÃO DIGITAL DE ACADÊMICOS INDÍGENAS

Cássio Sousa da Silva
Universidade Federal do Oeste do Pará
cassioarapiun.ufopa@gmail.com

Marília Fernanda Pereira Leite
Universidade Federal do Oeste do Pará

O presente trabalho tem como foco discutir os desafios tecnológicos digitais no ensino superior indígena da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), a partir da análise do processo de desenvolvimento do Curso de Informática Básica na Perspectiva Intercultural Indígena. O curso foi criado e desenvolvido no âmbito da minha atuação como monitor do Programa de Monitoria Acadêmica de ações afirmativas Ceanama e discente no curso de Informática Educacional. O objetivo central do curso, uma ação de extensão de 12 horas realizada em Santarém entre setembro e novembro de 2023, foi promover a capacitação tecnológica e o auxílio digital, utilizando metodologias interculturais para reduzir o receio e a insegurança dos acadêmicos indígenas perante os equipamentos tecnológicos. A ação foi desenvolvida na Formação Acadêmica Indígena (FAIN), que é uma política de emancipação de conhecimento e de caráter contracolonial (LEITE, 2024), implementada para melhorar a permanência dos discentes que ingressam na Ufopa via Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI). A metodologia adotada possibilitou aproximar e trocar ideias de forma respeitosa entre discentes indígenas de diferentes etnias. A experiência prática revelou desafios significativos, incluindo grande limitações de infraestrutura no laboratório de informática (computadores antigos, desatualizados e insuficientes), uma problemática comum em ambientes de Educação Escolar Indígena (EEI) (OLIVEIRA; SILVA, 2025). Além disso, a barreira do idioma para os estudantes bilíngues dificultou o pleno entendimento do conteúdo, sendo superada através da ajuda mútua e colaboração entre os próprios alunos. Apesar desses obstáculos estruturais, os discentes demonstraram alto engajamento e participação ativa, aplicando imediatamente os conhecimentos adquiridos na formatação de trabalhos, criação de slides e uso de ferramentas como o Google Drive. Concluiu-se que o curso foi bem-sucedido em seus objetivos de inclusão digital e empoderamento do calouro indígena. Contudo, a análise da prática, em diálogo com os desafios identificados nos estudos sobre o uso de TICs na EEI (falta de recursos e necessidade de formação), ressalta a urgência de melhorias nas instalações físicas e, fundamentalmente, a necessidade de bolsistas bilíngues para garantir o acompanhamento pedagógico e tecnológico adequado aos estudantes que têm o português como segunda língua.

PANORAMA DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDIGENA NA REGIÃO BAIXO TAPAJÓS.

Suzana dos Santos Nobre
Universidade Federal do Oeste do Pará
zananobrewww07@gmail.com

O presente resumo apresenta a pesquisa de iniciação científica intitulada, “A relação entre as culturas na Educação Escolar Indígena da região do Baixo Tapajós: primeiras aproximações”, integrando o projeto de pesquisa “Entre Mundos: a relação entre as culturas da Educação Escolar Indígena da região do Baixo Tapajós”. A pesquisa parte do reconhecimento histórico da escola como instrumento de colonização, mas também como espaço de resistência e reafirmação cultural dos povos indígenas. O trabalho tem como objetivo: Compreender os modos como o conceito de EEI e a relação entre as culturas são apresentados nas produções do campo da EEI, especificamente, na região mencionada. Como objetivos específicos: (i) registrar e catalogar os trabalhos sobre EEI na região; (ii) identificar os conceitos de EEI no levantamento de trabalho produzido; (iii) verificar como a relação entre as culturas são apresentadas nesses trabalhos. Deseja-se aprofundar a compreensão da complexa realidade social, bem como os determinantes históricos, políticos e culturais, de modo a considerar este como ponto de partida, a compreensão do que está dito sobre EEI na região, para tentar, dessa forma, compreender a escola indígena que se tem, que se almeja e que se projeta. Acredita-se que este trabalho contribuirá não apenas para o meio acadêmico, mas também para a sociedade como um todo, ao promover uma compreensão mais profunda sobre o movimento histórico da educação escolar indígena. A pesquisa, inicialmente, será realizada em duas etapas: Primeiramente, tem-se buscado sistematizar um levantamento bibliográfico/conceitual e etnográficos desenvolvidos na região, acerca do campo em destaque, através de artigos, dissertações, teses, dentre outros que seja relevante para esta pesquisa. A primeira etapa vem ocorrendo de maneira ampla com os critérios de buscas dados por meio de palavras-chave referente ao campo da educação escolar indígena, a saber. Posteriormente, serão definidos os critérios de escolhas dos trabalhos que comporão o Seguidamente, pretende-se a partir da produção de dados realizados e, elaboração de análise, compreender na realidade concreta, como tais apontamentos, desafios, contradições e conceitos, especialmente, como essa modalidade da educação escolar indígena se realiza dentro dos territórios da região do baixo Tapajós. A primeira etapa da pesquisa tem demonstrado que as produções desenvolvidas na região estão crescendo de forma significativa e diversificada; o que contribuirá para formação de um consistente corpus de estudo para, posterior, análise sobre a educação escolar indígena na região.

SABERES E FAZERES INDÍGENAS NO PIAUÍ: PRÁTICAS DE PAJELANÇA E OS CAMINHOS DA CURA TRADICIONAL NO SÉCULO XXI

Eliardo Soares e Silva
Universidade Federal do Piauí
eliardosoares926@gmail.com

Este trabalho discute as práticas de pajelança no Piauí a partir da experiência e trajetória de lideranças indígenas reconhecidas no estado por suas formas de cura tradicional, pela preservação dos saberes ancestrais e pela atuação comunitária. A pesquisa parte da compreensão de que as práticas de cura indígenas articulam espiritualidade, memória, território e sobrevivência cultural, constituindo um patrimônio imaterial fundamental para compreender a história indígena contemporânea. No desenvolvimento, analisa-se a formação histórica dessas práticas, o modo como resistem aos efeitos da colonização e do apagamento cultural, e como dialogam com novos contextos sociais, incluindo a aproximação com universidades, pesquisas acadêmicas e espaços urbanos e essa perspectiva evidencia que os saberes indígenas não se limitam a técnicas físicas de tratamento, mas configuram um sistema de conhecimento que combina experiências coletivas, práticas rituais e interlocução com diferentes tradições religiosas, consolidando um campo de atuação complexo e multifacetado. A pesquisa mostra que a pajelança permanece viva como expressão de identidade, cuidado e fortalecimento comunitário, mobilizando rezas, plantas medicinais, rituais e saberes transmitidos por gerações. Os principais resultados indicam que a pajelança representa não apenas uma prática curativa, mas também uma forma de afirmação política e cultural, revelando estratégias indígenas de continuidade histórica, reexistência e atualização de seus conhecimentos no século XXI. A pesquisa contribui para ampliar a visibilidade dessas práticas, reconhecendo sua importância para a educação, a saúde, a antropologia e a história. Reflete a importância da preservação e valorização de saberes coletivos, profundamente enraizados na ancestralidade indígena. A relevância de sua atuação na saúde, educação e espiritualidade demonstra como o papel do pajé transcende a lógica institucional e se ancora em práticas que consolidam a identidade e a memória cultural de sua comunidade. Esse reconhecimento social evidencia a legitimidade de saberes tradicionalmente marginalizados e reforça a necessidade de compreender a historicidade indígena não apenas como registro linear, mas como uma narrativa que subverte os modos convencionais de se pensar a história.

O SABER ANCESTRAL NO USO DE ERVAS MEDICINAIS NO CUIDADO COM A SAÚDE NA ALDEIA ITAPUÃ DOS TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

Helen Almeida da Silva
Universidade Estadual de Santa Cruz
almeidasilvah10@gmail.com

Este trabalho aborda o uso de ervas medicinais como prática tradicional de cuidado com a saúde na aldeia Itapuã dos Tupinambá de Olivença. Transmitido oralmente entre gerações, esse conhecimento ancestral permanece central na vida cotidiana da comunidade, sendo mobilizado antes mesmo da busca por atendimento médico formal. As práticas com remédios naturais fazem parte de uma relação simbiótica com o território, onde cada planta carrega não apenas propriedades curativas, mas também sentidos culturais e espirituais. Os procedimentos metodológicos partiram de uma perspectiva etnográfica, com a observação participante numa aldeia com acesso direto à mata e ao conhecimento dos anciãos, em que o uso das ervas é integrado ao modo de vida, promovendo autonomia, prevenção de doenças e fortalecimento do bem viver. Deste modo, esta pesquisa se orienta pela seguinte questão: como os saberes sobre as ervas medicinais são construídos, transmitidos e aplicados pelas famílias? Sobretudo, pensando na perspectiva do cuidado das crianças e no enfrentamento de enfermidades comuns. O resultado evidencia que, mais do que uma alternativa terapêutica, as ervas constituem um elo entre saúde, território e identidade. O estudo aponta ainda a importância de reconhecer e valorizar as práticas de saúde intercultural, respeitando os modos próprios de existência dos povos indígenas.

ENTRE CURA, CUIDADO E RETOMADAS: SAÚDE WAI WAI, INTERMEDICALIDADE E BEM VIVER

Rodrigo Gomes do Nascimento Wai Wa
Universidade Federal do Pará
rodrigonasgom@gmail.com

Carlos Henrique Alves de Freitas
Universidade Federal do Oeste do Pará
carlos.freitas@discente.ufopa.edu.br

Lilian Rebellato
Universidade Federal do Oeste do Pará
lilian.rebellato@ufopa.edu.br

Este resumo analisa as transformações na saúde do povo Wai Wai no período do início do processo de evangelização, em meados do século XX, destacando o papel central que os conhecimentos tradicionais de cura continuam exercendo no cotidiano das aldeias. Mesmo após décadas de influência missionária, que restringiu rituais espirituais, benzimentos e o uso ritual de plantas, a maioria da população Wai Wai segue preferindo remédios de origem tradicional, associados à floresta. Nos últimos anos observa-se uma retomada crescente dessas práticas, especialmente entre jovens e lideranças comunitárias, que buscam reativar saberes antes desestimulados e reforçar sua importância para o bem viver. Paralelamente, a presença da biomedicina amplia as possibilidades de cuidado, gerando processos de intermedicalidade nos quais agentes indígenas de saúde atuam como mediadores entre sistemas distintos de cura. Esses profissionais combinam medicamentos tradicionais e clínicos conforme o tipo de adoecimento, negociando significados e práticas de cuidado no interior das aldeias. Entre os problemas mais urgentes, destaca-se a saúde bucal, marcada pela baixa oferta de atendimento odontológico, aumento de cáries devido às mudanças na dieta das populações indígenas, especialmente com introdução de produtos ultraprocessados, gerando infecções e perdas dentárias, bem como à irregularidade das equipes especializadas em tratamentos relacionados à saúde bucal. A análise demonstra que a saúde Wai Wai se fortalece pela articulação entre práticas ancestrais, retomada de rituais espirituais e melhora do atendimento clínico, apontando para a construção de alternativas próprias de cuidado que unem tradição, resistência e autonomia.

TÍTULO NÃO INFORMADO

Diego Silva de Almeida
Universidade do Estado da Bahia
dhiego.nobre1@gmail.com

As iniquidades sociais e de saúde vividas e evidenciadas nos estudos epidemiológicos sobre a saúde da população indígena demonstram a necessidade urgente de mudanças estruturais na formação de futuras/os trabalhadoras/es do SUS. Tais mudanças também se fazem necessárias nas ações de educação permanente voltadas às/os profissionais em serviço, com o objetivo de romper com práticas coloniais historicamente reproduzidas e ampliar o debate sobre os saberes e práticas de saúde dos povos indígenas. Objetivo: Relatar a experiência de desenvolvimento do jogo de RPG educativo OKREN – Um Guia de Cura Ancestral, como ferramenta de educação em saúde intercultural. Etapas: O processo de criação do jogo OKREN foi realizado em quatro etapas principais: 1) pesquisa para selecionar os conteúdos que seriam abordados no jogo, com ênfase nas plantas medicinais da Caatinga e em conhecimentos tradicionais; 2) elaboração da narrativa ficcional baseada em elementos da cosmologia indígena; 3) criação do protótipo físico e visual do jogo, com personagens, mapas e desafios; 4) apresentação e discussão preliminar do material com o grupo de pesquisa. Durante o processo, foram realizados diálogos com estudantes indígenas de cursos de graduação, pertencentes às comunidades Kariri-Xocó, Kaimbé e Tuxá, garantindo representatividade e protagonismo indígena; Resultados: O protótipo do jogo foi finalizado. Os próximos passos envolvem a ampliação do levantamento etnobotânico das espécies medicinais utilizadas nas comunidades e a validação participativa do jogo por lideranças tradicionais (Caciques e Pajés), bem como por estudantes indígenas de cursos na área da saúde. A iniciativa busca fortalecer práticas educativas culturalmente sensíveis e colaborativas.

PLANTAS-SUJEITO: SABERES E ESPIRITUALIDADE DO POVO PATAXÓ

João Mario Oliveira Braz
Universidade do Estado da Bahia
joamario.barravelha@gmail.com

Lígia Raquel Soares
Universidade do Estado da Bahia

INTRODUÇÃO. As ervas medicinais têm um papel muito importante na cultura do povo Pataxó, pois fazem parte do cuidado com o corpo, estabelece relações com os espíritos e a floresta. Cada planta-sujeito tem seu dono, seu canto e sua força, e é por isso que seu uso exige respeito, conhecimento e intenção. Os conhecedores mais velhos, os pajés e cuidadores ensinam que a planta não cura apenas o físico, mas também equilibra o espírito e reforça a relação do povo com a mata, que é vista como mãe e mestra de todos os conhecimentos. **DESENVOLVIMENTO.** O conhecimento das ervas medicinais entre o povo Pataxó é transmitido principalmente pela oralidade, em conversas ao redor do fogo, nas caminhadas pela mata e nas práticas cotidianas de cuidado como forma de construir corpo e espírito com saúde. Aprendemos a reconhecer o cheiro, o formato das folhas, o tempo de colheita e o modo correto de preparar cada planta, seja em chás, banhos, defumações ou benzimentos. Esse aprendizado não é apenas técnico, mas profundamente espiritual, pois envolve compreender a energia de cada erva e o equilíbrio que ela pode trazer para o corpo e para o espírito. Além disso, o uso das plantas está diretamente ligado à relação de respeito com a natureza. Para os Pataxó, a floresta é um ser vivo que acolhe e protege, e por isso somente quem se aproxima com humildade pode acessar seus segredos. Antes de colher qualquer erva, o cuidador pede licença, agradece aos encantados da planta, nunca se tira mais do que o necessário e usa-se com respeito as ervas, reconhecendo que aquela vida vegetal está oferecendo sua força para ajudar alguém. No contexto atual, em que muitas tradições estão ameaçadas pela perda de território e pelas mudanças sociais, o saber das ervas medicinais torna-se ainda mais importante. Ele fortalece a identidade cultural, reafirma a autonomia do povo Pataxó e mantém viva a ligação com os ancestrais. **PRINCIPAIS RESULTADOS OU CONCLUSÕES.** As plantas-sujeitos, portanto, não são apenas recursos da natureza, mas parentes vivos que guardam histórias, memórias, espíritos e ensinamentos. O manejo dessas plantas envolve rituais, saudações e a compreensão do momento certo de colher, sem ferir a mata ou romper o equilíbrio do lugar. Assim, o uso das ervas medicinais fortalece não só a saúde do corpo, mas a conexão espiritual com os ancestrais e com o território, preservando saberes que atravessam gerações. Desde o cuidado com o corpo, o espírito e a saúde geral. Como por exemplo, as folhas de aroeira utilizadas em forma de banho para cura e limpeza espiritual, as raízes de sucupira utilizadas para dores nas articulações. “Para nós do povo Pataxó, as plantas não são apenas remédios. Elas têm encantamento, dono e espírito” – palavras do Pajé Mário Onça da aldeia Corumbalzinho-Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal.

SAÚDE BUCAL INDÍGENA: AÇÕES INTERCULTURAIS DE PREVENÇÃO ENTRE CRIANÇAS KAINGANG DO ENSINO FUNDAMENTAL COMUNIDADE INDÍGENA

Lucas Fidelis Loureiro

Universidade Federal de Santa Catarina
lucaslou2013@gmail.com

Rodrigo Otávio Moretti-Pires
Universidade Federal de Santa Catarina
rodrigo.moretti@ufsc.br

O presente trabalho apresenta o projeto de extensão “Saúde Bucal Indígena: ações interculturais de prevenção entre crianças Kaingang do ensino fundamental da comunidade indígena (a definir), desenvolvido a partir da vivência do autor como indígena Kaingang e estudante de Odontologia da UFSC. A motivação para esta proposta surgiu da observação cotidiana de que muitas crianças, jovens e adultos da comunidade apresentam problemas bucais como cáries, tártaro, perdas dentárias, mau hálito e escovação inadequada, o que reflete tanto as mudanças alimentares impostas pela colonização quanto a falta de acesso contínuo a ações preventivas e orientações em saúde. O projeto tem como objetivo promover a prevenção e a educação em saúde bucal com crianças do 1º ao 3º ano, realizando diagnóstico inicial, escovação supervisionada, orientações sobre o uso do fio dental, aplicação tópica de flúor e distribuição de kits de higiene, integrando essas ações com os saberes tradicionais Kaingang e com discussões sobre alimentação, território e modos de viver. Fundamentado em referenciais da saúde coletiva e da interculturalidade, especialmente em autores que discutem o impacto das transformações históricas na saúde dos povos indígenas, o trabalho busca fortalecer o protagonismo comunitário e valorizar a infância como etapa essencial para construção de hábitos saudáveis. Os resultados esperados incluem a melhoria das práticas de higiene bucal, a redução de agravos, a ampliação do conhecimento sobre prevenção e a aproximação entre universidade e comunidade indígena.

UFSC TERRITÓRIO INDÍGENA

Suzani Maria da Fonseca Gervásio
Universidade Federal de Santa Catarina
suzi.gf1@gmail.com

As políticas de acesso ampliaram as oportunidades de ingresso de estudantes indígenas na universidade. Esses que deixam suas aldeias e sua realidade cultural para enfrentar os desafios que é o aprendizado e formação no ensino superior, se veem em uma situação onde não tem as condições mínimas de sobrevivência. Com isso e a organização e luta dos estudantes indígenas a UFSC se viu obrigada a buscar espaços existentes para funcionar como alojamento provisório para apenas uma parte dos cerca de 180 estudantes indígenas, provenientes de diversas etnias de todo o país. A necessidade de construir soluções adequadas e de qualidade, considerando também as questões culturais envolvidas, a gestão da UFSC, em sintonia com o Ministério Público Federal, reconheceu a importância desta luta, e assumiu como uma das principais demandas para a instituição. O conceito de Moradia Estudantil Indígena na UFSC vêm sendo construída de forma totalmente participativa desde 2017, através de ações e projetos de extensão, que envolveram diversos setores institucionais os estudantes indígenas, que são os grandes protagonistas desta luta, ampliando o debate acerca deste contexto, com estudos projetuais de arquitetura direcionados a concepção de espaços para o acolhimento e permanência dos estudantes indígenas na universidade considerando a preservação e valorização da cultura dos povos originários brasileiros. Hoje o projeto arquitetônico se encontra pronto e seus projetos complementares estão em andamento. Com projeto UFSC Território Indígena, buscamos fortalecer o movimento de reivindicação pelo direito à moradia estudantil indígena, com proposições concretas e viáveis, com o auxílio dos próprios estudantes indígenas em uma metodologia de participação ativa e coletiva para não apenas discutir questões sociais e políticas dessa moradia, mas encontrar mecanismos de divulgação e viabilização da moradia e da presença dos estudantes indígenas na universidade.

ENTRE DISCURSOS E DISPUTAS: A REPRESENTAÇÃO DAS TERRITORIALIDADES INDÍGENAS E DOS DIREITOS À TERRA NA AMÉRICA PORTUGUESA DO SÉCULO XVI

Cristiane Letice da Silva Fonseca
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
cristianeletice@gmail.com

Carmen Alveal
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Este trabalho propõe analisar as representações das disputas por territorialidade entre indígenas e colonizadores nos escritos do século XVI e suas implicações nos direitos dos indígenas à terra no contexto da América Portuguesa. Considerando a possível influência das concepções jurídicas e teológicas da época, busca-se articular as narrativas quinhentistas aos debates jurídicos ibéricos, sobretudo em torno da noção de *dominium* aplicada aos povos indígenas. Esta categoria jurídica refere-se às dimensões de faculdade e do direito sobre algo, exprimindo, no sentido de propriedade, uma justificação do domínio do indivíduo sobre os bens, sobre si e sobre os outros. Esta categoria é essencial para compreender a colonização ibérica nos territórios ultramarinos, sendo alvo de disputas entre os agentes europeus. Para tal fim, foram examinadas fontes missivas e crônicas, como as escritas por Manuel da Nóbrega, Fernão Cardim, Pero de Magalhães Gândavo e Gabriel Soares de Sousa, com atenção às distintas formas de ocupação territorial descritas. Como metodologia de exame das fontes, foi utilizada a perspectiva da Análise Crítica do Discurso, propugnada por Norman Fairclough, a qual admite o discurso como texto, prática discursiva (condições de produção e circulação) e prática social (entendida como o contexto social que o discurso influencia e é influenciado). Dessa forma, no exame dos escritos atentou-se aos tipos de atos de fala (como promessas, pedidos, ameaças) e aos elementos organizadores do texto (vocabulário, arquitetura de coesão e estrutura textual). À vista dessas considerações, o estudo das fontes indica uma incorporação do debate jurídico ibérico mencionado no discurso dos autores supracitados. A análise da documentação indica que os cronistas, viajantes e missionários estudados integram o debate coevo do *dominium*, somados a tentativas de manipulação em prol dos objetivos da conquista. Portanto, ao utilizarem termos como “possuir” e “senhorear” para se referir ao domínio dos indígenas sobre as terras — que estaria previsto conforme a bula de 1537 — os cronistas incorporam também um discurso implícito, no qual deslegitimam as territorialidades indígenas. Constatou-se, então, a contradição entre o suposto reconhecimento dos direitos indígenas aos seus bens e sua sistemática deslegitimação prática, impulsionada por uma mentalidade proprietária europeia, a qual ignorava as formas tradicionais indígenas de ocupação do espaço. A presente proposta de comunicação enquadra-se no eixo temático “território, territorialidades, fronteiras e lutas”.

“FUGIRAM COM APARENTE TERROR”: CARTOGRAFIAS DO TRAUMA DE CONTATO NA AMAZÔNIA DO SÉCULO XIX

Isabela Semblano de Almeida
IFCH/UFGA
belasemblano.al@gmail.com

Márcio Couto Henrique
UFGA
marciocouto@ufpa.br

A partir da leitura do registro de contato entre exploradores britânicos e indígenas na Amazônia, descrito na narrativa de William Smyth e Frederick Lowe (1836), que os próprios autores descrevem como “divertido”, este trabalho busca elucidar as instâncias de violência simbólica nele contidas, à luz das reflexões teóricas desenvolvidas por Márcio Couto Henrique (2024) em “O terror da branquitude”. Partindo do conceito de que o contato com a branquitude era vivido pelos povos originários como uma experiência aterrorizante, que se expressava fisicamente no medo, no pânico e na fuga, revisita-se a cena do desembarque dos viajantes em Sarayacu, na Amazônia peruana: um episódio em que a curiosidade inicial de mulheres e crianças indígenas rapidamente se transforma em fuga generalizada ante a chegada dos viajantes, sendo o contato físico hesitante de algumas meninas com as vestes estrangeiras suficiente para provocar reações coletivas de alarme. Os autores interpretam a cena como divertida, atribuindo à presença do padre a função de acalmar os ânimos. A narrativa que descreve esta curiosidade inicial dos indígenas sendo suplantada por “terror” e “aparente pavor” durante o desembarque dos viajantes não é interpretada aqui como um relato que reproduz a imaginação e o ponto de vista branco, mas sim como uma cartografia do trauma. A cena em que as meninas indígenas se arriscam a tocar as roupas dos europeus, provocando um “grito geral”, é reinterpretada como um ato de reconhecimento de uma alteridade radical e perigosa — a branquitude corporificada como sinal de ameaça. A presença do padre, que “tranquilizou” os indígenas, evidencia a aliança entre o projeto colonial e a missão religiosa, atuando como um agente paliativo de um terror por ele mesmo constituído. Este estudo se insere no debate proposto por Henrique, que, dialogando com Bell Hooks e Grada Kilomba, demonstra como a branquitude opera como um locus de privilégio estrutural que inspira medo. A análise revela o “pacto narcísico” da branquitude: a incapacidade dos viajantes de enxergar a si mesmos como agentes do terror, interpretando o medo indígena como ingenuidade ou comichade, enquanto sua própria presença, vestimentas e tecnologia constituíam um aparato de violência simbólica e material. Mais a frente, um episódio em que os autores atribuem o “terror” que sua “aparência inspirava” às suas próprias barbas e bigodes — vistos como “um apêndice incomum” — é um exemplo essencial para entender como esse mecanismo de auto absolvição, que nega a dimensão histórica e política do medo, é a base que sustenta e naturaliza o privilégio branco. Propõe-se que este evento singular é uma amostra do impacto que branquitude assolava

na Amazônia do século XIX, que se manifestava no recrutamento forçado, no rapto de crianças, na expropriação de objetos sagrados e no olhar invasivo sobre os corpos – todas formas de violência múltipla e cumulativa que esculpiram traumas duradouros na memória coletiva indígena. Uma leitura superficial do relato pode naturalizar o medo indígena como uma reação inexplicável, sem uma razão sólida aparente. No entanto, objetiva-se demonstrar que esse medo não é um sentimento abstrato, mas sim a expressão concreta de um terror historicamente construído. A fuga descrita pelos viajantes se revela, assim, como uma resposta lógica e corpórea às expressões de violência simbólica e material inerentes ao contato com a branquitude, cartografando na reação indígena a percepção do perigo que a presença branca representava.

AÇÕES EXTENSIONISTAS OBSERVATÓRIO DIGITAL CASA DE MEMÓRIA (KIJEMI) DO POVO PATAXÓ

Maria Gabriela Ribeiro Silva
Instituto Federal da Bahia
mariagabrielamchr@gmail.com

Thelma Lima da Cunha Ramos
Instituto Federal da Bahia
thelma.amos@ifba.edu.br

O projeto de extensão do Instituto Federal da Bahia “Observatório Digital Casa de Memória (Kijemi) do Povo Pataxó” é uma rede educativa digital para preservar e difundir saberes interculturais dos povos originários. Alinhado à Lei 11.645/2008, a iniciativa opera por uma plataforma digital que é uma casa de acolhimento (“Kijemi” em Patxohã). Fundamentado na educação dialógica de Paulo Freire, o projeto promove um encontro horizontal de saberes, visando à descolonização do conhecimento e ao enfrentamento do racismo estrutural por meio das TICs. Estrutura-se em duas frentes: ações formativas* e a construção da plataforma digital Observatório Kijemi. As ações formativas incluem workshops e simpósios que articulam teoria e prática pedagógica indígena. O ciclo iniciou com o 1º Workshop, com lançamento do livro “Como Japiim ensina as crianças Wai Wai a aprender as línguas”, destacando pedagogias indígenas como ferramentas para aplicar a lei. Em seguida, o Simpósio Nacional “Indigenização da Escola: Cultura, Tradição e Memória nas Práticas Educativas” debateu estratégias para inserir epistemologias indígenas na educação, promovendo a indigenização do espaço escolar como ato político-pedagógico freireano. Paralelamente, desenvolve-se a plataforma digital, um repositório de acesso aberto que armazenará materiais pedagógicos, registros de memória e produções científicas, fruto de parcerias com UNILAB, UFAM e universidades na Angola e Itália. Como resultados, o projeto contribui para: a formação de educadores em perspectivas decoloniais; a criação de um acervo digital vivo para a educação étnico-racial; e a promoção de um diálogo intercultural triangular. Já demonstra impacto ao difundir modelos pedagógicos ancestrais (como o dos Wai Wai) e fomentar debates críticos sobre a transformação da escola. Conclui-se que o Observatório Kijemi é uma ferramenta estratégica para materializar a Lei 11.645/2008 e os ideais freireanos, conectando ancestralidade e tecnologia para uma educação verdadeiramente intercultural, antirracista e comprometida com a justiça cognitiva.

MUIRAKITA: REATAR OS FIOS, TECER O FUTURO – UMA PLATAFORMA DIGITAL PARA A REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO WAI WAI

Lilian Rebellato
Universidade Federal do Oeste do Pará
lilian.rebellato@ufopa.edu.br

Eliane Woxixaki Wai Wai
Líder das Mulheres Artesãs e Cacica da Aldeia Mapuera
elianewaiwai8@gmail.com

Jhamenson de Sousa Nascimento
Universidade Federal do Oeste do Pará
jhamenson143@gmail.com

Este projeto desenvolve a plataforma digital colaborativa “Muirakita”, uma resposta tecnológica e etnográfica às demandas contemporâneas de revitalização cultural entre os povos da Terra Indígena Wai Wai, um território multiétnico no Norte do Brasil. A iniciativa emerge do contexto histórico de dispersão de acervos materiais, como a coleção etnográfica Wai Wai levada a Gotemburgo pelo antropólogo Walter Roth no início do século XX, hoje distante

fisicamente e muitas vezes desconectada dos conhecimentos vivos das comunidades. Muitos desses artefatos, fundamentais para a cultura material tradicional, deixaram de ser manufaturados ou transmitidos após processos de evangelização e contato, criando uma lacuna geracional. A plataforma busca atuar como uma ferramenta de mediação decolonial, permitindo o acesso digital e a reapropriação simbólica desse patrimônio musealizado. Seu objetivo principal é criar um repositório dinâmico e interativo, focado inicialmente nos artefatos Wai Wai, que supere a mera exibição estática. O núcleo do projeto é a construção de um banco de dados etnográfico em língua Wai Wai, documentando de forma colaborativa a cadeia operatória integral de cada artefato. Isso inclui a ecologia do conhecimento envolvida: a identificação e extração das matérias-primas (fibra, madeira, pigmentos), as técnicas de manufatura (tecidos, trançados, tallas), e os contextos de uso prático, social e ritualístico. A metodologia associa a ciência da informação (digitalização, catalogação semântica) à pesquisa antropológica colaborativa, envolvendo anciãos, artesãos e jovens indígenas como copesquisadores na produção de narrativas, glossários e vídeos explicativos. A plataforma "Muirakita" se propõe, assim, a ser um espaço de memória viva e agência cultural, onde os artefatos não são apenas registros do passado, mas catalisadores para discussões atuais sobre identidade, soberania digital e a retomada de saberes, fortalecendo os movimentos internos de ressignificação cultural que já estão em curso entre os Wai Wai e povos vizinhos.

HISTÓRIA, CULTURA E ANIMAÇÃO APINAJÉ: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO PANHIME

Maria Victória Lima dos Santos
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
maria.victoria@ufnt.edu.br

Raquel Cassiano dos Santos
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
raquel.santos@ufnt.edu.br

Aline Campos
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
aline.campos@ufnt.edu.br

Este trabalho apresenta experiências e aprendizados decorrentes do desenvolvimento do projeto de extensão Panhime: narrativas e oficina de animação Apinajé. O projeto teve origem após a realização de oficinas de animação com crianças apinajés, realizadas na Terra Indígena que abrange o município de Tocantinópolis, no Tocantins. Essas oficinas foram conduzidas, em dezembro de 2022, pelo Projeto História de Todos os Povos, do Núcleo de Cinema de Animação de Campinas, em parceria com a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Essas ações resultaram na produção de uma pequena animação construída a partir dos desenhos elaborados pelas crianças e despertou o desejo da comunidade pela elaboração de uma animação de maior duração que narrasse a história de origem do povo Apinajé: a história de Sol (Myyti) e Lua (Mytwryyre). Surge, assim, no segundo semestre de 2023, o projeto Panhime, com o intuito de dar continuidade à realização de oficinas de animação com indígenas e não-indígenas a partir do trabalho com a narrativa ancestral de origem apinajé. O projeto atrela a valorização e visibilidade da história e cultura apinajé com popularização e disseminação da técnica de animação de desenhos como ferramenta de expressão pessoal e cultural. A história de Sol e Lua, como afirmam os anciãos, é extensa e apresenta múltiplas versões, em virtude do processo de transmissão de geração em geração por meio da oralidade. Dessa forma, o Panhime - ancorado nos princípios da Educação Popular e se colocando como aprendiz do Paradigma do Bem Viver - atua em duas frentes de ações: escuta, gravação, tradução e transcrição das versões da história narrada por anciãos e anciãs na língua materna, com o intuito de subsidiar a elaboração do roteiro de animação dessa longa história; e realização de oficinas de animação junto a indígenas e não-indígenas com trechos dessa história. Com essas ações temos observado e aprendido que transformar uma narrativa dessa magnitude em animação constitui um grande desafio e também uma aventura. Atrelar animação e história oral tem-se revelado uma estratégia potente de intervenção pedagógica, proporcionando a valorização e interesse pela própria cultura junto à juventude indígena, bem como aproximação de pessoas não indígenas pelo modo de vida e conhecimentos indígenas.

A TECNOLOGIA APLICADA À CONSTRUÇÃO DE UM BANCO DE DADOS DE PRODUÇÕES INTELECTUAIS INDÍGENAS DA BAHIA

Isabella Guimarães Silva Santos
Universidade do Estado da Bahia
isabellaguimaraesss9@gmail.com

Gisele das Chagas Costa
Universidade do Estado da Bahia
gccosta@uneb.br

Este trabalho integra as atividades da Iniciação Científica vinculada ao projeto “Território, Escola e Construção de Territorialidades Indígenas”, que investiga as relações entre a escola indígena e as territorialidades materializadas nas práticas socioespaciais da comunidade escolar. No âmbito da IC, o estudo busca registros autorais indígenas, prioritariamente de povos da Mesorregião sul Baiano, físicos e digitais, como documentários, TCC, artigos e teses, analisando como as tecnologias da informação podem contribuir para criar um banco de dados dedicado ao registro, organização e preservação dessas produções. A proposta envolve identificar ferramentas tecnológicas que apoiem o desenvolvimento de sites e repositórios capazes de armazenar materiais autorais indígenas, articulando essa iniciativa à pesquisa documental e qualitativa do projeto. Parte-se da compreensão de que o avanço tecnológico ampliou o acesso à informação, embora muitas produções indígenas continuem sendo desvalorizadas por serem consideradas menos científicas. Isso contribui para que documentos artísticos, científicos e audiovisuais sejam esquecidos ou armazenados inadequadamente, enquanto a produção acadêmica ocidental recebe maior visibilidade. Diante disso, a pesquisa busca localizar, reunir e organizar esses materiais em um banco digital, considerando que a tecnologia oferece meios seguros para registrar e centralizar informações que, ao longo do tempo, se dispersaram. Como resultados parciais, identificaram-se alguns documentos em comunidades internas e bancos de pesquisas, especialmente de universidades. Contudo, ainda há desafios na criação do repositório, principalmente pela falta de plataformas gratuitas e confiáveis que suportem múltiplos formatos. Conclui-se que preservar produções intelectuais e artísticas indígenas é essencial para garantir visibilidade e continuidade dos saberes, exigindo conhecimento técnico e sensibilidade cultural, já que a tecnologia não resolve, sozinha, a falta de estrutura e políticas públicas necessárias.

NO TERRITÓRIO DO BRINCAR: PRÁTICA PEDAGÓGICA DIFERENCIADA

Madelinne de Sousa Moura
Universidade Federal do Pará
madelinnemoura2@gmail.com

Eleticia Costa de Castro
Universidade Federal do Pará
eleticia.cst016@gmail.com

Rafaella Capela Leão
Universidade Federal do Pará
rafaellaleão@ufpa.br

A presente comunicação versa sobre uma experiência pedagógica na região do Médio Xingu, em Altamira (PA), território marcado pela presença da cultura dos povos originários. Nesse sentido, nosso trabalho perpassa na reflexão de uma política afirmativa para povos indígenas em consonância com a lei 11.645/2008 fundamental para a promoção da diversidade e a inclusão da história indígena em reparação curricular nas escolas brasileiras, visando promover a valorização da identidade indígena e a conscientização sobre a contribuição desses povos para a formação da sociedade como contributo de uma educação mais equânime. A partir disso, foi possível elaborarmos estratégias pedagógicas na Escola Municipal Fraternidade Antônio Inácio de Lucena, com turmas do 1º e 3º ano na disciplina de Artes, mediada por dispositivos estéticos pedagógicos, num processo de três etapas: um estudo aprofundado sobre brincadeiras indígenas e posteriormente apresentação expositiva para a comunidade escolar. Nessa tessitura, foi apresentado o documentário Jogos Indígenas seguido da realização de uma brincadeira com peteca conhecida pelos indígenas como Peikrã. Parte-se do entendimento de que o brincar indígena constitui um campo de conhecimentos próprios, transmitidos entre gerações e fundamentais para a continuidade dos saberes tradicionais. Sua inserção no contexto escolar atua como dispositivo descolonizador, questionando estruturas eurocêtricas que moldaram o currículo e abrindo espaço para epistemologias plurais. Por meio de brincadeiras e jogos indígenas, os estudantes reconheceram práticas compartilhadas com as vivências das crianças nas aldeias, compreendendo a dimensão ritual, coletiva e estética desses jogos. A coletividade é um princípio fundamental do saber indígena, orientado para a sobrevivência e o fortalecimento do povo — perspectiva reafirmada no brincar. Essa conexão profunda entre infância, território e natureza, manifesta-se sensivelmente nas narrativas e nas brincadeiras, evidenciando o vínculo ancestral que sustenta esses modos de existir. Assim, nesse território do brincar, emergimos nos rios da cultura originária, reconhecendo que ela atravessa o cotidiano das crianças não indígenas e constitui a raiz viva da identidade altamirense e da nossa ancestralidade coletiva, promovendo não só conhecimento, mas respeito à cultura originária.

O CORPO TERRITÓRIO DANÇA ECOANDO POESIAS DE SUAS HISTÓRIAS ANCESTRAIS

Erica Souza da Silva Ferreira -Tupinambá
Universidade do Estado da Bahia - PROUNEBDIVERSA
ericasouzas_@hotmail.com

Gisele das Chagas Costa
Universidade do Estado da Bahia – PROUNEBDIVERSA
gccosta@uneb.br

Demison Tukum Guerém
Universidade Estadual de Feira de Santana - PROUNEBDIVERSA.
tukumguerem@gmail.com

O presente trabalho busca refletir sobre uma vivência de Dança Ancestral realizada em outubro de 2025, durante a realização de uma etapa do projeto de extensão intitulado Aldeando a Educação: Ancestralidade, Culturas e Memórias indígenas. O mesmo foi apoiado pelo programa institucional PRO-UNEBDIVERSA, através do Edital Nº 067/2025 e atuou junto às funcionárias dos setores técnico-administrativos do Campus X da UNEB, na cidade de Teixeira de Freitas, proporcionando vivências formativas de base intercultural, uma vez que, nesse campus, são ofertados cursos regulares de formação de professoras indígenas de territórios ancestrais da mesorregião Sul Baiano. Refletir sobre possibilidades de envolvimento com as poéticas ancestrais através do corpo território que se expressa através da dança é a tônica de discussão do presente texto. A vivência buscou incentivar o pensamento poético através da dança, pois esta é um meio de despertar a criatividade. Demarcar o espaço universitário através do corpo território ancestral entrelaçando as artes da dança e poesia foi, portanto, o objetivo central da vivência realizada pois, na dança, percebemos os traços étnicos em cada corpo que dança e que na dança pode-se contar as histórias ancestrais. A arte, em suas diversas manifestações, tem a capacidade de fazer emergir sensibilidades muitas vezes adormecidas pelo cotidiano que nos torna autômatos e destituídos da capacidade de utilização integrada de nossos sentidos e sensibilidades. Entrelaçar essas duas artes, dança e poesia, foi grandioso e revelador; pois essa junção fez reverberar muitas histórias dos povos indígenas e não indígenas ali presentes. Como a temática era voltada para fortalecer e compreender a luta dos povos originários, toda a vivência de experienciar a dança e poesia se deu nesse sentido. A metodologia empregada envolveu alongamento, autopercepção corporal, níveis da dança, catarse vocal, poesia corporal, memória coreográfica e dança livre, com uma ambiência envolvendo músicas gravadas e sonorizações com tambor, favorecendo o aguçamento dos sentidos pelas participantes. A vivência auxiliou no despertar do espírito criativo, estimulando a participação nas demais atividades do projeto, com a culminância das escritas ancestrais, o que gerou, como um dos produtos do projeto de extensão, um livro de poesias. A dança ancestral enquanto linguagem pode dançar poesia, assim como pode fazer poesia através do corpo, motivando e fazendo nascer novas autoras numa nova era.

TÍTULO NÃO INFORMADO

Jean Alinx
CODEVI
alinx.jean@email.com

Este trabalho apresenta os resultados da auditoria final realizada na fábrica CODEVI da Top Choice Apparel, onde o foco principal está nas condições de trabalho, nos processos de produção de vestuário e no respeito ao meio ambiente. A introdução destaca a importância da avaliação final para garantir a qualidade dos produtos, a segurança dos trabalhadores e o uso responsável dos recursos naturais. No desenvolvimento, os métodos de monitoramento são descritos, incluindo verificação etapa por etapa, análise de defeitos e observação das interações entre trabalhadores e supervisores. Os resultados mostram que a pressão para aumentar a produtividade pode levar ao aumento de erros na produção final, mas algumas medidas corretivas, como reorganização do trabalho e treinamento adicional, melhoram a produtividade sem comprometer a qualidade. A conclusão enfatiza a necessidade de equilibrar produtividade, condições de trabalho e respeito ao meio ambiente, destacando o papel da auditoria final como ferramenta de melhoria contínua nos processos industriais. O estudo contribui para compreender a relação entre trabalho, produção e recursos naturais em um contexto industrial, oferecendo referências para práticas duráveis e éticas na fabricação de vestuário.

ESPIRITUALIDADE, ANCESTRALIDADE E COSMOLOGIA: O SAMBA PATAXÓ

Erlanio dos Santos Alves
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
aripotxesantos@gmail.com

Lígia Raquel Soares
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

INTRODUÇÃO. Esta pesquisa trata sobre o samba Pataxó, povo indígena que vive e luta por seu território tradicional e ancestral no sul e extremo sul da Bahia. Luta que se constitui através dos processos de retomadas e autodemarcações. Os Pataxó vivem em diferentes aldeias no extremo sul do Estado da Bahia e norte de Minas Gerais. A aldeia mãe, conhecida como aldeia Barra Velha, existe desde 1767. Os Pataxó estão em contato com os não indígenas desde o século XVI e nesse contato foram obrigados e se esconder enquanto sujeitos indígenas e a esconder a sua cultura, assim como a sua língua. Um acontecimento traumático que explica a dispersão vivida pelos Pataxó foi o “Fogo de 51”, episódio em que a aldeia mãe foi atacada por forças policiais em 1951, ocorrendo a fuga e dispersão dos membros do povo pela região, tendo algumas pessoas se refugiado em diferentes estados. Esta pesquisa visa compreender o samba Pataxó e sua importância para a continuidade da vida do povo Pataxó neste mundo e na conexão com os encantados. **DESENVOLVIMENTO.** As artes verbais indígenas são expressões que vão além da beleza sonora e visual. Constituem uma forma de arte que reflete espiritualidade, coletividade, tradição e a continuidade de um povo. Para a realização desta pesquisa, entrevistei os integrantes mais antigos do grupo Marujos Pataxó da aldeia Barra Velha, localizada no Território Barra Velha do Monte Pascoal, no município de Porto Seguro. Os dados aqui apresentados são resultado de entrevistas e da pesquisa participante. Durante esse processo, foi possível observar que as artes verbais desempenham um papel fundamental na transmissão de saberes e na manutenção da memória coletiva. Entre os Pataxó de Barra Velha, os cantos não são apenas um meio de comunicação, mas um instrumento de ensinamento, fortalecimento identitário e celebração da vida comunitária. Os relatos dos mais velhos evidenciam que cada canto, cada narrativa e cada expressão ritual carrega uma história ancestral, sendo parte essencial da formação do ser Pataxó. **PRINCIPAIS RESULTADOS OU CONCLUSÕES.** O samba Pataxó é um ritual que reflete a nossa cosmologia, a nossa forma de ver, pensar e estar no mundo. O samba Pataxó não se trata apenas de sonoridade, de uma forma de fazer musicalidade ou de danças. Mas sim um Ritual Sagrado, com energias que circulam, sejam através dos cantos, das comidas, das bebidas, das danças, das pessoas e dos encantados. Que carregam histórias, memórias e ensinamentos transmitidos através das gerações. Que celebram as forças da comunidade e a conexão com a mãe natureza, marcado por cantos e a língua materna do povo Pataxó. Na batida do tambor, dos maracás, do violão, do cavaquinho e dos pandeiros que imitam o movimento da vida cotidiana. Esse samba ancestral expressa gratidão, resistência e identidade cultural do meu povo. Cada roda é um momento de união, onde o corpo, a voz e o espírito se harmonizam para reafirmar a presença e a continuidade do povo Pataxó no tempo e no território.

TÍTULO NÃO INFORMADO

Jhulia Lara Facin Pereira de Oliveira
Universidade do Estado de Santa Catarina
jlarafpereira@gmail.com

Este trabalho é um recorte do programa de extensão “Os usos sociais do desenho” da UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, articulando práticas de Design com tecnologias sociais e sistemas de representação para promover a valorização cultural e o reconhecimento territorial entre grupos originários. O projeto enfoca a produção do livro ilustrado bilíngue (português e Xokleng) “Geração do Homem”, desenvolvido em parceria com a Escola Indígena Laklânô, da Terra Indígena Ibirama, SC. A iniciativa surgiu de uma demanda direta da comunidade por um material gráfico didático sobre o mito da criação do homem na cosmologia Laklânô, visando fortalecer a identidade cultural e o reconhecimento de territórios em um contexto histórico de invisibilização indígena no Vale do Itajaí. O desenvolvimento seguiu um processo colaborativo de escuta, pesquisa e criação, utilizando painéis semânticos, referências como o documentário Vãnh Gõ Tõ Laklânô e, sobretudo, relatos orais de anciões e lideranças. Metodologicamente, a pesquisa articula práticas de Design Social, extensão universitária e epistemologias indígenas. O livro narra a jornada do personagem Plandjung e seu povo emergindo das águas, enfatizando que a “geração do homem” é a geração de um povo, em uma relação horizontal com a natureza e o território, distanciando-se de visões eurocêntricas. A estrutura visual priorizou cores vibrantes e traços orgânicos, incorporando botoques, grafismos tradicionais e peculiaridades territoriais como as araucárias e o pássaro Carijó. O design da informação produz

sentidos culturais e identitários, combatendo o afastamento progressivo dos saberes tradicionais entre as novas gerações. Como principais resultados, o livro deverá traduzir a complexidade do mito em uma peça gráfica sensível, garantindo a representatividade. Além disso, o projeto desdobra-se em um experimento de realidade aumentada, permitindo que educadores explorem camadas interativas associadas ao relevo e paisagem, integrando a oralidade e a impressão ao artefato material e à paisagem digital. Este Design opera mobilizando campos como a geografia e a educação, e ilustra como o Design Social pode promover a autonomia dos grupos sociais envolvidos e relações mais justas entre academia e comunidade.

RESSIGNIFICANDO A APRENDIZAGEM DO TUPÍ ANTIGO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DO POVO POTIGUARA NA PARAÍBA

Julia Patrícia de Andrade Araújo
EMEF Paulo Eufrásio Rodrigues
julia.12152101@gmail.com

O presente trabalho teve como objetivo compreender como se dá o processo de ensino e aprendizagem da língua Tupi Antigo pelo povo indígena Potiguara no município de Baía da Traição-PB, na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Pedro Poti, e analisar se este processo de ensino tem contribuído para a revitalização desta língua indígena e para o fortalecimento da identidade étnica-cultural do povo Potiguara. Metodologicamente, esta pesquisa tem abordagem qualitativa, e utilizou como procedimentos, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Sobre a pesquisa bibliográfica, buscamos ler Moonem (2008), e Freire (1985) para discutir a história de luta e resistência do povo Potiguara; Navarro (2012) e Tibiriça (1984) para refletirmos sobre a língua Tupi. Também recorremos a Calvet (2007) e Quadros (2010), para pensarmos sobre as Políticas Linguísticas e como elas trataram o ensino de línguas indígenas, além de nos debruçarmos sobre os Referenciais Curriculares Nacionais para as Escolas Indígenas (RCNEI, 1998). Sobre a pesquisa de campo, frequentamos a Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental e Médio Pedro Poti, observando aulas do professor participante da pesquisa e sua turma do 3º ano do Ensino Médio, composta por 25 alunos. Com relação ao corpus da pesquisa, foram analisados: registros feitos em diário de campo das aulas observadas, material didático utilizado pelo professor, respostas da entrevista aplicada ao professor de Tupi Antigo e as respostas do questionário aplicado aos alunos da turma do 3º ano do Ensino Médio. Ao fim desse trabalho, concluímos que o ensino de Tupi Antigo vem contribuindo para o fortalecimento da identidade indígena e para a valorização do povo Potiguara. Contudo, para que essa língua seja realmente revitalizada, diversas ações precisam ser feitas para além das paredes da sala de aula.

INTERCULTURALIDADE E EDUCAÇÃO INTERCULTURAL INDÍGENA: SABERES, PRÁTICAS E SOCIALIDADES

Marcos Antonio Sousa Araujo
Instituto Federal do Piauí

Josilene Rodrigues da Silva Pereira
Instituto Federal do Piauí
coord.lind.capi@ifpi.edu.br

Financiamento: CAPES.

A educação escolar indígena no Brasil resulta de longas lutas dos povos originários pelo reconhecimento de suas identidades, línguas e modos próprios de ensinar e aprender. A partir da Constituição de 1988, conquistou-se o direito a uma educação específica, diferenciada, bilíngue e intercultural, entendida não apenas como metodologia, mas como um projeto político-pedagógico voltado à valorização dos saberes tradicionais. Nesse contexto, a interculturalidade crítica, fundamentada em autores como Catherine Walsh, Boaventura de Sousa Santos, Bartolomeu Meliã, Daniel Munduruku e José Bessa Freire, propõe o rompimento com modelos eurocêntricos de ensino e defende que a escola indígena deve ser construída a partir da vontade e participação da comunidade, respeitando sua cultura, língua e cosmologia. O desenvolvimento deste estudo destaca que persistem desafios para a efetivação da educação intercultural, como a falta de formação adequada de professores, a ausência de materiais didáticos específicos e a dificuldade de articular os saberes tradicionais ao currículo escolar ocidental. A fundamentação teórica evidencia que a escola indígena é um espaço de tensões, mediações e negociações entre diferentes sistemas de conhecimento, devendo acolher práticas, territorialidades, tempos e experiências próprias dos povos indígenas. A metodologia proposta, de abordagem qualitativa e inspiração etnográfica, prevê observação participante, entrevistas e análise

documental, priorizando as vozes dos professores e lideranças indígenas para compreender como a interculturalidade é vivida no cotidiano escolar. Como principais conclusões, observa-se que a interculturalidade só se concretiza quando a escola se organiza a partir dos projetos comunitários, valorizando os saberes ancestrais e reconhecendo os povos indígenas como sujeitos de conhecimento. Destaca-se, ainda, que fortalecer a educação intercultural contribui para a preservação cultural, a autonomia política e a construção de relações mais equitativas entre comunidades indígenas e sociedade envolvente. Assim, o estudo aponta caminhos para a consolidação de práticas pedagógicas que promovam justiça social, pluralidade cultural e um diálogo respeitoso entre diferentes epistemologias.

O TUPI NO TERRITÓRIO POTIGUARA/PB: PRÁTICAS ETNOLINGÜÍSTICAS NA SALA DE AULA

Laiza Monteiro da Silva
Universidade Federal da Paraíba
laizamonteiro15@gmail.com

Carolina Coelho Aragon
Universidade Federal da Paraíba

O trabalho visa apresentar resultados de atividades pedagógicas na disciplina de Arte e Cultura com alunos Potiguara do 6º ano da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Isaura Soares de Lima, situada na Aldeia Jacaré de César, pertencente ao Território Indígena Potiguara, na Paraíba. A atividade tem como base a observação e a escuta das expressões linguísticas presentes em manifestações culturais (danças, cantos, pesca, maré, natureza, entre outras), relacionando-as à arte e à identidade Potiguara, objetivando reconhecer e valorizar a presença da língua Tupi nas práticas culturais e cotidianas das aldeias Potiguara. Nesse sentido, busca-se, por meio de sequências didáticas, integrar práticas linguísticas e artísticas nas aulas de Arte e Cultura, promovendo a reflexão dos alunos sobre o papel da escola indígena na preservação e na revitalização da língua Tupi. Os resultados foram obtidos por meio de rodas de conversa, escuta de relatos familiares e produções artísticas (cartazes, danças, músicas ou desenhos) inspiradas nas expressões linguísticas em Tupi que circulam no território. Os alunos foram organizados em grupos, conforme as aldeias de origem, de modo que cada grupo realizasse uma pesquisa de campo, considerando as especificidades culturais e ambientais de sua comunidade, como o rio, o mangue, a pesca, o canto e as danças, identificando palavras e expressões em Tupi presentes em seus contextos. Trabalhar esses elementos na escola contribui para fortalecer o pertencimento cultural e linguístico dos estudantes, tornando o ensino de Arte e Cultura um espaço de valorização da identidade Potiguara. Resultados evidenciam que o Tupi permanece vivo no território Potiguara, manifestando-se em nomes, músicas, danças e expressões cotidianas.

HISTÓRIA(S) INDÍGENA(S) E ANCESTRALIDADE: O MARICO NAS REDES DE CONHECIMENTOS MAKURAP

Ronildo Makurap
Universidade Federal de Rondônia
ronildomacurap2023@gmail.com

Rosilane Makurap
Universidade Federal de Rondônia
rosilanemacurap73@gmail.com

Roseline Mezacasa
Universidade Federal de Rondônia
roselinemezacasa@unir.br

Carolina Coelho Aragon
Universidade Federal da Paraíba
carolinac.aragon@gmail.com

Juliana Salles Machado
Universidade Federal de Santa Catarina
julianasallesmachado@gmail.com

A pesquisa busca fortalecer pesquisadores e pesquisadoras indígenas em processos de valorização e documentação de saberes ancestrais, envolvendo experiências territoriais, cosmológicas e históricas que abrangem plantas e

materialidades. O foco específico é a documentação do marico, uma bolsa ancestral confeccionada por vários povos do Vale do Guaporé, entre eles o povo Makurap. Assim, o objetivo é registrar e documentar as histórias e saber-fazer que envolvem a feitura do marico, em uma perspectiva historiográfica e etnoarqueológica. A produção do marico é feita a partir da palmeira tucum e envolve manejo, conhecimento e convivência com essa planta, característica das regiões de serra do território ancestral Makurap. O registro de etapas da cadeia operatória e dos processos de significação da tessitura da bolsa, desde a relação com a planta até o descarte dessa materialidade, é permeado de significados culturais deste povo. A pesquisa também busca criar metodologias de comunicação intercultural, estabelecendo reflexões a partir do estudo das plantas e do engendramento delas nas vidas humanas e na confecção de materialidades. A metodologia inclui (auto)etnografias, entrevistas a partir de aproximações com a história oral e revisão bibliográfica, com realização de oficinas na Aldeia Ricardo Franco, TI Vale do Guaporé, no estado de Rondônia, Amazônia brasileira. O estudo tem apoio do Programa de Bolsas de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Rondônia (PIBEC-UNIR), bem como faz parte de uma rede de pesquisadores que envolve a Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal de Santa Catarina, a partir do Projeto Histórias às Margens (CNPQ/Wenner-Gren Foundation).

KIXEPKUMBI: PLANTAS MEDICINAIS PARA O MEU POVO MAKURAP

Agnaldo Macurap Junior
agnaldofilhomacurap@gmail.com

Gicele Sucupira
UNIR

Escolhi o tema das plantas medicinais porque há poucos sabedores que conhecem as plantas, são eles: o meu avô Luiz Arua, o meu tio Odete Aruak e o meu primo Adriano Macurap. É importante que esse conhecimento seja valorizado e preservado para fortalecimento da cultura e da saúde da comunidade. O uso de plantas medicinais é uma prática ancestral que tem sido transmitida de geração em geração e compreender suas propriedades e aplicações é importante para o bem-estar e a autonomia dos povos indígenas. Entre as plantas mais conhecidas pelo povo macurap, destaca-se o uso do 'aranhã' que é frequentemente utilizado para tratar dores de cabeça. A folha de Jambu é famosa por suas propriedades analgésicas e anti-inflamatórias, sendo utilizada em chás e compressas. A transmissão desse conhecimento é feita, tradicionalmente, de forma oral, através das histórias e ensinamentos dos mais velhos. Iniciativas para documentar e proteger esse saber são fundamentais para que não se perca com o tempo. Promover a educação e a pesquisa sobre as plantas medicinais pode abrir novas portas para a valorização da sabedoria indígena, incentivando o respeito e reconhecimento da rica biodiversidade presente nas florestas, e o papel crucial que ela desempenha na vida dos povos que nela habitam. Eu Agnaldo Macurap Junior, uso mais com frequência os remédios caseiros e naturais. É muito difícil eu usar remédios da farmácia ou do posto de saúde. Quando eu fico doente a enfermeira da aldeia me examina pra ver como eu estou para depois me passar os remédios. Eu não compro remédio sem prescrição médica. Na minha aldeia eu conheço bastante remédios tradicionais como raiz para cura de leishmaniose, diarreia e cortes, também folhas para fazer inalação quando a criança está gripada e com dor de cabeça. Aprendi a fazer com a minha falecida avô Maria Arikapu que me passou o seu conhecimento. O povo Macurap vem perdendo o seus ensinamentos devido a tecnologia, os jovens não querem mais ouvir os mais velhos quando ficam doentes então procuram logo o posto de saúde da aldeia. Durante a COVD-19 nos preparávamos o chá feito da casca da quina quina. O remédio que nós tomamos dos brancos foi as vacinas.



UNEB

UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

APOIO:

